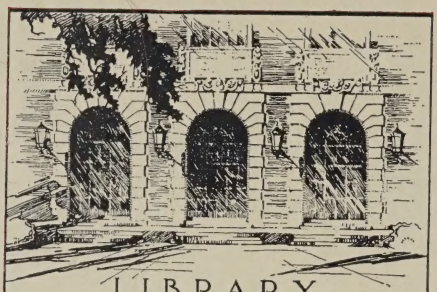


LIBRARY
OF THE
UNIVERSITY
OF ILLINOIS

946.99
D54h

CENTRAL CIRCULATION BOOKSTACKS

The person charging this material is responsible for its return to the library from which it was borrowed on or before the **Latest Date** stamped below.

Theft, mutilation, and underlining of books are reasons for disciplinary action and may result in dismissal from the University.

TO RENEW CALL TELEPHONE CENTER, 333-8400

UNIVERSITY OF ILLINOIS LIBRARY AT URBANA-CHAMPAIGN

FEB 15 1992

JAN 23 1992

MAY 16 1994

APR 25 1994

When renewing by phone, write new due date below previous due date.

78733 L162

História dos Açores

L-11280

Ao Ex.mo Dr. Romão Passos

Recordação de uma pa[illegible]
por Vila-franca

Vila-franca do Campo julho [illegible]
Urbano Mendonça Dias

HISTORIA DOS AÇORES

Composto e impresso na
Empresa Tipografica Limitada de Vila-franca do Campo, na Rua do Corpo Santo
San Miguel, Açores.

Do mesmo autor

A Vila—publicação historica

1.° V. Misericordia e Hospital de Vila-franca do Campo.

2.° V. Testamentos e doações lavradadas a favor do Hospital e Misericordia de Vila-franca do Campo.

3.° V. Edificação e reedificação de Vila-franca do Campo, privilegios e garantias dos seus cidadãos.

4.° V. Etnografia da Vila—1.ª parte, *trilogia da vida: o nascimento, casamento e a morte; religiosidades, medicina popular e vocabulario açorico.*

5.° V. Etnografia da Vila—2.ª parte, *folgares, contos, canções, danças e a comedia popular.*

Senhora da Paz—descrição do seu monte e Ermida.

Crise economica-social—estudo sobre o genero padrão do passado.

Peço a palavra—estudo sobre a descentralização autonomica dos Açores.

Historia dos Açores—origem, colonização, donatarias, capitanias, lutas politicas, governo dos Açores.

Alvores da Mocidade—comedia em um acto.

Loucos d'Amor—tragedia historica micaelense, em dois actos.

O primeiro amor.—comedia em um acto.

URBANO DE MENDONÇA DIAS

Historia dos Açores

Agencia de Obras Literarias de Antonio Silverio de Medeiros na Praça do Municipio de Vila-franca do Campo, San Miguel Açores.

Historia dos Açores

INFANTE D. HENRIQUE

1.º DONATARIO DOS AÇORES

Escultura de Simões d'Almeida, Sob.º

946.99
D54h

ARQUIPÉLAGO AÇOREANO

II

Sua origem, solo, descoberta, colonização e nomenclatura das Ilhas.

As nove Ilhas que formam o Arquipélago dos Açôres, estão distribuidas no Oceano Atlantico em tres grupos distintos, a cerca de 1400 quilómetros a W. do Cabo da Roca, entre a Europa e a America, numa extensão aproximada de 600 quilómetros, e com a superficie de 2.400, a saber:

Grupo Oriental formado pelas Ilhas de Santa Maria e S. Miguel.

Grupo Central composto das Ilhas Terceira, S. Jorge, Graciosa, Faial e Pico.

Grupo Ocidental compreendendo as Ilhas das Flôres e Côrvo.

A origem deste Arquipélago continua ainda a ser estudada com particular interesse. Segundo uns:

Os Açores poderão ser manifestações da existencia do antigo e extenso Continente—*a Atlantida*—conhecida dos Finicios e Cartagineses, de que nos fala Platão, e que devido a enormes e formidaveis forças se submergiu, ficando espalhadas no meio do Oceano, como restos desse Continente, as terras que formam os arquipélagos da Madeira, Cabo-verde, Canarias e Açores.

Alguns autores têm pretendido identificar o arquipelago dos Açôres com os possiveis restos de um continente que, segundo uma vaga tradição classica, teria existido no meio do oceano atlantico. Estas ilhas representariam presentemente as cumiadas de montanhas d'uma terra submergida. Em hipotese é dificil de conciliar, porém, com

origem, resistindo porém então aos mares e ás tempestades.

O solo de todo o arquipelago é fertil, produzindo todas as especies dos Paises temperados e algumas dos tropicais; abundante de aguas potaveis, tem-nas tambem minerais e termais, de notavel reputação. O seu mar é relativamente abundante de peixes, o seu clima é temperado, a sua posição geografica é excelente, podendo sem exagero dizer-se que os Açores são como que o jardim do Atlantico, entre a velha Europa e o Novo Continente, a America.

A descoberta dos Açores teve logar depois de se haver dado começo á colonização da Ilha da Madeira e Porto Santo em—1420—e assim depois de reconhecida a importancia daquelas Ilhas, encontradas por um feliz acaso, por João Gonçalo Zarco e Tristão Vaz Teixeira, quando buscavam as terras da Guiné (1).

Foi só depois disto, que o Infante D. Henrique mandou a um dos seus pilotos navegasse para o ocidente, e buscasse por esses mares novas Ilhas ou terras, além das descritas por Ptolomeu. (2)

E seguindo o piloto o roteiro assim indicado, e guiando-se depois, como alguns opinam, pelo vôo de certos passaros que encontrou em determinada altura do Oceano, descobriu então as Ilhas que formam o grupo ocidental—Santa Maria e S. Miguel. (3)

Mas na derrota que forçosamente faria em volta desta ultima Ilha, para melhor a reconhecer e demarcar, descobriria, sem duvida, nessa mesma viagem ou na que empreenderam no verão seguinte, as Ilhas que formam o grupo Central, tal a curta distancia a que um grupo está do outro.

O ano em que teve logar esta descoberta, e o nome do piloto que foi escolhido pelo Infante D. Henrique para esta empresa, veem marcados numa inscrição, na Carta

---

1)—Gomes Eanes d'Azurare—Arquivo dos Açores, Volume I, paginas 242.

2)—Diogo Gomes de Sintra—Arquivo citado, pag. 79.

3)—Citado do Arquivo, pag. 250, nota 3.ª.

maritima de Gabriel Valsequa, feita em Malhorca, no ano de 1439:

«*a questas illas foran trobadas por Diego de Gulen* que outros leem de Sunis, Sevilha e até Senill, *Pelot del Rey de Portugall em lany MCCCCXXII*—1422—que outros leem MCCCCXXXII—1432—e ainda MCCCCXXVII —1427:

Uns dizem que o Arquipélago dos Açores foi descoberto no ano de 1422, isto é, pouco depois de se haver dado começo á colonização das Ilhas da Madeira e Porto Santo; outros, e esta é a opinião mais seguida, marcam o ano de 1432, havendo ainda quem opine pelo ano de 1427.

Assim tambem, querem uns que o piloto encarregado desta missão fosse:

Fr. Gonçalo Velho, o famoso Comendador d'Almourol, senhor das terras de Pias, Bezelga e Cardiga, nome sem duvida glorioso, e cavaleiro destemido, a quem o Infante D. Henrique confiou a colonização destas Ilhas, dando-as em Comenda, e fazendo-o seu Capitão, sendo estes fundamentos os melhores para crerem fosse ele tambem o seu achador; outros porém indicam:

Diogo de Sevilha, piloto hespanhol que andou ao serviço do Infante, baseados na inscrição de Valsequa quando diz que o achador foi *Diogo de Senill, que leem Diogo de Sevilha.* (1); mas ha ainda quem se incline fosse:

Diogo de Sintra, importante navegador dos mares da Africa, desde o tempo do Infante até 1463, já pela leitura de *Senill ou Sevilha em Sintra,* já pela descrição que destas Ilhas fez—*De inventione insularum dos Açores*—em que omitiu o nome do piloto.

As Ilhas, porém, que formam o grupo ocidental —

1(—Historia do descobrimento das Ilhas dos Açores e sua denominação das Ilhas Flamengas pelo Dr. Jules Mées, na Revista Micaelense, ano 2.º. Arquivo dos Açores Vol. I, pag. 77 e seguintes, 244, 443.

Flores e Corvo—e que são situadas a tal distancia das outras que de nenhuma delas são visiveis, foram descobertas muito mais tarde, depois de 1449, pois os documentos, desta data, só falam das Ilhas dos grupos oriental e central, mas foram-no antes de 1453, pois neste ano delas fês El-Rei D. Afonso V doação a seu tio Duque de Bragança, descobriu-as, dizem uns: (1)

Diogo de Teves, que veiu da Ilha da Madeira para a da Terceira, como Logar Tenente de Jacome de Bruges, Capitão da mesma Ilha; outros porém inclinam-se seria:

Guilherme Van Der Haegen, flamengo, que aportuguesando o nome se assinava *Guilherme da Silveira* e que depois foi colonizar a Ilha de S. Jorge; e ainda ha quem opine fosse:

Pedro Velasco, nas viagens de exploração que então empreendeu em volta das Ilhas e ao seu longo, na esperança de encontrar novas terras.

Seria porém este Arquipélago já conhecido doutros navegantes, antes do reconhecimento que dele fizeram os Portugueses?

Diz-se que sim, porquanto:

Conta-se que o Infante D. Henrique se regulava, ao indicar o roteiro que deviam tomar os seus pilotos nas viagens maritimas, por um *Mapa*, onde estava representado todo o ambito da terra, que lhe fora dado pelo Infante D. Pedro, seu irmão, que o havia alcançado em Veneza, quando andara visitando as Côrtes da Europa; e que nesse *Mapa* estavam indicadas umas Ilhas, na situação geografica dos Açores. E assim o Padre Freire, na sua obra—Vida do Infante D. Henrique—ao tratar do descobrimento da Ilha de S. Miguel, diz que *a existencia desta Ilha concordava, segundo havia dito o Infante D. Henrique, com os seus antigos Mapas.*

E mesmo ha Cartas maritimas elaboradas desde meados do seculo XIV, que trazem desenhadas estas Ilhas, na situação geográfica aproximada, á que ocupa os Açores; e assim:

1)—Arq. dos Açores, Vol. I, pag. 9 e 249.— Vol. XIII, a pag. 317.

a) **Na Carta de Parma** do ano de 1351, veem-se marcadas umas Ilhas com as denominações de *Ilha da Cabreira, ilha do Brazil, ilha da Ventura ou das Pombas, ilha dos Corvos Marinhos*, correspondendo cada nome a um grupo de ilhas; igualmente:

b) **Na Carta Catalan** da Biblioteca Real de Paris de 1375, tambem se encontra um arquipélago com ilhas denominadas *Insule de Corvi Marini, Li Cunigi, San Zorzo, Li Columbi, Insule de Brazil, Insule de la Ventura.*

c) **No Atlas Pinelli Walckenær,** cuja data se fixa no ano de 1384, estão tambem desenhadas as mesmas Ilhas com os nomes de *Luovo, Caprara, Brazilya, 1.ª di Li Colombi, 1.ª de la Ventura, San Zorzi, Li Cunibi, 1.ª di Corvi Marini.*

d) **No Portulano da Biblioteca Lamenciana,** em Florença,—Maria de Vila d'Estes—do ano de 1423, e nas publicações de Marcel—*Portulano de Mecia Vila d' Estes* de 1413, tambem em Florença, encontram-se desenhadas as mesmas Ilhas, e em alguns dos mapas, até os proprios ilheus de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, S. Jorge e do Pico, denominando-se cada ilha ou grupo de Ilhas, ora por um nome antigo, ora pelo que hoje é conhecida.

e) **No Libro del conocimento de todos los Reynos e Tierras que son por el Mundo,** editado em 1877 por Jimenez de la Espada, e que se atribue a um frade mendicante hespanhol, que se diz haver nascido em Sevilha no ano de 1304, se descreve:

"...e fuy ver las islas perdidas que llama Tolemeo las islas de la Caridat, e sabed que desde el Cabo de buidor hasta la primeira isla com CX millas. Sobi em um lêno, com unos Moros e llegamos a la primeira isla que dizem gresa .....
e a otra la isla del lovo, e a otro la isla de las cabras, e a otra la isla del brazil, e a outra la columbaria, e a otra la isla de la ventura, e a otra la isla de Sant Jorge, e a otra la isla de los conejos, e a otra la isla de los cuervos marinos.

Comparando-se estes e outros Portulanos e descrições antigas, chegou-se a estabelecer a correspondencia destes antigos nomes com os hoje usados, e assim:

Ilha de Santa Maria—é a Ilha de Luovo, Ilha do Ovo, sem duvida assim chamada da sua forma ovada.

Ilha de S. Miguel—é a Ilha Caprara ou Cabreira, das Cabras, por nela viver muito gado caprino.

Ilha Terceira—é a Ilha del Bacil ou Brazillya, Ilha do Brazil, sem duvida assim chamada da madeira brazil que lá vegetava, ou outra que a ela se assemelhasse, passando depois a chamar-se Ilha de Jesus Christo.

Ilha de S. Jorge—é a Ilha de S. Zorzi, nome do valorosissimo martir S. Jorge.

Ilha Graciosa—é a Ilha Gracioxa, assim chamada de sua beleza natural.

Ilha do Faial—é a Ilha de S. Dinis, Ilha de la Ventura ou de la Forte Ventura.

Ilha do Pico—é a Ilha Columbi, Ilha das Pombas.

Ilha das Flores—é a Ilha de S. Tomás, Ilha Conilgli ou Li Cunibi, Ilha dos Coelhos.

Ilha do Corvo—é a Ilha de Santa Iria, Ilha di Corbi marini, Ilha do Corvo marinho.

Por outro lado revindicando para os Portugueses toda a gloria na descoberta dos Açores, dizem:

- Que os navegantes Portugueses, e nisso são concordes todos os historiadores, notaram que em nenhuma das Ilhas havia sinal algum de vida humana, estavam todas cobertas de uma vegetação luxuriante, regadas por abundantes aguas, e sómente por sobre elas esvoaçavam bandos de passaros, que lhes pareceram Açores, por isso as denominaram **Ilhas dos Açores;** acrescentam ainda outros:

Que os Portulanos, são as Cartas maritimas por onde se guiavam os navegantes, e onde anotavam a pou-

co e pouco as novas descobertas, devendo as Ilhas dos Açores serem aí desenhadas depois de ocupadas pelos Portugueses.

Na verdade numas Ilhas desertas, como eram as dos Açores, não se concebem, antes da ocupacão pelos portugueses, os nomes de *Ilha Caprara*, *Ilha Columbi* e *Ilha Conilgli*, onde não havia nem *Cabras*, nem *Pombas*, nem *Coelhos*, nem vestigio algum da sua existencia.

A gloria, porém, que ninguem usurpa a Portugal, é de as haver mandado procurar, aproveitando-as e colonizando-as, quer usando os seus Pilotos desses Portulanos, quer guiando-se pelo vôo de certas aves que encontraram no vasto Oceano.

E fosse o Piloto Gonçalo Velho Cabral, como uns querem, ou fosse Diogo de Sevilha ou de Sunis ou Senil, ou fosse o grande navegante portugues Diogo Gomes de Sintra, fosse quem fosse, **foi um piloto do Rei de Portugal ás ordens do Infante D. Henrique, quem as achou,** na opinião insuspeita de Gabriel Valsequa, na sua Carta maritima de 1439.

A colonização do Arquipelago, não se fez porém imediatamente á sua descoberta, porquanto:

O espirito Português estava por essa epoca todo inclinado ás descobertas e conquistas, no grande Continente Africano.

Por outro lado, não tinham os Portugueses uma superabundancia de habitantes, e assim não lhes era facil recrutar colonos para umas pequenas e longinquas Ilhas, cuja principal importancia, a situação geografica, não começou logo a ser de primordial interesse.

Finalmente, nessa epoca, não apresentavam as Ilhas uma base de verdadeira segurança, pois repetiam-se em algumas delas, com pequenos intervalos, fenomenos vulcanicos que mereceram reparos aos navegadores Portugueses, e amedrontavam os mais destemidos colonos.

No entanto o Infante D. Henrique, espirito essencialmente pratico e persistente, mandou distribuir animais domesticos por algumas das Ilhas, para utilidade dos futuros colonos, (1) e conhecimento das condições da vida

1)—Diogo Gomes de Sintra, citado no Arquivo, pag. 79.

que ofereciam semelhantes terras; e desta tão importante missão encarregou Gonçalo Velho Cabral, cavaleiro privado de sua Casa, a quem fês depois Comendador das Ilhas dos Açores. (1)

Os factos posteriores da colonização certificam, porém, que Gonçalo Velho apenas povoou de animais as duas Ilhas que formam o grupo oriental—*Santa Maria e S. Miguel*—pois que, Jacome de Bruges, quando alguns anos depois, veiu em exploração á Ilha Terceira, que lhe havia sido dada em Capitania, trouxe consigo algumas especies de animais, para no futuro lhe serem uteis no trabalho e alimentação. E quando depois voltou com colonos, encontrou-as muito multiplicadas, dando assim a entender que esta Ilha, a primeira que se encontra depois das do grupo oriental, estava, ao tempo, erma e desabitada de animais. (2)

Só em 1439 é que o Infante D. Henrique achou porém azado dar começo á colonização, alcançando autorização para esse fim de El-Rei D. Afonso e encarregando desta nova e delicada missão, o Comendador dos Açores, Gonçalo Velho Cabral. (3)

Santa Maria foi a primeira Ilha que recebeu colonos, por não ter apresentado, como muitas das outras Ilhas, fenomeno algum vulcanico, que merecesse reparo aos navegadores Portugueses.

Recrutou-lhe Fr. Gonçalo colonos entre os seus parentes e amigos, e assim da mais escolhida nobreza de Portugal, que ali se acoitaram pelos anos de 1439 a 1444 (4) desembarcando na praia que fica entre as pontas denominada Praia de Lobos e o Cabrestante, onde vai sair ao mar a Ribeira chamada do Capitão. E em covas e grutas, escavadas no solo, e cafuas cobertas de palha e colmo, ali se estabeleceram como ponto de partida para as suas explorações por toda a Ilha, quer navegando na sua costa, quer internando-se na brenha compacta do seu matagal.

Entre outros citam-se como primeiros colonos Fr.

---

1)—Arquivo dos Açores, Vol.º 1.º, pag. 5, 244.
2)—Memoria sobre a Ilha Terceira, por Alfredo Sampaio, pag 415.
3)—Arquivo dos Açores, Vol. I, pag. 5.
4)—Citado Arquivo, pag. 5, 146.

Gonçalo Velho, Nuno Velho, Pedro Velho, João Soares d'Albergaria, Felipe Soares, Alvaro Pires de Lemos, Fernão do Quental, João da Castanheira e outros. (1)

Dividiram depois os terrenos, conforme o numero de trabalhadores de que cada um dispunha, pela famosa lei da sesmaria, segundo a qual cada senhor se obrigava a rotear o trato de terreno, que lhe era destinado, no praso de seis anos. E para mais activar a colonização, alcançou ainda o Infante D. Henrique a isenção de dizima de todos os produtos exportados, nos cinco primeiros anos, por carta de D. Afonso V de 5 d'abril de 1443. (2)

E a Ilha *de lu Ovo*, como então era chamada, passou a denominar-se *Ilha de Gonçalo Velho*, porque este Comendador ali estabeleu sua residencia, e com os mais colonos deu começo ao roteamento do terreno. (3)

S. Miguel—Começou a ser colonizada alguns anos depois de o ser Santa Maria, por 1444 a 1445 (4), por mandado do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, e ao tempo Regente do Reino, que tal permissão alcançou do Infante seu irmão.

Encarregou então aquele Infante desta nova empresa *Gonçalo Vaz Botelho*, filho de Pedro Botelho, Comendador-mór de Cristo, fidalgo da casa de D. Henrique que com sua mulher e filhos, e algumas familias Algarvias (5) Francesas, (6) e outras naturais da Africa, formou a primeira colonia; tais são entre outros Afonso Anes, Rodrigo Afonso, Pedro Afonso, Diogo Afonso, Gonçalo de Teve Paim, João Pires, Pedro Cordeiro e outros.

Desembarcaram no porto da actual Vila da Povoação e dali partiram em suas explorações por toda a Ilha, estabelecendo-se tempos depois em Vila-franca do Campo que fizeram capital da Ilha, estendendo-se os colonos por seus arredores até Ponta Garça.

Segundo a já citada lei da sesmaria, tomaram muitos dos terrenos que dividiram entre si, cultivando-os e

---

1)—Saudades da Terra, Livro 3.º, pag. 9.
2)—Arquivo citado Vol. 12, a pag. 385, Vol. 1.º, a pag. 5.
3)— Idem pag. 79.
4)—Arquivo citado, a pag. 81.
5)—Livro IV Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso, cap. VI.
6)—Citado livro, cap. VII, IX.

exportando muitos productos, que eram isentos de dizima por Carta de El-Rei de 20 d'abril de 1447, por graça e mercê alcançada pelo Infante D. Pedro. (1)

A particular devoção que tinha este Infante ao Arcanjo S. Miguel, levou-o a dedicar-lhe esta sua Ilha, passando a *Ilha Caprari*, por que então era conhecida, a denominar-se Ilha de S. Miguel.

A morte de D. Pedro, porém, na vergonhosa batalha de Alfarrobeira, mercê das intrigas palacianas, fês mudar a sorte da Ilha de S. Miguel, que novamente passou para a administração do Infante D. Henrique, identificando-se em sorte à da Ilha de Santa Maria, onde Capitaneava Fr. Gonçalo.

Ilha Terceira—Começou a ser colonizada depois de 1450 data em que Jesué Van der Berge — *Jacome de Bruges*—natural do condado da Flandres, atraido a Portugal pelo renome das suas riquezas, alcançou do Infante D. Henrique mercê de a vir povoar.

Não foi, porém, facil esta empresa, sendo necessaria a intervenção do Infante para o recrutamento de colonos, que se veiu afinal a formar com familias de Viana do Castelo, Guimarães, Aveiro, do proprio condado da Flandres e até de outros colonos que se achavam já estabelecidos na Ilha da Madeira.

Entre outros podemos enumerar João Coelho, que se estabeleceu no sitio hoje denominado—Porto Judeu, João da Ponte, no logar do Arrebalde, na freguesia de S. Sebastião, João Leonardes, nas terras do Pico das Contendas, Gonçalo Eanes da Fonseca, no sitio da Ribeira-seca, Fr. João, chefe dos Padres de S. Francisco—no sitio junto da Ribeira, que ficou denominado—Ribeira de Fr. João, Diogo de Teve, na serra de S. Tiago e em outros terrenos para o lado das Lages, o capitão flamengo Fernão Dulmo, nos terrenos das Quatro Ribeiras, entre o Biscoito bravo e a Ribeira de Agualva, sendo-lhe mais tarde dado e a outros patricios seus os terrenos compreendidos entre a serra da Ribeirinha e a Feteira.

Jacome de Bruges escolheu então para si o logar da

---

1)—Citado Arquivo, pag. 6.

Praia, que foi durante alguns anos a capital da Ilha, dividindo então estas terras por estes e outros colonos segundo a lei da sesmaria.

Mais tarde outros colonos aportaram á Ilha Terceira, como Gonçalo Ferreira de Teve, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, Simão Pacheco, Rodrigo Afonso Fagundes e outros, que receberam do capitão Jacome de Bruges terras em sesmaria. Ao tempo da colonização estava a Ilha já bastante povoada de animais domesticos, que para lá tinham sido transportados por Jacome de Bruges com o fim de favorecer a colonização que pretendia realizár.

Ignora-se a data da entrada dos colonos nesta Ilha, que seria algum tempo depois de 1450, data da carta do Capitão-donatario, sendo provavel que aportassem ao logar hoje dedominado o *Pesqueiro dos Meninos*, adiante da Ribeira, estabelecendo-se a primeira povoação no *Vale do Paul*, proximo da Ribeira de Fr. João construindo-se aí a primeira Ermida, sob a invocação de Sant'Ana.

E a Ilha del Bacil passou então a ser denominada Ilha de Jesus Cristo, mas pelo andar dos tempos ela localizou em si o nome generico por que eram conhecidas as Ilhas do grupo central—Ilhas Terceiras—por serem na ordem da descoberta as terceiras. (1)

O espirito essencialmente aventureiro e ambicioso dos colonos Açorianos, levava-os de localidade em localidade, cavando, semeando e experimentando a terra e saltando de Ilha para Ilha, tão proximas estão umas das outras, principalmente as que formam o grupo central, em busca de fortuna.

E' assim que muitos colonos da Ilha Terceira, no desejo de alcançarem maiores riquezas, se embarcavam para as Ilhas proximas da Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico, e destas de umas para outras, na esperança sempre de melhor sorte. Por isso pode bem dizer-se que os primeiros colonos d'estas ultimas Ilhas são os proprios colonos da Ilha Terceira.

Ilha Graciosa—Os primeiros povoadores d'esta Ilha são pois colonos da Terceira, que para lá transporta-

---

1)—Memoria sobre a Ilha Terceira, pag. 413 e seguintes.

vam o seu gado e iam de quando em quando conhecer do seu desenvolvimento, mas a pouco e pouco ali se foram fixando trabalhando então a terra e colhendo dela bons proventos.

E' nesta altura que chega á Ilha Terceira Vasco Gil Sodré, cavaleiro d'Africa, natural de Monte Mór-o-Velho, com sua mulher Brites Gonçalves, seus filhos e alguma criadagem, atraido do renome das grandes riquezas que se alcançavam nos Açores, mas vendo porém esta Ilha já bastante ocupada passou-se para a Graciosa, desembarcando e fixando-se no Carapacho, começando a conviver então com os poucos colonos que da Terceira lá encontrou.

Mais tarde, sem duvida pelas informações que ele proprio daria para Portugal, chegou á Ilha Graciosa, com carta de capitão de metade da Ilha, Duarte Barreto, seu cunhado, com sua familia e criadagem, indo-se estabelecer ao sul, no local que se denomina Praia, e que mais tarde recebeu o foral de Vila.

E são estes afinal os colonizadores da Ilha Graciosa, que conservou sempre o seu antigo nome, sendo certo que o escritor P.e Maldonadó, diz que outrora fora conhecida pela *Ilha Branca*.

S. Jorge—como a Ilha Graciosa, recebeu tambem como seus primeiros povoadores, colonos da Ilha Terceira, que se localizaram ao ocidente.

Em 1480, porém chega a esta Ilha desembarcando no Topo—Guilherme Van der Haegen—Guilherme de Silveira, com sua mulher Margarida d'Azambuja, seus filhos e criadagem, flamengo, natural da cidade de Bruges, atraido das boas noticias que dos Açores chegavam ao seu país.

Dirigiu-se a principio para o Faial, em 1470, onde então capitaniava o seu patricio Joz Van Huerter—mas não sendo bem acolhido por este, nem alcançado assim dele as dadas de terra que pretendia, se passou então para S. Jorge que ainda estava pouco ocupada.

Estabeleceu-se no Topo, fundando aí mais uma colonia flamenga nos Açores.

Mais tarde, despeitado talvez por não haver alcançado a capitania da Ilha foi com colonos seus para a

Ilha das Flores onde se demorou alguns anos, voltando novamente ao Topo, onde havia deixado parte de sua familia, vivendo ali até ao fim da vida.

Ilha do Faial—Os primeiros colonos que aportaram á Ilha do Faial, vindos das Ilhas proximas já povoadas, estabeleceram-se, segundo é tradição, que nenhum vestigio ha de tal facto, no sitio onde hoje se eleva a freguesia dos Cedros.

Pelo andar dos tempos, porém, e depois de explorarem toda a costa da Ilha, acharam mais conveniente localizarem-se ao sul, junto a um cabeço, perto do Porto-Pim, hoje suburbios da cidade da Horta, e aí viveram por alguns anos sem forma de governo regular.

Assim, pois, quando em 1466 a esta Ilha chegou com carta do capitão Joz Van Huerter, natural da cidade de Bruges, encontrou-a já povoada, estabelecendo-se com sua mulher D. Brites de Macedo, dama do Paço de D. João II, seu filho e Beduino d'Ultra, seu irmão, Antonio d'Ultra, seu primo, Jorge da Terra, Francisco de Quadros e outros, no sitio que desde então começou a ser chamado—*Flamengos*—nome que se estendeu depois a toda a Ilha, e mesmo áquelas Ilhas onde se estabeleceram flamengos—Ilhas Flamengas ou Flandricas.

Dividiu depois o capitão pelos seus as terras da Ilha, segundo a lei da sesmaria e juntamente com os colonos já lá estabelecidos começaram a rotea-las.

Uma das primeiras culturas que experimentaram foi a do *pastél*—cuja semente havia trazido o capitão; o pastel—patis tinctoria—é uma planta crucifera, bianal, de cujas folhas, secas ao sol e moidos, se formava uma massa, que se exportava em bolos, sendo então preparada e aproveitada na tinturaria, dando um azul superior ao do anil.

Foi uma das grandes riquezas dos Açores, pois esta cultura se espalhou por todas as Ilhas, vindo a decair com o aparecimento das anilinas desde 1670.

Junto a sua casa, fez o capitão levantar a primeira Igreja no Faial, sob a invocação de Nossa Senhora das Angustias, legando-lhe sua esposa uma renda perpétua em 1527, não só para a sua conclusão, como para sua conservação e congrua do respectivo capelão.

E a Ilha de S. Diniz ou de la Ventura, passou a

denominar-se Ilha do Faial por serem os seus campos um matagal de Faias.

Ilha do Pico—As manifestações sismicas que ao tempo da sua descoberta ainda se sentiam com frequencia na Ilha do Pico, foram a causa da sua demorada colonização, apesar da sua grandeza em comparação com as demais Ilhas que formam o grupo central. Assim o primeiro pessoal, que enfim se resolveu fixar nesta Ilha, foi de colonos já estabelecidos no Faial, ficando desde então até hoje sujeita aquela Ilha a esta e ao seu capitão.

Estabeleceram-se ao sul, no sitio onde hoje se eleva a Vila das Lages, construindo então a sua Ermida de invocação a S. Pedro, que ainda hoje existe e foi a primeira levantada em toda a Ilha e por muitos anos serviu de paroquia.

Daqui, e a pouco e pouco, se foi estendendo a colonização por toda a Ilha, demoradamente e receosa das suas manifestações vulcanicas que por vezes se fizeram sentir tão dolorosamente.

E a Ilha columbi—Ilha das Pombas, passou a denominar-se Ilha do Pico, nome que lhe vem por nela haver a mais alta montanha de todos os Açores.

Ilha das Flores—Esta Ilha que juntamente com a do Corvo formam finalmente o grupo ocidental, e foram as ultimas descobertas, ainda estavam desabitadas em 1507, segundo afirma Valentim Fernandes, ao descrever as Ilhas do Atlantico, se bem que tivessem seu capitão desde 1452; e, ou porque a terra era fraca, ou pela grande distancia a que estão das outras Ilhas, a colonização fês-se aqui tardiamente e com pessoal vindo das outras Ilhas.

Diz-se que *Guilherme Van der Haegen*, Guilherme da Silveira, saindo do Topo, Ilha de S. Jorge e em viagem para Portugal, tratou com D. Maria de Vilhena, capitôa da Ilha das Flores, da sua colonização.

Efectivamente foi depois desta viagem que ele com parte da sua familia se embarcou para esta Ilha e fês seu assento no logar onde hoje se eleva a Vila de Santa Cruz; e proximo á ribeira, na rocha de tufo, abriu umas grandes salas para seu aposento, e aí viveu aproximadamente

dez anos, dando assim começo á colonização. Mas porque a terra não correspondia em produção aos seus desejos e pela distancia a que estava das outras, e assim a falta de comunicações, a abandonou voltando novamente ao Topo de S. Jorge.

Com a sua saída, ficou esta Ilha abandonada até que sendo nela confirmado capitão Pedro da Fonseca em 1528, lançou as bases seguras da sua colonização.

Assim, com outros, entre os quais se nomeiam Antam Vaz, Gomes Dias Rodovalho, Diogo Pimentel, Rodrigo Anes, Alvaro Roiz, Ana de Fragoa, Pedro de Fragoa, Pedro Vieira, Jordão Roiz, João Fuz, Gonçalo Anes, e outros mais das Ilhas da Madeira e Terceira se embarcou para as Flores estabelecendo-se na parte leste da Ilha, onde hoje está a Vila de Santa Cruz.

Dividiu depois as terras por seus companheiros, e voltando ao Reino deixou Gomes Dias Rodovalho por seu loco tenente e Ouvidor.

Então levantaram sua Ermida da invocação do Apostolo S. Pedro, que durante muitos anos serviu de paroquia.

E a Ilha de S. Tomaz ou Ilha Conilgli, Ilha dos Coêlhos, passou a denominar-se Ilha das Flores por nela abundarem muitas e lindas flores.

Ilha do Corvo—A pequenês desta Ilha retardou demasiadamente a sua colonisação, vindo a fazer-se afinal com filhos dos colonos da Ilha das Flores.

Fora dada esta pequena Ilha em 1528 por El-Rei D. Manuel a Antam Vaz, residente na Praia da Ilha Terceira, não como capitania, mas em dada livre com a obrigação do pagamento do dizimo ao Estado.

Nestas circunstancias se estabeleu Antam Vaz na Ilha do Corvo com alguns criados seus, mas porque não podia, á imitação do que faziam os capitães nas outras Ilhas, dividir as terras em sesmaria, já porque o não era, já porque o terreno era pouquissimo, viu-se forçado a abandonar a Ilha por falta de recursos, vendendo então o seu direito a Gonçalo de Sousa, capitão da Ilha das Flores, que para lá mandou uns seus escravos trabalhar na terra e apascentar o gado.

Foi pois este o começo da colonização da Ilha do

Corvo que a pouco e pouco depois se foi fazendo com pessoal vindo das Flores, pois a vida no Corvo tornava-se facil e abundante em cereais e gado.

No entanto atribue-se contudo a Antam Vaz o haver lançado as primeiras bases de colonização, sendo ele que mandou edificar a Ermida de invocação a Nossa Senhora do Rosario, que ainda hoje serve de paroquia a toda a Ilha. E diz-se que o capelão que para lá levou Antam Vaz e que alem do serviço religioso ensinava as crianças a ler, foi D. Agostinho Ribeiro, que mais tarde foi eleito Bispo dos Açores. (1)

E a Ilha de Santa Iria, como alguns a conheciam continuou a denominar-se Ilha do Corvo, como os mais antigos a tinham nomeado.

1)—Espelho Cristalino de Fr. Diogo das Chagas, no Arquivo dos Açores, Vol. 13 a pag. 317 e seguintes.

II

Descrição territorial das suas ilhas, cidades, vilas e freguesias.

A Ilha de Santa Maria fica situada a 36°,58' de Lat. norte e 16°,3' de Long. oest, com a superficie de 117 k., sendo 18 no seu maior comprimento e 10 na maior largura.

A região oriental da ilha é bastante montanhosa, mas de razoaveis terrenos de cultura; a ocidental é rochosa e só prestadia para a criação de gados, sendo o litoral bordado de rochedos quasi escalvados.

Dista 50 k. da ilha de S. Miguel, 190 da Terceira, 260 da Graciosa, 230 de S. Jorge, 235 do Pico, 285 do Faial, 475 das Flores e 480 k. da Ilha do Corvo.

As suas principais elevações são o *Pico Alto*, que fica aproximadamente a meio da ilha, *Pico do Facho*, ao lado da Vila do Porto, *Cavaleiro*, na freguesia de Santo Espirito e *Monte gordo*, ao ocidente da ilha, junto ao logar denominado Faneca.

Os portos principais são o de *S. Lourenço*, na costa nordeste da ilha, o *porto velho*, na costa sul, que é o da Vila, o da *Maia*, em frente ao logar deste nome e o *dos Anjos*, no logar assim denominado.

As principais pontas são a dos *Matos ou Barbara Vaz* e a *Ponta Negra*, que formam a baía de S. Lourenço, *Malmerenda e Marvão*, que formam a baía da Vila do Porto, *Malbusca*, ao sul da Ilha e *Cabrestante* ao ocidente.

As principais ribeiras são a do *Sancho e Ribeira-grande*, entre as quais se acha edificada a Vila do Porto, e a de *Santo Espirito*, que corre na freguesia deste nome e forma o salto chamado do Aveiro.

Ilheus—em volta da Ilha, e além do baixo das Formigas, que fica a 35 k. a E. N. E., ha quatro:

Ilheu da Ribeira Seca, que é o maior de todos, com cerca de meio moio de terra, nas proximidades da Vila, e por isso tambem lhe chamam Ilheu da vila.

E' propriedade dos herdeiros do Conde da Fonte Bela, titular da Ilha de S. Miguel.

Ilheu de S. Lourenço, tambem conhecido por Ilheu do Romeiro, que fica em frente da ponta Negra, junto da baía de S. Lourenço, com a sua celebre gruta de estalactites e estalagmites, pertencente aos herdeiros de Victor Gago da Camara, de Santa Maria.

Ilheu das Lagoinhas, assim chamado por ficar em frente do logar que tem este nome.

Ilheu dos Frades, que é o mais pequeno de todos, e assim chamado por ali irem de recreio os frades da Ermida dos Anjos, que lhe fica fronteira.

O Brazão d'armas da Ilha é constituido pela Imagem de Nossa Senhora d'Assunção com a legenda que a envolve. «Laetitia Angelorum».

Tal é o escudo bordado no Estandarte do Municipio de antiquissima data, da Vila do Porto.

Os fortes da Ilha são:

Castelo de Nossa Senhora da Conceição, tambem conhecido por Castelo de S. Braz, sobre a rocha da Vila do Porto, que era tido pelo Castelo Real.

Dois fortes rasos com o mar do porto da Vila.

Forte do Marvão, na ponta deste nome, ao ocidente da baía da Vila.

Forte da Forca, ao oriente da mesma baía.

Forte dos Anjos, que fica no logar deste nome e sitio da Lage.

Castelo de Nossa Senhora dos Anjos, no logar deste nome.

Forte de S. Lourenço, junto ao porto deste nome.

Forte da Maia, junto a Nossa Senhora dos Prazeres.

Castelo de S. João Baptista, no logar da Praia, com com dois reductos.

Todas estas fortificações, porém, se acham em completo estado de ruina.

Toda a Ilha forma um só Concelho cuja sede reside na

Vila do Porto, que fica situada a S. O., e é assim denominada por ficar sobranceira ao melhor porto da Ilha, sendo tambem a mais antiga e principal povoação.

Desconhece-se o foral que a elevou a Vila, mas é sem duvida o mais antigo Concelho de todos os Açores, pois havendo sido esta Ilha a primeira a ser povoada, a sede da primeira Capitania e assim a residencia do Capitão, logico é supor que ao seu melhor povoado fosse dado logo o foral de Vila, e antes de o receber outra terra colonizada posteriormente.

Compreende a Vila uma só freguesia, a de *Nossa Senhora da Assunção*, com sua Igreja paroquial, a Matriz, mandada edificar à custa dos rendimentos da Ilha, no tempo em que eram vereadores João Tomé e Ruy Fernandes, homens principais da terra, nos principios do seculo XVI, havendo nesta Igreja e ao lado do Evangelho um altar com a Imagem do Apostolo S. Matias, que foi tido, nos primeiros tempos da colonização, como Padroeiro da Ilha.

Ha nesta freguesia mais os seguintes Templos invocados a:

a) *Nossa Senhora da Conceição*, no principio da Vila, sobre a rocha e junto ao Castelo, de construção antiga, pois dela já nos fala o historiador Açoreano Dr. Gaspar Fructuoso, no sec. XVI.

b) *S. Pedro Gonçalves*, construido depois daquele, pois não o nomeia o Dr. Gaspar Fructuoso, da qual é padroeira a Irmandade dos maritimos.

ç) *Nossa Senhora do Livramento*, junto ás casas de

Bernardo Canto Soares d'Albuquerque, ignorando-se a data da construção.

d) *Espirito Santo*, da Irmandade da Misericordia, que se julga fôra creado antes de 1537, com seu pequeno hospital, instalado em edificio proprio.

e) *Nossa Senhora da Boa Nova*, junto ás casas de João Severino Gago da Camara, de que foi primeiro padroeiro o Sargento-mór João de Sousa Falcão, no sec. XVII.

f) *Santa Maria Magdalena*, com seu recolhimento, instituido por escritura de doação de 3 de Fevereiro de 1504, em que outorgaram João Tomé Velho e mulher Camila de Rezendes, P^e^. Manuel Curvelo, Maria de Sousa, viuva de Filipe Jacome e Cristovam Vaz Faleiro, Nuno Curvelo e mulher Catarina Fernandes, Fernão Vaz Faleiro e mulher Margarida d'Andrade, para nele se fundar convento da ordem de Santa Clara; mas apesar de obterem o respectivo Breve, nunca ali houve clausura.

Mais tarde foi feito padroeiro deste Recolhimento o P^e^. Manuel Curvelo, e depois seu irmão Antonio Curvelo de Resendes, que o dotaram ainda com rendimentos proprios.

g) *Nossa Senhora da Conceição*, junto ao antigo recolhimento deste nome, sendo mandado restaurar ultimamento por Luiz de Figueiredo Lemos do Canto Corte Real.

h) *S. Francisco*, junto ao respectivo Convento que se supõe haver sido fundado em 1446, extinguindo-se alguns anos depois; em 1608 estabelece-se, porém, de novo o convento dos Franciscanos, sendo destruido em 1616 pelos Mouros, que invadiram a Ilha, reconstruindo-se alguns anos depois.

O actual convento e Igreja foi reedificado em 1725 por Fr. Agostinho de S. Francisco com esmolas tiradas pelo povo, sendo acrescentado ainda desde 1802 a 1822, com dádivas do povo e esmolas vindas dos emigrados do Brazil.

Com a extinção das Ordens religiosas, passou o Convento para a posse do Estado, achando-se nele hoje instaladas as repartições publicas.

i) *Santo Antonio*, junto ao recolhimento deste nome, ignorando-se a data da sua fundação, sabendo-se porém haver sido reconstruido em 1686 por André Fernandes Almada e mulher Leonor d'Andrade, que o dotaram com um quarteiro de terra na Malbusca.

Depois e durante a—Sede Vacante—por falecimento do Bispo D. Fr. João dos Prazeres, alcançaram licença para a construção do recolhimento, sendo-lhe doados então 12 moios de trigo, de renda anual.

j) *Sant'Antão*, de que nos fala o Dr. Gaspar Fructuoso, edificado em um alto da Vila.

k) *Nossa Senhora da Boa Viagem*, edificado no sec. XVIII, no sitio denominado Sant'Ana.

l) *Nossa Senhora dos Anjos*, a nordeste da Ilha, proximo á praia dos Lobos, de que nos fala Fructuoso, e onde se supõe foram ouvir missa os marinheiros de Cristovão Colombo na volta da sua primeira viagem á America; foi assaltada em 1675 pelos mouros, que invadiram a Ilha, segundo uma inscrição colocada junto ao Altar.

m) *Nossa Senhora da Mãe de Deus*, construida no seculo XVII sobre o sitio denominado Valverde.

2) **Freguesia d'Almagreira**, que fica a 6 k. da Vila, e assim chamada da *almagre*—terra vermelha—existente na sua area e empregada na pintura da louça de barro que se fabrica na Ilha.

A sua Igreja paraquial é invocada a *Nossa Senhora do Bom Despacho* construida no sec. XIX para substituir a antiga que havia em outro sitio do logar.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos invocados a:

a) *Nossa Senhora da Graça*, no sitio denominado Canaviais, do qual foi seu padroeiro o Sargento-mór João de Sousa Falcão.

b) *Nossa Senhora da Natividade*, junto ás casas de Jesé Augusto Pereira.

c) *Nossa Senhora dos Remedios*, de que nos fala o Dr. Gaspar Fructuoso, no sitio denominado—Praia—a leste da Vila, e onde se diz haver uma fonte de agua salobra

que cura enfermos, por isso a chamam—Fonte de Nossa Senhora.

d) *Nossa Senhora do Monte,* construido no sec. XIX na quinta que foi do morgado Laureano Francisco da Camara Falcão.

3) **Freguesia de S. Pedro** que fica a 5 k. da sede do Concelho e assim chamada do nome do seu orago da paroquia.

Acha-se edificada em parte do terreno denominado Flor da Rosa, nome sem duvida posto por algum dos primeiros colonos natural do Concelho do Crato em homenagem á sua Flor da Rosa; em sua volta tem os povoados denominados Covões, Faneca e Paul.

A sua Igreja paroquial invocada a S. Pedro veiu substituir uma outra da mesma invocação que se arruinara e de que nos fala o Dr. Garpar Fructuoso.

Ha nesta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora da Saude,* construido no seculo XIX e que veiu substituir um outro invocada a S. José.

b) *Nossa Senhora de Monserrate,* no sitio denominado—Paul—de que foi padroeiro Manuel Rezendes de Carvalho, no sec. XVIII.

c) *Nossa Senhora do Pilar,* no sitio denominado—Faneca— de que foi padroeiro o fidalgo Fernando Loura de Betencourt e sua mulher D. Mariana Margarida Coutinho, no sec. XVIII.

4) **Freguesia de Santo Espirito** que fica a 18 k. da Vila, onde a tradição diz se resou a primeira missa nos Açores, em honra do Santo Espirito, ficando-lhe por isso o nome.

E' nesta freguesia, e no sitio da Azenha—Santo Antonio— que ha a melhor agua potavel da Ilha; compreende os povoados denominados Malbusca, Cardal e Laural.

A Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Purificação, construida antes de 1560.

Ha nesta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Santo Antonio,* que fica a um terço de legua do

mar, e foi a paroquial da freguesia, sob a invocação da Purificação, mas quando se construiu a actual Igreja da paroquia lançou-se sortes sobre qual seria a invocação a dar a esta antiga Igreja, saïndo a de Santo Antonio.

b) *Nossa Senhora da Gloria*, construido no sec.. XVII

c) *Nossa Senhora da Piedade*, no sitio denominado Malbusca, mandado edificar pelo padre José Pimentel Velho, filho de Pedro Velho e Ana de Rezendes.

d) *Nossa Senhora da Boa Morte*, sob a ponta da Malbusca, e veiu substituir uma antiga Igreja denominada—do Sul, que foi edificada pelo F. Bartholomeu de Bulhões no seculo seguinte.

e) *Nossa Senhora dos Prazeres*, no sitio denominado a Maia, edificada no sec. XVII.

4) **Freguesia de Santa Barbara**, edificada em parte dos terrenos que antigamente chamavam—S. Lourenço—e fica a 12 k. da séde do concelho com sua *Igreja paroquial invocada a Santa Barbara*, edificada no sec. XVI.

Tem mais esta freguesia os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora de Lourdes*, construido no sec. XIX pelo P.e Angelo Soares da Camara, com esmolas tiradas pelo povo.

b) *Jesus, Maria e José*, nas casas de João Severino Gago da Camara, na antiga propriedade vinculada pelo P.e Fr. Belchior Homen, que foi vigario de Vila-franca do Campo.

c) *Nossa Senhora do Desterro*, no arco de S. Lourenço.

d) *S. Lourenço*, de que nos fala o Dr. Gaspar Fructuoso e deve ser a primeira Igreja edificada neste logar. (1)

A Ilha de S. Miguel está situada a 37°,44' de Lat. N. e 16°,37' de Long. O., tendo no seu maior comprimento 90 k. e 14 na sua maior largura, com a superficie de 1.100 k.

1) Segundo Notas fornecidas pelo Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

Dista 50 k. da Ilha de Santa Maria, 100 da Terceira, 170 da Graciosa, 145 de S. Jorge, 160 do Pico, 205 do Faial, 385 das Flores e 390 k. da Ilha do Corvo.

Em toda a sua extensão é a Ilha acidentada por uma cordilheira de montanhas vulcanicas, que formam nos seus extremos dois massiços distintos, separados por uma depressão, entre a Vila da Ribeira-grande e Ponta-delgada.

Num e noutro massiço ha crateras extintas substituidas por lagoas.

Todos os seus terrenos são bem cultivados, de magnifica produção, sendo o seu clima bastante temperado.

As suas principais elevações são o *Pico da Vara*, que fica situado no concelho da Vila do Nordeste, a *Serra d'Agua de Pau*, na localidade que tem este nome, as montanhas que circundam o Vale das Furnas—*Pico do Ferro, Salto do Cavalo, Castelos* e os que formam o Vale das Sete-cidades, com as altitudes de 314 a 1.190 metros.

Os seus principais portos são o de *Ponta Delgada*, na costa sul, em frente da cidade deste nome, com seu molhe de abrigo e cais de desembarque, de *Vila-franca*, com cais de desembarque e varadouro, tambem na costa do sul, das *Capelas*, na costa norte, em frente da localidade deste nome, da *Ribeira-quente*, na costa sul em frente da localidade deste nome, de *Rabo de Peixe*, na costa norte desta freguesia, do *Nordeste*, com seu cais a nordeste da Ilha, na Vila deste nome.

As suas principais pontas são a de *Ponta-delgada*, a oeste da cidade, as pontas *Gorda, Feteira, Cruz* e *Candelaria*, que se seguem a oeste da cidade, as da *Ferraria, Mosteiros* e *Matagos*, a oeste da Ilha, as da *Bretanha, S. Antonio, Calhetas, Maia, Ajuda* e *S. Pedro*, ao norte, as da *Ribeira, Marqueza, Matrucal*, a este, e as de *Agua Retorta, Faial, Lobeira, Garça e Galera*, ao sul.

As principais lagoas são as *das Sete Cidades*, no ocidente da Ilha, a do *Fogo*, no Pico da Praia, apro-

ximadamente a meio da Ilha, a do *Congro*, nos terrenos assim denominados por haverem pertencido a André Gonçalves Sampaio, chamado o Congro, por ser grande de *corpo e de alma*, e ser o congro um dos maiores peixes, a das *Furnas*, que fica aproximadamente a dois quilometros desta localidade e a da *Caldeira Velha*, ao oriente da Ilha.

Em volta da Ilha ha os seguintes ilheus:

Ilheu de Vila-franca, em frente desta localidade, a um quarto de legua e, aproximadamente, com um moio de terra de semeadura.

E' de forma circular, tendo pela parte norte um boquete que liga á sua caldeira, que pode abrigar barcos de cabotagem.

Ilheu de Rosto de Cão, tambem conhecido por Ilheu de S. Roque, por ficar na freguesia que tem por orago este Santo.

E' o mais pequeno de todos os da Ilha, e fica mesmo junto á praia.

Ilheus dos Mosteiros, que ficam fronteiros á freguesia deste nome, em numero de tres, e dispostos por tal forma e feitio que, parecendo mosteiros de religiosos. deram o nome ao logar proximo.

As principais ribeiras são a da *Ribeira-grande*, que atravessa a Vila deste nome, a *Ribeira das Furnas*, ou dos Tambores, que vai desaguar na Ribeira-quente, que tomou o nome de as suas aguas chegarem áquela localidade, vindo pelas Sulfataras das Furnas, ainda quentes, a *Ribeira d'Além*, que atravessa a Vila da Povoação, a *Ribeira da Praia*, junto a Vila-franca, onde estão instalados os geradores electricos da Companhia do Gaz e Electricidade da Ilha, e a *Ribeira do Paul*, que atravessa o logar d'Agua do Pau.

O seu Brazão d'Armas compõe-se de um S. Miguel, em campo de prata, com a espada levantada e na mão esquerda a balança da justiça, calcando aos pés Satanaz.

Compreende a Ilha seis concelhos, cujas sédes residem respectivamente na:

Cidade de Ponta-delgada, que é a capital do distrito formado pelas Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, situada ao sul, numa delegada ponta de terra que lhe deu o nome, e sem duvida a mais importante povoação de todo o arquipélago.

Começou este logar a colonizar-se depois de Vila-franca, que então era a cabeça da Ilha, mas desenvolveu-se tão rapidamente que poucos anos depois rivalizava com a propria séde.

Em 1499, um dos seus mais nobres moradores, Fernão Jorge Velho, conjurado com os mais importantes homens do logar e a ocultas da governança de Vila-franca, se embarcou para Lisboa a solicitar de El-Rei o foral de Vila para Ponta-delgada.

Motivou este acto a obrigação que então tinham os moradores de Ponta-delgada de assistirem a certas funções em Vila-franca, o que faziam sempre constrangidos, já pela distancia, a que uma lacalidade está da outra, já porque não eram, segundo consta, muito galhardamente recebidos. E assim conta-se que indo a Vila-franca por imposição dos seus moradores alguns dos nobres de Ponta-delgada assistir á festa de Corpus-Christi «deram uma tocha para levar na procissão a Pedro Jorge, e pondo-se um Antam Pacheco de Vila-franca detrás dele com outra tocha, com ela, ou por descuido, ou por malicia, ou zombando, lhe pingou um taburdo novo que ele levava vestido». Deu isto uma larga rixa, desordenando-se a procissão e fugindo os de Ponta-delgada para bordo dos barcos em que haviam vindo (1).

Foi este o ultimo facto que motivou a conspiração e a saida para Lisboa de Fernam Jorge Velho, que alcansou o alvará de Vila para Ponta-delgada por mercê d'El-Rei D. Manuel na era de 1499. Mais tarde, a 29 de maio de 1507 passou El-Rei D. Manuel um outro Alvará em pergaminho, como ao tempo se usava, para substituir o primeiro que fora passado em papel comum.

1) Saudades da Terra, do Dr. Gaspar Fructuoso V. IV.

O terremoto de 1522, que subverteu Vila-franca, levou para esta nova Vila a séde do governo da Ilha, que foi elevada a cidade por Alvará de 2 d'abril de 1546.

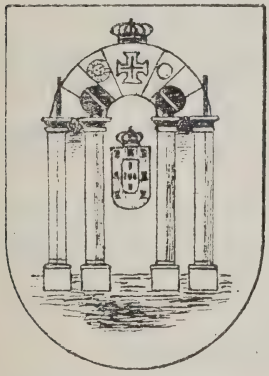
Em volta da cidade ha as seguintes fortificações:

Castelo de S. Braz, situado na freguesia de S. José, a oeste da cidade, e construido segundo o plano mandado executar por D. João III em 1552, mandando El-Rei nesta epoca, além do Sargento-mór João Fernandes de Grado, um condestavel e nove bombardeiros, com artilharia, polvora e mais munições para a defesa do porto.

Reduto de Santa Clara, que fica situado a oeste do castelo e a pequena distancia deste.

Reduto de S. Pedro, situado ao fundo da Igreja paroquial de S. Pedro.

Forte de Nossa Senhora da Mãe de Deus, no alto deste nome, mandado fortificar pelo governador militar Sebastião José de Arriaga Brum segundo o plano do engenheiro Francisco Borges de Silva, sendo depois transformado em passeio publico.



O Brazão d'armas de Ponta-delgada compõe-se de um portico sustentado por quatro colunas, tendo ao centro as armas Reais. Sobre as duas colunas da parte interna avultam duas esferas armilares, e sobre as da externa duas tochas ardentes; na volta do arco e na parte superior está a Cruz da Ordem de Cristo, tendo de um lado o Sol significando a justiça e do outro a Lua simbolizando a Senhora da Conceição. O remate do portico é a Corôa Real e por cima tres setas com uma palma atravessada.

Setas e palmas são o emblema do Martir S. Sebastião, padroeiro da cidade; a Cruz de Cristo e as esferas são as divisas de D. Manoel, que a elevou a Vila.

Formam a cidade as tres seguintes freguesias:

Freguesia Matriz de S. Sebastião, que ocupa a parte central da cidade, com sua Igreja paroquial, com o titulo de Matriz, invocada áquele santo e come-

çada a construir em 1531, no mesmo sitio onde o povo havia levantado uma Ermida da mesma invocação, quando a peste então ali grassou.

E' um rico templo, quer em arte como em grandeza e sitio onde se acha colocado.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos invocados a:

a) *Santo André*, junto ao convento de freiras de Santa Clara, fundado em 1567 por Diogo Vaz Carreiro e mulher Beatriz Roiz Raposo, que lhe doaram 70 moios de trigo com obrigação de ali serem recolhidas até quatorze freiras, suas parentes.

A Bula da fundação tem porém a data de 15 de maio de 1535.

Junto existia uma Ermida de Santo André, então padroeiro da cidade, que pertencia ao municipio, que foi permutada com o fundador.

b) *Santa Ana*, junto ao recolhimento deste nome, mandado levantar pelo Licenciado Antonio de Frias, segundo testamento, com que faleceu, de 11 de novembro de 1624.

Foi neste recolhimento que primeiro estiveram os frades gracianos, quando a esta Ilha abordaram, até 1628.

c) *Santa Barbara*, construido com licença do Bispo d'Angra D. Jeronino Teixeira Cabral, nos anos de 1600 a 1612.

Junto a ela está o Convento do mesmo nome, mandado construir por Roque Teixeira e mulher Maria Esteves, para nele recolherem suas filhas como terceiras de Santo Agostinho, estando por essa razão sob a obediencia do Prior do Convento da Graça.

E' hoje recolhimento com estatutos proprios.

d) *Todos os Santos* (colegio dos Jesuitas), começado a edificar em 1592 em terrenos doados á Companhia de Jesus por João Lopes Henriques e Capitão Manuel da Costa.

Em 1625 começaram as obras do Colegio novo e em 1637 as da nova Igreja.

Em 1788 tomou posse do Colegio Nicolau Maria Raposo, por compra á Fazenda Nacional por 1.600$000.

e) *S. João ante portam latinam*, junto ao Mosteiro de

freiras de Santa Clara, fundado por Manuel Martins Soares e mulher Maria Joana Raposo, que por escritura de dez d'agosto de 1602 se fez sua padroeira. O Papa Paulo V confirmou este Mosteiro por Bula de 1616; hoje acha-se instalado nele o quartel de Infantaria 26; estando a Igreja arruinada.

f) *Nossa Senhora d'Ajuda*, que ficava contiguo ás casas de Francisco Afonso de Chaves, e parece fora mandado construir por Izabel de Miranda, pois diz em escritura de 24 de maio de 1593 que doa o fôro de mil reis para a fabrica do oratorio que fizera na sua casa.

g) *Santo Antonio*, na Rua do Melo contiguo ás casas dos herdeiros de Francisco Borges Bicudo.

Foi mandado construir por D. Maria da Camara Medeiros e seu marido no ano de 1718.

h) *S. Bento*, junto ás casas de Antonio José de Vasconcelos na Rua da Misericordia Velha.

Está profanado.

i) *Nossa Senhora da Boa Morte*, na Rua de S. João, defronte do quartel de infantaria e contiguo ás casas de Francisco de Betencourt.

Em 1699 pertencia a Braz Barbosa e está hoje profanado.

j) *S. Braz*, na Rua deste nome, junto ás casas do Dr. João de Beteucourt; já existia em 1716; pertence hoje á Junta de paroquia e está aberto ao publico nos dias de S. Braz e Santa Luzia.

k) *Espirito Santo*, mandado construir pelo Barão de Jacome, como provedor da Misericordia de Ponta-delgada, em 1569, no sitio em que nasceu a Veneravel Margarida de Chaves.

Foi demolido por Salomão Bensaude onde construiu as suas casas comerciais que ali tem.

l) *S. Francisco d'Assis*, no sitio denominado Bela-Vista, e mandado construir pelo Dr. Francisco Joaquim Machado, conego da Sé d'Angra e no sitio onde tinha havido uma outra.

Está demolido, pertencendo o predio aos herdeiros de José de Medeiros Cogumbreiro.

m) *S. João de Deus*, na rua deste nome junto ás casas da familia Raposo d'Amaral.

Em 1711 era administrado por D. Maria da Silva, viuva de João Borges da Silva: hoje profanado.

c) *Santa Margarida, Martir*, mandado construir por Manuel Teixeira nas casas onde morreu a Veneravel Margarida de Chaves, defronte da rua de S. João de Deus.

Em 1646 dotou-o com um moio de trigo, e em 1840 e tantos era destruido.

Freguesia de S. Pedro, que ocupa a parte oriental da cidade, sendo a mais antiga das freguesias, com sua Igreja paroquial invocada ao Apostolo S. Pedro, ignorando-se a data da sua construção; mas já em 9 de julho de 1544 diz Francisco Fernandes que tinha jazigo seu junto ao cruzeiro.

Em 1642 foi reconstruida com o producto de fintas lançado na freguesia.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Graça*, hoje profanado, com seu convento fundado com o auxilio do Dr. Manuel Sanches d'Almada, ouvidor e Vigario-geral em S. Miguel.

Os religiosos Agostinhos, que haviam arribado a Ponta-delgada em 1606, neste convento instalaram-se depois de estarem no recolhimento de Sant'Ana, em 1628, e nele se abriram as aulas de artes e teologia especulativa.

Actualmente neste convento está instalado a Escola primaria Superior, o Museu, Posto Meteorologico e Biblioteca publica.

b) *Nossa Senhora da Mãe de Deus*, mandado construir no alto que tem este nome, por Diogo Afonso Cogumbreiro que faleceu em 1547 e concluido por sua mulher D. Branca Rodrigues.

Sebastião José d'Arriaga Brum, governador militar que foi em S. Miguel desde 1831 a 1821, fortificou aquele alto, segundo o plano do engenheiro Francisco Borges da Silva, mas José Teixeira Homem de Berderode, quando governador militar desde 1823 a 1828, ajudado por uma subscrição de particulares em 1825, removeu dali as fortificações e reduziu aquele alto a passeio publico—

segundo a inscrição que lá se vê da autoria do Padre Mestre João José d'Amaral.

«Á branda voz do Chefe Berdered
prontos acodem gratos insulanos,
eis surge em breve transmudada a scena
aplaudido recreio»

Por ordem do Governador militar em 1915 foi arrasado o templo, para não servir de alvo aos submarinos Alemães, na guerra Européa de 1914.

A cinco de março de 1922, foi lançada a primeira pedra para a reedificação da nova Igreja, por subscrição publica.

c) *Nossa Senhora da Natividade*, no largo de Camões; em fins do seculo XV era a séde de uma confraria de pretos, tendo sido expropriado pelo municipio em 1850 quando se construiu o Largo.

d) *Nossa Senhora do Amparo*, junto ás casas que foram do Dr. Ernesto do Canto na Rua do seu nome, e já existia em 1594.

e) *Nossa Senhora da Boa Nova*, situada á Calheta e construida em 1610, por Pedro Borges de Gandia que a dotou com 5 alq. de terra.

Foi expropriado á familia Borges de Sousa quando se construiu a cadeia da Relação, edificando-se uma capela no interior do edificio, invocada á mesma Senhora.

f) *Ermida de Santo Cristo*, junto ás casas do Visconde das Larangeiras, na estrada da Fajã de Baixo.

g) *Ermida de S. Gonçalo*, actualmente a cargo da Misericordia de Ponta-delgada e outrora de muita devoção.

Freguesia de S. José, que ocupa a parte ocidental da cidade, e na ordem da creação a terceira freguesia.

A sua primitiva Igreja paroquial foi erecta no sitio onde hoje está o Teatro Micaelense, começando a servir em 1714, sendo profanada em 2 de setembro de 1840.

Actualmente acha-se instalada a paroquial desta freguesia na Igreja dos Franciscanos, começada a edificar-se em 1709 no sitio dado por D. Guiomar de Sá, dirigindo as obras Fr. Gonçalo de Jesus.

O convento que lhe fica junto, e onde está hoje instalado o Hospital e Misericordia da cidade, foi fundado em 1525 por Fr. Vasco Teixeira, junto a uma Ermida de Nossa Senhora da Conceição que pertencia á Camara Municipal, que nesta data a passou por doação para a Ordem de S. Francisco.

Extintas as ordens religiosas por carta de lei de 30 de julho de1839, instalou-se neste convento a Misericordia e seu hospital, que primitivamente se havia estabelecido—no *Largo da Misericordia*.

Desconhece-se a data precisa da fundação desta Irmandade, supondo-se haver sido por Catarina Simoa, e que Afonso Anes, Cavaleiro do Habito de S. Lazaro doou o sitio em que se fundou o primitivo hospital e Igreja, fazendo á sua custa a capela-mór.

É a mais rica de todas as Misericordias da Ilha.

Ha nesta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Santissima Trindade*, junto a um pequeno recolhimento fundado por Antonio de Sá Betencourt, antes de 1541; pertence aos herdeiros do Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque.

b) *S. Mateus*, no largo da Conceição e junto ás casas do Conde da Ribeira

Tambem e por vezes serviu de paroquia, sendo arrasada com o paço dos Condes da Ribeira, pelo primeiro Barão da Fonte Bela, ao construir o edificio onde hoje se acha instalado o Liceu Central.

c) *Santa Barbara*, edificado no castelo de S. Braz, sendo padroeira dos bombardeiros.

Começou a servir em 1553, tendo seu capelão, creado pelo Capitão-donatario D. Manoel da Camara.

d) *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, no povoado denominado —*Ramalho*— que fica a 2k. da séde da freguesia, mandado construir por André da Ponte Quental, junto ás suas casas de morada, e por ele dotado com o fôro de 20$000 reis anuais.

e) *S. Braz*, que havia no sitio do Castelo que lhe tomou o nome, anteior a 1554.

f) *Santa Catarina*, junto ás casas do Conde de San-

ta Catarina, Manoel Rebelo Borges de Castro da Camara Lemes.

Pedro Jacome e mulher Ana Gonçalves instituiram em 1525 e 1528 vinculo que compreendia aquela casa e Ermida.

g) *Corpo Santo*, onde está hoje o mercado do peixe e nele esteve a confraria de S. Pedro Gonçalves.

h) *Nossa Senhora das Chagas*, mandado edificar pelo P.e Diogo de Paiva que o dotou em 1553, servindo de paroquia enquanto se fizeram obras na Igreja de Santa Clara, e ficava no canto da Conceição, defronte do edificio do Governo Civil.

i) *Nossa Senhora da Conceição*, junto ao convento desta invocação, mandado pelos Drs. Padre Francisco d'Andrade Albuquerque e seu irmão João d'Andrade Albuquerque, com breve do Papa Clemente IX de 14 de maio de 1664, entrando as primeiras freiras em 3 d'agosto de 1671.

Neste edificio estão instaladas hoje varias repartições entre as quais a do Governo Civil.

j) *Nossa Senhora do Desterro*, na rua deste nome e mandado edificar pelo Licenciado Francisco Nunes Bago e mulher Izabel da Costa Arruda, e por eles dotado com 15 alqueires de trigo de fôro por escritura a 5 de março de 1620.

k) *Nossa Senhora das Dores*, edificado junto á Igreja dos Franciscanos.

l) *Nossa Senhora da Esperança*, e seu Convento, começando a edificação por mandado do capitão-donatario Ruy Gonçalves da Camara e continuada por sua mulher D. Filipa Coutinho, em terreno doado por Fernando de Quental e mulher Margarida de Matos, e com o auxilio de muitos moradores de Ponta-Delgada.

Em 23 de abril de 1541 entraram as primeiras freiras, vindas da Recoleta de Vale de Cabaços.

E' nesta Igreja que está a mui Veneravel Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, de reconhecida devoção em todos os Açores, e que fora dada pelo S. Padre ás freiras que a Roma foram solicitar Bula para a edificação do Convento de Vale de Cabaços.

m) *Nossa Senhora do Parto*, nas casas do falecido

Pedro d'Alcantara Borges Bicudo, onde está hoje o Hotel Brown.

n) *Nossa Senhora da Ressurreição*, tambem conhecido por Soledade, nas casas ao lado do nascente do Campo de S. Francisco, mandado edificar por Cristovam de Matos Quental que o dotou com o foro de 2.000 reis por escritura de 19 de dezembro de 1609.

o) *Nossa Senhora da Vitoria*, junto às casas de Pedro Julio da Camara Leme, na Rua do Teatro.

p) *Santa Clara*, edificado no extremo oeste da cidade, e já existente em 1522.

Parece fôra mandado construir por Matias Tavares, Pedro de Souza, João de Medeiros e Roque Gonçalves.

D. Pedro de Castilho, bispo d'Angra, creou nele a terceira freguesia da Cidade (S. José) hoje é um curato nesta freguesia por Alvará de 15 de novembro de 1728.

Foi restaurada em 1874 pelo Barão da Fonte Bela.

q) *Santa Luzia*, sita da rua deste nome e junto ás casas de morada que foi de Nicolau Antonio Borges de Betencourt.

E' anterior a 1645, data em que Catarina de S. João viuva de Domingos d'Aguiar testou, falando nella.

r) *S. Joaquim*, que ficava proximo ao cemiterio de Ponta-delgada, e juntamente com a casa que lhe ficava proxima fazia parte do vinculo instituido por D. Catarina Correia Botelho em testamento de 31 de dezembro de 1666.

Foi demolido pelo seu ultimo dono Alipio Coelho d'Amaral.

Freguesia de Nossa Senhora do Livramento que fica a 5 k. da séde do concelho, fazendo antigamente parte da freguesia de Rosto de Cão da qual se separou.

Assim se chama da invocação da sua Igreja paroquial que se julga ter sido mandada edificar pelo Padre João Alves de Lordelo, no seculo XVII, sendo elevada a paroquia por Alvará de 27 de outubro de 1727.

Tem mais esta freguesia os seguintes Templos:

a) *Jesus, Maria e José*, situado na canada do Bago que entrou no vinculo do Padre João Martins Machado

em 1703, pertencendo hoje aos herdeiros do Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque de Ponta-delgada.

b) *Nossa Senhora da Penha de França*, que fica junto ás casas do falecido Conde da Forte Bella, no sitio denominado —Botelho.

c) *S. Caetano*, junto ás casas do Dr. Jacinto d'Andrade Betencourt, e por ele vinculado juntamente com a casa e quinta que lhe fica ao lado em 1783.

d) *Nossa Senhora do Carmo*, mandado construir pelos Padres da Companhia de Jesus junto ás suas casas de verão; pertence hoje aos herdeiros de Francisco Rodrigues de Paiva Reis.

e) *Nossa Senhora da Gloria*, pertencia antes de 1541 a Gonçalves d'Araujo, hoje pertence aos herdeiros de Mateus d'Andrade Albuquerque.

f) *Nosso Senhora do Populo*, no sitio que tem este nome mandado edificar por Jacques de Padron, negociante francês, estabelecido em Ponta-delgada, e consorte Luiza de Medeiros, segundo diz em seu testamento de 8 de novembro de 1605, e por provisão de 10 de março de 1676 do Bispo d'Angra D. Fr. Lourenço de Castro.

Freguesia de Rosto de Cão, que fica a 3 k. da séde do concelho e assim chamado por o Ilheu que lhe fica junto ter a forma de um cão, sentado e com o focinho voltado para terra.

Teve uma pequena fortaleza denominada Reduto de S. Roque.

Foi neste logar e numa pequena elevação que esteve levantada a forca da jurisdição de Ponta-delgada, entre ameias, parecendo um pequeno Castelo.

A Igreja paroquial deste logar é bastante antiga e invocada a S. Roque.

Tem esta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora de Belem*, que fica situado na Canada que tem este nome; Manuel Lopes Torres Quintanilha, compreendeu esta Ermida no seu vinculo, em 1671.

Mais tarde foi adquirida pelos Jesuitas, que junto de'a fizeram construir uma casa onde se recolhiam quando doentes.

b) *Nossa Senhora das Brotas*, sito ás Quatro Canadas.

No principio do seculo passado pertencia a José Francisco Bicho, mas já em 1876 não existia.

c) *S. João Nopomeceno*, sito ao Loureiro, e que pertencia a Francisco José Loureiro que deu o nome ao sitio, e hoje é dos herdeiros de Nicolau Maria Raposo de Amaral; destruido.

d)*Santa Madalena*, que já existia no tempo do Dr. Gaspar Fructuoso; começou a ser reedificada, mas não acabaram a obra.

e) *Santa Tereza*, no sitio da Abilheira, e que pertencia a Luiz José Velho de Melo Cabral e hoje aos herdeiros do Visconde de Santa Barbara.

f) *Santa Rosa de Viterbo*, no mesmo sitio da Abilheira, pertencia em 1810 a André de Sousa Muniz, de Rosto de Cão e hoje pertence aos herdeiros de João da Silva Cabral.

g) *Santo Antonio*, no mesmo sitio da Abilheira e junto ás casas de João de Freitas da Silva.

h) *S. João*, no referido sitio da Abilheira, mandado construir por João José de Pimentel e pertencente hoje aos herdeiros do Marquez da Praia, e que está em completo estado de ruina.

i) *Nossa Senhora do Pilar*, no sitio dosPrestes, mandado construir por José Caetano Dias do Canto Medeiros em 1818, depois de mandado arrasar o que tinha, da mesma invocação na Fajão de Cima.

j) *Santa Margarida de Chaves*, na mesma canada dos Prestes mandado construir pelo capitão Francisco Afonso de Chaves que faleceu em 1703. na sua quinta, vinculando-lhe a terça, com obrigação de seus herdeiros manterem a Ermida.

Freguesia da Fajã de Baixo, que fica a 3 k. da sede do concelho, e assim chamada por estar assente em terreno chão, e *de Baixo*, para a distinguir de uma outra que fica um pouco mais acima e se denomina—*Fajã de Cima*.

E' povoado antigo, desconhecendo-se porém a epoca da sua colonização, mas conhecido já do nosso historiador Dr. Gospar Fructuoso.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora dos Anjos e antes até 1585, invocada a Nossa Senhora d'Assunção e colocada um pouco mais acima da actual, tendo aquela já sido restaurada em 1662.

Tem mais esta freguesia os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora da Conceição*, construido dentro das casas que foram de Nicolau Antonio Borges de Betencourt, mas com porta para a estrada publica,e á qual fez patrimonio Simão da Fonseca em 1688.

Já não existe.

b) *Nossa Senhora do Egito*, junto ás casas que foram do capitão Antonio Soares de Sousa e consorte D. Antonia do Canto Medeiros. que a dotaram com patrimonio em 1687.

Pertence hoje aos herdeiros de José Maria da Camara Coutinho.

c) *Nossa Senhora da Encarnação*, já destruido, e o mais antigo que houve na freguesia, edificado proximo á Igreja paroquial e pertencente a André Manuel Alvares Gabral.

d) *Nossa Senhora do Loreto*, junto ás casas que foram do capitão Lourenço de Frias Coutinho, que lhe fez patrimonio em 1699.

Foi reconstruido em 1720, e pertence hoje aos herdeiros de Antonio Cimbron Borges de Souza.

e) *Santa Rita*, mandado edificar pelo Tenente Bernardo Gomes e esposa Luiza de S. Francisco em 1765, dotando-a com tres alqueires de terra situados ao Rocio das Capelas.

E' hoje propriedade dos herdeiros de Victorino José de Melo.

f) *Nossa Senhora da Soledade*, mandado construir pelo padre Manuel da Costa Carneiro em 1674, no sitio denominado Grimanesa.

g) *Nossa Senhora da Rosa*, junto ás casas que foram de João Elias da Costa, e pertencente hoje aos herdeiros do Conde da Fonte Bela.

h) *Nossa Senhora de Lourdes*, no sitio da Abilheira, mandado edificar por João Maria da Silveira Borges, no seu predio, ficando concluido em 1825, pertencendo hoje a Joaquim Alves Cabral Junior.

Freguesia da Fajã de Cima. que fica a 5 k. da séde do Concelho, e assim chamada, tambem por assentar em terreno chão. e—*de Cima*—por ser mais alta e afastada da séde que a outra Fajã.

E' povoado antigo e importante, sendo a sua actual Igreja paroquial construida em 1856 em terreno doado por Manuel Inacio da Silveira (Barão de Nossa Senhora d'Oliveira) cuja invocação é de Nossa Senhora d'Oliveira.

Antes havia uma Ermida desta mesmo invocação que servia ao publico, mandada construir por Manuel Martins da Silva em 1726, que se arrasou, sendo o chão vendido a particulares.

Tem esta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora da Penã*, mandado construir por Beatriz Coutinho, viuva de Manuel Corrêa, de Ponta-Delgada em 1720. Já não existe.

b) *Nossa Senhora do Pilar*, mandado construir por Jordão Jacome Roposo e consorte D. Maria Margarida de Medeiros em 1682.

Pertenceu depois a José Caetano Dias do Canto Medeiros, que o passou para uma propriedade na Canada dos Prestes (Rosto de Cão) em 1818.

Freguesia dos Arrifes que fica a 4 k. da séde, podendo bem dizer-se que é uma continuação da freguesia de S. José de Ponta-Delgada; é assim chamada por ficar em logar inclinado e de mau acesso.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Saude e fundada por D. Margarida da Camara, viuva de Cristovão Dias, segundo seu testamento de 1627.

Tem esta freguesia mais os seguintes Templos:

a) *Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda*, no povoado denominado—Covoada—fundado por Gaspar de Medeiros, o velho.

b) *Nossa Senhora do Bom Despacho*, já existente em 1564, e anexado ao vinculo do capitão Jacome de Medeiros e Sousa em seu testamento de 1688.

c) *Nossa Senhora da Conceição*, edificado no Monte de Manuel da Camara Coutinho e mulher D. Tereza Maria Sampaio, que em seu testamento de 1756 lhes fazem o patrimonio de 2 alqueires de terra.

d) *Igreja de Nossa Senhora dos Milagres,* desconhecendo-se a data da sua construção, no povoado denominado Milagres e formando um curato sufraganeo.

e) *Nossa Senhora da Piedade,* mandado construir por João Dias, escudeiro, junto ás suas casas, fazendo-lhe patrimonio em 1530.

Freguesia da Relva, que fica a 5 k. da séde, ao longo da rocha, e assim chamada, por nos tempos da colonização ser um campo de muita herva, onde pastava o gado, a que comumente o povo chama—relva.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora das Neves, tendo já seu capelão em 1526.

Anteriormente denominava o povo este templo por Igreja do Contador, sem duvida porque Martim Vaz, que teve este cargo e neste logar viveu, contribuiu para a edificação dela.

Compreende mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora dos Aflitos,* na Grota do Contador, mandado edificar pelo capitão Inacio de Melo, segundo seu testamento de 16 de maio de 1618, em que ordenava se fizesse uma casa para o Ermitão que tratasse do templo.

b) *S. José,* em ruinas, e edificado junto ás casas que foram dos Condes da Ribeira-grande.

c) *Nossa Senhora da Vitoria,* mandada edificar pelo Padre Manuel Fernandes Vitoria, em propriedade sua, que vinculou em favor de sua sobrinha D. Mariana Vitoria de Faria, mulher de Francisco Machado de Faria e Maia.

Freguesia das Fèteiras, que fica a 14 k. da séde do Concelho e assim chamada pelà grande abundancia de fétos que tinha nos seus campos ao começar a ser colonizada.

E' povoado antigo e constituido em paroquia nos fins do seculo XV, com sua Igreja invocada a Santa Luzia, edificada em terreno do passal, que no ultimo quartel do seculo XVI se achava arruinada e incapaz do serviço do culto, pelo que deixou de servir de paroquial desde os principios do seculo XVII.

Igreja de Nossa Senhora do Guadalupe, mandada construir por Jorge Camelo Pereira, tambem conhecido por Jorge Camelo do Costa Cogumbreiro e mulher D. Margarida Pacheco, no seculo XVI, no local da casa de Pedro Afonso da Costa Cogumbreiro, pai de Jorge Camelo, gastando nesta obra mais de 3.000 cruzados.

Abandonada a antiga Igreja paroquial, introduziram-se a pouco e pouco melhoramentos na Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, ampliando-se e transformando-se em paroquial sob a invocação de Santa Luzia.

Freguesia das Capelas, que fica a 10 k. da séde do Concelho, e assim chamada, ou por ali se fazerem *capelas* pelo S. João, ou então, como é mais provavel, por em seus campos pastarem muitas vacas malhadas que os antigos denominavam—*capelas*—outros dizem que este nome lhe vem dos nichos, a que o povo chama capelas, cavadas pelo fogo na rocha junto ao mar.

Foi este logar elevado a Vila, por lei de 23 de julho de 1839, sendo-lhe porém suprimido o foral em 1854, por se provar a falta de recursos na manutenção do seu Municipio.

A sua Igreja paroquial que tem o titulo de Matriz-prioral, é invocada a Nossa Senhora da Apresentação, e foi criada paroquia por proposta de D. Manuel de Gouvea, Bispo d'Angra, por Carta-regia de 11 de Novembro de 1592.

Antes porém houve neste logar uma outra Igreja, que servia de paroquia e cujo chão foi vendido em 1633, e que era invocada a Santa Barbara e situada aos Poços.

Tem esta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Anjo da Guarda*, construido no seculo XVII e pertencia aos frades da Graça, de Ponta Delgada; já não existia em 1896.

b) *Sant'Ana*, hoje profanada, mandado edificar por Jordão de Vasconcelos e que fica proximo á Igreja paroquial.

c) *Igreja de Nossa Senhora da Conceição*, sita á Conceição, mandado construir pelo capitão Agostinho de Medeiros da Costa, que faleceu em 1696, sendo reconstruido em 1830, e forma hoje um curato.

d) *Nossa Senhora da Natividade*, mandado construir pelo Licenciado Antonio Pereira Botelho, que faleceu a 22 de junho de 1687, sito ao Pombal; destruido.

e) *Nossa Senhora da Piedade*, que era junto ás casas de André Manuel Alvares Cabral, e foi demolido em 1866 por ordem de André Cabral.

f) *Santa Rita*, mandado construir pelo tenente Bernardo Antonio de Melo em 1756, na sua quinta, e pertence hoje ao P.e Manuel Antonio Botelho.

g) *Nossa Senhora do Rosario*, edificado junto ás casas de Amancio da Silveira Gago da Camara.

Freguesia de S. Vicente Ferreira, que fica a 10 k. da séde do concelho, assim chamada da invocação da sua Igreja paroquial, e que antes era sufraganea da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Fenais, havendo sido creada curato por Alvará de 16 de Março de 1838.

Freguesia de Santo Antonio, que fica a 15 k. da séde do concelho e assim denominada da invocação da sua Igreja paroquial que já existia em 1524.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Mãe de Deus*, que ficava no principio da freguesia.

b) *Nossa Senhora do Rosario*, mandado construir por Alvaro Lopes da Costa e fica defronte do cemiterio da freguesia, sobre a rocha.

O tremor de terra de 16 d'abril de 1852 abateu-lhe a capela e altar, sendo as Imagens transportadas para a Igreja paroquial; mais tarde foi reconstruido.

c) *Ermida de Santa Barbara*, no povoado d'este nome, formando hoje um curato.

Freguesia dos Mosteiros, que fica a 29 k. da séde do concelho, e assim a denominaram porque na sua frente existem quatro ilheos que se assemelham a mosteiros (conventos de frades) com dois redutos, hoje desmantelados que lhe serviram de defesa.

A sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora da Conceição já tinha Vigario em 1568, data em que lhe foi acrescentada a congrua.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Lazaro*, mandado construir por Afonso d'Oliveira, quando doente de lepra, antes de 1586, pois nesta assim testou sua mulher Solanda Gomes.

b) *Igreja de S. Nicolau*, mandada construir por Nicolau Maria Raposo d'Amaral no ano de 1850, que durante anos sustentou á sua custa um capelão

E' situada no Vale das Sete cidades, povoação que fica nas margens de uma importante lagoa no fundo de uma cratera que tem perto de 15 kilometros de circunferencia e em baixo 5 de comprido e 2,5 de largo.

Do cimo da cumieira, altura não inferior a 500 metros, comtempla-se uma surprehendente vista.

Freguesia da Bretanha, que fica a 25 k. da séde e assim chamada, ou porque nela tinham sua fazenda alguns bretões, ou por os antigos chamarem —*bretanha*—a uma terra alta.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora d'Ajuda, e já existia como paroquia em 1568, data em que a congrua do seu Vigario foi acrescentada com mais 10$000, devendo talvez ter sido concluida em 1525.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Igreja de Nossa Senhora do Pilar*, no povoado que tem este nome e tambem o de—*João-Bom*—formando curato antes de 1716 e foi modernamente reconstruido.

b) *Igreja de Nossa Senhora dos Remedios*, no povoado d'este nome e construida depois 1856, que forma curato, tendo havido uma outra um pouco mais acima que desapareceu totalmente.

Freguesia dos Fenais, que fica a 10 k. da séde do concelho, e assim chamada da grande abundancia de feno que criavam os seus campos no tempo da colonização; e para a distinguirem dos outros Fenais pertencente ao Concelho da Ribeira-grande, tomou mais o nome da invocação da sua Igreja paroquial—*Nossa Senhora da Luz*—qne já tinha Vigario em 1568.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Pedro*, mandado construir por Jacome Dias

Corrêa e mulher Beatriz Rodrigues Raposo, que em seu testamento de 14 de dezembro de 1532, mandou que se adquirisse uma Imagem de S. Pedro; sobre a rocha.

b) *Nossa Senhora da Purificação*, tambem denominado Senhora da Luz, mandado edificar por aquele Jacome Dias e mulher, junto ás suas casas.

Tinha cura já em 1526.

c) *S. Jeronimo*, ignorando-se a data da sua construção, de muita devoção no povoado.

d) *Nossa Senhora dos Aflitos*, ignorando-se tambem a data da sua construção; é de grande devoção e a ela faz o povo ameudadas romarias.

Freguesia da Candelaria, que fica a 18 k. da séde do concelho e assim chamada do nome da invocação de sua Igreja paroquial—Nossa Senhora das Candeias—que já existia como paroquia em 1568 data em que foi aumentada a congrua do seu Vigario com mais 10$000.

Tem mais

Ermida de Nossa Senhora do Socorro, mandada edificar por Diogo Gonçalves, a meia legua aproximadamente da séde da freguesia.

Freguesia dos Ginetes, que fica a 25 k. da sède do concelho e assim chamada, ou por o pico que a resguarda dos Ventos do mar—«ter uma selada a meio, como sela»—ou por nos seus campos se criar antigamente muita raça cavalar—*ginetes*.

E' nesta freguesia e nas proximidades da rocha maritima que se acha instalado um posto semaforico desde 1892 e contiguo a este um grande e bem preparado edificio com um magnifico farol.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Sebastião e construida entre os anos de 1603 a 1635, para substituir a primitiva, edificada no sitio da Lombinha, á custa da Fazenda Real, no tempo de D. João III.

Tem mais

Ermida de Jesus, Maria, José, no logar da Varzea, edificada em 1702, em terreno doado por Maria de S. Tiago, filha de Bartolomeu de Teves, com seu cura sufraganeo ao Vigario dos Ginetes.

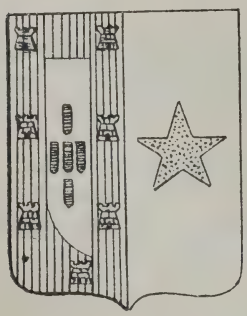
Vila da Ribeira Grande, que fica a 18 k. aproximadamadamente de Ponta-delgada, situado na costa norte e quasi a meio da Ilha e assente numa planicie ao longo de uma enseada que lhe forma o porto, pouco seguro pelos seus recifes e exposição aos ventos; tem no porto de Santa Iria um pequeno cais, que dista do Vila cerca de 4 k., mas pouco frequentado.

Tomou esta Vila o nome da ribeira que a atravessa no sentido—sul-norte—que é a mais importante ribeira de toda a Ilha, e começou a ser colonizada depois de Ponta-delgada, recebendo o foral de Vila por Alvará de D. Manuel de 4 d'agosto de 1507.

E' a mais populosa de todas as Vilas Açoreanas, bastante industrial, sendo os seus terrenos aptos a todo o genero de cultura; abundantissima de aguas, tem grande numero de moinhos de cereais e em 1723 tinha uma boa fabrica de panos de lã mandada construir por D. Luiz da Camara, conde da Ribeira-grande, havendo ainda mais de mil teares empregados na tecelagem de linhos produzidos nas suas terras.

Para sua defesa maritima teve um velho forte, que montava oito peças de artilharia servido por milicianos, segnndo o regimento de então.

O seu Brazão d'armas segundo o emblema do seu Estandarte Municipal, compõe-se de um escudo bi-partido, de um lado as armas de Portugal, do outro uma Estrela de oiro em campo de prata.



Formam a Vila as duas seguintes freguesias:

Freguesia de N. Senhora da Estrela, que ocupa a parte este da Vila, a mais importante em edificios e onde estão instaladas as repartições publicas.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Estrela, tambem por alguns denominada Nossa Senhora da Purificação; e foi aquela invocação escolhida, por fiar aquele sitio da parte da *Estrela do Norte* e em local elevado.

Foi mandada construir á custa dos habitantes ricos

do logar em 1507, sendo sagrada pelo Bispo D. Duarte, á ordem de D. Diogo Pinheiro, Bispo do Funchal, a 8 de Março de 1517.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Igreja da Misericordia*, invocada ao Espirito Santo e pertencente á Irmandade da Misericordia, instituida pela Camara e povo da Vila em 1592 e confirmada por Alvará Regio de 22 de fevereiro de 1593.

Junto á Igreja havia o hospital que se acha hoje instalado no Convento dos Franciscanos, estando no edificio hospitalar algumas repartições publicas.

b) *Santa Luzia*, com esta invocação e sita na Rua que tem este nome; ignora-se a data da sua construção, mas deverá ser do seculo XV ou principios do XVI, e dele fala o Dr. Gaspar Frutuoso nas suas «Saudades da Terra».

c) *Nossa Senhora da Natividade*, sita no logar denominado o Rosario, e onde existiu outr'ora uma Ermida invocada a Nossa Senhora do Rosario, mandada edificar por Francisco Taveira de Neiva, e sua mulher Izabel Caldeira em 1586, junto ás suas casas de morada.

Presentemente quasi em ruinas.

d) *S. Pedro Gonçalves*, tambem denominado Corpo Santo e situado na Praça, proximo á Camará Municipal.

e) *Nossa Senhora da Salvação*, sito na Rua d'esta invocação; pertenceu á casa morgado Mauricio d'Arruda Botelho.

f) *S Vicente*, junto ás casas do falecido Visconde da Praia, que o obteve por permuta com Antonio Francisco Botelho Sampaio Arruda.

g) *Santo André*, construido talvez nos fins do seculo XV e reconstruido em 1648 por um individuo alcunhado de—Abobora.

Tem um triptico de certo valor, tendo ao centro a Imagem de Santo André e aos lados as de Santa Barbara e Santa Catarina.

h) *Igreja de Jesus*, pertencente ao antigo Mosteiro das freiras, da Ordem de Santa Clara. A torre, ultimo signal

UNIVERSITY OF ILLINOIS LIBRARY

da Igreja e do Convento, foi abatida no ano passado para utilidade da pedra.

Julga-se haver sido fundado este Convento, no ano de 1530 por Pedro Rodrigues da Camara e sua Consorte D. Margarida de Betencourt em sua propria casa de morada, sendo depois autorizado legalmente por Bula de 8 de fevereiro de 1543.

i) *Nossa Senhora das Preces*, mandada edificar pelo capitão-mór da Ribeira-grande Pedro da Ponte Raposo, segundo declara em seu testamento de 1699, Junto á sua casa de morada na Rua Direita; pertenceu depois ao vinculo do morgado Ildefonso Climaco Raposo Bicudo Corrêa, e foi ha anos devorada pelas chamas de um incendio.

k) *Nossa Senhora da Caridade*, que era, segundo diz o Dr. Gaspar Frutuoso «da mui nobre Julia Tavêira»; que já não existe.

l) *Nossa Senhora da Consolação*, que tambem já não existe, e era dos nobres Calumbreiros.

m) *Igreja de São Salvador do Mundo*, no povoado denominado Ribeirinha—a 3 k. da Vila—e assim denominada da ribeira que lhe passa ser muito mais pequena que a que atravessa a Vila.

Forma um curato creado em 1674 pelo Bispo d'Angra D. Fr. Lourenço da Costa.

Antes havia uma Ermida Junto ás casas de Catarina Fernandes, mulher que foi de Antonio Rodrigues da Camara, pertencendo depois aos ascendentes do Conde da Silvã.

Foi nesta Ermida que se recolheram os Padres da Recolete do Vale das Furnas por ocasião da erupção de 2 de setembro de 1830.

n) *Santo Antonio*, no mesmo povoado da Ribeirinha, mandado edificar por breve do Papa, por Jordão Jacome, para substituir uma outra da mesma invocação que havia em Lisboa, pertencente ao vinculo de Nuno d'Atouguia, e que se havia destruido no terremoto de 1 de novembro de 1755.

o) *Igreja de Nossa Senhora do Loreto*, que já não existe, e a quem, diz Fr. Agostinho de Mont'Alverne, D. Manuel pagava dois moios de trigo anualmente, para sus-

tentação do Capelão que dissesse missa ao povo da Vila.

p) *Nossa Senhora da Saude*, no povoado e estação balnear denominado - Caldeiras - vale pequeno, cercado de montes, tendo ao meio uma Sulfatára (caldeira) que lhe deu o nome.

Antigamente houve neste povoado uma fabrica de pedra hume que começou a trabalhar em 1565, por conta do governo, por iniciativa do Dr. Gaspar Gonçalves, que teve curta duração.

A Ermida invocada a Nossa Senhora da Saude foi edificada por subscrição publica no ano de 1850, havendo antes um oratorio em uma casa particular onde se dizia missa no verão.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que ocupa a parte O. da Vila, com sua Igreja paroquial com aquela invocação, ignorando-se a data da sua edificação, sendo porém erecta paroquia por Alvará régio de 21 de fevereiro de 1707.

Crê-se que foi esta Igreja construida no local onde havia a Ermida de S. Sebastião que ainda hoje dá o nome á Rua onde se acha edificada.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Conceição*, conhecido vulgarmente por Conceição Velha e tambem por Nossa Senhora das Dores.

Pertenceu a Luiz Gago da Camara e consorte Branca Afonso da Costa, segundo testamento com que morreram de 4 de março de 1534.

b) *Nossa Senhora de Guadalupe*, mandado edificar por Gonçalo Alves Hortelão e mulher Inês Pires em 1591.

Junto a este Templo edificou-se em 1612 o Covento dos Franciscanos, ampliando-se e modificando-se a Igreja.

Actualmente está instalado no Convento o Hospital da Misericordia da Vila.

c) *Nossa Senhora do Vencimento*, junto ás casas do morgado Diogo Tavares do Canto Taveira, e mandado edificar por Francisco Tavares Homem e mulher Maria d'Arruda, antes de 1670, segundo testamento com que faleceram.

Compreende mais este Concelho as seguintes freguesias:

3) **Freguesia da Ribeira-sêca,** que fica a menos de dois k. da séde do Concelho, com sua Igreja Paroquial, invocada a S. Pedro e erecta paroquia por carta do Cabido da Sé d'Angra de 12 de Dezembro de 1575, confirmada pelas Cartas-regias de 28 d'abril e 25 d'outubro de 1576.

Tem mas os seguintes templos:

a) *Igreja de Santa Barbara*, no povoado denominado Lombo de Santa Barbara, já existente em 23 d'agosto de 1643, data em que Duarte Lopes e sua mulher Maria Simões, lhe legaram 12 alqueires de trigo anualmente.

Forma este lógar hoje um curato, creado por Alvará-regio de 10 d'abril de 1736.

b) *Nossa Senhora da Saude*, sito ao Morro e mandado reconstruir por Pedro da Ponte Raposo, por ficar junto ás suas casas de morada, segundo seu testamento de 13 de dezembro de 1626.

Nem vestigios ha hoje d'esta Ermida.

c) *Nossa Senhora das Candeias*, no mesmo sitio do Morro, mandado construir por Jacome Dias Raposo.

Tambem não existe.

e) *Ecce-Homo*, tambem conhecido por Senhor da Paciencia, instituido por escritura de 22 de outubro de 1790, com patrimonio, por Eugenia Rosa e Luiza da Paixão, em sua casa, na Rua do Torninho.

E' hoje propriedade da paroquia.

f) *Nossa Senhora do Bom Sucesso*, junto ás casas de Antonio Tiburcio Machado, na Rua Direita.

De ambos os lados da porta tem um marco de pedra com a data 1748 e no cimo do Altar, lê-se—Nossa Senhora do Bom Sucesso 1737.

g) *Nossa Senhora da Quietação*, construido pelo Capitão Pedro Barbosa da Silva ou Raposo, segundo sua declaração testamentaria de 14 de setembro de 1632.

Actualmente está em ruinas, estando a Imagem na Igreja paroquial.

b) *Nossa Senhor da Mãe de Deus*, mandado edificar por Manuel da Costa, junto ás suas casas de morada, nos principios do seculo XVI ou fins do seculo XV.

Na primeira oitava da Pascoa ha uma grande romaria a esta Ermida, que hoje está arruinada desde o abalo de terra de 16 d'abril de 1848.

Foi ultimamente reparada.

Freguesia de Rabo de Peixe. que fica a 5 k. da séde e assim se chama, pela semelhança que com uma cauda de peixe tem uma das suas pontas de terra que se estendem pelo mar; fica assente no litoral, tendo uma alta rocha em forma de semi-circulo, com um pequeno cais para serviço dos pescadores.

Outros dizem ser esta freguesia assim chamada por nela se encontrar, no tempo da primeiro colonização, uma cauda de um grande e desconhecido peixe.

A sua Igreja paroquial é invocada ao Bom Jesus, desconhecendo-se a epoca da sua edificação, mas veiu substituir uma outra, já existente em 1522 e que ficava colocada um pouco acima.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Sesbastião*, pertencente ao vinculo de Sebastião d'Arruda da Costa, ignorando-se a data da sua construção.

b) *Sant'Ana*, no pequeno povoado deste nome. Fica n'um predio pertencente hoje a Manuel Antonio de Frias Coutinho. A junta de freguesia tem feito algumas restaurações e conserva a Ermida em boas condições.

c) *Nossa Senhora do Rosario*, reconstruido em 1830, junto ás casas que foram de Bartolomeu Rodrigues de Souza, que morreu em 1606.

Freguesia do Pico da Pedra, que fica situada a 10 k. da séde e assim denominada, de um pedra existente em um dos seus picos; a sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora dos Prazeres, ignorando-se a data da sua edificação.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora dos Prazeres*, mandado edificar por Manoel Muniz, de Ponta Delgada, segundo seu testamento de 1604, em um dos montes da freguesia.

b) *Nossa Senhora das Almas*, tambem conhecido por Nossa Senhora do Patrocinio.

E' propriedade particular; pertenceu a Manuel da Costa, tesoureiro da Fazenda Publica em 1624, é actualmente da familia Cimbron, que a mandou reconstruir, sendo benta pelo Bispo d'Angra D. Fr. Estevam de Jesus Maria em 24 de setembro de 1848.

c) *Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem*, no povoado denominado—Calhetas—nome que lhe vem do seu porto; a Igreja foi reconstruida em 1830 e é curato desde 1717.

Freguesia do Porto Formoso, a 10 k. da séde, ao fundo da enseada que lhe dá o nome, com um reduto, hoje desmantelado, que a defendia.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Graça, não se sabendo a data da sua construção, mas é anterior a 1509, pois nêste ano Pedro Vaz Pacheco mandou construir nela uma capela invocada ao Bom Jesus, para sepultura dos seus herdeiros.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Braz*, edificado no povoado deste nome em terreno doado pelo falecido Conde de Fonte Bela, conforme o plano elaborado por Frederico Augusto Serpa em 1874; é curato sufraganeo da freguesia.

b) *Capela de S. Braz*, edificada no mesmo povoado por Tomé Vaz Pacheco segundo o seu testamento de 11 julho de 1512, que servia ao culto antes da edificação daquele outro Templo.

Freguesia da Maia, assim chamada do nome da sua primeira colonizadora—Inês da Maia—é situada em uma ponta de terra, chã, com um bom porto de mar e um forte, hoje desmantelado que se denominava de—Santa Catarina.

Pretendeu ser elevada a Vila, o que não conseguiu por a isso se opôr a Municipalidade de Vila-franca, a que então estava sujeita, e por o pavoroso incendio que nessa ocasião lhe devastou uma grande parte dos seus terrenos, lhe diminuir a sua fonte de riqueza; fica a 16 k. da séde.

A Igreja paroquial é invocada ao Divino Espirito

Santo, construida nos fins do seculo XV, sendo Já reconstruida e benta em 1812.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Pedro,* do qual não ha hoje vestigio algum, aos Calços da Maia, quasi defronte do cemiterio da freguesia, e mandado profanar par D. João Pegado d'Azevedo, Bispo d'Angra, passando a invocação e a propria Imagem para a capela do cemiterio.

b) *Santo Antonio,* já demolido, tendo sido edificado á entrada da Maia, depois de arrasado um outro que lhe ficava quasi fronteiro e invocado a Nossa Senhora do Rosario.

c) *Nossa Senhora do Rosario,* a que acima se alude, estando a Imagem desta invocação na Igreja paroquial.

d) *Santa Catarina,* construido nos fins do seculo XV e junto ao forte que teve este nome; D. João Pegado d'Azevedo mandou-o profanar, por não ter patrimonio e estar muito arruinado.

e) *S. Sebastião,* edificado nos fins do seculo XV contiguo ás casa de João Silverio Vaz Pacheco de Castro, que a restaurou em 1850; pertence hoje a D. Jacinta Julia Dias que o fez novamente benzer pelo Bispo d'Angra D. José Manuel de Carvalho em 1903, quando em visita pastoral á freguesia.

f) *Nossa Senhora das Dores,* no povoado da Lombinha da Maia que fica a 3 k. da séde da freguesia, edificado em terreno doado por José Jacinto da Camara Leite, deste logar, e construido com esmolas do povo e legado deixado por Jorge Botelho Pacheco em 1895.

g) *Nossa Senhora do Resgate,* no povoado denominado—Gorreana, por ser começado a povoar por um individuo que tinha este alcunho, e dista 2 k. da séde da freguesia.

A sua Ermida foi mandada construir pelo P.e Melchior Manuel de Resendes em terreno do vinculo de um seu tio que tinha este mesmo nome, segundo testamento de 16 de novembro de 1728.

Freguesia da Lomba da Maia; que fica a 30

k. da séde, com sua Igreja paroquial invocada a Noss Senhora do Rosario, começada a edificar em 1868 com esmolas tiradas pelos visinhos, empenhando-se nesta construção o P.e Manuel Muniz de Medeiros e o mestre José Fidalgo que chegaram e hipotecar parte dos seus bens para irem satisfazendo as despezas.

Tem mais o Templo invocado a:

Sant'Ana, que antes era invocado a Nossa Senhora do Rosario, deixando esta invocação quando começou a funcionar a Igreja paroquial.

Freguesia dos Fenais d'Ajuda ou da Vera Cruz, que fica situada a 25 k. da séde e assim chamada por o muito feno que havia no logar, e d'Ajuda se chama em honra da invocação do Convento dos Franciscanos que existia no logar e tambem para se distinguir dos outros Fenais existentes no Concelho de Ponta-delgada; outr'ora tambem se denominava—Fenais da Maia—porque era termo desta freguesia.

A sua Igreja paroquial é invocada aos Santos Reis Magos, e construida nos fins do seculo XV.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Aflição*, no sitio da Ribeira-funda.

b) *Igreja de Nossa Senhora d'Ajuda* pertencente ao antigo Convento dos Franciscanos fundado em 1681 por Lazaro Rodrigues Estrela e consorte Francisca de Barros no mesmo sitio onde havia uma outro templo desta invocação.

c) *Nossa Senhora da Conceição*, que existia por detraz do Convento e no local onde é hoje o cemiterio da reguesia.

d) *Igreja de S. Pedro*, no povoado que tem este nome, de construção do seculo passado; antes havia uma Ermida da mesma invocação construida antes de 1554, pois nesta data João Alvares, dos Fenais, vinculou-lhe uma terra.

Vila-franca do Campo, que fica a 26 k. da séde do Distrito, situada na costa-sul e quasi a meio da Ilha, e

assente num campo plano ao longo da sua enseada que forma um porto do mar, com dois cais de ancoradouro, tendo ao fundo o Ilheu.

Foi antiga capital e cabeça de toda a Ilha de S. Miguel até 1522, data do fatal terremoto que a subvertou quasi totalmente.

Escolheram-na para capital os primeiros colonos, depois de reconhecerem a insuficiencia do local que primeiro colonizaram e se chamou—Povoação—desde então, pelo facto de ser o primeiro povoado.

Denominaram tambem os colonos desde o começo ao outro local que escolheram para sua séde—Vila-franca—cognominando-a de—Campo—não só para a distinguirem de outras do mesmo nome, como por assentar sobre um largo campo.

Mais tarde, não se sabe bem quando, mas provavelmente depois da vinda para a Ilha do Capitão Ruy Gonçalves da Camara em 1472, que foi o primeiro donatario que teve aqui assento, recebeu então o foral de Vila, encontdo-se em documentos antigos a denominação de Vila de Vila-franca do Campo, significando assim que ela é Vila de seu foral e Vila-franca do seu nome proprio.

Como cabeça e seminario que foi de toda a Ilha, estendeu a sua jurisdição a toda ela como a primeira e a mais velha de todas as Vilas de S. Miguel.

E' bastante populosa e industrial sendo os seus terrenos aptos a todo o genero de cultura.

Para sua defesa maritima teve as seguintes fortificações.

Forte da Praia, tambem denominado de Jesus, Maria, José, no logar da Praia desta Vila—que por ser o mais afastado de todos e em logar ermo, deliberou o Municipio em acordam de 16 d'Agosto de 1710 que dos terrenos que lhe estão em volta, dados de sesmaria ao povo se retirassem dois alqueires e meio, que doavam ao Castelo e seriam usufruidos pela pessoa que n'ele morasse.

Reduto de S. Pedro, no extremo oeste da Vila, sobre o porto dos Frades, sendo tambem conhecido por castelo da forca; em completo estado de ruina.

Castelo Real, no Corpo Santo, tambem conhecido

por Castelo das Taipas, sobre o porto do Corpo Santo, e ordenada a sua construção por carta d'El-Rei de 16 de maio de 1576; transformado hoje no matadouro Municipal.

Forte do Tagarete, junto ao cais, conserva ainda as suas muralhas do sul e nascente; defendia a entrada da Vila pelo sitio denominado hoje Aterro, e outr'ora por Calhau de Santa Catarina.

Forte Velho ou Reduto de Santo André, ao fundo da rua da Tripa; defendia a baia da Vinha da Areia; arruinado.

Reduto de Santo Antonio, que se acha completamente arrasado e defendia de um lado a baia da Vinha da Areia e do outro lado a baia de Santo Cristo.

O seu Brazão d'armas, compõe-se de escudo coroado com corôa real: em campo de prata o braço alado da Justiça empunhando a espada e pendente desta uma balança; em volta, pela parte inferior a legenda—Quis Sicut Deus?

Formam a Vila as duas seguintes freguesias:

Freguesia de S. Miguel, que ocupa a parte E. da Vila, a mais importante em grandeza, edificios e onde estão instaladas as repartições publicas.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Miguel e foi começada a edificar-se logo depois do terremoto de 1522 que destruiu a primitiva que era situada onde hoje se levanta a Igreja de Santo André.

Mandou construir a primeira Igreja o Infante D. Henrique, segundo seu testamento «ordenei e estabeleci a Igreja de S. Miguel na Ilha de S. Miguel».

E' possivel porém, que primeiramente fosse esta Igreja ordenada pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, donatario desta Ilha, que pela sua muita devoção a este Arcanjo mandou que esta Ilha se chama-se Ilha de S. Miguel.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santa Catarina,* de data anterior ao terremoto de 1522, pois serviu de paroquia ao ser arrasada a Matriz por aquele terremoto.

Nuno d'Atouguia em seu testamento de 11 de outubro, de 1571 deixou-lhe um legado de 30 alqueires de trigo.

b) *Corpo Santo*, junto a uma das portas da Vila, sobre o mar, fala dele o Dr. Gaspar Frutuoso e pertencia á confraria dos maritimos; demolido.

c) *S. João*, anterior ao terremoto, escapando intacta; pertencia ao vinculo de Jorge da Mota, Cavaleiro do Habito d'Aviz, de Vila-franca, hoje em ruinas, e edificado no povoado da Ribeira-seca, que dista cerca de 1 k. da séde da Vila, tomando este nome da ribeira que a atravessa.

d) *Nossa Senhora da Paz*, que fica ao cimo da montanha fronteira a Vila-franca, reedificado em 1764 pelo P.e Filipe da Rocha, desconhecendo-se a epoca da sua edificação, julgando-se porém ser posterior ao terremoto de 1522.

e) *Nossa Senhora da Vitoria*, mandado edificar por Gregorio Moreno e sua mulher Izabel Tavares na primeira metade do seculo XVII.

Segundo a tradição, foi este templo construido em memoria da vitoria alcançada sobre uns Argelinos que invadiram á Vila, tentando-a saquear.

f) *Nossa Senhora da Mãe de Deus*, mandado construir pelo P.e Francisco Antonio Pacheco de Macedo, Fidalgo da Casa Real, como declara em seu testamento aprovado em 25 d'outubro de 1762.

g) *Nossa Senhora do Egito*, tambem conhecido por Nossa Senhora do Desterro, junto às casas que foram de João da Gran, Cavaleiro do Habito d'Aviz e sua mulher Leonor Vaz, segundo seu testamento de 5 de setembro de 1551. Hoje destruido.

h) *Igreja de Santo André*, mandada construir logo depois da subversão de 1522 por André Gonçalves de Sampaio, no mesmo sitio onde fôra a primitiva Matriz de S. Miguel, para nela serem sepultados os restos de seus pais.

Junto desta Igreja construiu-se depois o primeiro Convento de Freiras nesta Ilha, dando o terreno João d'Arruda da Costa e nele entraram em 1553 as primeiras

onze freiras e sete noviças do Covento do Vale de Cabaços, fugidas aos Corsarios que então infestavam a costa.

i) *Igreja do Menino Jesus*, que serve de curato ao povoado denominado Ribeira das Tainhas que dista 2 k. da séde da freguesia, e assim chamado da sua ribeira que o atravessa trazer antigamente peixes deste nome.

E' o mais importante povoado da freguesia, rica de pessoal e de terrenos de cultura.

j) *Senhor Santo Cristo*, no sitio denominado Amoreiras no povoado da Ribeira das Tainhas, mandado construir pelo P.e José Duarte Pacheco de Melo que o vinculou com mais bens.

Demolido antes de 1875.

Freguesia de S. Pedro, que fica a E. da Vila com sua Igreja paroquial invocada a este Apostolo, reconstruida desde 1746 a 1758, sobre as ruinas de uma outra anterior ao terremoto de 1522.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Natividade*, que serviu de paroquia durante a construção da Igreja de S. Pedro de 1746 a 1758.

b) *Santo Amaro*, na relva, junto ás casas de Manoel da Cran, existente já no tempo do Dr. Gaspar Frutuoso.

Está reconstruido e é Ermida de muitas romarias durante os quatro domingos posteriores ao dia do Santo.

c) *Igreja de Nossa Senhora do Rosario*, construida pelo povo logo depois de terremoto de 1522 a conselho de Fr. Afonso de Toledo, frade dominicano que predisse a subverção, sendo o massame acarretado pelo proprio povo para o local da construção.

Os frades de S. Francisco junto a este templo, construiram o seu Convento para o qual, segundo a Ordem Regia de 5 de julho de 1524 o Almoxarife deveria entregar 60$000 reis, em substituição do outro Convento que os mesmos frades tinham ao pé da serra. proximo ao Monte do Nossa Senhora da Paz que fôra levado pelo terremoto.—Compreende a Vila mais as seguintes freguesias:

Freguesia de Agua d'Alto, que fica a 2 k. da sé-

de do Concelho e assim chamada das aguas da sua ribeira terem um grande salto.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Lazaro e construida antes de 1511, pois nesta data e segundo testamento de 26 de novembro deste ano, João Afonso das Grotas-fundas deixou-lhe 2$000 reis de esmola.

Junto a esta Igreja construiu um Padre rico uma gaferia em 1524 para 12 doentes que se lavariam nas aguas que perto corriam e eram ao tempo usadas na cura dos leprosos.

Tem mais:

Ermida de Jesus, Maria, José, junto ás casas dos Marqueses da Praia e Mon'forte no povoado denominado —Praia— e que fica a 1 k. da séde da freguesia; é na ribeira que corre por este povoado que estão instaladas as entrais da iluminação electrica.

Freguesia de Ponta Garça, que fica a 7 k. da séde do Concelho, formando uma das mais extensas da Ilha e a mais rica do Concelho em terrenos de cultura.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Piedade, mandada construir por Lopo Anes d'Araujo, cavaleiro e juiz dos orfãos de Vila-franca em 1522, sendo reconstruida em 1830.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora das Mercês*, no sitio denominado —Grotas-fundas— e construido junto ás casas que foram antigamente de Bernardo do Canto Medeiros.

b) *Nossa Senhora da Vida*, no começo da freguesia e mandada construir por Francisco d'Arruda Botelho e mulher D. Maria Pacheco de Melo, junto ás suas casas, com missa perpetua aos domingos, segundo seu testamento de 26 de fevereiro de 1695.

c) *Nossa Senhora da Esperança*, mandada edificar por Ruy Vaz de Medeiros, dos primeiros povoadores de S. Miguel e dada por ele ao povo para servir de paroquia.

E' de supôr que sobre as ruinas desta Ermida se levantasse a invocada a Nossa Senhora da Piedade, que hoje é a paroquial.

Vila da Povoação, que fica a 55 k. aproximadamente da séde do Distrito, situada na costa sul, numa fajã cercada de altas rochas e ladeiras, a que lhe dão o nome particular de «Lombas» e em frente de um porto de mar, bastante razoavel.

E' o mais antigo logar da Ilha e onde os primeiros colonos desembarcaram e fizeram seu primeiro assento, ficando-lhe por isso o nome de—Povoação—Povoação Velha, lhe chamam os documentos antigos para a distinguirem das outras que posteriormente se foram formando.

Tem largos terrenos de cultura, produzindo abundantes cereais que abastece uma grande parte da Ilha, por isso chamavam os antigos a uma das suas Lombas—*Lomba do Pão.*

Sendo assim o mais antigo povoado, é a mais nova das Vilas—feita por Alvará de 23 de julho de 1839, estando até então sob a jurisdição de Vila-franca.

Para sua defesa maritima, teve o pequeno forte de Nossa Senhora da Mãe de Deus, municiado por milicianos, segundo o regimen antigo.

Forma a Vila uma só freguesia:

Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus, que abrange as sete Lombas hoje assim denominadas:—Cavaleiro, Carro, Botão, Pomar, João Loução, Alcaide e Pós.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Mãe Deus, mas é tambem conhecida pelas invocações de Nossa Senhora dos Anjos e Piedade; foi mandada construir por João d'Arruda da Costa que testou em 13 de maio de 1553.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santa Barbara,* que fica no povoado denominado —Lomba do Cavaleiro, e foi o primeiro que se construiu nesta Ilha, por mandado e á custa de Mateus Dias, no sitio onde se disse a primeira missa.

b) *Nossa Senhora do Rosario,* junto á praia, desconhecendo-se a epoca e condição da sua edificação.

c) *Nossa Senhora da Bonança,* mandado construir por Manuel Francisco da Mota, em virtude de um voto, por 1840.

Ficou arruinado desde os terremotes de 1881.

d) *Nossa Senhora dos Remedios*, no povoado denominado Lomba de João Loução, e começado a sua reconstrução em 1894 com o produto de esmolas.

Existia uma outra da mesma invocação nesta localidade que de 1640 a 1646 serviu de paroquia.

Freguesia do Faial da Terra, que fica a 8 k. da séde do Concelho, á beira-mar de um bom porto, sendo atravessada por uma larga ribeira. Teve um Forte denominado de Nossa Senhora da Graça, hoje demolido.

Assim se denomina esta freguesia por estar o logar coberto de faias, ao ser descoberta a Ilha, e da Terra lhe chamam, para a distinguirem da Ilha do Faial, que maior nomeada veiu a ter, por ser nome de uma Ilha.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Graça, que já tinha cura em 1526, sendo queimada por uns piratas ingleses em 1597 que ali entraram roubando e saqueando o logar, sendo depois mandada reconstruir á custa do Estado.

Tem ainda a

Ermida de Nossa Senhora de Lourdes, que fica no alto da freguesia; começou-se a sua edificação nos fins do seculo XIX.

Freguesia de Agua Retorta, que fica a 12 k. da séde do Concelho, e assim chamada pelas muitas voltas que dá a ribeira que a corta ao descer pela rocha ao mar.

A sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora de Penha de França, foi começada a construir-se depois de 1871 com esmolas do povo; antes havia uma outra da mesma invocação fundada pelo Capitão Pedro Barbosa da Silva que faleceu em 1664.

Tinha ainda a

Ermida de Nossa Senhora das Mercês, no local denominado Fajã do Calhau, em propriedade pertencente aos herdeiros de D. Hermelinda Pacheco Diago da Camara, que já em 1875 estava destruida.

Freguesia da Ribeira-quente, que fica 8 k. da séde do Concelho, á beira mar, e assim chamada por ali vir desaguar, ainda quente, a ribeira que atravessa o Vale das Furnas e passa pelas sulfatáras deste logar.

Teve um forte, hoje demolido, denominado S. Paulo.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Paulo e foi benta em 1916 pelo Bispo d'Angra D. Manuel Damasceno da Costa, e construida a expensas do povo e subsidios das Corporações Administrativas.

Antes havia uma outra que se arruinou, tomando as grandes enchentes do mar já conta do local onde assentava.

Freguesia das Furnas, que fica a 12 k. da séde, num Vale formosissimo, e assim se denomina por os primeiros colonos da Ilha chamarem —furnas—ás *Sulfatáras* vulgarmente chamadas caldeiras, que neste Vale existem, com ricas e abundantes aguas minerais, que brotam por toda a parte com exuberancia.

E' estação balnear, com as aguas que vem das sulfatáras, aplicadas ao tratamento de varias doenças e tem ricos e extensos jardins, formando todo este conjunto um aprazivel logar de descanço na estação calmosa.

A sua Igreja paroquial é invocada a Sant'Ana, mandada edificar pelo P.e Cosme de Pimentel em 1745, começando a ser curato em 1792.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora d'Alegria*, mandado construir antes de 1042 junto á ribeira deste nome pelos P.es da Companhia, junto ás casas de sua residencia, que foi mandado profanar pelo Bispo d'Angra D. José Pegado d'Azevedo em 1811, por estar em ruinas.

b) *Nossa Senhora da Consolação*, que ficava proximo da actual paroquia e foi mandado reedificar pelo Licenciado Baltazar de Brum da Silveira, que faleceu e 1609 em Sevilha, onde fundara o Convento de S. Jacinto de que foi padroeiro.

O Conde D. Manuel da Camara, 2.º do nome, que morreu em 20 d'Abril de 1617, deixou-lhe meios para ser reparada com nove celas para recoletos; soterrada, passaram os recoletos que lá viviam para Vale de Cabaços.

João Gonçalves Perdigão, escudeiro de Vila-franca e mulher Branca Gomes, em seu testamento feito em Pontagarça aprovado a 16 de fevereiro de 1551 deixou 100 reis á Igreja das Furnas, que deveria ser esta.

c) *Nossa Senhora da Vitoria*, junto á logoa das Furnas, mandado construir por José do Canto, em virtude de um voto de sua mulher D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto.

Foi inaurado a 15 d'agosto de 1886.

d) *Igreja de Nossa Senhora d'Alegria*, em construção a expensas do povo, começada com grandes dadivas do falecido Marquês da Praia e Mon'forte.

Vila do Nordeste, que fica a 70 k. da séde do distrito, edificada na Lomba que foi de Salvador Afonso, no Lombo Gordo, extremo levante da Ilha, orientada a nordeste, tomando desta sua orientação o seu nome.

Compreendem-se na sua area as seguintes Lombas:— a da Pedreira, da Cruz, da Fazenda, (na Vila), a da Algarvia, a de Santo Antonio, (na freguesia do Nordestinho) a da Feteira grande, a da Feteira pequena, (na Achada) e a da Salga, na freguesia da Achadinha.

Recebeu o foral de Vila por carta de Mercê de 18 de julho de 1514 d'El-Rei D. Manuel, desanexando-a então da jurisdição de Vila-franca a que estava sujeita, pela grande distancia da sua antiga séde.

Contam, porém, que havendo alguns dos seus ricos moradores fornecido com mantimentos umas naus portuguesas que vinham da India e ali aportaram, sem que quizessem receber por isso imposto algum, deram d'isso os marinheiros parte a El-Rei, espondo-lhes sem duvida a distancia, maus caminhos e canceiras do povo na sujeição á jurisdição daVila-franca e que então El-Rei de moto propria a fez Vila.

Forma a Vila uma só freguesia.

Freguesia de S. Jorge, com sua Igreja paroquial, a Matriz de S. Jorge, cuja ultima reconstrução foi em 1796.

A primitiva Igreja, com a mesma invocação caiu no terremoto que subverteu Vila-franca em 1522.

Tem mais seguintes templos:

a) *Nossa Senhora do Rosario*, fundado em 1529 e reedificado em 1848. Dotaram-no no ano da sua fundação com 16, 3|4 de terra Estevam Chaimbo e sua mulher Catarina Afonso; fica junto ao cemiterio da Vila.

b) *S. Sebastião*, que estando em ruinas, sobre ela se edificou a Igreja e Convento dos Franciscanos em 1642, por mandado de Fr. Pedro da Conceição que do Convento da Vila da Logoa foi com tal incumbencia; está hoje em ruinas.

d) *Nossa Senhora da Mãe de Deus*, hoje tambem destruido e fôra mandado edificar por João Soares d'Albergaria e mulher D. Filipa, segundo seu testamento de 25 d'outubro de 1526; em ruinas.

e) *Igreja de Nossa Senhora da Luz*, no povoado denominado—Lomba da Pedreira—que fica 5 k. da séde e reconstruido no local de uma outra que tinha a mesma invocação; forma hoje curato.

g) *Nossa Senhora da Nazareth*, reconstruido em 1825 desconhecendo-se a data da sua edificação; é situado no cabo ocidental da Vila sobre um plano muito eminente, debruçado sobre a rocha em frente do caminho.

f) *Igreja de Nossa Senhora da Conceição* no povoado denominado—Lomba da Fazenda—fundada e 1817 e formando desde 1844 um curato.

Freguesia do Nordestinho; que fica a 8 k. da séde do Concelho, e tomou para seu nome o diminuitivo da Vila a que está sujeita.

A sua Igreja paroquial é invacada a S. Pedro e já era Vigararia em 1568.

Tem mais os seguintes templos:

b) *Igreja de Santo Antonio*, construida nos fins do seculo passado-principios deste, no povoado deste nome, que dista 1 k. da freguesia, sobre as ruinas de uma outra.

c) *Igreja de Nossa Senhora do Amparo*, fundada pelo Capitão Francisco da Costa, segundo seu testamento de 27 de dezembro de 1691 e reconstruida em 1865.

E' curato do povoado denominado—Algarvia—que fica a 5 k. da séde da freguesia e assim chamado porque pertenceu a um algarvio que falecendo sem filhos a deixou a sua mulher que tambem era algarvia.

d) *Igreja de Nossa Senhora do Pranto ou da Vida*, nas lombas de João Soares, fundada em 1523 hoje denominada Lomba de Nossa Senhora.

Freguesia da Achada. que fica 20 k. da séde do Concelho, ao norte da Ilha e assim chamada por assentar em terreno plano a que nos Açores chamam *achada*.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora d'Assunção e já existia como Vigararia em 1526 sob a invocação de Nossa Senhora da Graça.

Tem mais a

Igreja de Sant'Ana, que foi benta em agosto de 1860 e construida a expensas do povo, por iniciativa do P.e João Jacinto Pacheco, no povoado denominado—Feteira—pelos muitos fétos que então criavam os seus terrenos.

Havia antes desta nova Igreja uma pequena Ermida; que se destruiu quando se edificou aquela.

Freguesia d'Achadinha, que fica a 23 k. da séde do Concelho e por ser edificada em terreno plano e ser mais pequena que a freguesia que lhe ficava proxima—Achada—lhe deram por nome o diminuitivo desta, sendo a principio ainda chamada—Achada-pequena.

Foi neste logar que desembarcaram em 1831 os liberais vindos da Ilha Terceira em nome de D. Pedro conquistar esta Ilha de S. Miguel que se achava fiel a D. Miguel.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora do Rosario, e já era Vigararia em 1568, sendo reconstruida em 1830

Tem mais a

Igreja de S. José, construida em 1874, no povoado denominado—Salga—que fica a 3 k. da séde da freguesia e assim se chama porque os antigos moradores destes arredores iam ali fazer matança de porcos monteses, por haver naquele logar muitos, e lá os matavam e salgavam; foi esta Igreja destruida, e edificada uma nova sob a mesma invocação.

Vila da Lagoa, que fica a 10 k. da séde do distrito, situada na costa-sul, á beira-mar de uma espaçosa baía, e assim chamada por um lago de agua nativa que teve defronte da Igreja, onde entravam bateis e se faziam pescarias, e que depois se aterrou.

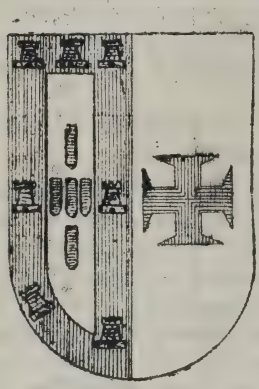
Foi esta Vila um dos logares onde, antes da coloni-

zação, se lançou gado por mandado do Infante D. Henrique, havendo o porto chamado—dos Carneiros—por nele se ter lançado gado desta especie.

E' Vila bastante industriosa, tendo fabrica de destilação d'alcool e de louça, sendo os seus campos de boa cultura.

Para sua defesa maritima teve o forte denominado de Santo Antonio, hoje demolido.

O seu Brazão d'armas compõe-se de um escudo bipartido, tendo de um lado as Armas Portuguêsas, do outro a Cruz de Cristo com a legenda—«Exaltatio Sanctæ Crucis».



Formam a Vila as duas seguintes freguesias:

Freguesia de Santa Cruz que ocupa a parte oriental da Vila, com sua Igreja paroquial a—Matriz—invocada á Santa Cruz, e já existente em 21 de dezembro de 1518, data em que Mecia Afonso e marido Alvaro Lopes (do Vulcão) testam, mandando fossem enterrados na sua sepultura nesta Igreja, junto ao Altar de S. Pedro.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Igreja de Santo Antonio*, junta ao Convento dos frades-capuchos, que se começou a edificar em 1749.

Antes havia um outro Convento, colocado um pouco mais abaixo deste e onde hoje está o jardim publico, mandado edificar por D. Rodrigo da Camara junto aos seus Paços, havendo-se celebrado o primeiro capitulo provincial a 29 de junho de 1641.

b) *Nossa Senhora do Cabo Finistera*, mandado construir pelo P.e João Alves da Cruz, junto ás suas casas, na Vinha da Quinta, e por ele vinculada a 20 de maio de 1712.

c) *Nossa Senhora dos Remedios*, sito no povoado que tirou o nome desta invocação e que fica a 2 k. da séde do Concelho; foi mandado edificar por Pedro Velho e mulher Catarina Afonso, que em seu testamento de 19 de novembro de 1511 a dotaram.

Freguesia de Nossa Senhora do Rosario, que ocupa a parte ocidental da Vila, com sua Igreja, paroquial daquela invocação, e que era sufraganea á Matriz no tempo do historiador Dr. Gaspar Frutuoso.

E' uma magnifica Igreja, situada na parte central da Vila e elevada a paroquia por Alvará-regio de 5 d'abril de 1593.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora das Mercês*, mandado edificar por D. Engracia Bicudo Correia no seculo passado em virtude de um voto feito por seu marido João Maria Berquó.

b) *Espirito Santo*, já destruido e de que nos fala o Dr. Gaspar Frutuoso.

c) *S. Judas Tadeu*, na Canada deste nome e sitio da Atalhada.

d) *Igreja de Nossa Senhora das Necessidades*, no povoado denominado —Atalhada— que fica a 2 **k.** da séde do Concelho e assim chamado por que ali talhavam, para mastros de navios, certa madeira muito direita que havia em suas matas, sendo a principio chamado—Talhada de Navios—mas pelo tempo adiante e para encurtar o nome chamavam-lhe sómente—Atalhada.

A sua Igreja que forma um curato foi mandada construir em 1660 pelo Capitão Domingos Matias, junto á sua casa de morada.

e) *Nossa Senhora da Mercês*, neste sitio da Atalhada, mandado construir por João Chamberlin e mulher Catarina Lopes, segundo seu testamento de 30 de outubro de 1685; demolido.

f) *Santa Barbara*, no sitio da Atalhada, dotado em 24 d'abril de 1654 pelo Capitão Antonio de Faria e Maia, pertencendo hoje aos herdeiros do Dr. Ernesto do Canto.

g) *Santo Amaro*, junto ás casas do Morgado Galvão, no sitio denominado—Sócas.

h) *Nossa Senhora do Resgate*, no mesmo sitio das Sócas, junto ás casas do falecido Luis Maria de Morais

i) *Nossa Senhora das Dores*, que se acha completamente destruido.

j) *Igreja de Nossa Senhora das Misericordias*, no povoado denominado—Cabouco—que fica a cerca de 2 k. da séde do Concelho, e assim chámado por nele terem estado «cabouqueiros» tirando pedra, que lá muito abunda, para as primeiras edificações que se fizeram na Vila, sendo este logar já povoado em 1645.

A sua Igreja foi em 1847 reedificada com esmolas tiradas pelo povo.

k) *Nossa Senhora da Guia*, sito ao Boqueirão, que pertenceu em 1769, segundo testamento, ao Capitão André Alvares Rodovalho.

Compreende este Concelho mais a

Freguesia de Agua do Pau, que fica a 7 k. da séde do Concelho, entre duas ribeiras, a Ribeira-sêca ao ocidente e a do Paul ao oriente.

Dizem os historiadores antigos que a este logar foi posto o nome do—Agua de Pau—por os primeiros navegadores verem do mar quando por ali passaram, uma queda de agua tão aprume que lhes pareceu ser um pau; outros porém dizem que a agua que caía formava um arco, parecendo que ela corria por um pau que tinha aquela curvatura.

Modernamente corre outra interpretação, que é haver aquele logar sido denominado a principio—Agua do Paul—que é a ribeira que vem a poente do logar e que pelo andar do tempo, corrigida a palavra Paul, ficou Pau. O que é certo é que o povo deste logar com sua pronuncia cerrada, chama-lhe—Agua de Pêu.

Foi elevada a Vila por Alvará de 28 de junho de 1515, com meia legua de area e desanexada assim de Vila-franca, retirando-se-lhe o foral em 1854, por falta de recursos.

Nas suas costas maritimas teve dois redutos, hoje demolidos e intitulados de Nossa Senhora de Monserrate e Nossa Senhora das Dores.

O seu antigo Brazão d'armas compunha-se de um escudo bi-partido, de um lado as Armas Portuguêsas e do outro a Imagem de Nossa Senhora dos Anjos.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora dos Anjos, sendo a primitiva destruida pelo terremoto de 1522 que subverteu Vila-franca; começando a sua reconstrução a 10 de novembro de 1525.

E' esta Igreja condecorada com o habito de Cristo por D. Manuel I, em recompensa dos serviços prestados por alguns moradores deste logar na conquista de Benahamad, na Asia, e que ao voltar á Europa em 1521 se recusaram aceitar graça alguma para si, preferindo-a para a sua Igreja.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora d'Ajuda*, no Pisão, e que Maria Rebelo da Silveira, mulher do Capitão-mór d'Agua de Pau Manuel da Costa Pimentel em testamento de 6 janeiro de 1675 vinculou juntamente com a quinta e casa que lhe ficava junta, e que ao tempo servia de aljube.

b) *Nossa Senhora de Monserrate*, mandado construir pelo P.e Manuel d'Oliveira. Em 1688 havia junto dela um albergue para romeiros.

c) *S. Pedro*, que ficava junto á Ribeira-seca, de que nos fala o Dr. Gaspar Frutuoso.

d) *Nossa Senhora do Rosario.*

e) *S. Sebastião.*

f) *S. S. Trindade*, mandado construir por Margarida Afonso, e nela havia «um albergue com vendas proprias e uma hospedaria».

g) *Nossa Senhora das Dores*, em uma vinha vinculada pelo P.e Manuel de Matos Sequeira, em seu testamento de 23 de Maio de 1723, e que pertenceu depois ao Capitão-mór da Vila.

h) *Nossa Senhora da Conceição*, no sitio denominado—Caloura—e que antigamente tinha o nome de—Vale de Cabaços—porque os primeiros colonos ao por ali passarem, viram toda a encosta da Montanha que lhe fica ao norte coberta com umas flores grandes e brancas a que dão o nome de—legação—que lhes pareceu flores de cabaços.

Esta Ermida que foi a primeira que houve nesta Ilha desta invocação, é bastante antiga e nela se recolheram as filhas de Jorge da Mota, de Vila-franca, em 1523, lançando as bases do primeiro Mosteiro de freiras em S. Miguel, e nela permaneceram até 1534 em que deram entrada no Mosteiro de Santo André de Vila-franca. ficando

assim lá outras que em 1541 foram fundar o Convento da Esperança de Ponta Delgada.

Em 1633, estando o Convento, que lhe fica junto e fôra edificado para as freiras que haviam lá estado, desabitado, deram nele entrada por provisão de 20 de novembro de 1632 os Ermitãos do Vale das Furnas.

i) *Igreja de S. José*, no povoado denominado—Ribeira-chã ou das Lagens—por uma ribeira de boa agua correr chãmente por umas lagens, que fica mui alta.

A sua Igreja, construida pelo povo e com bons auxilios dos Viscondes da Praia, que durante muitos anos pagaram ao capelão que nela assistia, foi construida em 1874.

A ILHA TERCEIRA, está situada a 38°,40' de lat. N. e 18°,04' de long. O., tendo 35 k. no seu maior comprimento e 20 na largura, com uma superficie de 500 k.

Dista 275 k. da Ilha do Corvo, 270 das Flores, 95 do Faial, 60 do Pico, 45 da Graciosa, 35 de S. Jorge, 125 de S. Miguel e 190 da Ilha de Santa Maria.

E' bastante acidentada, encontrando-se a O. as suas maiores elevações; no entanto tem extensas planicies e magnificas pastagens.

As suas principais elevações são as da Ribeirinha, que se estendem desde as Achadas até á Feteira; Cume da Praia, desde a ladeira do Cardoso, até ao Pico das Cabras, na Ribeira-seca; Santiago, desde o facho da Vila da Praia da Vitoria até á Caldeira das Lagens; Santa Barbara, a mais alta da Ilha, com 1085 metros acima do nivel do mar.

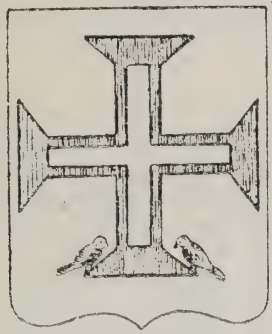
Os seus principais portos são:—Angra do Heroismo, na costa sul, entre a ponta L. do Monte Brazil, e o Castelo de S. Sebastião, o do Fanal, a O. do Monte Brazil; o da Praia da Vitoria, o mais extenso da Ilha, entre as pontas de Santa Catarina e Má-merenda.

As principais pontas são:—das Contendas, a sudeste da Ilha; da Má-merenda, ao N. da baía da Praia; dos Carneiros, a nordeste; Negrito, que fica a noroeste; Gorda, a sudoeste.

Em volta da Ilha ha os seguintes Ilheos:—do Frade, que fica em frente da freguesia de S. Sebastião; do Espartel, que fica em frente da serra de Santiago; Ilheos das Cabras, distantes da Costa de Porto Judeu dois terços de milha; Ilheos dos Casteletes, em frente da ponta da Mina.

A Ilha é regada por muitas ribeiras, nenhuma das quais, porém, de grande importancia.

O Brazão d'Armas, compõe-se de uma cruz vermelha, a Cruz de Cristo, em campo de prata, com dois Açores, um de cada lado da base da Cruz.



Compreende a Ilha dois Concelhos, cujas sédes residem respetivamente na:

Cidade de Angra do Heroismo, que é a capital do Distrito, formado pelas Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa; é séde dos governos Eclesiastico e Militar dos Açores, e outr'ora, mas temporariamente, tambem do Governo geral.

Denomina-se—Angra—por estar assente na orla da sua pequena enseada, e—do Heroismo—por graça concedida pelo Governo de D. Maria II em Carta de 12 de janeiro de 1837, pela maneira briosa como se portaram os seus moradores nas lutas liberais; tem ainda os titulos de—sempre constante—por disposição destè mesmo diploma, e de—sempre leal—por Alvará de 1 d'abril de 1643, em memoria das lutas da independencia.

Desconhece-se a data do foral que a elevou a Vila, sendo de supôr que fosse depois de 1474, data em que ficou a Ilha dividida em duas capitanias, uma com séde na Praia e outra em Angra, por Carta porém de 21 d'agosto de 1534, foi agraciada com o titulo de cidade pelos muitos e bons serviços prestados ás naus portuguêsas que por ali passavam de volta da Indi-,

Em volta cidade ha as seguintes fortificações:

Castelo de S. Sebastião, conhecido vulgarmente pelo nome de Castelinho, que fica situado em um terreno sobranceiro ao Porto de Pipas.

A sua construção foi ordenada por D. Sebastião, dando-se começo ás obras em 1555, sendo seu primeiro

Alcaide-mór Manuel Corte Real, nomeado por Carta-regia de 25 d'Outubro de 1575.

Forte de Santo Antonio, situado na ponta L. do Monte Brazil, mandado construir pelo Governador Cipriano de Figueiredo depois da batalha da Salga, em que os terceirenses ficaram vitoriosos contra os castelhanos, para melhor defensão da cidade de um segundo ataque.

Invocou então o interpido defensor d'Angra este forte a Santo Antonio, nome do Infante Prior do Crato, ao tempo aclamado Rei de Portugal.

Castelo de S. João Batista, fortaleza situada na raiz do Monte Brazil e ocupando a maior parte do pequeno istmo que liga o Monte ao resto da Ilha; foi mandado construir por D. Filipe I de Portugal, começando as obras em 29 de maio de 1590, sob a denominação de Castelo de S. Filipe do Monte Brazil.

No tempo do Cardeal D. Henrique houve a tentativa da construção de uma fortaleza neste Monte, não se levando a efeito em virtude de uma representação do Senado d'Angra.

O Castelo é circundado por uma altissima muralha de cantaria, onde estão construidos varios redutos, bastiões, rampas, varias casamátas e algumas guaritas.

Com a restauração de Portugal passou este Castelo a denominar-se—Castelo de S. João Batista—sendo elevado á categoria de praça de primeira classe por decreto de 21 de dezemdro de 1863.

Foi neste Castelo que rebentou primeiro a revolução liberal a favor dos direiros de D. Pedro IV e da Carta Constitucional, ás 9 horas da noite de 21 de junho de 1828.

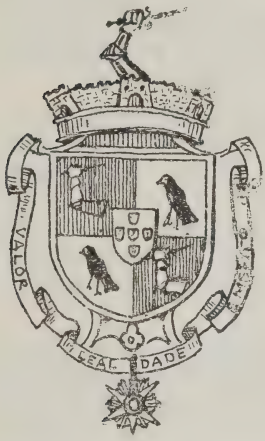
Aqui esteve prisioneiro El-Rei D. Afonso VI, desde 19 de junho de 1669 até 24 d'agosto de 1674; nele se reuniu por muitas vezes o Governo Provisorio que se instalou nesta Ilha e depois a Junta da Real Fazenda com os corpos publicos.

Finalmente foi nesta fortaleza que primeiramente fluctuou o Estandarte com as cores azul e branca e as armas reais no centro, creado pela Regencia do Reino em seu decreto de 18 de outubro de 1830, o que teve logar no dia seguinte.

Forte de S. Diogo, na ponta denominada de S. Diogo, onde haviam duas batarias, a da Fidelidade e a da Constituição, construidas em 1830.

Forte da Quebrada, mandado edificar pelos Hespanhoes, ao sul do Monte Brazil, e por ele se evadiram alguns para S. Miguel, num pequeno barco, por eles construido, no tempo da restauração.

O Brazão d'Armas, desta cidade, é esquartelado de branco e vermelho, sobre o branco tem umas pombas e sobre o vermelho braços empunhando espadas; no centro um escudete com as quinas e por timbre Corôa e um braço armado de espada.



Formam a cidade as 5 seguintes freguesias:

Freguesia da Sé, que ocupa a parte central da cidade, com sua Igreja paroquial—a Sé—começada a edificar em 1570 no mesmo sitio onde havia a Igreja de S. Salvador, que se havia concluido em 1486.

E' a maior Igreja de todo o Arquipélago, sendo sagrada pelo Bispo D. José Pegado d'Azevedo em 16 de outubro de 1808.

Tem mais os seguintes templos:

a) Igreja do Colegio, fundada pelos Jesuitas em 1637, sendo a segunda em grandeza abaixo da Sé, no largo do Prior do Crato; é seu orago Santo Inacio de Loyola; junto está o edificio onde funciona o Governo Civil e varias repartições publicas.

b) *Igreja de S. Francisco*; cuja construção começou em 1666 por mandado dos franciscanos que se achavam estabelecidos em Angra desde 1456, no sitio da sua primitiva Igreja, que se tornava já acanhada, para a Ordem, de que é orago Nossa Senhora da Guia. Junto a esta nova Igreja tinham os frades já reconstruido o seu convento em parte do qual esteve instalado o Seminario, e hoje

é todo ocupado pelo Liceu. Nesta Igreja foi sepultado em 1499 Paulo da Gama, irmão do celebre navegador português Vasco da Gama.

c) *Misericordia*, cuja construção teve começo no ano de 1728, sendo benta a 4 de junho de 1746; fica situada em frente do Largo Tres de Março, na confluencia das ruas Direita e de Santo Espirito, e nele está a Imagem do Senhor Santo Cristo, padroeiro da cidade.

Por detraz da Capela-mór está a Sala do Consistorio da Santa Casa da Misericordia, cuja Irmandade foi constituida a 15 de março de 1492 pelo Capitão-donatario João Vaz Corte Real, juntamente com o Juiz-ordinario João Borges e outros importantes terceirenses.

d) *S. Gonçalo*, que fica junto ao Convento deste nome, fundado pela Bula de Paulo III de 1542, de que era padroeiro Braz Pires do Canto, natural de Guimarães e escrivão do eclesiastico.

Por carta de lei de 30 de julho de 1885, foi o Convento e Igreja cedido á—Associação Educadora do Sexo Feminino—que lá montou uma escola e um recolhimento.

e) *S. João Baptista*, conhecido tambem por Igreja do Castelo, na Praça da Fortaleza, mandado construir depois da rendição dos Castelhanos em 1642, hoje profanado.

f) *Nossa Senhora da Saude*, situado ao Norte da Praça da Restauração e reconstruido em 1884 sobre as ruinas de um outro mandado construir pelos ascendentes da familia Merens de Tavora, sob a invocação de S. Cosme e S. Damião.

g) *Nossa Senhora da Natividade*, junto ás casas do Barão do Ramalho, na Rua Duque de Palmela.

E' dos mais antigos templos e pertencia á confraria dos pretos que serviam a cidade.

h) *Santa Filomena*, mandado construir pelo Padre Roque José de Simas, capelão que foi de S. Gonçalo, junto ás suas casas.

i) *Boa Nova*, mandado construir pelos Castelhanos em 1584 sob a invocação de Nossa Senhora do Terço.

Tem hoje aquela nova denominação porque foi jun-

to dela que os Terceirenses viram a 24 de fevereiro de 1642 fluctuar na Fortaleza a Bandeira branca, sinalando a rendição do Castelo.

Junto a este templo está o hospital Militar fundado antes de 1700.

j) *Espirito Santo*, mandado construir em 1643 por Francisco d'Ornelas da Camara, em cumprimento de um voto que fizera.

k) *Santo Antonio da Grota*, mandado construir na encosta do Monte Brazil, pelo Governador do Castelo em 1615, D. Gonçalo Mexia.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, com sua Igreja paroquial, d'esta invocação a mais antiga depois da Sé, ignorando-se a data da sua construção, mas anterior a 1533 data em que D. João III ordenou ao Bispo D. Jorge de Santiago erigisse paroquia a Ermida da Conceição.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Igreja do Hospital de Santo Espirito*, que era a Igreja do Convento das Religiosas da Conceição, fundado por Pedro Cardoso Machado em 1606, na casa mandada construir por Fr. Antonio Varejão, religioso do Mosteiro de Santo Antonio, da provincia de Castela em 1579, para ali se instalar um hospital.

Actualmente no Convento está instalado o Hospital de Santo Espirito pertencente á Misericordia d'Angra e um asilo de mendicidade.

E' orago da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

b) *Santo Cristo do Cruzeiro*, construido em 1739, no local onde havia um Cruzeiro, junto ás Hortas que ali havia, e ao qual iam as Estações Religiosas que se faziam na cidade.

c) *Remedios*, edificado num pequeno largo do bairro do Corpo Santo pelos anos de 1556 a 1566, por Antonio Pires do Canto, Provedor das Armadas, junto a sua casa que pertence hoje ao Orfanato de S. João Baptista, fundado pela Irmandade de Nossa Senhora do Livramento a 24 de dezembro de 1899—instituto de beneficencia e instrução.

E' orago desta Ermida Nossa Senhora dos Remedios.

d) *Corpo Santo*, tambem conhecida por Ermida dos Navegantes e S. Pedro Gonçalves dos Mariantes.

E' situado sobre a rocha que fica sobranceira á baia para o lado do Porto de pipas, ignorando-se a data da sua construção, mas é dos primeiros templos construidos em Angra.

e) *Desterro*, que fôra construido para Mosteiro de freiras da Ordem de S. Bernardo, foi reedificada em 1660 por Sebastião Moniz, o velho, tendo sofrido posteriormente novos melhoramentos.

f) *S. Lazaro*, junto do qual outr'ora havia um hospital de Lazaros; fica situado proximo do Largo de S. Bento e foi mandado construir pela familia Canto.

g) *S. Sebastião*, que ficava junto ao Covento das Religiosas capuchas e mandado edificar em 1599 pelo Senado d'Angra em virtude de voto que fizera, por ocasião da peste que grassou então na Ilha; com a construção do Convento, passou a Ermida para a posse deste, continuando porém, o municipio, segundo acordam de 1659, como patrono da Capela-mór da Igreja.

A 19 de março de 1662 entraram neste convento as primeiras Religiosas, mas só a 20 de novembro de 1668 é que o Papa Clemnte IX concedeu a respetiva Bula de fundação.

Com a extinção das Ordens religiosas, ficou o Convento fechado e nele estão hoje instaladas as cadeias civis.

Freguesia de Santa Luzia, com sua Igreja paroquial, tendo por patrona Santa Luzia.

E' uma das mais antigas Igrejas e situada na parte mais alta da cidade, tendo sido primitivamente uma Ermida mandada construir por João Vaz Meireles e sua consorte Catarina Lourenço, sendo elevada a paroquia a 2 de fevereiro de 1585.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Jesus, Maria, José*, que faz parte do Recolhimento d,este nome, tambem conhecido por Recolhimento das Monicas.

Foi instituido em 1684 por D. Monica Maria d'Andrade, quando viuva do Capitão João d'Avila, para ali se recolher com algumas pessoas do seu sexo.

Tem hoje estatutos especiais e nele se recolhem pessoas do sexo femenino, pobres e viuvas desamparadas.

b) *Madre de Deus*, construido em 1732 por Vital de Betencourt e Vasconcelos, junto á sua casa de residencia, sendo propriedade da familia dos instituidores.

c) *Nossa Senhora de Lourdes*, mandado edificar nos fins do seculo passado por D. João Paulino d'Azevedo, Bispo de Macau.

Faz parte desta freguesia ainda:

d) *O arrebalde de S. João de Deus*, em frente do monumento de D. Pedro IV, atravessado pela ribeira do Castelo dos moinhos, com sua ermida outrora invocada a Santo Isidoro e mandada construir por Francisco Borges d'Avila, filho do capitão João d'Avila em 1657, tendo hoje por patrono São João de Deus.

e) *Posto Santo*, assim denominado por não ter sido aquele local invadido pela peste que assolou a Ilha em 1599, com sua ermida invocada a Nossa Senhora da Penha de França, mandado edificar pela familia Merens de Tavora.

Freguesia de São Pedro, no extremo oriental da cidade, com sua Igreja paroquial invocada áquele apostolo, construida em 1572, epoca da fundação da paroquia.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Santa Catarina*, situado numa pequena elevação, ignorando-se a data da sua construção, mas anterior a 1640 pois no cerco feito pelos terceirenses aos castelhanos, existia ali um pequeno reduto denominado Santa Catarina e destinado a vigiar a baía do Fanal, impedindo quaisquer socorros aos hespanhois.

b) *Nossa Senhora da Penha de França*, fundado em 1742 pelo Padre Sebastião Deiró Condé, no logar denominado Pico da Urse.

c) *S. Carlos Borromeu*, edificado por Antonio Coelho de Carvalho e depois reedificado por Francisco Borges d'Avila em 1600, no aprazivel sitio denominado S. Carlos.

d) *Jesus, Maria e José*, pequena Ermida em propriedade particular, um pouco adeante do logar de S. Carlos.

e) *S. Mamede*, na canada dos Fôlhedais, construido em 1635.

f) *Nossa Senhora d'Oliveira*, mandado construir por Domingos Moniz Corrêa e sua mulher Joana Maria em 1734,no sitio da Silveira onde está amarrado o cabo submarino.

Freguesia de S. Bento, que fica situada no extremo da cidade, para o oriente, e no sitio onde existiu uma das portas da cidade.

No principio da freguesia encontra-se a sua Igreja elevada a paroquia em 1572. tendo por patrono S. Bento.

Ha nesta freguesia mais os seguintes templos:

a) *Igreja de Nossa Senhora do Livramento*, que pertencia ao extinto convento de Santo Antonio dos Capuchos, edificado no local onde existia a Ermida de S. Roque, e terrenos adjacentas, pertencente ao Sargento-mór Gaspar de Freitas e doado para este fim pelo seu herdeiro Capitão Roque de Figueiredo e mulher Maria Rebelo em 1643.

Era então orago da Igreja, Santo Antonio, havendo ao lado da Epistola, na Capela, uma Imagem de Nossa Senhora do Livramento de grande devoção do povo Terceirense, que por tal motivo dá o nome á Igreja.

No convento está instalado o Asilo de infancia, instituido a 16 de abril de 1853, por iniciativa do Governador Civil de Angra, Nicolau Anastacio de Betencourt, cuja manutenção ficou a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.

A Igreja serve actualmente de capela ao Asilo, e uma parte da antiga cerca do Convento serve de recreio aos asilados, estando a outra parte cultivada.

b) *S. Luiz*, no largo que tem este nome junto á casa morgadia da familia Pacheco.

c) As ruinas dum pequeno templo construido em 1843, em terreno pertencente ao falecido Visconde de Bruges, no sitio denominado—Achada.

Ha ainda o bairro denominado *Vale de Linhares*, onde está edificada a fabrica de destilação d'Angra.

Freguesia da Ribeirinha, que fica a 4 k. da séde, e na encosta da serra que tem este nome; é das mais populosas freguesias do concelho, no centro da qual se eleva a sua Igreja, cuja fundação se ignora, mas já em 1486 existia como sufraganea da Matriz de S. Sebastião, sendo feita paroquia em 1568, tendo por orago S. Pedro.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santo Amaro,* no começo da freguesia, com sua Ermida invocada a este Santo.

b) *Féteira,* no extremo leste da freguesia com sua Igreja começada a construir em 1866 sob a invocação de Nossa Senhora da Consolação.

Antes, porém, tinha este logar uma Ermida mandada construir em 1590 pelo Vigario Baião, sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês, que serviu ao publico deste logar até então.

Freguesia de Porto Judeu, que fica situada a 10 k. da séde, dividida em duas partes: uma situada ao longo da estrada litoral, e outra, a mais importante, á beira-mar.

Tornou-se notavel este logar com a batalha da Salga que nele se deu, quando os hespanhois tentaram conquistar a Ilha em 1581.

Por Carta Regia de 12 de fevereiro de 1502, foi agraciada com o titulo de Vila, passando então a chamar-se —*Vila de S. Sebastião*—mas a 23 de março do ano seguinte, foi-lhe retirado o foral e dado ao logar da Ribeira de Fr. João, que passou o ter aquela denominação.

Exintem ainda as ruinas dos Fortes da Salga, do Reduto e de Santo Antonio, mandados construir pelo Governador Ciprião de Figueiredo.

A constituição desta freguesia é anterior a 1502 e a sua Igreja paroquial, que tem por orago Santo Antonio, é de construção muito antiga.

Tem mais um templo invocado a *Nossa Senhora da Esperança,* construido antes de 1650.

Freguesia de S. Sebastião, que fica situada a 12 k. da cidade, junto ao porto do mar onde se julga terem desembarcado os primeiros colonos.

Foi esta freguesia, antigamente denominada Ribeira

de Fr. João, elevada á categoria de Vila por carta de D. Manuel de 23 de março de 1503, tomando então o nome de—Vila de San Sebastião,— porque ainda é conhecida, sendo extinta por Decreto de 24 de outubro de 1855, posto em execução por Portaria de 12 de fevereiro de 1870.

Possue esta freguesia alguns fortes mandados construir pelo Governador Ciprião de Figueiredo—Forte das Cavalas, das Caninas, da Greta, de Santa Catarina das Mós, do Bom Jesus, do Pesqueiro dos Meninos, de San Francisco e S. Bernardo.

Tem esta freguesia uma Irmandade da Misericordia fundada em 20 de dezembro de 1516, com sua Capela, inaugurada a 1 de junho de 1571, tendo tido um hospital creado neste ultimo ano, que teve pouca duração.

A meio da freguesia ergue-se a sua Igreja paroquial, de que é patrono San Sebastião, existindo mais os seguintes Templos:

a) *Nossa Senhora da Graça*, mandado construir em 1568 por João Fernandes dos Fenais e sua mulher Maria Fernandes Corte-Real, no logar denominado o Arrebalde, hoje restaurado, e para onde estes patronos fizeram transportar a Imagem de Santa Ana que existia na primeira Igreja, mandada edificar nesta Ilha, e que tinha esta invocação, na Ribeira de Fr. João.

b) *Bom Jesus do Bom Fim*, existente no extremo da freguesia, em propriedade do Conselheiro Merens de Tavora, mandado construir por Mateus de Tavora em 1682, em cumprimento de um voto dum seu antepassado por ocasião da batalha da Salga, em 1580.

c) *Nossa Senhora da Consolação*, mandado construir por Gaspar Gonçalves em 1546, com esta invocação, no sitio denominado—Ribeira-seca,— nas margens da ribeira que lhe deu o nome.

Foi no Porto das Mós, desta freguesia, que em 1582 desembarcou D. Antonio, Prior do Crato, pretendente á corôa de Portugal, e onde um ano depois a ele veiu o Marquês de Santa Cruz a vingar a derrota que os seus então haviam sofrido.

Freguesia dos Altares. que dista 16 k. da cidade, e assim denominada, segundo as mais seguras opiniões,

pela contracção das palavras —Altos ares— por que a principio foi chamada.

E' das mais antigas freguesias da Ilha, sendo a sua Igreja paroquial, invocada a S. Roque, de construcção moderna, tendo sido a primitiva derribada pelo terremoto de 17 de maio de 1547.

Freguesia do Raminho, que fica a 27 k. da séde, ao norte da Ilha, e numa extenção de cinco quilometros aproximadamente, atravessada pelas ribeiras denominadas *Borges e Cabo do Raminho.*

A meio da freguesia eleva-se a Igreja paroquial de que é padroeiro S. Francisco Xavier, começada a edificar em 1855.

Tem mais o templo invocado a

Nossa Senhora de Lourdes, mandado construir pela respectiva Junta de Paroquia no ano de 1901, no sitio denominado *Biscoito da Fajã.*

Freguesia da Serreta, que fica situada a 20 k. da séde, na ponta mais ocidental da ilha; é de todas as freguesias a que está a maior altura do nivel do mar.

Começou a povoar-se depois de para aquele sitio se hever retirado um velho sacerdote a fazer vida penitente, levando consigo uma Imagem de Nossa Senhora, e construindo ele mesmo uma tosca Ermida, onde colocou a sua Virgem, nos fins do seculo XVI.

Anos depois da morte deste sacerdote, foi a Imagem da Virgem, á qual o povo atribuia grandes milagres, transportada para a Igreja da freguesia das Doze Ribeiras por ordem do Prelado.

Por ocasião, porém, do pacto entre Carlos XIII de Hispanha e Luiz XV de França, contra a Inglaterra, ordenou o Marquês de Pombal, receoso de serem por esse tempo atacados os Açores, se preparassem para a defesa das suas costas, organizando-se então uma irmandade que se intitulou—*Escravos da Senhora*—que resolveram construir, naquele sitio da Serreta, uma Ermida para aquela Virgem—Nossa Senhora dos Milagres.

A construção da Ermida, porém, só teve começo por ordem do Governador Capitão-general Francisco Antonio d'Araujo, em obediencia ao seu plano geral de se

fazer levantar as Capelas-móres das Igrejas, mas as perturbações politicas da epoca fizeram em breve paralizar as obras, que só se completaram em 1842 a instancias do Governador Civil José Silvestre Ribeiro, Visconde de Bruges e do Brigadeiro Vital Betencourt de Vasconcelos.

Existe nesta freguesia, no sitio da Fajã, uma nascente de agua mineral, descoberta em 1855, a que o povo dá o nome de—*agua azeda*—com a seguinte composição—acido carbonico, cloreto de calcio e de sodio, sulfato de cal, sais terrosos, alumina, magnesia e acido hidrosulfurico.

Freguesia das Doze Ribeiras, que fica a 16 k. da séde do concelho, para o lado ocidental da Ilha, voltada um pouco ao sudoeste, com 4 quilometros aproximadamente de extensão.

E' atravessada por seis ribeiras uma das quais, a *das Doze Ribeiras*, deu o nome ao logar.

A sua Igreja paroquial primitiva, edificada quasi no centro da freguesia, ficou bastante danificada pelo ciclone que por ali passou a 28 de agosto de 1893, tendo sido por isso necessario demoli-la, levantando-se no mesmo logar a actual, que ficou completa em 1895, sendo seu orago S. Jorge.

Freguesia de Santa Barbara das Nove Ribeiras, que fica situada a 13 k. da séde do concelho, para o lado ocidental da Ilha, sendo a primeira paroquia creada na jurisdição d'Angra, no tempo do primeiro donatario da Ilha, Jacome de Bruges, e assim antes de 1489.

Quasi no centro do freguesia eleva-se a sua Igreja paroquial, de estilo antigo, invocada a Santa Barbara.

O seu terreno é bastante produtivo, prestando-se á cultura de todos os cereais e frutas, sendo atravessada por cinco ribeiras, uma das quais, a *das Nove*, deu o nome á freguesia.

Tem mais o Templo de *Nossa Senhora d'Ajuda*, que foi reconstruido em 1877, sito na Canada da Ajuda, que vai terminar quasi á beira-mar.

Freguesia de Nossa Senhora do Pilar ou Cinco Ribeiras, que fica a 10 k. da séde do concelho,

para o lado ocidental da Ilha, atravessada por duas ribeiras, uma das quais, a *das Cinco*, deu o nome ao logar.

Tem um razoavel porto do mar, com alguns barcos de pesca, e a sua igreja paroquial, invocada a Nossa Senhora do Pilar, acabou-se de construir em 1872. Antes havia uma pequena Ermida da mesma invocação, que foi demolida, aproveitando-se a cantaria na nova Igreja.

Tem mais o Templo invocado a *Nossa Senhora dos Milagres*, que é particular e foi inagurado em 1902.

Freguesia de S. Bartolomeu, que fica a 8 k. da séde do concelho, no extremo oriental da freguesia do Pilar.

Ignora-se a data da sua colonização, mas já em 1486 era povoada e pertencia á freguesia de Santa Barbara, com sua Ermida invocada a San Bartolomeu e mandada edificar por D. Ignês Alvares e seu marido, em 1500.

A sua actual Igreja paroquial é uma ampliação desta Ermida e colocada quasi a meio da freguesia.

Tem mais o Templo de *Jesus, Maria, José*, mandado construir pela familia Fisher, da Ilha de S. Miguel, situado na parte litoral sul da freguesia.

Freguesia de San Mateus da Calhêta, que fica a 5 k. da cidade, á beira-mar, com quatro e meio quilometros aproximadamente de comprimento, com o forte da Má Ferramenta, já em ruina, e o Forte Grande, ainda conservado, mandados construir pelo Governador Ciprião de Figueiredo.

E' povoado anterior a 1568, e a sua actual Igreja paroquial foi começada a construir em 1895, na parte mais alta da freguesia; o antigo templo é situado no extremo sudoeste da freguesia, sobre o promontorio mais saliente do logar, e tinha por orago San Mateus.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santo Antonio*, em propriedade do Barão do Ramalho.

b) *Nossa Senhora das Mercês*, fundado pelo morgado Candido de Menezes.

c) *Nossa Senhora da Luz*, na Canada que tem este

nome, e consta ter sido mandado edificar pela familia Brito do Rio e reconstruido por ordem de D. João Maria Pimentel, Bispo d'Angra.

d) *S. Vicente Ferreira*, na canada que tem este nome, propriedade da familia Freitas.

c) *Nossa Senhora da Candelaria*, na canada do Arruda, pertencente á familia Merens de Tavora.

f) *S. João Baptista*, na canada do capitão-mór, fundado pelo falecido Visconde de Betencourt, em propriedade sua.

g) *S. Francisco das Almas*, no caminho do meio, pertencente hoje aos herdeiros de Joaquim Teixeira Brazil, cuja data da fundação se ignora.

Freguesia de Belem ou Terra Chã, que fica a 4,5 k. ao noroeste da cidade, outrora a mais rica freguesia da Ilha, pela abundancia dos seus frutos, ricos laranjais e extensas matas; e assim se chama por estar assente numa planicie e ter por orago Nossa Senhora de Belem.

A sua primitiva Igreja foi edificada por Sebastião Alvares em 1570, sendo depois doada ao povo que a ampliou e modificou, sendo benta em 1857.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Boa Hora*, na quinta que tem este nome e se diz ter sido mandado construir por um eclesiastico. E' hoje propriedade particular.

b) *Nossa Senhora de Nazareth*, hoje invocada a Jesus, Maria e José, na quinta do Pedregal, e mandado construir pela familia Fisher, de Ponta Delgada.

c) *Nossa Senhora da Guia*, na quinta que tem este nome, e mandado construir pelo Dr. Roberto Luiz de Mesquita em 1827.

d) *Nossa Senhora dos Prazeres*, mandado construir pelos ascendentes do morgado José Leite Teve Botelho.

e) *S. Francisco Xavier*, na canada e quinta do Rolo, mandado edificar por Francisco Salazar e consorte D. Ana da Camara em 1688.

f) *Santa Luzia*, na quinta deste nome, mandado edificar pelo morgado Sebastião d'Andrade Ferreira.

g) *Nossa Senhora do Rosario*, em propriedade particular, e fundado no seculo passado por um ascendente de Manuel Maria de Mesquita.

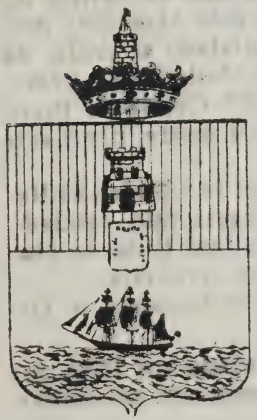
Vila da Praia da Vitoria, que fica situada a 20 k. de distancia da cidade d'Angra, na parte mais occidental da Ilha.

Foi capital de toda a Ilha desde os primeiros tempos da colonização em 1450, até estabelecer-se a capitania na parte de Angra em 1474, pois que Jacome Bruges, o primeiro capitão da Ilha, ali fixou sua residencia.

Em 1480, aproximadamente, recebeu o foral de Vila, e por Decreto de 17 de junho de 1875 foi feita séde da comarca.

Chama-se —Praia— por estar assente numa das melhores de todos os Açores, e —da Vitoria —pela que em seus terrenos alcançaram os liberais, na batalha de 11 de agosto de 1828 contra os miguelistas, sob o comando do Conde de Vila Flor.

O seu Brazão d'Armas compõe-se de um escudo partido em facha, tendo na primeira, em campo vermelho, uma torre de oiro, e na segunda em campo de prata um navio negro sobre mar de prata e azul, ao centro um escudete de prata com a legenda—11 d'agosto de 1829.



O escudete tem corôa naval e por timbre uma torre negra, com bandeira azul e prata.

Na sua barra existiam doze fortes mandados construir no tempo do Governador Ciprião de Figueiredo em 1578, mas nas lutas liberais só deles apenas existiam o de S. Caetano, Sant'Antão, das Chagas, da Luz, do Porto, do Espirito Santo e a bateria de S. João, e hoje apenas se veem restos de muralhas.

Forma a Vila uma só freguesia:

Freguesia de Santa Cruz, com sua Igreja paroquial, invocada a Santa Cruz e fundada em 1456, tendo desde então sofrido importantes reparos, e tem o titulo de Matriz.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Igreja da Misericordia*, pequeno templo de arquitectura antiga, onde se venera a Imagem do Santo Cristo, de muita devoção em todo a Ilha; tem por vezes servido da paroquia nas ocasiões de terremotos que teem danificado a Matriz; foi ha tempos incendiada.

Pertence á Irmandade da Misericordia, fundada em 1521, tendo junto o seu hospital que foi criado em 1492, antes assim da Irmandade, mas hoje dirigido por ela.

b) *Lazaros*, junto ao hospital deste nome, situado no logar das Figueirinhas do Paim, creado por Gonçalo Vaz Homem em 1520.

c) *Mosteiro da Luz*, o mais antigo mosteiro de freiras nos Açores, edificado pelo capitão Antão Martins, filho de Alvaro Martins Homem, donatario da Praia em 1483, no logar onde existiu o forte da Luz.

Em 1676, depois de umas grandes enchentes do mar que muito o danificaram, foi este Mosteiro mudado para o sitio onde está hoje instalado o Asilo da mendicidade, tambem conhecido por Asilo de D. Pedro V, fundado por Jacome de Bruges, 2.º Conde da Praia da Vitoria, quando Governador Civil d'Angra, por Carta de Lei de 23 de maio de 1864.

Neste convento estiveram tambem recolhidas as Religiosas das Chagas, cujo convento havia sido fundado em 1543 por Domingos Homem e mulher Rosa de Macedo, defronte do Paço d'Areia, que se arruinára.

E' ainda neste mosteiro da Luz que funciona o Tribunal Judicial creado em 1875.

d) *Convento dos Franciscanos*, fundado em 1480, que é hoje propriedade particular, cuja capela está em ruinas,

e) *Ermida dos Remedios*, de que se ignora a data da construção, invocada a Nossa Senhora.

f) *S. Salvador*, de que tambem se desconhece a data da sua edificação; é propriedade particular e invocada a S. Salvador.

g) *Santa Luzia*, situado no logar das Pedreiras, edificado por Duarte Pereira, tendo já sido acrescentado á custa do povo.

h) *S. José*, de construção moderna e situado ao Portão do Barreto.

Tem esta freguesia mais os seguintes povoados:

a) *Casa da Ribeira*— a 3 k. da vila, atrevessado por cinco ribeiras, que vão desaguar nas duas que atravessam a Vila.

A sua Igreja invocada a S. João Baptista, foi edificada antes de 1716, sendo reedificada em 1844.

b) *Santa Rita ou curato da Serra*— que fica a 3 k. da Vila, na Serra de San Tiago, com sua Ermida, que pertencia aos Viscondes de Bruges, e é hoje propriedade publica.

Compreende o Concelho da Praia da Vitoria mais as seguintes freguesias:

Freguesia das Fontinhas, que fica a 5 k. da séde, para o interior da Ilha, assente sobre um sub-solo lodoso que a torna bastante humida.

A sua Igreja paroquial fica no centro da freguesia, de construção anterior a 1568, tendo por orago Nossa Senhora da Pena.

E' atravessada por quatro ribeiras, uma das quais a da — Fontinha— deu o nome á freguesia.

Tem ainda a *Ermida de Santo Antonio*, invocada a este santo e mandada edificar pelo P.e Francisco Cardoso Leal, antes de 1614.

Freguesia das Lages, que fica a 7 k. da Vila, assenta sobre um lagedo que lhe deu o nome. E' rica em terrenos de cultura e nela se acha construida uma fabrica de alcool.

A sua Igreja paroquial tem por orago San Miguel Arcanjo e fica situada no centro da freguesia e no mesmo sitio da antiga Igreja, de data anterior a 1564, demolida por varios terremotos.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa S.a dos Remedios*, mandado levantar por José Vieira d'Areia, com o produto das esmolas alcançadas em toda a Ilha, em comprimento de um seu voto.

b) *S. Braz*, edificado pela casa morgadia que foi possuida por Francisco de Betencourt, pertencente ao povoado deste nome, que fica a 2 k. da freguesia.

Freguesia da Vila Nova, que fica a 10 k. da séde, das mais importantes dos primeiros tempos da colonização e a mais alegre das que se encontram á beira-mar.

E' freguesia anterior a 1482, e antiga residencia de muitas familias nobres.

Pretendeu o Capitão-donatario Antam Martins Homem alcançar-lhe o foral de Vila, mas a isso se opuseram os seus moradores, para se eximirem aos cargos, que consequentemente lhes viriam.

A sua Igreja paroquial, é situada em ponto elevado, edificada antes de 1482, e tem por orago o Espirito Santo.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora d'Ajuda*, sobranceiro ao porto da freguesia, mandado edificar por Heitor Homem da Costa em 1542.

b) *Misericordia*, mandado edificar por uma antiga Irmandade da Misericordia, fundado por João da Silva do Canto em 1571, do qual apenas só resta a Ermida, invocado a Nossa Senhora da Madre de Deus.

Freguesia d'Agualva, que fica a 14 k. da séde do concelho e assenta nas faldas dum outeiro formado de lavas.

E' atravessada por quatro ribeiras, uma das quais —Agua-alva— deu o nome á freguesia.

A sua Igreja paroquial, mandada edificar por João Homem da Costa, em 1588, tem por orago Nossa Senhora de Guadalupe, tendo na sua frontaria um antigo— gnomon— relogio do sol, tendo as horas gravadas em uma pedra.

Freguesia das quatro Ribeiras, que fica situada a 18 k. da séde, sendo um dos logares mais estereis da Ilha.

E' dos mais antigos logares, querendo mesmo alguns historiadores que fosse aqui o logar onde desembarca-

caram os primeiros povoadores, e onde se levantou a primeira Igreja invocada a Santa Beatriz, que é ainda hoje o orago da actual paroquia.

E' a freguesia atravessada por quatro ribeiras:

Ribeira-grande, a pequena, a seca e a do Almeida, e tem uma agua mineral chamada *agua-santa*, cuja analise dá-lhe a existencia de cloreto e carbonato de sodio e vestigios de cal e acido carbonico.

Freguesia dos Biscoitos, que fica a 25 k. da séde, sendo outrora muito florescente e abundante de vinhas, ainda hoje é um dos logares muito concorridos na estação calmosa.

E' assim chamada da natureza do seu solo, e assenta sobre terreno vulcanico e rodeado de altas e negras serras.

E' povoação bastante antiga, sendo a sua actual Igreja paroquial no local denominado—Caparica—tendo por orago S. Pedro, pois a antiga era edificada no sitio das Igrejinhas, a 1500 metros ao sul da actual.

Possue a freguesia um pequeno porto de mar e proximo os restos de um pequeno castelo denominado—Forte do Porto.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora do Loreto*, mandado edificar por Pedro Anes do Canto em 1556.

b) *Espirito Santo*, mandado edificar por Matias Silveira em 1761, em consequencia de voto que fizera.

c) *Santo Antonio*, mandado construir pelo Alferes José Diniz Ormanda, natural da Ilha do Corvo, e que nesta freguesia veiu fixar residencia em 1690.

Diz-se ter este Alferes encontrado, pouco depois da sua chegada ali, um caixote á beira-mar, e abrindo-o encontrou uma imagem deste santo, pelo que resolveu fazer-lhe uma ermida.

d) *Santa Catarina*, que fica no limite ocidental da freguesia, mandado construir por Gonçalo Anes Pamplona, natural do Reino de Navarra, que ali instituiu seu morgadio.

Freguesia do Cabo da Praia, que fica situada a

4 k. da séde no extremo do areal da Vila da Praia, de onde tomou o nome.

E' freguesia bastante antiga e nela se encontram os seguintes fortes já bastante arruinados:

S. Bento, Santa Catarina do Cabo da Praia, e o de S. José, mandados construir pelo Governador Ciprião de Figueiredo, tornando-se os dois ultimos notaveis no combate da Vila da Praia em 1829.

A sua Igreja paroquial tem por orago Santa Catarina.

Freguesia da Fonte do Bastardo, que fica a 5 k. da séde, logo a seguir á freguesia de S. Sebastião, atravessada por quatro ribeiras.

E' um dos mais antigos povoados da Ilha, e a sua Igreja paroquial tem por orago Santa Barbara.

ILHA DE S. JORGE. Está situada a 38,°40' lat. N. e 19,°7' long. O., distando 30 k. da Ilha Graciosa, quasi igual distancia da Terceira, 15 k. do Pico, 145 de S. Miguel, 230 de Santa Maria, 25 do Faial, 200 das Flores, e 205 do Corvo.

Tem a superficie de 260 k., sendo 65 no seu maior comprimento e 4 na largura media.

E' percorrida por uma cordilheira de montanhas, e o litoral circundado de rochas alcantiladas, negras, altas e cortadas a prumo; é abundante de aguas, sendo a mais importante das suas nascentes a das Sete-fontes na freguesia dos Rosais.

Em volta da Ilha ha os seguintes Ilhéos:

Ilhéo da Ponta do Topo, em frente ao logar deste nome, com um moio de terra aproximadamente, cultivavel, e onde já deu trigo e se criou gado.

Ilhéo do Canalhoto ou dos Rosais, que fica situado a noroeste da ponta dos Rosais, da freguesia que tem este nome.

As suas principais pontas são: *Ruiva e Morrogrande*, proximo da Vila das Velas,e *Rosais*, no extremo noroeste, *Queimada*, *Garajáo*, *Casteletes*, *Calheta*, *Vicente Dias*, *Mosteiros*, *Forcada*, e *Pontinha*, a su-sudoeste, *Silveira*, que fica a sueste, *Cubres*, *Vinhas*, *Redonda*, *Cal-*

deira, Fajã do Belo, Norte Grande, Norte Pequeno, Furada, Rasa, Vieira, Galego e Gaivota—ao norte do Topo.

As suas principais ribeiras são:—Ribeira-seca, dos Vimes, do Salto, que vão desaguar ao sul da Ilha; Ribeira d'Areia, da Caldeira ou da Laranjeira, que desaguam ao norte.

Tem a Ilha diferentes picos, sendo o mais elevado o da *Esperança*, que fica ao centro.

O solo da Ilha é no geral fertil, sendo porém rica em pastagens, sendo assim importante a sua industria de laticinios.

Está a Ilha dividida em dois concelhos, cujas sédes residem na

Vila das Velas, capital da Ilha e séde do concelho, e da comarca de S. Jorge.

E' situada em terreno pouco levantado, nas faldas da montanha que lhe fica a nor-nordeste, á beira-mar de uma magnifica enseada, que atraiu outrora bastante navegação —*velas*— que demandavam o seu porto, e onde se construiram muitas *caravelas*, havendo inclusivamente o porto denominado das *caravelas*; e são estes os melhores fundamentos para determinar a origem do nome desta localidade.

E' o mais antigo logar da Ilha, começando a ser povoado por colonos vindos da Terceira, e foi feita Vila por alvará de El-rei D. Manuel no ano de 1500.

As Armas desta Vila, que são afinal as de toda a Ilha, acham-se desenhadas no Estandarte do Municipio e no sinete antigo da Camara, que se compõe da Cruz de Cristo em vermelho sobre damasco branco, com dois açores ao pé da haste, um de cada lado, de cor escura; no reverso da bandeira estão as armas reais de Portugal.

Compreende a Vila uma só freguesia, a de S. Jorge, cuja Igreja Matriz foi primitivamente mandada erigir pelo Infante D. Henrique, sendo depois no mesmo sitio edificada outra, a que actualmente existe, que foi sagrada pelo Bispo D. Frei Lourenço de Castro em 1675.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Francisco*, mandado construir pelos fradesmenores depois de 1641, data em que uma grande tempestade derrubou a Casa de Nossa Senhora da Conceição, onde então viviam, no sitio onde estão as ruinas da fortaleza com aquela invocação.

b) *Nossa Senhora do Rosario*, que foi a capela do convento das freiras de Santa Clara, de que foi fundador o Padre Amaro Teixeira Fagundes, sendo benta pelo Bispo d'Angra D. Antonio Vieira Leitão no ano de 1696.

Está profanado e nele adaptada uma casa de espectaculos.

c) *Misericordia Velha*, que é um dos edificios mais antigos da Vila, pois havendo sido instituida a Irmandade da Misericordia a 15 d'abril de 1543, foi construida logo a sua Igreja.

Com a cedencia que o governo fez do convento de S. Francisco para acomodação do hospital da Misericordia, ficou profanada a Igreja, que por carta de lei de 22 de abril de 1871 foi cedido á camara Municipal para nele se instalarem secretarias e repartições publicas.

d) *Santo Antão*, situado no largo que tem este nome já no seculo XVI, o que mostra a antiguidade da Ermida; estava profanado havia muitos anos, sendo demolido em 1870.

e) *S. João*, situado na Rua do Outeiro, edificado em meados do sec. XIX, havendo sido reconstruido em 1895 por uma comissão.

f) *S. Pedro Gonçalves*, que era situado no sitio onde hoje existe o mercado publico.

Estava a cargo da classe maritima que fazia celebrar anualmente a sua festa, sendo demolido pelo Municipio em 1775.

g) *Almas*, situado á entrada dos—Degraus, que antigamente se chamava Rua da Amargura. E' propriedade dos herdeiros do Dr. José Pereira da Cunha da Silva, sendo edificado por pessoa da sua familia.

h) *Santo André*, fundado pelo Padre André Pereira de Lemos, sendo cantada a primeira missa, no ano de 1692; é propriedade particular e está profanado.

i) *Piedade*, situado quasi na encosta do Pico dos Louros, de fundação antiga e de muita devoção, celebrando-se festa anualmente.

j) *Pilar*, na falda do morro dos fechos, fundado nos fins do seculo XVII, pelo povo da Vila.

E' muito visitado de verão, sendo o sitio um dos melhores passeios.

k) *Igreja de Sant'Ana*, no povoado denominado *Povoação da Beira*, que fica a 2,5 k. da Vila; forma com os logarejos de S. Pedro, Ribeirinha e Serrôa, um curato sufraganeo á Matriz de S. Jorge.

l) *S. Pedro*, que fica a 1,5 k. da Vila, no povoado denominado S. Pedro, e mandado edificar por as pessoas que naquele sitio passavam o verão.

Freguesia de Rosais; fica a leste da Vila das Velas, a 6 k. de distancia, em bom terreno, sendo tida esta freguesia como sendo o celeiro da Ilha.

E' assim denominada por haverem os primeiros colonos encontrado aquele sitio todo florido de rosas. E' das freguesias mais antigas da Ilha, existindo já em 1568.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora do Rosario, desconhecendo-se a data da sua construção.

Freguesia de Santo Amaro; fica esta freguesia situada em logar elevado e confinando ao norte com as barrocas do mar; antigamente era denominada Santo Amaro do Almeida, apelido este tomado de Jacome Gonçalves do Almeida, ouvidor que foi do capitão donatorio e que viveu nesta freguesia entre os seculos XVI e XVII.

Dista 2 k. da Vila e foi feita freguesia por resolução de 20 de outubro de 1691, no reinado de D. Pedro II, sendo Bispo d'Angra D. Antonio Vieira Leitão.

A sua Igreja paroquial fica quasi no extremo ocidental da freguesia, invocada a Santo Amaro.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Boa Hora*, fundado pelo Padre Manuel Ferreira Madruga, por escritura de 9 de junho de 1711, no sitio dos Mosteiros.

b) *Nossa Senhora da Luz*, no sitio da Queimada.

c) *Nossa Senhora do Desterro*, no logar da Fajã.

d) *S. Vicente Ferrer*, no mesmo logar da Fajã, mandado edificar por um Padre, primo daquele P.e Manuel Ferreira Madruga.

e) *S. José*, fundado pelo Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, no ano de 1862, no sitio do Toledo.

Freguesia da Urzelina, situada á beira-mar em terreno baixo e nas faldas de altas montanhas, distando duas leguas na Vila das Velas, e assim se denomina da muita *urzela*, que então havia nos seus campos, ao ser povoada.

A sua Igreja paroquial foi construida depois de 1822 em substituição da primitiva, que o vulcão de 1 de maio de 1822 arrasou, sendo orago S. Mateus.

O seu porto do mar é um dos melhores da Ilha, sendo construido por determinação do municipio em 1647.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Encarnação*, junto á estrada Real, no sitio da Ribeira do Nabo.

b) *Jesus, Maria e José*, nas queimadas bravas, entre os matos.

c) *S. Francisco Xavier*, fundado pelo Padre Francisco Pereira d'Oliveira, beneficiado da Matriz das Velas, no sitio do Cruzeiro.

d) *Jesus da Boa Morte*, no sitio do Castelete.

e) *Nossa Senhora da Penha de França*, instituido por D. Isabel d'Azevedo, viuva do Capitão Gonçalo Pereira de Lacerda, por escritura de 12 de julho de 1684.

Freguesia das Manadas, das mais antigas freguesias da Ilha, sitio bastante montanhoso; estende-se porém até á beira-mar; a sua Igreja paroquial foi construida no seculo passado e é seu orago Santa Barbara.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santa Rita de Cassia*, fundado pelo Capitão Antão d'Avila Pereira, em testamento lavrado a 8 de junho de 1757.

b) *Nossa Senhora de Guadalupe*, no sitio dos Ferreiros.

c) *Santo Antonio da Mouraria*, no mesmo sitio.

d) *Nossa Senhora das Almas*, fundado no ultimo quartel do seculo XVII por Lucas de Matos Pereira, almoxarife da Real Fazenda em S. Jorge.

Freguesia de Norte Grande; é a mais importante do Concelho das Velas, distando 4 leguas da Vila, quasi a meio da Ilha, com sua Igreja de invocação a Nossa Senhora das Neves.

E' abundante de pastagens, cujo baldio o povo dis fruta em comum.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santo Antonio*, que forma um curato sufraganeo, o mais antigo da Ilha, fundado em 1544 por Jorge de Lemos e sua mulher Maria d'Avila, no sitio denominado Santo Antonio.

b) *S. Miguel Arcanjo*, fundado pelo Capitão Gaspar Nunes Brazil e sua mulher Maria Simoa em 28 de fevereiro de 1633, actualmente reconstruido, no sitio da Ribeira d'Areia.

Vila da Calheta. séde deste concelho, situada em uma planicie, á beira-mar, cercada pelo norte de montanhas, vindo-lhe o nome da pequena enseada que forma o seu porto; foi feita Vila por carta d'El-Rei D. João III de 3 de junho de 1534.

Em 1757, ficou derrubada quasi totalmente esta Vila por um terremoto, a qual tem actualmente uma só freguesia, a de Santa Catarina, cuja primitiva Igreja foi devorada por um incendio casual em 1639.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santo Antonio*, mandado construir pela Capitão-mór Miguel Antonio da Silveira e Souza em 1816.

b) *Senhora do Socorro*, construido pelo povo no ano de 1787, por iniciativa da Capitão Antonio Faustino da Silveira, no sitio dos Biscoitos.

c) *Bom Jesus Milagroso.*

Compreende mais as seguintes freguesias:

Freguesia do Norte Pequeno. situado na costa norte da Ilha, num sitio bastante pitoresco, a 8 k. da

Vila da Calhêta; cultivam-se muitos cereais e fabrica-se queijo e manteiga. A Igreja da paroquia é de recente construção, sendo seu orago S. Lazaro.

Tem ainda a Ermida de *Santa Filomena*, edificada pelo Padre Antonio Tomé de S. Jorge.

Freguesia da Ribeira Seca. E' situada na costa sul da Ilha, em terreno pouco elevado, a 4 **k**. da Vila da Calhêta, sendo assim chamada do nome da ribeira que a atravessa.

E' das mais antigas paroquias da Ilha, sendo a sua Igreja dedicada a S. Tiago demolida pelo terremoto de 9 de julho de 1757, reedificada em 1761.

E' abundante de pastagens, cria muito gado e fabríca queijos e manteiga,

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora dos Milagres*, construido em 1782 pelo Sargento-mòr Antonio da Silveira Avila.

b) *S. Sebastião*, formando um curato sufraganeo no sitio da Fajã dos Vimes, á beira-mar.

c) *Nossa Senhora do Livramento*, construido por iniciativa do Vigario da Calhêta Padre João Silveira de Carvalho, elevado a curato no ano de 1875, no sitio do Loural, sobre a Serra.

d) *Senhor Santo Cristo*, formando curato sufraganeo, construido pelo povo em 1833 na Fajã da Caldeira

Em 1877 rebentou uma nascente de agua sulfurea, verificando-se entrar na sua composição:—Residuo fixo seco a 180°, 0,5352 gr., cloro 0,168 gr., cal 0,0720 gr., magnesia 0,0600 gr.

Freguesia de Santo Antão. Era um antigo curato sendo feita freguesia por decreto de 6 de junho de 1889; é a sua igreja de invocação a Santo Antão.

Tem mais os seguintes templos.

a) *S. João*, situado á beira-mar debaixo de altissimas rochas, fundado em 1550 por Baltazar da Cunha da Silveira e forma um curato sufraganeo.

b) *S. Tomé*, destruido, no sitio deste nome.

c) *Senhor Bom Jesus do Ecce Homo*, ha pouco construido por esmolas do povo, no sitio—Entre Ribeiras.

Freguesia de Nossa Senhora do Rosario—do Topo. Fica situada no extremo oriental da Ilha, sendo assim denominada por ser ali que *topavam* os navios no tempo das primeiras colonizações.

Foi aqui que se estabeleceu a primeira colonia flamenga, sob a direção de Guilherme Van der Haagen, Guilherme da Silveira entre 1470 e 1480.

Foi feita Vila em 1512, sendo suprimida por decreto de 24 de outubro de 1855.

A sua Igreja paroquial é dedicada a Nossa Senhora do Rosario, ficando arruinada pelo terremoto de 1757, começando a reconstruir-se quasi imediatamente.

Tem mais os seguintes templos.

a) *Igreja de S. Francisco*, com seu convento invocado a S. Diogo que em 1661 o Padre Diogo de Matos da Silveira, beneficiado da Matriz da Igreja do Topo, fundou.

b) *Santa Rosa de Viterbo*, arrasado pelo terremoto de 1857.

c) *S. Pedro*, no sitio deste nome.

d) *S. Lazaro*, fundado em 1518 por João Pires de Matos e sua mulher Maria da Silveira, em testamento de 30 de abril; está na propriedade pertencente aos herdeiros do Capitão Tiago Homem de Noronha— sob a invocação de Ermida de Nossa Senhora da Ajuda.

ILHA DA GRACIOSA. Está situada a 39°,2' lat. N. e 21°,54.'15" long. O., distando 35 k. da Ilha de S. S. Jorge, 35 k. da Terceira, 55 k. do Pico, 60 do Faial, 170 de S. Miguel, 260 de Santa Maria, 205 das Flores e 210 do Corvo.

Tem a superficie de 88 k., sendo 17 de extensão e 10 de largura.

No litoral é baixa para o lado norte e de rochas escarpadas para a parte sul; os seus terrenos são magnificos e a sua agricultura está bastante desenvolvida.

Em volta da Ilha ha os seguintes Ilhéos:

Ilhéos dos Homisiados, quasi fronteiros ao porto do Carapacho, e assim chamados por que indo uns rapazes dos principais em 1541 divertir-se para o Ilhéo, não puderam dele sair senão no dia seguinte pela tempestade que se levantou; e chamaram-lhe então Ilhéo dos homisiados.

Ilhéo da Praia, que fica fronteiro á antiga Vila da Praia; é o maior de todos os Ilhéos.

Ilhéo das Gaivotas.

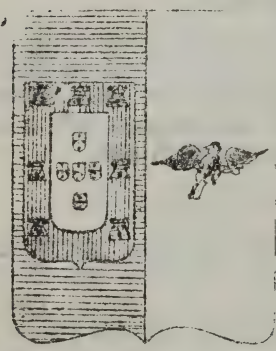
As suas principais pontas ou cabos são: *Pico-negro ou Ruivo*, ao norte; *Fenais*, a leste; *Restigão*, ao sueste; *Branco*, a sudoeste e *Porto* a oeste.

Ha ainda a Ponta do Carapacho, do Topo, do Frade, do Gomes, Vermelho, Ferreira e de Santa Catarina.

Tem a Ilha diferentes *picos* sendo os mais elevados o do Facho, Timão e Carapacho.

Compreende a Ilha um só concelho cuja séde reside na

Vila de Santa Cruz, que é a maior e principal povoação de toda a Ilha; situada ao norte, em terreno baixo, á beira-már e que foi começada a edificar por Pedro Correia da Cunha que em 1485 veiu com carta do Capitão de toda a Ilha. E' a capital e cabeça de comarca e do concelho.



Recebeu o foral de Vila por mercê d'El-rei D. Manuel no ano de 1500; á sua entrada e perto da barra está erecto um secular monumento—Uma Cruz—sobre seu pedestal e ali levantado em 1520 por Antonio de Freitas, fundador da Ermida de S. Sebastião da mesma Ilha.

O seu brazão d'Armas, compõe-se de *escudo bipartido* ao alto, tendo á esquerda em campo azul as armas Reais e á direita um açor voando.

Compreende a Vila uma só freguesia,

Santa Cruz, cuja Igreja paroquial foi construida em 1500.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Santo André*, que foi o primeiro que houve em toda a Ilha—serviu de paroquia e está hoje profanado.

b) *S. Pedro*, fundado pelo povo e que foi o segundo templo e foi reputado Matriz, está tambem profanado.

c) *Corpo Santo*, que foi fundado por maritimos.

d) *Santo Antonio*, instituido pelo capitão Antonio de Freitas Correia, na praça do Pelourinho.

e) *Santa Catarina*, hoje demolido, e que deu o nome a uma ponta ou pequeno cabo na Vila.

f) *S. Sebastião*, no largo deste nome, hoje tambem demolido—que foi fundado em 1520 por Antonio de Freitas.

g) *Igreja da Misericordia*, junto ao hospital, de que foi fundador o capitão-mór Manoel de Quadros Machado.

h) *Igreja dos Franciscanos*, que ali se estabeleceu em 1700, passando para ela os frades que se haviam estabelecido em 1609 num pequeno convento.

i) *Bom Jesus*, edificado por João Moreno.

j) *Nossa Senhora das Dores*, fundado por Antonio da Silva Sodré e consorte D. Maria da Trindade, no povoado deste nome.

k) *S. Braz*, no povoado denominado Fontes.

l) *Santo Amaro*, edificado pelo capitão-mór Francisco Espinola Pacheco de Melo.

Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, siituada a sudoeste de Santa Cruz a meia legua de distancia; foi creada freguesia em 1644, com sua Igreja daquela invocação em 15 de maio de 1713, havendo antes uma Ermida daquela mesma invocação fundada, por Domingos Paiva da Covilhã.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Victoria*, no povoado deste nome que fica no caminho do meio, fundado por Pedro da

Cunha e Avila pela victoria alcançada aos mouros em 1580.

b) *Nossa Senhora da Esperança*, fundado por Xisto d'Ornelas Furtado, no povoado da Ribeirinha.

c) *Almas*, fundado por Domingos Pereira de Lemos, no povoado deste nome.

d) *S. Miguel*, fundado por Pedro Colaço Pais.

Freguesia de Nossa Senhora da Luz, que está situada a 16 k. da Vila de Santa Cruz, datando a sua criação de 1601, com sua Igreja daquela invocação, cuja primitiva, que extstia antes de 1596, foi substituida por outra que foi destruida pela terremoto de 13 de junho de 1730—dando logar á actual.

E' nesta freguesia que existem as afamadas aguas do Carapacho, sitio onde desembarcaram os primeiros povos.

Freguesia da Praia, que fica a 5 k. da séde do Concelho situada á beira-mar, ao longo do melhor porto da Ilha donde lhe vem o nome, em terreno plano e cercado em parte por alguns picos e encostas verdejantes.

El-Rei D. João III deu-lhe os foros de Vila por carta de 1 de abril de 1546, que ficou extinta em 1867 em razão da escacês das suas rendas.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Mateus que foi elevada a Matriz em 1546.

E' nesta freguesia que existe a celebre *Caldeira* de forma elitica com 3 k. no sentido do eixo maior e 2 no menor rodeado de rochedos negros; no fundo um extenso vale com um lago que serve ás lavadeiras do logar.

No fim desta bacia encontra-se a abertura que dá ingresso á furna do enxofre, que mede aproximadamente 90 metros de profundidade.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Sant'Ana*, fundado pelo Capitão-mór Sebastião Correia da Silva, no sitio denominado Lagoa.

b) *Santa Quiteria*, fundado por Sebastião d'Eiró Conde, na Fonte do Mato.

c) *Nossa Senhora dos Remedios*, fundado por Mateus Velho d'Azevedo.

d) *Nossa Senhora da Guia*, fundado pelo Capitão Antonio Vaz do Conde Sodré.

e) *Santo Antonio.*

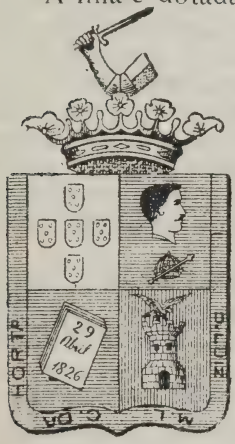
ILHA DO FAIAL. Está situada a 38.°,33' lat. N. e 19°31' long. O., tendo no seu maior comprimento 25 k., e vinte na sua largura, sendo assim de forma ovada.

Dista 285 k. de Santa Maria, 205 de S. Miguel, 180 do Corvo, 170 das Flores, 95 da Terceira, 60 da Graciosa, 25 de S. Jorge e 5 da Ilha do Pico.

E' bastante montanhosa, sendo a sua mais alta montanha, a denominada—*Caldeira*—que tem 1.021 metros de altura, com uma cratera de cerca de 2.000 metros de diametro e 400 de profundidade, tendo no fundo um lago.

Nomearemos mais—o pico do fogo, cabeço do norte, cabeço da fonte e a Lomba dos Frades, como sendo os mais importantes.

A Ilha é dotada dum magnifico porto de mar e além disso dum molhe de abrigo e tem adjacente um pequeno ilhéo:



Ilhéo dos Capelinhos, em frente da freguesia de Santa Cruz, perto do porto Pim.

As suas principais pontas são: *Espalamaca* a lesnordeste, *Ribeirinha* a nordeste, *S. Lourenço* ao norte, *Capelo* a oesnoroeste, *Castelobranco e Feteira* ao sul e *Guia* a sueste.

O solo é fertil em cereais, generos tuberosos, e leguminosos e em frutas de todo o genero.

As Armas desta Ilha tem a Cruz da Ordem de Cristo, com as quinas, uma facha de cada lado e na orla as letras—Horta;— por timbre tem um açor.

Compreende a Ilha um só concelho, cuja sede reside na:

Cidade da Horta, capital do distrito das Ilhas

Faial, Pico, Flores e Corvo, e assim se denomina, dizem uns, porque primitivamente cada casa tinha o seu quintal com um ou dois poços de agua, parecendo assim uma *quinta* ou *horta*; outros opinam, porém, que este nome lhe vem da *horta* que Jorge da Terra, um dos primeiros colonos do Faial, tinha junto a sua casa, onde a pouco e pouco se foram construindo moradas, formando assim o povoado conhecido por aquele nome; finalmente ha quem diga que *Horta* é uma corrupção de *Huerter*, nome do primeiro donatario e chefe da colonização da Ilha.

Em 1468 deu El-Rei D. Manuel a este povoado, o foral de Vila, que foi elevado a cidade por alvará de 4 de julho de 1833, pelo Duque de Bragança, D. Pedro, Regente do Reino, em nome de sua filha, D. Maria II, atendendo aos serviços que seus habitantes prestaram na causa liberal.

D. Luiz I, por decreto de 3 de maio de 1865, concedeu a esta cidade o titulo de «Mui leal», e brazão d'armas, que se compõe «de um escudo esquartelado, no primeiro, em campo de prata as quinas de Portugal, no segundo em campo azul o busto de prata, de D. Pedro IV, tendo no contra-chefe a corôa e chefe de oiro, no terceiro em campo azul um livro de prata aberto com a data 29 d'abril de 1826, outorga da Carta, no quarto campo de purpura um castelo de prata e pousado sobre ele um açor do mesme metal». Orla azul com a legenda em letras de oiro—D. Luiz I á mui leal cidade da Horta—Tem por Timbre um braço de prata armado de espada do mesmo metal.

Ertá situada á beira mar em frente de uma linda e espaçosa baía semi-circular virada a les-sueste, num anfitiatro, ficando-lhe fronteira a Vila da Madalena da Ilha do Pico.

Em volta da cidade ha as seguintes fortificações.

Forte da Lagoa, que fica situado na freguesia Matriz e que se acha hoje abandonado.

Forte do Bom Jesus, situado na mesma freguesia e que passou a servir de cadeia civil.

Castelo de Santa Cruz, que fica na freguesia das Angustias, em frente da cidade e serve de quartel militar.

A çonstrução deste Castelo foi dirigida pelo enge-

nheiro Tomás Benedito, que veiu em companhia do Corregedor Gaspar Freitas, sendo dado ao Castelo uma esquadra de oito artilheiros com um Condestavel, (sargento) para sua guarnição, sob o comando de um capitão.

Castelo da Greta, que fica na ponta do norte da Guia, ao sul da cidade, hoje desmantelado.

Castelo do Porto Pim, no porto desto nome, tambem desmantelado.

Castelo de S. Sebastião, um pouco adiante do Porto Pim, que serviu de quartel de Veteranos.

Todas estas fortificações se construiram com impostos especiais sobre o vinho, carne e aguardante pelos anos de 1567 e 1682, para se defenderem dos corsarios que ao tempo infestavam estes mares.

Formam a cidade as tres seguintes freguesias:

Freguesia de S. Salvador; que forma a parte central da cidade, com sua igreja paroquial—Matriz—que se acha instalada na Igreja dos Jesuitas, que em 1680 se começou a edificar no mesmo sitio onde haviam construido sua primeira Igreja em 1641, dedicada ao Misterio da Epifania.

No edificio que fica junto a esta Matriz, antiga casa dos Jesuitas, acham-se instaladas as repartições publicas.

A antiga Matriz que tambem era invocada a S. Salvador foi demolida em 1842, formando hoje o passeio publico.

Tem mais os seguintes templos.

a) *Nossa Senhora do Carmo*, situado num alto—antes havia ali a Ermida de N. S. da Boa Nova, mandada construir pelo capitão-mór Francisco Gil da Silva e consorte D. Helena Roim, perto da sua residencia em 1640.

Chegando do Brazil 2 frades carmelitas, instituiram na Ermida a invocação de N. S. do Carmo, indo a pouco e pouco melhorando o templo, que é hoje o segundo em grandeza. Junto e no convento acha-se instalado o quartel de infantaria.

b) *S. Francisco*, cuja construção começou em 1696 para substituir o que havia ficado arruinado pela tempestade que por ali passou a 29 de novembro de 1669 construido sobre a proteção de Nossa Senhora do Rosario

á beira-mar e no sitio desde então denominado —Pedras dos Frades, depois de 1537.

Antes, ainda parece que desde 1520, viviam os franciscanos, os primeiros que a esta Ilha chegaram e que eram flamengos, no sitio denominado —Lomba dos Frades.

No convento que fica junto a esta Igreja está instalado o Hospital da Irmandade da Misericordia, creada pouco antes de 1528, e na dependencia o Asilo da Mendicidade fundado por iniciativa do Governador Civil em 1843.

c) *Santo Antonio*, fundado pelo Capitão Antonio da Silveira Linhares em 1700, com um hospicio para frades, onde por disposição testamentaria do fundador em 1717 se instalaram 6 frades.

Extintas as ordens religiosas estabeleceu-se lá o hospital que depois se passou para o convento de S. Francisco.

d) *Nossa Senhora da Gloria*, e seu convento de freiras, mandado construir por D. Catarina Corte Real que dotou o convento com seus bens no ano de 1617 e nele professou.

Era a igreja invocada a Nossa Senhora da Conceição e fica o edificio no centro da cidade.

e) *Convento de S. João*, de freiras da ordem de Santa Clara, fundado por Diogo Rodrigues, antes de 1580.

Está hoje destruido formando parte do jardim publico.

f) *Divino Espirito Santo*, mandado construir pelo municipio em cumprimento de um voto ao rebentar o vulcão da Praia do Norte em 1672.

g) *Nossa Senhora do Livramento*, sito num alto junto ao quartel que foi do Governador Militar, mandado construir em 1648 pelo capitão Francisco Utra e Quadros, e sua mulher D. Izabel da Silveira, que nele foi sepultado.

h) *Sant'Ana*, junto ás casas dos Viscondes de Santa Ana.

i) *Nossa Senhora da Boa Viagem*, situado á beira-mar,

mandado construir por Francisco de Barros e sua mulher, que nele foram sepultados.

j) *Terceiros Franciscanos*, junto á Igreja de S. Francisco e invocado ao Senhor dos Passos.

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que fica ao norte da cidade e atravessada por uma ribeira que corre junto ao adro da Igreja paroquial que é invocada a Nossa Senhora da Conceição, reedificada em 1606 sobre as ruinas de uma Ermida da mesma invocação, coeva com a creação do logar, que foi saqueada e incendiada pelos inglêses em 1597.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora do Pilar*, situado na Lomba funda e mandado construir pelo Dr. Filipe Furtado de Mendonça, Vigario e ouvidor da cidade em 1701.

No dia 31 de janeiro de 1793 incendiou-se esta Ermida não se sabendo a causa, sendo novamente reparada por Barbara da Trindade.

b) *Santo Amaro*, fundado por Francisco Pereira Sarmento, num bairro desviado da cidade.

Freguesia de Nossa Senhora das Angustias, que fica ao sul da cidade, com sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora das Angustias.

Foi a primeira Igreja que se edificou na Ilha do Faial, por mandado do capitão donatario Jorge Dutra á sua propria custa e proximo de sua casa de morada, por virtude de um voto da capitôa, se chegasse á Ilha e não houvesse nela animais ferozes.

A Imagem que então colocaram no altar foi trazida pela mesma capitôa na sua primeira viagem.

Esta Ermida foi poucos anos depois ampliada á custa do mesmo donatario, e deram-lhe então a invocação de Santa Cruz, legando-lhe em 1527 uma renda perpetua para sustentação do capelão e complemento de suas obras e conservação.

Em 1684 foi elevada a paroquia sob a antiga invocação de Nossa Senhora das Angustias, e em 1800 edificou-se a actual Igreja, desmanchando-se aquela.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Guia*, no alto de um monte, man-

dado edificar pele capitão -mór Jorge Goulart Pimentel em 1670 e reedificado em 1714 por Fr. Antonio de Jesus Maria, a que os marinheiros tem muita devoção.

b) *Santa Barbara*, no bairro deste nome, mandado construir por Pedro Pasteleiro em 1500.

c) *Nossa Senhora de Nazareth*, muito arruinado e pertencente á familia Arriaga.

d) S. *Lourenço*, mandado edificar pelo capitão-mór Tomás P. Pereira, na sua quinta.

Compreende o concelho mais as seguintes freguesias:

Freguesia dos Flamengos, que fica a 4 k. da cidade e assim chamáda por haver sido colonizada por flamengos.

E' a unica freguesia central da Ilha, rodeada de montanhas que a tornam por isso humida e fria.

A sua igreja paroquial invocada a N. S. da Luz é coeva com a primeira colonização da Ilha, sendo saqueada e incendiada pelos Ingleses em 1597, sendo reedificada em 1606 e depois ainda em 1736.

Freguesia da Feteira, que fica a 5 k. da cidade e assim chamada por se haver encontrado aquele logar coberto de fetos ao tempo da colonização.

E' dos mais ferteis logares da Ilha, Ignora-se a epoca da sua fundação, mas já existia em 1568; é seu orago o Divino Espirito Santo.

Teve um forte dedominado—Laginha.

Castelo Branco, que fica a 10,5 k. da cidade, sendo orago desta freguesia Santa Catarina.

Diz-se ter havido aqui um hospicio de freiras, no morro onde depois se construiu um castelo, e lá viveram freiras até 1580, sendo o convento invadido nesta data por piratas, passando-se as freiras para o de S. joão, da cidade.

Capelo, que fica a 21 k. da cidade e assim chamado por estar este sitio ordinariamente coberto de nuvens, formando uma especie de capelo.

Foi creada freguesia nos principios do seculo XVII, sendo orago da paroquia Nossa Senhora da Esperança, cuja Igreja ficou arruinada com o terremoto de 1672,

sendo reedificada depois sob a invocação da Santissima Trindade, orago actual da freguesia.

Teve as fortificações denominadas—Forte-firme e Varadouro.

Praia do Norte, que fica a 23 k. da cidade sendo das mais antigas freguesias da Ilha.

O terremoto de 1672 e o fogo destruiram quasi por completo este logar, sendo incorporado depois disto na freguesia do Capelo, para onde passou a invocação da paroquia—Santissima Trindade. Em 1697, porém, alguns dos seus antigos habitantes construiram uma Ermida invocada a Nossa Senhora das Dores, vindo a formar-se mais tarde freguesia, com esta invocação.

Tem um povoado denominado—*Fajã*—com sua ermida invocada a Nossa Senhora da Penha de França, edificada por José Nunes da Silveira em 1787.

Cedros, que fica a 18 k. da cidade, e assim chamada pela muita madeira de cedro, que então existia naquele sitio.

E' a maior e talvez a mais produtiva freguesia da Ilha, chamando-se-lhe por isso—*o celeiro da Ilha*.

E' freguesia antiga, data de 1594, sendo seu orago Santa Barbara.

Salão, que fica a 14 k. da cidade; era um povoado da freguesia dos Cedros, mas formando hoje uma freguesia propria, com sua Igreja paroquial, invocada a Nossa Senhora do Socorro.

Ribeirinha, que fica a 10 k. da cidade, rodeada de montanhas e cortada por duas ribeiras, donde lhe vem o nome; foi creada freguesia em 1666 sob a invocação do Apostolo S. Mateus.

Pedro Miguel, que fica a 6,5 k. da cidade, situada a oeste da—*Caldeira*—entre duas elevadas lombas e cortada por uma grande ribeira; foi feita freguesia em 1666 sob o patrocinio de Nossa Senhora d'Ajuda.

Teve um antigo forte denominado—Baixo.

Praia do Almoxarife, que fica a 3 k. da cidade, situada num vale entre as lombas da Espalamaca e a dos

Frades; vai desde a praia, donde lhe vem o nome, elevando-se para o interior.

E' orago da freguesia Nossa Senhora da Graça. A sua primitiva Igreja foi incendiada e saqueada pelos ingleses em 1567 sendo reparada em 1606.

ILHA DO PICO. Está situada a 38°,25' de lat. N e 19°,3' e 12" de long. O., tendo no seu maior comprimento 90 k. e 20 na largura media, com a superficie de 496 k. quadrados.

Dista 235 k. de Santa Maria, 200 do Corvo, 195 das Flores, 160 de S. Miguel, 60 da Terceira, 55 da Graciosa, e 5 da Ilha do Faial.

A Ilha é a mais montanhosa de todo o arquipélago, sendo dividida a meio por uma elevada serra que corre em todo o sem comprimento, sobre a qual existem extensos campos incultos.

O seu terreno é vulcanico, rochante e pedregoso, desenvolvendo-se muito bem a vinha que é a melhor de todas as das Ilhas.

A costa é bordada de altos e alcantilados rochedos sem areal, nem sitio proprio para ancoradouros de navios.

As suas principais elevações são: *o Pico*, que deu o nome á Ilha com cerca de 2.500 metros de altura, *Monte caiado*, a oeste da vila das Lages, na serra da Prainha do Norte.

As suas principais pontas são: *Espartel*, *Mateus*, *Arrifes* e *Nasquim*, ao sul; *Calhau-grosso*, a les-sueste; *Cela*, *Prainha*, *Misterio* e *Cabrito*, ao sul; *Madalena* e *Monte*, a sudoeste.

Em volta da Ilha ha os seguintes Ilheus: *Madalena*, dois Ilheus fronteiros á Vila que tem este nome *Prainha*, que fica defronte da freguesia que tem este nome.

Compreende a Ilha tres concelhos, cujas sedes residem respectivamonte na

Vila de S. Roque, que é a capital, situada na parte norte da Ilha, á beira-mar em terreno plano, quasi a meio.

Não é a mais importante Vila do Pico, mas nela está a séde da comarca da Ilha.

Foi creada Vila por alvará de 1542 e assim se chama do nome do orago da sua unica freguesia.

A sua Igreja paroquial, que já existia antes da creação da Vila, foi reedificada em 1716 e transformada na actual matriz.

Tem mais os seguintes templos.

a) *Igreja da Misericordia*, com sua irmandade.

b) *S. Miguel Arcanjo*, no bairro deste nome, mandado construir pelo Alferes André Gulart.

c) *Nossa Senhora das Dôres*, que se desconhece a data da sua edificação.

d) *Igreja de S. Pedro d'Alcantara*, no convento de S. Francisco, no sitio do Cais do Pico a 2 k. da séde, cuja construção se começou em 1721, sendo padroeiro o Padre Manuel Rodrigues da Silveira. Naquele sitio havia a Ermida de Nossa Senhora do Livramento.

Extintas as ordens religiosas e entregues os bens ao Governo, foi este convento cedido para nele se instalarem as repartições publicas da Comarca.

Compreende este concelho mais as seguintes freguesias:

Prainha do Norte, que fica a 15 k. da sede e assim se chama por confinar ao norte com uma pequena praia do mar.

A sua Igreja paroquial que era invocada a Nossa Senhora da Piedade, foi reedificada em 1787, tendo já antes a invocação de Nossa Senhora d'Ajuda.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora das Dores*, sito na areia do Mouro e mandado construir por Manoel Ferreira de Melo.

b) *Nossa Senhora da Piedade*, no sitio da Prainha de Cima.

c) *S. Pedro*, que se desconhece a data da sua edificação.

Freguesia de Santo Amaro, que fica a 20 k. da sede, com sua Igreja paroquial invocada áquele santo; é

situada no extremo leste do concelho e tem um sofrivel porto do mar.

Freguesia de Santo Antonio, que fica a 3 k. da séde do concelho, com sua Igreja paroquial invocada áquele santo, fundada em 1696.

Tem mais as seguintes templos:

a) *Sant'Ana*, no bairro deste nome, mandado construir por Diogo Soares, formando hoje um curato.

b) *S. Domingos*, no sitio das Almas, mandado construir por Domingos Nunes da Costa.

c) *S. Vicente*, no sitio do Ginjal mandado edificar pelo Padre José de Melo.

d) *Madre de Deus*, no sitio do areal, mandado construir pelo Padre Bernardo Ferreira.

Fraguesia de Santa Luzia, que fica a 12 k. da sede, de terreno pedregoso e vulcanico.

A sua Igreja paraquial já existia em 1723 e é invocada a Santa Luzia.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Pureza*, no sitio do Lagido, mandado edificar por Diogo Berquó d'El-Rei e mulher D. Joana Margarida Jaques de Mendonça em 1760.

b) *S. Mateus*, no porto do Cabrito.

Vila das Lagens. E' a mais antiga, rica e maior povoação da Ilha, sendo elevada a Vila no ano de 1501.

Fica situada á beira-mar, nas faldas de um monte quasi cortado a prumo, sendo o seu porto rodeado de recifes e grandes lagedos, donde lhe vem o nome.

E' esta Vila formada por uma só freguesia cuja Igreja paroquial é bastante antiga e invocada á Santissima Trindade.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Misericordia*, construido em 1719, que tinha sua irmandade, hoje em ruinas.

b) *S. Pedro*, que foi o primeiro templo construido na Ilha e serviu algum tempo de paroquia.

c) *Nossa Senhora dos Remedios*, que tambem se acha arruinado.

d) *Santa Catarina*, edificado numa vistosa colina.

e) *Nossa Senhora da Conceição*, junto ao convento dos Franciscanos, construido com esmolas do povo no ano de 1600 que foi pasto dum grande incendio em 1830, sendo depois reparado.

No convento acham-se hoje instaladas as repartições municipais.

f) *S. Sebastião*, de que se ignora a data da construção, no logar denominado Ribeira do Melo.

g) *S. Bartolomeu*, no logar da Silveira, assim chamado pelas silvas que naquele sitio mandara plantar Fr. Pedro Gigante, primeiro paroco da mais antiga Igreja da Ilha, para impedir a invasão do gado nos terrenos onde foram plantados os primeiros bacelos de vinha, que mandara vir da Madeira, e junto do qual logar fica o povoado chamado Soldão.

Compreende o concelho mais as seguintes freguesias:

Freguesia de S. João, que fica a 9 k. da sede do concelho, situada em terreno pedregoso.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. João, começando-se a construir em 1829, para substituir a que em 1726 se havia levantado e fora destruida.

Antes serviu de paroquia a

a) *Ermida de S. João*, construida em 1619 no sitio do Arruda, por Domingos Marques e mulher, sendo destruida pelo vulcão que rebentou em 1718, passando por isso a paroquia para a

b) *Ermida de Santo Antonio*, mandada construir pelo sargento-mór Antonio Pereira de Betencourt, até 1726.

Freguesia das Ribeiras, que fica a 5 k. da sede e assim chamada das muitas torrentes d'agua que a atravessam.

E' situada em terreno algum tanto ingreme, com sua Igreja paroquial invocada a Santa Barbara, que já existia em 1568.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora do Socorro*, que lhe fica proximo.

b) *Bom Jesus*, no bairro denominado Santa Cruz, á beira-mar, sendo aqui que em 1831 desembarcou a divisão constitucional comandada pelo conde de Vila-flor, vindo da Ilha Terceira.

Freguesia da Calheta de Nasquim, que fica a 18 k. da sede, situada á beira-mar, no lado sul da Ilha.

A sua Igreja paroquial, invocada a S. Sebastião, foi começada a construir-se em 1852, sobre as ruinas da antiga, cuja data da edificação se desconhece.

Freguesia da Ponta da Piedade, que fica a 23 k. da sede, situada na ponta lesnordeste sobre uma planicie, sendo a mais importante do concelho.

A sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora da Piedade foi começada em 1756.

Tem mais os seguintes templos:

a) *S. Tomé*, no sitio da Manhenha, logar afamado pelos seus vinhos.

b) *Nossa Senhora da Conceição*, mandado construir pelo Padre Manoel Inacio em 1857, no sitio do Calhau.

c) *Santo Antão*, no sitio da Ribeirinha.

Vila da Madalena, a mais nova das Vilas da Ilha, recebendo o respectivo foral por Alvará de 8 de março de 1722.

E' situada na costa O. da Ilha, defronte da cidade da Horta, em terreno baixo e pedregoso.

A sua Igreja paroquial é invocada a Santa Maria Madalena, sendo das melhores da Ilha.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Conceição*, fundado pelo Padre Francisco Pereira Sarmento, no Cabo Branco.

b) *Sant'Ana*, mandado edificar pelo capitão Antonio da Silveira Linhares, no sitio do Pesqueiro.

c) *Benditas Almas*, mandado edificar por Antonio Pereira do Amaral, no sitio dos Toledos.

Compreende mais este concelho as seguintes freguesias:

Freguesia das Bandeiras, que fica a 6 k. da sede

do concelho assente sobre terreno pedregoso, com sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora da Boa Hora.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora do Desterro*, mandado edificar pelo Capitão Jorge Cordoso no sitio do cais do Morato.

b) *Nossa Senhora dos Milagres*, edificado no sitio do Cachorro.

c) *S. Caetano*, mandado edificar por Mateus de Melo, no Cobeço Chão.

Freguesia da Criação Velha, que fica a 2,5 k. da sede, voltada ao sul da Ilha, com o sitio denominado Arêa-larga, que é o porto.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora das Dores, sendo feita paroquia em 1799.

Freguesia da Candelaria, que fica a 8 k. da sede, com sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora das Candeias.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Boa Nova*, no sitio denominado Guindaste.

b) *Nossa Senhora da Conceição*, que fica no porto da freguesia.

Freguesia de S. Mateus, que fica a 15 k. da sede; é a mais extensa, populosa e antiga freguesia do concelho, já existindo em 1542.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Mateus e começou-se a edificar em 1838 por fóra da antiga Igreja que se achava muito arruinada.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Nossa Senhora da Conceição*, mandado edificar pelos Padres Alexandre da Silveira Machado e Tomaz Alexandre da Silveira Machado.

b) *S. Jeronimo*, mandado edificar por D. Maria Montijo, proximo ao porto da Lagem, em ruinas.

c) *S. Caetano*, mandado edificar por Francisco Pires Flores proximo do porto da Prainha do Galeão.

ILHA DAS FLORES. Está situada a 21°,16" e 59' de long. O., e 39°,25' lat. N., distando 475 k. da Ilha de Santa Maria, 385 de S. Miguel, 270 da Terceira, 205 da Graciosa, 200 da de S. Jorge, 195 do Pico, 175 do Faial, e 15 da Ilha do Corvo.

Tem 40 k. no seu maior comprimento e 15 de largura, com a superficie de 620 k.

A sua costa é alta e escarpada, e toda a Ilha bastante montanhosa e cortada por varias ribeiras, cujas principais são:

Ribeira da Cruz, que vai desaguar ao norte da Ilha; *Ribeira da Silva*, que divide os dois concelhos que formam a Ilha; *Funda*, que vai para leste da Ilha; *Grande*, que é a principal e desagua na freguesia da Fajãzinha *dos Moinhos*, que passa pela freguesia de Ponta-delgada, e a *Ribeira d'Além da ribeira*, que fica além da ribeira da Fazenda.

Principais pontas:—*Ponta-delgada e Albernage* ao norte, *Caveira, Lomba e Lagens* a leste, *Farois* a nordeste, *Agua-quente* a sudoeste e *Ruiva* entre as pontas Delgada e Santa Cruz.

Principais montanhas:—Monte da Cruz, Pico da Sé, Morro Grande, Monte das Lagens, Lombo Grosso, Pico Caboco; Lombo da Vaca e Pico Casino.

Principais portos:—*Porto de Santa Cruz* na costa oriental, *Enseada da Ribeira-grande* e a *Enseada da Agua-quente*.

As suas Lagoas são: *Lagoa Funda* a sudoeste da Vila de Santa Cruz, *Seca e Rasa* que distam um k. daquela, *Branca e Comprida* a 4 k. para nordeste da Lagoa Rasa, e a da *Lomba e a Funda* das Lagens.

Em volta da Ilha ha os seguintes Ilheus:

Monchique, a pouco mais de um k. a O. da ponte dos Farois; *Agua-quente*, a sudoeste da ponta das Cantarinas, *Rodrigues*, a este da Ilha.

O afastamento que esta Ilha tem das outras, assim como a falta de comunicações, tem-na atrasado no seu desenvolvimento comercial e industrial. Cria no entanto muito gado vacum, que é o mais pequeno dos Aço-

res, mas o que mais leite dá, e lanigero, sendo finissima a sua lã e muito bons os seus tecidos.

Compreende a Ilha dois concelhos, cujas sedes residem respectivamente na

Vila de Santa Cruz, que fica situada á beira-mar, em terreno plano, voltado para sueste; tem um sofrivel porto de mar que foi defendido por um forte hoje demolido.

Foi feita Vila depois das Lagens haver recebido foral de vila, mas é a mais importante da Ilha, sendo sede da comarca.

Forma a Vila uma só freguesia, cuja Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora da Conceição, e tem o titulo de Matriz, sendo começada em 1781 no mesmo sitio em que existia uma outra, coeva com a criação do logar.

Tem mais os seguintes templos:

a) *Igreja de S. Francisco*, com seu convento dedicado a S. Boaventura, fundado pelo Padre Inacio Coelho, natural de Santa Cruz das Flores e seu Vigario, em cumprimento do voto que fizera pela Restauração de Portugal de 1640, solicitando Beneplacito Regio no ano seguinte.

Com a extinção das Ordens religiosas, foi o convento vendido em hasta publica e adquirido por um particular, e a Igreja entregue á Ordem Terceira.

b) *S. Pedro*, edificado em 1705, e pertencente á familia Armas; destruido.

c) *S. Sebastião*, fundado em 1741 pelo Vigario Tomé Furtado de Mendonça; destruido.

d) *Santa Catarina*, que tambem foi destruido.

e) *Nossa Senhora de Lourdes*, de recente construção, no logar denominado Fazenda.

Formam o concelho mais as seguintes freguesias:

Freguesia da Caveira, que fica a 5 k. da sede, entre montanhas, com sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora do Livramento, edificada em 1767 por José Antonio de Sousa Betencourt.

Freguesia dos Cedros, que fica a 10 k. da sede e assim denominada pela muita madeira deste nome que lá se encontrou ao ser colonizada; fica sobre um lombo limitada ao norte pelas barrocas do mar.

A sua Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora do Pilar.

Freguesia de Ponta-delgada, que fica a 20 k. da sede e assim chamada por ficar assente em uma ponta de terra estreita; é a mais importante do concelho e com um sofrivel porto do mar.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Pedro.

Vila das Lagens. Fica situada a 15 k. da Vila de Santa Cruz na costa E. e assim chamada do Lagedo que tem junto.

E' a mais antiga Vila da ilha, fundada em 1515 e situada á beira-mar sobre um terreno plano, sendo outrora defendida por um forte denominado Santo Antonio, que ainda em 1770 bateu 2 navios americanos que pretendiam invadir a Vila.

São-lhe anexos os povoados do Monte, Morros e Fazenda, ficando este a 2 k. da sede com sua Igreja invocada ao Senhor Santo Cristo.

E' formada por uma só freguesia, cuja Igreja paroquial é invocada a Nossa Senhora do Rosario, que foi começada em 1763 por estar arruinada a antiga paroquia.

Tem mais o seguinte templo:

Nossa Senhora das Angustias, fundado em 1729 por D. Pedro e D. Manuel, hespanhois que ali naufragaram e que depois de concluida foi entregue ao cuidado da familia Armas; arruinado.

Compreende mais o concelho as seguintes freguesias:

Freguesia da Lomba, que fica o 5 k. da sede e assim chamada por ficar situada em logar alto, sobre o mar.

A sua Igreja paroquial é invocada a S. Caetano e começada a edificar em 1698.

Freguesia da Lagedo,; que fica a 7 k. da sede, com sua Igreja paroquial invocada a Nossa Senhora dos

Milagres quo foi construida em 1771 por Josè Francisco de Mendonça.

Nesta freguesia existem duas fontes sulfureas e uma de agua azeda.

Freguesia dos Mosteiros, que fica a 10 k. da sede do concelho, com sua Igreja paroquial invocada á Santissima Trindade e mandada construir por Antonio de Freitas em 1847.

Fraguesia da Fajãzinha, que fica a 12 k. da sede do concelho, á beira-mar, em terreno plano, virada ao norte, com sua Igreja paroquial invocada ao Santissimo Sacramento, edificada em 1770 pelo Padre Alexandre Pimentel de Mesquita, no mesmo sitio em que existia a antiga invocada a Nossa Senhora dos Remedios.

Freguesia da Fajã Grande, que fica a 13 k. da sede do concelho com um razoavel porto do mar, com sua Igreja paroquial invocada a S. José, reedificada em 1849 com esmolas do povo.

ILHA DO CORVO. Está situada a 40.° lat. N. e 34°,20' long. O., tendo 5,5 k. de comprimento e 2 na sua largura, tendo assim uma superficie de 13 k.

Dista 480 k. de Santa Maria, 300 de S. Miguel, 275 da Terceira, 210 da Graciosa, 205 de S. Jorge, 200 do Pico, 180 do Faial e 15 da Ilha das Flores.

E' a mais ocidental e pequena de todas as Ilhas do arquipélago, muita acidentada pelos contrafortes de uma montanha que se eleva no seu centro, antigo vulcão, com sua *caldeira* de 5,5 k. de circunferencia e 250 metros de profundidade, formando em baixo uma grande lagoa com sete pequenitos ilheos.

Os seus principais portos são:

Da Casa, que fica a nordeste da Ilha, *Pesqueiro e Boqueirão*, que ficam a oeste.

O solo é fertil, produzindo bons cereais, legumes e principalmente inhames.

Compreende a Ilha um só concelho com uma só freguesia:

Vila Nova do Corvo, elevada a esta categoria

por decreto lavrado no ano de 1832, pois antes era uma simples freguesia, sujeita á jurisdição da Vila de Santa Cruz da Ilha das Flores.

Fica situada á beira-mar, e é orago da freguesia Nossa Senhora dos Milagres com sua Igreja paroquial construida em 1674, tendo antes havido uma outra sob a invocação de Nossa Senhora do Rosario, onde se celebravam os oficios divinos, quando pela quaresma vinha o Vigario das Flores confessar e desobrigar aqueles seus paroquianos, que só neste tempo tinham pastor.

II

Donataria, Capitanias, Corregedorias, assaltos e invasões de estrangeiros, açoreanos ilustres.

A distancia a que estão do continente Português as Ilhas dos Açores, o afastamento de uma a outra Ilha e ainda a maneira como as descobriram, as deram e colonizaram, foram a causa do seu governo e administração especial, para atender e harmonizar os interesses da Corôa com os dos Donatarios, Capitães e colonos.

Assim no principio formaram estas Ilhas uma

Donataria—governo geral do Arquipélago, por virtude das doações feitas por D. Afonso V aos Infantes de Portugal, que as tinham *como suas proprias, isentas, dizimas a Deus, com tudo o que nelas havia e ao diante houvesse*, sendo assim uns verdadeiros Reis dos Açores, e como tais lhes pertencia:

a) todas as entradas e saidas.
b) rendas e direitos reais.
c) foros, tributos e imposições.
d) montes rotos e por romper.
e) rocios, pacigos e arvores.
f) fontes, rios e pescarias doces e salgadas.
g) todo o senhorio e sujeição delas e seus moradores.
h) toda a jurisdição civel, crime, mero, mixto e imperio.

E enfim todas as cousas que em elas houvesse e pudessem haver, salvo, porém, oque os Reis resalvavam para si, seus sucessores e Coroa:

a) que os moradores das Ilhas fizessem guerra ou paz.
b) não poderem alhear.
c) sustentar dos dizimos os ministros e serviços da Igreja catolica.

No espiritual, por doação do mesmo Rei de 7 de junho de 1554, pertenciam estas Ilhas á Ordem Militar de Cristo, cujo mestrado andava nos mesmos Infantes.

Donatarios que foram das Ilhas que formam os grupos oriental e central:

INFANTE D. HENRIQUE, Duque de Vizeu, Senhor da Covilhã, de Lagos e Sagres, Mestre da ordem de Cristo, filho de D. João I e de Dona Filipa de Lencastre, nasceu aos 4 de março de 1394 na cidade do Porto, e faleceu no ano de 1460 na sua Vila de Sagres, onde vivia entregue aos seus estudos.

Cultor em extremo das sciencias positivas: mathematica e astronomia, notabilizou-se na arte nautica, que em intima relação está com aquelas sciencias, e que lhe grangeou o nome imortal.

A ele se deve a desvenda dos misterios do Atlantico e assim as descobertas que tanto renome deram a Portugal.

Foi ele que, para activar a colonização das Ilhas dos Açores, as dividiu em Capitanias, e á frente de cada uma delas pôs um Capitão, seu delegado, com jurisdição propria. Mandou-as povoar, alcançou-lhes isenções e privilegios, ordenou e estabeleceu a Igreja de S. Jorge na Ilha de S. Jorge, a de Jesus Cristo na Ilha Terceira, a de S. Miguel na Ilha de S. Miguel, a de Santa Maria na Ilha de Santa Maria e uma outra Igreja na da Graciosa, que todas estas Ilhas já eram habitadas ao tempo do seu falecimento.

INFANTE D. PEDRO, Duque de Coimbra, filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre, Regente do Reino na menoridade de seu sobrinho D. Afonso V. Nasceu em Lisboa em 1392 e morreu no campo d'Alfarrobeira em 20 de maio de 1449 em luta com aquele seu sobrinho.

Quande se tratou da colonização destas Ilhas, pediu o Infante D. Pedro a seu irmão D. Henrique, lhe desse uma para dirigir no temporal, sendo-lhe então cedida a segunda que fora descoberta, á qual o Infante poz o nome de S. Miguel, pela grande devoção que tinha a este Arcanjo. Por sua morte, que se deu pouco depois, passou novamente esta Ilha para a posse do Infante D. Henrique, formando assim com as outras, uma só Donatoria.

Por morte do Infante D. Henrique, sucedeu-lhe seu sobrinho:

INFANTE D. FERNANDO, Duque de Vizeu e Beja, Senhor da Covilhã, Condestavel do Reino, Mestre da Ordem de Cristo, filho de D. Duarte Rei de Portugal. Nasceu em Almeirim a 17 de novembro de 1433 falecendo em Setubal a 18 de setembro de 1470, sendo casado com Dona Beatriz, sua prima, filha do Infante D. João, de quem teve quatro filhos.

Seu tio, o Infante D. Henrique, por alvará de 7 de março de 1436, adotou-o por filho, e instituiu-o seu universal herdeiro, em virtude do que para ele passou o Mestrado da Ordem de Cristo e a Donataria das Ilhas dos Açores, duas das quais a Terceira e Graciosa, lhe haviam já sido doadas por seu dito tio, em carta de 22 de agosto de 1460,confirmada por El-Rei a 2 de setembro do mesmo ano (1), e logo a seguir á morte do Infante D. Henrique, D. Afonso V, por diploma de 3 de dezembro de 1460 confirmando a deixa feita pelo infante, doa-lhe as Ilhas de S. Jorge, Jesus Cristo, Graciosa, S. Miguel e Santa Maria, que estavam então povoadas, com todas as rendas, direitos e jurisdição como as havia tido D. Henrique. (2)

De genio aventuroso e guerreiro, de nada cuidou referente á sua Donataria, durante os poucos anos que viveu, sucedendo-lhe nos titulos e comendas seu filho D. João, que falecendo pouco depois de seu pai e sem descendencia, tudo passou para seu irmão imediato:

INFANTE D. DIOGO, Duque de Vizeu e de Beja, Senhor da Covilhã e de Moura, das Ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, Condestavel do Reino, Regedor e Governador da Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sendo menor á data do falecimento de seu irmão, foi administrado o Mestrada e Donataria por sua Mãe Dona Beatriz, como sua tutora e curadora.

Audacioso e ambicioso, conjurou-se com os nobres de Portugal e com o Bispo de Evora, D. Garcia de Me-

(1) Citado Arquivo v.º 1.º pag. 10
(2) Citado Arquivo v.º 1.º pag. 14

nezes contra El-Rei D. João II, seu cunhado, sendo por tal facto apunhalado às mãos de El-Rei em Palmela, a 23 de agosto de 1484, contando apenas 23 anos de idade, sucedendo-lhe nos titulos e comendas seu irmão.

D. MANUEL, Duque de Beja e de Viseu, Senhor da Covilhã e de Vila Viçosa, Condestavel do Reino, Governador da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, nasceu em Alcochete e foi aclamado Rei de Portugal por morte de D. João II em 1495, falecendo em Lisboa em 1521.

Com a sua aclamação e elevação a Rei integrou-se a Donataria das Ilhas e assim o Mestrado da Ordem de Cristo na Coroa Portuguêsa, continuando porém divididas em Capitanias e sendo assim os Capitães delegados directos de El-Rei. (1)

As Ilhas das Flores e Corvo, descobertas e povoadas muito depois das outras, não andaram porém na donataria dos Infantes. E' certo que por carta de 20 de janeiro de 1453 El-Rei D. Afonso V doou a D. Afonso, Duque de Bragança, a Ilha do Corvo, mas este nenhuma deligencia fez para a colonizar e desenvolver, pois que, em 1507, segundo afirma Valentim Fernandes, ainda estava despovoada. De modo que quando para estas Ilhas se começou a dar a corrente emigratoria achava-se, a donataria dos Açores já integrada na Coroa Portuguesa; no entanto elas não escaparam á forma administrativa especial que tiveram todas as outras.

E a donataria, para os efeitos governativos e no principio para activar a colonização, dividia-se, subordinada contudo ao Infante donatario e por via deste ao poder Central, em

Capitanias—compreendendo uma ou mais Ilhas, ou mesmo parte de uma, á frente da qual estava o *Capitão* com jurisdição delegada do Donatario, confirmada por El-Rei, e por isso lhe chamavam—*Capitão-donatario* e até sómente—*Donatario*.

As nomeações para este cargo eram vitalicias e hereditarias no filho mais velho, salvas pequenas excepções

---

(1) Citado Arquivo. v.º 3 pag. 16

e feitas pelo Donatario Infante e confirmadas por El-Rei, ou feitas sómente por El-Rei.

As atribuições concedidas ao capitão podem agrupar-se em duas categorias.

1) *Consistentes em direitos priviligiados*:

a) como eram o exclusivo dos moinhos de cereais e atafonas e de fornos de pão e de poia.

Assim, ninguem dentro das suas capitanias podia possuir moinho algum, movido a agua ou animal, nem tão pouco ter fornos de pão alto, que isso era privilegio do Capitão e um dos seus bons rendimentos.

b) o exclusivo do estanque do sal.

Só o Capitão o importava e vendia ao publico, havendo por vezes a taxa maxima porque o podia vender.

c) o direito da dada das terras desocupadas.

Pois ao Capitão pertencia distribuir pelos colonos, segundo a lei da sesmaria, os terrenos ainda sem dono.

d) o redizimo dos direitos reais de entrada e o dizimo de todas as rendas da Ilha.

2) *Consistentes em jurisdição*:

a) toda a jurisdição civel até á quantia de quinze mil reis, sem apelação nem agravo, salvo alegando a parte que o julgamento fora feito com peita ou corrupção, ou no processo houvesse nulidade.

b) toda a jurisdição crime, podendo condenar até dez anos de degredo, e açoitar, salvo sendo pessoa a quem não coubessem estas penas por seus privilegios, e todas as mais condenações menores, sem apelação nem agravo.

c) julgar com apelação os casos a que caibam talhamento de membros, morte ou degredo para S. Tomé, ilha do Principe e Santa Helena.

d) nomear magistrados. oficiais de justiça, almoxarifes e escrivães e mais oficios das arrecadações dos dizimos e direitos reais.

Nos primeiros tempos eram todos estes direitos exercidos pessoalmente pelos capitães que tinham sua residencia na capital da Ilha; porém mais tarde e com autorização Regia começaram a fazer-se representar por um delegado com procuração, a quem chamavam *Ouvidor do Capitão*, emquanto eles esquecendo por completo

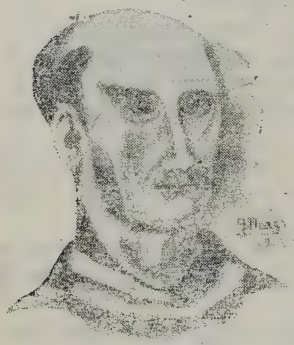
as suas capitanias, gastavam-lhe os rendimentos em Portugal, não as vizitando, nem mesmo quando delas tomavam posse.

A jurisdição dos capitães, sofreu o primeiro golpe com a dominação hespanhola, pois que sendo criado o Governo-geral dos Açores, com sede em Angra, a ele ficaram subordinadas todas as Ilhas e assim enfraquecidas as Capitanias.

A Restauração em 1640 estabeleceu, porém, de novo a antiga organização, mas eivada dos males passados dentro em breve chegou a administração a um estado quasi anarquico, pelo que o Marquês de Pombal por seu decreto de 2 d'agosto de 1766 criou a—*Capitan'a-geral*—com sede tambem em Angra, reduzindo os Capitães á simples precepção das suas rendas, incorporando na Coroa toda a jurisdição.

A primeira Capitania foi constituida no principio pelas Ilhas de Santa Maria e S. Miguel, mas pela venda que João Soares d'Albergaria, segundo Capitão, fez do seu direito na Ilha de S. Miguel a Rui Gonçalves da Camara em 1474, passou esta capitania a ser formada sómente pela Ilha de Santa Maria, tendo por capital a Vila do Porto, e foram seus capitães:

FR. GONÇALO VELHO— o colonizador dos Açores, uma das figuras mais valorosas do seu tempo, distinguindo-se nas conquistas da Africa, recebendo por isso dos Reis valiosas dadivas.



Era Comendador do Almorol e Senhor das terras de Pias, Bezelga e Cardiga, Comendador dos Açores e capitão donatario de Santa Maria e S. Miguel.

Nos primeiros tempos da colonização viveu na Ilha de Santa Maria, promovendo e activando o seu povoamento e aplicando toda a sua actividade no romper da terra, então coberta de arvoredos, cortando, roçando, queimando e experimentando ali as sementeiras que melhor frutificavam.

Já de avançada idade renunciou livremente á jurisdição da sua capitania em seu sobrinho João Soares d'Albergaria, a pedido do Iniante D. Henrique, em pagamento de serviços por este prestado ao País, pois sua vontade era, segundo se conta, renuncia-la em Nuno Velho e Pedro Velho, seus sobrinhos tambem, filhos de Diogo Gonçalves de Travassos e D. Violante Cabral, sua irmã, que com ele tinham vindo, pequenos ainda, a estas Ilhas, dando a cada um a sua Ilha.

Faleceu no Reino, velho, mas sempre ao serviço dos Reis e do Infante, de quem fora criado e a quem revelantes serviços prestara.

Nomearemos neste periodo:

Nuno Velho, sobrinho de Fr. Gonçalo que passou depois a viver na Ilha de S. Miguel e se casou em primeiras nupcias com Isabel Afonso de quem teve um filho chamado Diogo Velho, homem de importancia, e em segundas com Africa Anes, viuva de Jorge Velho, de quem houve descendencia.

Pedro Velho, sobrinho de Fr. Gonçalo, tambem se passou para a Ilha de S. Miguel, casou-se com Catarina Afonso e estabeleceu-se no sitio dos Remedios, perto da Vila da Lagoa, onde á sua custa mandou construir a Ermida de Nossa Senhora dos Remedios.

Gonçalo Anes, filho de Simão de Sá, de nobre geração, que a esta Ilha veiu por haver afrontado um Prelado, trazendo em sua companhia sua filha Africa Anes, que casou em segundas nupcias com Nuno Velho.

Foi particular amigo de Fr. Gonçalo e a ele entregou sua filha ao auzentar-se da Ilha.

JOÃO SOARES D'ALBERGARIA, sucedeu na capitania a seu tio, por virtude da renuncia que dela havia feito, sendo mais tarde confirmado por carta de D. Beatriz de 12 de maio de 1474, como tutora de seu filho o Infante D. Diogo, Duque de Vizeu.

Era filho dum Fuas Sores d'Albergaria e D. Tereza Velho Cabral, irmã de Fr. Gonçalo; foi casado em primeiras nupcias com D. Beatriz Godiz, que faleceu na Ilha da Madeira, sem deixar descendencia, e em segundas com D. Branca de Souza. a 20 de Julho de 1492, em

Lisboa, filha do fidalgo de Alter do Chão, João de Souza Falcão.

Em 1472 e portanto ainda antes de alcançar a carta de confirmação de Capitão, vendeu a Rui Gonçalves da Camara por 800$000 reis em dinheiro e 4.000 arrobas de açucar, o direito que tinha á capitania da Ilha de Santa Maria, ou por causa das muitas despesas que fizera com a doença de sua primeira mulher na Ilha da Madeira, ou para deste modo agradecer ao pai do comprador, João Gonçalo Zarco, Capitão da dita Ilha da Madeira, os muitos favores que dele recebera durante a doença da sua referida mulher.

Foi homem valente e animoso, contando-se que de uma vez pelejara com um bando de castelhanos que invadira a Ilha, capitaniado por um seu genro ou cunhado, com tal arte que com os poucos homens armados que tinha na Ilha, desbaratou o bando, lançando dois dos assaltantes da rocha abaixo. De outra forma se conta fora a Ilha invadida por castelhanos e com eles lutou dois para tres dias, com um preto e quarto ou cinco homens por seu lado, sendo por fim preso e levado cativo para Castela, sendo resgatado em 1480.

Estando este Capitão em Lisboa, ancorou ao norte de Santa Maria, no dia 19 de fevereiro de 1492, Cristovam Colombo, de regresso á Europa da sua feliz viagem e descoberta do Novo Continente—*a America*—acossado pela tempestade que então pairava nos Açores havia 15 dias.

Desejando comunicar com terra, mandou á praia uma barca da sua caravela e autorizou os marinheiros a declinarem o seu nome e contarem a feliz viagem e a grande descoberta que haviam feito.

Em terra receberam amistosamente os navegantes, e ensinaram-lhes que o porto onde com maior segurança podiam ancorar a Caravela, aos ventos que então sopravam, era o de S. Lourenço.

Ao mesmo tempo, e ocultas dos marinheiros, mandaram aviso a João da Castanheira, que tinha seu ordinario assento na Vila do Porto, e administrava a Capitania na ausencia de João Soares d'Albergaria, d'aquela visita; que, segundo ordens expressas que se dizia havia recebido, particularmente, de D. João II, Rei de Portugal, reu-

niu a sua gente armada e dirigiu-se ao encontro da Caravela que em bordejos demandava o porto de S. Loulenço.

Era porém já sol posto quando chegaram á ribeira junto ao referido porto onde já estava ancorada a Caravela e dali chamaram em altas vozes o capitão, enviando este de novo a sua barca a terra, que voltou pouco depois com gente da Ilha e ofertas de galinhas, pão fresco e outras cousas mais de comodorias.

João da Castanheira desculpava-se de não ir pessoalmente com suas ofertas, por ser já noite, mas que o faria no dia seguinte, e consigo levaria os marinheiros que a terra tinham vindo, pois desejava passar a noite ouvindo deles a narrativa da viagem e da terra que havia descoberto.

Cristovão Colombo, durante aquela tormenta nos mares dos Açores, havia feito voto de sair em romaria com os seus, em camisa, á primeira terra que chegasse e houvesse Casa de Nossa Senhora, e por isso na manhã do dia seguinte pediu aos enviados de João de Castanheira, que a bordo haviam passado a noite, fossem a terra e mandassem um Padre para lhes ir dizer missa na Igreja que estava junto ao mar, que se supõe ser a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, e mandou com eles metade da sua tripulação, dizendo iria com a outra metade, render graças á Virgem, depois destes regressarem, para que a Caravela ficasse sempre tripulada.

Ia já o dia alto, sem que da terra viesse a marujama render os componheiras, como ficara combinado, e suspeitando Colombo qualquer contratempo ou mesmo emboscada, levantou ferro afim de avistar a Ermida que ficava por detrás duma ponta, descobrindo então junto a ela muita gente armada e cavaleiros.

Foi neste momento então que os de terra enviaram a bordo uma deputação no intuito de prender Cristovam Colombo, que prelecionando se apresentou como enviado do Rei de Castela, o que na verdade acobardou os da barca que voltaram a terra sem ter logrado alcançar o seu intento.

Por outro lado, Cristovam Colombo via-se a braços com a tempestade e sem marinheiros capazes de o auxiliar, pelo que resolveu demandar a Ilha de S. Miguel

em busca de melhor abrigo, mas a serração e mau tempo não lhe permitiram alcançar a Ilha e a 22 de fevereiro, pela tarde, ancorava novamente no porto de S. Lourenço. Momentos depois chegava de terra uma barca com 5 marinheiros, 2 clerigos e um escrivão, que pedindo seguro entraram na Caravela onde passaram a noite e o dia seguinte, examinando os papeis de bordo e o poder que El-Rei de Castela havia dado para navegar naqueles mares e empreender semilhante viagem. E pela tarde deste novo dia, 23 de fevereiro, regressando de bordo a deputação, enviou a Colombo a sua tripulação, para que continuasse sua viagem até á Europa.

No espirito do navegador ficou porém arreigada a certeza que se houvesse desembarcado seria preso, e quem sabe, talvez perdesse a propria vida.

Faleceu este capitão donatario com 80 anos, na Ilha de Santa Maria, onde por largos anos havia vivido.

Distingniram-se durante esta administação:

João Vaz Feio, mais conhecido por João Vaz das Virtudes, porque, segundo se diz, curava por virtude, vindo da Ilha da Madeira, onde por algum tempo vivera e lá se casara.

Obteve d'El-Rei dadas de terra, nesta Ilha, dizendo-se que por o haver curador de uma vez que fora a Lisboa.

Mestre Antonio Catalão, que veiu a mandado do Infante Donatario ensinar a plantação da cana de açucar, que então muito bem se criou, exportando-se para Vila-franca para os engenhos que lá havia, dando-o muito bom.

Veiu tambem da Ilha da Madeira casado e com filhos, recebendo d'El-Rei dadas de terra.

Genes Curvelo, filho do Mestre Antonio Catalão, casado com Maria de Lordelo. da Ilha da Madeira, que "trouxe os principios todos da Ilha, como foi provisão para se fazer a Igreja, ornamentos e sinos e as cousas da Camara"; vivia no cabo da Ilha, no logar de Santo Espirito.

Alvaro Pires de Lemes, que dizem foi a segunda pessoa, dentre as principais que veiu á Ilha com disposição de a colonizar; teve dadas de terra que depois as

vendeu a Heitor Gonçalves Minhoto, vindo a morrer pobre.

João Castanheira, que foi loco-tenente do capitão, qnando á Ilha abordou Cristovão Colombo, da sua primeira viagem á America.

Foi dos primeiros povoadores da Vila do Porto. Recebeu dadas de terra que depois vendeu, indo residir com sua familia para a Ilha de S. Miguel.

João Gonçalves, dos primeiros colonos, que, na ausencia do capitão, ficou encarregado da administração da capitania, sendo-lhe confiscados os bens e dados a Ruy Fernandes d'Alpoim, por se provar que levava pertenças e dadivas, ás pessoas que perante ele requeriam justiça.

Pedro Alvares, dos primeiros colonos,que juntamente com João Gonçalves ficara encarregado da administração da capitania, e a quem El-Rei confiscou tambem os bens e os deu a Ruy Fernandes d'Alpoim, por se provar recebia dadivas e pertenças das partes.

Pedro Anes d'Alpoim, homem nobre e estrangeiro que recebeu dadas de terra em Santa Maria e lá se estabeleceu, casada com Africa Anes, já viuva duas vezes.

JOÃO SOARES DE SOUSA. Sucedeu na capitania a seu pai, como filho mais velho e de sua mulher D. Branca de Sousa; sendo nela confirmado por carta de 13 de março de 1527, se bem que se achava já passada em 1522.

Casou em primeiras nupcias com D. Guiomar da Cunha, filha de Francisco da Cunha e D.Brites da Camara, da Ilha de S. Miguel, em segundas nupcias com D. Jordôa Faleiro, filha de Fernão Vaz Faleiro e Filipa de Rezendes, da Ilha de Santa Maria,e ainda em terceiras nupcias com D. Maria, filha de Nuno Fernandes Velho.

Era homem alto, grosso e bastante moreno, animoso e tão esmoler, que se conta que n'um ano de muita fome em Santa Maria, mandou deitar pregão ao povo: *que o que lhe tomasse carneiro ou ovelha, de seu gado, lhe mandasse entregar somente a pele e a lã, que o mais lhe perdoava.*

Faleceu aos 2 de janeiro de 1571 deixando 24 filhos entre legitimos e naturais, sepultando-se na Capela-mór da Matriz da Vila do Porto, junto á porta da sacristia, onde se achavam os restos de seus duas primeiras mulheres.

Distinguiram-se durante esta administração:

Heitor Gonçalves Minhoto, que casou com D. Joana, filha do Capitão-donatario, e de sua mulher D. Guiomar da Cunha, e era tão rico que segundo diz Gaspar Fructuoso «se mais vivera, acabara de comprar toda a Ilha e fôra sua.»

João Tomé, o amo, assim chamado por desempenhar este cargo em casa do capitão; recebeu dadas de terra, serviu de vereador da Camara, e foi no seu tempo que se começou a construção da Matriz da Vila do Porto.

Ruy Fernandes Alpoim, filho de Pedro Anes Alpoim que recebeu os bens confiscados a João Gonçalves e Pedro Anes, e serviu de vereador juntamente com João Tomé; foi das figuras mais em evidencia neste periodo.

Tomé da Camara, filho de João Nunes Velho, foi feito cavaleiro em Africa, pelos serviços, que lá prestou á Patria, por D. Francisco Coutinho, Conde do Redondo e capitão Governador de Arzila—sendo confirmado por carta de El-Rei em 1549.

João da Fonte, filho de João da Fonte, «homem muito honrado e que viveu rico gastando a sua fazenda em buscar uma Ilha nova, que nunca pôde achar.»

Foi feito fidalgo-escudeiro—por Carta de D. Manuel a 17 de janeiro de 1515.

Fernando Alves, homem nobre, rico e abastado que, dizia, via de sua casa no sitio da Rocha Alta, a Ilha nova, dando sinais e figura dela.

Duarte Nunes Velho, filho de Nuno Velho Travasso —Cavaleiro e Fidalgo. Instituiu o vinculo em Laranhe e fez a Capela do Bom Jesus na Matriz encimada com as armas dos Velhos.

PEDRO SOARES DE SOUSA, Sucedeu na capitania a seu pai João Soares de Sousa, como filho varão e

mais velho de seu primeiro casamento, sendo confirmado por carta de 27 de dezembro de 1573.

Casou com D. Beatriz de Morais, filha de João de Morais e Catarina Fernandes Tavares, da capitania do Machique da Ilha da Madeira.

Durante o seu governo foi a Ilha assaltada por umas naus francesas, desembarcando cerca de trezentos homens sem serem presentidos, por horas da noite do dia 5 de agosto de 1576.

Ante-manhã, porém, foram os invasores descobertos por Catarina Gasparf,ilha de Florencio de Seixas,que saira casa a buscar agua e por uns marinheiros da caravela de José Gonçalves de S. Miguel que estava no Ilheu da Ilha. Sobresaltou-se o povo, refugiando-se no certão, opondo alguns resistencia, sendo desbaratados, feridos muitos e alguns mortos, como Amador Vaz Faleiro, que ao tempo era Vereador da Camara, Manoel de Sousa, irmão do capitão donatario, filho de João Soares de Sousa e de sua mulher D. Guiomar da Cunha, que andara homisiado da Ilha 35 anos por uma morte que fizera, vindo afinal a morrer no mesmo sitio onde a praticara.

Conta-se mais que no tempo desta invasão fora o Vigario da Vila do Porto, Baltazar de Paiva, á Igreja Matriz,tomando o Sacrario, havendo antes já sido recolhidas todas as pratas pelo tesoureiro,passando aquele incolume e parece que assim milagrosamente por entre as lanças e espadas dos invasores que haviam tomado conta de toda a Vila.

Alguns dos da Ilha, refugiados na Ermida de Santo Antão, que fica proxima da Vila, juntamente com o capitão Pedro Soares de Sousa, tentaram novamente um assalto aos invasores, mas rechassados abandonaram a Vila aos assaltantes que lhe lançaram fogo.

No entanto Pedro Soares de Sousa, mandou seu cunhado Rodrigo de Baêça, num barco que estava varado em Sant'Ana, á Ilha de S. Miguel, a pedir socorro ao Capitão-donatario e logo no mesmo barco veiu o Sargento-mór de Ponta-delgada Simão do Quental com muitas armas e polvora investindo contra os assaltantes que saqueavam e incendiavam a Vila.

Em seguida partiu novo socorro de S. Miguel sob

o comando do capitão Francisco d'Arruda da Costa, mas, ao chegar á Ilha, já se haviam embarcado os franceses com tal precipitação que deixaram atrás muitas trouxas de roupa que haviam pilhado.

Passados dias voltou ainda á Ilha de Santa Maria uma das naus francesas, mas, sendo atacada por os de terra, levantou ferro e afastou-se para mais não voltar.

Faleceu este capitão-donatario na Ilha de Santa Maria a 30 de agosto de 1580, sendo sepultado na Capela-mór da Matriz, junto a seus pais e avós, sendo a sua memoria e a de sua mulher sempre grata aos povos de esta Ilha.

RRAZ SOARES DE SOUSA (primeiro de nome). Sucedeu ao pai na capitania, porque seu irmão primogenito, João Soares de Sousa, se fizera religioso no convento de S. Jeronimo, de Burgos, em Castela, sendo confirmado por Carta de El-Rei de 16 de julho de 1594.

Foi casado com D. Dorotéa, filha de João Nunes Velho, sobrinha de Fr. Gonçalo e de Maria da Camara, neta de Antão Rodrigues da Camara, Capitão de San Miguel.

Entrou no cerco de Mazagão, na conquista do Pinhão, em Africa, na jornada de Tunis, acompanhando o Infante D. Luiz, filho de El-Rei D. Manuel, na defesa da Ilha de Santa Maria, contra os franceses, durante o governo de seu pai, e contra os ingleses, já no seu governo, quando a 2 de novembro de 1579 duas naus inglesas acometeram a terra, tentando desembarcar parte da sua tripulação, sendo rechaçados por os de terra, mostrando-se em todas estas lutas homem valoroso e destemido.

Foi a Ilha assaltada ainda em 1616, em que os invasores a saquearam, sendo tradição, porém, que passando pela Igreja de Nosso Senhora dos Anjos, onde se haviam refugiado muitos moradores da Ilha, nela não entraram.

Foi durante esta administração que viveram o *Padre Mannel Curvelo e Antonio Curvelo de Rezendes*, que juntamente com outros fundaram e dotaram o recolhimento de Santa Maria Madalena em 1594, sendo mais tarde feitos padroeiros.

D. Luiz de Figueiredo de Lemos, que nasceu na Vila do Porto a 21 d'agosto de 1544, filho de Miguel de Figuiredo de Lemos e Inês Nunes Velho, pessoas da mais preclara nobreza da Ilha.

Formou-se em Canones na Universidade de Coimbra, foi Deão, Vigario-geral e Provisor na Diocese de Angra e eleito Bispo do Funchal em 1585, onde faleceu com 65 anos de idade, sendo uma figura de destaque na sua epoca, que muito honrou a sua Ilha e a sua classe.

Tomé de Magahães Velho, filho de Bento Dias, tambem almoxarife, neto de João Tomé, o amo, nobre fidalgo, que desempenhou os cargos electivos na Ilha.

PEDRO SOARES DE SOUSA, como filho varão mais velho do capitão Braz Soares de Sousa, sucedeu-lhe na capitania.

Foi casado em primeiras nupcias com D. Victoria da Costa, filha do Desembargador Diogo Mendes da Costa, do qual casamento lhe nasceu um unico filho—Braz Soares de Sousa—Comendador que foi da Ilha de Santa Maria, e de quem adiante falaremos. Casou em segundas nupcias com D. Ana de Melo, de quem teve um filho, a que pôs o nome de—*Braz Soares de Sousa*—por haver já então falecido o outro seu filho do mesmo nome.

Foi confirmado na capitania por Carta de 26 de junho de 1628, fazendo seu testamento a 14 de fevereiro de 1634.

BRAZ SOARES DE SOUSA, (segundo de nome) sucedeu no governo da Capitania a seu pai, como filho varão mais velho, do seu segundo matrimonio, por haver falecido nas campanhas de Pernambuco seu irmão, de egual nome, e que fora feito por El-Rei D. Filipe, Comendador da Ilha de Santa Maria.

Casou com D. Mariana de Menezes, filha de Baltazar Velho d'Andrade—Sargento-mór, não deixando por sua morte filho legitimo algum, pelo que ficou vaga a Capitania, que lhe fora confirmada por Carta de 11 de outubro de 1639, ainda na sua menoridade, e novamente confirmada pelo novo monarca por Carta de 3 de julho de 1645; faleceu em Almada no ano de 1665.

Nomearemos neste periodo:

João de Sousa Falcão, sargento-mór, que por muitos anos serviu de Capitão-mór; das mais nobres familias da Ilha.

D. LUIZ DE VASCONCELOS DE SOUSA, 3.º Conde de Castelo Melhor.

Extinta a linha dos Capitães de Santa Maria, pela morte de Braz Soares de Sousa, ficou vaga a Capitania por algum tempo, até que por doação de 23 de maio de 1667, D. Afonso VI a preencheu no seu mais querido Ministro, D. Luiz de Vasconcelos de Sousa, que pouco antes havia pedido escusa de Escrivão da puridade, *primeiro ministro*, pelas intrigas que lhe moveram D. Pedro, irmão de El-Rei, depois aclamado Rei, e D. Maria Francisca, esposa do proprio D. Afonso.

Nunca veiu aos Açores, pois logo em seguida á sua saida do governo viajou pela França, Italia e Londres, até que em 1685 lhe permitiram voltasse ao Reino; exercia no entanto a sua jurisdição de Capitão por intermedio de seu Ouvidor.

Faleceu em 1720, depois de haver sido admitido no Conselho de Estado, por El-Rei D. João V.

No tempo deste capitão foi a Ilha assaltada pelos mouros na noite de um para dois de setembro de 1675, cativando onze pessoas e espancando muitos; conta-se que ficara por muito tempo na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos o chicote instrumento do flagelo, para memoria de tão desagradavel sucesso.

D. AFONSO DE VASCONCELOS E SOUSA, 7º Conde da Calheta.

Sucedeu no governo da Capitania a seu pai, o Conde de Castelo Melhor, mas usou o titulo de Conde da Calheta, que era o mais antigo da sua familia.

El-Rei D. João V, por Carta de 23 de agosto de 1725, isto é, cinco anos depois do falecimento de seu pai, o confirmou na Capitania, a qual nunca visitou tambem, limitando-se tão sómente a receber os seus proventos anualmente. Faleceu em Portugal a 2 de fevereiro de 1734.

D. JOSÉ DE VASCONCELOS E SOUSA CAMARA

FARO E VEIGA, (4° Conde e 1° Marquês de Castelo Melhor).

Foi confirmado na Capitania da Ilha de Santa Maria por morte de seu pai, por Carta de 21 de outubro de 1734.

Casou com a princêsa Palegia Sinfronia, de Rohan, e como seu pai e seu avô nunca visitou a sua Capitania, fazendo-se ali representar por seu Ouvidor.

Faleceu em Portugal a 22 de abril de 1760.

Nesta administração nomearemos:

Inacio de Sousa Coutinho e *José Inacio de Sousa Coutinho*, que serviram de Capitães-móres da milicia e eram oriundos das mais nobres familias da Ilha.

Dr. Inacio Jacome de Sousa Coutinho, filho do Capitão-mór Inacio de Sousa Coutinho, formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1725 e que foi Desembargador do Paço.

ANTONIO de VASCONCELOS SOUSA CAMINHA CAMARA E FARO (2° Marquês de Castelo Melhor).

Por falecimento de seu pai o primeiro Marquês de Castelo Melhor, foi confirmado na Capitania de Santa Maria por Carta de El-Rei de 6 de junho de 1801.

Nunca veiu aos Açores, fez parte do Conselho de Estado e serviu de Presidente da Camara de Lisboa.

Neste periodo viveram:

João Soares de Sousa C. Albuquerque, que nasceu em S. Pedro da Ilha de Santa Maria em 1786, filho de Bernardo Canto Soares de Sousa Albuquerque e D. Umbelina Micaela da Camara Medeiros. Não teve descendia, sendo senhor das mais importante fortuna da Ilha. Protegeu muito a instrução, formando e ordenando muitos estudantes, á sua propria custa.

Fez parte do Concelho do distrito em Ponta-degada, Juiz do distrito substituto e Governador Civil; por diploma regio de 11 de junho de 1841 foi nomeado Tenente-coronel honorario do Batalhão Nacional de Voluntarios em Ponta-delgada.

José Inacio d'Andrade, que nasceu na Vila do Porto a 28 de outubro de 1779 e faleceu em Lisboa onde

então residia, no primeiro de janeiro de 1863, filho de Josê Inacio de Andrade e D. Eugenia Soares.

Foi oficial de marinha mercante distinto e ousado, escrevendo as «Cartas escritas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 a sua mulher D. Maria Gertrudes d'Andrade», em que historia a vida civil e politica da China, as suas leis, costumes e religião; «Memorias dos feitos maenses, contra os piratas da China e contra a entrada violenta dos ingleses na cidade de Macau».

Pertencia á direção do Banco de Lisboa e do de Portugal, foi vereador e Presidente da Camara de Lisboa na vereação de 1838 a 1839.

D. AFONSO DE VASCONCELOS E SOUSA CAMARA CAMINHA FARO E VEIGA, 3º Marquês de Castelo Melhor.

Como seu pai, o Capitão antecedente, não veiu aos Açores; foi Embaixador extraordinario em Madrid, Par do Reino, e serviu na Guerra Peninsular.

Foi confirmado na Capitania a 6 de junho de 1806, falecendo a 27 de agosto de 1827.

Nomearemos nesta administração:

Fr. Antonio de San João Evangelista, cujo nome profano era Antonio Joaquim Rebelo.

Era grande latinista, teologo distinto e professor considerado; quando conheceu que a morte se aproximava, pediu a um moço do convento, que foi depois o Padre José Antonio Soares Coutinho, que queimasse todos os seus papeis, onde havia sermões de merecimento, apontamentos para a historia do convento de San Francisco e notas biograficas de alguns frades.

Fr. Inacio de Santa Maria, que muito se empenhou pelo acrescentamento do seu convento de San Francisco, obtendo por peditorios grandes esmolas para isso e para a compra de Imagens que ainda hoje se veneram na Igreja do extinto convento.

Deixou dois manuscritos em que descreve as suas viagens pela Europa.

D. ANTONIO DE VASCONCELOS E SOUSA CAMARA CAMINHA FARO E VEIGA, (4º Marquês de Castelo Melhor).

Foi o ultimo Capitão donatario, pois por sua morte que se deu em Lisboa a 26 de julho de 1858, foram incorporados na Coroa todos os proventos que como tal ainda percebia.

Sucedeu na Capitania por morte de seu pai, o 3º Marquês de Castelo Melhor, e, como ele e todos os seus mais ascendentes, não visitou a sua Capitania.

Neste periodo nomearemos:

Morgado Laureano Francisco da Camara Falcão, que nasceu na Vila do Porto, mas faleceu em Ponta-delgada, onde então residia, em 1868,

Era filho do capitão-mór Manuel José Pinto da Camara Coutinho e D. Bernardo Miquelina do C. Corte Real. Estudou no Colegio dos Nobres em Lisboa e regressando á Ilha alistou-se nas milicias, sendo capitão das ordenanças, em 1824 foi feito tenente-coronel em Ponta-delgada e em 1840 Coronel do Batalhão Nacional de voluntarios de artilharia.

Promoveu o desenvolvimento da agricultura, quer em Santa Maria, quer na Ilha da Madeira, onde tinha boas propriedades. Em diversas epocas foi eleito conselheiro do distrito de Ponta-delgada e nessa qualidade exerceu as funções de Governador Civil e em 1861 foi eleito deputado ás Cortes.

Fr. Manuel de Santa Rita, o ultimo guardião do convento de S. Francisco, foi Vigario da Matriz da Vila do Porto e Ouvidor eclesiastico da Ilha.

Inteligente e ilustrado, muito influiu nos melhoramentos e progressos da Ilha.

Comenda. Mas além da Capitania tinha a Ilha de Santa Maria uma especial Comenda, cujo possuidor se intitulava Comendador de Nossa Senhora d'Assunção, com os seguintes direitos:

1) Receber os dizimos de todos os produtos da Ilha, cujo redizimo pertencia ao Capitão
2) e assim o redizimo do pescado
3) a vintena no pastel
4) e a posse e senhorio dos ilhéos da Vila do Porto e S. Lourenço.

E tambem os seguintes encargos:

1) pagar os mantimentos e ordenados ao Vigario e a todo o mais clero da Ilha,
2) satisfazer todas as despesas ordinarias da Igreja e assim
3) dar o trigo para as hostias, vinho para a missa, candeias e velas de cera para o serviço da Igreja.
4) E em geral todas as despesas extraordinarias para a manutenção do templo.

Administraram esta comenda, entre outros cujos nomes se perderam:

D. LUIZ COUTINHO, capitão-mór das naus á India, filho do 2º conde de Marialva, D. Gonçalo Coutinho fidalgo do tempo de D. Afonso V.

El-Rei D. Manuel para galardoar os muitos serviços por D. Luiz prestados á patria, criou e deu-lhe a Comenda de Nossa Senhora d'Assunção com os prós e precalços atrás declarados.

Foi casado este comendador com D. Leonor de Mendanha filha do Alcaide-mór, que agasalhou D. Afonso V no seu castelo, quando se deu a batalha de Toro.

Faleceu subitamente deixando ainda na menoridade o seu filho e sucessor.

D. FRANCISCO COUTINHO. Administrou a Comenda durante a sua menoride sua mãe D. Leonor de Mendanha, tão fidalga e esmoler que se conta mandava pôr taboleiros de pão á porta de sua casa para os pobres, durante as grandes fomes de Lisboa.

Casou este comendador com D. Filipa de Vilhena, irmão do Barão d'Alvito, D. Rodrigo Lobo, tendo varios filhos.

Tomou parte na tomada de Tunis, acompanhando o infante D. Luiz, filho de D. Manuel. Foi personagem de grande respeitabilidade, bom cavaleiro e homem de grandes partes e artes liberais, falecendo a 18 de outubro de 1565.

D. LUIZ COUTINHO Sucedeu a seu pai na comenda, sendo confirmado por Carta de 27 de junho de 1567.

Por provisão de 6 de julho de 1567, El-Rei D. Sebastião lhe acrescentou aos direitos da Comenda mais os da Ursela, e da pensão dos tabeliães da Ilha e por

provisão de 23 de agosto de 1568 o dizimo das moendas.

Tomou parte no cerco de Mazagão, esteve em Tanger, sendo um dos que foram em socorro á cidade do Funchal quando atacada pelos franceses. Acompanhou finalmente D. Sebastião á Africa na infeliz jornada onde não mais se soube dele.

D. JERONIMO COUTINHO. Sucedeu na Comenda a seu irmão, que faleceu sem descendencia.

Seguiu o partido de D. Antonio, Prior de Crato, mas passada a febre politica, El-Rei D. Filipe lhe perdoou, concedendo-lhe a Comenda com o encargo porém de 200$000 reis como pensão para sua mãe.

BRAZ SOARES DE SOUSA. Por Carta de 14 de julho de 1624, El-Rei D. Filipe o proveu na Comenda da Ilha de Santa Maria vaga por deixação de D. Hieronimo Coutinho em pagamento dos muitos serviços feitos á patria. Impôs-lhe porém a condição de só receber os rendimentos da Comenda passados cinco anos, devendo durante este periodo serem aplicados nas fortificações que El-Rei mandaria fazer na Ilha.

Era filho do Capitão donatario Pedro Soares de Sousa e de sua primeira mulher D. Victoria da Costa, falecendo nos combates de Pernambuque onde pelejava pela Patria.

Segunda Capitania. E' constituida pela Ilha de San Miguel, e foi sua capital até 1522—Vila-franca do Campo—passada nesta data para Ponta-delgada, por virtude do terremoto que naquela data a arrrasou.

Foram seus Capitães, além de Fr. Gonçalo Velho e João Soares d'Albergaria, atrás descritos, os seguintes:

RUY GONÇALVES DA CAMARA, que como se disse, adquiriu esta capitania por compra a João Soares d'Albergaria.

Veiu da Ilha da Madeira para S. Miguel já casado com D. Maria de Betencourt, filha de Nossen João de Betencourt, que fora o segundo Rei das Canarias, não tendo filho algum do seu casamento, mas tendo-os naturais e que consigo vieram da Ilha da Madeira.

Em 21 de junho de 1473 alcançou doação de D. Afonso VI das Ilhas que descobrisse, pois havia então a preocupação da existencia de outras Ilhas para o occidente, ainda não descobertas.

Por esta razão supõe-se pois que Ruy Conçalves mais desejava a Ilha de S. Miguel, ao tempo então muito sujeita a ameudados tremores de terra, mais para centro das explorações que pretendia fazer no Oceano, que para dela se aproveitar como capitão.

Escolheu para residencia Vila-franca do Campo, que por tal facto ficou sendo a capital de toda a Ilha e solicitamente proveu-a das edificações necessarias, para o tempo, de uma capital, empenhando-se e activando a colonização da Ilha.

Deve-lhe S. Miguel o seu primeiro desenvolvimento que até então fora esquecido pelos dois primeiros capitães, activou a cultura dos terrenos, dividindo uma grande parte deles pelos colonos, segundo a famosa lei da sesmaria.

Faleceu em 1497 enterrando-se na antiga Igreja de S. Miguel, onde hoje existe a capela de Santo André, na cova onde se enterrara sua mulher, de quem se havia separado em vida e até dividido os bens.

Distinguiram-se durante as administrações destes três ultimos capitães:

Gonçalo Vaz Botelho, filho de Pedro Botelho, comendador-mór de Cristo, chamado Gonçalo Vaz, o grande, por ser grande do corpo e condição, como tambem para o distinguirem de um seu filho, Gonçalo Vaz, o moço.

Veiu á Ilha, dez anos depois da sua descoberta com a primeira colonização e nela serviu muitos anos de Ouvidor do capitão. Estabeleceu-se ao principio na Povoação, passando algum tempo depois para Vila-franca que escolheu para cabeça da Ilha.

Jorge Velho, dos primeiros povoadores desta Ilha, que se diz veiu juntamente com Gonçalo Vaz, «bom cavaleiro d'Africa, da casa do infante D. Henrique».

Casou com Africa Anes filha de Gonçalo Anes, que então estava em Santa Maria, vindo residir para esta Ilha de San Miguel, onde tinha sua fazenda.

Gonçalo de Teves Paim, natural de Paris, filho de Gonçalo d'Ornelas Paim, capitão de El-Rei de França; veiu a esta Ilha Gonçalo de Teves em companhia de Gonçalo Vaz Botelho, por mandado do Infante D. Henrique, de cuja casa era e com poderes de repartir e dar terras, e o cargo de almoxarife, que por sua morte passou a ser desempenhado por seu filho mais velho João de Teves.

Pedro Cordeiro, que, se diz, era irmão de Gonçalo de Teves Paim, e veiu tambem na primeira colonização por tabelião do publico e escrivão do almoxarifado em toda a Ilha.

Nuno Gonçalo Botelho, o primeiro homem que nasceu nesta Ilha, vindo sua mãe já pejada do reino; filho de Gonçalo Vaz Botelho, viveu primeiramente em Vilafranca e depois na sua extensa propriedade de Rosto de Cão.

Francisco da Cunha, filho de Pedro de Albuquerque, que pelos muitos serviços prestados ao Reino, El-Rei D. Manuel houve por bem privilegiar e escusar todos os seus caseiros, amos e mordomos, e fez-lhe a mercê da tença de 250$000 reis por ano, pagos das rendas das meunças da Ilha de San Miguel, por Carta de 19 de março de 1498.

JOÃO RODRIGUES DA CAMARA. Como filho natural mais velho de Ruy Gonçalves da Camara e legitimado por El-Rei, sucedeu na capitania ao pai.

Casou com D. Inês da Silveira, dama do Paço de El-Rei D. João II e já mesmo em vida de seu pai, que estava em Lisboa, governou esta capitania por provisão de 25 de dezembro de 1487 do Dûque de Beja D. Manuel, depois Rei de Portugal.

Como seu pai, continuou nas dadas das terras e na colonização da Ilha, falecendo em Lisboa onde se achava em tratamento no ano de 1502.

No tempo deste capitão abordou á Ilha uma armada de Castela, que então trazia guerra com Portugal, e logo mandou este capitão prostrarem-se na praia,onde o inimigo podia desembarcar, todos os soldados armados em fileira singela, pois poucos eram os de que dispunha

e logo por detrás mandou colocar todos os moços e até mulheres com armas fingidas e altas canas na mão; vendo o inimigo tão numerosos combatentes, largou as velas fazendo-se ao largo.

RUY GONÇALVES DA CAMARA, 2º de nome. Sucedeu a seu pai no governo da capitania e porque ainda era menor, governou-a seu tio Pedro Rodrigues da Camara até ao ano de 1504, a quem El-Rei D. Manuel por Carta de 26 de novembro de 1510 privilegiou e escusou todos os seus rendeiros, caseiros, amos, mordomos e lavradores de suas terras, pelos serviços prestados ao Reino.

C sou em Lisboa com D. Filipa Coutinho, filha de Lopo Afonso Coutinho, dos Condes de Marialva e vindo para a Ilha com sua mulher, começou a sofrer da parte de alguns nobres varios agravos, em razão dos quais foi chamado a Lisboa em 1510 e logo o mandaram á Africa com seus companheiros que da Ilha levara, indo em socorro de Arzila que estava sendo cercada pelos mouros, e voltando a Portugal no ano seguinte já então armado cavaleiro, pelos Brilhantes feitos que praticara.

Nesta altura então saiu a sentença do processo que haviam movido contra ele, perdendo por tal razão a capitania. Mas por sentença de 22 de agosto de 1515 foi-lhe novamente restituida por intercessão de Jorge de Melo, monteiro-mór de El-Rei, cuja filha D. Joana de Melo tinha casamento contratado com o filho mais velho de Ruy Gonçalves, voltando por isso novamente para a Ilha.

Depois de tantos transtornos teve ainda a infelicidade de perder seus filhos, irmã e muitos serviçais no terremoto de 22 de outubro de 1522 que arrasou Vila-franca, na ocasião que ele, sua mulher e seu filho mais novo Manuel, estavam na sua quinta do Cabouco.

Então mudou a sua residencia de Vila-franca para Ponta Delgada, passando tambem por este facto e com ele para esta a capital da Ilha.

Faleceu a 20 de outubro de 1535 repentinamente.

Nomearemos nesta administração:

Tomé Vaz Pacheco, homem rico e de muita autoridade, morador entre o logar do Porto-formoso e Maia, que morreu na subversão de Vila-franca em 1522.

Mandou edificar a Ermida de S. Braz no logar que tem este nome, porque viu um dos seus bois que lavravam a terra morrer repentinamente com a lingua de fora, começando a ser esta Ermida de muita romagem para os doentes de garganta e tosse.

Ruy Vaz Gago, conhecido por Ruy Vaz do Trato, por ser homem rico e poderoso e tratar com El-Rei na Mina, Cabo Verde e outras partes, onde mandou seus navios.

Veiu a esta Ilha no tempo do capitão Ruy Gonçalves da Camara primeiro de nome, recebendo dadivas de terra deste capitão, comprando muitas e vindo assim a ter perto de tresentos moios de renda.

Morou em Vila-franca, depois nos Fenais.

Ruy Vaz de Medeiros, que veiu a esta Ilha no tempo de Ruy Gonçalves da Camara, primeiro de nome, fugido a seu pai, tendo estado primeiro na Ilha da Madeira, onde casou com Ana Gonçalves, filha de Jorge de Mendonça.

Recebeu dadas de terra, estabelecendo-se primeiro no termo da Vila da Lagoa.

Depois de viuvo e ter dado grandes dotes a seus filhos, deixou a administração da sua casa a seu filho Jordão Vaz de Medeiros e partiu em romaria para a Terra Santa, onde pensava morrer, não podendo porém entrar lá por os Turcos terem quebrado o salvo conduto aos Romeiros.

Viveu os ultimos tempos em Ponta-garça junto á Ermida que mandara edificar invocada a Nossa Senhora da Esperança e que depois deu ao povo daquela freguasia.

Alvaro Lopes, do Vulcão, tambem conhecido por Alvaro Lopes dos Remedios, por morar junto desta Igreja; veiu da Madeira com grandes carregamentos de vinho, colocando-os aqui e mercadejando depois.

Teve dadas de terras do capitão João Rodrigues da Camara, que lhe deu todo o Vulcão e terras até ao mar. Casou com Mecia Afonso, filha de Francisco Anes da Praia, de Vila-franca, homem tão devoto que dizem quando entrava no granel fazia reverencia ao trigo, porque sem ele não se podia celebrar missa.

Pedro de Novais, filho de Ambrosio Alvares Homem de Vasconcelos, dos principais que antigamente povoaram esta Ilha, parente muito proximo de D. Filipa Coutinho, e por este motivo veiu á Ilha.

Foi loco-tenente do capitão e por provisão de El-Rei deu muitas terras de sesmaria.

Fernando do Quental, irmão de Pedro de Novais, serviu por vezes de ouvidor do capitão, foi casado com Margarida de Matos, filha de João da Castanheira, que foi loco-tenente do capitão João Soares de Santa Maria.

Gonçalo Tavares, filho de Fernando Anes Tavares, que em 1508 foi á sua custa servir El-Rei á Africa, com seus irmãos Ruy Tavares e Henrique Tavares e outros nobres desta Ilha, em companhia do capitão Ruy Gonçalves da Camara, sendo lá armado cavaleiro pelos muitos esforços lá praticados.

Casou em Vila-franca com Isabel Correia filha de Martins Anes Furtado de Sousa.

Duarte Tavares, filho de Gonçalo Tavares, que estando em casa do conde de Portalegre, que já o tinha dado a El-Rei, se fez religioso em S. Vicente de Fora, contra vontade do dito conde e seguindo a vida de missionario foi morrer, tido por santo, muito novo ainda, num hospital de Genova.

Gaspar do Rego de Sousa, filho de Aires Pires e Beatriz de Sousa, valente, discreto, de bons espiritos e destro em armas; estando em Lisboa em 1574 na escola de esgrima de João de Bovadilha, bateu um alemão que havia desafiado toda a escola.

Gonçalo Dias, *Pero Anes*, *Tristão Pires*, nobres cavaleiros d'Africa, e assim armados por Ruy Barreto na tomada de Azamor em 1514.

Pero Manuel Pavão e André Manuel Pavão, armados tambem cavaleiros por Ruy Barreto em 1515.

Antão Pacheco, que casou com Filipa Martins, filha de Martins Anes Furtado de Sousa, que a esta Ilha veiu da Madeira no tempo do capitão Ruy Gonçalves, primeiro de nome.

Serviu este Antão Pacheco de Ouvidor do capitão e morreu na submersão de Vila-franca em 1522.

João d'Arruda da Costa, filho de João Gonçalves Botelho e neto de Gonçalo Vaz Botelho, homem dos principais de Vila-franca, que casou com Catarina Favela, filha de João Favela, e fez juntamente com outros o mosteiro de Santo André de Vila-franca.

Pedro da Costa, irmão de João d'Arruda da Costa que foi casado com a viuva de D. João de Menezes.

Foi cavaleiro de Africa, e de uma vez, para sustentar Arzila, deitou-se ao mar.

Petronilha da Mota, filha de Jorge da Mota, cavaleiro de Aviz, morador em Vila-franca; foi a primeira freira Clarista de San Miguel, fugindo a seu pai, pouco depois do terremoto de Vila-franca em 1522, juntamente com uma sua amiga e suas irmãs, para fazer vida de penitencia, recolhendo-se na Ermida de Nossa Senhora da Conceição de Vale de Cabaços (Caloura), vindo d'ali anos depois com outras companheiras, para o convento de Santo André de Vila-franca que fôra mandado construir por seus parentes.

Pedro Vaz, marinheiro, rico e abastado, morador em Ponta-delgada, e assim cognominado por mandar fazer naus e navios nesta Ilha.

Alvaro Pires, armado cavaleiro por Nuno Fernandes d'Ataide, capitão de Çafim, e confirmado por El-Rei por Carta de 26 de maio de 1515.

Gaspar Manuel Pavão, armado cavaleiro por D. Vasco Coutinho, capitão d'Arzila, e confirmado por Carta de El-Rei de 26 de maio de 1515.

Diogo Nunes, armado cavaleiro por Ruy Barreto, em Tanger, e confirmado por El-Rei a 19 de abril de 1516.

MANUEL DA CAMARA. Como unico filho de Ruy Gonçalves, sucedeu-lhe na capitania.

Ainda em vida de seu pai e desgostoso por este o haver casado sem para isso ter sido ouvido, com D. Joana de Mendonça, filha do Monteiro-mór Jorge de Melo, a prometida noiva de seu irmão mais velho, morto no terremoto que subverteu Vila-franca em 1522, embarcou a ocultas do pai em uma galeota feita no Porto dos Carnei

ros da Lagoa, indo ter á Madeira e depois a Mazagão, sendo hospede do capitão da praça Antonio Leite.

Sabendo El-Rei desta aventura o mandou porém logo chamar e vindo a Lisboa fez realizar o casamento contratado, e pouco depois o mandou á Africa em defesa da Vila do Cabo Gué, que se achava cercada pelo Xerife, sustentando o cerco por tempo de 4 meses brilhantemente, sendo feito afinal prisioneiro, e resgatado ano e meio depois por 20.000 cruzados e dois mouros, á sua propria custa.

El-Rei depois disto e em recompensa de tais serviços o quis agraciar com o titulo de Conde da Lagoa, o que recusou, aceitando porém outras dadivas e acrescentamentos á capitania, tais como:

a) o dizimo do pescado em toda a Ilha
b) sessenta moios de renda nas terras de El-Rei, sitas no logar da Relva
c) a dada de todos os oficios da cidade, incluindo os de escrivão da Camara e orfãos
d) ficar o seu morgadio excluido da lei mental
e) e finalmente por Carta de 15 de outubro de 1552 foi feito Alcaide-mór do castelo de S. Braz de Ponta-delgada.

Nesta administração e no ano de 1564, El-Rei mandou construir uma fabrica de Pedra-hume nas Caldeiras, perto da vila da Ribeira-grande, em vista dos bons resultados que haviam dado as experiencias feitas por loão de Torres e outros naquele fabrico.

Foi o Dr. Gaspar Gonçalves, morador na Ribeira-grande, quem, indo ás Furnas, descobriu umas veias de pedra-hume em 1553, iniciando depois no fabrico aquele João de Torres.

Residiu este capitão em Ponta-delgada, organizou as companhias de ordenanças militares e faleceu a 13 de março de 1578.

Nomearemos nesta administração:

Manuel Botelho Cabral, filho de Jorge Nunes Botelho e Margarida Travassos e neto de Gonçalo Vaz Botelho. Foi contador na Ilha, embarcando-se para a India na companhia do Vice-Rei D. Luiz d'Ataide em 1570, ordenando este a todos quanto embarcavam que obe-

decessem a Manuel Botelho Cabral, como se fosse a ele proprio.

Desempenhou na India altos cargos de confiança do Vice-Rei, autoridade e jurisdição.

André Gonçalves de Sampaio, conhecido pelo Congro, por ser homem grande de corpo e alma e «ser o congro o maior peixe do mar que se come.» Era filho de Antam Gonçalves Botelho e assim neto de Gonçalo Vaz o grande; foi o homem mais rico do seu tempo e era casado com Guiomar de Teves, filha de João Teves, almoxarife desta Ilha; construiu a Ermida de Santo André, de Vila-franca, depois do terremoto ds 1522, para nela recolher os ossos de saus pais e depois ofereceu-a ás freiras do convento de Vale de Cabaços para ali se recolherem, contribuindo tambem para a construção do convento que edificaram junto á Ermida.

Hercules Barbosa, filho de Sebastião Barbosa da Silva e Isabel Nunes Botelho, neto de Gonçalo Vaz.

Solteiro, foi servir El-Rei na Africa e pelejando uma vez morreu-lhe o cavalo, pelo que o capitão o mandou recolher á bandeira, respondendo «não sou eu homem que mandem recolher e onde morrem tantos homens meus amigos, irei a pé». Faleceu em Africa em combate com os mouros.

Diogo Afonso Cogumbreira, filho de Afonso Anes, foi homem rico e poderoso, viveu primeiro em Vila-franca e depois em Ponta-delgada, mandando fazer a Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus que foi acabada depois da sua morte, que se deu no ano de 1547, por ordem de sua mulher Branca Roiz de Medeiros, filha de Ruy Vaz Medeiros, da Lagoa.

Antonio Borges, fidalgo da casa de El-Rei e seu contador nas Ilhas dos Açores, cavaleiro de Cristo, com tença de 20$000 reis por ano. Foi o tronco da familia Borges, de San Miguel.

Diogo Vaz Carneiro, filho de Pedro Conçalves, homem rico, que viveu 115 anos sem ter sofrido doença alguma, nem nunca ter embarcado, nem saido de Ponta-delgada e seus arredores, e fez seus oficios funebres em vida, assistindo a eles; casou aquele seu filho com Bea-

triz Rodrigues Camelo, não tendo descendentes. Fez o mosteiro de Santo André de Ponta-delgada no ano 1567 para nele se recolherem suas parentes pobres.

Pedro de Frias, filho de Fernando Anes e sua mulher Genebra de Frias, letrado em leis; serviu muitos anos de juiz dos orfãos em Vila-franca do Campo.

Veneravel Margarida de Chaves, filha de Afonso Anes de Chaves e Madalena Fernandes. Nasceu em Ponta-delgada em 1530 e casou aos 14 anos com Antonio Jorge Correia de quem teve filhos, enviuvando aos 26 anos, morreu em 1575.

«Depois de viuva deu-se tanto a Deus e á oração, que se tem julgado por santa».

Sua filha, Maria da Trindade, seguiu o exemplo de sua mãe, entrando, alguns anos depois da sua morte, no convento de S. João de Ponta-delgada, onde professou.

Francisco do Rego Sá, filho de Gaspar do Rego e D. Margarida de Sá, casou com D. Roqueza filha de Jorge Nunes Botelho. No tempo de D. Sebastião armou á sua custa tres navios para guardar estas Ilhas dos corsarios e juntamente com navios do Estado muitas vezes as defendeu dos piratas, com grande risco da sua vida, pelo que El-Rei o apelidou «Grão Capitão» e assim o trataram em todas as provisões, recebendo em 1586 o Habito de Cristo com tença.

Gaspar Vaz de Sousa, filho de um fidalgo e de Ireja de Sousa, dama da Rainha D. Leonor, o qual veiu para esta Ilha por ter morto um corregedor estando a fazer audiencia. Nasceu Gaspar Vaz de Sousa nesta Ilha e desde os 7 anos foi criado no Paço até aos 18. Entrou no exercito do Imperador Carlos V em Italia, onde alcançou muitas victorias aos mouros, tomando-lhe 3 bandeiras que as remeteu a esta Ilha. Voltando ao Reino de Portugal ensinou a milicia de guerra, pelo que El-Rei o fez coronel-mór.

Pedro Alvares, filho de Afonso Alvares Benevides, como seu pai e seu irmão que teve o mesmo nome, foi cavaleiro em Africa, onde serviu El Rei, exercendo o cargo de Alcaide de Ponta-Delgada durante 33 anos a pedido no capitão-donatario.

Miguel Correia Durmond, filho de Diogo Gonçalves Correia, foi para a India no tempo em que era Vice-Rei D. Luiz d'Ataide, combatendo no cerco que Idalcão pôs a Goa e em muitos outros recontros, de tal sorte que o Vice-Rei de uma vez o levantou nos braços dizendo: —«hei por bem de vos levantar por cavaleiro com toda a solenidade que se devem a tais cavaleiros, e El-Rei vos está devendo mercês.

Dr. Gaspar Gonçalves, casado com Maria Correia Durmond, «de tanto nome e fama em medicina que quando o chamavam para curar algum enfermo se dizia comument e, que chamavam a saude».

João da Gram, cavaleiro da Ordem de Aviz, morador em Vila-franca, a quem este capitão-donatario deu, segundo a lei da sesmaria, o Ilheu que fica em frente desta vila.

Tomé Rodrigues, armado cavaleiro por Antonio Luiz Loureiro, em Çafim, e confirmado por El-Rei a 13 de março de 1539.

Nano Fernandes, armada cavaleiro por Antonio Leite, em Mazagão, e confirmado por El-Rei a 18 de abril de 1539.

João da Silva do Canto, fidalgo da casa de El-Rei que pelos serviços por ele prestados em Ceuta, durante dois anos lhe deu uma comenda da Ordem de Cristo por Carta de 25 de fevereiro de 1554.

Bartolomeu Afonso, que foi armado cavaleiro por D. João de Mascarenhas, pelos serviços que prestara nos combates na fortaleza de Diu, sendo confirmado por El-Rei em Carta de 11 de janeiro de 1550.

RUY GONÇALVES DA CAMARA (3.º de nome, 1º conde de Vila-franca). Sucedeu logo ao pai na capitania da ilha e alcaidaria-mór do castelo de S. Braz, com o ordenado anual de 50$000 reis.

Foi casado com D. Joana de Gusmão, e em 17 de junho de 1583 El-Rei D. Filipe o agraciou com o titulo de Conde de Vila-franca, o que deu uma magna questão entre o Municipio de Vila-franca e o agraciado, porquanto aquele, fundando-se nos seus Foros Realengos,

privilegios e isenções que gosava, entendeu que a sua nobreza decrescia aceitando o capitão Ruy Gonçalves por conde da sua Vila. Na sentença, porém, que julgou a acção intentada pela Camara, se assentou que o titulo concedido era meramente honorifico e sem direitos alguns sobre a Vila, que continuava a ser de El-Rei.

Foi durante a administração deste capitão que se deram as lutas entre D. Antonio, Prior de Crato, e Filipe de Castela, que encheu de luto e sangue estas Ilhas, principalmente as da Terceira e San Miguel e que no logar competente descrevemos; e ainda a invasão de piratas ingleses, no tempo em que era governador militar da Ilha Gonçalo Vaz Coutinho, do Conselho de Sua Majestade, chegando a estas Ilhas uma Armada de cento e tantas naus Inglêsa, que vinha para tomar as nossas naus da India, que traziam ricos carregamentos. Esteve esta armada nas Ilhas do Faial e Pico, no ano de 1597, saqueando, destruindo e incendiando Igrejas, e de lá se dirigiu a esta Ilha de San Miguel no mesmo intuito, não conseguindo desembarcar em Ponta-delgada nem nos seus arredores, pela defesa que lhe preparou o Governador e sómente em Vila-franca donde tinha saido toda a gente, por todos se acolherem e defenderem Ponta-delgada.

De Vila-franca roubaram algum trigo dos conventos das Freiras e dos Frades, que haviam sido abandonados, e da Igreja do convento de Santo André um retabulo. E com isto e pouco mais se levantaram sem conseguirem mais, havendo perdido a pista das nossas naus da India.

Indicaremos como se tendo distinguido neste periodo:

Lopo Anes d'Araujo, abastado e de muita lavrança, discreto e prudente, amigo particular do capitão e de toda a nobreza desta Ilha, contando-se que «acudia a fazer amisades e concordias em quaisquer discordias que entre partes havia na terra».

Bartolomeu de Frias, filho de Fernando Anes de Puga, homem rico e de nobreza; foi grande jurisconsulto, discreto, letrado e de bons conselhos, casou com Jordôa Resendes, filha de Domingos Afonso, almoxarife que foi nesta Ilha.

Bento de Goes, coadjutor temporal da Companhia

de Jesus, natural de Vila-franca; saiu da Ilha e como soldado se embarcou para a India, onde viveu alguns anos no serviço de El-Rei; entrou na Campanhia depois, arrependido da vida desregrada que levara, pregou na Côrte do Grão-Mogor e em outras partes; foi encarregado de descobrir a cristandade do Cataio, missão que desempenhou indo até ás portas da China onde morreu em 1607, com cheiros de santidade.

Antonio de Frias, irmão de Bartolomeu de Frias, licenciado em leis, bom letrado e Cavaleiro do Habito de Cristo com tença, que casou com Beatriz Rodrigues e foi padroeiro do mosteiro de Santo André de Ponta-delgada.

Francisco d'Arruda da Costa, filho de João d'Arruda da Costa, «homem de grandes espiritos, prudente, discreto e de muito liberal condição a que se incomendaram nesta Ilha todos os cargos de importancia», foi Juiz do mar, contador, capitão-mór das Ordenanças e Provedor da Misericordia de Vila-franca muitas vezes; muito partidario d'El-Rei D. Filipe.

Pedro Costa, irmão de Francisco d'Arruda da Costa, «homem principal e rico de fazendas e virtudes, cidadão de Vila-franca»; foi casado com uma filha de João Alves do Olho e em segundas nupcias com uma filha de Ruy Tavares.

Foi o primeiro capitão-mór das ordenanças de Vila-franca, logar que resignou no tempo das lutas de D. Antonio Prior do Crato, por ser já velho, sendo substituido pelo capitão Alexandre.

Padre Manuel Pinheiro, jesuita ilustre, natural de Ponta Delgada; educado no colegio que os jesuitas tinham nesta cidade, seguiu para a India, depois de ordenado, dirigindo a casa que a Companhia tinha estabelecido em Laor.

Amigo particular do Gram Mogor, recebeu dele muitos favores na liberdade da prégação a que então se dedicava da doutrina Cristã.

D. MANOEL DA CAMARA (2.º de nome e 2.º Conde de Vila-franca). Confirmado na capitania da Ilha

por morte de seu pai, foi por Carta de 12 de dezembro de 1601 agraciado com a tença de 102$600 reis de assentamento ordinario pelo titulo de conde, que tambem recebeu em herança.

Foi o capitão que mais se empenhou e mais impulso deu á construção do castelo de S. Braz, do qual era, como seu pai, alcaide-mór.

Nomearemos neste periodo:

Dr. Alvaro Lopes Muniz, filho de Adão Lopes e Maria Muniz, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, catedratico de Instituta e antes Desembargador do Paço e de Sua Majestade

Padre Fernão de Bastos, Beneficiado que foi da Igreja Matriz de S. Miguel de Vila-franca, abastado de bens, dispondo em seu testamento entre outras deixas, uma casa de morada, ao Beneficiado mais pobre daquela Igreja, com o encargo de resar por sua alma anualmente 10 missas, e quando um morresse elegessem outro, sempre o mais pobre.

Padre Manuel Fernandes, Vigario que foi da Igreja de San Pedro de Vila-franca, filho de Antonio Fernandes, pesador dos pasteis em Ponta-delgada. Bastante rico deixou em seu testamento, lavrado aos 22 de setembro de 1622, varios legados importantes á sua Igreja, vindo a ser administradora de todos estes bens a Irmandade da Misericordia de Vila-franca.

Dr. Gaspar Fructuoso, que nasceu em Ponta-delgada no ano de 1522 e faleceu na vila da Ribeira-grande, onde era Vigario da Matriz de Nossa Senhora da Estrela no ano de 1591.

Era formado em teologia pela Universidade de Salamanca, recusou a mitra de Angra e foi o primeiro historiador Açoriano, deixando valiosos manuscritos, que hoje se encontram na posse dos herdeiros do Marquês da Praia e Monforte, sob o titulo sugestivo de —Saudades da Terra.

Fr. Braz Soares, natural de Ponta-delgada, que faleceu em 1613; escreveu a vida da Veneravel Margarida de Chaves e Isabel de Miranda, e a de Marta Soares.

D. RODRIGO DA CAMARA (3.º Conde de Vilafranca). Sucedeu ao pai na capitania, Alcaidaria e titulo com tença, por alvará de 1 de julho de 1628, vivendo em Ponta-delgada com sua mulher D. Maria Coutinho e filhos.

Amigo particular de Filipe de Castela, recebeu a noticia da aclamação de D. João IV com certa reserva e mesmo alguma indiferença, se bem se conte que indo a Lisboa por esse tempo e perante El-Rei D. João IV arremessasse ao chão a corrente de oiro que trazia, oferta de D. Filipe, com estas palavras: «Eu não quero de ora avante apresentar alguma distinção honorifica não a havendo merecido, prodigalizando em serviço vosso a minha vida.» Mas a intriga palaciana que parece sempre o envolveu, já em 1648 o ia impedindo de voltar á sua capitania da Ilha de S. Miguel.

Processou-o a Santa Inquisição, alegando a sua vida escandalosa e irregular, parecendo no entanto que a verdadeira causa mas oculta, foi a sua particular amizade com Castela, sendo condenado a prisão perpetua nos carceres do Santo Oficio, caçado o titulo de conde e confiscados os bens por sentença de 20 de dezembro de 1652, sendo comutada em reclusão no convento da Piedade do Cabo de S. Vicente, a pedido da Condessa, por sentença de 23 de maio de 1657.

Antes, porém, a mesma Condessa, acompanhada de seus filhos Manuel, Carlos e Vasco, imploraram Breve do papa Alexandre VI que lh'o concedeu a 27 de janeiro de 1657 no qual o absolveu das penas do confisco e excomunhão.

Faleceu na sua reclusão do convento da Piedade em 1672 havendo assim passado 20 anos preso.

Nomearemos neste periodo:

Fr. Afonso de Benevides, filho de Pedro Afonso, escrivão da alfandega de Ponta-delgada, e Ana Murato de Benevides; professou no Instituto Serafico em S. Miguel, sendo eleito Custodio do Mechico de 1629, prégando o Evangelho por toda a India ocidental.

Em 1639 estando em Portugal, embarcou-se para a India já então bispo eleito de Meliapor, na companhia de D. Francisco dos Martires, Arcebispo de Goa, falecendo em viagem.

Veneravel Bartolomeu do Quental, filho de Francisco d'Andrade Cabral e Ana do Quental de Novais, nasceu nos Fenais a 22 de agosto de 1626; estudou na Universidade de Evora e depois na de Coimbra, ordenando-se de presbitero, foi prior da Matriz da Ribeira-grande e voltando depois a Portugal instituiu com outros companheiros a congregação do Oratorio.

Compôs as seguintes obras:

—Meditações da Infancia de Cristo Nosso Senhor.

—Meditações da Sacratissima Paixão e Morte de Cristo Senhor Nosso.

—Meditações da Gloria, Ressurreição de Cristo e varios Sermões.

José Freire d'Andrade, filho de Francisco A. Cabral, que pelos serviços que prestou no tempo da Restauração e por outros, sendo alferes e depois tenente de cavalaria, El-Rei lhe fez mercê de uma capitania de Entertenidos em S. Miguel; mais tarde D. Afonso V lhe deu o Habito de Cristo com a pensão de 50$000 reis, sendo afinal por alvará de 22 de outubro de 1665 feito Sargento-mór com a pensão de 70$000 reis.

Baltazar da Costa Pereira, filho de Gaspar Borges Pereira, cavaleiro fidalgo da Casa de El-Rei; pelos serviços prestados desde a jornada de Abamora, em cuja empresa brigou muitas vezes com os infieis, até aos serviços no porto de capitão de infantaria e escrivão da Fazenda na Ilha Terceira, lhe deu El-Rei por Carta de 29 de julho de 1641 o Habito de Cristo com a pensão de 40$000 reis.

Gonçalo da Costa Coutinho, que foi casado com D. Isabel Ataide, filha de D. João d'Ataide; foi nomeado por El-Rei para Governador da gente de guerra nos Açores, posto de que pediu escusa em virtude da morte do sogro.

Capitão Manuel da Camara Sá, filho de Simão da Camara Sá, nasceu em Ponta-delgada no ano 1607, casou com D. Maria Coutinho donde descende o Barão de Nossa Senhora da Saude. Recebeu de El-Rei o Habito de Cristo com tença pelos serviços prestados já nas armadas, como em Flandres, e outras partes, e foi Sargento-mór de toda a Ilha, com a pensão anual de 70$000

reis, passando este cargo por sua morte para José Freire d'Andrade.

D. MANUEL BALTAZAR LUIZ DA CAMARA (1° conde da Ribeira-grande). Filho do terceiro Conde de Vila-franca e da Condessa D. Maria Coutinho, foi agraciado por D. Afonso VI com o titulo de Conde da Ribeira-grande para ele e seus descendentes, de juro e herdade conforme a Lei mental, por Carta de 15 de setembro de 1662.

A 28 do mesmo mês e ano, El-Rei lhe fez mercê de todos os bens que estavam na Corôa vagos pela condenação de seu pai e assim as rendas da capitania da Ilha.

Seguiu a vida militar alcançando o posto de Mestre do Campo do terço de Setubal, distinguindo-se em varias campanhas entre as quais se poderá nomear a guerra da Restauração.

Faleceu em 1673 contando apenas 43 anos de idade.

Nomearemos neste periodo:

Padre Antonio Pimentel de Rezendes, Vigario da Igreja de Nossa Senhora da Piedade do logar de Pontagarça e seu irmão *Padre Jeronimo Perdigão de Rezendes*, filho de Antonio Mendes Pereira e Susana Perdigôa Pimentel, abastados de fortuna, que em seus testamentos deixam valiosos legados, vindo a ser administradora de seus bens a irmandade da Misericordia de Vila-franca. Deixou o Vigario que do remanescente dos rendimentos de seus bens se fosse acumulando todos os anos até se prefazer a quantia de 310$000 reis para ser dado em dote a uma donzela honesta, sua parente para entrar em um dos conventos desta Ilha e isto sempre e enquanto o mundo durasse.

Padre Manuel de Sousa Novais, cura que foi da Igreja de S. Pedro de Vila-franca, filho de Gaspar da Ponte de Sousa, dos mais ricos homens do seu tempo, instituindo varios legados a Ermidas e Igrejas e um vinculo de dez moios de trigo de renda a sua sobrinha Luzia do Quental, filha de sua irmã Maria do Quental.

D. JOSÉ RODRIGO DA CAMARA (2.° conde da

Ribeira-grande). Sucedeu ao pai, como filho legitimo, varão unico do seu casamento, sendo confirmado por Carta de 2 de junho de 1674.

Foi governador da Torre de Belem, deputado á Junta dos Tres Estados e presidente do Senado de Lisboa.

Faleceu em 7 de março de 1722 contando 59 anos de idade.

Nomearemos neste periodo:

Veneravel Madre Tereza d'Anunciada, filha de Jeronimo Ledo Paiva e D. Maria do Rego Quintanilha, nasceu na Ribeira-grande em novembro de 1658 e entrou no convento da Esperança de Ponta-delgada, sendo grande devota da Imagem do Senhor Santo Cristo, contando-se obrara por sua intercessão muitos milagres que andam na tradição do povo, pelo que desde então chamam áquela Imagem Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Fr. Manuel de S. Luiz, Provincial da Ordem de S. Francisco, natural de Vila-franca, que escreveu sobre a vida da Veneravel Francisca do Livramento, abadessa que foi do convento da Esperança de Ponta-delgada.

Fr. Agostinho de Mont'Alverne, filho de Estevam Alvares Barreiros e Guiomar Cabral, nasceu na vila da Ribeira-grande a 11 de janeiro de 1629, faleceu em 1726.

Pertenceu á ordem dos Frades Menores de S. Francisco, escrevendo «Cronica da Provincia de S. João Evangelista da Ilha dos Açores», em que historía estas Ilhas dos Açores e cujo manuscrito se acha na Biblioteca Publica de Ponta-delgada.

Francisco Machado de Faria e Maia, capitão-mór da Vila da Lagoa, filho de Francisco Machado de Faria e de D. Mariana Cabral de Melo, das principais familias desta Ilha, e a quem El-Rei deu brazão d'armas, por Carta de 22 de dezembro de 1724.

Francisco Pereira Betencourt, capitão de milicias, de Ponta-delgada, filho do capitão Francisco Pereira de Amaral, bisneto do Licenciado André Gonçalves de Sampaio, e a quem El-Rei deu brazão d'armas em 1738.

Antonio Botelho de Sampaio, capitão de milicias na Ribeira-grande, filho do capitão-mór Francisco d'Arruda de Sá, a quem El-Rei deu brazão d'armas em 1747.

D. JOSÉ DA CAMARA TELES (4.º conde da Ribeira-grande). filho do Conde D. Luiz Manuel da Camara, sucedeu no governo da capitania a seu avô o 2.º conde da Ribeira-grande, por haver falecido seu pai a 3 de outubro de 1723, um ano antes da morte de seu avô, sendo confirmado por Carta de 12 de abril de 1730.

Foi capitão de Dragões do Alemtejo, vindo residir porém para a sua capitania de S. Miguel em 1742 com sua mulher a condessa D. Leonor d'Ataide e seus filhos, falecendo a 24 de junho de 1757 apenas com 45 anos.

Nomearemos neste periodo:

Francisco Afonso Chaves e Melo, natural de Ponta-delgada, nasceu em 1685 e faleceu em 1741; foi capitão das Ordenanças de Rosto de Cão, Juiz e contador da Fazenda Real, escreveu «Margarita Animada, ou Biografia da Veneravel Margarida de Chaves», seguida de uma descrição da Ilha de S. Miguel.

D. JOANA TOMASIA DA CAMARA (condessa da Ribeira-grande). Como filha mais velha do Conde D. José da Camara sucedeu na doação da capitania com sua jurisdição, renda, direitos, poderes e liberdades que nela gosava seu pai por carta de El-Rei de 30 de junho de 1761.

Casou com seu tio D. Guido Augusto da Camara Ataide que usou do titulo de Conde da Ribeira-grande, e era filho do Conde D. Luiz Manuel da Camara, morrendo nos carceres da Junqueira no periodo Pombalino em 1770.

D. LUIZ ANTONIO JOSÉ MARIA DA CAMARA (5º Conde da Ribeira-grande). Filho da antecedente, nasceu a 10 de fevereiro de 1754, falecendo em 26 de março de 1802, deixando dois filhos: D. Leonor que foi a primeira Marquesa da Ribeira-grande e D. José que lhe sucedeu no titulo.

Nomearemos neste periodo:

Sebastião Manuel Pacheco Bulhões e Melo Cabral, capitão-mór das ordenanças de Vila-franca, da mais escolhida nobreza da Ilha, dotado de muita probidade e inteligencia.

D. JOSÉ MARIA A. GONÇALVES ZARCO DA CA-

MARA (7.° conde da Ribeira-grande). Nasceu a 2 de dezembro de 1784 falecendo no Rio do Janeiro a 13 de fevereiro de 1820.

Serviu no exercito como coronel de Infantaria, tomou parte na Guerra Peninsular e foi veador da princesa D. Maria Benadita.

Por sua morte sucedeu-lhe no titulo seu filho D. Francisco de Sales Maria José Antonio de Paula Vicente Zarco da Camara que foi Par do Reino e elevado ao Marquezado em 1855.

Terceira Capitania. Constituida em parte da Ilha Terceira, tendo por capital a Vila da Praia.

Em virtude da doação que o Infante D. Henrique fez, em 1450, a Jacome de Bruges, como atrás vimos, formou a Ilha Terceira uma capitania com séde na Vila da Praia que este capitão escolheu para sua residencia.

Por Carta, porém, da Infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho D. Fernando, Duque de Vizeu, de 2 de abril de 1474, foi esta ilha dividida em duas capitanias, uma com séde na Vila da Praia e outra com séde em Angra, que por Carta de 4 de maio de 1483 compreendia não só uma parte da Ilha Terceira como tambem toda a Ilha de S. Jorge.

Donatarios da parte da Vila da Praia:

JACOME DE BRUGES. Natural do condado de Flandres, era um dos servidores do Infante D. Henrique e vivia na cidade do Porto havia vinte anos, quando por Carta de 2 de março de 1450 o Infante lhe deu a capitania de toda a Ilha Terceira que então ainda estava— erma e inabitada— com as prerogativas e encargos que tinham os outros Capitães das Ilhas e nomeadamente os da Madeira.

Foi casado com Sancha Rodrigues, de quem não teve filho varão, pelo que lhe foi concedido a sucessão em sua filha mais velha e nos que de sua geração descendessem.

Escolheu para sua residencia o local onde hoje está a Vila da Praia, recrutando colonos nos distritos de Viana, Guimarães, Aveiro e no proprio Condado de Flandres.

A colonização, porém, não foi intensiva, pois a 22 de agosto de 1460, dez anos depois na doação que o Infante D. Henrique fez desta Ilha e da da Graciosa a seu sobrinho e filho adotivo D. Fernando, ainda a dá como despovoada. Por tal razão e ainda pelas intrigas levantadas por Diogo de Teve, colono que viera com este capitão da Ilha da Madeira, com o fim de se assenhoriar da capitania ou por outras razões talvez, mandou D. Fernando para a Ilha Terceira a Alvaro Martins Homem no ano de 1461, ordenando-se então ao Capitão que lhe desse terrenos na Ilha para os cultivar e colonizar.

Alvaro Martins Homem escolheu para sua residencia a parte de Angra, e ahi se estabeleceu começando desde então uma certa animosidade entre estas duas personalidades, que mais se assentuaram com as intrigas de Diogo de Teve. E ficou desde então a Ilha Terceira dividida em duas capitanias, uma na parte de Angra, tendo por capitão Alvaro Martins Homem, e outra na parte da Praia, tendo por capitão Jacome de Bruges.

Diz-se que pelo ano de 1642 Diogo de Teves forjára uma carta dirigida a Jacome de Brujes, em que lhe era participado a deixa de um grande Morgado e que por tal motivo ele partira para a Europa, deixando-lhe procuração geral para governar a capitania e que dela muito usou em seu proveito; e conta-se mais que por ocasião do embarque, ou mesmo na viagem, fora este capitão assassinado por mandado do mesmo Diogo de Teves.

O que é certo, porém, é que o capitão Jacome de Bruges desapareceu e foram infructiferas todas as pesquizas que se fizeram para se descobrir o seu paradeiro, recaindo então todas as suspeitas em Diogo de Teves, a ponto de, indo ele a Lisboa, por questões que trazia em juizo, e sendo disso sabedora D. Sancha Rodrigues, pessoalmente pediu a D. Afonso VI justiça contra o assassino de seu marido, e preso o Teves e intimado a dar conta do capitão no praso de dez dias, respondeu suicidando-se na propria prisão.

Com o desaparecimento assim de Jacome de Bruges, foi dada como vága a capitania, apesar das instancias que a filha, D. Antonia Dias d'Arce, casada com Duarte Paim, fez para ser confirmada na sucessão, e

bem assim os empenhos que se moveram por parte dos filhos naturaes de Bruges para lhe sucederem, sendo nomeado capitão por Carta de 14 de fevereiro de 1474 Alvaro Martins Homem, que se havia estabelecido e tinha já jurisdição na parte da Ilha não apreveitada por Bruges, sendo por virtude de Carta de 2 de abril do mesmo ano nesta parte provido João Vaz Corte Real com obrigação de pagar as benfeitorias iá existentes ao capitão Homem.

Nomearemos neste periodo:

Diogo de Teive, que veiu da Ilha da Madeira e que por Alvará do Infante foi nomeado loco-tenente do capitão e Ouvidor-geral em toda a Ilha, casado com D. Maria Gonçalves Veiga.

Estabeleceu-se no logar da Praia, recebendo em dada a Serra de S. Tiago e outros terrenos para o lado das Lages.

Gonçalo Eanes da Fonseca, que veiu com este primeiro capitão e teve dadas de terra na Ribeira-seca, tendo da sua mulher D. Mecia Machado d'Andrade, um filho que foi o primeiro que nasceu nesta Ilha.

Fr. João, chefe dos Padres Franciscanos que o capitão consigo trouxe, os quais se estabeleceram no logar junto da ribeira que lhe tomou o nome—Ribeira de Fr. João.

Fernão Dulmo, que recebeu primeiramente em dada os terrenos das Quatro Ribeiras e mais tarde os compreendidos entre a Serra da Ribeirinha e a Feteira.

Alvaro Vaz Merens, que á Ilha chegou em 1458 tronco da familia Merens, recebendo dadas de terras entre a Grota do Vale e Porto de Pipas.

Miguel Ximenes, casado com D. Violanta de Betencourt que tambem á Ilha chegou nesta data, tendo em dadas os terrenos de Val de Linhares.

ALVARO MARTINS HOMEM, que é considerado o primeiro Capitão da parte de Angra por virtude da doação de 2 de abril de 1474, que dividiu a Ilha em duas capitanias, uma com assento em Angra e outra com séde na Praia, e o segundo da Vila da Praia, foi ca-

sado com Ignês Martins Cardoso de quem teve varios filhos.

Gosou em sua capitania dos privilegios e isenções que então tinham os capitães das Ilhas, falecendo segundo as opiniões mais seguras no ano de 1482.

Nomearemos neste periodo:

Afonso Gonçalves d'Antona Baldaia, fidalgo da casa dos Infantes que foi loco-tenente do capitão, que recebeu grandes dadas de terra e que promoveu a construção do convento de S. Francisco doando-lhe terreno seu.

ANTÃO MARTINS HOMEM, sucedeu na capitania ao pai por Carta de confirmação de 26 de março de 1483.

Foi casado com Ignês d'Ornelas filha de Pedro Alvares da Camara e Catarina d'Ornelas da Ilha da Madeira, de quem teve filhos.

Viveu na Vila da Praia, como seu pai, e renunciou a capitania em seu filho mais velho Alvaro Martins, sendo essa renuncia confirmada por El-Rei a 10 de outnbro de 1522.

Deixou tambem testamento lavrado a 21 maio de 1530 no qual ratificava a renuncia que fizera no dito seu filho e instituia-o herdeiro do Morgadio e renda que possuia.

Nomearemos neste periodo:

Gonçalo Vaz Homem, e sua mulher Ignês Afonso Cogumbreiro, que em 1520 fundaram o hospital de San Lazaro ao qual anexaram a sua residencia.

ALVARO MARTINS HOMEM, não sobreviveu porém ao pai, ou sobrevivendo foi tão pouco que no inventario que correu por obito do pai, se faz menção da sua morte, figurando nele então sua viuva, D. Beatriz de Noronha, filha de D. João de Noronha da Ilha da Madeira, que fora dotada com 900$000 reis por escritura de 9 de maio de 1513.

ANTÃO MARTINS HOMEM, que foi confirmado na capitania a 30 de janeiro de 1533, casou com D. Joana de Mendonça, filha de Henrique Pinheiro, Alcaide-mór de Barcelos.

Não teve este capitão filho algum varão que lhe sucedesse na capitania, mas sim três filhas, duas das qnais se conservaram solteiras, casando a terceira com D. Jorge de Noronha, que tambem não deu descendencia.

Por seu falecimento que se deu a 9 de junho de 1577 ficou vaga a capitania, habilitando-se a ela Antonio de Noronha, irmão do capitão falecido que então andava na India, mas, ou porque logo a seguir á sua chegada a Portugal falecesse ou porque seguisse o partido de D. Antonio Prior de Crato, não foi nela provido.

Considerada assim vaga a capitania foi por doação de 14 de agosto de 1582 dada a D. Cristovam de Moura, capitão então da parte de Angra, que assim reuniu em uma só as duas capitanias da Ilha Terceira, e assim unidas estiveram até 1663, tomando posse dela e da de Angra a 16 de agosto de 1583 por seu procurador Fernão Faleiro, e, porque este Capitão nunca veiu á Ilha, usava de sua jurisdição e direito, por seu Ouvidor. Sucedeu-lhe nas capitanias, por sua morte, seu filho D. Manuel de Moura, que as perdeu por confisco, por seseguir o partido de Hispanha, no tempo da Restauração, ficando assim vagas.

Nomearemos neste periodo:

Alvaro d'Ornelas, a quem pelos seus serviços El-Rei por sua Carta de 12 de março de 1534 priviligiou e escusou todos os seus criados, caseiros, amos, mordomos e lavradores de pagaram peitas, fintas e outros encargos a que os moradores dos concelhos são obrigados.

Era fidalgo da Casa de El-Rei com o Habito de Cristo e tença.

Heitor Homem da Costa, que com sua mulher fundaram a Ermida de Nossa Senhora d'Ajuda na Vila Nova, no logar denominado—o varadouro—anexando-lhe um bom morgado.

João Homem, filho do anterior, e instituidor da Ermida de Nossa Senhora do Guadalupe, hoje paroquial d'Agualva.

Capitão Francisco do Canto, filho ilegitimo de Pedro Anes do Canto, que na ausencia do Capitão administrou a capitania por Carta regia, devendo-se-lhe a a providencia que tomou na fortificação da Praia, começando pelo entrincheiramento na entrada das ruas.

Domingos Homem da Camara, que com sua mulher Rosa de Macedo funda ram, em 1556, o mosteiro das Chagas que pelo Bispo D. Nuno Alvares Pereira em 1569 foi reduzido a simples recolhimento por falta de recursos e que em 1684 se uniu ao mosteiro da Luz.

FRANCISCO D'ORNELAS DA CAMARA, por Carta de mercê de 16 de julho de 1663 foi, em premio de revelantes serviços prestados ao Estado, feito Capitão-donatario da Vila da Praia, de juro e herdade, que ainda se achava vaga.

Na Ilha Terceira e nomeadamente na Vila da Praia, opuseram-se a esta nomeação com fundamento de ficar tal donatario muito poderoso em terra tão pequena, e tal oposição lhe moveram que não teve efeito esta mercê, sendo-lhe assim caçada a doação.

Foi ele que como Capitão-mór da Vila da Praia em nome de D. João IV proclamou em Angra a Restauração de Portugal, batendo-se com o então governador do Castelo D. Alvaro de Viveiros.

Logo em seguida foi á Côrte de Lisboa com tão faustosa noticia, recebendo-o El-Rei e colocando-o á direita do trono, e agraciou-o com a comenda de S. Salvador de Penamacor.

Tais distinções despertaram inveja nos seus conterraneos que o acusaram a El-Rei de traidor pela maneira como dirigira a Restauração em Angra, vindo a ser preso e julgado, mas na ocasião em que se estava lavrando a sentença, entrou na sala do Tribunal uma pomba que esvoaçando por sobre a mêsa dos julgadores, derramou o tinteiro sobre a sentença, facto este que impressionou toda a assistencia que bem sabia se julgava um inocente.

Tal acontecimento foi participado a El-Rei, suspendendo-se o julgamento, sendo mandado ao governador do Castelo, Manuel de Sousa Pacheco procedesse a um

inquerito sobre a vida e serviços de Francisco de Ornelas, sendo então por todos julgado inocente.

Por tais factos e em cumprimento de voto mandou Ornelas levantar a Ermida do Espirito Santo na cidade de Angra.

Faleceu a 24 de abril de 1664 deixando os fllhos pobres, mas tal era o amor que consagrava á sua Vila da Praia que em seu testamento ordenou que lá o enterrassem.

BRAZ D'ORNELAS, filho de Francisco d'Ornelas Camara, instou junto do governo pela Capitania da Praia que fora tirada ao pai, sendo nela provido por Alvará de 28 de setembro de 1665.

Em 1668, porém, sucedeu a paz entre Portugal e Hispanha regressando á Patria o 3.º Marquês de Castelo Rodrigo, Conde do Lumiar, neto de Cristovam de Moura, que requereu a entrega da Capitania que com a de Angra e seus haveres lhe havia sido confiscada.

Braz d'Ornelas opos embargos ao pedido, partindo por tal razão para Lisboa em companhia do Marquês de Minas.

Faleceu afinal em Lisboa demandando a Fazenda Publica, em 1722 pela quantia de 12.000 cruzados reditos da administração da Capitania.

LUIZ ANTONIO DE BRITO BAHEREM. Em 1715 foi-lhe dada a Capitania da Praia em sua vida, sómente, em satisfação dos muitos serviços prestados por seu pai Antonio Brito Pereira, do Conselho de El-Rei, com todas as honras e privilegios que então gosavam os Capitães.

LUIZ ANTONIO DA SILVA. Alcançou a Capitania por morte de Baherem, exercendo a sua jurisdição e direitos por intermedio do seu Ouvidor Egas Muniz da Silva ainda em 1725.

Quarta Capitania. Constituida em parte da Ilha Terceira e toda a Ilha de S. Jorge, tendo por capital Angra.

Foram seus capitães:

JÀCOME DE BRUGES, que, como anteriormente dissemos, governou no principio da colonização toda a Ilha Terceira, estendendo assim a sua jurisdição e direitos mesmo nas partes de Angra.

JOÃO VAZ CORTE REAL, foi casado com D. Maria conhecida por—Abarca—por ser oriunda de Ponte da Barca, filha de Pedro Abarca, natural de Tuy, tendo varios filhos, o mais velho dos quais lhe sucedeu na capitania.

Por virtude da doação de 2 de abril de 1474 que dividiu a Ilha Terceira em duas Capitanias, a da Praia e a d'Angra, pertenceu esta a este capitão por escolha sua, que apesar de então ser menos povoada era de muito maior extensão que a outra.

Por Carta de 4 de maio de 1483, alcançou ainda a Capitania da Ilha de S. Jorge que então se começava a povoar, ficando assim esta Ilha a fazer parte da Capitania de Angra.

Finalmente por doação de 19 de maio de 1495 foi feito ainda Alcaide-mór do Castelo d'Angra e do da Ilha de S. Jorge.

Promoveu a colonização na Ilha, roteou os terrenos, construiu o Castelo de S. Luiz ou S. Cristovam, onde hoje se acha a memoria de D. Pedro IV e edificou um hospital para pobres, o qual foi aprovado por Alvará de 15 de março de 1492. Faleceu a 2 de julho de 1496 sepultando-se na Igreja de S. Francisco.

Nomearemos neste periodo:

Jeronimo Gonçalves Teixeira, cavaleiro fidalgo, que foi o tronco dos Teixeiras da Ilha de S. Jorge.

Sebastião Dias e mulher Senhorinha Gonçalves, dama do Paço, que no começo da colonização vieram para S. Jorge, pais do João Dias, primeiro ouvidor do capitão.

Gonçalo Anes da Fonseca, que recebeu dadas no terreno que vai do mar ao cume da serra do Paul das Vacas, entestando com os biscoitos de Porto Martins, e foi casado com Maria d'Andrade Machado, filha de D. João de Lisboa Machado.

João Coelho, que tambem recebeu dadas no Porto Judeu, desde o Vale até ao varadouro dos Barcos.

VASCO ANES CORTE REAL, Vedor d'El-Rei D. Manuel e Alcaide-mór de Tavira no Algarve, foi confirmado Capitão de Angra e S. Jorge por morte de seu pai por Carta de 2 de julho de 1497. Foi casado com D. Joana da Silva, filha de Garcia de Melo, Alcaide-mór de Serpa, tendo varios filhos.

Nunca veiu á sua capitania sendo ela governada, porém, em seu nome por seu Ouvidor Afonso do Amaral e depois por Garcia Alvares.

Prestou relevantes serviços nas guerras d'Africa contra os mouros, recebendo em dadiva por tais serviços o monopolio da venda do sal na Ilha Terceira e a propriedade dos oficios de Almoxarife, Juiz dos orfãos e seus escrivães, por Carta de 30 de maio de 1500.

Foi neste periodo que aportou á Ilha Terceira Vasco da Gama, com seu irmão Paulo da Gama que se achava gravemente doente, no ano de 1499, de volta da sua primeira viagem á India.

Nomearemos neste periodo:

Bartolomeu Favela, filho de Beatriz da Costa e Manuel do Porto, neto de João d'Arruda da Costa de S. Miguel; casou com Justa Neto, filha de João Alves Neto, fidalgo da Ilha Terceira.

Ajuntou-se com *Aires Jacome Correia*, de S. Miguel, João Betencourt de Vasconcelos e Gaspar Estacio e embarcou-se num pequeno barco indo ter á armada de El-Rei que andava pelejando entre S. Jorge e Terceira contra os corsarios.

Gomes Pacheco de Lima, filho de João Pacheco «que El-Rei D. João e o Infante D. Luiz mandou por capitão-mór de uma grossa armada a fazer o despejo da Ilha de Buan na Costa da Guiné,onde o mataram em campo».

Manuel Pacheco, irmão de Gomes Pacheco de Lima, foi o que descobriu o reino de Angola, sendo embaixador de El-Rei D. João III ao Rei do Congo e lá morreu.

João Dias Ximenes, armado cavaleiro por Nuno

Fernandes d'Ataide na tomada de Azamor e confirmado por Carta de El-Rei de 25 de janeiro de 1514.

Afonso Anes da Costa, armado cavaleiro por D. Francisco de Castro, no Cabo da Gué e confirmado por El-Rei por Carta de 13 de setembro de 1527.

Pedro Anes do Canto, fidalgo dos de maior nomeada na Ilha Terceira, teve couto, que aquele que matava acolhendo-se a terra sua o não pudessem prender.

Gaspar Côrte-Real, filho do capitão e de sua mulher Maria Abarca, foi loco-tenente de seu pai, parece morreu solteiro, tendo porém deixado filhos naturais, um dos quais foi Bispo de Lora, in partibus infidelium; foi homem aventureiro, esforçado e desejoso de ganhar honras para o que empreendeu a viagem para as bandas do norte achando as terras que então denominaram—Terra do Lavrador, Terra de Côrte Real, Terra do Bacalhau, em 1500—e a que Caspar Côrte Real havia posto o nome de Terra Verde.

No ano seguinte se embarcou com o mesmo rumo para melhor precisar a terra que encontrara, não voltando de lá.

Miguel Corte Real, filho do capitão, que vindo em busca de seu irmão Gaspar Côrte Real da sua segunda viagem á Terra Verde, de lá tambem não voltou.

Pedro d'Ornelas, filho de João d'Ornelas, primeiro que veiu para a Ilha Terceira, que se achou nos mais notaveis feitos d'armas no tempo do Vice-Rei D. Francisco d'Almeida. Serviu na India ás ordens de Afonso d'Albuquerque, comandando uma nau da esquadra que deu sobre Goa; foi morto no dia do assalto a 25 de novembro de 1510.

MANUEL CORTE REAL. Por doação de 3 de agosto de 1538, sucedeu ao pai na Capitania de Angra e San Jorge por haver falecido moço e sem descendencia seu irmão mais velho Cristovam Côrte Real.

Foi casado com D. Brites de Mendonça, viuva de D. Manuel de Lima, capitão de Ormuz, e filha de Henrique Lopes de Mendonça de quem ainda teve varios filhos, mais velho dos quais não casou nem deixou descenden-

cia, e por tal razão passou a capitania para o filho segundo.

Por doação de 25 de outubro de 1576 foi feito ainda Alcaide-mór da fortaleza de S. Sebastião de Angra.

Nesta epoca achavam-se os mares dos Açores infestados pelos corsarios que aguardavam a passagem das naus que vinham da India e no entanto assaltavam as Ilhas quasi indefesas.

Nomearemos neste periodo:

Antonio Pires do Canto, filho de Antonio Pires do Canto, capitão-mór da armada, que dirigia a construção de muitos navios no Porto de Pipas e na Prainha, para o combate dos corsarios, e camandou a esquadra por seu pai ser já de idade avançada; e nestas lutas se distinguiu tambem Jorge de Lemos, Francisco Dias Carvalhal, Manuel Côrte Real e outros.

Sebastião Tomé, feito cavaleiro por El-Rei, por Carta de 15 d'abril de 1550, pelos serviços por ele prestados na guerra em Alcacer.

Fernão Lourenço de Ramos, feito cavaleiro por Carta de El-Rei de 20 de fevereiro de 1450 pelos serviços prestados em Ceuta.

Pero Anes do Canto, fidalgo da Casa de El-Rei com brazão d'Armas e privilegios pelos serviços por ele prestados em Arzila—Carta de El-Rei de 18 de setembro de 1527 e 28 de janeiro de 1539.

Manuel Fernandes Cabral, feito cavaleiro pelos serviços feitos em Azamor no ano de 1542.

João da Silva Canto, casado com D. Isabel Correia, filha de Jacome Dias Correia de S. Miguel. ganhou Comenda da Ordem de Cristo nos campos de Africa, capitão-mór das armadas e general do mar nestas Ilhas, provedor das armadas reais e da Fazenda, capitão-mór em Angra. Era ainda do Conselho de El-Rei e tinha poderes para enforcar e até prender os capitães das armadas que viessem a estas ilhas.

João Dias e Pedro Dias, que ambos foram ouvidores do Capitão-donatario na Ilha de S. Jorge; homens da melhor nobreza, doutos e que viveram em opulencia,

sendo aquele o primeiro provedor da Santa Casa da Misericordia.

Simão Fernandes Quadrado, ouvidor e alcaide do Capitão-donatario e feitor da Casa de El-Rei em 1570 na Ilha de S. Jorge.

João Varela, cavaleiro da Casa de El-Rei, da Ilha de San Jorge, que doou todos os seus bens á Santa Casa da Misericordia da Vila das Velas e foi o primeiro escrivão dela.

Roque Afonso, da mesma Ilha, que tambem doou uma parte da sua fortuna áquela mesma instituição.

Guilherme da Silveira, neto do fidalgo flamengo Guilherme Van der Haagen, foi Capitão-mór de S. Jorge, Provedor da Misericordia e pessoa da mais alta representação.

Gabriel da Rocha, que pelos seus serviços prestados em Mazagão foi armado cavaleiro por Luiz Loureiro, capitão da praça, sendo confirmado por El-Rei em Carta de 22 de setembro de 1548.

Manuel Gonçalves, que pelos seus feitos em Arzila, foi armado cavaleiro pelo Conde de Redondo, capitão da praça, sendo confirmado por El-Rei por Carta de 8 de junho de 1545.

Tristão de Sousa Gusmão, filho de Gaspar d'Ornelas e D. Isabel de Sousa, que pelos serviços que prestou durante 12 anos na India foi premiado com o posto de capitão em duas viagens de Ceilão.

VASCO ANES CORTE-REAL, sucedeu na capitania a seu pai, sendo confirmado por Carta de 28 de novembro de 1578.

Casou com D. Catarina da Silva, filha de D. João de Mascarenhas, Capitão de Ginetes, Senhor de Larra, Alcaide-mór de Monte-mór e de Alcacer do Sal.

Teve um só filho varão, Manuel Côrte Real que, ainda solteiro e sem descendencia, morreu na batalha de Alcacer Kibir, pelo que a capitania foi dada á filha mais velha D. Margarida Côrte Real.

No fim deste periodo deram-se as lutas sangrentas

entre os partidarios de El-Rei Filipe e D. Antonio, Prior do Crato.

Nomearemos neste periodo:

João de Betencourt, acerrimo partidario de Filipe de Castela, que em 1580 tentou logo aclama-lo na Ilha Terceira, percorrendo as ruas da cidade, dando-lhe vivas; sendo porém mal recebido pelo povo, foi afinal preso pelo Alcaide-mór da cidade, e mais tarde, por ordem do Governador Manuel da Silva, decapitado.

D. Violante do Canto, filha do nobre João da Silva do Canto, que ofereceu toda a sua fortuna para auxiliar a empresa de D. Antonio, e que este pessoalmente lhe agradeceu na visita que lhe fez, quando da sua entrada na Ilha.

Foi na casa desta nobre senhora que se hospedou o Marquês de Santa Cruz, depois da victoria das armas hespanholas, dando ela entrada em um convento, donde saiu para Hespanha com todos as honras inherentes á sua alta personalidade.

Capitão Fernão de Tavora, uma das figuras mais distintas de Angra, *Capitão Domingos Toledo*, governador da fortaleza de S. Sebastião, *Antonio Matela*, alferes-mór da cidade, todos partidarios de D. Antonio e decapitados por ordem do Marquês de Santa Cruz.

Guilherme da Silveira, primeiro capitão-mór da Ilha de S. Jorge e ouvidor do Capitão em 1575.

Mateus Alvares, filho de um pedreiro da Vila da Praia da Victoria, que pela sua muitá semelhança com D. Sebastião, Rei de Portugal, se fez passar por ele, depois da derrota de Alcacer Kibir, chegando a sublevar os povos de Torres Vedras, pondo em armas mais de 1.200 homens.

Foi preso e justiçado em Lisboa, sendo-lhe cortada a mão direita e depois esquartejado.

CRISTOVAM DE MOURA. Casou com D. Margarida Côrte Real, sendo feito capitão d'Angra por tal motivo, por Carta de 27 de junho de 1582.

Era filho de D. Luiz de Moura, estribeiro-mór do Infante D. Duarte. El-Rei o fez Védor da Fazenda e seu

gentil homem, pagem da princêsa D. Joana, mãe de D. Sebastião e filha do Imperador Carlos V, que lhe deixou por sua morte 2.000 crusados de renda. Finalmente foi ainda pagem de D. Filipe e um dos que vieram na Embaixada a Portugal tratar da sucessão ao Reino

Como atrás dissemos foi por Carta de 14 de agosto de 1582 feito Capitão da Praia, reunindo assim em uma só as duas capitanias da Ilha Terceira. Por doação de 3 de dezembro de 1584 e 16 e 17 de junho de 1586 é-lhe dado e confirmado o direito de nomear tabeliães em toda a capitania, sendo ainda mais tarde agraciado com o titulo de Marquês de Castelo Rodrigo.

Faleceu em 1614, sendo Vice-Rei de Portugal.

Houve no tempo deste capitão uma invasão de Inglêses, que abordaram o porto da Vila da Calheita antes de 1610 em uma armadilha de 5 naus e um burloque, em que Manuel d'Azevedo, Tomé Gregorio e Simão Gato, o Velho, se distinguiram, tomando este uma bandeira aos Inglêses.

O governo por este recontro criou na Vila das Velas uma capitania-mór, nomeando Capitão-mór Manuel d'Azevedo, passando por sua morte a capitania para Tomé Gregorio.

Melchior Gonçalves d'Avila, ouvidor do Capitão na Ilha de San Jorge, activo e inteligente, sendo nomeado pela Camara guarda-mór de saude no tempo em que grassava na Ilha Terceira a peste, adotando por essa ocasião rigorosas medidas a que todos obedeceram.

Gonçalo d'Amarante, que exerceu na Ilha de San Jorge todos os cargos electivos, sendo por fim feito Capitão-mór, no tempo das lutas Antonianas.

D. MANUEL DE MOURA (1.º Conde de Lumiares e 2.º Marquês de Castelo Rodrigo). Sucedeu ao pai nas capitanias, sendo nelas confirmado por Carta de El-Rei de 6 de desembro de 1614, e na de Capitão-donatario do Faial por Carta de 16 de dezembro do mesmo ano, tomando posse delas por procuração a 8 d'abril de 1615.

Foi embaixador em Roma e na Alemanha, Plenipotenciario da paz de Munster em 1648 e finalmente Governador dos Estados da Flandres.

Nomearemos neste periodo:

Manoel do C. Castro, Capitão-mór da cidade d'Angra, que deu grande impulso á fortificação da Ilha, auxiliando não só o corregedor João Corrêa de Mesquita, como D. Gonçalo de Mexia, governador do Castelo.

Foi um grande politico, a ponto do governador D. Pedro Estevam d'Avila, que não via bem a orientação que este tomava, mandar assestar a artilharia do Castelo contra a sua casa, por causa das eleições, o que ia dando logar a uma sublevação.

Lopo Gil Fagundes de Sousa, cidadão muito respeitavel e escolhido pelo Senado de Angra para ir com Carta a El-Rei notificando-lhe os desacordos politicos na Ilha entre as autoridades, que deu o em resultado a substituição do governador e outras autoridades.

Capitão Gaspar Nunes Brazil, filho de Pedro Luiz de Sousa, da Ilha de S. Jorge, que tomou o nome de Brazil por ter vindo rico deste País, dando este nome ao Monte que fica junto á cidade d'Angra, segundo opina Brumond nos—Anais da Terceira, volume 1.º, pg. 404. Instituiu com sua mulher Maria Simôa a Ermida invocada a San Miguel Arcanjo, no sitio da Ribeira da Areia da Ilha de S. Jorge.

Manuel d'Azevedo, Capitão-mór da Calheta de S. Jorge que defendeu a Vila de uma invasão Inglêsa.

Tomé Gregorio, Capitão-mór da Calheta de S. Jorge que se distinguiu na mesma invasão dos ingleses.

D.FRANCISCO DE MOURA CORTE REAL (3.º Marquês de Castelo Rodrigo). Sucedeu ao pai nas capitanias, foi grande de Hispanha, Embaixador extraordinario na Alemanha, Vice-Rei da Sardenha e Covernador da Flandres.

Seguindo o partido dos Filipes no tempo da Restauração, foram-lhe confiscados os bens e assim as capitanias.

Nomearemos neste periodo:

Amaro Soares, natural da Vila das Velas. Militou em Flandres com distinção, regressando á Ilha em 1613, foi-lhe concedido o soldo por Alvará de 10 de julho de 1626. Era cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majesta-

de e prestou grandes serviços na aclamação de D. João IV como sargento-mór da Vila das Velas.

D. LUIZ DE PORTUGAL (5.º Conde de Vimioso), filho do Marquês d'Aguiar e sobrinho do Marquês de Castelo Rodrigo, requereu a El-Rei lhe desse a administração das rendas e bens de seu tio que se achavam confiscados, alcançando parte delas por doação de 8 de agosto de 1651, entre as quais as capitanias da ilha Terceira e Faial. Por Alvará de 2 de abril de 1653 foi-lhe mais concedido a jurisdição que como Capitão nelas tinha seu dito tio e até o de poder nomear e ter Ouvidor. Por tal razão a 23 de maio de 1653 o capitão Sebastião Corrêa, como Ouvidor deste donatario, apresentou-se na Camara d'Angra sendo recebido com todas as honras e privilegios que gosavam os donatarios, tomando assim assento acima dos Juizes e abaixo do Corregedor, pois era o donatario Alcaide-mór da cidade.

Com a paz entre Portugal e Hispanha em 1668 voltou ao Reino o 3.º Marquês de Castelo Melhor, que até então vivia homiziado em Hispanha e pediu a entrega das suas terras e assim das suas Capitanias.

No periodo que vai entre 1677 a 1690, houve no porto da Calheta um encontro de corsarios turcos com um navio castelhano de Cabo-Verde, em que venceram os castelhanos, tomando parte activa na defesa o Capitão-mór Bartolomeu Nunes Pereira.

Finalmente ainda em dezembro de 1816 foi o mesmo porto atacado por um navio de piratas que pretendiam apresar o brigue-escuna português Santo Cristo Diligente; os piratas arvoraram a bandeira Ingleês-americana, mas foram repelidos pela artilharia de terra.

Nomearemos neste periodo:

D. Beatriz de Melo, da Ilha de San Jorge, viuva de Pedro Gonçalves d'Almeida e depois do capitão André Lopes Pereira, que deixou por seu testamento de 24 de junho de 1682 todos os seus bens á Misericordia das Velas, instituindo-lhe o Hospital.

Padre Amaro Teixeira Fagundes, filho postumo de Amaro Teixeira Fagundes e Joana Fernandes de Sequei-

ra, nasceu na freguesia do Rosario da Ilha de S. Jorge a 4 de outubro de 1620.

Fundou o convento da Senhora do Rosario da Vila das Velas, de freiras de Santa Clara, despendendo mais de 30.000 crusados, e dotou-o com todos os seus bens.

Padre Gonçalo Amarante, natural da Vila das Velas e vigario das Manadas, que por escritura publica de 1662 doou todos os seus bens para o recolhimento de donzelas suas parentes pobres, vindo por isso a fundar-se o recolhimento de San Gonçalo.

Padre Diogo M. da Silveira, descendente de Van der Haagen, fidalgo flamengo, dos primeiros povoadores de S. Jorge, beneficiado da Matriz da Vila do Topo, que nesta vila fundou o convento dos Franciscanos com a invocação de S. Diogo.

Padre Antonio Cordeiro, que nasceu em Angra em 1641 e morreu em Lisboa a 2 de fevereiro de 1722. Estudou conones na Universidade de Coimbra, pertenceu á Companhia de Jesus e aí lecionou retorica e filosofia. Escreveu a *Historia Insulana*, seguindo mais ou menos as Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso, *Resoluções teojuridicas*, *Loreto Lusitano* e outras obras teologicas e filosoficas.

Quinta Capitania, constituida per toda a Ilha Graciosa; deve porém notar-se que estando já habitada por alguns colonos, entre os quais se deve nomear Vasco Gil Sodré, natural de Monte-mór, o Velho, houve por bem o Infante dividir a Ilha em duas capitanias, nomeando para uma Duarte Barreto e para a outra Pedro Corrêa da Cunha, que ao tempo administrava a capitania da Ilha do Porto Santo na menoridade de seu sobrinho. Assim foram seus capitães:

DUARTE BARRETO, que veiu logo e se estabeleceu com sua mulher e criados na parte sul, ao nordeste do local que mais tarde foi a Vila da Praia, por 1465.

No tempo deste capitão abordaram ao porto da Praia uns navios hispanhois, desembarcando parte da tripulação, agrediram o povo e o seu capitão que na escaramuça bateram os agressores.

Conta-se, porém, que nesse dia ou por esses dias havia o capitão tido um conflito com o frade capelão que na Ilha estava, e que este para se vingar acenara da praia aos hispanhois para que voltassem a terra, animando-os e incitando-os a uma desforra, e, vindo, conseguiram prender o capitão e alguns dos seus criados, levando-os para bordo, sendo lá assassinado cruelmente Duarte Barreto.

A capitôa, vendo-se assim desamparada chamou em seu auxilio então a seu irmão Vasco Gil Sodré que governou a capitania algum tempo em nome de seu cunhado, que não deixara filhos.

PEDRO CORRÊA DA CUNHA, que tinha continuado a administrar a capitania de Porto-Santo na menoridade de seu sobrinho, logo que soube da morte de Duarte Barreto, solicitou a capitania vaga, para formar com a sua uma só, alegando que a pequenês da Ilha não suportava as duas capitanias e havendo alcançado deferimento embarcou-se logo para ela com sua mulher E. Izeu Perestrelo de Mendonça filha do primeiro capitão do Porto-Santo Bartolomeu Perestrelo e Beatriz F. de Mendonça, fixando residencia no Castelete aí por 1485 e fundando logo em seguida a povoação de Santa Cruz que depois foi elevada a Vila.

Voltando a Lisboa, deixou administrando a capitania seu filho Jorge Corrêa casado com D. Leonor de Melo, que faleceu em 1495, ainda em vida do pai, deixando filhos de seu casamento; dois anos depois, isto é, em 1497 falecia em Lisboa o capitão Pedro Corrêa da Cunha, sendo sepultado na Igreja do Carmo e na capela de S. João de que era padroeiro.

MARECHAL D. FERNANDO COUTINHO. Considerada assim vaga a capitania doou-a El-Rei D. Manoel ao seu Marchal e Conselheiro D. Fernando Coutinho por Carta de 28 de setembro de 1507, concedendo-lhe todas as juridições e privilegios que vinham gosando os Capitães-donatarios, inclusivamente as dadas de terras, com tal condição que as pessoas a quem fossem dadas as deveriam aproveitar no praso de cinco anos.

D. ALVARO COUTINHO (Marechal do Reino). Co-

mo filho mais velho do Marechal D. Fernando Coutinho, sucedeu na capitania a seu pai, sendo confirmado por Carta de El-Rei D. Manuel de 3 de agosto de 1510.

D. ALVARO COUTINHO, Marechal do Reino como seu pai, do mesmo nome, sucedeu-lhe por sua morte, sendo confirmado por Carta de D. João III de 26 de fevereiro de 1524.

Nomearemos neste periodo:

Mundos Furtado de Mendonça, que por Carta de El-Rei D. Manuel de 25 de agosto de 1519 teve em doação os dois Ilheus da Ilha, para serem aproveitados na criação de cabras, com obrigação de pagar dois dizimos, isto é vinte por cento do rendimento, para as rendas de El-Rei.

Pedro d'Evora, que pelos seus relevantes serviços no Ultramar foi armado cavaleiro por Gonçalo Mendes, em Çafim, sendo confirmado por El-Rei em sua Carta de 6 d'agosto de 1526.

Jorge Gomes d'Avila, cujo nome legou a uma pequeno povoado. na freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe; foi casado com Catarina da Silveira filha de Guilherme da Silveira, colonizador de S. Jorge.

D. FERNANDO COUTINHO que como seu pai e avô foi marchal do Reino, e como filho mais velho sucedeu na capitania ao pai com todas as honras, privilegios e isenções que aquele gosava, sendo a sua sucessão confirmada por Carta de 16 de abril de 1552.

Nomearemos neste periodo:

Melchior Gonçalves, que durante muitos anos desempenhou a contento geral o cargo de alcaide-mór da Vila da Praia.

D. FERNANDO COUTINHO, sucedeu a seu pai, de egual nome, sendo confirmado por Carta de 20 d'abril de 1573.

D. FERNANDO COUTINHO, Marechal do Reino, sucedeu ao pai na capitania, sendo confirmado por Carta de 4 de setembro de 1593.

Foi neste periodo que abordaram á ilha em 1623

oito fragatas de Argel, ancorando onde chamam Afonso do Porto, tentando desembarcar encontraram resistencia por parte dos da Ilha.

Vinha nestes navios um capitão natural da Ilha, Pedro da Cunha Avila, que, sendo resgatado em Argel, pela redenção geral, comprou em Lisboa, com esmolas que pediu, uma imagem de Nossa Senhora, e, vindo á Graciosa, levantou com o povo a Ermida de Nossa Senhora da Vitoria, junto ao porto, onde colocou a sua Imagem, e ali viveu e morreu seu ermitão.

Nomearemos neste poriodo:

Manuel de Quadros Machado, capitão-mór da Vila de Santa Cruz que nesta se notabilizou na resistencia aos mouros, sendo o fundador da Igreja da Misericordia e hospital da Vila de Santa Cruz.

Gaspar Velho d'Azevedo, capitão-mór da Vila da Praia, que igualmente se notabilizou na mesma resistencia.

D. FERNANDO COUTINHO, que sucedeu ao pai, de igual nome e como ele tambem Marechal do Reino, confirmado por Carta de 7 de julho de 1626, morrendo sem descendencia.

Nomearemos neste periodo:

Francisco Pires d'Avila, que veiu a Angra no tempo da Restauração, prestando relevantes serviços, chegando mesmo, com risco de perder a vida, a oferecer-se para ir conferenciar com o governador do Castelo que em nome de Filipe de Castela se mantinha na Fortaleza.

Manuel Correia de Melo, filho de Pedro Correia de Melo e D. Beatriz Vieira, que comandava a força naval que cruzava os mares dos Açores para sustentar os direitos de D. João IV, e que durante longo periodo defendeu as naus que vinham da India, dos piratas que infestavam estes mares.

Tal era a consideração que tinham por este ilustre filho da Graciosa, que na procissão que se organizou após a rendição do Castelo, foi ele que levou o retrato de El-Rei D. João IV.

Constantino Pais Sarmento, casado com Isabel Tei-

xeira Fagundes, pai do Dr. Antonio Garcia Sarmento que viveu em Angra.

Tornou-se notavel na Restauração de Portugal promovendo e realizando a aclamação de D. João IV na Ilha Graciosa.

LUIZ MENDES D'ELVAS, do Conselho de El-Rei e do de sua fazenda; a quem haviam sido dadas as Alcaidarias-móres Moreira e Penedo por Portaria de 19 de dezembro de 1662 e 26 de fevereiro de 1663 que se achavam providas em outro. Mas porque vagara a capitania e Alcaidaria-mór da Ilha Graciosa por falecimento de D. Fernando Coutinho foi nela então provido em sua vida sómente por Alvará de 7 de abril de 1666 assim e da maneira que este a possuia, com obrigação porém de pagar de suas rendas a tença de 150$000 reis a Sebastião Correia de Larvela ou Cervela, durante a vida deste, por doação que El-Rei lhe havia feito.

PEDRO SANCHES FARINHA, do Conselho de El-Rei e secretario das mercês e expedientes.

Vaga a Capitania por falecimento de Luiz Mendes d'Elva, El-Rei dela lhe fez mercê por doação de 30 de maio de 1674 havendo respeito aos seus serviços de 24 anos anos ao País, mas em sua vida sómente.

Foi neste periodo, e a 6 de fevereiro de 1691 que amarrou no porto da Vila da Praia um navio inglês que dizendo vir carregado de bacalhau e azeite, saqueou a vila e prendeu muitos dos seus habitantes.

Por cerca da meia noite desembarcaram de bordo 36 marinheiros armados e, dirigindo-se á Igreja paroquial, a saquearam, prendendo depois os padres Antonio Fogaça e Sebastião Correia, e o capitão Aleixo Correia, tres irmãos que dois anos antes haviam comprado por arrematação uma barlanda inglêsa que naquele porto havia dado á costa, burlando os marinheiros de acordo com o respectivo escrivão da arrematação.

Os Capitães-mores da Ilha ao sinal da invasão reuniram a sua gente armada, mas nada puderam evitar e os piratas com os seus despojos e muita gente presa levantaram ferro. Dois dias depois desembarcaram o Padre Antonio Fogaça que se havia comprometido a entregar 200 patacas e 4 pipas de vinho pelo resgate dos ir-

mãos, mas não cumprindo a promessa deixou que o navio seguisse derrota, pelo que os dois irmãos se lançaram ao mar vindo a sair mortos na Ilha do Faial. Os mais presos foram desembarcar na Ilha do Fogo no arquipélago de Cabo Verde, onde o Bispo os recolheu e enviou para os Açores.

Conta-se que os de bordo se desouveram nas partilhas matando-se uns aos outros.

Nomearemos neste periodo:

Padre Pedro Correia Picanço, filho de Pedro Fernandes Balieiro e D. Maria Picanço Correia; foi ouvidor eclesiastico em toda a Ilha, visitador-geral e comissario do Santo Oficio, falecendo a 6 de maio de 1706.

Foi este eclesiastico que edificou as tres ermidas no pitoresco Monte d'Ajuda, sem duvida o mais lindo sitio de toda a Ilha, e bem assim a estrada que o corta.

As poeticas Ermidas, que no capitulo respectivo não foram nomeadas por erro de copia dos apontamentos, são invocadas a *S. João*, *Nossa Senhora d'Ajuda* e *S. Salvador*, existindo junto daquela Ermida a casa destinada aos romeiros que áquele Monte e Ermida concorrem durante o ano, construida por subscrição entre os graciosences residentes no Brazil.

RODRIGUES SANCHES BAENA FARINHA. Vaga a capitania por falecimento do seu Capitão, foi nela provido Manuel Joseph, neto do falecido e filho de Rodrigo Sanches Baena Farinha que ao tempo era Capitão da Ilha do Faial e que faleceu porèm pouco depois sem chegar a tirar o despacho. Por tal razão foi a capitania provida em seu pai, filho de Pedro Sanches Farinha por Portaria de 20 de fevereiro de 1705 e doação de 6 de dezembro de 1708, sendo tambem por portaria de 11 de fevereiro de 1713 feito Alcaide-mór do Faial.

PEDRO SANCHES DE FARINHA BAENA. Sucedeu ao pai, sendo provido nas capitanias e alcaidarias do Faial, Pico e Graciosa, por Alvará de 30 de setembro de 1733 e doação de 2 de janeiro de 1734.

Falecido em 18 de fevereiro de 1737, pretendeu a capitania sua irmã D. Isabel Tereza Farinha Baena, casada com D. Fernando d'Almeida, nunca a conseguindo e ficando sempre vaga e incorporada na Corôa Portuguêsa.

Sexta Capitania. Compreende as Ilhas de Faial e Pico, tendo por capital a actual cidade da Horta.

Foram seus capitães:

JOB VAN HUETER, que á Ilha do Faial chegou em 1466, com Carta dada por El-Rei D. Afonso V, por influencia de D. Isabel, sua tia, filha de D. João I e casada com Filipe III Duque de Borgonha e Conde da Flandres.

Era este Capitão flamengo, mas casado em Lisboa com D. Beatriz de Macedo, dama do Paço, de quem teve varios filhos, e com toda a sua familia e uma numerosa colonia de patricios seus se aposentou na Ilha do Faial gosando de todas as prerogativas e jurisdições dos capitães das Ilhas, trazendo consigo, ou mandando vir da Flandres religiosos franciscanos, para ministrarem a religião nas Ilhas do Faial e Pico e educarem a mocidade.

Faleceu em 1495, havendo alcançado por Alvará de 15 de outubro de 1484 o foro de fidalgo da casa de D. João II.

Nomearemos nesta administração:

Jorge da Terra, que veiu com o primeiro capitão que fixou residencia junto a uma encosta, para a parte do norte, onde formou um grande jardim que, segundo alguns, deu o nome á capital—Horta—que a pouco e pouco junto do jardim se foi estabelecendo.

Beduino d'Hueter, irmão do capitão e que com ele veiu na primeira colonização.

Antonio d'Hueter, primo do capitão e *Francisco de Quadros*, natural de Santarem, ambos vindos na primeira colonização.

Arnequim, «distinto por sua valentia e franqueza, o qual teve graves desinteligencias com o corregedor que veiu á Ilha pela primeira vez».

André Rodrigues, amigo particular do capitão, estebeleceu sua casa na Ilha do Pico, e é o tronco da familia Madruga.

Martim Becaim ou de Bohemia, natural da cidade de Nuremberg, que casou com Joana de Macedo, filha deste primeiro capitão, em 1486, insigne matematico, astrologo e historiador dos Açores, que viveu muitos anos na

Ilha do Faial, retirando-se já de idade avançada com sua familia para a Alemanha onde morreu.

JOB HUETER. Sucedeu na capitania por falecimento de seu pai, sendo nela confirmada por El-Rei D. Manuel a 31 de maio de 1509 e depois por D. João II em Garta de 22 de outubro de 1528. Seguindo o exemplo de seu pai activou a agricultura e a criação de gados nas duas Ilhas.

Foi casado com D. Isabel Côrte Real filha de João Vaz Côrte Real, capitão d'Angra, de quem teve filhos.

Foi feito Escudeiro fidalgo por El-Rei D. João III com mil reis de moradia, falecendo no Faial com testamento no qual ordenava que o enterrassem na Igreja de S. Tiago, defronte das suas moradas, a quem deixou a terça de seus bens.

Nomearemos nesta administração:

João Anes das Grotas, rico lavrador que se supõe viveu no sitio denominado D. Joana, da cidade da Horta, e cuja filha, Maria Vicente, casou com o capitão donatario Manuel d'Hueter Côrte Real.

MANUEL DE HUETER CORTE REAL, sucedeu na capitania ao pai, sendo nela confirmado por Carta de 15 de julho de 1550 de D João III.

Casou no Faial com Catarina Vicente de quem teve filhos, e em vida ainda desta casou em Lisboa com uma dama do Paço de quem havia tido uma filha, escondendo assim o seu estado com receio da autoridade Real. Correndo porém a noticia de que era casado e mais receioso ainda do castigo por cometer o crime de bigamia, faleceu pouco depois, recolhendo-se a segunda mulher a um convento.

Sobreviveu-lhe seu filho Gaspar d'Hueter Corte Real que havia casado com D. Elisa, em Lisboa, que requereu a capitania, mas falecendo pouco depois ficou a mesma vaga.

D. ALVARO DE CASTRO. Vaga assim a capitania, El-Rei D. João III a deu em 1553 a D. Alvaro de Castro com 250$000 reis de juro pagos na Feitoria das Ilhas e, se por acaso dentro de 6 anos a renunciasse, então El-

Rei lhe faria mercê de cousa equivalente á dita capitania.

Efectivamente por escritura de 6 de agosto de 1559 D. Alvaro e sua mulher D. Ana Ataide largaram a capitania sendo-lhe dada a jurisdição na Vila de Fonte Arcada.

Nomearemos neste periodo:

Diogo Fernandes, alemão, que foi fronteiro em Africa, e que fundou na Horta o convento de religiosas de Santa Clara sob a proteção de S. João Baptista e nele meteu duas filhas freiras.

Soror Isabel de Jesus, do convento de S. João Baptista da Horta, que indo á Ilha Terceira a curar-se de suas doenças, lá fundou em 1567 o convento de Nossa Sanhora da Esperança.

D. FERNANDO DE MASCARENHAS (Vice-rei da India e Conde da Vila da Horta). Vaga novamente esta capitania, alcançou-a D. Fernando por Carta de D. Manuel de 10 de março de 1573, com toda a jurisdição civil, crime e mais partes, como a possuiram os capitães anteriores.

Na sua ausencia, e a 9 de setembro de 1589, foi a Ilha do Faial invadida por piratas ingleses que numa esquadra de 125 navios haviam vindo aos mares dos Açores esperar as naus portuguesas que vinham da India para as roubarem.

Os invasores entraram pelo porto da Feteira, incendiaram um grande numero de casas e Igrejas depois de saquearem o que melhor encontravam.

A 29 do mesmo mês entrarem tambem na Ilha do Pico pelo porto da Magdalena morrendo na defesa que então opôs á invasão o capitão-mór da Vila de S. Roque Francisco Vieira.

Nomearemos neste periodo:

Diogo Gomes da Silveira, neto de Guilherme da Silveira, que durante muitos anos foi Ouvidor do Capitão e o primeiro capitão-mór do Faial.

Antonio Teles, capitão-mór da Ilha do Faial.

Antonio Utra Machado e Francisco da Silveira, juizes eleitos no tempo da aclamação de D. Antonio Prior do Crato e seus adeptos.

Estevão Serveira, Jorge Lopes e Fr. Melchior, muito partidarios de D. Antonio, que foram a Aveiro saber noticias suas, depois da sua derrota em Lisboa.

Pedro Antão, muito afecto a D. Antonio e que durante a sua estada no Faial lhe havia tirado o retrato, pelo que este lhe concedeu o Habito de Cristo. Com a victoria porém das armas de Castela foi preso, e levado a Angra foi condenado a correr as ruas publicas com baraço e pregão e degredo em Africa.

Tomás de P. Pereira e Aires de P. Pereira, capitães que seguiram o partido de D. Antonio e foram depois presos para Angra..

JERONIMO D'HUETER CORTE REAL, filho do capitão Manuel Hueter e que se havia habilitado a esta capitania por morte de seu irmão Gaspar Hueter que pouco sobrevivera ao pai e obtendo sentença favoravel em 6 de setembro de 1571, mas só foi provido por Carta de Filipe II de 15 de junho de 1582, sendo então retirada a capitania a D. Fernando de Mascarenhas.

Casou em Lisboa com D. Maria d'Azevedo, tendo um filho, Luiz d'Hueter Corte Real que morreu na India, e uma filha D. Luiza Côrte Real que casou com Pedro Coêlho.

Em 1597, uma esquadra inglêsa de 140 velas, comandada pelo Conde de Essex, que cruzava os mares dos Açores esperando as naus da India para as roubar entrou no porto do Faial dasembarcando parte da tripulação que saqueou e incendiou alguns predios de particulares e 4 Igrejas, entre as quais a Matriz.

Nomearemos neste periodo:

Francisco da Silveira, que foi Ouvidor do capitão e se esforçou para alcançar de El-Rei ordem para a reedificação das Igrejas incendiadas pelos inglêses,

Estacio d'Hueter, que como procurador do conselho da Horta foi a Lisboa representar a El-Rei a necessidade de se mandar reedificar as Igrejas incendiadas, o que foi logo decretado trazendo ele mesmo ordem para o Provedor da Fazenda satisfazer as despesas; foi cativo pelos inglêses quando regressava desta viagem.

D. Catarina Côrte Real, filha do 3.º Capitão Ma-

nuel d'Hueter e Catarina Vicente, que deu todos os seus bens para a construção do convento da Gloria na Horta, por escritura de 9 de janeiro de 1608.

Alexandre Manuel, que muito se distinguiu como cirurgião na Ilha do Faial.

D. MANUEL DE MOURA CORTE REAL. Vaga a capitania por falta de filho varão, foi nela provido D. Manoel de Moura, Conde de Lumiares, por Carta de 16 de dezembro de 1614, em sua vida sómente.

Nomearemos neste periodo:

Diogo Pereira de Lacerda, capitão-mór da Horta e por muitos anos ouvidor do capitão.

Domingues Marques, que em 1618 fundou a Ermida de S. João Baptista no sitio da Arruda (Ilha do Pico) que passou mais tarde a ser a paroquial da freguesia de S. João.

Francisco Hueter e Quadros, capitão-mór da Horta e ouvidor do capitão que exerceu identico cargo em Angra quando em 1624 foi chamado a Lisboa o Governador e capitães-móres da Ilha Terceira, por virtude de desinteligencias entre eles.

Foi nesta ocasião que Francisco d'Hueter conheceu os jesuitas já estabelecidos em Angra e lhes fez a oferta de terrenos na Horta para a construção de um colegio que foi aceita, estabelecendo lá os jesuitas uma das suas casas.

Francisco Gil da Silveira, Capitão-mór da Horta, que com sua mulher D. Helena Roim tentaram em 1639 a favor da Santa Casa da Misericordia e de todos os conventos da Ilha do Faial e ainda contribuiram para a construção da Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova.

Jorge Goulart Pimentel, capitão-mór da Ilha do Faial, fidalgo da casa de El-Rei, comendador da Ordem de Cristo que muito se empenhou na fortificação da Ilha e na reconstrução das Igrejas incendiadas.

Capitão Gonçalo Pereira de Lacerda, da Ilha do Faial onde serviu nas milicias, embarcando em 1642 para a Côrte com o general Antonio Saldanha. Fez diferentes campanhas na guerra da Restauração, tendo sido deixadopor morto na batalho de Montijo.

Em recompensa dos seus serviços El-Rei lhe concedeu a comenda da Ordem de Cristo com a pensão de 30$000 reis.

Manoel Brum da Silveira e Frias, filho de Jeronimo de Brum da Silveira, que casou com Guiomar Soeiro da Ilha de S. Miguel e onde viveu e a quem chamavam o padroeiro, por o ser de varios conventos de Freiras e recolhimentos de S. Miguel.

Foi Capitão-mór da Vila da Ribeira-grande e uma das pessoas de maior fortuna.

RODRIGO SANCHES BAENA FARINHA. Por falecimento de D. Manoel de Moura foi nela provido por Carta de 16 de fevereiro de 1680 Rodrigo de Baena, filho do capitão da Graciosa, Pedro Sanches de Farinha, que depois a reuniu á da Graciosa, ficando assim Capitão e Alcaide-mór das duas.

Nomearemos neste periodo:

Capitão Antonio Brum da Silveira, ouvidor do capitão e que por ele tomou posse do logar em 6 de abril de 1680, desempenhando depois as funções de Juiz da Alfandega.

Capitão-mór Antonio da Cunha Silveira, que em 1723 foi á Ilha do Pico como procurador da Camara da Horta assinar a concordata entre esta camara e a da Magdalena, quando esta foi elevada a Vila, sobre as despesas a fazer com a construção da casa da Camara e cadeia, em que a Horta concorreria com a metade, deixando que do Pico saissem para a Horta os produtos agricolas dos proprietarios desta.

Capitão Antonio Machado de Lima, que juntamente com sua consorte D. Maria de Betencourt dotou a capela de Nossa Senhora da Conceição, protectora dos estudantes, em 1697, da Igreja dos jesuitas da Horta.

Jorge Cardoso Pereira, capitão-mór do Faial, que se distinguiu na atitude que tomou contra um patacho de guerra francês que em 1694 aprisionara uma balanda inglêsa no porto da Horta, fazendo com que os franceses se retirassem deixando em paz a balanda inglêsa.

Capitão Antonio da Silveira Linhares, que em 1700

construiu junto a uma sua quinta, nas proximidades da Horta uma Ermida invocada a Santo Antonio com um hospicio para cinco religiosos, 17 alqueires de terra e a renda de dois moios e meio de trigo e cinco pipas de vinho.

Veneravel Padre Pedro Utra de Quadros, descendente do capitão-donatario Manoel Hueter Côrte-Real. Entrou na Companhia de Jesus, foi Reitor no colegio de S. Miguel, visitador das mais Ilhas dos Açores, Reitor do Noviciado em Lisboa, consultor da Provincia de S. Roque e Reitor do Colegio de Coimbra, onde morreu a 5 de abril de 1716.

PEDRO SANCHES DE FARINHA BAENA. Por morte de seu pai, que se deu no ano de 1730, foi tambem provido nas capitanias e alcaidarias-móres, por Carta de 30 de julho de 1734, com o titulo de Alcaide-mór, falecendo sem descendencia, como atrás se disse, na capitania da Graciosa, ficando assim vaga a capitania.

Nomearemos neste periodo:

Padre Teodosio Ferreira de Melo, paroco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1749, que muito se empenhou pela reedificação de sua Igreja.

Padre Matos, Vigario da Praia do Almoxarife, que em 1758 reedificou a sua Igreja, dedicando-se a esta obra com tal ardor que chegou a servir os pedreiros levando-lhes mescla e pedras.

Diogo Berquó d'El-Rio, e mulher D. Joana Margarida Jaques, da Ilha do Pico, que em 1760 edificaram á sua custa a Ermida de Nossa Senhora da Pureza no sitio do Lagido.

Manoel Valadão, capitão-mór e *Miguel Pimentel de Mesquita*, sargento da Ilha do Faial, que em seus testamentos deixaram voliosas dadivas aos conventos da Ilha.

D. Antonio Taveira Brum e Frias, Arcebispo primáz de Gôa, natural do Faial, que por escritura de 28 de dezembro de 1764 se instituiu padroeiro da Capela do S. S. da Igreja do Carmo da mesma Ilha, doando-lhe a quarta parte de todos os seus bens.

Padre Manuel Paim de Frias, irmão do Arcebispo

que lhe deixou em testamento todos os seus bens, aumentando assim a dadiva á capela do S. S.

Dr. Fr. Alexandre da Sacra Familia, que nasceu na Horta, a 22 de maio de 1737, filho de José Ferreira da Silva e D. Antonia Margarida Garret.

Foi educado no convento dos Franciscanos da Horta, professou na mesma ordem, sendo eleito bispo da diocese de Malaca. Passou depois para S. Paulo de Loanda, vindo a morrer na de Angra para onde havia sido despachado por falecimento de D. José Pegado.

Fr. Tomás da Soledade, o padre Galo, que nasceu na Vila da Horta em 1758, falecendo em 1823, definidor do convento de S. Francisco. Foi poeta, orador de fama, erudito e por vezes satirico.

Dr. Manuel Inacio de Sousa Sarmento, que nasceu na Horta em 1739, e cultivou com esmero a poesia.

João Pereira de Lacerda, nascido na Horta a 12 de agosto de 1772, cultivou a poesia, mais no genero satirico, sendo considerado um dos melhores poetas do Faial.

Setima capitania. Compreendendo as Ilhas das Flores e Corvo.

Se bem que ainda em 1507, na opinião de Valentim Fernandes, eram estas Ilhas desabitadas, é certo, porém, que antes de esta epoca tinham lá seu capitão com jurisdição definida, e assim:

DIOGO DE TEVE e seu filho JOÃO DE TEVE, que, como já dissemos, vieram com Jacome de Bruges para a capitania da Terceira, por haverem descoberto estas Ilhas ou se haverem delas apossado, as venderam a Fernam Teles, antes ainda de 1474.

FERNAM TELES. Depois da compra que fizera das Ilhas, alcançou de El-Rei D. Afonso V por Carta de 28 de janeiro de 1475 a donataria das mesmas com todos os frutos, direitos e tributos e toda a jurisdição civel e crime, mero, mixto, imperio, com todas as pessoas que nelas morassem e as povoassem, reservando porém, a alçada de morte e talhamento de membros nos feitos crimes.

Foi casado com D. Maria de Vilhena que, quando viuva e juntamento com seu filho Ruy Teles, fez delas venda a

JOÃO DA FONSECA, sendo esta venda confirmada por Carta de El-Rei de 1 de maio de 1504, com todos os privilegios, graças e jurisdições do Capitão antecedente.

PEDRO DA FONSECA. Sucedeu na capitania ao pai como filho mais velho varão, sendo nela confirmado por Carta de 6 de agosto de 1528 com todas as clausulas e condições dos antecedentes.

Por sua morte, seu filho João de Sousa requereu a habilitação, mas falecendo pouco depois do pai foi dada ao filho segundo.

Nomearemos neste periodo:

Antão Vaz e Lopo Vaz, que de Castela vieram a esta Ilha, no intuito de a colonizarem.

GONÇALO DE SOUSA. Por Carta de 12 de janeiro de 1548 foi confirmado na capitania de seu pai pela razão dos muitos serviços prestados na cidade de Dio por seu tio Monuel de Sousa, irmão de sua mãe D. Violante,

El-Rei D. Sebastião por sua vez o confirmou na capitania por doação de 12 de setembro de 1575 na qual determinava como devia usar da sua jurisdição egualando o em tudo aos outros Capitães das Ilhas.

No interregno deste para o seguinte donatario foi a Ilha invadida por uma esquadrilha de cinco navios Inglêses, entrando na Vila das Lages a 25 de junho de 1587, saqueando as casas e maltratando os habitantes.

D. FRANCISCO DE MASCARENHAS (Conde de Santa Cruz). Estando vaga esta capitania por falecimento de Gonçalo de Sousa a proveu El-Rei D. Filipe por Carta de 17 de setembro de 1593 em D. Francisco de Mascarenhas, que, como se viu, perdeu a capitania do Faial.

Nessa Carta lhe concede El-Rei toda a jurisdição e senhorio de juro e herdade para ele e seus descendentes em linha direita masculina, reservando para si a correição e alçada, e mais lhe concede:

a) todas as rendas, foros e direitos pertencentes á sua fazenda.

b) a confirmação dos juizes que saissem eleitos.

c) dar cartas de oficiais de escrivão da Camara, Almotaçaria e Tabelião do publico, judicial e notas.

d) ter Ouvidor por si nas ditas Ilhas e que estes conhecessem dos agravos que viessem do juizo.

e) tomar posse dos gados, escravos e todos os moveis que nas ditas Ilhas existissem pertencentes a D. Beatriz de Taveira mulher do capitão falecido a quem sómente lhe concederiam as terras ocupadas por seu marido.

f) finalmente lhe foi concedido o titulo de Conde de Santa Cruz com todas as honras e proveitos a ele inherentes.

Anexo á capitania das Flores e Corvo andava a Comenda, com as seguintes obrigações:

1) pagar anualmente para o fisco 20$000.

2) cuidar do provimento e pagamento dos ministros eclesiasticos.

3) promover e auxiliar a construção e conservação das Igrejas paroquiais.

4) promover e auxiliar tudo quanto respeitasse ao culto religioso.

Para sustentação desta Comenda fora dado por El-Rei o dominio de todas as terras que nas duas Ilhas houvessem desocupodas, que, tendo sido aforadas pelo capitão-donatario e comendador, rendiam:

As terras do Corvo—40 mois de trigo e 80$000 em dinheiro.

As terras de Santa Cruz—10,5 moios e a renda de 3 moinhos de cereais.

As terrras das Lages—42,5 moios e a renda de 3 moinhos.

D. MARTINHO DE MASCARENHAS (2.º Conde de Santa Cruz). Por falecimento de seu pai sucedeu-lhe na capitania sendo confirmado por Carta de 3 de janeiro de 1608 e depois por outra de 20 de setembro de 1624. com todas as honras, prós e precalços de seu antecessor.

Nomearemos neste periodo:

Cristovam Pimentel, filho de Baltazar Pimentel, da

Ilha das Flores, que casou em Angra do Heroismo com Luiza de Melo, filha de D. Pedro Ortiz de Melo, Alferes-mór do castelo de Angra no tempo de Filipe II.

D. BEATRIZ DE MASCARENHAS (Condessa de Santa Cruz). Havendo falecido D. Martinho sem deixar filho varão, El-Rei proveu então esta capitania em João de Mascarenhas casado com D. Beatriz filha de D. Martinho, por Carta de 15 de junho de 1650 e bem assim lhe concedeu o titulo de Santa Cruz.

Nomearemos neste periodo:

Fr. Diogo das Chagas, natural das Flores, amigo particular de Francisco d'Ornelas que mais tarde foi capitão-donatario da Vila da Praia, auxiliando-o e aconselhando-o por ocasião da Restauração e aclamação de D. João IV, na Ilha Terceira.

Escreveu o *Espelho Cristalino*, Historia de todas as Ilhas dos Açores.

Padre Inacio Coelho, Vigario da Matriz de Santa Cruz das Flores, que se evidenciou no tempo da Restauração de Portugal, enviando para Angra sessenta soldados para auxiliar a rendição dos castelhanos.

D. MARTINHO DE MASCARENHAS (4.º Conde de Santa Cruz). Como filho mais velho de D. João, sucedeu na capitania ao pai, sendo confirmado por Carta de 30 de junho de 1657 na jurisdição, rendas e direitos, dados por oficios de juros e herdade, uma vez fóra da lei mental.

D. JOÃO DE MASCARENHAS (5.º Conde de Santa Cruz). Sucedeu ao pai na jurisdição da capitania e nela foi confirmado por Carta de 4 de abril de 1682.

D. MARTINHO DE MASCARENHAS (6.º Conde de Santa Cruz). A requerimento de sua mãe D. Tereza de Moscoso, Condessa de Santa Cruz, como tutora e administradora de seus bens, foi D. Martinho confirmado nesta capitania por Carta de 2 de julho de 1692 com a mesma jurisdição de seu pai.

Nomearemos neste periodo:

João Pimentel de Mesquita, sargento-mór das Flores e sindico do convento de S. Boaventura.

Manuel Furtado Mesquita e Diogo Pimentel de Mesquita, ambos capitães-móres das Flores.

Bartolomeu Lourenço Pimentel, capitão-mór das Flores e um dos benfeitores do Convento de S. Boaventura.

D. JOÃO DE MASCARENHAS (7° Conde de Santa Cruz e Duque d'Aveiro). Sucedeu ao pai na capitania e nela foi confirmado por Carta de 13 de agosto de 1739.

Mais tarde, já então Duque de Aveiro, envolveu-se na aventura e atentado contra D. José, Rei de Portugal, sendo justiçado e confiscados todos os seus bens.

As terras que então possuia no Corvo e Flores, pertencentes á Comenda, foram aforadas por tres vidas a Pedro José Caupers, guarda roupa de D. João VI por Carta de 28 de janeiro de 1815, pela renda anual de cem mil reis, com obrigação dos encargos da comenda.

Em 1833 então Manuel Tomás de Avelar natural da Ilha do Corvo, condoido da miseria a que estavam reduzidos os seus patricios, partiu para Ponta-delgada, capital da Ilha de S. Miguel, onde se achava o Imperador D. Pedro, a quem expôs a triste situação a que estava reduzida aquela pequena Ilha, alcançando dele a liberdade dos Corvinos dos encargos a que estavam sujeitos.

E assim terminou a capitania das Ilhas das Flores e Corvo.

D. Pedro indenizou os herdeiros de Campers, com 350$000 reis, aboliu o foro a dinheiro (80$000) e reduziu o foro de trigo do Carvo a 20 moios; ao mesmo tempo reduziu a 20$000 os 100$000 que o Caupers pagava ao Estado.

Em 1853, foi ás Flores e Corvo o Dr. Augusto Machado de Faria e Maia, com procuração de seu irmão primogenito José Machado de Faria e Maia, neto do Caupers e vendeu aos foreiros os foros que ainda recebia.

A guerra ontre a Inglaterra e America, por causa da independencia desta, deu logar que a America lançasse ao mar grande numero de navios ao corso.

Assim no tempo em que era capitão-mór das Flores João Antonio de Mendonça, dois navios americanos entraram na freguesia da Lomba no sitio da Ribeira-funda da Vila das Lages afim de se proverem de agua.

Amedrontados os florentinos dos corsarios, investi-

ram contra os americanos e, refugiando-se no forte de Santo Antonio, fizeram fogo para as lanchas e para os proprios navios, que fugiram.

Nomearemos finalmente.

Tomé Furtado de Mendonça, Vigario da Matriz de Santa Cruz que fundou em 1741 a Ermida de San Sebastião.

Padre José Antonio Camões, professor de latim na Ilha das Flores e versejador muito reputado no seu tempo.

Corregedorias. Para restringir, porém, e até certo modo modificar os poderes delegados pelos Donatarios e confirmados pelos Reis aos Capitães, e mesmo sobre a jurisdição dos Juizes ordinarios e para assim unificar quanto possivel o governo açoreano, creou El-Rei D. Manuel no ano de 1503, o logar de *Corregedor*, Desembargador da Casa do Civel do Porto, que visitava os Concelhos em correição, e a seu cargo estava:

1) conhecer da receita e despesa do Municipio.
2) Presidir ás eleições municipais, naqueles concelhos em que o Capitão não tinha esse privilegio, como o teve durante algum tempo em S. Miguel.
2) autorizar certas despesas com assentimento dos que costumavam andar no governo das Camaras, tais como: concertos de estradas, plantações de arvores nos terrenos concelhios, concertos de aguas, praças e pontes.
4) conhecer das demandas civeis e crimes, quer entre o municipio e os particulares, quer mesmo entre os particulares.
5) inquirir e conhecer do deliberado nas correições passadas e fiscalizar o seu cumprimento.
6) estendia a sua jurisdição sobre o poder militar.
7) e juntamente com os oficiais do Municipio, *vereadores*, e gente que costumava andar no governo das camaras, criava posturas.

Usava a jurisdição visitando pessoalmente os concelhos com meirinho, escrivão e porteiro, sendo saudado á entrada e saida do concelho por uma salva de artilharia na fortaleza principal da Vila, sendo encargo das Camaras a sua aposentadoria e a do seu pessoal.

Tinham os corregedores assento em Angra, e d'ali percorriam todas as Ilhas, mas pelo conhecimento, a que se chegou que era em demasia o trabalho para um só Corregedor, logo em 1534 apareceu-nos um segundo Corregedor, que tomando assento em S. Miguel extendia a sua jurisdição nas duas Ilhas que formam o grupo oriental, Santa Maria e S. Miguel, enquanto o outro corrigia as demais Ilhas do Arquipélago.

Foram Corregedores:

Afonso de Matos, conhecido então pelo—*cabeça de vaca*;—foi o primeiro corregedor, vindo com este cargo para os Açores em 1503.

Antes servira de Ouvidor do Capitão-donatario João Vaz Côrte Real, da Ilha Terceira, e aqui teve seu assento, percorrendo as demais Ilhas em visita, para exercer assim a sua jurisdição.

Bacharel Ruy Pires, que veiu no ano de 1510, e chegando a S. Miguel em correição no ano seguinte desouve-se com o Ouvidor do Eclesiastico em Vila-franca do Campo sobre sua jurisdição, e tão tensas foram as contendas que o ouvidor o excomungou lançando em seguida o interdito a toda a Ilha enquanto nela permanecesse com alçada o corregedor, que nela esteve 4 meses.

A Camara de Vila-franca representou então ao sentido a El-Rei pedindo chamasse o corregedor, alegando que o povo padecia com a sua estada, por falta de recursos eclesiasticos.

Ruy Gonçalves Maracote, desembargador da Casa do Civel, que tendo tomado posse no ano 1512, terminou a sua correição em 1514, voltando nesta data para Portugal.

Licenciado Jeronimo Luiz, que recebeu do povo o cognome de—o bom—pela rectidão e justiça com que desempenhava o seu cargo para que fora nomeado em 1515.

Tinha tal cuidado no julgamento das causas que conta-se, havendo um rico lavrador levado apelação de uma sua sentença numa acção contra uma pobre viuva da Maia, e havendo o desembargo dado provimento ao apelante, censurando o corregedor por julgar favoravel á viuva, este se embarcou imediatamente para a Côrte, deixando em meio a correição, a expor pessoalmente

sua queixa a El-Rei que, mandando vir o processo em revista, tal justiça encontrou que confirmou a sentença do corregedor.

Licenciado Antonio de Macedo, nomeado por Alvará de 20 de abril de 1521 e que veiu por ordem de El-Rei a esta Ilha de S. Miguel em sindincancia sobre se o capitão-donatario tinha ou não feito as atafonas a que era obrigado.

Licenciado Domingos Garcia, que veiu no ano de 1527 e que no ano 1528 aprovou o acordo lavrado entre as Camaras da Ilha Terceira sobre terem uma boa irmandade e visinhança comum, e assim não fosse defeso levar-se mantimentos de um para outro concelho

Licenciado Aires Pires Cabral, nomeado por Carta Regia de 23 de março de 1531, serviu no cargo até 1532, dividindo-se a correição em duas—uma compreendendo a Ilha de S. Miguel e Santa Maria e a outra as demais Ilhas dos Açores, segundo Carta de D. João III de 2 de agosto ne 1534.

Dr. Francisco Toscano, que veiu no ano de 1534 com jurisdição tão sómente sobre as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria. Casou uma filha D. Isabel, com Sebastião de Sousa, filho do Pedro Afonso da Costa Cogumbreiro, de S. Miguel.

Braz Cota, veiu então como corregedor das outras Ilhas dos Açores, determinando o Alvará de 7 de setembro de 1535, que o corregedor exercesse a sua profissão na capitania da Praia nos meses de abril e maio, na de Angra, junho a setembro, e os outros 6 meses os repartisse pelos outras Ilhas a saber:—2 meses na Graciosa, 2 no Faial, 2 em S. Jorge e 2 no Pico; e se houvesse tempo corresse as demais Ilhas (Flores e Corvo).

Dr. Manuel Alvares, para S. Miguel e Santa Maria no ano de 1540, tomando posse em Ponta-delgada a 24 de maio deste ano.

Jeronimo Luiz, —o mau— por suas obras não terem sido como as do outro corregedor de egual nome, que foi chamado —o bom.

Era baixo, magro e seco, de 35 anos apenas e veiu

como corregedor da cidade de Angra e Ilhas de baixo, nomeado por Carta Regia de 20 de outubro de 1539.

Licenciado Gaspar Touro, nomeado corregedor de todas as Ilhas dos Açores, por Carta Regia de 17 de julho de 1543.

Uniram-se neste corregedor novamente as correições das Ilhas dos Açores, e veiu com regimento especial segundo provisão de 18 de julho daquele ano.

Gaspar Correia, no ano de 1551.

Dr. Manuel da Fonseca, que veiu despachado no ano seguinte.

Dr. Luiz da Guarda, que veiu no ano de 1552 tendo que visitar S. Miguel e Santa Maria nos meses de de janeiro a abril, o que nem sempre aconteceu por desacordos com o Ouvidor do Capitão que alegava não haver outra justiça na terra além da do Capitão.

Manuel Luiz, veiu em 1557.

Desembargador Afonso Figueira, nomeado por Alvará de 27 de agosto de 1558, vindo com regimento de tomar nos Açores conta aos Almoxarifes, recebedores e alfandegas.

Gil de Vila Lobos, que serviu no ano de 1560.

Lobo da Gama; diz Gaspar Fructuoso que foi o corregedor que se seguia; era da geração dos Gamas de Portugal.

Fernão Cabral, em 1561, como serviço extraordinario.

Fernão Lopes Pinheiro, no ano de 1562 de quem agravam os juizes e vereadores, por ele se intrometer no Regimento da terra e não lhes deixar fazer os seus acordãos, julgando a Relação a 9 de julho de 1562:—*que o corregedor deixasse os vereadores usar livremente de suas posturas, ordenanças e costumes como sempre usaram.*

Licenciado Gaspar Ferraz, no ano de 1565, por Alvará de 5 de junho, com regimentos mais latos que os anteriores, datado de 27 de junho de 1565, sendo autorizado por Alvará de 18 de março de 1567 a servir de capi-

tão-mór em Angra durante o impedimento do capitão Manuel Côrte Real, determinando que extendesse a sua jurisdição até á Praia, quando as circunstancias o determinassem.

E aqui começou, até á entrada dos Hispanhois, a servirem de capitães-móres os corregedores.

E este cargo exerceu até á sua saida em 1568, ordenando El-Rei que nenhumas querelas se pudessem aceitar contra ele, ante qualquer justiça, sem sua ordem.

Gaspar Pereira de Lagos, no fim do ano 1569.

Teve varias desinteligencias com os Juizes d'Angra, pelo que pouco se demorou nas Ilhas, não chegando a ir a S.Miguel.

Licenciado Diogo Alvares Cardoso, provido no logar por Alvará de 9 de maio de 1571. Foi o primeiro corregedor trienal; até então não tinham tempo determinado.

Fernão de Pina Marrecos, por Carta de 15 de setembro de 1570.

Nas camaras determinou posturas e regulamentos policiais, no eclesiastico influiu bastante na reforma de costumes.

Foi assassinado á traição por sequazes do Prior de Crato, porque não seguia a sua politica.

Dr. Ciprião de Figueiredo de Lemos Vasconcelos, por Carta Regia de 15 de maio de 1578 por tempo de 3 anos.

Teve varias desintelegencias com o Bispo D. Pedro de Castilho por este se meter no que pertencia ás justiças de El-Rei, chegando este a ser censurado por sentença da Relação, autorizando-se ás justiças seculares a não obedeceram ao Bispo; sendo um fervoroso adepto de D. Antonio Prior de Crato, foi feito Govervador das Ilhas, ganhando credito de grande general.

Dr. Diogo de Barros, que não foi á Ilha Terceira, mas sim sómente á de S. Miguel, onde exerceu seu mister.

Gaspar Gamboa, que D. Antonio deixou em Angra no logar de Ciprião de Figueiredo, e que trouxera consigo para este mesmo cargo, nomeando-o por Carta Regia de 19 de novembro de 1582.

Derrotado porém D. Antonio, e na ocasião em que este corregedor entrava em sua casa com Cristovam Soares d'Albergaria que tinha promessa de D. Filipe do cargo de corregedor, por lhe oferecer alguns dos seus livros de estudo, foi preso pelos soldados que saqueavam a cidade e mandado para uma galé e depois para a cadeia onde foi enforcado, sendo o corpo entregue aos Irmãos da Misericordia.

Cristovam Soares d'Albergaria, sucedeu-lhe no cargo; havia sido Juiz de fóra em Ponta-delgada, sendo sempre muito partidario dos Filipes, tendo andado em serviço de El-Rei com Ambrosio d'Aguiar Coutinho.

Foi Cavaleiro do Habito de Cristo com 50 crusados de tensa, elevados depois a 100 cruzados.

Diogo Monteiro de Carvalho, no ano de 1594 casado com D. Helena, irmã de Heitor Homem, e não tendo filhos passaram seus vinculos para o Padre Homem da Costa, falecendo no principio do ano 1599.

Bacharel Leonardo da Cunha, nomeado a 25 de fevereiro de 1599, por transferencia de Leiria, tomando posse a 22 de março de 1600 em Ponta-delgada.

Por varios vexames que exerceu sobre os povos e governadores das camaras, dele se queixaram os vereadores de Ponta-delgada, pelo que vieram sindicantes a saber do procedimento do corregedor, sendo por este motivo substituido em 1606.

Francisco Botelho, despachado em 7 de setembro de 1606, sendo o 1.º corregedor que veiu com beca e posse tomada na Relação do Porto.

Roque da Silveira, que tomou posse a 31 de outubro de 1607, vindo transferido de Guimarães.

Manuel Ferreira Delgado, que exerceu este cargo desde 1610.

João Correia de Mesquita, que tomou posse a 24 de setembro de 1611— desenvolveu muita actividade nas fortificações militares contra os corsarios que então infestavam estes mares. Por causa de uma eleição de almotacé, em Angra, em que houve alevantamento do povo, mandou este corregedor prender o Juiz mais velho Lopo Gil Fagundes, que se vinha opondo á dita eleição,

dando isto em resultado ser dado por acabado o tempo ao corregedor e nomeado outro.

Manuel Correia Borba, natural do termo de Alcobaça, chegando á Terceira em outubro de 1618.

Pretendeu ampliar tanto as suas atribuições que inquietou os povos desta Ilha, que constantemente agravaram os seus actos.

Pedro Vaz Freire, no ano de 1622 que, por causa das rixas que havia na Terceira entre dois bandos politicos, foi chamado a Madrid com outros altos funcionarios em 1624; era um politico exaltado e incapaz de se colocar na imparcialidade, como exigia o seu cargo.

Francisco de Carnide, que tomou posse do cargo a 5 de maio de 1626, que em 1624 fora mandado por El-Rei para sindicar das desavenças entre o governador do Castelo, D. Pedro Estevam d'Avila, e os moradores da cidade.

Fernão Gameiro Massão, que exerceu a correição em 1631.

Diogo Marchão Temudo, por provisão de 6 de março de 1634, e parece que tão bem se houve neste cargo que El-Rei o promoveu a Desembargador do Paço.

Dr. Diogo Botelho, por provisão de 6 de maio de 1640, que servia de Juiz do crime na Côrte; tomando posse a 20 de maio deste ano, morreu a 9 de outubro do mesmo ano, enterrando-se no alpendre da Sé, de degraus a dentro.

Desembargador Manuel Ferreira Delgado, provido a 9 de abril de 1641; assistiu ao movimento em Angra da rendição dos castelhanos.

Gaspar Mousinho Borba, com regimento de 7 de março de 1642, veiu aos Açores com o unico fim de conhecer da nova moeda e sua cunhagem em todas as Ilhas, excepto em S. Miguel.

Licenciado Antonio Raposo, provido em 7 de abril de 1644. De genio aspero e revoltoso e pouco sabedor do seu oficio, teve graves desinteligencias, sendo por vezes repreendido.

Desembargador Diogo Ribeiro de Macedo, extraordinario, por Carta d'El-Rei de 22 de junho de 1646, veiu aos Açores e Madeira tomar conta pelos livros das Alfandegas e devassar do procedimento dos oficiais e provedor das Alfandegas.

Depois deste e no mesmo fim veiu Manuel Teixeira d'Azevedo.

Sebastião d'Abreu Serrão, tomando posse a 21 de maio de 1648, que procedeu no seu oficio com muita rectidão, nada constando em seu desabono.

Francisco Soares d'Almeida, tomando posse a 26 de maio de 1651; dele determinou El-Rei por decreto lavrado no dia seguinte—«que tudo o que ele de novo resolvesse em contrario do que se achava disposto, não tinha vigor».

Dr. Gaspar Pinto de Sousa, tomou posse a 12 de junho de 1655, fidalgo tão presumido e vaidoso da sua nobreza que dizia:—«que quando o picassem lançaria de si sangue real».

Licenciado André Lopes Pinto, que deixara o cargo de provedor na cidade de Elvas, chegando ás Ilhas em julho de 1659.

Domingos Pereira da Silva, auditor da guerra no Alentejo, de onde era natural, chegou em junho de 1662, procedendo com justiça e pacientemente em seu oficio.

Bento Casado Jacome, auditor de guerra no Alemtejo, provido em 16 de setembro de 1666. Foi grande defensor da jurisdição real, sendo honesto e honrado.

Francisco d'Ataide, que veiu no ano seguinte 1667, tão zeloso das cousas reais que entrando nas casas da Camara repreendia os abusos e relaxações que encontrava.

Manuel Bicudo Delgado de Mendonça, natural da Ilha de S. Miguel, provido no ano de 1670.

Foi um dos mais sabedores do seu oficio, sendo depois transferido para o Desembargo dos Agravos em Lisboa.

José Galvão de Lacerda, cavaleiro da ordem de Cristo e alcaide-mór do Barreiro, corregedor de Leiria. Tomou posse a 17 de agosto de 1675.

Era bastante versado no seu oficio, prudente e tão compadecido da pobreza que muitas vezes condenava os pobres em Padre Nossos e Ave-Marias.

Terminado o trienio foi para o Reino, sendo mais tarde feito desembargador do Paço. Mandou plantar amoreiras para o Bicho de seda em todo os Açores.

Luiz da Cunha de Toar, cavaleiro do habito de Cristo, tomou posse a 27 de agosto de 1678; menos experimentado e prudente que o antecessor.

Encarregado por El-Rei de sindicar os actos de algumas pessoas, procedeu com certos odios. Não terminou o trienio.

Luiz Matoso Soares, que em 1680 veiu substituir o antecessor, com recomendação de indagar sobre o procedimento do ministro da Alfandega; procedeu com certa rispidêz no desempenho do seu cargo.

Simão da Costa Estacio, natural de Castelo Branco tomou posse a 3 de setembro de 1684.

Manuel Ferreira da Silva, com provisão de 12 de fevereiro de 1687, chamado o trovão da justiça, por umas contendas que teve em Angra com Francisco Guerreiro.

Trouxe provisão de se demorar em S. Miguel mais 3 meses além do tempo que a lei lhe prescrevia.

João Soares Barbudo, no ano de 1691. Homem probo e inteligente em materias do seu oficio.

José Gomes d'Azevedo, tomou posse a 27 de maio de 1694.

Dr. Francisco Cordeiro da Silva, provido a 20 de Junho de 1700, que teve rijas questões com o rico proprietario de Angra Francisco de Sá Salazar.

Dr. João Teixeira Loureiro, que serviu no ano 1705.

Dr. Pedro de Melo Alvim, provido a 26 de junho de 1706.

Paulino Ribeiro, no ano de 1712, tendo graves desinteligencias com o capitão-mór da Praia, Mateus Homem Borges, que agravadon dele obteve provimento.

Dr. Francisco da Silva Coimbra, por provimento de

15 de abril de 1717, exercendo com dignidade este cargo, não tendo indisposição alguma; teve no entanto uma gravissima pendencia com o provedor dos residuos João de Betencourt, que obteve sentença favoravel do Corregedor.

Verissimo de Mondonça Manuel, por provimento de de 23 de Janeiro de 1721, que teve premissão de se demorar em S. Miguel mais 6 mêses, pelo muito que tinha que fazer.

Foi suspenso do oficio por causa de uma eleição de Juiz ordinario.

Dr. Braz Ferreira, provido a 6 de setembro de 1725.

Dr. Felipe Ribeiro da Silva, tomou posse a 20 de fevereiro de 1734.

João Alvares de Carvalho, no ano de 1745.

Joaquim Alvares Moniz, no ano de 1750.

Pedro Fernandes Marçal de Magalhães, tomou posse a 12 de janeiro de 1756.

Dr. Henrique Henriques Quaresma d'Almeida, despachádo a 3 de maio de 1760, que prendeu os Jesuitas por ordem do Marquês e os fez embarcar, falecendo em Ponta-delgada, quando em correição.

Dr. Manuel de Matos Pinto, tomou posse a 29 de setembro de 1761.

Dr. Antonio de Mesquita Moura, que serviu interinamente desde 1761, tomando posse do logar como efectivo a 15 de outubro de 1763.

Corregedores só na parte d'Angra:

Alexandre de Proença, no ano de 1766, falecendo em Ponta-delgada, em serviços de correição no dia 6 de julho de 1770.

Henrique José da Silva Quintanilha, nomeado interinamente a 29 de julho de 1779.

Dr. Joaquim Gomes Teixeira, tomou posse a 23 de março de 1780. Teve desinteligencias com o bispo D. João Marcelino, por impedir que o meirinho eclesiastico usasse vara branca.

Dr. João Xavier da Costa Cardoso, no ano 1783.

Estevam Machado de Toledo, no ano de 1785, que se tornou celebre pela sentença que deu contra os dizimeiros pelo abuso na cobrança dos impostos dos animais.

Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, no ano de 1793, que casou com uma filha do Governador Diniz Gregorio de Melo.

Luiz de Moura Furtado, que era juiz de fóra em Angra; tomou posse a 23 de maio de 1795.

José Acurcio das Neves, que serviu no ano de 1799.

José Pegado d'Azevedo e Melo, que era Juiz de fóra em Angra; tomou posse a 24 de dez. de 1802. Foi encarregado de proceder ao inquerito sobre a produção de cereais na Ilha de S. Miguel no ano 1805.

Dr. Francisco Manuel Pais de Sande e Castro, tomou posse a 9 de maio de 1806, magistrado recto e inteligente e como tal serviu o cargo 2 trienios.

Bacharel João José Bernardes Madureira, tomou posse a 22 de maio de 1813.

João Bernardo Rebelo Borges, no ano de 1820. Era natural de San Miguel e foi membro do Governo provisorio juntamente com o deão José Maria de Betencourt e Lemos e o Governador do Castelo Caetano Paulo Xavier em 1821.

José Joaquim Cordeiro, que foi despachado em 1821 e que coadjuvou o desembargador José Firmino da Silva Giraldes Quelhas na sindicancia ao deão, e Governador do Castelo.

José Diogo da Fonseca Pereira, no ano de 1823, magistrado recto e sem pendencia para qualquer dos partidos politicos, chegando a ser sindicado por parcialidade por não querer sencionar os actos do general Stoch quando lhe pareciam exorbitantes; veiu com Stoch quando este veiu pela segunda vez.

Pôs em liberdade muitos dos presos constitucionais, o que não agradou a Stoch.

João José Diogo da Fonseca, era-o em 1828 e foi o que deu busca á casa de D. Maria Candida de Beten-

court consorte de José Teodosio, que estava ausente, a ver se lá se encontravam alojados alguns realistas.

Francisco José Pacheco, tomou posse a 29 de nov. de 1827, que logo se anunciou com perseguições dos delinquentes, sendo naturalmente rispido e desagradavel para as partes, e que se escusou de fazer parte do Governo proviaorio; veiu para San Miguel e aí mandou a Junta de Angra suspende-lo dos seus oficios, mas os micaelenses não a reconheciam. Servia então em Angra de corregedor, Dr. João José da Cunha Ferraz.

José Jacinto Valente Farinha, corregedor interno em 1828.

Corregedores só de San Miguel:

Dr. José Antonio Pinto Donas Bota, era já em 1768 até 1771.

Dr. Valerio José, em 1772.

Dr. Antonio Filipe de Bulhões da Cunha, em 1779 e ainda em 1784, exercia o oficio de corregedor; recebeu ordem do governo para embarcar para Lisboa dois terços do trigo que os rendeiros do Marquês da Ribeira-grande pagava das suas terras, o que por vezes produziu alevantamento do povo.

Dr. Antonio José Ribeiro, era-o já em 1786. Recebeu ordem no mesmo sentido e autorizou a exportação de trigo e mais cereais a todos os cultivadores.

Dr. Antonio Luiz Borges Rebelo da Silveira, ano de 1790; exerceu novamente o oficio em 1808.

Falecendo um ano depois substituiu-o interinamente o Juiz de fóra de Ponta-delgada, Dr. Roque.

Dr. José Rodrigues Ribeiro Cesar, era-o já no ano de 1800.

Dr. Lourenço de Mesquita Pimentel Souto Maior e Castro, em 1805.

Dr. Roque Francisco Furtado de Melo, Juiz de fóra em Ponta-delgada e corregedor interino em San Miguel 1810 e serviu até 1813.

Dr. João José da Veiga, 1814, serviu até 1819.

Dr. Antonio Carlos Borges Pereira Ferraz, em 1819.

Dr. Francisco Luiz Antão Coelho, em 1824 e ainda era em 1829.

Dr. José Maria da Veiga Cabral, em 1830, no tempo de D. Miguel.

Dr. Mateus Antonio Pereira da Silva, em 1831.

II

Governo Eclesiastico dos Açores e seus Bispos

O governo eclesiastico dos Açores pertenceu desde as primeiras colonizações á Ordem Militar de Cristo, de que era então Gran Mestre o Infante D. Henrique.

Por tal motivo, era o D. Prior de Tomar quem mandava, com premissão d'El-Rei, não só Padres, como tambem Bispos titulares visitar estas Ilhas e exercer os poderes da sua Ordem.

Por Bula porém de 12 de junho de 1514 foi criado um Bispado na Ilha Madeira, com séde no Funchal, e que estendia a sua jurisdição a todas as Ilhas do Oceano, Costa d'Africa, India etc.; por tal razão passou o governo eclesiastico dos Açores para o novo Bispado do Funchal.

Pela Cedula Consistorial de 31 de janeiro de 1533 do Papa Clemente VII, foi o Bispado do Funchal elevado a Arcebispado, com quatro Bispados sufraganeos:— S. Tiago de Cabo Verde, S. Tomé, Goa e S. Miguel, nos Açores, mas a morte deste Papa neste mesmo ano anulou provavelmente os efeitos desta Cedula, pois que a Bula de 3 de novembro de 1534 do Papa Paulo III, criou o Bispado dos Açores na Ilha de S. Miguel, na parte chamada Angra e Igreja de S. Salvador.

Houve evidentemente confusão de nomes das Ilhas, mas por tal Bula ficou o Governo Eclesiastico dos Açores com seu Bispo proprio e assento na cidade d'Angra da Ilha Terceiro, e foram seus Bispos:

D. Agostinho Ribeiro, filho de Martim Ribeiro, escrivão da Casa da India e D. Maria de Carvalho; nasceu em Lisboa, foi vigario na Ilha do Corvo, Geral dos Conegos Seculares de S. João Evangelista e Reitor da Universidade de Coimbra.

Foi confirmado Bispo dos Açores por Bula do Papa Paulo III de 3 de novembro de 1534; foi depois transferido Para o Bispado de Lamego, falecendo em 1549, estando sepultado na Igreja Velha do Convento de Xabregas.

D. Rodrigo Pinheiro, filho de D. Diogo Pinheiro, Bispo do Funchal, Dr. em Direito Civil e Canonico pela Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Conselho Ceral do Santo Oficio, foi Governador da Casa do Civel em Lisboa e eleito Bispo dos Açores por Bula do Papa Paulo III, de 24 de setembro de 1540, sendo transferido para o Bispado do Porto por Bula do Papa Julio III de 24 de agosto de 1552, sem nunca ter vindo aos Açores, tendo mandado em seu logar o Bispo de Lora D. Baltazar d'Evora, que mandou executar o registo paroquial de baptisados, casamentos e obitos.

Morreu em 1572 sendo enterrado na Sé do Porto.

D. Fr. Jorge de Santiago, Laureado em Teologia pela Universidade de Paris, Inquisidor da Mesa da Inquisição de Lisboa. Eleito Bispo dos Açores foi confirmado por Bula de 24 de agosto de 1552, celebrando um sinodo na Sé d'Angra, pela festa do Espirito Santo, em 4 de maio de 1559.

Faleceu em 24 de outubro de 1561, sendo sepultado na capela-mór da Sé d'Angra.

D. Manuel d'Almada, filho de Gil Alvares e Isabel d'Almada, pessoas de nobreza; nasceu em Lisboa, doutorou-se em Canones e foi Desembargador dos agravos e Chantre da Sé de Lisboa.

Em 1564 já estava de posse do Bispado d'Angra, renunciando-o a 26 de setembro de 1567, talvez para poder desempenhar o cargo de Governador da Relação do Porto, para que foi nomeado. Faleceu em Lisboa, onde se sepultou na respectiva Sé.

D. Nuno Alvares Pereira, Doutor em Canones, exerceu o logar de visitador do Arcebispado de Lisboa, como tambem o desempenhou no Bispado dos Açores em 1542.

Eleito Bispo d'Angra no ano de 1568 pela renuncia que havia feito o seu antecessor, faleceu a 20 de agos-

to de 1570, sendo sepultado na Capela-mór da Sé de Angra.

D. Gaspar de Faria, filho de Sebastião de Faria, da cidade de Barcelos, Doutor em Canones e Vigario Geral do Arcebispado de Lisboa.

Eleito Bispo d'Angra entrou em sua Diocese no ano de 1572, falecendo repentinamente na Sé a 19 de março de 1576, sendo ali sepultado.

D. Pedro de Castilho, filho de Diogo de Castilho e D. Isabel Ilharco, Mestre em Artes e Licenciado em Canones pela Universidade de Coimbra, Prior na Igreja de S. Salvador em Ilhavo, Deputado do Santo Oficio da Inquisição de Coimbra e visitador da mesma Diocese.

Eleito Bispo dos Açores entrou em sua Diocese no ano 1578, e sendo um grande partidario de Filipe de Castela, prestou-lhe revelantes serviços nas lutas contra D. Antonio, Prior do Crato.

Foi depois transferido para o Bispado de Leiria, em 1585, resignando este logar para ocupar o de Inquisidor Geral do Reino e Prior da Insigne Colegiada de Guimarães. Pertenceu ao Conselho de Estado, foi Presidente do Paço, Esmoler-mór e por duas vezes Vice-Rei do Reino.

Faleceu a 31 de março de 1613 sepultando-se na Igreja de S. Domingos em Lisboa.

D. Manuel de Gouveia, filho de Martim Lourenço e Brites Alvares, natural da Vila de Gouveia, ao pé da Serra da Estrela.

Eleito Bispo dos Açores veiu para a sua Diocese pelo ano de 1585, e sendo transferido para Portalegre não tomou conta desta nova Diocese por falecer em Angra em 1597, sepultando-se na Sé.

D. Jeronimo Teixeira Cabral, filho do Desembargador Francisco Teixeira e Brites Cabral de Bretiande, pessoas de reconhecida nobreza, Licenciado em Canones pela Universidade de Coimbra, foi Conego da Sé de Lisboa e Inquisidor em Evora.

Reformou varios abusos, como o de proibir que o padre na missa e na ocasião da oblata descesse por en-

tre o povo a tirar esmola, e proibiu os bailes e folias nas Igrejas.

Eleito Bispo de Angra entrou em sua Diocese em 1600, sendo transferido depois para a de Miranda onde morreu em 1610.

D. Agostinho Ribeiro, natural da Baía, Brasil, Doutor em Teologia, Conego Magistral da Metropolitana de Lisboa, Bispo de Ceuta, foi provido em Angra por Alvará de 12 de junho de 1614, falecendo a 12 de julho de 1621, sepultando-se na Sé de Angra.

D. Pedro da Costa, natural da cidade do Porto, Doutor em Teologia e Catedratico na mesma faculdade e Conego magistral de Evora.

Eleito Bispo dos Açores chegou á sua Diocese a 24 de agosto de 1623, falecendo em Ponta-degada a 9 de setembro de 1625, sepultando-se na Matriz de S. Sebastião.

D. João Pimenta d'Abreu, filho de Salvador de Barros d'Abreu e Isabel Pimenta, pessoas de nobreza, natural da Vila da Ponte da Barca, Doutor em Teologia e Conego Magistral da Sé de Lamego, Braga e Coimbrò, e Chantre nesta ultima.

Eleito Bispo de Angra entrou em sua Diocese a 19 de abril de 1626, falecendo em S. Miguel a 28 de dezembro de 1632 sepultando-se na Matriz de S. Sebastião de Ponta-delgada.

D. Fr. Antonio da Ressurreição, filho de João Lopes Soares e Maria Ferdandes, natural de Lisboa, da Ordem de S. Domingos, Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra.

Eleito Bispo de Angra e sagrado a 10 de julho de 1635 na Igreja de S. Braz de Lisboa, entrou em Angra a 27 deste mesmo mês e ano, falecendo na Vila da Lagoa a 8 de abril de 1637, onde se enterrou.

Conta-se que anos depois foi o seu corpo trasladado para o Mosteiro da Conceição, encontrando-se ainda incorrupto.

Fr. Pedro de Sousa, eleito Bispo dos Açores em 1654, falecendo antes da sagração.

D. Fr. Lourenço de Castro, filho de Pedro de

Castro, Provedor da Alfandega de Lisboa e D. Lourença da Costa, natural de Lisboa, da Ordem de S. Domingos, Doutor em Teologia.

Eleito Bispo de Angra, entrou em sua Diocese a 11 de novembro de 1671, sendo transferido para Miranda em 1681, onde faleceu aos 13 de agosto de 1684.

D. Frei João dos Prazeres, filho de Manuel da Costa Valadares e D. Paula de Lemos, natural da Guarda, religioso da Ordem dos Frades Menores, guardião em Coimbra, Provincial da Ordem e Lente da Universidade d'Evora.

Eleito Bispo dos Açores, foi confirmado por Bula de Inocencio XI, a 8 de março de 1682, falecendo em Angra no primeiro de fevereiro de 1685.

D. Fr. Clemente Vieira, filho de Domingos de Carvalho e Jeronima Malheiro; nasceu na Vila de Melres, foi religioso de S. Domingos e Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra.

Eleito Bispo d'Angra, entrou nesta cidade a 12 de ontubro de 1688, falecendo no convento de Nossa Senhora da Graça em Ponta-delgada, a 24 de setembro de 1692.

D. Antonio Vieira Leitão, filho de Manuel Vieira Leitão e Maria Pedrosa, nasceu em Lisboa, foi prior de Santo Estevão e Desembargador da Relação Eclesiastica.

Sagrado Bispo, veiu para Angra, chegando ali a 16 de agosto de 1694, falecendo na Vila das Velas na Ilha de S. Jorge a 22 de maio de 1714, enterrando-se na capela-mór do Mosteiro das Religiosas.

D. João Brito de Vasconcelos, filho de Manuel da Costa Soares e D. Catarina Tereza de Vasconcelos; nasceu em Lisboa, doutorando-se em Canones na Universidade de Coimbra.

Eleito Bispo para os Açores, tomou conta da sua diocese, falecendo a 30 de dezembro de 1718.

D. Manuel Alvares da Costa, Prior da Santa Justa de Lisboa, Desembargador da Relação Eclesiastica e Bispo de Pernambuque.

Provido para a Diocese de Angra em 1721, faceleu nesta cidade a 10 de janeiro de 1733, sepultando-se na Sé.

D. Fr. Valerio do Sacramento, filho de Francisco Rodrigues e Josefa Maria, nasceu em Lisboa, pertenceu á Ordem dos frades menores, vindo a ser guardião e provincial da sua Ordem.

Eleito Bispo dos Açores foi sagrado em outubro de 1738, entrando na sua Diocese a 3 de fevereiro de 1741. Renunciou a mitra em 1755, falecendo no Mosteiro de Santo Antonio de Campos de Sant'Ana.

Regulou as festividades e procissão do Santissimo e publicou pastorais reguladoras do serviço ecclesiastico.

D. Antonio Caetano da Rocha, Doutor e Lente da Faculdade de Canones na Universidade de Coimbra.

Apresentado Bispo por El-Rei D. Josè a 2 de outubro de 1755 e confirmado por Bula de 19 de julho de 1756 desembarcou em Angra a 21 de novembro de 1758. Viveu os ultimos seis anos da sua vida em S. Miguel, falecendo a 21 de junho de 1772, sepultando-se na Matriz de S. Sebastião.

D. Fr. João Marcelino dos Santos Homem Apricio, da Ordem de S. Tiago.

Eleito Bispo, chegou á sua Diocese a 15 de agosto de 1775. Faleceu em Ponta-delgada a 21 de maio de 1782, sepultando-se na Matriz desta cidade.

D. Fr. José d' Ave Maria Leite da Costa e Silva, filho de Manuel da Costa Leite e Barbara da Conceição, nasceu em Evora a 10 de fevereiro de 1727; pertenceu á Ordem da Santissima Trindade, Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Definidor e Provincial da Ordem.

Eleito Bispo dos Açores a 24 de agosto de 1782 e confirmado a 26 de dezembro do mesmo ano, foi sagrado em Lisboa a 25 de maio de 1782, falecendo no ano de 1798.

D. José Pegado d'Azevedo, da Congregação do Oratorio de S. Filipe de Nery.

Eleito Bispo dos Açores a 20 de junho e sagrado a 13 de novembro de 1801, deu entrada na Sé d'Angra a 15 de dezembro de 1802. Faleceu a 19 de Junho de 1812 no Convento da Graça em Ponta-delgada, onde residia, sendo enterrado na Matriz de S. Sebastião.

D. Alexandre José da Silva da Sagrada Familia, filho de José Ferreira da Silva e D. Antonia Margarida Garrett, natural da Ilha do Faial, nasceu a 22 de maio de 1737. Bacharelou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra, e pertenceu á Ordem dos Frades Menores. Foi Bispo de Malaca e eleito de Angola.

Eleito Bispo dos Açores em 17 de dezembro de 1812, faleceu a 22 de abril de 1818.

D. Manoel Niculou d'Almeida, filho de Francisco Caetano d'Almeida e Caetana Inacio da Conceição, nasceu em Vila-franca de Xira, a 25 de dezembro de 1761, doutorando-se em Teologia pela Universidade de Coimbra.

Eleito bispo dos Açores em 3 de maio de 1819, sendo confirmado por Bula de 29 de maio de 1820, faleceu em Lisboa a 11 de dezembro de 1825. Foi politico absolutista amigo de Stoch; sendo preso e levado a Lisboa depois da revolta constitucional em 1821.

D. Fr. Estevãm de Jesus Maria da Costa, nasceu em Mafra em 1786, da Ordem dos Frades Menores, Comendador de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima.

Eleito bispo de Meliapor a 24 de junho de 1825, foi transferido para Angra a 8 de agosto de 1827, falecendo a 28 de julho de 1870, sepultando-se na Sé d'Angra.

D. João Maria Ferreira do Amaral e Pimentel, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, eleito em 1871, veiu em 20 de agosto de 1872 e morreu a 27 de janeiro de 1889, sepultando-se no cemiterio d'Angra em campa por ele benta.

D. Francisco Maria de Sousa do Prado Lacerda, Prior da Charneca, foi eleito Bispo de Nilopolis e coadjutor de D. João Maria desde 14 de fevereiro de 1886.

Em 6 de fevereiro de 1889 tomou posse, e morreu em 1891 na Chamusca.

D. Francisco José de Vieira e Brito, Bacharel em Direito; tomou posse em abril de 1892, sendo transferido para o Bispado de Lamego em 1902.

D. José Manuel ne Carvalho, Bacharel em Direito, transferido de Macau para Angra. Tomou posse a

16 de agosto de 1902 fazendo entrada solene a 11 de novembro do mesmo ano. Começou a visitar S. Miguel, e morreu em Angra a 25 de abril de 1904.

D. José Correia Cardoso Monteiro, Bacharel em Teologia. Fez entrada solene em Angra a 26 de julho de 1905.

Faleceu na mesma cidado a 20 de junho de 1910.

D. Manuel Damasceno da Costa, natural da Covilhã, Bacharel formado em Teologia. Nomeado Bispo por Bula Pontificia de 2 de agosto 1914, entrou em Angra a 11 de 4 de 1915, falecendo na mesma cidade a 27 de agosto de 1922.

II

Governo geral dos Açores, dominio hispanhol, restauração, Governadores e Açoreanos ilustres.

O abandono a que haviam os capitães-donatarios votado as suas Ilhas, entregando-as a seus Ouvidores e limitando-se a receberem os proventos que a lei ao tempo autorizava, dificultou a pouco e pouco a vida economica, administrativa e civil das Ilhas dos Açores. Depois, as intrigas e rixas entre o pessoal do Capitão e o do Eclesiastico e d'El-Rei, mais dificultaram e tornaram caotica engrenagem do governo Açoreano, e assim á morte do cardeal D. Henrique, desagregadas e sem união, as Ilhas seguiram uma politica diferente, aclamando umas D. Antonio, Prior do Crato, ao passo que outras enviavam a sua submissão ao Rei de Castela.

Neste desconcerto, envia El-Rei D. Felipe depois de aclamado em Portugal, como Governador-geral dos Açores com o fim de restabelecer a ordem e unificar a politica

AMBROSIO D'AGUIAR COUTINHO, que havia sido capitão-mór da armada de D. Sebastião na India, preso na batalha de Alcacer-Kibir, resgatado depois do cativeiro, capitão da fortaleza de Setubal, onde o prenderam por mandado de D. Antonio por não querer seguir o seu partido, sendo posto em liberdade depois da derrota deste em Alcantara.

Em recompensa de tantos serviços fê-lo El-Rei D. Felipe Governador e Capitão-mór das Ilhas dos Açores, para onde partiu a 20 de abril de 1581, fazendo desembarcar em Ponta-delgada, Jacome Roiz Tibau, seu Veador, afim de notificar a missão de que vinha encarregado. Nessa noite, soprando rijo o vento, teve o navio de

se pôr ao largo da costa, indo ter á Ilha Terceira onde mandou o Governador notificar os de terra da sua estada e missão, não o atendendo por ser a grande maioria dos terceirenses do partido de D. Antonio.

De volta a S. Miguel, desembarcou com as honras devidas á sua alta posição e em Ponta-delgada estabeleceu a séde do governo por parte D. Felipe.

Com o fim, porém, de unificar a politica Açoreana, e fazer reconhecer em todas as Ilhas o governo de D. Felipe, enviou a Angra depois da sua chegada a S. Miguel, como seu comissionado o

Rev.º Manuel Gonçalves, arcediago da Sé d'Angra e que na Ilha de S. Miguel se encontrava com o Bispo D. Pedro de Castilho, em visita pastoral, que não chegou a desembarcar por a isso se oporem os terceirenses, acerrimos defensores da pretensão de D. Antonio.

Mais tarde e com o mesmo fim enviou novamente a Angra

Fernão de Macedo, das mais ilustres familias micaelenses, e que se havia evidenciado muito como partidario de D. Antonio antes da chegada do governador Ambrosio Aguiar Coutinho, mudando de politica então. Por este motivo foi escolhido para ir a Angra e tentar novamente domover os politicos de D. Antonio, e até, segundo se disse, tentar contra a vida do Corregedor Ciprião de Figueiredo, que como Governador, em nome de D. Antonio administrava a Ilha.

Conhecido porém o intuito deste novo embaixador, fizeram-no voltar a S. Miguel sem que tivesse conseguido nenhum dos seus intuitos.

Assim continuaram os Açores divididos em duas facções, uma tendo como governador, em nome de D. Felipe, a Antonio d'Aguiar Coutinho, com séde em Ponta-delgada, e outra tendo como governador Ciprião de Figueiredo e Vasconcelos em nome de D. Antonio, com séde em Angra.

BATALHA EA SALGA. A 5 de julho de 1581 chega á Ilha Terceira uma armada de El-Rei D. Felipe sob o comando de D. Pedro de Valdez, que em Ponta-delgada recebera do Governador Ambrosio d'Aguiar Coutinho

todas as informações do estado em que se encontrava aquela Ilha.

Na ante-madrugada do dia seguinte ordenou D. Pedro de Valdez um desembarque de tropas na baía da Salga, travando-se aí um renhido combate em que ficaram victoriosos os terceirenses auxiliados por uma manada de gado bravo que soltaram sobre os invasores.

Notabilizaram-se nesta batalha além do Governador Ciprião de Figueiredo, sempre incansavel na defesa dos direitos de D. Antonio:

Fr. Pedro, religioso de Santo Agostinho que lembrou ao governador Ciprião de Figueiredo se aproveitasse dos touros que proximo da Baía da Salga pastavam e os lançasse sobre os inimigos, e que tão bons resultados deu.

Gonçalo Eanes Machado, que com mais de 60 anos, vendo cair morto nesta batalha um seu filho, empunhou a lança e atirando-se aos castelhanos causou-lhes serios destroços, vindo a cair morto, sufocado pelo numero de inimigos que o rodearam.

Antonio Gonçalves, que insultado vilmente na sua honra pelos castelhanos, respondeu-lhes com o seu arcabuz gritando-lhes em altas vezes: —«Não quero ser por vós enxovalhado».

MANUEL DA SILVA, Conde de Torres Novas, que como logar-tenente de D. Antonio e assim na qualidade de Governador, desembarcou em Angra em fevereiro de 1582 com honras de pessoa real, recebendo os cumprimentos de todas as autoridades e do proprio Ciprião de Figueiredo.

Iniciou o seu governo que foi mau e contraproducente com a criação da *casa da suplicação do civel e crime, mesa do desembargo do Paço, mesa da consciencia, Chancelaria-mór com escrivães e meirinhos da Corte, casa da moeda*, onde se cunhou oiro, prata e cobre.

Desenrola-se então uma serie de perseguições e vexames, que dia a dia se assentuou o descontentamento do povo contra tal governador. Assim

João de Betencourt, fidalgo d'Angra, que a 29 de setembro de 1580 e após a chegada de uma nau das In-

dias, que supôs vir de Portugal com noticias da aclamação de D. Felipe, saiu ás ruas da cidade dando vivas a este rei, o que amotinou o povo, vindo a ser preso pelo alcaide de Angra, Diogo Lemos de Faria. Foi morto por ordem do Conde Manuel da Silva.

Estacio Figueiras, cirurgião de Angra, preso por ser partidario de Felipe de Castela e depois perdoado pelo Conde Manuel da Silva, se foi a este com muitos agradecimentos e porque não deu nessa ocasião o titulo de Rei a D. Antonio, o mandou novamente prender e açoitar. Mais tarde e estando na Ilha Terceira D. Antonio ao saber deste caso perdoou ao cirurgião e disse ao seu logar tenente:—«Vós Manuel da Silva não quereis ser Conde nem que eu seja Rei, porque primeiro eu fui senhor D. Antonio que Rei D. Antonio.

A desorientação era então grande.

Estevão Ferreira e seu genro *Pedro de Castro*, nobres de Angra, que foram da Ilha Terceira a Portugal afim de prestar obediencia a D. Antonio, sendo presos em Lisboa ao ser D. Antonio derrotado pelo Conde de Alba.

Na prisão, porém, comprometeram-se a fazer render a Ilha Terceira ao dominio de D. Felipe e soltos com esta promessa chegaram a Angra sendo repelida tal proposta e por tal motivo os prenderam e enviaram a França onde então estava D. Antonio que tudo lhes perdoou. Mas uma vez soltos e perdoados regressaram a Lisboa e apresentando-se do novo ao governo de El-Rei D. Felipe, este os agraciou com o Habito de Cristo.

João Dias Carvalhal, genro de Estevam Ferreira, no intuito de salvar seu sogro, apresenta-se ao Conde Manuel da Silva pedindo lhe concedesse licença de ir a França solicitar de D. Antonio o seu perdão; alcançada a licença apresenta-se ao governo de D. Felipe solicitando o perdão para seu sogro.

Tal era pois a desorientação que então lavrava nos Açores e principalmente na Ilha Terceira.

BATALHA NAVAL EM FRENTE DE PONTA DELGADA. A 23 de maio de 1582, trava-se em frente de Ponta-delgada um aguerrido combate entre a armada de

D. Felipe que sob o comando de Pero Peixoto da Silva ha dias se achava ancorada neste porto e uma armada francêsa comandada por Mr. de Landroi que em nome de D. Antonio vinha defender os seus direitos e render á sua obediencia a Ilha de S. Miguel.

Durou muitas horas seguidas este combate, terminando pela victoria das armas Filipinas e acolhendo-se á Ilha Terceira a esquadra francêsa com 150 baixas entre as quais a do capitão-almirante Mr. de Lacre ou de Tuy que foi enterrado na Igreja de S. Francisco d'Angra.

Distinguiram-se neste combate entre outros Açoreanos:

Manuel Cordeiro de Sampaio Benevides, juiz do mar em Ponta-delgada, que foi como capitão em uma nau inglêsa que estava surta no porto de Ponta-delgada para este combate, sendo recebido com grandes deferencias pelo comandante-geral Pero Peixoto da Silveira.

Antonio Benevides de Sousa, primo de Manuel Cordeiro, que se embarcou no mesmo navio; «foi tambem á Ilha de Santa Maria em socorro, quando estava tomada dos franceses, pelo que Sua Majestade o agraciou com o foro de fidalgo e a tensa de 15$000 por ano.

Ruy Vaz de Medeiros, capitão de infantaria, a quem foi dado o comando de um outro navio inglês, entrando no combate em defesa da Ilha.

Antonio Cordeiro Benevides, letrado de grandes esperanças, que morreu neste combate naval.

Bartolomeu Cabral, que ao entrar na nau de que era capitão Sebastião Gonçalves d'Alvelos disse em altas vozes:—«Já foi tempo em que os homens costumavam ir á Africa a ganhar comendas, agora me fez Deus mercê que as venha a ganhar nesta nau em serviço de Sua Majsetade». Recebeu-o o capitão com alvoroço, encarregando-o da gente da tolda, logar dos mais arriscados, peleijando com brio e valor, ficando aleijado e manco por ter apanhado com um pelouro duma bombarda num quadril.

Ainda assim quando D. Antonio veiu a esta Ilha com a sua armada, se levantou da cama ainda bastante doente e com feridas abertas, e montando a cavalo peleijou em defesa da Ilha.

Era cavaleiro fidalgo e tinha o Habito com tensa de 20$000 pelos muitos serviços que prestou á patria.

Ruy Gago da Camara, capitão-mór da Ribeira-grande que veiu com 200 dos seus soldados afim de impedir qualquer desembarque das tropas francêsas.

Capitão Nuno de Sousa, que sem licença do capitão-mór saiu com 600 homens pondo-se às ordens do Governador Ambrosio d'Aguiar Coutinho, que o recebeu amistosamente.

DESEMBARQUE DAS TROPAS DE D. ANTONIO EM S. MIGUEL E BATALHA NAVAL DE VILA FRANCA EM 1582. Por parte de El-Rei Felipe estava pois a Ilha de San Miguel defendida pelo mar por Pero Peixoto e em terra por D. Lourenço Cenoguera, ambos sob o comando geral do Governador Ambrosio de Aguiar Coutinho e por morte deste o que se deu a 5 de julho de 1582, de doença que vinha sofrendo, Martim Afonso de Melo, enteado daquele Governador, que para este cargo foi escolhido e eleito.

A 15 de julho deste ano chegou a esta Ilha D. Antonio com uma armada de 60 navios com 8.000 soldados sob o comando do capitão Felipe Strozzi, vindo por condestavel e geral do mar o Conde de Vimioso, que sem grande esforço procedeu ao desembarque no areal de Rosto de Cão, por não lhe poderem resistir nem no mar, pois apenas tinham uma pequena frota que para não ser tomada pelos inimigos a afundaram, nem por terra, onde muitos seguiam a politica de D. Antonio.

Desembarcou D. Antonio a 17 de julho, indo alojar-se nas casas de Jorge Nunes Botelho em S. Roque, passando depois para a de Amador da Costa, e tomou as vilas de Vila-franca, Ribeira-Grande e Agua de Pau, resistindo-lhe somente Ponta-delgada; D. Antonio pôs então em Vila-franca, como em cabeça, por Governador de toda a Ilha, Diogo Botelho, com tensão de ficar nela com este cargo, e assim fez-se aclamar Rei.

Tendo sabido porém Felipe de Castela que havia partido para os Açores uma esquadra francesa, afim de sustentar os direitos de D. Antonio, ordenou que saisse a que tinha em Sevilha, em socorro da sua pretenção, e a que estava em Lisboa, sob o comando de D. Alvaro

de Bazão, Marquês de S. Cruz trazendo por Mestre de Campo D. Lopo de Figueiredo e muitos fidalgos portugueses e Castelhanos, que saindo de Lisboa a 10 de julho de 1582, chegou a S. Miguel a 22 do mesmo mês, e tentando desembarcar no porto entre P. Garça e Ribeira das Tainhas, os não deixaram; a 27 deste mês chocaram-se as duas armadas em frente de Vila-franca, dando-se a mais terrivel batalha, em que ficaram mortos dos franceses 3.000, perdidas 14 naus e presos 300 franceses, e da armada espanhola 300 mortos e 300 feridos, morrendo o Conde de Vimioso, tendo no dia anterior saido para a Terceira D. Antonio a pedir mandassem prover de mantimentos a sua armada.

Mas derrotados os franceses, desembarcaram os vencedores em Vila-franca, mandando o Marquês de Santa Cruz fossem degolados na praça do Peloirinho da dita Vila 83 fidalgos, enforcados 150 franceses de baixa condição e 25 no mais alto logar do Ilheu; o Marquês dirijiu-se logo á matriz de Vila-franca, onde foi recebido com honras principescas, estando o Bispo D. Pedro de Leira, que viera de Ponta-delgada propositadamente para apresentar os seus cumprimentos ao vencedor.

Distinguiram-se nesta batalha:

Barão Jacome Correia, em casa de quem foi recebido Ambrosio d'Aguiar Coutinho.

Jordão Jacome Correia, mais conhecido por *Capitão Alexandre*, por assim o chamar D. João d'Austria, pelas suas valentias praticadas no tempo da guerra-naval contra o turco.

Era filho de Cristovão Dias Correia, e tinha o habito de S. Tiago com tensa de 200$000 que El-Rei Felipe lhe deu pelos seus muitos serviços, pagos aos quarteis na Alfandega de S. Miguel. Veiu de Portugal na companhia de Ambrosio d'Aguiar Coutinho, domiciliando-se em Vila-franca do Campo, sua terra natal; deram-lhe o posto de Capitão-mór das ordenanças, reformando-se por isso Pedro da Costa, já então muito velho. Tomou parte muito activa nas lutas entre D. Felipe e D. Antonio, indo a bordo depois da batalha naval em frente de Vila-franca pedir ao Marquês de Santa Cruz de quem era ami-

go não saqueasse a Vila, apesar dela se haver mostrado partidaria de D. Antonio.

Por morte de Ambrosio d'Aguiar Coutinho foi indigitado para Governador da Ilha, não sendo eleito por ser Martim Afonso de Melo enteado, de Governador falecido, afim de se não dizer que o povo desta Ilha se não dera bem com este governador. No entanto Martim Afonso de Melo chamou-o para junto de si como seu coadjutor e conselheiro.

Capitão Diogo Lopes Espinosa, dos Fenais, que juntamente com o Governador Ambrosio A. Coutinho, estacionou na Lagoa, onde julgava desembarcassem as tropas de D. Antonio, que depois da entrada deste se refugiou com sua mulher, ao ser saqueado os Fenais.

Lopo Anes Furtado, partidario de D. Antonio e que por essa razão foi processado dizendo-se que como capitão da ordenança miliciana de Vila-franca mandara disparar artilharia contra a armada de D. Felipe, sendo condenado a um ano de degredo para fóra da Vila, e apelando da sentença foi absolvido.

Foi loco-tenente do Governador Diogo Botelho, em Vila-franca, quando da entrada de D. Antonio.

Diogo Vaz Redovalo, natural da Ilha Terceira, que tinha vindo por capitão de uma nau na armada, combatendo contra D. Antonio no Galeão San Mateus, a quem El-Rei deu uma comenda com boa tensa.

Padre Antonio de Lira, Vigario de S. Miguel que seguiu D. Antonio e o foi cumprimentar com outros fidalgos a bordo quando estava ancorado na Lagoa.

Bartolomeu Nogueira, filho de Estevão Nogueira. homem grave, discreto e prudente que foi eleito procurador dos povos de San Miguel, de onde era natural, perante as Côrtes e neste empenho esteve em Lisboa; era capitão das milicias e com sua bandeira resistiu á entrada de D. Antonio nesta Ilha juntamente com o capitão Alexandre; visitou o Marquês de Santa Cruz a bordo do seu navio no porto de Vila-franca depois da memoravel batalha naval.

Aires Jacome Correia, que obteve certidão do Marquês de Santa Cruz, depois da batalha naval de Vila-franca, em que dizia que estava a monte na Ilha de San

Miguel durante a batalha naval, com vontade de se por ao serviço de Sua Majestade.

Aires Jacome tinha vindo com D. Antonio, mas adoecendo, ficou em terra quando da batalha de Vila-franca.

André Botelho Cabral, filho de Jorge Nunes Botelho, e Margarida Travassos, que viveu em Ponta-delgada e foi agraciado com o habito de Cristo com tensa, pelo esforço por ele praticado contra os franceses na defesa da Ilha por ocasião das lutas de D. Antonio.

João d'Arruda da Costa, filho de Pedro da Costa, capitão-mór das ordenanças de Vila-franca, sendo sargento-mór no tempo das lutas Antonianas, nas quais entrou activamente a favor de Felipe de Castela.

Pela saída para junto do capitão-general, do capitão Alexandre, foi eleito capitão-mór, logar que desempenhou até á morte.

Jeronimo d'Araujo, de Vila-franca, em casa de quem foi descançar o Marquês de Santa Cruz depois da batalha naval em frente de Vila-franca.

CHEGADA DE D. ANTONIO A ANGRA E DAS ESQUADRAS DE DU CHASTRE E DO MARQUÊS DE SANTA CRUZ. RENDIÇÃO DA ILHA. Em Angra foi D. Antonio recebido com todas as honras reais, visitou as fortificações e inteirou-se da situação da Ilha e recebeu a noticia da derrota da esquadra francesa. Em fim de agosto de 1582 chegava tambem á baía d'Angra a victoriosa esquadra do Marquês de Santa Cruz que sendo repelida velejou para Lisboa.

Pouco tempo depois tambem seguiu D. Antonio para França, levando consigo o seu particular amigo Ciprião Figueiredo de Vasconcelos, a solicitar uma nova esquadra para defender os seus direitos, deixando na Ilha o Conde Manuel da Silva que continuou no seu governo despotico e tirano.

Em 11 de junho de 1583 ancora na baía d'Angra efectivamente uma nova esquadra francesa composta de 8 navios sob o comando de Du Chastre que Henrique 3.º de França enviava a pedido de D. Antonio sendo recebida por toda a Ilha com regosijo; porém, o Conde Manuel da Silva esforçou-se sempre por diminuir a importancia deste Comandante.

Em 23 de julho de 1583 chegava a Angra uma nova esquadra de El-Rei D. Felipe sob o camando do Marquês de Santa Cruz que depois de ter tomado reforços em Ponta-delgada e frustado todas as tentativas de, por bem, submeter a Ilha Terceira á obediencia, a atacou de assalto no dia 26 daquele mês, submetendo-a. O Conde Manuel da Silva abandonado de todos pelo seu mau governo andou a monte até ser descoberto por uma mulata,sendo preso e depois de varios maus tratos decapitado com a sua propria espada.

Du Chastre a 14 de agosto, por composição com o Marquês de Santa Cruz, embarcou-se com sua gente para França, deixando assim reduzida a Ilha Terceira á obediencia de El-Rei D. Felipe.

Distinguiram-se:

Fernão Torvão, um dos mais nobres fidalgos de Angra, grande partidario de D. Antonio, que foi decapitado.

Antonio Metela d'Azevedo, alferes-mór da cidade de Angra e tambem partidario de D. Antonio; foi decapitado.

De Angra mandou o Marquês de Santa Cruz uma esquadra afim de fazer render a Ilha do Faial e as mais Ilhas de baixo que ainda estavam por D. Antonio, e nela embarcaram entre outros:

Gonçalo Pereira, homem nobre da Ilha do Faial, antigo partidario de D. Antonio e que dele tinha recebido o Habito de Cristo.

Gaspar Gonçalves Utra, capitão-mór do Faial, que ao tempo se encontrava em Angra e se obrigou a fazer render o Faial sem lutas; mas, chegando, porém, a esquadra ao Faial não quis a gente de terra acreditar na rendição da Terceira e então desembarcando estes dois ilustres filhos daquela Ilha para lhes certificar do sucedido, os mataram, pelo que se procedeu imediatamente a um desembarque de tropas sendo tomada a Ilha sem grande esforço.

A victoria assim das armas hespanholas nos Açores deu o golpe decisivo na pretenção de D. Antonio, Prior do Crato, e modificou radicalmente o governo do Arquipélago, pois que concentrou a parte politica, civil e

militar num só funcionario, com o nome de *Governador-geral* e com sede na cidade de Angra.

Foram seus Governadores:

D. ALVARO DE BAZAN (Marquês de Santa Cruz). Escolhido por D. Felipe II de Hespanha e I de Portugal, comandou a esquadra, que pôs em respeito as Ilhas Terceiras, que se conservavam fieis a D. Antonio, e depois da derrota que infligiu aos inimigos, e pacificado o espirito popular, á custa de muito sangue, proclamou Felipe de Espanha Rei de Portugal em todas as Ilhas.

Organizou então as Ilhas administrativa, judicial e militarmente, nomeou Corregedor o Desembargador Cristovam Soares d'Albergaria, que o acompanhara sempre durante as lutas que então se travaram nos Açores; elegeu oficiais para as Camaras, segundo as Ordenações, e para o Governo militar nomeou D. João d'Urbina com o nome de Governador geral, a quem todas as outras autoridades deviam obediencia, e em seguida embarcou-se para a Europa com sua esquadra.

D. JOÃO D'URBINA. Continuou o programa encetado por D. Alvaro de Bazan de reduzir as Ilhas á obediencia de D. Felipe, pelo terror e pela força. Para tal criou o tribunal da justiça em Angra, do qual era presidente, e que julgava sem agravo nem apelação, chamando a ele todos os partidarios de D. Antonio e todos os que se lhe não curvavam respeitosos.

Em 1591 foi substituido no governo por:

D. ANTONIO DE LA PUEBLA. Era um antigo militar e homem experimentado nos negocios administrativos.

Um dos seus primeiros actos foi a construção de alojamentos para os soldados que então viviam aquartelados por diversas casas da cidade. Para tanto escolheu o Monte Brazil que lhe pareceu mais favoravel a uma fortificação, obtendo para isso um emprestimo das Camaras da Ilha Terceira.

Pouco tempo depois de fundado o Castelo, a que deu o nome de S. Felipe do Monte Brazil, faleceu no ano de 1594, sendo substituido no governo por

D. ANTONIO SENTONO, Cavaleiro da Ordem de

S. João, que no mesmo ano tomou posse do Governo e continuou na construção do Castelo.

Era de genio altivo e irrascivel, metendo-se em todos os negocios administrativos e até nas proprias deliberações das Camaras. Contra ele se queixaram os moradores das Ilhas, principalmente os da Ilha Terceira por intermedio do Marquês de Castelo Melhor, ao tempo capitão-donatario da mesma Ilha, sendo por tal facto repreendido por Carta Regia de 7 de junho de 1597, recomendando-se-lhe não se metesse nos negocios das Camaras nem nos do Corregedor. Mas continuando este Governador no seu procedimento altivo e insolente novamente reclamaram perante El-Rei por intremedio do mesmo Capitão que então era Vice-Rei de Portugal, sendo nesta ocasião substituido no Governo em 1604 por

DIOGO DE MIRANDA QUEIRÓS, que então veiu com outro Regimento e com acção limitada tão sómente ao governo do Castelo, vindo assim a ser o primeiro governador do Castelo de S. Felipe.

Faleceu este governador em 1607, sendo a sua morte bastante sentida pela prudencia e sagacidade com que desempenhou o seu cargo, sendo substituido por

D. PEDRO SARMIENTO, que chegou a Angra em 1609 tambem como governador do Castelo sómente.

Deu este Governador grande impulso ás obras do Castelo, levantando para isso dinheiro de todas as Ilhas, e em seguida veiu

D. GONÇALO MEXIA, um dos mais distintos militares que então havia e de excelentes qualidades.

Continuou das obras do Castelo, sendo ele que mandou plantar de matas o Monte Brazil, falecendo em Angra a 23 de outubro de 1618.

JOÃO PONCE DE LEÃO. Foi o governador que se lhe seguiu, bastante querido do povo, principalmente dos militares com quem mais intimamente vivia.

Tratou com empenho da organização das Ordenanças militares e faleceu em Angra no ano de 1621.

D. PEDRO ESTEVAM D'AVILA. Sucedeu-lhe no governo do Castelo. Descendia duma ilustre familia de Espanha, mas no seu governo foi um verdadeiro despo-

ta pelo que foi sindicado e suspenso. Foi substituido em 1626 por

D. INIGO HUERTADO DE CORCUERA. Despota, mau, tirano, mandou enforcar por vezes soldados e até oficiais, sendo em virtude de repetidas queixas substituido em 1627 por

D. DIOGO FAJARDO, que se mostrou bastante activo e zeloso na continuação das fortificações, sendo ao mesmo tempo severo nos castigos que aplicava. Sucedeu-lhe no governo

D. ALVARO DE VIVEIROS, Mestre de campo, que assistiu á Restauração e a quem o governo português pelo seu emissario Francisco d'Ornelas da Camara ofereceu o titulo de Conde com o rendimento de dez mil cruzados se se rendesse sem resistencia, o que por, sua honra não aceitou.

Distinguiram-se neste periodo:

Baltazar Alvares Ramires,ancião respeitavel pelo seu saber e que por vezes serviu interinamente de corregedor em Angra. Foi enforcado no monte Brazil por sentença do Tribunal da justiça presidido pelo corregedor Cristovam Soares d'Albergaria, por ser partidario de D. Antonio.

Amaro Lopes, Tesoureiro da Sé d'Angra, muito partidario de D. Antonio e que foi por esta razão excepturado do perdão geral, mandado passar por D. Filipe a 14 de julho de 1586.

Bartolomeu Fernandes e Tomé Valadão, conegos da Sé d'Angra, que tambem, por serem muito do partido de D. Antonio, foram excluidos do perdão geral.

Gaspar de Freitas da Costa, sargento-mór em Angra, logar-tenente do Marquês de Castelo Rodrigo, donatario da Ilha Terceira.

Pedro Cardoso Machado, que em 1606 fundou o convento das Religiosas da Conceição em Angra, onde actualmente se acha instalado o Hospital de Santo Espirito.

João Vaz de Vasconcelos, que com os representantes das Camaras da Ilha Terceira, foi a Lisboa implorar

o auxilio de D. Filipe para a reedificação do porto da Ilha, destruido pelo terremoto de 9 de abril de 1614.

Lopo Gil Fagundes de Souza, pessoa respeitavel pela sua idade e ilustração, da cidade de Angra, portador das cartas da Camara desta cidade para El-Rei D. Filipe, pedindo a sua intervenção nos excessos do poder praticados pelas autoridades militares e civis, pelas desordens em que se envolviam e pelo partidarismo politico em que viviam, que deu em resultado serem substituidas as autoridades e juntamente o governador D. Pedro Estevão d'Avila.

Diogo Pereira, filho de Tristão Pereira e neto por sua mãe de Guilherme da Silveira, o colonizador de S. Jorge.

Embarcou para a India onde viveu á lei da nobreza; foi enviado como embaixador do Rei de Portugal ao Rei da Persia a levar-lhe um presente e achando-o diminuto, da sua casa o acrescentou com outras peças de valor reputadas então em 6.000 cruzados.

Gomes Pacheco de Lima, da Ilha Graciosa; foi provedor-mór das fortificações e capitão-mór do mar na Ilha do Faial. Seguiu o partido de D. Antonio, Prior de Crato, vindo a ser Provedor-mór do campo e aposentador-mór de D. Antonio.

O Dr. Gaspar Fructuoso nomeou-o como notavel poeta.

Francisco Utra de Quadros, capitão-mór do Faial e dos mais ricos homens daquela Ilha. Empenhou-se pela vinda para o Faial dos jesuitas afim de ali montarem o seu colegio.

RESTAURAÇÃO. No espirito Açoreano não se adaptou a politica de Castela. Arreigara-se na alma dos Ilheus a aspiração da liberdade; a revolta pois de 1640 encontrou nestas paragens um meio favoravel á sua expansão.

A 7 de janeiro de 1641 chega á Ilha Terceira desembarcando na Vila da Praia o ilustre Terceirense Francisco Ornelas da Camara, como enviado de D. João IV, afim de o fazer aclamar como Rei naquela Ilha, onde ti-

nham assento o Governador de Castela, que opôs alguma resistencia por parte dos Castelhanos, foi por fim aclamado solenemente, lavrando-se o competente auto a 31 de março de 1641.

Nas mais Ilhas foi tambem a restauração de Portuval recebida amistosamente, como se um novo mundo se abrisse cheio de esperanças.

No entanto El-Rei D. João IV envia aos Açores uma esquadra sob o comando de Tristão de Mendonça afim de solenemente se fazer aclamar, mas colhida por uma tempestade, parte sossobrou, recolhendo a Lisboa a que pôde resistir á terrivel tempestade.

Os Açoreanos, então e como sempre, tiveram de, contando só consigo, organizar-se civil e militarmente naquele periodo de lutas e incertezas.

Só em fins de março de 1642 é que chegou a Angra a esquadra portuguêsa trazendo a bordo o governador

GENERAL ANTONIO DE SALDANHA, que foi recebido com honras regias, e se instalou no Castelo, como Governador e com superintendencia sobre todas as Ilhas dos Açores, mantendo-se neste posto até setembro do mesmo ano, em que voltou a Portugal a chamado de El-Rei com a sua esquadra, sucedendo-lhe no governo por nomeação do proprio Rei

MANUEL DE SOUSA PACHECO, Mestre de Campo, Capitão-mór dos Açores, com séde e residencia em Angra e superintendencia em todos os ramos de administração publica.

Continuava, porém, o Corregedor, a quem subiam os processos civeis e crimes em apelação dentro da sua alçada.

O Governador, pois, com tão lautos poderes, era um verdadeiro Vice-Rei, com o que se insurgiram os povos das Ilhas, a ponto de nas primeiras Côrtes que então se fizeram em Lisboa, representarem as Camaras da Ilha Terceira contra tão lautos poderes, o que levou El-Rei a modificar o poder deste Governo, dando ao Governador apenas ingerencia no Castelo, como Capitão-mór, e com tal Regimento veiu para Angra

MIGUEL PEREIRA BORRALHO, que pouco se demorou nos Açores, sendo substituido por

FRANCISCO LUIS DE VASCONCELOS, que não agradou aos Ilhéos, que por vezes dele se queixaram, por serem perseguidos e vexados pelo governador, que faleceu em 1653, impressionado, segundo se diz, pelo odio que lhe votavam os povos.

No ano seguinte, e por Alvará de 15 de junho de 1654, a instancias novamente dos procuradores da Ilha Terceira, terminou El-Rei com os Governadores nas Ilhas, ficando estas, quanto ao seu Governo, na primitiva forma, independentes e sem unidade, com seus Capitães-donatarios e Corregedores, que exerciam a sua jurisdição visitando os Concelhos.

Distinguiram-se neste periodo:

Pedro Corrêa de Melo, irmão do capitão-mór Manuel Corrêa de Melo; militou em Flandres no posto de capitão de cavalaria.

Quando soube da aclamação de D. João IV «destacou da Flandres 200 homens para França e veiu apresentar-se com eles a El-Rei a quem serviu com boa satisfação e brio».

Manuel de Medeiros da Costa, Capitão das ordenanças da Ilha de San Miguel que tambem esteve em Angra do Heroismo no tempo da Restauração e á sua custa andou com cincoenta homens. dois meses e meio em um navio da armada, servindo a Sua Majestade.

Capitão Roque de Figueiredo, natural da Ilha S. Jorge, que em Angra tomou parte activa na Restauração de Portugal, concedendo-lhe El-Rei uma Comenda com tença de 30$000 reis.

Manuel do Canto e Castro, considerado como fiel servidor de Felipe III, que veiu á Ilha Terceira comandando uma nau e duas caravelas com polvora e mais mantimentos para a conservação dos Açores á Coroa de Castela, que se deixou aprisionar em Porto Judeu ao saber com alegria da aclamação de D. João IV.

João Betencourt de Vasconcelos, filho de Vital de Betencourt de Vasconcelos, capitão-mór em Angra, que por se distinguir na Restauração na Ilha Terceira, foi agraciado com a comenda de Santa Maria de Tondela e o foro de fidalgo, por Alvará de 12 de abril de 1642.

Foi este cidadão que recebeu as chaves do castelo ao render-se D. Alvaro de Viveiros.

Sebastião Cardoso Machado, filho de Sebastião Cardoso Teixeira, da Ilha Terceira, que igualmente se distinguiu na Restauração, sendo tenente do Castelo; foi agraciado com o Habito de S. Tiago e o foro de fidalgo por Carta de 14 de agosto de 1642 e 27 de maio de 1643.

Foi membro do Conselho de guerra organizado em Angra por Francisco d'Ornelas, no tempo das lutas da Restauração, com o fim de resolver as duvidas que se suscitassem sobre as operações militares.

Francisco Duarte, da Ilha Terceira. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e almirante da armada que veiu por parte de D. João IV á Terceira.

Manuel do Canto Teixeira, que se distinguiu nas lutas da Restauração. Foi nomeado capitão de uma companhia e depois Sargento-mór da Praia.

João do Canto e Castro, que se distinguiu nas mesmas lutas e foi por isso agraciado com o Habito de Cristo, nomeado Provedor da Armada da India na Ilha Terceira e Conselheiro de El-Rei.

Francisco Corrêa d'Avila, eleito representante da Ilha Terceira ás Côrtes de Lisboa, após a Restauração de Portugal.

Sebastião Corrêa de Larvela, filho de Tomé Corrêa da Costa, natural da Ilha Terceira, que levontou nesta Ilha 85 soldados e como capitão deles foi servir para o Brazil, e saindo na Baía por capitão de um navio em companhia do Conde de Torre entrou na briga com a armada holandeza, onde foi rendido e estropiado de de muitas feridas; na ilha Terceira assistiu ao sitio da fortaleza até ela se render; tendo ainda em atenção os feitos praticados por seu pai durante 14 anos na mesma Ilha e os de seu avô Alexandre Corrêa que serviu muitos anos a Corôa Portuguêsa nos postos de capitão, El-Rei o recompensou com o Habito de Cristo, por Carta de 20 de setembro de 1642, Fidalgo Cavaleiro por Alvará de 1 de março de 1662 e doação das casas do Marquês de Castelo Rodrigo, por Alvará de 20 dc agosto

de 1667, não só por aqueles factos, mas por muitos outros praticados posteriormente.

João Mendes de Vasconcelos, filho de Martim Mendes de Vasconcelos, da Ilha Terceira, pelos seus serviços no tempo da restauração, como capitão de uma companhia de 50 soldados, á sua custa, El-Rei o agraciou com o foro de fidalgo por Alvará de 27 de maio de 1643.

Cristovão Borges da Costa, filho de Manuel Borges da Costa, da Ilha Terceira; pelos serviços que por espaço de 36 anos prestou como capitão de uma companhia e ainda nos do tempo da Restauração, lhe deu El-Rei o Habito de Cristo com a pensão de 40$000 reis, que por sua morte passaria para quem casasse com sua neta D. Maria da Costa, por Alvará de 26 de abril de 1647.

Manuel Correia de Melo, Capitão-mór da Ilha de S. Jorge e da armada da Ilha Terceira, agraciado com o Habito de Cristo por Alvará de 16 de março de 1643 com pensão, pelos seus revelantes serviços no tempo da Restauração.

Pedro da Costa, da Ilha Graciosa, cabo de artilharia na Vila de Santa Cruz, que se distinguiu no cerco do Monte Brazil, na luta da Restauração.

João d'Avila, filho de Jeronimo Dias, da Ilha Terceira, capitão de uma das Companhias de ordenança e de navios, agraciado com o foro de fidalgo pelos seus muitos serviços no tempo da Restanração.

Vital de Betencourt de Vasconcelos, filho de Vital de Betencourt, natural da Ilha Terceira, tomou parte muito activa na luta da Restauração.

Diogo Leite, da Ilha de S. Miguel, capitão das ordenanças que seguiu desta Ilha para a da Terceira com alguns soldados, formando uma companhia, que serviu nas trincheiras até á rendição dos castelhanos.

Manuel Gomes, alferes da companhia do capitão Vital de Betencourt de Angra do Heroismo, que com uma escolta de sua companhia foi até junto do Castelo combater os castelhanos.

Padre Manuel d'Oliveira, da Ilha Terceira, que mor-

reu de uma bombarda, quando no reduto de Santa Luzia combatia pela Restruração.

Francisco Pires d'Avila, da Ilha Graciosa, que como capitão duma companhia tomou parte na luta da Restauração, indo como refens para o Castelo d'Angra quando os hispanhois vieram tratar da rendição.

Diogo do Canto e Castro, que juntamente com o capitão Francisco Pires d'Avila foi de refens para o Castelo d'Angra enquanto de um e outro campo tratavam da rendição do Castelo.

Agostinho Borges de Sousa, provedor da Fazenda d'Angra no tempo da Restauração e a quem D. Joao IV enviou carta por intermedio de Francisco d'Ornelas, recusando-se porém a tratar com este.

Fr. João da Purificação, confessor do Governador do Castelo D. Alvaro de Viveiros e que como emissario dos Rertauradores foi ao Castelo com propostas para a rendição dos hispanhois, mandando-o prender o governador.

Antonio do Canto e Castro, sargento-mór d'Angra, que ao ir ser preso por soldados Castelhanos quando passeava na cidade d'Angra se recolheu na casa da guarda que ficava proxima á praça da Camara; amotinou-se por essa ocasião o povo soltando vivas a D. João IV, atacando os castelhanos que se refugiaram no Castelo.

Fez parte do Conselho de Guerra no tempo da Restauração que resolvia as duvidas que se suscitavam durante a luta.

Capitão Fernandes Coelho, que então comandava a guarda onde se refugiou o Sargento-mór Antonio do Canto e Castro, e se recusou entrega-lo aos castelhanos que diziam viniam com essa ordem do governador. Este capitão instigou então o povo á revolta começando a dar vivas a D. João IV.

Francisco de Carvalhal Borges, almirante, que entrou nas lutas da Restauração e fez tambem parte do Conselho de Guerra,

Manuel Bacelar Machado, sargento-mór da Vila da Praia, tomou parte nas lutas da Restauração e fez parte do Conselho de Guerra,

Tomé Correia, logar-tenente do donatario de Angra, partidario de D. João IV e um dos membros do Conselho de Guerra.

Padre Francisco Furtado de Mendonça, da Ilha do Faial, Jesuita, que missionou pelo Japão, vindo a falecer em Macau. Escreveu varias obras entre as quais se contam «logica e metafisica» «De mundo et coelo».

Tomás de P. Pereira, que edificou a Ermida de Nossa Senhora da Guia na Ilha do Faial; seu filho do mesmo nome foi o septimo capitão-mór do Faial e erigiu a Ermida de San Lourenço na mesma ilha.

Cristovam Borges Machado, da Ilha Terceira, que por vezes serviu tambem de refens.

Manuel do Canto Vieira, Capitão de uma companhia da Vila da Praia, que tambem se notabilizou na tomada do Castelo aos castelhanos.

Nomearemos ainda no periodo que decorre depois da Restauração até á Creação da Capitania-geral dos Açores, mais os seguintes Açoreanos:

Miguel d'Arriaga Brum da Silveira, da Ilha do Faial, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Casa da Suplicação, nascido em 1716.

Foi intimo do Marquês de Pombal e um dos seus mais dedicados auxiliares.

José d'Arriaga Brum da Silveira, da Ilha do Faial, nascido em 1721, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Casa da Suplicação, consul da Russia no Faial e Provedor da Real Fazenda em todo os Açores.

Antonio Ferreira de Sousa, que foi o primeiro guarda-mór de saude e o ultimo juiz ordinario da Horta, que fundou em 1702 a Ermida hoje demolida de Nossa Senhora de Nazareth, nos Pasteleiros.

Antonio da Silveira Peixoto, filho de Manuel d'Avila Peixoto e D. Margarida Jesefa da Conceição, da Ilha do Faial; bastante novo embarcou para o Brazfl onde serviu briosamente como militar e sendo preso pelos

hispanhois na exploração que fazia, como capitão, no Rio Paraná, ficou cativo dêles por alguns anos.

Faleceu no posto de sargento-mór, reformado, pelos seus bons serviços.

Jeronimo Brum da Silveira P. Frias e Taveira, Capitão-mòr da Ilha do Faial, cavaleiro fidalgo da Casa Real e professo da Ordem de Cristo, irmão do Arcebispo de Goa.

Filipe Furtado de Mendonça, formado em teologia pela Universidade de Coimbra e Vigario da freguesia de Castelo Branco, na Ilha do Faial; instituiu a Ermida de Nossa Senhora do Pilar em 1701, dispondo em seu testamento que lá o enterrassem.

Fr. Jorge de Santa Tereza, religioso do convento do Carmo da Ilha do Faial, professor de filosofia e retorica e lente da Sagrada Teologia; foi prior, visitador e Comissario da provincia.

D. Frei Bartolomeu do Pilar, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra, primeiro bispo do Gran Pará, filho de João d'Avila Betencourt e D. Maria da Silveira, nasceu na Vila das Velas da Ilha de San Jorge a 21 de setembro de 1667 e faleceu a 9 d'abril de 1733.

João Betencourt de Lemos, Sargento-mór da Vila da Praia na Ilha Terceira em 1792 e um dos mais ricos homens de toda a Ilha.

Manuel Luiz Maldonado, Capitão do Castelo de San João Baptista de Angra do Heroismo, nascido em 1645. Deixou um manuscrito sobre historia e geneologia da Ilha Terceira, intitulado «Primum vivens de Fenix Angrense»

Padre Antonio Furtado do Rocha, que foi Provedor da Santa Casa da Misericordia de Vila-franca e lhe deixou em seu testamento lavrado aos 23 de janeiro de 1694, juntamente com seu irmão o Padre Manuel Furtado da Rocha uma grande parte dos seus bens.

Padre Felipe da Rocha, que reedificou a Ermida de Nossa Senhora da Paz em Vila-franca, deixando-lhe em seu testamento um legado.

II

Capitania geral dos Açores, Lutas liberais, até á saida dos Açores dos bravos do Mindelo. Açoreanos ilustres.

A administração das Ilhas dos Açores entregues novamente a si mesmas e sem unidade, no periodo que decorre desde o ultimo governador Francisco Luiz de Vasconcelos em 1654 até 1766 chega quasi a um estado anarquico. Os capitães donatarios abandonam as suas capitanias para viverem nos centros populosos e entregam-nas ao cuidado dos seus Ouvidores que vivem em continuas desinteligencias com os funcionarios d'El-Rei travando-se então verdadeiras lutas politicas solucionadas muitas vezes a favor dos Ouvidores por especiais favores d'El-Rei aos capitães donatarios.

Por semelhantes razões, pois, cria o Marquês de Pombal pelo decreto de 2 d'agosto de 1766 a *Capitania-geral*, governo politico, civil e militar com séde em Angra do Heroismo, cujo regimento foi depois alterado pela Carta de Lei de 16 de setembro de 1799.

Os capitães-donatarios recebem então o mais profundo golpe na sua larga jurisdição, pois ficaram reduzidos tão sómente á precessão das suas rendas, sendo incorporada na Coroa toda a jurisdição que gosavam.

A' frente da capitania estava então um Capitão-general cujas atribuições podemos assim resumir:

1) superintender no Exercito, com a jurisdição concedida aos generais governadores das provincias;
2) sobre a fazenda Real, conhecendo da receita e despesa, e assim dos empregados civis, militares eclesiasticos;
3) no governo politico e civil exercia as atribuições dos Regedores da justiça da Casa de Suplicação, Governador da Relação e de Capitão-geral do Reino do Algarve.

4) na policia, com as atribuições do Intendente geral;
5) prover os oficios da justiça que se achavam vagos até o serem definitivamente por El-Rei;
6) superintender nos Municipios;

E para tão honroso cargo veiu nomeado;

D. Antão d'Almada, do Conselho d'El-Rei, Mestre-sala de Sua Casa, que chegou a Angra a 28 de setembro de 1766. Foi recebido com todas as honras devidas, e durante tres dias se festejou a sua vinda, terminando por um solene Te-Deum na Igreja da Sé.

Foi um grande reformadar da administração publica. Todo o seu governo foi recebido com prazer pelos Açoreanos, porque se soube impor pela sua rectidão e afabilidade, sendo enfim substituido em 1776 pelo

Capitão-general Diniz Gregorio de Melo Castro e Mendonça, que tomou posse a 21 d'abril daquele ano, e foi sem duvida o governador que mais serviços prestou, reformando os costumes, fazendo respeitar a religião, promovendo o desenvolvimento da agricultura, e da instrução,abrindo novas estradas. Era de genio duro: no entanto humano e amigo do bem publico.

Faleceu a 3 de dezembro de 1793, assumindo interinamente o Governo o Bispo D. Fr. José d'Ave Maria e o Corregedor Manuel José d'Arriaga Brum, sendo este substituido em 1795 pelo Desembargador Luiz de Moura Furtado.

D. Lourenço d'Almada. (Conde d'Almada, do Conselho de Sua Majestade), filho de D. Alvaro d'Almada, foi nomeado Capitão-general a pedido da Camara de Angra, para acabar com as irregularidades do governo provisorio, chegando aos Açores em março de 1798.

Durante todo este governo, soube manter uma boa e sabia administração. que levou o povo de Angra a pedir a El-Rei o reconduzisse por mais tres anos no governo dos Açores. As desinteligencias, porém, que teve com o Bispo D. José Pegado d'Azevedo, com a nobreza e até com as proprias autoridades, causaram-lhe no fim do seu governo bastantes desgostos.

José Antonio Cesar de Melo, (Conde de S. Lourenço e depois Marquês de Sabugosa), tomou posse do governo a 17 de outubro de 1804, conquistando a simpatia de todos os Ilheus pela imparcialidade com que se manteve no seu governo, que terminou em 1806.

D. Miguel Antonio de Melo, (Conde de Murça) tomou posse a 10 de maio de 1806. Um dos seus primeiros actos foi ordenar a execução da Lei de 2 de agosto de 1766 acerca da escolha dos vereadores, que deveriam sair dentre gente nobre.

Ordenou depois a organização do Tombo das Camaras, quanto ás suas propriedades, receitas e despesas e protegeu a agricultura e o ensino.

Aires Pinto de Sousa. Tomou posse a 9 de setembro de 1810.

Não foi feliz no seu governo, porquanto começou por não querer receber os repatriados, politicos liberais, que vinham da Ilha de San Miguel no lugre Amazona, alegando ter as prisões em pessimo estado, para assim se vingar de alguns inimigos pessoais que ali vinham presos. Continuou o seu governo ficando-lhe a triste nodoa de condenar á morte, e fazer executar a sentença, cinco micaelenses, implicados no caso da morte do Juiz da Ribeira-grande, antes de julgado o recurso que subira ao principe Regente, e que chegou indultando os presos, tres dias depois de executada a sentença.

Francisco Antonio d'Araujo. Brigadeiro do exercito, valente, de genio energico, activo e diligente; não conseguiu, apesar disso, captar as simpatias dos Açoreanos que dele se queixaram a El-Rei, apesar dos seus bons serviços prestados, quer na parte militar, quer na protecção que dispendeu á agricultura e instrução.

Foi durante o seu governo que as ideias constitucionais começaram a ter voga nos Açores e por elas morreu na luta travada em Angra a 4 de abril de 1821, ficando o cadaver insepulto durante tres dias por ordem do seu sucessor.

Francisco de Borja Garção Stokler. Bacharel formado em matematica pela Universidade de Coimbra

e lente da Academia Real de Marinha; nasceu em Lisboa em 1759 e faleceu no Algarve no ano de 1829.

Nomeado governador e Capitão-general dos Açores chegou a Angra a 18 de outubro de 1820, tomando posse do seu alto cargo no dia seguinte.

Militou no partido absolutista combatendo arreigadamente o constitucionalismo; no entanto conta-se que se não mostrou indignado em 1807 com a invasão francesa em Portugal e que entregou a Junot o seu diploma de Socio da Academia Real das Scieneias recebendo em recompensa a nomeação para diversos cargos de que foi desapossado mais tarde pela Regenca. Deixou varias obras de valor entre as quais nomearemos «Compendio da teoria dos Limites,» «Memoria sobre os verdadeiros principios do metodo das flecções», «Demonstração do teorema de Newton sobre a soma das potencias dos raios das equações», etc.

Foi durante o seu governo que teve logar nos Açoo começo das revoluções constitucionais.

A revolução Liberal de 1821 em S. Miguel. As ideias liberais que se espalhavam no continente português como protesto ao governo de D. João VI, ás invasões francêsas e á permanencia da Côrte portuguésa no Rio de Janeiro, chegaram a seu tempo tambem aos Açores.

Sugestionados os micaelenses assim com as noticias vindas de Portugal sobre as novas bases em que se devia reger a nossa monarquia, aproveitaram o ensejo para se desligarem do governo da capitania-geral que não lhes agradava. E conjuradas as mais importantes forças de Ponta-delgada, neste sentido, reuniram-se na noite de 28 de janeiro de 1821 em casa do tenente João Soares de Albergaria e aí organizaram o plano revolucionario. Na madrugada dessa noite dirigem-se ao Castelo de S. Braz, sublevam os soldados em favor da sua causa e ao amanhacer do primeiro de março postam as tropas sob o comando do tenente Albergaria e alferes Noronha em frente dos Paços Municipais.

Pouco depois o alferes Noronha com uma escolta de 20 soldados, intima em sua residencia, o governador militar da Ilha Sebastião José d'Arriaga Brum da Silvei-

ra a comparecer nos Paços Municipais onde se ia proceder á eleição do governo interino da Ilha, que assim ficou constituido:

Presidente—Coronel Antonio Francisco de Chaves e Melo;

Vice-presidente—André da Ponte de Quental da Camara e Sousa;

Vagais—Capitão-mór Antonio Francisco Botelho de Sampaio e Arruda;
Reverendo Dr. João Bento de Medeiros Mantua;
Jacinto Inacio Rodrigues da Silveira;
Dr. Verissimo Manuel d'Aguiar, que serviu de secretario.

Da proclamação deste Governo lavrou-se a competente acta nos Paços do Concelho, cantou-se um solene Te-Deum em acção de graças na Matriz de S. Sebastião e houve luminarias durante 3 dias na cidade de Pontadelgada.

O governo assim constituido suspendeu o pagamento de decimas, cinzas e mais tributos, até resolução das Côrtes, e o pagamento de contas e remessas de dinheiro para Angra.

O governador militar Arriaga que protestou contra semeihante rebeldia, foi preso e depois enviado para Lisboa, para onde tambem seguiu, representando o governo interino, o Sargento-mór José de Medeiros Albuquerque que ás Côrtes portuguêsas levou a participação do sucedido.

Revolução liberal na Ilha Terceira. Os constitucionais da Ilha Terceira, por seu lado, opressos pelos vexames absolutistas do Capitão-general Stockler, acordaram numa revolução á imitação do que se havia praticado em S. Miguel, e assim a 1 de abril de 1821 proclamaram a constituição e dirigindo-se aos Paços Municipais, elegeram a junta provisoria que ficou constituida por:

Francisco Antonio d'Araujo—ex-governador e Capitão-general;

João Bernardes Ribeiro Borges—Corregedor da Comarca;

Alexandre Gamboa Loureiro—Desembargador;

José Leite de Teve e *José Maria Osorio*—Secretario.

Esta Junta que foi reconhecida pelas Camaras da Ilha Terceira.

O general Stockler refugiou-se então na Vila da Praia, e em vista da atitude dos municipios, abdicou do seu governo e com autorização da *junta* voltou a Angra 3 dias depois. Uma vez aí reune-se com os seus partidarios, promove a contra-revolução que rebentou na noite de 4 de abril, em consequencia da qual ficou morto o general Francisco Antonio d'Araujo e o seu cadaver insepulto durante tres dias. Os seus bens foram sequestrados, a familia presa e muitos constitucionais, e o general Stockler reassumiu novamente o seu governo.

Revolução liberal na Ilha do Faial. Os habitantes do Faial e Pico que viviam tambem desgostosos da sua subordinação ao governo Central, a exemplo do que sucedera em Ponta-delgada, acordam-se, funcionarios civis e militares, e, dirigindo-se em massa aos Paços do Concelho, lançam vivas á constituição, ao Rei, ás Côrtes e à Religião, e, lavram o seu auto de eleição da sua junta provisoria que ficou assim constituida:

Presidente—José Rebelo Pires Alves de Miranda;
Vice-presidente—Coronel Estacio Machado d'Utra Teles;
Vogais—Capitão-mór Jrancisco de Terra Brum;
Ouvidor-eclesiastico, Padre Francisco Xavier da Silva;
João Manuel da Camara Berquó.
Sergio Pereira Ribeiro.
Bacharel José Francisco de Medeiros.

Seguiram-se festejos comemorando este acto de liberalismo e separação que redobraram de entusiasmo ao saber-se que fora implantado na Ilha Terceira o regimen Constitucional.

Efectivamente a 13 de maio de 1821 fundeava na baía de Angra a fragata «Perola» trazendo a noticia oficial do juramento da Constituição por parte de D. joão VI e assim ordens para se instalar nos Açores um governo Constitucional, que ficou constituido provisoriamente por:

José Maria de Betencourt e Lemos, Deão da Sé.

João Bernardo Rebelo Borges, Corregedor da Comarca.

Caetano Paulo Xavier, Governador do Castelo.

E como adidos ao mesmo governo e a pedido e instancias do governo:

D. Francisco Nicolau d'Almeida, Bispo d'Angra.

Francisco de Borja Garção Stockler, Capitão-general.

Soltaram-se todos os presos constitucionais da revolta de 4 de abril e tentaram os absolutistas aproximarem-se dos constitucionais, mas não conseguiram; sendo substituido neste governo o general Stockler pelo brigadeiro *João Maria Xavier de Brito*, seguindo para Lisboa a 11 de agosto daquele ano, para onde seguiram tambem depois o Bispo e o governador do castelo, Caetano Paulo Xavier, reconhecidos como absolutistas, e julgados foram absolvidos, pois tendo-se dado o pronunciamento militar de Vila-franca de Xira a 26 de maio de 1813 foi aclamado Rei absoluto D. João VI e assim demitido aquele governador constitucional e substituido por:

Coronel Candido de Menezes, que ficou com o governo das armas.

Luiz de Meireles do Canto e Castro.

Roberto Luiz de Mesquita.

O general Stockler foi novamente reconduzido ao Governo Geral dos Açores com o titulo de Barão da Vila da Praia, publicando D. João VI a Carta de Lei de 18 de agosto de 1823 em que se estabelece que o Governo Militar dos Açores se regule pelo Regimento de D. José I de 2 de agosto de 1766 e resida 6 mezes na Ilha Terceira e 6 mezes em Ponta Delgada.

A revolta de 30 de abril de 1824 em Portugal que teve como consequencia o exilo de D. Miguel para Viena trouxe a demissão do general Stockler, acabando assim o governo despotico deste funcionario, vindo-o substituir:

Manuel Vieira d'Albuquerque Tovar, que chegou aos Açores a 14 de julho de 1814 tomando posse no mesmo dia.

Descendente duma familia ilustre, fora governador das capitanias do Espirito Santo e de Angola, e não sendo de grande ilustração conseguiu trazer um pouco de

tranquilade a todos os Açores, acabando com as perseguições continuas que havia no tempo do seu antecessor.

Até á morte de D. João VI mostrou-se inclinado á politica constitucional, recebendo e privando com reconhecidos liberais, a ponto dos absolutistas se queixarem da sua parcialidade. A morte porém daquele Soberano e assim a vinda para Lisboa de seu filho D. Miguel, aclamado Rei de Portugal, fe-lo mudar de orientação politica, pois no meio de grande festividade aclamou-o tambem em Angra a 17 de maio de 1828.

Pronunciamento militar e o governo interino d'Angra. Não agradou aos constitucionais a nova atitude do Governador e por isso activaram um pronunciamento militar em Angra, que teve logar a 12 de junho de 1828, em que tomou parte activa o batalhão de caçadores 4, sob o comando do capitão José Quintino Dias, que teve como consequencia a deposição e prisão do governador e de muitos elementos afectos ao absolutismo e o desarmamento dos corpos milicianos, nomeando-se um governo interino que ficou constituido assim:

João José da Cunha Ferrás, Tesoureiro-mór da Sé d'Angra.

José Jacinto Valente Farinha, Juiz de Fóra, servindo de Corregedor.

José Rodrigues d'Almeida, Coronel de Engenharia.

Dr. Manuel Joaquim Nogueira, Secretario com voto.

Fructuoso José Ribeiro, Deão da Sé e Governador do Bispado.

Francisco José Pacheco, Corregedor da Comarca.

D. Inacio Castelo-branco do Canto, brigadeiro.

Os ultimos tres membros, porém, apresentaram a sua escusa, sendo a pedido do municipio chamados para o governo interino a 28 de agosto daquele ano:

José Quintino Dias, que comandou o pronunciamento militar, e

Teotonio d'Ornelas Bruges, Avila Paim da Camara, mais tarde Visconde de Bruges.

No primeiro de setembro chega a Ponta-delgada a bordo de uma escuna o governador Tovar sendo recebido com as honras inerentes ao seu cargo e nesta cidade

fixou o seu governo, pois nehumas das outras Ilhas dos Açores reconheceram o governo interino d'Angra.

Henrique da Fonseca Prego, Vice-almirante, é o novo governador que em nome de D. Miguel chega a Angra no dia 15 de julho de 1828 e a quem o governo interino não recebe, voltando por isso novamente para Lisboa.

A 13 de dezembro do mesmo ano, volta este novo governador desembarcando em Ponta-delgada, recebendo de Tovar o governo dos Açores fieis a D. Miguel, e nesta cidade se manteve até ao combate da Ladeira da Velha, a 1 de agosto de 1831, em que todos os Açores se renderam então aos constitucionais.

Diocleciano Leão Cabreira, Fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade e Comendador da Ordem de S. Bento d'Aviz, como Capitão-general dos Açores em nome de D. Pedro IV. Desembarcou em Angra a 4 de setembro de 1828, vindo de Inglaterra a convite do Marquês de Palmela, sendo recebido amistosamente pelo governo provisorio.

A 4 de outubro, porém, os chefes miguelistas organizaram uma contra revolução proclamando novamente D. Miguel na Vila da Praia, nomeando um governo que ficou composto por:

Conego João José Belo.
Francisco José Pacheco, ex-corregedor.
D. Inacio Castelo-branco, brigadeiro.

Mas, dando-se um encontro com as tropas liberais, ficaram aqueles derrotados; então reorganizou-se em Angra o governo provisorio, que ficou assim constituido:

Diocleciano Leão Cabreira—Presidente.

João José da Cunha Ferrás—Conego e Tesoureiro-mór da Sé.

José Antonio da Silva Torres—Coronel de cavalaria.

E nomearam-se então tres ministros:

Alexandre Martins Pamplona, que ficou com as pastas do Interior e Tesouro.

Teotonio d'Ornelas Bruges Avila, com a pasta da Guerra.

Pedro Homem da Costa Noronha, com a do Estrangeiro.

Decretou-se a 28 de outubro que seja Angra a séde do governo português legitimamente autorizado a sustentar os direitos de D. Pedro IV e D. Maria II e que ficassem as Ilhas dos Açores constituindo uma só provincia, tendo por séde—Angra.

Dentro em pouco os membros do governo provisorio discordam do plano a seguir, pelo que o governador Diocleciano se despede a 5 de março de 1829, partindo pouco depois para a Inglaterra.

O governo provisorio ficou então assim constituido: *Presidente Sebastião Drago Valente Cabreira*, brigadeiro do exercito e irmão do governador Diocleciano. *João José Ferrás e José Antonio da Silva Torres.*

Bloqueio da Inglaterra á Ilha Terceira. Mandou o governo Britanico por ordem do Almirantado de 12 de dezembro de 1828 velejasse nos mares dos Açores o navio Ranger e uma chalupa, afim de impedir o desembarque na Ilha Terceira de constitucionais e soldados Inglêses que da Inglaterra se dirigiam para aquela Ilha afim de se juntarem aos seus partidarios e defenderem a causa de D. Pedro IV. Efectivamente em janeiro do ano seguinte impediram o desembarque do Conde Saldanha e das tropas que o acompanhavam.

A 27 de janeiro, porém, foi ordenado pelo governo de D. Miguel, viessem navios portuguêses formar o bloqueio, pelo que se retiraram os Inglêses declarando-se a Inglaterra neutral.

Conde de Vila-flor. Par do Reino e Marechal de campo do exercito, rompendo o bloqueio da esquadra de D. Miguel desembarcou na Vila da Praia da Ilha Terceira a 22 de junho de 1829. Vinha como Governador e Capitão-general de todos os Açores, em nome de D. Maria II, por Carta de 5 de abril do mesmo ano trazendo consigo muitos emigrados.

Estabelecendo-se em Angra, adoptou medidas brandas e conciliadoras, restabeleceu a pouco e pouco o socego e a ordem publica, pondo em liberdade muitos presos politicos, e como medida preventiva e de segurança curou das fortificações de toda a Ilha.

Batalha da Vila da Praia. A 11 de agosto de 1829, depois de varios bordejos em volta da Ilha, ancorou na baía da Vila da Praia a esquadra de D. Miguel, assim composta:

Nau D. João VI—com 76 peças, sob o comando do capitão de fragata, José Gregorio Pegado; conduzia o general da expedição e o seu estado-maior.

Fragata Diana—com 52 peças, sob o comando do chefe da divisão, Francisco Inacio de Miranda Everad.

Fragata Perola—com 46 peças, sob o comando do capitão de fragata, João Pedro Velasco da Cunha.

Fragata Amazona—com 32 peças, sob o comando do capitão de mar e guerra Joaquim José da Cunha.

Corveta Urania—com 22 peças, comandada pelo capitão-tenente Sebastião Antonio Pegado.

Corveta Princêsa Real—com 22 peças, comandada pelo capitão-tenente José Joaquim Pereira.

Charrua Galatêa—com 12 peças, comandada pelo segundo tenente Antonio Daniel Baptista de Barros.

Chorrua Orestes—com 2 peças, comandada pelo primeiro tenente Francisco de Paula Tavares.

Charrua Paincêsa da Beira—com 8 peças, comandada pelo primeiro tenente Manuel Pedro de Carvalho.

Charrua Maria Cardoso - com 12 peças, comandada pelo copitão de fragata Joaquim Maria Brum de Morais.

Charrua Principe Real—com 2 peças, comandada pelo primeiro tenente Antonio José Borges de Castro.

Patacho Bom Jesus—comandado pelo guarda marinha João Cesar Cardoso.

Brigue Gloria—com 8 peças, comandado pelo primeiro tenente Porfirio Antonio Caminha.

Brigue Infante D. Sebastião—com 18 peças, comandada pelo primeiro tenente José da Costa Couto.

Brigue Treze de Maio—com 12 peças, comandada pelo capitão-tenente João José Fernandes.

Brigue Providencia—com 12 peças, comandado pelo segundo tenente Antonio Francisco Vicente Heitor.

Escuna Triunfo da Inveja—comandada pelo primeiro tenente Domingos Fortunato do Vale.

Escuna Divina Providencia—comandada pelo voluntario Francisco de Assis e Silva.

Hiate Bom Despacho—comandado pelo segundo tenente José Joaquim d' Rego.

Hiate Santa Luzia—comandado pelo guarda-marinha Carlos Augusto Morais d'Almeida.

Patacho Carmo e Almas comandado pelo guarda-marinha David Victor da Camara.

A defesa em terra estava nos seguintes fortes:

Santa Catarina do Cabo da Praia—com 3 peças sob o comando do alferes de infantaria Nunes Brandão de Castro.

S. José—com 2 peças, sob o comando do sargento Antonio Augusto da Costa Riper.

S. Caetano—com duas peças, sob o comando do soldado José Peixoto da Silva.

S. João— com uma peça, sob o comando do soldado José Paulo Machado.

Santa Cruz do Porto—com uma peça sob o comando do alferes de infantaria Simão Antonio d'Albuquerque e Castro.

Espirito Santo—cum uma peça, sob o comando do alferes de caçadores Manuel Franco.

Travou-se então a memoravel batalha da Praia da Victoria; de começo alcançaram victoria as forças do mar, a ponto da nau almirante dar sinal para o desembarque; o fogo, porém, de terra, redobrando de energia, fez retroceder muitos dos atacantes, ferindo, matando e aprisionando os que em nome de D. Miguel vinham impor os velhos principios da nacionalidade.

A esquadra, desmantelada, afastou-se então consciente da sua derrota, mas velejou ainda em frente da baía d'Angra, não ousando, porém, aproximar-se, e a pouco e pouco escondeu-se para sempre, nos confins do horisonte.

Da gloriosa vitoria foi logo mandada noticia para Inglaterra, onde se achava a Regencia nomeada, por decreto de 15 de junho de 1829, por D. Pedro IV, para em nome de sua filha governar na forma da Carta Constitucional.

Regencia. A 15 de março de 1830 chegam a Angra a bordo da escuna inglêsa Jock, a Lanterna, varios emi-

grados portuguêses e estabelece-se então nesta cidade a regencia que fica assim constituida:

Presidente—Marquês de Palmela.

Vogais—Conselheiro José Antonio Guerreiro e Conde de Vila-flor.

Ministro de todas as pastas—Luiz da Silveira Mousinho d'Albuquerque,

Publicaram então o decreto em que D. Pedro abdica os seus direitos á Casa Portuguêsa em sua filha D. Maria; a 18 de outubro decretam que a bandeira nacional tivesse duas côres—Azul e branco; e fazem fluctuar no Castelo, pela primeira vez, o novo estandarte, organizando finalmente a sua esquadra, que iria ás outras Ilhas, fieis ainda a D. Miguel, proclamar a Constituição.

Expedição á Ilha do Pico. A 17 de abril de 1831 e sob o comando do Conde de Vila-flor, dirigem-se os constitucionais da Ilha Terceira á do Pico, desembarcando aqui sem a menor resistencia, pois que toda a guarnição, mal avistou a esquadrilha constitucional, se passou para a Ilha do Faial, sua vizinha, deixando assim que os liberais implantassem o novo Regimen, sem a menor oposição.

A' Ilha de San Jorge. Na madrugada de 9 de maio, chega a expedição á Vila das Velas da Ilha de S. Jorge, retida até então no Pico, por uma tempestade que se levantou. Desembarcaram na Ribeira do Nabo e formaram aí duas colunas, uma comandada por Joaquim José Nogueira, que encontra resistencia nas forças de terra, compostas por 70 homens de linha e 150 milicianos, travando-se um renhido combate, em que ficaram victoriosos os liberais, que ocuparam afinal o logar denominado Urselina; e outra sob o comando do major José Joaquim Pacheco, que marchou sobre a Vila das Velas, combatendo contra 300 homens de terra, que ficaram derrotados. E assim ocuparam os liberais mais esta Ilha do arquipelago.

A' Ilha do Faial. A 23 de junho tomaram os expedicionarios a Ilha do Faial que não opôs resistencia alguma, havendo o governador da Ilha, Morais Ancora, e varios oficiais da guarnição, embarcado numa corveta para a Ilha de S. Miguel.

Pelo consul britanico da Ilha do Faial, foi então entregue uma carta dirigida ao Conde de Vila-flor, de D. Pedro IV, que por aquela Ilha passara a bordo da fragata *La Volage*, do Brazil, pa que em vista de uma revolução brazileira, abdicara a Corôa deste Imperio em seu filho D. Pedro, e que sua filha D. Maria saira do Brazil para Brest a bordo da fragata francesa «La Seine».

Na Ilha Graciosa. Foi espontaneamente aclamada D. Maria II a 10 de julho de 1831, depois duma pequena luta entre as tropas de linha daquela Ilha.

Na Ilha das Flores e Corvo. Foi igualmente aclamada a Rainha e a Constituição, sem que houvesse luta nem embaraço algum.

Em Angra reuniram-se novamente todos os expedicionarios para tentarem o assalto á Ilha de S. Miguel e Santa Maria, as unicas que nos Açores reconheciam ainda o governo de D. Miguel.

A 2 de julho, porém, e a seu pedido, foi demitido do governo o ministro Mousinho da Silveira e nomeados: para as pastas dos negocios eclesiasticos, Justiça, Fazenda e Estrangeiros, o Desembargador José Antonio Ferreira Bracklamy, e para as pastas dos negocios da Guerra e Marinha, o Brigadeiro Joaquim de Souza Quevedo Pizarro.

Expedição á Ilha de S. Miguel. A 30 de julho de 1831 largou do porto d'Angra a expedição sobre San Miguel nos navios existentes e algumas canhoneiras, mandadas construir no porto de Pipas e numa galera francesa que havia aportado a Angra, chegando áquela Ilha no dia primeiro d'agosto, desembarcando na Ribeira que fica a oeste do logar da Achadinha.

Travou-se então uma luta entre expedicionarios e as tropas de terra fieis a D. Miguel, que ficaram derrotadas e mortos no campo da batalha os capitães Marcelino Coelho Bandeira do Quental e José Maria da Silveira, ajudante do general Prego.

Batalha da Ladeira da Velha. No dia seguinte dirigiram-se as tropas expedicionarias para o logar da Maia, passando depois ao Porto Formoso e, ao subir o desfiladeiro denominado «Ladeira da Velha», tiveram um encontro

com as tropas militares de Vila-franca que para ali haviam sido mandadas a juntar-se a outras lá existente, sendo todas derrotadas.

A 2 de agosto entraram os liberais victoriosos em Ponta-delgada, aclamando-se então D. Maria e dando-se vivas á Constituição.

O general Prego e seu Estado-maior, Corregedor e Juiz de Fóra abandonaram então a Ilha e a bordo de uma barca Inglêsa dirigiram-se para Portugal, deixando assim os Açores entregues aos Liberais.

D. Pedro—Regente. A 22 de fevereiro de 1832 desembarcarou no porto de Ponta-delgada, a bordo da fragata «Rainha de Portugal», vindo de França, D. Pedro IV, afim de assumir nestas Ilhas em nome de sua filha D. Maria, a Regencia do Reino; para Angra seguiram os emigrados que da Inglaterra, França e Belgica trazia, porque naquela cidade continuava a estar a Regencia.

Durante o pouco tempo que em Ponta-delgada esteve, tratou D. Pedro dos preparativos para a expedição que pretendia levar a Portugal, passando uma ordem sobre uma casa de Londres por intermedio de Jacinto Inacio da Silveira, depois Barão da Fonte Bela, de trinta contos.

A tres de março desembarcou D. Pedro na cidade de Angra, depois de mesmo a bordo da sua fragata te decretado a dissolução da Regencia, assumiu a mesmr em nome de sua filha e nomeou o seu ministerio q a ficou assim composto:

Fazenda e *Justiça*—José Xavier Mousinho da Silveira
Reino e Negocios Estrangeiros—Marquês de Palmela.
Guerra e Marinha—Agostinho José Freire.

Nomeou ainda:

Comandante em chefe da Guarnição dos Açores, o Conde de Vila-flor.

Comandante em Chefe da Esquadra, Vice-almirante Rose George Sartorius.

E assim entrou D. Pedro IV na cidade de Angra, no meio das mais entusiasticas ovações a ele, a sua filha e á Constituição.

De Angra visitou D. Pedro a Ilha do Faial onde se

achava o arsenal da marinha e a Vila das Velas, na Ilha de San Jorge, onde 100 oficiais vindos de Belle Isle lhe pediram os encorporasse na expedição a seguir para Portugal.

A pouco e pouco iam chegando á Ilha de San Miguel, de todas as Ilhas, enviadas por D. Pedro, as tropas que deviam naquela Ilha formar o corpo expedicionario, os sete mil bravos do Mindelo, chegando finalmente Sua Majestade a 27 de maio sendo recebido com todas as honras inerentes á sua alta categoria.

Os Sete mil bravos do Mindelo. A 23 de junho de 1832, reuniu D. Pedro IV no campo do Relvão, em Ponta-delgada, o exercito Libertador que formava a expedição, assim composto:

Estados Maiores das Divisões	11
Corpo de Guias	54
Batalhão de oficiais	252
Dito de artilharia	293
Corpo Academico	90
Condutores	48
Batalhão de Caçadores n.º 2	467
Idem numero 3	427
Idem numero 5	567
idem numero 12	568
Regimento de infantaria numero 18	1.453
Regimento provisorio de Infantaria	1.193
Batalhão de Voluntarios da Rainha	447
Ditos de atiradores franceses	448
Dito da Marinha inglesa	363
Total.....	6.681

A 27 de junho largou o porto de Ponta-delgada a esquadra do exercito Libertador com 541 oficiais e 7.678 praças de pret, composta pela

Fragata Rainha de Portugal, com 46 peças levando içada a bandeira almirante
Fragata D. Maria II, com 42 peças
Brigue Conde de Vila-flor com 16 peças
Brigue Escuna Liberal com 9 peças
Escuna Terceira com 7 peças
Escuna Eugenia com 10 peças
Escuna Coquete com 7 peças

A barca—*Regencia de Portugal*
Galera Juno, onde ia D. Pedro IV
Brigue Concordia e Escunas: Faial, Graciosa, Esperança e S. Bernardo.

A 8 de julho de 1832 desembarcou nas praias do Mindelo o exercito Libertador que batendo os legitimistas implantou definitivamente o regimen Constitucional em Portugal, exilou D. Miguel de Bragança e aclamou D. Maria II Rainha de Portugal, segundo a convenção de Evora-Monte de 26 de maio de 1834.

Distinguiram-se neste periodo:

Duarte Borges da Camara Medeiros, 1.º Visconde da Praia, Par do Reino e do Conselho de Sua Majestade.

Natural da Ilha de San Miguel e senhor de uma grande fortuna, prestou revelantes serviços á causa liberal, recusando sempre todas as recompensas que lhe eram oferecidas; apenas com 22 anos entrou na revolução de 1821 em Ponta-delgada e daí continuou a sua carreira liberal.

Mateus d'Andrade Albuquerque Betencourt, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogou com raro brilho nos auditorios de Ponta-delgada, de onde era natural e onde faleceu em 1828.

Devotado á causa Liberal, foi desterrado desta Ilha para a de Santa Maria e d'aí para Lisboa onde foi preso por acontecimentos politicos. Pertencia a uma das mais ilustres familias micaelenses.

Manuel Antonio de Vasconcelos, o primeiro que na Ilha de San Miguel exerceu a profissão de jornalista, como redactor do «Açoreano Oriental», o actual decano dos jornais portugueses.

Na politica seguiu o partido Liberal, sendo camarista do Municipio de Ponta-delgada, quando D. Pedro aqui esteve organizando o batalhão libertador.

E' dele a seguinte frase dirigida a um oficial portador de um oficio para a Camara Municipal sobre abolotamento de tropas: «Se ha quem possa com uma mochilha, ha tambem quem possa com seis e as esmaguem num pronto».

Eleito deputado em 1836 seguiu o partido setembrista e sendo assim adversario de Rodrigo da Fonseca se

lhe dirigiu este numa sessão camararia, dizendo: «Não pode duvidar-se que o senhor deputado que me precedeu é talvez a cabeça mais bem organizada desta Camara».

Niculau Antonio Borges, Coronel de milicias e comandante da Guarda Nacional, que tantos serviços prestou á causa Liberal, comandou o destacamento do batalhão civico que restabeleceu a ordem em San Miguel após a partida dos 7.500 bravos do Mindelo, batendo e destroçando os guerrilhas miguelistas que se espalharam na Ilha de San Miguel. Foi membro da Junta governativa, constituida pelo povo para manter os principios proclamados na revolução do Minho, desempenhou varios cargos electivos e foi o chefe do partido setembrista por falecimento do primeiro Barão das Larangeiras.

Teotonio d'Ornelas Bruges d'Avila Paim da Camara, Visconde de Bruges, Conde da Praia da Vitoria, Par do Reino e ministro do governo Provisorio em Angra. Foi um dos melhores elementos do Constitucionalismo, pondo ao serviço da Rainha toda a sua boa fortuna. Descendia das mais ilustres familias da Ilha Terceira e nomeadamente do Capitão-donatario Jacome de Bruges.

José Betencourt de Vasconcelos, major miliciano, natural d'Angra, seguiu o partido legitimista, sendo no governo de D. Miguel nomeado Comandante militar da Ilha do Faial, onde então residia.

Devido a um contrabando em que se envolveu, foi preso e confiscados os seus bens.

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Juiz de Fóra e Corregedor d'Angra, casou com D. Francisca Maria d'Assis Melo e Castro, filha do Capitão-general dos Açores Diniz Gregorio de Melo e Castro.

Foi depois Juiz da Casa da Suplicação e o primeiro deputado eleito ás Cortes constituintes de 1821 pelas Ilhas do Faial, sua terra natal, e Pico, apresentando por essa ocasião o seu trabalho: «Memoria Geografica, estatistica, politica e historica sobre as Ilhas do Faial e Pico».

Em 1826 foi nomeado Intendente geral da policia, e sua morte era Desembargador do Paço e Conselheiro do Estado.

Padre Felisberto José de Sequeira, primeiro deputado eleito ás Constituintes de 1821 pelas Ilhas do Faial e Pico, juntamente com o Dr. Manuel José d'Arriaga B. da Silveira.

Dr. Miguel José d'Arriaga Brum da Silveira, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, do Conselho de Sua Majestade e da Fazenda Real, Alcaide mór da Vila da Horta, Comendador de Cristo, Conceição e Torre Espada, Desembargador dos agravos da Casa da Suplicação do Brazil e Ouvidor geral de Macau, onde faleceu.

Manuel Inacio de Sousa, formado em Canones; Capitão das Ordenanças e Provedor interino dos residuos em 1791. Era homem ilustrado, versejava, sendo algumas das suas produções recolhidas no jornal «O Gremio Literario».

Era senhor da melhor fortuna do seu tempo na Ilha do Faial.

José Francisco da Terra Brum, Capitão-mór do Faial e depois Tenente-coronel de milicias. Fidalgo cavaleiro da Casa Real e fervoroso adepto do constitucionalismo, recebeu em sua casa, na Horta, D. Pedro, foi agraciado com a Carta do Conselho e depois feito Barão da Alagoa; foi o maior proprietario do seu tempo.

Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, General do exercito, fez toda a campanha da guerra Peninsular; derrotado Napoleão voltou ao Reino com a patente de tenente-coronel, com 40 anos de idade.

Em 1815 foi nomeado governador militar da Ilha de San Miguel, logar que exerceu até 1821, ao ser preso e enviado para Lisboa pelos revoltosos de Ponta-delgada.

José d'Arriaga Brum da Silveira, formado em direito pela Universidade de Coimbra, distinguiu-se como historiador. São dele os seguintes trabalhos: «Raças Historicas na Lusitania»; «Questão Iberica»; «O Saldanha»; «Influencia do Cristianismo nas ideias modernas».

João Manuel da Camara Berquó, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Juiz de Fóra na Ilha Terceira, e depois na do Faial, Desembargador da Relação do Porto em 1818 onde faleceu.

Jeronimo Sebastião Brum da Silveira, filho de Tomás Francisco Brum da Silveira e como seu pai e avô Jeronimo Brum da Silveira P. Frias, capitão-mór da Ilha do Faial, de genio altivo, reedificou a Ermida de S. Lourenço em 1785.

Manuel Garcia da Rosa, formado em medicina pela Universidade de Coimbra e medico da Casa Real em Lisboa.

Francisco Peixoto L. Costa Rebelo, natural da Ilha do Faial, literato de nomeada, contendo muitas produções dispersas em jornais; foi um dos fundadores do Açoreano Oriental, de Ponta-delgada.

João Pereira de Lacerda, literato da Ilha do Faial e apaixonadamente liberal, muito se manifestando em 1821. Ha muitas das suas produções recolhidas no jornal Faialense «O Gremio Literario».

Josè Soares de Sousa, beneficiado na Matriz da Vila das Velas, Ilha de San Jorge, grande investigador historico, deixou em manuscrito: «Catalogo dos Bispos dos Açores»; «Memoria sobre a fundação do convento das Freiras nas Velas».

João Soares d'Albergaria, que escreveu a corografia Açoreana em 1822; eleito deputado em 1838 alcançou melhoramentos importantes para a Ilha de San Jorge e colaborou em muitos jornais.

Niculau Maria Raposo d'Amaral, da Ilha de S. Miguel, das melhores familias da Ilha e de boa riqueza. Foi politico liberal e em 1831 fez um emprestimo á Regencia do Reino de 32.000$000

II

Nova divisão administrativa dos Açores. Provincias e districtos e seus respectivos Chefes, Juntas-gerais e Açoreanos ilustres.

Pela organização administrativa de 1832, constituiram as Ilhas dos Açores uma Prefeitura com séde em Angra do Heroismo, reunindo o respectivo Prefeito amplos poderes civis e militares, com duas sub-prefeituras, uma em Ponta-delgada e outra na Horta, e foi nomeado Prefeito.

Francisco Saraiva da Costa Refoios, brigadeiro do exercito, por decreto de 4 de junho de 1832. De tendencias centralizadoras, promulgou varios regulamentos sobre diferentes assuntos civis, militares e até da Fazenda publica; regulamentou o Registo Civil, pediu a transferencia do Tribunal de segunda instancia de Ponta-delgada para Angra, que não conseguiu, tornando-se suspeito ao povo micaelense.

Foi durante o seu governo que foi suprimida a Pagadoria militar e recolhida a moeda de bronze que fora mandada cunhar pelo governo da Ilha Terceira e que corria sob o nome vulgar de «malucos».

Pelo seu genio altivo e centralizador teve varias desinteligencias com o governo Central, e ao serem retirados os poderes extraordinarias que então gosava, pelo Decreto de 4 de Julho de 1833 e pela constante luta com os micaelenses, pediu a sua demissão que lhe foi dada por Decreto de 15 de julho d'aquele ano.

Sub-prefeitos de San Miguel

Luiz Ribeiro de Sousa Saraiva, com quem o Prefeito depois teve desinteligencias pelo facto de o substituir pelo sub-prefeito da Horta, Bacharel Antonio José d'Avila que o povo e camara de Ponta-delgada não consen-

tiram desembarcasse quando vinha tomar posse,chamando-o a Angra autoritariamente e nomeando interinamente para o substituir

José Caetano Dias, que então exercia o cargo de Provedor do Concelho de Ponta-delgada.

Sub-prefeito da Horta

Antonio José d'Avila, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, da intimidade do Prefeito, e que voltou para a Horta por o não quererem receber em S. Miguel.

A Ilha de S. Miguel, consciente pois do seu valor, não aceitou de bom grado esta sua nova subordinação á Ilha Terceira, nem tão pouco as prepotencias centralizadoras do Prefeito Refoios.

Reunidos, pois os diferentes Municipios da Ilha em Ponta-delgada, representaram a 2 de maio de 1833 ao Regente do Reino, D. Pedro, pedindo a sua separação da Ilha Terceira, e assim por decreto de 28 de junho de 1833 é alterada esta nova organização e dividido o Arquipelago em duas provincias, uma Oriental com séde em Ponta-delgada e composta das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria e outra Ocidental com séde em Angra e compreendendo as restantes Ilhas dos Açores.

Estas duas provincias, porém, formavam um só Distrito-judicial com sède em Ponta-delgada, um Bispado e uma divisão-militar, com séde em Angra, que foi extinta por Decreto de 5 de março de 1836, passando a haver um Governador militar em cada Ilha, onde fosse necessario.

Em 1836 é novamente alterada a divisão territorial do Arquipelago, passando a formar tres Provincias ou Distritos Administrativos, divisão que ainda hoje subsiste.

Distrito Oriental, com séde em Ponta-delgada, compreendendo as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

Distrito Central, com séde em Angra do Heroismo, compreendendo as Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa.

Distrito Ocidental, com séde na Horta, compreendendo as Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

Ao chefe do distrito deu-se-lhe de principio o nome

de Prefeito, depois o de Administrador geral e por fim o de Governador civil, havendo ao começo um Conselho de distrito nomeado pelo governo, precedido de eleição da Junta-geral e proposto pelo respectivo Governador civil.

Por decreto de 2 de março de 1895, forram creadas para os Açores, depois de uma campanha politica iniciada na Ilha de S. Miguel, as Juntas Gerais do distrito como principio de uma autonomia administrativa.

Teve a gloria de iniciar este movimento o ilustre causidico e deputado da Nação Dr. Aristides Moreira da Mota, com a sua proposta de lei, cujo art.º 1 assim redigiu.

«Compete ás juntas gerais dos distritos açoreanos, ou ás corporações que as substituirem, deliberar definitivamente sobre tudo o que não seja das atribuições dos poderes politicos do Estado, que não possam ser delegada, e sobre tudo o que não seja ofensivo dos direitos politicos e individuais dos cidadãos, bem como das leis que regulam o recrutamento e serviço militar, emigração e o recenseamento eleitoral.»

Esta proposta de lei que não passou foi o inicio do grande movimento que então se operou na Ilha de S. Miguel para a conquista da aspiração suprema dos Açoreanos, a sua autonomia administrativa, vindo mais tarde a organizar-se uma comissão que ficou assim composta:

Conde Jacome Corrreia—chefe do partido regenerador do distrito de Ponta-delgada, fidalgo da melhor nobreza açoreana e senhor de uma das melhores fortunas do arquipélago.

José Maria Raposo d'Amaral - chefe do partido progressista, Par do Reino, pessoa da melhor respeitabilidade açoreana e senhor de uma grande fortuna.

Conde da Fonte Bela —fidalgo de uma grande popularidade na Ilha de S. Miguel e possuidor de uma grande fortuna.

Dr. Caetano d'Andrade Albqpuerque—capelo em Direito pela Universidade de Coimbra, do melhor prestigio no partido progressista, e possuidor de uma grande fortuna.

Manuel Jacinto da Ponte—antigo republicano, da maior popularidade e bondade de coração.

Dr. Francisco Pereira Lopes de Betencourt Ataide—distinto advogado, das melhores familias da Ilha de S. Miguel, orador brilhante, que desempenhou varios cargos electivos.

Dr. Aristides Moreira da Mota—que teve a gloria de iniciar com sua proposta de lei o movimento autonomico Açoreano, causidico brilhante, ilustre professor do Liceu Central, deputado em varias legislaturas.

Dr. Duarte d'Andrade A. Betencourt (Conde d'Albuquerque)—das melhores familias Açoreanas, politico de valor e da mais subida hombridade.

Luiz Soares de Sousa—industrial e comerciante que mais popularidade gosava em Ponta-delgada, pela sua honestidade, pela sua bondade e pela sua riqueza, da qual partilhavam grandemente os desprovidos de fortuna.

Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira—distinto clinico e sub-delegado de saude em Ponta-delgada, orador de raça e que imprimiu a este movimento o melhor dos seus esforços; foi deputado em varias legislaturas.

Foi desta comissão que nasceram os projectos da organização Administrativa dos Açores, que deu em resultado a creação das juntas-gerais com principios autonomicos que hoje regem os distritos de Ponta-delgada e Angra do Heroismo.

Tribunal da Relação dos Açores. Por decreto de 16 de maio de 1832 foi creado nos Açores um Tribunal de segunda instancia, tendo a sua séde em Ponta-delgada; foi a graça concedida pelos liberais ao povo micaelense pelo seu esforço nas lutas constitucionais que tiveram o seu epilogo nos bravos do Mindelo.

Foram presidentes deste Tribunal:

José Leandro de Sousa, que tomou posse do seu logar a 3 de julho de 1832.

Joaquim José Queirós, que tomou posse a 3 de junho de 1833.

Antonio Osorio de Sousa Castro Cabral Albuquerque, que tomou posse a 12 de fevereiro de 1835.

Frncisco de Magalhães Coutinho, que tomou posse a 17 de janeiro de 1839.

Bento Cardoso de Gouveia Pereira Corte Real, que tomou posse a 5 de julho de 1845.

Luiz d'Almeida Menezes e Vasconcelos, que tomou posse a 5 de dezembro de 1856.

José de Melo Giraldes Sampaio de Bourbon, que tomou posse a 22 de junho de 1870.

Francisco Jeronimo Coelho e Sousa, que tomou posse a 22 de março de 1872.

José Pereira, que tomou posse a 12 de fevereiro de 1879.

Bazilio Alberto de Souso Pinto, que não chegou a tomar posse por ser transferido.

Cassiano Sepulveda Teixeira, que tomou posse a 11 de outubro de 1880.

Francisco Manuel da Rocha Peixoto, que tomou posse a 26 de julho de 1881.

Luiz Cardoso Garcia de Miranda, que tomou posse a 28 de outubro de 1881.

João Candido Furtado Mendonça d'Antas, que tomou posse a 12 de fevereiro de 1891.

Firmino João Lopes, que tomou posse a 11 d'abril de 1891.

Jeronimo Moreira da Camara Botelho de Gusmão, que tomou posse a 9 de dezembro de 1891.

José Ramos Nogueira, nomeado por decreto de 7 de abril de 1899.

Antonio Duarte Marques Barreiros, que tomou posse a 26 d'abril de 1899.

Alberto Carlos Supico, que tomou posse a 5 de novembro de 1900.

Francisco Roberto d'Araujo Magalhães Barros, que tomou posse a 11 de setembro de 1901.

José dos Santos Duarte Pimental, que exercia o logar em 1902.

Antonio A. Fernandes Braga, que exercia o logar em 1903.

José Betencourt da Silveira e Avila, que exercia o logar em 1904.

Antonio Henriques Rodrigues da Costa, que exercia o logar em 1908.

Francisco Teixeira de Mesquita, que exercia o logar em 1908.

Funcionaram junto deste Tribunal como Procuradores Regios:

José Jacinto Valente Farinha, que tomou posse a 20 de novembro de 1832.

Antonio d'Oliveira Amaral Machado, que tomou posse a 21 de outubro de 1835.

Bento Cardoso de Gouveia Pereira Corte Real, que tomou posse a 2 de janeiro de 1837.

Luis d'Almeida Vasconcelos, que tomou posse a 23 d'abril de 1842.

Antonio Joaquim Nunes de Vasconcelos, que tomou posse a 20 de janeiro de 1849.

Josè Prudencio Teles d'Utra Machado, que tomou posse a 26 d'agosto de 1857.

Francisco Henriques de Sousa Seco, que tomou posse a 23 de julho de 1859.

Manuel José Botelho, que tomou posse a 22 de fevereiro de 1860.

José da Cunha Navarro de Paiva, que tomou posse a 1 de outubro de 1862.

João Antonio Fragoso Rhodes, que tomou posse a 22 de agosto de 1868.

Julio Pereira de Carvalho e Costa, que tomou posse a 12 de dezembro de 1888,

Gabriel Samora Muniz Junior, que tomou posse a 28 de março de 1904.

Chefes do Distrito Oriental dos Açores, com séde em Ponta-delgada

Jacinto Inacio Rodrigues da Silveira—agraciado com o titulo de Barão da Fonte Bela, por decreto de 3 de março de 1836, pelos relevantes serviços prestados á causa liberal; teve a Carta de Conselho, a Comenda de Cristo e o Pariato, com honras de grande do Reino por Cartas Regias de 3 de maio de 1842 e 23 do mesmo mês do ano seguinte.

Foi um dos vogais do governo interino da Ilha de San Miguel eleito na revolta de 1821, em Ponta-delgada,

e recebeu no seu palacete do Botelho, logar do Livramento, o exercito libertador no dia 2 de agosto de 1832, de volta da victoria alcançada na Ladeira da Velha.

Foi autoridade superior do distrito por duas vezes: uma como Conselheiro da Prefeitura e Governador civil desde junho de 1835 a julho do ano seguinte, a segunda como Administrador geral interino desde 1 de outubro de 1836, até 1837.

Possuidor de avultada fortuna construiu a sua residencia no local do antigo Paço dos Condes de Vila-franca e um palacete no seu predio do Botelho.

Joaquim José Lopes da Silva—foi redactor principal de «A Miscelanea Micaelense», jornal politico, e tem alguns escritos impressos,como «Ensaio sobre a estatistica das possessões portuguesas». Nomeado Governador civil, tomou posse a 11 de julho de 1836.

João Rodrigues de Paiva—nomeado Administrador-geral por decreto de 15 de julho de 1837, só entrando em exercicio no ano seguinte.

Era vogal da Camara Municipal de Ponta-delgada, quando a esta cidade chegou S. M. I—D. Pedro IV a 22 de fevereiro de 1832.

Manuel Medeiros da Costa Canto e Albuquerque—1.º Barão das Larangeiras, Presidente da Junta governativa na Ilha de San Miguel e comandante do batalhão civico de Ponta-delgada nas lutas Liberais entre D. Pedro e D. Miguel.

Militou no partido Liberal, com o qual gastou muito da sua fortuna, até fornecer os viveres para a frota dos 7.500 bravos do Mindelo.

Foi nomeado Administrador-geral do distrito de Ponta-delgada, por decreto de 27 de agosto de 1838, logar que exerceu até 1840.

Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo—neto do historiador Francisco Afonso de Chaves e Melo, a quem já nos referimos; eleito deputado ás Côrtes pelo Distrito de Ponta-delgada em 1834 e noutras legislaturos posteriores, redigiu varios jornais e foi nomeado Governador civil por Decreto de 26 de outubro de 1842.

Dr. Antonio Vicente Peixoto—Deputado eleito pelo Distrito de Ponta-delgada, apresentou ao parlamento em

1840 um projecto para a construção duma doca maritima em Ponta-delgada.

Era natural da Ilha das Flores e formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado Governador civil por decreto de 17 de abril de 1844.

Antonio Borges da Camara Medeiros—irmão do Visconde da Praia, que tambem se evidenciou nas lutas liberais; desempenhou o cargo de Governador-civil em Ponta-delgada, para que foi nomeado por Decreto de 8 de setembro de 1847.

Amante em extremo de flores, deixou-nos dois encantadores jardins, um junto á sua casa de Ponta-delgada e outro no vale das Furnas, que teem o seu nome.

Foi casado com D. Maria das Mercês d'Andrade Albuquerque Betencourt Borges de Medeiros, que foi a iniciadora da Cosinha Economica.

João Soares de Sousa Canto e Albuquerque—natural da Ilha de Santa Maria, onde possuia uma avultada fortuna, residia a maior parte do tempo em San Miguel; inteligente, culto e bondoso, protegeu muitos estudantes nos seus estudos, ordenando de Presbiteros e formando muitos. Fez parte do Concelho do Distrito de Ponta-delgada, da Junta-geral, tenente coronel honorario do batalhão nacional de voluntarios, serviu de Governador civilr na qualidade de Conselheiro do Distrito no ano de 1848.

Eusebio Dias Poças Falcão—do Conselho de Sua Majestade, promoveu a edificação do um hospital nas Furnas, que era sustentado de esmolas e das pensões orçadas pelas Misericordias de Ponta-delgada, Ribeira-Grande e Vila-franca.

Nomeado Governador civil, tomou posse deste cargo em 1850.

Laureano Francisco da Camara Falcão—natural da Ilha de Santa Maria, filho do capitão-mór Manuel José Pinto da Camara Coutinho, estudou no colegio dos nobres em Lisboa.

Empenhou-se muito pelo desenvolvimento da agricultura nas Ilhas de Santa Maria e Madeira, onde tinha muitas propriedades. Era Fidalgo cavaleiro de Sua Majestade e coronel do batalhão Nacional de voluntarios

de artilharia em Ponta-delgada. Em diversas epocas foi Conselheiro do Distrito, presidiu á Camara Municipal de Ponta-delgada, deputado ás Côrtes; pertencia ao partido Cartista.

Desempenhou as funções de Governador civil como Conselheiro do Distrito em 1851.

Dr. Felix Borges de Medeiros—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, abriu banca de advogado na cidade do Porto e entrando na politica activa tomou parte no movimento que ficou denominado Regenerador, vindo então nomeado Governador civil para Ponta-delgada, sua terra natal, em 1851, exercendo este logar 17 anos seguidos, abstendo-se por completo das lutas eleitorais e tratando apenas da Administração da Ilha.

Dr. Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares—Secretario-geral do Governo civil de Funchal, foi transferido para o de Ponta-delgada por decreto de 5 de dezembro de 1877; sendo nomeado Governador civil deste Distrito por decreto de 30 de setembro de 1878, desempenhando novamente estas funções por decreto de 19 de junho de 1881.

Dr. Verissimo d'Aguiar Cabral—natural da Ilha de San Miguel e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi soldado do batalhão academico na revolta do Minho.

Foi advogado nos auditorios de Ponta-delgada, redactor do Correio Micaelense, orgão do partido popular e progressista da mesma cidade, no ano de 1878.

Foi nomeado Governador civil, por Decreto de 9 de julho de 1879.

Dr. Francisco Pereira Lopes de Betencourt Ataide—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi um dos melhores ornamentos do foro nos auditorios da sua terra natal, a Ilha de San Miguel.

Foi um dos melhores elementos para a conquista da autonomia-administrativa de San Miguel; deputado pelo partido autonomista, houve-se com brilho no Parlamento.

Foi presidente da Camara Municipal e da Junta-geral e Governador civil, na qualidade de Conselheiro do Distrito, que então era em 1881.

José Maria Raposo d'Amaral Junior—a figura de mais prestigio, no seu tempo, na Ilha de San Miguel. Chefe do partido progressista, e senhor de uma avultada fortuna, conseguiu formar em sua volta o melhor pessoal politico.

Por duas vezes exerceu o cargo de Governador civil, uma em 1886, para que fora nomeado por Decreto de 1 de abril daquele ano, e outra vez no ano de 1897, nomeado por telegrama, tomando posse a 15 de fevereiro de 1897.

Dr. José Maria Tavares Ferreira, um dos mais abalizados jurisconsultos de Ponta-delgada. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, abriu banca de advogado naquela cidade e sendo Conselheiro do Distrito exerceu o cargo de Governador civil em 1886.

Dr. Narciso Maximiliano Alvares de Carvalho—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural do continente, veiu a esta Ilha desempenhar as funções de Governador civil, numa situação progressista para que fora nomeado por Decreto de 1 de julho de 1886.

Dr. Carlos Maria Gomes Machado—formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, não usou do seu mister, contudo; foi professor do Liceu de Ponta-delgada, donde era natural, reitor, Procurador á Junta-geral e Governador civil, para que fora nomeado por Decreto de 16 de janeiro de 1890. Tem o seu nome vinculado ao museu-municipal, deque foi o fundador.

Dr. Bento José Pinto da Mota—Nomeado Governador civil por Decreto de 2 de Junho de 1892, tomando posse a 10 do mesmo mês.

Dr. Antonio Moreira da Camara Coutinho de Gusmão—formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Empregado superior da Alfandega, natural da Ilha de San Miguel, do Conselho de Sua Magestade, foi nomeado Governador civil por Decreto de 30 de novembro de 1893, tomando posse a 9 de dezembro do mesmo ano.

Conde de Paçô-Vieira—formado em Direito pela Universidade de Coimbra e Magistrado judicial; veiu á Ilha de San Miguel, nomeado Governador civil por De-

creto de 24 de dezembro de 1896, tomando posse a 11 de janeiro do ano seguinte.

Dr. Francisco d'Andrade Albuquerque—do Conselho de Sua Majestade, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural de Ponta-delgada onde sempre tem vivido ocupado na administração de sua casa, foi nomeado Governador civil por Decreto de 31 de maio de 1897.

Dr. José Coelho da Mota Prego—do Conselho de Sua Majestade, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, veiu a esta Ilha desempenhar as funções de Governador civil por duas vezes, uma por Decreto de 4 de julho de 1900 e outra por Decreto de 2 de maio de 1904.

Dr. Amadeu Pinto da Silva—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, veiu a esta Ilha nomeado Governador civil por Decreto de 31 de janeiro de 1901.

Dr. Luiz de Betencourt Medeiros e Camara—do Conselho de Sua Majestade, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, um dos vultos que mais se tem salientado no foro judicial, natural de Ponta-delgada, exerceu as funções de Governador civil por duas vezes, uma em 1904, para que foi nomeado por telegrama, em outra de 1906, tomando posse a 9 de junho.

Visconde do Porto-formoso—natural de Ponta-delgada, exerceu as funções de Governador civil em 1905 e 1906, na qualidade de substituto.

Dr. Francisco de Melo Manuel Leite Arruda—formado em Matematica pela Universidade de Coimbra, Engenheiro civil, natural de Ponta-delgada, foi nomeado Governador civil em 1906, tomando posse a 24 de março do mesmo ano, e nomeado novamente por telegrama em julho de 1910, exerceu as funções até ao advento da Republica.

Dr. João Antonio Ferreira de Moura—do Conselho de Sua Magestade, exerceu o cargo de Prefeito da Provincia oriental dos Açores, para que fora nomeado por Carta de 1 de julho de 1833, até á nova organização administrativa de 1836 que dividiu os Açores em tres distritos administrativos. Foi o unico prefeito desta Provincia.

Chefes do Distrito Ocidental dos Açores,com sede na Horta.

Antonio Mariano de Lacerda—do Conselho de Sua Majestade, tenente-coronel de milicias e uma das principais personalidades da Ilha do Faial, donde era natural.

Governou como Sub-prefeito, como Administrador geral e depois como Governador Civil desde os anos de 1832 a 1836.

Dr. Antonio Josè Joaquim de Miranda—que exerceu o cargo com a denominação de Prefeito desde 1836.

Dr. Antonio Joaquim Nunes de Vasconcelos—que foi um dos colaboradores da «A Cronica da Terceira» e «Cronica dos Açores», desempenhou o cargo como Administrador-geral desde 1838.

Francisco de Paulo de Sousa Vilas Boas—nomeado Administrador geral, entrou em exercicio no ano 1840.

Antonio José Viera Santa Rita—do Conselho de Sua Majestade, deputado pelo circulo da Horta em 1845; desempenhou as funções com a denominação de Administrador geral em 1843; por decreto de 10 de dezembro de 1846 foi novamente nomeado já então com o titulo de Governador Civil, e ainda pela terceira vez por decreto de 14 de agosto de 1857.

Foi Secretario geral do Governo Civil 10 anos nos distritos de Leiria e Lisboa; pertenceu ao batalhão academico de Coimbra, andando emigrado, pelas lutas liberais, pela Frarça e Inglaterra, onde se conservou até ao estabelecimento do regimen Constitucional.

Niculau Anastacio de Betencourt—do Conselho de Sua Majestade, exerceu as funções de Governador Civil em 1848, sendo depois transferido para o Distrito de Angra.

Dr. Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural da Ilha de San Jorge, deputado ás Côrtes pelo Distrito de Angra do Heroismo, orador insigne e um dos vultos mais em evidencia na politica do seu tempo, desempenhou as funções de Governador Civil desde o ano de 1849.

Luiz Teixeira de Sampaio Junior—do Conselho de Sua Majestade,a quem os Faialenses devem o haver submetido ao governo uma proposta e projecto para a construção de uma doca na Horta; exerceu as funções de Governador Civil, tomando posse a 28 de agosto de 1852.

Visconde de Castilho—(Julio de Castilho),—que referente aos Açores escreveu: «O Arquipelago dos Açores» e «Cartas de um Lisboeta». Tomou posse do cargo de Governador Civil da Horta, para que fora nomeado, a 25 de outubro de 1877.

Dr. Antonio Maria d'Oliveira—do Conselho de Sua Majestade, nomeado Governador Civil do Distrito da Horta. Tomou posse do seu cargo a 15 de maio de 1878.

Manoel Francisco de Medeiros—do Conselho de Sua Majestade, formado em filosofia e medicina pela Universidade de Coimbra, facultativo Municipal e da Santa Casa da Misericordia da Horta, que lhe deve muito dos seus esforços. Chefe do partido progressista do Distrito do Faial, foi eleito deputado ás Cortes por este Distrito e por duas vezes Governador Civil, uma em que tomou posse a 13 de junho de 1879 e outra a 14 de maio de 1886.

Antonio Patricio da Terra Pinheiro—do Conselho de Sua Majestade; foi presidente da Camara Municipal da Horta prestando-lhe muitos bons serviços, e Governador Civil, tendo tomado posse a 1 de julho de 1881.

Dr. Manoel d'Arriaga Nunes—nomeado Governador Civil do Distrito da Horta. Tomou posse do seu cargo a 29 de Janeiro de 1890.

Rodrigo Alves Guerra, (Barão de Sant'Ana)—presidente da Camara Municipal da Horta, professor do Liceu desta cidade, consul da França, desempenhou as funções de Governador Civil, tomando posse a 8 de março de 1893.

Guilherme Real Cabral—do Conselho de Sua Majestade, escritor micaelense que deixou nome nas suas produções historicas, entre as quais indicaremos: «Glorias e primores de Portugal», «Revista Geral da Historia

Antiga e Moderna», «No seio de Terra e nas profundezas do mar».

Na Ilha do Faial foi consul da Inglaterra e foi agraciado com a Comenda de Cristo e Cavaleiro da Torre e Espada; desempenhou as funções de Governader Civil, tomando posse a 29 de setembro de 1893.

José d'Almeida Avila—do Conselho de Sua Majestade, nomeado Governador Civil do Distrito da Horta. Tomou posse a 4 de Janeiro de 1894.

João Carvalho de Menezes—de Conselho de Sua Majestade. Foi vereador da Camara Municipal da Horta e Governador Civil do Distrito, tomando posse a 13 de dezembro de 1895.

Dr. Amancio Rodolfo Pinheiro da Costa Ribeiro—nomeado Governador Civil do Distrito da Horta. Tomou posse do seu cargo em 29 de junho de 1895.

Dr. Antonio Emilio Severino d'Avelar—do Conselho de Sua Majestade, medico pela Escola de Lisboa, desempenhou na Horta as funções de facultativo municipal, do Hospital e Guarda-mór de Saude. Foi em tres epocas Reitor do Liceu daquela cidade, deputado ás Côrtes na legislatura de 1889 e Governador Civil por duas vezes, uma tomando posse a 3 de fevereiro de 1896 e outra a 30 de junho de 1910, vindo assim a ser o ultimo Governador do tempo da monarquia.

Miguel Antonio da Silveira—do Conselho de Sua Majestade, deputado eleito em varias legislaturas, foi muitos anos provedor da Santa Casa da Misericordia e agente do Banco de Portugal. Desempenhou as funções de Governador Civil, tendo tomado posse a 21 de fevereiro de 1897.

José Nestor Ferreira Madruga—serviu como Governador substituto no distrito da Horta, tomando posse a 8 de março de 1897.

Dr. Diogo Barcelos Machado Betencourt—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural da Ilha Terceira. Tomou posse do logar de Governador Civil a 12 de outubro de 1899.

Visconde de Leite Perry—formado em Direito pela

Universidade de Coimbra, desempenhou as funções de Conservador do Registo Predial na Horta, depois o de Juiz Auditor e agora o de Secretario Geral do Governo Civil, por tres vezes assumiu a chefia de Governador do Distrito, uma em 1900, outra em 1906 e a ultima em 1909.

Dr. Francisco d'Andrade Albuquerque—natural de Ponta Delgada e já nomeado e a paginas 269, exerceu as funções de Governador Civil deste Distrito, tomando posse a 28 de outubro de 1905.

Visconde Borges da Silva—natural da Ilha do Faial e uma das personalidades mais em evidencia da cidade da Horta. Tomou posse do cargo de Governador Civil para que fora nomeado, a 23 de março de 1906.

Dr. Manuel Antonio Lino—formado em Medicina pela Universidade de Goimbra, obtendo durante o seu curso altas classificações, medico municipal da cidade de Angra, abalizado clinico, tomou posse do cargo de Governador para que fora nomeado a 16 de junho de 1906.

Augusto da Silva Carvalho Osorio—nomeado Governador Civil efectivo, tomou posse do seu logar a 28 de setembro de 1906.

João Joaquim André de Freitas—nomeado Governador Civil deste distrito, tomou posse do seu cargo a 28 de março de 1908.

Augusto Cesar Sá Linhares—como governador substituto desempenhou estas funções tomando posse do cargo a 13 de junho de 1908.

João Antonio Cochado Martins—nomeado Governador Civil efectivo, tomou posse do seu logar a 28 de janeiro de 1910.

Chefes do Dictrito Central dos Açores, com sede em Angra do Heroismo.

Luis Pinio de Mendonça Arrais—Visconde de Valongo, que como prefeito da Provincia ocidental dos Açores veiu substituir o Brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios. Era tambem Brigadeiro do exercito e exerceu este cargo até julho de 1836.

Barão da Cancela—que anteriormente havia governado militarmente os Açores; exerceu o cargo de Prefeito até 29 de setembro de 1836.

Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara—assumiu o governo como membro do Conselho do distrito até 21 de dezembro de 1836, data em que passou este cargo a ter a denominação de Administrador Geral e divididos os Açores em 3 provincias.

Visconde de Bruges—de quem já falámos a paginas 256 deste trabalho, desempenhou as funções de Administrador-geral do Distrito de Angra do Heroismo, tomando posse deste cargo a 22 de dezembro de 1836.

José Silvestre Ribeiro—a quem o distrito d'Angra muito deve, pois desenvolveu a instrução abrindo escolas em diferentes pontos da Ilha, promoveu o concerto das estredas, creou associações com o fim de desenvolver os diferentes ramos da actividade humana. Activou a reedifidação da Vila da Praia arrasada pelo terremoto de 15 de junho de 1841; tomou posse do seu alto cargo em novembro de 1839 exercendo-o até 1844, data em que foi transferido para identico logar do Distrito de Beja.

Nicolau Anastacio de Betencourt—desempenhou as funções de Chefe do distrito até 21 de junho de 1846 e depois de 1 de novembro de 1846 até abril de 1847, pois que a 22 de abril deste ano deu-se em Angra o pronunciamento da Junta Supremo do Porto em virtude da insurreição—patuléa—em que a voz de Maria da Fonte se fez ouvir em todo o País.

Em Angra, por tal motivo, procedeu-se á eleição da junta Governativa do Distrito, sendo nomeados:

Presidente—Visconde de Bruges.

Vice-presidente—Barão de Noronha.

Vogais—Alexandre Martins Pamplona, Comendador Antonio da Fonseca, major Duarte José Fava e Dr. José Prudencio Teles.

Não tendo, porém, querido reconhecer este governo o Governador-civil Nicolau Anastacio de Betencourt, foi substituido pelo Barão de Noronha, mas restabelecida a ordem em Portugal, foi a junta dissolvida e a 14 de agosto do mesmo ano reassumiu novamente o governo.

Desempenhou ainda as funções de Governador-civil de 21 de novembro de 1849 a 26 de julho de 1851 e de setembro de 1852 a março de 1857.

Antonio José Vieira Santa Rita—de quem já falamos a pag. 270 e que tomou posse do seu cargo neste Distrito a 19 de julho de 1848.

Antonio Marcelino da Victoria—que exerceu estas funções como efectivo, desde outubro de 1851 a 25 de agosto de 1852.

Cassiano Sepulveda Teixeira—Governador-civil efectivo desde julho de 1858 a 21 de maio de 1859.

José Maria da Silva Leal—que desempenhou estas funções desde 22 de maio de 1859 a 20 de janeiro de 1861.

Jacome de Bruges (2.º Visconde de Bruges e 2.º Conde da Praia da Victoria)—descendente das mais ilustres familias Terceirenses. Na sua qualidade de Secretario-geral desempenhou as funções de Governador-civil desde 4 de julho de 1861 a 24 de outubro de 1865 e de 1 de janeiro de 1868 a março de de 1869 e ainda dois anos, de 1870 a 1878.

José Guilherme Pacheco—que desempenhou estas funções desde 10 de fevereiro de 1866 a agosto do mesmo ano.

Antonio Gouveia Osorio—Governador-civil do Distrito desde abril de 1867 a janeiro de 1868.

D. Miguel Vaz Guedes Malafaia, Governador-civil d'Angra no periodo que decorre desde março a setembro de 1869.

Dr. Felix Borges de Medeiros—a quem já nos referimos a paginas 267, nomeado Governador-civil d'Angra, exerceu este cargo desde 20 de outubro de 1870 a maio de 1872.

Gualdino Lobo de Gouveia Valadares—na sua qualidade de Secretraio-geral, exerceu as funções de Governador-civil, em 1873 e de 1874 a 1876.

Francisco d'Albuquerque Mesquita e Castro—exer-

ceu às funções de Governador-civil nos anos de 1873 a 1874.

Barão do Ramalho (Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara)—doutor em sciencias naturais pela Universidade de Bruxelas, das mais distintas familias d'Angra, de onde era natural, exerceu as funções de Governador-civil nos anos de 1876 a 1877, e 1878 e 1890.

Visconde de Nossa Senhora das Mercês (Candido Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda)—desempenhou as funções de Governador-civil, como substituto, nos anos de 1880 a 1881 e como efectivo em 1886, 1887 a 1890, 1898 a 1899.

Conde Siuve de Menezes (José Maria Siuve de Menezes)—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, eleito para cargos administrativos na Ilha Terceira, deputado da nação e Par do Reino, desempenhou as funções de Governador-civil nos anos de 1881, 1883 a 1884, e 1885 a 1886.

Afonso de Castro—que desempenhou as funções de Governador-civil desde de 10 de maio de 1881 a 23 de maio de 1883.

Augusto Maria da Fonseca Coutinho—que governou o Distrito desde dezembro de 1884 a maio de 1885.

2.º Visconde da Praia da Victoria—que como Governador-civil dirigiu o Distrito desde 28 de agosto de 1886 a 29 do mesmo mês do ano seguinte.

Henrique de Sá Nogueira Vasconcelos—Governador-civil desde março a maio de 1891 e exonerado a 9 de março de 1893, desempenhou o cargo na sua ausencia interinamente entre outros o Conselheiro José Inacio d'Almeida Monjardino, desde junho de 1891 a setembro de 1893.

Dr. José Pimentel Homem de Noronha—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desempenhou as funções de Governador-civil desde setembro de 1893 a março de 1895.

Manuel Homem de Noronha—nomeado por decreto de 27 de fevereiro de 1895 e serviu até agosto de 1896.

Engenheiro Emilio Lino da Silva Junior—nomeado por decreto de 24 de dezembro de 1896, exerceu o logar até 11 de fevereiro de 1897 e ainda de agosto a dezembro de 1901.

Conde de Siuve e Menezes (2.º), Raimundo Siuve de menezes—que dirigiu o Distrito desde fevereiro de 1902 a outubro de 1904.

Teotonio Paim Simão d'Ornelas Bruges—dos mais notaveis oradores de Angra e uma das figuras de maior prestigio no partido progressista, professor e por vezes Director da Escola Distrital de habilitação ao magisterio primario, desempenhou as funções de Governador-civil de 1904 a 1906 e 1910.

Dr. Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara—formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor e por vezes director da Escola Distrital de habilitação ao magisterio primario, exerceu as funções de Governador-civil em 1900 como interino e em 1906 como efectivo.

Conselheiro José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa—formado em filosofia pela Universidade de Coimbra, deputado pelo circulo de Angra e Governador-civil desde maio de 1906 a 1907.

Dr. Aristides Moreira da Mota, de quem já falamos a paginas 262, exerceu as funções de Goverdador-civil desde 10 de novembro de 1906 a 9 de fevereiro de 1908.

João Carlos da Silva Nogueira—1.º tenente da armada, Governador-civil desde março de 1908 a janeiro de 1909.

Francisco de Mendonça Pacheco e Melo—que como substituto do Visconde da Agualva, que não quisera tomar posse, dirigiu o Distrito desde 4 de julho de 1910 a 5 de outubro do mesmo ano.

Distinguiram-se mais neste periodo:

José de Torres, natural da Ilha de S. Miguel, Chefe da Repartição de Estatistica geral no ministerio das Obras Publicas; distinguiu-se como publicista, deixando-nos entre outras obras as Lendas Peninsulares, Ensaios,

Viagens no interior da Ilha de S. Miguel, Faustos, Micaelenses, etc. Era socio da Academia Real das Sciencias, havendo, porém, recusado todas as Comendas com que o governo, por vezes, o quis agraciar. Morreu no ano de 1874.

Morgado José Caetano Dias do Canto Medeiros, natural de Ponta-delgada, pertencia ás melhores familias da Ilha de S. Miguel; se bem que filiado no partido liberal, por vezes desempenhou cargos de confiança a pedido do general Francisco Saraiva da Costa Refoios. Em sua residencia em Pont-delgada se hospedou D. Pedro IV, quando a esta Ilha veiu. Pertenceu por vezes ás Juntas-gerais, foi membro do Conselho do Distrito e sendo Provedor do Conselho de Ponta-delgada desempenhou as funções de Sub-prefeito.

Tinha particular aptidão para os estudos geneologicos, deixando trabalhos neste genero e varios apontamentos sobre a historia Açoriana.

Marciano Henriques da Silva, nascido em Ponta-delgada no ano de 1831, de manifesta tendencia para a pintura, seguiu para Lisboa onde recebeu varias lições, completando a sua educação em Paris e Londres. Entre os quadros de valor que deixou, nomearemos: O Cardeal-Rei, O Tasso e O retrato de um negro.

Faleceu contando apenas 42 anos.

Conego José Joaquim de Sena Freitas, filho do escritor historico Bernardino José de Sena Freitas, natural da Ilha de S. Miguel, onde nasceu em 1840; ordenado de Presbitero entrou na Ordem dos Lazaristas, missionando pelo Brazil muitos anos, onde foi afinal morrer. Em recompensa dos seus muitos serviços, quer no pulpito como consagrado orador, quer como publicista, foi feito conego da Sé de Lisboa.

Entre as suas obras nomearemos: Autopsia á Velhice do Padre Eterno. Perfil de Camilo Castelo Branco, Dia a dia de um espirito cristão, No presbiterio e no Templo."

Roberto Ivens, natural da Ilha de San Miguel, que se distinguiu na travessia das terras de Africa, juntamente com Brito Capelo, contribuindo assim para o engrandecimento daquele continente no comercio e industria.

No seu regresso á Europa, recebeu-o Portugal festivamente.

José do Canto, da Ilha de S. Miguel, um dos espiritos mais fecundos do seu tempo, e possuidor de uma grande fortuna. Viajou pela Europa e prestou á agricultura, ao comercio e ás administrações da sua terra revelantissimos serviços. Escreveu alguns trabalhos sobre agricultura, de que era amantissimo e mandou construir o bonito templo invocado a Nossa Senhora da Vitoria da Lagoa das Furnas junto a um dos seus jardins e extensas matas que lá tinha.

Dr. Ernesto do Canto, irmão do precedente, a quem mais deve a historia dos Açores no seu Arquivo dos Açores, Ensaio biblico e Biblioteca Açoreana.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desempenhou alguns cargos de eleição na Administração das cousas publicas da S. Miguel, foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e faleceu no ano de 1900.

Dr. João Soares d'Albergaria, natural da Ilha de Santa Maria, filho de Bento Soares d'Albergaria, governador d'aquela Ilha.

Residia em Ponta-delgada, onde faleceu, advogado nos auditorios desta Ilha; e'eito deputado em 1852, desempenhou varios cargos eleitivos como Presidente da Camara, Provedor da Santa Casa, do Conselho do Distrito e Procurador á Junta, em Ponta-delgada.

Dr. Vicente Machado de Faria e Maia, 2.º Visconde de Faria e Maia, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario-geral do Governo civil e depois juiz Auditor do distrito de Ponta-delgada. Deixou varias obras entre as quais nomearemos «Beatriz» e «Cavaleiro d'Africa».

Dr. Antero de Quental, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural da Ilha de S. Miguel, o poeta mais querido de Portugal e sobre quem mais aturados estudos se tem feito.

Os Sonetos, a sua obra mais perfeita, tem em parte sido traduzidos em varias linguas; faleceu em Ponta-delgada e ao seu tumulo ameudadas vezes vão os maiores intelectuais depôr-lhe coroas de flores.

Dr. Esnesto Rodolfo Hintze Ribeiro, a figura politica que mais enobreceu a sua Ilha de San Miguel. Capelo em Direito pela Universidade de Coimbra, advogou nos anditorios de Ponta-delgada e sendo eleito deputado por este circulo seguiu a carreira politica sendo por vezes presidente do Ministerio.

Dr. Joaquim Teofilo Braga, nasceu em Ponta-delgada em 1843, doutorou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi lente do Curso Superior de Letras, depois Faculdade de Letras, em Lisboa.

Como politico foi o Presidente do Governo Provisorio e depois Presidente da Republica; como publicista foi o mais fecundo do seu tempo deixando inumeras obras sobre a nossa literatura.

Conselheiro Luiz Poças Falcão, natural da Ilha de S. Miguel, Magistrado-judicial integerrimo; como politico militou no partido progressista, sendo por vezes eleito deputado; foi presidente da Camara dos deputados e finalmente Par do Reino.

Antonio Manuel de Medeiros Albuquerque, 2.º Barão e 1.º Visconde das Larangeiras, seguiu a carreira diplomatica sendo adido á legação Portuguesa em Paris onde depois serviu de secretario.

José Jacome Correia, chefe do partido regenerador no distrito de Ponta-Delgada; havendo sucedido como varão mais velho aos vinculos da familia, formou uma das mais importantes fortunas do Arquipelago.

José Cordeiro, natural da Ilha de S. Mignel, engenheiro de pontes e calçadas pela Universidade Gand, concluiu os seus estudos na Escola Central de Paris, onde obteve a primeira classificação na especialidade.

A ele se devem as instalações electricas da Ilha. Inteligente, sério, em extremo trabalhador, morreu bastante novo devido ao excessivo trabalho.

Dr. Filomeno da Camara Melo Cabral, natural da Ilha de S. Miguel, Capelo em Medicina e lente na Universidade de Coimbra da respectiva faculdade.

Dr. José Pereira Botelho, formado em medicina pela Universidade de Paris e membro da Junta Governati-

va do seu distrito de Ponta-delgada por ocasião da revolta no Minho; foi o primeiro que na Ilha de S. Miguel iniciou em larga escala a cultura do ananaz.

Dr. Bruno Tavares Carreiro, formado em medicina pela Universidade de Coimbra, delegado de saude do distrito de Ponta-delgada, terra da sua naturalidade, o mais abalizado cirurgião do seu tempo.

D. Margarida de Chaves, filha do coronel Antonio Francisco da Costa Chaves e Melo, falecida no estado de solteira a 13 de outubro de 1884, que em seu testemunho deixou ao municipio do seu concelho, Ponta-delgada, uma parte da sua fortuna para a criação de um Albergue Noturno, que tem hoje o seu nome.

Dr. Prudencio Quintino Garcia, natural da Ilha de S. Miguel, formado em teologia pela Universidade de Coimbra e Conego da Sé da mesma cidade.

Padre João José d'Amaral, natural do logar d'Agua de Pau, da Ilha de San Miguel, Comissario dos Estudos no distrito de Ponta-delgada, professor do Liceu desta cidade e o seu primeiro Reitor.

Bastante ilustrado, conhecia com segurança as linguas latinas, francêsa e inglesa; deixou varios opusculos, entre os quais citarei: «Primeiras lições de geografia, Tradução do inglês a J. S. Commings, Elogio recitado na sala do governo aos benemeritos restauradores da liberdade» etc.

Dr. Eugenio V. Pacheco do Canto e Castro, licenciado em filosofia pela Universidade de Coimbra, professor de sciencias no Liceu de Ponta-delgada e seu reitor; distinguiu-se como jornalista sendo seus os semanarios: Localista, Preto no Branco e Autonomia dos Açores, que foram os melhores da sua epoca.

Manuel Francisco de Medeiros Botelho, natural de Agua Retorta, concelho da Vila da Povoação, onde nasceu em 1827. Professor livre do ensino secundario em Coimbra, escreveu: «Compendio de geografia,» que foi adoptado em varios Liceus», «Projectos de reforma de ensino primario e secundario», «O que é que deve ser a instrução nacional».

Joaquim Candido Abronches, micaelense que escreveu «Album micaelense» contendo muitas notas historicas e mapas sobre a Ilha de San Miguel.

José Bensaude, espirito culto e empreendedor, imprimindo uma feição muito particular ás industrias que creou e dirigiu, entre as quais distinguimos a Fabrica de Tabacos Micaelense.

Henrique Bensaude; dos mais ricos industriais, falecido ultimamente em Lisboa, onde residia; uma das figuras de maior prestigio no alto comercio português, distribuiu avultadas esmolas aos hospitais de Ponta-delgoda, sua terra natal e da Horta.

Simplicio Gago da Camara, natural de Ponta-delgada, espirito todo inclinado a empresas e explorações, foi sem duvida a figura que mais se distinguiu na sua eposa em Vila-franca do Campo, onde residia.

Augusto Cesar Ferreira Cabido, *Jacinto Ferreira Cabido*, que na Vila da Ribeira-grande de onde eram naturais instituiram os asilos de mendicidade, que ali, ha e legaram ao seu hospital, em seus testamentos, avultadas quantias.

Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, natural da Ilha do Faial, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta e advogado nos auditorios de Lisboa; filiado desde estudante no partido republicano, foi em diversas legislaturas eleito deputado, no advento da Republica foi feito Procurador Geral da Republica, depois Reitor da Universidade de Coimbra e finalmente eleito Presidente da Republica, logar que resignou antes de terminar o periodo governativo.

Dr. Miguel Street d'Arriaga, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do Distrito da Horta, donde era natural. Como escritor deixou algumas obras, entre as quais nomearemos: «Um crime», drama em 3 actos que se representou no Teatro Academico de Coimbra, A filha do morgado, As lições da guitarra, Nobreza e amor.»

Ernesto Rebelo, da Ilha do Faial, um dos melhores escritores do seu tempo, na sua Ilha; os assuntos mais da sua escolha eram as lendas e tradições do povo Açorea-

no, que espalhou em varios jornais, havendo muitas reunidas nas «Notas Açoreanas.

Dr. Manuel Alves Guerra, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado pelo circulo da Horta, donde era natural, apresentou em 1864 a proposta de lei para a construção de uma doca na Ilha do Faial. Adido á legação de Turim, foi em 1859 secretario da legação de Viena sendo por esse tempo, 1870, agraciado com o titulo de Barão de Sant'Ana; em 1874 foi, como enviado extraordinario e plenipotenciario, aos Estados Unidos da America do Norte.

José Francisco de Terra Brum, capitão-mór da Ilha do Faial e depois tenente-coronel de milicias desta Ilha. Fidalgo cavaleiro da Casa Real foi um fervoroso adepto do constitucionalismo, recebendo em sua casa D. Pedro IV; foi agraciado com a Carta de Conselho e o titulo de Barão da Alagoa.

Dr. João Teixeira Soares de Sousa, formado em filosofia pela Universidade de Coimbra, natural da Ilha de San Jorge, deputado ás Cortes em 1864. notabilizou-se pelos seus estudos de investigações de historia, muitos dos quais se acham no Arquivo dos Açores.

Conselheiro Luis de Tavora, engenheiro civil, natural de Angra do Heroismo, neto do conde da Barca e assim neto tambem do capitão-general dos Açores Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo.

Foi Director das Obras Publicas do distrito de Ponta-delgada e Angra e Governador-civil do Funchal.

Conselheiro Luiz de Meireles do Canto e Castro, avô do Conselheiro Luiz de Tavora, e que escreveu «Memoria sobre as Ilhas dos Açores».

Padre Francisco Rogerio da Costa, conego honorario da Sé d'Angra, Vigario da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Angra; espirito brilhante e orador sagrado dos mais brilhantes do seu tempo.

Felix José da Costa, irmão do Padre Rogerio, que deixou muitos trabalhos historicos.

Faustino da Fonseca, natural da Ilha Terceira, Bibliotecario em Lisboa e autor de varios trabalhos histo-

ricos, entre os quais nomearemos «Inês de Castro, Arraia miuda, Os Bravos do Mindelo».

Francisco de Menezes Meireles do Canto e Castro, (Visconde de Meireles) natural de Angra do Heroismo, funcionario superior da Fazenda e Director da Alfandega de Moçambique, Consul na India Inglêsa em Bombaim, onde prestou revelantes serviços ao País, acerca da questão do Padroado Português, que se levantou em 1882.

Dr. Teofilo Ferreira, medico, natural da Ilha das Flores e falecido em Lisboa em 1893.

O seu primeiro logar foi o de professor de Instrução primaria na Vila da Ribeira-grande, passando depois para Lisboa, tirou o curso dos Liceus e depois o de medico, formando-se em 1878.

Foi director da Escola Normal de Lisboa e sendo vereador Municipal nesta cidade e pertencendo-lhe o pelouro da Instrução melhorou tanta quanto pode a situação do professorado.

João Jose da Graça, natural da cidade da Horta exerceu nesta cidade a advocacia, para que tinha provisão e o magisterio secundario, tendo sido nomeado professor de francês e depois Reitor do Liceu daquela cidade.

Publicou alguns trabalhos sobre sciencias naturais, fisica e quimica, metodo para aprender inglês, e outros trabalhos identicos sobre francês e português. Faleceu na Horta a 14 de setembro de 1893.

José Augusto Cabral de Melo, natural de Angra, onde nasceu a 22 de janeiro de 1793.

Fol secretario do governo que se organizou nos Açores para defender os direitos reais de D. Miguel, sendo depois nomeado secretario da junta do Paço, mas tomado de suspeita foi demitido de todos os cargos e preso durante 8 meses.

As vitorias liberais restituiram-no á liberdade, sendo nomeado secretario da Camara de Angra, logar que desempenhou até á morte.

Escreveu grande numero de poesias, uma questão juridica sobre a sucessão dos vinculos e uma biografia do Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade.

INDICE

Origem do Arquipélago 5
Sua descoberta 8
Portulanos que desenham o arquipélago desde meados do seculo XIV 11
Nomenclatura das Ilhas 12
Colonização 13

Ilha de Santa Maria

Principais elevações, portos, pontas, ribeiras, ilheus, fortes e brazão d'armas 23

Vila do Porto 25
Almagreira 27
Santa Barbara 29
Santo Espirito 28
San Pedro 28

Ilha de San Miguel

Principais elevações, portos, pontas, ribeiras, lagoas, ilheus e brazão d'armas 29

Ponta-delgada
Sua descrição, fortes e brazão 32
Arrifes 44
Bretanha 48
Candelaria 49
Capelas 46
Fajan de Baixo 42
Fajan de Cima 44
Fenais 48
Féteiras 45
Ginetes 49
Livramento 40
Mosteiros 47
Relva 45
Rosto de Cão 41
Santo Antonio 47
San Vicente Ferreira 47

Vila da Ribeira-grande
Sua descrição, fortes e brazão 50
Fenais d'Ajuda 58
Lomba da Maia 57
Maia 56
Pico da Pedra 55
Porto-formoso 56
Rabo de Peixe 55
Ribeira seca 54

Vila-franca do Campo
Sua descrição, fortes e brazão 58
Agua d'Alto 63
Ponta-garça 62
Ribeira das Tainhas

Vila da Povoação 64
Agua Retorta 65
Faial da Terra 65

Furnas 66
Ribeira-quente 65
Vila do Nordeste 67
Achada 69
Achadinha 69
Nordestinho 68
Vila da Lagoa 69
Agua de Pau 72
Cabouco 72
Ribeira Chã 74
Atalhada 71
Ilha Terceira
Principais elevações, portos, pontas e brazão d'armas 74
Angra do Heroismo
Sua descrição, fortes e brazão 75
Altares 84
Belem 88
Doze Ribeiras 86
Nossa Senhora do Pilar 86
Porto Judeu 83
Raminho 85
Ribeirinha 83
San Bartolomeu 87
San Mateus da Calheta 87
San Sebastião 83
Santa Barbara 86
Serreta 85
Vila da Praia da Victoria
Seus fortes e brazão d'armas 89
Agualva 92
Biscoitos 93
Cabo da Praia 93
Fonte do Bastardo 94
Fontainhas 91
Lages 91
Quatro Ribeiras 92
Vila Nova 92
Ilha de San Jorge
Principais pontas, ilheus, ribeiras e elevações 94
Vila das Velas
Sua descrição e brazão d'armas 95
Manadas 98
Norte Grande 99
Rosais 97
Santo Amaro 97
Urzelina 98
Vila da Calheta
Norte pequeno 99
Nossa Senhora do Rosario 101
Ribeira Seca 100
Santo Antão 100
Ilha Graciosa
Principais pontas, ilheus, elevações e brazão d'armas 101

Vila de Santa Cruz
Sua descrição 102
Nossa Senhora de Guadalupe 103
Nossa Senhora da Luz 104
Praia 104
Ilha do Faial
Principais pontas, elevações, ilheus e brazão d armas 105
Horta
Descrição, fortificação, brazão d'armas 105
Cabo Branco 110
Cedros 111
Capelo 110
Feteira 110
Flamengos 110
Pedro Miguel 111
Praia do Almoxarife 111
Praia do Norte 111
Ribeirinha 111
Salão 111
Ilha do Pico
Principais elevações, pontas, ilheus 112
Vila de San Roque
Prainha do Norte 113
Santa Luzia 114
Santo Amaro 113
Santo Antonio 114
Vila das Lagens 114
Calheta de Nasquim 116
Ponte da Piedade 116
Ribeiras 115
San João 115
Vila da Madalena 116
Bandeiras 116
Candelaria 117
Criação Velha 117
San Mateus 117
Ilha das Flores
Principais elevações, pontas, portos e lagoas 118
Vila de Santa Cruz 119
Caveira 119
Cedros 120
Ponta-delgada 120
Vila das Lagens 120
Fajã Grande 121
Fajãsinha 121
Lagedo 120
Lomba 120
Mosteiros 121
Ilha do Corvo
Situação, portos e elevações 121
Vila Nova do Corvo 121
Donataria **123**
Donatarios e sua jurisdição 124

Capitanias 126
Santa Maria—seus capitães e açoreanos ilustres 128
S. Miguel=seus capitães e açoreanos ilustres 143
Praia da Vitoria—seus capitães e açoreanos ilustres 162
Angra e S. Jorge—seus capitães e açoreanos ilustres 168
Graciosa—seus capitães e açoreanos ilustres 178
Faial e Pico—seus capitães e açoreanos ilustres 184
Flores e Corvo—seus capitães e açoreanos ilustres 191
Comenda de Santa Maria 141
Corregedorias
Corregedores e suas atribuições 196
Governo eclesiastico e seus bispos 209
Governo Geral dos Açores 217
Lutas da sucessão
Batalha da Salga 218
Batalha em frente de Ponta-delgada 220
Batalha em frente de Vila-franca 222
Chegada de D. Antonio a Angra e rendição da Ilha 225
Governadores Espanhois 227
Restauração 230
Governadores portuguezes 231
Açoreanos ilustres 218
Capitania geral dos Açores 239
Capitães generais 240
Revolução Liberal de 1821 em S. Miguel 242
Revolução Liberal na Ilha Terceira 243
Revolução Liberal na Ilha do Faial 244
Pronunciamento militar e governo interino 246
Batalha da Vila da Praia 249
Regencia 250
Expedições de D. Pedro IV ás Ilhas 251
Os sete mil bravos do Mindelo 254
Açoreanos ilustres 255
Nova divisão administrativa 259
Prefeitos e sub-prefeitos 259
Governadores Civis
Do distrito de Ponta-delgada 264
Do distrito de Angra do Heroismo 273
Do distrito da Horta 270
Juntas Gerais
Movimento iniciador em S. Miguel 261
Sua comissão 261
Tribunal da Relação
Presidentes 262
Procuradores-regios 264
Açoreanos ilustres 277

Acabou de se imprimir este livro em dia da Natividade de Nossa Senhora, aos 8 de setembro de 1924.

Literatos dos Açores

Literatos dos Açores

Do mesmo autor:

A Vila– publicação historica de Vila-franca do Campo – seis volumes.

Senhora da Paz—descrição do seu Monte e Ermida.

A crise economico-social –estudo sobre o genero padrão do passado.

Peço a palavra—estudo sob a descentralização autonomico-administrativa e alto patriotismo dos Açores.

Historia dos Açores—origem, colonização, donatarios, lutas e governo dos Açores.

Vultos da minha terra:

Petronilha da Mota. a primeira freira micaelense.

Jordão Jacome Corrêa – o Capitão Alexandre.

A Intelectualidade nos Açores—inquérito á vida artistica e literária do Arquipélago dos Açores.

Historia da Instrução dos Açores –suas escolas e seus mestres.

Literatos dos Açores –estudo histórico sobre os escritores Açoreanos.

O Solar da Castanheira—romance dos fins do seculo XIX, na Ilha de S. Mguel.

Teatro:

Flores á Virgem—comédia em um acto, 1907.

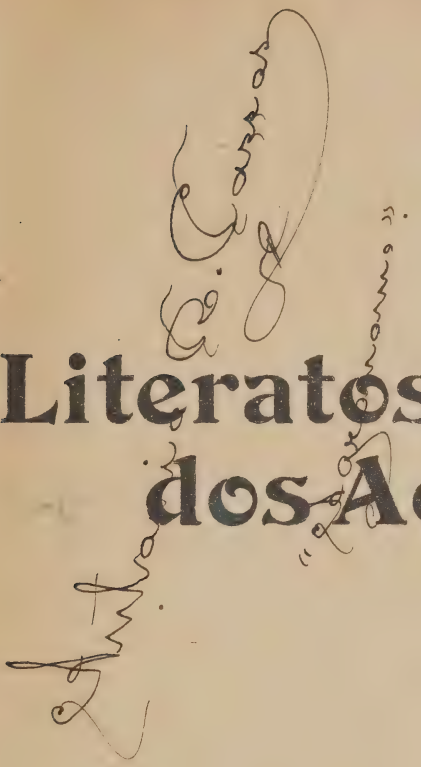
Loucos d'amor – tragédia historico-micaelense em 2 actos, 1907.

Alvores da mocidade—comédia em um acto.

O Primeiro amor—comédia em um acto.

Mais um pergaminho—comédia em um acto.

Urbano de Mendonça Dias



Literatos dos Açores

(historia)

Emp. Tip Ltd. de Vila-franca do Campo
Rua do Corpo Santo
1931

ESTUDANTES

Todos os povos, desde o inicio da sua actividade histórica, teem literatos que os nobilitam, que lhes narram os feitos e lhes cantam os amores; nós,os povos dos Açores, que somos pedaços da Alma dos Portuguêses do seculo XV, derramados por sobre o Atlantico, temo-los tambem que muito nos orgulham; homens da fé dos nossos primeiros Avós, portuguêses de lei, creados nêstes rochedos dos Açores, influenciados naturalmente pelo isolamento da nossa situação geografica e pela acção dos nossos emigrantes.

Temos tambem literatos e queremos, nêste trabalho, trazer os seus nomes á luz da publicidade, queremos conhecer-lhes os documentos apreciaveis em prosa e em verso, para descortinarmos entre as suas produções, as manifestações do seu espirito, o tique da nossa raça, a tradição, os usos, os costumes, a linguagem, as tèndencias do meio em que viveram, as influencias ex-

ternas a que estiveram sujeitos, o avanço ou o recuo na marcha da sua existencia.

Sentimos sempre a alma abrir-se-nos, quando trazemos á luz dos nossos dias os Avoengos, para lhes estudarmos os feitos e glorificarmos os seus trabalhos; falar dos que já morreram nunca é demais. Ha mortos que vivem com mais vida, que muitos dos que ainda andam pelo Mundo.

Como tradicionalistas que somos, amamos o passado, vamos de encontro mesmo aos revolucionarios que tentam derruba-lo, demolindo num momento e num acto de loucura, a obra dos séculos, que só os séculos constroem.

Vimos, neste trabalho, falar dos filhos queridos dos Açores a quem a campa dos cemitérios e o rolar dos anos não puderam encobrir os nomes, porque os documentos que deixaram, producto da sua inteligencia, são

raios de luz que jamais se apagaram. Queremos trazer á publicidade, pois, singelamente, a sua história, pequena em paginas, mas d'algum valor, desculpem-nos a franqueza, mas bem sabemos temos filhos que por si só nobilitam e enriquecem a literatura dum qualquer povo grande.

E' para vós, estudantes dos Açores, este meu trabalho; dedico-o do coração, para vosso estimulo e para vosso orgulho pela Patria querida.

Em dia da Santissima Trindade, a 15 de junho de 1924, em Vila-franca do Campo.

Urbano de Mendonça Dias

HISTORIADORES

Os mais antigos documentos literários que possuimos dos filhos dos Açores são os de narrações de acontecimentos sociais e descrições da terra.

Era o género que então predominava no espirito dos portuguêses, na juventude dos povos destas ilhas, seguramente por patriotismo, para registar as nossas conquistas, os nossos descobrimentos, os nossos grandes feitos d'aquém e d'além mar e até os nossos erros, o que se poderia e deveria dizer, para bem da nossa política, para que de tudo soubessem e se guardassem os vindouros.

Na Crónica do Infante Santo, D. Fernando, Fr. João Alvares escreveu:

«A memoria das cousas passadas dá conhecimento para as do presente e avisamento das que sam por vir. E asy os notaveis factos dos antigos se põem em escrituras para suas obras vertuosas seerem em membrança por ensinança e doutrina de nos outros.»

E' que começavam a andar na memória dos povos as grandezas de Portugal, mas o tempo ia-as deturpando,

formavam-se já lendas em volta dos nossos melhores homens, era por isso necessario gravarem-se esses feitos, avolumando-se essas paginas da nossa historia.

Escreveram-se as Crónicas, historiaram Portugal e os seus acontecimentos no Mar e em Terra e estas Ilhas, pedaços de terra portuguêsa, espalhados por sobre o Atlantico sob a benção de Deus, que Portugal encontrou, algumas ainda em grande actividade vulcanica, povoou e anexou, em cujo sibilar do vento e no bramir dos seus mares parece estar-se ainda ouvindo uma canção de louvor ao genio português, ao genio dos nossos Avós.

E' d'algum desses portuguêses nascidos nestas Ilhas dos Açores, que cultivaram este genero literario, que vamos falar nêste capitulo, singelamente, dizendo, em resumo, o que sabemos da sua vida, das suas tendencias e das suas obras.

GASPAR FRUCTUOSO — nasceu em Ponta-delgada da Ilha de S. Miguel no ano de 1522, filho, segundo as melhores suposições, de Fructuoso Dias e Isabel Fernandes e faleceu no dia 24 de agosto de 1591 na Vila da Ribeira-grande, encontrando-se, presentemente, os seus restos mortais num pequeno mausuleo do cemitério d'aquela Vila, com a seguinte inscrição:

Aqui jazem as cinzas
do
Reverendo Gaspar Fructuoso, historiador das Ilhas
dos Açores e doutor graduado em Philosofia
e Theologia, pela Universidade
de Salamanca
o qual
nasceu na cidade de Ponta-delgada em 1522
e faleceu nesta Vila em 24 d'agosto de 1591.

Tendo recusado o bispado d'Angra, que em seu favor quisera renunciar o Ex.mo bispo D. Manuel d'Al-

meida, preferiu á mitra a vigararia da Matriz desta Vila, que serviu por quarenta anos. (1)

A Camara Municipal deste Concelho a expensas do municipio e coadjuvada pelos donativos d'alguns micaelenses, mandou erigir este monumento á memoria de varão tão insigne em letras e virtudes
1867

Já com vinte e seis anos de idade, parecendo assim haver interrompido os seus primeiros estudos feitos na Ilha de S. Miguel, matriculou-se na Universidade de Salamanca, onde se bacharelou em Artes a 13 de maio de 1549 e continuando na mesma Universidade veiu a ordenar-se de Presbitero, segundo os seus biógrafos, nesta Ilha de S. Miguel, nas férias do ano lectivo de 1553 a 1554. Voltando novamente a Salamanca e seguindo o seu curso na Faculdade de Teologia, foi-lhe conferido o grau de Bacharel no dia 9 de fevereiro de 1557:

«Bachalaureus in sacra Theologia Gaspar Fructuoso Presbiter civitatis ponta-delgada ex insula divi Michaelis Archangeli Regni Lusitaniæ in civitate Salmantina die vero mercurii nona dia mensis februarii anni domini milessemi quingentessimi quinquagesimi octavi hora tertia post meridiem, dictus discretus vir Dominus Gaspar Fructuosso Presbiter gradum *Bachalaureatus* in sacra Theologia sub disciplina egregii viri Domini martini

1) Havendo o Dr. Gaspar Fructuoso tomado posse da vigararia de Nossa Senhora da Estrela da Vila da Ribeira-grande a 15 d'agosto de 1565, e falecido a 24 d'agosto de 1591, apenas exerceu aquele cargo 26 anos e não quarenta. Vid. Arquivo dos Açores Vol. I pag. 408.

Vincrutii in artibus et philosofia ac sacra Theologia magistri recepit et assumpsit, presentibus ibidem Hieromino de Almaraz, Bidelo laico, et doctore Dominico Perez, et bachalaureo Emmanuell Fernandes, et bachalaureo Christophoro de Madrigal scholaribus; et aliis, et Andrea de Guadalaxara, notario publico.»

Era tido como doutor em teologia, e como tal por todos tratado, mesmo em documentos, mas até agora se encontrou o assento do respectivo acto, quer na Universidade de Salamanca, onde se havia bacharelado, quer na de Coimbra, onde no respectivo arquivo se procederam a minuciosas buscas, sendo assim de presumir, caso haja tomado este grau, fosse na Universidade de Evora, a cargo dos Jesuitas, de quem Fructuoso fora intimo amigo, e cujo funcionamento começou em 1559 ou 1560, mas de que só ha registos desde 1569.

Na verdade o Dr. Gaspar Fructuoso esteve algum tempo na cidade de Evora, segundo ele mesmo noticía e pelos anos de 1560 a 1565; seria sem duvida neste periodo, segundo opinam os seus melhores biógrafos, que ele conseguiria daquela Universidade o seu doutoramento.

Mas depois do Dr. Gasgar Fructuoso se haver bacharelado em Teologia, regressou á sua Ilha, servindo de páraco na Igreja Matriz da Vila da Lagoa até 1560, data em que passou para o Bispado de Bragança, coadjuvando o respectivo Bispo, D. Julião d'Alva, na administração do seu governo e onde desempenhou varios beneficios de representação e de responsabilidade. Em 1564, depois da morte deste Bispo, renuncia então nas mãos do seu sucessor, D. Antonio Pinheiro, todos esses cargos que exercia e passando para Lisboa, encontra-se com D. Manuel d'Almeida, que havido sido eleito bispo

dos Açores, que lhe ofereceu a administração do governo da sua nova diocese, que recusou.

Achava-se vaga então o vigararia de Nossa Senhora da Estrela da Ribeira-grande e o Dr. Gaspar Fructuoso preferiu este outro lugar, bem mais modesto, sendo confirmado a 20 de maio de 1565, tomando posse a 15 d'agosto daquêle mesmo ano.

Nesta Ilha de S. Miguel desempenhou então varios cargos de confiança do seu Bispo, cargos de responsabilidade e de representação que bem mostram a boa conta em que era tido.

Foi o primeiro cronista dos Açores e é nesta qualidade que ele vincou o seu nome perpetuamente. E' sem duvida o maior cronista do seu tempo, pela minuciosidade das suas descrições, pela coordenação metódica na diversidade de assuntos que trata, pela vastidão de conhecimentos que mostra possuia.

Percorreu seguramente toda a Ilha de S. Miguel e de Santa Maria para tão bem as descrever e historiar, pois com tal certeza e cuidado o fez, que o seu escrito é ainda hoje um guia seguro de viajar nestas Ilhas. Tem no entanto capitulos que são bem o producto da época em que viveu, fabulosos, inaceitaveis; o proprio autor mesmo duvida deles.

Nos seus trabalhos de Teologia que se perderam ou inutilizaram, sem duvida ele mostraria quão certo era o alto nome que tinha de bom teólogo, dos melhores teólogos do seu tempo, firmados nos seus estudos superiores e confirmados nos seus graus Universitários, que se não distribuem a esmo, nem impunemente.

Nos seus trabalhos de historia das Ilhas, de crónicas da epoca, de assuntos sobre tradições, usos, costumes, estatisticas, flora, fauna, agricultura, industrias, experiencias scientificas, estudos geológicos, descrições de fenomenos vulcanicos, sobre comercio, sobre navegação

sobre todos os ramos do conhecimento, ele mostra bem claramente quanto vale e de quanto era capaz, e exprime-se assim:

Algumas cousas contarei destas Ilhas, como testemunha de vista e outras que não vi, direi como as pode saber d'outrem, que não me faltou diligencia para inquirir e examinar a verdade delas, com assaz trabalho e custo; ainda que em algumas não pode bem descobrir a certeza que eu quizera.

Por morte do Dr. Gaspar Fructuoso passaram os seus manuscritos de história, reunidos em um grosso tomo e os de teologia, que se perderam depois, juntamente com todos os seus livros que se compunha de mais de quatrocentos volumes impressos, por deixa verbal, pois não fizera testamento, para a Casa dos Jesuitas de Ponta-delgada, Colégio de Todos os Santos, de quem era amigo particular e que muito se havia empenhado pelo seu estabelecimento nesta Ilha.

Na posse dos Padres da Companhia de Jesus estiveram pois os manuscritos do Dr. Gaspar Fructuoso até á sua expulsão do territorio Português, em 1760.

Procedeu-se nesta data então, por ordem do Governo, ao arrolamento de todos os bens daqueles Padres, entre os quais estava a importante livraria, enriquecida com os livros do Dr. Gaspar Fructuoso. No arrolamento porem, depararam com os Manuscritos da historia das Ilhas, que o Governador Antonio Borges de Betencourt mandou separar, certamente para que na Ilha ficasse tão importante trabalho.

Na verdade o manuscrito não levou o mesmo caminho que os outros livros da biblioteca dos Jesuitas, mas longe de passar a ser uma propriedade do Governo da Ilha, ficou sendo uma propriedade particular daquêle

governador que dele se apossou e como propriedade sua o transmitiu a seus herdeiros.

Anos depois e em virtude de denuncia que se diz haver sido feita pelo então tenente da Guarnição do Castelo de S. Braz de Ponta-delgada, José Ricardo da Costa Gama, mandou o ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares e Inspector Geral da Biblioteca Publica de Lisboa, que os herdeiros do finado Governador da Ilha remetessem para a metrópole todos os livros dos Jesuitas. «Ao Governo foi enviado» informa o escritor Bernardino José de Sena Freitas, um livro manuscrito intitulado — «Saudades da Terra» — pelo Dr. Gaspar Fructuoso; não o original, mas uma copia, a qual presentemente se acha na Biblioteca Publica de Lisboa.»

O original continuou na familia do Governador Antonio Borges, e seu filho P.e Luiz Bernardo Borges de Betencourt, vigario que foi da Matriz da Vila da Lagoa, possuiu-o como dono e como seu dono o deixou por sua morte a José Velho Quintanilha da mesma Vila que por 1840, aproximadamente, o vendeu por 200$000 reis ao morgado Duarte Borges da Camara Medeiros, primeiro Visconde da Praia e ascendente dos seus actuais possuidores, que até agora se tem recusado a dá-lo á publicidade ou autorizar a sua publicação.

Os Manuscritos intitulam-se:

a) *Saudades da Terra* — compreendendo seis livros, a saber:

Livro I, — Em que se trata como a Fama veiu ter com a Verdade que estava solitária em uma serra da Ilha de S. Miguel, onde a Verdade conta o descobrimento das Ilhas Canárias e de Cabo Verde e Indias de Castela, e das razões provaveis contra duas opiniões que ha das Ilhas dos Açores,

e por fim põem algumas conjecturas dos primeiros e antigos descobridores delas.

Como amostra, transcrevemos em seguida uns periodos do capitulo oitavo deste livro:

«Lembra-me agora uma resposta que o Imperador Sigismundo deu a um creado que disto se queixava; porque havendo-o servido muitos anos sem receber dele mercês, como outros de menos ou nenhum serviço recebiam, aconteceu que passando por uma ribeira viu ourinar o cavalo nela e queixou-se que era o cavalo naquilo como seu senhor era. O que ouvindo Sigismundo, lhe perguntou porque o dizia; respondeu ele: que como o cavalo ourinava na ribeira onde já havia tanta agua e tão sobeja, assim Cesar fazia mercês a quem tinha dos bens do mundo, que tinha menos necessidade deles. Entendeu Sigismundo que o creado o mordia do pouco galardão que lhe havia dado pelos muitos serviços que lhe tinha feito, e respondeu-lhe dizendo: Nunca me a mim faltou vontade de tu me ficares devendo, mas as mercês dos principes não são dos que merecem, senão d'aqueles que por certo as alcançam. O que lhe provou depois ser assim, mandando aparelhar duas bocetas de uma mesma feição e igualdade: uma cacheu-a de ouro, e outra de chumbo, e chamando o creado lhe mandou que escolhesse uma delas, qual quisesse; abaixou-se o mal ditoso servo e sopesando ora uma, ora outra, duvidando qual escolheria, veiu finalmente escolher a que tinha o chumbo: então se viu que a desventura do creado era para culpar, e não a vontade de Cesar.»

Livro II.—Em que trata do descobrimento da Ilha da Madeira e suas adjecentes e da vida e progénie dos ilustres capitães dela.

E' a historia das Ilhas do Porto Santo, Madeira, De-

sertas e Selvagens; foi já publicado na Tip. Funchalense em 1873, anotada por Alvaro Rodrigues d'Azevedo.

Livro III.—Em que se trata do descobrimento da Ilha de Santa Maria, que foi a primeira que se achou das nove chamadas dos Açores, e da vida e progénie dos seus capitães e comendadores.

Acha-se impresso na edição comemorativa do IV centenario do nascimento do Dr. Gaspar Fructuoso. Tip. do Diario dos Açores, em Ponta-delgada ano de 1922.

Abre esta edição com uma noticia biografica do Dr. Gaspar Fructuoso por Rodrigo Rodrigues, e uma noticia bibliográfica das Saudades da Terra por João de Simas.

Livro IV.—Em que se trata do descobrimento da Ilha de S. Miguel e da vida e progenie dos ilustres capitães dela e dos seus moradores e de algumas cousas que nela aconteceram.

Acha-se tambem impresso em dois volumes na edição comemorativa do IV centenario do nascimento do autor, na Tip. do Diario dos Açores, em Ponta-delgada no ano de 1924.

Livro V.—Historia de dois amigos da Ilha de S. Miguel.

Philomestro e Philidor, são os dois amigos, que indo por um ermo, ouviram eco que parecia de um pecador arrependido que começava a fazer penitencia.

Conta-se neste livro uns honestos amores que aconteceram nesta Ilha de S. Miguel; é cheio de muitos versos e obras poéticas.

E' neste livro que o autor, sem duvida, mais manifesta a sua alta qualidade de estilista, sendo uma interessante novela onde parece se esconde uma autobiografia, pois Philomestro parece ser o proprio Dr. Gaspar Fructuoso.

Em seguida transcrevemos um soneto do capitulo XXV deste livro que assim se anuncia:—«Como se despediu Philidor de Natonio, e de um soneto que fez em louvor do grande poeta lusitano Luiz de Camões, e depois foi ter á sua terra, onde achou a Philomestro, que deixando o amor de Thomariza se namorou de Gurioma que logo a morte lhe levou.

Com teu grave estilo, alto e soberano
em tua mais doce lira, que de Orfeo
cantando as Herculeas Lutas com Anteo,
realçando Luiz o nome Lusitano.

Cortando as inchadas ondas do Oceano,
rompendo da inculta poesia todo veo,
descobrindo novas terras, novo ceo
pozeste o risco sobre o engenho humano:

E's um poeta escolhido em alto ponto
entre cento nos segres celebrados
estes cento de mil sendo escolhidos.

Tirados outra vez os mil de um cento
Pela segunda especie descontados,
e o cento de entre todos os nascidos.

Livro VI.—Em que se trata do descobrimento das Ilhas Terceira, S. Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo.

Acham-se impressos alguns capitulos deste livro na imprensa periodica e em separatas.

b) *Saudades do Ceo*—In-fol. de 15 folhas em que a Verdade estando solitária na serra da Ilha de S. Miguel chorando tornou a vêr a fama, conta-lhe uma consideração que teve de noite e as saudades do Ceu.

c) *Teologia.*—16 manuscritos, de sua propria letra, sob matéria eclesiástica que se perderam ou foram destruidas inconscientemente.

Sem duvida este trabalho seria de alto valor, atendendo á grande ilustração do autor que justificadamente gosava. (1)

FR. DIOGO DAS CHAGAS.—Nasceu na Vila de Santa Cruz da Ilha das Flores, nos fins do secuo XVI, aproximadamente pelos anos de 1576, filho do Capitão-mór Mateus Coelho da Costa e D. Catarina de Fragoa Rodovalho.

Filho segundo, seguiu a carreira eclesiástica, professando na Ordem Serafica de S. Francisco. Na Ilha Terceira e no seu Convento de Angra, foi um dos Padres Mais Dignos, Definidor e Guardião. Mais tarde foi ainda eleito Provincial da Ordem, sendo ao tempo Mestre de Teologia,

Deixou varios manuscritos sobre assuntos religiosos, bastante seguro de informações: foi teólogo erudito e sobre tudo um politico de alto valor, sem duvida o vulto mais importante do movimento operado na Ilha Terceira, na restauração em 1640, empregando então todo o seu esforço e tenacidade para o rápido exito da rendição dos Castelhanos aquartelados em Angra.

Amigo particular de Francisco d'Ornelas da Camara, o enviado de D. João IV ás Ilhas dos Açores a tratar da sua aclamação, foi ele quem o auxiliou e orientou no desempenho d'aquela arriscada empresa, que tantas vezes, parecia, ia falecer em Angra, se não fora

1) Vid Livro III das Saudades da Terra.—Noticia biografica do Dr. Gaspar Fructuoso por R. Rodrigues e noticia bibliografica das Saudades da Terra por João de Simas.

a coragem deste frade e a fé que insuflava aos seus partidários. E foi ele quem expionou os actos de D. Alvaro de Viveiros, governador por Castela na fortaleza de Angra e informava os seus correligionários que se acoutavam então na Vila da Praia, dos acontecimentos que se iam desenrolando, até ao alerta para o ataque final.

E nunca deixou de estar ao lado do enviado de El-Rei, ele mesmo o disse: «não houve ocasião de perigo em que eu o não acompanhasse.»

Toda a familia deste frade, que era uma das melhores nobrezas da Ilha das Flores, se manifestou favoravelmente pela restauração de Portugal. Seu irmão mais velho, o Padre Inocencio Coelho, Vigario da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, da Vila de Santa Cruz, que reedificou, queimada pelos inglêses em 1587, quando entraram na Ilha e a roubaram e incendiaram, foi tambem um dos mais exaltados politicos de D. João IV, chegando a enviar da Ilha das Flores, onde então estava, para Angra, numa nau francêsa que havia dois anos andava ao cerco, aproximadamente cem soldados e doze peças para auxiliar a rendição dos Castelhanos.

E fez mais ainda, fez voto de dotar a sua Ilha com um convento da Ordem Seráfica de S. Francisco, se a restauração vingasse, tal a má vontade que tinha aos Castelhanos. E cumpriu o seu voto, este Padre, juntamente e com o auxilio de um outro seu irmão, Fr. Mateus da Conceição, Provincial que era e um dos maiores ornamentos da Ordem, que havia missionado varios anos no Reino do Congo, onde fora inclusivamente o confessor do Bispo, fundando em agosto de 1641, na Vila de Santa Cruz e na casa e quinta de seus pais, e onde tinha nascido, o convento votado, de orago S. Boaventura de que foi o padroeiro e doador. E logo no ano seguinte é requerido o Beneplácito Regio e o convento da

Ilha das Flores fica então legalmente constituido e fundado.

Antes ainda de tudo isto empreendem estes padres, um maior melhoramento para as suas Ilhas dos Açores, o de elevar a Provincia independente, a Costódia franciscana destas Ilhas, sujeitas então á Provincia de Xabregas do continente português. E conseguem, á custa, é certo, de muita tenacidade, esta conquista e orgulham-se com isso. Neste intuito vai a Roma o Padre Fr. Mateus a negociar os respectivos Breves Apostólicos que com todo o esforço são embargados pelos religiosos Xabreganos, que valendo-se da proteção de El-Rei D. Filipe, que ainda reinava em Portugal, conseguem seja expedida uma ordem de prisão contra este sacerdote, portador de uma tão simpática missão, qual a de tornar independente os conventos franciscanos dos Açores, da provincia a que estavam sujeitos.

Felizmente sucedendo por este tempo a aclamação de El-Rei D. João IV, seu irmão Fr. Diogo das Chagas alcançou, por intermedio dos seus amigos politicos, a suspensão do mandado de captura, ordenando-se a Fr. Mateus regressasse á nova Provincia dos Açores e nela exercesse o seu alto cargo de Provincial.

As suas obras são:

a) *Espelho Cristalino, em jardim de varias flores.*

Descrição de todas as Ilhas dos Açores que o autor percorreu em visitas, quando Vigario e Provincial da Ordem Seráfica de S. Francisco, escrito entre os anos de 1640 a 1646.

Pertence este manuscrito hoje, aos herdeiros do Dr. Alberto Teles de Utra Machado, residentes em Lisboa.

Dividiu o autor este seu trabalho, contendo 740 folha, em quatro partes, tratando, a saber:

1.ª parte—do principio do Mundo, de sua ori-

gem, primeiros monarcas e antigos reis dele. Da Espanha e da formação do reino de Portugal até ao descobrimento do Brazil.

2.ª *parte*—em que trata das Ilhas em comum e assim da descrição de cada uma, sua descoberta, povoação e governo, das pessoas de nomeada que nelas houve e geneologias das principais familias.

3.ª *parte*—dos Sumos Pontifices e assim do tempo em que cada um dos Evangelistas escreveu o seu Evangelho, origens das religiões e seus fundadores.

4.ª *parte*—em que trata da antiguidade de alguns Conventos Açoreanos e assim de provas ao que escreveu em outras partes deste trabalho.

Eis alguns periodos desta obra:

b) «*Do descobrimento da Ilha do Corvo ede seu primeiro povoador e outras cousas dignas de memoria.*

«O primeiro descobrir e povoador deste Ilhéo do Corvo foi, como já deixamos dito, Antão Vaz, a quem El-Rei D. Manoel fez mercê dele, não como de capitania, mas em dada livre para ele e seus herdeiros, sem mais obrigação que de lhe pagarem seus dizimos. O qual como já deixamos dito, veiu com Pedro da Fonseca e mais povoadores, e com sua casa, que tinha na Praia, se foi para ele, no qual esteve alguns anos e nele fundou uma Ermida de Nossa Senhora do Rosario, que é hoje a paróquia do logar, e não ha nem houve nunca outra Igreja no dito Ilhéo mais que esta, na qual teve por capelão a um clérigo que depois foi o primeiro Bispo deste Bispado, chamado D. Agostinho, que lhe dizia missa e ensinava meninos.»

c) *Relação do que aconteceu na cidade de Angra da Ilha Terceira, depois da feliz aclamação de El-Rei D. João IV, que Deus guarde, na rastauração do Castelo de S. João Baptista, do monte Brazil, até que embarcaram os castelhanos que o ocupavam.*

Publicado pela primeira vez, na integra, por José de Torres, no Panoramo Vol. XV, 1858 p. 140 e depois no Vol.X do Arquivo dos Açores p. 193.

Foi este trabalho considerado como o mais exato sobre os acontecimentos da Restauração de Portugal nos Açores, porquanto Fr. Diogo das Chagas, como atrás dissemos, foi das mais importantes personalidades naquela luta e rendição de Castelhanos; parece-nos porém e é natural, que na descrição fosse sempre mais favoravel aos seus partidários, se bem que ele nos diga que este seu trabalho veiu para remediar e suprir a demasiada brevidade com que se houve o Dr. Gregorio d'Almeida no seu livro «Restauração prodigiosa de Portugal.»

«Chegados os nossos, (soldados restauradores) com o capitão-maior da jurisdição da Praia a quinta-feira de endoenças á cidade, apertaram com os castelhanos que na Boa-nova estavam fortificados, de modo que com perda de alguns e muitos feridos lhes fizeram dar as costas, e recolher para o castelo, ficando senhores da Ermida e posto, sendo o que nisto mais se avantejou e primeiro a ganhou, o capitão Belchior Machado de Lemos.»

Fundação da Provincia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores.

Refere-se este trabalho á pretenção de ser elevada a Provincia, a então custodia dos Açores, a que já nos referimos e por causa da qual sofreu o autor vexames e

até perseguições por parte dos seus superiores da Ordem, os frades de Xabregas.

e) *Meditação da luta do Diabo com Adão.*

Trabalho todo baseado sobre trechos dos Evangelhos, o qual termina por sair Jesus Cristo a lutar com o diabo.

f) *Consolação da pobreza e remedio para qualquer muito pobre, ser muito rico.*

Outro trabalho essencialmente religiôso, cheio de palavras de conforto e consolação para os que vivem no Mundo sem meios de fortuna.

g) *De como se busca e acha a bemaventurança.*

Trabalho cheio de exemplos e bons conselhos dirigidos á humanidade cristã. (1)

FR. AGOSTINHO DE MONT'ALVERNE — nasceu na Vila da Ribeira-grande da Ilha de S. Miguel no dia onze de janeiro de 1629, filho de Estevam Alvares Barreiros e sua mulher Guiomar Cabral, vindo a falecer na mesma Vila no ano de 1726.

Fez todos os seus estudos sob a direção dos frades menores de S. Francisco, entrando finalmente para a Ordem no Convento da Ribeira-Grande.

Desempenhou na comunidade varios cargos como o de Comissario da Ordem Terceira de Ponta-delgada e Guardião do seu convento na sua Vila.

E' como cronista porém que se nobilitou, deixando o

---

1) Arquivo dos Açores Vol. 5, pag, 396, Vol X pag. 193 Vol. XIII pag, 317,
Revista dos Açores, segundo ano.
Memoria sobre a Ilha Terceira pag. 518 e seguintes.
Biblioteca Lusitana de Barbosa.

seu nome perpetuado num manuscrito, dividido em dois volumes e cujo original se encontra hoje na biblioteca publica de Ponta-delgada.

Assim se intitula o manuscrito:

«Cronica da Provincia de S. João Evangelista, das Ilhas dos Açores, da Ordem de S. Francisco, em que se dá relação como foram descobertas as Ilhas de S. Miguel e Santa Maria e da criação das suas vilas e cidades, com suas Ermidas, freguesias, e pessoas de confissão, fundação de seus conventos, mosteiros e recolhimentos e do estado dos conventos e mosteiros, em tempo de Comissão, Custodia e Provincia, das cousas da Misericordia e suas rendas: e das cousas notaveis que tem acontecido e das pessoas que em virtude floresceram até ao ano de 1695. Conforme a mais verdadeira noticia que alcançou Fr. Agostinho de Mont'Alverne, indigno frade menor, filho da dita Provincia.»

Este trabalho acha-se dividido em dois volumes a saber:

Volume I—*primeira parte*—trata da fundação dos conventos franciscanos nas Ilhas dos Açores, da variedade dos Prelados que os governaram, de como foi feita Custodia esta Comissão dos Açores etc.

Volume I—*segunda parte*—trata da descoberta e descrição da Ilha Terceira, seus Bispos, conventos e Misericordia;
descoberta e descrição da Ilha do Faial, conventos, Misericordia e varios sucessos que houve na Ilha;
da Ilha do Pico, sua descrição, conventos e povoadores;

descobrimento da Ilha das Flores — descrição dos seus povoados e conventos;
descobrimento da Ilha do Corvo;
da Ilha de S. Jorge, sua descoberta, descrição conventos e Misericordia;
da Ilha Graciosa, como foi povoada, fundação do seu convento e seus moradores.

Volume II — descobrimento da Ilha de Santa Maria e sua descrição;
descobrimento da Ilha de S. Miguel, fundação de seus conventos, descrição da sua cidade, vilas e logares.

Eis um trecho deste livro:

«Antes de Vila-franca ser subvertida, havia nela um convento de frades, sendo vinte e dois os seus moradores, ao pé de Nossa Senhora da Paz, onde com o tremor se arruinou o convento, e vinte e nove frades com o hortelão, quando a terra correu, ficaram debaixo dela, sendo este convento só que na Vila havia; passada esta ruina, mandou o Provincial ou Custodio do Porto, que governava os claustrais e os conventos destas Ilhas, Angra, Praia e Faial, um religioso chamado Fr. Diogo Borges com seus companheiros, para reedificarem o que era perdido, segundo vissem ser necessario, isto dois anos depois do castigo, o qual Padre com parecer dos Religiosos e povo, desfez a capela já feita e passou a edificação do Mosteiro e uma Ermida de Nossa Senhora do Rosario que o mesmo povo poucos dias antes havia já feito com muitas lagrimas e devoção, acarretando todos o massame ás costas, pelas pregações e conselho do Padre Fr. Afonso de Toledo, da Ordem do Nosso Padre S. Domingos, como fizeram outras Ermidas da mesma invocação da Senhora na Ribeira-grande, Agua do

Pau, Lagoa, Lomba da Maia, e dizem que o mesmo Padre dissera que a Casa de Nossa Senhora de Vila-franca havia de ser mais ornada e venerada de todas as outras que então se fizeram, como na verdade se viu que nela se fundou um Convento de Frades de S. Francisco e sendo antes Ermida hoje é uma Igreja formosa, sendo principiada no ano de 1525 e ficou bem o .... o convento, ainda que não aprativel com o outro; por boas contas a primeira Igreja deste convento foi a Ermida que é hoje capitulo.» (1)

P.e ANTONIO CORDEIRO—nasceu na cidade de Angra da Ilha Terceira, no ano de 1641, sexto e ultimo filho de Antonio Cordeiro Moutozo e Maria Espinosa, faleceu em Lisboa no Colegio de Sant'Antão da Companhia de Jesus a 2 de fevereiro de 1722.

Cursando os estudos de humanidades na Ilha Terceira, conheceram seus pais por informações dos mestres, a rara compreensão e agudo engenho de seu filho, pelo que resolveram manda-lo para Coimbra. Em 1656, tendo assim apenas quinze anos embarcou para o continente Português, afim de continuar na Universidade os seus estudos, na companhia de seu irmão mais velho Pedro Cordeiro Espinosa, que se doutorou depois em Canons, regeu interinamente algumas cadeiras na Universidade de Coimbra e foi depois eleito Deão e Comissario da Cruzada do Estado da Baía.

Viagem tormentosa foi esta pelo encontro e combate que então se travou entre a armada de Portugal, de que era general Antonio Teles de Menezes com a de Castela, ficando aquela derrotada e entre os presos o pequeno estudante Antonio Cordeiro.

---

1) Biblioteca Açoreana, Dicionario Fopular, Revista Açoreana.

Dezaseis dias depois porém, dá-se inesperadamente um novo encontro, agora entre a esquadra victoriosa de Castela e a de Inglaterra que estava á vista de Cadiz. Inverte-se, desta vez, a sorte das armas e derrotada a esquadra Castelhana, apenas escapa a nau capitania onde se encontravam os prisioneiros portugueses, que se recolheu a Cadiz, porto que lhe estava mais proximo, afim de reparar as avarias que havia recebido na contenda.

Era vedado então aos prisioneiros sairem a terra, a não ser com licença especial, mas Antonio Cordeiro, cujo sangue dos quinze anos pulsava com denodo, em uma ocasião que achou propicia, saltou da nau no proposito firme de fugir, mas com tal infelicidade que dentro em pouco era agarrado e julgado por este crime foi condenado á morte.

Era capitão-general, governador então das costas de Andaluzia o Duque de Medina-Celi, que superintendia nos julgamentos como Tribunal de recurso: e subindo-lhe em apelação esta sentença quis ouvir o Reu, e porque lhe achou graça, admirando-lhe a feliz memoria e rara compreensão daquêle moço, que com tanta viveza recitava versos de Virgilio e textos de livros celebres de letras humanas, perdoou-lhe a culpa e mandou-lhe passarem passaporte para Portugal.

Dirigiu-se então d'ali para Coimbra, mas por que nesta sua derrota passou pela provincia do Algarve onde grassava com violencia uma epidemia pestosa, foi preso e obrigado, pelo receio do contagio, a fazer quarentena ao passar por Setubal. Depois de tão acidentada viagem desde os Açores e de tantos infortunios passados chegou enfim a Coimbra e cursando primeiramente filosofia no Colegio dos Padres Jesuitas, matriculou-se depois na faculdade de canons na Universidade, seguindo com distinção seu curso e resolvendo abandonar o Mundo alis-

tou-se na douta Companhia de Jesus a 12 de junho de 1657, onde foi um dos mais preclaros ornamentos.

Terminada a sua aprendizagem, iniciou em 1676 a sua longa carreira de mestre. E' ele mesmo que no prologo da sua História Insulana nos diz que depois de ter composto a Filosofia inteira, que ditou na Universidade de Coimbra desde aquêle ano até 1680, leu na mesma Universidade Teologia Escolastica até ao ano de 1696 e moral Teologica. E ensinou depois ainda na primacial Curia de Braga, oito anos seguidos na Curia do Porto e finalmente na de Lisboa.

Mas não só estas questões literárias ocupavam o seu alto espirito e assim como missionario percorreu pregando todo o Arcebispado de Braga, para satisfazer aos instantes convites que para isso recebia do Arcebispo Primaz D. Verissimo d'Alancastre.

D. José Barbosa, no seu Visto, por ordem de Sua Magestade, á História Insulana do Padre Antonio Cordeiro, para que se pudesse imprimir, ao referir-se ao autor diz que como raio procedido daquele Sol titulo dado á Companhia de Jesus — discorreu por todo este Reino alumiando com a sua doutrina as Universidades de Coimbra e de Evora, os Estudos de Braga, de Lisboa, do Porto — e que não contente de lhes revelar as ciencias com subtilissimas novidades, começou a vida de Apostolo nas fervorosas missões de Vizeu, Pinhel, Torres Novas e de muitas outras povoações que ainda hoje na reforma dos costumes, que introduziu, se estão vendo os documentos da sua piedade.

As suas obras, que foram impressas mais por ordem do Superior dos Jesuitas que por sua vontade propria, são as seguintes:

a) *Cursus Philosophicus Conimbricensis*. Ulyssipone ex oficina regali Deslandesina 1714.

Escrito em latim e como o ditou na Universidade de Coimbra nos anos de 1676-1680.

In præcipua partium D. Thomae theologia scholastica. Ulyssipone apud Josephum Lopes Ferreira Serenissimae Reginal, Tug. 1716.

Trabalho que na mesma Universidade leu até ao ano de 1696.

Moral teologica—obra que compoz e ensinou na referida Unviersidade de Coimbra, conforme declara o seu proprio autor no prologo da sua Historia Insulana.

Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no Oceano ocidental. Impressa em Lisboa por Antonio Pedroso Galvão em 1717, e em segunda edição na Tip. do Panorama em Lisboa no ano de 1866.

Compreende esta obra nove livros, a saber:

Livro I—da creação ou principio das Ilhas occidentais, tocantes á monarquia portuguêsa.

Neste livro entre outros assuntos aborda as varias opiniões que houve e ainda hoje se debatem, sobre a origem destas Ilhas do Atlantico:

«Primeira opinião de muitos foi que todas as Ilhas que hoje ha no mar Oceano ocidental, foram em seu principio partes contiguas com ela, sem entre elas e a terra firme haver então mar Oceano algum, como agora vemos que ha; e que as Ilhas Terceiras, vulgarmente chamadas dos Açores, se continuavam com a serra da Vila de Sintra, e por esta com a serra da Estrela que em Sintra vem acabar, e ambas são serras bem celebradas em Portugal; e que as Ilhas do Porto Santo e Madeira eram contiguas com a serra de Monchique do Reino dos Algarves; e até das Ilhas chamadas Canarias,

sente esta opinião que se continuavam com Africa e eram parte dela; e muito mais sente o mesmo das Ilhas chamadas de Cabo Verde.»

No final deste livro apresenta o autor a sua opinião sobre a origem das Ilhas, não se inclinando pela velha teoria da Atlantida.

Livro II—do principal descobridor das Ilhas e de ocultas terras firmes, o Serenissimo Infante D. Henrique.

Depois de falar no nobilissimo Infante e no douto cronista dos Açores Dr. Gaspar Fructuoso, para quem tem palavras de alto valor, descreve as Ilhas Canárias e Cabo Verde.

Livro III—das Ilhas do Porto Santo e Madeira.

Descreve estas Ilhas, fala dos seus descobridores e povoadores, das suas capitanias e dos seus capitães e e do estado eclesiástico da Madeira.

Livro IV—da Ilha de Santa-Maria que das nove dos Açores, foi a primeira que se descobriu.

Começa por descrever os fundamentos que havia para se buscarem estas Ilhas e continuando descreve o território, capitania e capitães, ascendentes e descendentes dos povoadores e faz assim a sua historia completa.

Livro V—da Ilha de S. Miguel.

Descreve toda a Ilha e todas as povoações, povoadores, capitães, riquezas, fenómenos vulcanicos, uma historia completa de toda a Ilha.

Livre VI—da Ilha Terceira, cabeça das Terceiras.

Descreve com amor a sua ilha, faz-lhe a historia desde o seu descobrimento, fala dos homens e das cousas

que ela encerra, das suas glorias, da sua nobreza e das suas victorias.

Livro VII—das Ilhas de S. Jorge e Graciosa.

Descreve em dez capitulos quanto ao tempo sabia destas duas Ilhas dos Açores.

Livro VIII—das Ilhas do Faial e Pico.

Trata entre outros assuntos dos seus melhores povoadores, das excelencias da Ilha do Faial, da altura e grandeza do Pico.

Livro IX—das Ilhas das Flores e Corvo, e das que se esperam descobrir de novo.

Durante muito tempo conceberam os nossos navegadores a esperança que outras Ilhas ainda estavam por descobrir, conforme um mapa que então havia, feito pelo cosmógrafo-mór de El-Rei D. João III, que chamavam o Freire.

Todo este trabalho do Padre Antonio Cordeiro, se baseou nos manuscritos do Dr. Gaspar Fructuoso, ao tempo ainda na posse dos Padres da Companhia: no entanto ha em todo elo varias incorreções e erros de copia.

Resoluções theo-juridicas—Lisboa, por Antonio Pedroso Galvão 1717. Obra em dois tomos que compôs e deu á publicidade, como as obras anteriores, por mandado do Superiór dos Jesuitas.

Deste trabalho extratamos os periodos seguintes:

«Proposta.»

«Está no contracto enfiteutico expressa a clausul de que acabado o tempo v. g. da terceira vida, tornar o praso desembargado e livre para o direito senhori etc.

Pregunta.

Se pode ainda o filho ou herdeiro do ultimo enfiteuta obrigar o senhorio a lhe renovar o praso?

Primeira resolução:

Nos termos de rigore juris:

De rigorosa justiça não pode ser obrigado o senhorio a renovar tal praso a quem já não é algumas das vidas dele, mas pode o tal senhorio fazer do praso o que quiser.

Esta primeira resolução, nos termos da clausula expressa do contracto e falando de só a obrigação de rigorosa justiça (pois de obrigação ex aequitate et consuetudine, trataremos infra) nem texto, nem doutor algum tem contra si que mostrar se possa, imó—per si e ma-manifesta: pois até o direito natural está ditando que de justiça se deve guardar em os contractos aquilo em que as partes concordarem; donde se tirou a definição de contracto, *Duorum in idem consensus;* e que essa é a principal lei dos contractos como a principal das testementos é a vontade do testador.»

Loreto Lusitano.—Virgem Senhora da Lapa em a Provincia da Beira, Bispado de Lamego, verdadeira e puramente de novo historiada.

Lisboa, por Filipe de Sousa Vilela, 1719.

«Em dois de setembro do Ano do Nascimento de 714, junto ao rio Guadalete, sendo totalmente vencido o ultimo Rei godo de Espanha, D. Rodrigo e retirando-se da batalha disfarçado em traje de pastor para a cidade de Merida, se meteu em um convento de religiosos de S. Bento, chamado de Caulina, e com o tempo se retirou para Portugal e veio até á cidade de Vizeu, em cujo termo se achou depois a sepultura do vencido Rei Godo D. Rodrigo, cuja historia deixamos por já muito escrita e sabida.

E porque 270 anos depois da perda do Rei D. Rodrigo tinham entrado já os mouros em Portugal, e não só o dito convento de religiosos Bentos mas tambem a um dos religiosos da mesma ordem, chamado o convento de Simiro, quizeram os mouros barbara e sacrilegamente afrontar então não só dos religiosos mas das santas religiosas porque havia no convento uma imagem da Virgem Mãe de Deus com o Menino Jesus em suas mãos, com esta Senhora, como com divina Estrela se sairam, se livraram de tantos Herodes quantos mouros as buscavam e (não tanto querendo a si proprias livrarse, quanto a devotissima Senhora das Contumelias e injurias que tais barbaros lhe farião) se vieram desviando pelos portos mais despovoados, mais invios e fragosos, buscando sempre aonde esconderiam a sua milagrosa Senhora e o seu menino Jesus.» (1)

MANUEL LUIZ MALDONADO — nasceu talvez no ano de 1645, no logar do Cabo da Praia da Ilha Terceira, ignorando-se o nome de seus pais, sabendo-se no entanto, descender da nobre familia dos Antonas e Maldonados de quem procedia tambem Manoel Ferreira, o Rabo-Seco, professor de primeiras letras na Vila da Praia e herdeiro que lhe ficou de seus poucos bens e dos seus importantes trabalhos historicos a que nos vamos referir.

Ordenado de Presbitero, foi depois nomeado capelão do Castelo de S. João Baptista da cidade de Angra do Heroismo, logar que desempenhou até á sua morte, que se deu a 24 de outubro de 1711, sendo sepultado na Ermida da Boa-nova daquela cidade.

---

1) Historia Insulana pag. 369 e prologo do autor. Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado.

Os seus manuscritos de historia e geneologia foram considerados e tidos por tão exactos que chegaram a servir de documentos em muitos processos litigiosos sobre vinculos e casas morgadias.

Até ao presente não nos consta que fossem impressas estas obras, existindo copias delas na Torre do Tombo e nas livrarias dos herdeiros de José do Canto de Ponta-delgada e na do Dr. Ernesto do Canto, as quais são:

a) *Primum vivens da Fenix Angrense,* manuscrito dividido em dois volumes:

1) *historia das Ilhas dos Açores*—na posse dos herdeiros do Conde da Praia da Victoria, muito compulsado e seguido por Francisco Ferreira Drumond no seu trabalho «Anaes da Ilha Terceira».

Referindo-se a esta historia, diz o Dr. João Teixeira Soares de Sousa:

«E' um livro escrito com tanta superioridade e tino literário, que talvez seja unico na nossa literatura, sua contemporanea.»

2) *geneologias*—de duzentas e trinta familias, na posse dos herdeiros de Miguel do Canto e Castro.

b) *Reclusão de El-Rei D. Afonso VI no castello de Angra.*

Manuscrito que o autor juntou á sua Fenix Angrense, descrevendo D. Afonso VI na sua prisão em Angra. (1)

FRANCISCO AFONSO DE CHAVES E MELO—

1) Vid. Anais da Ilha Terceira, vol. 2, pag. 232 Bibliotheca Açoreana, Vol. I a pag. 288

nasceu na cidade de Ponta-delgada no ano de 1685, filho do capitão Francisco Afonso de Chaves e de sua mulher D. Maria Jacome Correia e Melo, e faleceu na mesma cidade em 1741.

Rico de bens, administrou varios vinculos como morgado, um dos quais, instituido pelo pai, tinha adstricta a Ermida de Santa Margarida de Chaves na sua quinta da canada dos Prestes de Ponta-delgada; pertenceu, como a nobreza de então, á tropa miliciana, vindo a alcançar a patente de capitão das ordenanças, aquartelada em Rosto de Cão.

Desempenhou varios cargos de eleição administrativa e foi Juiz e contador da Fazenda Real de Ponta-delgada.

Era trisneto de Leonor de Chaves, irmã da Veneravel Margarida de Chaves, que biografou com muita minudencia na sua obra historica que intitulou:

Margarita animada—ou biografia da Veneravel Margarida de Chaves, seguida duma descrição da Ilha de Sam Miguel impressa em Lisboa em um só volume em 1723.

Sobre esta serva de Deus, diz-nos que era filha de Afonso Anes de Chaves e Madalena Fernandes, nasceu na cidade de Ponta-delgada no ano de 1530.

«Desde a sua primeira infancia, na qual se lhe anticipou o uso da razão á idade, logo foi inclinada ao bem do proximo e amor de Deus, procurando-o logo na ternura daquela idade pelo jejum e oração.»

Aos catorze anos de idade noticiou-lhe seu pai que a havia desposado com Antonio Jorge Corrêa, natural da cidade do Porto, fidalgo das familias dos Sousas e Corrêas de Portugal, o que a fez entristecer e chorar muito, pois outra era a sua aspiração e põe o author na boca desta Veneravel as seguintes palavras:

— «Hei-de obedecer a meu pai, que assim o pede a lei, que me está imposta, e razão é que eu sacrifique a minha obediencia nas aras da sua vontade, porém no meu coração sempre permanecerá o desejo da pureza e castidade. Quero antes cortar pela minha vontade do que faltar ao gosto de meu pai, mostrando que mais estimava a virtude da obediencia que a da castidade virginal.»

Ao decimo segundo ano de casada enviuvou, sem que neste feliz matrimónio houvesse um unico desacordo, instituindo-a seu defunto marido, em testamento, sua universal herdeira, deixando ao seu cuidado os sufragios de sua alma e os seus tres filhos e uma filha «que em tudo foram imitadores das heroicas e exemplares virtudes de sua mãe.»

Per sua morte e segundo suas disposições testamentárias, deixou que os bens de raiz que pertencessem á sua terça os lucrasse sua filha, enquanto viva e por sua morte os pobres do Hospital da Santa Casa da Misericordia de Ponta-delgada.

«Nos primeiros mêses da sua viuvez se retirava ao seu Oratorio a horas de Matinas e até ás de Noa gastava o tempo a orar e depois do meio dia até á noite e muitas vezes até ás dez da noite, se ocupava no mesmo santo exercicio.»

«Todo o tempo gastava em oração e assistia atenta ao sacrificio da missa, pois saindo de casa a horas de matinas recolhia-se ás onze e todo este tempo gastava nas Igrejas orando e ouvindo missas sempre de joelhos. Na oração se lhe arrebatava de tal sorte os sentidos, que nada sentia. Foi uma tarde para a Matriz de S. Sebastião e pondo-se a orar, se arrebatou de tal sorte na contemplação, qne não conheceu tinha chegado a noite, e sendo já passado muito tempo dela, sucedeu passar pelo adro o Padre João Soares, Beneficiado d'a-

quela Matriz, e vendo áquelas horas a Igreja aberta, repreendeu o Tesoureiro pela não ter fechado, dando-lhe em resposta que a causa de o não ter feito, era por estar nela Margarida de Chaves e que suposto a tinha advertido, que saisse da Igreja, o não fizera. Entrou dentro e vendo-a de joelhos, pegou tres vezes dela, chamando-a e não o sentiu, que tão elevada estava na contemplação; tornou a chama-la, instando por mais vezes, até que despertou e preguntando que fazia ali áquelas horas lhe respondeu:

—A mim me parece ser meio dia.

Tão excessivo era o seu amor para com Deus, que estando contemplando nele muitas horas, lhe parecia ter principiado naquêle instante.»

«Nos primeiros de maio do ano de 1575, se recolheu da Igreja extremosamente alegre e não podendo ocultar no intimo do seu coração o excesso do seu gosto disse á filha:

—Não sabes que brevemente se hão de dobrar por mim?

E preguntando-lhe o quê? Respondeu:—os sinos. Faleceu esta predestinada no dia 8 de setembro de 1575, dia da Natividade de Nossa Senhora com sinais seguros de salvação, empregando a familia altos esforços para a santificarem.

D. Francisco Manuel de Melo conta na sua «Carta de guia de casados» que havendo o Papa Paulo V entregue a causa da beatificação de Margarida de Chaves a certo Cardeal, andava este temeroso do requerente, o Licenciado Gonçalo Corrêa de Sousa, filho da beatificada, pela insistencia com que defendia a santificação de sua mãe, pertinazmente e coberto de recomendações. O Cardeal encarregado do processo fugia dele, negava-se a falar-lhe, mas um dia não podendo fugir-lhe ouviu-o respondendo-lhe com enfado:

—Senhor, não nos cancemos com provas da santidade de vossa mãe, provai sómente que vos sofreu e o Papa a declarará logo por santa.»

A Margarida de Chaves foi-lhe concedido o titulo de Veneravel, no entanto, apesar de na Curia Romana parar o processo da sua santificação, por falta de quem o fizesse andar, o povo considera-a Santa e como Santa Margarida de Chaves é tratada e conhecida.

Na segunda parte desta obra, descreve o autor a Ilha de Sam Miguel:

Segue o autor neste trabalho as opiniões então correntes, quanto á descoberta e colonização desta Ilha de S. Miguel, e depois resumidamente as suas povoações e o que em cada uma delas ha de notavel, as suas Igrejas paroquiais e os seus conventos e ermidas.

Enumera com ligeiros topicos biográficos os Bispos dos Açores e as pessoas que nesta Ilha de Sam Miguel haviam vivido, florescendo em raras virtudes.

Finalmente escreveu varios sucessos historicos, a riqueza agricola micaelense, convulsões cismicas e muitos conselhos e noticias de factos interessantes.

O aparecimento desta obra causou um certo rumor em volta do nome do autor, pois na verdade se descortinava em todo este seu trabalho a variada erudição do seu autor e o afincado estudo não só dos factos historicos açorcanos como de uma cultura geral.

Em louvor e obsequio ao autor lhe foram dedicados dois sonetos que imprimiu no principio do volume; publicamos o de Pedro Borges de Medeiros do Canto:

Este Tesouro oculto, descoberto
o vejo agora por vossa mão achado,
se até aqui o mundo o viu fechado,
por vós ilustre Chave o vê aberto.

Que discursando em tudo com acerto,
fazeis ser vosso estilo sublimado,
e se ilustrais, porque sois ilustrado
merece ser ilustre o vosso afecto.

por vossa pena veja o mundo escrita,
a virtude mais rara e descoberta,
e que a Ilha foi concha em que se cria.

Ilustrada em virtude a Margarida
por vossa mão com prosa tão discreta
que o vosso mesmo ilustre o ilustraria.

MANUEL IGNACIO MARTINS PAMPLONA CORTE-REAL—primeiro Conde de Subserra, nasceu em Angra do Heroismo, no dia 3 de junho de 1760, filho de André Diogo Martins Pamplona Corte-Real, senhor do Morgado das Salgas e D. Joana Jacinta Mereus e Tavora.

Formado em matematica pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira militar, sentando praça no regimento de cavalaria de Santarem, saindo então alferes.

Em 1788 entra como voluntario para o exercito Russo que militava contra os Turcos, tomando parte na tomada de Oczakow.

Na guerra entre a França e outras potencias Europeias, serviu primeiramente como voluntario no exercito Inglês, sob o comando do Duque de York, mas logo que Portugal entrou na luta, recolheu ao seu país e fez a campanha de Roussillon.

Em 1797 é nomeado comandante das legiões de tropas ligeiras e em 1801 é feito comandante do Regimento de cavalaria numero nove.

Com a entrada de Junot em Portugal foi nomeado

chefe do Estado Maior general da legião Luzitana, que partiu para França; foi um dos oficiais portuguêses que acompanharam Massena na sua invasão, dando-lhe então o Marechal o governo de Coimbra.

Em 1812 entrou na campanha da Russia, sendo por esse motivo e pelos seus grandes feitos, agraciado por Napoleão com a Grã-Cruz da Legião d'Honra.

Em 1814 não podendo entrar em Portugal por o governo ter proscrito todos os que tinham acompanhado Massena, ficou ao serviço dos Bourbons e foi nomeado por Luiz XVIII, governador militar do departamento do Loire-et-Cher e depois do de Côte-d'Or.

Em 1820 é autorizada a entrada em Portugal de todos os proscritos e dessa concessão aproveitou regressando logo ao País, sendo eleito, pouco tempo depois, Deputado ás Côrtes Constituintes pelos Açores e nomeado mais tarde Ministro da Guerra, logar que exerceu por vezes e depois Ministro em Madrid, onde esteve em exercicio até 1827.

De ideias muito liberais, foi por essa razão uma das maiores vitimas dos absolutistas. Ao golpe de estado dado por D. Miguel, foi logo preso o Conde de Subserra e incomunicavel; transportado de cadeia em cadeia, veiu a morrer a 16 de outubro de 1832 numa casamata do forte da Graça em Elvas.

Conhecemos as seguintes produções literarias pertencentes a este ilustre Açoreano:

a) *Memoria justificativa de Manuel Inacio Martins Pamplona Côrte-Real e de sua mulher D. Isabel Roches e Lemos.*

Imprensa Nacional Lisboa 1821

Neste documento escrito logo depois da sua entrada em Portugal, de regresso de França onde havia até então estado expatriado, prova que, se acompanhou Mas-

sena e aceitou o governo de Coimbra, foi para que esta cidade e todos os seus estabelecimentos cientificos, não fossem saqueados e destruidos, como então acontecia, quando entravam em terras conquistadas.

b) *Aperçu nouveau sur les compagnes des Français em Portugal.*

Publicado em Paris em 1818, para responder aos escritos de Thiebant Naylies, Gingret e outros sobre o assumpto.

c) *A Guerra Peninsular sob o seu verdadeiro ponto de vista.*

Tradução do Italiano, escrito pelo Conde do Funchal.

c) *O contemporaneo politico e literario.*

Puiblcado em 1820 com a colaboração de José da Fonseca e Candido José Xavier. (1)

JOÃO D'ARRUDA BOTELHO DA CAMARA — nasceu na cidade de Ponta-delgada no dia 17 de maio de 1774 e faleceu na mesma cidade a 31 de janeiro de 1845; filho do Morgado Antonio Francisco d'Arruda e Camara e D. Maria Rosa d'Ataide Muniz Corte-Real.

Vivia dos rendimentos do seu Morgadio, ocupando graciosamente o seu tempo em estudos historicos e pesquisas geneológicas de que era apaixonado cultor.

Contam-se excentricidades na sua vida que marcam bem o tipo curioso que foi este ilustre Açoreano.

Muitas vezes, para se entregar aos seus estudos, mais socegadamente e a recato de todos, metia-se no

1) Dicionario popular e Enciclopia portuguêsa.
Memorias da Visita Regia á Ilha Terceira, Biblioteca Açoreana.

quarto de uma pequena torre que tinha na sua Quinta, cujo acesso para ele se fazia sómente por uma escada de mão que ele mesmo encostava á parede, e a recolhia, depois de subir, isolando-se assim e furtando-se ás visitas incomodas que por vezes lhe iam perturbar os trabalhos.

Andava de freguesia em freguesia, em pesquizas pelos arquivos e cartórios e rebuscando pelas casas particulares velhas escrituras, para de tudo firmar os factos históricos e acertar geneologias.

Eram os seus estudos tão apreciados e considerados que por vezes neles se basearam processos de habilitações judiciais a heranças e legados. E disse-se dele:

«O Morgado João d'Arruda, um dos homens de maior destaque na sociedade micaelense do seu tempo, é para merecer algum credito; dado a estudos historicos, principalmente de geneologias, todos os seus trabalhos revelam, senão inteligencia de desmedida robustez e poderosas faculdades de critica, ao menos o cuidadoso amor que lhe mereciam as cousas antigas, que lhe consumiram grande parte da vida.»

Nas suas viagens que fazia amiudadas vezes de freguesia para freguesia, na sua montada, ao estilo da época, levava nas andilhas instalado uma pequena capela ou guarita, que o resguardava das chuvas e do sol; e metido assim naquela especie de andor, não se incomodava com os risos de troça dos que por ele passavam, reparando naquele ezótico alpendre, pois que toda a sua preocupação estava na certeza de um facto histórico da sua Ilha e na organização segura de uma arvore geneológica.

Fez sobre os trabalhos do Dr. Gaspar Fructuoso um aturado estudo, tendo copias de muitos capitulos dos livros primeiro a terceiro, todo o livro quarto que trata desta Ilha de S. Miguel e alguns capitulos do livro sex-

to, tendo começado estas copias no ano de 1809, veiu a acaba-los em 1814, formando um grosso volume protegido por uma capa de couro crú em forma de carteira, fazendo conferir a copia pelos tabeliães Antonio José da Ponte e Victorino Felix Moniz, ambos da Ribeira-ra nde.

Sobre esta copia disse o seu proprio dono:

«Já houve quem pretendesse este livro para se imprimir, ao que respondo que não tinha duvida, depositando ele quatrocentos mil reis em mão de pessoa de minha confiança e da sua, com declaração que dando-me o livro sem vicio, nem acrescentamento, nem folhas rasgadas, e acabado de se imprimir eu o receberia e ele os seus quatrocentos mil reis, que em tanto o estimo, segundo o trabalho e despesas que fiz para o ter, e ninguem já intenta que eu lho empreste, nem se escandalizam de mim, porque se o emprestasse a um e a outro não, faria ofensa aos meus amigos e pessoas de autoridade e respeitaveis, pois que todos sabem o prometimento que eu tinha feito do dito livro não sair de minha casa, aonde o mostro a todos e não o nego a ninguem que nele quer ver alguma cousa, ou tirar copias do que lhes convem, e advirto aos meus sucessores que devem fazer o mesmo prometimento e se o não observam constantemente ha-de vir esta casa a ficar sem ele, porque pelos emprestimos o hão-de viciar, negar e sumir.»

Não seguiram os seus herdeiros o conselho dado, pois que no proprio ano do seu falecimento, seu filho Francisco d'Arruda Botelho o vendeu, juntamente com outros trabalhos manuscritos tambem de seu pai, de grande valor, ao ilustre homem de letras que foi José do Canto, por duzentos mil reis, em cuja livraria ainda se encontra.

Mas o Morgado João d'Arruda não esgotava toda a

sua actividade nas suas pesquizas historicas; as administrações publicas ocuparam-lhe uma boa parte dos seus cuidados, pois entrou em algumas vareações Municipais de Ponta-delgada, como procurador do concelho. E foi nessa qualidade que na vereação de 14 de novembro de 1818 apresentou e foi aprovado o plano organizando as bases sobre que deviam assentar as obrigações dos que tomavam expostas á Camara para o seu serviço.

Deveram-lhe particular cuidado essa verdadeira escravidão em que até aos 25 anos viviam as infelizes abandonadas dos pais, estipulando-se condições sobre vestuario, comida e educação religiosa a dar ás expostas, que muito honra o seu autor. (1)

A agricultura por seu lado tambem o entretinha; era curioso, fugia á rutineria, procurando já então, alargar os ramos agricolas e aperfeiçoa-los.

No seu manuscrito, na biblioteca de José do Canto, descreve a tentativa que fez para a exploração do oleo de ricino, falando na sua plantação e no producto que obteve «melhor que o que se vende nas boticas, que vem de fóra.» (2)

De tudo isto se depreende que o Morgado João d'Arruda foi alguem, no seu tempo.

Sobre os trabalhos historicos de João d'Arruda, temos conhecimento dos seguintes:

a) *Noticias verdadeiras dos principais e mais notaveis factos historicos e geneologicos da Ilha de S. Miguel.*

Manuscrito na biblioteca de José do Canto em Ponta-delgada.

1) Arquivo dos Açores, volume 14 pag. 448.
2) Arquivo dos Açores. volume 13, pag, 516.

Mandou o autor gravar em dezasseis pedras, em resumo, a materia deste seu trabalho, fazendo-as assentar no coro e varanda da capela que edificou sob a invocação de Nossa Senhora da Alegria e Nossa Senhora do Bom Despacho, na sua quinta do Pico Arde da Ribeiragrande, que em seguida transcrevemos:

1) *Pedra* — João d'Arruda Botelho e Camara, faz saber á posteridade que no ano de Cristo de 1432 achou Gonçalo Velho a Ilha de Santa Maria e que o Infante D. Henrique, filho do Rei D. João I de Portugal o mandou descobrir tambem esta (Ilha de S. Miguel) e o fez donatario de ambas.

2) No de 1444, a 8 de maio, dia da aparição do Arcanjo, foi descoberta esta Ilha. (1) No de 1449 veiu de Portugal Gonçalo Vaz Botelho, o grande, primeiro Ouvidor do Donatário e filho de Pedro Botelho, comendador-mór de Cristo, que se achou na batalha de Aljubarrota.

3) No de 1450, foi o Bruges, primeiro dontario da nobilissima Ilha Terceira e o Utra, da do Faial, ambos naturais da Flandres. No de 1474 vendeu João Soares, sobrinho de Gonçalo Velho, a donataria desta Ilha a Ruy Gonçalves da Camara, filho segundo de João Gonçalo Zarco, o que descobriu a famosa Ilha da Madeira em 1419.

4) No de 1499 foi Ponta-delgada vila; em 1503 veiu o primeiro Corregedor; 1534 um para a Terceira, outro para aqui (S. Miguel); 1543 para as Ilhas todas um

---

1) Está hoje provado documentalmente que antes deste ano era conhecida dos portuguêses esta Ilha de S. Miguel.

até 1776, em que veiu o Boto, Corregedor para aqui e Santa Maria. No de 1504 e 1513 testaram Nuno e João Gonçalves Botelho, filhos do dito Gonçalo Vaz e dizem que valia um moio de trigo 1$000 reis, um cavalo selado 6$000 reis, uma vaca 1$000 reis.

5) No de 1507 foi a Ribeira-grande vila, 1514 o Nordeste, 1515 Agua de Pau e Lagoa no de 1522, em que a 22 de outubra, a 4 de lua, depois da meia noite houve um grande tremor de terra que fez correr um pico, afogou as Igrejas, o Convento de S. Francisco e os moradores de Vila-franca, de que e da peste até 1531 morreram 5.000 pessoas.

6) No de 1523 veiu da Madeira peste para Ponta-delgada e Ribeira-grande, de que S. Sebastião foi advogado e se fez a Matriz e o primeiro Convento de freiras na Caloura, donde foram para Santo André da Vila-franca do Campo, cujo sitio deu João d'Arruda, filho do dito João Gonçalves Botelho, pai de Pedro da Costa e Ruy Gonçalves que em 1510 serviu o Rey em Arzila.

7) No de 1525 se fes o Convento de S. Francisco de Ponta-delgada, no sitio que deu a mulher de Gaspar de Betencourt, que por Alvará Real teve sobre a sepultura bandeira e armas, como Infante, por vir do Rey das Canarias; seu genro Pedro Rodrigues da Camara serviu de Donatario sete anos, deposto o sobrinho, neto do primeiro Ruy Gonçalves da Camara, de que vem os Camaras e igualmente os Condes da Ribeira.

8) No de 1534 foi creado o bispado de Angra e em 1514 o da Madeira, que governava aqui, e de primeiro o D. Prior de Tomar.

No de 1536 fez o dito Pedro Rodrigues da Camara o Convento das freiras da Ribeira-grande.

No de 1499 foi primeiro Juiz ordinario de Ponta-delgada o dito Nuno Gonçalves. No de 1554 creou o Rei o primeiro Juiz de fóra. Em 1565 deu ás Camaras a imposição.

9) No de 1546 fez o Rei Ponta-delgada cidade.

No de 1582 deu aos da governança os privilégios dos Infanções, Ricos-homens e os dos fidalgos de Portugal. E D. Antonio desembarcou na Atalhada com 5.000 francêses, que Filipe II venceu no mar e vieram a degolar á Vila-franca 81 e a enforcar 150.

10) No de 1553 fez vinculo o dito João d'Arruda para seu filho Francisco d'Arruda, a quem o Rei escreveu e deu o hábito de Cristo e o governo desta Ilha em 1564, para a defender dos Inglêses e Francêses, e foi vereador na cidade em 1566 e Provedor da Misericordia, á qual o Rei em 1513 deu os privilégios da de Lisboa.

11) No de 1559 defendeu estas Ilhas dos piratas com naus á sua custa o grande capitão Francisco do Rego e levara as da India a Portugal e o dito Francisco d'Arruda fez vinculo em 1593 para seu filho Sebastião da Costa, cavaleiro de Cristo, com quem foi e duzentos homens á sua custa em 1576 defender Santa Maria dos francêses.

12) No de 1588 fez o primeiro vinculo Pedro da Costa, irmão do dito Francisco d'Arruda, para seu filho João d'Arruda, pai de Francisco d'Arruda da Cunha, governador desta Ilha que faleceu sem filhos. E em 1628 o deixou a seu primo Sebastião d'Arruda, cavaleiro de Cristo, filho do dito Sebastião da Costa e capitão do Castelo de S. Braz, que o Rei mandou fazer em 1552.

13) No de 1610 casou na Matriz o dito Sebastião d'Arruda e nomeou o dito primeiro vinculo para seu segundo filho, sargento-mór Francisco d'Arruda que em 1697 o deixou a seu filho capitão João d'Arruda, pai do capitão Francisco d'Arruda da Camara, que casou em S. Pedro (P. Delgada) em 1697 e em 1709 foi vereador e com a Camara foi deitar a primeira pedra na Igreja nova da S. Francisco, tudo na cidade.

14) No de 1740 fez o meu segundo vinculo o dito Francisco d'Arruda da Camara e chamou a seu filho Antonio do Rego da Camara, que foi o primeiro procurador na Camara da cidade por pauta regia, e em 1769 deixou os ditos dois vinculos e fez o terceiro para seu sobrinho Antonio Francisco d'Arruda e Camara, meu pai filho de seu irmão João d'Arruda da Camara.

15) No de 1766 creou o Rei o primeiro general para estas Ilhas dos Açores e os auxiliares e em 1695 a tropa paga da cidade, em 1553 as ordenanças, em 1591 já havia laranjeiras, em 1606 vieram os Agostinhos, e acabado o pastel e o açucar veiu o milho; em 1760 foram d'aqui os Jesuitas, em 1779 foi o temporal de 25 d'agosto.

16) No de 1811 vi arruinar edificios com grandes tremores, em quarenta braças d'agua venceu o fogo o mar dos Ginetes e lançar ao ar pedras e areia que fez um Ilheu, e assim em 1638; em 1652 rebentou fogo em João Ramos, em 1630 nas Furnas, em 1563 na Lagoa do Fogo e correu polme que frio era pedra.

b) *Instituições vinculares de muitas familias de S. Miguel.*

Manuscrito existente na Biblioteca publica de Pontadelgada pertencente ao legado do Dr. Ernesto do Canto.

Contem este manuscrito o extrato de varios testamentos dos que instituiram vinculos nesta Ilha de S. Miguel.

c) *Geneologias e indices dos livros de Registo da Camara Municipal de Ponta-delgada.*

Manuscrito contendo diversas arvores geneológicas de diversas familias Micaelenses, seguidas de indices dos livros de registo da Camara de Ponta-delgada. (1)

Possuem estes manuscritos os herdeiros de José do Canto, de Ponta-delgada.

JOSÉ SOARES DE SOUSA — nasceu na Vila das Velas da Ilha de Sam Jorge, e ali faleceu em 1733 filho de Sebastião de Sousa Soares, sargento-mór das ordenanças daquela Vila e por vezes Juiz ordinario e vereador Municipal, e de Marta Simôa de Sousa.

Ordenado de presbitero, desempenhou as funções de Beneficiado na Matriz da sua Vila, aplicando porém todo o tempo que sobejava dos seus afazeres de sacerdote e proprietario nas suas locubrações literárias, investigando com o maior cuidado todos os factos referentes á história dos Açores.

Pertencente a uma ilustre familia daquela Ilha e por virtude dos seus estudos e grande ilustração, foi eleito Provedor da Misericordia em 1713, reorganizando os seus estatutos, e solicitando de sua Santidade novas bulas em substituição das que tinham desaparecido pela invasão dos francêses em 20 de outubro de 1708.

1) Vid. Saudades da Terra, Livro III—Introdução—Edição comemorativa.
Biblioteca Açoreana.
Noticia Biografica do Morgado João d'Arruda Botelho e do que suas pedras contem por Anibal B. B. Castro.

Tambem, desejando se levantasse na sua Vila, uma Casa de religiosos de Sam Francisco, doou ao Sindico e procurador geral da ordem, Rev. Manuel d'Azevedo Pereira, uma casa com seu quintal, que possuia ali, para se fazer um Hospicio de religiosos franciscanos, por escritura lavrada pelo tabelião João de Sousa Fagundes aos sete de julho de mil setecentos e dezoito.

Nenhuma das suas produções literarias foram impressas, deixou porém alguns manuscritos entre os quais citaremos:

a) *Catalogo dos Bispos dos Açores.*

b) *Memoria sobre a fundação do Convento das freiras, nas Velas.*

Foi fundado este convento de Nossa Senhora do Rosario, com a regra de Santa Clara, de ordem segunda de S. Francisco, pelo Padre Amaro Teixeira Fagundes, beneficiado da Igreja Matriz das Velas, tendo-se dado começo á obra em junho de 1686 vindo a acabar-se o Mosteiro e Igreja em 1696.

c) *Memoria sobre a benção da primeira Matriz da mesma Vila, em fevereiro de 1675 pelo Bispo D. Fr. Lourenço de Castro e alguns outros apontamentos historicos.*

Refere-se este trabalho á sagração da Matriz em fevereiro de 1675, por ocasião da arribada áquela Ilha de S. Jorge, do Bispo D. Fr. Lourenço, de viagem de Sam Miguel para a Terceira.

---

1) Vid. Familias Faialenses pag. 568.
Ilha de S. Jorge, por José Candido Avelar,.
Arquivo dos Açores, volume 13, pag. 436.
Biblioteca Açoreana do Dr. Ernesto do Canto.

JOÃO SOARES D'ALBERGARIA E SOUSA — tambem conhecido sómente por João Soares d'Albergaria e no seu tempo de rapaz por João Inacio de Sousa: nasceu na Vila das Velas da Ilha de S. Jorge no dia 16 de janeiro de 1776, filho do coronel miliciano Inacio Soares d'Albergaria e D. Isabel Delfina da Silveira, faleceu no primeiro de fevereiro de 1875.

Pertenceu á tropa miliciana e nessa qualidade e como politico liberal muito se evidenciou. Foi ele que na reunião de 15 de junho de 1828, na Vila das Velasda Ilha de S. Jorge, promovida pelo seu comandante militar, major Mauricio Dorrigues, obstou á aclamação nesta Ilha do Infante D. Miguel, até que chegassem ordens terminantes sobre tal assunto. Esta sua atitude e a que tomou abertamente em defesa dos principios liberais, tiveram como consequencia a sua prisão e a confiscação dos seus bens. Preso foi remetido para Ponta-delgada, da Ilha de S. Miguel e ali julgado a 17 de maio de 1830 sendo condenado a cinco anos de degredo em Angola, pena esta que lhe foi comutada em igual tempo na praça d'Elvas. Tinha já quatro anos de prisão quando o Duque da Terceira, na sua digressão do Porto á Asseiceira, em defesa dos principios liberais, lhe mandou abrir as portas da prisão na praça de Almeida, para onde tinha sido transferido.

Voltando aos Açores em 1835 encontrou as suas propriedades completamente abandonadas e destruidas todas as suas arvores de fruto, e com muita admiração sua encontrou como autoridades, agora constitucionais, aquêles que no regimen absoluto o haviam perseguido como liberal. D'aqui se compreende a razão porque ele, mesmo depois do seu exilio, continuou sempre numa politica de oposição. No entanto desempenhou altos cargos electivos entre os quais nomearemos o de Provedor da Santa Casa da Misericordia da Vila das Velas, Pre-

sidente da Camara Municipal da mesma Vila e Deputado eleito pelo seu circulo a 18 de dezembro de 1836.

O trabalho porém que o nobilitou para ser consagrado neste nosso estudo, foi o seu livro — Corografia açorica — que nenhum outro neste genero havia e que ele publicou em Lisboa em 1822, onde estava desde 1820, época em que regressara do Brazil, onde fôra solicitar de D. João VI o posto de Capitão-mór para seu pai Inacio Soares d'Albergaria.

Nesta sua obra põe o autor em relevo o estado caótico e miseravel da administração publica de todo o arquipélago, descreve o despotismo dos capitães-generais, dos magistrados, dos governadores militares e de todo o clero. O desassombro com que então escreveu este seu trabalho contribuiu muitissimo para a sua prisão e degredo a que foi condenado.

Corografia Açorica — descrição fisica, politica e historica das Ilhas dos Açores, obra impressa em Lisboa no ano de 1822.

Descreve resumidamente a situação, origem e extensão dos Açores, a sua mineralogia, fitologia e zoologia.

Na parte politica fala da população, caracter, indole, lingua, religião, industria e comercio de todo o Arquipélago.

Na parte historica, fala do descobrimento dos Açores por Gonçalo Velho Cabral, na sua divisão administrativa em capitanias, nas lutas de 1580, na Restauração e no começo das lutas liberais.

Sem duvida a parte mais interessante de toda esta obra é a topografia, em que descreve resumidamente cada Ilha de per si, com sua capital, vilas, logares e suas Igrejas paroquiais. (1)

1 Vid. Ilha de S. Jorge por J. Duarte de Sousa pag. 156. Vid. Ilha de S. Jorge por Candido da Silveira Avelar, pag. 394. Memorias da visita regia á Ilha Terceira, 551.

FRANCISO FERREIRA DRUMOND — nasceu na antiga Vila de S. Sebastião da Ilha Terceira no dia 21 de janeiro de 1796 e lá morreu a 11 de setembro de 1858.

Autor de varios trabalhos historicos, destacam-se os anais da Ilha Terceira, de que adiante falamos que é sem duvida um dos melhores documentos da historia da sua Ilha e de um modo geral de todos os Açores.

Cidadão prestavel, honesto, trabalhador, é assim tratado pelos seus contemporaneos.

Abertamente reconhecido a seu tio Francisco Machado d'Ormond, professor primario da extinta Vila de S. Sebastião da Ilha Terceira, pela proteção que lhe havia dispensado, refere-se a ele, nos seus anais, reconhecido:

«Era naturalmente alegre, sóbrio e casto, benefico para todos e especialmente com os seus irmãos, sobrinhos e mais parentes que todos protegeu e adiantou em cargos publicos e meios de vida decente, constituindo-se chefe de uma numerosa familia que educou desde o berço e neste ponto não se conheceu uma igual caridade.

O jornal o Insulano d'Angra, ao anunciar o seu falecimento refere-se ao seu trabalho, «Os Anais», que estavam a publicar-se, obra que lhe havia absorvido uma grande parte da sua vida e diz:

«Para o publico sensato, nunca será indiferente uma vida gasta e dispendida no meio de tantas indagações literarias e históricas, de tantas compilações cronológicas e de tantos cuidados, sem outro prémio mais do que o prazer de deixar á sociedade e aos vindouros, coligidas e impressas as Memorias da sua Patria.»

a) *Anais da Ilha Terceira.*

Na Impressa do governo em Angra do Heroismo em 1850.

E' a historia cronológica da Ilha Terceira, rica de documentos e imformações, impressa em quatro volumes a expensas da Camara Municipal d'Angra do Heroismo.

A comissão que a Camara encarregou de rever esta obra para a mandar publicar, em seu relatorio diz:

«Não ha duvida que o autor desta obra, é digno do reconhecimento publico, pelo relevante serviço que fez á sua patria, revolvendo e explorando os arquivos publicos e particulares, colhendo e coordenando noticias e tradições históricas, desde o descobrimento da Ilha e copiando quantos documentos pode encontrar relativos ao seu governo civil, militar e eclesiástico; não ha duvida que esta obra tem merecimento real, oferecendo, reunidos, muitos elementos necessarios, assim para a historia geral deste arquipélago, como particularmente para a desta Ilha, sua antiga capital e teatro ilustre de muitos sucessos memoraveis, mas carecia de um trabalho prolixo e desvelado, semelhante ao que tivemos, para aparecer, como aparece sem grandes erros e defeitos notaveis.»

No primeiro volume impresso em 1850, historia o autor os factos passados na Ilha Terceira desde o seu descobrimento até á aclamação de D. João IV.

No segundo valume, impresso em 1856 descreve todos os factos historicos ocorridos na Ilha, desde a aclamação de D. João IV nos Açores e capitulações dos castelhanos, com todas as lutas ocorridos então, até ao ano de 1766 e descreve neste ano:

«No dia 28 de maio foi á Casa da Camara o novo Capitão-mór José Borges Leal Corte-Real, pedindo mandassem os vereadores escrever no livro dos acordãos:

«Em como ele no dia seis de junho proximo queria solenizar naquela vila (de S. Sebastião) o preciosissimo nascimento do Augustissimo e Fidelissimo Sr. D. José

primeiro, por especial providencia senhor e Rei; e que em fiel reconhecimento da sua vassalagem e diminutissima demonstração do muito que ele devia á sua inata beneficencia, pretendia solenizar aquêle dia (além do fogo e brinco de touros na praça da Vila) rompendo em outros maiores e mais obsequiosos cultos, pedindo enfim á Camara o associasse em tão devido obsequio e quisesse com a sua assistencia fazer avultar aquela fiel demonstração do seu reconhecimento; e para que ficasse perpétua menção, mandasse escrever esta representação nos livros da Camara e assim a resposta que se lhe dava».

A resposta foi nos seguintes termos:

«Acompanhamos ao suplicante, pelo modo possivel, no festejo que pretende fazer em obsequio do nascimento de S. M. F. que Deus guarde e se registará esta sua representação, que como fiel vassalo do dito senhor, o observa».

No terceiro volume, impresso em 1859, historia os factos ocorridos desde o ano de 1766 a 1820.

Declara-se numa advertencia:

«A inesperada e sentida morte do autor destes anais, um dos mais prestaveis cidadãos deste municipio, não permitiu que a impressão e publicação deste volume fossem feitas debaixo das suas vistas».

No quarto e ultimo volume, impresso em 1864, descreveu finalmente os factos históricos ocorridos no periodo que vai de 1820 a 1832, intitulando assim o seu ultimo capitulo:

«Estado de causa publica em Portugal. Chega D. Pedro, Duque de Bragança á Europa, é convidado para tomar parte nos negocios de sua filha e aceita a regencia do reino. No intento de desempenhar a sua nobre missão, depois de grandes obstáculos, vem reunir-se ás

tropas fieis estacionadas na Ilha Terceira, da qual saiu com a expedição.»

No final de cada um dos quatro volumes fez o autor publicar todos os documentos que pode alcançar, dando assim á narração histórica um cumulo de segurança e de verdade, que muito contribuiu para valorizar esta obra.

b) *Memoria historica da capitania da muito notavel Vila da Praia da Victoria.*

Impremsa do Governo em Angra 1846. Em que o autor historia a mais velha capitania da Ilha Terceira.

c) *Manuscrito.*

Apontamentos topográficos politicos, civis e eclesiasticos, para a história das nove Ilhas dos Açores, servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira, 1 vol. in-fol. com 350 folhas de papel almaço, encadernado, em poder dum neto do autor, na Vila de S. Sebastião que constava ao Dr. Ernesto do Canto estar em ajuste de venda á Camara Municipal d'Angra em 1887.

FRANCISCO AFONSO DA COSTA CHAVES E MELO — nasceu na cidade de Ponta-delgada no ano de 1797 e faleceu na mesma cidade a 14 de janeiro de 1863, filho de Inacio Joaquim da Costa Chaves e Melo e D. Antonia Isabel Candida de Sousa.

Neto do historiador Francisco Afonso de Chaves e Melo a quem já nos referimos, foi como seu Avó um estudioso, deixando varios trabalhos onde muito se aprecia a inteligencia, tenacidade e a preocupação de bem acertar nos seus escritos.

---

1) Biblioteca Açoreana.
Dicionario popular.
O Insolano, jornal semanal d'Angra do Heroismo.

Foi eleito deputado ás Côrtes pelo distrito de Ponta delgada e Governador Civil do mesmo distrito por decreto de 1842.

Morgado e administrador de vários vinculos, combate em muitos dos seus trabalhos a lei vincular, que no seu entender causava dano á população, á agricultura, ao comercio e em geral ao bem do Estado, colocando o filho Morgado acima dos seus irmãos, iguais em direitos naturais e desiguais pelas instituições humanas.

Ele mesmo o diz;

«Notava que o amor paternal, sendo uma das virtudes domesticas, não era comum; muitos pais inhoravam que ele consiste principalmente no assiduo cuidado em educar os filhos, entrementes dura o laço natural.

Ah! se entre nós existisse uma lei com o espirito da que Solon fez para os atenienses, eximindo o filho de sustentar seu pai, não lhe tendo mandado este ensinar oficio algum, deixariamos de ver tanta mancebia reclinada no regaço do ocio, a braços com o vicio, atiçando o fogo da discordia e feita a perturbar a sociedade.

Tive cinco irmãos e três irmãs, iguais em direitos por natureza, desiguais por instituições humanas.

O amor para comigo, de meus pais, não lhes permitia um unico momento de reflexão, ácerca do estado futuro dos segundos — genitos.»

E noutra parte diz:

«Meus irmãos, filhos dos mesmos pais, ramos do mesmo tronco, eram tidos em conta de somenos, com relação a mim.»

«O ciume dos filhos de Jacob contra José, seu irmão, proveiu do pai lhe dar mostras de mais amor e de com ele usar de distinção.»

Deixou-nos os seguintes trabalhos:

a) *Resposta ao folheto intitulado*: Fundamentos do

projecto do decreto para abolição dos vinculos na Ilha de S. Miguel e mais Ilhas dos Açores: oferece ao Soberano Congresso o deputado da referida Ilha João Bento de Medeiros Mantua. Folheto de 24 paginas.

Impresso em Ponta-delgada no ano de 1822.

Não tem este folheto o nome do autor, atribuindo-se ou a Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, que por varias vezes, apesar de ser Morgado, defendeu as idéias expandidas ou a Padre João José d'Amaral.

Qualquer deles é Açoreano; transcrevemos alguns dos seus periodos:

«Lendo o titulo deste folheto, diz o anonimo autor, não deixamos de nos admirar da parcialidade das vistas do seu autor, deputado sim pela Ilha de S. Miguel, mas que no Soberano Congresso, representante de toda a Nação portuguêsa, deve projectar e falar pelo bem e prosperidade de toda ela. Ainda mais nos admiramos quando lendo os primeiros cinco parágrafos, vimos expander neles seu autor, não todas, mas algumas das muitas razões intrinsecas e naturais que os jurisconsultos e politicos tem produzido para mostrar a inutilidade dos bens vinculados, ou antes os danos que estes causam á população, á agricultura, ao comercio e em geral ao bem do Estado.»

b) *Manuscrito.* Memoria sobre o estado da cultura do pastel, ruiva, bicho de seda e escassez das amoreiras em S. Miguel.

Enviou o autor este seu trabalho no ano de 1822 á Sociedade Promotora da Industria Nacional e a ele se refere J. Silvestre Ribeiro na sua História dos Estabelecimentos cientificos, L.° 4, fls. 149.

c) *Epitome das épocas e circunstancias mais nota-*

veis do Governo das Ilhas dos Açores, desde o seu descobrimento até 1835, sem contar a dominação dos Filipes.

Imprensa Patriótica—Lisboa 1835.

E' um pequeno folheto de 16 paginas, em que o autor marca alguns factos do Governo das Ilhas, sucintamente.

d) *Memória apologética dos Deputados pela Provincia oriental dos Açores e oferecida aos seus constituintes.*

Tip. de Eugenio Augusto Lisboa 1835.

Assinam este folheto Duarte Borges da Camara Medeiros e Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, então deputados da Nação por este circulo de Ponta-delgada, expondo por ordem cronológica todos os seus trabalhos, durante a sessão extraordinária das Côrtes de 1834, e na sessão ordinária de 1835.

e) *Reflexões e criticas dum micaelense.*

Impresssa Liberal, Lisboa, 1822.

E' um pequeno folheto que saiu anónimo mas, a critica descobriu o nome do seu autor.

Ataca o autor, Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, o acordam da Camara Municipal de Ponta-delgada, por ter chamado a si a venda exclusiva dos vinhos, duplicando a sua imposição.

f) *Memoria histórica sobre as Ilhas dos Açores como parte componente da Monarquia portuguêsa.*

Impressa na oficina de Antonio Rodrigues Galhardo Lisboa 1821.

Foi este trabalho atribuido a Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, pelas ideias que defende relativas á reforma do Governo português e sua constituição,

mas parece que é seu autor um outro Açoreano, o Desembargador Roque Francisco Furtado de Melo, natural da Ilha do Pico.

Divide o autor este seu estudo em tres partes descrevendo na primeira, resumidamente, os factos compreendidos desde a creação da Capitania geral até á passagem da Côrte portuguêsa de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Na segunda parte, escreve tambem resumidamente os factos compreendidos desde a criação da Capitania geral, até á passagem da Côrte portuguêsa de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Na terceira parte, finalmente, historia a sua época, até á sua actualidade.

Eis um trecho deste livro:

«A mudança do assento da Metrópole portuguêsa, é um daquêles grandes acontecimentos que assinalam os tempos, dividem as idades do mundo e formam uma época memoravel em todas as Nações.

O Globo inteiro tem sentido mais de uma vez o impulso dado pela Nação portuguêsa. Esta Nação com as suas descobertas, na passagem do Cabo da Boa Esperança, fez recuar os limites do mundo, como se explica Mr. de Voltaire, abrindo a todas as Nações um caminho até então desconhecido para passar á Asia.

Este grande acontecimento fez mudar o Comercio de todos os Países e desconcertar todos os sistemas.» (1)

ANTONIO LOURENÇO DA SILVEIRA MACEDO —nasceu no dia onze de setembro de 1818, na então

1) Biblioteca Açoreana.
Almanaque do Arquipélago dos Açores por Francisco Maria Supico para o ano de 1867.
Preto no Branco, jornal Micaelense, ano 1 numero 15.

Vila da Horta, da Ilha do Faial, filho de Lourenço Antonio da Silveira Macedo e Maria Delfina da Silveira Goulart, naturais da Vila da Madalena da Ilha do Pico; faleceu na cidade da Horta a dezoito de dezembro de 1891.

A' custa de não poucos sacrificios, pois seu pai era um modesto artista, conseguiu alcançar uma educação literaria que lhe permitiu ser nomeado professor régio da cadeira de Latim da Vila das Lagens da Ilha do Pico, por decreto de tres de dezembro de 1839, disciplina esta que já vinha regendo interinamente desde 1837.

Firmados os seus créditos, como professor, conseguiu sem grandes dificuldades a sua transferencia para identica cadeira na cidade da Horta, na vaga aberta por falecimento do professor Cipriano Joaquim da Silveira no ano de 1844, sendo provido definitivamente no ano de 1848.

As reformas de instrução iniciadas pelos liberais, trouxeram a creação dos Liceus nacionais nas sedes dos distritos e assim a extinção daquelas cadeiras-regias que havia nos concelhos, sendo os seus professores chamados a constituirem o corpo docente do novo Instituto de ensino. Por esta razão passou o professor Macedo a fazer parte do professorado do Liceu da Horta, sendo incumbido da regencia das cadeiras de filosofia e matemática.

Durante o seu longo periodo de professor, desempenhou as funções de secretário, bibliotecário e reitor do Liceu da Horta; por decreto de 12 de julho de 1883 agraciou-o o Governo de Portugal com a comenda de Cristo, pelos muitos e bons serviços que vinha prestando á sua terra.

Desempenhou varios cargos electivos, entre os quais se indicam o de Procurador á Junta Geral do distrito, onde desempenhou os cargos de secretario, vice-presi-

dente e presidente das respectivas Comissões executivas, Conselheiro do distrito, vogal clavicularío da Junta administrativa das obras do porto artificial da Horta, vogal da comissão anti-filoxerica e do conselho de agricultura, presidente da comissão para a organização dos anais do Municipio da Horta etc.

Era na verdade trabalhador, activo e inteligente, deixando bom nome como professor, como cidadão e como homem de letras, cujas obras mencionamos:

a) *Historia das quatro Ilhas que formam o distrito da Hosta:* em que historía as Ilhas do Faial, Pico Flores e Corvo, desde o seu descobrimento, comprovando-as com muitos decumentos, notas e opiniões de varios escritores, em tres volumes:

primeiro volume, impresso na tipografia de Graça Junior da Cidade da Horta; descreve o descobrimento, povoação e doação das Ilhas, chegada de Jorge Utra e seus companheiros ao Faial, seu governo e mais sucessores até á aclamação de D. João VI.

Segue-se depois a transcrição de muitos documentos referentes a este periodo.

segundo volume—tipografia Silva Corrêa da Horta historía os factos desde a aclamação e juramento da constituição politica de 24 de agosto de 1820 até aos sucessos do ano de 1871, seguindo-se depois a transcrição de varios documentos.

terceiro volume—tipografia Silva Corrêa, da Horta. Compreende a corografia do distrito, com a topografia de cada uma das quatro Ilhas, estatistica de produção, criação de animais, peixes etc.

Relaciona finalmente os funcionarios que no distrito teem servido.

Extratamos como exemplo da descrição o periodo seguinte do Cap. XXX.

Publicação da lei da pragmática:

«Destruidos os inimigos externos de Portugal, um mais perigoso se ia insensivelmente introduzindo, arruinando as familias e por conseguinte enfraquecendo a nação: era este o luxo fomentado pelas ricas tapeçarias que da India vinham e das fazendas que os estrangeiros introduziram com que as manufacturas portuguêsas começaram a descair: o que desejando El-Rei evitar, decretou este ano a celebre lei da pragmática sobre modas, que depois ainda foi ampliada por um novo Alvará».

b) *Compendios elementares de ensino* — aprovados pela Junta Consultiva de Instrução Publica, impressos na cidade da Horta, pela primeira vez em 1877, na tipografia de Francisco Pereira de Melo, e em segunda edição no ano de 1880, na tipografia Minerva Insulana, compreendendo as seguintes materias.

1) Exemplo edificante de virtudes morais e civicas, extraidos da História portuguêsa e transcritos dos classicos da lingua, para as lições de leitura nas escolas primárias.

2) compendio de gramatica portuguêsa para os alunos de instrução primarias e secundaria.

3) Breve tratado de agricultura.

4) Noções de historia geral, especialmente do Reino de Portugal, para uso dos alunos de instrução secundaria.

5) Principios elementares de pedagogia.

6) Noções sumarias de Geografia e de Corografia de Portugal.

7) Elementos de arimética.

8) Historia Sagrada.

c) *No Gremio Literário* — publicação quinzenal do Gremio literario Faialense, que apareceu a 15 de maio de

1880 e finalizou com o numero cem, a um de novembro de 1884, colaborou assiduamente escrevendo artigos sobre instrução e biografias de faialenses ilustres. (1)

FELIX JOSÉ DA COSTA — nasceu na cidade de Angra da Ilha Terceira no dia 27 de fevereiro no ano de 1819, filho de Felix José da Costa, funcionário publico e D. Joaquina Maxima de Faria; foi casado com D. Maria Paula Leal Borges Pacheco SotoMaior, e faleceu na mesma cidade de Angra no dia 17 de janeiro de 1887.

Os seus estudos foram sómente feitos na cidade de Angra, sob a direção do conhecido pedagôgo Açoreano. Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade.

Bastante novo e ainda mesmo estudante, foi despachado Ajudante da pagadoria militar da Ilha Terceira e seguindo d'aqui a sua carreira de funcionario publico, veiu a morrer Oficial do Governo Civil e advogado de provisão na cidade de Angra.

Como politico militou no partido liberal, sob a chefia do seu intimo amigo Teotónio d'Ornelas Bruges d'Avila Paim da Camara, Visconde de Bruges e depois Conde da Praia da Victoria, que foi das figuras de mais alto relevo na politica constitucional, pondo ao serviço da Rainha todo o seu valimento e toda a sua fortuna.

Por vezes e por efeito de questões politicas, sofreu vexames a ponto de ser suspenso em 1847 do seu emprego publico e deportado para a Ilha Graciosa, vindo a ser reintegrado no logar sómente em 1851.

Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição e de S. Tiago, condecorado com a meda-

1) Vid. Arquivo dos Açores Vol. 8, pag. 363. Historia da Instrução nos Açores, pag. 70 e 147.

lha de S. Pedro e de D. Maria por serviços civis, socio honorário da Academia Filomática do Rio de Janeiro e de outras instituições literárias. Colaborou em diversos jornais entre os quais citaremos:

O Angrense—folha politica, orgão do partido progressista da Ilha Terceira. O primeiro numero deste jornal saiu a 23 de setembro de 1836; foi primeiramente impresso na Tipografia da Perfeitura e depois, por haver sido proibido pelo Prefeito a impressão na imprensa pertencente ao Estado, passou para uma tipografia adquirida pela Visconde de Bruges, Teotonio Paim, na Rua do Pintor.

Boletim oficial do distrito administrativo d'Angra do Heroismo—publicação quinzenal que começou a 15 de julho de 1859, com o Alvará do Governador Civil José Maria da Silva Leal, incumbindo ao segundo oficial da sua secretaria, Felix José da Costa a coordenação desta publicação.

Era impresso na Tipografia do Governo Civil.

Crónica da Terceira 2.ª—cujo primeiro numero saiu a 5 d'agosto de 1846 e que parece terminou com o numero nove a 16 de setembro do mesmo ano, de que foi redactor.

O Insulano—jornal noticioso, historico, agricola e comercial, de que foi redactor e proprietário; o seu primeiro numero saiu a 19 de janeiro de 1857 e terminou com o numero 95 a 4 de janeiro de 1861.

E' muito estimada a coleção deste jornal, pelas muitas noticias historicas que contém.

Revista Universal de Lisboa onde colaborou, publican-

do muitos artigos sobre varios assuntos.

Em separado publicou varios trabalhos:

a) *O triunfo da causa da liberdade*—demonstração de regosijo, feita em aplauso da feliz noticia de ter triunfado a legitimidade em 1834.

b) *Memoria histrica*—do horrivel terremoto de 15 de junho de 1841, que assolou a vila da Praia, da Ilha Terceira. Relatório da comissão de que fôra incumbido pelo Governador Civil d'Angra de investigar no concelho da Praia os prejuizos causados por aquêle terremoto.

c) *Angra do Heroismo, Ilha Terceira (Açores)*—os seus titulos, edificios e estabelecimentos publicos. Tipografia do Governo Civil. Angra do Heroismo, 1867.

E' a descrição da cidade de Angra, os seus monumentos, edificios, Igrejas, as festas populares, entre as quais sobressaem as célebres corridas de touros:

«Ha mais de dois séculos, que se acha introduzido entre os terceirenses este divertimento, que é o mais concorrido do povo. Depois da saída dos hespanhois, a que de certo se deve a prática destes costumes, a primeira noticia de que estas corridas se fizessem, com toda a pompa e brilhantismo, data de 1666, quando na praça do castelo de S. João Baptista, sendo Governador o Conselheiro Francisco d'Ornelas Paim da Camara, 5.º Avô do Conde da Praia da Victoria, houveram tres tardes de touros para solenizar o casamento da Infanta D. Catarina, filha de El-Rei D. João IV, com Carlos II Rei da Inglaterra.»

Descrevo os caes de desembarque que tem a cidade, os lagos, o Castelo e suas dependencias, enfim uma resenha que dá a conhecer a grandeza e poderio da «mui-

to nobre, Leal e sempre constante cidade de Angra do Heroismo — Grão Cruz da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

d) *Tributo á memória do Ex.mo Sr. Conde da Praia da Victoria* — consagrada pela gratidão e respeito ao Ex.mo Sr. Marquez da Ribeira-grande. Impresso em Ponta-delgada.

e) *Colecção de escritos administrativos e literários* — do Ill.mo e Ex.mo Sr. José Silvestre Ribeiro, Governador Civil do Distrito d'Angra do Heroismo, desde 26 de novembro de 1839, a 26 de novembro de 1843, periodo da sua administração neste Distrito.

f) *Memoria biográfica de Francisco d'Ornelas da Camara Paim* — 1606 a 1664; publicada em Angra em 1844.

g) *Memoria biografica do terceirense João d'Avila* — publicada em Angra em 1844.

h) *Comemoração dos dias e homens mais notaveis da Ilha Terceira* — publicada no jornal «O Angrense», no ano de 1845.

i) *Memoria estatistica e histórica da Ilha Graciosa* — em que o autor explana rapidamente a parte geográfica e histórica da Ilha, a flora, a fauna, os usos e costumes do seu povo. Impressa em Angra em 1845.

Extratamos deste trabalho os seguintes periodos:

«Os habitantes da Ilha Graciosa são francos, hospitaleiros e delicados na maneira de tratar. São laboriosos, fortes e resolutos: dotados de uma sagacidade natural, amantes de suas familias e sobremodo solicitos

pelo seu crédito e honra. O povo é bem morigerado e humano; obediente e sem servilismo, respeitador das autoridades; assim como religioso, sem ser supresticioso, nem fanático.

Estes habitantes são de estatura ordinaria; a sua fisionomia não é desagradavel e pronunciam com suavidade a linguagem portuguêsa.

Entre os seus principais moradores existem muitos individuos verdadeiramente cavalheiros, simpáticos pelas suas maneiras, nobreza e independencia do seu caracter.

A mocidade é agil e industriosa; altiva e empreendedora. Quando ela, em sua Ilha não tem onde se ocupe, vai tentar fortuna em terras longinquas, onde fixa sua residencia com bom aproveitamento. Os filhos dos proprietarios dedicam-se ao estudo, para o qual apresentam talento e grandissima habilidade. Varios estudantes tem ido frequentar a Universidade de Coimbra, fazendo distinto progresso e optimos exames, teem depois regressado á patria com o grau de bachareis nas faculdades que cursaram.»

j) *Memoria sobre a Academia Militar da Ilha Terceira*—escola de guerra que funcionou no Castelo de S. João Baptista d'Angra, criada por Carta-régia de 10 de novembro de 1810. Impresso em Angra em 1845.

k) *Sobre a verdadeira sepultura de Paulo da Gama na cidade de Angra*—artigo no jornal «Angrense» a 15 de março de 1849.

l) *Varias propostas apresentadas á Junta-geral do Distrito d'Angra do Heroismo em sessão ordinária de 1854*. Impresso em Angra na Imprensa do Governo.

m) *Noticiario da honrosa visita de Sua Alteza Serenissima o Senhor Infante D. Luiz á Ilha Terceira em 31 de outubro de 1858.* Impresso em Angra em 1858.

n) *Viagem d'El-Rei de Portugal, o Senhor D. Pedro V ás principais Côrtes da Europa no ano de 1854.* Tipografia A. das letras Açoreanas. Ponta-delgada 1856.

Descreve a viagem que D. Pedro V e seu irmão o então Infante D. Luiz, depois Rei de Portugal fizeram a algumas Côrtes Européas.

Saindo a barra de Lisboa a 28 de maio de 1854 a bordo do navio de guerra Mindelo, dirigiram-se a Southampton, indo d'aqui para Londres, onde foram hospedes da familia real Inglêsa.

Era tanto o povo que ambicionava vêr o jovem Rei de Portugal, que as ruas da cidade estavam apinhadas por tal modo, que as carruagens se moviam com muita dificuldade.

El-Rei e o Senhor D. Infante recebiam com tanta afabilidade as saudações da mais opulenta e populosa cidade da Europa, que despertou o entusiasmo de todos, por uma maneira extraordinaria e sumamente agradavel.

Da Côrte Inglêsa partiram os Principes para a Belgica onde foram tambem recebidos festivamente, depois para a Holanda, Alemanha, vindo Sua Magestade Frederico IV, Rei da Prussia, expressamente a Potsdam com seus filhos, para efectuar a ceremonia dos cumprimentos.

A 28 de julho foram os principes para Gotta, capital dos Estados de Coburgo onde foram hospedes de seu Avô o Duque reinante de Saxe-Coburgo-Gott. Foram á Austria, depois á França, onde visitaram o Imperador

Napoleão 3.º, regressando a Portugal a 15 de setembro de 1854. (1)

JOSÈ de TORRES—nasceu na cidade de Ponta-delgada da Ilha de S. Miguel no dia 17 de junho de 1827, filho de Bento José de Torres e D. Ricarda Borges.

Faleceu na cidade de Lisboa, onde então residia, a 4 de maio de 1874.

Muito novo ainda, pois não contava mais que dezoito anos, foi despachado amanuense da hoje extinta contadoria da Fazenda Publica de Ponta-delgada, passando pouco tempo depois para oficial da Secretaria da Camara Municipal daquela mesma cidade. Pouco tempo porém se demorou no desempenho destas funções, pois que em breve era despachado oficial da secretaria do Governo Civil, onde começou, pouco tempo depois a desempenhar as funções de Secretario-geral, na ausencia do respectivo proprietario.

Em 1859 e por virtude de uma nova organização no Ministerio das Obras Publicas, alcançou a nomeação de oficial de uma das Repartições deste Ministério, indo então fixar residencia em Lisboa, sendo tempos depois nomeado Director-geral da Repartição de Estatistica, no mesmo Ministerio, logar que desempenhou até ao seu falecimento.

Por vezes foi encarregado pelo governo de algumas comissões e inquéritos, entre os quais nomearemos—os na companhia União mercantil, companhia de ferro portuguêsa, contabilidade geral no Ministerio das Obras Publicas, etc. etc.

---

1) Vid. Biblioteca Açoreana,—e Memoria da Visita Regia, pag. 381.

Recusou sempre todas as condecorações com que o Governo, por vezes, o quis agraciar e conta-se que havendo o Governo de Espanha conferido por surpresa a comenda de Isabel, a catolica, em tempo em que já a doença o prostrara e o impedia de apresentar oficialmente a sua recusa, escrevera no proprio diploma, por seu punho: «não aceito».

Desde muito novo começou a escrever para o publico, tendo colaborado num grande numero de jornais:

O Philologo — jornal da sociedade Escolástica-micaelense, quinzenal literario, de que foi redactor e cujo primeiro numero apareceu no primeiro de janeiro de 1844 e terminou com o numero doze, no dia 15 de junho do mesmo ano. Entre outros trabalhos, publicou nele os seguintes estudos:

a) descoberta, povoação, etc. da Ilha de S. Miguel.

b) uma visita á recolêta do Vale da Piedade.

c) O passeio do alto da Mãe de Deus.

Revista dos Açores — semanário literario, consagrado aos interesses literários e históricos insulanos, cujo primeiro numero saiu no primeiro de janeiro de 1851 e terminou com o numero 104 no dia 10 de janeiro de 1853.

Entre outros trabalhos publicou nesta revista os seguintes estudos:

a) Espantosa inundação do mar nos Açores em 1839.

b) A flora, episódio maritimo.

c) Originalidade de navegação no Oceano Atlantico septentrional e do descobrimento de suas Ilhas pelos portuguêses no seculo XV.

Neste artigo critica, em face de documentos, a narra-

ção de Damião Goes, quando diz que na Ilha do Corvo fora encontrada uma estatua equestre.

d) Faustos micaelenses.

Uma serie de artigos sobre a nossa Ilha de S. Miguel.

Açoreano Oriental, O Cartista dos Açores, A Verdade, O Correio Micaelense.

Em todos estes semanários politicos de Ponta-delgada, se encontram varios artigos históricos de José de Torres.

Arquivo Pitoresco—semanario ilustrado de Lisboa, onde publicou os seguintes trabalhos:

a) Açores. Ilha de S. Miguel, sua produção, população, etc.

b) Convento de Belem, que fica nos arredores da cidade de Ponta-delgada.

c) Mosteiro da Esperança, da cidade de Ponta-delgada.

d) um passeio ao muro das nove janelas e pastos de cabras.

e) D. Antonio Prior do Crato, nos Açores.

f) Côrte-Reais, da Terceira, descobridores da Terra do Lavrador.

g) Viagem de Ida Pfeiffer a S. Miguel.

h) Furnas.

i) Vale das Sete Cidades em S. Miguel.

j) Erupção na Ilha de S. Jorge em 1808.

k) Gonçalo Velho descobre Santa Maria em 1432.

Revista literária de Lisboa, O Panorama, Progresso industrial; todos jornais do Continente português.

Neste ultimo «Progresso industrial» publicou um interessante trabalho intitulado — Docas nos Açores.

Em volume deixou-nos os seguintes trabalhos:

a) *Bento de Goes* — um pequeno trabalho romantico, em que descreve a vida deste celebre explorador Açoreano a quem dá o nome civil de Luiz Gonçalves, impresso em Ponta-delgada em 1854.

No prefácio deste trabalho diz-se:

«Da vida e caracter de Bento de Goes, declara o autor sinceramente, que pouco ou nada tomou para este ensaio, que não é senão um como tirocinio de classe em materia de estilo. Daria o escolar razão de si e satisfação ao ponto? O autor é sem duvida o que menos o pode saber e conhecer.

«Trave em alheio olho se vê melhor».

A' historia só se pediram alguns nomes e algumas datas; o demais do quadro levantou-se sem exemplar, nem base precedente. Tela e tintas são d'agora: o fasquiamento é que é de ha 250 anos».

b) *Viagens no interior da Ilha de S. Miguel* — impresso em Ponta-delgada no ano de 1849.

Neste trabalho descreve o autor, entre outros variados assuntos, a Vila da Povoação, suas lombas, Igreja paroquial, Ermida de Santa Bárbara, a primeira da Ilha. Vila do Nordeste, convento dos capuchos, Igreja da Matriz de S. Jorge, e suas Ermidas. A Fazenda, a Pedreira, o Nordestinho, logares da Vila do Nordeste, Achada, Achadinha, Fenais d'Ajuda e seu convento. Folguedos populares e o Monte da Piedade da Vila do Nordeste.

Deste ultimo transcrevemos os seguintes periodos:

«Em mui curiosos exemplos de filantropia publica, abunda a antiga história micaelense: ignorados, sim, porque não temos história proprimente dita, escrita co-

mo convém e conhecida de todos: mas de nobre e evangélica origem todos eles. Um desses factos, mais belos e desconhecidos é a instituição do *Monte de piedade*, da Vila do Nordeste, de que prometi dizer um pouco, que pouco se pode dizer, quando incuria, negligencia de homens e esquecimento de largos tempos, lhe escurecem e encobrem a origem e a historia.

Nenhum dos nossos antigos historiadores resa desta fundação. Esqueceu-a Fructuoso e Cordeiro, só mui poucas linhas lhe consignou Chaves e Melo, já em principios do seculo XVIII.

. . . . . .

Uma mulher, dizem que fora a fundadora e dotadora do *Monte de piedade*, uns apostados a não lhe saber o nome, outros chamando-lhe D. Maria do Rosario, natural da Vila do Nordeste, que vivia em tempo do venturoso Rei D. Manoel: qual quer que o dote fosse de 60 moios; qual, que a 40 não excedesse. Asseguram que fora pensamento da instituidora proporcionar pão aos pobres nos meses de carestia dele e aos pequenos lavradores da Vila e seu termo, sementeiras, quando as não pudessem comprar, mediante o pagamento de um prémio de dois cabaços ou dezesseis avos do alqueire, pago metade por desconto, na ocasião do emprestimo nó granel e outro cabaço no tempo da nova colheita, em setembro seguinte, no acto da restituição do trigo emprestado».

c) *Relatorio da Sociedade dos Amigos das Letras em S. Miguel.*—Impresso na Tipografia do Correio em Ponta-delgada em 1849.

O autor neste seu trabalho, passa em revista a fundação e vida desta sociedade; assim começa:

«A Sociedade dos Amigos das Letras e Artes, na Ilha de S. Miguel, resume em si um pensamento ma-

gnanimo. Nascida no dia 9 de setembro de 1848, de quem só podia nascer, grande e risonho é o seu futuro, venerando o nome do seu fundador. Ao Senhor Doutor Antonio Feliciano de Castilho que temos a honra de nos presidir e que não sabe passar sobre a terra sem semear com seus passos o germen da civilização; a ele e a uns poucos de beneméritos as Ex.mas Senhoras D. Ana Carlota Vidal de Castilho, D. Ana Eulalia Ferim e os senhores Antonio Joaquim Peixoto Sequeira, Filipe do Quental, Francisco Lambert, Luiz Carlos do Couto Severim e Mariano José Rebelo devemos a fundação desta sociedade que em tão curta existencia já tem dado de si frutos preciosos e muito mais sazonados promete».

Em seguida fala o autor dos trabalhos já realizados e dos que pensam ainda levar a efeito, que vamos para aqui resumidamente extratar, para se ficar aqui tambem conhecendo a organização e funcionamento desta interessante sociedade:

Curso de versificação—abriu esta sociedade uma aula de versificação portuguêsa, que foi regida pelo Dr. Antonio Feliciano de Castilho com aquêle cuidado e amor que ele ponha em todas as cousas de instrução.

Curso de desenho—regido por Pedro d'Alcantara Leite, que teve por adjuntos, em atenção ao numero de alunos matriculados, Francisco d'Andrade Albuquerque, Antonio Joaquim Peixoto Sequeira e Manuel José de Sales.

Curso de geométria—frequentado mui especialmente por artistas, que não sabiam ler e por muitos que nem conheciam a numeração, o que tornou dificil a regencia do curso.

Cursos de leitura—pelo sistema Castilho, de aprender a ler em pouquissimas lições, regido por Cristiano Frederico d'Aragão Morais, Filipe do Quental e Francis-

co Betencourt Ataide, em tres aulas separadas, pois a eles concorreram cerca de duzentos alunos.

Cursos d'arimética—regido por Luiz Carlos do Couto Severim e Luiz Filipe Leite, cujo programa minimo se reduzia ao conhecimento das quatro operações e dos rudimentos acomodados ás urgencias das classes operarias.

Curso de higiene—com prelecções feitas pelo Dr. Adriano Antonio Rodrigues d'Azevedo.

Curso da lingua francêsa—regido pela senhora D. Ana Eulália Ferim, admitindo-se á matricula sómente senhoras.

Cursos de desenho topográfico, agrimensura, lignua inglêsa e geografia—regidos respectivamente por Antonio Joaquim Peixoto de Sequeira, por João Guilherme Rendall e por Caetano Antonio de Melo.

Cursos de economia politica, de quimica e de dança—regidos respectivamente por D. Pedro da Costa de Macedo, José Honorato Gago da Camara e Luiz Betencourt Ataide.

d) *Crises alimenticias*—discurso pronunciado no dia primeiro de dezembro de 1856 no Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, em que se discute as causas e os meios de evitar a falta de subsistencia.

Impresso na Tipografia de Castro e irmão. Lisboa, em 1857.

Assim começa o autor:

«O aumento que de tempos a esta parte se tem operado nos preços dos generos alimenticios, trouxe grande perturbação aos mercados, a todas as relações do comercio, a todas as regiões do trabalho. D'aí um grande clamor, uma grande anciedade pelos remedios sonhados para a crise. Felizmente, no meio de tamanha

confusão, as opiniões divididas, incertas mesmo, procuram na discução pacifica da imprensa e da associação, ilustrar-se e acordar-se».

e) *Vantagens que convidam ao estabelecimento de uma fabrica de fiação e tecidos de algodão em Alcobaça* —Impresso em Lisboa em 1854,

f) *melhoramentos industriais e agricolas de Alcobaça*—Impresso em Lisboa em 1858.

g) *Padroado português no oriente*—serie de artigos que o autor publicou no jornal do continente «A Patria» em 1856.

h) *O que é a guerra no Oriente?*—tradução da obra de Victor Hugo.

i) *Nicolau Tolentino*—vida e obras, na edição de Castro e irmão. Tipografia da Rua da Boa Vista, Lisboa.

j) *Portos Açoreanos—porto artificial de Ponta-delgada*—repetidas tentativas para a sua realização, resume historico, publicado no Arquivo dos Açores, Volume XI, a paginas 417.

Assim inicia este trabalho:

«A necessidade e utilidade de bons portos nos Açores anteviram-se, desde o principio da sua povoação, porque em todas as nove Ilhas não ha um unico que satisfaça ás condições de segurança maritima, e, auxiliando a navegação, possa recolher as vantagens inherentes ao desenvolvimento dela.

A posição geográfica do arquipélago está a altos brados pedindo á arte o que a natureza não fez. Pediu-o

desde o seu original descobrimento pelos portuguêses no seculo XV, mas tem-na pedido em vão».

José de Torres escreveu tambem para o teatro; duas são as obras neste genero de literatura que conhecemos:

k) *Já viu o cometa?*— comédia em um acto.

l) *Tudo no mundo é comédia*—comédia em três actos. Impresso em Lisboa em 1860.

Fez tambem alguma tentativa no genero romance, que publicou em varios jornais e depois compilou em dois volumes intitulados:

m) *Lendas Peninsulares*—que foram impressas em Lisboa na livraria de Antonio Maria Pereira em 1861.

No primeiro volume descreve os seguintes quadros:

Vasco Lopes, gran-mestre de Santiago, 1337.—Eis alguns periodos deste quadro:

Havia tres dias e tres noites que o sino prioral do convento de Santiago de Uclés vibrava lugubremente, de hora em hora, tangendo d'agonia dum moribundo.

Os habitantes consternados puderam calcular pelo dobre que se não interrompia nem repousava, o progresso duma morte lenta mas iminente. Na anciedade de todos, nas pulsações de tantos peitos se reconhecia, que era grande o personagem agonizante.

Com efeito, o homem que suscitava tudo isto era gran-mestre da ordem de Santiago. Havia treze anos que D. Vasco Rodrigues Coronado governava a ordem, com impaciencia da ambição dos que lhe cubiçavam a herança da dignidade, então igual ou superior á dos reis.

Uclés era naquêle tempo vila populosa; o convento de Santiago era a mais insigne e poderosa das fortale-

zas da ordem; e a dignidade magistral uma como soberania, ricamente dotada e obedecida por numerosas hostes.»

Brazão d'Elvas, 1438.—Descreve a tradição popular do brazão da cidade de Evora, terminando pelo facto verdadeiro que ocasionou, quando a D. Sancho II foram os deputados de Elvas pedir suas armas, á semilhança das principais terras do Reino.

—«Quereis ter armas para o vosso escudo? disse o Rei aos deputados que Elvas lhe enviou. Pois ide d'aqui a uma hora ao Páteo do palacio».

Quando os deputados se apresentaram ali, viram aparecer El-Rei a cavalo e com a bandeira real na mão.

«Eis aqui vossas armas, lhe disse, sou o vosso melhor brazão».

As alpujarras, 1568—conto nestas montanhas de Espanha, ultimo refugio dos mouros.

Ticiano português 1552-1590—descreve uma passagem da vida do Afonso Sanches Coelho, célebre pintor portugrês, com Carlos V de Espanha, em Bruxelas.

Constancia de Jesuita, 1587-1608.

Olho por olho, dente por dente 1841—pequeno romance em que o autor começa por dizer:

«O que vamos contar pode servir de exemplo e lição a muita gente, que não tem escrupulo moral em contrair ou favorecer alianças matrimoniais meio violentadas».

No segundo volume descreve os seguintes quadros:

Rei ou Impostor? 1595—refere-se ao sucedido em

Madrigal, interior de Castela, em que um homem se apresentou como sendo D. Sebastião, Rei de Portugal.

Alda, 1847—episódio levantado á memória de uma paixão, que de um diácono fez um cadaver.

Diluvio de Luz—conto lendario com que termina o segundo volume.

Escreveu ainda em muitos jornais sobre assuntos historicos, costumes e economia dos Açores, entre os quais nomearemos, além dos já anunciados:

n) *Faustos Açoreanos.*

Originalidade de navegação do Oceano Atlantico Septentrional e descobrimento das suas Ilhas pelos portuguêses no seculo XV.

D. Antonio Prior de Crato.

Interesses Açoreanos.

A ele se devem muitas e das mais importantes escavações feitas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de valiosos documentos sobre estas Ilhas, que vieram derramar muita e nova luz sobre sobre a historia do Arquipélago dos Açores, que foram publicados na Arquivo dos Açores.

Finalmente nomearemos as suas

o) *Variedades Açoreanas*—a parte mais importante da sua vida literaria, compostas de impressos e manuscritos concernentes ás Ilhas dos Açores, inclusive mapas, retratos, vistas, artigos, livros, colecções de jornais, obras inéditas etc. Podendo dizer-se, relativamente a esta obra, que nada ha ácerca dos Açores que nestas variedades não esteja arquivado.

Nos ultimos anos da sua vida dedicou-se sobretudo a estudos de estatistica e para os desenvolver fez á sua custa uma viagem por grande parte da Europa.

Era socio de alguns estabelecimentos scientificos da Europa e correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. (1)

JOÃO TEIXEIRA SOARES DE SOUSA—nasceu na Ilha de S. Jorge no dia 12 de setembro de 1827, no palacête dos Terreiros, freguesia de Santa Barbara do concelho da Vila das Velas onde seus pais, Miguel Teixeira Soares de Sousa e D. Maria Angélica Soares d'Albergaria passavam então o verão. Faleceu no estado de solteiro em Ponta-delgada, da Ilha de S. Miguel, onde viera tratar da sua saude no primeiro de julho de 1882.

Depois de alguns estudos de preparatórios feitos na Ilha Terceira e de uma visita de estudo á Ilha de S. Miguel, matriculou-se nas faculdades de matemática e filosofia da Universidade de Coimbra, vindo a formar-se nesta ultima faculdade no ano de 1854; matriculado na faculdade de medicina no ano lectivo de 1852 a 1853 abandonou este estudo pela repugnancia natural e invencivel á vista dos cadaveres.

Estabeleceu-se depois na sua Ilha, que tanto amou e ali viveu entretido nos seus estudos de história, em que era muito versado e das crónicas dos antigos escritores portuguêses; no entanto consentiu um pequeno interregno a esta sua vida de estudo, sendo eleito deputado para a legislatura de 1865, a 16 de outubro de 1864, por S. Jorge e Graciosa.

Sobre este ilustre Açoreano, assim escreve o Dr. Ernesto do Canto;

«A individualidade do ilustre Jorgense foi um com

1) Notas biograficas de José de Torres por Augusto Xavier Silva Pereira—Folhetim da Persuasão n.º 754.
Album Açoreano, Dicionario Popular, Bibioteca Açoreana.

plexo de qualidades de subido valor e d'aptidões variadas. Dotado de um talento pouco vulgar, memória felicissima, de muita agudeza de compreensão, os seus recursos eram excepcionais quando se propunha resolver qualquer problema histórico.

A história dos Açores merecia-lhe especial atenção, sem todavia despresar o que pudesse servir para abrilhantar o nome português. Dos Açores conhecia tudo: o passado, o presente, as pessoas e logares, os factos publicos e particulares, datas e circunstancias interessantes.

Vivendo isolado na Ilha de S. Jorge, longe da bulicio mundano e de quaisquer distracções, entregava-se exclusivamente á leitura e a profundas cogitações de que resultavam ideias originais e consequencias maravilhosas de perspicácia,

O pensamento inicial da publicação do Arquivo dos Açores nasceu da conversação que com o nosso prestante amigo tivemos em julho de 1876 no Vale das Furnas e das ideias que então trocamos a tal respeito.»

Em uma sua carta de 26 de novembro de 1875, dirigida ao Dr. Ernesto do Canto diz:

«Tenho desde 1865 ideado uma *Memória* sobre os Capitães Donatários dos Açores, em que estes *(documentos relativos aos Açores existentes na Torre do Tombo)* e muitos outros documentos tem de figurar. Não a tenho publicado por desejar dar-lhe mais desenvolvimento, com o fim unico de a tornar mais grata aos leitores.....e para tudo careço ainda estar alguns dias em Lisboa. Eis o elenco:

1.ª parte—descobrimento e colonização dos Açores.

2.ª parte—altos donatarios, os Infantes D. Henrique, D. Pedro e D. Fernando, os Duques D. Diogo e D. Manuel, Fernão Teles de Menezes e seus sucessores até

ao ultimo, Duque de Aveiro, com relação ás Ilhas das Flores e Corvo.

3.ª parte — capitães donatarios de cada uma das Ilhas.

Apendice — contendo documentos, anotações e ilustrações.

A esta (Memoria) devia seguir-se outra sobre Gaspar Côrte Real, que reputo de grande alcance para a historia das navegações e descobrimentos maritimos».

A morte não deixou este ilustre filho dos Açores completar este estudo tão grande e tão proveitoso, que a sair de suas mãos viria irrepreensivelmente certo e correcto.

Assim se exprime em resposta ao convite que lhe fez o Dr. Ernesto do Canto, de escrever uma *Memoria sobre os Açores* para o concurso aberto pela Sociedade de Geografia de Bruxelas: — «Se em trabalhos literários não correspondo á sua espectativa e de mais algum, a verdadeira causa está na minha organização preguiçosa e indolente. Careço de grande expontaneidade no que faço e esta de raro se casa com a minha índole impersistente e aborrecida. Tenho-me em pouca conta, mas não deixo de conhecer que cometo uma grande falta em não expender ao publico, ainda que mal, o resultado dos meus fracos estudos sobre a patria Açoreana. Penso muita vez nisto, mas não sei dar-lhe remedio. Será fatalidade em mim?»

Das suas obras literárias conhecemos:

a) *Contos populares do Arquipélago Açoreano* — por ele recolhidos e publicados com outros mais pelo Dr. Teófilo Braga em livro e sobre aquêle titulo, dedicado ao ilustre Jorgense com estas palavras:

«Se o escrever o nome na primeira pagina dum livro

fosse em Portugal uma cousa honrosa e digna, pertencia a maior gloria deste trabalho áquele que se deixou entranhar no labirinto da imaginação do povo, para entregar-me o fio da tradição poética das Ilhas dos Açores.

Grande parte dos romances aqui publicados foram recolhidos para coadjuvar Garrett na sua tentativa de Romanceiro; não quis a fatalidade que lhe aproveitassem; aceitei-os da mão do meu amigo como o profeta menor ao receber o manto de Elias.

Juntar o seu nome com o meu no frontespicio da obra era expor um homem de merecimento incontestavel a facecias de folhetim; mas lá chegará a hora em que a justiça ha-de iluminar a pagina aonde está escrito o nome do fervoroso obreiro, que na boa confraternidade da juranda, veiu confiar-me as mais belas e antigas rapsódias da epopeia legendaria portuguêsa».

Transcrevemos em seguida, deste livro, o *Romance da noiva deserta*.

versão da Ilha de S. Jorge

—Deus esteja com as tias
todas tres a costurar!
«Deus venha com o sobrinho
Que vem de passar o mar.
—Que é do meu cavalo branco
que eu deixei aqui ficar?
«Vosso cavalo menino
lá nas guerras ha-de andar.
—Que é do meu anel da ouro
que eu deixei aqui ficar?
«O vosso anel, menino,
no dedo da prima ha-de andar.
—Que é da minha rica prima
que eu deixei aqui ficar?
«A vossa prima, menino,

já comnosco não quis estar.
Está hoje cozendo pão
para amanhã se casar.
—Digam-me as senhoras tias
ela onde vai morar?
quero ir á sua casa,
quero com ela falar.
«Menino não vades lá,
que elas podem-vos matar.
—Matarem-me, senhoras, não,
que eu tambem sei praticar;
nas terras por onde andei
aprendi a conversar.

Quando lhe bateu á porta
já estavam p'ra jantar;
arrearam-se as cadeiras
para o senhor se assentar.

—Deus esteja com os folgantes,
pois bem sabem de brincar;
não se arrogem as cadeiras,
não me quero assentar,
Não me quero assentar, não,
nem nada quero gastar;
se o noivo dá licença
á noiva quero falar.
—Licença, senhor, a tem,
se ela lh'a quiser dar.

—Toma lá este vestido
para levares a casar;
outros melhores que eu tinha
não os quiseste ganhar.
«Aqui d'El-Rei quem me acode,

justiça deste logar!
os meus primeiros amores
no coração tem logar,
vá o noivo para a rua
fique este no seu logar.

b) *Camões nas Ilhas dos Açores* — memoria sobre a passagem do nosso épico Luiz de Camões pelos Açores, no seu regresso da India ao continente português.

Numa sua carta de 14 de julho de 1880 ao Dr. Ernesto do Canto, sobre este assunto e em resposta dizlhe:

«Sobre a passagem de Camões pelos Açores no seu regresso, direi, que por mais de uma vez tive pensamento igual ao seu. Apesar do facto geral de tocarem nos Açores as naus vindas da India, não me parece que a nau Santa Clara, naquela viagem tocasse. Couto encarece a brevidade da viagem desde Moçambique, mencionando a demora em Santa Helena. Se tivesse tocado em outro qualquer ponto não deixaria de o dizer. Demais, um dos fins da vinda pelos Açores não era só o auxilio das correntes maritimas, era tambem o amparo que achavam na Armada das Ilhas, que as vinha aqui esperar. Mas o tempo da vinda dela era mais tarde e não em principios d'abril. Assim não tinha a Santa Clara razão de vir naquêle tempo pelos Açores».

Numa outra carta escrita a 14 de agosto de 1880, mudou de opinião sobre a estada nos Açores do grande ápico:

«A resposta que dei na minha ultima sobre a passagem de Camões pelos Açores, foi ditada pelo que na ocasião me ocorreu. Depois pensei, reflecti e mudei de opinião. As manhãs dos dias 21 a 22 de julho empreguei-as em escrever uma breve memória sobre o assunto, sendo o que mais me custou o precizar as citações.

Não a remeto agora ao meu amigo, a quem é destinada, porque me não foi possivel faze-la pôr em limpo. Os argumentos em que me fundo equivalem a uma declaração positiva do Couto, de que ele na nau Santa Clara e depois o resto da armada passaram pelos Açores. Mas Camões veiu de Moçambique e passou pelos Açores na Santa Clara ou na Fé? Sigo esta ultima opinião».

Memória sobre a descoberta da Austrália—que o autor deixou em manuscrito e em que trata das descobertas maritimas dos portuguêses e espanhois.

O autor teve por este estudo um empenho muito particular. Assim na sua carta de 14 de julho de 1880 ao Dr. Ernesto do Canto, referindo-se a ele diz:

«E' um trabalho conscienciosо, e que contém importantes factos novos sobre o alcance das grandes navegações dos Espanhois no Pacifico, navegações que foram iniciadas pelo nosso Fernão de Magalhães e sustentadas ainda por outros Portuguêses.

Fazendo justiça á Espanha, sustento em boa parte a nossa gloria.

A questão da descoberta da Austrália, uma das mais importantes na história das viagens e descobrimentos do seculo XVI, toma uma face nova, e a meu vêr sólida. Apesar de escrita com rapidez e em forma de apontamentos, segundo a sua indicação, vai dar um volume de duzentas a duzentas e cincoenta paginas.

Se o Dr. Teofilo (Braga) aceitar a oferta, em breve começarei a fazer-lhe remessas para a imprensa.

Desejo que ele o faça proceder de um prólogo em francês, para maior divulgação. Se este meu trabalho tiver boa aceitação, seguir-se-lhe-á logo a *Memória* sobre Gaspar Fructuoso e outra contendo vinte e tantos

capitulos de observações criticas á Crónica da Guiné de Azurara; é este um trabalho audacioso e novo».

Dividiu este seu trabalho em cinco partes, tratando entre outros mais assuntos dos seguintes:

I

Alcance das navegações e descobrimentos maritimos dos portuguêses e espanhois em 1494. A grande dificuldade, no sentido puramente maritimo, do reconhecimento do Oriente pelos portuguêses, consistiu em chegar até Moçambique. Dali em diante até ás Molucas, caminharam guiados pela navegação dos Arabes. Fernão de Magalhães ao serviço de Espanha, sua viagem de circumnavegação. Conflito que dela resulta entre as Côrtes de Portugal e Espanha sobre o dominio das Molucas. Expedição enviada da Nova Espanha e costa do Pacifico sob o comando de Afonso de Saavedra, em socorro da expedição de Loaisa.

II

Novas expedições partidas da nova Espanha: Grijalva e Alvaredo em 1537, Ruy Lopes da Vila Lobon em 1542. D. Inigo Ortiz depois de descobrir a costa oriental da Nova Guiné pela corrente equatorial do Pacifico, descobre e reconhece a costa oriental da Austrália até aos 20 graus austrais. Outros pilotos espanhois, ainda no mesmo seculo, estendem o seu reconhecimento mais ao sul e descobrem tambem o Estreito que hoje se denomina de Torres.

III

Continuação das grandes viagens dos espanhóis no Pacifico. Qoetano descobre uma das Ilhas de Sandwich, 1542, Cabrilo descobre a Nova Califórnia, João Fernandes, português, descobre a Nova Zelandia.

IV

A Ilha de Java, a Java Maior e a Lucach de Marco

o Polo. As Ilhas do ouro, conforme as tradições dimanadas e recolhidas no sul da Ilha de Samatra.

V

Sistema seguido pelos portuguêses, espanhóis e francêses no descobrimento de novas terras. João Afonso navegador português ao serviço da França.

Finalmente e para terminar a noticia deste ilustre Açoreano, diremos que colaborou no jornal — «O Jorgense» — quinzenal, politico, literário e noticioso, com muitos artigos sobre a história de S. Jorge.

Foi este o primeiro jornal que se publicou na Ilha de S. Jorge, saindo o primeiro numero na Vila das Velas a 15 de fevereiro de 1871, terminando com o numero 195 a 15 de novembro de 1879.

Colaborou ainda no arquivo dos Açores, fornecendo-lhe grande numero de documentos e cópias concernentes á história destas Ilhas. (1)

ERNESTO DO CANTO — nasceu no lugar dos Prestes, frequesia de S. Roque do concelho de Ponta-delgada no dia 12 de dezembro de 1831, filho do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros e D. Margarida Izabel Botelho; casou com sua sobrinha D. Margarida Leite do Canto, filha de seu irmão primogénito André do Canto a 5 de maio de 1859, e faleceu na casa onde nascera a 21 de agosto de 1900.

Concluidos os seus estudos preparatórios feitos nesta Ilha de Sam Miguel e o ultimo ano num Instituto denominado «Escola Academica» na Calçada do Sacramen-

1) Vid. Cantos populares Açoreanos do Dr. Teofilo Braga. Arquivo dos Açores V. 4, pag. 7 e seguintes. Revista Insular e de Turismh, artigo do Dr. Armelim Junior

to, em Lisboa, matriculou-se na Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra, em outubro de 1851. Fez o seu acto de formatura no dia 25 de julho de 1856, obtendo durante o seu curso Universitário uma «menção honrosa», no primeiro ano e o segundo premio—40$000—na cadeira de fisica do segundo ano.

Depois do sua formatura regressou á sua Ilha, fixando residencia em Ponta-delgada.

E' um dos mais queridos filhos dos Açores, um espirito claro e um coração de ouro. A sua maior preocupação em toda a sua vida, o seu maior trabalho, foi revolver o pó dos arquivos em busca de documentos comprovativos dos tramas da história dos Açores.

Em sessão da Comissão Distrital de Ponta-delgada a 22 d'agosto de 1900, consagrada exclusivamente a prestar homenagem á memória do ilustre extinto, se exararam os seguintes periodos:

«O Sr. Dr. Ernesto do Canto era a personalidade que nesta terra mais se impunha por um raro e primoroso conjunto de dotes morais, pela sua superior e cultissima inteligencia, desde muito aplicada a profundos trabalhos de investigações e critica da história açoreana, e por um amor da patria que se não pode exceder.

Este provou-o em aturado desempenho de funções publicas, como membro da junto-administrativa das obras do nosso porto artificial, como vereador da Camara Municipal, como vogal e presidente das Juntas Gerais deste Distrito, como elas foram creadas pelos Codigos de 1842 e 1878, como Provedor da Santa Casa da Misericordia e ainda em numerosas comissões de filantropia, de instrução e beneficencia.

Já tomado da doença de que veiu a sucumbir, em em 1896, ainda por consenso e aplauso de todos os micaelenses, lhe foi confiado o alto cargo de Presidente

da Junta-geral, creada por decreto de 2 de março de 1895.

Era o seu nome venerando a mais segura garantia da integridade com que aquêle diploma, a nossa mais brilhante conquista moderna, seria cumprida e era tambem uma segurança do restabelecimento da confraternidade entre os agrupamentos beligerantes da politica local».

«E fechou o ciclo glorioso da sua existencia legando á biblioteca publica desta cidade a sua numerosa e selecta livraria, cheia de preciosidades bibliográficas, com uma colecção de mapas interessando aos Açores, como outra se não encontraria, e tendo tambem manuscritos de subido valor.

Do Sr. Dr. Ernesto do Canto, falecido com sessenta e oito anos e oito meses, faz-se esta sintese: — viveu para a familia e para a Patria. Para aquela tinha todos os afectivos cultos do seu coração, para esta todas as fortes vibrações da sua alma».

São do perfil traçado pela pena do Dr. Aristides da Mota, ainda em vida do ilustre bibliófilo, os seguintes periodos:

«Quando o vejo, quando o leio, quando o converso, não sei que afinidades entre ele e o velho tipo portuguêses, nobre, grave e bondoso.

A sua linguagem é simples e correcta, o seu pensamento limpido e sereno; tão longe do paradoxo, como do lugar comum.

E' uma encarnação do bom senso.

Talvez devido áquelas afinidades é que ele, depois de ter servido, dedicada e generosamente a sua administração publica, depois de ter tacteado a politica, foi procurar no passado as realidades que a memoria pode evocar, deixando na podridão da morte e do tempo a máscara da comédia da vida».

Falemos agora dos seus trabalhos literários:

a) *Arquivo dos Açores*—doze grossos volumes onde o autor com a colaboração de outros estudiosos, foi dando á estampa preciosos documentos sobre a história destas Ilhas.

No volume primeiro que saiu no mês de maio de 1878 justifica o autor o aparecimento desta publicação, dizendo que ela vai ser o repositório de todas as locubrações de muitos espiritos ilustrados sobre história dos Açores. E como se isto não fosse o bastante e por si não traçasse já um programa, ele precisa ainda o fim desta obra por esta outra forma:

«rectificar a história açoreana em vista dos documentos coevos».

«fazer conhecidos, documentos unicos, importantissimos, dispersos ou avulsos, evitando que de todo se aniquilem com o andar do tempo»;

«reunir não só os manuscritos de que houver conhecimento, existentes nas bibliotecas publicas e particulares, nacionais e estrangeiras, mas o que anda dessiminado por livros e jornais que possa interessar á história deste arquipélago».

O ultimo fasciculo do volume decimo segundo, ultimo sob a direcção do Dr. Ernesto do Canto foi impresso em 1894.

Anos depois apareceu o primeiro fasciculo do volume decimo terceiro, sob a direcção do iminente homem de sciencia Coronel Francisco Afonso de Chaves, que continuou ainda que morosamente, nos precisos termos em que o seu ilustre fundador o manteve.

Foi na reunião dos socios da Sociedade de Geografia de Lisboa, no Consistorio da Santa Casa da Misericordia de Ponta-delgada a 22 d'abril de 1903, que sob proposta do então Major Francisco Afonso Chaves ficou resolvido

para homenagear a memoria do Dr. Ernesto do Canto, continuar-se a publicação do seu Arquivo dos Açores, ficando dela encarregado o eminente sabio Francisco Afonso de Chaves.

Sob a sua direcção se publicaram os volumes trese e quatorze.

b) *Biblioteca açoreana* — noticia bibliográfica das obras impressas e manuscritas, nacionais e estrangeiras, concernentes ás Ilhas dos Açores.

No primeiro periodo da advertencia, desta obra, assim se exprime o autor:

«Ocioso seria demonstrar que a primeira necessidade dos que se dedicam a qualquer estudo histórico, é conhecer o que ha escrito sobre o assunto preferido, e que para alcançar este resultado, nenhum meio mais adquado, do que uma bibliografia em que se achem descritas todas as produções literarias, nos variados ramos da actividade humana».

c) *Os Côrtes-Reais* — memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos em que se descreve os membros desta familia que vieram para a Ilha Terceira e lá foram capitães do Donatário e bem assim descobriram a Terra Nova, do Bacalhau, terminando que os Açores foram um posto avançado para a descoberta da América e um fóco de irradiação para as explorações maritimas.

O presente trabalho foi dividido em capitulos assim intitulados:

I — A familia Côrte-Real, sua origem e descendencia.

II — João Vaz Côrte-Real descobriu a Terra-Nova?

III — Viagens de Gaspar Côrte-Real e de seu irmão Miguel Côrte-Real.

São dêste capitulo os seguintes periodos:

«Foi tão forte o impulso comunicado á nação portuguêsa pelas circunstancias favoraveis da sua posição, pela indole nacional e pelos estudos nauticos, iniciados pelo Infante D. Henrique; foram tão repetidas as manifestações da sua actividade nas empresas maritimas, que em pouco mais de um seculo, as naus portuguêsas sulcavam todos os mares do ocidente ao oriente, de um hemisfério ao outro.

A começar da descoberta do Porto Santo, Madeira e Açores, os portuguêses percorreram toda a costa da Africa, até que, dobrado o cabo Tormentoso, descobriram o caminho da India, da China, o Brazil e a parte da America do Norte.

Postos em comunicação os tres antigos continentes, conhecidos os meios de cruzar os mares em todas as direções, apareceu Colombo, que, instruido na escola portuguêsa, descobriu um novo mundo e pouco depois, na mente de Fernão de Magalhães se formou o grandioso plano, de pela primeira vez circumnavegar o globo!»

IV — Os Açores foram um posto avançado, para a descoberta da America e um foco de irradiações para as explorações maritimas.

«Os Açores, pela sua posição intermediaria entre o velho e novo mundo, concorreram eficazmente para a descoberta deste. Existem bastantes factos, em grande parte abonados por documentos autenticos, para o demonstrar, justificando as opiniões de Voltaire e de Humbold.

Habituados os insulanos com frequentes tempestades maritimas, nunca se amedrontaram com os perigos da navegação. Ainda hoje os navios Americanos ocupados na pesca da baleia, teem numerosos tripulantes dos Açores, entre os quais se encontram habilissimos harpoadores, que percorrendo as solidões dos mares em fra-

geis esquifes a reboque do cetaceo gigante, correm em cada instante os azares de uma morte iminente.

Da Ilha Terceira, principalmente, partiram durante um longo periodo exploradores com prôa d'oeste, a contar da viagem de Diogo de Freire por 1452, até á colónia preparada por Manoel Côrte Real em 1567».

c) *Quem deu o nome ao Labrador?* Estudo histórico, publicado no Arquivo dos Açores, volume 12 a paginas 353, que revindica para os Portuguêses João Fernandes, Lavrador, e Pedro de Barcelos, ambos da Ilha Terceira, o haverem primeiramente descoberto a peninsula Norte Americana denominada — Terra do Lavrador.

e) *Centenário da descoberta da America por Cristovam Colombo, 1492-1892* — Typ. do Arquivo dos Açores em Ponta-delgada em 1892.

f) *Noticia sobre as Igrejas, Ermidas e Altares da Ilha de Sam Miguel.* — Interessante trabalho sobre as edificações e reedificações de todos os templos micaelenses, nomes dos seus fundadores e sua pequena e resumida história.

g) *Ensaio bibliografica* — catalogo das obras nacionais e estrangeiras relativas aos sucessos politicos de Portugal nos anos de 1828 a 1834. Typ. do Arquivo dos Açores, Ponta-delgada 1888.

h) *Centenario do Infante D. Henrique* — Artigo. no volume 12 do Arquivo dos Açores, homenagem desta publicação, a comemorar o nascimento do Infante D. Henrique, com os seguintes importantes assuntos.

a) Data das explorações portuguêsas na Costa d'Africa,

b) Importancia nautica do descobrimento dos Açores. (1)

JOSÉ JOAQUIM PINHEIRO — nasceu na cidade de Angra do Heroismo, da Ilha Terceira no dia 22 de dezembro de 1833 e faleceu na mesma cidade a 27 de novembro de 1894.

Empregado das Obras Publicas do distrito d'Angra do Heroismo, aproveitava o tempo que lhe sobejava das suas ocupações oficiais a estudar a história insular, deixando alguns trabalhos em volume e bastantes artigos em jornais.

Foi redactor principal do Liberal, segundo de nome, semanario sem politica definida, que se publicou em Angra desde outubro de 1863 a junho do ano seguinte; colaborou no Angrense, orgão do partido progressista da Ilha Terceira, no Incentivo, semanario do Gremio literario d'Angra e noutros jornais Açoreanos.

Era *homeopata*, tendo por este sistema de cura o maior interesse, propagando os seus bons resultados constantemente.

Seu filho, Manuel Pinheiro, empregado superior das Alfandegas, que foi director da circunscrição dos Açores, jornalista como seu pai, recolheu muitos dos apontamentos históricos que seu pai deixou inéditos e publicou-os em volume.

Temos conhecimento dos seus seguintes trabalhos literarios:

a) *Epocas memoraveis da Ilha Terceira dos Açores* —Livraria Vieira Mendes, Angra do Heroismo, 1890.

---

1) Vid. Arquivo dos Açores, Vol. 12, pag. 353, Vol. 13, pag. 6, 4, Vol. 4, Pag. 435.
Album Açoreano, pag. 171.
Bidlioteca Açoreana.

Historía a sua Ilha, baseando-se nos velhos documentos que consultou e na tradição oral que recolheu; compreende este trabalho seis volumes:

No primeiro — estuda o periodo que vai desde 1450 a 1580, a que chama «idade d'oiro», dando no primeiro capitulo uma pequena noticia histórica das Ilhas dos Açores e termina: «Deixando pois de tratar das demais Ilhas dos Açores, passamos a ocupar-nos daquela que pela sua situação geográfica e defesa militar, foi por alguns seculos, a séde da publica administração açoreana, e á qual um heroico Principe português chamou em nossos dias «terra classica da fidelidade e baluarte inexpugnavel da liberdade portuguêsa».

Segue depois nos restantes capitulos a história da Ilha Terceira naquêle periodo.

No segundo — descreve a época historica que denomina «idade de prata», desde o ano de 1580 a 1583, isto é, desde a morte do Cardeal D. Henrique até á aclamação de Filipe II de Espanha, como Rei de Portugal, na Ilha Terceira, a 11 d'agosto de 1583.

Neste volume descreve pois a pretenção de D. Antonio, sua entrada nos Açores, lutas da sucessão, batalha naval da esquadra de Espanha, sob o comando do Marquês de Santa Cruz e a de D. Antonio, nos mares de Vila-franca do Campo a 26 de julho de 1583, derrota de D. Antonio e finalmente a entrada do Marquês na Ilha Terceira, victorioso, aclamando Rei de Portugal Filipe de Espanha.

No terceiro — trata da época que chama «edade de ferro» que abrange os anos de 1583 a 1640 em que descreve o governo da sua Ilha durante o dominio de Espanha, os actos dos governadores, apresentando muitos documentos deste periodo, a lista das pessoas agraciadas com tensas por El-Rei D. Filipe.

No quarto — descreve o periodo que vai desde 1640 a 1645, isto é o periodo das lutas da restauração.

No quinto — que abrange o periodo que vai desde 1645 até 1820, que denomina época de «retorno»; descreve ano a ano os factos mais importantes que se passam na sua Ilha até á entrada em Angra do capitão-general Francisco Antonio d'Araujo, sendo d'aqui em diante continuado por seu filho Manoel Pinheiro sobre os apontamentos que havia deixado.

No sexto — descreve-se a época que vai desde 1820 a 1832, que denomina «história da liberdade dos Açores».

E' redigido pelo filho Manoel Pinheiro, sob os apontamentos que seu pai deixára.

Descreve todas as lutas politicas que se deram nos Açores, neste periodo, nas quais figuram, de um modo geral todo o arquipélago e por tal razão entendeu o autor generalizar a sua narração histórica a todas as Ilhas e não circunscreve, como seu pai, nos volumes passados, sómente á Ilha Terceira.

Termina o sexto e ultimo volume com a noticia da visita de El-Rei D. Carlos aos Açores, á terra que seu Avô D. Pedro IV havia denominado «terra classica da liberdade portuguêsa, berço ilustre da regeneração da Mãe patria».

b) *Um caso de expulsão da Taenia, pelo tratamento homeopático.*

Tipografia do Futuro em Angra a 1866.

Notifica em folheto o caso da cura da taenia pelo tratamento homeopático, indicando a terapeutica que usou.

Faz do caso um grande reclamo, dirigindo uma carta com a noticia ao seu amigo José da Graça Junior, Grau 33 do Rito Escocês, com louvores á maçonaria a que pertencia.

c) *Memória descritiva da horrorosa catástrofe na Ilha Terceira dos Açores, na noite de 22 para 23 de julho de 1891.*

Tipografia Minerva. Angra do Heroismo, 1891.

Neste opusculo, descreve o autor a aluvião em Angra que destruiu as mais importantes vias de comunicação, arrastou na sua impetuosidade algumas moradas, arruinou muitas e ocasionou para cumulo de infelicidade tres mortos. Descreve assim:

«Em todo o dia 22 de julho, quarta-feira, dezasete de lua deste mês, se conservou em Angra a atmosfera nublada, caindo uma ou outra vez pequenos chuveiros á semelhança dos dias antecedentes; porém ao findar a tarde, correndo serenamente o vento do quadrante do S. E, começaram a manifestar-se repetidas exalações atmosféricas da parte ocidental da Ilha Terceira, até depois da dez horas da noite em que passou a sentir-se o estampido de longinquos trovões. Pouco depois de soar a meia noite, começou a cair uma imensa chuva torrencial, desencadeando-se em seguida a mais horrorosa e medonha trovoada que em Angra se tem conhecido.

Raiou o dia vinte e tres de julho, ainda muita era a chuva que caía, felizmente menos intensa que nas quatro horas antecedentes e as principais ruas d'Angra estavam convertidas em caudalosas ribeiras que no curso da grande massa d'agua que as alimentava produzia copiosas infiltrações nos réz do chão dos predios que orlam essas mesmas ruas, atemorizando cada vez mais os seus moradores».

Termina a sua descrição transcrevendo varios documentos referentes á castástrofe, oficios, actas e descrições.

d) *Introdução da Imprensa nos Açores*—Artigo pu-

blicado em maio de 1886 no Conimbricense e reproduzido no volume 8.º do Arquivo dos Açores.

Historía a introdução da arte tipográfica nos Açores, concluindo da sua investigação que o primeiro prélo que houve nestas Ilhas, foi o que foi trazido pelos liberais, na galéra Americana *James-Cropper*, que fundeou no porto d'Angra a 14 de fevereiro de 1829.

Fora o prélo e mais material tipográfico comprado em Plymouth por ordem do Marquês de Palmela, para servir á Junta provisória do Governo Liberal, e foi instalado no Castelo de S. João Baptista da cidade de Angra.

Este estudo serviu, depois, de prólogo ao trabalho histórico «Imprensa periodica nos Açores» que o Dr. Ernesto do Canto publicou no Arquivo dos Açores.

e) *Memória histórica da Vila da Prata da Victoria* —que o autor deixou incompleto, em virtude do apparecimento da doença que o vitimou e que seu filho não deu á publicidade, como fez aos dois ultimos volumes das Epocas memoriais da Ilha Terceira. (1)

ACURCIO GARCIA RAMOS—nasceu na Ilha Terceira no ano de 1834; médico cirurgico, pela Escola de Lisboa, onde terminou o curso em 1861, entrou por meio de concurso para cirurgião do exercito, vindo a falecer no posto de cirurgião de brigada aos 14 de setembro de 1892.

Era sócio correspondente da Academia Real das Ciencias, membro de varias corporações sientificas e liliterarias, cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

1) Vid. Memória da visita Regia aos Açores, pag. 381 Biblioteca Açoreana.

Como político militou sempre nos partidos liberais e como jornalista defendeu sempre as suas ideias e o programa do partido histórico.

Temos conhecimento das suas seguintes publicações:

a) *Noticia do arquipélago dos Açores, e do que ha mais importante na sua história natural.*

Impresso na Tipografia Terceirense, de Angra do Heroismo em 1869:—num volume em oitavo de 150 paginas.

Divide este trabalho em oito capitulos assim intitulados:

1) *Situação dos Açores e sua geologia*—em que perfilha a opinião de serem estas Ilhas de origem vulcanica, não admitindo a existencia da Atlantida de que nos fala Platão, dizendo-nos que essa «terra maravilhosa da antiguidade, que excedia em extenção a Africa e a Asia juntas e produzia em grande abundancia tudo o que pode servir ás comodidades e aos gosos da vida, não passa dum conto mitológico dos sacerdotes Egipcios, embelezado pela imaginação brilhante do filosofo grego».

2) *Descoberta dos Açores, sua divisão natural e politica.*—Nada esclarecendo neste tão importante capitulo, limitando-se numa pagina a combater o Dr. Gaspar Fructuoso, quanto ás datas da descoberta de Santa Maria e S. Miguel.

3) *Descrição de cada uma das Ilhas em particular.*—E' a parte mais desenvolvida deste trabalho, falando-nos das suas montanhas, vales, lagoas, produções, vegetação e pontos mais importantes de cada Ilha.

4) *Clima dos Açores*—dando-nos a média das observações do clima, tiradas pelo coronel inglês Tomás Carew Hunt.

5) *Plantas*—Fala dos jardins com palavras elogiosas, depois de enumerar e classificar muito da nossa flora,

6) *Animais*—Constata não haver nestas Ilhas animal algum, á data da sua descoberta, dando-nos em quadro uma classificação de peixes e outro dos animais importados.

7) *Usos e costumes*—Neste capitulo cuja matéria dá para encher muitos volumes, diz-nos que «é dificil, se não impossivel, determinar com exactidão e dum modo genérico o caracter moral dos povos açoreanos. Nota-se mesmo certa variedade que sem duvida é procedente, além de outras cousas, da diversidade de origem, cujos efeitos tem sido de algum modo condenados pelo isolamento, embora modificados pela diferença de latitude, elevação acima do nivel do mar, exposição dos terrenos, genero de vida, comercio e relação externas.»

8) *Instrução*—E' o ultimo dos capitulos. Relata, muito vagamente o que então existia de instrução no arquipélago.

b) *Biografia de D. Sabina Augusta d'Oliveira Brazil.*

Tipografia Angrense—Angra do Heroismo 1864.

A biografada nasceu a 29 de setembro de 1837 nas Garridas, freguesia de Belem da Ilha Terceira, filha de Antonio d'Oliveira Brazil, importante proprietario do logar.

Educada esmeradamente no Convento das Ursulinas, de Coimbra, voltou á sua terra abrindo um colégio de edução de meninas na cidade de Angra, que apenas durou um ano por a morte haver arrebatado na primavera da vida, a sua proprietaria.

c) *A Ilha da Madeira.*

Tipografia de G. A. Gutierres da Silva—Lisboa 1880.

Interessante trabalho em dois volumes em que o autor historia o arquipélago da Madeira.

No primeiro volume descreve:

Ideia geral da Ilha. Ilhas que formam o arquipélago da Madeira, sua organização politica, administrativa e judicial. População. Usos e costumes. Revelações. Descoberta do Porto-santo e Madeira. Colonização e seu progresso. Fases por que tem passado a agricultura e a industria. Flora. Estado actual.

Ao descrever os usos e costumes da Ilha, conta-nos o singular costume: — «Nas freguesias rurais da Madeira, mais distantes da cidade, quando morre algum rapaz ou rapariga, a casa do finado, enquanto o cadaver está nela depositado, é frequentada por um grupo de gente mais nova da visinhança, a qual, durante a noite canta, toca e baila, rogando assim a Deus para que o espirito que animou aquêle corpo gose de igual alegria nos Ceus.»

No segundo volume trata:

Pressão atmosférica, temperatura, humidade, movimentos atmosféricos, o vento leste, electricidade atmosférica e outros meteóros, chuvas e inundações. A cidade do Funchal como estação para os tisicos no inverno. Apontamentos nosográficos. Liniamentos da fauna madeirense. Geologia.

E' um trabalho curioso de investigação, dando-nos uma ideia da vida e das condições das terras, que formam o arquipélago da Madeira.

d) *O Hospital de Santa Isabel da cidade do Funchal, visto á luz da higiene.*

Tipografia de M. J. Teixeira Jardim — Funchal. 1874.

Por portaria do Ministério do Reino de quatro de dezembro de 1872, foi o Dr. Acurcio Garcia Ramos nomeado provisóriamente professor da segunda cadeira da Escola de cirurgia Ministrante do Funchal como medico

do Hospital da Misericordia a que estava anexa a Escola.

E' nessa qualidade que publica o presente trabalho, dirigido ao Ministro do Reino, queixando-se da administração da Santa Casa, que entre muitas outras irregularidades, resolvia questões sobre o regimen economico do Hospital, sem previamente ouvir o voto dos clinicos, pois que eles, melhor do que ninguem, poderão informar sobre as circunstancias necessárias para o bom tratamento dos enfermos.

Conclue o seu relatorio, de trinta e seis paginas, dizendo-nos que é preciso, instante, indispensavel que uma nova comissão composta de cavalheiros sisudos, ilustrados e independentes, administre zelosamente as rendas da Santa Casa, porque a continuação do grupo faccioso que ha anos se assenta nas suas cadeiras, é um ludibrio e um ultraje á civilização desta bela terra.

e) *A saudade*—ou o dia 11 de dezembro de 1848, aniversario do passamento do Padre Jerónimo Emiliano d'Andrade.

Tipografia do Governo de Angra do Heroismo, 1848.

E' um peqneno artigo, num folheto de tres paginas, dedicado àquéle saudoso professor e Reitor do Liceu de Angra do Heroismo, no dia do aniversario da sua morte.

f) *These apresentada e defendida em julho de 1864 por Acurcio G. Ramos.*

«Considerações sobre um caso de encephaloide dos rins».

Imprensa Nacional—Lisboa.

Relata o caso observado num dos seus doentes, Maximiano Jorge, natural de Leiria, concluindo que de se-

melhante facto resulta mais um dado para a solução do problema dos tumores abdominais. (1)

ALBERTO TELES DE UTRA MACHADO — nasceu na cidade de Angra do Heroismo, da Ilha Terceira no dia 24 de janeiro de 1840, filho do Dr. José Prudencio Teles de Utra Machado, Juiz de Direito e D. Violante Teles de Utra Machado, que eram próximos parentes, descendendo assim por seu pai de uma irmã do donatário da Ilha do Faial, Job ou José de Utra.

Havendo cursado os preparatorios em Angra, matriculou-se na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra no ano de 1858, vindo a formar-se a 29 de maio de 1863.

Por virtude de concurso foi despachado amanuense, para o Ministerio dos Negócios da Justiça, reformando-se em 1920, sendo Chefe de Repartição e com cincoenta anos de serviço publico.

Conhecia a língua inglêsa desde a infancia, havendo traduzido doze volumes de conhecidos escritores inglêses, que foram mandados imprimir e distribuir gratuitamente, para a leitura nas escolas, para instrução da juventude, á custa do benemérito e incansavel promotor da ilustração e melhoramento das classes laboriosas, o falecido Julio d'Andrade.

As suas traduções são de:

Mos. Bray.

Elementos de moral, Fisiologia e higiene,
Deveres para com os animais.

Newholme e Scoll:

---

1) Memoria da visita regia — de Alfredo Luiz de Campos, pag 366.

Economia doméstica.

Samuel Smiles:

Sê poupado, O Devêr.

Alice Price:

Primeiros passos para a temperança.

Chavasse:

Advertencia ás mulheres casadas. Advertencia ás mães.

Dr. André Wilson:

Doenças infecciosas e maneira de as evitar. Maneira de ter uma casa saudavel.

Frederico Tieves:

Educação fisica.

Além destas, que são as doze obras da tradução referidas, deu ainda mais á publicidade as seguintes traduções:

Lord Byron:

Peregrinação de Chide Herold, tradução em prosa.

José Baretti:

Cartas familiares, tradução do italiano em 1896.

Colaborou em diferentes jornais e revistas entre as quais mencionaremos:—O ocidente, revista ilustrada de Lisboa—com os seguintes interessantes estudos:

A Matriz da Horta, resumo histórico desta Igreja da Ilha do Faial.

Angra do Heroismo e o palácio da Camara Municipal da mesma cidade, em que descreve a sua terra natal e o seu edificio Municipal.

A Ilha de Santa Maria, onde reproduz alguns trechos do Espelho cristalino de Fr. Diogo das Chagas.

O Castelo de S. João Baptista, em Angra do Heroismo, que descreve e historía.

Em volume conhecemos os seguintes trabalhos.

a) *Corografia geral dos Açores*—Imprensa Nacional, Lisboa 1891.

Quis o autor, com este seu trabalho, auxiliar a propaganda das terras Açoreanas, dando-nos este valioso subsidio necessario, não só para os que rapidamente queiram fazer uma simples ideia deste nosso Arquipélago, como tambem para os estudiosos, como livro resumido de consulta.

Nesta ideia e para este fim o escreveu, dividindo-o, para mais facil compulsão, nos seguintes capitulos:

Divisão eclesiástica

Decreto de 17 de maio de 1832.

Enuméra o autor neste capitulo todas as freguesias que compõem a Diocese Açoreana, que tem sua séde na cidade de Angra do Heroismo da Ilha Terceira.

Divisão Administrativa e eleitoral

Codigo Administrativo de 1842

Divide o Arquipélago Açoreano em tres distritos administrativos com séde respectivamente nas cidades de Angra do Heroismo, Horta e Ponta-delgada.

Divisão judicial

Lei de 16 de Abril de 1884.

Compreende o Arquipélago uma Relação-judicial com séde em Ponta-delgada, compreendendo as suas comarcas judiciais, distritos de juizes de paz e freguesias.

Divisão militar

Decreto de 30 de outubro de 1884:

Enumera os comandos militares de Angra e Ponta-delgada.

Dicionario corografico de todas as cidades, vilas, freguesias, povoação, logares e sitios mais notaveis dos Açores.

De cada uma terra faz uma ligeira descrição, e assim fecha este seu trabalho.

b) *Cantos Açoreanos.*

D. Afonso VI

(fragmento)

Impresso na Tipografia de M. J. Leal, Angra do Heroismo, 1837.

I

As desgraças
de um Rei nobre
minha lira
vem cantar;
vem embora
seja pobre
seja triste
meu trovar!
Vem cantos Açoreanos
vem soltar;
cantos cá da minha terra,
cantos de paz e de guerra,
descantar.

Segue-se um canto que se intitula:

Desembarque d'El-Rei na Ilha Terceira.

21 de junho de 1669.

Em que descreve a chegada á Ilha Terceira de D. Afonso VI.

Um outro canto:

O Castelo de S. João Baptista

que assim começa:

Castelo!. . .astro de gloria
nestas paragens erguido
eu te saudo. . .memória
do féro Leão abatido!
Tuas gigantes muralhas
derão causa a mil batalhas
e talharam as mortalhas
ao Castelhano atrevido.

Tem este folheto um apendice intitulado:
Defesa dos Açores, 1581 a 1583—que é um esboço critico á obra que Cesario Fernandes Duro, da Real Academia de História de Madrid publicou sob o nome de «La conquista de las Azores 1585», Madrid 1886.

c) *Lord Byron em Portugal*—Tipografia do Diario de Portugal em Lisboa, 1879.

E' um estudo sobre este insigne poeta Inglês que viajou no nosso País; na primeira parte descreve o autor os sucessos de Byron em Lisboa, na segunda parte os de Sintra e na terceira parte os de Mafra.

Fecha o seu trabalho com a seguinte poesia que lhe foi dedicada.

Visão de Baltazar

Estava o Rei no seu trono
e a nobreza a sala enchia;
brilhavam mil candelabros
naquela ruidosa orgia;
As aureas, divinas taças
do templo de Salomão,
manchava-os o vinho infame
do sacrilego pagão. . .

Camilo Castelo Branco nos Ecos do Minho, numero 4, livraria Internacional de Chardron, 1880, refere-se a este trabalho nos seguintes termos:

«A este proposito abro um bom livro do Sr. Alberto Teles. E' publicação recente — Lord Byron em Portugal.

O sr. Alberto Teles não pretende processar Lord Byron nas suas eminentes faculdades, nem deslindar méritos e deméritos. Propõe-se mostrar o que era Portugal quando o grande poeta aqui esteve em 1809 e neste intuito escreveu um agradavel livrinho de história e compacto de factos, de nomes, datas e investigações.

Expõe e traduz excelentemente os documentos que Byron deixou da sua passagem em Lisboa. . .

O sr. Alberto Teles compõe de elementos indesputavelmente históricos e bem urdidos o meio social que desculpa Lord Byron dum sarcasmo que nos dardeja com grande criticismo, vingando a justiça e civilização e a dignidade humana».

d) *Bento de Moura Portugal* — memória apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1890.

E' um interessante estudo sobre este ilustre e infeliz português que foi fidalgo da Casa Real, por Alvará de 24 de março de 1750 e cavaleiro professo da Ordem de Cristo; tendo viajado por espaço de oito anos, foi preso por suspeita de inconfidencia em 1760, e lançado no forte da Junqueira com outros presos que ali permaneceram por ordem e vingança do Marquês do Pombal até ao falecimento de D. José I.

e) *A noite de tres de setembro de 1758* — sem indicação de tipografia.

Descrevem-se nêste folheto os acontecimentos daquela noite de tres de setembro, em que D. José I, Rei de Portugal foi assaltado pelos Távoras que o alvejaram a tiro.

Nessa noite fez D. José voto de exigir um Templo, por haver assim escapado á sanha dos assassinos.

TEOFILO BRAGA — o seu nome oficial é Joaquim Teófilo Fernandes Braga, nasceu na cidade de Ponta-delgada, da, Ilha de S. Miguel no dia 24 de fevereiro de 1843 e faleceu em Lisboa a 28 de janeiro de 1924, estando o seu corpo depositado na Igreja do Convento dos Jeronimos, em Belem.

Seu pai, Joaquim Manuel Fernandes Braga, natural da cidade de Braga, do continente português, foi tenente de artilharia, ao serviço da causa legitimista, comandando o forte dos Mosteiros desta Ilha e «não se rendendo antes de saber da convenção de Evora-Monte». Deixando as armas, dedicou-se ao ensino, abrindo em Ponta-delgada uma aula de nautica e matemática, matérias em que era versado, sendo mais tarde, por decreto de 2 de junho de 1851, nomeado professor régio, na mesma cidade, de filosofia racional e moral e principios de direito natural. Ao abrir-se porém o Liceu, em 1852, passou a fazer parte do seu corpo docente, regendo as cadeiras de Lógica e Geometria.

Sua mãe, D. Maria José da Camara Albuquerque, natural da Ilha de Santa Maria, descende das mais ilustres familias Açoreanas.

Pelo lado paterno, Teófilo Braga é bisneto de José Damaso das Neves, segundo a tradição, filho bastardo de D. João V, irmão do Arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, Menino da Palhavã.

Pelo lado materno, por seu avô, é décimo terceiro neto de D. Diogo Gonçalves de Travassos, aio dos filhos do Infante D. Pedro, que está sepultado no Mosteiro da Batalha, junto á Capela do fundador, e de D. Violante Velho Cabral, irmã de Fr. Gonçalo Velho, Comendador do Almourol e colonizador dos Açores; por sua Avó é decimo neto de João Soares de Albergaria, segundo donatario da Ilha de Santa Maria, e de sua mulher D.

Branca de Sousa Falcão, parente do célebre poeta Cristovam Falcão e do Conde de Avranches.

Orfão de mãe aos tres anos, foi a sua mocidade entregue á madrasta que o pai lhe deu no ano seguinte e de quem Teófilo tanto se queixou, chamando-lhe repetidas vezes, *inflexivel madrasta*.

Aos quatorze anos, pelas circunstancias da vida fez-se tipógrafo, ao mesmo tempo que cursava as aulas do Liceu na ancia de saber.

Um dia preguntou-lhe o mestre João Hermeto Coelho Amarante, ante os seus condiscipulos, o que queria ele ser; Teofilo respondeu prontamento:

—Doutor.

O Mestre sorriu-se num ar de troça e olhando o rapazinho que ficára sério, tomando uma atitude profética, a menear a cabeça:

—Não vejo moita onde saia coelho.

Teófilo não se desconcertou, aprumou-se mesmo e rijo e seco, muito senhor de si, respondeu:

—E' que o senhor Mestre não tem faro.

E todo o curso riu ás gargalhadas.

Em 1861, com dezoito anos apenas, fiado no seu trabalho e na sua tenacidade, partiu para Coimbra, onde depois de repetir os preparatórios estudados em Ponta-delgada, se matriculou na faculdade de Direito.

Estudou, lecionava, escrevia dissertações aos condiscipulos e alunos mais atrazados, ensinava pontos de exame e com isto se sustentava, formando-se em 1867 e doutorando-se no ano seguinte a convite dos seus Mestres, que tinham por ele justa admiração

Não entrou como lente para a faculdade como lhe dava direito o seu grau, o seu talento e o seu saber; no concurso foi preterido por outro, mas alguns anos depois increpava-se a Universidade por aquela rejeição:

«Em conclusão, se o Correio da Noite quer que a Universidade tenha prestigio, e nós tambem queremos isso, diga aos lentes que sejam sérios, justos e estudiosos, e que escolham nos concursos para seus colegas não os mais bajuladores, mas os mais inteligentes. A Universidade que pôs fóra homens como Julio de Vilhena, Teofilo Braga e outros, para admitir muitos que lá estão, não tem querido seguir o melhor caminho para manter o seu antigo esplendor». (1)

No concurso que fez para professor do Curso Superior de Letras, teve por competidores Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro; mas apesar de ser o que disponha de menos recomendações politicas, digamos assim, deram-lhe o logar, porque «com alevantada erudição, critério firme e argumentação arrojadada, arrebatou a assembleia e os membros do jury».

Teixeira Bastos, na sua citada obra continua:

«Ao recolher-se o juri para deliberar, Castilho, o rancoroso inimigo de Teófilo, ainda pretendeu entrar no gabinete e exercer pressão no animo dos jurados, mas Augusto Soromenho opôs-se energica e dignamente ás suas ousadas intenções e obrigou-o a retirar-se».

E foi assim lente do Curso Superior de Letras, socio efectivo da Academia Real das Ciencias de Lisboa, da Academia Real de História de Madrid e de numerosas corporações literárias e cientificas de Portugal e do estrangeiro, onde era bastante conhecido pelos seus trabalhos literarios; as letras portuguêsas devem-lhe os mais revelantes serviços, tendo sido em vida consagrado Principe das Letras Portuguêsas.

Como politico seguiu a corrente republicana, tendo sido Presidente do Governo Provisorio da Republica.

---

1) Teofilo Braga e a sua obra por Teixeira Bastos, nota a paginas 9.

Foi sem duvida o mais infatigavel trabalhador intelectual do nosso País, até á morte trabalhou e desde bem novo, no meio de varias preocupações, sacrificios e necessidades, estudou, investigou, rebuscou e publicou o producto dos seus grandes esforços.

«Dentro de um poço, disse ele uma vez, desde que lá tivesse os meus livros, uma resma de papel e um lapis, conseguiria viver».

A 17 de outubro de 1922, numa carta que dirige a sua prima D. Eugenia Violante da Camara Albuquerque, da Ilha de Santa Maria, finaliza-a com estes interessantes periodos:

«Aproveito esta ocasião para participar á minha Ex.ma prima que me acho á distancia de dias da encantadora idade de oitenta anos, o que não sendo vulgar é tambem uma gloria. Neste ano completei cincoenta anos de magistério, festival a que se dá o nome de Bodas d'Ouro; foram celebradas por entusiasticos estudos dos meus antigos alunos, de varias gerações escolares, que passaram diante de mim de 1872 a 1922. Neste relógio da vida não tenho corda para larga actividade e vou colhendo as velas ao meu batel, para em porto seguro poder apodrecer sobre a amarra».

O trabalho para ele foi sempre uma luta e nessa luta viu-se sempre só num meio que lhe parecia hostil, julgando-se rodeado de inimigos; conhecia o seu valor e olhava sobranceiro pela multidão vulgar colocada em altos cargos, e era por vezes, então, pouco indulgente.

Da sua personalidade e da sua monumental obra literaria ha a mais desencontrada critica; para uns foi «a maxima cerebração», «a suprema lucilação do pensamento contemporaneo» — para outros é o homem «metade vibora e metade minhoca».

O Dr. Ricardo Jorge, no prefacio do seu livro — *Contra um plágio do Professor Teófilo Braga* — em que o

acusa de plagiar um seu trabalho sobre o poeta Francisco Rodrigues Lobo, no livro que havia então publicado — *Os seiscentistas* — classifica-o de imbecil e paranoico; assim se exprime:

«Falhas tão extensas e tão fundas põem esta rachada inteligencia fóra já dos confins dos tipos normais, mais ou menos defeituosos da imperfeita mentalidade humana. Falso e refalso, este espirito é dum anormal no sentido psicomédico do termo. Em que categorias de anormalidade será graduavel? A precipitação, a confusão, a contradição, a leviandade, a credulidade, a mentira, a teima, a vaidade e a inveja fazem lembrar logo o tipo pueril, fixado no adulto por uma especie de arrésto evolutivo psico-moral. Ora a caricatura mais ou menos adulta duma creança é o *imbecil*.

Entra o sr. Teofilo Braga na plana dos imbecis autenticos, mas não sem mescla. Acumula a imbecilidade com a paronoia, que muito bem se acompadram; todo o paranoico é um pouco imbecil e todo o imbecil é candidato á paronoia expontanea ou contagiada».

Teófilo Braga imbecil e paranoico! Valha-nos Deus, que são estes conceitos nascidos em momentos de excitação que pulverizam de erros a história.

Quem folhear a obra literária de Teófilo Braga, mesmo superficialmente não duvidará do grande valor da sua mentalidade. E ainda que a sua vida tenha sido sempre sob uma ruina, uma quisila, um envenenamento, que por vezes se traduzem mesmo nas suas obras, ele como escritor, como critico, desbravando o caminho da História da Literatura Portuguêsa e como filósofo é dos maiores da nossa raça.

São de Ramalho Ortigão os periodos que se seguem sobre este ilustre Açoreano: «Simples, sóbrio, duro, com habitos de uma austeridade de espartano, sabendo reduzir as suas necessidades a toda a restrição a que

lhe reduzam os meios, vivendo no seu isolamento como Robinson na sua Ilha. Teófilo Braga tem uma unica paixão, a paixão prosélitica da ciencia. Não publica um volume por semana pela razão unica de que não ha prelos em Portugal que acompanhem a velocidade vertiginosa da sua pena. Escreve de graça, desinteressadamente, em satisfação do seu prazer supremo, o prazer de espalhar ideias. Este debil, de aspecto um pouco valetudinario, dorso curvo, ventre chato, estomago escavado, deixando descair as calças em pregas sobre os sapatos, é o mais forte, o mais rijo, o mais enérgico temperamento que tenho conhecido».

Depois de formado não voltou á sua Ilha, pois que pensou aqui não lhe fariam justiça ao seu esforço e ao seu trabalho; arreigou-se demasiadamente áquele rifão popular que «ninguem é profeta na sua terra». Tambem confessa nunca tivera *a doença do Açoreano,* que é o apêgo ferrenho ás suas Ilhas, a nostalgia que sentimos por estes torrões, quando deles nos afastamos, se bem que aventureiros vamos mar em fóra em busca de fortuna; Teófilo Braga confessou nunca ter sentido essa nostalgia, esse apego ferrenho, no entanto «atravez da minha longa vida, disse ele um dia, sempre me interessou tudo o que podesse interessar os Açores, especialmente a minha terra, os meus companheiros de infancia. . . e tenho orgulho de ser Açoreano. As nossas Ilhas são o foco da melhor tradição nacional. Nunca reneguei a minha terra. Sou ilheu, nasci nesses rochedos donde irradiou o espirito das autonomias».

Antero do Quental no seu estudo — *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguêsa* — diz-nos que os primeiros passos na nossa história da literatura, foram dados por Teófilo Braga, corajosamente; pode-se disputar-lhe qualquer outra especie de gloria, me-

nos esta, a de iniciador dos nossos estudos de história da literatura.

Dois defeitos lhe aponta: a impaciencia, que leva muitas vezes a conclusões prematuras, e o espirito sistematico, que tambem nos leva por vezes a conclusões falsas.

«O seu talento é muito mais analitico do que generalizador; d'aqui a inferioridade relativa das suas apreciações filosóficas, comparadas com os seus trabalhos propriamente criticos. Nestes que constituem a parte mais séria e fecunda da sua obra, encontramos os processos da ciencia como os tem compreendido os mestres deste seculo, aplicados geralmente com descernimento, com uma grave despreocupação de tudo o que não é logica e a verdade e dando resultados positivos, muitos dos quais se devem considerar definitivos».

«O lado inferior e fragil, continua Antero de Quental, a meu vêr, são as teorias gerais, a parte filosófica, sente-se que não é essa a vocação do talento do snr. Teófilo Braga. Ao mesmo tempo quimérico e sistemático, dá ás suas doutrinas gerais uma feição dogmática que lhes tira aquele poder de ductilidade e compreensão, sem o qual uma teoria, para acomodar os factos ao seu rigor inflexivel, tem de os forçar umas vezes e outras vezes de os pôr de lado. Isto é o que torna abstrusas certas obras, como a Poesia do Direito por exemplo».

Em Teofilo ha que distinguir e separar as duas grandes manifestações do seu espirito, como poeta, nas suas primeiras produções e depois como sabio, historiador, filósofo e critico.

Teixeira Bastos no estudo que fez da obra de Teófilo Braga diz que «o artista não é inferior ao sabio, antes lhe leva certa vantagem em razão da espontaneidade do talento, fecundado e aperfeiçoado pelo saber enciclopedico e rigorosamente disciplinado».

Teófilo Braga no preliminar da edição — Contos fantásticos, — conta como se deu a sua transição da primeira para a segunda manifestação do seu espirito.

Foi na «Questão Coimbrã» em que se envolvera, que guerreado por todos os lados, cedeu o logar de artista ao homem de ciencia:

«De repente achei-me cercado de odios, cortaram-me os viveres na empresa do jornal, nas aulas de direito tiraram-me a mesquinha distinção académica, os criticos espalmaram-me rudemente, os livreiros recusavam-se a dar publicidade ao que escrevia e os patriarcas das letras com o peso da sua autoridade sorriam com equivocos sobre o meu valor intelectual, chegando a circularem lendas depressivas do meu caracter e costumes, que só consegui desfazer com uma vida ás claras e cheia de ignorados sacrificios. Outro qualquer ter-se-ia rendido. Vi-me forçado a inverter as bases da minha existencia, abandonando a arte que me seduzia porque me abandonára a serenidade contemplativa. e lancei-me á critica, á erudição, á ciencia, á filosofia».

Vejamos alguns dos seus trabalhos:

Obras poeticas

a) *Folhas verdes* — um volume de versos publicado em Ponta-delgada em 1859, quando o seu autor tinha apenas 15 anos, inspirados pelo seu brimeiro amor, a uma rapariga das Capelas, da Ilha de S. Miguel «um verdadeiro tipo português. Tive então, diz-nos Teófilo Braga, este ideal tão simples e de tão acanhada ambição: ser professor do Liceu, morar numa quinta da Fajã de cima, que era propriedade da minha familia e. . . casar!»

O seu particular amigo Francisco Maria Supico escreveu-lhe o prólogo, são dele estas palavras:

«Os que ainda as acharem extemporâneas e continu-

arem a aconselhar-te o estudo, saibam que te não negas a ele; que anceias o saber como o naufrago a praia salvadora; mas saibam igualmente que a maior parte das vezes nem pena, nem tinta, nem papel tens para dáres forma a esses pensamentos, mais ou menos sazonados, em cuja concepção gastas o tempo que podias vadiar; e que qualquer dia, se quizeres comer, terás de ir ganhá-lo nalgum armazem de mercearia, vendendo arrateis de bacalhau».

Eis um dos seus versos:

AI!

Era á tarde—e o sol doirado
todo vida, todo amor,
festejava là no prado
belezas da linda flor:
Tambem eu sorria crente
aos risos do meu arcanjo
toda graça a fascinar;
nem do sol a luz ridente,
nem do Ceu meigoso anjo
como ela sabe amar!
E disse-lhe que a amava tanto;
e ela para mim sorriu;
Chamei-lhe o meu doce encanto
e ela tambem me ouviu;
na doçura dos seus laços
meu pensamento se esvai;
quiz apertá-la nos braços,
fugindo deu ela um ai!
Disse meu anjo encantado
seu doce, seu tenue brado,
minha lira o decorou;
de novo sorriu a virgem
quando ele o poetisou.

b) *Visão dos tempos*—obra poética que marcou bem a superioridade intelectual do autor, apresentando-nos a história da humanidade, resumida nas tendencias mais profundas do sentimento humano através das idades.

A Grecia, Roma, Persia e India, são tratadas nos seus versos: e o autor conquistou o publico que o encheu de aplausos por este seu trabalho, que se reparte em quatro volumes:

1) *Antiguidade homérica, Harpa de Israel, e Rosa Mistica*, com o poemeto *Stela matutina*, que anteriormente havia sido publicado na tipografia de Sebastião Moré Pereira, no Porto, em 1863, e um estudo sobre a história da poesia e explicação da teoria do livro, formou o primeiro volume deste trabalho. Impressõ na Casa Moré—Editora—Porto em 1864.

Numa segunda edição vem um juizo critico sobre a obra, por Pinheiro Chagas e tres novos poemas: A Estrela dos Magos, O fim de Satan e o Ditirambo dos mortos.

A poesia, diz-nos o Dr. Teófilo Braga, estuda-se com todos os factos do espirito.

E' na religião que ela se sente, é na natureza que ela se lê, e é pelo sentimento que ela se traduz.

Na primeira fase da arte, a Religião, a Poesia e o Direito aparecem em um só mesmo acto do espirito, o sacerdote é ao mesmo tempo legislador e poeta, o dogma e a lei manifestam-se na forma misteriosa do *Carmen*.

As linguas antes de serem faladas eram cantadas e as leis tinham nos seus primeiros tempos formas poéticas.

Os Bispos, foram inicialmente os magistrados municipais; eles cantam o verbo novo da confraternidade universal em hinos de lirismo puro.

Na segunda fase da Arte—Aristoteles e Horacio co-

dificam as regras da perfeição plástica; a expressão do belo torna-se uma cousa exterior, a natureza vê-se atravez do que está feito.

Mas o homem começou depois a estudar a sua natureza, criou a fisiologia e a metafisica, observou todos os fenomenos naturais e deu existencia á quimica, á fisica, á geologia: estudou a formação dos dogmas e das linguas, as emigrações dos seres sobre a face do universo. A consciencia humana, no meio do seu trabalho sente-se esterilizada pela análise, desfez tudo e decompôs o que estava inteiro.

E pregunta afinal, donde virão novos elementos de creação para alentar a actividade do espirito? Da Natureza. E é a poesia que nos pode fazer comunicar com a natureza acanhada do laboratorio, que nos pode dar a forma comunicativa e universal das verdades e conclusões mais abstractas. E chega assim a aliança da poesia com a filosofia, ponto de partida da ultima fase da Arte encetada no seculo XIX.

A Visão dos Tempos é um passo dado nesta via, é uma recomposição animada e sentida dos argumentos frios e geométricos a que chegaram os modernos iniciadores da ciencia da história.

Na primeira parte deste trabalho — Antiguidade Homérica — A Bachante — trata o autor a poesia grega, caracterizada pela sensualidade e em que o ideal é visivel.

Na segunda parte — Harpa de Israel, procura o autor tratar a poesia hebráica, caracterizada pela adoração do absoluto e invisivel.

Finalmente na terceira parte — Rosa Mistica — é a sintese realizada pelo Cristianismo destas duas poesias, poesia grega e hebraica, a passagem do visivel para o invisivel, do real para o subjectivo.

Savonarola

da Rosa Mistica:

I

Quem sabe o que era um monge? foragido,
ermo e triste na paz da estreita cela,
no pedestal da Cruz tendo pendido
o rosto macilento de quem véla!
Quantas vezes na dor do seu gemido
se abriu o Ceu, e a musica singela
do coro angelical poz doce calma,
vindo repercutir dentro em sua alma!

II

Ao longe vendo a eterna patria, ancioso,
como Moisés a terra prometida:
Sulamite com mais fervor, do esposo
não espera da volta a hora querida,
como ele espera o instante venturoso,
do regresso do exilio e da partida.
Do austero monge foi a terra leito,
e sepulcro dá angustia o debil peito.

III

Vira n'alma florir meiga saudade,
do amor primeiro, alegre idade d'ouro;
Lembrando aquêle amor da mocidade,
viu cinzas no lugar do seu tesouro.
Buscou a paz do claustro, a soledade,
e o claustro ouviu do filho o intimo choro,
viu na gloria do mundo uma mentira;
o seu pincel d'artista ao olvido atira.

2) *Tempestades sonoras*—forma o segundo volume da visão dos tempos, com um estudo sobre a evolução da poesia, determinada pelas relações entre o sentimento e a forma. Impresso no Porto, Casa Moré, 1864.

A poesia toda está na imagem e no sentimento; o

sentimento para se revelar procura uma forma na imagem, uma caracteristica que se aproxime dele e que mais o pode tornar compreensivel no mundo exterior.

Assim pois quando a forma e o sentimento se harmonizam, ha entre ambos um acordo, completando-se mutuamente, temos a Arte classica, principalmente a poesia grega; mas quando ha um desacordo entre o sentimento e a forma e o poeta luta com a imagem, para revelar o sentimento que possue, cria um simbolismo amoroso, consome-se no goso e impaciencia do extasis, temos a arte simbólica; finalmente quando o sentimento não podendo ser contido ultrapassa a forma contingente e ha assim uma independencia de cada uma das partes a ponto de sacrificar a unidade da obra, temos a Arte romantica.

De A Perola de Ofir.

Porque choras assim? Mais bela ainda
na tua dor, que importa o meu estado?
Junto de ti já não sofro! Agora
a vida me trasborda! E' tão risonha
a luz do sol que a face te ilumina.
A dor é sombra que esse olhar enubla;
sinto o vigor, não sofro. Porque deixas
as silenciosas lagrimas cairem?

Vamadheva.

Choro, por vêr que os dias passam breves,
e te esqueces de mim quando te fores;
como as brisas que correm doudas, leves,
e não tornam atrás a vêr as flores.

Das viraçôes que vão, se ouvir não deves

a mensagem que envio aos meus amores!
choro, por vêr que os dias passam breves,
e te esqueces de mim quando te fores.

3) *Ondina do Lago*—forma o terceiro volume da *Visão dos tempos*. E' um poema de cavalaria com uma introdução ácerca da poesia da história nos ciclos cavalheirescos. Impresso no Porto, Tipografia Comercial, 1866.

Uma das suas poesias:

Invocação

Oh languidas virgens dos sonhos da infancia,
deixai essas valsas de magico ardor;
que passa a guitarra gemendo com ancia...
abri as janelas
eu canto d'amor.

Tecei as grinaldas, oh! meigas donzelas,
soltai a corêa de alegre estridor;
que a lua divaga nas asas das brisas
visões indecisas
eu canto d'amor.

As ondas rebentam na praia distante,
os astros scintilam com vivo fulgor;
nas sombras propicias se oculta o amante
e ás horas tranquilas
eu canto d'amor.
Histórias de fadas, oh! vinde-me ouvi-las
das mãos a guitarra já cai sem vigor;
as cordas vibrando me estalam nos dedos,
guardai meus segredos
que eu morro d'amor.

4) *Torrentes* — ultimos versos. Impresso no Porto, na casa Carreiro e Morais, Editores em 1869.

E' o quarto e ultimo volume da «Visão dos Tempos» e nele se encontra a disposição em que devem ser colocados todos os poemas que formam o plano geral da «Visão dos Tempos».

Em 1895 foram todas estas obras poéticas impressas sob a denominação:

«Obras poéticas completas
Visão dos tempos
Epopêa da humanidada».

c) *Miragens seculares* — Impresso em Lisboa na Nova Livraria Internacional Editora 1884.

E'um encadeamento dogmatico dos poemetos, divididos em tres ciclos — da fatalidade, da luta e da liberdade, cada um dos quais é precedido por um hino á Tradição, á História e á Filosofia.

«Varre a face da terra um vento áspero e fresco,
as aguas seca, agita e do horisonte afasta
os nimbos que o vapor no horisonte empasta;
Varre o vento do alto os vastos continentes,
arrebata em tropel folhagens e sementes,
o primeiro sinal da emigração dos seres!
A vida se desdobra em festivais prazeres;
sobre a putrefação para ninguem imunda,
o germen se organiza e o germen se fecunda;
A morte a produzir misteriosa a vida!

Obras históricas

I) *Fontes tradicionais da literatura portuguêsa. Cancioneiro e romanceiro geral portugués.* — Impresso no Porto, Tip. Lusitana 1867.

a) *História da poesia popular portuguêsa*—Publicado na Tipografia Lusitana, no Porto, em 1867.

O autor divide este seu trabalho em duas partes; na primeira esplana a formação e desenvolvimento da poesia popular ocidental, na segunda descreve as canções populares na Galiza, Asturias, Portugal, Extremadura, Andaluzia e Algarve, estudando em seguida a versificação popular e os géneros poéticos, terminando pela descrição da Canção lírica, narrativa e dramática.

A poesia popular é um género literário cheio de graça natural e profundo de verdade, por ser expontâneo da alma encantada do grande artista anonimo, que é o povo. E' um fenómeno psicológico, diz-nos o autor, do mais alto interesse para o conhecimento do homem primitivo, porque é o producto imediato desse estado de impersonalidade.

E' nela que se conservam concepções da natureza, muitas quasi apagadas, expressões tradicionais que revelam a fusão de raças que se obliteram na história, sem deixarem outro documento; neste aspecto antropológico é fecunda a sua investigação reconstructiva, para determinar os elementos das nacionalidades proveniente das grandes emigrações das raças.

Os costumes, as festas, os actos cultuais e cerimoniosos, os cantos, as danças dramatizadas, tornam a poesia popular o documento mais expressivamente humano sob o aspecto etnológico.

Foi este trabalho refundido e publicado sob o nome de *Epopeias da Raça Mosárabe.*—Impresso no Porto na Imprensa Portuguêsa, em 1871.

b) *Cancioneiro popular*—publicado na Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1867.

Foi a primeira colecção de cantigas soltas, colhidas da tradição oral portuguêsa.

«E' um trabalho santo, o respigar estas estrofes soltas que o povo espalha na sua passagem, diz-nos o autor. O povo canta como harpa eólia que não sabe onde sopra a viração que a vem desferir. E' o rapsodo de todas as alegrias e tristezas do poema da vida. A poesia para ele é o ritmo do esforço no trabalho, o esquecimento da miséria, a expressão dos desejos, o tesouro da sua moral e das tradições antigas, a linguagem do amor, o gemido, enfim, a verdade simples da sua alma.»

Mas além dessas cantigas soltas ele reuniu ali tambem as reliquias da poesia portuguêsa dos seculos XII a XVI, tais como a Canção do Figueiral e a tonadilha, e seguidilha e outros cantos consagrados pelo povo de Lisboa ao Condestavel; e juntou-lhe ainda varios fados e canções da rua, orações, profecias nacionais e aforismos poéticos da lavoura.

c) *Romanceiro geral*—publicado na Imprensa da Universidade de Coimbra em 1867.

Neste volume foram pela primeira vez coligidas todas as variantes dos Romances populares, a flor dos romances anónimos dos ciclos Bretão e Carlingiano e da Tavola Redonda, um Vergel de romances mouriscos, contos de cativos, evidentes vestigios do dominio Arabe na Peninsula, Lendas piedosas, Xácaras e coplas de burlas, e uma nota extensa sobre a origem de cada romance.

d) *Cantos populares do Arquipélago Açoreano*—Impresso na Tipografia da Livraria Nacional-do Porto em 1869.

Compreende este trabalho, ao qual nos referimos ao tratarmos do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, o cancioneiro e romanceiro das Ilhas, que Teófilo Braga es-

tuda em confronto com os que andam na tradição de outros povos.

Sobre o poesia popular, desdobra-a em duas especies — «uma actual, movel, continuamente em elaboração, porque é um éco da vida, uma linguagem das paixões e dos sentimentos de hoje; a outra é tradicional, histórica, em desarmonia com os costumes presentes, mas repetida ainda religiosamente como lembrança de costumes e sucessos que já passaram».

«O cancioneiro é a parte lirica, o romanceiro a parte épica e a de mais importancia».

Ao Romanceiro Açoreano chama-lhe «Romanceiro de Aravias» que é o nome que os habitantes da Ilha de Sam Jorge dão a todos os romances e xacaras e tem o valor de uma revelação histórica.

c) *Floresta de varios romances com forma literária* do sec. XVI a XVIII — Impresso na Tip. da Livraria Nacional, Porto, em 1868.

E' uma compilação de romances da história portuguêsa que andam nas colecções espanholas.

Se Portugal e Espanha, diz-nos Teófilo, são duas nacionalidades, nas tradições poéticas, são mais do que gemeas, são um mesmo povo.

O velho romanceiro espanhol da ultima ametade do seculo XV, o legitimamente popular, tanto é espanhol como português; são os contos desta época os que se repetem ainda na sua pureza nativa na Beira-baixa, Trás-os-montes e nos Açores.

Propriamente o romanceiro portugués é pequeno, mas tem o que ha de mais belo e mais antigo na poesia peninsular; é pequeno e até parece que o povo português não tem uma poesia privativamente sua, filha espontânea do seu genio. As produções épicas colhidas da boca

do povo acham-se, é verdade, com alterações acidentais, nos Romanceiros espanhóis.

Enquanto o gosto do romance popular se vulgariza em Espanha, os nossos poetas da Côrte de D. Afonso V e D. João II, viviam absortos nas suas trovas, sem ligarem importancia áquela forma popular.

O romance popular é simples de condição, franco, rude, tocava a verdade na sua expontaneidade mais divina; era narrativo, dramatizava, acumulava as situações. Mas se os poetas cultos despresavam o romance, o povo continuava a interessar-se por ele e d'aí as sucessivas edições que muitos deles tiveram.

A pouco e pouco, porém, foi esta poesia popular caindo no gosto dos cultistas que foram então reconhecendo a sua importancia e a sua superioridade.

E a mania do romance tem vindo por esses seculos fóra, os frades escreviam-no, sobre assuntos pastoris, o povo continua narrando em verso, os factos e acontecimentos dos seus dias.

f) *Contos tradicionais do povo português* — obras em 2 volumes, editados na Livraria Universal de Magalhães e Muniz — Porto em 1883.

Coleção de narrativas populares, que agrupou em tres tipos caracteristicos, correspondentes á feição maravilhosa, moral ou anedótica. E assim separa os contos de origem mitica, dos das facécias, patranhas e ditos, que são evidentemente anedóticos, e dos exemplos em que predomina o intuito moral.

No estudo sobre *Novelistica popular* ocupa-se da origem, persistencia e transmissão dos contos populares.

«E' frequente nos contos populares a antropologia; e os poderes mágicos de pedras, de plantas e de animais representam o estado mental a que corresponde na religião o periodo — *fetichista*.

E' este o verdadeiro ponto de partida para a investigação da origem dos contos.

Nos contos ha conflitos de seres malévolos, elemento preponderante na credulidade fetichista e os poderes mágicos são um caracteristico de cultos decaídos e de raças escravizadas, que já se não encontram nas epopêas politeistas».

g) *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*—Livraria Ferreira—Editora, Imprensa da Universidade em 1885.—Obra em dois volumes.

O estudo dos antecedentes sociais de um povo é de suma importancia, «por isso que os costumes domesticos, as tradições, as formas da actividade, tudo isso é um elemento indistinto donde se vão destacando a Poesia, a Literatura, a Arte, a Industria e a acção histórica de um povo na civilização».

Agrupa a tradição popular em tres classes:

Costumes e vida doméstica—onde se estabelece a persistencia histórica dos tipos antropológicos.

Crenças e festas publicas—onde se avalia a importancia étnica e histórica das superstições populares.

Tradições e saber popular—onde se examinam as concepções vagas do povo expressa sempre por tropos.

Termina este estudo referindo-se á actual decadencia do povo português:

«O povo está mudo e por isso não se lê no futuro; pelo conhecimento do seu passado vê-se que tinha uma forte individualidade étnica, com que resistiu á incorporação dos Estados Peninsulares e fortificando-se pela expansão colonial, assinalou-se na história pela circunscrição do globo».

h) *Cancioneiro popular galego*—por D. José Peres Ballesteros—3 vol. Madrid, 1886.

Traz este trabalho em introdução um largo estudo do Dr. Teófilo Braga —*Sobre a poesia popular da Galiza* —em que relaciona os cantos das Muiñeiras com as Serranilhas dos cancioneiros provençais portuguêses.

i) *Contos populares do Brazil*—coligidos pelo Dr. Sylvio Romero—Tip. Teixeira, Porto, 1883, com um estudo preliminar e notas comparativas, pelo Dr. Teófilo Braga.

j) *Paremiologia dos Escritores portuguêses*—Memória para ser apresentada á Academia das Ciencias de Lisboa, com um estudo sobre a formação poetica dos Refraneiros.

II) *História da Literatura portuguêsa.*

Um dos sonhos «absorvente e consolador» que embalou a vida de Teófilo Braga, foi a realização do seu plano sobre a história da literatura portuguêsa.

Longos anos levou neste trabalho, profundas modificações foi constantemente introduzindo no seu estudo, que, segundo suas proprias palavras «quanto mais avançava para a terminação da História da Literatura Portuguêsa, mais sentia a necessidade de refundi-la integralmente, unificando o processo critico e esclarecendo-a por uma mesma luz filosófica»,

Iniciou este seu trabalho, o maior entre todos, com o seguinte estudo que intitulou:

a) *Introdução e teoria da história da literatura portuguêsa*—Editada no Porto, Livraria Cherdron em 1896.

Este trabalho que é como que uma propaganda do seu vasto estudo da História da Literatura, é dividido em três épocas:

1.ª — elementos staticos da literatura, isto é elementos de ordem, em que se estuda a raça e o meio, os povos peninsulares, os seus costumes e tradições, as formas liricas, épicas e dramaticas, a lingua, a patria e a nacionalidade; que as gerações que se sucedem sobre o mesmo território, criam pela arte e poesia a expressão da sua colectividade que sobrevive a cada individuo no tempo. E' o ideal da Patria, e este ideal existe entre os povos peninsulares quando no seculo XII se constitue o Estado em Portugal.

2.ª — Elementos dinamicos da literatura, isto é, elementos de progresso, em que é estudada:

A Idade Média — que é a hegemonia da França: o lirismo trovadoresco, gestas e epopêas medieveis, poemas e novelas da Tavola Redonda.

A Renascença — que é a hegemonia da Italia: o humanismo quinhentista, o lirismo, romances e novelas da cavalaria; e a hegemonia da Espanha com o culteranismo seiscentista, e a da Inglaterra com o arcadismo e a reacção proto-romantica.

O Romantismo — que é a hegemonia da Alemanha, o ultra-romantismo e a disciplina critica e filosófica.

3.ª — Epocas da história da literatura portuguêsa:

Preponderancia dos elementos tradicionais e estéticos da Idade-media e começo da transição para o estudo da antiguidade classica seculo XII a XV:

Trovadores portuguêses: — O Amadis de Gaula.
Poetas palacianos e Historiadores portuguêses.

Predominio da emitação da antiguidade classica e abandono das tradições nacionais; seculo XVI a XVIII.

Novelas de cavalaria, Pastorais, Gil Vicente, Os liricos portuguêses, A Arcadia e a Baixa comédia.

Revivescencia das tradições nacionais pela idealização da Idade-media e compreensão do elemento classico pela solidariedade histórica; seculo XIX:

Chefes do romantismo, os ultra-romanticos e a Escola de Coimbra.

Trovadores Galecio-portuguêses.
(Mistória da poesia portuguêsa, Escola Provençal).
Imprensa portuguêsa, Porto 1871.

Este estudo sob a nossa poesia, foi em trabalhos seguintes ampliados, em virtude de posteriores estudos' como no *Curso* da literatura portuguésa e sua Introdução ao

Cancioneiro português da Vaticana.—Edição critica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

E' restituido sobre o texto diplomático de Halle, precedido dum glossario e introdução:

Descreve a origem e difusão da poesia provençal na Europa Moderna; o periodo Italo-Provençal— (1114-1245); a poesia Provençal na Côrte de D. Afonso III e na Côrte de D. Diniz;

Descreve depois as relações que encontra entre o cancioneiro da Vaticana com os outros cancioneiros dos seculos XIII e XIV e o seu talento tradicional.

Refere-se ainda ao trabalho que havia publicado em separata sobre os «Trovadores Galecio-portuguêses».

b) *História das novelas portuguêses de Cavalaria, Formação do Amadis de Gaula*—Imprensa Portuguêsa, Porto 1873.

O romance de Amadis de Gaula, do português Vasco de Lobeira, é dos romances de cavalaria o que maior nomeada alcançou.

Não é só a narração de proesas e aventuras guerreiras, como tambem a descrição dos amores de Amadis, cavaleiro bretão, com Oriana, a Sem par, filha de Lisuarte, Rei da Gran Bretanha.

Estes amores, ora idilicos, ora contrariados, vieram afinal depois de tantas aventuras, a serem coroados de felicidade.

Teve este romance uma grande voga em toda a Europa, havendo dele varias traduções em Espanhol, Francês, Inglês e Alemão.

Teófilo Braga versa sobre ele um profundo estudo, provando que este romance é português, o que vinha sendo questionado.

c) *Poetas palacianos do seculo XV.*—Imprensa portuguêsa. Editada no Porto, em 1871.

E' um estudo feito sobre o cancioneiro geral de Garcia de Resende.

A nobreza, no seculo XV, empobrecida nas suas terras pela revogabilidade das doações régias e pela enfiteuse, enfraquecida nas suas prepotencias, pela criação do Ministério Publico, pelos Códigos romanistas, fez-se parasita do Paço, produzindo essa excrecencia dos palacianos.

Agruparam-se assim em volta da Realeza um grande séquito de fidalgos que matavam o ócio contrafazendo a poesia para explicar as intrigas, para apodar as modas italianas e as francêsas, tornando-se então celebres esses Serões do Paço, onde a Poesia servia para galantear as damas e chasquear os namorados.

No tempo de Afonso V, cuja côrte se caracteriza pelo mais impudente favoritismo, pela anulação da vontade do Rei, com falsas ideias e cavalaria, e que só se convencia de que era Rei gastando as riquezas da Nação, em grandes presentes, sem consequencias uteis. Neste tempo, a Côrte enche-se ainda mais de parasitas a que se deve uma maior abundancia de produções no cancioneiro.

No Reinado de D. João II caracterizado pela severi-

dade de El-Rei, pela conspiração do Duque de Bragança e suas funestas consequencias, pela exigencia do poder Real na confirmação dos privilégios dos nobres e no exame dos forais, neste periodo, pois, que parece afrouxaria o brilho dos Serões do Paço, tal não acontece. E' o proprio Rei que os incita, porque se distrai com a poesia e com a musica, parecendo que as suas perturbações morais, encontram lenitivo naquêle jogo de palavras, de risos e de namorados. E os poetas palacianos, os nobres, os fidalgos, continuam versejando, enriquecendo assim o Cancioneiro geral.

d) *Bernardim Ribeiro e o bucolismo* — um volume impresso no Porto. Livraria Chardron em 1897.

Descreve neste trabalho toda a vida do autor da Menina e Moça.

Bernardim Ribeiro, filho de Damião Ribeiro, que implicado na conspiração contra D. João II, se refugiou na Espanha, sendo aí assassinado por espiões deste monarca, e de D. Joana Dias Zagalo, nasceu na Vila do Torrão, no Alemtejo, passando porém a sua mocidade na Quinta dos Lobos, em Sintra, refugiado, com sua mãe, á cólera de El-Rei.

Formado em Direito pela Universidade de Lisboa, frequentou os Serões do Paço, no tempo de D. Manoel e juntamente com os outros poetas versejava.

Os amores infelizes com sua prima D. Joana Zagalo, que veiu a morrer louca, depois de viuva, no Convento de Santa Clara, em Extremós, agitaram muito aquela sua sensibilidade. «O ar de Portugal asfixiava-o», por isso saiu para a Italia no ano de 1522, voltando ao seu País em 1524 por virtude da sua nomeação para secretário da Camara de D. João III, nomeado por influencia de sua familia.

Foi durante estes dois anos que Bernardim Ribeiro

«como alivio de suas saudades pungentes, foi escrevendo as recordações dos passados amores, em um livro intimo, só para si, desabafando sob a forma alegórica, a narrrativa das situações reais», e assim nos legou a sua Menina e Moça.

Mas aquêles amores infelizes com sua prima, a sua precocidade intelectual e emotiva, devido ao isolamento em que viveu na sua mocidade e aos prolongados terrores de perseguição contra a familia, levaram o nosso bucólico para a loucura e idiotía, vindo assim a morrer em 1546, numa das celas do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa.

Cristovam Falcão — trabalho incorporado no volume — Bernardim Ribeiro — a que nos acabamos de referir, e em que Teófilo Braga igualmente historía toda a vida do autor da Egloga Crisfal, natural de Portalegre, onde nasceu por 1510, filho de João Vaz d'Almeida Falcão, Capitão da mina e D. Beatriz Pereira.

Enamorado por D. Maria Brandão, com quem se casou clandestinamente, pela oposição que a seus amores faziam ambas as familias, ficou por isso e durante cinco anos em carcere privado, e sua dama encerrada no mosteiro Cisterciense de Lorvão.

Passados cinco anos sai esta senhora do Convento para se casar com Luiz da Silva, Capitão de Tanger, e por sua vez casa tambem Cristovam Falcão com D. Isabel Caldeira, senhora de Alter do Chão.

A Crisfal é a obra poética onde o autor conta a história dos seus primeiros amores, escrita numa suavidade harmónica que encanta e lhe consagrou perpetuamente o nome, editada por Teófilo Braga, na Imprensa Portuguêsa do Porto em 1871, com Cantigas, Esparsas e Sextilhas — sob a denominação de Obras de Cristovam Falcão.

c) *Gil Vicente e as origens do teatro Português.* — Edição da Livraria Chardron, Porto, em 1898.

Inicia o autor este trabalho descrevendo as origens tradicionais e populares do teatro português, e como Magnin, nas suas origens do teatro moderno, determina as sociedades em que se manifesta o génio dramatico, dando lugar ás diferentes formas estáticas; assim pode-se dividir este genero literario em tres formas a saber:

1.ª — *Teatro hierático,* que vem do drama liturgico ou rito figurado, e era representado nas solenidades das festas religiosas, nas procissões, com musicas e danças, em que se exibiam as classes burguêsas com todas as suas emblemáticas insignias. Saiu, pois, das Igrejas para os Côrros e Pateos, vindo a dar por fim o drama com grandes coros, musicas e bailados, com todos os recursos da Opera.

2.ª — *Teatro aristocrático.* — Os Reis e os Principes, nas Côrtes, os barões e fidalgos nos seus solares, tinham os seus divertimentos cénicos, nas festas dos casamentos, coroações, nascimentos, nos ócios dos seus serões, e representavam então aí momos e entremezes.

3.ª — *Teatro popular.* — Mas quere o teatro hierático, como o aristocrático, estava em contacto com o povo, pelas procissões e torneios, pela intrevenção dos jograis, menestreis e goliardos.

Assim pois, no desenvolvimento da classe burguêsa, onde se ia incorporar o proletariado, achou o teatro popular a sua vigorosa fecundidade.

Falando de Gil Vicente, o fundador do teatro português, das suas obras e da sua vida, diz:

Nasceu em Guimarães pelo ano de 1470, filho de Martim Vicente, casou com Branca Bezerra de quem lhe nasceram filhos.

Andou matriculado na faculdade de Direito, na Universidade de Lisboa, frequentava os serões do Paço, es-

treando-se no «Auto da visitação, ou monologo do Vaqueiro», recitando-o na Camara da Rainha D. Maria, mulher de D. Manuel, dois dias depois do nascimento de D. João III, em 8 de junho de 1502.

Faleceu, este grande poeta dramático, na sua quinta do Mosteiro nos fins de 1540, sendo sepultado em Evora, ao lado do cadaver de sua esposa, escrevendo ele mesmo o seu epitáfio:

«O grão juizo esperando
jazo aqui nesta morada,
desta vida tão cansada,
descansando».

d) *A comédia classica e a Tragicomédia.*—Imprensa portuguêsa, Porto, 1870.

E' a continuação da história do Teátro português, no seculo XVII.

e) *A baixa comédia e a opera.*—Editada pela Imprensa Portuguêsa—Editora—Porto, 1871.

A história do teatro português no seculo XVIII, excede em grandeza a dos melhores do mundo; «acha-se enobrecida com o nome dos melhores arquitectos, dos melhores pintores e cenógrafos, dos cantores mais afamados; mas uma cousa lhes falta, a inteligencia da sua missão refletida por um lado na esterilidade do genio nacional e por outro na exclusão do baixo povo dos divertimentos teatrais».

A comédia portuguêsa, viu-se neste seculo perplexa entre duas forças contrarias: a tragédia francêsa e a opera italiana.

A tragédia de Racine estava em completo acordo com os nossos costumes, «os personagens eram Reis, e os

nobres ou aulicos confidentes que entretinham o diálogo e faziam quasi sempre de ouvintes».

D'aqui vem a falta de animação e uma monotonia incuravel.

«A Arcadia trabalhou para a Renascença do teatro, mas corporação hibrida, não vendo a perfeição fóra dos modelos latinos, fortaleceu a pressão moral do absolutismo politico com o absolutismo de Aristóteles e Quintiliano.

De todas as formas literàrias, nesta época, a que mais agradava, principalmente á Realeza era a opera, pois proporcionava prazeres faceis para todos os sentidos; e o Marquês de Pombal que de tudo se sabia aproveitar para a sua politica, lançou mão da opera, auxiliou-a, protegeu-a, para distrair assim dos negócios publicos o Monarca.

f) *Garrettt e os dramas romanticos.* — Imprensa portuguêsa, Porto, 1871.

Finaliza com este trabalho o estudo do Teatro portugues, no seculo XIX.

g) *Sá de Miranda e a Escola Italiana.* — Edição da Livraria Chardron, Porto, em 1896.

Neste trabalho esplana toda a vida do introdutor do lirismo em Portugal.

Filho de Gonçalo Mendes de Sá, Conego e Arcediago da Sé de Coimbra e Inês de Melo, mulher solteira, deveria ter nascido por 1485, doutorando-se em Leis na nossa Universidade que então estava em Lisboa, vindo a reger, interinamente algumas cadeiras na sua respectiva faculdade.

Frequentador dos serões do Paço, viveu na intimidade com Bernardim Ribeiro, Cristovam Falcão e D. Luiz

da Silva. tendo ainda lá encontrado D. João de Menezes que faleceu em 1513.

E' nestes serões que Sá de Miranda se enamora de D. Isabel Freire, dama da Infanta D. Isabel, e que por essa causa sofre dissabores, que o levam, como que desterrado, para Coimbra. E neste exilio nasce-lhe a ideia de viajar na Italia, que ao tempo «florescia em homens eximios na administração publica, em nobres espiritos aptos para todas as doutrinas, brilhava pelas artes e pela industria e ornada de tantos dons gosava por justo titulo a celebridade da fama a mais deslumbrante entre todas as nações».

Em Italia conviveu com muitos literatos nacionais e inspirava-se na forma poética lirica que então vogava ali, de volta ao seu País em 1526, inicia a nova poesia, defende-a e espalha-a.

«As formas da poética Italiana, diz o Dr. Teófilo Braga, foram trazidas á literatura portuguêsa por Sá de Miranda; mas a essencia, o espirito amoroso, fortificado pelo idealismo plantónico, só encontrou em Camões o o seu revelador».

Sá de Miranda, não se acomodou já com o viver da Côrte e por isso se retirou para a sua Quinta da Tapada no Minho, casando com D. Briolanja de Azevedo de quem enviuvou em 1555, vindo ele a falecer a 15 de março de 1558.

«O corpo fraco jaz aqui sómente
d'alma a força de idade despedida».

h) *Ferreira e a pleiada portuguêsa.*

Estudo sobre este nosso importante comediógrafo.

Diz que as comédias — Bristo e Cioso, são talvez imitações ou traduções do italiano, esta superior áquela, mas ambas inferiores á Castro.

i) *História de Camões* — 2 volumes, editados no Porto, Imprensa portuguêsa, 1873.

1.º Volume — *Vida de Camões* — estuda o meio em que Camões se desenvolveu, investigando as circunstancias que actuaram sobre o seu genio, os pequenos acidentes que contribuiram para as particulares afeições do seu caracter, examina o que ele deu á sua época, e a conexão entre o seculo e o grande homem.

Explana assim toda a vida do nosso Epico, o seu nascimento, filiação, a vida da sua familia e dos seus estudos em Coimbra; os primeiros trabalhos poéticos, a «Elegia da Paixão de Cristo», os serões do Paço, em que versejava a pedido das damas da Infanta D. Maria, filha d'ElRei D. Manoel, depois o seu desterro, as suas produções poéticas e os seus amores.

2.º volume — *Escola de Camões* — estuda a influencia que este vulto exerceu na literatura portuguêsa e na consciencia nacional, tanto no lirismo como na epopêa.

Assim descreve em primeiro logar «Camões e o platonismo erótico-mistico no seculo XVI», examinando aqui a influencia exercida por Camões na poesia lirica do seu seculo, e em seguida descreve cada um dos poetas da época — André Falcão de Rezende, D. Manoel de Portugal, Fernão Alvares d'Oriente e outros.

Estuda em seguida as «Primeiras tentativas duma epopêa nacional», dizeado que assim como na primeira Renascença as Gestas se converteram em Crónicas, na segunda Renascença do seculo XVI as Crónicas tornam-se epopêas eruditas.

Depois fala em «Os Lusiadas epopêa da Nacionalidade portuguêsa» — dizendo-nos que o facto caracteristico de todas as literaturas romanticas do século XVI, é o desejo manifestado e tantas vezes ensaiado pelos eruditos de elaborarem, cada qual com mais fervor a Epopêa da sua Nacionalidade.

j) *Bibliografia Camoniana*—Edição que apareceu por ocasião do tri-centenario de Camões, a expensas do Dr. Carvalho Monteiro, da imprensa de Cristovão A. Rodrigues, de Lisboa, 1880.

Na introdução desta obra, expõe o Dr. Teófilo Braga o dever moral que tinham os portuguêses de comemorarem o centenario de Camões, que ele tanto se esforçou para a sua realização e a quem coube por isso o maior quinhão na gloria.

No capitulo I, enumera as edições dos Luziadas, Rimas e Autos que se haviam feito desde 1572, havendo só dos Luziadas 90 edições.

No capitulo II, enumera os comentarios, estudos criticos, obras literárias e poéticas ácerca de Camões, em Portugal, por ordem alfabetica dos nomes dos autores.

No capitulo III, são indicadas as traduções dos Luziadas e Rimas de Camões, sendo 63 traduções do poema completo, a saber:—15 em francês, 12 em castelhano, 8 em inglês, 7 em latim, 7 em italiano, 6 em alemão e uma em polaco, russo, hungaro, sueco, dinamarquês, hebraico, holandês e grego.

No capitulo IV, compreende as monografias, criticas e obras literárias estrangeiras, ácerca de Camões, de perto de duzentos escritores de todas as nações civilizadas.

No capitulo V, é a parte artistica, retratos, medalhas, estatuas, monumentos, operas e composições musicais.

Segue-se a este capitulo um aditamento de trabalhos publicados durante a impressão do volume.

k) *Camões e o sentimento nacional*—Ponto Tugan e Genelioux, Editores, 1891.

Acham-se neste livro reunidos varios estudos do autor, dispersos por conferencias, revistas, prologos e edições das obras de Camões.

«O assunto de Camões e o sentimento nacional é um dos mais curiosos problemas da sociologia porque partindo do facto, como uns agregados de povoações cantonais, chegaram á unificação da Patria, pelo amor do seu território, a necessidade de mantê-la em independencia, obrigou-os a uma acção comum, a um ideal colectivo que fortifica o sentimento da Patria e Nacionalidade».

«Camões deu expressão a esse sentimento que transformou uma patria em Nacionalidade histórica».

j) *Os amores de Camões.*—Edição da Renascença Portuguêsa, Porto.

Comentário biográfico das suas liricas.

Diz-nos o autor, que os factos coordenados neste estudo se acham vagamente esboçados no seu trabalho—Camões—Epoca e Vida.

Camões foi um amoroso desde bem novo; ele mesmo confessou o seu temperamento amoroso.

O amor foi a fonte da energia que o fez resistir a todas as contrariedades e conflitos.

«Tres foram as beldades nitidamente tratadas na sua acentuada organização psicológica». São tres tipos que se representam separadamente a traços ou aspectos morais da mulher perfeita e no conjuncto ideal.

Na realidade desses tres tipos—um salienta-se no seu temperamento e caracter pela energia, outro pela pureza e o ultimo pela ternura.

A primeira, sua prima Isabel Tavares, filha do Dr. João Vaz de Camões, que casou depois com Alvaro Pires. A segunda D. Francisca d'Aragão, dama da Rainha e que D. Manoel de Portugal, Pedro d'Andrade e tantos outros exaltavam os seus primores; ela no entanto distingue Luiz de Camões, pedindo-lhe versos, mas fez o seu casamento com D. João de Borja, embaixador de Filipe II e filho do Duque de Gandia, Geral dos Jesuitas. A ter-

ceira é a Dona Catarina d'Ataide, ultimo amor de Camões e a perpetua saudade da sua alma.

Em edições separadas e sobre este nosso Epico, publicou ainda o Dr. Teófilo Braga:

1) *Obras completas de Luiz de Camões.*—Edição critica, em que agrupou no primeiro tomo e sob o titulo de «Parnaso de Luiz de Camões», sonetos, canções, sextilhas, e odes; no segundo tomo «Cancioneiro de todas as redondilhas e autos» as redondilhas, autos e cartas; e no terceiro tomo «Os Luziadas».

2) *Parnaso de Luiz de Camões*—Edição das poesias liricas consagrada á comemoração do Centenário de Camões. Tem umas composições inéditas de Camões, de um manuscrito da Academia das Ciencias.

3) *Os Luziadas*—varias edições da nossa Epopéa, com a biografia do poeta.

4) *A primeira poesia impressa de Luiz de Camões* —no livro do Dr. Garcia d'Orta—Coloquios dos Simples e Drogas, com um estudo pelo Dr. Teófilo Braga.

5) *A terceira poesia impressa em vida de Camões*— A Elegia a D. Leonis Pereira.

6) *Um soneto de Camões glosado por Filipe II*— que foi depois incorporado no volume «Camões e o sentimento nacional.

7) *Camões, a Tipografia e as Ciencias no seculo XVI*—conferencia feita na sala da Associação tipográfica Lisbonense em julho de 1880, para festejar o tricentenario de Luiz de Camões.

8) *Poema de Camões*—Poema consagrado ao Centenário do poeta, para ser recitado na Matiné dos actores no Teatro normal.

Arcades:

o) *Arcadia Lusitana*—um volume editado pela Livraria Chardron do Porto, em 1899, e onde o autor depois de uma rápida descrição sobre o espirito revolucionario do seculo XVIII e da situação em que então se encontrava o nosso País, estuda em capitulos separados:

1) As nossas academias literárias desde o século XVII e assim a descrição e formação das sociedades literárias e cientificas enumerando-as e classificando-as: a dos anónimos, a dos singulares, dos generosos, a Real academia da história portuguêsa, a arcadia de Roma em Portugal, etc.

2) Pedro Antonio Corrêa de Garção, poeta lirico, dos mais influentes da Arcádia, onde usava o nome de Corydon Erymanthes. Estuda-lhe a vida e as suas relações com a Academia, de que foi um dos mais valiosos elementos. Foi preso por ordem do Marquês de Pombal e encerrado numa prisão da Junqueira onde faleceu oito mêses depois de lá encerrado.

3) Domingos dos Reis Quita—um dos membros da Arcadia, onde usava o nome de Alcino Mycenio.

Orfão de tenra idade teve que abandonar o estudo procurando na arte de cabeleireiro os recursos necessarios, não só para se sustentar, com a sua mãe e irmãos.

4) Manuel de Figueiredo—de quem Garrett disse: «um homem sem talento, mas de grande tino, juizo e erudição».

Foi um dos membros da Arcadia lusitana, empreendendo com a maior coragem a restauração do Teatro português sob o aspecto de nacionalismo e naturalidade.

5) Antonio Diniz da Cruz e Silva—a quem cabe a

gloria da fundação da Arcadia lusitana. Foi magistrado judicial, Juiz de fóra e depois Desembargador no Rio de Janeiro. Estas circunstancias influiram na sua vida de académico, prejudicando a sua acção na Arcadia.

p) *Bocage*—sua vida e época literária. Impresso na Livraria Chardron, do Porto, em 1902. Em que o autor explana toda a vida deste poéta, cujo talento se manifestou no dom da improvização e na sátira.

Um dos membros mais em evidencia da Arcádia, era seu nome pastoril *Elmano Sadino* e eram os seus discipulos conhecidos por *Elmanistas*.

Historía depois a vida dos primeiros anos e a mocidade do poeta, a sua vida em familia, a sua saída do continente e estada no Brazil, India, China, os seus amores com D. Maria Vicencia, a morte cheia de arrependimento e a perda de um tão grande talento como foi Bocage.

q) *Filinto Elisio e os dissidentes da Arcadia*—Editado no Porto, Livraria Chardron.

E' um estudo dos poetas, Francisco de Melo Franco, José Bazilio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão, Alvarengo Pereira e Gonzaga, sobre as obras que deixaram; as liras de Gonzaga em musica e as modinhas baianas, e as da Côrte de D. Maria I.

E ainda sobre Filinto Elizio, José Anastacio da Cunha e Niculau Tolentino d'Almeida.

Epoca romantica:

r) *História do romantismo em Portugal*—(Ideia geral do romantismo, Garrett, Herculano e Castilho).—Impresso na Livraria Internacional, Lisboa, 1880.

O Dr. Teófilo Braga, define romantismo, como sendo a reabilitação da Idade-média, ou o triunfo do individua-

lismo na literatura, que sò entrou em Portugal depois da emigração causada pelas lutas liberais.

O romantismo passou pelas seguintes fases na sua evolução,

1) Proto-romantismo iniciada por Montesquieu, Rousseau e Diderot com o sentimentalismo e admiração da natureza, ou com a preferencia dada á ideia sobre a forma.

2) Romantismo-religioso ou emanuelismo, que tem por principais representantes Chateaubriand e Lamartine, com a exaltação e a idealização do Cristianismo e da Idade-média.

«Foi o romantismo emanuelico que entrou tardiamente em Portugal, predominando a feição religiosa em Herculano e a medieval ou cavalheiresca em Garrett, Castilho, como uma especie de Ducis, representava o pseudo classicismo post-revolucionario».

3) Romantismo liberal, compreendendo o amor da independencia nacional, o protesto contra a ignorancia, a reacção monarquica, e o desalento dos incompreendidos.

4) E' nesta fase que tem origem o ultra-romantismo ou Satanismo e o realismo que é a substituição do idealismo transcendente pelo conflito da ordem real nas literaturas; é a dissolução do romantismo.

Falando de Almeida Garrett, diz que a sua grande obra foi a fundação do teatro português. A vida e as obras deste escritor, como a de todos os espiritos superiores, explicam-se pelo «meio» em que o autor viveu e do qual recebeu a orientação.

O ter nascido na cidade do Porto e vivido na Ilha Terceira, meios onde predomina os sentimentos de independencia, levaram-no a defender as ideias liberais. A sua educação religiosa, e convivencia com seu tio D. Frei Alexandre da Sagrada Familia, Bispo d'Angra, dei-

xaram no seu espirito fundas raizes em que se revelava o amor á religião. As expatriações que sofreu por causa das suas ideias liberais, puzeram-no num meio agitado e enorme (França e Inglaterra) onde se debatiam então questões de politica, de literatura, de ciencias, de arte e de filosofia.

«Duas ideias novas lhe revolucionaram a mente, a primeira foi o espetáculo da actividade que observava, que lhe fez reconhecer Portugal como um maninho preguiçoso; e a segunda o valor das tradições nacionais para fundar sobre elas a obra d'arte».

De Alexandre Herculano, fala na sua mocidade e no meio em que foi educado. Aos 18 anos cantava em odes e sonetos D. Miguel, que ia ele mesmo, levá-los a Queluz, pertencia a um bando de caceteiros. Seguia as velhas formas arcadicas no elogio a D. Miguel e nas sátiras aos liberais, mas «inteligente e novo, amoroso honrado, por isso não podia deixar de sacrificar-se pela causa da justiça».

«A emigração, como politico liberal, para o estrangeiro, foi para Herculano uma transfiguração da inteligencia, surgiu um homem novo». E nesta altura Teófilo elogia os versos de Herculano.

Falando dos romances históricos de Herculano, faz-lhe uma crítica severa e termina por achar insignificante o seu valor.

Sobre a História de Portugal é bastante aspero, concluindo por dizer que o historiador ficou muito atrás do seu tempo e que neste seu trabalho abundam os erros e as contradições com os factos.

De Antonio Feliciano de Castilho fala tambem com aspereza — que depois da morte de Garrett e Herculano. Castilho procurou impôr-se como director espiritual ás gerações modernas, conseguindo tornar-se — Pontifex maximus — de um grupo de confrades do Elogio Mutuo, mas

em breve foi apeado pela geração dos novos, da Escola de Coimbra.

s) *Modernas ideias da literatura portuguêsa* — trabalho em dois volumes, publicado na Livraria Internacional de Ernesto Chardron, no Porto, em que o autor nos diz ser este estudo «uma história da acção reflexa no meio social, na literatura desta pequena nacionalidade, que desde a implantação do regimen liberal, procurou acompanhar o movimento intelectual Europeu».

Assim, de 1824 a 1847, acompanhamos com a imitação das — Cartas outorgadas — o sentimentalismo dos Romanticos; de 1847 a 1865 — entramos na falsificação do parlamentarismo e a enfatica retórica politica serviu-se do estilo dos literatos que encobria a falta de sentimento com uma exagerada emoção ficticia e violenta que caracteriza a fase do Ultra-Romantismo; desde 1865. acentua-se na literatura portuguêsa a aspiração de um novo ideal politico e filosófico, iniciado na Escola de Coimbra.

Nesta ordem de ideias, muitos dos nossos escritores tem de ser estudados não só pelas manifestações do seu espirito mas tambem pelo conhecimento do meio social em que viveram. E' o meio que forma o caracter dum escritor, que determina o caracter do seu espirito e as manifestações do seu genio. E assim foram as correntes sociais do seculo XIX que suscitaram os escritores que vieram a actuar no meio nacional, como vemos nos epigones do Romantismo português, em Garrett e Herculano, é pela relação de um meio politico viciado e deprimente, produzido pela intervenção armada de 1847 que se vê como a decadencia do espirito nacional produziu a chata geração dos Ultra-romanticos. Por ultimo e a seguir a esta fase de abatimento vem a geração de protesto em politica com a democracia e proclamando a

necessidade de uma renovação estética, cientifica e filosófica.

Em seguida estuda os dois grandes vultos do romantismo:

Almeida Garrett—que vivendo na época em que se deu a transformação do regimen absoluto para o das Cartas Constitucionais, num periodo de grande agitação politica em que ele se envolveu e jámais saiu, nunca, ainda assim deixou de ser um homem de letras.

Todos os dados biográficos de Garrett, todas as datas memoraveis da sua vida, são sempre um comentario da sua vida literária.

Perseguido pelo absolutismo e refugiado em França, sacode «a crusta retórica das Arcadias» e fere a nota sentida e patriótica no poema Camões e depois no Cancioneiro de Romances, Xacaras, Solares e outros vestigios da antiga poesia nacional.

Relativamente ao poema—Camões—diz uma nota: «Comecei este poema em 13 de maio de 1824; por ocupar e distrair o atribulado espirito que em tanto desterro e solidão e com tão afatigada vida, não sei eu como ainda são o conservo».

Desterrado, pela segunda vez, em defesa dos principios liberais, agora na Inglaterra, conheceu aí mais intimamente as creações fundamentais do Romantismo, esse movimento literário que nessa época se desenvolvia. D'aí para cá é sempre o literato que aparece e sobresai e não o politico.

Durante o cerco do Porto e quando ainda a victória estava longe, sendo soldado do batalhão academico, escreve «O Arco de Sant'Ana.» numa linguagem toda de graça e ingenuidade popular.

Durante o governo de Manuel da Silva Passos, o seu intimo amigo e condiscipulo, aproveita esta amizade pessoal para a creação do Conservatório da Arte Dra-

mática e de um Teatro Nacional, e escreve então varias peças que são representadas com geral agrado:

Alfageme de Santarem em 1841, sobre a lenda do armeiro, que soubera dar á espada uma témpera invencivel, e que Costa Cabral, chefe ao tempo do governo, proíbiu a representação, pelas muitas alusões politicas que tinha.

Frei Luiz de Sousa—primor unico na história de todas as literaturas dramáticas, em 1844, em resposta, sem duvida, aos decretos de Costa Cabral em 1841 e 1842, que o demitiu de inspector geral do Teatro e de Conservador das Escolas de declamação.

Em toda, a sua vida pois, na época baralhadamente politica em que sempre esteve envolvido, sobressai não como politico, mas como escritor.

Alexandre Herculano.—Para este grande vulto da nossa História, não tem palavras de admiração. Começa por dizer que é extremamente dificil falar sob o ponto de vista critico, da obra de um homem cercado por todos os lados da auréola de sabio perfeito, de integro e de incorrupivel, que ainda em vida teve as mais extraordinárias honras que só cabem aos mortos.

Alexandre Herculano foi politico, como Garrett, andou homiziado no estrangeiro em defesa da causa liberal e com o triunfo desta causa foi parlamentar. Mas um dia «não conseguindo dos correligionários politicos que criassem, para ele, um Ministério de Instrução publica, desde então abnegou da actividade politica».

No entanto colocado nas melhores condições para o trabalho cientifico, «declarou que se retirava para a vida rural e ia fabricar azeite», quando não era possivel acumularem-se sobre a sua cabeça, mais coroas de glória, quando se criava uma cadeira de professor, para ele educar o seu tempo e quando o próprio Monarca so-

licitava do estrangeiro os diplomas mais honrosos das Academias, para ele.

Nada ha que o demova do seu intento e inventa desgostos para justificar a sua saída da arena literária — como o provimento de uma cadeira de arabe no Liceu de Lisboa, e a renovação de um empregado da Torre do Tombo.

Ele vinha de ha muito desejando um pretexto para sair dignamente da situação literária em que estava colocado; «acontecendo um incendio perto da casa onde escrevia, falava com pesar, por lhe não ter ardido a casa e com ela o terceiro tomo da História de Portugal, para não ter que cirgir novos apontamentos».

E' que, conclue, «Alexandre Herculano não teve uma vocação literária absoluta, nem uma necessaria concepção sintética para fecundar-lhe o espirito».

Dos ultra-romanticos fez-se um estudo sobre:

Luiz Augusto Rebelo da Silva — que fez a sua estreia no Cosmorama literário, com uma tentativa débil de romance histórico — A tomada de Ceuta — que passados muitos anos em 1856, tornou a remodelar com o titulo de contos ao serão: — Novelas Africanas.

Foi um grande admirador de Herculano; como politico pertenceu ao partida Cartista que o nomeou Oficial da secretaria do Conselho de Estado e lhe confiou a redacção do Diario do Governo.

Desde então «o talento dobrou-se ao serviço de uma causa de iniquidade, desenvolvendo acrobatismos de estilo, efeitos de retórica, que lhe iriam alargando a área da importancia pessoal, mas retraindo-o até confinà-lo na mediocridade».

A critica literária, parecia atrair o seu espirito, mas esses seus estudos resumiam-se afinal em transcrições, com frases laudatórias.

Mendes Leal—fala dos seus dramas, em muitos dos quais esgota as situações violentas, que impressionam as platéas, nos seus romances históricos plagiados, nos seus versos líricos e na sua actividade jornalística, sem ideal político que o conduziu ás eminencias de Ministro e de Embaixador.

Soares de Passos.—Após a sua formatura em Direito e durante os cinco anos que d'ali vão até á sua morte, pode-se bem dizer, são a sua plena floração poética, que se apresenta sob dois aspectos:

Profundamente elegiaco, pessoal, exprimindo o desalento de quem se sente morrer como no—Desalento, Anhelos, Vida, Consolação.

Com tendencia para a ode filosófica, como se acha esboçada no Firmamento e na Visão do Resgate.

A sua morte prematura não deixou que a sua bela organização de artista, atingisse a plenitude creadora e consciente.

Camilo Castelo Branco—o creador de um novo genero literário em Portugal, o romance burguês, fundado no conflito dos interesses domesticos e nos tipos subalternos da personalidade humana.

Em Camilo ha dois escritores, que se destacam claramente em toda a sua obra: o idializador sentimental, religioso, afectivo, e o caricaturista cheio de ironias.

A originalidade nos Romances de Camilo e o valor de toda a sua obra, assenta na natureza, nos tipos, nas situações reais e na linguagem pura, portuguêsa.

Produziu muito e revelando altas qualidades de uma forte organização, vê-se em todo o seu trabalho a falta de um ideal superior. M.me Rattazzi—no Portugal á vol d'oiseau—viu-o sob este aspecto: «Camilo Castelo Branco, que parece ser condenado a trabalhos forçados

da literatura portuguêsa, escreve, escreve e escreve sempre».

Camilo não escrevia por distração, escrevia para sustentar a sua familia, escrevia muitas vezes sob a indicação dos editores que lhe compravam as obras e lhe sugeriam o assunto e os tipos; triste situação de quem tem de ganhar a vida como escritor dum País que não lê.

Como pertencendo ao periodo da dissolução do ultra-romantismo fala-nos dos dois poetas:

João de Deus — que fecundou a poesia portuguêsa imprimindo-lhe uma orientação tradicional, que depois de Camões, os poetas portuguêses haviam perdido e que João de Deus por um tino genial soube tornar a achar.

Pela simplicidade ingénua da sua inteligencia, não foi atraído pelos grupos revolucionarios que então haviam cativado a mocidade, e por essa razão trasbordam da sua poesia as suas idealizações espontâneas, naturais, verdadeiras e belas, o seu lirismo concilia a sua imaginação com a razão e toda a sua obra cria em volta do poeta um grande prestigio e simpatia.

Antéro de Quental. — Neste seu trabalho, Teófilo Braga desenvolve um maior estudo sobre este vulto imenso da nossa literatura, seu companheiro de Coimbra, estudo que muito nos auxiliou nos dados biográficos de Antero que adiante reproduzimos.

No periodo de disciplina da Escola de Coimbra e no capitulo da renovação estética, fala-nos de Eça de Queirós e do romance realista.

Ha escritores, diz-nos Teófilo Braga, que fazem a sua aprendizagem deante do publico, que vão dia a dia, em seus escritos modificando a linguagem e o pensamento, ha outros que aparecem feitos deante do publico, a sua elaboração mental faz-se no silencio e no recolhimento

do estudo e só depois dessa obra atingir uma rija solidez é que a atiram á luz.

Eça de Queiroz pertence a este segnndo grupo. Quem visse as primeiras cópias do Crime do Padre Amaro e as suas provas tipográficas, admiraria sem duvida as «mil trepidações daquele espirito exitante».

Nos seus livros seguintes, mandava fazer uma primeira composição tipográfica, destinada unicamente á revisão literária, tendo de compor-se de novo sobre as provas para se proceder á tiragem.

Eça de Queiróz é uma natureza débil, nervosa, impressionavel, mas forte pela concentração dos desejos. Parece uma alma que se achou desde creança hostilizada e que se refugiou em si mesmo, como estas flores que fecham o calix quando são tocadas.

Foi assim que Eça de Queiroz começou a escrever, sem que ninguem suspeitasse da veleidade literária; da sua geração académica, ninguem descobriu que ele rabiscava papel e quando apareceu na imprensa jornalistica, apresentou-se com um estilo definido, como quem estava adestrado a esse torneio todos os dias.

No capitulo da renovação cientifica trata de Oliveira Martins e dos seus estudos sobre o história da civilização Ibérica e de Portugal; fazendo um longo estudo sobre os trabalhos deste nosso historiador e a propósito de algumas das suas obras.

A obra do sr. Oliveira Martins, diz-nos Teófilo Braga, ressente-se da sua falta de disciplina filosófica; para ele a «história é sobretudo uma lição moral».

t) *Garrett e a sua obra.*—Impresso na Empresa da História de Portugal em Lisboa, 1905.

Diz-nos Teófilo que é pelos dados da psicologia que se pode recompor a vida dos homens de genio, revelado

nas expressões da sua idealização; é tambem pelos dados da psicologia das multidões que se reconstituem os caracteres da raça que se manifestam indeleveis na vida histórica das Nacionalidades.

Aplicando este critério no estudo de Garrett e sua obra vê-se como ele foi levado a sentir o caracter da nacionalidade, não só pelas tradições, como pela compreensão da corrente da civilização Européa, depois da violenta crise revolucionario.

Divide depois o seu estudo sobre esta alta individualidade literária em 4 épocas:

Na primeira—dá conta do nascimento, sua estada nos Açores, a sua educação classica junto de seu tio D. Fr. Alexandre da Sacra Familia, Bispo resignatário de Angola e depois eleito para os Açores, seus estudos na Universidade até á sua formatura. A emigração para a Inglaterra por causa das lutas liberais em 1823.

Segunda época.—E' o periodo das emigrações e em que escreve os seus poemas —Camões e D. Branca— e Portugal na balança da Europa, «do que tem sido e do que ora lhe convem ser na sua ordem de cousas do mundo civilizado.

Terceira época.—Descreve a entrada na carreira diplomatica e a época de deputado ás Côrtes, seus trabalhos de Teatros e Conservatório.

Quarta época.—Como epilogo é a sua chamada aos negócios publicos.

u) *Os criticos da História da Literatura Portuguêsa.*—Publicado na Imprensa Portuguêsa, Editora. Porto, 1872.

Neste opusculo, Teófilo Braga analisa as afirmações de Oliveira Martins, Antero de Quental e Pinheiro Chagas, criticos da sua História da Literatura Portuguêsa, increpando-lhes, ás vezes com bastante violencia, o serem alheios aos problemas das origens literárias da Europa, ignorarem os resultados positivos da moderna escola histórica, encobrindo com pretenciosas referencias a sua falta de estudo tecnico.

«Os criticos da História da Literatura Portuguêsa estão em um estado psicológico tal, que se lhes torna impossivel tudo quanto não for sintetizar á larga e longe do mundo da realidade; a quem está nestas condições, os processos cientificos são um embaraço á livre fantasia, os factos tornam-se uma especie de grilheta de galeriano».

Referindo-se em primeiro lugar a Oliveira Martins, diz que depois da conspiração do silencio que se formou em volta da sua Hist'ria da Literatura Portuguêsa, foi para ele de muita satisfação ser citada no trabalho de Oliveira Martins — Os Lusiadas, ensaio sobre Camões e a sua obra.

Mas Oliveira Martins atacou numa pagina peremptoria aquilo que está circunstanciadamente provado em onze volumes. Não é preciso refutá-lo porque ele só contradiz e não prova.

Referindo-se a Antero de Quental, refuta-lhe as suas Considerações sobre a filosofia da história literária portuguêsa, começando pela definição que dá de Filosofia das Literaturas e seguindo todo o opusculo busca-lhe as contradições, dando logar aos dois violentos artigos de Antero — em O Primeiro de Janeiro, do Porto.

De Pinheiro Chagas, finalmente faz a crítica da Tese para o concurso duma cadeira no Curso Superior de Letras — Desenvolvimento da Literatura Portuguêsa — e diz que não foi sem proveito que este critico passou os o-

lhos sobre os seus onze volumes da História da Literatura Portuguêsa.

III) *Teoria da história da literatura portuguêsa.*— Dissertação para o concurso da terceira cadeira do Curso Superior de Letras—literaturas modernas da Europa e especialmente literatura portuguêsa. Porto, Imprensa Portuguêsa Editora, em 1872.

Ha tres edições deste trabalho, a ultima impressa em 1881, que é fundamentalmente refundido podendo considerar-se um novo livro.

A base de toda a literatura é a tradição, diz-nos Teófilo Braga e portanto quanto mais o escritor se afastar do povo, menor será o seu mérito real.

Assim, é no povo pois que reside uma literatura: da degeneração popular dos mitos nasceram as Epopêas antigas; da expressão do sentimento pela analogia das imagens vem o Lirismo; da transformação de certas tradições rituais vem o drama.

Nos cantos populares, a que se dá o nome de *romances*—ha «um fundo etnico tradicional anterior ao desenvolvimento da raça arica na Europa, que é preciso investigar, procurando restabelecê-lo pelo processo comparativo com a civilização proto-histórica do Peru, sem contudo pretendermos reduzir os resultados a uma unidade etnica turaniana».

a) *Manual da História da Literatura portuguêsa.* —Desde as suas origens até ao presente. Impresso na Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Editores, Porto 1875.

Não foi grande o acolhimento que teve este livro, esquivando-se a maioria dos professores a adopta-lo, sob o pretexto que era grande de mais.

Teófilo Braga ressentiu-se deste fracasso, e a propó-

sito diz-nos que «a instrução publica em Portugal, faz-se á custa do emprego exclusivo da memória, segundo a tradição pedagógica dos jesuitas e por isso o professor quere um texto dogmático, paragrafado, em forma de definições e de enumerações categóricas, de modo que em interrogações peremptórias avalie o estudo do aluno.»

b) *Curso da História da literatura portuguêsa.* — Adoptado nas aulas de instrução secundaria, Lisboa, Nova livraria Internacional em 1885.

E' uma refundição do Manual da História da Literatura portuguêsa, e diz-nos:

«O que não fizeram os professores praticamo-lo nós, estudando o nosso livro enquanto aos seus defeitos de método e de deficiencia de investigação. Podemos repetir as belas palavras de Montaigne: «Je n'ay pas plus fait mon livre, que mon livre m'á fait». Divide a história da nossa literatura em seis épocas:

1.ª — seculos XII a XIV — que intitula Trovadores Galecio-portuguêses: a influencia do sul da França, (literatura provençal) a do norte da França (canções do Gesta), a galo-bretã (Lays e novelas) e a Latino-eclesiástica e humanista.

2.ª — seculo XV — comprecendendo os poetas palacianos: — ocupa-se da elaboração do Lirismo provençal pelo genio italiano, a difusão das Novelas da Tavola Redonda.

3.ª — seculo XVI — epoca dos quinhentistas — trata da renascença, da cultura greco-romana, do conflito entre a tradição medieval e a erudição clássica e da influencia da Italia.

4.ª — seculo XVII, os culteranistas — fala do sincretismo, da influencia italiana e espanhola em Portugal e tentativa da reforma dos estudos filosóficos.

5.ª — seculo XVIII — Os Arcades — é consagrado ao

pseudo-classicismo francês, ás reformas do Marquês do Pombal e á Influencia da Encyclopédia na nosso Pais.

6.ª — seculo XIX, Romantismo — compreendendo a renovação da literatura como consequencia das emigrações liberais, a dissolução do romantismo pela critica revolucionária e cientifica.

c) *Questões de literatura e arte portuguêsa.* — Lisboa, Editor A. J. P. Lopes em 1881.

Encerra este volume um certo numero de trabalhos cientificos e estudos criticos, muitos dos quais haviam sido publicados em jornais e revistas literárias, entre os quais estudos mencionaremos: — origem portuguêsa do Amadis de Gaula, canção do Amadis de Gaula, o português Sanches, precursor do Positivismo e um estudo sobre o Marquês do Pombal, em que o considera é certo um homem notavel, *mas bastante selvagem*, ambicioso, louco e pouco ao par do desenvolvimento intelectual da sua época: e ainda vem neste volume um artigo bastante interessante sobre Joaquim Silvestre Serrão, Freire de Palmela, organista da Matriz de São Sebastião de Ponta-delgada, e a musica sacra portuguêsa.

d) *Epoca mediavel.*

Trovadores galécio-portuguêses. — Edição da Imprensa portuguêsa Editora, Porto, 1871.

Neste trabalho estuda a poesia provençal, sua origem e desenvolvimento, e depois a sua entrada em Portugal, os diferentes cancioneiros, a sua decadencia e extinção, os trovadores.

Provença, foi o nome dado pelos conquistadores romanos á Gália transalpina, nome este que depois dos crusados se estendeu a toda a parte meridional da França.

«A sua poesia é então tomada como centro donde se

difundiu pelo mundo moderno o gosto e a tendencia do lirismo e do amor, não porque a alma humana sofresse ali primeiro do que em outra qualquer parte a necessidade de dar uma forma universal e sentida á sua paixão, mas porque ali, essa paixão, recebeu pela primeira vez a forma—escrita».

E esta poesia espalha-se então por todas as Côrtes da Europa e é como que privativa das Côrtes da idade-média, servindo para distrair os Cavaleiros nos serões do Paço e nos Solares dos Nobres. Todos os trovadores gosavam então duma liberdade poderosa, espalhavam pela trova as suas ideias de igualdade e de fraternidade, que os uniam, nobres e plebeus, sob a mesma fraternidade, logo que trovassem.

e) *Estudos da Idade-média*

Filosofia da literatura.—Impresso no Porto, Livraria Internacional, 1870.

E' a reunião de varios estudos entre os quais os das Cartas da Religiosa Portuguêsa—A poesia da Navegação Portuguêsa—Romantismo em Portugal, etc.

f) *Analogia portuguêsa.*—Impresso no Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1876.

E' a coordenação de trechos selectos, precedidos de uma Poética histórica da lingua portuguêsa.

Foi este livro adoptado em alguns Liceus como texto de leitura.

g) *Parnaso português moderno.*—Impresso em Lisboa Editor Francisco Antunes da Silva, em 1877.

Precede este trabalho o Estudo da poesia moderna portuguêsa, em que o autor justifica o valor das colecções poéticas—os cancioneiros e o critério histórico da poesia popular; diz:

«Descobriu-se que junto com a poesia do povo, andavam de envolta os problemas da história, a formação das línguas romanas, a fusão das nacionalidades, o génio das raças, os factos psicológicos da concepção, as crenças religiosas; o simbolismo judaico; a poesia do povo era um grito que denunciava uma alma.»

h) *Quarenta anos de vida literária, 1860-1890*—com um prólogo autobiográfico e mental dum pensador isolado. Reune depois algumas Cartas dos principais escritores nacionais e estrangeiros.

i) *Poesia do Direito.*—Impresso no Porto, casa Viuva Moré, 1865.

Um dos capitulos deste trabalho, que denominou—origens poéticas do Direito português, foi pelo autor incorporado, com novos factos na História do Direito português.

Desta obra extrairam Dr. Oliveira Vale e Dr. Caetano d'Andrade, as suas teses para os seus actos de conclusões magnas.

Trabalhos que o autor agrupou sobre a designação de questões de literatura e Direito:

1) *Gaia, de João Vaz.*—Opusculo com 120 oitavas em verso endecasilabo, impresso em 1601, e que Teófilo Braga reimprimiu em 1868, acompanhando-o de um estudo sobre a transformação do romance popular em romance erudito, nos fins do seculo XVI.

O poeta João Vaz nasceu em Evora, estudou humanidades e filosofia na Universidade daquela cidade, indo residir depois para Botão, proximo de Coimbra. Tem entre outras produções este romance «Gaia», a que deu o seguinte titulo:

«Breve recopilação e tratado novamente tirado das

antiguidades de Espanha, que trata como El-Rei Almansor, morreu em Portugal, junto á cidade do Porto, onde agora chamam Gaia, ás mãos de El-Rei Ramiro e sua gente, donde tambem cobrou e matou sua mulher, chamada Gaia, que estava com este mouro, da qual ficou este logar chamado do seu nome». (1)

2) *Caracteristicas dos actos comerciais.*—Impresso na Tipografia Lusitana, Porto em 1868. Dissertação para o concurso das cadeiras de comercio e economia politica, da Academia politecnica do Porto, sendo rejeitado o autor neste concurso, no entanto era este trabalho citado na aula de Direito Comercial na Universidade de Coimbra.

3) *Theses ex Universo jure selectae, etc.*—Teses escolhidas de Direito, as quais sob a presidencia do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Dr. Adrião Pereira Forjás de Sampaio, se propõe sustentar no seu acto de conclusões magnas. Coimbra 1868.

4) *Teocracias literárias.*—Folheto impresso em Lisboa, Tipografia Universal em 1865, e pertencente á celebre questão Coimbrã a que nos referimos já, ao tratar dos contos fantasticos. E' um relance sobre o estado actual da literatura portuguêsa.

5) História da Poesia moderna em Potuugal,—carta de J. M. Nogueira Lima, sobre a Grinalda; folheto impsesso no Porto em 1869.

A Grinalda.—E' um periódico de que foi proprie-

1) Descriminação pópular.

tário e redactor aquêle Nogueira Lima, de poésias inéditas, formando assim um cancioneiro da poesia lírica moderna portuguêsa.

Nela colaborou quasi toda a mocidade de Portugal e desde as mais altas sumidades, como Alexandre Herculano e Soares de Passos, como o modesto poeta que se acobertou com o anonimato, formando assim um verdadeiro cancioneiro e onde se esboçava a história da poesia lírica do nosso País.

6) *História do Direito Português.*—Impresso na Universidade de Coimbra em 1868; os forais, dissertação inaugural, para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra em 1867 e em virtude da qual tomou o grau de Doutor naquela Faculdade no ano seguinte.

No capitulo III deste trabalho, foi desenvolvido o estudo que havia feito:—*origens poéticas* do Direito português, na sua obra:—*Poesia do Direito.*

7) *Espirito do Direito Civil*—moderno, direito subsidiário, propriedade, contractos; dissertação para o Concurso do logar de lente substituto de Direito na Universidade de Coimbra, 1870.

No concurso ficou preterido.

Obras filosóficas:

Traços gerais da filosofia positiva.—Impresso na Nova Livraria Internacional, Editora, Lisboa, 1877.

«E' o resultado duma revisão, diz Ramalho Ortigão nos—*Homens de hoje*—da doutrina de Conte, feita em face das novas contribuições trazidas á filosofia pelos modernos descobrimentos cientificos, contém capitulos da mais alta importancia, revelando uma grande sagaci-

dade crítica, e um notavel poder de sistematização e de metodo».

Divide-se este trabalho em cinco capitulos, com uma introdução em que historía a anarquia religiosa, moral, politica e industrial das sociedades modernas, mostrando como deste caos tirou Augusto Conte as das concepções fundamentais da nova filosofia — A lei dos tres estados e a Classificação dos conhecimentos humanos.

Cap. I. — Trata da lei dos tres estados, começando por determinar o que é filosofia e como da sua origem, objecto e fim, se deduz a critica de varias fases filosóficas porque tem passado a inteligencia humana.

Cap. II. — Comprovação psicológica da lei dos tres estados, dizendo que poderia chamar-se aos tres estados, periodo das sensações, periodo dos sentimentos e periodo das noções racionais.

Cap. III. — Classificação dos conhecimentos humanos, que divide em 3 partes, falam todas cosmogonias dos povos antigos e da evolução das ciencias fundamentais, da sua passagem do estado teológico-metafisico para o positivo.

Na segunda parte, trata da generalidade decrescente dos fenómenos que dizem respeito ás varias ciencias fundamentais.

Na terceira parte, fala da Meteologia positiva demonstrando como dos métodos dos cientificos se forma o método filosófico.

Cap. IV. — Comprovação monistica da classificação dos conhecimentos humanos, em que expõe os progressos experimentais das ciencias naturais e biológicas depois da concepção de Conte.

Cap. V.—Reorganização da sociologia; considera esta ciencia como uma continuação da psicologia.

O conflito vital que levou Darwin ao transformismo, deve ser a base da sociologia, sob a forma de população limitada pela subsistencia, pois o conflito vital «é a causa principal da adaptação dos organismos, do prevalecimento inclusivo de dadas funções e aperfeiçoamento por uma transformação progressiva», e assim «o conflito permanente da população é a causa da divisão do trabalho, da especialização das aptidões, da maior soma de manifestações individuais que actuam racionalmente sobre a marcha empirica das sociedades».

Sistema de sociologia.—Impresso na Tipografia Castro e Irmão, Lisboa, 1884.

O destino desta ciencia, diz Teófilo Braga, é «alargar a área dessas previsões (fundadas na imutabilidade das leis) comprova-las e acelera-las pela intervenção politica ou governativa e pela disciplina pedagogica. Divide esta obra em 6 capitulos.

Cap. I.—Os principios dedutivos da sociologia, demonstrando aqui a dependencia da sociologia de todas as ciencias anteriores.

Cap. II.—Dados indutivos da sociologia, em que desenvolve as relações do meio cósmico, biológico e psicológico com os fenómenos sociais.

Cap. III.—*Teoria do concurso sucessivo.*—E' o estabelecimento da continuidade histórica, isto é, o encadeamento de factos:

Cap. IV.—*Teoria do concurso simultaneo.*—Os fa-

ctos sociais são coordenados pela determinação das tres seguintes sinteses:

a) sintese activa, que acaba por concluir que o homem produz mais do que consome.

b) sintese afectiva — o homem multiplica a sua força e a sua inteligencia pela associação.

c) sintese especulativa — todos os progressos humanos provieram das ideias ao passo que as sociedades dirigidas exclusivamente pela religião ou pela moral ficaram estacionarias».

Cap. V. — *Do advento da humanidade ao seu estado normal*. Tendentes á prova das bases fundamentais do positivismo.

Cap. VI. — *Das provisões sociológicas*. Trata da distinção estabelecida pela nova doutrina entre factos negativos devidos á dissolução da teocracia e os factos positivos que nos aproximam da constituição da sociocracia, forma definitiva para que tende a humanidade».

História universal. — Obra impressa na Nova Livraria Internacional Editora, em Lisboa, 1879.

Parte I. — Noção positiva da história, civilizações fundadas sobre o empirismo das artes industriais: Egipto, Caldêa, Babilonia e Assiria.

História — «é a observação, no campo dos fenómenos, da sociedade humana».

Nesta primeira parte estuda quatro sociedades humanas, em tres capitulos;

1.º) consagrado ao Egipto, porque os monumentos mais antigos que se conhecem, pertencem á civilização do povo Egipcio; e «ela serve como termo de orientação cronológica para as mais remotas nacionalidades do O-

riente e foi ao mesmo tempo um foco de actividade e de estimulo, donde irradiou o progresso humano».

Estudou este capitulo em tres fases:

a) fase de Constituição—o Egipto desde as tribus anti-históricas até á unidade teocrática.

b) fase de desenvolvimento—o Egipto sob a unidade politica das dinastias aristocráticas memfita e tebana.

c) fase de decadencia—o Egipto sob sua imperfeita federação das cidades do Delta e sua decadencia por falta de uma democracia.

2.°) consagrado á civilização Caldaica e Babilónica—que estuda em quatro parágrafos:

a) constituição etnica da Caldêa, até á queda do seu império.

b) A civilização da Babilónia e origem do segundo império sob a suzerania da Assiria.

c) Dopois da queda da Assiria, Babilónia torna-se potencia militar e conquistadora, até que é submetida por outra nação militar, a Persia.

d) Descreve os mitos religiosos e a epopea Babilónica.

3.°) Consagrado á história da Assiria, povo militar e devastador, que só tem o direito de ocupar nos anais da humanidade um lugar pelo reflexo da civilização que recebeu da Babilónia, que estuda em tres parágrafos:

a) das condições étnicas e da formação da nacionalidade Assirica.

b) das dinastias históricas, desde o ano de 1500 a 606 antes de Cristo.

c) das relações da Assiria com o progresso humano.

Parte II.—Trata das civilizações cosmopolitas propagadoras das civilizações isoladas, hegemonia das raças Semiticas: Finicios, Hebreus e Arabes.

A' raça semita coube primeiramente a hegemonia da

humanidade, porque a sua aptidão contemplativa coincidia com o periodo sentimental e espontâneo das concepções miticas, chegando por um sincretismo vago a aproximar-se os mitos kuschitas, egipcios e acadicos, deduzindo um principio dogmático de unidade racional, a noção do monoteismo.

«A raça semita, apesar da sua antiguidade, não poderia ser olhada como pura» e é essencialmente assimiladora, mau grado a falta de originalidade, se tornou fecunda pela missão propagadora».

Estudando agora cada uma das tres principais civilizações semitas, ocupa-se em primeiro lugar dos Finicios, descrevendo-os em tres épocas fundamentais.

a) Os Phun, do golfo Persico e as origens kuschitas da civilização semita.

b) Os Phœenix ou Cananeos, maritimos da Siria, que compreende os periodos giblita, sidoniano e tiriense.

c) Os Poeni, de Africa e a formação da nacionalidade de Cartago.

Em seguida estuda o povo Hebreu em tres épocas, correspondentes ás tres designações que este povo sucessivamente tomou:

1) Hebreus — que topograficamente significa — o da margem de lá — que veiu da passagem do Eufrates.

E' a época das emigrações das tribus terakitas de Arphachsa até se desmembrarem em Keriath-Arba e entrarem no Egito.

2) Israelitas — que deriva do culto dos Elohins, e compreende a época do estabelecimento dos Israelitas em Canaan, até á fundação do Imperio.

3) Judeus — que deriva do territorio onde se estabeleceu a tribu de Judá e que foi a primeira séde da uni-

dade nacional. Compreende este periodo a situação dos dois reinos de Israel e de Judá até á extinção da nacionalidade.

Finalmente trata da ultima civilização semita «Os Arabes», dividindo a sua história em tres parágrafos:

1) O Arabe ocidental ou do Yemen—que teve muito cedo uma civilização rudimetar, devido ás comunicações comerciais com o Egipto, Etiopia, Persia e India, e á exploração agricola, principalmente do café.

2) O Arabe central ou do Hedjàz—que muito tempo se demorou num estado de beduinismo ou da vida errante.

3) Os Arabes de Petrea e do Nedjed.

A Arabia Petrea, constituiu um dos primeiros fócos da civilização Arabe. Pelo decorrer dos seculos e em virtude dos sucessivos desmembramentos do império Arabe, a raça regressou ao budismo primitivo, no planalto central ou Nedjed.

História da Universidade de Coimbra.—Impresso na Tipografia da Academia Real das Ciencias.

Compreende este trabalho tres grossos volumes a saber:

1) História da Instrução—desde 1289 a 1555 em que trata da fundação das Universidades, do ensino nas Colegiadas, livrarias, manuscritos do sec. XV e descoberta da Imprensa; os Estatutos Manuelinos e fundição de novos colégios junto da Universidade.

2) Desde o ano 1555 a 1700—em que descreve a Universidade sob a influencia da Renascença e da rea-

ção contra o protestantismo.—Estudo sobre as disciplinas de cada faculdade.

3) Desde 1700 a 1800.—Em que estuda o espirito critico do Encyclopedismo e o movimento negativo temporal da revolução.—Expulsão dos Jesuitas e reação contra as reformas Pombalinas.

Origens poéticas do Cristianismo.—Ciencia das religiões. Porto, Livraria Universal de Magalhães e Muniz, Editores, 1880.

Acha-se este trabalho dividido em quatro capitulos.

1) Persistencia dos cultos fetichistas no Cristianismo, concluindo que «o cristianismo saiu do confuso sincretismo de todas as religiões e filosofias da antiguidade, devido á aproximação forçada das civilizações egipcia, judaica, indiana, helénica, etc.

2) Vestigios politeistas do mito orgiastico cristão.—Estudando neste capitulo as aproximações e paralelos entre o Cristianismo e as religiões que o precederam, conclue dizendo que em Jesus «existem sincretizados bastantes elementos miticos dos cultos solares sino-fenicios, frigio-helenicos, e medo-persas».

3) Assimilação do politeismo árico e indo-europeu às formas cultuais do cristianismo.—Em que apresenta e descreve os elementos áricos de que diz se serviu a religião cristã para se espalhar no ocidente.

4) Costumes populares do culto solar, que explicam os ritos cristãos.—Em que o autor descreve as tradições em que se acham vestigios do culto do sol no nosso país que servem para explicar a transformação dos velhos mitos no rito Cristão—como a luta do Sol contra

as Trevas — a do Verão contra o Inverno, etc. que teem relação com os costumes da serração da velha, da caçada furiosa, das festas de maio, etc.

As lendas cristãs — um volume publicado no Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron em 1892.

As lendas cristãs, diz-nos o autor, são por assim dizer uma história do Cristianismo popular, em antagonismo com o Catolicismo ou a religião dos sacerdotes.

As comunidades cristãs e a actividade da Evangelização espontania, que a Igreja rejeitou, são a fonte de todas as lendas, muitas das quais são poemas populares dos primeiros neófitos do cristianismo, que a fé e a imaginação embelezaram constantemente.

Trata em seguida de lendas da Santa-familia, entre as quais a do bordão de S. José florido, indicando ser o escolhido pela Providencia, para companheiro da Virgem Maria. Lendas da Virgem Mãe — entre elas esplana a lenda da Natividade: lendas da Paixão, lendas do Primado da Igreja e termina com as lendas da Controversia teológica — entre as quais a do Dr. Fausto, o pai de Clemente, que foi ludibriado por Simão Mago que o transformou por fim na sua propria figura e o abandonou em seguida.

Fausto vendo-se com a fisionomia e aspecto de Simão Mago e perseguido por todos aquêles a quem este falso profeta enganou, vai ter com Sam Pedro e implora-lhe o seu socorro.

Soluções positivas da politica portuguêsa — trabalhos divididos em tres partes:

1) Da aspiração revolucionária e sua disciplina e opinião democrática. Impresso na Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879.

Teófilo Braga demonstra que o povo está preparado

para receber a republica porque foi ele quem criou as comunas, elevando as classes servas a proletariado e uma parte deste a burguesia e fundou os parlamentos onde se fez representar.

2) Do sistema constitucional, como uma transigencia provisória entre o absolutismo e a revolução. — Impresso na Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879.

E' um livro revolucionario, descreve a corrupção constitucional e ataca valentemente as instituições monarquicas.

3) Do advento evolutivo das ideias democráticas. — Impresso na Nova Livraria Internacional, 1879, Lisboa.

Em que Teófilo estuda os factos sob o critério positivo do advento em Portugal das ideias democráticas.

Dissolução do sistema monarquico-representativo. — Lisboa, Nova Livraria Internacional 1881.

E' a compilação dos artigos publicados na «Vanguarda» «Rebate» e em «O Seculo», em que analiza o quadro da decomposição do constitucionalismo nos diversos aspectos intelectual, moral e económico. São artigos politicos e de defesa da republica.

Não falamos de todas as obras de Teófilo Braga, bem o sabemos, e falámos de muitas, mas outros trabalhos do autor andam dispersos em jornais e revistas, lidos em conferencias e preleccionados nas aulas, que dificilmente poderiamos dar de tudo conhecimento.

Mas relacionamos o que conhecemos, agrupados assim pelos seus assuntos e vamos finalizar estas notas indicando, soba denominação genérica de varios estudos outras composições literárias que o grande escritor nos deixou:

Estudos varios:

a) *Os centenarios, como sintese afectivo nas sociedade modernas.* — Impresso no Porto, Tipografia Teixeira, 1884.

E' a reunião de varios estndos publicados em jornais e revistas sobre Camões, Diderot, Marquês de Pombal e outros.

b) *Gramática portuguêsa elementar.*

Fundada sob o método histórico comparativo.

Impresso no Porto, Livraria portuguêsa e Estrangeira, 1876.

c) *Bases fundamentais da Pedagogia moderna.*

Conferencia recitada na Camara Municipal de Lisboa.

d) *Disciplina mental pela ciencia.* — Recitada em conferencia no Club Henriques Nogueira.

e) *Da anarquia dos espiritos.* — Conferencia realizada no Ateneu em 1875.

f) *Os Jesuitas.* — Conferencias no Club Henriques Nogueira.

g) *Outomnais.* — Versos por Alexandre da Conceição com uma introdução sobre o poeta.

Porto, Imprensa portuguêsa 1892.

h) *Raios e extinta luz.* — Poesias inéditas de Antero de Quental, com um Escorso biográfico.

Lisboa, Tipografia da Academica, 1892.

i) *Voltaire.* — Conferencia na celebração do seu pri-

meiro centenário, recitada no Grémio operário de Lisboa 30 de maio de 1878.

j) *O centenário da descoberta da America.*—Estudo para servir de introdução á Memória apresentada pela Comissão do centenário de Colombo.

k) *Michelet.*—Conferencia histórico-literária, celebrada para concorrer com uma subscrição portuguêsa para o tumulo de Michelet.

l) *Contos fantásticos.*—Impresso na Tipografia Universal, Lisboa, 1865, com uma carta do Editor sobre a origem e forma literária dos contos.

Entre outros citaremos:—Azas brancas, O veo, A Rosa de Saron e outros, que foram repreduzidos em revistas e folhetins de jornais.

m) *Obras de Balzac.*—Tradução: A Duqueza de Langeais, A missa do ateu, Uma paixão no deserto: com uma introdução ácerca das obras de Balzac e um estudo sobre o plano da comédia humana.

Impresso no Porto em 1869.

n) *Obras primas de Chateaubriand.*—Tradução: Atalá, Renato, Aventuras do derradeiro Abencerrage, com um estudo do traductor ácerca do caracter literário de Chateaubriand.

Impresso em Coimbra, 1867.

o) *Plutarco português.*—Introdução geral. Teoria dos grandes homens:

Trás as biografias de Camões, Padre Antonio Vieira, Marquês do Pombal, Bocage, Gomes Freire d'Andrade, Almeida Garrett.

ANTONIO BORGES DO CANTO MONIZ—nasceu na cidade d'Angra da Ilha Terceira, no dia 27 de fevereiro de 1846.

Foi durante alguns anos professor de instrução primaria, sendo depois nomeado funcionário da fiscalização dos impostos no distrito d'Angra, vindo a alcançar o logar de Inspector de primeira classe, que desempenhou com inteligencia e honestidade.

Nas horas vagas entretinha-se no estudo de assuntos históricos, deixando algumas produções interessantes e colaborou em varios jornais com artigos politicos e outras composições puramente literárias, em prosa e verso.

Ilha Graciosa, descrição histórica e topográfica.— Imprensa da Junta-geral d'Angra, 1883.

Historia a Ilha Graciosa, dos Açores, desde a sua descoberta, descrevendo em capitulos, separadamente, os assuntos mais palpitantes, como o dos primeiros povoadores da Ilha, seus capitães donatários, população, Instrução publica, alfandega, etc.

Termina o seu estudo, num volume de 297 paginas, com um mapa da Ilha, litografado, e a transcrição de varios documentos referentes á sua história que dá ao livro um valor maior.

Biografia de D. Catarina de Sena,—Abadessa do convento de S. Gonçalo.

Impresso em Lisboa, Tipografia Editora de Matos Moreira e C.ª 1874.

E' um folheto de 16 paginas em que o autor conta a vida mistica de D. Catarina, filha do Morgado João Betencourt de Vasconcelos, que desde pequena revelara tendencias para a vida contemplativa.

Aos quinze anos entrou para o convento de S. Gonçalo, da cidade d'Angra, onde veiu a ser Abadessa, morrendo com sinais de predestinada.

Uma Cruz histórica na Ilha Graciosa. —Publicado no volume 2.º do Arquivo dos Açores.

E' um artigo interessante sobre o monumento colocado em frente do porto da Barra, da Vila de Santa Cruz, da Ilha Graciosa, encimado por uma Cruz posta sobre uma esfera, que remonta talvez ao ano de 1520.

O autor inicia assim o seu artigo:

«Existe na Vila de Santa Cruz, da Ilha Graciosa, um respeitavel monumento, que afrontando impávido o gel dos seculos e a acção destruidora do tempo, ainda hoj° atrai a admiração do caminhante, despertando profundo respeito e veneração.

. . . . . .

Como dissemos, este elegante e austero monumento, parece, á primeira vista, feito de pedra, porém julgamos ser outra a sua natureza, parecendo-nos mesmo uma massa, talvez composta de talco, com alguns productos minerais, porquanto, segundo ouvimos, corta-se como zinco e em dias de sol temos visto reluzir nele milhares de particulas metálicas, com brilhantes escamas douradas». (1)

ALFREDO DA SILVA SAMPAIO—nasceu em Angra do Heroismo da Ilha Terceira, no dia 19 de setembro de 1862. Bacharel-formado em medicina pela Universidade de Coimbra, guarda-mór de saude, facultativo municipal e director do posto meteorológico.

Memoria sobre a Ilha Terceira. —Imprensa Municipal, Angra do Heroismo, 1904.

Dedica este trabalho á saudosa memoria de seu pai,

1) Memória da visita Regia, de Alfredo Luiz dos Campos, paginas 388.
Biblioteca Açoreana, paginas 15.

o Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, de quem falaremos como pedagogo, porque a ele pertence o plano da obra, que a morte impossibilitou de levar a efeito.

O trabalho é bastante extenso, abrange 876 paginas de formato em quarto, com uma soma grande de informações e dividido em quatro partes, estudando:

1.ª) Geologia da Ilha Terceira, sua posição geográfica e comparação com as demais Ilhas, origem e vulcanismo dos Açores.

2.ª) Flora da Ilha Terceira; trabalho do Dr. José Augusto Nogueira Sampaio de que daremos noticia ao tratar do seu autor.

3.ª) Fauna da Ilha Terceira, que é afinal a fauna Açoreana, pobre de especies aborigenes.

4.ª) Topografia da Ilha — tratando de orografia, costas, roteiro da cidade, Vila da Praia, freguesias de toda a Ilha.

5.ª) História politica da Ilha — descrevendo:

a) desde os primeiros povoadores á invasão Castelhana.

b) o dominio de Castela.

c) restauração de Portugal até á implantação do regimen constitucional.

d) desde a constituição a seus dias.

Processo da moda. — Revista, sobre os usos e costumes da Ilha, que fez representar no teatro d'Angra por creanças de ambos os sexos e que tão elogiada foi então, com musica, a maior parte composta pelo maestro Lopes, regente da Banda Regimental da Angra.

POETAS

Poetas sempre os houve. que a poesia nasceu com o amor e o amor com o homem.

E' em verso, que muitas vezes se declaram os namorados, porque é a linguagem que mais proxima está da sensibilidade das suas almas:

D'aqui onde estou bem vejo
olhos que me estão matando,
matai-me devagarinho. . .
que eu quero morrer penando.

E' um poema em quatro versos, disse um sabio Mestre; e nós adivinhamos naquela quadra o amor do namorado.

E' em verso que se cantam as guerras e as façanhas; e as mães, as queridas mães que criam os seus filhinhos, é em verso que lhes falam:

Quem tem filhinho pequeno
sempre lhe ha-de cantar

quantas vezes a mãe canta
com vontade de chorar.

Em poesia se fixavam as leis, em poesia se fala a Deus, se canta aos santos, em poesia choramos as nossas dores:

A saudade é um luto,
uma dor uma aflição,
é um cortinado rôxo
que trago no coração.

A canção é a linguagem do povo, disse o mesmo sabio Mestre, o povo está sempre a fabricar canções, ha cantores por toda a parte.

E as canções são como as avesinhas, voam de terra em terra, andam de boca em boca, por toda a parte, adaptando-se ao meio onde cairam, vivendo a vida do povo que as canta, modificando-se ao seu sabor, vasando nelas o seu sentir.

Nos Açores cantou-se sempre, desde a sua colonização, que os Açores são Portugal, mas essas canções antigas perderam-se, quem sabe delas, andavam na boca do povo, por toda a parte.

Temos o romance do terremoto de Vila-franca de 1522.

«Em Vila-franca do Campo
que de nobre precedia
na Ilha de Sam Miguel
a quantas Vilas havia,
era de mil e quinhentos
e vinte e dois que corria,
vinte e dois dias de outubro
quatro de lua seria.»

Mas quem fez? quem fez tão lindas quadras, romance tão bem rimado?

Recolheu-o o Dr. Gaspar Fructuoso nas suas Saudades do Ceu, seria ele o inspirado poeta?

E de quem são tantas outras canções espalhadas por todo o Arquipélago, cantando amores, batalhas, assuntos religiosos e desgraças?

Um nome que se ignora, mas português na verdade e algum seguramente nascido nestes rochedos dos Açores.

Só com o aparecimento da imprensa, e essa veiu bastante tarde, é que começou a fixarem-se muitas das poesías Açoricas, sabendo-se então o nome dos autores. Antes, ficou tudo no esquecimento, mas nomes luminosos certamente, que não foram vulgaridades que compuseram tão lindas canções.

Sei um saco de cantigas
e mais uma taleigada:
mas se as hoje canto todas
amanhã não canto nada.

D. FRADIQUE DA CAMARA E TOLEDO.— Nasceu na Ilha de S. Miguel nos principios do seculo XVII, filho de D. Manuel da Camara, 2.º Conde de Vila-franca e de sua mulher D. Leonor de Vilhena.

Entre as artes que cultivou, logrou primasia o versejar, sendo os seus versos ouvidos com geral aplauso na Academia dos Generosos, a mais notavel de todas, fundada por D. Antonio Alvares da Cunha em 1647; e ou fossem sérios ou jocosos os seus versos, descobriam-se em todos eles uma elegancia, aguda descrição e natural afluencia.

E' o que nos dizem os históriadores.

D. Francisco Manuel de Melo, um dos académicos, companheiro de D. Fradique, refere-se ao poeta nestes termos:

«Do Camara das Musas não confias
naquêle cuja fama multiplique
a fama sem contar dia a seus dias
Um grande capitão, um D. Fradique,

que as costas do Parnaso defendeu,
já de agora estou vendo,
que na guerra das musas preparada
ha-de ser general da sua armada».

Os seus trabalhos literários são:

a) *Tradução em oitava rima portuguêsa*, dos seis primeiros livros da Eneida de Virgilio, que deixou em manuscrito.

b) *Romance Castelhano á memoria de D. Maria d'Ataide.*—Impresso em Lisboa em 1650.

c) *Babilonia d'Amor.*—Comedia, impressa em Madrid com outras mais de sua autoria.

D. FR. ALEXANDRE DA SAGRADA FAMILIA.—O seu nome civil é Alexandre José da Silva; nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, onde seus pais haviam fixado residencia, no dia 22 de maio de 1736, filho de José Ferreira da Silva, natural da paroquial de Santa Catarina da cidade de Lisboa e D. Antonia Margarida Garrett, de Sam Martinho da Côrte de Madrid.

Os seus primeiros estudos fe-los sob a direcção de Fr. Ivo da Cruz, franciscano capucho, do convento de Santo Antonio da cidade da Horta, que anos depois declinava o mandato por não ter mais que ensinar ao seu discipulo.

De reconhecido talento e vocação para a vida eclesiástica, levou o pai, afim de satisfazer ás suas grandes instancias, para continuar os estudos, a seguir com toda a familia para o Continente, para mais de perto acompanhar a educação daquêle seu filho; por circunstancias da vida fixou-se no Porto, matriculando o filho na Uni-

versidade de Coimbra, onde se veiu a formar na faculdade de filosofia.

Em 1761 e depois da sua formatura, entrou para o Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Brancanes, em Setubal, vindo a professar no ano seguinte.

Homem de singular virtude e vastissima erudição, foi a pouco e pouco elevando-se em cargos na sua ordem, atestando cada vez mais os seus méritos e aptidões. Humanista e poeta arcádico, sectário do pseudo-classicismo francês, foi eleito socio da Academia Real das Ciencias de Lisboa, pelos seus trabalhos literários.

Em 1781, foi eleito pelo seu reconhecido saber, prudencia e austeridade, Bispo de Malaca, para onde não chegou a ir por ser colocado em identico logar em Sam Paulo de Loanda, onde esteve tres anos.

«O seu zelo e piedade, concorreram para que o Rei do Congo se reduzisse ao Cristianismo, que abandonara, pedisse aliança e oferecesse vassalagem a Portugal». Questões porém com o Capitão-general de Angola o fez sair da diocese, recolhendo-se ao seu convento de Brancanes.

«Estava no seu Mosteiro, quando Junot, Governador de Portugal, lhe enviou um oficio, por dois ajudantes de ordens, mandando que viesse a Lisboa, para ir a França pedir Rei a Napoleão; porém ele não abriu o oficio, e respondeu aos emissarios, que o levassem a seu amo porque só reconhecia o Principe Regente D. João; que mais dois ou tres anos eram o que podia viver; e desses faria gostoso o sacrificio ao seu Principe e á sua Patria.

Saudoso dos Açores, onde nunca mais voltara e entristecido pela politica do Reino, aproveitou a estada na Ilha Terceira de seu irmão Antonio Bernardo da Silva, pai do imortal Almeida Garrett, que com sua familia re-

sidia em Angra, para vir de visita á sua terra natal, estando nesta cidade com sua familia algum tempo.

A pedido d'aque seu irmão e pelo muito prestigio que gosava na Casa-reinante portuguêsa, embarcou para o Rio de Janeiro, onde então estava D. João VI, a pedir-lhe a graça do logar de selador da Alfandega do Porto ser transferido de seu irmão Antonio Bernardo para o filho primogénito Alexandre.

Sua Alteza atendeu-o nesta sua pretenção de familia e por haver então vagado a diocese de Angra, com a morte do Bispo D. José Pegado, na cidade de Ponta-delgada, no ano de 1812, elegeu-o tambem, Bispo dos Açores, sendo confirmado e tomando posse sómente em 1816.

Nesta vacancia, levantou-se um conflito entre o Cabido d'Angra e o Nuncio Apostólico de Lisboa, por este haver nomeado o Deão d'aquêle Cabido, Vigario Capitular, por o não ter feito, como lhe competia, o referido Cabido.

Reconheciam os Conegos a capacidade e saber do Deão, mas não quiseram acatar semelhante nomeação, por não ter o Nuncio jurisdição para isso.

Como se achasse em Angra, D. Fr. Alexandre, já ao tempo Bispo eleito desta Diocese, a ele recorreu o Cabido que em carta de 24 de julho do 1813, lhe respondeu, entre outras muitas frases, com as que em seguida transcrevemos:

Ill.^{mo} Sr. Cabido

«Honra-me Vossa Senhoria muito em me querer fazer àrbitro na materia da discussão, que de presente agita essa respeitavel Mesa, mas eu que me conheço melhor a mim mesmo, não ouso aceitar o encargo: nessa corporação ha letras, ha prudencia, ha zelos dos direitos dessa Igreja; e não carecem Vossas Senhorias de mim

para decidir e resolver a materia: contudo para que não pareça em mim estudada a minha escusa, peço vénia para propor minhas duvidas contra o ilegal procedimente do Ex.^{mo} Nuncio Apostolico.

Esta Igreja, *jure* pleno, pertence á Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, cujo Grão Mestre tem nela legitima jurisdição ordinaria—*per alium exercenda*—como falam os jesuitas. Todos os beneficios, todos os oficios, todos os cargos dela, do Grão Mestre dimanam e não podem, sem expressa vontade e mandamento dele ser abolidos, alterados, substituidos por alguma autoridade estranha. E depois que os Sumos Pontifices confirmando este direito á Ordem, os encorporaram todos com ela na Corôa destes Reinos, nem os mesmos Sumos Pontifices, podem sem ofensa da autoridade e direitos da mesma Coroa, ordenar e dispor contrariamente dos oficios, beneficios, e cargos desta Igreja. Como poderá o seu Nuncio por um despótico acto, o que o mesmo Sumo Pontifice não poderia?»

Em 1816, um novo conflito se levanta na séde da Diocese Açoreana, agora entre o Cabido e o Bispo D. Fr. Alexandre, já então então Bispo Confirmado de Angra.

Haviam chegado as Bulas de confirmação e em acto continuo o Cabido procura o seu Bispo para que tome posse do seu elevado cargo, D. Fr. Alexandre recusa-se terminantemente, porquanto as Bulas não tinham sido enviadas pela repartição competente, não vinham munidas do Real Exequatur, nem acompanhadas de aviso algum da secretaria de Estado. Nestas condições achava mais prudente não tomar posse, que atentar contra os direitos da Soberania.

Pouco tempo depois, porém e a instancias de muitos,

dirige-se por carta ao Cabido dizendo-lhe que se achava disposto á referida posse.

Eis algumas fases da sua carta de 20 de agosto de 1816.

«Homens sabios e prudentes, homens zelosos e compassivos, homens desapaixonados, e só empenhados pelo bem geral da diocese, todos tem solicitado o nosso coração, procurando mover-nos á resolução de efectuar a posse que recusavamos, e se nos não engana o clamor geral, cremos que é Deus o que por todos esses meios nos fala, chama, move e obriga a que assim o façamos.»

Portanto aqui nos vamos entregar a V. S. para que disponha da nossa vontade como cousa toda sua.»

O Cabido, sob a presidencia do Arcediago Felix José Ferreira, e não do Deão por ser nesta causa o procurador do Bispo, reuniu sobre o assunto e ponderando agora na falta do Real Exequatur denegam-lhe a posse pedida.

Assim se exprime em sua cata de 23 de agosto de 1816, o reverendo Cabido:

«Confessamos a V. Ex.ª a nossa sensibilidade em negocio tão arduo e em que procedemos contra os nossos desejos, em devida observancia á lei a que todos nos devemos submeter.

«Todo este cabido se prosta perante V. Ex.ª pedindo-lhe o perdão de não poder condescender com a sua nova vontade, por ser obrigado a obedecer á lei e ao direito geral e roga a V. Ex.ª a benção pastoral, certificando-se da facil obediencia e subordinação, logo que legitimamente tiver a felicidade de ser V. Ex.ª colocado na cadeira episcopal.»

Em breve porém chegou o Real Exequatur e D. Fr. Alexandre tomou então posse da sua Diocese, entre porém o Cabido e o Bispo ficou aberta uma separação; esta situação difícil é-nos revelada logo em seguida á posse pela Carta pastoral, dirigida ao Cabido, alguns periodos da qual vamos transcrever:

Carta pastoral do Bispo D. Fr. Alexandre da Sacra Familia, opondo-se á nomeação de dois adjuntos, que lhe pretendia o Cabido nomear, ou já tinha nomeado.

Ilustrissimo Senhor Cabido

Os senhores Bispos desta Diocese de Angra, estando em posse imemorial e nunca interrompida desde a fundação dela, de julgarem os crimes a seus capitulares, como os de todo o outro clero e fieis de seu bispado, conforme a geral disciplina da Igreja, só por si, ou por seus ministros, sem dependencia de algum adjunto: formando-lhes seus processos, conforme o direito canónico e leis do Reino, do qual Vossa Senhoria mesmo e todos os seus predecessores são testemunhas; durante esta vacancia aconteceu o protexto de se lavrar nesta Mesa, com manifesto e intoleravel erro de direito, com manifesta violencia por pluralidade de votos, contra o de muitos, um acordão ilegal e nulo, pelo qual resolveu V. S. que se elegessem deste corpo dois adjuntos, para assirtirem aos seus prelados quando estes procedam contra dignidades ou Conegos deste Cabido: á guisa do que foi ordenado em Trento ses. 25 cap. 6 de Reformat: no que cometeu V. S. força e esbulho contra os mesmos prelados: não só por introduzir indevidamente uma tal novidade, onde nunca a houve, nem a pode haver; mas por introduzir *sede vacante*, tempo em que nenhuma se pode introduzir, sendo direito expresso tão repetido em

tantos logares dos Pandectas e tão vulgarmente sabido = *Nihil innovetur*. Foi este um erro crassissimo de direito.

De curta duração foi porém o governo deste Bispo, que faleceu a 22 de abril de 1818, com 81 anos de idade, sendo sepultado no Convento dos Capuchos franciscanos de Santo Antonio d'Angra.

Foi este Bispo o mestre de seu sobrinho, Almeida Garrett, adestrando o jovem poeta na vernaculidade e pureza da linguagem, esperando fazer dele um sacerdote, e até se a vida o permitisse o seu coadjuctor. Mas o esperançoso moço não se sentia atraído para a vida eclesiástica, o seu coração andava já num derriço amoroso com uma criança inglêsa — Isabel Hewson, e auxiliado por um seu tio, ao tempo Juiz de Fóra na Ilha do Faial, Dr. João Carlos Leitão, irmão de sua mãe, partiu para Coimbra a matricular-se na Universidade.

Esta atitude do sobrinho magoou-o profundamente a ponto de o deserdar em seu testamento. No entanto e apesar disso Almeida Garrett conservou pelo tio aquela afeição arreigada de criança; não se melindra por o ter esquecido, e na sua Lyrica de João Menino — consagra-lhe a primeira poesia do terceiro livro:

A meu Tio

D. Alexandre da Sagrada Familia.

Lousa da morte! as lagrimas não podem
amolgar-te a dureza:
Nem mais sobeja do que tristes lagrimas;
que o mais tu o roubaste.
A enferrujada chave do sepulcro,
mal deu a fatal volta,
sóme-se, e afunda ao pégo das idades...
nem ha tornar a vê-la.

Como literato:

Diz-se que muitas eram as composições poeticas e escritos asceticos, que desappareceram depois da sua morte. Houve, mesmo, inimigos de Almeida Garrett que diziam que algumas das poesias deste insigne escritor eram do Bispo, seu tio D. Alexandre, o que tem sido fundamentalmente desmentido.

Diz se ter deixado escrito um livro de devoção ás dores de Maria Santissima; no Investigador português na Inglaterra, vem a seguinte pastoral dele dirigida á Vigaria do convento de Sam João Evangelista de Pontadelgada a proposito da prisão de dez freiras por ordem do Deão José Maria de Betencourt, no dia 3 de maio de 1816 por terem excluido da comunidade duas meninas que ilegalmente haviam sido admitidas por ordem do Ouvidor.

«Reverenda Madre Vigaria in Capite:

Desde que sai dessa Ilha até hoje, nem um só dia nos esqueceu rogar a Deus por essa comunidade toda, lembrando-nos de continuo o muito que lhe eramos obrigados; mas nisso mesmo se viu nossa tibieza e frouxidão; pois de tantas orações nenhum fruto se colheu: maldades e escandalos é o que tem visto o mundo nascer e crescer entre essas paredes, com desconsolação e indisivel magoa nossa. Oxalá que prestasse o nosso sangue para remedio de tantos e tais males. Não presta, mas certamente presta o de Jesus e por este pedimos o que tanto desejamos, e não podemos impetrar, para todas, e cada uma dessas religiosas. Teimaremos a pedir; mas é preciso que tambem elas nos ajudem, unindo com o sangue de Cristo suas lagrimas, suas preces, seus fervorosos propositos; é preciso que o zelo activo do prelado ache corações doceis e flexiveis nas subditas, para que unidos os esforços consigamos de Deus a

paz que anda tão desterrada desse Mosteiro, e que só do Ceu nos pode vir; que enquanto buscarmos no mundo não a havemos de achar. Quanto a nós, desde o dia da nossa posse, temos por dez dias, em frequentes conferencias com o Crucifixo, escogitando arbitrios e meios de reconquistar para Deus os corações que aí o tem deixado: sem o que em vão queremos a paz, e parece-nos ouvir da boca do mesmo Senhor que a conseguiremos pela brandura e clemencia, mais do que pela força e autoridade; e para mostrarmos quão dispostos estamos de seguir este caminho e obrar conforme o génio do mesmo Deus (reservando para outra ocasião dirigir nossa voz aos outros Mosteiros, menos necessitados) agora só vamos rogar a V R, que em recebendo estas regras, vá logo pessoalmente com a comunidade ás celas, que presentemente serve de Casa de disciplina, e pondo em liberdade religiosa as dez penitenciadas, com elas e com todas, caminhe ao Coro, e ali com a maior devoção que poderem (oh! se quisesse Deus, que a todas acudissem lagrimas penitentes e enternecidas) entoando as preces da Igreja, no fim dela levante-se V. R. só e chegando á que antes era Abadessa entregue-lhe as chaves e Selos do Convento, e ajoelhando, preste-lhe obediencia, paz e amor verdadeiro. De todas confiamos, que imitarão esse exemplo e que a força dele dobrará os corações queixosos, sendo poderosa a graça para fazer, que esta cena seja seguida de outras de nova edificação.

Pedimos Madre, pedimos nas entranhas de Jesus esta condescendencia, pede o mesmo Jesus. Nele esperamos que não se nos negue no principio do nosso apostolado a consolação e a gloria de vermos renascer nessa Casa a tranquilidade e a verdadeira paz.

Angra 14 de novembro de 1816.

D. V. R. V.ª e S.

Fr. A. B. d'Angra.

JOÃO CABRAL DE MELO. — Nasceu na Ilha de S. Jorge no ano de 1740 e faleceu a 16 de maio de 1824, na cidade de Angra do Heroismo, onde então residia, sendo sepultado na Igreja do Mosteiro de S. Gonçalo.

E' nobre de nascimento, pois descende por seu avô Manuel Cabral de Melo, duma irmã do comendador d'Almourol Fr. Gonçalo Velho Cabral.

Formado em Leis, como então se dizia, pela Universidade de Coimbra, serviu o cargo de Escrivão da Junta da Real Fazenda, logar que desempenhou até á sua reforma. Mas não se achando cansado, abriu logo em seguida banca de advogado na cidade de Angra, para onde veiu então, dando sobejas provas de bom estudo e competencia.

Era tambem literato, versejou bastante, tinha um estilo lacónico que feria, era mordáz, sentencioso, no entanto tem elegancia a sua frase.

Embirrava com o luxo e com as aparencias falsas, era pouco falador, dizem os que o conheceram, de estatura ordinaria e de aspecto algum tanto desagradavel.

A grande maioria dos seus escritos perderam-se, pela incuria dos seus herdeiros, mas a verdade é que essa perda se deve muito especialmente á falta da imprensa nos Açores. No entanto sabe-se que versejou bastante, não só em portugués, mas em latim e francês, linguas em que era bastante versado, e eram-lhe ainda familiares o grego, o alemão e o italiano.

Nos marmores da sua quinta das Bicas, proximo da cidade de Angra e no Oratório particular da casa da sua morada, mandou esculpir alguns dos seus versos; se ao tempo pois houvesse Imprensa nos Açores, ele mandaria imprimir algumas das suas melhores produções, muitas das quais, por isso, não chegaram até nós.

A proposito da frase que o famoso Feld-marechal Van Blucher, dirigiu aos lorenos, quando da luta entre

os exercitos aliados e francêses, no tempo em que estes haviam invadido Portugal — «Olhai para os portuguêses que estão combatendo nas margens do Garona: eles se classificam os primeiros guerreiros da Europa» — compôs o ilustre Açoreano os seguintes sonetos:

Sim *Blucher*: pelas margens do Garona
já o luso esquadrão a marcha bate:
debalde diante dele o Corso late,
os dentes arreganhando, o colo intona:

Ha pouco Omnipotente e de Belona
pretendido rival em o combate
já teme, já se curva, já se abate,
e no antigo seu nada se acantona:

Com as vossas lições, vossos louvores,
já da Memória se nos abre o Templo
corremos a abraçar nossos Maiores:

Mas se as cousas bem peso e bem contemplo,
devemos as acções nossas melhores,
mais que ao vosso louvor, ao vosso exemplo.

* * *

Falais, Blucher: ouvimo-vos e vamos
caminhando convosco á honra e á gloria;
e é crivel que na vossa longa história
alguns poucos capitulos enchamos:

Já nos coroou de gloriosos ramos
nas ribeiras do Ganges a victória;
a Africa nos temeu, e esta memória
faz que a tudo o maior nos atrevamos:

Seguimo-vos, portanto, passo a passo,
seja por baixo vale ou alto sêrro,
matas rompendo aqui, lá peitos d'aço:

Mas querer igualar-vos, fôra um erro;
vamos atraz de vós; o vosso braço
pouco deixa a fazer ao nosso ferro.

Trecho do discurso pronunciado no dia 17 de dezembro de 1805, natal de Sua Magestade a Senhora D. Maria I.

«Um dia, senhores, que nos renova a memória do feliz nascimento da nossa Augusta Soberana, teve de ser para todos os que temos a honra de nos dizermos seus vassalos, um dia de prazer e de jubilo. A antiga Roma o teria marcado de pedra branca nos seus faustos, como um dos mais venturosos do império; nós temo-nos ajuntado, para o solenizarmos, mas por este acto de publico reconhecimento, como aquele, se nos tem derivado as maiores vantagens: vou ser o organ dos vossos corações; se podesse satisfazer aos vossos desejos, satisfaria os meus.

Mas que fracos talentos trago eu para uma emprêsa tão grande! Quem me fez o digno pregoeiro das vossas virtudes, Alta e Incomparavel Princêsa? Enquanto o Ceu quis que podesseis suster a balança da justiça, menear o septro do Governo, ninguem vos excedeu no exercicio da vossa grandeza. Uma Isabel de Inglaterra, uma Catarina da Russia, todas quantas nos aponta a história famosa de ilustres Princêsas, do antigo ou moderno mundo, não são para comparar convosco, seja no amor para com os homens, seja na piedade para com Deus. . . . . Cada individuo na vasta extensão dos vossos dominios,

é um monumento erguido á vossa virtude. O fim da natureza só pode ser o da vossa gloria».

Se bem que fosse avêsso á sociedade, não se afastava muito dela, frequentava os serões da nobreza de Angra e até versejava neles:

Ode recitada no dia dos anos da Esposa do capitão-general Marquês de Sabugosa:

«Vós sois o Idolo, a vossa casa o Templo,
onde a moral se ensina:
prova as vossas lições o vosso exemplo,
vossa vida é a doutrina.

Aqui a luz que raia nos filhinhos,
agradaveis, devotos,
cujo nome terá nossos carinhos
nos tempos mais remotos.

Da nossa santa crença lhes reparte
lições o vosso zelo:
para o mais, Mestres vem de toda a parte,
e podera o pai sê-lo.»

Paraiso restaurado, de Milton—traduziu esta importante obra, do Inglês, em verso português e enriqueceu a sua edição com muitas anotações.

Manuscritos geneológicos—de que nos fala por vezes Drumond no seu livro Anais da Ilha Terceira e nomeadamente no Vol. 1.º a paginas 49.

Motes glosadas na Ilha Terceira—no dia dos anos

do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Francisco Maria de Assis e Castro.

Impresso na Oficina José d'Aquino Bulhões, em Lisboa, no ano de 1790.

São XXV glosas, algumas das quais trazem nota explicativa,

Transcrevemos em seguida a primeira glosa:

Este pequeno festejo,
obra de nossa paixão
se não paga a obrigação
ao menos mostra o desejo:
Mas se por novo sobejo
a chamar-lhe alguem se arrisca
oh! desça do Ceu faisca
que em leve cinza o desfaça!
Nada aqui, nada é de graça
tudo se deve a Francisca.

Nota desta glosa

«Não se tinha ainda visto um outeiro na Ilha Terceira. Uns touros, umas cavalhadas e poucas cousas mais, era tudo o que se estendia o maior festejo. Extranhas e singulares bondades exigiam de nós estranhas e singulares demonstrações de agradecimento. Foram estas depois de tudo aquilo um outeiro que oxalá fosse com tanta graça executado, como foi com o maior gosto concebido.

Colaborou em muitos jornais entre os quais:

Correio Braziliense—de que foi redactor principal Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Publicação mensal que se imprimia em Londres, sob a direcção tecnica de W. Lewis em 1808.

O Investigador português em Inglaterra—jornal li-

terário e politico em que respondeu a Tomás Adson que na sua «History of the Açores», advogava a ideia do Governo Britanico adquirir estas Ilhas, pela sua grande importancia.

Revelou na sua resposta um grande amor á Mãe Patria, que mui o nobilitou.

ANDRÉ DA PONTE QUENTAL DA CAMARA. — Nasceu na Ilha de San Miguel em 1767 e faleceu na mesma Ilha a 21 d'abril de 1845; filho primogénito dos morgados André da Ponte Quental e D. Micaela Bernarda de Betencourt.

Como todos os nobres de então, pertencia ao exercito miliciano, e foi na sua mocidade cadete do Regimento da Armada, em Lisboa, onde encontrou o poeta Bocage de quem foi intimo amigo.

Apaixonadamente liberal, com os mais graduados liberais, pertenceu ao *Conselho Conservador*, de Lisboa, do qual foi um dos fundadores e dos mais acérrimos defensores, sociedade secreta destinada a dirigir, em chefe, o levantamento geral do Reino, para a libertação de Portugal dos francezes. E nesta associação que tão respeitada foi então, chegou a desempenhar o cargo que denominavam — capitão-mór.

Sociedade essencialmente politica, reunia os cérebros mais exaltados da epoca, fazendo o seu juramento, ao alistarem-se e cheios de fé e patriotismo:

«Na vossa presença, oh! Imenso Sempiterno, Omnipotente Deus, Creador do Universo: estando em nosso acordo, sem constrangimento ou duvida, livres e deliberados, juramos de hoje em diante com todo o possi-

1) Vide Dicionario popular de Pinheiro Chagas, Drummond—Anais da Ilha Terceira, V. 4, pag. 73, Dicionario bibliografico.

vel disvélo, fervor, prudencia e firmeza, defender a causa nobilissima da Religião, da Patria e do Trono, aplicando para isso nossas forças, talentos, bens e vida, até conseguirmos entregar este a seu dono, o Principe Regente, e áquela o esplendor, a liberdade e a gloria.

Este juramento seja para sempre o fundamento da nossa honra e da nossa felicidade, que chame sobre nós a benção Divina, e os aplausos da nossa posteriedade: a violação dele, pelo contrario, atraía sobre nós as maldições do Ceu e da Terra; a vileza para nós e para os nossos descendentes»,

Resolveu o Conselho que os seus trabalhos de defesa da Patria, começassem pela propaganda intensa por todo o País a favor da causa tão legitima e patriotica a que se impunham.

André da Ponte, parte por isso para o Porto, percorre o norte de Portugal e vai até Traz os Montes, entabolando as primeiras relações com aqueles que hão-de constituir as diferentes juntas governativas, e vem depois ao Algarve na mesma missão. Cheio de entusiasmo, expôs a vida e os bens, conforme o seu juramento, para salvar a Patria do dominio estrangeiro, mas a Regencia que então se constitue em Portugal, após tantos sacrificios, desagradou ao valente lutador, que em 1812 volta á sua Ilha desiludido, entregando-se aos estudos históricos e geneológicos como refugio para esquecer as lutas passadas. E herdeiro de um bom morgado e representante de uma nobre casa, tomou conta da administração de seus bens.

«Era homem de outro seculo, muito galhofeiro e bom, mas pouco conversavel. Vivia solitario, no meio da sua familia, lendo de dia e anotando os livros que lêra, e á noite jogava o seu voltarete com a senhora e com o Padre Paulino Borges Leão».

Possuia uma grande livraria, que foi avaliada em tres a quatro mil volumes, de classicos portuguêses, herdados de seus Avós, e livros enciclopedistas e de ciencias naturais. No entanto eivado pelas leis liberais, tomou parte ainda na revolução de 1820 que se reflectiu em Pontadelgada a um de março de 1821, sendo eleito vice-presidente do governo local interino, em S. Miguel e para as Côrtes que se reunem, recebe em seguida a procuração dos Micaelenses como deputado e nessa qualidade mandou imprimir o opusculo do P.e João José d'Amaral, a que em sea lugar nos referiremos, intitulado:

«*Aos benemeritos restauradores da liberdade e independencia da Ilha de S. Miguel.*

Os acontecimentos politicos de 1826 a 1828 e os que vieram depois, desgostaram-no tão profundamente que o afastaram das lutas partidarias.

Seguiu-se então um periodo de abstenção pelas cousas publicas, mas dentro d'alma vivia a luz pela politica liberal, e ele mesmo fez alistar seu filho primogénito entre os voluntários que das Ilhas dos Açores foram, arvorando o estandarte azul e branco, desembarcar nas praias do Mindelo.

Em 1832, depois de vivamente instado, aceitou o cargo de Governador Civil de S. Miguel, por ocasião da revolta chamada do Castelo de S. Braz, mas quando soube que os promotores desta revolta seriam condenados á morte, tão energica atitude tomou, que impediu o tremendo morticinio.

No entanto sempre chegaram a ser executados os cabeças, pelo que magoado com tal acontecimento, pediu a demissão de Governador, logar que vinha desempenhando com agrado geral.

Companheiro de esturdia de Bocage, com ele versejava, «sendo seguras as referencias ao poeta Micaelense, a quem alcunha de poeta insigne» e ambos pelas

suas liberdades e pelo seu jacobinismo, que tanto amedrontavam a vigilancia do Intendente, foram ambos presos, mas ali mesmo versejavam.

Temos conhecimento da seguinte ode de Bocage escrita na cadeia, que se refere ao poeta Micaelense:

Nossos nomes, amigo, alçados vemos
acima dos comuns; ama-nos Febo,
as Musas nos enlouram; cultos nossos
mansa virtude acolhe.
Em tenebrosos carceres jazemos;
Faláz acusação nos agrilhoa,
de opressões, de ameaças nos carrega
o rigor carrancudo.

. . . . . .

Os vindouros mortais irão piedosos
lêr-nos na triste campa a história triste,
darão flores, ao Ponte, ás liras nossas,
pranto a nossos desastres.

Conta-se que, duma vez, ambos estes poetas se associaram a Bento Pereira de Lacerda, e os tres amigos, de viola em punho, — *pelo calcante* — sonhando aventuras, semeando improvisos e procurando idilios, entraram a correr terras, pedindo em troca da exibição das suas prendas a hospitalidade dos conventos e a pousada dos fidalgos».

Numa das suas viagens de Portugal para os Açores, por ventura, diz o Dr. Teófilo Braga no seu trabalho sobre Bocage, em 1788, convidou este seu intimo e conhecido poeta, a vir passar algum tempo nesta Ilha; acedeu ao convite. «A unica bagagem com que se apresentou para o embarque era um par de meias debaixo do braço; estavam já a meter pé no escaler quando um outro amigo de Bocage apareceu ali casualmente e lhe

preguntou se faltava á reunião a que tinha prometido comparecer aquela noite. Bocage disse que não faltava, saltou logo para terra «que ele não costumava nunca faltar aos seus compromissos.»

Já bastante doente, mas sempre galhofeiro, pedia Quental ao seu médico, o Dr. João Nesbitt Junior, a brincar, lhe conservasse a vida até á festa do Natal, para que os filhos e os netos pudessem saborear os torresmos e chanfana dos seus porcos, sem pesar nem magoa.

No entanto vivia reservado, triste e pensativo; os desastres do liberalismo, as lutas politicas entre os dois irmãos, o fracasso do constitucionalismo, tudo o levava a uma vida retraída.

Sentindo avizinhar-se a morte, mandou trouxessem para junto de si todos os seus papeis e mesmo ali inutilizou todas as suas produções poéticas e tragédias da sua autoria, entre as quais uma intitulada «Inès de Castro», e muitos manuscritos respeitantes ás questões liberais e sem duvida algumas composições do poeta Bocage. Tudo queimou, um tesouro sem duvida, de documentos da vida literária e politica da ultima metade do seculo XVIII e principio do seculo XIX.

Faleceu este açoreano, que não nos quis legar as suas famosas produções, em Ponta-delgada a 14 de abril de 1845. (1)

JOÃO PEREIRA DE LA CERDA.—Nasceu na então Vila da Horta, da Ilha do Faial, no dia 12 d'agosto de 1772, filho de Joaquim Pereira de La Cerda e D. Emerenciana Dorotea Brum da Silveira, descendendo das mais ilustres familias faialenses.

(1) Vid. História da Literatura Portuguêsa—Bocage pelo Dr. Teófilo Braga a pag. 310.
(2) Vid. Ecciclopedia portuguêsa.

Senhor de um razoavel vinculo morgadio, poucos cuidados lhe dava a sua administração, a cargo quasi exclusivamente da esposa, sua prima D. Francisca Vitória Côrte-Real, de quem teve muita descendencia.

Capitão de uma bandeira de milicianos, logar que se dava á nobreza, publicamente patenteava as suas ideias liberais que por vezes lhe causaram dissabores, pelas comoções politicas que se deram no nosso País desde 1821 a 1836. Os ultimos anos porém da sua vida, passou-os alheios a todo o movimento social, recolhido em uma pequena casa na sua propriedade denominada — Salvaterra, na freguesia da Conceição da cidade da Horta, entregue completamente aos seus estudos, até que em março de 1850 «cercado da publica veneração devida ao seu honroso caracter e ilustração, faleceu vitima duma afecção pulmonar».

Foi no seu tempo e na sua Ilha o maior poeta: o genero que mais o agradava era o satirico. As suas produções literárias andavam espalhadas de mãos em mãos, em copias manuscritas, que a imprensa só chegou ao Faial em 1856, tornando-se hoje dificil coleccionar os seus trabalhos. Ainda em sua vida, muitas das suas poesias foram inutilizadas, porque sendo demasiadamente liberais, temeram a sua divulgação. E conta-se, que ele mesmo amontoou num cesto todas as suas produções literárias, com receio de serem apreendidas pelos legitimistas, que o não viam com bons olhos, pelas suas ideias liberais, perdendo-se a maioria delas, muitas das quais deveriam pecar por avançadas.

Do que escapou, algumas se publicaram na «História das quatro Ilhas que compõe o distrito da Horta» pelo comendador Antonio Lourenço da Silveira Macedo, no semanario «O Atlantico», no Arquivo dos Açores e no «Gremio Literário», que pudemos assim agrupar:

Colecção de sonetos — a maioria dos quais no genero

satírico, ridicularizando os usos do seu tempo, as milícias, os frades, as festas; eis um dedicado ao seu corpo de milícia, depois de uma aparatosa parada, que afixou numa das paredes do corpo da guarda:

Famigerados inclitos guerreiros
dos nossos tempos Martes denodados,
nas palestras de Venus estragados,
e nos jogos de Bacho chocarreiros.

Tenho a honra de ser dos companheiros
dos feitos vossos mais abalizados,
que em trovas serão recomendados
á memória d'andantes cavaleiros.

Sereis no futuro um vivo archote
de alunos que honrarão vossa memória.
muito sobrepujando a D. Quixote.

Raro assunto sereis de rara história,
eia pois com valor, couce, pinóte,
bravo! bravo! victoria e mais victoria.

Diversas odes e alegorias,—em que canta e aplaude as ideias liberais, muitas das quais foram recitadas nos saraus e teatros, por ocasião dos festejos politicos.

As seguintes traduções—Ensaio sobre os costumes e espirito das nações.

O Conde de Essex, Branca, Alzira, *de Voltaire;* O retrato, *de Mr. Diderot;* A monarquia dos Solipsos e a guerra dos Deuses, *de Parny;* Jorge Dandin e o Misantropo, *de Molière;* e os romances inglêses Cecilia e Lony; e o romance francês denominado Eugenio.

Uma das mais antigas poesias que se conhece deste ilustre açoreano, data de 1797, tinha o autor apenas vinte anos de idade; aqui a arquivamos que ela tem muito de sentimento e bastante de poesia.

O berço perdido

Da minha infancia ditosa
a breve quadra passou,
breve foi, porém eterna
a saudade que deixou.

Já não existe o meu berço
o berço que me embalou
penhor sagrado, nem esse
o tempo ao menos poupou.

Era da minha inocencia
o singelo monumento,
doce asilo da minha alma
nas horas do sofrimento.

Da curta aurora da vida
era o espelho fiel;
unico abrigo d'outrora
no meu presente cruel.

Ele me viu pequenino
dormindo sono inocente
sono feliz que se dorme
naquela idade somente;

Ele viu, foi testemunha
de quanto gosei ou sofri,
ele era o meu companheiro
mas esse amigo perdi.

Viu-me nos braços maternos
a sorrir-me prasenteiro,
viu-me nas humildes faces
correr o pranto primeiro.

Perdi, roubou-me a desgraça
o berço que me embalou
da minha infancia ditosa
só a saudade ficou. (1)

Poesia recitada no Teatro Faialense, no aniversario da inauguração do governo constitucional em França.

Raiou da liberdade a bela aurora
Nessa invicta nação brava—guerreira
que esmaga aos pés, audaz a chusma inteira,
que do vil despotismo o sólio escóra.
No Palacio Real, Paris arvora
a livre, invicta tricolor Bandeira,
cai dos Lis o Pendão, cai a barreira,
que um poder colossal erguera outrora.
Da sacra liberdade a voz troante
seus antigos heroes aos campos guia,
dos tiranos vencendo a coorte ovante.
dos povos se despertam, surge o dia
do triunfo imortal, do mais possante
dos despotas sucumbe a tirania.

(da história das quatro Ilhas)

1) Vid. Arquivo Açores, Vol. 1.º pag. 486 Vol. 8.º pag. 334.
2) Familias Faialenses de Marcelino de Lima, História das Quatro Ilhas que forma o Distrito da Horta.

JOSÉ AUGUSTO CABRAL DE MELO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo no dia 22 de janeiro de 1793, filho de Bento José da Silva e D. Maria Espinosa Cabral de Melo.

Ainda bastante novo foi colocado como amanuense na Secretaria-geral do Governo, em Angra, onde era muito considerado pela sua bela caligrafia. Em 1818 foi ao Rio de Janeiro, tendo tido ensejo de oferecer a El-Rei D. João VI, que là se encontrava, um quadro por ele desenhado á pena, que mereceu referencias muito elogiosas de Adriano Balbi, sabio geógrafo Italiano, que viveu muitos anos em Portugal e a quem este País deve relevantes serviços.

De volta aos Açoes foi, pouco tempo depois, promovido a oficial da Secretaria-geral do Governo, e mais tarde advogado de provisão dos auditorios d'Angra.

No começo da sua vida publica seguiu a politica do partido absolutista e assim foi por isso feito Secretario do governo que em 1823 se organizou em Angra por parte de D. Miguel, passando em 1828 a Secretario da Junta do Paço. Mais tarde porém, ou por animosidade dos seus patricios e correligionarios ou porque na verdade as suas ideias politicas evolucionaram para o liberalismo, foi julgado suspeito pelos absolutistas, demitido do seu lugar, perseguido e preso, e só alcançou a liberdade com o triunfo da causa liberal, desoito meses depois.

Considerado assim vitima dos absolutistas, foi nomeado pelos constitucionais Secretario da Camara Municipal de Angra, lugar que desempenhou até á morte, que se deu no ano de 1869.

Carta do Mercurio de Angra ao Astro da Lusitania. Impresso em Angra do Heroismo em 1821—vem publicado no Arquivo dos Açores, Vol. 9, pag. 105.

O «Astro Lusitano» era um periódico que se publicava em Lisboa em 1821, de ideias constitucionais. Cabral de Melo dirige-se a ele a proposito do aparecimento de um folheto «Noticia resumida», que contava parcial e exageradamente os acontecimentos politicos daquele ano, em Angra, desagradavel ao general Stóckler, governador então dos Açores.

O autor sai então em defesa dos seus principios anti-constitucionais:

«Saiba porém a infinidade dos orbes politicos, que ainda posso recobrar em toda a sua integridade as minhas luzes, e nelas transmitir vitoriosamente a defensão da verdade, a esse astro primordial, afim de que fulminado com seus raios, as tramas do génio do mal, cessem de uma vez de aparecer em publico as asserções falsissimas e temerarias, que ácerca dos factos daquela Ilha tem a linguagem fornecido á vingança, á indignação e á calunia».

Ode dedicada ao Soberano Congresso Nacional, no dia 26 de janeiro de 1822, primeiro aniversario da sua instalação.

Impresso na Tip. Maigrense, Lisboa, 1822.

Tem vinte e sete sestilhas, entre elas damos a seguinte:

«Ente mimoso do Parnaso excelso,
fulgurante primor das mãos de Jove:
tu, que da Ausonia bafejaste os genios:
que do Tejo ao Grão Cisne
ornaste as alvas plumas
das flores de Agampe.»

Elogio de Sua Magestade o Sr. D. João IV; que saiu inserto na «Relação», da maneira pela qual foi celebra-

do na cidade de Angra o dia 13 de maio de 1824, aniversario natalicio do mesmo senhor.

Imprensa da Viuva Neves e Filhos, Lisboa, 1824.

«Virtude, Honra, Ciencia, Amor da Patria:
oh! tutelares venerandos Numes
de Lusitania heroica e esclarecida!
Se da lira doirada, que tangeram
Argivos Vates, Laciais cantores,
neste almo dia, que respeita o tempo,
alegre firo as sonorosas cordas,
os harmónicos sons elevo aos astros:
Vós sois o assunto que meu Plectro excita:
a vós somente meu louvor dirijo:
a vós que rutilais em grau sublime
no leito ilustre de João excelso,
desse aureo fruto de famosa estirpe,
cujo natal faustissimo, radioso,
a voz dos altos Deuses, vem de novo
abrilhantar os angulos da Terra.»

Poesias liricas.

Impresso na Prefeitura em Angra, ano de 1834.

Compreende este livro sessenta e sete paginas, de sonetos e poesias, dizendo-nos o seu autor, no prefacio que «na idade de 41 anos anos, quando uma serie de infelicidades, não merecidas, forçando-me a procurar subsistencia pela advocacia, me tem afastado do comercio das Musas, abro a minha carteira para dar á luz publica algumas das poesias liricas que ali repousam, fruto das minhas preteritas lucubrações».

Refere-se o autor ás lutas politicas em que sempre se envolveu e que por causa delas sofreu vexames e perseguições.

Transcrevemos deste trabalho o seguinte soneto:

«E' preciso fugir-te... ah! ninfa eu morro!
fugir de quem adoro? ah! é preciso!
teus lindos olhos, onde amor diviso,
setas me vibram, gemo sem socorro.

Mas onde irei? se fujo, aonde corro
que não veja teu ar, beleza e siso?
acaso me retiro o mal suaviso?
ah! não... suspiro e choro e assim discorro;

Oh! se o destino piedoso e justo,
da delicada ninfa aos pés mimosos
me desprendesse a voz, banisse o susto!...

Diria: «abranda os ferros dolorosos
que teu império me lançou venusto:
os tristes dias meus faze ditosos.»

Mérope—tragédia de Mr. de Voltaire, traduzida em verso português.

Impressa da Administração geral de Angra do Heroismo no ano de 1841.

Folheto de 70 paginas.

A cena passa-se no palacio da Rainha Mérope em Messena com os seguintes personagens:

A Rainha Mérope, viuva de Cresfonte, Rei de Messena, Egisto, filho de Mérope, Polifontes, tirano de Messena, Narbas, velho, Euricles, valido de Mérope, Erox, valido de Polifontes e Ismenia, confidente de Mérope.

Ode—dedicado á Vila da Praia da Victoria, por ocasião do terremote de 15 de junho de 1841, que a des-

truiu.

Imprensa do Iris, Angra do Heroismo, ano de 1841.

Assim começa:

«Praia formosa, lucido ornamento
da preclara Terceira!
Tu que, ornada de titulos pomposos,
a fronte alçavas magestosa e bela:
que o mundo vias aplaudir teu nome...
aonde, aonde estás?...ah! não existes!

Soneto ao Vale das Furnas—feito em 1820 e publicado no jornal o Munitor em 1841.

Ode á larangeira—em que lhe chama «arvore preciosa» e saiu impressa em folheto, da tip. J. J. Soares de Angra do Heroismo em 1845.

Ode—dedicada a Francisco Alves Barbosa, coronel do Exercito no dia 25 de março de 1847, seu aniversario natalicio.

Impressa na tip. de Joaquim José Soares em Angra do Heroismo em 1847.

«Quanto me alegro candido Barbosa,
de colher no Parnaso lindas flores,
para com elas, neste fausto dia,
engrinaldar-te a fronte!»

Questão juridica—sobre sucessão de vinculos, entre partes, o Ex.^{mo} Conselheiro Francisco de Menezes Lemos e Carvalho e sua sobrinha germana a Ex^{ma} Sr^{a} D.^{a} Maria Benedita de Menezes Lemos e Carvalho.

Impresso na Tip. Angrense do Visconde de Bruges em Angra do Heroismo ano de 1851.

E' um folheto de 30 pag. em que José Augusto Cabral de Melo, como advogado do autor, pediu os vinculos instituidos pelos Reverendos Guilherme Rey de Sá, Manuel de Sá Salazar, Jorge de Sá e Lourenço de Sá, pelo Dr. Roberto Rey de Sá, pelo Deão Antonio da Rocha Ferraz e Padre José da Rocha Chaves.

Odes de Q. Horacio Flaco.

Impresso na Tip. Angrense do Visconde de Bruges. Ilha Terceira, ano de 1853.

Compreende este trabalho 412 paginas, e diz no seu prefácio que «a tradução completa das referidas Odes, que ora ofereço á minha terra, foi por mim empreendida e começada no ano de 1828 em que teve principio a porfiosa luta entre os partidos liberal e realista que encheu a nação portuguêsa de calamidades».

Quando publica as suas poesias liricas, referindo-se a esta tradução, diz ter sido empresa extremamente dificil e que havia sido o seu entretenimento durante a iniquissima persiguição que ultimamente sofrera, preparada pelos seus infatigaveis antagonistas, cujo influxo pôde tirar-lhe pela quarta vez emprego e subsistencia e pela primeira repouso e liberdade. E na verdade por esta ocasião permaneceu na prisão desoito meses, sendo solto pelos liberais depois da Convenção de Evora Monte.

Descreve a vida de G Horacio, seguindo-se depois a tradução de 121 odes, repartidas em cinco livros. Em seguida a cada ode faz o traductor uma pequena critica explicando-a.

Poesia—em aplauso da faustissima aclamação de El-Rei D. Pedro V.

Impressa na Tip. do Visconde de Bruges em Angra do Heroismo, no ano de 1855.

Compreende este pequeno folheto o «Elogio dramático, que foi recitado no teatro da filarmónica Angrense no dia 16 de setembro de 1855, no qual falam — Lysia — que sauda a nobre cidade d'Angra, começando por estas palavras:

«Quanto me alegro de te vêr ó Angra,
trajando altiva, roçagantes roupas,
de verdes louros, de mimosas flores,
balsámicas, gentis, engrinaldada!»

Responde-lhe — Angra — e depois ainda fala o Tempo.

Compreende mais este folheto uma Ode que foi recitada no Governo Civil de Angra, no baile ali realizado na noite de 30 de setembro de 1855 e um Hino, que foi cantado no Liceu da mesma cidade d'Angra na festividade ali realizada na abertura do ano escolar, a dois de outubro de 1855.

Ode — na perda de um pessegueiro no dia 9 de julho de 1855, aniversario d'aquele, em que o autor, no ano de 1851, cantava as excelencias do mesmo.

Tip. de M. J. P. Leal, Angra do Heroismo, 1857.

«Já de todo acabaste pessegueiro!
ah! que amargura sinto! quanto é fragil
a esperança do homem, quanta ilusão!
pensei que jazeriam
á sombra tua, em placido repouso
minhas gélidas cinzas;
mas em ti sobrevivo:
e para quê? para chorar saudoso
tua perda durissima».

Ode—em aplauso do monumento levantado na cidade de Angra do Heroismo, no castelo de S. Luiz, á memoria de Sua Magestade o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança, a 3 de março de 1845, aniversario da sua chegada á Ilha Terceira.

Impresso na Tip. do Visconde de Bruges, em Angra do Heroismo, em 1860.

'Que espectaculo belo e grandioso!
Que festa rutilante, sublimada!
o genio terceirense
á memoria levanta
do grande e generoso Pedro quarto
alto padrão, que levará seu nome,
por entre aplausos, ás vindouras eras.'

Biografia do P.e Jeronimo Emiliano d'Andrade.

Impresso na Tip. de M. J. P. Leal em Angra do Heroismo no ano de 1861.

Descreve a vida deste insigne pedagógo, relatando-a desde o seu obscuro nascimento até á morte, terminando pelo catalogo das suas obras.

Foi dos melhores oradores eclesiasticos, diz o biografo, dos Açores; é certo que a natureza havendo-o enriquecido de superiores dotes de espirito, se mostrou com ele pouco radiosa, no tocante ao orgão da fala: Era gago.

Ode—dedicada á infausta e prematura morte de Sua Magestade El-Rei, Senhor D. Pedro V.

Impresso na Tip. do Visconde de Bruges em Angra do Heroismo, ano de 1861.

Saiu no dia em que se faziam as exéquias na Sé d'Angra, vinte de dezembro de 1861.

Eis um trecho da Ode:

«Que aparato funéreo, cena lugubre
ao dobrar melancolico dos sinos
chama ao templo de Deus os povos d'Angra?
são as funebres honras prematuras
do grande Pedro V
Que aflita inconsolavel
a terra lusa chora!»

Ode—dedicada a Sua Alteza Real o principe Alfredo, na sua chegada á Ilha do Faial na fragata a vapor Euryalus.

Impresso na Tip. de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo, ano de 1861.

Eis um trecho:

«Faial, ninho do Atlantico, tributa
ao clarissimo irmão do Augusto herdeiro
do britanico Sólio magestoso
puro respeito, gratidão ingénua.
Com a face formosa
veiu ilustrar benigno
as tuas curvas praias.»

Ode—dedicada ao Dr. Antonio Moniz Barreto Corte-Real, ao tempo Reitor do Liceu d'Angra, impressa em 1857.

Observação—sobre o decreto regulamentar de dezesete de fevereiro de 1858, respeitante aos advogados de provisão.

Impressa na Tip. de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo em 1858.

Considera-se prejudicado, na sua qualidade de advo-

gado de provisão com semelhante decreto e sobre ele faz as suas considerações, terminando por dizer que toda a sua classe fica com tal decreto prejudicada.

O quadro—desafogo poético.

Impresso na Tip. do Heroismo, em Angra do Heroismo, em 1866.

Quadras liricas; no prefácio, o autor oferecendo-as ao publico ilustrado, diz que é um poeta que ha muito se deveria ter recolhido ao silencio.

Ode—em aplauso do faustissimo consorcio de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Luiz I.

Impressa na Tip. de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo, ano de 1862, oferecido ao Ill.mo Sr. Jacome de Bruges, no luzido baile que deu em 27 de novembro de 1862, por tão aplausivel motivo, no palacio do Governo Civil, sua residencia, em Angra.

«Que festejos magnificos, que pompa,
soberba, magestosa, alegre vejo,
na ilustre patria minha!
Ah! são actos solenes
de cidadãos leais, que anima o jubilo
no consorcio ditoso
do alto Luiz primeiro». (1)

D. HERMENEGILDA DE LACERDA.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, no dia 30 de junho de 1841, filha de José Alexandre de Barcellos Merens

1) Vid Dicionario Popular de Pinheiro Chagas, Biblioteca Açoreana.
Arquivo dos Açores, Volume 8. pag. 469, 9, pag. 105.

e D. Barbara Guilhermina Teles Utra Machado; casou em primeiras e unicas nupcias, naquela cidade, a 27 de abril de 1861, enviuvando a 31 de julho de 1884.

Começou a poetar bastante nova, tendo por vezes uma critica azeda, mas graças, sem duvida, á sua grande força de vontade, conquistou palmo a palmo o tributo de respeito que conseguiu lograr, devido ao seu incontestavel mérito.

Conhecemos entre outros trabalhos literários desta ilustre senhora, os seguintes, que bem certificam o seu talento:

Filha e Mãe

—Minha mãe escuta um sonho
que eu tive esta noite, mãe,
é entre triste e risonho
mas que doçura contém!
Eu vi um lindo menino,
de rosto mago e divino,
correndo num campo em flor
cheio d'ameno verdor;
seus cabellos eram de oiro,
sua boca era um tesouro,
o talho seu de encantar,
que nem t'o posso pintar!
A face, jasmins e rosa,
mas a creança formosa
entre as flores divinaes
que não tem outras iguaes,
açucena, rosa e lirio,
só escolheu o martirio
que além ... isolado, só,
se via pender de dó;

e em vez do corpo inocente
poisar na alfombra florente
onde dormira tão bem,
recostava-se a uma cruz.
Quem era o menino, mãe?
—Era o Menino Jesus.

—Vi tambem uma Senhora,
que linda Senhora, mãe!
Como hei-de expressar agora
a graça que ela contém?
Os seus cabelos escuros
pendiam aos ombros puros
como um longo e fino veu,
o seu riso era do Ceu,
o rosto lindo e moreno,
o olhar d'encanto sereno:
e no mesmo campo em flor,
a vista cheia d'amor
de enlevo que não te ensino,
fixava sobre o menino
que lhe pagava a sorrir
qual o botão a entr'abrir.
Enlaçava-o nos seus braços,
estreitando-o em doces laços:
mas neste supremo encanto,
por vezes lhe vi o pranto
na linda face rolar,
martirio e cruz inundar!
E eu queria saber agora
quem tanta graça contém?
qual o nome da Senhora?
—Era, filha, a Virgem Mãe.

—Mas então aquêle prado
tão ridente, todo em flor:

que eu vi no sonho adorado
d'excelso, eterno verdor:
e aquêle belo menino
de rosto mago e divino,
cercado de flores mil,
sorrindo ledo e gentil,
cujo cabelo ondeava
e o sol brilhante ofuscava,
com tanta graça e candor
como um sorriso de flor;
e aquela senhora linda
que é toda doçura infinda,
ora em pranto ora a sorrir,
como a cecém a florir,
ou como a aurora nascendo,
cujo riso encantador
é qual manhã no alvor,
cujo olhar todo bonança
promete meiga esperança,
que uns longos cabelos tem,
pendendo qual fino veu,
não hei-de mais vê-los, mãe?
—Has-de, filha, lá no Ceu.

SONETO

Onde vais ó alma? A' estancia pura.
Como julgaste o mundo? Bem formoso.
E como era afinal? Agro, escabroso.
Não é a vida um vale? E', d'amargura.

Não tem afectos mil? De pouca dura.
Não é constante o amor? muito enganoso.
Perenal a sorrir? E' duvidoso.
A amizade fiel? Não é segura.

Deixas então a terra? Certamente.
E é grande o teu prazer? E' sempiterno.
Contas-te por feliz? Sim ao presente.

Quem procuras ditosa? Um Pai bem terno.
Que te recebe meigo? Docemente.
Onde vais habitar? Aos pés do Eterno.

Entre dois Deveres—drama em 3 actos.

Impresso na Tip. Hortense, Rua de S. Francisco, Horta, 1875.

O entrecho desta peça gira em volta de um juramento, entre duas familias, de um pacto infernal! Esse pacto importava, em nunca poder existir aliança entre os descendentes dessas familias! Os pais, no leito da morte exigiam de seus filhos este juramento odioso e os filhos que recebiam esta herança e sancionavam esta lei, como se fora de glorias e virtudes, não pensavam que pudessem amar-se um dia, tendo jurado odiar-se eternamente.

Uma narrativa ao ar livre.—Inserta no Almanaque do Faialense para o ano de 1873,

História de uns amores que tiveram seu inicio na cidade de Lisboa, entre um continental e uma açoreana da Ilha do Faial e vieram ter o seu epilogo nesta Ilha, contada pelo irmão da namorada em um grupo de amigos no sitio do Chão-frío, sitio que fica a alguns quilometros da cidade da Horta.

Uma recordação dos quatorze anos.—Inserta no Almanaque dos Faialenses para o ano de 1874.

Uma história contada no alto do Monte da Nossa Senhora da Boa Nova, junto da sua Ermida, onde antigamente fora a vivenda de uns pobres camponêses que

auxiliados por um Inglês que ali estava em busca de melhoras de uma afecção pulmonar, protegera a educação de um filho que foi medico, transformando aquele casebre naquela linda Ermida.

Primaveras

No album do Sr. A. Gil, dedicada a uma sua filha, Graziela.

Escuta, meu anginho, a quadra bela,
que sorri como tu, ó Graziela,
que é toda encanto e luz,
que se adorna de mil vistosas flores,
que reveste a campina de verdores,
que meiga nos seduz.

Chama-se primavera. E' lindo nome
que o tempo, o proprio tempo não consome,
que não tem tal poder;
pois a memoria dos alegres dias
abundantes de graças e harmonias
guardamos com prazer.

. . . . . .

A primavera do ano,
a primavera formosa,
que manda abrir a rosa,
desabrochar o jasmim,
de relva alcatifa o campo,
de boninas veste o monte,
faz correr limpida a fonte,
abre o lirio no jardim.

Deixa os alvos cordeirinhos
saltar no prado viçoso,
deixa o pastor descuidoso

junto ao tronco dormitar,
tranquilo com a natureza
que o trovão já não estruge,
a tempestade não muge,
tudo é socego sem par.

. . . . . .

E eu creio, creio, ó sim! que a quadra bela
que sorri como tu ó Graziela,
que é toda encanto e luz,
pura imagem será da tua vida,
que assim ha-de correr, meiga, florida,
com sorrisos á flux.

MANOEL DE MEDEIROS FRANCO.—Nasceu no lugar da Achada, concelho da Vila do Nordeste, no dia 29 de setembro de 1836, filho de Manuel de Medeiros Franco e D. Rosa Jacinta de Mendonça e faleceu no mesmo lugar a 17 de março de 1864, depois duma vida acidentada, de sacrificios e vexames, que muito o magoariam.

Homem inteligente, de nome esquecido é certo, passou rapido no Mundo, mas marcou pela sensibilidade da sua alma, um logar para si, que no meio dos seus infortunios, o nobilita e distingue.

Deixou em manuscrito um livro de poesias que intitulou—«Flores novas»—onde se encontram algumas com inspiração, denotando que o seu autor era poeta.

Cantou principalmente o amor, mas o seu amor, aquêle amor que lhe viveu agarrado á alma, inclausurado, objecto das mil preocupações da sua vida, das suas ancias, de lagrimas e de saudades. Assim foi o seu amor e assim o cantou.

Seguindo o curso Teológico, veiu a ordenar-se de presbtiero em 1859, mas antes ainda, alguem lhe fez des-

pertar o amor que adormecia na sua adolescencia, e ele canta esse amor e canta a Ingrata que depois de se fazer amar o abandona:

Era jovem ainda, ainda imberbe
quando pela mão da infancia conduzido
do berço pueril ao doce brinco,
ai entre mil graças, gentil dama
com risonho semblante, com voz meiga
me diz: — Quero-te amar!
O' ceus, pasmei!
Pasmei, digo, pasmei, porque a inocencia
ainda para mim com leda fronte
scintilante, volvia os olhos seus.

. . . . . .

Desde então dominar-me não podia;
eu já não era meu,
um fogo coruscante, um lume ardente
nesta alma se acendeu.

. . . . . .

Mas oh! como é voluvel e inconstante
do sexo feminil o debil peito!
Ainda entre as mil flores se escutava
o som da meiga voz que pouco havia
com labia seductora mil constancias,
mil juras, mil promessas, mil afagos,
por entre os róseos labios com sorriso
deixara escorregar; eis senão quando,
um dia, uma manhã essa voz mesma
sem receio de crime, nem remorso,
com modo carrancudo me assim diz:
— Eu já não quero amar!

Uma vez ordenado, ele sabe as graves responsabilidades do sacerdócio, conhece os seus deveres e sabe

até a grande honra que Deus concedeu aos homens elevando-os ao seu Ministério, e canta tudo isto:

Encaminhas-te agora ao Templo Santo?
diriges-te ao Altar?
exulta, jovem Padre, exulta, exulta,
que é honra para ti em paz ditosa
de aí te aproximar!

Vai, entra o Santuario, a Deus sauda
com profunda oração.
As santas vestes cinge, o calix toma,
entre cantos de amor ao Ceu envia
tua primeira oblação.

. . . . . .

Felizes são por certo os que a Deus Trino
adoram lá no Ceu,
mas quanto mais felizes, mais ditosos,
são aqueles que tocam e se nutrem
do sangue e corpo seu.

. . . . . .

Caminhà jovem Padre, ao Templo Santo,
dirige-te ao Altar
e aí pela vez primeira ao Ser dos Seres
entre cantos d'amor contrito imola
a hostia salutar.

Bateu-lhe um dia á porta o infortunio, e este Padre que canta o sacerdócio como mais feliz que os que adoram a Deus lá no Ceu, deixa-se arrastar nas azas do amor e vai cegamente, num amor sacrilego, de queda em queda, no seu caminho do Calvario até á crucificação.

E essa senhora que é toda a sua vida, toda a sua preocupação, morre-lhe passado pouco tempo.

E preso nas cadeias da Comarca durante oito mêses,

é absolvido do crime que lhe imputam, cumplice desta morte, que nega, mas confessa que a amara.

Senhor, que a agua, o fogo, a vida, a morte,
em vossas mãos librais;
de um mortal infeliz, preso em algemas,
sem culpas, sem delitos, sem remorsos,
ouvi os ternos ais.

Quem jámais tão sentido pesaroso,
cercado de aflição,
por vosso nome santo bradou alto
e que o peito amoroso não achasse
aberto á compaixão?

. . . . . .

Que pecado, senhor, que atrozes crimes
tão grandes cometi?
á vossa santa lei sujeito, humilde,
qual escravo fiel, agora, sempre,
acaso não vivi?

Amei! porém jámais foi crime horrendo
ceder á lei d'amor?
sobre as azas não foi de amor que outrora
qual em rochedo imobil, eis fundado
a vossa lei, Senhor?

Que motivo tão grande a vida fragil,
na Cruz vos fez perder:
senão porque vos tinha o Divo Peito,
aquele amor fervente que do Alto
do Ceu vos fez descer?

Prègando numa festa no logar da Achada a 11 de maio de 1862, depois da sua absolvição, refere-se ao tempo decorrido na cadeia:

«E sabeis vós senhores o que é estar preso? podeis vós fazer ideia do que é viver em prisão? Ah! não senhores, não sabeis e prasa aos Ceus que nunca tenhais ocasião de o saber. O infeliz sem ventura a quem a desgraça leva á morada do crime, é como a flor mimosa do estio a quem os vendavais do outono roubam a gentileza, a qual não torna já a recuperar por mais bela que lhe venha a primavera futura. Oh! ali não ha dia, tudo é noite, não ha sol, tudo são sombras, não ha prazer, tudo são pezares.»

«O espirito inquieto não sabe nem pode refletir; denvolta com um turbilhão de ideias exageradas, só pode discorrer com lógica absurda, furibunda e preversa; e ei-lo que resvala em um estado anti-filosófico e anti-cristão.

«Mas se o homem consulta o coração e o acha convencido de que ha um poder sobrenatural que tudo destina e sem cujo mando não pode cair a mais pequena folha duma açucena, então uma luz desconhecida vem, posto que confusamente, raiar no meio das trevas que lhe rodeiam o espirito, então a filosofia se lhe converte em religião e a razão lhe aconselha o sofrimento».

Nunca deixou de confessar o seu amor e deixa-o retratado em singelas quadras.

Eu amei uma donzela
tão bela qual nunca vi,
perdi-a, fiquei sem ela
perdi-a tudo perdi.

Não era humana figura
era um anjo, um serafim
em beleza, em formosura.
ainda não vi assim.

Porém a morte daninha
que tantas vidas desfáz,
sobre a pobre inocentinha
caiu com dente voráz.

Vi cerrar seus olhos belos
seu rosto empalidecer,
seus finos louros cabelos
vi em crepes envolver.

Vi enfim na campa fria
o seu corpo sepultar
e eu que então a perdia,
foi minha vida chorar.

E sente saudades d'aquela a quem no mundo mais amara e canta essas saudades como lenitivo á sua dor; tudo confessando, que quem confessa desabafa e o desabafo consola e alenta.

Já emfim abandonada
ao rigor do frio chão
quem por mim foi tão amada
em tempos que já lá vão.

E' mais uma flor caida
na primavera da vida;
é mais uma letal ferida
para o meu terno coração.

Quantas vezes encostado
ao seu peito de marfim,
pobre amante infortunado,
fui alcunhado por mim.

Infeliz sou eu agora
que terra fria a demora,
Ai! meu peito chora, chora,
verte lagrimas sem fim.

Tu que d'amores morreste
dos anos na verde flor,
lá nesse Empireo celeste
gosa da paz do Senhor.

Que eu na terra impaciente
magoado descontente,
sofrerei eternamente
da saudade o rigor.

Devorou-o até á morte aquele amor, e morre na flor da idade de uma febre intensa.

Toda a vida deste Padre passa-se pois num delirio d'amor, a saudade enroscada ao peito, a esperança na morte para o terminus da vida.

Eis um dos seus ultimos versos:

Um sonho d'amor

Era a noite, lindo encanto
e no Ceu bordado manto
cor d'anil,
meiga e bela a natureza
dourava qual luz acesa
num candil.

. . . . . .

Senti meus labios pregarem-se,
minhas palpebras cerrarem-se
e dormi
Santo Deus! que extremo goso!

Tive um sonho amoroso
e que vi?

Vi brilhante como a aurora
um caro amor que outrora
fora meu
e como que ouvir parecia
uma voz que me dizia
—Ai! sou eu!

ANTONIO DA SILVEIRA BULCÃO.—Nasceu na Vila da Madalena da Ilha do Pico aos 8 de setembro de 1781, filho do capitão Antonio Silveira Bulcão e D. Maria Madalena Ursula, gente abastada e da primeira sociedade daquela Ilha.

Desempenhou por varios anos o logar de escrivão da Alfandega, dedicando-se depois á vida forense, sendo nomeado advogado de provisão, função que desempenhou com bastante acerto.

Exerceu varios cargos administrativos e faleceu na cidade da Horta no ano de 1843.

Como literato deixou muitas produções poéticas, algumas das quais se acham publicadas no «Grémio Literário» e na «História das Quatro Ilhas» do Comendador Macedo.

O assunto da maioria delas é exaltando as ideias liberais, de que foi até á morte devotado entusiasta; não lhe conhecemos livro algum em que compilasse as suas produções; todas ficaram espalhadas e a maioria em manuscritos que se perderam.

Ode—recitada por uma figura representando Minerva, conduzida pelas ruas da Horta, num carro triunfal, por ocasião dos festejos em 1826

Alenta-te Ulissea

Brilhe em teu rosto a placida alegria!
E' desfeita a cadeia
que os pulsos valerosos te oprimia!
Adora o ente excelso que te rege,
venera a santa lei que te protege.

—Alegra-te oh! Faial —
Doce estancia de paz e amizade
—constante sem igual;—
o torvo aspecto visto á crueldade,
mas em teu horisonte surge agora
mais lisongeira, mais risonha aurora. (1)

JOÃO HERMETO COELHO AMARANTE.—Nasceu na Ilha Graciosa no ano de 1820 e faleceu numa viagem para a sua terra, a 12 d'agosto de 1893, lançando-se ao mar, deixando uma carta em que dizia á familia não lamentassem a sua morte, pois ia dormir o sono eterno no fundo tranquilo do Oceano.

De ha muito vinha sofrendo de doença que lhe despertava a monomania do suicidio; a mais pequena contrariedade, um simples aborrecimento era bastante:

—Vou-me matar.

Mas uma objeção qualquer, a entrada de um amigo, uma simples distracção fazia mudar aquele pensamento que o perseguia.

Foi um dos professores que compôs o primeiro corpo docente do Liceu da Horta, da Ilha do Faial, nomeado

1) Vid. Arquivo dos Açores V. 8, pag. 359.
Gremio Literário.
História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta.

por decreto de 9 de setembro de 1853, para a regencia das cadeiras de francês e inglês.

Poucos anos, porém, leccionou naquêle Liceu, pois que por decreto de 11 de novembro de 1858 foi despachado professor das mesmas disciplinas para o Liceu de Ponta-delgada.

Foi professor de Teófilo Braga e o que lhe disse, uma vez na aula, que *não via moita onde saisse coelho*, quando ele lhe dissera que queria ser doutor, e que depois tão seca e prontamente respondeu:

—E' porque o senhor Mestre não tem faro.

Jubilado, fixou residencia em Angra onde tinha familia e aí viveu os seus ultimos tempos.

Versejou bastante, a proposito de tudo; as suas produções andavam avulso, distribuia-as gratuitamente, por ocasião de festas, a que eram dedicadas; publicava outras em jornais, de que era colaborador, em Almanaques, onde ao tempo, se recolhiam os trabalhos literários dos escritores da terra.

Conhecemos produções dele no *Alcyon*, periódico literário que saiu em Ponta-delgada no primeiro de março de 1868; «O Clamor artistico», semanário politico, da mesma cidade, da mesma época daquêle, no Gremio Literário, publicação literária da Horta, Jlha do Faial, cujo primeiro numero saiu a 15 de maio de 1880.

E' dele o seguinte soneto:

A' memória do sabio, virtuoso e liberal escritor Alexandre Herculano

Se o tributo fatal já redimiste
quando a terra o teu barro te exigia
mais intensa lhe deste a luz do dia
no fulgor dos escritos que espargiste.

Desse dia que tu sempre anteviste
que ha-de raiar após a infanda orgia
que o mundo social tanto atrofia
e que mais côr teu látego zurziste.

A patria, da qual foste immensa gloria
quando tu no seu seio te ocultaste,
como eterna votou tua memória.

Tens perpétuo o lugar que conquistaste
que é talvez o maior da lusa história,
pois não morreste, apenas te ausentaste.

Entre outros trabalhos literários, mencionamos:

Ao imortal Camões—poesia recitada pelo autor, como epilogo a um discurso ácerca de Camões e dos Lusiadas, no sarau literário, nos Paços do Municipio de Angra do Heroismo, a 10 de junho de 1880, por ocasião dos festejos do Centenário de Camões, de cuja comissão executiva fazia parte.

Na quinta do Rodovalho.

No teu eden, caro amigo,
de prazer é sempre o dia,
e recresce em alegria,
se passado for contigo.
Nestes bosques ao abrigo
das intrigas da cidade,
possas tu por longa idade
teus amigos reunir,
e do Ceu gosos sentir
nas delicias da amizade.

Ecos da caridade—versos recitados no teatro Angrense, quando teve lugar o espectáculo a favor dos pobres que mais sofreram com os ultimos terremotos, na Ilha de S. Miguel.

Imprensa do Governo Civil em Angra do Heroismo em 1881.

Soneto—á poetisa Açoreana D. Mariana Belmira d'Andrade.

De quem és, melodia seductora,
que nos trazem os zéfiros do Oeste?
a voz é feminil, quasi celeste
nas estrofes divinas da cantora.

Quem possue essa voz encantadora,
que perfuma a palavra e que reveste
de encantos o funéreo cipreste
que tira ao tumulo a sombra assustadora?

Quem do amor os idilios entoando
ao som tão casto e puro dessa lira,
o faz assim parecer tão venerando?

Esse astro e essa voz, qué o mundo admira,
que vão palmas e louros conquistando,
são do génio gigante de Belmira.

Victor Hugo em Portugal—trabalho sobre este grande vulto, publicado em folhetim, em «A Civilização», hebdomadário consagrado a todos os interesses religioso-sociais de Ponta-delgada, no ano 6.º da sua publicação, em 2 d'abril de 1881.

Hino á Ex.ma Condessa da Fonte Bela—com musi-

ca feita pelo então estudante Antonio Joaquim Teixeira Junior, da Ilha Terceira.

Paginas de prosa e verso.

Empresa tipográfica dos Açores, em Ponta-delgada, 1878.

Dedicado aos varios progressistas de Portugal-Brazil e contendo varios assuntos de história Açoreana.

Sobre a revolução liberal da sua Ilha Graciosa, começa assim a sua descrição:

«A's duas horas da madrugada do dia 11 de julho de 1831, dia memoravel nos anais da Graciosa, rebentou efectivamente a intentada revolução, sendo o quartel da tropa de linha, subitamente invadido pela força de milicianos, que excediam a duzentos sob os armas naquela época; sendo ao mesmo tempo postos em prisão todos os oficiais, intimado o Governador militar para fazer a aclamação do governo da Senhora D. Maria II e para oficiar aos comandantes dos diversos destacamentos, afim de aderirem ao que se achava estabelecido naquela capital da Ilha. (1)

ANTERO DE QUENTAL.—Assinava-se no tempo de estudante Antero Tarquinio de Quental; nasceu no logar do Ramalho da cidade de Ponta-delgada, no dia 18 de abril de 1842, filho do Morgado Fernando de Quental, natural tambem d'aquela cidade e D. Ana Guilhermina de Quental, natural da Vila de Setubal, do continente português, neto paterno de André da Ponte Quental e Camara e D. Carlota Joaquina Betencourt de Freitas e

1) Vid. Arquivo dos Açores, volumes 3, 8, 9 e 11.
Biblioteca Açoreana.
Almanaque de Augusto Loureiro para o ano de 1873.

materno do Desembargador Antonio José da Maia e Silva e D. Maria Sergia d'Araujo.

Faleceu no noite de 11 de setembro de 1891, no Hospital da Santa Casa da Misericordia de Ponta-Delgada, para onde tinha sido levado em estado agonisante, de um banco do recanto do Largo de Sam Francisco, junto ao muro do Convento da Esperança, mesmo por debaixo duma ancora, lavrada em pedra, existente naquele muro, alguns momentos depois de ter disparado contra si dois tiros de revolver.

Bacharel-formado em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1864, nunca usou porém de suas letras, confessando não haver sido o estudo de Direito o que o interessou e absorveu durante os anos de estudante, tendo no final do curso ficado «um insignificante legista», como ele proprio confessa.

Acusado, em processo académico em 1859, nos termos dos canons do Foro da velha Universidade de Coimbra, por ter com outros estudantes feito uma — *trupe a calouros* — foi condenado a 8 dias de prisão académica, constando neste processo que o Reitor tinha dele a nota de ser estudante «muito inferior».

Pertenceu ao grupo dos cábulas, dos que se não dignam abrir o compendio das lições; tinha um grande despreso pelos estudantes distintos, pelos — *ursos* — como se diz em calão académico; como estudante era menos que regular, era dos que «se perdiam na multidão indistinta da — *Coelheira* — logar na aula mais afastado do lente, e que chegavam ao fim da formatura sem terem trocado uma unica palavra com os seus lentes».

Era conhecido entre os intimos pelo — *Marraja* — por causa da sua grande cabeleira ruiva e crespa que quasi lhe cobria a testa.

Eis o seu retrato traçado por um condiscipulo:

«Alto, delgado, muito alvo, rosado e olhos azues cla-

ros. Barba intensa, encrespada e loura. Basta e emaranhada trunfa, de cabelos tambem louros que lhe rompiam logo acima dos supercilios, deixando apenas a descoberto um dedo de testa e indo voejar ao longe sobre os ombros e espáduas. De capa e batina sempre enodoada e rota, á maneira classica, meias pretas esgarçadas e uns sapatos que eram o pasmo de todos nós, pelo tamanho disforme e pela côr terrena e pálida».

Deixou testamento lavrado aos nove de setembro de 1890, na Vila do Conde, aonde residiu alguns anos, pelo tabelião interino José Fernando da Silva, deixando um legado a uns seus sobrinhos, toda a sua livraria á Biblioteca publica de Ponta-delgada, e o remanescente de todos os seus bens ás filhas do seu amigo Germano Vieira de Meireles de nomes D. Albertina e D. Beatriz, nascidas na cidade do Porto e que vinham sendo creadas e educadas por ele testador.

Era singelo no seu viver, de muito boa fé, interessava-se por tudo, pelas cousas mais insignificantes, modesto no porte, sofria de uma doença que ao tempo a medicina foi impotente: digiria os alimentos muito lentamente, chegando a lança-los 24 horas depois de os ter ingerido; por esta razão alimentava-se nos ultimos tempos uma só vez por dia, tomando em seguida grandes quantidades de bicarbonato de soda. Não dormia, todo o ruido o irritava, andava sempre debaixo de um mal estar, de uma preocupação constante, doença fatal que o levou ao suicidio.

Viveu no continente português durante muitos anos, por fim resolveu fixar residencia na sua terra natal — Ponta-delgada — para o que arrendou casa, resolvendo nela instalar-se com sua irmã D. Ana Guilhermina e as suas duas pupilas. Era um sonho que trazia agarrado á

alma, mas umas certas reservas d'aquela sua irmã e ainda mais, uma certa mà vontade que descobriu nela por uma das pupilas, desgostou-o e levou-o a abandonar aquele seu sonho de criar um ninho na sua terra.

Perdida pois esta esperança resolveu voltar novamente para o continente português afim de instalar num colegio as duas meninas, mas aterrava-o a ideia da viagem, das bagagens, de toda aquela vida de viajante e andava inquieto, irritado, sendo este o seu estado na noite trágica de 11 de setembro de 1891.

Foi o maior poeta do seu tempo e nenhum até hoje tem sido tão estudado, tão discutido e tão querido como Antero.

Oliveira Martins diz que não conheceu fisionomia mais dificil de desenhar, porque nunca viu natureza mais complexamente bem dotada. «Se fosse possivel desdobrar um homem como se desdobra os fios de um cabo, Antero de Quental dava alma para uma familia inteira».

E' um poeta na mais elevada expressão da palavra, continua Oliveira Martins, mas ao mesmo tempo é a inteligencia mais critica e o instinto mais prático que conhece.

Antonio Sérgio chamou-o «o maior poeta depois de Camões».

«Bastariam os seus sonetos, — esses sonetos que quanto mais se lêem mais se admiram e nos empolgam, — sem outra qualquer produção literária, para constituirem o pedestal granítico do seu vulto imortal», disse ha pouco o sr. F. Noronha.

Durante o periodo que decorre entre os anos de 1856 a 1864, que Antero frequenta os preparatórios e a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, opera-se no seu espirito a primeira revolução intelectual e moral.

Varrida, ali, toda a sua educação católica e tradicio-

nal, cai num estado de duvida e incerteza, lendo muito Proudhon e Michelet e abraçando as doutrinas de Hegel, que confessa foi o ponto de partida da sua especulação filosófica e pode dizer foi dentro delas que se deu a sua evolução intelectual.

No entanto ainda em 1859, nas férias que passa nesta Ilha de Sam Miguel, escreve a poesia — *A senda do Calvario* — talvez o ultimo lampejo naquêle periodo, do seu espirito religioso:

Deixai, deixai passar o homem forte,
o ungido do Senhor!
Se a cruz que arrasta agora é Cruz de morte,
tambem é cruz d'amor.

Deixai! na praça o povo aglomerado
vomita a injuria ali:
E Ele, sereno o rosto e resignado,
olha a cruz e sorri.

Mas em volta de Antero agrupavam-se os condiscipulos e contemporâneos eivados das mesmas ideias e animados do mesmo espirito, espirito revolucionario, Gonçalo Crespo conta:

«Quem passasse á noite na rua onde ele morava, em Coimbra, era quasi sempre interrompido pelo poeta, que posto a cavalo no peitoril da janela, as pernas bambaleantes, o gesto largo e profético, os seus revoltos cabelos de scandinavo palpitando á viração noturna, preguntava estas e outras cousas cabalisticas:

— Sabes quem é Manú?

— Tens alguma ideia do Imanante?

— Deus será de facto o Imenso mar da Substancia?

Na Academia era conhecido pelos seus sentimentos revolucionarios, mas o sou prestigio consolidou-se quan-

do do tempo da visita do então Principe Humberto de Italia.

Antero havia sido eleito presidente da comissão que em nome da Academia tinha de ir comprimentar o regio visitante. Tinha de ser cortês e amavel para o Principe, mas tambem tinha de ser leal ás suas ideias e aos seus principios que haviam evadido o espirito de toda aquela mocidade.

Não se desconcertou, dirigiu-se ao Principe e com a serenidade de quem cumpre o seu dever diz:

«Os Estudantes da Universidade de Coimbra, filhos e netos dos heroicos defensores do Porto, saudam, em nome da fraternidade de dois povos irmãos o neto de Carlos Alberto; a mocidade liberal portuguêsa sauda em nome da liberdade do mundo católico o filho do amigo de Garibaldi, o filho de Victor Manoel.

A mocidade portuguêsa não lhe sofre o coração que não recorde com saudade a memória do heroi infeliz que escolhendo por ultimo leito uma terra de homens livres, prestou, ainda na morte, homenagem á liberdade; não lhe sofre o espirito impaciente, ainda que opresso por um fantasma do passado—(*apontou para o Reitor da Universidade Dr. Bazilio Alberto de Sousa Pinto*)— que não vire os olhos para as bandas da luz, aonde, no meio do combate, se enlança o braço do rei com o braço do povo. Não é ao representante da Casa de Saboia que vimos prestar homenagem, é ao filho de Victor Manuel que saudamos, do primeiro soldado da independencia Italiana, desse de quem os Reis da Europa aprendem como, neste seculo ainda, se pode ser popular sendo-se Rei; de quem a Italia espera ressurreição completa; de quem espera a Igreja cristã uma nova época, de verdadeira grandeza e de liberdade verdadeira.

Aos votos da Europa inteligente, aos votos da Europa popular, aos votos dos que trabalham pela grande

causa dos povos, unimos os nossos sinceros como a nossa idade em como ela cheios de muita fé, porque a patria de Garibaldi possa rehaver o sagrado património da sua nacionalidade, para que o coração da Italia, que o é tambem do mundo Cristão, pulse com igual inergia pela liberdade politica e pela liberdade religiosa.»

Coimbra no dia 22 de outubro de 1892.

O Principe não respondeu, corou, cochichou com os cortezãos que tinha aos lados e acabou por apertar efectuosamente a mão de Antero e dos seus companheiros na comissão.

A fala de Antero ao Principe produziu um efeitarrão entre a Academia e Antero foi por tal tacto aclamado generalissimo da Briosa revolucionária.

«Conversador como poucos, facil, espontâneo, original e sugestivo, irónico, humorista, espirituoso, descendo até á própria charge, não ha ninguem como ele para soltar o carro da sua fantasia critica na ladeira de uma tese, e, explorando-a em todos os sentidos, arquitectar uma teoria».

Não fazia versos á maneira dos literatos, eles nasciam-lhe, brotavam d'alma como soluços.

Teria tido o poeta amores, como um qualquer mortal?

Ha muitos dos seus versos que nos levam pela afirmativa e na verdade:

«Pode-se lá viver sem ter amado alguem?»

Antéro teve tambem os seus amores, escondeu o nome da mulher querida, mas alguem desvendou-lhe o segredo do coração.

O Dr. Ruy Galvão de Carvalho, num artigo no «Correio dos Açores» do seu livro inédito «Antéro de Quental, Poéta-Filósofo», diz-nos:

«O poeta dos Sonetos uma só mulher amou verda-

deiramente, sentidamente, vividamente! E essa mulher, —a sempre *Pequenina*, a dos *Quinze anos*, a sua graciosa priminha, porque não soube compreender a nobre paixão d'Antéro, casou com outrem, sem duvida com um dos amigos do egrégio Poéta. Esse outrem foi um dos mais distintos professores catedráticos da velha Universidade de Coimbra.»

Mas ha quem quisesse assegurar que não fora aquela sua priminha o unico amor de Antéro, mas outros estudiosos do grande poeta asseguram, como Castelo Branco de Chavees, que—«Em toda a vida de Antéro ha apenas uma mulher, apesar de em toda a sua obra existir a mulher; como ha um só amor, apesar de toda a sua vida estar cheia do Amor mais acrisolado».

No entanto o poéta cantou:

«Novo amor, nova Musa. Outras poesias
agora do meu peito me rebentam...
noutro Ceu d'esperança, outras estrelas,
com melhor harmonia me adormentam.

Nova luz, que me rasga dentro d'alma,
dum desejo melhor me veste a vida...
outra fada celeste agora leva
minha debil ventura adormecida.

Outros ventos do Ceu na minha harpa
desferem, ao passar, mais belos cantos...
são outras as visões, e nos meus sonhos
têm os anjos de luz mais puros mantos».

Em cada uma das quadras nos revela Antéro o seu novo amor a encher-lhe o peito e a povoar-lhe os sonhos.

Mas, o povo mesmo o diz: «amores como os primei-

ros não os ha». Esses é que ficam, que gravam e que nos tomam, e o Poéta sentiria esse amor como ninguem:

«Aquela que eu adoro não é feita
de lirios, nem de rosas purpurinas,
não tem as formas languidas, divinas
da antiga Venus de cintura estreita.

Não é a Circe, cuja mão suspeita
compõe filtros mortais entre ruinas,
nem a Amazona, que se agarra ás crinas
dum corcél e combate satisfeita.

A mim mesmo pregunto, e não atino
com o nome que dê a essa visão,
que ora amostra, ora esconde o seu destino...

E' como uma miragem, que antevejo,
ideal que nasceu na solidão,
nuvem, sonho impalpavel do Desejo.

Mas diz-nos um seu contemporaneo do estudo, o Sr. Visconde de Faria e Maia, no seu artigo publicado no *In memoriam*, que passou rapida para o poeta a estação dos amores, com todos os seus enlêvos e martirios:

«No Ceu, oh! Virgem! findarão meus males...
Hei-de lá renascer, eu que pareço
aqui ter só nascido para dores.

Alí, oh! lirio dos celestes vales!
Tendo seu fim, terão seu começo,
para não mais findar nossos amores».

O Conselheiro Luiz de Magalhães, que foi intimo do

poéta, diz-nos da sua vida, na Vila do Conde, metido no seu quarto despido de todo o conforto, como um monge:

«Ali vivia concentrado em si mesmo, levado no turbilhão dos seus sonhos e das suas duvidas, dos seus anceios de verdade, das suas visões transcendentes trágicas, que cristalizavam sempre em sentidos e soberbos versos. Os seus extases eram a absorpção do seu alto pensamento no enigma das origens e na interpretação do universo. As suas orações—os seus sonetos».

O Dr. Coelho Carvalho que foi do tempo do poeta e com ele conviveu, definiu magistralmente:

«Antéro é um génio que anda á busca de Deus e não o encontra; e, como não pode encontrar na metafisica dos sistemas filosóficos que tem estudado, nem naquêle que, suspeito, o seu espirito anda criando, sofre horrivelmente da desilusão da teoria; e esse sofrimento tortura-lhe os nervos, e portanto perturba-lhe as funções nutritivas, que são as vitais; e a perseguição em que vai atrás duma fantasia, ha-de inevitavelmente matá-lo».

Mas o poéta não ama desejando a posse da mulher eleita, o poéta ama divinizando a mulher, elegendo-a dentro da sua alma.

O Dr. Sousa Martins, no seu trabalho *Nosografia de Antéro,* (1) não considera o poeta amando e desejando a posse:

«Não queria a mulher com o coração, mas com o pensamento».

E recita-lhe a sua quadra:

«Porque irrompe no azul do puro amor
o sopro do desejo pestilente?
ai do que um dia recebeu de frente
o seu halito rude e queimador».

1) Antero do Quental—In memoriam, pag. 265.

O poeta do Campo de Flores versejou para a campa do poéta dos sonetos:

> Aqui. . . jaz pó; eu não; eu sou quem fui. . .
> raio animado de uma luz celeste,
> á qual a morte as almas restitue,
> restituindo á terra o pó que as veste.

E em quatro linhas fez-lhe o mais alevantado dos elogios.

Temos conhecimento da sua obra poética, incorporada nas seguintes edições:

1.ª) *Raios de extinta luz.* — Impresso em Lisboa, Livraria Manuel Gomes, Editor, sob a direcção do Dr. Teófilo Braga em 1892.

Colecção de poesias produzidas na primeira fase artística de Antéro, 1859 a 1863, quando o seu ideal era ainda religioso, romantico e espiritualista. Nesta edição encontram-se cinco sonetos da edição *Sonetos de Antéro,* Editor Sténio, Coimbra. Imprensa literária 1861.

O titulo deste livro — Raios da extinta luz — «tem a significação do seu aparecimento postumo, e o valor de exprimir o presentimento do poéta ao começar hemistiquio a invocação escrita em 1860, para uma coleccionação projectada».

> Raios de extinta luz, écos perdidos
> de voz que se sumiu no espaço absorta.
> Meus cantos voarão de idade em idade,
> como folhas que ao longe o vento espalha.

As poesias desta edição, na grande maioria, pertencem á colecção que Eduardo Xavier d'Oliveira Barros Lei-

te, estudante de medicina e companheiro de casa de Antéro ia fazendo das produções que por acaso alcançava, do seu amigo; nenhuma outra havia, pois quando Antéro publicou as suas — *Odes Modernas* — poésia acentuadamente de combate, rasgou todas as suas produções anteriores, pois não queria na sua vida de poéta vestígios desse periodo contemplativo.

As poesias pois colecionadas por Eduardo Xavier e o poemeto — *Fiat luz* — que Antéro rasgou poucos dias depois de publicado na Imprensa da Universidade em 1864, formam esta edição completando a vida do autor.

ASPIRAÇÕES

Porque é que minha alma anceia
de visões e maguas cheia,
Porque ao longe devaneia
minha mente sem cessar?
Porque á tarde em fins do dia,
ao cair da maresia,
vou sobre a costa bravia
magoas carpir sobre o mar?

Porque se me oprime o peito,
já de ha muito á magoa afeito,
nesse momento imperfeito
mixto de trevas e luz,
quando tudo, ao longe e ao perto
se veste dum brilho incerto
e eu, desta alma no deserto
só diviso a paz da Cruz?

. . . . . .

oh! quem é que assim me inspira
á mente que me delira,
ao coração que suspira

alivios, cansôlo e paz?
Quem faz que além desta vida
veja uma outra prometida
e anceie essa patria querida,
não esta patria faláz?

. . . . . .

E's tu oh Deus que me chamas!
és tu Senhor que me inflamas
naquelas ardentes chamas,
que me dão tão pura luz!
E's tu oh Paí! que da altura
olhando a minha amargura
me estendeu a mão segura,
a mão que a ti nos conduz!

2.ª) *Primaveras romanticas.*—Publicado na Imprensa portuguêsa, no Porto, em 1872.

Na Carta autobiográfica que Antéro dirigiu ao professor Guilherme Storck, o tradutor dos Sonetos, em 1887, diz que as produções desta edição contém as suas *Juvenelia*, as poesias d'amor e fantasia, compostas na sua quasi totalidade entre 1860 e 1865, que andavam dispersas por varias publicações periodicas. Talvez a maneira de caracterizar este volume será dizer em francês que é *du Heine de deizieme qualite.*

3.ª) *Odes modernas.*—Publicadas na Imprensa da Universidade de Coimbra em 1865.

Antéro passou em Coimbra o ano seguinte ao da sua formatura, 1864 a 1865, e para se distrair das horas de aborrecimento que ali levava, pois todos os seus condiscipulos se haviam lançado na vida publica, deu um balanço geral aos seus versos e coligiu aquêles que publicou sob a denominação de—*Odes Modernas*—

inspiradas no ideal revolucionário e livre pensador, e rasgou todas as suas outras produções.

A critica não fez barulho, as Odes eram uma poesia de combate.

Alexandre da Conceição refere-se a elas:

«Este livro, apesar dos seus altos merecimentos estava impregnado de metafisica panteista e decididamente o espirito publico cedeu a favor do inventario esta velha herança da nebulosa Alemanha. Sonhos por sonhos é preferivel o espiritualismo como mais consolador, metafisica por metafisica, não vale a pena sair de Aristóteles.

Odes Modernas, é um livro de subido valor como manifestação individual de um talento e mesmo como sintoma de correntes de ideias que precedeu imediatamente a sistemetização positiva, mas livre, sem condições de propaganda e sobre tudo de disciplina..

Na Carta autobiográfica, atrás citada, Antéro diz-nos que não sabe bem caracterizar este livro; «não é certamente mediocre; ha nele paixão sincera e elevação de pensamento, mas além de declamatória e abstracta, por vezes aquela poesia é indistinta e não define bem e tipicamente o estado de espirito que a produziu. O que ela representa perfeitamente é a singular aliança do naturalismo hegeliano e do humanitarismo radical francês. Acima de tudo é, como dizem os francêses, poesia de combate».

Aspiração... desejo aberto todo
numa ancia insofrida e misteriosa...
a isto chamo eu vida: e deste modo,

que mais importa a forma? silenciosa
uma mesma alma aspira á luz e ao espaço
em homem igualmente e astro e rosa!

4.ª) *Sonetos completos.*—Publicados por Oliveira Martins, com um estudo sobre estas produções e vida do autor. Impresso no Porto, Livraria Portuense de Lopes e C.ª Editores, 1886.

Contém as colecções dos «Sonetos» da Biblioteca da Renascença», Editados no Porto, Imprensa portuguêsa, 1881,—«Sonetos de Antero», Editor Sténio, Coimbra, Imprensa literária, 1861, á excepção de cinco sonetos incorporados na edição «Raios de extinta luz», e todos os mais sonetos dispersos, com excepção ainda do soneto *Acusação*, que vem nas Odes Modernas.

Nesta edição dos Sonetos completos vem ainda as cinco poesias seguintes:—*Os cativos, Os vencidos, Entre sombras, Hino da Manhã e Fada Negra.*

Numa segunda edição em 1891 foi esta coleção acrescentada com a tradução alemã do Dr. Guilherme Storck e algumas versões italianas.

Os Sonetos de Antero, diz-nos Oliveira Martins, contam-nos as tempestades do espirito deste poeta, as agonias morais vividas na imaginação deste pensador.

Agrupa em cinco épocas a colecção dos sonetos, correspondendo a cinco fases do espirito do autor.

a) Epoca de 1860 a 1862—Os sonetos produzidos neste tempo são como que o embrião dos que se vão seguir nas outras épocas, são como a flor que encerra em si o fruto que ha-de sasonar depois.

Patenteiam-se já neles «a preocupação metafisica na sua fase rudimentar de duvida teológica» e pressentem-se assomos de tristeza, que são os prenuncios da tempestade proxima.

> No Ceu, se existe um ceu para quem chora,
> Ceu, para as máguas de quem sofre tanto...

Se é lá do amor o foco, puro e santo,
chama que brilha, mas que não devora...

No Ceu, se uma alma nesse espaço mora,
que a prece escuta e enchuga o nosso pranto...
se ha Pai, que estenda sobre nós o manto
do amor piedoso... que eu não sinto agora...

No Ceu, ó Virgem! findarão meus males:
hei-de lá renascer, eu que pareço
aqui ter só nascido para dores.

Ali, ó lirio dos celestes vales!
tendo seu fim, terão o seu começo,
para não mais findar nossos amores.

b) Epoca de 1862 a 1866.—Nesta fase a produção de Antero «psicologicamente é a mais original, artisticamente é a mais bela. Parece que «o estado de espirito do poeta o não obrigava a tirar tanto de si, e porque nesta época viveu mais á lei da natureza, talvez por isso mesmo sentiu e pintou melhor as suas côres nas suas imagens.»

Mas «a nublose do primeiro periodo, começava a resolver-se numa tragédia mental que umas vezes tem os sonhos dos que mastigam haschich, outras vezes furias de desespero, ironias como punhais e gritos lanciantes:

Não duvido que o mundo no seu eixo
gire suspenso e volva em harmonia:
que o homem suba e ví da noite ao dia,
e a homem vá subindo insecto e seixo.

Não chamo a Deus tirano, nem me queixo,
nem chamo ao ceu da vida noite fria;

não chamo á existencia hora sombria;
acaso, à ordem; nem á lei desleixo.

A Natureza é minha mãe ainda...
é minha mãe...Ah! se eu á face
não sei sorrir; se estou desesperado,

Se nada ha que me aqueça esta frieza;
se estou cheio de fel e de tristeza...
é de crêr que só eu seja o culpado!

c) Epoca de 1864 a 1874.—A tempestade caminha neste periodo, o espirito do filósofo reage sobre o temperamento do poeta e nele torna-se sistema o que até agora era furia. Antero como filósofo torna-se então nihilista, como politico torna-se anarquista, é tudo quanto for negativo, é tudo quanto for excessivo.

Força é pois ir buscar outro caminho!
lançar o arco de outra nova ponte
por onde a alma passe—e um alto monte
aonde se abra á luz o nosso ninho.

Se nos negam aqui o pão e o vinho,
avante! é largo, imenso esse horisonte...
não, não se fecha o mundo! e além, defronte,
e em toda a parte ha luz, vida e carinho!

Avante! os mortos ficarão sepultos...
mas os vivos que sigam, sacudindo
como o pó da estrada os velhos cultos!

Doce e brando era o seio de Jesus...
que importa? havemos de passar, seguindo,
se além do seio dele houver mais luz!

d) Epoca de 1874 a 1880.—A nevrose mantem-se ainda neste periodo, mas antes a negação era violenta agora «tem como expressão a ironia, que é uma das formas conhecidas do saber e uma das linguagens da verdade». O antigo poeta satánico transformado em um nihilista vemo-lo agora na pele de um pessimista sistemático sorrindo já bondosamente.

Sai das nuvens, levanta a fronte e escuta
o que dizem teus filhos rebelados,
velho Jehovah de longa barba hirsuta,
solitário em teus Ceus acastelados:

Cessou o imperio enfim da força bruta!
não sofreremos mais emancipados,
o tirano, de mão tenaz e astuta,
que mil anos nos trouxe arrebanhados!

Enquanto tu dormias impassivel,
topamos no caminho a liberdade
que nos sorriu com gesto indefinivel...

Já provamos os frutos da verdade...
ó Deus grande, ó Deus forte, ó Deus terrivel,
não passas duma vã banalidade!

e) Epoca de 1880 a 1884.—Na ultima fase sentia remorsos do seu estado de animo anterior e entendia que as produções desses periodos, lugubres e tétricos, não podiam consolar ninguem e fariam mal a muita gente e destroi então muitas delas.

O seu espirito procura agora o Nirvâna, que é o Ceu do Budhismo, o Nada, em que ele se embrenha como filosofo.

Já socega depois de tanta luta,
já me descança em paz o coração.
Cai na conta, enfim de quanto é vão
o bem que ao Mundo e á Sorte se disputa.

Penetrando com fronte bem enxuta,
no sacrário do templo da Ilusão,
só encontrei com dor e confusão,
trevas e pó, uma matéria bruta...

Não é no vasto mundo — por imenso
que ele parece á nossa anciedade —
que a alma sacia o seu desejo intenso...

Na esfera do invisivel, do intangivel,
sobre desertos, vacuo, soledade,
voa e paira o espirito impassivel!

Mas Antero escrevendo o soneto — A' Virgem Santissima e um outro, — Na mão de Deus; parece que toda a sua alma se vai no Cristianismo com toda a sinceridade, com toda a verdade, com toda a piedade. Um monge cristão escreveria aqueles sonetos. «E Antero de Quental nem é cristão, nem crê em Deus, nem na Virgem, segundo o sentido ordinario da palavra crêr».

No entanto são de Antero as duas seguintes citações:

«Creio que a obra destes seculos mais proximos será, não destruir o Cristianismo, quero dizer o espirito cristão, o ponto de vista da transcendencia metafisica e moral, mas completa-lo com a ciencia da realidade. A religião do futuro não pode ser outra e não julgo necessario ir procurar o Budismo quando o que nela ha de melhor se encontra no Cristianismo e com forma sentimental mais pura, mais humana.

O grande filosofo é a Humanidade e desse grande fi-

losofo o melhor, o maior sistema, por ora, é o Cristianismo Catolico».

5) *Tesouro poetico do infancia.*—Impresso na Tipografia Aliança, Porto, em 1833.

E' uma colecção de poesias recolhidas por Antero, destinada exclusivamente á infancia e que ele dedicou ás mães.

«Coligi para aqui, diz-nos Antero, tudo quanto no campo do poesia portuguêsa me pareceu, por um certo tom, ao mesmo tempo simples e elevado, ou ainda meramante gracioso e fino».

«Antes as creanças leiam com inteligencia e com gosto historietas e cantigas, do que, forçadas e sem compreensão, os graves casos de D. João de Castro ou dos Lusiadas».

Termina com este periodo, a sua advertencia no principio do livro:

«Se as mães de familia e os mestres inteligentes acolherem com favor este livrinho, aplaudir-me-ei por este pequeno serviço prestado á causa da educação.

Aos seus trabalhos em prosa, ligava pouca importancia.

Preciso, diz-nos na sua já citada carta autobiográfica, de certa força de reflexão para me não envergonhar de ter publicado tanta cousa pouco pensada. E todavia era aplaudido.

Mas ele sabe porque o aplaudiam, ele, ele mesmo o diz: é por a Natureza lhe ter concedido um dom de prosa portuguêsa que tem o seu tipo na lingua viva e falada, e isso agradava e por isso o aplaudiam.

Conhecemos os seguintes:

1 *Defesa da Carta-enciclica de S.S. Pio IX contra*

a chamada opinião liberal. Considerações sobre este documento. Coimbra, Imprensa literária, 1865.

Pio IX na sua Enciclica—*Syllabus*—proclamou a infalibilidade; muitos liberais, porém, apresentando-se como católicos, atacavam o *Syllabus;* Antero revolta-se contra esta falta de lógica, atacava a hipocrisia dos jornais liberais, ao mesmo tempo que glorificava o Pontice pela sua atitude intransigente em face do seculo e cordata em face dos principios.

2) *Bom senso e bem gosto*.—Carta ao Ex.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1865.

Esta carta provocou a celebre questão de Coimbra, que durante mais de seis meses agitou o meio literário do País e foi o ponto de partida da evolução da literatura portuguêsa e das doutrinas de Hegel.

«V. Ex.ª aturou-me, diz Antero nesta sua carta, em tempo no seu Colegio do Portico, tinha eu ainda dez anos, e confesso que devo á sua muita paciencia o pouco francês que ainda hoje sei. Lembra-se pois da minha docilidade e adivinha quanto eu desejaria agora podê-lo seguir humildemente nos seus preceitos e nos seus exemplos, em poesia e filosofia, como outrora em gramatica francêsa, na compreensão das verdades eternas, como em outro tempo no entendimento das Fabulas de Lafontaine».

Finda esta luta, diz-nos Antero, viu-se que em Portugal havia uns 15 ou 20 rapazes que não queriam saber da Academia, nem dos Académicos, que já não eram catolicos, nem monarquicos e que falavam de Goeth e e Hegel.

3) *Dignidade das letras e literaturas oficiais*.—Impresso na Tipografia Universal, Lisboa, 1865.

Pertence este folheto a esta celebre Questão Coimbrã, de que Antero foi, como ele mesmo se intitulou — *o porta-estandarte* — mas com o que se não desvaneceu, nem tão pouco se arrependeu.

Neste trábalho define melhor o objectivo da dissidencia do espirito e demonstra que o pensamento sem liberdade cria as literaturas de convenção ou retóricas. E diz-nos então:

«Ah! nesta terra, em tempo fecunda e santa e agora fria e esteril, e esta gente out'rora nobre e altiva e hoje baixa e envilecida, a esta gente e nesta terra é que era fazer ouvir as grandes palavras de esperança, de coragem e de fé. Levantar esses animos incertos e caídos, animar esses corações descrentes, aquecer com um fogo vivo de amor, de sentido e ardente amor, esse sangue meio regelado, esses peitos que esfriam de desalento, alumiar essês olhos que o desgosto embacia e essas almas ainda mais baças pelos crepusculos dum espantoso abaixamento de luz moral!...

Aqui é que era fazer triunfar o espirito, pondo-o tão alto que fosse como um Sol a aquecer, a alumiar uma terra e uma gente que, ao sentir faltar-lhe o mundo, soubesse tirar daquele só astro o calor e a luz para a vida, e no isolamento da decadencia, fizesse nova patria, mais rica e formosa, da virtude e da nobreza!»

4) *Carta ao Ex.mo Sr. Antonio José d'Avila, Marquês d'Avila, presidente do Conselho de Ministros.* — Impresso em 1871. A proposito da portaria de 26 de junho de 1871 que proibiu umas conferencias democráticas que se estavam fazendo no Casino de Lisboa.

Desde este ano, Antero começou a tomar parte activa no movimento socialista que seiniciou então em Lisboa, e tanto nesta cidade como na do Porto, escre-

veu bastante, defendendo esta doutrina, nos jornais politicos.

As conferencias no Casino de Lisboa haviam sido fundadas por ele e muito frequentadas pela classe operária e inauguradas a 27 de maio de 1871 por Antero com uma exposição sobre o seguinte assunto:

Causa da decadencia dos Povos peninsulares nos ultimos tres seculos. — Impresso na Tipografia Comercial do Porto em 1871.

Antero neste trabalho explica a decadencia dos povos da Peninsula por tres fenómenos capitais e de tres espécies: «um moral, outro politico, outro económico. O primeiro é a transformação do catolicismo pelo Concilio de Trento. O segundo o estabelecimento do Absolutismo» pela ruina das liberdades locais. O terceiro o desenvolvimento das conquistas longinquas. Esses fenómenos assim agrupados, compreendendo os tres grandes aspectos da vida social, o pensamento, a politica e o trabalho, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou durante o seculo XVI, nas sociedades peninsulares. Esta revolução foi funesta, funestissima».

O Ministro mandou fechar o Casino e proibir a conferencia, e a proposito deste acto é que vem a Carta de Antero.

«a portaria com que V. Ex.ª mandou fechar a sala das conferencias democráticas, é um acto não só contrário á lei e até ao espirito da época, mas sobre tudo é atentório da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra e da liberdade de reunião, isto é, daqueles sagrados direitos sem os quais não ha sociedade humana, verdadeira sociedade humana, no sentido ideal, justo, eterno da palavra. Pode haver sem eles aglomeração de corpos inertes, que a força da gravidade social sus-

tenta justapostos: não ha associação de consciencias livres. Além disso é um acto tolo».

Afinal este folheto concorreu para a queda do Ministério que já não estava muito seguro e mesmo era dos que se chamam de transição.

5) *Portugal perante a revolução de Espanha.*— Considerações sobre o futuro da politica portuguêsa no ponto de vista da democracia Iberica. Impresso na Tipografia Portuguêsa, Lisboa em 1868.

Da leitura deste folheto vem-nos a afirmação, que a democracia é Iberia e que era preciso renegar a nacionalidade portuguêsa.

«Portugal é uma nação enferma, diz-nos ele, e do pior genero de enfermidade, o languor, o enfraquecimento gradual que, sem febre, sem delirio, consome tanto mais seguramente quanto se não vê orgão especialmente atacado, nem se atina com o nome da misteriosa doença. A doença existe todavia. O mundo português agoniza, afectado de atonia, tanto na constituição intima da sociedade, como no movimento, na circulação da vida politica.

«E por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portuguêses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstancias, o unico acto possivel e logico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade».

Mais tarde mudou de orientação e na carta autobiografica que temos citado, ao referir-se a este trabalho diz: »Advogava aí a União Ibérica, por meio da Republica-federal, então representada em Espanha por Castelar, Pi y Margall e a maioria das Cortes Constituintes. Era uma grande ilusão da qual porém só desisti, como de muitas outras, á força de golpes brutais e repetidos

da experiencia. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas cousas da sociedade».

6) *Programa para a publicação d' «A Lira Açoreana»*.—Coimbra 12 de agosto de 1860.

Colecção de poesias e prosas poeticas de todas as poetizas e poetas e literatos do Arquipélago dos Açores.

O producto liquido da venda deste livro foi aplicado ao Monumento a Camões.

Publicado na Aurora dos Açores, de Ponta-delgada, n.º 393, e é assinado por Antero do Quental e Alberto Teles.

7) *Carta ao Sr. Carlos de Lemos.*—Em que proclama Camões, Herculano e João de Deus com os tres grandes mestres do estilo poético português.

Reproduzido no Diario dos Açores de Ponta-delgada, e na Nova Alvorada de Famalicão no n.º 5 de 1891.

8) *Considerações sobre a filosofia da História literária portuguêsa.*—Folheto a proposito de alguns livros recentes. Impresso na Tipografia de Antonio José da Silva Teixeira, no Porto em 1872.

Este é o trabalho que Antero de Quental mencioaa da sua carta autobiográfica, como sendo a sua melhor obra em prosa.

A filosofia das literaturas, diz-nos, é uma creação do seculo XIX, cujo genio, se revela sobre tudo nos estudos históricos e a que um mixto particular de entusiasmo e cepticismo, de erudição e intuição, dá uma singular facilidade para penetrar o caracter de varias raças, o espirito de varias idades e civilizações.

A obra literária não é uma criação meramente individual, determinada pelo sentimento pessoal, pelo génio e pelas disposições do poeta, mas sim duma relação en-

tre a inspiração do individuo e o pensamento da época, a raça, o meio social e o momento histórico.

Os primeiros passos no estudo da história literária portuguêsa foram dados pelo Sr. Teófilo Braga, essa gloria ninguem lha tira. Tem defeitos: *a impaciencia* que o leva muitas vezes a conclusões prematuras, e o *espirito sistemático* que o leva tambem por vezes a conclusões falsas; mas ha um lado verdadeiramente sólido, no sr. Teófilo Braga, é o talento.

De Oliveira Martins e a propósito do seu estudo sobre Camões, diz-nos que ele representa a escola social e histórica, a unica a que se pode dar o nome de filosófica.

Camões, diz Oliveira Martins, é o segredo da nacionalidade portuguêsa. A época nacional portuguêsa por excelencia é o século XVI. O patriotismo dos portuguêses nos séculos XV e XVI é um fenómeno quasi unico na Europa de então, que os ternou muito parecidos com os romanos antigos.

E a decadencia da nossa raça será irremediavel?

Não, responde a filosofia revolucionaria. A nossa renovação será possivel no dia em que, pela reforma das instituições sociais, por uma nova e melhor compreensão da justiça, comece outra vez o espirito a circular neste grande corpo mais inerte ainda do que acabado, volte a animá-lo uma alma e um ideal colectivo.

Antero termina o seu trabalho, com o estudo sobre a Tese do Sr. Pinheiro Chagas para o concurso da terceira cadeira no Curso Superior de Letras — *Desenvolvimento da literatura portuguêsa,* concordando com o modo de vêr tão realmente português, tão eminentemente nacional e tão patriótico.

Os portuguêses, diz-nos Pinheiro Chagas, não são os párias literários da Europa.

Sim, não são; nos portuguêses ha o génio latino que nos domina e caracteriza.

9) *Ensaio sobre as bases filosóficas da Moral ou Filosofia da liberdade.* — O autografo deste trabalho foi encontrado no espólio de Antero, parte, posto a limpo e parte em notas soltas escritas a lapis. Tudo foi publicado no Arquivo dos Açores, volume 12 a paginas 187.

Todas as nossas ideias, diz-nos Antero, se reduzem á ideia de Ser, e o Ser segundo a experiencia é a Realidade, segundo a Razão é o absoluto; e desenvolve esquematicamente estes principios.

10) *A Filosofia da natureza dos naturalistas.* — Serie de cinco artigos publicados n'«A Providencia», jornal do Porto, 2.º ano, 1886.

11) *Tendencias gerais da filosofia.* — Na segunda metade do seculo XIX. Publicado na Revista de Portugal, Porto, volume II, ano 1890.

E muitos outros artigos e folhetins sobre questões politicas e literárias, (1)

JOÃO ALBINO PEIXOTO. — Nasceu na Vila da Ribeira-grande a 8 d'agosto de 1803, filho de Inacio José Peixoto e Eugenia Tomásia Joaquina, fazendo toda a sua

---

1) Vide, A' Memoria de Antero do Quental, Volume 12, do Arquivo dos Açores.

Correio dos Açores, ano 3.º n.º 624, de 23 de junho de 1922.

«Diario dos Açores», n.º 10.907 do Ano 50.

Localista, ano I, numero 43.

As Modernas Ideias da literatura portuguêsa, Volume II, paginas 96.

educação literária naquela Vila com a aprendizagem de português, latim, filosofia e arimética.

No entanto e entremiando com estes seus estudos, foi aprendiz de ourives, fundia a prata e ajudava o Mestre, seu tio, José Caetano da Mota, mas não andava contente com o oficio e um dia despediu-se, abandonou o Mestre, fez-se pintor, fez-se dourador, andou por essas Igrejas retocando e dourando altares.

Versejou sempre, tem as suas produções muito espalhadas, o jornal «O Norte», de que foi redactor principal o Conego Cristiano de Jesus Borges, nos ultimos dois anos da sua publicação, trás muitos dos sonetos do poeta do Norte, enviadas á redação pelo Reverendo Egas Muniz que possuia os seus manuscritos e a quem chamava o «Cisne da Ribeira», porque João Albino passava varias horas numa meditação profunda, numa gruta da ribeira, logar aprazivel e pitoresco.

Faleceu velho, a 12 de julho de 1891.

Conhecemos entre outras produções deste poéta as segnintes composições;

1) *Canto Funebre*—em memória da saudosa Rainha de Portugal, senhora D. Maria II.

Tipografia de M. J. de Morais, Ponta-delgada, 1853.

E' uma elegia á morte da saudosa e santa Rainha:

Ele canta:

> Que augusto som solene e melancólico
> da lira extrairei, que corresponda
> deste assunto á tristeza, á Magestade?
> Não o tacteio, não. . . diga-o o Silencio
> e esse luto geral e as atitudes
> do Micaelense povo, o que em si sente?
> Mudo, trajando negros veus, que diga
> a dor que nos golpeia o imo da alma.

E referindo-se áquele facto deveras curioso, da pomba que seguiu o enterro da Augusta Rainha e pousou por fim sobre a corôa do coche onde iam os restos mortais, diz:

Solene e lacrimoso o prestito ia
ao templo do Senhor. . . eis uma pomba
que sobre ele pairava já ha algum tempo,
da coroa sobre o coche então poisára.

2) *Passagem de um poema heroico de dez cantos.*
Tipografia Estrela Oriental, R. Grande 1856.
Faz esta publicação a pedido e a expensas duma senhora.
O assunto diz respeito ao autor; nele fala da sua familia, dos seus antepassados. E põe no rosto do folheto a sua seguinte quadra:

Se houvesse corações sensiveis, feitos
para o amor, patriotismo e gloria pura,
se isto ainda ouvissem generosos peitos
cessára talvez minha desventura.

E no contexto diz:

Sufocar quero ás vezes meus queixumes;
mas o que hei alcançado em suprimil-os?
e já agora que perco em divulga-los?
morrer opresso com o clamor no peito,
morrer autor, alivio d'amor á mágoa!

3) *Lamentações da Lira*—sobre os tumulos do Ill.^{mo} Sr. Agostinho de Medeiros Albuquerque.
Tipografia Rua do Garcia, Ponta-delgada, 1847.

Reune neste folheto algumas produções suas referentes ao falecido, de quem era amigo:

A vós, inclito grupo respeitoso;
que ou por laços de sangue ou de amizade
imergido na dor, luto e saudade
de Agostinho carpis fado impiedoso.

. . . . . .

A vós os cantos meus são dedicados;
não lhe achareis doçura ou melodia:
pois na amargura e pranto são festejados.

4) *Monumento*—ás saudosas cinzas da Ill.ma Ex.ma Sr.a D. Clara Joaquina Isabel do Canto.

Tipografia J. J. Botelho & C.a Ribeira-grande, 1857.

Falando da morte, do apego á vida que estranha:

E que ilusão a nossa! oh! como esquece
o que somos, oh! miseros humanos!
indo mesmo a cada hora recebendo
os avisos do Ceu, e os desenganos.

Eis aqui dos mortais em que terminam os festins, as grandezas, toda a lida! tudo termina a lagrimas, em luto, em saudade, amargor no fim da vida!

5) *Hino offerecido á sociedade Escolástico-filarmónica da Ribeira-grande.*

Tipografia Rua das Artes, 1850, Ponta-delgada.

Reune neste folheto umas poucas de composições e ofereceu o producto da sua venda á sociedade Escolastico-filarmonica da Ribeira-grande.

No hino que lhe oferece canta:

Sempre aplausos se consagram
á tua augusta missão;

pois aos rudes iluminas
com o facho da instrução.

E adiante compõe:

Ensinai, aprendei jovens,
desta arte a suavidade;
dos ceus a musica é filha
é um dom da Divindade.

Esta sociedade tinha por fim abrir á noite aulas de instrução primária, e de francês, musica instrumental e dança.

6) *Monumento funebre.*—A' Ill.ma Sr.ª D. Ana Cristina Machado.

Tipografia Botelho e Vargas, Ribeira-grande, 1869.

São uns poucos de sonetos dedicados a esta senhora e seu esposo o Dr. Agostinho Machado de Faria e Maia Junior.

Se ao Barão, teu bom pai, credor de gloria
que inda a pátria elogia com saudade,
por brilhar em seu peito a urbanidade
e rasgos os mais dignos de memória;

se o patriotismo seu á memória
cinsa sua fiz versos noutra idade,
que no olvido afundio casualidade,
sem vêr luz, nem ornar a sua história.

Se ainda hoje, em venerando dele a imagem
e de Ana, neta sua o raro apreço;
e do filho, Visconde a personagem;

A ti, por distinções, que em vós conheço,
com profundo respeito esta homenagem
com fé, constancia e lealdade ofereço.

7) *O lenitivo* ou tumulo — erigido pelas musas ás lamentadas cinzas da Ill.ma Sr.a D. Ana Cristina Machado. Tipografia Botelho e Vargas, Ribeira-grande.

Jaz aqui do tronco alto e florente
dos Borges e Medeiros ilustrados,
cortada a férreos e golpes despiedados
ao dar um fruto á luz do ceu fulgente.

Como em vulto Anjo foi sempre excelente,
anjo n'alma de dons mui elevados
para o etereo Eden dos alados
genios a transplantar o Omnipotente.

Vêde! os que sobre a terra sois maiores,
debaixo dela só tem magnitude,
quem por virtude é digno de louvores.

Por isso abençoai este ataude,
que Ana habita em esferas superiores
porque era flor do Ceu pela virtude.

8) *Tributo de gratidão* — ás cinzas do Reverendo Padre Mestre, João José d'Amaral.
Impresso em Ponta-delgada em 1853.
Dá a composição uma ode e dez sonetos dedicados á memória d'aquele ilustre vulto.

Patria, hoje oh! Patria ai dum veu lugubre
A fronta enluta! sim hoje de funebres
ciprestes te coroa,
Aljofra-te de lagrimas,

MARIA CRISTINA D'ARRIAGA.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, no dia 17 de outubro de 1835, e faleceu na mesma cidade a 22 de maio de 1915; filha de Sebastião d'Arriaga Paim da Silveira e D. Maria Cristina Pardal Ramos Caldeira, e assim irmã do Dr. Manoel d'Arriaga, o primeiro presidente eleito da Republica portuguêsa, de quem adiante vamos falar.

Senhora das mais altas qualidades de nobreza e sentimento, pertencia pelo nascimento a uma familia distinta pelo sangue e pela inteligencia, pois muitos dos seus representantes são dos mais ilustres na sua época, no seu meio, e alguns deles com muita distinção ocupam neste nosso trabalho logar de honra.

O Dr. Ferreira Deusdado, falando desta ilustre poetisa, diz que da leitura das suas obras se convence que a sua palavra é um vaso de cristal, mostra o que contem.

Ha sinceridade e delicadeza de espirito. A crise da amargura pode tê-la assaltado na vida, mas o frémito da dor não azeda naquela alma. Deus concedeu-lhe doçura inefavel».

Na sua poesia ha sempre flores, pode dizer-se que é a poetiza das flores. Mas ha tambem um amor ferido, mal compreendido, que a magoou toda a vida.

Dividimos os seus trabalhos em dois grupos: Poesias e Pensamentos que num e noutro campo deixou produções de valor.

Flores d'alma.—Um volume de versos.

E tem muitas das suas poesias espalhadas pelos jornais e revistas, marcando seguramente um logar de destaque, porque a sua autora era poetiza.

Numa visita que um dia fez ao seu jardim florido na sua casa da Horta, poetou a cada flor que descobria num sentimento d'alma:

A violeta lá vejo
escondida entre a folhagem,
mas seu perfume se eleva
até mais alta ramagem.

E tem para o cravo uma censura; parece queixar-se d'algum amor infeliz; mas que delicadeza na maneira de dizer:

O cravo tão variado
de muitas e muitas cores,
como em geral são os homens
em seu pensar e amores.

E completa depois na outra quadra o seu pensamento, é o amor ferido que a faz cantar.

Amor perfeito não tenho
a florir no meu jardim
o seu emblema é falsario...
e já me não diz a mim.

Os tristes.

A Narciso Rosado (Manoel Gréves) da Ilha do Faial, depois de lêr os seus explendidos versos — As lagrimas.

Manuel Greves, dedicou á Ilustre poetisa D. Maria C. d'Arriaga — a sua linda poesia, recitada na noite do Beneficio da Sopa, na cidade da Horta.

Senhora: eu amo as criancinhas.
Rostos que não tem côr, brancos, rostos d'arminho,
rostos que fluctuam funéreos no caminho;
mármores alvacentos, esqueléticos, doridos,
marmores que tem voz e gestos e gemidos!
oh! gelos descorados, gelos sempiternos,

Serra da Estrela intermina em meio de invernos,
com vozes de barrancos, vozes sepulcrais,
vozes que tem dores, tem choros e tem ais.

E a ilustre poetisa responde aos lindos versos:

Tu cantas bem o que sofre
o que não tem lar nem pão...
mais, que sendo tambem pobre,
deve ser dum ouro nobre
o teu grande coração.

. . . . . .

Ha no mundo muito pranto
que em risos queria tornar,
torna-la num goso santo,
feito de paz o seu manto...
mas é imenso esse mar.

CANTIGAS

Não deixam de ser interessantes as duas quadras com que fechamos o estudo sobre esta poetiza, que bem marcam o sentimento oculto que traz na alma:

O sol emprestou á lua
alguma da sua luz,
o astro morto inda brilha
no firmamento a flux.

Assim um coração morto,
pelas máguas torturado,
se encontra quem o entenda
pode bem ser consolado.

Deu á publicidade uns poucos de pensamentos, conceitos dum espirito esclarecido e profundo e dum coração bondoso, parece que ferido no verdor dos anos.

Ela escreveu:

«Assim como o limpido regato corre por entre as flores, dando-lhes vida e frescura, assim um coração amigo nos consola, nos anima, por entre as tremendas lutas da vida. Feliz quem encontra essa joia preciosa e rara no meio do lodaçal do mundo».

Ela procura esse amigo para alentar o seu coração nas tremendas lutas da vida, mas são raros, são como uma joia preciosa, perdida no lodaçal deste Mundo.

E diz noutro logar:

«Quem na sua mocidade não teve um raio de luz que lhe alegrasse a vida, morre antes que o corpo baqueie na terra».

Mas quem alegra a vida? é o amor?

«Pode-se lá viver sem ter amado alguem!»

E tem este outro pensamento digno de todo o registo, que não envergonharia um qualquer filósofo:

«As maguas esmagam o coração como a mó esmaga o trigo»,

E ha sempre em todos os seus pensamentos e conceitos um ponto negro, de magna dor:

«E' frio o marmore da campa. Só o podem aquecer as lagrimas ardentes dos que sobre ela vão chorar a perda dum ente querido, que ali jaz».

No entanto o seu espirito resiste a todos os revezes, ela não sucumbe, reage, suporta todas as contrariedades altiva e nobre. E' dela o pensamento:

«A planta afeita a vendavais, curva-se mas não quebra; o homem habituado aos revezes da sorte, sofre, mas não sucumbe». (1)

MANUEL JOSÉ D'ARRIAGA BRUM DA SILVEIRA. — Nasceu na cidade da Horta da Ilha do Faial no dia oito de julho de 1840, filho de Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira e D. Maria Cristina Pardal Ramos Caldeira.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, no ano de 1866, abriu banca de advogado em Lisboa, ao mesmo tempo que conquistava o logar de professor de inglês no Liceu da Capital, obtendo em ambos estes ramos a consideração merecida ao seu talento, ao seu saber e á sua alta educação.

Foi um dos vogais nomeado para a comissão creada por decreto de 1876 para organizar o projecto da reforma de ensino secundario, tendo o seu relatório sido aprovado na generalidade pelo Conselho do Liceu.

Diz-se que este trabalho alcançou um tal renome que dele teve conhecimento Sua Magestade o Senhor D. Luiz I, pela erudição e espirito reformador que ele continha; e por tal razão El-Rei convidou-o para perceptor dos Principes,

Manuel d'Arriaga ficou impressionado com semelhante convite, as suas ideias republicanas brigavam com semelhante confiança d'El-Rei e recusou o convite e no

1) Familias Faialenses, de Marcelino de Lima.

ano seguinte deixou de fazer parte do corpo docente do Liceu.

Orador romantico e apaixonado, foi um dos maiores caudilhos das ideias republicanas, mas um propagandista vasado na mais correcta conducta, querendo conquistar todos pelo coração e fazer uma republica em Portugal por aclamação do povo.

No tempo do seu falecimento, a 5 de março de 1917 escreveu-se bastante sobre este vulto verdadeiramente interessante por qualquer das facetas que se encare, mas de tudo que se disse aquilo que mais assenta e define o homem, resume-se nestas singelas frases:

«Espirito fino, duma vasta cultura e de uma educação esmeradissima, nem no tempo da sua mais acesa propaganda republicana, deixou de manter a sua linha fidalga e de merecer o respeito dos seus adversarios. Creou assim muitos adeptos, que se deixaram fascinar pela sua figura atraente, pela sua palavra brilhante e pelas suas tradições honradissimas.

Foi deputado ás Côrtes, por vezes no Regimen Monarquico, eleito em luta aberta com os governos, juntamente com os mais categorizados vultos do tempo da propaganda republicana.

Proclamada a republica foi nomoado seu Procurador Geral, Reitor da Universidade de Coimbra e por fim a vinte e quatro d'agosto de 1911 pela Assembléa Nacional Constituinte Presidente da Republica.

No dia da sua eleição, discursando na Assembléa Nacional, fez o elogio dos principios democraticos, de que foi propagandista desde a mocidade.

Diz ter a Assembléa depositado nas suas mãos um tesouro quatro vezes precioso:

«O tesouro da liberdade, em nome da qual trabalharemos com o auxilio de todos os que vieram em volta

de nós, eliminando todos os privilégios que para mim são malditos.

Depositou além da liberdade uma cousa sagrada acima de todas: *a honra da Patria.*

Perante o estrangeiro e perante a nossa consciencia, nós vamos honrar, por uma solidariedade inalteravel, uma triste herança — *o passado,* por culpas que não são nossas; nós vamos honrar os compromissos que nos legaram com os nossos sacrificios.

As virtudes democráticas vão ser agora invocadas como elementos de regeneração da Patria. Não falemos nós mais nos erros dos contrários depois de os condenarmos, porque as virtudes da democracia valem bastante para esquecer os inimigos da Patria.

Ha outro tesouro acima de todos precioso: é *o povo português.* E' este tutelado dos seculos que está completamente desvalido, sem luz da justiça moderna.

E' necessario acalentar aquelas almas, enriquecer e arrotear aqueles corações perdidos para a Verdade, para a Justiça e para o Amor. Este é o objecto mais dilecto do meu coração — *os oprimidos* — Fazer do nosso Estatuto a Cidade Santa do Direito moderno. Fazer com que esse Direito seja tão invejado pelos nossos inimigos, como outrora o foram as cidades de Roma e Atenas».

A Assembléa Nacional de pé, aplaudiu o seu primeiro Presidente num entusiasmo de delirante alegria, enquanto ele, ao lado do Presidente da Camara, tambem de pé, abraçava o Estandarte Português.

Não foi porém feliz nos tres longos anos e nove meses que presidiu aos destinos da Nação; enganou-se julgando os seus homens melhores dos que haviam baixado dos poderes publicos pela queda da Monarquia. E antes ainda de terminar o periodo da sua eleição declinou nobremente o seu mandato enojado da politica odiosa e mesquinha e suja de todos que o perseguiam e

queriam enodoa-lo. O *presente* não era em nada melhor que o *passado*.

O seu sonho da Cidade Santa desfez-se em lagrimas e o Dr. Manuel d'Arriaga, idealista, mas honrado e bom, recolheu-se desiludido e maguado á vida modesta dum particular.

Numa entrevista, pediram-lhe falasse não da politica mas do passado; aos homens de idade agrada falar da sua mocidade; o Dr. Arriaga sorriu de contente:

— «E' triste recordar e eu tenho tido tantas e tão amargas desilusões na vida! Mas ha épocas em que os homens gostam sempre de ressuscitar. Toca-me num ponto fraco».

Evoca então a sua casa nos Açores, a casa do Faial, onde nasceu e onde foi educado.

— «O solar dos Arriagas, na rua do Arco.

«Não imagina como fui creado debaixo dos mais severos preconceitos de educação antiga. Vivi quasi sequestrado do convivio social. Era uma familia aristocrática e legitimista».

E apesar de educado neste meio intransigente o Dr. Manuel d'Arriaga saiu um espirito avesso áquela politica.

Educado por uma senhora americana, em casa de seus pais, ela emprestava-lhe as obras de Byron, Lamartine, Victor Hugo.

«Essas obras de génio, de sentimento, de poesia e de supremos ideais, nunca mais as esqueci. Revelou-se um novo Mundo. Era como se de repente eu tivesse reparado numa nova e deslumbrante primavera para mim desconhecida.

«Quando me mandaram aos dezoito anos para Coimbra, levava já o fermento das novas ideias».

Foi o primeiro classificado no primeiro ano de Direito; «no segundo, 1862, rompi hostilidades com o espirito reaccionário d'alguns dos meus mestres».

Apresentava-se avançado de mais para a época e isso causou reparos no meio Academico.

Nessa época, Garibaldi, defendendo a liberdade, caía na Italia ferido por uma bala que os reaccionários diziam ser castigo de Deus.

O estudante Arriaga, proclama então:

— «A bala extraída da ferida de Garibaldi, ha-de ser adorada nos altares da liberdade, como a Hostia Consagrada nos Altares da Igreja».

Abandonado pelo pai que intransigente, não compreendia a politica liberal defendida pelo filho, viu-se forçado a lançar mão do ensino, em Coimbra, para se sustentar.

— «Recorri ao ensino. Abri um curso prático de Inglês. Alguns lentes da Universidade reuniram-se e quiseram oferecer-me uma mensalidade para continuar, sem grande sacrificio o meu curso de Direito. Recusei, e então esses lentes foram-se alistar como meus discipulos durante dois ou tres anos».

Mas uma outra faceta do Dr. Manuel d'Arriaga — é o de literato, poeta e filósofo, de cujos trabalhos o seu genro o Dr. Luiz Xavier da Costa organizou uma lista completa que apresentou na Academia das Ciencias de Lisboa a 7 de março de 1918, com o titulo: *resenha biografica das obras publicadas e impressas pelo Dr. Manuel d'Arriaga*.

Dentre elas conhecemos as seguintes.

Dissertação — sobre a unidade da familia humana, debaixo do ponto de vista económico.

Trabalho este com que se apresentou ao concurso para a decima cadeira na Escola Politécnica no ano de 1866, não sendo provido no logar.

Tese. — O sistema penitenciário, quando exclusivo e

unico, abrangerá os fenómenos mais importantes da criminalidade e não os abrangendo, converter-se-ha numa instituição contraproducente e nefasta.

Imprensa Nacional, Lisboa, 1889.

Trabalho que apresentou no concurso juridico reunido naquele ano.

Harmonias sociais. — O problema humano e a futura organização social no debate da sua fase definitiva.

No prefácio diz:

«A nova moral preconizada neste livro não inventa leis, não recorre a artificios, não usa de enganos, não emprega violencias, para realizar entre os homens os sonhos de beleza, de amor e de justiça, que hoje mais que em tempo algum, iluminam, como constelações divinas as almas dos pensadores, sonhos esplendentes que a escuridão, em volta deles permite se projectem nas multidões inconscientes e desvalidas, como na aridez do deserto um fresco e belo oasis vindo de paisagem longiqua».

Renovações históricas. — dissertação para o concurso da cadeira de história universal e pátria no Curso Superior de Letras, em Lisboa,

Imprensa Rua da Rosa, Lisboa, 1878.

A questão da Lunda. — O tratado Luso-belga.

Imprensa Nacional, 1891, Lisboa.

Canto ao Pico.

Impresso no Faial em 1887.

Pequeno opusculo de versos em que o autor descreve as impressões que recebeu na ascenção que fez ao cume da maior montanha dos Açores, na Ilha do Pico e que dela tirou o nome.

Cantos-sagrados. — Editado por Manuel Gomes, Livreiro, Lisboa, 1899.

Diz-nos o autor na sua fala ao publico, apresentando o seu livro, que assim como o lavrador que nas tardes de outono, antes que chegue o inverno, recolhe os frutos das suas pequenas herdades, assim tambem ele no periodo calmo da existencia em que entrou e antes que a morte lhe venha trazer a paz da sepultura, seleciona as poesias que escreveu no periodo de 32 anos, desde 1867 a 1899, quasi todas inéditas, para as dar agora ao publico.

E divide depois essas suas produções em quatro livros:

1) *Cantos Sagrados* — que é o que agora nos referiremos.

«A muitos, diz-nos o autor, parecerá contraditório que tendo nós combatido em toda a nossa vida, ha mais de um quarto de seculo, o obscurantismo, os abusos e os crimes cometidos á sombra das religiões positivas, sobre tudo da religião dogmática, nos aventuremos, sobre as ruinas do velho mundo e á entrada dum novo ciclo histórico, a soltar cantos duma tão ardente fé religiosa! A resposta encontrá-la-ha o leitor na nota elucidativa á poesia «O que eu vi».

Nesta nota diz-nos que esta poesia é a sintese de todo este livro, pode servir de explicação ao sentimento religioso que se acusa tão acentuadamente em quasi todos os seus trabalhos poéticos. Mas esse Deus a que se refere está completamente fóra dos moldes das religiões reveladas, dos ergastulos da fé dogmática. E' o Pai da vida, a Fonte do amor, o Deus da Natureza.

O que eu vi:

Saí um dia a contemplar o mundo,
por vêr quanto ha de belo e quanto brilha
na multipla e gloriosa maravilha,
que anda suspensa em o azul profundo.

Vi montes, vales, arvores e flores,
limpidas aguas, múrmuras torrentes,
do grande mar as musicas plangentes,
dos ceus sem fim os trémulos fulgores,

Trouxe os olhos tão ricos de beleza,
o coração tão cheio de harmonia,
de quanto havia em terra, mar e ceus.

Que interpretando a sós a Natureza;
dentro de mim esplendido fulgia,
um circulo de luz, teu nome, oh! Deus.

2) o segundo volume que diz vai publicar, intitula-se «Irradiações» e divide-se em 4 partes: devaneios, imagens do um mundo extinto, nas alturas, no lar.

3) o terceiro livro terá poesias dispersas, ensaios e fragmentos.

4) o quarto é o poema que intitulou: — *Sintese suprema* — escrito nos tres ultimos anos que se seguiram ao seu afastamento da politica militante.

Compo-lo sob a ameaça da morte que as suas doenças lhe ponham todos os dias diante dos olhos, sem esperanças.

E' um poema heroico, glorificando os triunfos da humanidade no concerto do Universo e onde sob uma forma dramática, reata as tradições gloriosas de Portugal, no periodo da Renascença, á futura solução do problema humano, sob um novo ideal de justiça.

Fechamos estes nossos apontamentos sobre o ilustre Açoreano com uma pequena transcrição da sua poesia — *A' Guerra* — em 1870, em que mostra o seu sentimento e as suas altas qualidades de homem:

O que eu sinto:

Se vejo com pavor as lutas carniceiras
que empenham as Nações, chamadas as primeiras,
nos campos da batalha,
Ah! quando a sós comigo e o Eterno me concentro,
ouço não sei que voz a me bradar cá dentro:
—E' Deus que ali trabalha!

Por mais que ousado vôo aos Ceus a aguia eleve
Nos ceus ha um limite além do qual em breve
falece a aza e tais
como as aguias os Reis!. . . subiram mas solene,
o dia ha-de chegar em que Deus os condene
e brade-lhes: Não mais!

No chão não ha raiz que diga á Terra, estanca
a seiva que me dás! Nem aguia ou pomba branca
que engeite o vôo alado!
Não ha um lavrador que entaipe em cal e pedra
a fonte de cristal, de cujas aguas medra
a termor, a flôr, o prado!

E onde ha no Mundo um povo a outro povo estranho?
ou odio fidagal, intrinseco, tamanho
que a todos nós divida?
Se a terra, o mar profundo e o proprio Sol são pouco
por darem vida a um lirio: haverá hoje um louco
ou Cesar que decida,

De encontro ás sabias leis por Deus dadas ao Mundo,
que um homem cujo peito infinito e profundo
abranja a terra e os Ceus
Guerreie o proprio irmão que é dele a propria essencia
a luz, o ar, a vida, a força a Providencia,
que deste-lhe meu Deus?

. . . . . .

Por isso eu neste mar, sobre este chão d'abrolhos,
por onde cai amargo o pranto dos meus olhos
se fito no Senhor,
se fito no Ideal, minha alma não se inquieta:
confia e sobe a Deus, é como a borboleta
que vai poisar na flor.

MARIANA BELMIRA D'ANDRADE.—Nasceu na Ilha de Sam Jorge no dia 31 de dezembro de 1844, filha de Manuel José d'Andrade, comerciante e D. Maria Severina d'Andrade.

Na sua mocidade viveu na Vila das Velas, da dita Ilha de Sam Jorge e ali morreu no dia 17 de fevereiro de 1921, no estado de viuva de Antonio Maria da Cunha de quem ha muito se achava separada, por incompatibiiidade de genios.

No entanto, entre os conhecidos desta senhora, era opinião corrente, que ela era refractaria ao amor; na verdade, o seu viver e muitas das suas produções levam-nos a este convencimento.

Em 1888, publicava no «Almanaque das senhoras» a seguinte interessante local:

«Já uma vez me preguntou porque motivo eu nunca cantara o amor; pois não é verdade? Disse-lhe então e repito-lhe ainda hoje, porque o meu orgulho de mulher m'o não consentiria nunca. Porque para cantar o amor, necessario era que cantasse o seu objectivo e por forma

alguma acho o homem assunto digno de verso. E depois eu não só teria de relatar os meus jubilos, mas tambem as amarguras, tendo por ventura de chorar de amor...

Ora pelo amor de Deus!

Eu tenho chorado de amor proprio ofendido, de odio impotente, de riso, pela maior parte das vezes, mas de amor juro-lhe que nunca chorei. Que *ele* chorasse, de acordo; tambem o crocodilo chora no momento de empolgar a presa, mas que ela, a vitima, ungisse de suaves prantos os pés de algoz, no acto de ser devorada... é revoltante!

Foi por tudo isto pois que eu nunca cantei o amor».

Já em 1873, revela a sua má vontade ao amor, nos seguintes versos:

O AMOR

Amor...que és tu amor? tu és a estrela
que surge dentre as sombras da tormenta
a refulgir sem veu?
ou és a nuvem negra, pavorosa,
que vem cobrir de luto a face pura
do mais formoso ceu?

Tu és a nivea aza onde se acolhem
os mais formosos sonhos, as esperanças,
os estos do prazer?
ou tens o fatal dom da mancenilha
matando o que inexperto, á sombra tua
se deixa adormecer?

Tu és o suspirado, o brando oasis,
sorrindo ao peregrino entre perfumes
de flores divinais?
ou és o fundo abismo onde a inocencia

se vai a resvalar rojando a coroa
dos lirios virginais?

. . . . . .

Se tu és mensageiro da desgraça,
que vens roubar das faces a alegria,
a paz dos corações. . .
então porque ha-de a luz de rosea aurora
banhar, cingir a fronte aos teus eleitos
de misticos clarões?

. . . . . .

Feliz do que indiferente e descuidoso
não tenta desvendar quantos mistérios
encerras tu amor!
Feliz! que se o prazer lhe foi defeso,
embora! em deslizar sereno, placido,
nem sonha o que é a dor!

Antes ainda, em setembro de 1872, escreveu ela um artigo intitulado — *A amizade* — em que já fere o amor; são desse artigo os seguintes periodos:

«Amizade!. . . tantas vezes invocada, tantas vezes turibulada no decorrer da vida, existirás tu acaso?

Existirás na tua verdadeira acepção ou não passarás de um mito, duma palavra pomposa e vã, como tantas outras que existem no mundo?

. . . . . .

Se existes, bem fadado o ente que pode furtar-se ao mundo, sob a égide impenetravel de tuas candidas azas.

Mas desgraçado, mil vezes desgraçado, aquele que com o coração repleto de crenças e a fronte engrinaldada de inocencia, se arremeça inesperto ao mundo, árido de santos afectos e que julgando divisar-te, ó amizade, nessa miragem espendida que prepassa constantemente ante seus olhos deslumbrados apenas encontra a

gélida realidade. . . isto é o egoismo, a maldade ou a indiferença.

. . . . . .

Arreceia-se dos homens porque para eles o olhar mais bondoso, o sorriso mais leal, não são mais que a noite florida, sob a qual se esconde um traiçoeiro reptil. . . e força é dizê-lo esse reptil é o coração humano!

Prefere amar um tronco de arvore, uma flor do seu jardim, a dedicar afeição a uma creatura que raciocine e tenha coração».

E esta senhora que assim falou do amor, casou, no entanto aos 34 anos de idade com um seu patricio, Antonio Maria da Cunha, pertencente a uma familia fidalga dos Açores.

Pouco tempo, porém, durou a lua de mel, pois alguns meses após o casamento, escrevia:

«Na treva do himeneu, estólida, execravel,
o indissoluvel laço, o laço inquebrantavel»

Por aqui se avalia o desocordo deste casal. O nascimento do primeiro e unico filho deste desunido par foi ainda causa de maiores desgostos e decisivo rompimento.

Quis o esposo baptizar seu filho com o nome de Inocencio, era o nome de um seu ilustre ascendente e que havia sido o instituidor do vinculo da sua casa: opôs-se a isso terminantemente D. Belmira.

Marido e mulher questionaram então e a contenda foi até junto da pia baptismal, pois até aí foi D. Belmira; o paroco fez parar então a discussão:

—Onde está galo, não canta galinha; o menino vai chamar-se Inocencio como o pai deseja».

D. Belmira sofrera atrozmente as dores da maternidade e medrosa e até revoltada contra aquele castigo da Natureza a quem vai ser mãe, impôs ao marido uma

separação que ele aceitou, e dentro em breve saia para o continente, fixando sua residencia em Lisboa, donde não mais voltou.

Separada de seu marido e esgotados os recursos que possuia, procurou obter pelo seu trabalho os meios de se sustentar e ao seu filhinho. Transportou-se então para Angra do Heroismo e aí concorre ao exame de professora de instrução primaria. Era então presidente do juri o Inspector de Instrução-primaria Simões Raposo; D. Belmira na vespera do exame procura-o pedindo-lhe a sua habitual e costumada benevolencia.

Conversaram durante muito tempo, e a proposito disse Simões Raposo:

—A memória, minha senhora, é a nossa creada, dela nos servimos sempre que precisamos.

No outro dia foi o exame; D. Belmira foi respondendo ás preguntas formuladas e lá ia indo, mas em certa altura estacou.

—Não se recorda, insiste Simões Raposo.

—Não senhor, respondeu meneando a cabeça, fugiume a creada, agora, de casa.

Simões Raposo compreendeu a insinuação e sorriu.

Aprovada nesse exame foi depois despachada professora oficial de instrução-primaria para a freguesia da Urzelina da Ilha de S. Jorge, onde durante muitos anos exerceu esse mister, sustentando a sua casa, creando e educando o seu filho, sem outro auxilio algum.

A poesia, era todo o seu encanto, todo o seu amor:

«O que seria a vida, o mundo, se não existisse a poesia? escreve ela em 1872.

Não ha ninguem por mais prosaico ou material, a quem ela deixe de falar á imaginação, porque todos gostam de flores, das creanças e de um Ceu de primavera, quando tem por espelho um oceano, tão puro e socegado como um olhar de inocencia.

Todos mais ou menos lhe rendem culto, nem só os que fazem versos são poetas; ás vezes encontra-se mais poesia nos gostos e ideias duma imaginação descultivada, do que em muitas estrofes rendilhadas do mais elevado estilo».

As suas produções literárias são:

Fantasias.—Impresso na Empresa Tipográfica dos Açores em Ponta-delgada em 1875. E' um livro de versos, é a sua primeira colecção de poesias que deu á publicidade.

Na apresentação do livro diz:

«Confesso que nunca tentei regular-me por este ou aquele dos nossos mestres na arte de fazer versos; curvo-me respeitosa ante a autoridade incontestavel de Castilho, Soares de Passos e Alexandre Herculano; deliciome com as leituras de D. Maria A. Vaz de Carvalho, Tomás Ribeiro, Bulhão Pato e Eduardo Vidal; mas, tratando-se de escrever, com a devida venia dos meus poetas favoritos e com grande risco na preferencia, eu cedo sempre o logar á louca fantasia que deixou devaneiar livre e bem livre.

Todavia, se da influencia d'alguma dessas leituras se podem resentir os meus versos, deve ser por força da ultima que deixei mencionada.

Com efeito, mal pode imaginar Eduardo Vidal que aqui, neste cantinho do mundo, existe uma tão fanática admiradora dos seus versos.

Pois é verdade: com especialidade os seus «Contos do Estio» são a farmacopea milagrosa onde encontro remedios eficazes para todos os males, quere do espirito, quere do coração. Mas não é só no caso do sofrimento que eu busco ávida a sua leitura, é sempre infatigavelmente.

Sei-lhes de cór todas as paginas, da primeira á ultima».

Eis uma das poesias deste volume:

DEVANEIOS

E' noite, noite imponente
de silencio e magestade;
sob o azul da imensidade
vê-se a terra estremecer...
A luz dos astros lampeja
rediviva, cintilante,
como se um sopro incessante
lhe fosse o brilho incender.

A brisa passa correndo
sobre tapetes de flores,
sem lhe importar os odores
do perfumado jardim;
e o mar quebrando na costa
sente-se arfar agitado,
debatendo-se irritado
num rumorejar sem fim.

Tudo em segredo palpita
da natureza no seio,
como, num intimo anceio,
numa vaga aspiração...
E ele, o filho da harmonia,
de pé sobre o arguido monte,
sente bafejar-lhe a fronte
o fogo da inspiração.

. . . . . .

Ai! eu não invejo ao mundo
tantas riquezas que encerra!
Eu não invejo da terra
nem tronos nem pedestais!

Que valem? são quebradiços,
ao menor sopro prostrados
jazem no pó derrubados
os diademas reais.

. . . . . .

E' noite, noite opulenta
de sombras, de luz coroada.
envolta, semi-velada
nos seus luminosos veos;
ele o louco do poeta,
ei-lo de pé sobre o monte,
alçada a palida fronte,
com os olhos postos no ceu.

A esfinge—romance que constitue no entanto a sua autobiografia, dividido em tres partes: *Democracia, Drama* e *Tragédia*.

Foi publicado em folhetins no jornal «A Ilha Graciosa:»

Santelmo—folheto sobre este curioso fenomeno.

A Sibila—versos filosóficos, volume editado por J. F. d'Escobar, editor, Velas, Ilha de S. Jorge em 1884,

E' um poema em que a autora se declara republicana e atêa.

Abre assim o seu trabalho:

«Suspensa no alcantil, d'alevantada serra,
ela tinha a seus pés toda a extensão da terra,
toda a extensão do mar, do fulgido horizonte,
que ia perder-se além. . . por sobre a sua fronte
o azul da imensidade. Em torno a paz estranha,
a paz das solidões que habita na montanha.
Imerso o pensamento em mundos de poesia.

pousada sobre a mão a face lhe pendia...
Subito, erguendo a visfa em gesto alucinado,
deslumbra-nos, fascina o brilho incendiado,
do seu olhar de fogo, ardente, esplendoroso,
em tacita avidez, como a medir ancioso
um gigante vôa aos seios do infinito
ai, por pedestal a serra de granito,
estatua alevantada, essa mulher tão bela,
surgia aos olhos meus na luminosa tela,
qual tragica figura, olimpica, orgulhosa,
o vulto escultura de deusa vitoriosa».

Nunca o seu estro, assegura-nos a insigne poetisa, foi afinado em louvores dos «grandes do mundo», não porque a sua musa se ofusque á vista de um titulo ou se curve reverente á soberania do ouro, pois espontaneamente a sua lira só sabe reconhecer a grandeza de Deus.

E neste principio ela canta exaltando os pobres proletários:

«Escravo do trabalho, ó rigido valente;
dos batalhões da paz, ó bravo combatente!
E's tu que ardendo em febre, intrepido, incansavel
fazes surgir do pó a mole formidavel,
que os pósteres virão cercar d'alta homenagem
que hão de saudar curvando-se, as eras na passagem,
de esforço sobrehumano, o colossal assombro,
ó Atlas portentoso, ergueste-o no teu hombro!
e vais na trilha obscura, ignorada, ingloria;
a fronte sem laureis, sem palmas de vitoria,
sem um triunfo só...E segues abatido,
envolve-te o abandono, o desdenhoso olvido».

Insurge-se depois contra o Rei e quere abater-lhe o

trono, o logar de distinção, a soberania é só para o que trabalha, a realeza é só para aqueles da forja e da oficina.

—«Logar ao Rei!
—Porquê?!
—Sob um docél dourado
em berço carmezim de estrelas recamado,
ei-la a vergontea augusta, a infantil alteza
que ha-de subir, subir aos cumulos da realeza,
e a um trono alfim erguendo-se em gesto soberano
curva ao seu dominio o longo e vasto oceano,
de um povo que a seus pés, molosso acorrentado,
ha-de ir lamber-lhe a dextra, humilde prosternado.

E faz-se agora atêa; ainda nas suas «Fantasias» só reconhecia a grandeza de Deus, agora nada reconhece e em nada acredita do sobrenatural.

O' alma ingenua, casta!
Alma?
Expressão terrena,
efémera, falaz, que íntima voz condena:
a intuição, a audácia, o combater supremo
da realidade, enfim a ultrapassar o extremo,
os marcos do interdito...as misticas barreiras...
do pensamento ao mar, quem marcará fronteiras?
Alma!...expressão mentida. E's a imortal cativa?
que estranha essencia és tu? tu és a imagem viva
do teu mesquinho involucro, o lodo vil, a argila?
. . . . . .
O' natureza, ó mãe, ó força misteriosa!
a eternidade és tu! Na órbita assombrosa,
que terra e ceus envolve em gigantesco abraço
quando ao primeiro impulso arremessaste ao espaço

marcando a eterna lei ao gravitar dos mundos,
do infinito azul nos circulos profundos?
A eternidade és tu! quando do extremo dia
atingirás teu fim? e gélida, sombria
se ha-de estancar a seiva em tua imensa artéria,
velando a escura sombra, a solidão funérea,
tudo o que agita, anima, o sopro omnipotente
tudo o que inflama, ó mãe, teu hálito fremente?
que labios o dirão? Magnifica, imutavel,
era, após era, vais, no giro infatigavel.
E de teu fértil seio, aberto, inexaurivel,
a exuberancia, a vida, em jorro inextinguivel
proclama á imensa luz tua imortal grandeza:
Se acaso existe um Deus, és tu, ó Natureza!

Curiosissima organização a desta senhora, que despresando o Altar, não acreditando em Deus, odiando o trono e a realeza, exalta-se no entanto indignada ao saber o duplo e bárbaro assassinato de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luiz Filipe. Ao proclamar-se o regimen republicano que ela tanto cantara, com todo o seu extremismo e com todo o seu combate á doutrina de Jesus e especialmente ao Catolicismo, ela ruborizada de vergonha e tomada de arrependimento, ajoelha aos pés de um padre, no confissionario e pede perdão dos seus excessos na sua literatura e fez-se crente e agrupou-se á grande maioria do nosso País que se mostrou então, como ainda hoje, crente e conservadora.

E assim, nesta sua ultima fase, se finou uma das mais robustas inteligencias de mulher. (1)

FRANCISCO JOAQUIM MONIZ DE BETENCOURT —usava do pseudónio de Mendo Bem, nasceu na Vila

1) «Revista Micaelense», ano 4º, numero 3, pag. 1232.

da Praia da Victoria da Ilha Terceira, no dia 8 de dezembro de 1847, filho do Conselheiro Niculau Anastácio de Betencourt, governador civil que foi do Distrito de Angra do Heroismo e uma das personalidades mais em destaque, do seu tempo. como politico, como escritor e até como poeta, e de sua consorte D. Balbina Candida de Brito Betencourt.

Funcionario da Fazenda Publica, desempenhou as funções do seu cargo em Angra do Heroismo, Pontadelgada, Funchal, Lisboa, Porto e Guarda, sendo a sua mais elevada categoria a de Delegado do Tesouro.

Muito afavel, cativava todos pelo seu trato, em extremo delicado e bondoso.

Legou á biblioteca de Angra a sua livraria que se compunha de tres mil volumes, votando a respectiva vereação em sua sessão de 25 de setembro de 1902, sob proposta do seu presidente, Visconde d'Agualva, um voto de louvor e profundo agradecimento por semelhante oferta, e que fosse colocado na sala da referida biblioteca o retrato do ilustre oferente.

Como jornalista, principalmente, e tambem como poeta, escreveu muito, numa linguagem muito comezinha, muito intima, um perfeito retrato da sua bondosa alma, e a maioria das suas produções andam espalhadas em diversos jornais dos Açores e do Continente.

Em volumes, conhecemos as seguintes publicações:

Vale das Furnas — miniaturas em verso. Tipografia Elzeveriana, S. Miguel, 1895.

Prefaciado pelo Dr. Mont'Alverne de Sequeira, diznos ele que «Mendo Bem extasiado pelas maravilhas do pequeno paraizo, (Vale das Furnas) escondido numa concha que se balouça no Oceano e arrebatado pelo espectáculo deslumbrante de uma Natureza magestosa e opulenta, pegou na lira e foi cantando as aguas que ma-

rulham, as folhas que suspiram, as flores que sorriem, o zéfiro que geme, as plantas que meditam, as aves que gorgeiam melodias, os vulcões que meditam escórias da terra uivando como chacais famintos, os lagos, as sulfataras, o Ceu, a lua, tudo o que ri ou que soluça, tudo o que atrai ou que galvaniza, que deslumbra ou que comove, que aniquila ou que exalta».

Referindo-se propriamente ao verso acha-o — «singelo, doce, bucolico, de um lirismo perfumado, espelho de uma alma extática, bussola de um cérebro contemplativo».

Na verdade os versos de Mendo Bem, dão-nos a impressão, na sua simplicidade, da personalidade amavel do seu autor, que por aproveitar todos os ensejos para versejar, lhe sairam donde em onde, por muitas vezes, produções fracas, versos sem grandeza.

LAGOA SECA

Foi-se a noite dos tempos, a história
põe luz brilhante em dias do passado;
e ora recorda um feito assinalado,
ora um sucesso de letál memória.

Quem lhe prescruta o simbolismo arcano,
e dá aos fólios aturado estudo,
lê esses códices de caracter mudo,
decifra lendas com trabalho insano.

E' pois á história, minha sabia mestra,
que vou pedir uma lição, um facto,
para por em verso, neste estilo ingrato,
o som horrivel d'ignescente orquestra.

Marienses. — Trovas Açoreanas, Imprensa de Labanio da Silva, Lisboa, 1899.

E' uma colecção de versos feito sna Ilha de Santa Maria, onde o autor canta no seu verso e numa linguagem intima, aquela Ilha.

Estes versos são em tudo irmãos dos do Vale das Furnas, notando-se a facilidade que o autor tinha para escolher tema para poetar e como o fazia ligeiramente.

Vamos em volta da Ilha,
que negras rochas sombrias!
Aqui e além maravilha,
uma praia. As penedias

ocultam grutas formosas
de resto as ondas altivas,
gemebundas, anciosas,
veem galgar arestas vivas.

Coronel Sousa e Silva.— Cartas Açoreanas, dirigidas á Redacção da Actualidade, Tipografia Ferreira & C.ª S. Miguel, 1899.

E' ainda da Ilha de Santa Maria que vem estas cartas; Mendo Bem fôra lá para descançar, tratar da sua doença crónica, mas não consegue repousar o espirito, depois de versejar escrevia artigos para os seus jornais e entre eles esta serie de Cartas em que biografa. Antonio Augusto de Sousa e Silva, coronel d'artilharia, Engenheiro civil, do corpo de engenheiros das Obras Publicas, deputado por muitas vezes eleito pelo Distrito de Ponta-delgada e Par do Reino eleito pelo mesmo circulo.

E' principalmente sob a fase do homem politico que assentou a biografia, pelos seus muitos serviços prestados a este distrito de Ponta-delgada, pelos seus esforços e pelo seu trabalho.

Notas de viagem.—Tipografia popular, Ponta-delgada, 1899.

Descreve o autor a visita a esta Ilha de S. Miguel de um seu irmão Camilo de Betencourt, onde tinha nascido e depois a visita que ambos fizeram á Ilha Terceira, onde ambos se haviam creado.

Recorda então factos da mocidade de todos os irmãos, passeios, sitios, amigos, parentes, num estilo muito familiar, muito intimo, uma expansão de alegria pela visita daquele seu irmão.

«Passamos o serão em casa dos nossos antigos e dedicados amigos, D. Emilia das Neves Azevedo e Oliveira e José Joaquim Lopes d'Azevedo. O afecto que reciprocamente nos liga, vem de muito longe. Aquela excelente e confortavel casa é nossa conhecida desde 1880. Ali passamos dois dias quando seguimos para a capital do Reino; e a nossa boa companheira, de mais de trinta anos de casada, veiu fazer na hospitaleira mansão os seus dezasseis anos, em tres d'agosto de 1862.

Esta casa e esta amabilissima familia é quasi como nossa. Tanto lhe devemos, ou mais, do que se fossem nossos proprios parentes. Como se passam as noites naquele delicioso e confortavel menage, sabem-no os que tem tido a honra d'ali ser recebidos. As horas decorrem alegres e cheias de encanto. Os donos são de uma rara afabilidade e as senhoras excelentemente prendadas ou nos fazem ouvir musica ao piano, tocada por mãos de artista, ou nos permitem o integresso no alto atelier de pintura onde se cultiva, com bom gosto, esta sublime arte».

Todo o livro é assim neste estilo; e o proprio autor nos diz que as suas «Notas de Viagem» é bem um livro

de família, destinado a parentes e amigos, tão sómente». (1)

D. AMELIA ERNESTINA D'AVELAR, — tambem conhecida por Amelia d'Avelar Cesar d'Oliveira, nasceu na Vila da Madalena, na Ilha do Pico, no primeiro de maio de 1848, filha de José Inacio Soares d'Avelar e D. Maria Aurora d'Avelar,

Casou a 26 de julho de 1878 com o seu patricio Antonio Mariano d'Oliveira Cesar Ribeiro, Coronel do exercito d'Africa, para onde o seguiu, vivendo algum tempo em Loanda e Mossámedes, mas não lhe sendo propicio o clima, regressou aos Açores e estando na Ilha Terceira, faleceu a 7 de outubro de 1886.

Desde muito nova começou a poetar, dedicando-se muito particularmente á leitura das obras dos nossos melhores poetas, que lhe serviam de mestres, inspirando-se nas paisagens da sua vulcanica Ilha, que adora.

E amou na mocidade e chora esse amor, vendo-o sempre ante os olhos humedecidos. Ela mesmo canta o que sente numa simplicidade poetica que agrada:

SOMBRAS

—Porque choras donzela? oh! dize-me que motivo
te faz chorar assim? que dor te vem pungir?
—Tu vês o pranto meu, se choro é porque sofro,
que a estrela entre veus tambem não sabe rir.

Ouço dizer que o pranto as maguas alivia,
mas choro e cada vez nesta alma sinto mais

1) Vid. Memória da visita Regia á Ilha Terceira, por Alfredo Luiz de Campos, paginas 390.
Album Açoreano, pag. 392.

pungir-me o duro espinho, a saudade cruel,
que me sombreia a fronte e motiva os meus ais.

. . . . . .

Perguntam porque choro e quando tantas galas
adornam tão gentis o arreból da manhã,
tudo em volta sorri? só em minha alma novel
não vicejam as flores na quadra mais louçã.

Oh! não, tambem um dia ali desabrocharam
mas murchas bem depressa as vi ao chão pender,
que onde a saudade brota, onde goteja o pranto
não pode uma só flor d'alegria viver.

Já fui ditosa, sim, mas hoje que pranteio
dura, cruel ausencia, apenas tenho dor!
já não vejo a meu lado aquele a quem adoro!
aquele a quem votei meu puro e casto amor!

Longe dele estou só! em vão me dizem: olha!
que galas que a manhã no campo faz brilhar!
inclino o rosto meu, sombria, indiferente,
uma imagem só vejo ante o meu olhar.

E quando o casamento a leva para fóra da patria, ela diz em verso a sua tristeza:

Longe da patria:

—Que tens? o que sentes? tua fronte curvada
bem pálida mostra quanto és infeliz,
—Sou triste proscrita da patria adorada
vagando nos ermos de estranho país.

o solo que piso tão cheio d'encantos,
tem galas, riquezas quais nunca sonhei,

mas ai que me importam, se tenho só prantos
lembrando essa terra que ha tanto deixei!

Esta senhora tinha pela poesia uma verdadeira paixão, ela mesmo o diz:

Eu amo a luz do sol fulgindo no oriente
enchugando da aurora o cristalino pranto,
eu amo a luz da lua, o bosque florescente,
eu amo a linda flor, do passarinho o canto,
adoro o suspirar da brisa entre os verdores,
porque te encontro ali, poesia, meus amores!

Ou sejas tu visão alegre e peregrina,
encanto que sorri da virgem no sonhar,
ou doce palidez de fronte que se inclina,
ou lagrima que vela á luz do puro olhar,
sentida ou festival me atrais o coração,
um culto te sagrei, profunda adoração.

JOSÉ AUGUSTO DA COSTA REZENDE.—Nasceu na cidade de Ponta-delgada no dia 3 de outubro de 1849, filho de José da Costa Rezende e D. Maria Augusta de Medeiros Resende.

Não teve outra aprendizagem, além da que lhe foi ministrada em instrução primaria e a que elle por si colheu lendo muito; no entanto com esse cabedál começou aos 11 anos de idade a escrever sátiras aos condiscipulos, algumas das quais chegaram a provocar as iras do mestre.

Nos primeiros tempos da sua vida foi escrevente de

1) Vid. Vol. 9 fl. 30 do Arquivo dos Açores. Almanaque do Faialense 1873. Almanaque para todos fl. 50.

escritório e podia vir a ser um bom escrivão e mesmo um optimo solicitador judicial, mas não era a vida burocrática que o atraía, e um dia deixou de aparecer no escritório e fez-se jornalista.

Havia já feito a sua estreia publica no jornal intitulado *A Semana,* em 1869, mas é no *Diario dos Açores* que ele conquista os seus primeiros louros, fazendo então parte do corpo da redacção quando em 1874 defende o partido politico que na Ilha intitulam «da Sardinha» o partido dos foreiros, o partido do povo, que ganha as eleições administrativas e elege o seu deputado, contra o partido «dos Tubarões» que era o dos Senhorios.

Em 1875 deixa a Redação do *Diario dos Açores* e com o prestigio que alcançara na luta politica, fundou o semanal politico *O Partido Popular,* cujo primeiro numero saiu a 2 de agosto de 1875 e neste jornal defende e preconiza a fundação de um partido local, regional. A este homem, esquecido hoje e que morreu ao abandono pela sua má orientação da vida, se devem os primeiros embates para a conquista do regionalismo.

Em 1880 mudou, porém, repentinamente de orientação, entra para a redacção de *A Ventosa,* cujo primeiro numero saiu a 2 de agosto de 1880 e que a seis de novembro do mesmo ano toma o nome de *Ventosa Sarjada,* jornal satirico, em prosa e verso, que o indispôs com toda a gente porque atacava todos, só aplaudia e momentaneamente quem lhe dava dinheiro. Mas um dia o atleta caiu abandonado, abandalhara-se, andava ébrio pelas ruas, dormia pelas tabernas, escarnecido; não tinha nada, porque dava, espalhava pela rua, numa loucura, tudo que tinha.

Um dia disse-lhe um amigo:

— Que bons contos de reis poderia ter v. economisado...

— Mas para que serve isso, respondeu-lhe ele, quando nos vemos absolutamente isolado, no meio da multidão? Hei-de ter dinheiro enquanto a luz da inteligencia se não apagar. Depois . . . «morrer em leito opulento ou na enxerga do hospital, é sempre o ultimo acto da vida» . . .

Em seguida a uma congestão de que escapou, com pasmo de todos os clinicos, ficou fisionómicamente deformado, abatido, mas o espirito continuou ainda feliz, mas descendo, descendo sempre, até que morreu numa enxerga do Albergue Noturno de Ponta-delgada.

As suas obras — além das produções jornalisticas que são importantes nos já citados semanários e em outros da Ilha, acham-se impressos em separado as seguintes:

A honunculeida — versalhada para rir, com notas explicativas. Tipografia do Partido Popular em 1878.

A Tocha — colecção de sonetos satiricos, humoristicos e burlescos. Tipografia do Partido Popular em 1882.

«Não ha nem pode haver em todo o mundo
avarento maior, mais fedorento,
onzeneiro mais vil que este avarento,
d'agiota o tipo mais imundo!

D'olhar embaciado e vidracento,
olhando para o chão meditabundo,
só mostra no focinho um ar jocundo
quando pode empalmar um cem por cento.

Que misera creatura, que estupor!
um tipo tão nogento e bestial
até vergonha faz ao Creador!

Chega a sua avareza a ponto tal,
que lhe faço a justiça de supor
capaz de se enforcar por um real!

Rimas despretenciosas. — Impresso na Tipografia do Partido Popular em 1883.

A minha Lira — Colecção de poesias dedicadas ao Visconde da Palmeira. Impresso na Tipografia Minerva em Ponta-delgada, 1894.

TRISTEZA

Serei Velho? decerto que não,
mas o peso da vida já sinto,
esse ardor, esse fogo d'então,
neste meu coração já extinto!

Já por prisma d'encantos não vejo
este mundo a sorrir, como outrora,
nem tão pouco já sinto desejo
de viver esta vida d'agora.

A minh'alma alquebrada, abatida,
Apossou-se dum tédio profundo;
nem se importa, insensivel, da vida,
nem faz caso, indiferente, do mundo!

Homenagem a Pombal — no seu centenario, pela redacção do periódico micaelense *A Ventosa Sarjada.* Tipografia do Partido Popular, 1882.

Rimas despretenciosas. — Tipografia do partido popular, Ponta-delgada, 1883.

Depois d'aquela colecção de sonetos satiricos, que cer-

tamente indispuzeram o autor com muitos dos seus conterráneos, no ano seguinte deu-nos as suas *Rimas despretenciosas,* que não parecem sair da mesma pena.

Parece que uma luta titánica se havia travado com Costa Rezende que o prostrara, desejando a solidão e o esquecimento. São dele logo nas primeiras paginas:

> Apraz-me a solidão, suave encanto,
> melancólico goso da minha alma,
> dulcissima tristeza que me acalma,
> crueis recordações d'amargo pranto.
>
> Sósinho, entregue a mim, á soledade,
> distante do rumor da multidão,
> respiro com delicia na amplidão
> os perfumes que exala a liberdade.

E este homem que um ano antes zombava de tudo e de todos, aparece-nos agora até amoroso:

> Eu sinto, eu sinto neste peito a chama,
> que hoje me inflama, meu amor, por ti.
> por ti Maria, sedutora imagem,
> que na miragem dos meus sonhos vi.
>
> Amor imenso que nesta alma abrigo
> para contigo e para mais ninguem;
> amor que ascende ás regiões dos ceus,
> e só em Deus sua esperança tem.

Expunha no entanto em algumas poesias o seu ideal pelo republicanismo e para desacordo de todo este conjunto exalta e canta o Marquez de Pombal.

Reflexões duma democrata. — Tipografia editora do Campeão popular, Ponta-delgada, 1893.

Aborda como se depreende do titulo, varios assuntos e porque é democrata, ataca, já se vê, o constitucionalismo monarquico nestas palavras:

«Mais tarde do que desejam os democratas, mas mais cedo do que esperam os peseudos liberais, a Republica será uma realidade neste país, vindo salva-lo do abismo para que o constitucionalismo a impele. A questão financeira só tem a sua solução favoravel na Republica. Pelo regimen monarquico, a solução desta gravissima questão é a bancarrota e ainda talvez, a perda da nossa autonomia».

Falando sobre instrução, diz que ela é o Sol da alma como o Sol é a luz do mundo, ataca os governos monarquicos que gastam dez vezes mais com o exercito do que com a instrução, defendendo a instrução obrigatória, e como bom democrata vai acrescentando que «os conservadores pretendem fazer estacionar a sociedade e os retrógrados imaginando podê-la fazer recuar no caminho andado, são uns inimigos do progresso que bem podem ser postos a par uns dos outros».

Nunca foi porem um avançado em ideias sociais, ele mesmo o confessa: — «nunca tomamos a sério as pretenções dos comunistas, desses exaltados defensores e falsificadores dos principios da igualdade. Nunca receiamos tambem a propaganda das suas doutrinas, porque fizemos e fazemos sempre justiça ao bom senso social».

«Liberdade, igualdade, fraternidade, o credo que anda sempre na boca dos comunistas, seria riscado na pratica das suas teorias sociais. Em vez da liberdade, a licença, em vez da igualdade o egoismo, em vez da fraternidade, o odio».

Em materia religiosa, não é mais feliz nas suas reflexões e assegura-nos que «o espirito intolerante da Igreja é o culpado dessa aparente hostilidade entre a religião e a liberdade, porque consubstanciada a religião

da Igreja, tem esta para seus fins anexada á moral evangelica uma doutrina que a desfigura e ultraja».

Uma grande verdade expande no entanto na sua reflexão XIII, com a qual fechamos a nossa noticia:

«O governo deste país tem defeitos, mas o nosso povo tem tambem ruins habitos que lhe convem perder, e o mais prejudicial de todos é sem duvida o de esperar tudo da iniciativa do governo e nada tentar por impulso proprio, conservando-se a marcar passo na estrada da rotina. O poder central pode muito, mas não pode tudo».

Rimas varias.—Tipografia Editora do Campeão popular Ponta-delgada, 1893.

Diz o autor na sua explicação ao publico que assim intitulou este seu livro, por terem os seus versos sido inspirados sob varias impressões.

«Ha nelas mais queixumes de maguas que notas de alegria». «As *rimas varias* são os meus sentimentos expressos com sinceridade; com toda a franqueza do meu caracter».

ELEGIA

(A' morte da Ex.ma Sr.a Viscondessa da Praia)

«A morte veiu em fim dura e cruel
ceifar uma existencia preciosa:
a da Mãe da pobreza em S. Miguel.

Oh! noticia pungente e dolorosa,
aquela que tal morte tão sentida,
ai nos anuncia luctuosa!

A perda, imensa perda, dessa vida,

imprime luto e dor, funda tristeza,
a toda a sociedade compungida!

Uma vida cristã da mór beldade,
vida, vida dum anjo, todo amor,
da viuvez amparo e da orfandade.

Rimas humoristicas e satiricas. — Tipografia Editora do Campeão popular, Ponta-delgada, 1882.

O titulo indica que os versos que formam este volume são dos da especialidade do autor, satiricos e humoristicos.

Nos deste livro, diz-nos ele, «não ha uma só personalidade que se possa dizer desabonada por eles, porque omiti nomes e só me limitei a ocupar-me de factos, pondo de parte todos os versos que podiam envolver desaire ou descredito, não para mim, mas para os individuos que tem sido alvo da minha musa humoristica e satirica.

Escolhi prepositadamente versos inofensivos, entre aqueles que a sátira e o humorismo me sugeriram».

A rapinagem neste Mundo:

Neste mundo todos furtam,
só não furta quem não pode,
furta o rico, o maltrapido
furta a justiça se acode!

Furtam todos, todos, todos,
é regra sem excepção,
furta o vendeiro no vinho
furta o padeiro no pão.

Furtam todos, cada qual
de varia forma e maneira;

furta panos o alfaiate,
panos furta a costureira».

Para o nosso País, que tambem não poupou na sua sátira e a forma então do seu governo — *Monarquia* — com quem não chegou a fazer as pazes, tem este epigrama, com que fechamos o seu esboço biográfico.

A Monarquia portuguêsa:

Dizia o nosso Pombal
Que ia á vela Portugal,
indo de mal a peor!
Mas se vivo ele hoje fora,
decerto dizia agora
—Vai Portugal a vapor!

Noticiando o seu falecimento, no dia 17 de outubro de 1896, enfraquecido por uma congestão cerebral que o tomou em 1891, disse o semanário — *O preto no branco* — do Dr. Eugenio Pacheco, que este poeta era dotado dum pujante talento, que melhor cultivado e em meio mais favoravel, ter-lhe-hia conquistado certo renome.

«Entre nós foi apenas o reflexo duma sociedade corrupta que padecia dos vicios dele e deixou de o compreender, quando a desgraça, a doença, a miséria, pondo-o em colisão com as conveniencias estabelecidas lhe alienaram as derradeiras simpatias.

«Quando o topavamos por essas ruas, arrastando-se andrajoso, meio cego, numa compostura de pedinte, sentiamos por ele a comiseração que nos inspiram todas as ruinas!

«Dos que se acercavam dele nos tempos do seu poderio e lhe pagavam caro as suas violencias, não encon-

trou um só que lhe estendesse a mão amiga e procurasse minorar-lhe a desgraça».

E finalizando a pequena local sobre o homem que num periodo largo da sua vida teve notoriedade no jornalismo micaelense, diz:

«Costa Rezende foi o producto genuinamente tipico duma época e duma sociedade que se não definem completamente chamando-lhes apenas corruptos. E é sem duvida bem triste ponderar que esse producto fora pela Natureza fadado para deixar de si um nome e tinha predicados para grangear a atenção e o respeito dos porvindouros».

Talis vita, finis ita.

DR. JOSÉ NUNES DA PONTE.—Nasceu na Vila da Ribeira-grande, da Ilha de S. Miguel, no dia 20 de outubro de 1849, filho de Damião Antonio Nunes e faleceu na cidade do Porto, onde residia, no dia 6 de setembro de 1924.

Depois de haver cursado o Liceu em Ponta-delgada, seguiu para o continente, vindo a formar-se em medicina na Universidade de Coimbra no ano de 1879, indo fixar residencia na cidade do Porto onde foi sempre muito admirado pelas suas altas qualidades de inteligencia e caracter.

Desde rapaz militou no partido republicano, e na intensa propaganda que precedeu o advento da republica, desenvolveu tão grande actividade que foi então considerado uma das maiores figuras do seu partido.

Foi o primeiro governador civil do Porto, no Regimen Republicano e eleito deputado ás constituintes marcou a sua acção com notavel hombridade e bom senso.

Como administrador fez-se notar quando presidiu á gerencia da Santa Casa da Misericórdia e á vereação do

Municipio do Porto, prestando relevantes serviços numa e noutra corporação que muito o notabilitaram.

Foi ministro num brevissimo periodo, quanto bastou para se avaliar o seu caracter e honestidade, afastando-se da actividade politica desgostoso com a marcha dos acontecimentos publicos que profundamente lhe desagradavam.

Poeta distinto, dos mais distintos da sua geração, começou a poetar quando ainda cursava os preparatórios, considerando-o, Camilo Castelo Branco, como um dos melhores liricos da Escola Coimbrã, posteriores a Antero de Quental e Teofilo Braga. Infelizmente a sua clinica fê-lo a pouco e pouco afastar das Musas onde teria, sem duvida, alcançado um logar de destaque, se tivesse continuado a cultivar a poesia que com tanta arte e sentimento sabia dedilhar.

Conhecemos-lhe as seguintes produções:

Ondulações.—Imprensa Academica, Coimbra, 1876. Colecção das suas melhores poesias, e assim lhe chamou porque como a nuvem quando passa gotejando sobre o lago, a flor das aguas lhe responde com ondulações, assim ele tambem quizera responder ao frescor de um sonho vago, de que a nuvem, ideal, o vai banhando, modelando a cadencia dos sons, em ondulações, ondulações dos seus sismares.

São versos todos cheios de poesia, de sentimento e de amor; vamos transcrever um pouco da primeira composição deste livro:

NO TEMPLO

Era na catedral, o templo sacrosanto
do Deus que ela estremece,
gemia pela nave o suspiroso canto
dum orgão que chorava o extasis da prece.

Era na catedral; o incenso dos altares
inundava-lhe a fronte,
cintilava-lhe a luz no vago dos olhares,
como um raio de sol que alaga um horisonte.

. . . . . .

Ela fitava o Cristo e eu tinha os olhos nela,
esquecido de Deus;
que a minha alma impelida aos ventos da procela
esmoreceu um dia e duvidou dos Ceus!

Por fim, já finda a prece, ergueu-se lentamente
a Virgem da candura;
volvendo para o lar no riso transparente
a paz do coração, a aurora da ventura.

. . . . . .

. . . . . .

E eu fiquei a sismar na solidão do templo.
nas grandezas da fé, no sol d'aquele exemplo.

E as *Ondulações* terminam então com esta sentimental poesia.

A MINHA MÃE

Que vele á noite o Ceu ou banhe a luz o dia,
ó minha doce mãe,
minha alma é sempre triste e árida e sombria!
falta-me aqui. . . Alguem.

E' tão duro o exilio e negra a soledade.
aí nos laranjais
dizem que morre uma ave exausta de saudade,
se lhe roubam os pais.

Minha alma é como essa ave; eivou-a longa ausencia
agrilhou-a a dor;

e se ainda ás vezes sonha os risos da existencia
sonha-os no teu amor.

. . . . . .

Quere vele á noite o Ceu ou banhe a luz o dia,
ó minha doce mãe,
minha alma é sempre triste, árida e sombria!
falta-me aqui. . . Alguem.

Hino ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Visconde da Praia.—Letra do Dr. José Nunes da Ponte.

Tem a data de 3 de dezembro de 1880 e foi a musica composta por João Maria da Ponte, da Vila da Ribeira-grande.

Começa:

«Herdeiro dum nome santo»

Hino da Caridade.—Letra do Dr. José Nunes da Ponte, musica de E. R. Monteiro d'Almeida; tem a data de 23 de janeiro de 1878.

Começa:

A mãe que esparge entre flores. (1)

DR. JOSÉ PEREIRA BOTELHO RILEY.—Nasceu na Vila da Lagoa da Ilha de S. Miguel no dia 15 de janeiro de 1858, filho de Carlos Guilherme Riley e faleceu em Sant'Antonio da Ribeirinha, Vila da Ribeira-grande, onde vereneava no dia 26 de junho de 1923.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, no ano de 1884, seguiu a carreira da Magistratura tendo sido um integérrimo e escrupuloso Juiz.

---

1) «Bibioteca Açoreana», Volume 2.º paginas 131, 132.
«Correio dos Açores», numero 1.266 do ano 5.º.
Preto no Branco, numero 66. Arquivo doa Açores, Volume 11, paginas 216.

Desde muito novo cultivou a poesia, tendo obras de subido valor que ele, devido a um feitio muito especial, escondeu sempre da publicidade. «Faço sonetos para mim e a mim mesmo os recito com prazer» — disse ele em carta, ha anos, ao Conselheiro Dr. Luiz de Magalhães, seu companheiro em Coimbra, ao enviar-lhe a copia de alguns.

Este retraimento á publicidade, diz-nos o Conselheiro Luiz de Magalhães num artigo sobre o poeta, «tem uma origem que revela a delicada e quasi feminil sensibilidade da sua alma. Numa revista que esse outro adorado amigo, o grande poeta Antonio Feijó e eu tivemos em Coimbra, José Botelho publicou logo no primeiro numero um soneto intitulado *Eterno feminino*. Era a sua estreia literaria e revelava na verdade um temperamento de poeta e as aptidões dum versificador correcto. Uma critica ironica e injusta feriu-o. E como a sensitiva, o debutante dobrou sobre si mesmo as pétalas da sua alma e assim ficou toda a vida».

Uma vez composto, corrigido e limado o seu verso, na maioria das vezes, rasgava o manuscrito, mas na sua privilegiada memória ficava impresso e quando o acaso o permitia recitava-o muito intimamente a um ou outro amigo.

De entre o que resta, que bem pouco é, para o muito que produziu, conta-se a colecção de 36 sonetos e uma poesia, *O Frade*, producto literário dos ultimos tres anos, que ele intitulou, *O Canto do Cisne*, e escritos a pedido de um amigo, com a condição de nenhum verso ser publicado em sua vida.

O tempo que lhe restava das suas lides judiciais, lia, andava a par da literatura moderna, sabia a história de toda á Europa, como se fôra a do seu País.

Tinha pela sua vida de Magistrado um verdadeiro culto, prestando-lhe toda a sua atenção e respeito.

— Quando vejo um oficial de justiça á porta, tremo de susto: — disse-nos ele um dia, a proposito das responsabilidades dos homens do foro.

Era reservado, não se exibia, a grande maioria desconhecia-lhe a veia poética, se bem que percebesse a sua alta cultura, espirito critico e observador; mas tinha pudor em publicar os seus versos que são lindos, versos que se colocam junto dos melhores versos e não nos envergonham.

Aposentado como Juiz de Direito, recolheu-se á sua casa da Vila da Lagoa e lá vivia como um anacoreta, versejando e rasgando seguramente obras de verdadeiro valor que enriqueceria a nossa galeria de poesia Açoreana.

Na sua poesia — *O frade* — põe na boca duma estatua dum pateo dum convento, a descoberta do «caminho da Ventura».

No patio dum convento agigantado,
na dura rigidez da pedra fria,
um frade rudemente esculturado,
contemplava a cidade que dormia:

. . . . . .

— Oh! almas que viveis desventuradas
na escuridão da noite dolorida,
o que será de vós, desamparadas,
nos caminhos tristissimos da vida?

— «Havia outrora aqui, em tempos idos,
uma luz para cada noite escura;
foi aqui que entre prantos doloridos
conheci o *caminho da ventura*».

E num lindo soneto, o poeta descobre onde está esse encantado caminho, que todos procuram e tão poucos o acham.

Indicou-lhe o frade, irto, frio, de pedra tosca no pateo do convento.

O CAMINHO DA VENTURA

A minha alma sonhou a descoberta
do encantado caminho da ventura,
mas seguida ao prazer, quanta amargura,
entrava pela porta ainda aberta!

E a vida ia passando inda acoberta
pela esperança dum Bem que se procura,
ilusão que se esvai e pouco dura,
quando a magua do sonho nos desperta.

As loucas creações da fantasia
quanto mais alterosas se erguia,
mais depressa caiam pelo chão.

E quando a vida já chegou ao cumulo,
prestes a defrontar-se com o tumulo
encontrou o caminho da oração.

A proposito d'aquele pensamento de Tourgueneff—«Ha homens que são como os espelhos, que tendo visto muito nada podem contar»—fez o lindo soneto que intitulou

O ESPELHO

Se podesses falar que não dirias!
emoldurado em prata cinzelada,
viste passar a vida, acompanhada
dum cortejo de maguas e alegrias!

Na indiferença passaram-se os teus dias,
sucedendo-se á noite festejada
o rosado explendor da madrugada
que tu serenamente reflectias.

E sempre a reflectir, sem simpatia,
a dor, que nos desperta uma agonia,
jámais te fez vibrar de comoção.

cativo na moldura, inanimado,
não podes contar do que é passado,
pois que só tem memória o coração.

O poeta sentiu num momento da vida, uma tranquilidade santa; não invejava glorias e poder. Os loucos sonhos tinham-se ido ao vento e dá-nos então o seu soneto

REPOUSO

Meu pobre coração cansado vinha,
mas repousa afinal cobrando alento.
Na treva em que vivia o pensamento
vê novamente a luz que outrora tinha.

Foi dura a expiação desta alma minha
que tudo construiu sem fundamento:
os loucos sonhos que assentou no vento,
dispersou-os o vento que os mantinha.

Como um sonho que voga e fluctua
á luz feérica e tremula da lua,
assim a vida agora me decorre.

Nem glorias, nem poder já hoje invejo,
nesta serena paz onde antevejo
esse infinito amor que nunca morre.

Tem lindissimos sonetos, duma profundidade de pensameuto que enriquece a produção, penalizando-nos haverem-se perdido, deste poeta, obras seguramente de subido valor.

Fechamos este esboço com o soneto:

DEIXA-LA IR

Destruído um pensamento que não volta,
desfeito em pó o sonho de outras eras,
vivemos de ilusões e de quimeras,
alternando-se a dor com a revolta.

O pensamento as azas já não solta
buscando a luz das lucidas esferas;
não vendo o fulgurar das primaveras,
caminha como um preso entre uma escolta.

Dei-xa-la ir a alma torturada,
no mar morto da sorte arrebatada,
sem saber quam a leva e quem a guia,

Se a fé que nos anima, esmoreceu
e o morto coração arrefeceu,
deixa-la ir caminho da agonia. (1)

MANUEL GARCIA MONTEIRO.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial,, no dia 29 de junho de 1859, filho de José Leal Monteiro e D. Maria Joaquina da Piedade; faleceu em Boston, dos Estados Unidos da

1) Vid. Correio dos Açores 27 de junho, 8 de julho e 7 de outuro de 1823.

America do Norte, no ano de 1913, por dever do seu cargo, contagiado por uma pneumonia infecciosa.

Desde rapaz versejou, sendo o seu genero predilecto —o satirico,que por vezes o fez passar bocados maus.

Em 1883, fez sair, na sua terra, o primeiro numero do seu jornal — *O Açoreano* — semanário de que ele era o redactor, editor, tipógrafo e proprietário; no ano seguinte vendeu o prelo e a emprêsa a Jacinto Augusto de Betencourt, embarcando para os Estados Unidos da America, em busca de melhor sorte.

A sua vida neste grande País foi um esforço continuo, conseguindo, á custa do seu trabalho como tipógrafo, tirar o curso de medicina, formando-se nesta faculdade na Escola de Baltimor, e usando desde então desta sua nova arte, naquela Nação.

Era benquisto de todos os emigrados portugueses da America, principalmente dos de Boston, onde residia; quiseram-no para seu consul, solicitaram do Governo essa nomeação, mas não foi possivel alcançar-se esse despacho, que seria bem cabido.

Mas era português, absolutamente Açoreano, nunca esqueceu as suas queridas Ilhas e pediu quando morresse levassem a esses rochedos do Atlantico os restos do seu corpo.

Conhecemos as suas seguintes produções:

Versos — folheto de sessenta e duas paginas com dezanove poesias.

Impresso na Tipografia Gutemberg, Horta, em 1884.

CONTRASTE

A minha musa out'rora a quem chamei divina,
era languida, triste, esguia, vaporosa;
tinha uns olhos sem brilho, a voz fraca e chorosa,
e enchia-o de vaidade a sua cinta fina.

Expunha-se ao luar a poetica menina,
e bebia vinagre, essa visão mimosa,
não podia sofrer um rosto cor de rosa
e queria ainda ser mais palida e franzina.

Gostava de cantar modinhas brazileiras,
noivados do sepulcro, as ternas frioleiras
que fazem do amor uma fatal vesicula...

Por fim pedia á morte e á sombra do cipreste:
oh! musa sepulcral, que mal que me fizeste!
como hoje me faz rir essa paixão ridicula.

Sem cerimonia—comédia em um acto, representada pela pela primeira vez no Teatro da Horta, na noite de 29 de abril de 1880.

Um presente d'amor—comédia em um acto, que o autor conservou inédita.

Colaborou no *Grémio literário* do Faial deixando lá muitas das suas poesias:

A uma camélia:

Tenho dentro de mim, num vaso de cristal,
uma camelia branca: esta alvura de gelo
recorda-me que usaste uma camelia igual
no macio setim, no ouro do teu cabelo.

Parece que esta flor tem alma, vive, sente;
palpita um coração dentro desta brancura
que ela ao beber a luz, expande-se contente
solta uma nota alegre, um canto de frescura.

E eu fico a sismar, oh! minha boa amada
que a tua alma infantil, tão placida, tão franca,
deve ser duma alvura assim imaculada.
Deve ter o frescor desta camelia branca.

Mas o seu genero era o satirico, estava-lhe no sangue o dom do critico, do que troça e faz encavacar.
E são neste genero as suas melhores produções:

A uma Inglêsa:

Oh! lady, quanto és formosa!
sai de ti, mesmo a distancia
um perfume de elegancia,
como um aroma de rosa...
Eu creio que uma princêsa
será mais rica e orgulhosa
porém não é com certeza
mais graciosa.
Mas tambem...que pena imensa!
Escuta...dás-me licença?
—Com esses olhos lindissimos
uns olhos grandes, purissimos,
sempre humidos de ternura;
com essa cor branca e suave
com essa voz, que é duma ave...
com toda essa formosura,
toda essa fascinação,
com esse ar altivo e fino,
fazes-me lembrar um pavão
vaidoso dos seus matizes,
porém não te escandalizes
—E's um pavão pequenino,
um pavãosinho famoso
e não sabes porque o és?

E' porque eu vi-te, surpreendido,
erguendo um pouco o vestido
medir com olhar choroso
o. . . comprido dos pés.

Rimas de ironia alegre—impresso em Boston, por ele mesmo, composto depois da sua formatura, onde o autor põe em relevo o seu talento; são versos de muita graça, filiados nos do genero dos de João Penha.

A AVÓ

A noiva ia uma flor, sorrindo de contente,
mas quis que a avó a visse, a pobre velha coitada!
uma boa velhinha, ha anos entrevada,
que tinha um meigo olhar profundo e transparente.

Chegou a neta a si, olhou-a ternamente,
abraçou-a, beijou-a e disse-lhe magoada:
—Deus te faça feliz! Na face descarnada
uma lagrima então rolava docemente.

Naquela fina alma abrira uma saudade
e recordou, tão velha, a sua mocidade,
a olhar para a neta a vista imovel, fita. . .

Fora num dia assim. . . como ela se lembrava!
e ao lado do seu noivo, um moço que a adorava!
ela ia assim tambem tão fresca e tão bonita. (1)

---

1) Vid. Arquivo dos Açores Volume 9, paginas 35.
Album Açoreano. paginas 510
Almanaque Açores, 1.º ano paginas 237, 163.
Os Açores, Revista das Artes Graficas, numero 9.

AURORA MORAIS.—Nasceu na Vila da Povoação no dia 15 de março de 1871, filha de Manuel Jacinto de Medeiros, secretario da Administração do Concelho daquela Vila e de D. Rosa Augusta de Macedo.

Bastante nova ficou orfã e com suas irmãs ao cuidado de si mesmo, sem outro auxilio ou direcção, fez-se mulher, e porque a atraía a literatura, lia tudo quanto lhe vinha á mão, nas horas que lhe cresciam da sua vida domestica; e fez assim a sua educação que não teve mais que na instrução primaria.

Ela mesmo o disse:

«Nascida entre montes e penhascos, recebi as primeiras luzes espirituais, numa Escola de instrução primaria, dirigida por uma professora inteligente, virtuosa e digna, a que sempre tributei o maior afecto e respeito.»

Casou com o jornalista Ruy Morais; e esta senhora que era toda literatura e «se sentia atraída para as obras poeticas», foi uma dona de casa, esposa virtuosa e mãe desvelada.

Ela canta ao seu filhinho:

Debruçada no teu berço
contemplo-te, alma querida;
e em viva prece ofereço,
a minha, por tua vida.

Se eu morrer, ao cemiterio
vai meu filho soluçar...
sobre esse campo funéreo,
vai uma rosa esfolhar.

Morreu bastante nova, deixando algumas produções em livros, e outras que ficaram dispersas por jornais e revistas da Ilha.

Conhecemos os seguintes:

Flores d'alma.—Impresso na Tipografia da Vara da Justiça, Ponta-delgada, 1896.

E' o primeiro livro de versos da autora, que se fez poetisa só por si, quasi sem professor, sem um auxiliar; brotavam-lhe d'alma os versos e ela escrevia-os como eles nasciam.

Ela mesmo confessa:

«Sem ter ali (na sua terra) uma unica pessoa que me ensinasse as regras de metrificação e sem ler ao menos um tratado de poesia, mas tão somente guiada pelo profundo e ardente amor da arte, comecei a compor. hoje uma produçãozinha, amanhã outra, mal formadas e escritas, é verdade, mas em compensação com algum sentimento, segundo a opinião d'alguem bastante versado na materia, o que me animou a continuar a cultivar esta meiga e delicada flor».

E entre muitas das suas produções, dá-nos a sentida poesia que intitulou

A ENGEITADA

Sem carinho de ninguem
arrastando a negra vida,
sendo igualmente nascida
como os validos da sorte
sofrendo insultos, desdens,
olhares de fundo despreso
de humilhação, esse peso
enorme, cruel e forte!

. . . . . .

Se choro ninguem escuta
meus ais, gemidos de dor,
exposta só ao rigor
da mais rija tempestade.
Lamento então minha sina,

meu duro possivel fado,
por me ver assim vedado
de gosar felicidade.

Espinhos e flores. — Tipografia da Vara da Justiça, Ponta-delgada, 1897.

Logo no ano seguinte deu-nos um novo livro de versos, no mesmo estilo, no mesmo sentimento.

O MENDIGO

Triste sorte a do mendigo
desgraçado o seu fadário
que sob negro sudário,
geme em letal amargura,
por ele passam poderosos
os ricos sem coração,
cheios desse orgulho vão
que escarnece a desventura.

Correndo de porta em porta
sem alento, extenuado,
com o semblante maguado,
uma esmola implorando,
mas um a porta lhe fecha,
outro insultos lhe dá,
aquele o repele já
e assim vai caminhando.

Trovas singelas. — Tipografia do Comercio Micaelense, 1899.

Reune a autora num pequeno livro as suas quadras singelas que tanto sentimento cantam:

A vida começa em pranto,
num gemido, num lamento,

depois... na lousa, num canto,
finda triste o seu tormento.

Assim diz a gota d'agua
que aos olhos do moribundo
vem num suspiro de magua,
correr em silencio fundo.

Cantares. — Impresso na Tipografia do Comercio Micaelense, Ponta-delgada, 1901.

São quadras tambem, no mesmo sentimento das suas trovas singelas.

Em vão tentei apagar
com um sopro a luz do dia,
veiu a noite e o luar,
nova luz nela acendia.

Muitas vezes um amor
assim apagar queremos
e das cinzas, no calor
novas chamas acendemos.

MANUEL BERNARDO MACIEL. — Nasceu na Ilha do Pico, deste Arquipélago dos Açores, filho duns remediados lavradores; ordenou-se de presbítero no Seminário d'Angra do Heroismo no ano de 1896.

Foi um estudante laureado, mas não gosava dos seus Superiores, no Seminário, aquela afeição particular que despertam os alunos distintos. Não porque o estudante presumisse da sua inteligencia, fosse pouco cortês nas relações pessoais, ou tivesse uma conducta irregular, que sempre dispõe mal um professor; Bernardo Maciel era bastante terra á terra, muito metido consigo, devo-

rando livros uns atrás dos outros, retendo-os na memória prodigiosamente, mas não caiu nas graças de certos Superiores.

No entanto gosava em todo o Seminário e até em toda a cidade d'Angra, a fama de estudante distinto e pessoa bastante versada nas materias eclesiásticas, a ponto de, ainda estudante, mas já no curso teológico, ser convidado para ir prègar numa festa que se promovia na Ermida da Boa-nova da cidade d'Angra.

Aceitou o convite, sem reparo, achou mesmo natural, sentia-se com forças de subir ao pulpito e falar aos fieis, mas o Vice-Reitor do Seminário não consentiu:

—Não pode prègar, espere pela sua ordenação, cogite agora das lições das aulas.

Mas Bernardo Maciel era o melhor aluno das suas aulas, discutia com os seus professores num argumento cerrado que os fazia olharem-no com atenção e cuidado.

Mas não desanimou com a recusa de licença para prègar, fechou-se no seu quarto, e escreveu o sermão como o havia de dizer e deu-o á comissão que o havia convidado, que achando-o tão bom o mandou imprimir e distribuir e em recompensa ofereceu ao jovem estudante uma caneta e pena d'oiro.

Ficou assim desagravado da falta de licença para o seu primeiro discurso sagrado, certamente pela falta de confiança que nele tinha o seu superior.

Mas ha na vida deste poeta, como na vida de todos os homens, segredos da mocidade que a maior parte das vezes morrem atrofiados no peito que os criou, Bernardo Maciel teve tambem segredos agarrados á alma, ele confessa-os nos seus versos:

Ignoras com certeza, oh! minha mãe, oh! santa,
que o teu filho tem na alma, ainda quando canta,
dores que não deixa vêr.

E nunca as saibas tu. Seria a magua tanta
que te faria morrer.

Sonhar foi o meu mal. Para que sonhei eu
esse sonho tão lindo e que logo morreu!
Ai! a morte não tem dó!
A divina ilusão fugiu para o Ceu
e eu fiquei escuro e só...

Sentia-se poeta e define-se a si mesmo no pequeno canto que intitulou — *Os sonhos*.

«Ele era poeta, isto é: tinha n'alma a infinita sede da Felicidade, a infinita paixão da Beleza e infinita sensibilidade da Dor.

Um dia em que ambos conversavamos de cousas intimas, disse-me: queres ouvir dos sonhos que tive?

Recostou a cabeça na cadeira d'alto espaldar; e cerrando os seus olhos cançados e tristes, como se sonhasse outra vez, foi assim que m'os contou:

No imenso salão antigo, iluminado a meia luz, tudo é sumptuoso e recolhido — dir-se-ia espiritual — tal é um não sei quê que das cousas parece olhar para nós; a expressão maguada de não sei que alma esparsa e muda, ali cativa e expectante desde seculos...

O som duma orquestra invisivel surge e chega esbatido, como vindo de longe, numa tristeza e carinho involvente e suave.

E na meia luz da visão os pares silenciosos, dando-se as mãos começam a passar.

E o poeta canta:

Para irmos de mãos dadas
pelo caminho da vida,
para par sonha a nossa alma
outra alma escolhida.»

Minava-o uma dor intima, que os sabios, diz ele, classificavam de neurastenia, mas ele não acreditava e sorria-se tristemente, cantando:

> Palido e magro, rosto de sofrer,
> Preguntam-me os amigos que tenho eu,
> que por vezes até pareço ser
> num corpo vivo uma alma que morreu.

Concluindo o curso foi provido paroco numa das Igrejas da Ilha de S. Jorge, onde passou uma parte da quadra da sua vida publica, que bem curta foi.

A pouco e pouco apossam-se dele escrupulos exagerados no desempenho do oficio, pelo seu espirito passam pensamentos que o instigam a entrar num Convento, e nesse propósito embarcou-se para a Europa a procurar um refugio, num canto dum convento, para o resto dos seus dias.

Estava então em França, sem ainda se ter decidido por nenhuma das ordens religiosas congreganistas, quando rebentou o grande guerra. Refugiou-se na Italia e no primeiro paquete que alcançou embarcou-se para os Açores e d'aqui para a America onde esteve alguns meses.

Não paroquiou, o seu estado de saude não o permitia, mas duma ou doutra vez não regateava os seus serviços a Deus.

Um dia procuram-no para um sermão; era de responsabilidade, assistia o Bispo, tratava-se da benção da Igreja de Santa Isabel em Fall River.

Acceitou o convite e subiu ao pulpito falando ao povo com tal carinho na doutrina de Cristo, que conseguiu traze-lo preso das suas palavras.

O Bispo não sabia uma só palavra de português, mas via aquele povo todo tão absorto á palavra do prègador, que não se conteve e chamando para junto de si um padre disse-lhe em segredo:

—Ele deve estar a prègar muito bem; veja como todos os fieis estão atentos.

E na verdade Bernardo Maciel produzia na ocasião um lindo sermão, como costumava produzir, sobre a vida de Cristo.

Estava então um verdadeiro ascepta, rigorista na conducta da moral da vida, que o definhava dia a dia; esquelético, uma onda de neurastenia tomara-o todo, não era já senhor de si e voltando aos Açores morreu pouco depois.

De todos os seus versos só um livro deixou publicado:

Livro da alma.—Impresso na Minerva Soares, Calheta de S. Jorge, em 1916 em que reuniu os versos da sua mocidade.

Alguem me disse brincando
desejar ver tanto, tanto!
o livro por onde aprendo
as cantigas que eu canto.

Mas só eu posso em ti ler
ó doce livro que leio
e trago tão bem guardado
dentro do proprio seio.

Tem pelos campos, pelas pastagens, pela vida livre enfim, uma particular afeição: ele o diz na sua canção —*Ao Mato.*

Sei que os amas, José, esses campos de vida,
como o nosso bom pai tanto d'alma os amou;
e os amo tambem eu—pobre folha perdida
que o vento ao passar da arvore arrancou...

Sabe lá o que faz o vento do destino
na misteriosa estrada a passar a passar...
quanto indefeso ser, inerme e pequenino
passando ele arrancou para não mais voltar.

Mas tinha outros versos para dar á publicidade e anunciou prontos a imprimir:

Visões sagradas—poesia.
Cousas intimas—prosa.
Envelhecer—poesia.
Monja—peça em um prologo e dois actos.
De longe—poesia.

Mas a morte roubando-o tão cedo desta vida, roubou-nos todas aquelas produções.

ROBERTO DE MESQUITA.—Nasceu na Vila de Santa Cruz, da Ilha das Flores, pelo ano de 1873, filho de Antonio Fernandes de Mesquita, advogado de provisão que foi naquela Vila e uma das mais importantes personalidades da Ilha, pela sua inteligencia e seriedade.

Roberto de Mesquita foi empregado de Finanças, por concurso, exerceu o logar de Chefe da Repartição, na Vila das Lages, depois na Ilha do Corvo e finalmente na Vila de Santa Cruz onde faleceu em 1923.

Poeta e dos melhores, era modesto, concentrado, nunca falava dos seus versos, negava muitas vezes que poetava e outras vezes punha em pouco uma ou outra composição sua que se divulgava.

O editor postumo dos seus versos, que foi um seu amigo, sentia-o «fatalista e timido, meditativo, sem a energia que triunfa, estarreceu, anulado pela pequenez da sua Ilha, á mesa do orçamento, mastigando cifras, numa repartição de finanças».

Parece não ter sido um funcionario modelo, e era natural, alma de sensações, não se ageitaria ao convivio com as Matrizes prediais e as reclamações dos contribuintes; da Repartição do Districto a que estava subordinado «berravam pelas estatisticas salvadoras, pelos lençóis das tabelas e mapas, quasi tecidos num labor de calculo diferencial, enquanto ele, defendido pelo isolamento ilheu, bocejava num extase búdico, á cata do sonho».

Passeava pouco, quasi sempre só, a bengala atrás das costas em diagonal, presa pelas extremidades por uma e outra mão, absorto para as maravilhas da Natul reza, da sua linda Ilha, namorando o Mar, o Ceu azu, e as flores que brotam em montões por toda a pàrte. Por isso sentiu as ancias dos encarcarados, que traduziu no soneto

A'S GRADES DA PRISÃO

A's grades da prisão, olhos extaseados
vêem descer o sol sobre o mar de metal.
Na tarde de ambar ha murmurios espalhados
como preces da terra á estrela vesperal.

No horisante rutilante, a toda a vela
passa um navio; é todo de oiro e de rubis...
onde vais, onde vais, brilhante caravela
do rei poeta dum quimérico país?

E' triste o alcacer, com salões frios e anosos,
como as Igrejas cheias de écos cavernosos,
com grossas portas de mosteiro medieval.

Mas desse interior taciturno, afastado,
duma estreita janela, olhos extasiados
vêem descer o sol sobre o mar de metal.

Mas o poeta tinha uma particular afeição pelas ruinas, pelos edificios velhos, pelos casarões solarengos abandonados, pelas tardes sonhadoras, por tudo quanto é triste e desolado:

A velha casa onde eu morei outrora
e que ha muito está desabitada,
silenciosa, envolveu-me, ao vêr agora,
um triste olhar de abandonada.

Com que amargor no intimo lhe chora
uma alma sensitiva e ignorada
que não tem voz para queixar-se, embora
se veja só, de todos olvidada!

Casa deserta e fria, que envelheces
ao desamparo, sem afeição,
bem sinto que me vês, que me conheces

e relembras os dias que lá vão...
Eu esqueci-te, amiga, e tu pareces
toda maguada dessa ingratidão.

Numa festa escolar, uma criancinha recitou-lhe uns versos que o Mestre lhe ensinara:

A fachada trigueira do convento
olha o campo deserto onde se murcha a tarde;
e á luz do sol, no derradeiro alento,
na velha rosácea em chamas vivas arde.

Roberto de Mesquita empalideceu; seria cilada? não estava prevenido, e afogueado continha-se, mas estava indisposto; no etanto a criancinha no silencio absoluto recitava:

Ninguem ali habita, ha muito que não vão
na portaria os pobrezinhos aguardar;
e na Igreja fechada os dias santos são
desertos como os mais, sem luzes no Altar.

E toda a assistencia embebida no recitativo, conheceu que a linda poesia era de Roberto de Mesquita, fitava-o, curiosa, conhecendo o incomodo do poeta que então sentia na sua modestia.

E a criancinha finalizava:

Sol do Sonho, illumina o templo do Passado
com teus raios, tambem doira os vitrais da porta;
conserva-me um instante ao menos enganado,
julgando em lausprene a velha Igreja morta!

Todos aplaudiram o recitativo e festejaram o autor cada vez mais encavacado:

—Não sabia disto; mas pouco vale aquilo.

No entanto nas discuções acalorava-se, defendia a sua opinião com entusiasmo, não deixando por mãos alheias a defesa do seu ideal.

Um dia a esposa, D. Maria Alice Lopes, professora do ensino primario oficial, na Vila de Santa Cruz, mostrou-lhe um numero da Ilustração portuguêsa com o seu retrato e o soneto intitulado — *Melancolia*.

Entrei no claustro: a fonte como dantes,
na bacia de mármore cantava,
mas um vasto silencio amortalhava
o triste casarão sem habitantes.

Irrompiam do sol, vicejantes,
flores silvestres, musgo, erva brava,
esse convento morto transportava
meu espirito a épocas distantes.

«Bons monges, acordai» com voz plangente
exclamo então no claustro adormecido,
que os seculos ungiam de tristeza.

Porém, ao meu apêlo veemente
só responde, num salmo dolorido,
a aflita voz do vento que ali reza.

O poeta ficou admirado com semelhante distinção:

—Mas quem andará a rebuscar estas cousas?

Mas esqueceu depressa a honra merecida, que ele ou por feitio ou propositadamente, nunca achava capaz uma composição sua, e no entanto tem-nas boas, poesias cheias de inspiração e vigor que ele escondia a montão numa gaveta, de mistura com recibos de contribuição e contas da mercearia.

Mas a esposa vigiava de perto o tesouro poético de seu marido, sabia-lhe o valor e não deixava que se perdessem tão lindos versos.

Mas foi só depois da sua morte que ela os deu á publicidade, por intermedio dum amigo do poeta, o escritor Faialense Marcelino de Lima, numa edição modesta sob o nome de — *Almas Cativas*.

Almas cativas. — Impresso na Tipografia Minerva, Famalicão, 1931.

Marcelino de Lima diz no prefácio, que este poeta deambulava «como um prisioneiro, retraído e imaginativo, dialogava com a natureza, e dela, das solidões augustas, do seio inconsciente das formas, colhia eloquencia e comovia-se.

O dobre dum sino vetusto acordava-lhe sobressaltos.

Uma tarde combalida de outono, qualquer penedo, os campos placidos, o sussurro das florestas contorcidas pelo tropél dos ventos, valiam como poemas... E pre-

passava-lhe na memória ressonancia vinda dos confins do Génisis—aquele murmurio panteista do mestre!

> Eu compreendo o vossa lingua estranha
> vozes do mar, da selva e da montanha...
> Almas irmãs da minha, almas cativas!

E d'aqui vem o nome do livro—*Almas cativas;* pedaços da alma do autor são elas, as suas poesias, todas sentidas, vividas, nascidas dum coração abraçado á sua alma contemplativa.

Divide-se o livro em cinco partes:

Na primeira agrupa as poesias sob a denominação de *A alma das cousas*—ele sente que tudo vive, tudo sofre:

> Expira a tarde; o mar entorpecido
> Tem um canto monótono que embala,
> um como que nostalgico gemido
> que do Ausente, do Além me fala.

A segunda intitula-se a—*Alma*—e tem este lindo soneto:

> Por noites velhas, num solar desabitado,
> com desertos salões e negros corredores,
> uma profunda paz de Igreja amortalhado,
> surgem lamentações e tétricos clamores.
>
> O temido solar onde erram avejões,
> almas de mortos espiando os seus pecados!
> ouvem-se na mudez augusta dos salões
> gemidos cavos, passos lentos e arrastados...
>
> Eu sou um tenebroso e extinto solar

onde divagam, onde se ouvem suspirar
almas penadas de remotos ancestrais...

Oh! tenho medo do meu intimo onde tendes
habitação, velhos avós, onde elevais
a vossa voz misteriosa de duendes!

Na terceira parte—agrupam-se os trabalhos sob o titulo de—*Evocação*.

E tem poesias a João Baptista, á Bruxa, ao Dolmen, etc.

No quarto—reuniu os novos poemas; entre os quais figura o soneto—*ás grades da prisão*—que atrás transcrevemos.

Finalmente na ultima agrupou-se varias poesias que ele considerou de menor importancia, entre as quais está o soneto—*Melancolia*—que tambem transcrevemos, para marcar que não são inferiores as poesias deste ultimo capitulo.

E' na verdade grande este poeta; pena é não ter vivido mais, para mais deixar com que honrar a poesia nos Açores.

Ergue-se a velha Sé num alto da cidade
destilando passado, evocações, tristeza,
pesa sobre a minha alma a sua antiguidade,
o seu ar ancestral de antiga fortaleza.

PEDAGOGISTAS

E' dos nossos Mestres que agora vamos falar, desses honrados obreiros que cimentaram pacientemente os alicerces desta sociedade que calcamos, porque nós somos o reflexo das gerações passadas, instruidas nas Escolas e educadas no seio das nossas Familias.

Já num outro trabalho dissemos: Sinto ainda os ensinamentos dos meus Mestres, as suas prelecções e os seus conselhos; sinto dentro em mim, muitas vezes a alma dos meus Avós impondo-me a sua vontade e a sua fé.

Disse Sam Crisostomo:

«E' estimado o grande escultor, o grande pintor, mas o que é a arte deles em frente daquele trabalho, não na tela ou no marmore, mas nos espiritos»?

E disse o Dr. Ferreira Deusdado:

«Esses obreiros que ao longo da história vão cimentando os superiores destinos da especie humana com o seu trabalho, ora tecido de dores, ora de alegrias, merecem um hieratico respeito, terão sempre na memória dos bons a estatua inoxidavel do perpetuo amor».

Mas quantos Mestres nos vão ficar esquecidos neste trabalho? quem pode lá ir rebuscar nas ruinas dos conventos tanto Mestre ilustre que a politica estragou rasgando e queimando folios importantes da vida da história?

Nos Açores, como em todo o Portugal, os Mestres residiam nos conventos e nas casas dos Jesuitas; porque negá-lo?

Beijamos as mãos de muitos frades e de muitos Jesuitas primeiro que se tope com um Mestre leigo.

Um Mestre nunca esquece, já o dissemos, um Mestre nunca envelhece, encarna-se ano a ano na alma dos seus novos alunos, identifica-se com eles, funde-se nas suas almas, é tão jovem como os alunos.

Mas que saudades tenho dos meus Mestres, dos seus contos, das suas lições, das suas alegrias e até das suas zangas; vamos falar d'alguns deles, d'alguns que quiseram deixar impressos os seus ensinamentos, o seu trabalho, o producto da sua inteligencia.

FR. JOÃO ESTAÇO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo nos fins do seculo XV, filho de Alvaro Peres Estaço e sua mulher Aldonça Martins.

Inclinado ás letras, mandaram-no, seus pais, para Salamanca, o centro então dos melhores estudos, a continuar a sua aprendizagem, iniciada na Ilha Terceira. E seguindo então na Universidade as lições de seus Mestres, veiu a graduar-se e feito Lente regeu cadeira, como professor, honra estimada, que ela marca de uma maneira segura, a verdade da sua inteligencia e um grau de cultura acima do vulgar.

Mas João Estaço trazia arreigada na alma uma aspiração que o minava, fervorosa, persistente que o levou a declinar o seu cargo, as distinções académicas que havia conquistado, e meteu-se religioso no Convento de Santo Agostinho, de Salamanca, tomando o habito de Eremita em 1520, fazendo-se discipulo daquele grande exemplar de santidade que foi São Tomaz de Vila-Nova.

E a pouco e pouco se lhe foi acentuando a vontade

de missionar, até que embarcou para as Indias de Castela a converter gentios.

Em 1552 é eleito Bispo de Pueblo de los Anjos, cidade sufragánea do Bispado do México, que aceitou com relutancia e por obediencia, e partindo para a sua diocese não chegou a tomar posse por haver falecido a quatro d'abril de 1553.

E disse-se então:

— Não foi bispo de los Anjos, na terra, mas sê-lo-á de los Anjos, no Ceu pela sua bondade, que morreu com cheiros de santidade.

Não conhecemos trabalho algum que tivesse deixado como Mestre, das suas prelecções, mas deixou dois manuscritos sobre matéria religiosa, que intitulou:

Constituições saudaveis para o Governo religioso.

Memorial dos singulares favores e beneficios que recebeu da Mãe de Deus. (1)

RUY GONÇALVES. — Nasceu na Ilha de Sam Miguel, possivelmente nos principios do seculo XVI.

Licenciado em Direito Civil é nomeado Lente de Instituta na Universidade de Coimbra, tomando posse da sua cadeira a 27 de outubro de 1539.

Deveria ter tirado o curso em Portugal, porquanto não o encontramos na lista dos Lentes de Coimbra formados em Universidades estrangeiras, formar-se-ia em Lisboa, pois que os Estudos Gerais no nosso País ali estiveram até 1537, sendo neste ano mudados para Coimbra e moldados os seus estudos sob o plano da reacção religiosa Catolica contra o luteranismo. Vogava

1) Vid. Historia Insulana L. VI, Cap. XLII.
Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado, numero 414.
Revista dos Açores.

então o pensamento de Carlos V que assim justificava a perseguição aos protestantes: «Não pode haver repouso, nem prosperidade, aonde não houver conformidade de doutrina».

Santas palavras, verdade comprovada em todas as épocas da história.

Não se deveria demorar muito tempo na regencia da sua cadeira em Coimbra, pois que a sua educação literária feita nos Estudos gerais de Lisboa, não se amoldaria á nova organização dos Estudos de Coimbra.

E assim, em data que desconhecemos, se notifica que este lente deixou a sua cátedra para voltar para Lisboa, onde se fez advogado da Casa da Suplicação.

Conhecemos ter deixado os seguintes trabalhos literarios:

Privilegios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comum e Ordenações do Reino, mais que o genero masculino.—Impresso na Oficina Azevedo, Lisboa, 1557.

Se bem que nos pareça que nesta data já o Licenciado Ruy Gonçalves havia deixado a regencia da sua cadeira de Instituta em Coimbra, pensamos que este trabalho seria lido aos seus alunos, por estar dentro do prográma daquela cadeira.

Tratado sobre a expedição dos perdões que concedem os Reis de Portugal.

Trabalho este que vem relacionado nos estudos feitos sobre este ilustre Açoreano, sem outra indicação e data de impressão. (1)

---

1) Vide Dicionario Popular de Pinheiro Chagas.
Historia da Universidade de Coimbra, do Dr. Teófilo Braga.
Revista Açoreana, pag. 291.

FR. CRISTOVAM DA SILVEIRA.—Nasceu na cidade de Angra da Ilha Terceira, no dia 13 de março de 1614, filho de Cristovam de Lemos e Mendonça e D. Inês da Silveira Borges.

Aos dezoito anos professou no Sagrado Instituto de Eremita de Santo Agostinho, no Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, a 14 de outubro de 1632; foi Reitor do Colégio de Coimbra no ano de 1656.

O Principe D. Pedro, quando Regente do Reino, em atenção ao seu grande saber, prudencia e austeridade, o nomeou Arcebispo Primáz do Oriente, sendo sagrado no Convento da Graça, de Lisboa, a 27 de junho de 1671, falecendo na viagem e quando ia tomar conta da sua Diocese, sendo o seu cadaver levado á Catedral de Goa sepultando-se na Capela-mór com este epitáfio:

«Aqui jaz D. Frei Cristovam da Silveira, Religioso Agostinho, natural da Ilha Terceira, XII Arcebispo de Goa e Primaz da India, e do Conselho de Sua Alteza. Faleceu vindo para este Estado aos 9 de abril do ano de 1673, tendo de idade 59 anos».

Deixou estes escritos:

Cursus totius Philosophiae ad mentem D. Augustini. M. S.

Tratus de Scientia Dei. M. S.

PEDRO CORDEIRO DE ESPINOSA.—Nasceu na cidade de Angra, da Ilha Terceira, filho de Manuel Cordeiro Moutoso e Maria de Espinosa, filha de Gaspar Molero de Espinosa, Castalhano, que El-Rei D. Filipe mandou viesse militar no Castelo de S. Filipe d'Angra, para assim com gente sua, melhor assegurar a sua politica

1) Revista dos Açores pag. 386

em Portugal e nomeadamente em Angra, cabeça, ao tempo, de todas as Ilhas dos Açores.

Pedro Cordeiro, pouco tempo antes de 1650, matriculou-se na Universidade de Coimbra e nela «se fez Doutor e Mestre em Artes e examinou Bachareis», ordenando-se de Presbitero, doutorou-se depois tambem em Canons, regendo como substituto algumas cadeiras de Direito naquela velha Universidade.

Sendo provido no logar de Juiz Apostólico de causas Romaniscas, veiu para Lisboa, onde viveu alguns anos. Por conselho do Arcebispo de Lisboa D. Antonio de Mendonça e de Pedro Fernandes Monteiro aceitou o Deado da Baía, que era então cabeça de todo o Brazil, sendo tambem feito comissario geral, em todo ele, da Bula da Santa Cruzada e Desembargador dos Agravos na Relação daquela cidade.

Não aceitou a Prelazia do Rio de Janeiro que lhe ofereciam, deixando-se ficar na Baía onde governava no Eclesiástico e secular, pois ainda lá não havia Bispo.

Deixou por sua morte uma importante livraria e varios tomos manuscritos que compôs sobre as ordenações de Portugal, sob o titulo de — *Comentarios ás Ordenações do Reino de Portugal* — que por sua morte desapareceram, apesar das muitas pesquisas que se fizeram.

Estando a dizer missa foi acometido de um acidente de que faleceu no mesmo dia, deixando testamento, que segundo foi voz publica, fora feito com ele moribundo, favorecendo-se com ele uns amigos e deserdando-se seus legitimos herdeiros, da sua valiosa fortuna. (1)

---

1) Vid. Historia Insulana do Padre Antonio Cordeiro, Livro VI, paginas 133, numero 270.
Revista Açoreana, paginas 10, do II ano.

JOÃO JOSÉ D'AMARAL (Padre). — Nasceu na antiga Vila de Agua do Pau, no dia primeiro de outubro de 1782, filho de Francisco d'Amaral e Rosa Maria, modestos proprietários, naturais da Vila da Povoação.

Bastante inteligente e estudioso, já aos dezoito anos ensinava Lógica em Ponta-delgada, com a manifesta má vontade dos Padres de S. Francisco, a cargo de quem aquele ensino havia sempre estado.

Ordenado de Presbitero, em atenção ao seu saber entrou como Vice-vigario para a Igreja-paroquial de S. José da cidade de Ponta-delgada em julho de 1810, exercendo porém este beneficio sòmente até igual mês de 1813, por haver sido nesta data nomeado professor de Filosofia-racional na mesma cidade. Preferiu ser Mestre a ser Vigario, porque mais lhe sorria o ensino literario que a paroquiação.

Em 1832, por Carta-regia de 18 de junho, é colocado na regencia das cadeiras de filosofia e retórica, em Ponta-delgada, criadas por decreto de 6 de junho daquele ano, e no exercicio desta regencia permaneceu até á sua jubilação que se deu a 5 de fevereiro de 1850, declarando-se na Carta-regia que «o seu serviço foi sempre bom, efectivo e com aproveitamento dos alunos».

Ao sentar-se na sua cadeira de Mestre, contavam os seus discipulos, quasi sempre começava a lição por uma anedocta, que a dizia sempre com muita graça, a proposito de qualquer cousa, tirando-lhe em seguida a moralidade, depois de deixar rir, com toda a franqueza, todo o curso.

— A anedocta, dizia ele em particular aos amigos, é o melhor meio de despertar o interesse e atraír a atenção dos rapazes.

Depois, naquele meio bem disposto, que ele de antemão havia preparado, começava então *o João dos contos*, como vulgarmente lhe chamavam, já por os dizer,

como pelos muitos que sabia, a sua lição sobre filosofia ou retórica.

Se bem que toda a sua vida fosse pois orientada no ensino, não foi porém estranho ao movimento social e politico da sua época e alguma atenção prestou á administração publica do seu distrito e á politica geral do seu País.

Militou no partido Conservador e foi um dos principais redactores do jornal — *O cartista dos Açores* — semanario politico que começou a publicar-se a 27 de fevereiro de 1845, e terminou a 14 de novembro de 1850, tendo a sua sede em Ponta-delgada.

Foi tambem um dos redactores principais da *Revista dos Açores*, semanario literario, cujo primeiro numero saiu no primeiro de janeiro pe 1851; muito apreciada, em duas series, sendo o segundo volume publicado pela Sociedade auxiliadora das letras Açoreanas de Ponta-delgada.

Porque era culto e estudioso fez parte de quantas comissões de estudo se crearam, ao tempo, para defesa e melhoramentos da sua querida Ilha de S. Miguel, para quem teve sempre o mais acrisolado amor e zelo; entre as quais nomearemos agora as seguintes:

Comissão imcumbida de elaborar o plano para a fundação da Biblioteca publica de Ponta-delgada, nomeada por Alvará da Prefeitura da Provincia Oriental dos Açores de 18 de agosto de 1835, sendo ele o incumbido de recitar a oração inaugural na sua solene abertura e que foi reproduzida no numero 47 do *Cartista dos Açores*.

Comissão encarregada de estudar o processo de extinguir o insecto destruidor das laranjeiras, creada por Alvará de 20 de maio por virtude da Carta de lei de 13 de fevereiro de 1845.

Era muito dedicado os estudos agricolas, sendo um

dos fundadores da Sociedade Promotora Agricola Micaelense, instalada a 11 de janeiro de 1843; e publicou varios artigos sobre agricultura em *O Agricultor Micaelense*, periodico dedicado á ilustração da classe agricula açoreana e especialmente a auxiliar os lavradores micaelenses, divulgando apropriados conhecimentos agronomicos. Publicação da Sociedade Promotora Agricola Micaelense que começou a 20 de outubro de 1843 e terminon em segunda serie em março de 1862.

Fez parte da comissão encarregada de socorrer os alemães da galera Franklin, que naufragara no porto de Ponta-delgada, e incumbido de elaborar o respectivo relatorio.

Era-lhe familiar o francês, o inglês, o latim e até o grego, conhecia a historia nos seus diversos ramos e as proprias musas o inspiraram em poesia. Não era orador sagrado e a sua negação ao pulpito atribuia-se a uma scena ocorrida na Igreja da Misericordia velha, (de Ponta-delgada) num sermão de Passos, num momento de hesitação, ao procurar a frase fora atalhado por um ouvinte de mau gosto que brutalmente dissera a meia voz do fundo da Igreja: «Tomé, larga o oficio para quem é».

Parecendo finalmente, por toda a sua vida e pelo seu génio jovial que ele descurara a vida eclesiastica, assim não aconteceu, sendo o antigo vice-vigario de S. José de Ponta-delgada, sempre muito respeitado pela sua classe, a ponto de desempenhar durante muitos anos as funções de Ouvidor Eclesiastico de Ponta-delgada, logar da mais alta confiança do Prelado, e interino de toda a Ilha.

Já depois de jubilado e por efeito da vaga deixada neste Distrito de Ponta-delgada, por Antonio Feliciano de Castilho, de comissario dos Estudos, foi a 30 de agosto de 1851, nomeado para este cargo e nesta qualidade incumbido por Decreto de 2 de setembro daquele

mesmo ano da Reitoria do Liceu a criar-se em Ponta-delgada.

Por esta razão e ainda em virtude de oficio recebido do Governo Civil, reuniu no dia 23 de fevereiro de 1852, no extinto convento da Graça, onde os Agostinhos professaram artes e teologia, os professores que haviam formar o corpo docente daquela nova casa de ensino.

Pouco tempo esteve porém á frente da Reitoria, pois que a 19 de julho de 1853 faleceu na sua casa de morada na Fajã de Baixo, mandando os estudantes celebrar solenes exequias por sua alma.

Mais tarde e por subscrição publica foi-lhe erigido um mausuleu, onde gravaram a seguinte incrição:

A' memória do Justo
O Mto. Reverendo Padre Mestre
João José d'Amaral
professor jubilado de filosofia
retorica e poetica.
aqui jaz.
Nasceu na Vila de Agua de Pau
no primeiro de outubro de 1782
morreu em 19 de julho de 1853.
Ao poeta, sacerdote, tipo e filosofo levanta em testemunho de eterna saudade e veneração
a Ilha de S. Miguel.

Pelo seu saber, pela orientrção dada no seu ensino e ainda pela sua persistente actividade. predominou no meio da sua geração e por muito tempo viveu na mente dos que ensinou e na dos filhos e netos dos seus alunos, que estes não se cançavam de sempre falare no seu querido Padre Mestre.

«A ciencia é o ornato dos ricos e a riqueza dos po-

bres» tal é a divisa que bem lhe coube e que tão acertadamente lhe inscreveu o pintor do seu retrato, Damaso José de Castro, no livro que lhe colocou na mão direita.

Odes ao Ill.mo Sr. J. T. de P. Cavalcanti d'Albuquerque, acabando de governar a Ilha de S. Miguel no ano de 1815.

Imprensa Régia, Lisboa, ano de 1815.

Neste folheto ha duas odes, a primeira assinada por F. Borges que começa:

«Imaginou a Grecia, sabia em tudo,
uma Deusa loquaz, que por cem bocas
de um polo a outro polo, apregoava
as acções memorandas.

. . . . . .

Porém a minha lira ainda mais canta,
louvou; vai inspirar acções briosas:
Quanto é facil soprar altas façanhas
num peito que ama a gloria».

A segunda e ultima ode traz no fim a seguinte declaração:

«Cantava um eclesiastico da mesma Ilha (S. Miguel)

«Não é facil achar na vasta história
Ministro tão glorioso,
de quem conserve o povo inda a memória
sem que haja algum queixoso.
Resto será o chefe, habil, prudente;
mas contentar não pode a toda a gente.

Alegre ao filho irá o pai cantando
as acções que em ti vira,
Ao neto o filho irá tambem lembrando

quanto a seu pai ouvira.
Terão teus feitos celebrada história
dos gratos insulanos na memória.

Elogio aos beneméritos restauradores da liberdade e independencia da Ilha de S. Miguel, no dia primeiro de março de 1821.

Recitado pelo autor na Sala do Governo, na pomposa e brilhante função dada pelo mesmo governo no dia 13 de maio de 1821.

Aniversario de S. Magestade Fidelissima o Sr. D. João VI.—Impresso em Lisboa, na Impressão da Alcobia em 1822, por mandado de André da Ponte Quental.

Compreende este folheto apenas 9 paginas em quarto. Assim começa:

«Não mais da Grecia altiva a gloria imensa,
nos Certâmes Olimpicos ganhada,
aos astros levem com facundia insólita
ruidosos Pincaricos delirios.
Não mais o grão cantor do rio Imenso
de viridantes louros coroado
entre estática multidão d'Argivos,
agora manso logo arrebatado,
qual rapida corrente ou brando arróio
robustos gladiadores engrandeça,
outro valor mais alto se levanta;
Valor a homem util, grato a Nunes,
intrépido valor que despedaça
algema (1) pertinaz que os pulsos torra,

1) Refere-se o autor ao governo d'Angra que tanto oprimiu os Micaelenses.

Em todo o elogio se refere á revolução que separou esta Ilha do Governo da Ilha Terceira, promovi la e leva la até á conclusão pelo Reverendo Dr. João de Medeiros Mantua, Coronel Antonio Francisco Afonso de Chaves e Tenentes Francisco Moniz Barreto e João Soares d'Albergaria e outros.

e os foros liberais da humanidade
postergados, vindica e alardêa;

As cincoenta razões do Duque de Brunswick para abjurar o protestantismo e abraçar a religião Católica Romana.

Traduzido do Inglês, da edição de Manchester de 1802, compreende o folheto 64 paginas.

Impresso na Tipografia da Rua do Provedor em Ponta-delgada em 1844.

Dedica o traductor este seu trabalho ao Bispo dos Açores D. Fr. Estevam de Jesus Maria, e diz que traduziu esta obra por lhe desagradar uma tradução que corria, pelos seus inglecismos e suas infedilidades.

Depois da apresentação e do prefácio do autor, segue-se em capitulos as razões que levaram Antonio Ulrik, Duque de Brunswick a abjurar o protestantismo.

Eis o primeiro argumento;

«Preferencia da fé Romana, á denominação Evangelica».

O objecto de minha primeira consideração foi: qual das religiões devia eu abraçar e seguir, se a Católica se a pelos Luteranos e Calvinistas jactanciosamente denominada Evangelica.

Olhava para a primeira e deparava com a religião que seguiram e seguem os que professaram e professam a fé Romana.....

Na Evangelica porém logo ao primeiro intuito descobriu um perigosissimo escolho, que impediu de declarar-me em seu favor. As doutrinas seguidas por luteranos e calvinistas e que constituem a Religião denominada Evangélica, são em muitos pontos diametralmente opostas e contraditórias entre si. Logo não é Evangelica religião tal.

Oração inaural recitada na abertura da Bibliotecapublica da cidade de Ponta-delgada, feita por o Ex.mo Sr. Manuel Maria Coutinho d'Albergaria Freire, Secretario-geral servindo de Governador Civil, no dia 11 de janeiro de 1846.

Impresso no numero 47 do jornal *Cartista dos Açores*, de 15 de janeiro de 1846. Assim começa:

«Realizado vemos enfim o projecto de tão apetecida, como tão longamente esperada Biblioteca Publica, na cidade de Ponta-delgada!

Este projecto concebido pelo mais ardente e acrisolado patriotismo posto em andamento pelo infatigavel zelo e actividade de mais de um Chefe de Repartição Administrativa deste Distrito, coadjuvado pelo louvavel empenho de não poucos dos seus habitantes; este projecto teve de lutar com dificuldades quasi insuperaveis; teve de conciliar contradições e de remover obstaculos que como hidra de cem cabeças, sempre renascentes, obstinadamente se opunham á sua execução.

Reservada estava a gloria do vencimento para o actual chefe Administrativo saindo victorioso do conflito, triunfante, lhe poz o remate.

Relatorio da comissão de socorros aos alemães da galera Franklin.

Publicado nos numeros 651 e 652 do Jornal *Açoreano*, ano de 1847.

Havendo feito parte da comissão encarregada de tratar do alojamento e sustento dos alemães da galera Franklin que haviam naufragado no porto de Ponta-delgada, foi o Padre João José d'Amaral quem elaborou o competente relatório e contas da comissão.

Ococus hisperidum na Ilha de Sam Miguel.

Publicado no jornal o *Filólogo*, a paginas 61.

Artigo sobre a exterminação deste insecto que nos trigaes do Ribatejo e lezirias de Vila-franca causou enormes estragos.

Acaba assim:

«E sem que a ninguem pretenda ofender, permita-se-me dizer que a alguem tem parecido essa resolução um arremedo daquela sentença mui celebrada em nossas Historias Insulanas: *Forcate, forcate e depois tirate inquiricione.*

Resposta ao folheto intitulado: Fundamentos do projecto do decreto para abolição dos vinculos na Ilha de S. Miguel, etc.

Esta resposta é tambem atribuida a Francisco Afonso de Chaves e Melo e no parágrafo deste historiador se fez referencia a este folheto.

Elementos ou primeiras lições de geografia e astronomia de J. A. Commings; traduzidos do inglês, reformados e consideravelmente aumentados para uso das escolas nacionais, servindo como introdução aos estudos geográficos e astronómicos.

Publicado pela Sociedade auxiliadora das letras Açoreanas. Ponta-delgada, 1852.

Compulsamos a segunda edição que contem 120 paginas.

O compendio é dividido em 45 lições que começam pela exposição da matéria e acabam por um questionario sobre os assuntos expostos.

Para melhor conhecimento do metodo do Mestre, vamos transcrever o questionario duma sua lição:

1) A que causas se devem o aumento e diminuição do dia e da noite e os diferentes graus de calor e frio?

2) Em que partes da orbita está a terra, quando os

dias e as noites são iguais na terra; isto é a oriental, a ocidental, a septentrional ou a meridional?

3) Que denominação tem a igualdade dos dias?

4) Em que parte da orbita está a terra quando é verão, no polo norte ou no hemisfério septentrional?

5) A que lado do sol está a terra quando é inverno no hemisfério septentrional?

6) Qual é a primeira razão porque ha mais calor no verão do que no inverno?

7) Qual é a segunda razão?

Tais são as questões praticas da XLIV lição.

Glossário retórico—para uso dos alunos do curso de retórica e poética do Liceu Nacional de Ponta-delgada; publicado pela sociedade auxiliadora das letras Açoreanas.

Impresso em Ponta-delgada em 1854.

Declara o autor na segunda pagina que o compendio a cujos exemplos se vai referir neste pequeno glossário, é o de Quintiliano, redigido por J. S. Barbosa.

Segue-se o glossário, eis alguns exemplos:

Acção de graças—discurso pelos beneficios recebidos.

Aenesis—acção de graças e louvores.

Arte—(estudo ou doutrina) toda a aplicação do homem, trabalhando sobre o fundo das disposições naturais, para dirigi-las, aumenta-las, aperfeiçoa-las.

Melodia—Concerto suave de varios sons sucessivos ou consonancia sucessiva de sons, de que resulta um canto agradavel. (1)

1] Relatório da Liga Micaelense de Instrução Publica anos 1810 -1913.
Revista Micaelense ano quarto volume II, paginas 1.001.
Biblioteca Açoreana.
O Preto no Branco, numeros 1, 2 e outros.
Arquivo dos Açores, volume 3.º paginas 436.

JERONIMO EMILIANO D'ANDRADE.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo, no dia 20 de setembro de 1789, filho de pai incognito, e faleceu na mesma cidade a onze de dezembro de 1847.

Aos tres meses de idade e pela extrema pobreza em que vivia sua mãe, foi recolhido pelo Padre José d'Andrade, beneficiado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, d'Angra, em sua casa e entregue aos cuidados de uma irmã solteira que com ele vivia.

Os seus primeiros estudos fê-los sob a orientação do seu bondoso protector, que não contente em o criar e educar, lhe deu até o seu proprio nome—Andrade e conhecendo no seu pobre pupilo uma inteligencia clara quis aproveitá-la para beneficio da sua terra. Assim aos quinze anos, mas por sua expressa vontade, fê-lo entrar na Ordem dos Frades-menores de S. Francisco daquela cidade, onde continuou os seus estudos até á ordenação.

No Convento e ainda mesmo antes de ordenado, regeu com proficiencia e durante nove anos lectivos a cadeira de latim, e graças ao seu talento e á sua grade aplicação, conseguiu ainda a nomeação de—*Mestre reparante*—isto é substituto do Mestre, da cadeira de filosofia, após uma defesa de teses publicas, em que foram arguentes o Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso, o Conego regrante D. Francisco da Soledade, Francisco Clootz Wanzeller, José Portely e outras pessoas de distinção que se achavam deportadas em Angra como politicos constitucionais. Mais tarde e após duas outras oposições que defendeu brilhantemente perante os seus professores, foi constituido *Mestre em artes*, regendo as suas respectivas cadeiras com «excelente método e notavel clareza».

Em 1818 e a convite do Vigario capitular da Diocese de Angra, regeu a cadeira de teologia dogmática e

moral aos alunos da carreira eclesiástica, com muita proficiencia e clareza.

Em 1823 concorreu á cadeira régia do retórica de Angra, prestando suas provas publicas em concurso, na cidade de Ponta-delgada, alcançando despacho, que aliás não solicitára, no ano seguinte, pela recomendação ao Governo de Sua Magestade, do Dr. Francisco de Borja Garção Stokler, governador e capitão-general das Ilhas dos Açores.

Como orador sagrado foi aquilo que a sua grande ilustração conduzia. A linguagem dos seus sermões era correcta, elegante, persuasiva, unção de pensamentos, singeleza de maximas e pureza de doutrina. Só um dos seus sermões foi publicado — *Oração capitular* — todos os mais ficaram inéditos em cumprimento da vontade do autor.

A politica que no seu tempo alastrava os Açores, arrastou por vezes ás lutas publicas este frade, a quem chamavam o pregador dos constitucionais, eivado das ideias liberais que então se desenvolviam.

Por vezes sofreu dos absolutistas, como então lhe chamavam vexames e perseguições, a ponto de uma vez se refugiar na Ilha do Faial e aí viver durante um ano, e de outra vez na Ilha Graciosa onde esteve tres anos.

Extintas as Ordens religiosas pelo decreto de 1834, continuou o Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade, então secularizado, na regencia das cadeiras publicas que alcançara em concurso, sendo depois e segundo o decreto de 3 de dezembro de 1845 nomeado — *Comissario dos estudos* — por Carta-régia de 28 d'abril de 1846, no Distrito d'Angra e ainda Reitor do Liceu que então se criou naquela sua cidade, regendo nele a quinta e sexta cadeira que compreendia — *oratoria, poética, literatura classica, história cronológica e geografia* e co-

mo substituto a de matemática, geometria, geografia e latim.

Toda a vida do Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade é repartida pelas investigações históricas a que entregava o seu espirito e pelo ensino. Na cátedra como professor e no pulpito como pregador ele conseguiu tornar-se util e nobilitar um nome que por oferta do seu protector usava.

Para cada cadeira que regia, escrevia um compendio, publicava-o e assinava-o, assumindo as responsabilidades das doutrinas que ensinava, acto este que ainda hoje não é vulgar na classe dos professores. Muitos dos seus livros alcançaram varias edições, foram adoptados em todas as terras dos Açores e alguns até no continente português.

Em 1889 foi comemorado solenemente o primeiro centenário do nascimento deste ilustre Açoreano; alvitrou a ideia um conhecido jornalista terceirense Augusto Ribeiro, em virtude do que a 14 de setembro de 1888 se reuniram os representantes da imprensa nomeando uma comissão para levar a cabo aquele acto de homenagem.

Transcrevemos em seguida o auto de comemoração solene, que ele resume todo o programa.

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1889, quadragessimo segundo ano do falecimento do benemérito terceirense e eminente escritor Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade, se reuniram em sessão publica e solene na sala dos actos do Liceu Nacional de Angra do Heroismo, os representantes da Imprensa periódica desta cidade, com as autoridades, tribunal e corporações administrativas, devidamente representadas. Junta governativa, autoridade judicial, corpo consular, sub-inspector de instrução secundaria, corpo docente do Liceu Nacional e o do Seminario Diocesano, dignidades,

conegos da Sé Catedral e outros reverendos eclesiásticos, oficiais militares, funcionarios publicos, alunos de instrução secundaria e primaria e mais cidadãos que compuseram o cortejo civico, que hoje saiu dos Paços Municipal pelas onze horas da manhã para prestar a tão ilustre varão as devidas homenagens de respeito, fazendo colocar na Casa numero 16 da Rua de Jesus, onde viveu e faleceu aquele eminente vulto, uma lapide cuja inscrição diz: «*Nesta casa viveu e faleceu o benemérito terceirense Padre Jerónimo Emiliano d'Andrade. Nasceu a 30 de setembro de 1789. Honrou a pátria e as letras. Faleceu a 11 de dezembro de 1847;* e seguindo depois para o cemitério de Nossa Senhora do Livramento, onde repousam os seus preciosos restos, se depositou uma corôa de saudosa recordação, pela sua veneranda memória no mausuleu, que lhe foi erigido em 18 de dezembro de 1850 pelo Conselheiro Niculau Anastácio de Betencourt. Aberta a sessão discursaram alguns alunos do Liceu, enumerando em eloquentes e entusiasticas frases os merecimentos d'aquele que, humilde pelo nascimento, se tornou um benemérito da pátria pelos dotes da sua altissima inteligencia, da sua alma aberta a todos os sentimentos grandiosos e humanitários, do seu acrisolado civismo e amor pela liberdade e instrução popular. E para que aos vindouros chegue a memória deste acto festivo, testemunho glorioso de gratidão dum povo, se lavrou o presente auto que depois de ser lido vai por todos assinado. Eu Alfredo Luiz Campos, secretário da comissão da Imprensa o fiz escrever, subscrevo e assino».

Na noite deste dia houve um brilhante sarau musico-literário no Salão nobre da Camara Municipal, solenizando a data memoravel do nascimento deste ilustre Açoreano.

Relacionemos agora com algumas transcrições as suas obras:

1) Oração capitular, recitada no capitulo provincial que celebraram os menores observantes da provincia de S. João Evangelista dos Açores.

Imprensa regia, Lisboa, ano de 1818.

E' o unico sermão que nos deixou impresso, pedindo que não imprimissem e deixassem assim inéditos muitas das suas orações que tinha em manuscrito.

Presidiu a esta oração o Nosso Divino Padre Mestre Fr. Mateus Evangelista, leitor jubilado na Sagrada Teologia, qualificador do Santo Oficio, examinador sinodal, ex-definidor, Padre da Provincia e pela segunda vez M.° Provincial.

Inicia a sua oração dizendo que havendo sido convidado para orar pelo M.° Provincial, tinha a honra de o ter a presidir áquele acto e por isso tomava «a ousadia de por aos pés de Sua Rev.ª a triste produção do seu acanhado engenho, digno de trevas e de um perpétuo silencio.

Segue-se umas referencias bastante elogiosas ao Reverendo Provincial e começa então a oração propriamente sob o tema:

«Notum facier Dominus, qui ad se pertinent et quem cumque elegerit, ipse erit santus».

O senhor fará patente aqueles que tem de eleger e o mesmo que for eleito será o optimo e o de maior virtude.

Desenvolve com toda a mestria este tema e termina a sua bela oração com estas palavras:

«Estes são pois R. R. P. P., os motivos dos belos anuncios que tive de vos dar. Roguemos aos Ceus que nos sejam propicios e que entornem sobre nós as enchentes das suas misericórdias.

E vós oh! Pai Serafico que acima das nuvens foste exaltado pela vossa humildade, lançai lá do Ceu vossas vistas sobre esta vinha plantada polas vossas mãos e rogai ao Divino Espirito que desça sobre os nossos leitores e os enriqueça das suas luzes, enquanto tambem nós o rogamos com a Santa Igreja.

Veni Sancte Spiritus
et emitte cœlitus
lucis tuae radium.

2) *Elogio histórico da vida do insigne sacerdote José d'Andrade.* Beneficiado na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Angra da Ilha Terceira dos Açores e morto a 14 de janeiro de 1821.
Imprensa Nacional, Lisboa, 1821.

«Quasi sempre, diz o autor em certa altura do seu trabalho, a boa ou má sorte do homem, depende da sua primeira educação. Esta primeira forma moral, que recebemos das mãos de nossos educadores, é que decide geralmente da nossa futura condição. Se o insigne Andrade não tivesse uma mãe virtuosa e em tudo digna deste nome respeitavel, que desde os primeiros dias o educou no temor santo do Senhor, talvez que o seu merecimento não fosse depois tão perfeito e consumado.

E conclue com este pensamento: «A planta sem agricultor, ou murcha ou degenera da sua primitiva perfeição».

3) *Primeiros elementos da história filosófica, para uso dos estudantes do curso de filosofia racional:*
Imprensa da Prefeitura em Angra, 1834.

Contém este folheto apenas vinte páginas, e nele diz o autor, na Advertencia, que os compendios de filosofia racional e de retórica, são exageradamente volumosos

para se poderem dar em lições e de cór, tornando assim difícil o estudo. Por essa razão e para facilidade do estudante ele compôs aquele resume, mencionando ao lado, ainda, as preguntas que sobre a matéria deverá o mestre fazer. E fecha o seu trabalho com uma tábua resumida das principais épocas da história filosófica.

4) *Primeiros elementos de lógica para uso dos estudantes do curso de filosofia racional.*

Imprensa da Prefeitura em Angra, 1835.

Seguindo a orientação tomada a propósito do trabalho antecedente, elaborou este novo estudo com o mesmo fim de facilitar a aprendizagem.

5) *Primeiros elementos de metafísica para uso dos estudantes do curso de filosofia racional.*

Imprensa da Prefeitura de Angra, 1835.

E' um simples resume da matéria, que o Padre Mestre compôs para facilidade dos seus alunos, e que ele seguia com todo o rigor nas suas aulas.

6) *Primeiros elementos de geografia para uso dos estudantes do curso filosófico,*

Imprensa da Prefeitura de Angra, 1835.

Pequeno compendio de 43 paginas no sistema dos anteriores:

«Que cousa é geografia? preguntava o Mestre.

«Geografia é a descrição da terra.

Tem este trabalho uma introdução com duas partes a sabor.

1.ª parte — Geografia astronómica, com um paragrafo unico — «da terra e suas divisões matemáticas».

2ª parte — trata da Geografia física e termina o compendio com umas tabelas de divisões politicas das diferentes partes do Mundo.

7) *Elementos de retórica e poética.*

Impresso em Angra em 1837.

Trabalho auxiliar para o estudo de literatura e versificação dos seus alunos.

8) *Resumo da historia universal antiga e moderna.*

Impresso em Angra em 1837.

Composto segundo a sua orientação no ensino e tendo por fim facilitar a aprendizagem.

9) *Primeiros elementos da gramática portuguêsa acomodado ao uso das Escolas de primeiras letras;* em dois tomos.

Teve o primeiro tomo cinco edições sucessivas nos Açores e uma sexta em Lisboa, na Tipografia Universal em 1859; conhecemos a terceira edição impressa em Angra do Heroismo. na Imprensa do Governo em 1845, contendo 56 paginas.

E' este trabalho tambem pelo sistema de preguntas e respostas:

—O que é gramatica portuguêsa?

—E' a arte de falar e escrever sem erros a lingua portuguêsa.

E explica depois o que é arte, que é tudo quanto dá regras e preceitos para se fazer alguma cousa, e que recebe o nome de ciencia quando as suas regras são claras e evidentes.

Na primeira parte trata da Etimologia:

—O que são palavras? o que são artigos, substantivos, adjectivos?

Na segunda parte trata da Sintaxe:

—Da oração em geral: simples e composta, principal e subordinada; análise gramatical e termina com o exemplo prático de analise e de regencia.

O segundo tomo, é subordinado ao titulo seguinte:

Regras da prosódia e ortografia da lingua portuguêsa, acomodadas ao uso das Escolas de primeiras letras.

Impresso em Angra do Heroismo na Imprensa do Governo em 1845, com 31 paginas.

Mais tarde estes dois tomos reuniram-se num só volume.

Trata este segundo tomo:

Na primeira parte.—Da prosódia, isto é, das letras, sua divisão, pronunciação, silabas, palavras, acentos, figuras, etc.

Na segunda parte.—Da ortografia, isto é dos carácteres das letras e seus usos, escrituração das palavras, sua divisão, pontuação e regras de caligrafia.

10) *Principios geraes de moral e civilização cristã, para uso das Escolas de instrução primaria.*

Impresso na tip. do Angrense em Angra do Heroismo em 1847.

E' um pequeno livro, muito interessante, que nos dá uns rapidos preceitos de como nos devemos portar na sociedede; é bastante necessario este estudo nas Escolas mas, desconhecemos as razões, foi retirado dos programas de instrução.

11) *Primeiros elementos de doutrina cristã.*

Impresso na tipografia de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo uma terceira edição em 1856.

Não se esqueceu o autor que era Padre e que devia curar não só do ensino literario, mas tambem do católico, e dá-nos então este pequeno compendio.

12) *Resumo da historia portuguêsa, acomodada ás lições e exercicios das escolas.*

Impresso na Oficina do Terceirense, em Angra do Heroismo em 1846.

E' um trabalho, auxiliar, para os estudantes de história que aqui tem resumida a matéria, nos seus principais pontos.

13) *Compendio de arimética ordinaria, acomodado ás lições e exercicios das Escolas.*

Impresso na Oficina do Terceirense em Angra do Heroismo em 1846.

Dá-nos o autor neste seu compendio uma nova modalidade do seu espirito; não são só as linguas e as historias que lhe são familiares, aqui o temos nas ciencias compendiando a materia para os seus alunos.

14) *Noções primárias de figuras de geometria e medição de superficies e volume dos solidos.*

Impresso na tipografia do Angrense, em Angra do Heroismo em 1841.

Para complemento do seu compendio sobre arimética, apresenta agora o compendio sobre geometria:

15) *Opusculo histórico ou resumo das principais épocas, periodos e acontecimentos da história universal antiga e moderna.*

Imprensa do Governo, em Angra do Heroismo em 1838.

Neste trabalho segue o autor a mesma orientação de todos os seus outros compendios destinados aos seus alunos, facilitando-lhes a aprendizagem.

16) *Rudimentos de gramatica latina acomodada ao uso das Escolas.*

Impresso na Tipografia de J. J. Soares em Angra do Heroismo em 1848. Tem 85 paginas.

Referindo-se o autor á sintaxe, diz;

«Nesta segunda parte se contém as regras e doutri-

nas da sintaxe-latina, mais gerais e necessarias que os principiantes devem conservar de memória e serem exercitados nas aulas, segundo a ordem de preguntas, que vão postas á margem».

Vemos por estas palavras, que o autor não se desviava do seu método de ensino em qualquer das cadeiras que regia.

17) *Prologómenos da gramática latina.*

Impresso na Tipografia de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo em 1848.

E' um trabalho que faz parte do anteriormente mencionado e dedicado aos estudantes de latim.

18) *Primeiros elementos de geografia astronómica, física e politica, para uso dos estudantes do curso filosófico.*

Impresso na Oficina do Terceirense em Angra do Heroismo no ano de 1844.

Incumbido da regencia da cadeira de geografia e fiel ao seu principio, de para cada cadeira que regia apresentar um compendio, organizado segundo o seu plano e orientação de estudo, oferece este compendio e por ele seguia no ensino ao curso.

19) *Primeiros elementos de ética para uso dos estudantes do curso filosófico racional.*

Imprensa da Administração geral em Angra do Heroismo no ano de 1840.

E' um trabalho destinado a servir de texto na regencia da cadeira de filosofia do curso dos liceus, organizado segundo o seu plano de ensino.

20) *Elogio de alguns portugueses célebres por suas virtudes e talentos, e pequenos discursos sobre varios pontos filosóficos, históricos e oratórios.*

Impresso na Tipografia de J. J. Soares em Angra do Heroismo no ano de 1852.

Os portugueses que biografa são:

O Serenissimo Infante de Portugal D. Fernando, filho de D. João I.

O Serenissimo Infante de Portugal D. Henrique, filho de D. João I.

D. Nuno Alvares Pereira, Condestavel de Portugal, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, D. Francisco d'Almeida, D. João de Castro, D. Duarte Pacheco Pereira, Luiz de Camões, D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Marquez do Pombal.

Entre muitas outras cousas diz sobre D. Nuno Alvares Pereira:

«Se a Grecia se tem feito memoravel pelos seus Themistocles, Aristides e Epaminondas; se Roma com razão se vangloria dos seus Fabricios, Scipiões e Marcelas, de nenhuma sorte Portugal se deve julgar inferior a essas nações tão afamadas, tendo creado em seu seio o grande heroi D. Nuno Alvares Pereira, cujas ilustres memórias, hoje, neste exercicio literário, recomendamos».

21) *Primeiros elementos de literatura clássica, oratória e poética para os estudantes do quinto anno do Liceu.*

Impresso na Tipografia do Angrense, em Angra do Heroismo, em 1847.

Trabalho que lhe serviu de texto na regencia da cadeira de literatura no Liceu d'Angra e que fora feito segundo o plano de ensino que o autor sempre seguira.

22) *Memória para a história da Graciosa, 1828-1831.*

E' um pequeno opusculo que ficou em manuscrito.

23) *Exame de ordinandos até á sagrada ordem do presbiterado.*

Impresso na Tipografia de M. J. P. Leal em Angra do Heroismo em 1856. Tem 108 paginas.

Diz o autor no prefácio que este livro é para os novos Ministros do Altar: que se se requere para eles uma consumada sabedoria, é certo que nos novos não a pode haver como se desejaria.

E' este trabalho dividido em cinco partes, assim designadas:

1) *Da doutrina cristã,* pelo sistema de preguntas e respostas:

—O que é religião? o que é culto?

—Como provou Cristo a divindade da sua religião?

—Por meio dos seus milagres, especialmente por meio da sua ressurreição e admiravel ascenção aos Ceus, na presença dos seus discipulos e de mais de quinhentas pessoas, comprovou Jesus Cristo á face da terra que era Deus e divina a sua missão: logo, devemos receber como divina a Religião Santissima, que por ele nos foi ensinada.

2) *Dos sacramentos in genere;* tratando da definição, numero, partes constituintes dos sacramentos e suas diferenças entre si, efeitos dos sacramentos, ministros, etc.

3) *Das censuras e irregularidades.* O que é censura?

Censura é uma pena eclesiástica com que se priva o homem baptizado, delinquente e contumáz, do uso de certos bens espirituais, até que desista da contumácia.

4) *Do sacramento da Ordem.* Trata da ordem em geral e depois de todas as ordens em especial, desde a primeira tonsura até á de presbitero.

5) *Do augustissimo sacrificio da missa.* dando umas noções gerais sobre o sacrificio da missa, efeitos e celebração, etc.

24) *Topografia ou descrição fisica, politica e civil, eclesiástica e histórica da Ilha Terceira;* em dois tomos.

Impresso na Tipografia de J. J. Soares em Angra do Heroismo, 1843. Contém o 1.º tomo 240 paginas.

Diz o autor no prefacio:

«Desde muitos anos tem sido geralmente desejado nesta Ilha Terceira um livro em que a mocidade terceirense pudesse encontrar uma descrição dos logares mais notaveis e as particularidades mais insignes de que a natureza tão generosamente enriquece este solo e afortunado País, bem como uma exacta noticia dos feitos brilhantes de que tem sido o ilustre e memoravel teatro. Nada pode ser mais vergonhoso ao homem de educação que desconhecer as vantagens e as riquezas da terra que lhe deu o ser e ignorar os acontecimentos heroicos que nela se passaram».

Segundo pois as razões expostas no prefácio ele trata em seguida da situação geográfica da Ilha, vestígios vulcanicos, costas maritimas, rochas, clima, população, indole e caracter dos Terceirenses, templos da cidade, etc.

2.º tomo.—Impresso na Oficina Terceirense, em Angra do Heroismo em 1845, contendo 224 paginas.

No prefácio diz que o benigno acolhimento com que o publico acolheu a primeira parte da topografia da Ilha Terceira, animou-o a continuar na empresa começada.

Nesta segunda parte trata:

Descobrimento da Ilha Terceira, doação da Ilha a Jacome de Bruges, capitanias, donatários, familias nobres que a povoaram, aclamação do Prior de Crato, lutas, governo de Espanha e flagelos que sofreu a Ilha nos 60 anos do dominio daquela Nação.

25) *Apontamentos postumos do Padre Jeronimo E-*

miliano d'Andrade, para servirem á continuação da Topografia da Ilha Terceira.

Impresso na Tipografia de J. J. Soares em Angra do Heroismo. 1850. contendo 140 paginas.

Foi este trabalho dado á publicidade pelo Padre Mariano Constantino Homem, que no prefacio diz que o P.e Jeronimo Emiliano d'Andrade, lhe dissera na vespera da morte.

«Não dês ao prelo escrito algum meu, uma vez que eu não viva para o corrigir e emendar»,

Muitas outras recomendações lhe fizera, e fiel cumpridor as tem observado rigorosamente, nesta parte falta e manda para a publicidade este trabalho que não foi revisto pelo seu autor.

Neste trabatho, todo histórico, se trata:

1) Da fertilidade e prosperidade da Ilha Terceira, diminuida a sua agricultura no governo dos Espanhois.

2) Da aclamação de El-Rei D. João IV nas outras Ilhas dos Açores, dos socorros que mandou á Ilha Terceira e dos varios rebates, choques e acontecimentos que tiveram logar neste cerco.

3) Das embaixadas e escritos que houve entre o Castelo e a cidade e da final entrega dos castelhanos.

4) Reflexões sobre os acontecimentos politicos desta época da guerra com os Espanhois.

5) Do Governo da Ilha Terceira, desde a aclamação de El-Rei D. João IV e expulsão dos espanhois, até ao estabelecimento dos capitães-generais nas Ilhas dos Açores e dos principais acontecimentos politicos neste periodo.

6) Dos capitães-generais dos Açores e do seu governo na Ilha Terceira.

7) Da agricultura na Ilha Terceira, nesta época.

TIBURCIO ANTONIO CRAVEIRO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo no dia 4 de maio de 1800, filho de João Inacio Craveiro e Rosa Margarida, modestos trabalhadores da Ilha Terceira.

Cursou os estudos de humanidades, que então havia em Angra, frequentando em seguida a aula de teologia moral, instituida no Convento de S. Francisco pelo ao tempo Governador do Bispado, João José da Cunha Ferrás e regida pelo Padre-mestre Jeronimo Emiliano d'Andrade, sendo um dos mais distintos alunos do seu tempo.

Foi capelão-cantor da Sé d'Angra, depois professor regio de Instrução-primaria e sempre, em todos os tempos e por toda a parte um dos maiores evangelizadores dos principios liberais.

E' dele o seguinte soneto, recitado por ele mesmo num jantar politico-constitucional, em Angra do Heroismo no dia 15 de setembro de 1821.

Aos Uliseos cristais desponta um dia
de estranho brilho, gloria e formosura:
mil plantas, a que a morte a noite augura,
á luz revivem; nova aurora as cria.

Nos braços da inocencia e da alegria
saturna ideia eis outra vez fulgura:
aos gritos da razão mais clara e pura,
a mãe que empunha os sceptros, treme, esfria.

Não trages, Lisia, funeral tristeza
e nas margens de grata amenidade
o Tejo ostente festival grandeza.

De assombro retrógrado a ferrea idade
que mil soes dourando a natureza
dos Ceus desce hoje a doce liberdade.

Perseguido por suas ideias liberais, quando da reacção de 1823, acolheu-se com outros seus correligionários á Inglaterra fugindo assim aos seus inimigos politicos. Foi alí que escreveu o seguinte soneto, producto mui natural do estado exaltado do seu espirito:

Ilheu nasci, maldita seja a hora
que á luz me deu em terra tão daninha,
que em tudo sendo pobre e assáz mesquinha,
é rica só na intriga que a devora.

Tambem por aí ha gente de fóra
que aos nossos em tolice se avizinha,
Vianas, Palmeirim, doutor Palhinha
e outros, entrando um velho que namora.

Querem uns campeões da Liberdade,
ser em Angra os heroís proclamadores,
negam-lhe outros a glória por maldade.

Ha fidalgos então procuradores
dos déspotas com tal indignidade,
que escravos querem ser e ser Senhores.

Da Inglaterra passou então em 1826 para o Rio de Janeiro, desenvolvendo aí as suas grandes e boas aptidões e génio como poéta, como educador e como historiador principalmente, sendo um dos emigrados portuguêses que mais contribuiu para a evolução literária e politica do Brasil, depois de 1830.

Desempenhou neste País o cargo de Bibliotecário do Gabinete Português de leitura, de que foi um dos fundadores, e regeu, como professor efectivo, a aula de retórica no Imperial colégio de D. Pedro II.

«Para nós (escreveu o Sr. Reinaldo Monteiro) a his-

tória do Gabinete-português, recordou-nos nomes de homens celebres que, saidos de Portugal, por ocasião do movimento politico que fundou a liberdade, foram, naquelas terras mais simpáticas ás novas ideias, fazer a propaganda dos principios austeros e dignos em que deve fundar-se a sociedade hodierna. E entre esses nomes, sobretudo um nos impressionou, um que é até em Portugal pouco sabido e que pertence a um alto espirito; que foi um dos mais audazes evangelizadores da crença liberal, poeta, escritor e historiador, que veiu por fim a morrer, não se sabe como, quando no fim de tantos anos regressava á patria, onde imaginava poder descansar. Esse nome é o de Tiburcio Antonio Craveiro, açoreano, filho da Ilha Terceira, de quem possuimos autógrafos que revelam o seu talento poético e que logo em verdes anos, aí por 1821, se insurgiu de um modo singular contra o absolutismo que dominava a nação. São dessa época as suas mais inspiradas poesias».

Pelos seus trabalhos literários foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, do Instituto de França, homenagem raramente concedida a estrangeiros e do Conservatoria Real de Lisboa.

Nos ultimos anos da sua estada no Rio, afastou-se de todo o convivio social para se entregar completamente a estudos de investigação cientifica, resultando de umas experiencias hipnoticas a morte de um operario, que havia sujeitado aos seus estudos. Tal facto, o que era de esperar, produziu-lhe um forte abalo moral que prejudicou a sua saude.

«Dificilmente poder-se-á compreender, (escreveu o Dr. Pires d'Almeida) temperamento mais sombrio que o de Tiburcio Craveiro. Erudito e observador, levava suas investigações até ao extremo; chegava mesmo pelas originalidades que o caracterizavam, a revelar no facinoroso, na crueldade fria e horripilante· E que estra-

nho gabinete de trabalho o nevrótico emigrado português preparava para se isolar dos amigos e afugentar os importunos! Só escrevia á noite, e isso mesmo sobre uma lousa de mármore negra, que trouxera da sepultnra de uma donzela, filha do famigerado executor de alta justiça».

A pouco e pouco se lhe foram acentuando sintomas de uma doença grave e conhecendo-a, resolve deixar o País que tão amavelmente o recebera, e reunindo todas as suas obras literárias inéditas, a que os seus contemporáneos são unánimes em atribuir grande valor, regressou á Europa, para se instalar nos Açores, sua terra natal, numa esperança ainda de obter melhoras.

De passagem por Lisboa, foi hóspede do Conde do Farrobo, Joaquim Pedro Quintela, grande politico, que gastou toda a sua fortuna no serviço da causa liberal. Aí se lhe agravam os seus padecimentos por efeito de uma doença, agora, moral; enamorado por uma filha do Conde, compreendeu que a diferença de posição social, entre ele e essa menina, não permitia semelhante união.

Profundamente abalado e inquieto por todos estes acontecimentos resolveu procurar, imediatamente, no retiro da sua Ilha o esquecimento dos seus amores: por isso logo se embarcou para os Açores trazendo o coração sangrando de nostalgia. A convite porém de Miguel Teixeira Soares, natural da Ilha de S. Jorge e alí rico proprietário, seu companheiro de viagem e já seu conhecido dos salões do Conde do Farrobo, aceitou a oferta que este lhe fez de ir descansar e procurar alivios naquela Ilha de S. Jorge.

Tal não aconteceu, os seus dias estavam contados, pois a 23 de maio de 1844, poucos dias depois da sua chegada aos Açores, falecia no Hospital da Misericordia da Vila das Velas, da dita Ilha de S. Jorge, sendo voz

publica que morrera envenenado, não se chegando porêm a averiguar como tal facto se dera.

As suas produções literárias são as seguintes:

Merope—filha de Cypselo, Rei da Acadia, casada com Cresfonte que foi assassinado; a vida tormentosa de Merope foi posta em cena por Mr. de Voltaire, que traduziu em verso português, segundo as normas do estilo e da metrificação de Filinto Elisio.

Impresso na Tipografia L. Elisio Tompson de Londres em 1826; contendo o volume 82 paginas, oferecido a Manuel de Medeiros Costa Canto Albuquerque, que foi depois Barão das Larangeiras.

Mithridates—tragédia em cinco actos original de João Racine—traduziu tambem em verso português.

Impresso na Tipografia de R. Ogier e C.ª, Rio de Janeiro em 1828.

Ermenonville—ou o tumulo de João Jaques Rousseau, que consta de 141 versos hendecassilabos, que consagrou á memória do grande filósofo.

Impresso na Tipografia de Tomáz B. Hunt. e C.ª, Rio de Janeiro, 1831.

E' em formato oitavo grande e contém IV—90 páginas.

Ermenonvile é uma pequena aldeia a cerca de 10 quilómetros de Paris, onde João Jaques Rousseau residiu os ultimos anos da sua vida e lá faleceu, sendo enterrado numa pequena Ilha que lá existe denominada Ilha dos Alamos e onde o filósofo muitas vezes ia de passeio.

Compendio da História de Portugal.

Impresso na Tipografia de R. Ogier, no Rio de Janei-

ro em 1833. Contém VI—245 paginas. Divide o seu trabalho em seis partes ou livros a saber:

No primeiro—descreve as matérias compreendidas desde a origem da Lusitânia, até ao estado civil da mesma sob o governo dos Imperadores.

No segundo—estuda a dinastia dos suevos na Lusitania até á legislação criminal dos godos.

No terceiro—estuda a dinastia dos Reis das Asturias, até á origem dos feudos.

No quarto—descreve os factos desde a fundação da Monarquia portuguêsa até á dominação de Castela.

No quinto—desde a restauração até D. Pedro IV.

No sexto—Disserta ácerca das Cortes, origens e indoles dos códigos portuguêses e direitos feudais.

Apendice ao compendio da História portuguêsa.

Impresso na Tipografia Americana de J. P. da Costa em 1884. Um folheto compreendendo 47 paginas.

Descreve o autor a resenha do movimento politico operado desde 1826 até á convenção de Evora Monte.

Lara—poema em dois cantos de Lord Byron, que traduziu em verso e ofereceu á Sociedade Literária do Rio de Janeiro.

Impresso na Tipografia Austral em 1837.

Lara, é o personagem protagonista do poema, figura sombria e cruel, despresando tudo quanto o rodeia.

Depois de um passado de muitos anos, que de todo se ignora, volta á sua terra natal, não se dando porém a conhecer e vivendo no mais completo isolamento.

Morre no meio de um tumulto de camponêses, por ele mesmo provocado contra os nobres da terra, depois de haver sido reconhecido num baile a que fora assistir.

Junto ao seu cadaver deixa-se então morrer Kaled, um pagem que sempre o acompanhava, reconhecendo-se agora que era uma mulher.

Discurso àcerca da Retórica.

Tipografia Imperial e Constitucional de J. Vileneuve e C.ª Rio de Janeiro, 1842.

Contém o folheto 23 paginas e foi recitado na abertura do curso no colégio de D. Pedro II no dia 15 de fevereiro de 1842.

«O homem, diz o autor numa certa altura do seu discurso, recebeu a capacidade de vibrar sons fortes ou modificados na língua, no paladar, nos dentes e nos labios. Destas vibrações diversas pode formar vozes e consonâncias e com o auxilio delas fixar, anunciar e transmitir as mais altas funções do espirito no exercicio das suas faculdades. Se fora privado de capacidade de articular sons, de crear e exprimir vozes e de se servir das linguas, ficara limitado á vida puramente vegetativa ou animal, a essa vida bruta do instinto e da sensação e nunca pudera neles manifestar-se o dom da inteligencia, porque a não tivera».

Discurso pronunciado a 12 de dezembro de 1841 — dia da distribuição dos prémios no colégio de D. Pedro II, no Rio de Janeiro.

Impresso na Tipografia de J. Vileneuve.

Ensaio àcerca da tragédia.

Impresso na Tipografia da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis. Lisboa, 1845.

E' um pequeno estudo contendo apenas 47 paginas, sobre o desenvolvimento da arte dramática:

«Nasceu a tragédia na antiga Grecia, berço de quantas maravilhas encantam hoje a vista e deleitam o espirito. Cesarion e Thespis a procrearam: Eschylo a tomou das mãos deles ainda informe e desfigurada como matéria bruta que vem a se animar e vivificar-se em mãos de escultor perito, e pode dizer-se muito bem que

fora o seu verdadoiro inventor; como habil crisol lhe abriu e levantou contornos, feições, nobreza, sublimidade e quasi tudo. Sophocles e Euripides vieram logo após, competiram com o seu mestre e lhe levaram a palma em muitas partes». (1)

JOSÉ MARIA PACHECO AGUIAR. (Padre)—Nasceu na Ilha Terceira no dia oito de dezembro de 1803 e faleceu a 31 de julho de 1876.

Foi professor de teologia dogmática e moral nos Seminários de Braga e Porto, matérias estas que se distribuem a competencias no saber e na conduta pessoal.

Foi prior na Igreja de Santa Eulália na vila de Agueda e por decreto de 31 de maio de 1861 despachado conego da Sé d'Angra, com onus de ensino. Na abertura solene do Seminário d'Angra, no ano da sua inauguração, recitou a oração de sapiencia para que fora convidado pelo Prelado.

Sacerdote ilustrado, deixou publicados alguns trabalhos, entre os quais se indicam:

Elementos de metafisica—segundo o Genuense, que lhe serviu de texto na regencia da sua cadeira.

Periodos da história portuguêsa antiga e moderna—de que igualmente se serviu no ensino de história, como livro da aula.

Cartilha da doutrina cristã—muito conhecida e adoptada por toda a parte.

---

1) Vid. Correio dos Açores, Ano IV, numero 1088.
Memorias da viagem Régia, pag. 384.
nciclopedia Portuguêsa.
Dicionario Popular de P. Chagas.

Estudos sobre varios assuntos scientificos.

A pequena biblioteca Açoreana ou catálogo dos escritores dos Açores—divididos por distritos, oriental, central e ocidental.

Algumas notas biográficas de escritores, estão transcritas nos Almanaques «Insulano» dos anos de 1874 e 1875. (1)

ANTONIO MUNIZ BARRETO CORTE-REAL.— Nasceu na cidade de Angra do Heroismo no dia 8 de dezembro de 1804, filho de João Muniz Corte-Real e D. Mariana Isabel de Sá; faleceu na mesma cidade a 23 de setembro de 1888.

Depois dos seus estudos humanistas, matriculou-se na Faculdade de Canons na Universidade de Coimbra, vindo a formar-se no ano de 1831.

Em seguida á conclusão dos seus estudos, submeteu-se ao concurso para o magistério de instrução secundária, sendo despachado professor de arimética e geometria, geografia e cronologia da cidade de Evora onde esteve até 1834. As saudades da pátria fizeram, porém, que deixasse o seu logar e regressando a Angra aí se estabeleceu abrindo banca de advogado.

Por decreto porém de 3 d'abril de 1847, foi então nomeado professor de arimética e geometria, filosofia racional e moral e principios de direito natural em curso bienal para a cidade de Angra, entrando para o quadro do professorado do Liceu que se acabara de abrir.

Por alvará do Governador Civil do seu distrito de 18 de dezembro de 1847, confirmado depois pelo decreto

1) Memória da visita regia á ilha Terceira, por Alfredo Luiz de Campos.

de 11 de agosto de 1848, do Governo da Nação, foi nomeado comissario dos Estudos no Distrito de Angra do Heroismo e Reitor do Liceu, na vaga então aberta por falecimento do Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade.

Como cidadão foi bastante prestavel sendo por varias vezes eleito vereador do Municipio de Angra, Conselheiro do distrito e Juiz de direito substituto, logares que sempre desempenhou com o maximo cuidado e atenção, como tambem na sua advocacia que por largos anos usou.

Foi dos mais brilhantes talentos e das mais sólidas ilustruções do seu tempo; era vasta a sua erudição classica, era um profundo latinista e helenista, estudioso devotissimo da nossa história e da nossa literatura; incitava os seus alunos, nos exercicios escritos que lhes passava, a interessarem-se nas investigações da história destas Ilhas.

Belezas de Coimbra—Impresso na Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1831.

Primeira parte—historía a cidade de Coimbra, edificada no coração da Monarquia, como assim diz o autor, querendo significar que Coimbra se levanta sobre o coração de Portugal.

A doçura dos ares, a serenidade dos Ceus, a fertilidade do solo, fazem de Coimbra uma terra de delicias. Os seus campos sempre vestidos de verduras e povoados de laranjeiras, louros e oliveiras que nunca largam a folha, parecem respirar uma eterna primavera».

Por estes dois periodos e ao pelo nome que o autor dá a esta sua obra, se vê o quanto não estava, ao tempo ainda então estudante da Universidade, enamorado da sempre linda e saudosa cidade dos doutores que alveja descuidosa banhada pelo Mondego.

Descreve o autor varios pontos da histórica cidade

entre os quais agora nomearemos — o Arco do Almedina, a Fonte dos Amores, o Mosteiro de Santa Clara, e muitissimos outros de que Coimbra na verdade é pródiga.

Nunca apareceu a segunda parte deste trabalho, que aliás o autor anunciou e que deveria então historiar a velha Universidade de Coimbra, os seus usos, as suas praxes e enfim toda a sua vida académica bastante interessante e curiosa.

Resumo de definições da gramática portuguêsa para uso da Escola-militar de primeiras letras, estabelecida no castelo de S. João Baptista, na Ilha Terceira. Imprensa do Governo em Angra do Heroismo em 1836.

Desejando o autor dar aos seus alunos da Escola militar do castelo de S. João d'Angra, uma noção ainda que breve da nossa gramatica, publicou este pequeno resumo que o adotou nas suas lições.

O deserto e o quadro do diluvio de Salomão Gessner; traduzido e acompanhado de um artigo — «A Violeta».

Impresso na oficina do Terceirense em Angra do Heroismo em 1844.

A razão desta tradução dá-nos o autor nestas palavras:

«As obras de Gessner, traduzidas por Huber foram os livros porque comecei as minhas primeiras lições da lingua francêsa».

D'aqui pois nasceu a tradução que dei á publicidade.

Em seguida dá-nos o autor um artigo — *o desejo* — em que mostra a sua grande vontade de viver retirado e desconhecido, no mundo, longe do labirinto, dos homens e tumulto das cidades, onde os corações puros e rectos andam sempre cercados de redes, que não podem evitar.

Bibliotècazinha da infancia. — Tributo paterno; Impresso na Tipografia do Terceirense em Angra do Heroismo em 1846.

Dedica este pequeno trabalho aos filhos, nestas palavras, tradução de Vieira:

«Filhos, ouvi o juizo de vosso pai, e fazei-o assim, para que vos conserveis nesta vida e vos salveis na outra».

Primeiro tomo. Sauda um filho que acaba de nascer; «o nascimento de um filho, diz ele, é o mais doce prazer do coração paternal».

Fala depois com o recenascido; «falo-te e não me entendes, abraço-te e beijo-te e não percebes os mimos e extremos de ternura paternal! E por que tempo ainda não tens de te mostrares estranho ao afecto de teus pais».

Este primeiro tomo termina pelo drama pastoril — Erasto — representando a cena um logar solitário, cercado de arvores, descobrindo-se a cabana de Erasto que volta da caça, queixando-se de nada ter apanhado nem ter, na sua cabana, nem uma migalha de pão.

Segundo tomo. Foi impresso na Tipografia de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo, em 1855.

Conta neste tomo a origem da navegação, num conto em que um mancebo fendeu as ondas do Oceano cercado de tritões e nereidas, para ir socorrer uma familia desgraçada, uma mãe e uma filha, que uma tempestade tinha separado do resto da humanidade.

Dirigindo-se então ao filho, a quem dedica o livro, diz-lhe:

«Meu filho, de todos os inventos que honram o espirito do homem, a navegação é o mais admiravel de todos. Ela mostra a que ponto tem chegado o arrojo do seu pensamento atrevido e o poder do seu engenho fecundo».

Breve oração que fez o Reitor do Liceu Nacional d'Angra do Heroismo, por ocasião de se recolherem os restos mortais do P.e Jeronimo Emiliano d'Andrade, no tumulo que o Ex.mo Governador Civil Nicolau A. de Betencourt e varios cidadãos, justos apreciadores do mérito do finado, lhe mandaram erigir no cemitério do Livramento da mesma cidade.

Impressa na Tipografia de Joaquim José Soares, Angra do Heroismo, ano de 1850.

O homenegeado é o escritor de que neste trabalho se fala a paginas 351 uma das mais insignes figuras do seu tempo. Assim começa a oração:

«Não o merecerá?

Cincoenta e oito anos que viveu, todos consumidos na investigação da verdade e na prática do bem. O explendor da religião, a prosperidade da Patria e a ilustração dos homens, eram o principal objecto das suas lucubrações. Grandes e pequenos, ricos e pobres, velhos e crianças, todos colhiam de seus labios preciosas lições de virtude e santidade e de suas obras vivos e edificantes exemplos. O altar e a cadeira, o confissionario e o pulpito eram os tronos donde repartia por todos, os tesouros da sabedoria e as graças e bençãos do Ceu».

. . . . . .

«Mas só ali aqueles ossos e na nossa mente uma ideia vaga e confusa? Não senhores. Mais alguma cousa nos fica. Fica-nos o seu espirito nas suas obras filosóficas, fieis depositárias de suas ideias e pensamentos sublimes, onde inda parece continuar a pensar, a discutir e instruir; fica-nos o seu coração nos seus escritos morais, onde encontramos as [illegible]gras e preceitos que dirigiam e regulavam as suas [illegible]ções, sempre pelo caminho da honra, da probidade e da justiça; fica-nos a imagem das suas virtudes, a lembrança de suas lições e os exemplos da sua vida; fica-nos enfim este tumulo, livro

aberto onde lêmos em caracteres invisiveis, mas indeleveis, a mais eloquente de todas as suas lições».

Fala do Reitor do Liceu Nacional d'Angra do Heroismo no dia do encerramento dos estudos, depois dos exames a que assistiu o Ex.mo Governador Civil do Distrito, em 29 de julho de 1851.

Impressa na Tipografia do Governo em Angra do Heroismo, no ano de 1854.

São umas breves considerações que faz aos alunos do Liceu, animando-os a que em férias continuem os seus estudos, porquanto dos Liceus não se sai filósofo perfeito, nem sabio consumado. De todo o estudo feito naquela casa, não levam os alunos mais que principios elementares das ciencias e o método e habito de estudo.

E' pois necessario não esquecer o que aprenderam nas ferias que vão começar.

Circular do Comissario de Estudos, Antonio Muniz Barreto Corte Real, aos alunos das Escolas de instrução primária do Concelho de S. Sebastião, seguida de uma lição do Evangelho sobre a proximo.

Impressa na Tipografia de M. J. P. Leal em Angra do Heroismo no ano de 1856.

Esta circular veiu a propósito da festa civica que a Camara Municipal do então Concelho de S. Sebastião da Ilha Terceira, promoveu para solenemente Sabina Eugenia receber a medalha de prata da Real Sociedade Humanitária da cidade do Porto, pelo valor heroico com que salvou a vida a uma infeliz que se havia lançado ao mar.

O autor lembra ás crianças este grande exemplo de abnegação e incita-os á pratica do dever e do bem.

O Liceu—jornal literário, semanal, dedicado unicamente á instrução pubica, ciencias, letras e artes.

O primeiro numero saiu a trinta de setembro de 1855 e terminou esta publicação com 160 paginas a 26 de abril de 1856.

Impresso na Tipografia de Manuel José Pereira Leal, Angra do Heroismo.

No primeiro numero vem publicada uma carta do proprietário da tipografia, com data de 8 de setembro de 1855, dirigida ao Comissario dos Estudos do Distrito de Angra do Heroismo, Dr. Antonio Muniz Barreto Corte Real, pondo-lhe á sua disposição uma tipografia que acabára de receber de Lisboa, auxiliando-o assim no desejo, tantas vezes, por ele manifestado, de ter uma publicação respeitante a assuntos de instrução publica.

Em seguida vem a resposta do Dr. Barreto Côrte Real, aceitanto o auxilio estipulando porém que a publicação se denominaria—*Liceu*—trataria tão sómente de interesses de instrução, variedades sobre ciencias, artes e letras e que todos os artigos seriam assinados.

Entre outros trabalhos, desta publicação mancionamos do Dr. Barreto Corte-Real os seguintes:

a) *Oração que recitou na abertura do Liceu, em 14 de outubro de 1854.*

Começa com as seguintes frases:

«As ciencias e as artes, são uma luz que dá dias sempre claros aos Reinos e Estados. Estas iluminam o espirito, formam o coração, adoçam a vida, civilizam os povos e propagando os principios sagrados da liberdade, igualdade e fraternidade dos homens, tendem a formar do genero humano uma só e unica familia. Por isso, em todos os tempos e em todos os logares teem sido consideradas como a fonte principal da riqueza e prosperidade das nações».

Faz depois uma rápida passagem pela história universal, falando da civilização dos finicios, caldeos, gregos.

romanos, até entrar em Portugal onde se demora a falar sobre instrução.

Termina o seu discurso incitando a mocidade estudiosa ao trabalho das letras:

«Generosa mocidade terceirense, flor e esperança da Patria, estão abertas as portas deste templo de sabedoria, entrai e fazei-vos dignos das coroas prometidas ao mérito dos sabios».

b) *Alocução que proferiu no dia 29 de julho de 1847*, no exercicio literário que fizeram em arimética os seus alunos, em seguida ao que fez com os seus de retórica o professor e Reitor do Liceu, Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade, estando presente a Junta Governativa do distrito d'Angra e varios espectadores.

Diz o orador que não vinha ali fazer alardo do que ensinara naquela cadeira de arimética, porquanto ha pouco mais de um mês é que tomara posse do seu logar de professor do Liceu de Angra e começara então a reger aquela cadeira de arimética, vinha ali por imitação ao que costuma fazer o Reitor, Padre Jeronimo Emiliano d'Andrade e que tão bons resultados tem produzido:

«fechar a sua aula com um exercicio literário, feito por seus discipulos sobre as doutrinas que foram objecto das suas lições, durante o ano lectivo».

Por tal razão sómente ali se encontrava com os seus alunos.

c) *Regulamento Interno do Liceu Nacional d'Angra.*

Tem um capitulo sobre os direitos e deveres do Director, outros para os alunos internos e comensais do Liceu, obrigações do porteiro e disposições penais.

d) *Oração recitada na abertura das aulas do Liceu no ano de 1850.*

Em que começa por aquela regra estabelecida por D. José I, para os professores de gramatica latina:

«Em todos os tempos se tem reconhecido, por um dos meios indispensaveis para se conservar a união cristã e a sociedade civil e para dar á virtude o seu justo valor, a boa educação e ensino da mocidade».

Traz esta publicação ainda outros trabalhos e muitos artigos do livro «Beleza de Coimbra», de que já demos noticia.

Cartilha para uso das Escolas do Distrito de Angra do Heroismo.

Sob este titulo se agrupam quatro pequenos livros de leitura, cujo ultimo livro e numa segunda edição, foi impresso na Tipografia de M. J. P. Leal em Angra do Heroismo no ano de 1859.

Os tres primeires livros, são trexos de prosa adequados á leitura nas escolas, o ultimo livro é uma coleção de versos dos nossos melhores poetas, entre os quais nomearemos Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Sá de Miranda, etc.

Cartilha para aprender a ler.

Impressa na Tipografia da Independencia em Angra do Heroismo, a 3.ª edição, no ano de 1872.

Compôs este trabalho para ensinar por ele a lêr o seu filho Carlos, nascido a 10 de julho de 1865; extendendo-se depois a todas as escolas do distrito.

Epitome da gramática portuguêsa.

Impressa na Tipografia de M. J. P. Leal de Angra do Heroismo, no ano de 1859.

Diz-nos o autor que este seu trabalho veiu pela necessidade de regular a uniformidade que deve haver no ensino e habilitação de professores e discipulos para os

respectivos exames na Ilha Terceira, onde não ha livraria publica, nem loja de livreiros.

Não se afasta, é o autor mesmo quem confessa, do sistema seguido pelos gramáticos, aceitando e guiando-se pelos trabalhos de Jerónimo Soares Barbosa, Morais Silva e outros, então muito em voga.

Sinopse da gramática portuguêsa.

Impresso na Tipografia da independencia, em Angra do Heroismo, a 3.ª edição no ano de 1875.

Foi adoptada nas escolas do Distrito de Angra, sendo o seu autor, ao tempo commissario dos estudos.

Colecção de discursos escolares e outros artigos de literatura.

Impressa na Tipografia de M. J. P. Leal, em Angra do Heroismo, no ano de 1861.

Consagra esta colecção á sua querida Ilha Terceira, não para os seus filhos já grandes, mas sim para as creancinhas, para os infantes que ainda tem em botão o coração e a inteligencia.

1.º discurso.

A' memória de minha filha unica Maria das Mercês, morta aos dez anos.

E' dor de pai, uma saudade imensa, um desabafo á sua magua:

«Arrancada outro dia dos meus braços por tua mãe que se aventurou contigo á furia dos ventos e dos mares na derradeira esperança de salvar-te a vida, lá foste encontrar a morte numa casa de saude dessa terra estranha».

2.º discurso.

Na inauguração da Biblioteca em outubro de 1860.

Entre varios pensamentos deste discursos reproduzimos os seguintes:

«A bibliotéca é um dos mais poderosos agentes da instrução publica. E' o alcaçar dos pensamentos, o mundo dos espiritos. E' o erário das letras, o cofre das ciencias e das artes, o tesouro do conhecimento humano. E' o arquivo dos talentos, o santuário do génio, a arvore da sabedoria, a oliveira da paz e o loureiro do heroi, do poeta, do orador, do filósofo, do históriador e do literato».

3.º discurso.

Na abertura das aulas do Liceu em 1860.

E' bastante extenso, fala do ensino, das matérias e dos alunos no interesse a que venham ser bons estudantes e bons cidadãos. E' uma oração cheia de fé e de patriotismo:

«Só Deus existe com toda a sua grandeza e Magestade, escondido em si mesmo, nos profundos abismos do nada».

Informação dada aos procuradores, segundo a Ordenação Livro I Tit. 48 § 15, na questão de D. Mariana Martins Pamplona; ou a abolição de todos os morgados e Capelas.

Impresso na Tipografia do Heroismo, de Angra do Heroismo no ano de 1867.

Reflexões juridicas na questão de D. Mariana Isabel Martins Pamplona, como imediata sucessora de seu sobrinho Alexandre Martins Pamplona.

Depois do autor desenhar a arvore geneológica, para poder provar o direito daquela senhora sobre os morgadios em questão, diz:

«A instituição dos morgados e capelas, traz a sua origem lá dos tempos heroicos da idade média em que a grandeza e opulencia das nações se fundavam no direito de conquista e a honra e o valor eram o principio vivificante das monarquias de então.

Era pois a instituição dos vinculos o apanágio da nobreza ou a expressão da prioridade dos seus instituidores.

Dava-se então aos herois parte das terras por eles conquistadas, para sustentação da nobreza de suas famílias, reunidos os bens com vinculo de perpetuidade e inhabilidade para ocorrerem na sua geração de pais a filhos, enquanto o mundo durasse, com prerrogativa de linha, grau, sexo e idade, fundada no principio de direito de primógenitura».

Faz depois a história dos vinculos em Portugal, os diferentes diplomas legislativos até a sua extinção; e discute por fim o seu caso particular.

Sinopse da discussão parlamentar das leis de 30 de julho de 1860 a 19 de maio de 1863.

Extinção dos vinculos, com vários apensos e considerações tendentes a resolver o problema juridico.

Impresso em Angra do Heroismo em 1869. E' um estudo sobre as leis dos Morgados, fazendo a sua evolução legislativa:

«Foi lenta mas progressiva a extinção dos vinculos em Portugal. O Marquês de Pombal dá-lhe principio nas leis de 9 de setembro de 1769 e de 3 de agosto de 1770. Mousinho da Silveira com o decreto de 4 de abril de 1832 dá novo impulso á obra do Marquês. Visconde de Gouveia e o Marquês de Niza apresentam um projecto que é convertido na lei de 30 de julho de 1860 que incumbe ao andar dos tempos a extinção dos vinculos.

Em 1861 o deputado Bicudo Corrêa propôs a abolição dos vinculos nos Açores, que o Parlamento, aprovando-o, torna estensivo a todo o continente português.

Propósito de reforma ortográfica, submetida á Academia Real das Ciencias de Lisboa.

Impressa na Tipografia Angrense de Angra do Heroismo em 1877.

Dirige-se á Academia Real das Ciencias de Lisboa nestes termos:

«Aqui venho com alta ousadia e profundo respeito submeter á vossa sabedoria um pequeno trabalho que quando não mereça a muita elevada honra de exame, emenda, correcção e aditamento de vossa sabedoria, ha-de certamente mostrar a necessidade urgente de ser ele todo feito de novo por vossa sabedoria».

Entrando no assunto diz que «a escrita deve apresentar aos olhos, as vozes e articulações das palavras tais quais elas soam aos ouvidos; porque a escrita deve ser a fotografia das palavras, como as palavras o são das ideias e as ideias o são dos objectos do pensamento».

«Os elementos das linguas são vozes e articulações».

Faz depois as suas reflexões sobre os elementos das linguas, as vozes oraes e nazaes e as articulações simples e compostas.

As regras, em resumo, da ortografia, em seu entender deveriam assentar nas seguintes bases:

1) O alfabeto português consta de 26 letras:—a, be, ce, de, e, fe, g (gue), h, (agá) i, je, le, lhe, me, ne, (nhe) o, pe qe, rre, re, s (es), te, ve, u, xe, ze.

2) o nome das letras é o som que elas tem na pronuncia das palavras.

3) A lingua escrita é a representação da falada.

4) Cada voz e cada articulação tem letra propria, que representa na escrita o som que ela tem na pronuncia da palavra e nenhum outro.

5) As palavras derivadas devem estar em perfeita harmonia com a indole e génio da lingua portugnêsa e não com a da lingua primitiva, de que foram derivadas.

6) O dicionário deve juntar a cada palavra a explicação da sua origem.

7) As vogais abertas ou fechadas levam geralmente o respectivo acento agudo ou circunflexo, a falta de acento indica a voz muda.

8) Separam-se e encontram-se as silabas pelas letras que as começam.

«Istavas linda Inês posta êi çuçego
os teus anus qulhêdu u dôce fruitu
naquele ênganu d'alma, ledu i çégu
qê a fortuna nãu deixa durar mutu».

Discurso na inauguração do retrato do Reverendo Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, realizada no Liceu d'Angra a 22 de junho de 1878.

Na festividade civica, que se realizou no Liceu Nacional d'Angra, dirigida por uma comissão que tinha por presidente Manuel José da Silva, colocando-se em uma das suas salas o retrato d'aquêle primeiro Reitor, Comissário de estudos e professor, falou o Dr. Barreto Corte Real, então Reitor sobre aquêle homem, verdadeiramente grande e uma gloria daquela Ilha.

O auto foi revestido da maior solenidade, assistindo todo o corpo docente, estudantes, general comandante da divisão, governador civil e muitos convidados.

Além do Reitor falaram outros oradores, o presidente da comissão e recitaram poesias varios alunos.

Notiçia ortográfica. — Do pareçer da qomição nomeada pela Aqademia Real das Çiençias de Lisboa açerqa da reforma ortografiqa, que lhe foi çubmetida por uma qomição qongregada na çidade do Porto em 1878.

Impresso na Tipografia Angrense, Angra do Heroismo, 1879.

Estuda o autor este parecer, que não foi aceito pela Academia, depois do estudo a que sobre ela procederam os académicos M. Pinheiro Chagas, A. M. Couto Mon-

teiro, J. M. Latino Coelho.

Conclue que o parecer «é na verdade obra admiravel por grande esforço e espirito e por muito saber e engenho».

Fala do Reitor do Liceu Nacional da cidade de Angra po Heroismo, na inauguração da estatua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, na Vila da Praia da Vitória em 31 de dezembro de 1878.

Impresso na Tipografia do Correio da Terceira em 1880.

Começa por pedir licença para se dirigir á estátua:

—«Bem no mereces, inclito Ribeiro!

Havia sido contemporâneo na Universidade e do que dele conhecia, entendia que bem merecia aquela estátua, aquêle preito dos Terceirenses da Vila da Praia.

Uma festa do Espirito Santo.

Transcrito no «Novo Diario dos Açores», Edição do Domingo, a 27 de maio de 1888 numero 1444 e seguintes.

Descreve uma festa do Espirito Santo e como consequencia um baile popular de oito pares colocados em fila, mancebos de um lado, donzelas a outro.

«Então depois de breves preludios na viola, rompe a moda do *Charamba* movendo-se pausamento as duas filas defronte uma da outra como dois renques de arvores quando ao longo delas corre um pé de vento. O tocador canta a sua cantiga, com gravidade e ternura admiravel, comprimentando o seu par, a quem no meio da cantiga saudava com o doce estribilho: «O' linda Jonia, O' bela Marcia».

Fala nas danças de S. Miguel em bailes á roda, entresachados os mancebos e donzelas voltados enquanto se canta meia cantiga para um, e para o outro enquanto se canta o resto.

Ainda nos fala nas danças de S. Macário, Tirana, e modinhas que ao tempo se cantavam.

Relatório da visita extraordinaria de inspecção e inquerito ás Escolas-publicas e particulares do circulo da Ilha Terceira, ordenada pela portaria de 12 de outubro de 1866.

Inserto no jornal *O Angrense* de 31 de janeiro de 1865.

O relatório começa dirigido a Sua Magestade, nestes termos:

«Vossa Magestade atendendo a que a instrução publica não é objecto indiferente á vigilancia do seu Paternal Governo, que deve sustentar o equilibrio de todas as forças sociais, atendendo a que a inspecção das Escolas é um dos meios mais eficazes de exercer acção benéfica no ensino popular, porque na Escola está em germen a nação, assim como a instrução que habilita para os mistéres da vida social, e não menos a educação moral, civil e religiosa que forma os costumes dos cidadãos. Foi servido ordenar na 1.º portaria de 12 de outubro de 1866, acompanhada de instruções uma visita extraordinaria de inspeção e inquerito a todas as escolas publicas e particulares».

Segue ainda nestes termos a carta, finda a qual entra no relatório da inspecção que faz a todas as Escolas do Distrito de Angra do Heroismo.

Selecta classica.—Acomodada ao uso das Escolas do Distrito de Angra do Heroismo, Verso, 277 paginas.

Impresso na Tipografia de M. J. P. Leal em 1860.

A selecta abre com «breves noções de versificação» —Extraídas principalmente da Poética do Sr. Carneiro, da Metrificação do Sr. Castilho e da Literatura Classica do Sr. Cardoso Borges de Figueiredo.

Divide depois o estudo da língua portuguêsa em épocas ou periodos:

1) *Primeiro periodo.*—Infancia da língua, desde a fundação da monarquia até D. Dinis ou de 1139 a 1279.

«A língua portuguêsa devia começar com os seus trovadores, unicos que no estrépito das armas lhe podiam dar alguma espécie de cultura. O seu melhoramento porém, foi muito lento, como o provam as quatro reliquias de composições poéticas que existem deste periodo.

Transcreve-as.

2) *Segundo periodo.*—Adolescencia, desde D. Dinis até D. João III, ou de 1279-1500.

Transcreve poemas deste periodo.

3) *Terceiro periodo.*—Virilidade, Desde D. João III, até Filipe II, ou de 1500 a 1625.

Seguem-se muitas poesias dos nossos melhores poetas deste periodo.

D. MANUEL BERNARDES DE SOUSA ENES.—Nasceu na vila do Topo da Ilha de Sam Jorge, no dia 5 de novembro de 1814, filho de Faustino de Sousa Enes e Ana Joaquina Teixeira Soares de Sousa.

Começou os seus estudos no convento da Ordem de S. Francisco daquela Vila, tendo sido seus mestres Fr. José do Carmo e o Dr. Miguel Joaquim da Fonseca.

Agradado da vida conventual pediu para ser admitido como noviço fazendo a sua profissão solene aos 17 anos de idade. Mas fechados os conventos, pouco tempo depois voltou para casa de seus pais onde se demorou alguns mêses, voltando a continuar os seus estudos em 1835, nas Doze Ribeiras, da Ilha Terceira, onde então estava estabelecido um dos seus Mestres, o Dr. Miguel Joaquim da Fonseca.

Inteligente e trabalhador, seguindo a orientação e mé-

todo conventual, abriu aula das matérias de humanidades, em Angra, entrando como praticante para o escritório do advogado Dr. Antonio Muniz Barreto Côrte Real.

Mas avido de esperanças e não se sentindo satisfeito com aquêle viver em Angra, empreendeu uma viagem ao Brazil em busca de melhor sorte, alcançando ser admitido professor de latim e grego no Colégio da Conceição, fundado e dirigido pelo Padre José Joaquim Mendes Moura, da Vila de Rei, da Diocese de Portalegre.

E seguindo aí os seus estudos de teologia vem a ordenar-se na Baía, onde se demorou algum tempo, voltando a Portugal com alguns meios de fortuna.

Mas as suas aspirações eram grandes e novo, ainda cheio de vida, matriculou-se na faculdade de teologia, da Universidade de Coimbra, doutorando-se com altas classificações em 1857 e concorrendo a uma vaga de professor naquela faculdade, foi despachado lente substituto em 1861 e catedratico em 1872.

A sua tese intitulou-a:

Theses ex Universa Theologia selectae
Ex historia Eclesiae tum veteris tum novi testamenti.

Ao mesmo tempo aceitava a regencia de algumas cadeiras de teologia do Seminário d'Angra, desempenhando o seu logar quer na Universidade quer no Seminário, com a maior proficiencia.

Pelo seu saber e muita correção na sua vida, foi eleito Bispo de Macau em 1873, sendo confirmado por Sua Santidade no ano seguinte; mas em 1883 é transferido para a Diocese de Bragança e em 1885 para de Portalegre onde faleceu a 8 de setembro de 1887.

Como Mestre ha ainda a resgistar a Reorganização por ele decretada no Seminario de Macau, onde vincou a sua mão de Mestre. (1)

1) Vid. Arquivo dos Açores. Volume XIII. Ilha de S. Jorge, apontamentos para a sua história por J. C. da Silveira Avelar. Memórias da visita Regia aos Açores, paginas 376.

FILIPE DE QUENTAL.—Nasceu no dia 26 de maio do ano de 1824, na cidade de Ponta-delgada da Ilha de Sam Miguel, filho de André da Ponte Quental e Camara e D. Carlota Joaquina Betencourt de Freitas.

Como filho segundo do Morgado, encaminhavam-no para o estado eclesiastico com grandes promessas de vinculos que tudo rejeitou, pois nada o atraía para a vida religiosa.

Depois da morte de seu pai, repugnando-lhe viver sob a proteção do Morgadio de seu irmão mais velho, foi para Coimbra continuar os seus estudos que havia interrompido, terminando os preparatórios com vinte e seis anos. Matriculando-se na Universidade, veiu a formar-se em medicina com altas classificações no ano de 1861, licenciando-se em dois de junho de 1863 e doutorando-se no mesmo mês e ano.

Foi dos estudantes que mais concorreram para o esplendor da academia, no seu tempo; nas aulas era o mais classificado, no teatro academico foi autor, actor, ensaiador e até caracterizador, não sendo mais, por mais não haver, nos clubs e reuniões era um orador fluente e enfim ainda escrevia para publico.

Durante o seu tempo de estudante leccionava, para se poder manter e apesar de ter de viver com muita economia por falta de recursos, conta-se que aos seus alunos mais distintos dizia sempre quando lhe iam pagar:

«Não posso receber porque os alunos mais distintos, bem longe de me darem trabalho, dão-me prazer e cessa por isso o motivo da prestação que só se justifica como remuneração do trabalho».

Exerceu longamente a clinica: «com ele entrava a esperança e quasi sempre a saude na casa onde os seus socorros eram chamados».

Como politico era liberal, como seu pai; a sua terra

elegeu-o deputado em 1865, e tendo sido as Côrtes dissolvidas elegeu-o novamente.

Havendo concorrido a uma vaga de lente na Universidade de Coimbra, foi despachado por decreto de 29 de janeiro de 1867. Abandona então a politica, recusa o seu logar de deputado e no seu todo boémio diz:

—Volto para os meus queridos rapazes.

E lá se internou para Coimbra, conservando sempre os habitos de estudante e entre os estudantes era tido como um companheiro querido.

De seu sobrinho Antero dizia:

—E' um santo e um fantástico, aquêle rapaz. Nunca vi ninguem assim.

Morreu com perto de setenta anos, uma catarata roubou-lhe a pouco e pouco a luz dos olhos; o suicidio do sobrinho acabrunhou-o bastante, mas o que mais o molestava, no fim da vida, velho e cego, era o já não poder estar com os rapazes, a cuja vida boémia se ligára.

Teses seletas de medicina geral—as quais sob a presidencia do preclarissimo e sapientissimo E. Antonio J. Barjona, lente de prima da Faculdade de medicina, se propõe defender Filipe do Quental.

Argumentos da dissertação inaugural:

Deve permitir-se a cultura do arroz em Portugal?

Permitindo, como torna-la inofensiva?

Proibindo-a, qual o género de cultura que melhor a poderá substituir com vantagem da saude publica e com menos prejuizo da agricultura?

Teses:

Anatomia humana e comparada.

Fisiologia, higiene e operações cirurgicas:

Matéria-médica e farmácia, patologia geral e cirurgica.

Patologia e terapeutica médica, arte obstetricia,

medicina forense, higiene publica e doutrina hipocratica.

Dissertação inaugural—para o acto de conclusões magnas. Coimbra, imprenssa literária, 1863.

Deve permitir-se a cultura do arroz em Portugal? Fazendo uma descrição do meio em que germina e se desenvolve o arroz, entre agua estagnada, verdadeiros pántanos, facilmente se concebe que a atmosfera que toca a superficie daquelas aguas, deve estar de tal modo impura que se torna danosa e impropria para a manutenção da vida em toda a sua integridade.

E' certo que se tem encontrado a atmosfera de alguns pántanos tão pura como a das montanhas mais elevadas em que não existem aguas estagnadas; são aquêles pantanos cobertos de vegetais e animais que adquirem um grau de oxigenação que pode subir a 61°|$_0$ do ar, diminuindo o ácido carbonico.

No entanto diz-nos o autor que seja qual for o genero ou espécie de pántanos, a sua nocividade está na razão directa da extensão da sua superficie, da quantidade de matéria organica que contenha, dos sulfatos que existam na agua ou no solo.

As ceáras de arroz em que a agua permanece estagnada, cobrindo o solo, são pantanos artificiais e assim com todos os seus maléficos poderes mais preniciosos ainda que os pantanos naturais.

A orisicultura pois por ser sempre acompanhada da putrefacção é e será sempre uma industria maléfica e danosa sobre a saude dos povos que nela trabalham e que nas proximidades vivem.

Proibindo-a, qual o genero de cultura que melhor a poderá substituir com vantagem da saude publica e com menos prejuizo da agricultura?

Os proventos que os cultivadores do arroz tem tirado desta cultura, tem sido devido á protecção da pauta alfandegária, sobrecarregando o arroz estrangeiro, e não da propria cultura do nosso arroz. Qualquer outra industria agricola, substitue com vantagem, para os cultivadores, a do arroz, em condições normais, fechando assim o seu interessante trabalho:

«Entendemos que nenhuma cultura, a não ser a dos prados permanentes, poderá com menos prejuizo para o cultivador substituir a cultura do arroz. As vantagens que a saude publica tira da substituição que propomos são visiveis».

Estudo sobre a degeneração fisica e moral do homem, determinada pelas emanações palustres. — Imprensa da Universidade em Coimbra 1866.

No prefácio deste livro, assim começa o autor:

«Tenho de ha muito profundamente radicada no animo a convição de que uma das mais urgentes necessidades, que entre nós ha a satisfazer em relação á saude publica, é o esgoto dos pântanos, natural e artificialmente formados, que tão extensamente cobriu o nosso fertilissimo solo, por ver neles a origem das grandes calaminades. Fontes perenes de emanações deletérias, arremessando a desolação e a miséria, o sofrimento e a morte ao seio dos povos seus vizinhos, os pantanos são, de entre os males que afligem o homem, um dos mais graves e terriveis».

Sabendo que para médicos e quimicos tem sido objecto de calorosa questão o fixar qual os elementos — gazes inorganicos ou substancias orgánicas — imprime á atmosfera palustre a sua malignidade, tem para si que no grande resultado final mortifico, a degeneração, tomam parte tanto as gases inorgánicos, como a matéria organica e até a humidade, pois que tudo tem, em mais

ou menos subido grau, acção danosa sobre o organismo.

Examina depois a acção directa que sobre o nosso organismo exercem os gases inorganicos, as matérias orgánicas e o ar humido, partes de uma atmosfera mais própria para causar a morte que conservar a vida, sem ar que vivifique o sangue, sem sangue apto para a nutrição que mantenha o sistema nervoso na sua inteira actividade de funções, mal pode o organismo desenvolver-se e adquirir o vigor que lhe competia ter fóra de condições tão adversas. (1)

DR. JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA SAMPAIO.— Nasceu na cidade d'Angra do Heroismo no dia 11 de dezembro de 1826, filho de Manuel Gomes Sampaio, Cirurgião de brigada, natural de Santarem, continente português e D. Guilhermina Candida Nogueira Sampaio.

Depois de completar os seus estudos de humanidades em Angra, sob a direcção do Padre Jeronimo Emiliano de Andrade e do Deão Antonio Narciso de Fonseca, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, na Universidade de Coimbra, em preparatórios médicos, concluindo-os em 1846. Os movimentos revolucionarios do Minho, porém, trouxeram, como consequencia, o encerramento da Universidade, e por tal motivo em outubro seguinte, ano de 1847, seguiu para a Bélgica, matriulando-se na Faculdade de Medicina, na Universidade de Lovaina, onde se doutorou em 1850.

De regresso á patria, requereu naquêle mesmo ano exame de habilitação para exercer clinica em Portugal, ficando plenamente aprovado, indo em seguida para Angra, onde chegou em dezembro daquêle ano de 1850,

1) Vid. Diario dos Açores, serie 3.ª N.º 484, de 7 de setembro de 1892.
Nova Alvorada, de Famalicão, 2.º anó numero 6, pag. 162.

ali vivendo até á sua morte que se deu a 26 de julho de 1900.

Como clinico e cirurgião, foi dos melhores profissionais que até então tinha tido a Ilha Terceira, atribuindo-se a uma sumidade médica de Lisboa o haver dito que era «ilusão ir consultar médicos a Lisboa, quem nos Açores tem o Dr. Sampaio, a quem respeito como um dos mais valiosos ornamentos da ciencia de Portugal».

Foi médico do Hospital d'Angra, delegado de saude, guarda-mór de saude, cirurgião ajudante dos corpos do exercito e por fim cirurgião honorario.

Como homem de ciencia enobreceu sua terra; foi ele que fundou o «Posto meteorológico d'Angra», e que gratuitamente o dirigia. A este respeito disse Le Verrier, no Bulletin International:

«A importancia do posto meteorológico dos Açores, não precisa ser recomendada á atenção dos leitores do «Bulletin». Conhecem todos a utilidade que terão as observações metereológicas feitas num logar situado na região superior dos ventos gerais, para estudo da formação e progressão das tempestades que invadem a Espanha. Com a maior satisfação esperamos, pois, que nos sejam comunicadas as observações feitas nos Açores pelo Sr. Dr. Sampaio».

Fez largos estudos e coligiu valiosos materiais sobre a flora e fauna dos Açores; as suas ricas colecções zoológicas e minerelógicas, ofereceu-as ainda em vida, ao Seminário diocesano d'Angra, mas o advento da República que fechou esta casa de instrução e arrolou em nome do Estado todos os seus bens, fez com que este Instituto de ensino eclesiástico dos Açores perdesse aquele valioso legado.

Nas hipóteses da origem das especies, inclinou-se para a doutrina de Darwin, sustentando, por esta razão,

um polémica com o Cónego Antonio Maria Ferreira, de Angra; na filosofia, pendeu para o evolucionismo mecanista, contra o espiritualismo classico.

São do ilustre pensador os seguintes periodos:

«Não intento refutar, nem criminar os apregoadores da liberdade, igualdade e fraternidade mas tenho como certo que é da errada interpretação destes principios que provém uma grande parte dos males com que lutam governos e governados. Da falsa ideia que se forma da liberdade e da igualdade, nasce a insubordinação, o aniquilamento da propriedade, a negação da lei do trabalho e finalmente a anarquia com as suas explosões de dinamite, destruindo e matando . . . . . .

Na verdade, meus senhores, se erguermos a vista para o espaço, deparamos com as estrelas e os planetas, desiguais em grandeza e movimentos; se olhamos para a terra, vemos os vegetais diferirem entre si pelo porte e pela folhagem, os animais pelo tamanho e pelo instinto e os homens pelas raças, pela côr, pelos génios e pelas ideias: por toda parte a desigualdade».

Por decreto de 22 de julho de 1857, foi despachado professor da cadeira de ciencias fisico-quimicas do Liceu Nacional d'Angra e foi seu Reitor por decreto de 17 de janeiro de 1884.

Num dos seus discursos de abertura solene das aulas, como Reitor, comemorando a frase Baron de Thenard, disse:

«Um mestre é o amigo mais fiel e o guia mais seguro da infancia e da mocidade».

São dele ainda as seguintes palavras nesse mesmo discurso:

«Esta solenidade constitue uma verdadeira festa literária consagrada á magestade do saber que o Creador depositou na mente do homem, e que portanto é o unico poder que não pode ser derribado do seu trono, nem

pelos nefastos desejos da humanidade, nem pelas revelações dos povos».

No elogio histórico proferido na sessão solene de 16 de junho de 1902 no Liceu Nacional d'Angra pelo professor Dr. Ferreira Deusdado, em honra do Dr. Nogueira, tem para o comemorado as seguintes palavras:

«Os professores deste Instituto, pederam nele um colega eminente, os enfermos um clinico eximio, a ciencia um representante ilustre, a Ilha Terceira um dos seus filhos mais prestimosos. Perda grande e irreparavel».

As suas publicações são:

Dissertação sobre o aborto médicc provocado.

Impresso na Tipografia de M. J. P. Leal, de Angra do Heroismo em 1856, folheto com 30 paginas.

Na apresentação deste seu trabalho diz:

«O fim que tive em vista com esta publicação, foi tão sómente despertar os meus compatriotas a prestarem á obstetricia aquela consideração que hoje lhe tributam as nações mais civilizadas, e o desejo de que o parteiro ocupe na sociedade médica portuguêsa um logar tão honroso, como aquêle que lhe é assinado entre os estrangeiros».

Desenvolvendo em seguida este seu estudo, termina pelas conclusões que o aborto médico provocado não apresenta as vantagens que lhe atribuem, e assim não ha o direito de preferir este meio, nem tão pouco o parteiro deve intervir na provocação do aborto, entre outros motivos pelo simples principio moral e religioso que nos anima.

Memória sobre os costumes dos habitantes da Ilha do Corvo.

Um pequeno artigo, sobre a vida da pequena Ilha do Corvo, interessante pela sua vida patriarcal.

Flora da Ilha Terceira (Catalogo).

Incorporado na «Memória sobre a Ilha Terceira» do seu filho Dr. Alfredo da Silva Sampaio. Imprensa Municipal d'Angra do Heroismo, 1904.

Imprimia o Dr. Sampaio aquele seu trabalho quando faleceu e nele se refere a toda a flora Açoreana.

Tratando das fanerogânicas, divide-as em dicotiledóneas, monocotiledóneas e hepáticas, indicando adeante de cada planta as Ilhas onde vivem.

Dispõe assim o trabalho:

Fanerogámicas
dicotiledóneas
Violaceas
. . . . . .
genero-Viola

1.º Viol. Odorata.—L. Watson; Seubert; Drouet; Godman.

Vulgarmente *Violeta.*

Vê-se igualmente em S. Miguel, Faial e Flores.

2.º Viol. Tricolor.—L. Drouet; Godman; Trelease.

Vulgarmente—*Amor perfeito.*

Aparece tambem nas Flores.

Dá-nos ainda um catalogo das plantas empregadas em construções e na mercearia com seus nomes vulgares e cientificos, como por exemplo:

Alamo—populus alba.

Cedro—juniperus oxicedrus.

Regista tambem os nomes de arvores e alguns arbustos ornamentais e fecha o seu importante trabalho com a indicação das arvores de frutos comestiveis, que assim classifica:

Arvores de espinho

como a larangeira, tangerineira, limeira, etc.

Arvores de fruto de carôço
como a amendoeira, damasqueiro, pessegueiro.
Frutos em amentilho
como o castanheiro e a nogueira.
Frutos de pevide
como as macieiras, nespereiras, pereiras
Frutos de baga
como o araçá, jambreiro, figueira etc.

A vida—discurso pronunciado no Liceu Nacional de Angra do Heroismo no sarau de dois de janeiro de 1893. Impresso na Tipografia Teixeira, Porto, 1893. Um folheto com 22 paginas.

«A vida é um enigma que a morte vem decifrar», tal é o pensamento que serve de epigrafe para este seu trabalho, e lançando mão das palavras de Duclos, confirma que «se a aurora da vida é uma lagrima, o seu ocaso é a mortalha».

Desenvolvendo este dificil problema, em certa altura do seu discurso pensa «ter demonstrado que a célula é o elemento primordial donde deriva todo o organismo; que esta celula animada de movimento constante dá origem ao ovulo, donde mais tarde ha-de surgir o «ser» com o seu movimento ou movimentos proprios, podemos afirmar que a vida não é outra cousa mais que a resultante remota das forças inherentes á matéria; é a manifestação universal da ascendencia que essas forças exercem no elemento material, tendo por principio e lei imutavel o movimento molecular e por objecto a creação.

Contudo, se ao homem, com o auxilio do microscópio e baseado em aturados trabalhos, foi permitido chegar á determinação de que a vida tinha a sua origem na célula e posteriormente no ovulo, nem por isso lhe foi concedido até hoje o poder profundar o grande mistério

da fecundação que continuará a ser o X da equação para sempre indeterminada. Apenas se sabe que o ovulo será um producto inerte se não receber a acção do orgão fecundante, unico meio do desenvolvimento do movimento proprio da vida».

Este trabalho deu logar a uma polémica literária entre o autor e o conego Antonio Maria Ferreira, de Angra do Heroismo.

Exame critico da refutação que o Ex.mo Sr. Conego Antonio Maria Ferreira fez ao discurso intitulado — A vida.

Imprensa Municipal d'Angra do Heroismo, 1894, com 115 paginas.

Extratamos alguns periodos deste «Exame critico» para avaliarmos, ainda que muito pela rama o valor das argumentações:

«A fé, diz-nos o Sr. Conego, nos ensina que Deus creou o homem á sua imagem e semelhança, não sendo admissivel que o homem, ser honesto, justiceiro, conhecedor do bem e do mal etc. pudesse, por evolução ou transformação, sair dum quadrumano bruto, sujo e nojento».

«Diz que não ha contradição entre as crenças religiosas, de que a raça humana seja o resultado do aperfeiçoamente sucessivo dos animais que precederam o homem. Pelo que diz a Biblia, de Deus ter creado o homem á sua imagem e semelhança, «seria melhor não discutir este ponto, porque aliás veriamos Deus criando á sua imagem um Negrito, um Hotentote, um Papudo, um Esquimó etc. e que mal se pode compreender que tivessemos de adorar um Deus que se assemelhasse a qualquer individuo desta raça».

«Na parte que respeita á perfeição do homem, para não descender dum animal imundo, é a Biblia que em pri-

meiro logar desmente o contrario do que afirma o Sr. Conego Ferreira, como se prova no exemplo de Caim matando seu irmão Abel, primeiro sinal da falta de noção do dever, da justiça e do bem».

«O Sr. Conego Ferreira tem graça quando agora nos vem dizer que eu não provei que a matéria não morre. Não se recorda por certo de ter concordado em que de facto a matéria é eterna.

«Como porém S. Ex.ª deseja novamente entrar na discussão desta parte do meu discurso, limitar-me-ei a dizer-lhe que com efeito nada se aniquila no Universo, tudo quanto é matéria continuará a existir no decurso dos seculos, porquanto a existencia do mesmo Universo funda-se na troca constante de principios de um Reino pelos principios de outro; o Reino mineral fornece ao vegetal os principios de que carece e o Reino animal tira do vegetal as substancias de que precisa e ha pois transfiguração constante de principios, mas jámais aniquilação. A matéria é eterna».

Breve noticia sobre a agua mineral descoberta na Serreta,—freguesia situada a 20 quilometros, da cidade de Angra e na ponta mais occidental da Ilha.

Publicada no jornal *O Angrense* nos numeros 919 e 920.

Descreve nos dois artigos a agua que o povo chama *agua azeda* e que brota na parte inferior da alta rocha do sitio denominado *Fajã*.

Do exame a que procedeu concluiu que a agua é ácida, gasosa, devendo ser recomendada nas afecções crónicas das visceras abdominais, como inflamações deyspepecias, atonia de estomago etc. afecções nervosas, engorgitamentos de visceras e outras glandulas etc.

Oração escolar na abertura solene das aulas do Li-

ceu Nacional d'Angra do Heroismo no ano lectivo de 1892 a 1893, pelo Reitor.

Impresso na Tipografia Minerva da Livraria Religiosa, d'Angra, 1892.

Diz o orador em certa altura do seu discurso:

«Meus senhores, as orações escolares não servem para inculcar quem as recita, se este fosse o seu fim, não viria eu ocupar este logar.

Quando a lei as recomendou, por certo que teve em mira activar o fogo sagrado da aplicação, do trabalho e do aproveitamento já dos alunos que tem cursado aulas dos Liceus, já da juventude que pela primeira vez se apresenta nestes estabelecimentos de instrução.

Nas singulares e despretenciosas palavras que vou dirigir-vos, procurarei quanto possivel for, despertar em vós o amor da ciencia e do estudo, e satisfeito me considerarei, se por ventura com elas conseguir que no vosso futuro, que desejo auspicioso, vos recordares do que neste dia e neste momento vou expôr-vos».

Discurso comemorativo do primeiro de dezembro de 1640, pronunciado na abertura do sarau literário realizado no Liceu Nacional de Angra do Heroismo na noite de um de dezembro de 1893.

Imprensa Municipal de Angra em 1894. Compreende um folheto de 26 paginas.

Vamos destacar deste discurso as seguintes frases que marca duma maneira irrefutavel a bondade e generosidade do Dr. Sampaio.

«Não sou apologista das comemorações por meio de festas e palestras literárias, porque de ordinário o seu tema deriva da elevação do vencedor e da humilhação do vencido, e raras são as vezes em que nelas não transpiram os antigos ódios. E na verdade, entre os senti-

mentos que eu considero como de subido valor, é, sem duvida o da generosidade». (1)

MANUEL FRANCISCO DE MEDEIROS BOTELHO.—Nasceu no logar d'Agua Retorta, concelho da Vila da Povoação, da Ilha de Sam Miguel, no dia 10 de fevereiro de 1827, filho de José de Medeiros Botelho professor de ensino livre de Retórica e História, na cidade de Coimbra, onde depois do nascimento de seu filho foi residir.

Cursou. Manuel Francisco os preparatórios no Liceu de Coimbra, matriculando-se depois na Faculdade de Matemática, concluindo com aprovação o primeiro ano; circunstancias da vida fê-lo abandonar a Faculdade e sair de Coimbra. Tempos depois foi nomeado Inspector de Instrução-primária, função esta que desempenhou em Lisboa, Porto e nos Açores. (2)

Deixou os seguintes trabalhos:

Noções elementares de geografia, matemática, fisico-geológica, politica e atmosfero-meteorológica.

Obra aprovada pelo Conselho geral de Instrução publica para uso das Escolas. Imprensa da Universidade de Coimbra em 1861.

Estudando neste seu compendio «os movimentos aparentes dos Ceus», dá uma ideia geral da esfera celeste; estuda seguidamente a Lua, os Eclipses, os circulos da esfera, Longitude e Latitude. Estudando depois os

1) Vid. Almanaque Açoreano, pag. 243.
Elogio historico do Dr. José A. Nogueira Sampaio pelo Dr. Ferreira Deusdado.
Memória sobre a Ilha Terceira.
Memória da Visita Regia á Ilha Terceira, pag. 351.

2) Vid Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra. no ano 1872-1873, por Antonio Maria Seabra Albuquerque, pag. 93, ano 1878 e 1879, dag. 83.

«movimentos reaes dos Ceus», ensina os movimentos da terra, sua figura e dimensões.

Sinopse—dá uma ideia geral da esfera celeste, classificação dos astros, circulos da esfera, etc.

Noções elementares de cronologia, astronomia civil e história.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1862.

Diz o autor que este seu compendio fora elaborado segundo os programas do ensino do curso dos Liceus e assim acomodado aos alunos do curso geral; teve tambem em vista atender áquelas pessoas que, não seguindo cursos oficiais, desejam ter uma instrução geral, e por isso acomodou tambem este seu trabalho a este outro fim, bastante util e necessario.

Noções elementares de geografia geral, coordenadas segundo o regulamento do Conselho geral de instrução pública, para os alunos do primeiro ano dos Liceus. Contém 64 paginas.

Impresso na Unipersidade de Coimbra, 1862.

Divide o seu trabalho em quatro partes, distribuindo a matéria pela seguinte forma:

Na primeira parte ensina a geografia matemática, na segunda geografia fisico-geológica, na terceira geografia politica e na quarta, geografia atmosférica-meteorológica.

Todos estas quatro partes repartem-se em trinta lições.

Noções de história elementar—coordenadas segundo o regulamento do Conselho geral de Instrução-publica para os alunos do primeiro ano do curso geral dos Liceus.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1862.

E' um trabalho em tudo analogo ao acima citado, coordenado segundo o mesmo fim e de harmonia com os programas de então.

Plano geral de estudos primários e secundarios.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1869. Folheto contendo 34 paginas.

Divide este seu trabalho em duas partes; na primeira faz judiciosas considerações sob as nossas reformas de instrução publica.

«As reformas são geralmente mal recebidas porque ou atacam interesses já creados ou ferem direitos adquiridos ou matam esperanças que embalam a muitos».

Diz que a nossa instrução superíor tem seguido o movimento geral das ciencias; e se não temos em alguns ramos a profundeza, a solidez da ciencia alemã, noutros, não estamos aquém da França e de outros países.

Tem uns capitulos dedicados á instrução primária, meios de as fazer desenvolver e prosperar: «A instrução primária elementar, primeiro grau, deve ser universal, deve ser distribuida por todos os cidadãos».

Na segunda parte trata da Instrução secundaria e da sua importancia, frisando esta verdade que ainda em nossos dias parece, se não compreendeu:

«Os regulamentos estrangeiros, especialmente os da Alemanha, não podem aproveitar ao nosso país».

Projecto de Reforma geral de Instrução-primária e secundaria.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1871.

Neste trabalho explana o autor a importancia económica, moral, civil e politica da instrução e educação de um povo e bem assim a ineficácia das nossas reformas sobre instrução.

Falando da liberdade do ensino primário e secundário diz que em todos os países mais esclarecidos do mundo ha precauções rigorosas tomadas pelas autoridades ácerca da capacidade, aptidões, saber e moralidade dos preceptores do ensino particular e livre. Egualmen-

te ha o maximo escrupulo na escolha dos livros, métodos e programas que devem ser adoptados.

Falando dos professores do Estado diz que nesses países adiantados exigem-se rigorosas provas de saber aos candidatos a estes logares, quere aos professores de ensino primario como do secundario.

O que é e o que deve ser a Instrução Nacional.
Imprensa da Universidade de Coimbra, 1872.

Ha duas funções fundamentais, diz o autor, na vida dos povos civilizados: a administração da fazenda publica e a organização da instrução.

Da primeira dependem mais directamente os melhoramentos naturais, do país: da segunda a formação do caracter nacional, a direcção dos espiritos, a ilustração da nação».

Num como que preambulo da sua obra, fala-nos das diversas reformas de instrução, cursos profissionais, graduação e distribuição das diversas disciplinas, etc.

Divide depois o trabalho em tres partes, apresentando um projecto de lei sobre instrução, regulamentando na primeira parte a Instrução primaria elementar, habilitação dos professores, inspeção ás escolas, bibliotecas populares, etc.

Na segunda regulamenta a Instrução primaria complementar e assim o objecto do curso e feição que deve tomar o seu estudo.

Na terceira parte, regulamenta a Instrução secundaria, o ensino licial, feição que deve tomar, professorado e programas.

Curso de geografia antiga e moderna e de cronologia, para uso dos Liceus e outros estabelecimeutos de instrução nacional; ; aprovado pelo governo.
Imprensa da Universidade de Coimbra, 1878.

Curso de história universal para uso dos Liceus. Livraria Central de José Diogo Pires, Coimbra, 1878.

Dividiu o autor este seu trabalho em duas partes, abrangendo ambas 676 paginas, e dedicou-o a El-Rei D. Fernando.

No prefacio diz:

«A história muda de aspecto, segundo o ponto de vista que preocupa o historiador e a ideia predominante da época, de que ele é muitas vezes o interprete.

Houve tempo, em que os historiadores, mais artistas ou poetas que filósofos no plano e execução, tiveram principalmente por fim, sem renunciar á instrução, deleitar pelas belezas e encanto do estilo, excitar a admiração pelos grandes homens, exaltar as virtudes, retemperar o caracter ou moderar as paixões nacionais pelas grandes emoções; suas obras eram mais representações puramente pessoais e mais ou menos épicas e dramáticas dos acontecimentos, mais uns quadros primorosos de literatura e de moral, do que trabalhos verdadeiramente cientificos.

Em nossos dias é outra a feição da história. Armada de novo método de indução e de observação comparada e preocupando-se a exemplo das ciencias naturais da investigação das cousas que determinam os factos, bem como das leis que regem a sua sucessão e combinação .... a história tem-se elevado nos tempos mais proximos de nós á categoria da verdadeira ciencia».

Na primeira parte descreve «desde a creação do mundo ao diluvio, do diluvio á grande dispersão dos povos e fundação das primeiras monarquias».

As primeiras monarquias e povos antigos verdadeiramente históricos, queda do Imperio Caldaico até ao restabelecimento da liberdade do povo hebreu no ano de 538 antes de Cristo. Vai depois descrevendo a história

até ao Nascimento de Cristo e fundação do Imperio Romano.

Na segunda parte historia os Babilónios, e Caldeos, Egipcios, Hebreus, Gregos e Romanos.

Ao professorado Açoreano.

Impresso em Ponta-delgada em 7 de outebro, 1881.

Regimento das Escolas Açoreanas, para uso dos professores e professoras de ensino primário elementar e complementar da circunscrição dos Açores.

Tipografia Popular de M. A. Tavares de Rezendes, em Ponta-delgada no ano de 1882.

Descrevendo a organização geral das Escolas, fala nos modos e processos de ensino, classificando-os da seguinte forma:

1 — modo individual — isto é o ensino ministrado por o professor a cada aluno de per si, que seguramente não pode ser aplicado nas escolas muito frequentadas, pela falta absoluta de tempo.

2 — modo mutuo — em que o ensino é ministrado de aluno para aluno, isto é, dos alunos mais adiantados para os principiantes.

3 — modo simultâneo — em que o mestre ministra o ensino a todos os alunos, agrupados em classes.

4 — modo mixto — em que o professor em classe e os alunos mais adiantados ensinam os mais atrazados, individualmente e mesmo em classe, aos principiantes.

Preconisa depois a divisão da Escola em classes e secções, distribuindo, no ultimo capitulo pelos dias da semana as matérias de ensino. (1)

---

1) Dicionario Popular de Pinheiro Chagas.
Biblioteca Açoreana do Dr. Ernesto do Canto.
Educadores Portuguêses do Dr. Ferreira Deusdado. pagiuas 406.

FRANCISCO SILVEIRA D'AVILA PIMENTEL.— Natural da cidade da Horta, onde nasceu no dia 25 de setembro de 1834, filho de Antonio Silveira d'Avila Pimentel e D. Aldina Constança Pimentel.

Depois de ter cursado com aproveitamento as matérias então leccionadas no Liceu Nacional da Horta, embarcou para o Brasil, contando apenas 23 anos, conseguindo colocar-se como professor de português no colégio denominado *Vitório* do Rio de Janeiro. No ano seguinte requereu exame perante o conselho de instrução, conseguindo obter o diploma de professor de português, que exerceu naquêle País durante vinte e seis anos.

Em 1884 regressou á sua Ilha, abrindo na alameda da Gloria da Piedade da Horta, um Colégio de que era Director e professor.

São d'ele as seguintes obras:

Breves noções de gramática portuguêsa—obra teórica e prática, Impressa no Rio de Janeiro de 1863.

Breves noções de sintaxe e ortografia.—Impresso este livro no Rio de Janeiro em 1865.

Breves noções de gramática portuguêsa—obra teórica e pratica, contendo 99 lições a par de explicações, análises e exercicios. Impresso no Rio de Janeiro em 1870.

Explicador Português—de conformidade com o programa do colégio de D. Pedro II, obra teórica e pratica. Impresso no Rio de Janeiro em 1874.

Explicações de português á infancia—gramática elementar teórica e pratica.. Impresso no Rio de Janeiro em 1874.

Cartilha de infancia—dedicado aos meninos Faialenses, método fonético de guiar analfabetos ao estudo da leitura. Impresso no Rio de Janeiro em 1879 com uma 2.ª edição na Horta em 1886.

Breves noções de fonologia—opusculo de 22 paginas. Impresso na cidade da Horta em 1886. (1)

JOÃO JOSÉ DA GRAÇA.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, no dia 15 de abril de 1836, filho de um nautico de reconhecido valor, do mesmo nome e de D. Rosa D. da Graça. Faleceu naquela mesma cidade no dia 14 de setembro de 1893.

Consagrou toda a sua vida ao Magistério, á advocacia e ao jornalismo, dividindo por estes tres grandes ramos da vida a sua forte actividade, deixando em cada um deles trabalhos publicados que lhe marcam um nome na história.

Depois de exercer por alguns anos o magistério particular, alcançou ser nomeado professor provisório de francês e inglês no Liceu da Horta por decreto de 27 de julho de 1867, obtendo despacho definitivo em 1880. Para estas e ainda para outras cadeiras que regeu naquele Liceu publicou os livros que serviam de texto nas suas aulas, que alcançaram nomeada e foram, alguns, adoptados por outros professores. E desempenhou o logar de Reitor do Liceu da Horta nos anos de 1892 a 1893 com a maior proficiencia.

Tambem foi politico, desempenhou tambem cargos electivos, o de vereador da Camara da sua terra e o de seu presidente, fazendo votar por essa ocasião varios subsidios para a manutenção de Escolas noturnas de instru-

1) Vid. Arquivo dos Açores V. 9 paginas 23.

ção primaria na Ilha do Faial, marcando assim frisantemente a preocupação fixa do seu espirito de promover e difundir a instrução.

Precedendo o respectivo concurso foi nomeado advogado de provisão, exercendo esta profissão primeiramente em Vila-franca de Xira, onde então vivia e depois na cidade da Horta desde 1867, deixando alguns trabalhos publicados sobre causas que lhe haviam sido confiadas.

O que mais o caracterizou, porém, foi o jornalismo, tendo sido, o que já é bastante, o introdutor da imprensa na Ilha do Faial, que lhe acarretou por inumeras vezes dissabores, até mesmo com pessoas amigas. A sua acção como jornalista é grande, adivinha-se mesmo tão sómente na enumeração dos jornais de que foi redactor e colaborador; quantas vezes não teve de couraçar de muita paciencia a sua grande actividade para arcar com a indiferença, umas vezes, e com os ataques, outras vezes, dos seus patricios e dos seus amigos contra a imprensa e jornalismo, que ele com o seu esforço criou na sua terra.

Redigiu os seguintes jornais:

O Incentivo — o primeiro jornal publicado na Ilha do Faial, semanario literário e noticioso, de que foi o seu proprietario e redactor; apareceu o seu primeiro numero no dia 10 de janeiro de 1857 e terminou a 20 de abril do ano seguinte.

A Horta — tambem semanario, cujo primeiro numero apareceu a 25 de maio de 1862 e terminou no ano seguinte.

O Atlantico — semanário politico e literário, que iniciou a sua publicação a 23 de janeiro de 1862, redigindo os primeiros 22 numeros João José da Graça; em

1872 passou este jornal a advogar a causa separatista dos Açores.

A Palavra—semanario politico e literário, cujo primeiro numero saiu a 19 de janeiro de 1868 e terminou a publicação em setembro de 1869.

Correio da Horta—que veiu substituir «A Palavra» somanal, periódico de instrução popular, começou a 7 de outubro de 1869 e terminou a 1 de janeiro de 1871.

O Tribuno—que veiu substituir o «Correio da Horta»; folha quinzenal, dedicada a defender energicamente os direitos e interesses das classes desprotegidas, especialmente dos que são oprimidos pelo despotismo. O seu primeiro numero apareceu a 15 de julho de 1871 e terminou a publicação a 15 de dezembro de 1872.

A Verdade.—semanário politico e noticioso cujo primeiro numero apareceu a 1 de outubro de 1874, terminando a publicação a 16 de outubro do ano seguinte.

O Observador—semanário politico, instrutivo e noticioso; o primeiro numero saiu a 22 de janeiro de 1874 e o ultimo a 20 de julho do mesmo ano.

A Regeneração—orgão do partido regenerador que apareceu a 11 de janeiro de 1880.

O Futuro—jornal politico e o primeiro que se publicou na Ilha Graciosa, de que foi proprietário e redactor João José da Graça; começou a sua publicação no dia 15 de fevereiro de 1886 e terminou em setembro de 1887, por o seu proprietario mudar a sua residencia desta Ilha para a do Faial.

O Echo Açoreano—semanário que se publicou em Angra do Heroísmo, saía ás quintas-feiras; apareceu a 16 de março de 1863 e terminou a 5 de novembro do mesmo ano.

Echo Agricola—semanario que tambem se publicava em Angra e cujo primeiro numero saiu a publico no dia 23 de janeiro de 1864 e o ultimo a 17 de março do mesmo ano.

Colaborou ainda em muitos jornais Açoreanos e alguns do continente português, deixou inéditos alguns estudos sobre ciencias naturais, fisica e quimica, cujos manuscritos estiveram na posse de sua filha D. Helena Rodrigues Graça, escritora e caricaturista de mérito.

Temos conhecimento de mais os seguintes trabalhos que deixou publicados:

Método de Ollendorff—para aprender inglês.

Impresso na Tipografia do «Incentivo», Horta, 1858. Era o texto dos seus alunos de ensino particular, por meio do qual muito bons resultados obteve.

Novo método para aprender inglês pelo sistema de Ollendorff, adaptado aos portuguêses.

Impresso na cidade de Angra em 1860. Apresenta modificações sensiveis ao *Método de Ollendorff*, filhas da sua prática de ensino.

As primeiras letras—método racional, dedutivo e repentino para aprender a lêr com a maior suavidade e rapidez, a lingua portuguêsa.

Teve duas edições, uma em 1865 e outra em 1870.

Diz o autor que o «Método português» de Antonio Feliciano de Castilho, emancipou as escolas de uma

grosseira rotina até então usada na aprendizagem de lêr; foi um dos primeiros discipulos deste método e tambem foi dos primeiros que por ele ensinou. No entanto a experiencia lhe indicou algumas dificuldades que sanou por si; este trabalho é o resultado dessa experiencia:

«Não suponho que o mestre dos mestres, o Sr. Castilho, a quem devo muita consideração e assinalados favores de amizade, me leve a mal esta publicação que aspira tão somente a substituir o seu Método Português nos logares e nas ocasiões em que o não quiserem ou não souberem pôr em pratica, pois quantos conhecem aquêle vulto das nossas letras, sabem que o seu maior desejo e a sua incansavel diligencia é que todos concorram para o derramamento da instrução».

Arimética oral e escrita.

Impressa na cidade da Horta em 1870.

Era jà professor do Liceu da Horta, quando deu a lume este trabalho no intuito de auxiliar e facilitar o ensino.

Elementos de gramática francêsa.

Impresso na Horta em 1869.

Este trabalho destinou-o o autor ao uso das escolas de ensino secundario e submetido á Junta Consultiva de Instrução publica, foi aprovado, (Diario do Governo n.º 64 de 22 de março de 1870.

Elementos de gramática inglêsa.

Impresso na Horta em 1870.

Trabalho igualmente destinado aos alunos de ensino secundário e que lhe serviu de texto nas suas lições do Liceu.

Defesa oral dos crimes de envenenamento e bigamia,

julgados nas audiencias gerais do segundo semestre do ano de 1877, na comarca da Horta.

Impresso na Tipografia de Clarimundo d'Ataide Pestana, Horta, 1877.

A cargo do autor, como advogado de provisão que foi nos auditórios da comarca da Horta, esteve a defesa de uns reus, acusados, um de crime do envenenamento e outro do crime de bigamia.

O ilustre patrono dos reus produziu uma brilhante defesa. Eis um periodo do discurso:

«Não pretendo defender o meu constituinte com sofismas ou subterfugios, porque muito infeliz seria a causa e muito mais infeliz o defensor, se não tivesse outros recursos que não fossem os da astucia ou da mentira».

A existencia de Deus, pela simples enumeração das enumeras maravilhas da Natureza; para uso das Escolas de instrução primaria.

Impresso na Tipografia dos Marianos, Lisboa 1877.

E' um estudo elementar de lições de cousas, em que o autor expõe, com toda a clareza e facilidade, os fenómenos cientificos relativos á botánica e á zoologia, escolhendo no mundo biológico os fenómenos mais impressionantes, para por sua via demonstrar as leis da natureza e a providencia do seu Creador.

Prefácio á poesia de R. Barcia—«*O Tejo*», traduzido por Augusto Bulcão.

Impresso na Horta em 1877.

E' um folheto de 46 paginas com uma longa introdução referente á poesia.

Discurso sobre a maçonaria,—na ocasião da reinstalação de R.·. L.·. Democracia e Tolerancia, ao Vale d'Angra do Heroismo.

Impresso na Tipografia do «Futuro» em Angra do Heroismo em 1865.

João José da Graça era maçon, assina este folheto como possuindo o Gr. 33, e diz no prefácio que precedeu o discurso, que as ideias que expande são avançadas: «Recebi-as com a luz da inteligencia e fortaleceu-as um longo e aturado estudo».

Em seguida parece que se arrepende de advogar ideias tão avançadas e quer escondê-las do publico, quer que elas fiquem ali, naquela sociedade, abafadas pelo segredo: «Deixo-as todavia imprimir com a condição de ficarem secretas, como no logar em que foram emitidas».

Mas, em nosso entender, melhor fora não ter expandido tais ideias para, se não vêr forçado a deixa-las publicar.

Discurso na sessão do banquete da R.·. L.·. Democracia e tolerancia, ao vale de Angra do Heroismo.

Impresso na Tipografia do Futuro em Angra do Heroismo em 1866.

Foi o discurso preferido na noite de 12 de maio de 1866, na sessão em que se celebrava a sua despedida daquele vale para o da Ilha Graciosa.

Entre outras afirmações destacamos esta:

«Quereis ser verdadeiros maçons? sede primeiro que tudo verdadeiros liberais.

«A liberdade é a obra essencial da Maçonaria, a liberdade é na ordem moral o que o ambiente é na ordem fisica. Sem liberdade os povos asfixiam, embrutecem, são maquinas apenas institivas ao serviço dos que livremente respiram no goso de todos os direitos e de todas as prerrogativas».

Exposição Açoreana.—(Relatório apresentado pelo secretario da direcção da sociedade agricola na sessão solene da inauguração da exposição Açoreana).

Impresso no jornal a *Persuasão*, de Ponta-delgada no numero 106.

E' um discurso que o autor faz na abertura solene da exposição:

«As exposições são nos nossos dias a mais sincera homenagem ao trabalho: as exposições são por assim dizer o trono dos povos, onde os proprios monarcas vem pagar um solene tributo de admiração ao poder da invenção e ás lides do aperfeiçoamente; as exposições são, além disso, uma escola variadissima que desperta o genio e um jury imparcial e imenso que anima com seus premios e honras os mais importantes cometimentos das classes productivas».

Necrológio do Reverendo Dr. Antonio da Terra Pinheiro.

Impresso no jornal *Atlantico*, no numero 18 do 2.º ano. (1)

TEOFILO FERREIRA.—Nasceu na Ilha das Flores no ano de 1840 e morreu na cidade de Lisboa, onde rezidia a 12 de dezembro de 1893.

De familia modesta, veiu para a Ilha de S. Miguel em busca de trabalho, sendo tipógrafo do jornalista Francisco Maria Supico, que lhe conhecendo o talento e grande vocação para o estudo, o instigou a que se dedicasse a uma carreira literária. Auxiliado depois tambem por Filipe d'Andrade Albuquerque, de Ponta-delgada, habilitou-se ao concurso para professor primário, vindo a ser colocado numa cadeira na Vila da Ribeira-grande, onde esteve alguns anos.

1) Vid Educadores Portuguêsas pelo Dr. Ferreira Deus lado.
Album Açoreano.
Arquivo dos Açores, Vol. 9, a pag. 19.
Biblioteca Açoreana.

O ordenado era porém tão exiguo que pouco faltava para passar fome; umas quadras que recolhi feitas a um cavalo que ele tinha, dão bem a entender a pouca fartura em que vivia:

O cavalo do Teófilo
parece cavalo de entrudo,
bebe agua por um funil
tem milho por um canudo.

Quando sai ao meio da rua
com suas enormes ancas
parece-nos um espantalho
a meter medo ás crianças.

As suas aspirações eram grandes, não se contentava com a regencia de uma cadeira de instrução primaria, e assim, a seu requerimento e lançando mão dos seus conhecimentos, alcançou licença em 1868 para frequentar a escola normal de Marvila, sendo em 1870 colocado na regencia da cadeira de Santa Catarina de Lisboa, sendo depois transferido para a de Santa Isabel.

Mas não pararam aqui os seus estudos e nas horas disponiveis, preparou-se e foi a pouco e pouco tirando o curso dos Liceus e matriculando-se na Escola Medica de Lisboa, defendeu tese em 1878.

Nomeado professor da Escola Nornal de Lisboa, foi um dos seus prestimosos directores, a quem muito deve a instrução em geral, pugnando activamente na imprensa e no jornal que fundou — *Ensino* — pelo seu desenvolvimento.

Como camarista e vereador do pelouro da Instrução do Municipio de Lisboa, pugnou pela melhoria do professorado primario e pela difusão do ensino.

Eis algumas das suas propostas feitas em 1882:

— «Iniciação de conferencias pedagógicas para se tratar dos assuntos mais importantes da Instrução primaria e no intuito de proceder á organização do ensino no Concelho, em conformidade com o parecer do corpo docente».

«Estabelecimento, creação e inauguração da primeira escola infantil pelo sistema Froebel».

«Creação dos batalhões escolares e das excursões escolares».

«Creação e inauguração do primeiro museu pedagógico de Portugal».

«Creação e inauguração de tres bibliotecas populares, sendo uma em cada bairro, com leitura diaria, noturna e em domicilio».

«Creação e inauguração da primeira escola primária superior para o sexo masculino, com ensino de trabalho manual denominada — *Rodrigues Sampaio*».

«Proposta para a creação de uma Escola primaria superior — *Maria Pia* — para o sexo feminino e tambem com ensino de trabalho manual e profissional».

Mania puerperal — tese que defendeu, no seu acto de formatura perante o corpo docente da Escola médica de Lisboa em 1878.

Impresso na Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1878.

Entende o autor que «estado puerperal» é todo aquêle periodo desde que a mulher concebeu até que cessem, para ela, todas as funções de reprodução, que só se devem considerar terminadas quando começam novamente os periodos regulares das regras.

Ora é precisamente neste periodo que a mulher está sujeita a doenças gravissimas que podem trazer ás suas faculdades psiquicas um profundo abalo, que os alienistas denominam — mania puerperal.

Esta doença muitas vezes desaparece, mas não é ra-

ro na pratica exemplos em que a afecção mental consecutiva a uma doença organica, persiste, mesmo depois desta ter desaparecido.

Classifica depois as afecções puerperais em dois grupos:

1) *afecções não febris*, como as hemorragias, cólicas, doenças crónicas do utero, diminuição ou supressão de leite, etc.

2) *afecções febris*, como a febre do leite, embaraço gástrico febril, febre puerperal, etc.

Apresenta em seguida uma classificação, em grupo, de alienações, e começa a fazer depois a história da «mania puerpal», no periodo da gravidez, durante o trabalho e regimento no periodo da lactação.

Termina a sua tese com uma serie de observações que havia verificado nos hospitais, fazendo de cada um doente a sua história.

O futuro do Arquipélago Açoreano.—O telegrafo submarino e a iluminação das costas insulares; discursos proferidos nas sessões de 29 a 30 de março de 1892 na Camara dos deputados.

Imprensa Nacional de Lisboa, 1892.

Eleito deputado pelo circulo da Horta, defendeu com entusiasmo todos os melhoramentos para os Açores, mui especialmente para a sua Ilha natal, a Ilha das Flores.

«Nós os Ilheus, diz no seu primeiro discurso, possuimos em alto grau a nostalgia do ninho natal; por isso não poderam ainda extinguir-se em mim as saudades da patria, apesar da longa ausencia de tantos anos, ausencia que quanto mais se prolai, mais redivivas e extenuantes se incendiam em mim as recordações da infancia, acabrunhando-me a existencia.

E porque assim é, desculpar-me-á, ao tratar de um

assunto de tal magnitude, (o estabelecimento do cabo submarino para os Açores) eu não olvide as plagas onde passei descuidoso os primeiros anos da minha meninice e a terra bendita que recobre as cinzas dos meus pais e avós e na qual se representaram algumas das primeiras cenas desse drama glorioso, que nos trouxe todas as liberdades usufruidas por nós ha mais de meio século».

Reclama depois tambem o estabelecimento de faroes nas costas dos Açores, dizendo haver só um, em todo o Arquipélago, o de Ponta-delgada e varios melhoramentos para a Alfandega da sua Ilha, lendo, na Camara, a propósito, um relatório de Guilherme Rad Cabral, funcionario aduaneiro, que expõe com clareza as necessidades existentes na dita Alfandega.

Camara Municipal de Lisboa. Breves considerações ácerca do estado da sua fazenda.

Impresso na Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, Lisboa, 1879.

E' este trabalho como que um relatório do estado financeiro do Municipio de Lisboa, do tempo em que foi vereador e pertenceu á comissão encarregada de tomar conhecimento do assunto.

Faz uma resenha histórica do imposto:

«São curiosas, diz ele, as evoluções porque em diferentes épocas tem passado os impostas lançados especialmente sobre os moradores do Municipio de Lisboa.

Estudar estas diferentes fases, dispor cronológicamente os factos que possam contribuir para fundamentar um direito, que a ser legitimo, é necessario sustentar e corroborar, foi todo o nosso empenho, na qualidade de membro da comissão eleita em 13 de novembro do preterito ano, afim de tratar da questão da fazenda, questão palpitante para esta Camara, em todas as épocas e agora

mais que nunca pelas razões que vos são obvias e ninguem desconhece».

O distrito da Horta.—Ponderações e reclamações, ácerca das necessidades instantes das Ilhas que o constituem.

Discurso na Camara dos Senhores Deputados, na sessão de 2 de julho de 1891.

Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

«Senhor presidente. Vai já decorrido um ano e alguns dias, desde que dei entrada no parlamento para cumprir o honroso mandato de representar o distrito ocidental dos Açores, constituido por esse grupo de Ilhas em cujo numero entra a minha natal».

Fala sobre a emigração atribuindo-lhe um dos grandes males para o progresso e desenvolvimento das Ilhas. O seu atraso vem da emigração; pede ao governo a sua intervenção nesse sentido.

Respondeu-lhe o Ministro da Fazenda (Mariano de Carvalho) que não concorda em absoluto com o ilustre deputado entendendo que não devemos exagerar daquela forma as causas da emigração, (1)

FILOMENO DA CAMARA MELO CABRAL.—Nasceu em Ponta-delgada, da Ilha de S. Miguel aos 18 de julho de 1844, filho de Antonio Jacinto da Camara.

Depois dos seus estudos preparatórios iniciados no Liceu de Ponta-delgada, seguiu para Coimbra, vindo a matricular-se na Faculdade de medicina onde se formou com altas classificações, doutorando-se em 1870 e concorrendo a uma vaga de professor, foi provido.

A dissertação para o concurso foi sob o tema:

1) Vid. Educadores Portuguêses, do Dr. Ferreira Deusdado, pag. 469.

«Principios gerais de medicação termal, com uma noticia sobre as aguas minerais do vale das Furnas».—Imprensa da Universidade de Coimbra, 1873.

Logo depois da sua formatura exerceu clinica no Vale das Furnas; dedicando-se áquela especialidade de aguas, fazendo do seu estudo uns relatórios de que daremos a competente noticia.

Durante muitos anos regeu a cadeira de *Histologia e fisiologia geral,* na Faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, publicando um livro que servia de texto na aula, que adiante referiremos.

Desde estudante militou no partido republicano, sendo amigo intimo das pessoas de maior prestigio desse partido entre as quais sobressaía o Dr. José Falcão, que um dia ao o abraçar disse:

—«Quando se abraça um homem destes, sente-se palpitar dentro do imenso arcabouço, um coração de ouro.»

Na verdade o Dr. Filomeno da Camara era um homem grande de corpo e alma. Morreu em janeiro de 1921, quando desempenhava as altas funções de Reitor da Universidade de Coimbra.

Deixou os seguintes trabalhos:

A Colera em Valencia e o sistema de profilaxia anti-colérica do Dr. Jaime Ferran y Clua.

Nova Livraria Internacional, Editora, Lisboa, 1885.

Comissionado pelo Governo português para ir a Espanha, onde então grassava a epidemia da cólera asiática, estudar o aspecto da doença e bem assim o sistema profilático do Dr. Jaime Ferreira, apresentou o Dr. Filomeno da Camara o seu relatório, que foi publicado no numero 4 do ano 3.º da Revista de Estudos livres, e depois em separata, edição que estudamos.

«A colera é uma doença exótica na Europa, diz o Dr. Filomeno, endemica em Bengala».

Enumera em seguida e faz a história das três grandes epidemias que invadiram a Europa:

A primeira em 1830 que partiu da Persia e se estendeu depois na Russia e a todos os outros Estados da Europa.

A segunda em 1846, propaga-se em Tiflis e Astrakan seguindo a mesma marcha, na invasão da Europa, da primeira epidemia.

A terceira em 1865 invade a Europa por via maritima.

Estuda depois a transmissibilidade ou contágio da doença e os diversos modos como se pode efectuar o contagio:

a que se faz pelas latrinas, canos de esgoto, por meio das aguas, pelos alimentos e até pelo ar.

Tratando do sistema de profilaxia anti-colerica do Dr. Ferran, diz que não está suficientemente provado que um ataque de cólera torne imune o doente para outro ataque, assim é muito duvidoso que as inoculações do Dr. Ferran dêem ao homem a imunidade para a colera.

Termina o seu trabalho resumindo os meios a empregar para evitar a propagação da terrivel doença, que se faz por intermedio do bacilo-virgula, parasita que sai do organismo nos dejectos dos coléricos.

Les eaux thermales de l'Ile de San Miguel-Açores, Portugal.

Impresso na Tipografia Lallemant Frères, Lisboa, 1873.

Compreende este livro um estudo das aguas minerais da Ilha de S. Miguel feito por Mr. F. Fouqué, quimico de Paris, que a esta Ilha veiu contratado pela Junta Geral do Distrito, para analizar as nossas aguas minerais;

e bem assim, mais três estudos do Dr. Filomeno da Camara.

Relatórios das observações feitas ácerca das aguas minerais das Furnas, quere em atenção á sua composição quimica, como á sua acção sobre o organismo. Relativos aos anos de 1870, 1871 e 1872, em que como clinico dirigiu a Estação termal das Furnas, nomeado pela Junta-geral do Distrito, que lhe impôs a obrigação de em cada um apresentar um estudo das suas aguas, composição quimica e acção sobre o organismo.

Queixa-se da falta de analise quimica nas aguas, base de toda a observação clinica; a que havia, feita em 1826 por Luiz Mousinho d'Albuquerque e Inacio Pita de Castro Menezes, é hoje imperfeita.

Está convencido que a primeira condição para que as aguas minerais das Furnas alcancem a reputação que merecem, teem de ser perfeitamente conhecidas nas suas composições quimicas.

Indica a necessidade de diferentes aparelhos, indispensaveis a certos tratamentos e outros de observações meteorológicas e apresenta finalmente o movimento hospitalar do Vale, indicando as doenças e os resultados obtidos. Os tres Relatórios foram traduzidos em francês pelo Conde da Praia da Victória, então Governador Civil de Ponta-delgada, prefaciando esta autoridade o volume em que os reuniu com o trabalho do quimico francês Mr. F. Fouqué.

Lições de fisiologia geral.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1897.

Este sestudos, diz-nos o autor, são umas noções sumárias dos processos gerais da vida «e como preparatório indispensavel para se entrar no estudo da fisiologia especial, cujo objecto são os autos e funções de orgãos e aparelhos, fenómenos extraordinariamente complexos em

que aquêles processos representam o papel de forças elementares ou componentes».

E' o texto da segunda parte da cadeira de Histologia e Fisiologia geral, da Faculdade de Medicina de que era Mestre, e assim uma excepção á grande maioria dos colegas do seu tempo, pois imprimindo as suas prelecções e assinando o seu nome, assumiu a inteira responsabilidade da matéria expendida. Quantos outros, no seu tempo não acobertaram as suas incertezas e duvidas, com a folha litografada de responsabilidade do copista!

Por alguns anos, diz o autor, saiu o seu trabalho tambem litografado, mas o trabalho de copiar e litografar todos os anos e o transtorno que d'aí vinha ao ensino, levou-o a imprimir as suas lições e se mais cedo o não tinha feito foi por não ter quem lhe servisse de editor.

Divide o seu trabalho em vinte e cinco lições e ensina-o na ultima parte do ano lectivo, com prejuizo não só para a Histologia que ensina primeiramente, e que por si só é matéria para dois anos, como para a fisiologia que devia ser ministrada um ano inteiro.

D'aqui as dificuldades para resumir uma matéria importante e basilar para quem tem de cursar uma Faculdade, onde o ensino se não deve fazer pela rama.

Fisiologia, define, é a ciencia que se ocupa dos fenómenos vitais dos organismos, das causas que os determinam e das leis que os regem, ou mais simplesmente é a ciencia da vida.

Vida, é o estado de actividade da substancia organizada ou o conjunto de actos manifestados pelos corpos organizados.

Trancrevemos em seguida alguns periodos da sexta lição.

Caracteres distintos dos vegetais e dos animais.

Parece á primeira vista muito facil distinguir os vegetais dos animais, pois que a pessoa mais ignorante

que se possa conceber, nunca poderia confundir um camelo com um carvalho, por exemplo. Todavia a distinção entre as duas formas não é tão facil como se poderia julgar por este exemplo; torna-se até muito dificil, quando se desce aos degraus inferiores da serie.

Encontram-se então seres que pelas suas manifestações vitais, deixam o espirito na indecisão e lembram tanto o animal como o vegetal. Por este motivo lembram-se alguns naturalistas de crear um grupo inferior, o reino dos protistas ou protozoarios de Haeckel, especie de origem comum, donde teriam saido por bifurcação os outros dois reinos. Ha evidentemente nesta ideia uma simples deslocação da dificuldade, porque o grupo dos protistas seria formado pelos seres sobre cuja natureza, vegetal ou animal, houvesse duvida; mas onde começam e onde acabam essas duvidas? (1)

CARLOS MESQUITA.—Nasceu na Vila de Santa Cruz da Ilha das Flores, filho de Antonio Fernandes de Mesquita, a quem jà nos referimos ao falar do poeta Roberto de Mesquita, a paginas 327 deste nosso trabalho.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira do Magistério secundario, obtendo despacho depois do seu concurso, como professor do segundo grupo do curso geral, para o Liceu Nacional de Vizeu, onde alcançou justificado renome, pelo seu saber e seriedade.

Já em estudante, na sua Faculdade, marcara com destaque o grau da sua inteligencia, e o seu aturado estudo e espirito critico. E foi por isso que anos depois,

1) Vid. Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra, por Antonio Maria Seabra d'Albuquerque, ano 1872-1873, paginas 48, ano 1878 e 1879, paginas 34.
Album Açoreano paginas 113, Correio dos Açores numero 218.

ao formar-se a Faculdade de Letras na sua velha Universidade, o foram procurar a Vizeu, para ocupar a cátedra de Mestre na disciplina «Filologia Germanica» e ainda interinamente nas cadeiras de literatura Inglêsa e Francêsa.

O escritor Açoreano, Marcelino de Lima, que foi seu intimo, num prefácio ás *Almas Cativas* a que tambem já nos referimos nêste nosso trabalho, diz que Carlos de Mesquita foi um «Espírito agil, tanto ascendia ás subtis feminilidades artisticas, como se infiltrava sem vacilações nos mais obscuros labirintos humanistas. Dissertava com igual sagacidade critica, quer a proposito dum poema, dum principio filosófico, ou dos pensamentos arquitecturais duma cátedra, quer ácerca duma tela de Reynolds ou dum bronze de Rodin. Organização verdadeiramente enciclopédica. E era subjugador ouvi-lo, conquistar, por isso, cimo de destaque na roda dos intelectuais dentro da qual foi comparado por alguns a Carolina Micaëlis».

Morreu novo, morreu quando começava a produzir do muito que recolhera até então: foi seguramente uma grande perda para a Faculdade e para os estudiosos, que Carlos de Mesquita era um Mestre que honrava as velhas tradições da Universidade, a que ele tanto orgulho tinha de pertencer, agora como Mestre e antes como aluno.

Conhecemos uma só obra dele — *O Romantismo Inglês* — mas sabemos que ha muitas produções suas, dispersas em jornais e revistas e até produções em verso que muito o nobilitaram.

O Romantismo Inglês — primeira parte, origens, foi publicado, na Revista — *O Instituto* — de Coimbra, e de que o autor tirou uma separata. Imprensa da Universidade 1913.

A este seu trabalho chamou-lhe «tosco embrião dum futuro livro»; pena é ter o seu autor falecido tão cedo para nos dar, como era de esperar, o trabalho completo do seu estudo.

Não é facil definir o que seja *Romantismo*. Ele mesmo diz: — «*Romantismo*, como todas as expressões que designam épocas literárias, como *Renascença*, como *Classicismo*, é pouco mais do que uma alcunha, no genero dessas que em todos os Países se dão aos partidos politicos e que decerto exprimiam pitorescamente a feição delles que mais impressionava os contemporaneos. Mas decorrem anos, decorrem séculos e a alcunha pitoresca transforma-se aos olhos do historiador numa etiqueta convencional, aceita por comodidade, por transigencia com a nomenclatura tradicional, mas cobrindo agora um conteudo infinitamente mais rico do que aquêle a que o inventor se destinava. O que para este significava um ridiculo ou um estigma odioso aos seus adversarios, significa para nós um complexo movimento social que é impossivel deduzir da significação do apodo.

E' o que sucede ao termo — *Romantismo* — e aos outros congenéres em história literária».

Divide esta primeira parte do seu trabalho, depois da Introdução em seis capitulos:

1) *Os Augustans* — periodo na história literária da Inglaterra, conhecida pelo nome de — *Augustans ou classicos* — «titulo de nobreza com que os escritores dessa época se condecoravam, querendo com ele exprimir a perfeição literária reinante, a comodida correcção, a verdade absoluta e definitiva na expressão da beleza que julgavam ter atingido».

2) *A influencia de Milton e o sentimento da Natureza.* — Estuda a poesia de Milton e dos poetas que o

seguiram, e vê que ela é caracterizada pelo gosto pelas paizagens graves, pelas horas crepusculares e nocturnas, aspectos orientais e florestas despidas.

3) *A poesia das ruinas; a renascença gotica; a influencia de Spenzer.*

A geração que se comprasia naquela voluptuosidade melancólica que ele estuda no capitulo anterior, leva os poetas, naturalmente, á simpatia pelas ruinas e atrai-os para os claustros e para a luz solene e religiosa dos templos.

E' um capitulo grande, onde depois de falar na renascença gotica, esplana a escola de Spenser e a muita influencia que teve na ressurreição do sentimento da natureza.

4) *O Romance Gotico.*—Descreve *The Castle of Otranto,* um pequeno romance que apareceu impresso na Inglaterra em 1764 e que em seguida ao titulo trazia a etiqueta—*A Gothic Stony.*

E' uma narrativa fantastica, que se passa no castelo de Otranto, começando a descrição pelas nupcias do unico filho varão do principe reinante.

Este romance como todos os que apareceram no seu genero, alcançaram maior esplendor nas obras de Clara Reeve, que nasceu em Londres, precisamento no ano do aparecimento do The Castle of Otranto.

5) *O espirito antiquário*—em que esplana diversas obras literárias para demonstrar os progressos na literatura inglêsa do «espirito antiquario» apresentando entre outras a colecção de romances populares.

6) *The Marvellons boy.*—Descreve a vida de Thomás Chatterton—«The Marvellons boy»; bastante curta

foi ela que durou apenas 18 anos, mas o suficiente para deixar uma obra poética que bastante influiu na literatura Inglêsa.

A terminar este seu estudo, anunciou a segunda parte do «Romantismo Inglês», que infelizmente não chegou a dar á publicidade.

ANTONIO DA FONSECA CARVÃO PAIM DA CAMARA.—Nasceu na Ilha Terceira no dia 21 de fevereiro de 1864, filho de Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, formado em ciencias naturais pela Universidade de Bruxelas, 2.º Barão do Ramalho e D. Maria Domitília Betencourt Teixeira de Sampaio de Almeida Monjardino; por ambos os lados descendente das melhores e mais ilustres familias Terceirenses.

Faleceu na cidade d'Angra, onde então vivia.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, abriu banca de advogado em Angra, onde tambem e mais tarde alcançou o logar de Conservador do registo predial, desempenhando varios cargos electivos e o de Administrador do Concelho e Governador Civil do Distrito de Angra do Heroismo.

Por decreto de 21 de fevereiro de 1901 foi nomeado professor e director da Escola de habilitação ao Magistério primário, marcando de uma maneira frisante de bom nome a sua passagem na regencia da cadeira de Pedagogia, que estava a seu cargo.

Entre os trabalhos literarios, que publicou em jornais, na sua Ilha, mencionamos os dois seguintes livros que serviram de texto na cadeira que regeu na referida Escola:

Apontamentos para lições de pedagogia—teórica e prática. Imprensa Municipal, Angra, 1902.

Diz-nos o autor que havendo sido nomeado professor e director da Escola ne habilitação ao magistério primário de Angra e tendo de reger a cadeira de pedagogia, que não tinha livro que lhe agradasse, fez em apontamentos a primeira regencia da cadeira.

Depois teve a boa orientação de publicar os seus estudos, o que não tem feito a grande maioria dos mestres, que, por medo e por ignorancia, se acobertam com simples apontamentos ditados nas aulas não perfilhando a matéria quando se descobre uma tolice. Na introdução trata o autor da educação sob o ponto de vista geral, seu objecto e fim; objecto e fim da pedagogia, relação entre a pedagogia com a psicologia e com as demais ciencias morais.

Sobre educação intelectual, diz:

«Na linguagem usual diz e com razão Mr. Compayré. que a palavra educação fora reservada para significar a formação dos costumes e do caracter.

«O objecto da educação propriamente dita, quando a comparamos com a instrução, é a cultura da vontade e do coração em oposição á da inteligencia. Ha contudo uma educação intelectual diversa da instrução, posto que a compreeenda e dependa dela em grande parte. O espirito é a parte principal da natureza humana e a educação deve ser dirigida ao intimo do homem.

Ninguem duvida de que a inteligencia e as faculdades interiores devem constituir matéria de educação, com mais razão ainda do que as potencias fisicas».

EXPLORADORES E ESCRITORES DE VIAGENS

Intrépidos, valorosos, cheios de fé e de amor da Patria, lá vão, passo a passo desvendando das trévas o caminho para a civilização.

E' verdadeiramente um sacerdócio, não os amedronta os rugidos do mar, os päntanos, as febres e a ferocidade dos animais; fazem tanto caso da vida como da morte, porque lhes toma o peito uma chama que os fortalece e a sua alma vive numa ansia de goso a cada passada que dão no desconhecido.

A grande preocupação é desvendar o ignorado, trazer á ciencia um conhecimento, ainda que isso seja a troco da propria vida que arriscam de quando em quando, num sorriso.

Não são muitos, os filhos dos Açores, que se lançaram nesta aventura gloriosa, honrando a Fé e a Patria, mas os que tivemos são oiro de lei. *Beijamo-lhes as mãos de agradecidos.*

BENTO GOES. — O coadjutor da Companhia de Jesus, que tomou este nome ao alistar-se no batalhão de Santo Inacio de Loiola, nasceu nesta Vila-franca do Campo, nesta Ilha de Sam Miguel, no ano de 1562, seguindo os registos da Companhia sem outra indicação.

Mas foi o escritor Açoreano, José de Torres, que num seu pequeno trabalho histórico sobre aquêle veneravel Irmão, nos revela o nome que no Mundo tinha, Luiz Gonçalves; e na verdade no velho arquivo da Igreja de Sam Miguel, de Vila-franca, se encontrou o assento do baptismo daquêle nome, do teor seguinte:

«*Oje que são outo, diggo, nove do mês de agosto da era de myll e quynhêtos e sesêta e dous bautysou o padre Symão pymêtell, pregador nesta ygreja a llois f.º de Manoel Güs e M.ª . . . . e foram padrynhos p.º de freitas e dona Guio . . . e Ysabell Fern.s e a part.ª . . . E por verdade . . .*

S. pymêtell.»

Bento de Gôes, nasceu pois em 1562, na sua juven-

tude viu tombar a independencia da Patria á força de Castela e ás divergencias dos Portuguêses.

Assistiu, sem duvida, a essa hecatombe que se desenrolou nos mares da sua terra entre as esquadras Filipistas e Antonianas, que veiu ter o seu epilogo na forca levantada na praça do pelourinho, ali ao lado dos Paços Municipais.

Seria Bento de Goes, na sua mocidade, tambem Filipista? ou arderia o peito em entusiasmo por D. Antonio?

Estiveram muito divididos os campos politicos de Vila-franca, por esta ocasião; se nos Paços do Concelho Jeronimo d'Araujo arrastou pelo chão a bandeira de Castela que estivera hasteada no mastro real e hasteou o estandarte de D. Antonio, significando o ódio que tinham aos estrangeiros, que os queriam subjugar, o capitão Alexandre, Jordão Jacome Corrêa, capitão-mór. das ordenanças de Vila-franca e filipista de coração, vigiava as manobras navais entre as esquadras que se batiam e conhecedor da victoria de Castela, desceu á Vila, tomou-a das mãos dos vencidos e recebeu com festas os enviados de Castela.

E toda a gente se fez filipista!

E' de supor que o jovem Luiz Gonçalves não fosse estranho ao movimento que se operava na sua terra e foi talvez sob o patrocinio do Capitão Alexandre que ele se alistaria nos batalhões dos portuguêses que seguiram para a India, onde batalhou primeiro como soldado da patria, depois como soldado de Cristo.

Conta-nos o Padre Fernão Guerreiro, historiador dos feitos dos portuguêses na India, que Luiz Gonçalves numa resolução muito pensada, abandonou o exército, onde vinha trabalhando e correu a alistar-se na Companhia de Jesus, que tinha a sua casa junto a uma Ermida, na

povoação de Travancor, no ano de 1588, tendo 26 anos de idade. (1)

Foi a capital do reino de Travancor, que tinha por limites a O. e ao S. o mar das Indias, a E. os Ghates ocidentais.

Actualmente a capital deste reino é Trivanderam e está sob a soberania Inglêza desde 1809.

Foi então que trocou o seu nome oficial pelo de Bento de Goes, não passando porém de simples coadjuctor da Companhia, mas, ainda assim, nesta pobre posição, soube alcançar considerações pela sua inteligencia e pela capacidade com que dirigia qualquer trabalho de que era encarregado, conquistando a simpatia e confiança, não só dos seus superioros, como a de todos os magistrados do Governo português e até dos Reis Asiáticos.

A sua principal estadia foi na Missão do Mogor, onde havia tres Padres da Companhia de Jesus.

As terras e o imperio do Gran-Mogor, eram dos maiores de todo o Oriente, habitados por Mouros e Gentios.

A cidade principal era Lahor, nome da provincia que era uma das melhores [illegible] Imperio, que tinha por limites ao N. o Cachemire, a E. o Tibete, a O. o Kabul e ao S. o Moultan.

Em Lahor tinham os Padres Jesuitas uma Igreja e casa onde moravam, tendo porém junto do Gram Mogor dois irmãos, um dos quais, por muito tempo foi Bento de Goes.

Este Gran-Mogor era homem já bastante idoso, gentio na seita e devoto do Sol, a quem adorava como sendo criatura de Deus. Entre dia-noite, resava-lhe dez mil orações, por um rosario que tinha de pedras preciosas, da melhor agua conhecida: rubis, diamantes, perolas, topá-

1) Relação anual das cousas que os Padres Jesuitas fizeram na India, pelo Padre Fernão Guerreiro.

zios e outras que ao todo prefaziam a conta de mil e quinhentas.

Diz Bento de Goes numa carta ao Padre Superior de Goa, que só as contas dos extremos do rosario valiam um conto em oiro.

Era homem arrogante, vaidoso, deixava-se adorar como se fosse um Deus, infundindo assim mais prestigio e autoridade aos gentios.

Por este tempo chegou a Lahor, vindo de Goa um português que se alojou em casa dos Jesuitas, que o levaram ao Gran-Mogor, que com certa altivez lhe disse que era seu intento tomar Goa aos portuguêses.

—Diz Vossa Alteza, respondeu-lhe o português, que tem os portuguêses em tanta reputação, que os tomará a seu salvo: digo-lhe eu agora, que ainda que os portuguêses fossem galinhas sempre lhe haviam de picar.

—Mas eu não quero vir ás mãos com eles, respondeu-lhe o Mogor, quero-os tomar á fome.

—Senhor, voltou o português, Vossa Alteza está concertado com eles, porque também dizem que o hão-de tomar á sede.

O Gran-Mogor riu do espirituoso português, mas na verdade o seu sonho dourado era tomar Goa aos portuguêses.

Foi então por este tempo, que o Gran-Mogor mandou a Goa um seu Embaixador, a testemunhar como no seu reino eram tratados fidalgamente os portuguêses e junto desse Embaixador, como enviado especial, veiu o irmão Bento de Goes, seu valido particular, que isso mesmo certificava.

Falava-se então muito no Catayo e na Cristandade que se suponha lá existir, havendo não só na India, como em toda a Europa o desejo imenso de se descobrir esse reino e conhecer de facto o seu povo.

Nicolau Pimenta, visitador ao tempo das Missões da

India, entusiasmou-se com a solução de tão importante problema; dizia-se ser um extenso Imperio de cristãos, sem se saber ao certo onde ficava, divergindo muito as opiniões.

Queriam uns fosse o Império de Preste João do Oriente, que por ordem de D. João II fora mandado descobrir por terra, antes que os portuguêses lá chegassem por mar; outros porém entendiam que devia ser o Reino de Abexim.

Corria tambem a tradição que o Rei de Catayo, quando cavalgava, levava ante si tres cruzes, uma de oiro, que tomava o logar de honra, a segunda de prata e a ultima dum metal ordinario. Dava por nome de Jonas e tinha superioridade sobre todos, tanto no espiritual como no temporal.

Que esta cristandade, dizia-se ainda, descendia dos discipulos do Apostolo S. Tomé, que lá haviam ido prègar o Evangelho, convertendo muita gente, que lá ficou a viver na pureza da fé, até que alguns Imperadores desse Reino, na ambição de conquista, haviam chegado ás portas da Siria e da Terra Santa, trazendo de lá alguns cristãos infeccionados com a heresia de Nestorio.

Estava reservado para Bento de Goes tão importante emprêsa, eleia ser «o encarregado heroico da dificil missão, de abrir o caminho continental, então de todo desconhecido, da India ao Catayo».

Bento de Goes aceitou a incumbencia, confiava em Deus, ia trilhar atravez dessa Asia imensa em busca desse Catayo, desses irmãos em Cristo que dizia lá haver. E na companhia do Padre Antonio Machado e do Embaixador de Caygar, que iam para Agra, capital do Reino do Gran Mogor, partiu levando consigo Leão Griman, que lhe deram para seu companheiro, na viagem que ia empreender.

Demorou-se em Agra, recolhido no Colégio que os

Jesuitas lá tinham e onde estavam os Padres Jeronimo Xavier e Manuel Pinheiro, natural da cidade de Pontadelgada; e a 29 de outubro de 1602 depois de ter ido apresentar as suas despedidas ao Gran-Mogor que lhe deu mil e tantas rupias, para a sua viagem e em pagamento dos serviços que ele lhe prestara na embaixada que enviara a Gôa, dinheiro qne Bento de Goes repartiu com o Padre Jeronimo Xavier, para pagamento de umas dividas que o colégio ao tempo tinha, partiu enfim a caminho de Lahor, cidade onde tambem por vezes vivia o Rei.

O Padre Jeronimo Xavier aconselhou Bento de Goes, durante os dias que permaneceu em Agra, sobre a orientação na empresa que ia encetar. E assim ali mesmo aconselhou a que despisse o habito da Companhia, trocando-o pelo que usavam os Arménios, com cabáia e touca, traçado na cinta e arcos e frechas: e porque o cabelo e barba estavam demasiadamente crescidos, ficou com o aspecto de — Saide — parente de Mafamede, substituindo o seu nome pelo de — Banda Abedula — servo de Deus.

Recomendou-lhe mais o Padre Jeronimo Xavier, que não se alojasse mais nas casas dos Jesuitas, que encontrasse, para não se tornar suspeito e deu-lhe mais dois companheiros, além de Leão Grimam que Bento de Goes trouxera de Gôa, um mercador negro de nome Demétrio e um cristão Armenio — Ysac — que deixou mulher e filhos em Agra, para o seguir e foi o mais fiel dos servidores qnc teve Bento de Goes e o unico que chegou ao fim da viagem. De Agra a Lahor durou a viagem quarenta e um dias, tendo percorrido cem leguas, sem incidentes, hospedando-se em casa do Venesiano, João Galifeo, onde esperou pela *Cáfila* na qual se encorporaria, na sua viagem para o Oriente; e d'ali escreveu aos seus superiores da Companhia;

Ao Padre Vice-provincial.

«Foi nosso Senhor servido trazar-me a salvamêtc a esta Laor donde fico já de partida para as partes do Catayo, nam o quis fazer sem primeiro comprir com a obrigação devida, e escrever a V. R. para me despedir, delle e de meus amantissimos irmãos, que nessas partes do sul andão; parti de Agra aonde está o padre Jeronimo Xavier a vinte e nove de Outubro, ao têpo que d'elle me despedi e do padre Antonio machado, despi tambem a roupeta que trazia, para vestir os trajos da terra, elles são os que trago agora, não sei encarecer a V. R o que dizia a sua alma o novo peregrino de Jesu Christo quãdo se vio, nestes trajos tam estranhos, e quãdo me depedi dos padres que toda aquella noite estiverão comigo, aqual toda se gastou em doutrina, e enformações do que avia de fazer, despedime delles com grande sentimento, e comecei loguo a caminhar para Laor, hüs me tinhão por *saide*, que quer dizer parente de Mafamede, outros por grande no Reyno de Meca, mas não sabiam estes miseraveis as escolas em que tinha aprêdido este peregrino.

Seja o Senhor cõ tudo louvado.

Cheguei a Laor aos outo de Dezembro dia da conceição de nossa Senhora, não me fui para nossa casa aonde está o padre Manoel pinheyro e o padre Corsi, porque trazia por regimento que não fosse lá, fiz a saber aos padres da minha chegada, foime ver o padre Manoel pinheyro com muyta mágoa do seu coração, por me nam poder fazer os agazalhos, que nossa companhia costuma, fico agora em casa de hũ Venezeano por nome João Galifo, e daqui me vou negoceándo com titulo de mercador, para maior dissimulação, ando com uma barba que me dá pellos peitos, e o cabello comprido conforme ao costume da terra. Tudo, padre meu, se faz por amor daquelle senhor que tanto nos amou e padeceo por nós; peço

a V. R. que quando esta ler me diga hûa missa a nossa senhora da victória, para que me dê contra todos meus inimigos e trabalhos que pordiante tenho, e o mesmo peço a todos os padres e irmãos dessas partes, porque bem sabem que sou mandado em meio de tantos lobos capitais inimigos da nossa sancta fé: mas vou muyto confiado, em as santas orações de meus padres e irmãos charissimos; o nome que agora tenho he Banda Abedula, que quer dizer servo de Deos, este nome me poz o padre Jeronymo Xavier, quando dele me parti. A minha chapa que nesta carta vai he de um anel que trago no dedo, conforme ao costume da terra.

El-Rey me fez muytas charidades, com me dar grãde parte de minha sostentação para este caminho, paguando-me tambem todo o tempo que estive na India, que foram alguns mil e tantas rupias, com que os padres pagarão algumas dividas e eu os gastos que fiz da India até Agra, Deos o faça christão, que he o melhor bem que lhe posso desejar nesta vida. Resta somente dar um grande abraço a V. R. e aos meus charissimos padres e irmãos dessas partes, a paz de Jesu Christo fique com elles e vá comigo Amem, de Laor a 30 de Dezembro de 1602».

Nas vesperas da partida desta cidade de Lahor, a 14 de fevereiro de 1603 escreveu Bento de Goes ao Padre Jeronimo Xavier a carta que transcrevemos:

Ao Padre Jeronimo Xavier:

«Respondo a carta de V. r. acerca da despedida que teve com este seu irmão, certo padre meu que quando a comecei aler foi tanta a ternura do meu coração, com que a hia considerando que só nosso Senhor o sabe, faz V. r. bem de esforçar este pobresinho com semelhantes cartas, doutrina e conselhos, não posso deixar de dizer

aquelas palavras que o Apóstolo sam Paulo dizia. *Vivo eu, mas já não eu, mas vive em mim Christo*, porque considerando elle á doutrina e palavras do mesmo Christo. veo a dizer tantas maravilhas em suas epistolas. Pois v. r. sabe tanto das sagradas escripturas, não deixe de regar esta terra seca e tão necessitada das influencias do Ceo, para que possa dar e trazer fruito das partes do Cataio, onde sou por obediencia enviado, e ainda que a nossa companhia de Jesus, quiz fundar hũ edificio tam grãde, em alicerses que demandava mais altura, comtudo encostarmeei á sagrada escriptura que diz *potens est Deus de lapidibus istis, etc,* padre meu Jeronymo Xavier. Padre meu fiquesse vossa R. embora, de cá donde estou e donde quer que for, sempre me lanço a esses pés sem nunca deles me levantar, beijando-os muytas vezes e pedindo perdão de minhas faltas a minha alma deixo posta na mão de V. r, e em seus santos sacrificios feita hum sacrificio vivo, diante da santissima trindade, permitirá Jesu Christo que ainda estes meus olhos viram nesta vida a. V. r. e então poderei dizer o cantico de Symeam, já agora senhor deixai ir vosso servo em paz, e se mais nos não virmos, o que primeiro for gosar da bemaventurança, seja medianeiro diante de Deus para o outro, para que, assi esta minha nausinha possa escapar das tormentas e tempestades desta vida.

Tanto que chegou o senhor Leão Grimão, meu cõpanheyro, com que vou muito contente e alegre, loguo determinamos de nos por a caminho, já temos tomados os camelos e partirnosemos até Domingo, porque oje, que é a primeira sexta feira da quaresma passamos o fato á outra banda do rio onde está a Cáfila que vay para Cabel; levo as lembranças e regimentos que V. R. me mandou, cõ a minha patente e a carta para os do Catayo, e outra para os nossos Padres que residirem na China. no Paquim; levo tambem a lembrança do Senhor Arce-

bispo de Gôa, que trata acerca dos scismas, que averá entre aquelles christãos; levo mais hum papel em que vão escritas todas as festas mudaveis até ao ano de mil seiscentos e vinte. Vou muyto bê negociado, não falta mais que sacrificios e orações dos padres e irmãos da India e Europa, aos quaes v. r. por amor de Deus escreva e peça me encomendem a Deus, levo mais a forma e nome do nosso reverendo padre Geral sobre a minha cabeça, acõpanhada com os meus votos que tenho feyto a Deos e a toda a corte celestial; levo tambem a firma de V. R. e a do Padre Bobadilha, e a dos padres Visitador Nicolao Pimenta e Provincial Nuno Rodrigues, e tudo isto levo a modo de reliquayro de Mouros, metido, entre a touca, em meu peyto levo hûa Cruz com dous Evangelhos de S. Joam. *In principio erat Verbû*, e outro de S. Marcos—*Euntes in mundum universum*, estas são as armas de que vou armado, peço muito a V. r. escreva a meus irmãos noviços para que fação oração por mi continuamente, aos quais amo muyto, pella grande communicação, que tem com Deos nosso Senhor. E por ser jardim que he continuamente regado com as graças do ceo sendo elles tão mimozos e tanto de sua cámara, forçadamente hão de ser ouvidas suas orações, e penitencias. Padre meu he necessario começar a caminhar, pello que dou fim a esta carta não no dando nunca minha alma ás lembrãças de V. r. aqual com todos seus sentidos, jámais se poderá apartar de tanto amor e charidade quanto V. r. sempre mostrou a este seu irmão Bento de Goes, especialmente nesta sua partida dãdome tantas advertencias, como experimentado e visto em trabalhos, porque quem os não tem passado, nam poderá nunca atinar com semelhante cousa, despidome de V. r. no exterior, pedindo-lhe me lance sua santa bençam, não me despedindo nunca no interior. De Laor a 14 de Fevereyro de 1603.

A cafila em que partiu Bento de Goes de Lahor, levava cerca de quinhentas pessoas com suas respectivas bagagens: grande era pois a marcha atravez desses longos caminhos, quasi intransitaveis.

Distante já cento e tres couces, que são milhas, respondeu Bento de Goes a uma carta do Padre Manuel Pinheiro, que residia em Lahor, que transcrevemos:

Ao Padre Manuel Pinheiro:

«A de V. r. feyta em quatro de Março, com novas do Reino recebi em sete deste mes, nam posso declarar a alegria que minha alma sentiu cõ ella, e deste sentimento e das saudades que levo: nam pude deixar de chorar muytas lagrimas, causadas todas de amor que tenho a meus irmãos, dos quaes me lembro todos os dias n'esta soledade, e tomo por grande recreaçam minha lembrarme de suas cousas para minha alma ficar fomentada no espirito, em que algũ tempo se recreava e como o caminho é trabalhoso e enfadonho e eu não posso correr tanto com as obrigações exteriores de me encommendar a Deus, vio no interior de algumas jaculatorias, falando com Deus o qual sinto me dá esforço para levar esta cruz, a qual porventura nos olhos das gentes, parecerá muy carregada, mas a mi me vae parecendo muyto leve e suave, pois he tomada puramente pello creador de todas as cousas, ao qual offereceu tudo para sua gloria e honra. Nós até agora jejuamos, e o nosso comer não he se não á noite, posto que com grande custo nosso, o comer não é se não um pouco de arroz com manteiga e Apas de carregação e algũas sebolas e quando comemos um pequeno de peixe salgado, do que la sequey, he grande mimo, os frios são muyto grandes porque imos correndo as serras que estão encobertas de neve, mas de todos estes trabalhos os quaes levo com muy suavidade faço participante a V. r. e a todos os mais companheiros

que nesta missam andamos; nos santos sacrificios de V. r. Etc.

Desta provincia do Gaçar cêto e dous couces de Laor.

Quatro meses depois de sair dacidade de Lahor, chegou a Cáfila a Pampur, onde ficou vinte dias em descanço, por assim necessitarem os animais e o capitão precizar comprar outros, para proseguir na viagem.

De Pampur seguiram para o Afghanistão, levando vinte jornadas, descançando ali vinte dias e levando mais d'ali vinte e cinco chegaram a Ze. . . .

Os caminhos empestados de ladrões, de esconderijos e precipicios tornavam a jornada dificil e perigosa.

Em vinte dias chegou a cáfila a Kabúl, que foi a capital de Afghanistão, importante pelo seu comercio e rica em palacios sumptuosos, conhecida por Ortospana ou Cabura, passou depois a capital da Kabul.

Nesta cidade demorou-se a cáfila oito meses, pois que alguns companheiros se haviam perdido, entre os quais os dois companheiros gregos, que os Padres Jesuitas haviam dado a Bento de Goes, o Demetrio e Leão Griman. Durante este tempo, o que é natural, travou relações com muitos dos naturais da terra, inclusiva com Abchanam — mãe do Rei do Cão e irmã do Rei de Cascar.

Esta senhora havia sido roubada, ficando ao tempo reduzida á pobreza, e foi então que Bento de Goes a procurou e lhe pôs á sua disposição a sua bolsa, que a a Rainha aceitou com muitos agradecimentos, admirando-se os companheiros da cáfila, como era desprendido dos bens da terra, aquêle mercador que dava pelo nome de Banda Abedula.

De Kabul partiram para Characar numa jornada comprida, em que Bento de Goes adoeceu gravemente, sendo tratado com desusado desinteresse pelo seu unico companheiro, Isac; e mal restabelecido de tão grande

febre, partiu para Calcia, numa jornada de quarenta e cinco dias.

Chamam ao povo desta região — Ctchá — tem os cabelos ruivos e louros, parecendo oriundos da raça norte-europôa.

Daqui partiram para Talthan (Talikhan) numa viagem de vinte e cinco dias, cheia de perigos, pela abundancia de quadrilhas de ladrões, que apareciam por todas as encruzilhadas.

Bento de Goes foi atacado por uma, quando se havia adiantado da sua cáfila para orar; atirou-lhes com um saco de couro pesado do seu recheio, desatando os ladrões numa correria para o sitio onde a bolsa caira e abrindo-a para dividirem entre si o seu recheio, encontraram somente algumas pedras pesadas.

Bento de Goes no entanto recolhia-se á cáfila, que se preveniu a qualquer cilada dos quadrilheiros; e seguiram sua jornada para Yakaik, logar que fica a oeste de Metrópoli, cidade do Reino de Cascar, conhecida pelo nome de Yarkand, onde ficou com o seu companheiro Isac cerca de um ano, despedindo-se da cáfila em novembro de 1603.

Começou a ser publico então, estar ali um *Arménio Rume* (Romano) que não seguia a lei de Mafamede (Mahomet) e queixaram-se ao Rei que mandou inquirir o caso por um seu Vasil — (Capitão).

O que mais prendeu a atenção do Vasil foi o *diurnal e uma Cruz* que Bento de Goes trazia pendente:

— De que serve isto?

E Bento de Goes dissertou sobre a religião de Cristo, que o Vasil admirou e de tudo fez relato ao seu Rei; e na visita que Bento de Goes nesse mesmo dia lhe fez, levou como era uso, varios presentes: um espelho grande e tres pequenos, um pano de seda para o seu estra-

do, um outro branco, rochado; tres pães de açucar e uns poucos de confeitos.

O Rei quis que ele lhe mostrasse as reliquias da sua religião, e então Bento de Goes com muita devoção desenrolou o diurnal e pondo-o sobre a cabeça, depois de o beijar, o levou ao Rei, que o recebeu repetindo o cerimonial e admirando-se de haver letra tão miuda e bem feita:

— Sabes lêr por esta letra?

E Bento de Goes abriu-o novamente, ao acaso, leu:

Viri Galilei quid statis aspicientes in caelum.

E dissertou longo tempo sobre esta Antifona da Ascenção do Senhor. (1)

Dias depois da chegada de Bento de Goes a Yarkand houve a noticia que se aproximava da cidade a Rainha Ahchanam, que havia deixado em Kabul, irmã daquele Rei; dois dias depois foi visitá-la, sendo recebida com demonstrações de regosijo, por se saber agora que aquele Arménio Rume, fora o salvador daquela Rainha.

O filho do Rei do Cão, que viera ao encontro de sua mãe, numa viagem de oito dias, abraçou-o, não consentindo que ele lhe beijasse os pés, como era uso para com os Reis e levou-o para a sua cámara, como seu familiar e depois para o seu Reino, onde o teve alguns tempos.

Quer em Yarkand, onde mais se demorou, como no Reino de Cão, se esforçavam os naturais para o trazer para a lei de Mafamede e em frente de tantos esforços e tamanha resistencia, um dia, o Rei de Yarkand disse a um seu Ministro que novamente insistia com Bento de Goes para que «fizesse o Salema a Mafamede para que se salvasse».

1) Da carta que Bento de Goes escreveu ao Padre Jeronimo Xavier, da cidade de Iarkand.

—Podeis dar-lhe com um malho na cabeça, que não tenhais medo que ele deixe a sua Lei.

Depreende-se de tudo isto claramente que o Irmão Bento de Goes vivia naquela cidade de Yarkand muito protegido por todos e mui principalmente pelo Rei; mas andava bastante cansado de tanto esperar pela cáfila que o havia de levar enfim ao ambicionado Catayo.

Pediu ao Rei por isso que o auxiliasse na realização daquêle seu desejo, pelo que o Rei o recomendou a um Embaixador que ia para aquêles lados, que só podia levar setenta e duas pessoas e assim só com bons presentes ao Embaixador é que Bento de Goes conseguiu pertencer áquele numero com o seu companheiro Isac, recebendo o Embaixador, duzentas mãos de almiscar, obrigando-se a levá-lo d'ali até ao Catayo.

Mas Bento de Goes andava animado porque o Embaixador lhe assegurou que havia anos, por ali haviam passado uns viajantes da sua religião; e mesmo em Yarkand Bento de Goes havia encontrado uns papeis pintados que diziam haviam vindo de Catayo, representando um homem com um barrete na cabeça e uma Cruz sobre o mesmo barrete e outro em pé, diante dele com as mãos postas e crusadas.

Tambem tinha encontrado umas porcelanas pintadas com um Frade de S. Francisco, com seu cordão dependurado e na cabeça em modo de circilo, barba comprida, como usavam os Chinas; e a essa gente uns chamavam os Çafáros, isto é, gente sem lei e outros Frangues, nome que dão aos Portuguêses e Cristãos.

Mas em Yarkand teve Bento de Goes relações de amisade com o Rei do Tabete—Gombuna Miguel, que ali estava cativo havia tres anos. Por mimica, pois que o Rei não sabia pérseo, a lingua ali falada e conhecida de Bento de Goos, disse-lhe que no seu Reino havia um *Angil* (Evangelho).

Mas entre a comitiva deste Rei havia um Fisico, com quem Bento de Goes falava e que muitas notas lhe deu deveras interessantes:

Na nossa religião, disse-lhe ele, não ha circuncisão como na de algnns outros povos, porém ao oitavo dia do nascimento de qualquer criança, tem os pais que o levar ao Botethana (Igreja) para que o Itolam (Padre) o lave e lhe ponha o nome.

E preguntou-lhe se havia muitos Padres nessa Igreja.

—Sim, o Padre grande (Cungão) tem mitra na cabeça e o seu vestido é a modo de casula, e ha muitos outros Padres a ele subordinados.

Sobre regras de higiene disse:

—Ha um jejum grande, que dura quarenta dias; que só comem á tarde e não bebem vinho, nem comem carne e no fim dos quarenta dias fazem a sua festa.

Os Padres viviam sós, não podiam casar e que na outra vida havia oito infernos e trese paraizos, os infernos para se pagarem as culpas que por este mundo se fazem e os paraizos para nele se gosarem dos diversos prémios. (1)

A 14 de novembro de 1604, partiu enfim o irmão Bento de Goes de Yarkand, levando de El-Rei credenciais de Embaixador para os Reis vizinhos, que bastante lhe facilitaram a viagem.

A 156 couces de Yarkand entrou a cáfila em Akson, onde reinava um principe de pouco mais de doze anos, sobrinho do Rei de Yarkand, a quem Bento de Goes visitou, presenteando-o com muitos brinquedos proprios da sua idade, dando-lhe o Rei livre passagem para o Oriente.

De Akson, seguiu caminho para Cucia, obrigando-o os

1) De uma carta de Bento de Goes, escrita de Yarkand ao P.e Jeronimo Xavier, em 2 de fevereiro e agosto de 1604.

muçulmanos a pagar um pesado imposto, por ser cristão.

De Cucia dirigiu-se para Chalis (Tchalis); reinava nesta cidade um filho natural do Rei de Yarkand, que perante as credenciais de seu pai o protegeu, pedindo-lhe que discutisse com os doutores do seu Reino, sobre a sua religião.

—Eu bem reconheço—disse-lhe o Rei—os cristãos como verdadeiros misermans (fieis); entre os meus ascendentes tive alguns que seguiram a vossa Religião.

Bento de Goes, já estava capacitade que a existencia da Religião Cristã no Oriente era verdadeira, mas tambem que ela já se achava confundida com a dos mahometanos e tinha tomado um novo aspecto.

Foi nesta cidade tambem que Bento de Goes recebeu a noticia dada por uns Embaixadores que haviam chegado do Catayo, que em 1601 tinham falado com o Padre Mateus Ricci, na costa de Pachim (Cambuluc, que era muito querido do Rei, que lhe recebera presentes de valor, como o de um relógio, um cravo para tanger, retabulos etc.

Concluiu então Bento de Goes, o que vinha ha tempos suspeitando já, que Catayo e China eram uma e a mesma cousa, na India e na Europa é que julgavam ser Países diferentes e por isso caminhara ele através de tamanho território para resolver o problema.

De Tchalis, saiu Bento de Goes com seu companheiro Isac e alguns mouros em direcção á China, chegando a Camul (Khamiel ou Haim) a 17 de outubro de 1605 onde se demorou mais de um mês, chegando aos muros da China com mais nove dias de caminhada, onde esperou 25 dias de licença do Tutan, para poder entrar no território Chinês, indo enfim descançar em Sou-tcheon.

D'aqui escreveu logo ao Padre Matheus Ricci, dando-lhe parte da sua chegada á China e pedindo-lhe o rece-

besse no seu celégio, mas só dezasseis mêses depois é que recebeu resposta, trazida pelo Irmão da Companhia —João Fernandes, chinês, que tendo saido de Pequim a onze de dezembro só chegou a Sou-tcheou nos fins de março de 1607.

Bento de Goes estava ao tempo enfermo; os grandes trabalhos e canseiras que tinha passado desde a sua saida de Gôa no ano de 1601 até á sua chegada a Sou-tcheou em dezembro de 1605, tinham-no prostrado e ele sentia que ia deixar de viver. Foi pois para ele grande regosijo a chegada do Irmão João Fernandes, para em suas mãos entregar o resultado da sua exploração através do continente Asiático, numa extensão de oitocentas leguas em busca do Catayo que encontrou, que era a China já conhecida dos Portuguêses.

Dia a dia sentia-se definhar, bem sabia que só eram para o animar as palavras do Irmão João Fernandes, quando lhe dizia que só nas mãos do seu superior ele faria entrega da sua camoeira e do seu Roteiro através da Asia.

E na verdade a onze d'abril de 1607 falecia Bento de Goes—Banda Amedula—exausto da fadiga na resolução do problema que lhe fôra dado para resolver e que ele através de perigos, de muita canseira e da propria vida, por amor da Patria e abrasado da fé de Cristo, conseguiu resolver.

«Portugal teve em Albuquerque o heroe da conquista em Francisco Xavier o heroe da fé e em Bento de Goes o heroe da ciencia».

Quiseram os mouros que haviam acompanhado Bento, de Goes de Tchalis a Sou-tcheou, enterra-lo com o cerimonial do Alcoram, mas a isso se opôs o Irmão João Fernandes, alegando que Bento de Goes não deixara nunca de ser cristão.

Haviam tambem os mouros conseguido apoderar-se

do *Memorial-roteiro* que Bento de Goes fora fazendo da viagem e onde lançava os trabalhos e canseiras que passara, as despesas, as dádivas e os créditos que tinha, e rasgaram-lhe agumas folhas, supondo-se para que não se soubesse das dividas que eles tinham contraído a Bento de Goes.

Logo que o Irmão João Fernandes soubera disto, arrecadou os pedaços de folhas que restavam e tudo levou ao Padre Mateus Ricci, que conseguiu reconstruir todo o roteiro do Bento de Goes, tal como o contou na sua relação e nós seguimos aqui nesta rapida descrição, conjecturando-se o monumental livro que Bento de Goes escreveu, impresso passo a passo em terras estranhas, perigosas e sem recursos.

Somente dois seculos depois e já rodeados de notas auxiliares é que se conseguiu fazer uma nova derrota egual á que fizera Bento de Goes, só e desprovido do auxilio da ciencia.

ROBERTO IVENS. — Nasceu na cidade de Ponta-delgada no dia 12 de junho de 1850, filho natural de Roberto Brekespere Ivens, subdito britânico e Margarida Julia de Medeiros Castelo Branco, natural de Agua de Pau, que faleceu em Ponta-delgada, tuberculosa, a 21 de setembro de 1853; faleceu Roberto Ivens em Lisboa a 29 de janeiro de 1898.

Aos oito anos de idade saiu com seu irmão Tomás para Lisboa, onde já estava seu pai e na capital seguiu os seus estudos que o levaram ao curso da arma de marinha, concluindo-o em 1870, passando, desde então, a andar embarcado, com pequenos intervalos, nos nossos vasos de guerra.

A sua tendencia pela exploração revelou-se durante a estação naval que fez em Angola, «Principiando por

um simples reconhecimento na Baía dos Tigres, subiu depois o Congo num escaler a vapor, da canhoneira Tamega, até Noki, proximo do sitio onde Stanley estabeleceu a primeira estação permanente, denominada Josefina, Neste reconhecimento levantou uma planta do Congo, entre Borua e Noki, fez os desenhos do natural da Ilha de Xinhala, na margem direita do rio, de Xinhime, povoação mais ao nordeste e do sitio dos redemoinhos de Fuma-Fuma, quasi sempre envolvido em espessas nuvens das evaporações do rio. Determinou depois a situação de duas grandes pedras que nas proximidades de Noki se encontram no rio e que só se descobrem quando as aguas vão mais baixas. A primeira tinha o nome de Diamante, á segunda deu o ilustre explorador o nome de Ametista».

Em 1876 começou a esboçar-se em Lisboa um plano de exploração cientifica no interior da Africa; Roberto Ivens que acabava de chegar duma comissão de serviços no mar da America do Sul, foi logo oferecer-se para tomar parte na expedição, mas porque começaram a aparecer dificuldades que ia portelando a sua organização, Roberto Ivens, avido sempre d'aventuras, e trazendo a Africa no seu coração, parte, a seu pedido, num navio de guerra que estava a sair do Tejo a fazer uma estação em Angola.

De regresso de Angola a Loanda no ano seguinte, 1877, recebeu aí a participação oficial de haver sido nomeado para a expedição encarregada da exploração de estudo e descobrimento no interior da Africa.

Partiu imediatamente para Lisboa e aí soube que os seus companheiros, Brito Capelo e Serpa Pinto, haviam já partido, pelo que voltou novamente á Africa a reunir-se a tão ilustres companheiros.

Serpa Pinto afastou-se dos companheiros no Bihé, e fez a sua temerária travessia através da Africa, nobili-

tando a nação portuguêsa; Roberto Ivens e Crito Capelo tomaram outro rumo para a contra costa.

A primeira viagem terminou em 1880: em 1883 realizou-se a segunda exploração que findou em 1885.

Procuraram, nesta travessia, os ilustres exploradores, iniciar uma obra de utilidade pratica para o comercio e industria daquele negro continente e na verdade os estudos que fizeram na nossa provincia de Angola, os subsidios que trouxeram á ciencia mereceram o aplauso das mais celebres sociedades de Geografia do Mundo e o nome imortal que grangearam.

Na travessia que fizeram, deixaram traçado o caminho comercial de Loanda a Moçambique numa extensão de 4.500 milhas das quais 1.500 de sertão nunca transitado por europeus.

«Nesta travessia perderam-se 62 homens entre mortos e extraviados. Por isto se pode avaliar a dificuldade dessa ousada exploração».

De regresso a Portugal em setembro de 1880, foram ambos os ilustres exploradores alvo das mais inequivocas demonstrações de estima, quer em Lisboa como no Porto que os quis receber e aplaudir; e os jornais interpretando o sentir da Nação escreviam artigos laudatorios e um deles fez gravar em letras de ouro:

«*Beijemos-lhe as mãos em nome da Patria*».

E outro acrescentava ainda:

«*Ensinemos os seus nomes ilustres aos mais obscuros sertanejos*».

O ilustre Jurista Dr. Manuel Duarte, a quem noutro logar nos referiremos, poeta mimoso, escreve sobre tão grande feito:

Eia A'vante

No cortejo civico de Capelo e Ivens.

Despertai, Portuguêses! que a Ciencia
despresou para sempre a indolencia
e condena a apatia!
Despertai ao coroar-se o Heroismo
no Templo sacrosanto do Civismo,
despertai nesse dia.

Levantai-vos do torpe abatimento
e caminhai a vêr o incitamento,
estimulo ao Futuro!
Apoteose brilhante dos Herois
que fulguram no Ceu quais outros Soes
em dia claro e puro.

Novos Leviatans da Humanidade
Conseguiram romper a escuridade
d'ignotas regiões!
E' por isso que Ivens e Capelo
recebem do Universo inteiro, um belo
concurso de ovações.

Roberto Ivens a proposito dos seus trabalhos de exploração e travessia no Continente negro, juntamente com o seu companheiro Brito Capelo, deu á publicidade os seguintes livros:

De Benguela ás terras de Iácca.—Descrição da sua viagem na Africa central e ocidental, na expedição organizada nos anos de 1877 a 1880, em dois volumes. Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.

Compreende este trabalho literário: narrações e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cu-nene, Cu-bango, Lu-ando, Cu-anza e Cu-ango e de grande parte do curso dos dois ultimos. Descoberta e descrição dos rios Hamba, Canali, Sussa e Cu-gho e uma larga noti-

cia sobre as terras de Quitica, N'burgo, Sosso, Futa e Jácca.

Descrevem uma caçada ao cavalo marinho:

«Os caçadores de cavalos marinhos, matam-os na época da estiagem, a tiro ou por meio de armadilhas. Tivemos ocasião de admirar uma destas, perto da lagoa T'chiconde:

Um poço circular de dois metros de diametro e um e meio de profundidade, aberto no terreno, tem no fundo e ao centro uma estaca resistente, aguda na extremidade e solidamente enterrada.

A abertura superior do poço, coberta de ramos e oculta por uma camada de argila dos terrenos proximos, não denuncia a existencia da cavidade inferior.

Durante a noite, os hipopotamos, dirigindo-se para terra, procuram uma clareira, entre o capim que cobre o terreno marginal. Encontrando então limpo e humido o solo que cobre a ratoeira, avançam para ele, e se desaba, num momento são vitimas da morta certa, na terrivel estaca que está a prumo».

De Angola á contra-costa.—Descrição da viagem que fizeram através do continente Africano; em dois volumes.

Imprensa Nacional de Lisboa, 1886.

Dedicou este trabalho a Sua Magestade o Senhor D. Luiz I, ao povo Português e ao Ministro Manoel Pinheiro Chagas.

Compreende diversas narrativas, aventuras e importantes descobertas, entre as quais figuram as das origens do Lualaba, caminho entre as duas costas, visita ás terras do Garanganja, Katanga e ao curso do Luapula, bem como a descida do Zambeze e do Choa ao Oceano:

No primeiro volume, que dividem em dezesseis capitulos, descreve Angola, seu aspecto, vegetação, terras

do interior e fortalezas: Chela Arriba, Huila, entre os Ban-Kumbi, Cu-nem e Cu-bango, Zambeze, lodaçais e lagos, vale Barótze, Libonto e Cabombo, e termina descrevendo a Fera Natura: considerações tristes, o deserto e o silencio, o leão e uma noite de poleiro.

«O viajante que efectua a partida da costa ocidental da Africa e na zona junta ao oceano, experimenta os primeiros rigores do clima, transudando sob um sol de escaldar, sofrendo as crueis impressões do tirocinio, nessa especie de adaptação economica que lhe perturba as funções e o volve como que em indolente e constante mau estar, considera o azul cordão das serras ao longo o seu permanente anhelo; a ideia de se guindar ás grandes altitudes o seu mais querido pensamento.

E tem razão porque aí tudo muda. O calor, as bonanças, os miasmas, o constrangimento enfim que tanto o agoniaram nas primeiras semanas, modificam-se, porque as terras elevadas, o ar fresco e os ventos reinantes o refrigeram e tornam á vida, constituindo-lhe, por assim dizer, um meio mais normal ou proximo do que existe na Europa».

No segundo volume descreve: Lualaba, a Tzé-tzé, Quinhonto, Garanganja, Bunqueia, Luapula, Zambeze, do Zumbo ao Oceano; em quinze capitulos.

Expedição cientifica no interior da Africa.
Casa da Sociedade, Rua do Alecrim, 1879.

E' um folhetim contendo diferentes quadros de observações meteorológicas e magnéticas feitas pelos dois exploradores H. Capelo e Roberto Ivens no interior da Africa, desde dezembro de 1877 a abril de 1878. (1)

---

(1) Vid. Arquivo dos Açores, Volume 8, pag. 221
Enciclopedia Portuguêsa ilustrada.

JOSÉ INACIO D'ANDRADE.—Nasceu na Vila do Porto da Ilha de Santa Maria, no dia 28 de outubro de 1779, filho de José Inacio d'Andrade e D. Eugenia Soares, ambos naturais d'aquela Ilha; faleceu na cidade de Lisboa, onde então residia, no dia primeiro de janeiro de 1863.

Seguindo a vida maritima, a que se dedicou desde rapaz, veiu a ser um distinto oficial da marinha mercante, navegando as mais das vezes nas costas da India e da China, onde conseguiu á custa de muito trabalho e risco de vida fazer fortuna.

Fixando, depois então, residencia em Lisboa, foi mais tarde eleito membro da Direcção do Banco de Lisboa e de Portugal, vereador do Municipio dessa cidade e seu presidente na gerencia de 1838 a 1839.

Tendo sido um bom marinheiro, foi tambem literato, e de certa nomeada, ao tempo; sabendo ler nas Cartas de marear e calcular uma derrota com inteligencia e segurança, lia tambem e recitava os nossos épicos, os nossos historiadores e romancistas.

As suas viagens e o conhecimento que por meio delas teve dos países orientais, deram-lhe assunto para as suas procuções literárias, onde se notam tendencias pronunciadas para o materialismo «e das suas doutrinas filosóficas um refllexo da escola sensualista, no seculo XVIII, de cujos mestres parece ás vezes mostrar-se adepto fervoroso e entusiástico».

As suas produções literarias são:

Memoria dos feitos macaenses contra os piratas da China e da Entrada violenta dos Inglêses na cidade de Macau.

Impresso em Lisboa, na tipografia Lisbonense de A. C. Dias em 1835.

Conhecemos a segunda edição, em oitavo de 161 paginas.

No proémio diz o autor:

«Quanto é arriscado escrever feitos gloriosos de homens que ainda vivem! Não só os seus inimigos, mas tambem os feridos de orgulho ou de inveja sairão a vociferar contra a mesma evidencia.

Ha quem julgue mais prudente calar as grandes acções dos homens em sua vida. Mas porque se ha-de recusar este prémio ás pessoas que o ganham a risco da vida e fazenda? Por se temer a mordacidade dos zoilos?

Eis a fraqueza que não tenho, transmitindo a verdade aos vindouros e dizendo o que fizeram os portuguêses dignos deste nome, se for censurado por alguns, louvarão outros o meu zelo».

Falando na navegação, na introdução do seu livro, diz que é o mais admiravel espectaculo que a industria humana tem dado ao mundo.

Divide o livro em duas partes:

Na primeira parte e em prólogo diz que «ao valor dos portuguêses deve o Imperio da China vêr-se livre dos piratas que por duas vezes pretenderam dominá-lo. A primeira foi obra dos Lusitanos do seculo XVI, a segunda, dos seus descendentes nossos contemporâneos».

Na segunda parte — «Invasão das tropas Inglêsas em Macau e sua retirada» — tambem no prólogo diz que «A virtude é o nexo da sociedade; e consiste em nos abstermos de fazer mal; não privar pessoa alguma das vontades que disfruta, dar a cada um o que é devido e promover a felicidade dos outros em geral. O homem só merece o nome de virtuoso, se contribue para a utilidade e segurança da sociedade».

Em varios pontos, da sua obra, fala do Ouvidor de Macau, Miguel Arriaga Brum da Silveira, Faialense e transcreve a poesia em que José Baptista de Miranda e

Lima cantou as suas virtudes, no dia 3 de junho de 1810.

«A' sombra da frondifera oliveira,
por ti ha tanto tempo, desejada,
(graças ao Creador Omnipotente)
te vejo, cara patria reclinada.

No pélago espaçoso que te cerca,
já não vê tremular hostis pendões,
não ouves ribombar os horizontes
com horrorosos tiros de canhões.

. . . . . .

Teu benefico pai, o Arriaga,
estes tigres de Hyrcania domou
e a frondente oliveira que te cobre,
cortando mil obstaculos plantou».

Refere-se á entrega de Cam-pausai, á benevolencia de Miguel d'Arriaga, seu medianeiro para com o Imperador da China.

Discurso—pronunciado no acto de encerramento da Vereação de Lisboa do ano de 1838, que foi publicado na *Sinopse dos actos administrativos da Camara Municipal em 1838.*

Cartas escritas da India e da China nos anos de 1815 a 1835.

Dois tomos que o autor dedica a sua mulher D. Maria Gertrudes Andrade; impressos em Lisboa na Imprensa Nacional em 1843.

O primeiro tomo com 245 paginas tem cincoenta cartas sobre assuntos de historia civil e politica da India e da China, leis, costumes, religião etc. descrevendo a sua viagem desde a sua saida de Lisboa.

Na Carta XI falando sobre as Leis e sua aplicação na India, diz:

«A moral dos Indios tem por fundamento a natureza do homem, considerado como ente racional. Menon diz: Não insultes o pobre, nem o ignorante; fala sempre verdade; e quando a pronunciares, cuida em agradar.

Passando da moral ás leis, acham-se conformes os principios: contudo ressentem-se do tempo em que foram escritas: novecentos anos antes da era cristã.

Os Indios possuem uma especie de digesto em vinte e sete volumes; mas só os padres bramas o entendem; o povo até ignora a existencia de tal código».

No tomo segundo—de 235 paginas vem outras cincoenta Cartas com a continuação da sua viagem até ao seu regresso a Lisboa.

A Carta 87 transcreve a canção do filósofo Lean; eis alguns dos seus pensamentos:

«Um dia segue outro dia; atràs de um ano vem outro; receba-se o tempo como ele se apresenta: cem anos de estrépito não valem um dia de tranquilidade. A fonte dos prazeres surge do coração; quem os procura noutra parte ultraja a Divindade».

«Uso de vestidos grosseiros, alimentos ordinarios; e cada estio renovo a minha choça; de que serve ámanhã, trajar hoje de seda, ou ter digirido manjares esquisitos? Tectos dourados jamais deram sono, nem tiraram cuidados; e se ha terremotos, são perigosos».

Incorporada nesta edição vem quatro poesias dedicadas ao autor, referentes a este seu trabalho; transcrevemos uma de Pedro Feliciano d'Oliveira e Figueiredo, feita em Macau a 30 de novembro de 1832.

Amigo Andrade,

Li com extremo prazer
tuas dignas produções,
nelas dás sabias lições

a quem deseja aprender.
Ah! não cesses de exercer
o teu genio estudioso,
tu já tens um nome honroso,
e nos é de grande gloria,
ver brilhar na lusa historia
mais um Andrade famoso.

Tambem Francisco Antonio Martins Bastos, professor de latim no Colegio de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa, sobre esta mesma obra, versejou assim numa Epistola ao autor:

Findaste um monumento mais duravel,
que as do Egito pirámides famosas;
mais estavel que o bronze, ou Paris marmor,
novo padrão a ti, e á patria erguendo,
da India e da China eternizando a fama,
e dando á história um facho luminoso.

E continua neste estilo e exagero a sua longa epistola.

Biografia de Rodrigo Ferreira da Costa.

Matemático do século XVIII, natural de Setubal, formado em matemática, pertencente ao quadro da secretaria do comando geral do exercito, tomando parte, nesta qualidade, nas campanhas da guerra peninsular até 1814.

Foi professor de matemática na Academia Real de Marinha, publicou varias obras, entre as quais — «A ventura» tradução do poema Helvecio, na qual se acha encorporada a biografia do traductor, escrita por José Inacio d'Andrade. (1)

1) Vid. Album Açoreano, pag. 261.
Biblioteca Açoreana
Dicinnario Popular de Pinheiro Chagas.
Dicionario Bibliografico de Inocencio.

ORADORES SAGRADOS

Vamos bater ás portas envelhecidas desses conventos, transformados arbitrariamente em repartições publicas e em moradas de particulares, para inquirir pelos seus antigos donos que jazem esquecidos na vala comum.

Quantos oradores de raça se não acobertaram ali sob o anonimato, quantos não impuseram que se queimassem os autógrafos das suas orações para que os seus nomes descessem com o corpo á terra e tudo ficasse sepultado.

Mas vamos por esses claustros secularizados, restos duma época florescente que nos honra, recordar alguns desses monges que por aí passearam arquitectando, essas lições de moral e fé que tantas vezes pregaram.

Não nos deshonra a lista dos nossos oradores sagrados, é incompletissima, bem sabemos; mas, se conhecemos os nomes de muitos que não nomeamos, faltam-nos as especies por eles produzidas que se perderam ou pela acção do tempo e incuria dos seus possuidores ou por ordem expressa do autor; mas falamos de bastantes que honraram o pulpito Açoreano, a palavra de Deus e a Patria querida.

BRAZ SOARES.—Nasceu em Ponta-delgada desta Ilha de S. Miguel em 1513, filho de Afonso Nunes e sua terceira mulher Joana Soares.

Deixando a Ilha e passando ás Ilhas Filipinas, aí recebeu o habito da ordem dos pregadores, alcançando tão grande renome, quer pelo seu modo austero, quer pelo seu saber e inteligencia, que o elegeram para ir a Roma requerer a reforma da Provincia que estava sumamente relaxada.

Na Curia foi preso por falsas informações dos membros da provincia que se opunham á reforma, mas numa oportunidade conseguiu sair do carcere e expôs ao Sumo Pontifice a incumbencia de que vinha encarregado de muitos da sua ordem.

Nomeado então visitador e reformador da dita Provincia, escusou-se áquele encargo e honra, requerendo a sua entrada para a Religião dos Eremitas de Santo Agostinho, sendo depois mandado para esta Ilha de Sam Miguel onde se instalou na Ermida de Santa Ana de Ponta-delgada, ocupando-se na direcção espiritual de muitas de-

votas e nomeadamente da Veneravel Margarida de Chaves e Isabel de Miranda.

Faleceu aos cem anos, a 11 de maio de 1613 tendo ainda recusado a eleição para Prelado do Convento dos Eremitas Augustinianos de Ponta-delgada.

Deixou os seguintes livros:

Vida da Veneravel Margarida de Chaves, sua confessada.

Uma grande parte deste trabalho saiu impresso em italiano em 1612.

Vida da Veneravel Isabel de Miranda, sua confessada.

Fr. Luiz dos Anjos falando desta obra diz que Fr. Braz Soares — «a guiou no caminho da perfeição com que tinha dom de Deus para semelhantes obras de virtude, por ser experimentado em tratar com almas temerosas e de boa consciencia».

Vida de Marta Soares, sua confessada — que deixou em manuscrito, mas se faz dela mensão em varios trabalhos referentes a este insigne filho de Sam Miguel. (1)

MANUEL PINHEIRO. — Nasceu em Ponta-delgada da Ilha de Sam Miguel no ano de 1556 e morreu na cidade de Gôa, onde prestou relevantes serviços á Pátria e a Deus, em 1618.

Desde bastante novo se inclinou á vida religiosa e tendo apenas 17 anos vestiu a roupeta de Jesuita, a 8 de março de 1573, partindo para o Oriente em 1591, entregou-se ao serviço das Missões do Império de Mo-

1) Vid. Biblioteca Lusitana do Padre Diogo Barbosa Machado.

gor vindo a ser o medianeiro entre o Rei e seu filho no conflito que então se levantou naquela Côrte, assegurando aos Ministros «*que estava aparelhado para o desterro ou para derramar o sangue pela fé e lei que pregava*»; e restabeleceu o socego naquela Côrte.

Gosava de alto prestigio. Já a ele nos referimos ao falarmos de Bento de Goes, neste nosso trabalho a folhas 436, sabendo que veiu com o Embaixador daquêle Rei a Gôa, para certificar o alto apreço em que eram tidos ali os portuguêses.

D. João Coutinho, Vice-Rei no Estado da India, sabendo quanto o Padre Manuel Pinheiro era aceito perante o Gram-Mogor, mandou-o depois como seu Embaixador áquêle Rei, que havia determinado tomar Damão e Diu aos portuguêses, com o seu numeroso exercito; e tão grande foi o seu esforço que conseguiu não só demover o Gran-Mogor, como até firmar umas pazes em 1607, seguras e solidas, com Portugal.

Em 1600, dirigia o Padre Manuel Pinheiro a casa que a Companhia de Jesus tinha na cidade de Lahor, onde concorriam assiduamente muitos Mouros e Gentios que pretendiam instruir-se na Lei dos Cristãos, travando-se então disputas interessantes sobre a verdade e santidade da nossa religião.

Numa ocasião disse-lhe um Mouro:

—Não posso acreditar que esse a quem vós chamais Deus, tenha tido um filho. Pois crês que ele como nós e os animais tivesse sido tão carnal?

—Mas vós acreditais que Deus ouve e vê?

—Sim, respondeu-lhe o mouro, ouve e vê o que se passa em todo o mundo.

—Mas se Deus não tem olhos nem ouvidos, como pode vêr e ouvir?

—E' por um modo diverso do nosso, que não podemos alcançar.

—Assim, disse o Padre Manuel Pinheiro, pois, teve Deus um filho por modo diverso dos homens, modo inefavel que não entendemos.

E outros fugiam dos argumentos do Jesuita, dizendo que os Cristãos e portuguêses eram da natureza dos peixes, viviam nas aguas, não tinham cidade nem terra firme, comiam animais imundos, como ratos e gatos.

No entanto a Igreja de Lahor enchia-se de mouros a ouvir as pregações do Padre Manuel Pinheiro; mas os mais ferrenhos mouros e em especial os Darnexis—despresadores das riquezas do mundo—questionavam com os naturais por irem ouvir a palavra duma outra religião, e numa embaixada foram queixar-se ao Rei para que mandasse derrubar a Igreja e expulsasse o Padre que vivia naquela cidade em grande desfavor dos seus Deuses.

Entre os muitos pobres que á portaria da Casa dos Jesuitas, em Lahor, esperavam o caldo que se repartia quotidianamente, apareceu um dia um rapaz de nação Fuximir, mas na fisionomia português.

O Padre Manuel Pinheiro, que vinha repartir á portaria o caldo, vendo aquêle rapaz tão miseravel, chamou-o indagando-se como se encontrava assim tão desgraçado:

—Sou um infeliz, senhor, mas de nobre sangue, que ando desterrado pelo temor de meus inimigos.

O Padre Manuel Pinheiro, recolheu-o e mandou que o tratassem como serviçal da casa; tres dias depois trazia este moço, um outro, que o apresentou como seu irmão e pedia o mesmo auxilio para ele.

Tempos depois, estes recolhidos, aproveitando a ausencia dos irmãos da Companhia que estavam numa resa, lançaram dentro do deposito da agua «deturo», semente que não sendo peçonha, é tão eficaz que em breve tira os sentidos.

Todos os da casa ficaram narcotizados e então os dois

supostos irmãos, recolhidos naquela casa por caridade, reconhecendo a imobilidade dos Jesuitas, abriram a porta a vinte malfeitores que esperavam cá fóra os efeitos do «deturo» e invadiram todos os aposentos, rebuscando tudo em procura dos tesouros que se dizia haver naquela casa, num esforço baldado.

No dia seguinte como a porta da Igreja se não abrisse, começou a aglomerar-se o povo em volta de toda a residencia, suspeitando ter havido crime ali; mas nisto apareceu o Padre Manuel Pinheiro já um pouco despertado do narcótico, contando o que havia sucedido.

O *Catual,* que é a goverdador do logar, veiu saber do sucedido e tomar conhecimento do valor do roubo, para o Estado pagar.

—Dizei ao Rei, respondeu o Padre Manuel Pinheiro, que muito grato lhe fico, mas nesta casa pouco ou nada ha e que aqui mais se estima um Livro que todo o dinheiro deste Mundo.

Carta do Padre Manuel Pinheiro, escrita de Lahor no ano de 1602:

«Vay em dous annos que estou aqui soo e sem companheyro nesta sua residencia de Lahor, por andar o Padre Hieronymo Xavier com o irmão Bento de Goes com el Rey em o Decam, e como aqui corressem novas que o principe se vinha chegando para esta cidade, e que se avia de alevantar com ella contra seu pay e me perguntavam os amigos, que avia eu de fazer em tal caso, pois era feytura del Rey, a cujas cousas o Principe não mostrou boa vontade e particularmente nós por elle ser fino mouro e eu pregar abertamente contra Mafamede. E como eu respondesse que estava aparelhado para o desterro ou derramar o sangue pela fee e lei que prego, se maravilharão e folgavam de ouvir a firmeza que tem os Christãos, tão differente da que elles tem em suas seitas.

Quanto a nossos exercicios, acodem de ordinario a esta casa mouros e gentios a tratar das cousas da nossa sancta fee e como as perguntas sempre sejam as mesmas, as mesmas são as respostas. Hûs tornão com menos credito de suas seitas, outros ficam suspensos e duvidosos vendo a contrariedade que a nossa ley tem cõ a sua.

Tem quatro livros cujos nomes são:

Forcam, Taurete, Zabur, Angil. Outros zombam quando ouvem dizer aver outra ley milhor que a de Mafamede, e quando se vem apertados com razões dizem, que seus entendimentos não alcançarão tanto, que basta creer o que diz Mafamede, que todas as leys, posto boas, espirarão. Nam podem sofrer que Deus tenha filho, porque como sãm tão carnaes, nam entendem a pureza como isto pode ser, nem alcançam mais, que o modo ordinario, que os homês e os animais tem em os aver. Pera os convencer lhe pergunto se Deos vê e ouve. Respondê que si: pois digo, se Deus não tê olhos nem ouvidos como vê? como ouve? respondem, que por outro modo que nós não alcançamos: volto então sobre elles e digo: pois assim tem Deos filhos por modo inefavel que vós nam entendeis.

Tambem os gentios vem a confessar nam aver mais que hû soo Deos: e já dizem nã ter devindade Ramá, Chandre, Chrisnã, Nerrene, que são os seus deoses e outros que adoram. E se nos tem aversam he, porque seus ministros e sacerdotes lhe ensinam que os Christãos são barbaros e ignorantes, da natureza de peixes: e que vivem na agoa, nem tem cidades nem terra firme, que comem ratos, gatos e outros animais inmundos, que temos tres Deoses: Deos, Jesus e Maria. E com tudo, louvado Deos, tão seguro ando nesta terra e cõ tanta liberdade falo da ley de Deus e contra a de Mafamede e Gentios, como se a cidade fora de Christãos.

O Visorey e Goveruadores desta Cidade, mal saberey dizer quantas sãm as honras que nos fazem, o respeyto, acatamento e sujeyção que nos tem ao que lhe dizemos ou pedimos. O Visorey diz tantos louvores de nós que a modestia nos desobriga a escrevelos. Por muitas vezes me tem offerecido dynheiro pera os gastos, sempre me escusey, dizendo que quando a necessidade me apertasse, a sua senhoria avia de acudir como a pay. Aceitolhe todavia os presentes de cousas de comer, como de uvas, melões, e outras fruytas, por nam ser avido por descortez. Visita muytas vezes nossa casa, achasse com muito gosto e acompanhamento em nossas festas, posto que comgrande pesar e raiva dos Mouros, os quaes por derradeyro, depois de as verem ficam trocados em outros. Ha nestas partes certos homens peregrinos a quem chamam Darnexis, que he o mesmo que dizer pobres de espirito, mostram-se despresadores do mundo: porem na verdade sofrem a pobreza por necessidade: e em estremo são ambiciosos e por todas as vias aspirão á opinião da honra humana, ainda que seja a troco da vida própria: como aconteceu nesta cidade os dias passados a hum destes avido por sancto de todos, e elle se tinha na mesma altura: o qual avendo-se já por enfadado do mundo e parecendo-lhe que estava obrigado a deyxar hûa perenne memoria de si, se fez enterrar vivo por seus discipulos dizendolhe que despois de muytos annos, os tornaria a consolar. Outro destes pedia esmola e hum soldado, negandolha; respondeo: que se mataria: acudio o soldado prestes, ves ahy a faqua: elle a arrebatou e metendoa pella barriga se fez immortal nos infernos. Ensinam estes mil disparates. Huns delles se fazem Deosos dizendo, que todas as creaturas o são: outros que não ha mais que viver, e morrer: outros que sempre foram e nunca deixarão de ser. Tenlhes o povo grande respeyto e os adoram como a pagódes. Disse o Visorey

hûa vez, querendo louvar as nossas cousas, que todos os seus sabios em respeito nosso erão, e os Darnexis que sam estes de quem faley: ficavão muyto inferiores na virtude.

Nam he menor o credito e amor que os governadores nos tem, assi nos concedem cousas que com muyta dificuldade as alcançaremos nas terras de Christãos, como foi perdão de duas mortes e outras cousas da mesma importancia, avendo desavênças entre a justiça mayor e thesoureiro del Rey e postos já de parte com muita gente armada para romperem, os concertey, e contandosse depois o caso ao Visorey, dizendo hûa das partes que o Padre sabia o que se passava: respondeo, se o Padre o sabe isso me basta porque mais crédito darey a elle que a mil testemunhas. Morreo este Visorey de que falo e não lhe pode agradecer o grande amor que sempre nos mostrou com o fazer Christão. Achouselhe em dinheyro de cõtado hum conto de Ouro e tresentos mil crusados, fora muytas peças de Ouro e Prata e Pedraria de muyto valor, e outra muyta fazenda, muytos cavalos e elefantes, porque no aparato excedia a todos os senhores de Espanha: mas o triste ficando-lhe cá tudo foy ao inferno, herdando-lhe o Rey todas suas riquezas conforme ao costume deste Indostam.

Socedeo a este Visorey na dignidade, um seu irmão, cujos filhos foram meus discipulos, e visitando-o pella nova honra me disse que elle continuaria os favores e mercês que seu irmão nos fazia, demaneira que o não achassemos menos. E bem se viu logo: porque cuidãndo nossos adversários, que com a morte do Visorey nos podiam começar a fazer o dano que desejavão tomando hû delles ocasião do concurso grande e frequencia de gente que concorria a nossa Igreja, foy fazer requerimento ao Catual, que a mandasse derribar e lãçar os Padres fora; respondeolhe que não podia ser, pois el Rey queria que

o Padre alli estivesse com a Igreja, porem lhe nascia aquelle desejo de se ver ali assombrado com elle, que fosse disputar com elle; disse-lhe o Ministro do demonio, nam ousará elle a disputar comigo. Respondeu-lhe o Catual tu és o que nam has de abrir boca diante delle, porque notorio he a el Rey e a todos seu muyto saber e o muyto pouco teu e sabendo o Visorey a muyta importunação deste, o mandou meter no tronco, o que sabendo eu lhe pedi, e fiz soltar».

Conhecemos além desta carta, uma outra do P.e Manuel Pinheiro que na Biblioteca Açoreana se enumera:

Carta do Japão de 3 de setembro de 1595, ao Padre João Alvares, em que relata tudo quanto passou em Mogor nos anos de 1582 e 1595.

Carta escrita de Laor a 20 d'agosto de 1595 ao geral Claudio Aguaviva, sobre a missão naqueles sitios.

Avisi de la (Missione del Gran Mogore cavata de uma letera del P.e Manuel Pinheiro de an. 1599. abbreviata por P.e Gasparo Spitelli. (1)

ANTONIO D'ARAUJO.—Nasceu nesta Ilha de Sam Miguel no ano de 1566 e ainda de tenra idade acompanhando seus pais para o Brasil, entrou no Colégio da Baía onde recebeu a instrução que lá se ministrava, vestindo a roupeta de Jesuita e fazendo pelo tempo adiante solenemente a profissão até ao quarto voto.

---

1) Vid. Relação anual das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da India pelo Padre Fernão Guerreiro da mesma Companhia.

Dicionario Popular de Pinheiro Chagas, que diz que algumas cartas foram impressas em francês e italiano, em Roma e Paris.

Nos primeiros anos dedicou-se ao ensino das humanidades, mas a sua tendencia era empregar-se na evangelização dos gentios pelos sertões do Brasil; para maior facilidade aprendeu então a lingua — brasilica — por eles falada, e manejava-a tão bem que parecia ser um natural e assim por aquêles matos e entre aquêles barbaros pregava a lei de Cristo, não sem dificuldades e perigos da sua propria vida e doenças apanhadas nos sertões.

Faleceu em 1623, deixando as seguintes obras:

Catecismo na lingua Brasilica, em que se contém a suma da Doutrina Cristã com tudo o que pertence á nossa Santa Fé e bons costumes, composto a modo de dialogos por Padres, Doutores e boas linguas da Companhia de Jesus e por ele acrescentado.

Foi impresso em Lisboa por Pedro Crasbeeck em 1618.

Catecismo Brasilico da doutrina Cristã com o cerimonial dos Sacramentos e mais actos paroquiais.

Impresso em Lisboa por Miguel Deslandes 1686.

Foi traduzida em diversas linguas da America, afirmando o autor da biblioteca da Companhia pag. 65 — «*Ut nihil in genere catechistico perfectius uspiam extare censeatur*». *(1)*

FRANCISCO FURTADO. — Nasceu na Ilha do Faial no ano de 1582, filho de Gaspar de Lemos e Maria de Aboim da Silveira, das principais familias daquela Ilha.

De espirito inclinado á vida religiosa, entrou para a Companhia de Jesus, no Colegio de Coimbra aos vinte e um anos de idade, recebendo a roupeta de Jesuita aos 16 d'abril de 1609.

1) Da Biblioteca Lusitana do Padre Diogo Barbosa Machado.

Mas ancioso de se lançar no caminho das Missões' pregando e convertendo infieis, passou ao Oriente entrando no Japão em 1621, onde missionou trinta e dois anos.

Passando depois a Macau aí fez a profissão do quarto voto na Companhia de Jesus e sendo visitador faleceu a 21 de novembro de 1653.

Homem de fé e saber, assim o atestam os seus trabalhos insanos na Evangelização e nos livros que deixou, productos do sua inteligencia e estudo.

Compôs da lingua Sinica:

Hoan yú civen, id est De mundo et Caelo, que deixou impresso em seis volumes, provando com razões filosóficas qne houve um Motor e Senhor do Universo que era Deus.

Lógica e Metafisica, que deixou em manuscrito.

Carta escrita em 10 de novembro de 1636 ao Geral Nuncio Viteleschi ácerca dos ritos da China.

Repuesta a las 12 questiones de Fr. Juan Bautista de Morales sobre los Ritos chineses em 8 de febereiro de 1640.

Foram traduzidas estas duas obras em Latim e sairam impressas em a «Imformacion de la antiquissima Practica de los P. P. de la Compañia de Jesus em la China, 1700». (1)

JOÃO BAPTISTA MACHADO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo no ano de 1582, filho de Cris-

1) Vid. Biblioteca Lusitana de Barbosa.
Familias Faialenses de Marcelino de Lima pag. 343.

tovam Nuns Vieira e Maria Cota de Malha, de boas familias e ricos de bens da terra.

Atraído para a vida eclesiástica e desprendido das cousas mundanas, por seu testamento lavrado em 1597, dispôs de todos os seus bens em favor de sua mãe, já viuva, e partiu no dia seguinte para Portugal dando entrada no colégio dos Jesuitas de Coimbra a 10 d'abril de 1597 onde professou e ali esteve até ao ano de 1601, ano em que a seu pedido partiu para a India.

Em Gôa fez os seus estudos de filosofia e foi concluir a sua educação canónica no Colegio de Macau em 1605; e neste mesmo ano doou o usufruto da terça que havia deixado seu avô Diogo Fernandes, do que lhe ficou por morte de sua tia Catarina Nunes Vieira e da legitima que lhe ficou por morte de seu pai, a sua dita mãe.

Despido de tudo que o podia prender á terra partiu, para o Japão no ano de 1609 na ancia de evangelizar, pregando aos infieis a lei de Cristo.

Em 1614 recebem todos os missionarios existentes no Japão ordem de desterro, sendo internados todos na cidade de Nangazaqui, mas João Baptista, a pedido de muitos a que vinham pregando, desobedeceu á ordem régia ocultando-se nas Ilhas de Goto.

Em abril porém de 1617 é descoberto e preso e sentenciado á morte, por decapitação, num oiteiro da cidade de Corino no dia 27 de maio de 1617.

Foi a morte tão edificante que o proprio algoz se converteu e por tal causa foi tempos depois tambem decapitado.

Sua Santidade Pio IX a 7 de julho de 1867, após a discussão do processo proprio o beatificou, mas todo o povo conhece este martir evangelizador por Sam João Baptista Machado.

Do carcere escreveu aos Padres da Companhia de Jesus estas palavras:

«As dores que aqui padeço são tão grandes que se parecem com a mesma morte: bendito seja o Senhor, pois é servido dá-las já que os apertos do cárcere não são tão rigorosos como eu esperava; bem é que tenha por outra via ocasião de padecer por ensaio de outros tormentos maiores que por amor de Deus espero levar; dou graças á sua Divina Magestade, que desde a hora qne me prenderam até esta presente, não cuido senão quando me verei em uma cruz ou debaixo de uma catana: bendito seja Deus que assim consola aos que por ele tão pouco padecem».

FR. MANUEL DAS CHAGAS.—Usava no mundo o nome de Manuel Debrum da Silveira; nasceu em Ponta-delgada, filho de Antonio Debrum da Silveira e Maria de Frias Pimentel; renunciando ao morgadio a que tinha direito vestiu o habito dos Frades da Provincia da Arrabida no convento de S. José da Riba-mar, professando a 18 d'abril de 1604.

Foi excelente latino, grande humanista e insigne Teólogo e pregador.

Governou os conventos de Palhaes, Obidos e Arrabida, Cabeça da Provincia, onde foi secretário e definidor. Faleceu no Hospicio do Hospital de Lisboa, não contando ainda 62 anos, a 12 de fevereiro de 1637.

Compôs:

Ardores, movimentos e afectos espirituais da vontade com que a alma santa da Escritura Sagrada, falava com Deus seu esposo, ensinados por David em o Psalmo 118 com os quais falando em Deus buscava na

---

Vid. Arquivo dos Açores, Volume I.
Historia Insulana L. VI, Cap. XLIV.

Lei sua divina vontade para em tudo a cumprir com amor.

Discursos espirituais sobre a letra do 3.º Capitulo dos cantares em dois tomos.

Da vontade, excelencia e grandeza do Sacro e augustissimo Sacrificio do Altar.

Sermões sobre dois sacro-santos fruitos que Cristo Senhor nosso de seu corpo e sangue fez, um suficientissimo em o Monte Calvario no Altar da Cruz ao Padre Eterno para nossa redenção.

Outro eficacissimo em a Ceia debaixo das especies do pão e do vinho, assim por Cristo ordenado para por aquêle se nos aplicar com suficiencia a eficacia dele e por este com eficacia participarmos os fruitos e redenção suficientissima daquêle.

Vida de Santa Brizida da Suecia, viuva, revelações que teve de Deus, da autoridade das suas relações que tiverão diante dos Papas que as aprovaram.

Concertos humanos e sucessos de principes e varões notaveis.

Breve suma da historia dos Godos.

Tractatus de Potestat e Pontificis.

Anoteções sumarias sobre o que o doutissimo Padre Márcos Jorge escreveu de comunhões.

Tratado dos misterios da Paixão de Cristo.

«Sermão que pregou o Padre Fr. Manuel das Cha-

gas religioso da sagrada ordem de N. S. do Carmo no seu convento no dia da aclamação de Sua Magestade El Rey e Restauração do Reino; 1 de dezembro do ano de 1646.—Estando presente o Rev. Cabido, Senado Camara e mais nobreza.

Lisboa, oficina de Domingos Lopes Rosa, ano de 1647.

> Tempus affuit quo Sol refulsit qui primus erat in nubilo, accensus est ignis magnus, ita ut omnes mirarentur—2 Machabaeorum cap.

«Este dia por tantas maravilhas grandioso e por tantas grandezas festival, determino solenizar com outras maravilhas de que faz mensão o L.° II dos Machabeos no Cap. I acontecidas em um sacrificio mandado fazer pelo sacerdote Nehemias, os quais foram que o Sol depois de padecer um grande nublado, mostrou sua luz formosa e tão eficaz que produziu outra maravilha, a qual foi que a agua que por sua natureza apaga o fogo então produziu fogo e foram as lavaredas tais e tão altas que todos se admiraram—*ita ut omnes mirarentur;* se este sol que depois de nublado apareceu claro, representa o soar e Corôa do Reino de Portugal que depois de 60 anos de nublado apareceu mais resplandecente, se este fogo nascido de agoa, onde se não esperava representa os corações dos portuguêses que em tal dia como hoje acezos em anos do seu Reino e de seu Rei brotaram pelas bocas chamas de alegrias vivas». (1)

BARTOLOMEU DE QUENTAL.—Nasceu no logar dos Fenais, concelho de Ponta-Delgada na Ilha de Sam Miguel no dia 22 d'agosto de 1626, filho de Francisco d'Andrade Cabral, natural de Trancoso, continente-por-

1) Vid. Revista dos Açores, paginas 286.

tuguès e D. Ana Quental Novais, micaelense; faleceu na cidade de Lisboa, ás seis horas da noite, no dia 20 de dezembro de 1698, pronunciando o salmo:

«In Te Domine, speravi,
non confundar in aeternum».

Em ti, Senhor, esperei,
não serei confundido eternamente.

Depois dos seus primeiros estudos feitos na Ilha de Sam Miguel, matriculou-se na Universidade de Evora em 1643, graduando-se — Mestre em Artes — a 30 de junho de 1647. Frequentou depois, na mesma Universidade, a Faculdade de Teologia, tres anos seguidos, indo completar porém estes seus estudos na velha Universidade de Coimbra, onde se gradua tambem de — Mestre.

Ordenado de Presbitero no ano de 1653, na Igreja do Espirito Santo de Lisboa, veiu despachado Vigário, precedendo um brilhante concurso, para a Igreja de Nossa Senhora da Estrela da Vila da Ribeira-grande. Pouco se demora porém na sua vigararia, pois que no ano seguinte volta para a Côrte de Lisboa a convite de D. João IV, que lhe conhecia o merecimento, para seu confessor e prègador da Capela real.

Algum tempo depois, na mesma Capela real, associando-se com alguns dos seus capelães, lança as bases da Associação que veiu mais tarde a chamar-se *Congregação do Oratorio*, moldada nas bases da que em Roma fundara Sam Filipe de Neri, para exercicios de piedade, orações, praticas espirituais e conferencias.

A Rainha-regente, D. Luiza de Gusmão a 18 de fevereiro de 1659, aprova-lhe os respectivos Estatutos e declarando-se-lhe ao mesmo tempo a sua protectora, concede aos congregados, a quem o vulgo chamava en-

tão *Padres Quentaes,* a Casa velha do Tesouro, para sua sede provisória.

A 24 d'agosto de 1672, Sua Santidade Clemente X, confirma aqueles Estatutos e a 14 d'agosto de 1674 instalam-se os congregados na Casa do Espirito Santo da Pederneira, em frente ao Chiado, em Lisboa.

D'aí a pouco abrem-se por todo o Portugal casas semelhantes; logo em 1672 abre-se uma no logar deAgua d'Alto, da provincia do Minho, que alguns anos depois se passa para Freixo de Espada á Cinta; em 1680 os Padres Manuel Rodrigues Leitão e João Lobo, abrem outra na cidade do Porto; Braga, Vizeu e Extremoz, abrem os seus conventos oratorianos. E todas estas casas se moldam nas bases e segundo os principios aconselhados por S. Filipe Neri: «Socorrei os que já não podem valer-se, amparai a indigencia desgraçada, minorai os sofrimentos da velhice invalida, mas instrui no amor do justo, mas educai no culto da verdade aqueles que tem de constituir a sociedade e dirigir os negocios da republica», assegurando ao mesmo tempo uma perfeita e completa independencia entre todas as casas de Oratorio.

Bartolomeu de Quental desde a sua mocidade dava evidentes sinais das virtudes cristãs que na idade adulta havia exercitar «convocando muitos meninos para os templos e ensinando-lhes o Catecismo com modestia e gravidade, muito superior á esfera dos seus anos». Na sua cela do convento e do confissionario da sua Igreja «as principais pessoas de uma e outra gerarquia eclesiástica e secular, o procuravam como oraculo para a decisão das duvidas da consciencia, achando na prudencia dos seus conselhos o mais seguro norte por onde dirigiam as acções. No tribunal da penitencia, deposta a severidade de Juiz, inflamava com tal brandura a dureza dos corações, que repentinamente se liquidavam em lagrimas».

Foi um grande inimigo das glorias humanas; voluntariamente se demitiu do logar honorifico de confessor de El-Rei, não aceitou a Mitra do Bispado de Lamego, nem outras muitas honras com que a pouco e pouco o queria distinguir El-Rei,apenas acedeu pertencer á Mêsa das Missões, por ser conducente á salvação das almas. Visitava os enfermos, remediáva as suas necessidades e cuidava muito em salvar da prostituição as viuvas e as donzelas. Tinha uma grande ascendencia espiritual no meio aristocrático em que viveu. Os seus Sermões, numa purissima linguagem e as suas Meditações tão interessantes no modo de expor, claro e resumido e num estilo ao alcance de todos, influiram grandemente no espirito de todos os seus ouvintes e dos seus leitores.

A sua morte foi bastante sentida e pranteada; prestaram-se-lhe as maiores honras funebres ás quais se associou a Rainha de Portugal D. Maria Sofia de Neuburgo.

«Quando faleceu o Padre Bartolomeu de Quental, diz Manuel Bernardes Branco no seu livro Portugal na época de D. João V, quis Deus que se testificasse a santidade do seu servo com o admiravel sinal de uma resplandecente estrela que pelo espaço de uma hora, antes que partisse deste mundo, se viu brilhar sobre o seu cubiculo, até que os funebres lamentos dos sinos anunciaram a morte. Ficou o semblante do Veneravel Padre todo alegre, e representando uma tal magestade, que os que o vestiam, não se atreveram a despir o corpo para ser lavado. Foi cousa tambem admiravel que sendo as mãos do servo de Deus flexiveis para os seus padres, o não eram para algumas pessoas estranhas que vinham curiosamente para experimentar a flexibidade. Divulgada a morte, logo se manifestou a opinião do povo. Começou a concorrer inumeravel multidão de pessoas de todas as jerarquias e idades que unanimemente lhe cha-

mavam santo: uns procuravam devotamente reliquias suas, outros á contenda lhe beijavam as mãos e os pés, outros tocavam rosarios no seu corpo, dos quais usavam ao depois mais devotamente, pelo contacto que tinha tido com o servo».

Por duas vezes se abriu o seu tumulo, uma a oito de dezembro de 1708, quando se fez a sua trasladação da capela-mór da Igreja do Espirito Santo, onde estava, para uma das sepulturas do cruzeiro da mesma Igreja, e outra a 26 de abril de 1727, por mandado do Ordinario, como inspeção em ordem á sua beatificação; de ambas as vezes se notou que o cadaver se achava incorrupto «e sem a menor diminuição em todas as partes do corpo «sendo visto por uma junta de medicos na presença de D. João Cardoso Castelo, Provisor do Patriarcado e Arcebispo de Lacedonia. «Visto assim na sepultura, o aspecto, desse frade, diz Pedro Diniz, no seu livro Ordens religiosas em Portugal, era veneravel. Era um justo que dormitava, parecia tão sereno na cova estreita, quanto o havia sido na estreita cela. Não estava morto; dormia: tinha a cabeça encostada ao seio da caridade e a esperança o parecia embalar».

Pelas suas grandes virtudes e previsões profeticas, Sua Santidade Clemente XI, concedeu-lhe o titulo de Veneravel; e a Universidade de Coimbra pediu instantemente ao Papa a canonização deste Veneravel Padre, um justo orgulho das Ilhas dos Açores.

O seu retrato que por muito tempo se conservou com grande respeito na congregação do Oratorio, passou para a Biblioteca Nacional de Lisboa. Ao lado da sua figura em tamanho natural, está um genio sustentando na mão esquerda uma targe e apontando com a direita para a inscrição seguinte, composta pelo Padre Antonio de Faria, daquela congregação:

«Elegit Philippum, et Bartholomœum, ille huic eripuit ne esset primus: hic illi ne esset solus».

Elegeu Filipe e Bartolomeu, aquele fez que este não fosse o primeiro, e este que aquele não fosse só.

Refere-se esta inscrição a S. Filipe Nery fundador em Roma da congregação que inspirou Bartolomeu do Quental a do Oratorio.

Na parte inferior do retrato lê-se o epigrama de Marcial I. 10, epig. 32;

«Ars utinam mores, animumque effingere posset»
Pulchrior in terris nulla tabella foret».

Junto deste mesmo retrato em uma tarja quasi de forma ovada está a seguinte inscrição:

«V. P. Bartholomœus Quentalius cujus veram intueris effigiem ex praeclaro, spectabilique genere in S. Michaelis Insula natus: celeberrimus novae Congregationis Oratorii Institutor, vel potius, novis additis ministeriis, Auctor, doctus proinde in Regno coelorum, quia similis homini patri familias qui profert de thesauro suo nova, et vetera: Occulissimus omnium in hoc Regno ejusdem congregationis Domuum Visitator generalis: Regii Missionum concilii Consiliarius Sapientissimus, nunc vero Asiae, Americaeque Gentibus desideratissumus: Olim a Serenissimo Rege a concionibus sacris, et unus ex Sacrorum concionatorum principibus primis, cujus in ore sicut in Periclis labiis, suada quaedam infidens, aculeos in auditorum mentibus relinquebat: indefessus poenitentiae Praedicator, cujus Sermo vere vivus et efficax, et penetrabilior omni glaudio ancipiti usque ad divisionem animae, ac spiritus pertingebat. Eximius spiritualis vitae, et misticae Theologiae, Doctor, quo Anctore, et Magistro Regiae pars Aulae diu publico mentalis orationis exercitio dedicata est; Scriptor asceticus igniti eloquii

vehementer, qui vero miscuit utile dulci: mirabilis cogitationum, et intentionum cordis (ut multi attestantur) Director; insignis paenitentiae Sacramenti Administer, qui innumeras Christo animasl ucrifecit: vir omnino magnus, in quo totus pene Christianus orbis raram inventu prudenciam, et miram consiliorum gratiam suspiciebat: Qui insulas ita dextere rejecit, ut vel rejectionis gloria se humilis subduxerit: qui ex thesauris fidei suae incredibilia subsidia minimis Christi submitenda depromebat: cujus magnarum virtutum praeclarum specimen humilitas cordis, et mentis ab orbe in urbe multipliciter honorata: qui vivens, Christi bonus odor fruit Deo in omniloco, sed post mortem hominibus, qui quod sentiunt narrent, suavior: post innumera Regali solio exhibita ministeria, post multa Apostolicae sedi praestita obsequia, quae sanctae recordationis Inocentius XI verbis amplissimis per litteras ornavit, hic cum pietate (ut pie cretur) dormitionem accepit die 20 decembris an. 1698 aetatis vero 72».

Tradução:

—Veneravel Padre Bartolomeu de Quental, cuja efigie verdadeira vês, natural da Ilha de S. Miguel, de familia ilustre e notavel; celebérrimo instituidor da nova Congregação do Oratorio, ou antes pelos novos ministerios acrescentados, autor igualmente douto nas cousas do Ceu, como semelhante ao homem, pai de familia que tira do seu tesouro cousas novas e antigas: Querido visitador geral de todas as Casas da mesma congregação neste Reino: Conselheiro sapientissimo do Conselho Regio das Missões, verdadeiramente desejado de todas as gentes da Africa e da America: outrora das tribunas sagradas por El-Rei Serenissimo, e um dos primeiros principes da sagrada tribuna em cuja boca, como nos labios de Pericles, uma certa persuasão habitando deixava espinhos nas mentes dos ouvintes, indefesso pregador da penitencia, cuja palavra verdadeiramente viva e eficaz e

mais penetrante que todo o glaudio de dois gumes, chegava á divisão da alma e do espirito. Eximio na vida espiritual e doutor na Teologia mistica, por ele autor e mestre foi dedicada parte da aula regia, por muito tempo, ao exercicio publico da oração mental. Escritor ascético de linguagem verdadeiramente inflamada, que verdadeiramente misturou o util ao agradavel: admiravel director dos pensamentos e das intensões do coração (como atestam muitos): administrador insigne do sacramento da penitencia; que ganhou inumeras almas para Cristo: varão imensamente grande em quem quasi todo o orbe cristão via uma rara prudencia no invento e admiravel graça nos conselhos: que deixou as Ilhas destramente de tal sorte que até a gloria deste abandono se tenha ocultado humilde: que dos tesouros da sua fé tirava incriveis subsidios para subministrar aos pequeninos de Cristo, de cujas grandes virtudes era especimen preclaro a humildade do coração e da mente, honrada por toda a gente na cidade de muitos modos; que vivendo foi agradavel perfume de Cristo a Deus, mas depois da morte mais suave aos homens que contam o que sentem; depois de inumeros ministérios desempenhados no solo regio, depois de muitos obsequios prestados á Sé Apostolica, os quais Inocencio XI de saudosa memória elogiou por cartas em palavras eloquentes, aqui piedosamente, como piamente se vê, exalou o ultimo suspiro no dia vinte de dezembro do ano de 1698, com a idade de 72 anos».

O P.e Diogo Curado, filho da Congregação do Oratorio de Lisboa, estando em Roma mandou pintar um outro retrato do ilustre fundador da sua ordem, já com o titulo de Veneravel, gravando-lhe a seguinte inscrição:

Externa ne sistas facie, introspice quod intus latet,

Quem hic intueris clarus fuit genere, sed longe clarior virtute, insigni prudentia, fervida caritate, mirabili patientia, humilitate profunda, oratione assidua, cujus et studii promotor mirificus, zelo animarum aestuans innumeris profuit verbo, facto et scripto. A Regibus quorum concionator egregius, et a Principibus magnifactus. Ab Innocentio XI felicis, et sanctae recordationis litteris decoratus: in omnium tandem aestimatione, quem mortuus Philippus Pater ejus similem reliquit sibi post se. Obiit Ulyssipone die 20 Decembris anno salutis 1698, aetatis 72».

Tradução:

«Não pares na face exterior, olha o que se oculta interiormente. Aquêle que aqui vês foi ilustre pela geração, mas mais ilustre pela virtude, de insigne prudencia, de ardente caridade, de admiravel paciencia, de humildade profunda, assidua oração, da qual e do estudo promotor admiravel, ardendo em zelo pelas almas foi util a muitissimas, pela palavra, pelas obras e pelos escritos. Exaltado pelos Reis de quem foi pregador insigne e pelos Principes. Honrado em cartas por Inocencio XI de feliz e santa memoria; finalmente, na opinião de todos, modelo deixado por S. Filipe, seu pai, após si, depois de morto. Morreu em Lisboa no dia 20 de dezembro do ano da graça de 1698, na idade de 72 anos».

Deixou os seguintes trabalhos:

Meditações da infancia de Cristo, senhor nosso.

Impresso na oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Oficio. Lisboa, 1757.

Dedica o autor este seu trabalho á Soberana Rainha dos Anjos, Mãe de Deus e Senhora dos homens, Maria, Purissima e Santissima; exprimindo-se deste modo:

«Aonde, senão a vossos pés, Soberana Rainha dos Anjos e advogada dos homens, poderá buscar amparo

esta obra, que tanto necessita dele? A quem, senão, a Vós, se devia oferecer, quando não fosse por devoção, por divida e conveniencia? Por divida, porque como Vós lhe agenciastes o sucesso, a Vós se deve a Dedicatoria. Tudo o que nesto livrinho ha, se alguma cousa ha, de ciencia e de espirito, a Vós o reconheço dever, porque uma e outra cousa aprendi na vossa escola: a ciencia na Universidade de Evora em o Colegio Real, que mereceu a honra de ser Vosso, debaixo do titulo da Vossa Purificação, no qual fui colegial alguns anos: o espirito da congregação sita no Paço e Capela Real, que mereceu tambem a felicidade de ser Vossa, debaixo da invocação das Saudades, de que indignamente fui Irmão».

E' precedido este estudo de Meditações de um outro pequeno trabalho que intitulou «Direcção para a oração mental e mais exercicios expirituaes», explicando no Prólogo, que faz esta publicação a pedido de muitos dos seus confessados para sua comodidade e facilidade nos seus exercicios espirituais, pois nele se encontra um bom guia não só sobre a oração mental, como sobre o exame de consciencia que cada cristão deverá fazer todos os dias, á noite, na presença do Senhor, e sobre a confissão e comunhão.

Sobre as Meditações da infancia de Cristo, reparte o seu estudo, desde a Encarnação do Filho de Deus para reparo do genero humano, até á vida e exercicios de Cristo Senhor Nosso em Nazareth, dos doze anos até aos trinta de idade, em vinte e seis capitulos que divide em pontos, resumindo-os no fim de cada Meditação.

Meditação XV.—Do nome de Jesus, que foi posto ao Menino no dia da sua Circuncisão.

Primeiro ponto (resumo).—A primeira razão do Menino Deus não aceitar o nome de Jesus senão na Circuncisão, foi, porque Jesus quer dizer Salvador, e não

aceitou o nome de Salvador sem derramar sangue, ensinando-nos, que sem cortar e mortificar não ha salvar.

Segundo ponto (resumo).—A segunda razão foi porque na Casa de Deus não ha nome sem circuncisão, sem cortar pelos afectos e apetites e mortificar as paixões.

Terceira ponto I).—As circunstancias que fazem admiravel este saberano nome.

E os grandes proveitos, que nos causa e o Senhor nos comunica por meio deste Santissimo nome.

Meditações da Sacratissima Paixão e morte de Cristo Senhor nosso.

Impresso na Oficina de Joam da Costa 1679 em Lisboa.

Dedica igualmente este trabalho A' soberana Rainha dos Anjos, Mãe de Deus e Senhora dos Homens, Maria, Purissima e Santissima.

Divide o seu estudo em XIX meditações, desde o «Lavatorio dos pés» até aos sinais que se seguiram á morte do Senhor».

Meditação III.—Da ida de Cristo Senhor Nosso ao Horto. (primeiro ponto)

«Depois que Cristo Senhor nosso, no cenáculo, lavou os pés aos Discipulos, instituiu o Divinissimo Sacramento, fez o sermão da Ceia e cantou com seus discipulos o hino costumado em acção de graças, se retirou logo ao Horto de Gethsemani, a ter sua costumada oração. Neste ponto considerarei em primeiro e segundo logar as causas deste retiro e em terceiro escolher para ele este Horto. A primeira causa de Cristo Senhor nosso se retirar nesta ocasião ao Horto, foi para ir tratar com Deus em oração retirada, depois de haver tratado com os homens em obra de caridade e religião».

Meditações da gloriosa ressurreição de Cristo senhor nosso.

Impresso na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1757.

Dedica tambem o seu trabalho á Soberana Rainha dos Anjos, nestas palavras:

«Terceira vez chego a vossos pés, soberana Senhora .....e agora (chego com as meditações de Cristo) sua gloriosa Resurreição, admiravel Ascenção, amorosa descida do Espirito Santo e finissimos excessos do Divinissimo Sacramento».

Divide a matéria em dezessete capitulos ou Meditações, desde a descida de Cristo Senhor nosso ao Limbo, a livrar as almas dos justos que nele estavam encerrados, até á Real assistencia de Cristo, no Sacramento escondido, debaixo das especies sacramentais, e dos dois efeitos do sacramento mais principais: o de dar vida ás almas que dignamente o comungam e o de estreitar a união entre Deus e os que tambem dignamente o comungam.

Disse o Senhor: «o que come a minha carne e bebe o meu sangue, fica em mim e eu fico nele»; no que declara a estreitissima união, com que por meio e virtude do Sacramento fica unido ao homem e o homem a Ele.

Meditações dos domingos do ano, 3 partes.

Impresso em Lisboa por Miguel Deslandes, respectivamente em 1695, 1696, 1699.

Dedicado tambem á Soberana Rainha dos Anjos e divide o seu trabalho em XX meditações:

Domingas do Advento, da Natividade do Senhor, das da Epifania e domingas da quaresma.

Tambem cada meditação é dividida em pontos e no fim resume a Meditação.

Meditação VII.—Da dominga segunda depois da Epifania. (primeiro ponto).

«Diz o Evangelista S. João, que em Caná da Galiléa,

se celebraram umas bodas nas quais assistiu a Mãe de Jesus, e foram convidados Jesus e seus discipulos e que no convite faltou o vinho.

Neste convite se hão de considerar tres circunstancias que ordinariamente faltam nos convites do Mundo; a assistencia de Jesus e sua Santissima Mãe, os convidados que eram os discipulos pobres e a moderação, pois faltou o vinho antes de se acabar o convite».

Sermões do Padre Bartolomeu de Quental.

Impresso na oficina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, Lisboa, 1692.

1.º tomo.

Dedica o autor este seu novo trabalho, tambem A' Soberana Rainha dos Anjos, Mãe de Deus e Senhora dos homens, Maria, Purissima e Santissima.

«Tres vezes, diz o autor, cheguei Soberana Senhora ás (portas) da vossa graça e misericordia, com tres livrinhos de meditações que dei á estampa, e foi tal o vosso patrocinio que foi geral a sua aceitação, e segundo ouço, tambem o seu fruto, e se de uma e outra cousa é testemunho o gasto dos livros, estes o tiveram tanto, que imprimindo-se muitas vezes, o gasto da ultima impressão é como se fora a primeira; e tudo reconheço dever ao vosso soberano patrocinio, e o mesmo espero e imploro para estes sermões, e como neles pode ser maior o perigo, neles se ha-de ver mais a eficácia da vossa Protecção».

Ao pio leitor explica depois a razão desta publicação; havia prometido continuar as *Meditações*, «especialmente das acções principais, dispostas pela Igreja nas domingas do ano». Não o tem podido ainda fazer, pois além dos seus achaques, tem as ocupações continuas da Congregação e as que de fóra lhe vem, por isso e a pedido d'alguns amigos, vem no entretanto dar á estampa

alguns dos seus sermões, pregados antes da fundação da Congregação, que lhe parecem mais doutrinais a saber:

Do juizo final; da Cinza; da dominga da septuagessima; da Circuncisão; da segnuda dominga do advento; da quarta-feira de quaresma; da primeira dominga da quaresma; da primeira sexta-feira de quaresma; da terceira sexta-feira da quaresma; do Mandato; da Soledade; do Santissimo Sacramento; de S. José; de exequias; da quarto dominga do Advento.

Da censura que o Padre Mestre Sebastião de Magalhães, da Companhia de Jesus e qualificador do Santo Oficio fez a este tomo de sermões, extraimos as seguintes frases:

«Nos sermões e práticas que ainda hoje (o P.e Bartolomeu de Quental) faz na sua Igreja, é um ardentissimo orador, que com o fogo do Espirito Santo acende os corações dos ouvintes e os exorta á reformação de suas vidas, como quem bebeu o Espirito abrasado do seu grande Patriarca S. Filipe Neri que prescreve por instituto a seus filhos sejam suas pregações dirigidas ao fruto espiritual dos ouvintes». E referindo-se agora propriamente á obra: «Ultimamente porque a idade e santas ocupações lhe impediram o exercicio do pulpito, dá agora á luz estes Sermões, pelos quais excitará a seus leitores, como antigamente o fazia a seus ouvintes».

O R. P. Mestre Fr. Mannel da Graça, Qualificador do Santo Oficio, da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, censurando este tomo de sermões, diz que por muitas razões não devia esta obra ir a suas mãos para censura, e uma é por ser obra dum sujeito de tão relevantes e tão amontoadas prendas, que é avaliado de todos por um insigne heroe deste seculo e outra porque «o teste-

munho que melhor qualifica e mais adequadamente abona os sermões dum prègador é a experiencia de que ele nas obras, virtudes e acções proprias, se conforma e ajusta com os ditames, direcções e conselhos que nos tais sermões dá para instrução das alheias».

Do sermão do Mandato:

«Costuma dizer o mundo que a ausencia mata amor, e diz bem, porque fala do humano; mas no Divino a ausencia não mata amor, mata de amor.— *Adjuro vos filiae Jerusalem si inveneritis dilectum meum, ut nuntietis ei, quia amore langueo,* dizia a esposa divina ás companheiras: se encontrares meu esposo, dize-lhe que estou morrendo de amor:— «*Quia amore langueo*». E não leio que encarecesse nunca tanto o seu amor como agora: e pois Esposa divina, só agora cresceu tanto em vós o amor de vosso esposo, que vos põem ás portas da morte? Sim, que o amo ao divino, e agora estou ausente e por isso em mim a ausencia não mata amor, mata d'amor: «*Amore langueo*». O amor na companhia é amor que ama, o amor na ausencia é amor que ama e mata. O amor que Cristo teve na companhia, foi amor, que amou aos homens: «*Cum dilexisset suos*», o amor que teve quando se ausentava, foi amor que amou aos homens e o pôs a ele no fim, e pondo-o o amor desta ausencia no fim chegando-o ás portas da morte, nem desistiu da ausencia, nem fraqueou o amor, antes costumando o do mundo diminuir-se com a ausencia, o de Cristo continuou com a ausencia e alentou-se com a morte; e a razão desta diferença é porque os homens consideram a ausencia como morte, Cristo considerou a morte como ausencia. A morte como põe termo a tudo, tambem o põe aos afectos, a ausencia como só divide não põe termo aos afectos, ainda que divida as pessoas. Isto suposto, os homens considerando a ausen-

cia como morte, que põe termo aos afectos, desobrigam-se do amor: Cristo considerando a morte como ausencia, que só divide as pessoas, mas não põe termo aos cuidados, vai proseguindo as finezas».

Sermões do Padre Bartolomeu de Quental.

Impresso na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, Lisboa. 1694;

2.º tomo.

Compreende os seguintes sermões:

Do Juizo, primeira dominga do advento; da segunda dominga do advento; da terceira dominga do advento; da quarta dominga do advento, da Imaculada Conceição da Virgem Maria Senhora nossa: da Cinza; da quarta-feira de quaresma; de uma profissão na festa de S. João Baptista; da segunda sexta-feira de quaresma; da Santissima Trindade; da quinta quarta-feira de quaresma; de Santa Clara; da primeira sexta feira da quaresma; do Mandato, do Sacramento, da terceira dominga da quaresma.

Do sermão de quarta sexta feira da quaresma:

«E' o pecado disforme, porque é monstro, que se os partos monstruosos são monstros, porque nascem disformes á natureza, o pecado é monstro porque nasce disforme á razão, e por ser disforme á razão, é tão horrendo monstro, que faz de um Anjo um demonio; pode haver monstro mais feio que o demónio? Não por certo; e quem fez do Anjo monstro e demonio senão o pecado? Não tem o demonio outra nenhuma diformidade ou fealdade mais que a do pecado, tudo o mais é de Anjo; e se o pecado fez de Anjos monstros e demonios, mais horrendo monstro é um pecado que um demonio.

Sermão funebre nas exequias da Ex.ma Sr.a D. Leo-

nor Maria de Menezes, condessa de Atouguia, que foi prègado no convento de S. Francisco de Xabregas no ano de 1664.

Impresso em Lisboa por Henrique Valente d'Oliveira no ano de 1665. (1)

FR. MANUEL DE S. LUIZ.—Nasceu em Vila-franca do Campo da Ilha de S. Miguel, sendo baptizado na Matriz deste Arcanjo a 29 d'agosto de 1660, filho de Manuel de Fontes e Maria d'Oliveira.

Aos dezanove anos de idade, pela muita vocação que mostrava para a vida eclesiástica, entrou para o convento da ordem menor de S. Francisco, na cidade de Ponta-delgada, florescendo aí o seu engenho na musica, filosofia, teologia, medicina e até em jurisprudencia.

Foi um dos bons professores do seu tempo; eleito definitor, sendo ao tempo lente de prima, no capitulo da Provincia de S. João Evangelista da Ordem de S. Francisco, no Arquipélago dos Açores, celebrado em Ponta-Delgada a 30 de maio de 1699; guardião do convento da Vila da Praia da Ilha Terceira. Provincial desta provincia de S. João Evangelista, sendo já leitor jubilado, na eleição realizada no capitulo que teve logar a 30 de maio de 1705, em cuja qualidade celebrou congregação em Ponta-delgada a 27 de novembro de 1706. Foi ain-

(1) Vid. Arguivo dos Aaores, V. 1.º paq. 392.
Barbosa—Biblioteca Luzitana.
P.e Antonio Cordeiro—Historia Insulana pag. 268.
Francisao Afonso de Chaves e Melo—Margarita Animada, paginas 351.
Manuel Bernardes Branco—Portugal na época de D. João V, paginas 78.
Pedro Diniz—Das Ordens religiosas em Portugal paginas 158.
Dr. Ferreira Deus la lo—Educadores Portuguêses, pag. 322.
Pinheiro Chagas—Dicionário Popular.

da Padre mais digno da Custódia de S. Miguel e Examinador Sinodál do Bispado d'Angra.

Faleceu a 14 d'agosto de 1736, com a avançada idade de 76 anos.

Temos conhecimento das suas seguintes obras:

Rudimentos concionatórios. Impresso na Oficina Ferreira, em Lisboa, no ano 1708.

Contém os seguintes sermões:

1) Sermão do Espirito Santo, prègado no Mosteiro da Esperança, da cidade de Ponta-delgada, á Reverenda Madre Barbosa do Bom Despacho, sobre quem caiu a sorte de Imperatriz, no ano de 1703.

Assim começa:

«Que diferente está hoje o monte Sião, do que esteve lá antigamente o monte Sinai: sendo que tudo o que sucedeu no monte Sinai, antigamente, foi o mesmo, que hoje se obrou no monte Sião; mas como no monte Sinai foi só em sombras e em figura, como disse S. Jerónimo, por isso hoje vai tanta diferença de monte a monte, quanta vai da figura ao figurado e da realidade á sombra. Ora declaremos os sucessos que nestes dois montes aconteceu e d'aí colheremos os efeitos que resultaram».

2) Sermão dos escravos de Jesus, prègado em dia de Reis com circunstancia de novo Jubileu, que se alcançou para a dita festa, no Mosteiro da Esperança da cidade de Ponta-delgada.

3) Sermão do Evangelista S. Mateus, prègado no Paço do Ex.^{mo} Conde da Ribeira, no ano de 1700.

«Cum transiret Jesus, vidit hominem redentem in telonio Matthœum nomine e dixit illi: Sequere me». — Math. 9.

«Cuidava eu até agora que o parar o Sol antigamente ás vozes de Josué fora o maior prodigio, que no Mundo

jámais se viu, porém pondo hoje os olhos no Evangelho deste dia, vejo que ainda sucedeu no Mundo outro prodigio maior. Cuidava que o parar o sol ás vozes de Josué fora o maior prodigio e fora o maior milagre: porque se a maioria é um milagre e a grandeza de um prodigio então se deve reconhecer por suprema quando a cousa, que por ele se obra, tem maior dificuldade; não vi eu dificuldade maior que fazer parar o Sol, sendo tão grande no corpo e tão veloz no movimento.

Pôde Josué fazer, diz Santo Ambrosio, que o Sol parasse, porém não pôde fazer que a avareza de um homem se detivesse: ás suas vozes parou o Sol, porém não parou a avareza ás suas vozes».

4) Sermão de Santo Antonio, prègado no Paço do Ex.^{mo} Conde da Ribeira, na festa que fazem os soldados do presidio, com a circunstancia de ser o santo seu protector, estando o Santissimo manifesto e o mesmo Santo ao pé do trono.

5) Sermão de Santa Clara, com o Senhor exposto, prègado no Mosteiro da Esperança de Ponta-delgada, estando junto ao trono do Sacramento N. P. S. Francisco de uma parte e a Santa da outra.

6) Sermão da esclarecida Virgem e gloriosa Martir Santa Bárbara, prègado no Mosteiro de S. João de Ponta-delgada.

7) Sermão de profissão da Reverenda Madre Soror Teresa da Anunciada, prègado no Mosteiro de Santo André, da cidade de Ponta-delgada, em 3 de novembro de 1701.

«Se a ave pelo cantar se conhece, como disse um poéta, dissera eu que a voz, que ainda agora se ouviu, me pareceu a voz de cisne, que cantou: porque se é propriedade do cisne entoar suaves canticos, quando se ausenta dos bosques e se despede dos vales, como o disse com elegancia um poeta, sendo a voz que acaba-

mos de ouvir, uma voz que se despede do vale deste mundo para viver para sempre no Ceo da religião: uma voz que com tão sonora suavidade se despede das plantas, que a produziram e dos amenos prados que a crearam, bem se deixa vêr que parece de cisne esta voz, pois forma o mais doce canto no mesmo dia em que se despede do Mundo».

8) Sermão de Nossa Senhora da Victória, prègado no dia da sua apresentação, estando o Senhor exposto, no Mosteiro dos religiosos da Ribeira-grande.

9) Sermão de Nossa Senhora da Piedade, estando o Senhor manifesto, prègado no Mosteiro da Esperança, de Ponta-delgada.

10) Sermão de Nossa Senhora da Esperança, prègado na sua Igreja da cidade de Ponta-delgada.

11) Sermão pregado na mesma festividade.

12) Sermão de Nossa Senhora de Guadalupe, prègado no Mosteiro da Esperança da cidade de Ponta-delgada.

13) Sermão de Nossa Senhora do Pilar, prègado no Mosteiro da Esperança de Ponta-delgada, com a circunstancia de se colocar a Senhora em um novo Altar e entrando no mesmo dia em o dito Mosteiro uma Aia da casa do Ex.^{mo} Senhor Conde da Ribeira.

14) Sermão de Nossa Senhora do Rosario, prègado no Mosteiro da Esperança de Ponta-delgada.

15) Sermão da soledade da Senhora, prègado no Mosteiro da Esperança de Ponta-delgada.

16) Sermão de S. Tomás de Vila-Nova, prègado no Mosteiro de S. João de Ponta-delgada.

17) — Sermão do mesmo Santo, prègado no dito Mosteiro de S. João.

18) Sermão do Santissimo Sacramento, prègado na Matriz de Ponta-delgada.

19) Sermão de penitencia, prègado no convento de S. Francisco de Ponta-delgada.

20) Sermão da Paixão, prègado no Mosteiro de Jesus da Vila da Ribeira-grande.

«Para explicar um mar de tribulações e para narrar uma tempestade de amarguras, subo hoje, católico auditório, a este pulpito. Oh! se quisesse Deus que assim como estamos aqui juntos para ouvir estas penas, estivessemos tambem dispostos para chorar as nossas culpas.

Pois sabei que para este fim é que a Igreja nossa Mãe, nos traz á memória a dolorosa Paixão de Jesus Cristo e para este fim tambem é que a piedade religiosa me manda subir a este logar. Manda-me explicar-vos esta pena, para que arrependidos das culpas que foram a causa delas, ponhais emenda nas vossas vidas».

Instruções moraes e ascéticas deduzidas da vida e morte da Veneravel Madre Soror Francisca do Livramento, Abadessa que foi do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da cidade de Ponta-delgada da Ilha de S. Miguel, em dois volumes.

Impresso na oficina Augustiniana, á custa de André Diogo do Canto e Medeiros, em Lisboa, 1731.

No primeiro volume trata o autor não só da vida da Madre Soror Francisca do Livramento, como transcreve vinte e quatro poesias de varios autores dedicadas á mesma freira; a segunda parte deste volume contém um apendice da vida de Madre Joana Xavier, filha do capitão Antonio do Rego e Faria e D. Catarina Botelho do Canto.

O segundo volume é todo de doutrina e instrução ás freiras de Santa Clara.

No prólogo diz o autor: «Bem longe estava eu de pôr em execução esta obra, assim por me achar em idade

já provecta, como por viver com uma indisposição continua, porque umas vezes a podrage me aleija, outras vezes a pedra me martiriza».

Fechamos as indicações desta obra transcrevendo uma decima dedicada a Fr. Manuel de S. Luiz, expositor da prodigiosa vida da bemaventurada Soror Francisca do Livramento:

Francisca que floresceu
na virtude tão perfeita
sendo para o Ceu eleita
duas glorias elegeu:
uma no Ceu mereceu
outra no Expositor,
que em retórico primor
seus prodigios nos decanta,
e é a sua gloria tanta
que é da do Ceu explendor. (1)

PADRE JOÃO PEREIRA.—Nasceu na cidade de Ponta-delgada, filho de Antonio Pereira de Elvás e morreu em S. Roque, casa dos Jesuitas em Lisboa, com cerca de setenta anos, deixando de si honrada memória, no ano de 1715.

Aos 23 de dezembro de 1661 entrou para a Companhia de Jesus e «leu humanidades seis anos nas Ilhas e no Porto; estudou filosofia e teologia em Coimbra e foi prègador de excelente estilo, como se vê em um tomo seu impresso e foi tão exemplar e de tantos talentos e governo, que foi Reitor de Angra, de Elvas, de Santarém, Secretario da Provincia de Portugal, Provincial da

1) Vid. Revista dos Açores, pag. 300.
Vid. Biblioteca Açoreana.

Provincia do Brasil, Reitor do Colégio de Coimbra, Visitador geral e vice-Provincial de Portugal».

Temos noticia de ter deixado impresso uma obra que intitulou *Exortações domesticas*, em um volume e uma outra onde resume algumas das suas orações sagradas sob o nome generico de *Sermões*. (1)

D. FR. BARTOLOMEU DO PILAR.—Nasceu na Vila das Velas da Ilha de S. Jorge, sendo baptizado no dia 21 de setembro de 1667, filho de João d'Avila Betencourt e Maria Silveira.

Bastante dedicado á vida religiosa, entrou para o convento do Carmo na então Vila da Horta, onde estudou artes e por dois anos seguidos Teologia com tal aproveitamento que seus superiores o mandaram continuar seus estudos na sua casa de Coimbra, onde veiu a defender com distinção as suas conclusões publicas a que se submeteu na sagrada faculdade de Teologia, recebendo o grau de Mestre.

O pai de Fr. Bartolomeu pertencia a uma familia humilde e exercia o oficio de facheiro, no Facho do morro da Vila das Velas e é tradição que para ali levava muitas vezes seu filho, que se entretinha na Ermida levantada nas faldas deste morro e invocada a Nossa Senhora do Pilar, que lhe deu o seu nnme ao entrar na vida conventual. Concluidos os seus estudos em Coimbra e a convite do Veneravel Padre Bartolomeu de Quental e por ordem do Prelado da Provincia carmelita, se embarcou nos principios do ano de 1696 para Pernambuco, abrindo a leccionação do curso de Artes na Casa da Congregação do Oratorio na Vila do Recife.

---

1) Vid. Historia Insulana do Padre Antonio Cordeiro, Livro 6, cap. 43, numero 437.
Almanaque Insulano de 1875.

A 16 de março de 1702 e no Real Convento de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Lisboa, lhe foi conferido, pelo Eminentissimo Cardeal Miguel Angelo Conti, então Nuncio em Portugal e depois eleito Papa com o nome de Inocencio XIII, o grau de doutor na sagrada Teologia, depois do que se embarcou novamente para Pernambuco a dirigir a educação e instrução dos noviços da sua congregação naquêle Estado. E ainda e pelo decorrer do tempo desempenhou nesta mesma provincia o oficio de Comissario do Tribunal do Santo Oficio, Examinador sinodál do Bispado, comissario Provincial e Visitador dos Conventos.

A nove de novembro de 1717, El-Rei D. João V, o elege primeiro Bispo do Grão-Pará sendo esta eleição confirmada pelo Papa Clemente XI por Bula de 4 de março de 1720, sendo sagrado na Basílica Patriarcal de Lisboa a 22 de dezembro do mesmo ano por D. Tomás d'Almeida, primeiro Patriarca de Lisboa Ocidental. Partido de Lisboa para o Brasil a 5 de junho de 1724, chegando a Belem, capital do novo Bispado a 29 de julho do mesmo ano. Faleceu a 9 d'abril de 1733. Em Lisboa e no convento do Carmo se fizeram solenes exequias a 10 de fevereiro de 1734, recitando Fr. João de Sam Tiago uma oração funebre.

Poucos são os trabalhos que nos deixou impressos; entre eles nomeiam-se:

Sermão nas Exequias do Ilustrussimo D. Francisco de Lima, 3.º Bispo de Pernambuco, celebradas na sua catedral de Olinda a 22 de junho de 1704. Impresso em Lisboa em 1707.

Sermão na Beatificação do B. Padre João Francisco Regis, prègado no colégio da Companhia da Vila do Recife, na capitania de Pernambuco, a 24 de maio de 1717.

Sermão na festa que se celebrou na Matriz da Vila do Recife de Pernambuco em acção de graças pela creação da nova e real metropoli-patriarcal. Lisboa, 1720.

FR. JOÃO DA FÉ.—Natural da Ilha do Pico, lente da serafica ordem de S. Francisco, da Provincia de S. João Evangelista, nos Açores.

Era um distinto prègador e nessa qualidade escolhido para na Ilha do Faial fazer a oração congratulatória na aclamação de El-Rei D. João V, e foi tão bem aceita esta oração que a mandaram imprimir em 1708, tempo em que nos Açores não havia ainda tipografia, que assim intitulou:

«*Panegirico dirigido ao muito alto e muito poderoso Rei de Portugal, D. João V, prègado na festa da sua gloriosa aclamação, que celebrou a fidelissima Ilha do Faial aos 25 d'abril de 1707.* (2)

FR. ANTONIO DE BETENCOURT.—Nasceu na cidade de Angra da Ilha Terceira, filho de José de Betencourt e Vasconcelos da Silveira, fidalgo cavaleiro da ordem de Cristo e de sua mulher D. Maria Madalena Corte Real do Canto.

Entrou para o Instituto dos Eremitas Augustianos no ano de 1714, passando d'aqui para Portugal onde ditou por alguns anos as ciencias severas; depois de jubilado na Sagrada Teologia, voltou para a patria, onde foi Prior dos Conventos de S. Miguel, de Ponta-delgada e de Angra, Vigario Provincial e Examinador Sinodal.

---

1) Vid. Revista Açoreana paginas 418.
Vid. Ilha de S. Jorge, paginas 48.
Vid. Arquivo dos Açores, 30 v. paginas 365.
Vid. Biblioteca Lusitana do Padre Diogo Barbosa Machado.
2) Arquivo Insulano, ano de 1875.

Distingue-se como orador sagrado, tendo publicado entre as suas muitas orações as seguintes:

Oração funerária nas sumptuosas exequias da Sr.ª D. Maria Ursula Brum Corte-Real da Silveira, em o mosteiro de Santo André de Ponta-delgada em 8 d'agosto de 1742. Impresso em Lisboa em 1750.

Breve periodo da famosa vida e virtuosa acção da Veneravel Francisca do Livramento, religiosa do Seráfico de Nossa Senhora da Esperança da Ilha de S. Miguel—que segundo Barbosa, na sua Biblioteca Lusitana, estava pronto a imprimir, na data do seu falecimento.

PAULO PEREIRA.—Nasceu na cidade de Angra no ano de 1656, filho de pais nobres, militares, por seu pai, Ajudante de guerra do Terço do Castelo de S. João Baptista da dita cidade.

Educado no colégio da Companhia de Jesus de Angra, seguiu com tal distinção os seus estudos que foi convidado por seus superiores a entrar naquela Companhia, fazendo seu noviciado com exemplar observancia.

Afim de seguir seus estudos superiores, passou para o Colégio de Coimbra, onde estudou filosofia «com tal aplicação e tal engenho para ela, que nenhum dos seus doze condiscipulos o venceu e poucos o igualaram», entrando depois no estudo de Teologia onde tambem se distinguiu.

Ordenado e graduado, foi para a Ilha da Madeira onde passou uma quadra da sua vida prègando e lendo

---

1) Vid. Revista Açoreana.
Vid. Biblioteca Açoreana.

Teologia moral, indo depois para Angra, sua terra natal, com a mesma incumbencia e por fim para a Ilha de S. Miguel como Reitor do seu Colégio, onde tambem esteve algum tempo.

Foi o prègador da Companhia em S. Roque, Lisboa, para onde seguiu de Ponta-delgada e Lente de Moral Teológica no Colégio de Santo Antão.

A sua grande vontade era ir missionar no Japão e China, não tendo ido por os seus superiores lhe não poderem dispensar os serviços em Portugal, principalmente em Lisboa, onde era conhecido e procurado até pelo proprio Rei D. João V, que o quis para prègador da sua Capela.

Nas horas da sua morte, que foi no ano de 1713, pediu que lhe publicassem alguns dos seus sermões que deixava em varios tomos manuscritos e o que impressos rendessem, fosse o producto para os Missionarios do Japão e China, tal o desejo que tinha de auxiliar a evangelização naqueles países, os quais na verdade sairam impressos, segundo a vontade do seu autor. (1)

FR. MIGUEL DO CANTO.—Nasceu na cidade de Angra, da Ilha Terceira, filho de Luiz do Canto da Costa, moço fidalgo, e sua mulher D. Antonia de Melo da Silva.

Passou para Lisboa e no Real Convento de Nossa Senhora da Graça recebeu o hábito de Santo Agostinho, professando a 5 de novembro de 1701.

Ditou as ciencias escolásticas, foi prior no Convento de Ponta-delgada, Provincial no ano de 1707 e publicou:

---

1) Vid. História Insulana L. 6, cap. 44, do Padre Antonio Cordeiro.

1) Vexame Teológico-moral da escandalosa praxe que no Santo Sacramento da Penitência usarão alguns confessores de preguntarem aos penitentes os nomes e habitação dos seus cumplices.

2) Tratado sobre a isenção dos Mentelatos da Ordem Augustiniana.

3) Tratado sobre o culto do Ven. San Gonçalo do Lago, Eremita de Santo Agostinho.

4) Nota aos tres breves de Benedicto XIV, ácerca dos Sigilistas.

5) Tratado juridico, em que se prova a nulidade de certo capitulo intermédio da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, do ano de 1745.

6) Tratado sobre a legalidade das jubilações de alguns lentes, que se pretenderam casar.

7) Resposta á resposta que deu um critico a este tratado. (1)

FR. ANTONIO DO ROSARIO.—Oriundo da Terra de Agua de Pau, freguesia de S. Mateus, da Vila da Madalena, Ilha do Pico, entrou para o Convento dos Franciscanos na cidade de Angra, onde se ordenou e exerceu o magistério em artes que muito o fez conhecido.

Contemporaneo do Padre Jerónimo Emiliano d'Andrade, receberam ambos lições de D. Francisco da Soledadade, que com o Dr. Vicente José Ferreira Cardoso, José Portely, Wanzeller e outros, haviam sido mandados deportados para Angra pela Regencia do Reino em 1810, como jacobinos.

Fr. Antonio do Rosario e Jerónimo Emiliano foram os primeiros que, depois das lições recebidas, ensinaram na Ilha as disciplinas filosóficas pelo sistema, então

1) Revista Lusitana pag. 334.

moderno, conforme as doutrinas de Condillac e Thracy.

Foi um orador sacro distinto; a sua palavra quente entusiasmava os ouvintes que enchiam o templo onde ele prègava.

Tem grande nomeada a oração de graças por ele recitada na Igreja da Misericórdia de Angra, na festa mandada celebrar pelo Morgado João Pereira Forjáz de Lacerda em 1823, quando Sua Magestade o Sr. D. João VI foi reintegrado uos seus—*inauferiveis direitos magestaticos.*

Esta oração e muitas outras prelecções filosóficas estavam para se imprimirem, mas a morte prematura do autor a isso impediu. (1)

PADRE VITORINO JOSÉ RIBEIRO.—Nasceu na freguesia da Prainha do Norte, do Concelho de S. Roque da Ilha do Pico, no dia 25 de março de 1780, filho de Francisco Inacio e D. Rosa Jacinta, ambos picoenses e faleceu na cidade da Horta no ano de 1868, sendo sepultado no cemitério da Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Fez os seus estudos preleminares no Convento de S. Pedro d'Alcantara, no sitio do Caes do Pico, onde professou no ano de 1799 com o nome de Victorino de S. José, seguindo depois para a Ilha Terceira a continuar os seus estudos, donde voltou em 1802, dando entrada no convento de S. Francisco da Ilha do Faial e desempenhando as funções de Vigario do Coro.

Por duas vezes se embarcou para o Brasil em procura de fortuna; professava ideias liberais e por elas foi preso em 1829 e sequestrados os bens, jazendo nas prisões da Trafaria do Continente até 1833 em que o triunfo do Constitucionalismo o veiu libertar.

1) Vid. Almanaqne Insulano para o ano de 1874.

Em 1820 e quando então desempenhava as funções de mestre de Capela da Matriz da Horta, foi armado cavaleiro professo da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, na referida Matriz.

Foi prègador de nomeada, tendo sermões de subido valor, alguns dos quais se acham impressos e entre eles nomearemos:

Discurso feito e recitado no dia 3 de fevereiro de 1822 na Matriz da Vila da Horta, na Ilha do Faial, na acção de graças pela noticia da sua independencia do governo d'Angra.

Como historiador publicou no ano de 1862 um tratrabalho intitulado:—«Breves linhas históricas, sobre as quatro Ilhas de que se compõe o distrito da Horta». Tipografia Horbense, 1862.

E' uma pequena descrição ocupando cada Ilha o seu capitulo.

Da Ilha do Faial, que ocupa o primeiro capitulo diz:

«A diversidade dos pareceres, que se apresenta sobre a prefixa época do descobrimento da Ilha do Faial, parece ser quasi igual á divergencia que se encontra sobre a sua formação.

Opinam uns que ela fôra abordada a primeira vez em 1453; outros que fora descoberta depois de S. Jorge e da Graciosa e que sendo estas além do ano de 1450, é possivel fora tambem o Faial pouco depois: mas a isto obstam outros escritores mais antigos, asseverando que já em 1449 fora o Infante D. Henrique autorizado por El-Rei D. Afonso V, para mandar povoar as sete Ilhas dos Açores, isto é segundo a ordem dos descobrimentos». (1)

1) Vid. Arquivo V.° 8, pag. 360.

PADRE FRANCISCO ROGÉRIO DA COSTA.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo a 5 de setembro de 1822, filho de Felix José da Costa e D. Joaquina Maxima de Faria, irmã do escritor Felix José da Costa, faleceu naquela cidade a 28 de agosto de 1886.

Feitos os seus estudos na cidade de Angra e ordenado de Presbitero, começou a sua vida paroquial em 1847 na freguesia da Serrêta, da Ilha Terceira; foi depois Vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Angra, Cónego honorario da Sé em 1860, examinador pro-sinodál do Bispado, cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal e do Brasil, de Nossa Senhora da Conceição e prègador régio.

Morreu pobre, que tudo quanto tinha distribuia pelos pobres, principalmente pelos da sua freguesia.

Foi o maior orador sagrado dos Açores, no seu tempo, comparavam-no ao Cónego Alves Mendes, do continente português; de grandes recursos oratórios raras vezes se preparava ou quando muito esboçava um plano apenas. «Era um sacerdote de larguissima ilustração e talento e sobre tudo um evangelizador e prègador de primeira ordem».

O seu funeral foi uma grande manifestação de toda a Ilha Terceira, sendo-lhe depois erigida uma lápide em marmore e colocada na parede laterál interior e direita da Igreja de Nossa Senhora da Conceição d'Angra, onde fôra Vigario, com a seguinle inscrição:

A' memória
do
Padre Francisco Rogério da Costa
Cónego honorário da Sé d'Angra
Benemérito Vigário desta paroquiál de N. S. da Conceição
1856-1886
onde elevou o culto religioso ás mais
edificantes consagrações

Iniciador nesta Diocese das solenes festividades da Primeira comunhão, mês de Maria, La Salete e outras Orador insigne, incansavel até á morte no ministério do pulpito que exerceu com extranho brilho e desassombro.

Nasceu a 5 de Setembro de 1822—Faleceu
a 28 de agosto de 1886.
em Angra do Heroismo

Assim o retrataram:

«Singelo e espontaneo, actual e individualista, imaginoso e interessante nas creações, impressionista e comunicativo, fugindo ás generalidades que fatigam o gosto e aos logares comuns que o embotam».

Colaborou na Trombeta Açoreana, jornal eclesiástico, politico e noticioso, que começou a 28 de novembro de 1866 e terminou com o numero 89 a 19 de junho de 1869.

Fez oposição a D. Fr. Estevam de Jesus Maria, Bispo d'Angra.

Poucos dos seus sermões foram publicados; conhccemos porém:

Oração funebre—prègada na Igreja de Nossa Senhora do Livramento da cidade de Angra do Heroismo por ocasião da missa mandada celebrar pela sociedade «Recreio dos Artistas», para sufragar a alma do seu primeiro presidente, Antonio Ramos Muniz Côrte-Real, em 1878.

Tipografia do «Correio da Terceira, 1878, Angra do Heroismo.

Assim começa:

«Este logar é santo: santo é o fim que agora nos reune: santa é a missão que exerço: e é tambem santo o desejo que agora me fez subir a esta cadeira.

Não me trouxe aqui uma ideia pretenciosa ou um sentimento de vaidade ou de lisonja, e muito menos o

desejo de me querer tornar saliente no meio de um acto que tanto obriga a nossa fé.

Não, senhores. A Igreja de que tenho a honra de ser ministro e vós filhos, não reprova que em tais ocasiões se soltem do peito expressões de sincera e saudosa amizade; porque a amizade é um sentimento santificado pelas lagrimas do Redemptor Divino. E eis aqui porque á hora em que uma Associação agradecida vem dar um publico testemunho de gratidão e respeito, sufragando a alma do seu primeiro presidente, eu não podia ficar silencioso.

Sermão de preces, prègado no dia 11 de dezembro de 1867.

Nas solenes preces celebradas na Igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Angra, nos dias 9, 10 e 10 de dezembro de 1867, a pedido do Vice-consul de S. M. o Imperador do Brasil e para implorar o auxilio divino a favor dos Brasileiros oprimidos pelo flagelo da guerra.

«Senhores.

A historia do povo de Israel parece ter sido a historia antecipada do povo cristão. Aquela historia faz menção de factos que parecem reproduzir-se entre as nações cristãs.

E assim devia ser. Se então o Senhor mostrava bem claramente a sua protecção para com aquele povo previlegiado, até que se operasse o estrondoso facto da suspirada liberdade, e se entoasse o melodioso hino da paz, hoje como que permite essas violentas perseguições porque estão passando todos os povos da terra para que a glória do seu nome seja exaltada por aqueles mesmos que cheios de criminosa indiferença parecem querer ofusca-la».

Aos Graciosenses.

Despedida do Padre Rogério da Costa aos Graciosenses em 24 de outubro de 1881 e manifestação dirigida ao mesmo pelos párocos da Ilha Graciosa.

E' um folheto de 8 paginas.

Um pequeno artigo do Padre Rogério aos graciosenses «Ao deixar a vossa bela e encantadora terra, ao separar-me de vós, no dia 15 do corrente mês, senti que as saudades me avassalavam o coração e ainda mais, senti o pesar de não poder expressar vivamente o que sentia. Tinha decorrido um mês e em todo esse tempo não só respirei o purissimo ar da vossa graciosa Ilha, mas ainda aspirei o aroma delicioso da fé que exalava o coração de cada um de vós, quando eu tinha a honra de exercer o sagrado ministério da palavra».

Depois deste artigo vem o agradecimento do Vigário Antonio José de Betencourt e dos curas Aurélio da Cunha Vasconcelos e Antonio Inácio de Serpa, da Vila da Praia, dos da Vila de Santa Cruz e dos de Guadalupe.

Fecha o folheto um oficio do Rev.º Bispo ao Padre Rogério saudando-o por aquelas manifestações. (1)

PADRE JOÃO DE SOUSA.—Nasceu no logar de Rabo de Peixe, desta Ilha de S. Miguel no ano de 1836 e faleceu no mesmo logar, desempenhando as funções de cura coadjuctor da Igreja paroquial, a 10 de junho de 1901.

Ordenou-se de Presbitero aos vinte e cinco anos, por haver começado tarde a estudar, mas fez a sua carreira literária tão rápida e brilhante que alcançou nomeada entre os condiscipulos e o corpo docente de seus professo-

1) Vid. Biblioteca Açoreana do Dr. Ernesto do Canto
Album Açoreano.
Carta do Dr. Felix Soto-Maior.

res que o proprio Bispo D. Fr. Estevam de Jesus Maria o nomeou seu familiar.

Mas o Padre João de Sousa mais desejava a vida simples, activa e livre da paroquiação que a de cerimónia e recolhimento no Paço episcopál e assim, cinco anos depois, alcançou despacho de cura da sua Igreja da sua terra de Rabo de Peixe em 1865, onde esteve 36 anos; até á sua morte.

E foi, durante este periodo da sua vida, o prègador mais festejado, popular e solicitado nesta Ilha de S. Miguel; tinha uma bela figura de orador, magnifica voz, dicção singela e expressão insinuante.

«Aliando a simplicidade rude e chã de expressão campesina á sua imaginação fogosa e meiga, de poeta mistico, os seus discursos, embora literariamente pouco preparados, eram sempre ouvidos com agrado, e por vezes amorosamente, tanto pelos homens cultos, como pelos analfabetos. E' que o Padre João de Sousa tinha, como raros, o dom de linguagem quente e palpitante de crente, que poderá talvez provocar contestações e suscitar melindres, na rudeza das suas formas extremas, mas que inegavelmente não deixava nunca impassivel nenhum auditório.

Ouvi-lo era quasi receber uma faisca de fé ardente que lhe abrasava o coração e se expandia em caudais de sentimento, através do seu verbo sincerissimo».

Prègou toda a sua vida até cair de cama para morrer; o seu ultimo sermão foi cinco semanas antes da sua morte, na festividade do Patrocinio de S. José, na Terceira Dominga do Espirito Santo.

Expunha a doutrina de Cristo com simplicidade, com fé e sinceramente, e d'aí lhe veiu a grande popularidade e o ser apreciado como prègador.

O jornal «O Localista», noticiando o falecimento diz ainda:

«No panegírico de Santa Teresa de Jesus,—a sua melhor obra sem duvida—o Padre João de Sousa mostrou-se digno émulo daquele malogrado poeta e cavaleiro *sans peur e sans reproche* que se chamou Agostinho da Cruz.

Em resumo, pode bem dizer-se que o falecido cura de Rabo de Peixe cultivou um genero de oratória sacra, de feição mistica, que entre nós, não teve precedentes e talvez tarde venha a contar imitadores». (1)

PADRE MANUEL JOSÉ PIRES.—Nasceu em Vila-franca do Campo no dia 9 de junho de 1843 filho de Vitorino José Pires e Antonia Mariana, de famílias modestas.

Concluidos os preparatórios no Liceu de Ponta-delgada deu entrada no Seminário de Angra, onde tirou o curso de Teologia, ordenando-se de Presbitero no continente, português, porque ao tempo não estava bispo na diocese d'Angra.

Paroquiou nas Furnas, Lagoa e em S. Pedro de Vila-franca como paroco amovivel, desde 1 de junho de 1875 a 31 de outubro de 1886, data em que foi canónicamente instituido Prior da Vila do Nordeste, logar este que desempenhou até á sua colocação como Vigário naquela Igreja de S. Pedro de Vila-franca, a 18 de janeiro de 1891. E durante todo o tempo que serviu como Páraco amovivel de S. Pedro e depois ainda como Vigário de S. Pedro, durante muitos anos foi o Delegado do Reverendissimo Bispo da Diocese, com o nome de Ouvidor eclesiástico, pedindo a demissão deste cargo alegando a sua avançada idade; faleceu no dia 10 de julho de

1) Vid. O Iornal «O Norte», numero 318, de 15 de junho de 1901, «O Localista» numero 41, de 20 de junho de 1901.

1921, depois de uma prolongada doença na sua casa de Vila-franca que por sua disposição testamentária deixou á Santa Casa da Misericórdia, de Vila-franca, para o seu asilo de Mendicidade.

Fez a sua época como jornalista, colaborando nos jornais:

A Voz do Povo, semanário politico que se publicou em Vila-franca e cujo primeiro numero saiu a 29 de junho de 1869.

A Liberdade, de que foi o seu redactor principal, folha politica, literária e noticiosa de Vila-franca, cujo primeiro numero saiu a 12 de outubro de 1878.

A Phenix, revista literária de Vila-franca, cujo primeiro numero saiu a 15 de julho de 1902.

Nesta Revista deixou ele a «História da Paróquia do Apostolo S. Pedro de Vila-franca do Campo», trabalho importante e de valor e em que historía aquela Igreja desde a sua fundação.

Neste interessante trabalho, dividido em capitulos, trata seguidamente:

Da antiga Vila, antiga Ermida, Ermida de Santa Catarina, sua instituição como paróquia, lista dos seus Vigarios, a nova e actual Igreja, população da freguesia.

Como orador sagrado foi no seu tempo e nesta Ilha o que maior nome conquistou, sendo ele o encarregado de quasi todos os sermões de maior responsabilidade. Deixou alguns impressos que vamos enumerar:

Homilia funebre, recitada na Igreja Paroquial de San José de Ponta-delgada, no dia 15 de março de 1877, por ocasião das exéquias celebradas por alma do Reverendo Joaquim Silvestre Serrão; são dele estas frases:

«E' de lagrimas a vida, como é de espinhos a terra em que germina e cresce! E' de prantos o findar da existencia, como é de dores o começo, o seu melancólico despontar da manhã dos dias!

. . . . . .

Não fujais, senhores, não estremeçais de pavor! Cadaver tambem sereis! Aproximai-vos do estrado da agonia, olhai como se morre! Não vedes como pela face lívida do padacente se rola como luzente pérola uma lágrima ardente? foi o derradeiro escoar da vida! Nasceu e o primeiro osculo foi de lagrimas; morreu e de lagrimas foi o ultimo bocejo».

Oração funebre, recitada na Igreja Matriz de Vila-franca do Campo no dia 14 de janeiro de 1879 por ocasião das exéquias solenes celebradas por alma do Visconde do Botelho, Nuno Gonçalves Botelho Arruda Coutinho de Gusmão, onde ha estas frases:

«Desengano cruel!

. . . . . .

Hontem cheio de vida, ébrio de esperanças, espraiando suas vistas pelos largos horisontes da sua grandeza, recolhendo em seu coração os afectos de filhos que o estremeciam, de amigos que o presavam! Hoje só, despido de tudo, limitado ao apertado recinto de uma urna funerária para em breve ser escondida na escuridão dum sepulcro, á melancólica sombra dum funéreo cipreste».

Oração funebre, recitada na Igreja paroquial de S. José de Ponta-delgada, no dia 17 de setembro de 1883, por ocasião das exéquias celebradas por alma da Viscondessa da Praia, D. Ana Teodora Borges do Canto e Medeiros.

JOSÉ JOAQUIM DE SENA FREITAS.—Nasceu na cidade de Ponta-delgada no dia 21 de julho de 1840, filho do escritor histórico, nascido no Rio de Janeiro, Bernardino José de Sena Freitas e de D. Maria José de Brito Mascarenhas Veloso e Freitas, de Sam Tiago de Tavira, Algarve.

Desde creança manifestou uma grande vocação para a vida eclesiástica; a seu pedido foi menino do Coro da Matriz de Sam Miguel de Vila-franca do Campo, onde residiam seus pais; andava de batina, desempenhava com piedade e fé as suas obrigações e promovia devoções na pequena Ermida de Nossa Senhora da Victória, que ficava proxima da sua casa de residencia na dita Vila.

Era como seu pai, ao menos na mocidade, muito legitimista; conta-se a este propósito a interessante passagem seguinte:

Seus pais passavam algum tempo do ano no logar de Agua d'Alto, nas terras da capela dos Lázaros que haviam sido dadas a seu avô, em tres vidas. A casa de morada ficava por detrás da Igreja, invocada ao Lazaro da parábola, nas terras da Capela; e os filhos frequentavam então muito a Igreja, ajudavam á missa, tocavam nos sinos e passavam a maior parte do dia entretidos naqueles afazeres religiosos.

Um dia sentiu-se repicar com todos os sinos e em sinal de gala, ao meio dia; ficaram todos admirados:

—Quem seria?

O sacristão, a cargo de quem estavam os sinos correu a toda a pressa á Igreja para saber quem se lhe havia adiantado a dar o «meio dia» e com todos os sinos; o pàroco veiu á porta da rua da casa a vêr se via alguem no adro que lhe informasse daquele disparate; e no entanto os sinos lá ressoavam no seu toque dobrado, que durou todo o tempo do estilo.

O sacristão encontrou a porta da torre fechada por dentro; quem quere que era que lá para cima estava, havia-se assim acautelado d'alguma visita importuna. Esperou que descesse; d'aí a pouco a fechadura dava a volta e saiam da torre os dois filhos do senhor Morgado Sena Freitas, como então lhe chamavam.

—Oh! meninos, que disparate é este de dar meio dia com todos os sinos?

—Faz hoje anos, diz o que mais tarde foi o Padre Sena Freitas, Sua Magestade o Senhor D. Miguel I.

E muito conscio dos seus deveres, os dois filhos do Senhor Morgado, sem mais explicações, lá foram seguindo o seu caminho.

O sacristão não respondeu, fechou a porta da torre, deixou a chave na fechadura, como de costume, e encolhendo os ombros, lá se foi pelo adro fóra tambem.

Com a saída de seus pais para o continente português, José de Sena Freitas, continuou os seus estudos, iniciados em Vila-franca, no seminário de Santarem, indo porém completar os preparatórios no de Coimbra.

O curso teológico foi tirá-lo no grande seminário de S. Lazaro, em Paris e aí se ordenou de presbitero, entrando para a congregação das missões dos Lazaristas.

Missionou pelo Brasil, prègando e ensinando; mas, alguns anos depois, debilitado por um fatigante trabalho, renunciou á vida de missionário, que tanto amava, por falta absoluta de forças fisicas e regressou a Portugal.

Em 1884, vôltou novamente ao Brasil, montando em S. Paulo, onde então se fixou, um colégio de ensino geral, mas pouco tempo presistiu e voltando para Portugal foi feito Cónego da Sé de Lisboa pelos seus méritos como escritor e prègador, logar que ocupou até ao advento da Républica em 1910, voltando de novo ao Brasil onde morreu em dezembro de 1913. As suas cinzas po-

rém repousam no cemitério de São Joaquim de Pontadelgada, enviadas pela «Fraternidade Açoreana» do Brasil, para serem guardadadas pelos seus patricios os restos dum irmão tão ilustre, não só pela sua inteligencia e pela sua larga cultura, mas tambem pelo seu caracter austéro e vigoroso, como o provou nas muitas pelejas literárias em que esteve metido. «A minha espada é a pena de polemista, que só a morte me arrancará», escreveu ele.

Era uma alma cheia de fé que em todos os tempos e dentro de toda a sua vida não teve um momento de duvida ou fraqueza. «Homem sincero e pelejador, diz Antéro de Figueiredo, de nervosa actividade, este padre pôs no Brasil o seu verbo claro a missionar gentios, e em Portugal a sua pena vibrante a escrever panfletos contra alguns altos espiritos do seu tempo, infelizmente eivados dos erros dum filosofia, de uma politica, de uma literatura anti-religiosa».

Cabe-nos agora aqui mencionar, para de uma maneira geral provar esta nossa opinião, a tradução anotada que fez da obra de Henri Lasserre «O Evangelho segundo Renan» em resposta ao livro que vogava então por toda a parte «Vie de Jesus de Renan».

Porque os Jesuitas eram em Portugal combatidos, odiados e injuriados, ele traduz — «Os Jesuitas de Paul Féval, que os colocam no seu logar. E traduz de Sigur o seu trabalho «Conversas sobre o protestantismo», «O Concilio», por assim entender que defendia a sua causa católica.

E não tem receios no momento em que Lisboa aplaude Antonio Enes pelo seu trabalho de teatro «Os lazaristas» que finaliza o acto com a apóstrofe «guerra ao Padre por honra da liberdade» — de sair á estacada e intimar aquele escritor a provar as suas afirmações e

um só lazarista, que lhe servisse de modelo para aquela sua peça.

E foi de encontro ao maior poeta do seu seu tempo —Guerra Junqueiro—com a sua *Autópcia á Velhice do Padre Eterno,* achando-se ferido no seu coração de Padre Católico a tanto desprimor para as cousas sagradas e para o próprio Cristo, respondendo-lhe á farsada daquele poema, assim.

Nunca perdeu ocasião de entrar em combate pelo seu credo e contra todos, que não lhe atemorizavam os nomes e as situações que gosavam; que o diga o pamfleto *As novidades no pelourinho,* quando «O dente clerófago do Sr. Emidio Navarro mordeu nas vitimas indefesas com um açodamento de abutre». Que o diga, de uma maneira ainda mais levantada o seu trabalho *Os nossos bispos do continente* escrito a propósito das exéquias católicas feitas a Alexandre Herculano, em que com o arrojo de que n nada teme na sua vida de missionário e de Padre, diz aos Bispos que a sua esfera de acção não se circunscreve a ordenar sacerdotes, crismar fieis, a pontificar em solenidades, a conceder despachos, a fazer visitas pelo bispado e a tomar assento na Camara dos Pares do Reino. E' dever do Bispo prègar, instruir, evangelizar.

E diz depois: «Ha quanto tempo emigrou do pulpito português a palavra episcopal?»

E' dever do Bispo promover por todas as formas a educação não só cientifica, mas moral, mas sacerdotal do clero, unica que a este pode garantir a exemplaridade futura no seio dos povos, a fim de que se vá a pouco e pouco enrolando o enorme sudário dos escandalos clericais que desarmam a eficácia da palavra.» «Que têm feito os nossos bispos para obter estes resultados?»

E quasi a terminar diz cheio de fé e de quem sabe que é o responsavel pelo que escreve:

«O clero, entre nós, não passa, em grande parte, do paralitico do Evangelho. Se se lhe pregunta a causal da sua inércia, desta moléstia endémica e fatál que o inutiliza até certo ponto, acosta-se ao exemplo de inacção do alto clero e responde: Mas que havemos nós de fazer sem o apoio dos bispos».

E conclue «Falta-lhes um homem, e esse homem é o Bispo.»

Falando de Antero de Quental, o mais estudado e querido poeta disse:

«Não posso levar a bem que ele pusesse o seu muitissimo talento ao serviço da mais desoladora das filosofias, da filosofia Shopenhanriana.»

Era contundente, não deixava passar uma injuria, como soldado sempre pronto respondia logo.

Conta-se que um dia, ao passar por uma das ruas de Lisboa, sentiu vir de um grupo de gente bem vestida um insulto ao habito que trajava. Parou e olhou em róda e vendo passar um rapazinho, fitou-o ameaçadoramente:

—Então? já te ensinaram a insultar um Padre?

O pequeno ficou aturdido, não compreedia o que aquele Padre, alto, magro, moreno, de olhar tão fixo, lhe queria dizer.

Do grupo dos bem vestidos, veiu em seguida a mesma voz:

—Não foi ele, Padre, fui eu.

O Padre Sena Freitas olhou então aqueles senhores que sorriam, bem sabia que deles é que viéra o insulto, dirigir-se ao pequeno foi um pretexto; e numa pequena cortezia:

—Ah! desculpe, mas a frase era de garoto.

E seguiu direito a rua de Lisboa, tendo assim castigado a insolencia.

O que mais o magoou, dizia então, é que nesse grupo de senhores estava um Açoreano, um patricio seu.

Era uma alma cheia de fé que em todos os tempos e dentro de toda a sua vida não teve um momento de duvida ou fraqueza.

De uma outra ocasião, seguia viagem num compartimento de segunda classe num comboio com varias pessoas, entre as quais um casal novo, desenvolto, um certo ar de petulancia, que falava em inglês.

O Padre Sena Freitas reparou de principio que não ia bem acompanhando, sentou-se num extremo, abriu o seu Breviário, benzeu-se e começou a rezar.

O rapaz redobrou na chacota com a companheira, descambando em ditos baixos, obscenos, indo até quasi a extremos.

O Padre Sena Freitas não se desconcertava, eles falavam em inglês, um inglês de marçanos, mas exprimiam-se indecentemente.

Numa certa altura o galã em ar de troça pregunta em rasoavel português ao Padre Sena Freitas:

—Para que serve isso?—e apontava o Breviário que o Padre lia.

—Para pedir a Deus,—respondeu-lhe no mais correcto inglês—nos dê uma lingua limpa.

E baixou os olhos sobre o Breviário enquanto o casal de estouvados ruborizava até aos olhos.

E' que não sabiam que ia ali o Conego Sena Freitas que era alguem entre gente culta.

Tal foi o homem que nasceu nesta linda Ilha de S. Miguel e foi morrer ao Brasil, a sua segunda Patria, como então dizia, cujas cinzas repousam no cemitèrio de S. Joaquim, de Ponta-delgada, enviadas pela «Fraternidade Açoreana do Brasil» que quis que os seus patricios fossem os guardas dos restos daquele irmão tão ilustre, não só pela sua inteligencia e pela sua larga cul-

tura como pelo seu caracter austero e vigoroso.

Amou o seu ninho paterno, a sua querida Ilha de S. Miguel com o carinho e os disvelos de filho, tinha saudades de vêr essas montanhas, ele mesmo o confessa: «Quando rodados quarenta anos de ausencia e vencido enfim por uma saudade imperiosa que não cedeu mais a obstáculos, vim procurar-te, ninho querido da minha infancia, parecia-me realmente que o Oceano te esconderia sempre aos meus olhos e que a terra que eu veria seria qualquer outra, mas não tu. Eras um sonho de quarenta anos que continuarias sempre a sê-lo para mim, porque só em sonho eu poderia tornar a palmilhar essas ruas que outrora percorrera pela mão de meu pai, ora tropeçando, creança de sete anos, ora levantando-me. O desejo muito vivo é alternativamente crédulo e incrédulo.»

As suas muitas viagens, os países lindos que percorreu não lhe fizeram esquecer este pedaço de terra onde nasceu, este recorte das suas costas, este viço da sua vegetação, estas pedras negras de vulcão, tendo para ela estas palavras num artigo que intitulou — O meu ninho paterno:

«O fundo misterioso dos mares, não podendo encerrar tanta seiva, tanta pujança de fertilidade, bolsou-te de si proprio e atirou-te por sobre a superficie enrugada das suas aguas, pérola vulcánica brotada das suas entranhas, ilha formosa de S. Miguel, não jardim da Europa á beira-mar plantado, mas nenúfar do Atlantico, desabrochando no espaço tua corola de basalto!

Altiva odalisca, coroada do teu turbante de nuvens, envolto o rosto na gaze da tua atmosfera nimbrosa, pareces como a filha de Stambúl, recusar a vista dos teus encantos ao estrangeiro que te demanda, mas é para tentá-lo a vir devassá-los em teu regaço».

Descrevendo assim a sua chegada á Ilha, na sua vi-

sita, passados tantos anos, mas reconhecendo-lhe as feições, uma por uma diz ainda:

«E senti dilatar-me o peito com um respirar insólito e se me abriu aqui dentro onde vibra o coração e o amor sagrado da patria, uma torrente de sentimentos dulcissimos até á consternação que nem a pena sabe traduzir, nem mesmo o espirito formula noutra linguagem que não seja toda vaga e intima. Queria naquele momento possuir os cem braços de Briareu para abraçá-la sobre o peito ou o poder do velho Pan para confundir com ele, por um instante, a minha propria existencia. Assim te quero S. Miguel».

Sena Freitas conhece-se, ele mesmo o diz no seu prólogo dos «Escritos católicos de ontem».

«A pena corre-me algumas vezes menos meliflua, não o nego; mas tenho para mim que a missão do escritor, hoje mórmente, é uma Missão especial e inconfusivel com outra qualquer, e o leitor ha-de confessar comigo que ha certas deslealdades repelentes de principios e teorias que só se podem analizar á mão teste, para produzirem na opinião publica a repulsão que merecem.»

Conhecemos-lhe as seguintes obras:

Perfil de Camilo Castelo Branco.—Tipografia King, Leroy King Bookwalter, S. Paulo 1887.

Não é uma biografia, as biografias não se fazem em vida dos homens e Camilo ainda era vivo quando saiu a lume este perfil. «O que se oferece ao leitor diz o autor, é o contorno rápido de um enorme vulto literário delineado por um dos seus cultores. E' a autopologia ou o duplo perfil fisico e moral de um amigo. mas por um amigo independente».

Conta depois como conheceu Camilo; foi na Povoa de Varzim onde ambos procuravam melhoras aos seus acha-

ques; procurou-o em casa, apresentou-se como filho de um seu velho amigo Bernardino José de Freitas.

Camilo não é o que mostra em seus romances, parecendo ser uma creatura que «só sabe historizar herpes ou rir a bom rir dos homens e das tolices deles com a gargalhada toxica de Rabelais». Nele ha todos os movimentos animicos que podem agitar o coração do homem: a admiração, o amor, o odio, o desejo, a alegria e a tristeza; nele tudo isto se encontra. Facil era receber dele um elogio que êle «vê com o olhar desanuviado de uma inteligencia a quem não tolda o fumo vil da inveja nem tonteia o vágado das soberbas mesquinhas. Poucos são os literátos portuguêses de mérito a quem não tenha consagrado uma palavra, uma frase, uma pagina de aplauso, de apreço ou pelo menos de animação». «Mas por isso mesmo que é capaz de encomiar é tambem capaz de verberar».

Fala depois de Camilo com o homem de inteligencia, de como manejava a lingua e das suas crenças. Não é ateu quem como Camiloo defendeu a divindade de Cristo.

Termina o seu estudo com a publicação de algumas cartas recebidas de Coimbra, em muitas das quais se avalia o estado d'alma deste grande escritor português.

A palavra do semeador.—Sermões, orações funebres, discursos, conferencias, alocuções, pronunciados no Templo e fóra dele. 1867-1903. Impresso na parceria Antonio Maria Pereira, Livraria Editora, Lisboa, 1905.

Compreende este trabalho tres volumes; no primeiro diz-nos o autor no seu «A' maneira de prefácio» o motivo porque agora dá á estampa uma colecção dos seus sermões. Não é a vaidade que a isso o leva, é a vontade de trabalhar mesmo depois de velho.

«Pouco prègarei d'aqui para o futuro, porque estou velho, embora a chama se não tenha ainda apagado e a

assás longa e trabalhada carreira percorrida tantas vezes assaltada de crueis achaques teem talvez algum direito a gosar o repouso da vocação final. Pois bem; a palavra impressa e publicada continuará a falar áqueles que não puderam ouvir a palavra proferida. Então foi num Templo, a um auditório, agora sê-lo-ha no interior do gabinete em intima conversação com o leitor e assim continuarei a produzir talvez algum bem nos espiritos e nos corações dos meus irmãos».

Mencionemos agora os sermões contidos neste volume:

Excelencia do homem.—Diz que para rebater os instintos do orgulho do homem se lhe repete aquelas palavras solenes da Igreja:—Lembra-te homem, que és pó e em pó te has-de tornar.

Neste sermão vai tomar uma outra orientação e dizer-lhe que o homem é um mundo em abreviatura e reune em si o universo inteiro.

Dignidade e nobreza da alma humana.—Fomos feitos á imagem e semelhança de Deus, entre a nossa alma e Deus ha uma relação de natureza espiritual que lhe dá a dignidade e nobreza.

O trabalho e o preço do tempo.—«O Senhor Supremo concedeu o tempo ao homem para ser a tela ou o grande bastidor sobre o qual tecesse a trama da existencia».

Sobre a Incarnação de Jesus Cristo.—«E o verbo se fez carne. A incarnação de Jesus Cristo é a consumação dos vaticinios de quarenta séculos, a aurora auspiciosa da regeneração do homem, a pedra angular de todo o edificio do cristianismo».

Eucaristia.—que tomou por tema «Lá dos Ceus, Senhor, trouxeste aos homens um pão do mais delicioso sabor».

Ainda sobre a sagrada Eucaristia—cujo tema foi: «A minha carne é uma verdadeira comida e o meu sangue uma verdadeira bebida».

Sobre uma primeira comunhão—termina este lindo sermão dizendo: «Festas mais comoventes do que estas só as da patria do Ceu».

Sermão sobre o Espirito Santo ou o Magistério da Igreja—sob o tema: Assim como meu Pai me enviou eu tambem vos envio.

Outro sobre o Espirito Santo.—«Insuflou nele um hausto vital e tornou-se uma alma vivente».

Tanto amou!

Discurso proferido na festa do Sagrado Coração de Jesus, realizado na Igreja de S. José da cidade de Pontadelgada, onde o autor fora baptizado, em agosto de 1897.

Recortamos os seguintes interessantes periodos onde revela o seu grande amor a Deus e o seu alto patriotismo.

. . . . . .

Tudo me fala do coração de Deus neste incomparavel espectaculo. Como ele sorria para vós, meus patricios, quando transmitia á vossa ilha a graça senhoril da princesa do arquipélago açoriano; quando punha nesses montes o abrupto magestoso dos defiladeiros da Suissa, quando desatava madeixas de aguas purissimas e copiósas nas arestas das vossas colinas, quando excavava lagos formosos e vastos no fundo dos vossos vales para os astros

se mirarem nesses lagos, quando afestoava de hortensias sem numero as encostas dos montes e os algares das cratéras, quando franjava de variadissimos fétos, como de rendas fantásticas, as grutas da vossa ilha e vestia de incrivel fertilidade essas planicies que só pedem à semente um pretexto para produzir, e passeava o pincel ultra genial do artista unico, desde o colorido das flores mimosas que parecem idilios até ás sombras profundas dos pinheirais, que semelham recintos de meditação! Como não vêr, repito, a mão, e ainda mais, o coração de um Deus em tudo que Ele realizou e manifestou pelo seu Verbo? Pelo seu Verbo, disse eu. E de facto, pelo Verbo foi tudo feito e sem ele nada saiu do nada, *omnis per ipsum facta sunt et sine ipso factum est nihil quod factum est,* porque este Verbo de Deus é o seu Filho Unigénito, o esplendor da sua glória, a imagem substancial da sua própria divindade e para assim dizer, o braço executor das obras que compõem a creação universal. Que pensar, porém, quando não se trata mais da ordem inferior da natureza senão da ordem superior ou remontada da graça; quando não se trata mais da primeira e simbólica revelação de Deus, entrevisto no espectáculo do universo, mas da segunda revelação de Deus manifestando-se no seu próprio Verbo feito carne, e da manifestação do proprio Filho Unigénito de Deus, na expansão magnifica dos tesouros do seu amor? quando não se trata mais de alguns raios do ser divino retratados no prisma do globo por nós habitado, mas do proprio Sol do Coração de Jesus Cristo, patenteado, conhecido, pregoado nas palavras de vida e de caridade que exalaram de seus labios, nos encantos do presépio, no nobre suor do juvenil operário de Nazareth, e nos horrores do Calvario?

A festividade que hoje se celebra nesta Igreja é uma homenagem prestada ao Coração sacratissimo de Jesus,

e prestada com a grandiosidade opulenta de um culto que traduz não menos a vossa fé que a vossa piedade. A mim foi dado ser a sua voz humana e sacerdotal, aceitando a honra de ser o orador da presente festividade. Se tal honra me não tivesse sido proposta eu a teria pedido. Não o nego, nem o escondo. Queria subir a este pulpito. Era uma das ambições da minha vida. Falar pela primeira vez na cidade onde nasci, no próprio templo onde tive a ventura de receber o baptismo e onde hoje apareço, não mais revestido unicamente da tunica do meu baptismo, como cristão, mas da estola branca do meu sacerdócio e mandato de ministro do Evangelho, para dirigir a palavra aos meus proprios conterraneos, aqui trazidos pela sugestão do sentimento religioso e pelo contágio do patriotismo, de um patriotismo que eu tenho buscado honrar no limite estreitissimo das minhas forças; eis senhores, uma ventura que só se tem uma vez na vida, e essa ventura era-me bem licito desejá-la, como me é bem licito gosá-la neste momento. Esperei-a durante trinta e dois anos, que tantos conto de ordenado presbitero; perdoai-me caros compatriotas, se a emoção me embarga a voz...

Depois disto não se invoca a benevolencia de um auditório, conta-se com ela. Mas o orador sente-se sempre pequeno e nulo deante de Deus e em face de um assumpto tão transcendente como o amor de Jesus Cristo para com os homens. Se eu tivesse tido a dita de reclinar a minha cabeça, como João Evangelista, sobre o peito do Redemptor, bem sei o que diria a esta assembleia cristã. Contentar-me-ei, ó divino e doce Mestre, que uma só daquelas chamas em que arde o vosso coração, toque meus labios, passando pelo meu coração tibio e miseravel.

Nesta esperança principio.

O mandato da humildade e do amor. — «Foi Jesus Cristo o médico celeste, que, no transcurso da sua vida, mas especialmente na memoravel cena do Mandato, sem dizer neste momento da tragédia da sua crucifixão, descarregou ao orgulho e ao egoismo o golpe decisivo e subministrou ao enfermo o contra-veneno salvador. »

A Cruz e o amor.
Pensamentos afectivos dum sermão prègado no sertão da provincia da Baía.

Sexta-feira Santa.
«Foi a ultima queda!
Do seio do Pai caiu no regaço de uma virgem, do regaço de uma virgem em um presépio, de um presépiò no leito de uma cruz, do leito de uma cruz ei-lo agora caído no seio de um tumulo».

Trenos perante o alaude do Salvador.
Morreu. . . e jaz ali no ataude!
A humanidade e a natureza estão orfãos!»

Descimento da Cruz — escolhendo o texto do Evangelho de S. Marcos: — «Tendo José de Arimatéa comprado um lençol, nele amortalhou o corpo de Jesus, colocando-o em seguida no sepulcro.»

Discurso pronunciado numa Academia da Associoção Católica Portuense sobre o emblema da Cruz em 1873.

Soledade de Maria.
Prègado na Sé de Lisboa.

Surrexit.
Sob o tema. — O Senhor resuscitou verdadeiramente.

Panegirico de Santa Quitéria.

Depois de falar sobre esta santinha filha do idólatra Lucio Caio Atilio, diz-nos esta verdade: — «Não existe no Universo outro bem além de Deus, absolutamente falando, nem outro mal além do pecado.»

Sam Fidelis de Sigmaringa,

Sermão prègado na freguesia deste nome em S. Paulo, Brasil, em que descreve a vida deste santo nascido em Sigmaringa da Suissa.

Santa Clara.

Sermão prègado na Igreja das Francezinhas, em Lisboa, dizendo-nos que «No puro firmamento do catolicismo, constelado de tantos santos ilustres, é, pois. Clara d'Assis a estrela cintilante que hoje fulge sobre nós com um brilho mais intenso.

O sacerdócio católico.

Discurso pronunciado na Sé patriarcal de Lisboa, no dia 13 de dezembro de 1896, por ocasião da publicação da Bula da Santa Cruzada.

Falando do Padre e do seu programa de vida diz «que a religião não é possivel sem o padre que a personifica, o padre não é possivel sem a educação técnica que o aparelha.»

No segundo volume, que saiu a lume no ano seguinte, 1906, da mesma casa editora. bem diz a Deus por as primeiras sementes do semeador haverem sido bem acolhidas e já ao tempo poucas sementes já restarem. Na verdade logo no ano de 1908 aparece uma segunda edição que se esgota em breve.

No antilóquio deste segundo tomo diz que nas mãos dos seus colégas e dos jovens aspirantes ao presbitério, ele vai «já ao ferrar das velas e como quem se faz na

volta da terra para abrigar-se ao porto do descanso, depôr este seu segundo volume».

E em seguida então ele dá aos seus coirmãos de classe e profissão algumas maximas, algumas boas verdades de experiencia colhidas e guardadas na sua trabalhosa e assás longa vida de prègador.

«Os novos devem aos velhos o ardor em que nos esfria, os velhos devem aos novos a experiencía que nestes falece.»

Incita-os á leitura que ela será como que um arquivo para as suas preparações oratórias. E ha tempo para tudo, diz-nos o autor. «Aí vai um parecer gratuito, mas muito sincero e contraprovado pela experiencia:—dormir menos, palestrar muito menos, cercear visitas activas e desnecessarias, amar mais o *quartinho* e está descoberto o tempo que parecia faltar.»

«Não deis ouvidos a quem vos cantar que é pura vaidade apontar a mira a exprimir-vos num português correcto, de lei, mesmo assás elegante, com o intuito louvavel de assim mais segura e eficazmente logrardes o fim sublime da oratória.»

«Pouquissima leitura de diarios, que fazem perder tanto tempo, e de romances que na sua grande generalidade são um óptimo auxiliar para enveredar a mocidades em galanteios amorosos, nunca serão um adminiculo adequado, na biblioteca de um padre, para levar espiritos e orações para Deus.»

Entende ainda que principalmente os novos devem redigir por extenso os seus discursos e durante muito tempo até que lhes baste o tomar uns simples tópicos.

No atinente á exposição exterior diz: «Falai do coração e sede natural, outra vez natural na dicção, na inflexão, no gosto, e a vossa exposição exterior será agradavel e eficaz.

A alma portuguêsa ou o patriotismo e fé.

Sermão prègado na Igreja dos Mártires em Lisboa, no dia da solenidade da Senhora do mesmo nome.

E' uma oração toda patriótica, coroando de louros todos os nossos feitos gloriosos.

Portugal tambem teve o seu destino gloriosissimo, traçado pelo dedo da Providencia, e que avulta em alto relevo, em caracteres cintilantes como o sol, nas paginas frementes da nossa história patria.»

«Quem se não ha-de ufanar com os varões e com os acontecimentos cintilantes que dignificam os faustos da sua patria?»

O catolicismo perante a arte e a arte perante o catolicismo.

Sermão prègado no Santuario de Nossa Senhora aparecida, Estado de S. Paulo, no dia 25 de junho de 1888, por ocasião da solenissima sagração e inauguração do referido santuario.

Em que diz que «A Igreja, tão circunspecta e tão profunda conhecedora da natureza humana, pediu emprestado á arte os seus quadros que falam, as suas esculturas que avultam, as suas abóbodas que concentram a atenção, os seus sinos que chamam, para fazer de todos estes auxiliares a segunda escada de Jacob, por cujos degraus é dado á multidão dos cristãos subir até Deus.»

Sermão sobre S. João Baptista.

Prègado na Igreja do Rosário da cidade de S. Paulo, Brasil, tomando para tema:—«Eu sou a voz que clama. . . aparelhai o caminho do Senhor.»

Stabat Mater.

Sermão pronunciado na Sé de Lisboa, sob o tema:

«Atende e vêde se ha dor igual á minha.»

Missão divina e social do Padre.

Segundo sermão da Bula da Santa Cruzada, prègado na catedral de Lisboa.

Sermão sobre a Igreja Católica defrontada com o protestantismo.

Prègado na cidade de Piracicaba, do Estado de S. Paulo, Brasil.

Sermão familiar sobre o respeito humano,

Prègado na Vila do Canindé, Estado do Ceará, Brasil.

«Por esta palavra, respeito humano, entendo eu o crime daquêle que cora de Deus; que não ousa manifestar os seus sentimentos religiosos, porque essa manifestação lhe atraía os motejos dos impios e dos indiferentes.»

Sermão familiar sobre a maledicencia.

Prègado no logar de Santo Antonio de Sapateri, sertão da Provincia da Baía,

Define maledicencia, todo o discurso ou palavra capaz, por sua natureza, de destruir ou prejudicar o crédito alheio.

Sermão sobre a profanação do domingo.

Prègado na Igreja do Carmo da cidade do Porto em 1875.

Desenvolveu o tema: — «Não te esqueças de santificar o dia do Senhor.»

Oração funebre. pronunciada nas exequias solenes celebradas pelo Sumo Pontifice Pio IX, na Igreja Matriz dos Arcos de Val de Vez.

Oração funebre, pronunciada na Igreja Matriz da cidade de Santos, por ocasião das solenes exéquias em honra do Conselheiro José Bonifácio d'Andrade e Silva, Senador do Império, doutor em Direito, lente jubilado da Academia de S. Paulo e neto do patriarca da independencia do Brasil, José Bonifácio.

Discurso funebre, pronunciado na Igreja de S. Bento da Paulicea, nas solenissimas exéquias que ali mandou celebrar a colónia portuguêsa por alma do Conde de S. Salvador de Matosinhos, João José dos Reis, em 1888.

Era natural de Matosinhos, cercanias da cidade do Porto e enriquecido pelo comercio no Brasil.

Oração funebre, pronunciada na catedral da diocese de S. Paulo, nas solenissimas exéquias mandadas ali celebrar pela colónia portuguêsa, por alma de D. Luiz I, em 1889.

«Eis que o Rei impera hoje em um trono e amanhã é cinza.»

Oração funebre, pronunciada na Igreja de S. Julião da cidade de Setubal por ocasião das solenes exéquias ali realizadas por iniciativa da Camara Municipal em 1903, por alma de Sua Santidade Leão XIII.

Alocução, pronunciada á beira da sepultura do comendador Zeferino da Costa Guimarães, na cidade do Amparo, S. Paulo, em 1891.

A Sagrada Biblia, discurso proferido no congresso católico do centenário Antoniano realizado em Lisboa em junho de 1895, em que desenvolve o tema: «Autenticidade e valor histórico da Biblia; sua defesa perante a critica anti-cristã.»

Discurso inaugural, pronunciado na solenidade da abertura do ano lectivo de 1890 no Seminário episcopál de S. Paulo, Brasil.

Discurso sobre a religião católica em face da politica, pronunciado na Associação Católica portuense, no dia da Imaculada Conceição de Maria, 8 de dezembro de 1874.

O terceiro e ultimo volume apareceu em 1907 com a «aprovação e recomendação da autoridade diocesana, de Lisboa, o Cardial Patriarca, e uma carta do Arcebispo d'Evora, D. Augusto, em que este nos diz que «ao lado das imortais produções destes (Vieira, Bernardes e Malhão) peregrinos engenhos, ficará bem nas estantes dum sacerdote português ou brasileiro—a Palavra do Semeador—que vem engranjar um novo elo na aurea cadeia de germana eloquencia do pulpito em vernácula linguagem lusitana.»

E diz que naqueles discursos ha frescura e novidade, não na substancia da doutrina mas na forma, nas roupagens e nas combinações dos pensamentos, onde a originalidade é desejavel, é não só permitida.

Compara-o a Lacordaire, o advogado francês que abandonando a tribuna profana se fez dominicano e foi o encanto do pulpito de Paris.—«A mesma clareza insinuante, o mesmo colorido e brilho, a mesma elegancia desafectada e o mesmo tom comunicativo, encontro em muitas paginas cinzeladas a primor pela pena diamantina de Sena Freitas a quem poderão os vindouros apelidar o *Lacordaire português.*»

Compreende este ultimo volume alguns discursos, conferencias e alocuções.

Discurso inaugural pronunciado na instalação da

Associação de instrução religiosa, na cidade da Fortaleza, Ceará. Qual é a natureza, pregunta o orador em certa altura da sua oração, da associação que ides organizar? Será ela cientifica? será literária? politica talvez? ou industrial?

Não, porque é mais que tudo isso; é uma associação religiosa. Não fita o terreno, paira acima da terra e mira o Ceu.»

A prostituição e a caridade católica.

(Discurso na solene cerimónia do assentamento da primeira pedra para a construção de um edificio de Irmãs do Bom Pastor, destinado á regeneração e preservação da mulher, na cidade do Rio de Janeiro).

Neste discurso exalta os méritos da nova associação —*Irmãs do Bom Pastor*—que ao tempo contava já 190 casas por todo o mundo, onde se abrigavam centenas de mulheres e creanças que ali recebem regeneração e educação.

«A Igreja, continua o orador, é incontestavelmente a encarnação desta obra grandiosa e perene de alivio universal, porque do seu seio tem saido todas as instituições tendentes a minorar as multiplas formas sob as multiplas formas sob que se apresenta a dor.»

Discurso oficial pronunciado na solene inauguração da Escola-noturna, na cidade de Jundiaheg, S. Paulo, Brasil.

Discurso sobre a familia e a sociedade, pronunciado na primeira Academia da Associação Católica de Braga, por ocasião do XXVII aniversario da Ascensão ao trono pontificio do N. SS. Padre Pio IX.

Diz: «Aos olhos de uma filosofia materialista, a familia não passa de uma simples condição de procreação humana, uma lei puramente animal.» Aos olhos porém duma filosofia racional e cristã, a familia é mais, muito mais do que isso, é a primeira acção benéfica da Providencia sobre o recem-nascido, é um verdadeiro sacerdócio marital cujo mandato tem por alvo essencial a formação inteléctual, moral e religiosa da próle, é a oficina onde se fazem e se pulem os futuros membros da sociedade.»

Conferencia sobre a união católica, proferida na capela do antigo palácio de Castelo-melhor, em Lisboa, por ocasião da solene inauguração de um circulo ou liga católica.

Conferencia sobre o Brasil contemporaneo, pronunciada na Associação da Juventude Católica Lisbonense na noite de 23 de dezembro de 1897.

Conferencia sobre a autoridade religiosa, pronunciada na Associação Católica do Funchal, em 1878.

Conferencia sobre a questão da desigualdade social, pronunciada na mesma Associação do Funchal em 1878.

Conferencia sobre o ensino livre, pronunciada no recinto da Capéla do antigo palácio de Castelo-melhor, em Lisboa.

Discute nesta conferencia se o ensino deverá ser exclusivamente leigo e oficial ou livre e inclusivamente privado, sem distinção alguma de pessoal docente, uma vez habilitado.

«Eu sustento que deve ser livre»; e desenvolve este assunto argumentando com factos e razões.

Conferencia sobre a razão e as belezas do culto ca-

tólico, proferida na Associação Católica do Porto, em 1818.

Conferencia sobre a Igreja perante a liberdade, pronunciada na Associação Católica de Braga.

Conferencia sobre o sistema positivista de Augusto Conte, pronunciada no Congresso ginástico português, no Rio de Janeiro, em junho de 1893.

Diz que Augusto Conte enfileira na vasta sementeira de homens notaveis do seu século, mas é o producto natural das revoluções sociais de 1889 e 1893, conhecendo-se facilmente «que a tinta com que escreveu acusa a cor azinhavrada que teve por fabricantes Voltaire, D'Holbach e Lamettrie.»

Fala depois na obra de Augusto Conte *curso de filosofia positiva*—fazendo-lhe a critica, concluindo que «não pode o positivismo ser estigmatizado em absoluto, nem menos ainda, preconizado em absoluto, como doutrina filosófica, sintetizando uma interpretação geral da natureza. Ha nela um arrojado plano científico a que não regatearemos um certo tributo de admiração. Na sua parte puramente teórica, não é dificil depararem-se leis, principios observações perspicazes e sensatas, a que um históriador pode alçapremar-se até com proveito para trabalhos mais completos que os dos séculos anteriores.»

Alocução no primeiro aniversário de uma Associação de estudantes católica, na cidade do Porto em 1876.

Alocução por ocasião de uma despedida de missão em S. Francisco do Canindé, Estado do Ceará, em 1870.

Alocução sobre o cristianismo posto em paralelo com

as outras religiões e sobre a obra da Santa Infancia, proferida no santuário de Santa Quitéria de Felgueiras, em 1875.

Alocução — Ave-Maria, pronunciada na Igreja do Rosario da cidade de S. Paulo em 1887.

Alocução — Santa-Maria, pronunciada na Igreja das comendadeiras da Encarnação de Lisboa.

Alocução na cerimónia da Comunhão aos enfermos, pronunciada na enfermaria principal do Hospital do Terço e Caridade, da cidade do Porto, em 1878.

Alocução preambular a uma serie de conferencias feitas no Liceu d'artes e oficios do Dr. Betencourt, do Rio de Janeiro sobre a *religião da humanidade* de Augusto Conte. Entre 1892 a 1893.

A serie de conferencias então realizadas produziram clamor. Numa delas foi interrompida por um capitão Finza que quis contestar o conferencista. A assistencia pronunciou-se contra o interromper o orador, mas o Padre Sena Freitas pede para ser ouvido o capitão, que começa: «o conferente falta á verdade no que afirma.»

Sena Freitas, depois com «as próprias palavras de Augusto Conte, cujo catecismo tinha sobre a banca» demonstrou que quem faltava á verdade era ele capitão.

O nosso pêzame de irmãos, discurso proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa na noite de 18 de março de 1906, por ocasião da solene manifestação de homenagem, comemorando o desastre do *Aquidabam.*

Refere-se a tremenda explosão sucedida no couraçado Aquidabam, brasileiro, que cuspiu no espaço centenas de vitimas.

Critica á critica, ou duas palavras de resposta ao folheto do Sr. Padre Guilherme Dias, ácerca da *Instrução Pastoral* do Ex.mo Sr. D. Américo, Bispo do Porto, Impresso na Livraria Portuense de Manuel Malheiro, Editor, Porto, 1879.

«O Sr. D. Américo, Bispo, dirigiu em setembro passado uma notavel Pastoral aos seus diocesanos sobre o protestantismo.

Mêses depois apareceu a refutá-la, digo, a retrucar-lhe em moeda falsa, um Padre apóstata, o Sr. Padre Guilherme Dias. Passa por certo que a cria não é dele, mas de outro *in sacris* que já vai no periodo de larva ou de crisálida, e em breve será tambem ministro da seita. Nesta hipótese o Sr. Padre Dias contentou-se com o modesto papel de editor responsavel, e a sua *Resposta* tem toda a consciencia dos autómatos. . . Seja como for, quem não quere ser lobo não lhe vista a pele.

A firma é dele, tanto me basta.»

Proseguindo na critica da *Resposta* do Padre Dias, tem com este, em sonho, um diálogo que a pouco e pouco se encaminha para a conclusão que todas as apostasias do Padre Católico teem por fim o casarem-se.

—Basta de facécias, diz o tal Padre Guilherme Dias, casei-me, sim senhor, e que tem lá isso? queria antes que fosse concubinário?

A alta educação do Padre.—Introdução, nacionalização e comentação de dois notaveis discursos de Monsenhor Spalding, Bispo de Peória nos Estados Unidos. Impresso na parceria de Antonio Maria Pereira, livraria editora, Lisboa, 1909.

Tem a aprovação e recomendação de D. Antonio, Bispo do Porto e D. Manuel, Bispo Conde, de Coimbra.

Encontrou o autor nos dois discursos do insigne Bispo tais predicados, respeitantes á alta educação moder-

na do clero, que entendeu dever traduzi-los e recomendá-los aos seus colégas no sacerdócio e aos Seminários.

Não basta, diz o Cónego Sena Freitas, um eclesiástico versado em tratados de teologia, sem outra bagagem de instrução. «O Padre hoje ha-de ser militante, postado sempre, arma ao ombro, de piquete constante á guarda do depósito sagrado de fé, contra o qual o livre pensamento assenta de continuo os seus aproches. O padre hoje ha-de aperceber-se de muito mais numero de conhecimentos, ainda das ciencias naturaes e positivas para recochetar a objecção partida do bivaque de uma pseudo ciencia balôfa, compenetrar-se da sua indispensavel e prestante acção social, tomando a peito a moderna questão operária, nutrindo pelo povo, o pobre povo da blusa e pelas suas necessidades materiais, um interesse enternecido, de feitio a ganhar-lhe o coração pelo viaducto da matéria, e a trazer-lhe Deus pela viscera do estomago.»

E falando do Seminário diz-nos que ele não deve ser só o internato onde se estuda durante tres ou quatro anos o corpo da doutrina que constitue o complexo das disciplinas teológicas, mas tambem onde se recêba a educação própria para formar o homem de Deus, circunspecto, grave, piedoso e ao mesmo tempo complacente e bom.

Depois de uma longa introdução que não vale menos que os dois notaveis discursos citados seguem-se estes em que o Bispo tomou para tema aquelas palavras de S. João Evangelista:

> «E' o espirito que vivifica; a carne para nada aproveita. As palavras que vos tenho dito são espirito e vida.»

No presbitério e no templo, dois volumes, 2.ª edição, impressos no Lallemant Frères, Lisboa, 1884.

E' uma coleção de artigos e discursos sagrados, produzidos em diferentes épocas em Portugal e no Brasil.

No primeiro volume — *No presbitério* — inclue-se vinte e tres artigos entre os quais mencionamos: — *A prece, Asfixia pela imprensa, A cartuxa de Burgos, Ave patria, Portugal e Brasil, O padre, O Natal em Londres,* etc. «São uma duzia de paginas escritas no silencio do gabinete em horas de remanso, feriadas d'outros trabalhos mais sérios e por ventura menos suaves. Por isso a reuni sob aquele titulo.»

No segundo volume — *No templo* — dá á estampa treze sermões entre os quais indicamos: — *Sermão sobre o respeito humano, Sexta-feira Santa, Resurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, Oração funebre de Pio IX,* etc. tres discursos e um apendice *Oito anos no sertão da América do Sul, ou o Brasil por dentro.*

Camilo Castelo Branco criticando este livro e a propósito dos romances que Sena Freitas por vezes culpa de preversos aos bons costumes diz que «acata a opinião do Sr. Sena Freitas quanto ás novelas descritivas da vida contemporanea; mas deslizo da severidade do seu juizo. Creio que assim como os bons e moralissimos romances que formam os costumes bons e maus: são os costumes que fazem os romances.»

Referindo-se por fim ao livro diz Camilo: «Da suma do seu livro direi, com sincera admiração e devida justiça que se revela aí um excelente escritor, um padre ilustradissimo, um homem de bem, um argumentador convicto e em grande parte irrefutavel.»

Mendes Leal numa carta dirigida ao autor sobre este livro diz-lhe:

«Por aqui verá V. Rev.ma com que intimo goso me deliciava naquelas paginas tão cheias e tão puras que levam e enlevam a alma ao resumirem e consubstanciarem a *Prece* «uma das leis mais imperiosas da exis-

tencia humana!» E como cá de dentro me desataria em bravos á justa e veemente apóstrofe contra a *Asfixia*... d'aqueles inumeros maus livros, que me revolvem o estomago, que me inteiriçam os mesmos e Vieira me previu! E que sentimentos, por tão parecidos aos seus, me faz vibrar o *Ave Pátria,* curto de mais! E que indisivel arrobamento me provocou a magnifica sintese que termina o *Natal de Londres* e fecha este volume com chave de oiro! De todo o coração lho digo: ha muito não encontro espirito que em sua generalidade assim me chegue ao ámago e tanto condiga com o que me anda no espirito.»

Dia a dia dum espirito cristão.

Esta obra que foi recebida pela critica com altas palavras de louvor, retrata nos seus pensamentos e nas suas maximas, a alma gigantesca da sua individualidade mental, como pensador, como crente e como escritor.

Eis algumas sentenças que marcam bem a estrutura do seu autor:

—A verdade é astro; os seus raios são infinitos, mas o seu centro é Um unico.

—A humanidade tem apenas desanove séculos; data do Cristo. Nos ciclos d'além da cruz havia homens mas não humanidade, individuos e não unidade moral, fracções sociais e não organismo, raças e não genero humano; a grande concepção pagã da sociedade não se elevava acima do estado, até que o Homem Deus veiu recompor as peças dijuntas desse imenso corpo moral e disse aos homens: Vós sois uma familia.

—O vulcão propaga a lava, e a descrença propaga o crime.

—Ha uma intolerancia por igual indiscreta e contraproducente. Não se mata uma ideia como se mata um homem; dá-se-lhe até mais elasticidade de resistencia e

mais vigor na razão directa da perseguição que á viva força e por processos barbaros se lhe faz.

—Menos fé, menos vida.

—Quem diz liberdade diz autoridade. A autoridade é a garantia da liberdade, o que equivale simplesmente a dizer: a lei é a garantia do direito.

—A liberdade é um vinho generoso, mas capitoso. O mal da revolução francêsa não foi ter bebido dele, porém sim o ter bebido até á ebriedade, e a ebria passou a taça de boca em boca a todas as nações da Europa, que do mesmo modo beberam e se embriagaram. . . E ainda até hoje se não curaram da embriaguez! . . .

—Qual é o homem que tem o direito de murmurar de outrem? qual é o homem que não é vulneravel á critica, ainda que não seja senão no calcanhar, como Aquiles?

—O amor ama-se noutrem, a amisade ama a outrem.

—Lá onde a familia curtir dores, a esposa e mãe ha de ser o anjo, que sustente corajoso o calix do sofrimento. Ainda quando o braço de ferro da adversidade chegue a prostar marido e filhos, ha de a mãe ficar de pé, como outrora Maria, apoiada á alavanca da cruz, onde os langores se fortificam, os abatimentos se levantam, a desesperança se consola, os crépes d'alma se rompem e a vida se retempera.

Missão da mãe!

—Só é verdadeiramente belo o rosto, que é o reflexo duma bela alma.

—A alma é corpo, quando o homem digere e o corpo é alma, quando ele medita.

—Sejamos moderados nos elogios dados aos vivos; reservemos o incenso para os mortos.

—Não ha conservar sem progredir, nem progredir sem conservar.

—Impertiguemo-nos á vontade e ficaremos sempre assás perto da terra.

Representação dirigida aos poderes publicos do País contra os Jesuitas.

Livraria editora de Teixeira de Freitas, Guimarães, 1881.

E' uma verdadeira troça á campanha, sempre presistente, contra os Jesuitas.

O autor dirige-se aos Ilustres membros e representantes do governo português, é a eles que vai expôr a sua reclamação contra essa orda da sotaina negra. «Os Jesuitas tocaram em Portugal a meta das suas infâmias. Tolerá-los por mais tempo seria cobrir-nos de eterno oprobio.»

Que fazem cá no nosso País esses cogumelos sociais? «Que serviços prestam para que os toleremos? Dão missões, isto é, levam a perturbação ao meio dos povos, fomentando a reconciliação das malquerenças, promovendo a restituição do alheio, facilitando a cessação do concubinato pelo matrimónio legitimo, aconselhando a concordia das familias áqueles que tão *pacificamente* viviam no ódio entranhado, nas delapidações, na mancebia e nas dissenções domésticas. Isto é intoleravel!»

E mais adiante:

«Chegou a hora de tocar a rebate nos arraiais da liberdade. A este nome imaculado descobrimo-nos e curvamos o joelho em terra.»

E acaba dizendo aos Senadores, aos Deputados e ao Governo em fim que «A expulsão por vós votada e decretada, marcará uma das mais brilhantes épocas da tolerancia politica da nação».

As «Novidades» no pelourinho.

Ecos de uma campanha anti-católica. Imprensa Académica, Coimbra, editado por Correia Cardoso, Havaneza Académica, sem data. Folheto de 43 paginas.

Refére-se este folheto á campanha que o jornal «No-

vidades», de Lisboa, levantou contra as congregações religiosas, dizendo-nos que toda a gente está farta de saber que aquêle diário, aliás muito bem feito, leva uma parte da sua vida a dizer mal.

Defende com calor mas sempre dentro das suas normas as congregações religiosas. «Respeito talvez, diz-nos, mais que qualquer outro o redactor principal das Novidades, Couselheiro Emidio Navarro, admiro a energia máscula do seu temperamento intelectual,o brilho singular do seu espirito, o vigor da sua pena, a habilidade da sua critica, mas revolta que se desprezasse tanto naquela sua campanha desleal e cruel que se não prezasse um pouco mais.»

Ao veio do tempo.

(Ideias, homens e factos)

Impresso na parceria Antonio Maria Pereira, livraria editora, Lisboa, 1908.

Conformando-se, diz-nos o autor, com aquêle conselho que Jesus Cristo deu aos seus discipulos, depois de com cinco pães e dois peixes ter alimentado a multidão que o seguia «Colligite fragmenta ne pereant» — Recolhei os fragmentos para que se não percam — recolhe tambem neste livro muitos dos seus artigos que *ao veio ou ao correr do tempo* publicou em muitos jornais e revistas.

Agrupa-os porém em tres partes:

Na primeira, vinte artigos sobre *ideias*. No artigo «Sobre politica sem politica» diz-nos que sendo a politica a forma especifica de um país e a seiva que circula nos seus membros, ninguem pode ser indiferente á politica do seu País. No artigo «como eu concebo um escritor» diz-nos: «Nasce-se poéta, musico. orador, mas não se nasce escritor. O escritor faz-se. O ser escritor é ques-

tão de tendencia acentuada e principalmente de exercicio e de um esforço sério e pertinaz.»

Na segunda parte do livro agrupa trese artigos sobre *factos*. No artigo; «Numa livraria de Lisboa» diz-nos que um dos prazeres da vida para os que na singradura da grande viagem através deste globo já ultrapassaram a linha equatorial e entraram na região dos gelos, é recordarem os factos, as cenas, as peripécias da vida percorrida e estenderem em suma a vista para o largo horisonte do passado, já que o futuro para o velho não tem mais horisonte» e descreve-nos em seguida o seu encontro com Guerra Junqueiro na Livraria Gomes de Lisboa.

Na terceira e ultima parte dá-nos cinco artigos sobre homens ilustres: Petrarca, Congos Sacadura e Ruas d'Abreu, Fernando Brunetière e Mario Artagão.

Lutas da pena, obra em dois volumes.

O primeiro da Tipografia Universal, Imprensa da Casa Real, Lisboa, 1901.

As «lutas da pena» são uma selecção de peqnenas lides jornalisticas, como lhe chama o autor, que tiveram a luz da publicidade primeiramente na imprensa jornalistica de Portugal e Brasil, versando assuntos de Religião, filosofia, arte, critica literária, etc.

O primeiro volume reparte-se em dois capitulos, agrupando-se no primeiro «Reflexões filosóficas, politicas e literárias» 16 artigos, entre os quais mencionaremos: Caça ao materialismo, A filosofia positiva e o espiritualismo, Uma polémica mansa, A noção da vida, Emancipação da mulher, etc.

O segundo capitulo compreende 17 artigos sob: «Análises e Juizos criticos» e dentro eles mencionaremos: O Dr. Lombroso e o seu sistema, O Americanismo, Deus,

por Victor Hugo, A torre de Belem e os Vandalos modernos, do qual transcrevemos os seguintes periodos:

«Não, os olhos não crêem no que vêem. Ha quinze dias que, dia por dia, por ali passo, que contemplo aquela monstruosa profanação e mal creio nela. Um gasómetro negro, um estupida obesidade de ferro, escoltada de tubos, lança sobre a torre histórica de Belem a sombra do seu bojo enorme e perdigota-lhe na face a salivada perpétua das suas faulhas de cobre. Concordem que é inverosimil, que é inédito. Quando do génio arquitetónico do século XV e do amor pátrio dos descobridores de um novo caminho para a India desabrochou aquela flor da arquitectura manuelina, aquela joia mimosissima do escopro nacional que se chama a torre de Belem, mal suspeitariam os portuguêses que decretaram e realizaram a sua construção, que um dia viria em que esse entusiasmo ideal pelas glórias da patria, concrecionado em monumento de mármore, morreria e se aniquilaria a ponto tal que se tivesse a ideia snóbica de levantar um gasómetro destinado a escarrar noite e dia sobre a flor manuelina do nosso formoso Tejo as insultuosas baforadas negras das suas chaminés.»

O segundo volume, foi impresso na Tipografia da Casa Católica, Lisboa, 1902.

Reparte-se este volume em quatro capitulos:

O primeiro, intitulado «Notas impressionistas» agrupa onze artigos descritivos entre os quais indicamos: Através do Funchal, A famosa Sintra. Lisboa. O meu ninho paterno em Ponta-delgada, do qual já transcrevemos alguns periodos:

O segundo capitulo «Narrativas e descrições» compreende seis artigos entre os quais mencionamos: A primeira comunhão e a Rainha, Conto e realidade, Dia de finados, etc.

O terceiro capitulo com treze artigos tem a denominação geral de: Traços biográficos e novos ensaios de critica». Entre os seus artigos indicamos Leão XIII, O Bispo do Funchal, O actual Arcebispo de Evora, Vieira prègador, Camilo Castelo Branco, etc.

O quarto e ultimo capitilo tambem com trese artigos, intitula-se «Devaneios literários, e entre eles mencionamos: Balanço cientifico, a triologia cristã, Rir ou chorar, Pensamentos de Francois Coppé sobre o Natal, o meu crucifixo, etc.

Este ultimo é um lindo pedaço de literatura ao Crucifixo que lhe foi dado pelo Superior dos Lazaristas em Paris, no momento em que de joelhos e a seus pés protestava consagrar os seus lábios á catequização dos pobres.

Tem então para aquele crucifixo frases e pensamentos lindos; vamos transcrever para aqui alguns periodos:

«Como pode significar tanto uma haste de um palmo atravessada por um braço de tres polegadas? E' que se a Cruz é a simples téla de um documento, o Cristo é o manuscrito que nele foi exarado. E este manuscrito narra a mais patética epopeia dos séculos e o mais intenso amor da humanidade. O crucifixo é o ponto de junção ou de intersecção de duas linhas opostas, da linha de morte, a horisontal e da linha de vida a vertical. Mas esta sobrepuja aquela. Com os braços extensos, o Nazareno mediu a linha de morte e ultrapassou-a para sempre, a toda a altura da sua cabeça divina, diadema de espinhos.

Pensando no meu velho crucifixo, recordo-me de que com ele atravessei os sertões da Baía, Minas e Ceará. Recordo-me das vezes que naquele livro bebi a coragem para um ministério árduo, tornado mais árduo pelas áscuas de um sol intertropical.»

Stambúl ou itinerário duma viagem de Lisboa a Constantinópla.

Impresso na parceria Antonio Maria Pereira, livraria editora, Lisboa, 1909.

O globo terrestre, diz o Padre Sena Freitas, é um livro, as viagens são a sua leitura e as impressões escritas as notas ligeiras tomadas á margem.

Neste trabalho dá-nos o Padre Sena Freitas «as notas ligeiras tomadas á margem» mas umas notas interessantes e de absoluta verdade, em dezassete cartas dirigidas ao seu amigo Dr. Alfredo da Cunha, da sua viagem pelo Mediterraneo.

Vai-nos dando de todos os portos as suas impressões e uma pequena descrição, de Tanger, primeiro porto onde aportou, Gibraltar, Argél, Tunis, Malta, Corfu, Pireu, Atenas, descrevendo-nos os usos e costumes daqueles povos, a paizagem, o comercio, a industria até Constantinópla.

Constantinópla o notavel empório de um milhão e duzentos mil habitantes, divide-se em cinco bairros:— Stambúl ou Istambúl, segundo a designação turca, Galata, Pera, Fanar e Scutari, sendo o primeiro propriamente oriental nos seus usos e costumes, o segundo mixto de nacionais e estrangeiros e bastante comercial, o terceiro composto inteiramente de estrangeiros, o quarto o bairro dos gregos e o quinto e ultimo mais nacional que exótico e já na costa Asiática.»

O Padre Sena Freitas aproveitava todas as suas férias para estas excursões de turista, «soltando o vôa a algum país estrangeiro, como uma andorinha de verão», era um habito entranhado, um habito velho, não podia deixar de sair. Mas dizia ao chegar: «E apesar de todos os prazeres, nunca posso voltar ás aguas do Tejo e contemplar o rosto desta capital portuguêsa sem uma emoção unica

e até inefavel, aquela que só a pátria pode inspirar e que só um filho pode sentir.

Quem são os verdadeiros reacionários.

Neste folheto protesta contra o governo português que sendo de um País em que a Religião Católica era a religião do Estado, ele em vez de a defender acobarda á campanha das oposições jacobinas.

O Padre Sena Freitas faz então a apologia da obra das congregações religiosas, tão atacadas em Portugal e tão espalhadas pelo mundo inteiro. «Elas representam as mais eloquentes manifestações do altroismo e os mais inconcursos esteios da ordem publica pelas doutrinas conservadoras que professam».

E mais adiante diz:

«As congregações religiosas são semelhantes a patrulhas postadas ou de ronda ao longo do campo imenso do sofrimento, incansaveis em acudir ás mil formas por que a miséria ou a desgraça social se revelam.»

Historicidade da existencia humana de Jesus, contra Emilio Bossi.

Impresso na parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1910.

Foi o seu ultimo trabalho, se não estamos em erro, mas sendo o trabalho de um velho tem o vigor dos novos.

E' em resposta áquele livro de Emilio Bossi: «Cristo nunca existiu.» O Padre Sena Freitas não se pôde calar e numa erudição clássica, ás vezes entusiasmado, numa análise meticulosa, atacando todos os pontos e pondo a claro todas as falsidades, ele desfez assim esse perigoso e aleivoso livro de Bossi.

«Que se não diga que ele não tem resposta, nem que o clero, indiferente e apático desdenha o cartél que se lhe atira.»

E ficou bem com a sua consciencia depois de assim ter falado.

«Julga-se Bossi inexpugnavel no reducto negativo em que se encastelou; nem facto sem ciencia a prová-lo, nem ciencia sem determinismo sem evidencia. Mas eu tenho felizmente reflectido e manejado, talvez mais que assás, sobre os livros das ciencias, mesmo fisicas, para não respeitar muito o pórtico da ciencia em que o autor se entrincheirou, invadir-lhe e dizer-lhe sem acanhamento que *a fé está fatalmente no fundo da própria ciencia*. Qual é hoje para a ciencia o principio da matéria e da primeira génese dos seres? E' o eter. E o que é o eter? Ninguem o sabe; ninguem o pode definir.

Nescimus. Acto de fé.»

Os nossos bispos do continente. A propósito das exèquias da Lapa em honra de Alexandre Herculano.

Impresso na Tipografia Cunha e C.ª Lisboa, 1897.

Insurge-se contra as exéquias católicas que se levaram a efeito na Igreja da Lapa em Lisboa, em honra de Alexandre Herculano, que diz viveu sempre fóra do grémio da Igreja.

«Empurrar depois de morto para cima do catafalco de uma Igreja o homem que até ao ultimo arfar da vida quis viver fóra da Igreja e a lapidou ás pedradas de frases? será fábula ou facto consumado? Aspergir com as antifonas da ultima paz o ataude do guerrilha turbulento que morreu abraçado com o estandarte da guerra contra a Esposa de Cristo? E' acinte ou cinismo?»

E chama-lhe maçónico e diz depois: «Se a *lója* (maçónica) quer deificar a memória de Alexandre Herculano, faça-o em boa hora; ninguem lhe presta um culto mais sincero e rendido que eu, como escritor eminente, como principe da literatura contemporánea, como primorosissimo escultor da lingua patria, como primeiro dos

historiadores portuguêses; mas não vá ao templo para isso, não transmude a natureza da casa de Deus, não ouse fazer dela uma simples academia destinada á distribuição de menções honrosas, onde ha bancos para Dupanloups como para Littrés. Saibam fazer a distinção entre o templo de Adoniram e o de Jesus Cristo, entre um panteon e um recinto sagrado.»

E insurge-se depois contra os Bispos portuguêses do continente pelo seu comodismo e pelo seu mutismo e diz: «o ultimo, o mais infimo dos episcopados do orbe católico, onde a revolução levanta colo, é o nosso.»

Por agua e terra. (Através da Suissa, Alemanha, Belgica e Holanda).

Impresso na Empresa da História de Portugal, sociedade editora, Lisboa, 1903, contando 184 paginas.

Descreve a sua viagem por aquêles países, empreendida no verão de 1902.

O Padre Sena Freitas tinha o vicio de viajar, depois, num navio era como se estivesse em sua casa, ele o diz: «Todas as vezes que entro num navio que vai singrar o novo oceano, é como quem aporta a um país amigo ou aferra o solo da patria, ou como quem se espaneja no seu elemento próprio.» E acrescenta depois com certa graça: «Ora eu que tanto tenho prègado, nunca felizmente prèguei aos peixes.»

Fala em seguida da Suissa, das suas cidades, Genebra, Lucerna, Zurich, do lago Leman, dos quatro Cantões, do vale de Chamonix, do Inteslaken, onde nos revela uma inscrição nos bancos da sua avenida: «bancos reservados para uso dos nossos visitantes» e conclue: Parfait, Delicado e generoso.

E eu admiro agora como o Padre Sena Freitas foi tão condescendente para com esta inscrição tão servil e deprimente para os donos de casa, para os suissos.

Falando da Belgica, relata uma entrevista com Mr. Werhaegen, insigne e respeitado presidente da grande associação católica operária de Gand, e verdadeira alma da ideia socialista cristã naquela cidade, cujo «fim é estudar em comum, preconizar, vulgarizar as medidas próprias, elevar a situação moral e material dos operários e promover a harmonia entre o capital e o trabalho, pelo respeito dos direitos de todos e melhoria de relações entre patrões e operários.

Observações criticas e descrições de viagem.

Impresso na Tipografia livro azul, Campinas, Brasil, em 1888, 2 grosssos volumes.

Compreendem estes dois volumes uma série de artigos, uns sobre critica literária e outros sobre critica cientifica.

Muitos dos artigos eram inéditos, outros já publicados foram agora refundidos, alguns sairam tal como tinham sido dados á publicidade.

Todos os artigos, di-lo mesmo o autor, são como que a continuação da história do seu espirito. Afiança neles sempre a sua inabalavel fé, a sua crença, a religião querida do seu Jesus, por quem cada vez mais se arreiga.

O morto imortal ou esboço literário de Luiz Veuillot.

Impresso na Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, Lisboa em 1883.

Diz o autor que não é o patriota, nem o homem do lar doméstico que quer deliniar, mas sim o escritor e o polemista católico. A biografia de Luiz Veuillot exige muito trabalho, muitos dados e muito tempo, que tudo agora lhe falta.

Era um homem de convicções católicas profundas, deixando um cabedal importante de obras em defesa da I-

greja e da moral religiosa, desde o romance até ao panfleto politico e á sátira.

«A fé de Veuillot era digna dos primeiros séculos cristãos, participava a um tempo das iluminações do génio e das candura's da creança. A sua mão ora compunha o monumento da *Vida de Jesus Cristo*, que tem as largas proporções épicas de uma apologética, ora oproximava dos labios a mão ungida de um sacerdote. Era tão frequente vê-lo nas galerias do parlamento a tomar notas sobre os discursos e interpelações dos deputados, para depois analiza-los no *Univers*, com o seu terrivel escalpelo de fina témpera, ou junto á banca de trabalho a redigir uma dessas prosas vigorosas, faiscantes, mais formidaveis que aproxes de guerra, dirigidas contra os adversários do catolicismo; como de joelhos á mêsa eucaristica, confundindo na suscepção do pão dos fortes, com o ultimo dos seus comparoquianos.»

Os Lazaristas pelo lazarista Senhor Enes.

Impresso em 1875.

E' uma análise e refutação á peça teatrál de Antonio Enes *Os Lazaristas*, que tanto barulho causou nas plateias de Lisboa e até da provincia, eivadas de principios anti-religiosos, em que atacava na pessoa do Padre a respeitabilissima e ilibada ordem dos Lazaristas.

Sena Freitas convida então o autor da comédia a justificar o *seu drama*, a incriminação que formulava áquela congregação religiósa, a indicar ao menos um facto criminoso que se pudesse atribuir aos Padres da congreção dos Lazaristas; mas não obteve resposta, nem mesmo depois de uma carta que lhe dirige instando para que dê a lume a sua réplica.

O «seu silencio, diz Sena Freitas na referida carta que é datada do Porto no dia 20 d'agosto de 1875, é decerto o sistema mais facil e mais cómodo de declinar

uma atitude cujo equilibrio, uma vez rompido o emutismo adoptado, lhe seria dificil sustentar; aos olhos porém do publico, um tal silencio só pode ter uma de duas significações. Ou revela ausencia completa de pundonor no seu sujeito, o que não quero admitir em V. S.ª, ou uma adesão implicita á refutação que me opuz, pela impossibilidade de expungir os argumentos de que alardeei e de contrapor-lhe uma resposta peremptória capaz de escorar o drama contra a queda fatál.»

E nem assim Antonio Enes respondeu ao folheto do Sena Freitas.

Escritos católicos de ontem.

Imprensa popular de A. G. Vieira Paiva, Porto. (sem data).

E' uma compilação de artigos sobre vários assuntos, sem ligação e unidade entre eles, mas o próprio autor diz «não lhe falece, ao livro, ao menos o chamariz da variedade constante, que sempre mais ou menos alicia a curiosa atenção dos que lêem livros.

Os artigos são agrupados em cinco partes: na primeira reune os de critica religiosa, na segunda «correspondencia e cartas de viagem», na terceira, um unico artigo: «Alguns traços sobre a história contemporanea da maçonaria no Brasil, na quarta, «Pensamentos sobre o catolicismo e na quinta e ultima parte nove artigos sobre matéria vária a que deu o nome de Zig-Zag.

Situação actual do catolícismo perante a República Brasileira.

Impresso na Tipografia da Rua Serpa Pinto em Lisboa, no ano de 1895.

Saiu este estudo primeiramente em artigos no jornal *A Era Nova*, sendo depois reimpressos em folheto.

Iniciou este seu estudo com as seguintes frases:

«Pensam por aí muitos que a República Brasileira é por tal forma antinómica com o catolicismo, já na sua indole como república, já pelas disposições hostís do seu código, que na sua implantação no ex-Império do Cruzeiro do sul equivaleu a uma calamidaade para a Igreja Brasileira. Julgam por conseguinte que este se debate nas vascas da agonia contra uma nova politica e um novo governo que só anhela a sua ruina total.

Nada menos exacto.»

Descreve depois a instalação da república no Brasil e as suas relações com a Igreja dizendo-nos que elas eram as mais amistosas possivel, como ele próprio pouco antes acabara de presencear. (1)

FR. ANTONIO DO PRESÉPIO MUNIZ.—Nasceu na freguesia de Rabo de Peixe desta Ilha deS. Miguel, no dia 24 de maio de 1868, faleceu na cidade de Ponta-delgada, onde residia havia anos, a 25 de outubro de 1930.

Fez os seus primeiros estudos, após a instrução primária, no Seminário de Angra do Heroismo, primeiro como aluno interno, depois como externo, sendo expulso pela vivacidade e inquietismo do seu espirito no ano de 1890.

Foi o caso:

Travava-se em toda a Ilha Terceira uma luta politica formidavel, preparando-se a eleição para deputados ás Côrtes; batiam-se dum lado pelos *Regeneradores* o Dr. Jacinto Candido da Silva, que foi depois o chefe do partido Nacionalista, tendo sido por vezes Ministro em si-

1) Biografia do Padre Joaquim de Sena Freitas, por Alberto da Cunha, Diario Ilustrado 1882 de 15 ne setembro, reproduzido no «O Católico» numero 106.

O Padre Sena Freitas por Antero de Figueiredo.

tuações Regeneradoras: do outro lado, pelos Progressistas o Dr. José da Fonseca Abreu Castelo Branco, Cónego da Sé d'Angra, professor do Seminário, e mais tarde o Deão da Sé.

O seminarista Antonio José Muniz, tal era o nome no mundo de Fr. Antonio, irrequieto, vivo, palrador, tinha-se manifestado partidario do Dr. Jacinto Candido e assim abria uma luta com o seu próprio professor.

Era já conhecido no meio d'Angra, a sua vivissima alegria, a sua inteligencia perspicás, tinha-o lançado naquele meio secular, e um dia, sem que ninguem esperasse, num comicio preparado pelos Regeneradores, aparece em publico o seminarista Antonio José.

—Meus senhores, venho falar-lhes do Dr. Jacinto Candido.

E d'ai por diante até ás eleições, em todos os comicios, por toda a parte da Ilha ele falou ao povo e defendeu aquele deputado Regenerador, que no seu entender era o melhor e representava o seu ideal.

Como consequencia de tudo isto e terminadas as eleições com a victória Regeneradora, o seminarista Antonio José foi despedido do Seminário *por não dar provas duma vocação decidida para Pároco d'aldeia.*

Mas o seminarista, tinha aberta uma carreira literaria á sua escolha, sob o patrocinio do seu partido e até do seu protector no Seminário. o que foi depois Marquês da Praia e Monforte, mas não se sentia chamado para o bulicio da vida mundana, se bem que por vezes o seu espirito o levasse, num rebate, para uma luta travada, e insistia perante o seu protector o auxiliasse a entrar noutro seminario.

Eram sinceras as suplicas do seminarista, o Marquês da Praia leu no olhar vidrado daquele rapaz a dor que lhe ia na alma pela sua situação, e recomendou-o com todo o interesse ao Senhor Patriarca de Lisboa, Fr. José

do Coração, veneravel franciscano de saudosa memória, que o recebeu no Convento de Varatojo, onde estava em exercicios espirituais e mandou que ficasse ali alguns dias.

Era prudente uma semelhante medida do Patriarca, pois não sabia que rapazito era aquele, expulso dum seminario, a reclamar pela sua entrada em outro seminario.

—Deixe-se ficar aqui, atenderei ao seu pedido.

Passaram-se anos e o Marquês esqueceu o seu recomendado que nunca mais aparecera, mas um dia passa-lhe na sua frente um Padre em habitos talares; o Marquês reconhece o seminarista Regenerador:

—Então, amigo, nunca mais apareceu: pelo qne vejo ordenou-se?

O Fr. Antonio sorriu, a cara alegre, prazenteiro, cheio de franqueza, levando o Marquês para a esquina da rua, acultando-se um pouco, destraçou a capa de eclesiástico que o cobria e mostrou-lhe o hábito dos franciscanos que vestia:

—Sim, senhor Marquês, até sou frade.

E começou uma nova era para Fr. Antonio, que em bem pouco tempo se torna conhecido no meio de Lisboa como prègador; a sua palavra franca, decisiva, quente e convincente conquista dia a dia um maior numero de ouvintes.

A imprensa de Lisboa refere-se ao novo orador de Varatojo classificando de *muito notaveis* as orações por ele proferidas na Igreja de S. Domingos, de Lisboa.

Mais tarde, o *Diario de Lisboa* evocando as figuras que na Tribuna sagrada tem marcado a sua passagem, cita o nome de Fr. Antonio do Presépio, fazendo-o acamaradar com os grandes oradores.

Fr. Antonio e Sena Freitas, são dois nomes que se

citam na imprensa Portuguêsa, honrando o pulpito e as terras Açoreanas onde nasceram.

Mas Fr. Antonio não se mantém imobilizado em Varatojo, a alma pucha-o para mais longe e fez-se Missionário e lá vai ele para esse continente negro e para a Asia, derramar a sua palavra quente em terras portuguêsas.

«Missionario ilustre, nesta nova facêta da sua vida de trabalhador, de jornaleiro das sublimes doutrinas de Cristo, Fr. Antonio do Presépio foi ainda a actividade laboriosa, o patriota fervoroso e o pastor de almas zelosissimo.»

A sua ordem por vezes lhe incumbe serviços de Deus que ele desempenhou gratissimamente, não só no nosso império colonial, como no estrangeiro e até na Terra Santa onde foi comissionado como franciscano.

Mas foi na Africa, seguramente pelo extenuante trabalho e pela maldade do clima, que Fr. Antonio adquiriu a doença que o foi minando a pouco e pouco e o trouxe debilitado á sua terra que o reviveu alguns anos e lhe deu, consoladora, uns palmos de terra no cemitério, para o seu corpo.

Prègou muito, foi dos melhores prègadores, no seu tempo, mas não nos consta ter deixado nada impresso; ouvimos-lhe alguns sermões, percebia-se bem não serem escritos, mas eram pensados e de uma preparação remota. Orador, sabia dizer, saiam-lhe as frases cantadas e agradava em extremo, e isto lhe bastou para enfileirar justamente ao lado dos literatos prègadores.

Como exemplo da sua vivacidade e para terminarmos este rápido esboço, transcrevemos um episódio interessante da sua vida de frade, no convento de Setubal, contado pelo *Portugal, Madeira e Açores* e transcrito pelo *Diario dos Açores* no seu numero 11.555 de 1 de dezembro de 1930.

«Passa-se no tempo ainda da monarquia, num periodo da agitação popular, que, para a Igreja em Portugal não foi tão bom como se pensa. Nunca o clero foi tão perseguido como então. Os padres eram apupados e maltratados como réprobos. Os jornais avançados responsabilizavam o governo de crimes fantásticos, cometidos pelos reaccionários, fazendo-se até um dia correr o boato de que os padres andavam a roubar crianças para fabricar óleos, aplicáveis não sabemos a quê. Algumas casas religiosas eram directamente visadas como inimigas da liberdade e da ordem. Exigiu-se a expulsão das irmãs de caridade e o encerramento de alguns conventos aqui e ali instalados, para ministrar o ensino, ou formar missionarios.

Um dia, Frei Antonio do Presépio, que, na sua cela de Brancanes, em Setubal, lia despreocupadamente uma crónica amarelenta de D. João I, é despertado pelo toque agitado da campainha que, na portaria do seu convento, alguem convulsivamente abalava, com furor. Era, efectivamente, uma pessoa amiga que tinha vindo, a correr, avisar os padres do convento, que o governador civil chegára de Lisboa para, por ordem superior, proceder a um inquérito á vida suspeita dos padres de Brancanes que, esmorecidos e aterrados, limitavam a sua defesa á recitação de alguns Padre-Nossos. Só Frei Antonio não hesita sobre o que se deve fazer. Toma imediatamente a direcção do convento. Os poucos frades ali existentes, 3 ou 4 apenas, se vestem á secular, incluindo o guardião. Aos leigos distribui o papel de criados e ele sobraça a velha pasta de professor, que lhe não ia mal. Não tardou muito que á porta do convento de Brancanes surgisse a furibunda autoridade administrativa, cuja figura impunha, realmente, justificado respeito, sendo recebida pelo director daquele colégio, onde alguns mis-

sionários se albergavam alternadamente, como o seu estatuto legalmente elaborado, determinava.

Frei Antonio acompanha o comissário do Governo numa visita tão minuciosa, quanto possivel, a todas as dependencias do colégio, parando, por fim, no terraço, o lindo terraço de Brancanes, cuja vista sobre a cidade e sobre o Sado tem alguma coisa de deslumbrante. Ali, ao chamamento do padre director, alguns criados carreteiam as melhores cadeiras da casa, onde os visitantes se refastelam enleados e contentes, admirando o belo panorama que Frei Antonio lhes descreve com não vulgar saber artistico. A seguir, a uma ordem sua, é servido o melhor e mais bem fabricado café do mundo, segundo afirmaram os visitantes, não se esquecendo o bom sacerdote dos perfumados charutos havanos, nem do cristalino cálice de velho Porto, que tudo um vizinho bondoso lhes forneceu carinhosamente. A conversa animou-se, acabando todos por se acharem muito bem naquele ambiente, que tinha tanto de convento como de hotél de repouso. As gargalhadas francas de Frei Antonio, que a propósito de tudo tinha sempre uma anedota para contar, acabaram de desfazer qualquer má impressão que a seu respeito ou a respeito do seu convento houvesse. E é quasi com lágrimas nos olhos, que o governador se despede dos bons e santos frades, cujos crimes se limitavam em fazer o bem, amando a Deus e á Pátria, por cuja boa sorte derramaram em Africa muita luz e muito sangue.

Terminado o incidente e cerrada a portaria, Frei Antonio do Presépio reentra na sua cela, onde o vai encontrar o seu superior hierárquico, tão tranquilo e tão frade como se nada se tivesse passado na vida austéra do convento.»

ESCRITORES DE CIENCIAS VARIAS

Vamos agrupar sobre esta designação genérica, aquêles filhos dos Açores que se distinguiram no campo tão vasto das ciencias, por virtude dos seus cargos oficiais ou por terem abraçado por vocação e estudo qualquer ramo de saber humano.

Mas quantos nos vão ficar olvidados, que havendo sido grandes na sua arte, não nos deixaram um só documento a provar o seu esforço e a sua inteligencia nas lutas com as ciencias.

Mas agrupamos aqui os mais conhecidos e aquêles de que pudemos coligir algumas das suas produções que aqui ficam a honrar estes pedações de terras dos Açores que são tambem Portugal.

FRANCISCO JERONIMO DA SILVA.—Nasceu na Ilha Terceira, no dia 30 de dezembro de 1807.

Formado em Cánones pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia com a maior distinção nos auditórios do Porto e de Lisboa, alcançando e com justiça o ser tido como «um afamado orador forense.»

Concluida a sua formatura em 1831 e precedido o respectivo concurso foi despachado professor de história Universal, na cidade de Braga; bastante politico, porém, aferrado partidário de D. Miguel de Bragança, alcançou ser despachado Juiz de Fóra da comarca de Ponte de Lima em 1832, mas um mês depois era demitido do logar, pelos liberais, após a queda do Miguelismo e assinatura da convenção de Evora-monte.

Sem logar oficial e sem esperanças nos seus amigos que a pouco e pouco mais se enfraqueciam, lançou-se na advocacia alcançando dentro em pouco tempo justos e merecidos triunfos.

Nunca perdeu ocasião de servir a sua causa politica, cooperou com os setembristas, partido da patoleia, na

insurreição contra o governo da Carta, sendo por isso e pelas suas ideias legitimistas, que não encobriu, perseguido pelo governo Cabralista chegando mesmo a estar preso. Escreveu um folheto de 23 paginas impresso em Coimbra em que descreve a entrada de D. Miguel quando da sua visita áquela cidade, que muito irritou os seus adversários politicos.

Com o triunfo da causa Cartista viu-se forçado a sair do Porto, onde então residia, vindo de visita á sua Ilha onde se demorou algum tempo.

Arrefecido, aqueles calores politicos, voltou novamente ao Porto e nos seus auditórios continuou a advogar até 1852, ano em que resolveu fixar residencia em Lisboa e aí exercer a sua profissão, senão com brilho ao menos com verdadeira e sólida erudição e incostestavel habilidade, pois no dizer de um seu colega «era pesado, maçador, mas sabia como ninguem do seu oficio.»

Era homem de témpera rija, caustico, velho português; de uma vez requereu a anulação de um processo em que tinha como adversario o Dr. Pinto Coelho, ao tempo deputado da Nação, por o escrivão lhe dar o tratamento de Excelencia, quando pela pragmática de então só lhes pertencia o de Senhoria.

Em discução um dia, com uns seus adversários politicos, disse-lhes:

—Vocês teem razão em chamar a isto governo representativo, porque é efectivamente governo de representação e de comédia.»

Por sua morte, que se deu em Lisboa em novembro de 1872, onde então residia, deixou em testamento, á Camara Municipal de Angra a sua importante livraria.

Conhecemos dele os seguinte trabalhos literários:

O dia 8 de março ou a defesa da arqui-confraria do SS. e Imaculado Coração de Maria.

Impresso na Tipografia Faria Guimarães, do Porto, em 1846.

Constitue este folheto uma série de cartas publicadas primeiramente no jornal «Coalisão», do Porto.

O seu assunto e a razão do seu aparecimento foi em desagravo do atentado gravissimo contra a ordem publica e contra as crenças religiosas do nosso País, praticados dentro de uma Igreja, na ocasião em que os fieis estavam em oração.

Episódio ou texto funebre, ao falecimento da Esposa do seu amigo João Pereira Forjás de Lacerda.

Composto em 1847.

A Terceira, ou o ausente avistando a terra natal, (poesia).

Impresso na Tipografia de Joaquim José Soares em 1847 por ocasião da sua visita á Ilha, após a vitoria do partido Cartista:

—Terra, terra, alegre brada
da erguida gávea o gageiro:
mareante e passageiro
correm todos á amurada.
Ver a terra anunciada
com avidez se procura:
inda paira informe e escura
entre o azul dos Ceus e mares
e já dele alguns logares
ha quem ver se lhe afigura.»

Alegação que em defesa do periódico A Nação, profere o Bacharel Francisco Jerónimo da Silva, perante o Jury de liberdade de imprensa em sessão de 28 de de fevereiro de 1852.

Imprensa na Tipografia de Antonio Henriques da Pontes, Lisboa, 1852.

Estava indicado que fosse este advogado que patrocinasse o jornal *A Nação* o orgão do partido legitimista de que era ferrenho adepto o Dr. Silva; foi ele pois que mais uma vez e publicamente fez patente a sua fé politica, pela causa de D. Miguel.

E' assim que ele inicia a sua defesa oral:

«Nas lides do Ministério Publico com a imprensa periódica, ha sempre do lado daquele umas poucas de vantagens. O Ministério Publico aguarda o momento próprio, prepara as armas com tempo, escolhe a posição e fórça enfim o seu contendor a acertar-lhe o combate onde ele lhe determina.

«Mas a estas vantagens que já de si não são pequenas, reune ele hoje uma outra talvez ainda maior; e infelizmente quem lha fornece sou eu mesmo, obscuro advogado da provincia, que achando-me por acaso nesta capital, fui convidado pelos homens das minhas crenças, para vir hoje aqui defender o jornal que as sustenta.»

Carta de Francisco Jerónimo da Silva em resposta a uma outra dum amigo.

Tipografia de Faria Guimarães, Porto 1842.

Escreveu-lhe um amigo e patricio seu, residente ao tempo em Lisboa, preguntando-lhe «se um realista, sendo eleito deputado, podia tomar assento na Camara sem cometer um prejuizo.»

O Dr. Silva respondeu argumentando e concluiu:

«O deputado realista não é prejuro para com os homens, mas é-o para com Deus; não comete um crime, mas comete um pecado.»

Minuta de revista por parte de D. Maria do Carmo de Barros Castelo Branco e outros, na causa em que contendem com o Padre José Godinho Zuzarte de Sequeira Sameiro e sua irmã.

Publicada em 1869, nos Anais da Associação dos Advogados de Lisboa.

Em que alega por parte dos seus constituintes o seu direito na importante demanda que corriam com o Padre José Godinho.

Elogio histórico do advogado José Luiz Gonçalves Ferreira da Cunha.

Publicado nos Anaes da Associação dos Advogados em Lisboa em 1869.

Foi a oração que recitou na conferencia solene da Associação dos Advogados, na noite de 22 de outubro de 1864, pela morte daquele colega.

Varias peças relativas á causa de reivindícação de vinculos, em que é autor o conselheiro Francisco de Menezes de Lemos e ré D. Maria Benedicta de Menezes.

Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, em Lisboa, em 1854.

Folheto de 38 paginas, em que se publica a minuta de apelação assinada pelo advogado Dr. José Monteiro de Torres, na acção intentada por causa da sucessão de cinco vinculos instituidos pelo Dr. Roberto Rei de Sá e seus irmãos e a

Contra-minuta do advogado Dr. Francisco Jerónimo da Silva em resposta áquela. (1)

JOSÉ DO CANTO.—Nasceu na cidade de Ponta-delgada no dia vinte de dezembro de 1820, filho do morgado José Caetano Dias do Canto Medeiros e D. Margarida Isabél Botelho, esta natural da Vila da Ribeira-gran-

1) Memória da Visita Régia aos Açores, por Alfredo de Campos a paginas 368.
Dicionario popular de Pinheiro Chagas, paginas 459.

de e aquele de Ponta-delgada; faleceu a 10 de julho de 1898 estando sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Victória do seu prédio da lagoa das Furnas.

Fez os seus estudos preparatórios em Ponta-delgada sobre a direção dos Mestres que pouco tempo depois formavam o primeiro corpo docente do Liceu Nacional, e precedido de certa notariedade, quer pela sua inteligencia, quer pela sua aplicação, deu entrada em 1838 no colégio de Fontenay-aux-Roses, em Paris, que era dirigido pelo egresso português, Fr. José da Sacra Familia.

Alguns meses depois, regressava á Ilha atacado de uma forte nostalgia, mas em 1840 resolve prosseguir os seus estudos em Coimbra, matriculando-se no primeiro da ano faculdade de Matemática, em outubro de 1841, não completando o curso por ter realizado o seu casamento com D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira em 17 de agosto de 1842, e dedicar-se desde então á administração da sua casa.

A Ilha de S. Miguel deve a José do Canto muito do seu esforço, da sua actividade e da sua tenacidade.

Não foi politico, mas não regateou os seus esforços em beneficio do seu País e principalmente da sua Ilha; e quando em 1878 o elegeram presidente da então Junta Geral, cargo que aceitou pela primeira e unica vez, ele abraça o encargo e resolve muitos dos problemas administrativos que absorviam os seus rendimentos. Mas não se sentia bem no meio, subordinado a tantas praxes, como ha nas administrações publicas.

Um dia preguntaram-lhe porque privava a sua terra do concurso esclarecido das suas altas faculdades administrativas, da sua energia e longa experiencia dos Negócios publicos.

«Respondeu maguado, que os velhos, fossem quais fossem as suas aptidões, eram sempre estorvo a qualquer progresso, quando, como ele, passavam a ser hos-

pedes na própria sociedade que os abrigava; que ou lutavam e eram vencidos, sacrificio duro na quadra mais melindrosa da sua vida, ou se impunham e nesse caso, restava a duvida, se o triunfo, necessariamente efémero, fora devido ao respeito ás cans, se á justiça da causa.»

A agricultura deve-lhe muitissimo; a Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, a mais antiga sociedade portuguêsa neste genero, de que ele foi o seu desvelado secretário, tomou-lhe muito á sua inteligencia, em propostas e em ensaios que nobilitaram a cultura desta Ilha e nos seus escritos publicados no «Agricultor Micaelense, que bem o atestam.

Os seus jardins, que em Ponta-delgada como nas Furnas, foram os mais ricos de todos, chegaram ao tempo a possuir tres mil especies.

Em 1851 ensaiava a cultura do ananaz ao ar livre, até então cultivado em vasos como planta de adorno; dirigiu muito da sua atenção para a cultura do chá, cujos especimens originais foi ele que importou, como a ele se deve a introdução de inumeras outras plantas que hoje abundam nesta Ilha de S. Miguel.

Numa carta ao Sr. José Jacome Corrêa, diz-nos o nosso biografado:

«Alegram-me as noticias que me deste das tuas e minhas plantas, e espero que sempre que me deres o prazer das tuas noticias, reservarás um cantinho das tuas cartas para este capitulo.

Sabes como o amor das plantas insensivelmente se tem tornado em mim uma paixão dominante, ocupando-me das minhas afeições um espaço mais largo do que eu rasoavelmente lhe devera consagrar; falando-me pois delas, falas-me de uma parte da minha familia e acredita que se quando se está entre elas ha naturalmente uma preferencia por aquelas que nos pertencem, não a-

contece outro tanto na ausencia, aonde todos nos roubam iguais afectos.

Sê portanto um pouco mais miudo a respeito do teu jardim, dos trabalhos, das tuas plantas favoritas, das favoritas da Tia D. Mariana, enfim de todas, inclusivamente das minhas que, posto do lonje, vês todos os dias.»

E em outra carta escrita de París, ao mesmo senhor, falando sobre jardins, define bem a sua personalidade e opinião, que nos leva a transcrever:

«A tua asserção de que o meu jardim peca por demais, não pode aceitar-se senão no sentido económico, pois no seu sentido natural é absolutamente impossivel que um jardim peque por asseio de mais, e o meu, mesmo quando aí estou, está muito longe dos meus desejos; e não é tanto por falta de braço, como pela incuria e desmazelo com que geralmente é feito o serviço. No sentido em que posso tomar a tua observação é ela justa e muitas vezes pensei nesse mesmo objecto; mas achei que não havia meio termo, ou conservá-lo num estado de mediano tratamento, ou deixar-lhe crescer os cardos e a silva, salvo a refazê-lo mais tarde, quando o pudesse gosar.»

Mas, diz-nos o seu primeiro biógrafo, o Dr. Eugenio Pacheco, «o florão mais brilhante da sua coroa civica, está ligado a um melhoramento de maior monta para este distrito. Refiro-me á lei de 9 de agosto de 1860 que, como é sabido, permitiu a construção da nova doca, por tantos anos em vão esperada.

Foi ele que á custa de solicitações e passadas sem conta logrou extorquir ao Governo o auspicioso diploma. Dizia-me ele que nessa luta perdera anos de vida, tamanhas tinham sido as dificuldades que de toda a parte se lhe opunham.

Ao cabo de numerosas viagens de Paris para Lisboa e Londres e duma correspondencia enorme, logrou obter

enfim que a grande obra fosse decretada. A oposição era tenáz. Não só havia a vencer a má vontade do Governo, como os ardís da Engenharia oficial, que ciosa dos seus créditos, não queria que honvessemos o direito de escolher director habilitado para as obras.»

A sua bondade de coração revela-se em muitas das suas acções e na protecção que dispendia a muita gente, devendo-se a ele a fundação, conservação e sustento do *Asilo Maria Teresa,* durante a sua vida, abrangendo um periodo não inferior a quarenta anos, e em diversas dádivas, entre as quais as dispendidas por amor á cultura literária especialmente, pela protecção que deu á bibliotéca publica de Ponta-delgada, oferecendo-lhe em outubro de 1874 a importante soma de 1275 volumes de história, teologia, ciencias, agricultura e economia.

Encarado sob o ponto de vista literário, não é menor o seu valor, revelando-se nos seus estudos sobre Camões, de que adiante falaremos e sobre os escritores e vida de Sá de Miranda, abaixo de Camões o literato que mais afecto lhe mereceu, pretendendo até dar á publicidade uma edição critica das suas poesias. segundo um Códice, original do século XVI em poder do seu amigo Ferdinand Denis, bibliotecário de Santa Genoveva, Paris, mas que a sua saída de França para os Açores, ao tempo lhe fez perder a oportunidade.

Mas sobre o Codice disse-nos a Ilustre filóloga romanica Dr.ª D. Carolina Michaelis:

«A publicação do Codice *D* já fora planeada mais de uma vez: o proprietário e dois portuguêses distintos, os Srs. Visconde de Juromenha e José do Canto, bibliofilo muito intruido e versado na literatura pátria e em especial do *Cinquecento,* tiveram essa intenção e examinaram o Codice para esse fim. O senhor Visconde liga grande importancia ao *ms.* e julga que se pode dizer contemporáneo da vida do autor.

O senhor José do Canto tambem lhe atribue alto merecimento, mas declara: «a valia daquele codice, na minha opinião estava muito diminuido pela impericia do copista» e este reparo tem seu fundamento, como já vimos.

Entretanto o senhor José do Canto principiou os trabalhos de exploração do Codice, que deixou nas mãos de Mr. F. Denis, quando se retirou de Paris. Tendo conhecimento dele, julgamos dever nosso examiná-los e favorecer o publico com estudos que a todos eram necessarios em assumpto tão dificil.» (1)

Conhecemos de José do Canto os seguintes trabalhos:

Projecto de Banco hipotecário na Ilha de S. Miguel.

Publicado no jornal «Agricultor Micaelense», 2.ª série, numero 50, e transcrito no jornal Lisbonense «A Opinião», numero 528 de 30 de setembro de 1858.

E' um trabalho vasto sobre a forma das instituições de crédito.

Na carta VII a paginas 14 do livro «Catas particulares do Sr. José do Canto aos senhores José Jacome Cormara e Conde de Jacome Corrêa, publicados pelo Sr. Marquês Jacome Corrêa, diz o autor em resposta a uma carta do Sr. José Jacome:

«A respeito do Banco Rural, não tenho esperanças que aprovem o Projecto: mas parece-me que mais assim ou assado, teremos alguma cousa que se pareça com banco, porque estando nós os portuguêses condenados, como tu sabes, ha muitos anos a imitarmos servilmente tudo o que se fez em França, e tendo tido optimos resultados aqui o estabelecimento do crédito hipotecário e dos livros que aí se emitem, por fás ou por néfas; e o-

1) Poesias de Francisco Sá de Miranda, por D. Carolina Michaelis de Vasconcelos.

xalá que se principie a fazer alguma cousa, porque cada vez é mais urgente a necessidade e demorando-se o remédio ha-de achar-se já chagas incuraveis.»

Calendário rustico, indicando os lavores próprios de cada mês; publicado no almanaque rural dos Açores para o ano de 1851, por mandado da Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense; contém cem paginas o livro.

Aos micaelenses que pretendiam eleger-me deputado.
Tipografia Manuel Cardoso Albergaria e Vale, Ponta-delgada, 1852.
E' um manifesto expondo as razões porque não podia aceitar o mandato que os comicios tinham votado conceder-lhe, para representar no parlamento o circulo eleitoral de Ponta-delgada.

Centenário de Camões. Catálogo resumindo de uma colecção camoneana, exposta na biblioteca publica de Ponta-delgada por ocasião desta solenidade nacional a 10 de junho de 1880.
Tipografia dos Açores, Ponta-delgada 1880.
E' uma edição de 71 paginas catalogando a colecção camoneana com o seu respectivo indice.

Colecção Camoneana.
Tentativa dum catálogo metódico e remissivo.
Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.
Compreende este trabalho duas grandes partes, uma referente á biografia, obras e critica de Camões, mostrando-nos a intensidade do movimento Camoneano; outra relativa ao tricentenário de Camões, as manifestações festivas levadas por essa ocasião a efeito em Portugal e Brazil.

No primeiro capitulo enumera 92 edições completas portuguêsas dos Luziadas.

E discutindo a questão muito debatida ácerca da edição — *princeps* — de Camões, diz:

«O interesse que leva a conhecer a data real da segunda edição, deriva da possibilidade de ser Camões que pessoalmente introduzisse as emendas preferiveis, que ela oferece. Hoje é impossivel fixar essa data e talvez o seja sempre.

Antes de 1576, parece-me certo que não se efectuou. A segunda edição, como é incontestavel, diversifica da primeira principalmente pelo modo de representar gráficamente as desinencias nasaes e sobretudo as terminações dos verbos na terceira pessoa do plural; são tão disparatadas estas diferenças ortográficas que as duas edições não se podem confundir.»

E conclue por confronto com outra publicação, que a segunda edição dos Luziadas não veiu a lume antes de 1576.

Relatório da comissão de inquérito sobre a produção e consumo do milho na Ilha de S. Miguel em 1856.

Esta comissão pertencia á Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, de que José do Canto foi sempre como então se dizia «a alma, a força e o motor» e por muitos anos o seu secretário.

Relatório dos trabalhos da sociedade Promotora de Agricultura Micaelense.

Curioso pela abundancia de noticias e observações.

Arrendamentos de terras.

Colecção de nove artigos em que trata do assunto com um conhecimento, elevação de vistas e senso prático, harmónico com o seu modo de pensar.

Recordação do dia cinco de dezembro de 1839, na cidade de Ponta-delgada.

Artigo publicado no jornal o «Monitor» de Ponta-delgada.

Tarde e noite de maio.

Capitulo de um romance Açoreano, sobre o descobrimento da Ilha de S. Miguel, que deixou inédito.

«Chegara Gonçalo Velho a Santa Maria com uma bem aprestada caravela. Parentes e amigos festejaram-no; os cultores das sesmarias apressaram-se a dar-lhe as boas vindas; e, em convites e festins, correram breves os dias.

Como foi chegada a tarde de sete de maio e se foi acendendo a brisa vespertina, eram a bordo os navegantes; levantaram ferro, e de velas desfraldadas á viração, velejavam ao ponente, para vingar e barlaventar as ultimas pontas da Ilha.

Enquanto o sol se não despedia da terra, um troço de homens acompanharam o navio pelo alto das rochas.» (1)

JOAQUIM CANDIDO ABRANCHES.—Nasceu na Ilha Terceira, mas desde os nove anos de idade que viveu em Ponta-delgada.

Não tirou curso algum literário, aprendeu o oficio de ourives de que era Mestre, com a especialidade de restaurar obras antigas, com tal arte, que parecia uma obra acabada de fazer; desenhava com muita correcção e desta habilidade se valeu muito, não só no seu oficio, como nalgumas das obras literárias que publicou, ilustrando-as.

«O seu caracter honrado e franco, o seu coração leal

1) Preto no Branco—semanario de Ponta-delgada, ano 3. Biblioteca Açoreana.

e benévolo e os actos do seu viver intimo e social, aferidos por austera honestidade, justificam-lhe a geral consideração e estima que lhe consagraram quantos o conheceram.»

As suas horas de ocio ocupava-as em pequenos trabalhos literários, é ele mesmo que nos diz na carta dirigida ao seu bom e velho amigo Francisco Maria Supico, incerta no terceiro volume das suas lucubruções literárias:

«Se as compridas e frias noites do inverno são monótonas na cidade, onde abundam as sociedades recreativas, teatros, boticas e outros logares de palestra, o que não será nesta alameda onde habito uma grande parte do ano, onde não ha um unico logar onde possamos ir ter o grato e inocente intertenimento de falarmos e discutirmos nà vida dos ausentes?

Os dias lá os passo entretido no tratamento das minhas flores ou vigiando o trabalho das minhas estufas; mas as noites, Santo Deus! quasi parecem eternas.»

E então matava o tempo nas suas lucubruções literárias, que tem realmente muito valor para o grau de cultura do seu autor.

Conhecemos entre outros trabalhos, os seguintes:

Album ilustrado de zoologia micaelense, representando com as suas cores naturais todos os quadrupedes, aves, peixes e insectos indigenas, ou de ha longos anos existentes nesta Ilha.

Auconografia botanica micaelense, onde são desenhadas a cores todas as plantas indigenas, com suas raizes, flores e frutos.

Borboletas, pequeno album, onde o autor desenvolve em tamanho e cores naturais, duzentas borboletas das que vivem em diversas partes do mundo.

Lucubrações literárias, tres volumes impressos na Tipografia editora do Campeão-popular, Ponta-delgada, 1893.

Como preâmbulo a este trabalho, diz o autor no primeiro volume:

«As paginas que se vão seguir, são o produto d'alguns momentos tirados ao trabalho artistico de que subsisto.

Não primam nem pelo estilo, nem pelo engenho, porque para um e outro me falece o talento; são simples e despretenciosas, mas um merecimento lhe poderão reconhecer—o de não perverterem.»

Santas e modestas palavras; na verdade os contos que formam os tres volumes das «Lucubrações literárias» são escritos num estilo singelo, comezinho, acessivel a todos. Os assuntos, em que primam a seriedade e a honestidade, são açoreanos, historia-se o amor, que é sempre o mesmo em todos os povos, os usos e os costumes destes Ilheus, as suas tendéncias e as suas aspirações. De todos os contos se tira uma moralidade, um exemplo bom a seguir; eis um pedaço de um dos contos:

«Nobre e Plebeu»
que patrimonio pode haver que seja
mais honroso e ilustre que a boa fama?
Elp. Dur.

Em uma das calmosas tardes do mês de agosto do ano de 1860, passeavam dois sujeitos na alameda que circunda o sopé da pequena elevação onde existe a Ermida da Senhora da Mãe de Deus.

Um vestia casaca de finissimo pano, colete de vistoso veludo e calça de boa casimira. Pendia-lhe ao lado grossa corrente de ouro, prendendo-se a um bom reló-

gio do mesmo metal. A barba era primorosamente talhada. Dum charuto havano atirava ao vento baforadas de odorifero fumo. No lado esquerdo da sua casaca, via-se-lhe uma fita a qual denotava ser cavaleiro d'alguma ordem.

O outro pertencia á classe dos artistas. Calça, colete e casaco eram de pano da terra, sem primores de talhes, nem finuras, mas notava-se-lhe aceio e certo ar de dignidade.

Este depois de ter andado algum tempo passeando, sentou-se em uma banqueta á qual fazia sombra um copado olmeiro.

Alguns minutos depois, passou junto dele o elegante, o qual se dignou dirigir-lhe a palavra, mais para se desenfadar do tédio que a ociosidade causa, do que por esperar prazer na conversa daqueles a quem julgava muito abaixo da sua pessoa.

— Mestre, lhe diz ele, o dia está delicioso, e gosar algumas horas da sua amenidade, é proprio de todo o ente que respira.»

Convulsões da Terra. — Impresso na Tipografia de Manuel Corrêa Botelho, Ponta-delgada, 1877.

E' uma compilação cronológica das convulsões da Terra, Tremores de Terra. Mas nas primeiras páginas dá em resenha as diferentes opiniões das causas que motivam essas convulsões, que antigos escritores atribuem a cada um dos quatro elementos: agua, ar, terra e fogo.

De tres especies, denominavam os antigos fisicos, os tremores de terra: por oscilação ou balanço, por pulsação ou sublevação, por explosão ou estremecimento, a que se seguem os vulcões.

Alstedius, sabio alemão nascido em 1588, assinalou porém sete especies de tremores:

Epeclintes, cujo balanço faz mover os edificios de um a outro lado.

Brasma, que é o que chamam de pulsação.

Chasmatias, que abre sulcos na terra e causa muitas vezes subversões.

Rectes, que forma vulcões, produz montes e novas Ilhas.

Ostes, causa erupção e move a terra para logar distante.

Palmitias, que imprime á terra uma certa oscilação, quasi sempre benigna em seus efeitos.

Micetias, os que se sente estrondo subterraneo.

Os sabios da antiguidade, Seneca, Wiston, Woodward e outros, supõem que foi um terremoto que causou o diluvio universal; outros afirmam que no começo o globo terráqueo era todo plano e que as montanhas se elevaram por efeito de imensos terremotos, que ao mesmo tempo abrindo grandes canais, separaram a terra em partes desiguais.

Entrando propriamente na descrição cronológica das convulsões da terra enumera assim em primeiro logar o que se deu no ano de 1815 antes de Cristo.

«O mundo experimentou neste ano um violento terremoto, que fazendo sair o mar dos seus limites, inundou grande parte da terra, sendo inumeros os prejuizos causados em vidas e propriedades.»

A ultima convulsão que registou foi no ano de 1875 na nossa era.

«Sentiu-se um abalo de terra em Monte-mor, o Novo, no dia 27 de julho pelas cinco horas da manhã.»

Album Micaelense.—Tipografia de Manuel Corrêa Botelho, Ponta-delgada, 1869.

E' uma colecção de desenhos de Igrejas, edificios,

pontos de vista e costumes micaelenses feitos por Abranches, entre uma descrição histórica da Ilha de S. Miguel e da sua fauna e flora, com um grande numero de quadros estatisticos, entre os quais mencionaremos o movimento do porto de Ponta-delgada, divisão eclesiástica e administrativa, população da Ilha em diversas épocas, etc.

E' um trabalho bastante interessante e de valor. Na carta que o autor dirige ao Visconde da Praia, oferecendo-lhe o seu livro, por haver sido ele o instigador a que se publicasse, diz:

«Consagro por isso muito estima a este pobre Album; quero-lhe como a um ente muito amigo com o qual se desafogam no retiro do mundo os pesares dessas mil desilusões e contrariedades que a vida nos oferece de continuo, porque a muitos dissabores e decepções me foi ele conforto e alivio, vezes sem conta.»

Prefaciado por Francisco Maria Supico, diz-nos que os criticos «hão de ver neste livro (á parte as incorreções inherentes a quem se estreia sem o menor cultivo literário, nem qualquer aprendizagem metódica de belas-artes) não um arrojado cometimento tendo a vaidade por fim, mas um decidido amor ao trabalho, um propósito tenacissimo de aprender, um desejo muito louvavel de ser util a uma terra que não pode gloriar-se muito de ter sido assim honrada pelos talentos que tem produzido.»

Quis nestas ultimas orações dizer que o autor não é micaelense; podia-o dizer sem ferir os melindres dos filhos de esta Ilha e destas Ilhas, que tem tambem cantado e engrandecido a sua terra, honrando-a e nobilitando-a em todos os ramos do saber humano. (1)

1) Vid. Album Açoreano, paginas 114.
Vid. Album Micaelense. Biblioteca Açoreana.

PRUDENCIO QUINTINO GARCIA.—Natural da Ilha de Saw Miguel, filho de Jacinto Manuel Garcia do Amaral, escrivão do Juizo de Direito da Comarca de Vila-franca do Campo.

Ordenado de Presbitero pelo Bispo dos Açores, depois dos seus estudos feitos em Vila-franca e Ponta-delgada, matriculou-se na faculdade de teologia na Universidade de Coimbra, vindo a formar-se no ano de 1870.

Não voltou aos Açores, mas conservava da sua Ilha e da terra onde passara a sua mocidade, as mais carinhosas recordações.

Despachado Prior da Igreja paroquial de Santo Antonio dos Olivais, aí esteve por alguns anos até á sua colocação como Conego da Sé de Coimbra, onde desempenhou os mais elevados cargos e dignidades, até ao de Deão.

Como professor do Seminário marcou um logar que lhe deu jus á grande respeitabilidade que gosa entre a sua classe e naquele meio intelectual de Coimbra, seguramente o mais exigente de todo o País, na regencia da sua cadeira de Teologia e mesmo em algumas do Curso preparatorio.

Mas no que o Dr. Prudencio se nobilita e conquista um nome duradouro é como *antiquario* e investigador de raro mérito que foi nos arquivos do Bispado de Coimbra e no Governo Civil, publicando um livro, producto dos seus trabalhos sobre João de Ruão, o celebre imaginario, tão louvado nas crónicas do Renascimento, formando uma rica colecção de documentos, a maioria dos quais eram inéditos.

Antes ainda deste trabalho, era o seu nome conhecido pelos estudos que então fazia sobre os Tomistas do século XVII, sendo respeitavel a sua opinião.

No ultimo periodo da sua vida andava interessado no estudo que trazia no arquivo da velha Universidade de

Coimbra, não nos constando porém que chegasse a dar á luz da publicidade algumas das suas investigações.

O Dr. Prudencio Garcia honrou a sua Ilha não só pela sua inteligencia e estudos que deu á publicidade, como pela seu porte nobilitado e distinto, que conseguiu alcançar e fazer-se respeitar no meio da cidade academica.

JOSÉ D'ARRIAGA BRUM DA SILVEIRA.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, a 8 de março de 1844, filho de Sebastião d'Arriaga Brum da Silveira e D. Maria Cristina Pardal Ramos Caldeira.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1868 não seguiu nenhuma carreira de Jurisprudencia, servindo alguns anos como funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa, que lhe dava ensejos aos seus continuados estudos sobre vários ramos de história e ciencia, muitos dos quais deu á publicidade.

Uma onda de nostalgia, por vezes, atacava-o, na fase de perseguição, intensamente: isolava-se então, fugindo aos parentes e amigos que pensava o perseguiam e duma vez seguiu para o Brasil, como se fosse fugido, sofrendo lá privações que o abateram, e voltando a Portugal internou-se no recolhimento das Merceeiras de Lisboa, onde faleceu em 1921.

Doente mesmo, trazia alguns trabalhos literários entre mãos, alguns dos quais deixou incompletos, mas apesar da sua vida assim tempestuosa, deixou uma importante laboração literaria que vamos enumerar:

Raças históricas na Lusitânia.

Descrevendo alguns povos que viveram no território que faz parte hoje de Portugal.

Questão Ibérica e o Saldanha.
Estudo sobre este importante problema do Iberismo.

Influencia do Cristianismo sobre as ideias modernas.
Em que aprecia a doutrina cristã e a influencia que exerce sobre a vida actual.

A politica conservadora e as modernas alianças dos partidos politicos.
Apreciando a situação politica da época, os acordos dos partidos e o conservantismo.

Prólogo do catalogo dos manuscritos da antiga livraria dos Marqueses de Alegreto, Condes de Tarouca e Marqueses de Palmela.
Estudo que fez sobre estas importantes livrarias de particulares.

A Inglaterra, Portugal e as suas colónias.
Estudando a situação destes Países e suas importantes colonias.

História da revolução de 1820.
Em que descreve este periodo intenso do nosso País.

JOÃO JACINTO TAVARES DE MEDEIROS.—Nasceu na Vila do Nordeste da Ilha de S. Miguel no dia 24 de março de 1844, filho de Manuel de Medeiros Tavares e sua consorte.

Apenas com os conhecimentos literários alcançados na sua Vila, que não chegaram a completar a instrução primária, foi despachado Escrivão de Fazenda do Con-

1) Familias Faialenses de Marcelino de Lima. paginas 55,

celho da Vila da Lagoa, desta mesma Ilha em 1861, logar que desempenhou até 1868.

Não o seduziram aquelas funções publicas, nem o trabalho burocrático esgotou a sua grande força de vontade de saber e de se engrandecer. Assim pois, em setembro daquele ano, seguiu para Coimbra, «onde á sua custa, com as economias que fez durante o tempo que exerceu o emprego publico e com alguns abonos que depois de formado pagou, fez todos os preparatórios, desde o exame de instrução primaria, nos anos de 1868-1871. Entrou em seguida na Universidade, para o curso de Direito, que concluiu no ano de 1876.»

Terminada a sua formatura, com muitas distinções, foi convidado para o logar de Secretário-geral do Governo Civil de Coimbra, que ele por considerações politicas não quis aceitar, acedendo, no entanto, á nomeação que lhe foi feita de Administrador do Concelho daquela cidade, que exerceu até ao ano seguinte, em que veiu para Lisboa, abriu banca de Advogado, profissão esta que exerceu até á morte que ocorreu nesta mesma cidade a 12 de junho de 1903.

Eleito pela Associação dos Advogados de Lisboa, de que era socio, membro do Conselho Geral Penitenciário e da comissão de legislação estrangeira junto do ministério da Justiça, exerceu estes cargos até á morte.

«Tudo o mais recusou; recusou logares administrativos e no parlamento. Não é facil adaptar animos independentes ás condições de tais cargos, e Medeiros era e foi sempre o homem creado á beira do oceano, que lhe inoculara indelevelmente o santo virus da independencia.»

Todo o seu cuidado, toda a sua preocupação, estava no amor á sua profissão que ele tantas vezes defendeu e enobreceu.

Um dia, numa inquirição de testemunhas levantou-se

um incidente entre ele e o outro advogado, que era o poéta do D. Jaime, Tomás Ribeiro.

Tavares de Medeiros requereu, o Juiz indeferiu; outra explicação, outro requerimento, indefirimento; o Juiz manifestava-se parcialissimo, dir-se-ia que era o próprio advogado contrario. Então, Tavares de Medeiros, «levantou-se nobremente e porque não mais podia continuar, assim asfixiada a defesa, sem faltar ao respeito pelo que ainda lh'o merecesse ali, silencioso e grave e tranquilo, encaminhou-se para a saída da sala.»

O Juiz de subito grita para o nosso biografado:

—Sente-se, sente-se, não pode sair! volte para o seu logar, que mando eu!

Tavares de Medeiros parou um momento e voltando-se para o Juiz com toda a firmeza respondeu-lhe:

—Mande-me V. Ex.ª prender, se pode; e continuou sereno e tranquilo e saiu.

«Tomaz Ribeiro ficara indeciso e interdicto, o escrivão estactico, o oficial irto; tres figuras de cera do museu de Madame Tussand.»

Tavares de Medeiros levou este incidente á Associação dos Advogados que unanimemente e indignada abraçou a sua causa, levando a sua queixa ao Conselho Disciplinar da Magistratura.

«Eis como este advogado tinha entre os seus ideais supremos a dignidade da profissão, como a não deixava menospresar, como lhe era querida a sua classe, com que assombro ele a defendia.»

No ultimo periodo da sua vida, a criminologia era o seu mais ardente estudo; foi o primeiro dos portuguêses que se dedicou a esta nova ciencia.

Ao seu trabalho, á sua intervenção, á grande simpatia e muita consideração que então gosava, conseguiu se reunisse em Lisboa em 1897, um dos Congressos da União Internacional do direito penal; assim como havia

conseguido já em 1889 reunir em Lisboa um Congresso Juridico de que foi o primeiro secretario.

Era sócio do Instituto de Coimbra, colaborando no seu boletim sobre assuntos juridicos, correspondente da Academia Real das Ciencias, que a representou no Congresso Juridico Ibero-Americano, socio da Real Academia de Jurisprudencia e legislação de Madrid, do Instituto Internacional de Sociologia de Paris, colaborando na sua revista um trabalho sob a denominação de—Le mouvement social em Portugal, e ainda era sócio do Instituto histórico de direito Romano da Universidade de Catania, honra que lhe foi conferida pelos seus trabalhos, nomeadamente pelos de Direito Romano, que tanta atenção lhe merecia.

Era por outro lado Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, Comendador do numero extraordinário da Ordem de Carlos 3.º de Espanha e Grão Cruz da Ordem de Isabél a católica, de Espanha.

Nada disto porém o lisongeava, o que ele era e como se apresentava era como Advogado.

«Em paralelo ao advogado, disse ele quando em 1887 na Associação dos Advogados de Lisboa falava do Dr. Paulo Midosi, só vejo o médico e o padre, quando se inspiram no mesmo ideál; porque sem a fascinação do poder, sem a autoridade que decide, sem a riqueza que domina, emudece com o seu conselho o nobre e o plebeu, o argentário e o pobre e a todos seduz e cativa pelo respeito da sua opinião e pelo amor da justiça.»

Estudo sobre o artigo 741 do Codigo Civil Português. Dissertação para o segundo ano juridico. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1873.

Quando o Dr. Tavares de Medeiros frequentava o segundo ano juridico na Universidade de Coimbra, publicou esta sua dissertação da cadeira de Direito civil.

Da leitura deste pequeno trabalho se prevê a força da argumentação do futuro advogado e a sua clareza na argumentação.

«Ainda ha pouco tempo, diz-nos ele no começo do seu trabalho, que temos um codigo civil, que não primando demasiadamente em sistema nas suas disposições e colhido de diversas fontes de Direito patrio e estrangeiro, se ressente em alguns pontos de obscuridade e carencia de unidade harmónica, de que resultam controvérsias e debates vigorosos, em que não poucas vezes a força da razão cede á da auctoridade dos tribuniais.»

Estuda em seguida o artigo 741 do codigo civil.

«O cumprimento da obrigação ainda que tenha praso estabelecido, torna-se exigivel falindo o devedor, ou se por facto dele diminuiram as seguranças, que no contracto haviam sido estipuladas a favor do credor.»

Analisa em seguida o artigo cuja fonte foi o artigo 1.188 do codigo civil francês, compara-o com o disposto no artigo 860 n.º 4 e 901 do nosso codigo tirando-lhes as conclusões e estabelecendo a sua doutrina com clareza e segurança.

O Direito civil segundo os arrestos ou colecção de casos julgados posteriores á promulgação do Codigo Civil Português. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1878.

«Abdicar, diz Tavares de Medeiros, na introdução deste livro, da autonomia da razão e antepor a autoridade dos tribunais ás disposições expressas da lei, ou ás conclusões racionais e que nas suas obscuridades possamos atingir, seria violar dum modo vergonhoso as leis do entendimento e trair impunemente a verdadeira missão do jurisconsulto; mas despresar abertamente as opiniões dos que tem encanecido nas lides da jurisprudencia e as decisões de uma instituição, cuja indepencia e

sabedoria constituem uma verdadeira gloria do nosso país, seria, por certo, além duma vaidade louca, a maior responsabilidade que na vida prática podem contrair os que assumem o nobre encargo de efectuarem pelos seus conselhos os direitos e deveres dos cidadãos.»

Em todos os seus estudos e até neste periodo de introdução se revela o Dr. Tavares de Medeiros como que um apóstolo da missão do advogado, ou como melhor disse o Dr. Alves de Sá: Sempre, sempre este vulto da profissão a surgir-lhe na alma, no fundo de tudo, tudo dominando.» E continua a respeito desta obra:

«E' uma decada da jurisprudencia civil portuguêsa sob o regimen do famoso código do Seabra, em forma de reportório ficou sempre na tradição. Isso já vem do século XVII, da época dos reportórios casuisticos e dos *consultationes* dos nossos praxistas.»

Discurso de abertura das conferencias do ano judicial de 1883-1884, na Associação dos Advogados de Lisboa. Tipografia Nova Minerva, Lisboa, 1883.

Convidado Tavares de Medeiros a fazer parte da Associação dos Advogados de Lisboa, convite que ele gostosamente aceitou, foi igualmente encarregado de abrir as conferencias juridicas do ano, discursando sobre um ponto de direito, á sua escolha.

Escolheu para isso a matéria expendido no artigo 1.113, 1.114 e 1115 do Codigo Civil português que diz respeito ao pagamento das dividas contraidas pelo marido com ou sem outorga da mulher e dos bens que respondem por aquelas dividas.

Direito Comercial. Comentário da lei das sociedades anonimas de 22 de junho de 1867, seguida de um apendice das leis francêsa, belga e brasileira. Livraria Ferreira, Lisboa, 1886.

Foi o primeiro comentario á importante lei que apareceu em Portugal apesar de ela já exstir á vinte anos.

As leis das sociedades anónimas da França, Bélgica e Brasil, são cuidadosamente consultadas e bem assim os poucos casos que a pratica portuguêsa já tinha apresentado.

Eis o que nos diz o seu autor no prólogo:

«Entre nós perde em regra o tempo e o feitio quem se dedicar a qualquer trabalho desta indole, e se, por circunstancias, tiver de afirmar a sua competencia por seus escritos, em concursos oficiais, terá de sujeitar-se ao veredictum de uma corporação presidida por qualquer farmaceutico, ou aos caprichos e exigencias de uma politica divorciada da justiça e do bom senso. Fazem por isso muito bem aos nossas escolas superiores pouco ou nada produzindo e melhor andam ainda os que sem obrigação de ensino abandonam as publicações literarias e cientificas a quem puder considerá-las como objecto de luxo e ostentação.»

No entanto apesar de assim dispender estas verdades, o Dr. Tavares de Medeiros estudava e publicava os seus estudos não esmorecendo com a falta de leitores e cooperadores.

Discurso lido em conferencia extraordinária na Associação dos Advogados de Lisboa. Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1887.

Na Associação dos Advogados de Lisboa, realizou-se uma sessão solene glorificando um dos seus mais ilustres sócios, a Dr. Paulo Midosi.

Tavares de Medeiros, seu amigo e colega foi o incumbido da oração, apresentando então um estudo biográfico, bastante completo do homenageado.

«As orações e discursos com que nas Academias e associações cientificas se glorificam os seus membros

vivos, que mais se impõem ao reconhecimento e gratidão dos outros, e ás apoteoses dos herois da humanidade que sintetizam um vasto ideal de abnegação e de amor, são ainda hoje como out'rora eram as entradas triunfais rasgastas nos muros da cidade, e as corôas murais ou valores decretadas aos victoriosos nas grandes pugnas da força e do espirito, monumentos imediatos e eloquentes de um sentimento fervoroso, que se não apaga, que se não extingue, porque a expansibilidade da alma, quando atinge o seu máximo limite, é tão irresistivel como a expansibilidade da matéria nas suas maiores e mais enérgicas explosões.»

Falando em seguida do colega ilustre diz qne «todos o conhecem como advogado no que a profissão pode ter de mais alevantado e digno; e ainda antes de o ouvirem já teem por ele a admiração espontánea que nos impele e atrai como uma especie da gravidade moral, sem receios nem hesitações, sem duvidas, nem descrenças. Os que o veem e escutam, cedem de bom grado aos primeiros impulsos do seu espirito jovial, á franqueza e lealdade do seu caracter, como á pureza e generosidade dos seus sentimentos.

Conhecem-no tambem os que presam e amam a literatura pátria, nas suas manifestações dramáticas e jornalisticas, sem excepção da poesia, essa linguagem sensivel por excelencia, porque do foro ao teatro, da jurisprudencia á imprensa e da ciencia á arte não se descobrem repugnancias ou antagonismos que indisponham Caliope com Melpomene.»

Biografa depois cuidadosamente o seu colega e termina a sua oração dizendo á assembleia que o escuta atenta:

«Aí tendes o seu retrato com a exacta precisão que pode dar a fotografia; mas, ainda assim, bem sabeis que

a copia, embora fiel, não reproduz original na elevação dos seus sentimentos, na grandeza da sua alma.»

Elogio de Paulo Midosi. Discurso lido na Associação dos Advogados de Lisboa, em sessão extraordinaria de 18 de fevereiro de 1889. Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1889.

«Não vimos hoje, assim começa o seu discurso, laurear as letras ou as artes aclamando com festivais apropriados, quem nesta milicia da inteligencia fizesse mais uma conquista ou descoberta, ou sobre as ruinas do erro basteasse a bandeira da verdade. Tão pouco vimos exaltar virtudes de quem possa ver ainda neste preito incitamento entusiasta de reiteradas glórias, como grato reconhecimento dos que, se não podem imitá-los, sabem coutudo fazer-lhes justo preço, como joias de subido quilate.

Venho falar-vos de um morto ilustre, de um nosso consocio benemérito, do secretário perpétuo desta associação, sobre quem se selou, não ha muito, a campa para jamais nos extinguir a saudade, que nos deixou cada vez mais intensa e mais viva, como a luz que a pouco e pouco se acumula para nos deslumbrar inteiramente.»

Falando do morto ilustre, diz:

«Paulo Midosi deixou o mundo sem um inimigo, porque todos que o conheciam eram seus amigos. Tinha conquistado uma popularidade que só pode alcançar quem acima de todas as vissicitudes dos tempos sustenta sem mácula um nome honrado.»

«Paulo Midosi votara-se de alma e coração a tudo quanto podia elevar e engrandecer esta associação. Como sabeis era aqui que ele talvez se achava melhor, na conversa intima e nas conferencias publicas.»

Paulo Midosi não esqueceu a associação, nos momentos mais solenes da sua vida, nem mesmo quando se

preparava para a morte, como caminheiro atribulado em senda desconhecida.

Congresso juridico de Lisboa de 1889. Resumo das suas actas. Imprensa Nacional, Lisboa, 1889.

O Dr. Tavares de Medeiros, consciente de que um congresso juridico em Lisboa deveria, com certeza, trazer vantagens, principalmente á sua classe que ele tanto amava, por vezes, na Associação dos Advogados de Lisboa aventou esta ideia, conseguindo que esta Associação votasse a sua realização.

Foi ele pois o promotor deste Congresso, fundamentando e sustentando largamente que «de acordo com o governo a sua ideia era não só realizavel, mas tambem seria o inicio de uma cultura mais elevada da ciencia do direito, fecundissima, sem duvida, em resultados práticos, porque era o modo de apurar um grande numero de opiniões autorizadas, chamando á solução de importantes problemas juridicos jurisconsultos nacionais e estrangeiros.»

Afinal o Congresso realisou-ze na melhor das ordens, sendo o Dr. Tavares de Medeiros o seu primeiro secretário, que é como quem diz a alma e a vida do Congresso, ao qual apresentou a memória sobre a tese:

«Deverão perfilhar-se os filhos adulterinos concebidos depois da separação judicial, admitindo-se tambem em favor deles a investigação da paternidade?»

O livro das actas é então o registo em resume dos trabalhos d'aquele congresso.

Da perfilhação dos filhos adulterinos. Imprensa Nacional, Lisboa, 1889. Congresso Juridico de 1889.

Tese. Deverão perfilhar-se os filhos adulterinos concebidos depois da separação judicial, admitindo-se tambem em favor deles a investigação da paternidade?

O autor conclue pela afirmativa, em seu trabalho, afiançando, porém, que a tese que anuncia não vem destruir a velha lei, mas sim corrigi-la e aperfeiçoá-la.

«Não vem alarmar ou por em sobresalto a sociedade, dissolvendo por si os estreitos laços da familia ou modificando ao menos os seus mais naturais afectos e interesses; não tende, tão pouco, a convulsionar os seus elementos constitutivos, tanto no seu modo de vida intimo, como nas suas mais largas expansões; não alimentará tambem aspirações injustas, como não definirá direitos, nem ainda determinará obrigações sem o assentimento pleno da consciencia ás prescrições imperiosas das leis da natureza.

Nada disto. Demonstrará sómente que, admitidos certos fenómenos sociais, como irrecusaveis, não pode a lei negar acesso ás suas consequencias mais lógicas e necessarias, condenando situações que ela mesmo estabeleceu.»

E diz-nos depois que a tese proposta não aspira á liberdade absoluta da perfilhação, pretende sómente que se institua a perfilhação dos filhos concebidos depois da separação judicial dos conjuges, abolindo-se, por isso, a cláusula de habilidade para o matrimónio que actualmente impede a perfilhação.

«Se ha fundamentos plausiveis que possam justificar a exclusão da familia dos filhos adulterinos, concebidos durante a constancia do matrimónio e da vida comum dos conjuges, subsistirão eles depois que a lei reconheça a impossibilidade dessa vida comum?»

E opta então pelo divorcio, «dados os motivos graves que podem ocasionar a separação, para não condenar a uma eterna viuvez, sem compensações algumas quem se viu forçado a abandonar um estado de guerra e de violencia ou a desafrontar a dignidade ultrajada por quem não quis ou quem não soube compreender a sublimida-

de da sua missão na familia e na sociedade.» E nestas condições diz-nos que não concorreria para ligar materialmente duas existencias de todo repugnantes, nem lhes impunha a obrigação do celibato, sempre perigosa e incompativel com a satisfação das necessidades da natureza.

Nestas candições conclue numa profunda convicção:

1.º) — Que os filhos adulterinos concebidos depois da separação judicial, devem ser perfilhados, para gosarem dos mesmos direitos dos filhos legitimos.

2.º) — Que eles poderão usar da investigação da paternidade e maternidade nas mesmas condições em que actualmente o fazem os filhos perfilhaveis.

A união internacional de direito penal e o seu congresso na Cristiania. Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1891.

A União Internacional de Direito Penal, tinha por fim o estudo da criminalidade e da sua repressão.

Os seus trabalhos eram discutidos pelos seus membros, entre os quais se contava o Dr. Tavares de Medeiros, em congressos, e haviam-se já reunido em Bruxelas, Berne e agora em Cristiania.

«Entende esta instituição que a criminalidade e a repressão devem ser consideradas sob dois aspectos, especial e juridico, procurando consagrar este principio com todas as suas consequencias tanto na ciencia do direito criminál, como na respectiva legislacão penal.»

Como bases do seu trabalho adoptara as seguintes teses:

a) a missão do direito penal é a luta contra a criminalidade, considerada como fenómeno social.

b) a ciencia criminal e a legislação penal devem atender os resultados dos estudos antropológicos e sociológicos.

c) a pena é um dos meios que o Estado dispõe contra a criminalidade, mas não é o unico.

d) a distinção entre delinquente de acidente e de habito é essencial tanto na pratica como na teoria.

e) a separação entre função repressiva e penitenciária, é irracional e prejudicial porque os seus tribunais concorrem para o mesmo fim.

No Congresso em Cristiania discutiu-se:

1) Em que condições e em que casos é necessario recomendar o emprego da multa na legislação penal?

2) Deverá a legislação penal ocupar-se, mais do que tem feito até ao presente, dos interesses da parte lesada pela infracção?

3) Permitirá a experiencia que se estabeleçam as especies de infracções cometidas por delinquentes, a que em geral se dá o nome de incorrigiveis?

Da reciprocidade internacional, no cumprimento das obrigações civis. Memória apresentada no Congresso juridico ibero-americano, celebrado em Madrid em 1892, como representante da Academia Real das Ciencias de Lisboa. Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1892.

A presente memória foi escrita a convite da comissão organizadora do Congresso juridico ibero-americano, e consiste «na determinação dos meios de dar eficácia em Espanha, em Portugal e nas republicas ibero-americanas ás obrigações civis contraídas em qualquer destes países, ás diligencias e meios de prova e ás decisões dos tribunais de justiça dos ditos países, tanto no civil, como no crime.»

Assim tudo se cifra em «exigir-se em Portugal o cumprimento de obrigações contraídas em Espanha por portuguêses, por espanhoes por americanos, por uns e outros simultaneamente, e ainda por estrangeiros, franceses, italianos, por exemplo; e vice-versa exigir-se em Espa-

nha o cumprimento de obrigações contraídas em Portugal ou em qualquer dos outros países por espanhois, portuguêses, francêses etc.»

Desenvolve a sua tese num extenso trabalho concluindo que para solução do problema que vinha tratando era necessario, entre outros casos, que as sociedades cientificas e os governos fizessem convergir todos os esforços para a unificação do direito Internacial; que a prova de factos, quer consista em documentos ou depoimentos, quer em exames ou vistorias, seja bem subordinada ao principio locus regit actum — e finalmente quo a execução das sentenças estrangeiras devem ser admitidas em absoluto e independentemente de tratados ou de principio da reciprocidade.

Est..dos da ciencia politica, teoria do Estado — (fragmento de um livro inédito. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1892.

Tavares de Medeiros tem uma predileção especial por estes estudos de ciencia politica, o seu espirito tende particularmente para este ramo de ciencia.

Estado; o que é Estado? pregunta ele neste seu trabalho.

«O Estado não é a sociedade como pretendem alguns, nem é a nação como pretendem outros; nem finalmente é o povo, nem o seu governo, como ainda alguem afirma, embora em cada uma destas noções se compreenda evidentemente a ideia da organização e de um fim comum e geral. A noção de Estado depende da justa e exacta apreciação de todos estes elementos, no que incontestavelmente ha de influir o processo que se adoptar em tal apreciação.»

Os elementos anatómicos que entram na constituição dos Estados. isto é. individuos, familias e outras colectividades diversas, obedecem igualmente em relação uns

aos outros, á mesma homogeneidade, de forma que a sua unidade social e politica depende inteiramente da maior ou menor coesão e afinidade resultantes dessa homogeneidade!

E vai assim no seu estudo de conclusão em conclusão até assentar que nas funções sociais e individuais deve haver o maximo respeito pela emissão do Estado; nas funções politicas o maximo respeito pela emissão do Estado; nas funções politicas o maximo respeito pela liberdade individual e social.

Noticia do Congresso juridico Ibero-Americano, dada na Real Academia das Ciencias de Lisboa, Tipografia Castro Irmão, Lisboa, 1893.

Tavares de Medeiros representou a Academia Real das Ciencias de Lisboa, no congresso juridico Ibero-Americano que teve logar em Madrid, promovido pela Real Academia de Jurisprudencia e legislação daquela cidade.

«Cumpria-me, diz o autor numa sessão posterior ao seu regresso de Madrid, na Academia Real das Ciencias de Lisboa, que outro dever mais não tivesse, dar-vos uma noticia resumida, não do modo como procurei desempenhar-me, que esteve sempre abaixo de tudo quanto eu podia desejar, mas da importancia geral daquele levantado empreendimento, em cujo interesse eu vi, não um simples cumprimento de nações diferentes, mas como que a renascença da antiga solidariedade fraternal e filial do Novo e do Velho Mundo.»

Formava-se este congresso de uma delegação da Real Academia de Jurisprudencia e legislação de Madrid, da Junta de Governo e comissão organizadora da mesma Academia, de cem advogados espanhois nomeados pelo presidente do Conselho de Ministros, pelos diferentes Ministros, pelo Conselho de Estado e Tribunal do Contencioso, pelos Tribunais Superiores, pelos Reitores das

Universidades, pelos colégios dos advogados e pelas diversas Academias. Portugal e os Estados Ibero-Americanos foram representados por delegados dos governos e das suas corporações e ainda por outras pessoas que a comissão organizadora convidou. Os presidentes das Republicas Ibero-Americanas e o nosso presidente do Conselho de Ministros, foram presidentes honorarios do Congresso.

Representaram Portugal neste congresso os Drs. Pinto Coelho, delegado da Associação dos Advogados de Lisboa, que foi eleito presidente honorário, como presidente que havia sido do congresso juridico de Lisboa, Assis Teixeira de Magalhães, delegado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que presidiu e fez parte da comissão encarregada do apuramento das conclusões, Conde de Valença, que apresentou uma memória escrita sobre o primeiro e segundo tema do congresso e presidiu a algumas sessões, como membro da Mesa, Mota Prego, que foi secretario da Mesa e o Dr. Tavares de Medeiros que apresentou tambem a sua memória escrita sobre o primeiro e segundo tema e que como membro que foi da Mesa tambem presidiu a algumas sessões.

As teses em discussão foram:

1.°) Bases, conveniencia e alcance da arbitragem internacional para resolver as questões, que surjam ou estejam pendentes entre Espanha, Portugal e os Estados Ibero-Americanos. Forma de tornar eficáz esta arbitragem.

2.°) Meios de tornar eficáz em Espanha, em Portugal e nas Republicas Ibero-Americanas as obrigações civis contraídas em qualquer destes Países, as diligencias e os meios de prova e as resoluções dos Tribunais de Justiça dos ditos Estados tanto no civil, como no crime.

3.°) Bases para uma legislação internacional comum

aos citados países sobre propriedade literária, artistica e industrial.

4.°) Abalroamentos e auxilios no alto-mar entre navios de distintas nações. Legislação, competencia e processo para tornar efectivas as consequencias juridicas destes factos.

Além destas teses que constituiram o primitivo programa, foram apresentadas mais duas:

a) tendo por objecto o matrimónio e o divorcio no direito internacional privado.

b) tratando da naturalização nos Estados Unidos.

Confraternizaram assim duas nações em todas as manifestações da inteligencia e da industria, porque eram irmãs e abraçavam-se com elas as filhas dilectas de ambas, que eram outros tantos pedaços d'alma, lembrando as patrias das suas patrias, numa perfeita identidade de ideias e de factos e no mesmo pulsar de corações. Dizia um ilustre académico mexicano, D. Prisciliano Diaz Gonzalez, recordando as palavras de um crente de Lamenais: «*Si os perguntam cuantos sois? responded: somos uno, porque nuestros hermanos son nosotros y nosotros nuestros hermanos.*»

Antropologia Yderecho, — traduzido em espanhol por D. Manuel Torres Campos, catedrático da Universidade de Granada. Tipografia de Ricardo Fé, Olmo, Madrid, 1893.

O Dr. Tavares de Medeiros, teve ocasião de tratar com D. Manuel Torres Campos, quando do Congresso juridico de Lisboa, onde aquele catedrático veiu representar a sua Universidade de Granada.

Tinha então formado o proposito de escrever sobre este assunto que muito o interessava e tambem ao douto catedrático. Tempos depois efectivamente era publicado na Revista Geral de legislacão e jurisprudencia de

1891 o trabalho de Tavares de Medeiros, que tratando em geral da questão sem descer á aplicação da antropologia ás questões penais, foi por aquele ilustre catedrático feito um apendice em que estuda a antopologia criminal e sua origem.

Tavares de Medeiros dividiu assim o seu estudo:

1) Define o que seja antopologia, que etimologicamente quer dizer, tratado ou ciencia do homem; por consequencia, compreende em geral todos os conhecimentos de que o homem pode ser objecto, já considerando-se em sua natureza fisica e psiquica como organismo, já atendendo-se ás suas funções ou manifestações da sua actividade individual ou colectiva.

«E' pois evidente que se tomamos como objecto da ciencia uma parte do organismo humano ou certa ordem das suas funções, esta ciencia ficará para a antropologia na mesma relação em que está a especie para o genero.»

Estudou depois a antropologia em relação ás outras ciencias e em sua extensão; concluindo finalmente que esta ciencia tem sido tomada em dois sentidos: um restricto ao conhecimento do homem debaixo do ponto de vista da historia natural, tanto moral como fisica, outro amplo e genérico tomando o homem em si e em todas as suas manifestações.

Numa segunda parte define o direito, estudando em seguida a sua posição em relação ás outras ciencias, na extensão, concluindo que as relações entre a antropologia e o direito são de uma tal intimidade que se completam uma e outra, para a sua verdadeira aplicação e compreensão.

Le droid criminal du Portugal, separata de Le droit criminal des Etats Europées. da La legislation pénale comparée, publicada pela União Internacional de direito penal. Berlim, Otto Liemann, Editor, 1894.

Convidado o Dr. Tavares de Medeiros para colaborar no importante trabalho da legislação penal comparada, que ia ser publicada pela União Internacional de direito penal, enviou para o primeiro volume que então saiu sob a denominação de: Le droit criminel des Etats Europées, este seu trabalho.

Começa por dizer que para historiar o direito criminal português é necessario reportarmo-nos aquela época que precede ainda a formação do Reino, á época em que a Lusitánia fazia parte do Reino de Leão. As leis penais então formavam uma parte principal da sua legislação e a maioria das penas eram pecuniarias.

Os forais dados pelos Reis e mesmo pelos Senhores ás suas Vilas, generalizavam consideravelmente esta ligislação de penas pecuniárias, ás novas conquistas e assim á maneira que Portugal se ia formando, ia-se aquela lei estendendo.

A pouco e pouco, porém, vão aparecendo então as penas corporais, a morte e as mutilações, exprimindo, sem duvida, um sentimento de vingança particular, que não aparece nas leis visigodas.

Ao aparecimento deste novo género de penalidade, deve atribuir-se provavelmente a necessidade das Cartas de seguro, de perdão, de refugio e do asilo, autorizadas pelos Reis D. Afonso IV e D. Pedro I em suas leis de 1364 e 1385.

Vai assim descrevendo muito rápida e sucintamente as origens e desenvolvimento historico do direito penal português, falando-nos em seguida da primeira obra classica de direito criminal português do celebre professor de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. Pascoal José de Melo Freire, Intitulada *Institutiones juris criminalis lusitani,* que foi impressa em latim, e de outras que a esta se seguiram de outros autores.

Descrevendo o nosso código penal de 16 de setem-

bro de 1886, na sua parte geral, fala dos crimes em geral e dos criminosos, das penas e dos seus efeitos, da aplicação e da execução das penas e das disposições transitórias. Na parte especial, menciona os diferentes crimes ou delitos tais como os crimes contra a religião, do Reino, abuso das funções religiosas, crimes contra a segurança do Estado, etc.

Le mouvement social em Portugal. Serie de artigos insertos na Revue Internationale de Sociologie, Paris, V. Giard e E. Brièra, Libraires editeurs.

Os estudos sociais são assuntos queridos do Dr. Tavares de Medeiros, tratando-os duma maneira brilhante e desassombrada mostrando o seu vasto conhecimento da materia e o carinho e cuidado com que os guia.

Movimento social, define ele em 1893, não se limita sómento a um sistema, é o producto de muitos factores especiais. Pode mesmo classificar-se como sendo a força resultante das vibrações moleculares de um mesmo organismo ou bem a coordenação de muitas outras forças.

Nesta ordem de ideias é necessario e torna-se assim indispensavel, analizar cada um dos diversos elementos que o compõe, quer na vida politica, quer na económica, cientifica, religiosa, juridica e tambem conhecer a influcia ou preponderancia de uns sobre os outros e suas diferentes acções e reacções.

Em 1895, falando do povo português, diz que já teve ocasião de assinalar a decadencia e a depressão moral em que havia caído aquele povo que chegara a uma grave apatia na sua vida politica.

Que não diria este ilustre jurisconsulto se vivesse nesta época e ano em que escrevemos de 1926 e como classificaria o povo português de hoje?

Falando do Governo e de um decreto que encerrava

a sessão parlamentar prometendo a sua abertura para mêses depois, diz-nos que semelhante diploma legislativo foi considerado como um verdadeiro golpe de Estado e um regresso ao regimen do poder absoluto.

La questione operaia in Portogallo. Inserto na «Riforma Sociale, ano III. Torino Roux Fraisati e C.º 1896.

O problema operário, diz-noz o Dr. Tavares de Medeiros neste seu trabalho, não assume em Portugal o caracter grave que toma em outros países.

Assim era, na verdade, no tempo em que o ilustre publicista estudou este interessante assunto, hoje não nos parece haver diferença nesta magna questão.

O problema social é evidentemente complexo nos seus elementos, dificil e delicado na sua resoiução; não parece ser possivel resolver-se definitivamente nem de um modo inteiramente aceitavel para todos os interessados.

Divide depois o seu estudo em diferentes capitulos entre os quais mencionamos:—Base do problema operário em Portugal, a estatistica operária e a condição do trabalho, movimento socialista e reformador, a legislação operaria e a instituição do trabalho, etc.

Associação dos Advogados (1896-1897) Direito comercial. Reforma da legislação sobre sociedades. Parecer apresentado pelo socio J. J. Tavares de Medeiros.

Havendo aparecido no Parlamento português uma proposta de reforma sobre Sociedades, entendeu a Associação dos Advogados de Lisboa, estudar e discutir semelhante proposta. Foi então entregue ao Dr. Tavares de Medeiros o Relatório para servir de base ás discussões que se travaram sobre aquela proposta de lei.

Consciente e seguro sempre nos seus estudos o Dr. Tavares Medeiros não se limitou a discutir aquela proposta nas assembleias da Associação dos Advogados, mas quis ir mais além, publicou o seu parecer.

Colaborou na Gazeta da Associação dos Advogados do Lisboa; entre os seus muitos trabalhos indicaremos:

No ano 4.º 1894-1895.

Pag. 550—Unificação de direito.

Pag. 610—O crime considerado como fenómeno social.

Pag. 524—Escolas criminais sob os pontos de vista cientifico e de repressão.

No ano 5.º 1895-1896.

Pag. 3—Condenação em custas dos juizes singulares. Minuta de apelação para o Supremo Tribunal de Justiça.

Deu á publicidade muitas minutas dos seus recursos e agravos, entre as quais mencionaremos:

Questão de nulidade de testamento—recurso de revista em que foi recorrente D. Luiza Amelia Silva Maldonado d'Eça e recorrido D. Rosa Margarida Sanches de Sousa Miranda.

Um caso de iniqua arbitrologia.—Agravo crime de João Baptista de Figueiredo, interposto para a Relação de Lisboa de um despacho do Juiz do 2.º distrito auxiliar, na questão do Banco Lusitano, 1892.

Sintomas de um nevropata.—Agravo interposto para a Relação de Lisboa de um despacho do Juiz da Comarca de Sintra, 1892.

A questão de justificação da paternidade dos filhos —do falecido José Bandeira da Gama do Couto de Cima, Vizeu, 1896.

Pleito com a Companhia de Seguros Fidelidade.— Acção comercial intentada perante o Tribunal do Comer-

cio de Lisboa. Autor o Bel. Pedro Augusto Martins da Rocha, Ré — A Companhia de Seguros Fidelidade. (1)

FRANCISCO D'ARRUDA FURTADO. — Nasceu na Ilha de S. Miguel, oriundo duma familia modesta; a si e ao seu trabalho deve tudo quanto foi.

Sem curso algum oficial sentiu-se atraído para o estudo especialmente para o das ciencias naturais, muito devendo ao Dr. Carlos Machado, com quem se relacionava a proposito da oferta de duas pedras que havia colhido e julgava de valor cientifico.

Conhecendo o Dr. Carlos Machado a vontade de saber de Arruda Furtado, chamou-o para seu auxiliar na organização do Museu de História natural, em que estava empenhado e foi d'aqui o começo da sua vida de estudo que tanto amou e enobreceu.

Darwin, o sabio naturalista cuja teoria é conhecida no Mundo inteiro, tinha em alto conceito este micaelense e correspondia-se com ele amiudadas vezes.

Mas oficialmente Arruda Furtado era apenas amanuense da Repartição de Finanças de Ponta-delgada, logar que só deixou a conselho de José do Canto, que o convidou então para seu guarda-livros.

Pouco tempo porém se demorou nesta situação, por desinteligencias com José do Canto.

Em Lisboa, onde então fixou residencia, alcançou o logar de Conservador da Escola Politecnica e adido á secção de zoologia do Museu de Lisboa.

No jornal do Comercio e na Revista cientifica colaborou largamente no ramo cientifico e especialmente sobre

1) Vid. Preto no Branco, numero 105.
João Jacinto Tavares de Medeiros, por Dr. Eduardo Alves de Sá. — Na sessão solene da abertura dos trabalhos do ano académico de 1904-1905 na Associação dos Advogados de Lisboa.

a fauna Açoreana, que lhe grangearam por vezes rasgados aplausos.

J. V. Barbosa du Bocage tinha-o em elevada conta, fazendo-lhe o elogio na Academia Real das ciencias, pondo em foco a sua obra e o seu mérito, fazendo-o eleger sócio correspondente.

Mas a sua saude era precária e nessa mesma ocasião que é eleito para a Academia das Ciencias, segue para esta sua Ilha de S. Miguel em busca dos ares paternos que lhe fortaleçam a saude e morre pouco depois. Mas a sua obra é longa e dispersa em artigos e folhetins de jornais, ficando inédita, ao que se diz, uma grande parte dos seus trabalhos.

Morreu novo, mas deixou um amontoado de estudos, como se morresse velho.

Conhecemos-lhe os seguintes:

Indagações sobre a complicação das maxilas de algumas helices naturalizadas nos Açores, com respeito ás da mesma especie abservadas por Moquin Tandon, em França.

Impresso na Tipografia de J. G. de Sousa Neves, Lisboa, 1880.

Dos estudos a que procedeu, observou o autor que as maxilas dos moluscos, como tambem a sua concha haviam sofrido modificações, devidas seguramente ao meio, que determinára um tipo complicado,comparativamente ao da Europa Central.

Conclue, dos seus estudos, que o clima dos Açores ao mesmo tempo que debilita a concha destes animais robustece por outro lado as suas maxilas.

A propósito da distribuição dos moluscos terrestres nos Açores.

Artigo publicado no jornal «A Era Nova», de Lisboa, a paginas 267, do ano de 1880.

Neste seu trabalho baseado sobre a obra de Morelet, *História natural dos Açores,* e seguindo o processo de curvas do Dr. Gustavo Le Bon «O homem e as Ciencias» organiza o autor um extenso mapa, demonstrando os generos de moluscos terrestres mais largamente espalhados em todo o arquipélago dos Açores.

O genero Helix é o mais ricamente distribuido nos Açores, havendo dele sete especies vivas, cujas principais são:

Azorica, caldeirarum, terceirana, dronetiana, etc.

Seguem-se em numero nos Açores os seguintes generos:

Zonites, Pupa e Bulimus.

Pequenas contribuições para o estudo da origem das especies Malacológicas terrestres das Ilhas dos Açores, sobre alguns exemplares do Helix Aspersa Mull, recolhidos nas paragens elevadas e áridas da Ilha de S. Miguel, no ano de 1881.

Artigo publicado no jornal «A Era Nova» a paginas 548 do ano 1881.

Faz o autor neste seu trabalho o estudo sobre uns exemplares que recolheu no pico da Cruz,que fica entre a Fajã de Cima e o Pico da Pedra, da Ilha de S. Miguel, encontrando naqueles animais «Helix Aspersa Mull» algumas diferenças dos que vivem em outras partes desta Ilha, que classificou de simples variedade local.

O homem e o macaco, uma questão puramente local.

Impresso em Ponta-delgada, em 1881.

Veiu este folheto a publico, segundo diz o seu autor, por ter o Padre Rogério, ilustre prègador que visitou esta Ilha de S. Miguel, mostrado um dia a sua admiração, no pulpito, por haver sabios que ainda acreditassem que o homem descendia do macaco.

O autor do folheto vem então defender a doutrina de Darwin, isto é, que o homem e o macaco, devem ter sido ambos produzidos pela transformação de um animal perdido, mais caracterizado como macaco, do que como homem. E mostra-se em todo o seu escrito um acérrimo crente da doutrina Darwinista.

On a case of complete abortion of the reprodactive organs of Vitrina.

Foi impresso este pequeno estudo nos Annals ande Magazine of Natural History, de maio de 1882.

Tirou o autor dele uma separata; é um pequeno folheto.

Visquenelia atlantica, Moselet et Drouet.

Artigo que foi publicado no jornal de Ciencias Matemáticas, fisicas e naturais, no ano de 1882; ha uma separata deste artigo.

Antropologia.

Estudo em tres artigos publicados no jornal «Gazeta Açoreana» no ano de 1883.

Define antropologia, segundo a etimologia da palavra —a ciencia do homem; discute em seguida esta definição.

«A antropologia moderna, é segundo Paulo Broca, o seu fundador em França, a ciencia que tem por objecto o estudo do grupo humano considerado no seu conjunto, nos seus detalhes e nas suas relações com o resto da natureza.»

No ultimo artigo diz que «o cráneo é na realidade o que tem ocupado quasi unicamente os antropologistas modernos.»

Materiais para o estudo antropológico dos povos Açoreanos. Observações sobre o povo Micaelense.

Impresso na Tipografia popular de Ponta-delgada em 1884.

Pretende o autor nesse seu trabalho investigar a origem do povo Micaelense em particular e fixar o seu estado actual da manifestação antropológica.

No primeiro capitulo estuda — «O meio» — isto é o estudo geográfico da Ilha, a sua geologia, mineralogia, botánica e zoologia, clima e paizagem.

Em seguida estuda a população nas suas condições económices e sociais, alimentação, mobilia, habitação, danças, canções etc.

Faz depois o estudo antropológico do grupo, concluindo que o grupo de raça que vive em S. Miguel está ainda longe de ser homogénio.

Os Micaelenses são descendentes dos povos do norte, do centro ou do sul de Portugal.

Notas psicológicas e etnológicas sobre o povo português.

No jornal de Ciencias matemáticas, fisicas e naturais. Lisboa, ano de 1886.

Estudo feito sobre o povo do continente português e no tempo em que o autor vivia em Lisboa, adido á Secção de Zoologia do Museu daquela cidade.

Sur une nouvelle espece de céphalópode, apartenat au genre ommatostrephes.

Impresso na Tipografia da Academia Real das Ciencias de Lisboa em 1887.

Memória apresentada á Academia Real das Ciencias de Lisboa, por J. V. Barbosa de Bocage, que muito considerava o autor; neste trabalho descreve tres exemplares de cefalópodos, existentes então na secção de zoologia do Museu de Lisboa, que haviam sido capturados nos mares de Portugal. Um oferecido por Sua Magestade

D. Luiz, outro por D. Carlos, então Principe, capturado este na barra de Lisboa e um outro provavelmente proveniente das excursões ictiológicas do naturalista M. Brito Capelo. (1)

DR. CAETANO D'ANDRADE ALBUQUERQUE BETENCOURT.—Nasceu na cidade de Roma no dia 21 de janeiro de 1844, quando seu pai Caetano d'Andrade Albuquerque Raposo da Camara, acompanhado de sua mãe D. Maria das Mercês d'Andrade Albuquerque Betencourt, micaelenses, aquela cidade haviam ido em procura de melhoras de padecimentos antigos.

Nascido em Roma, foi porém em Ponta-delgada que lhe tiraram as fachas infantís, onde residiu e administrava a sua grande fortuna, sendo assim um Açoreano este filho e neto de Açoreanos, nascido por um acaso fora da casa de residencia de seus pais.

Depois dos seus estudos preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Direito, vindo a formar-se com altas classificações no ano de 1869, doutorando-se no ano seguinte.

Abastado de fortuna, não seguiu nenhuma das carreiras a que lhe dava direito o seu curso; depois da administração da sua casa, ocupava-se em questões literárias, deixando-nos uma larga produção.

Como politico, militou no partido progressista, sendo um dos mais importantes marechais e foi eleito deputado pelo circulo de Ponta-delgada em 1881, vereador e presidente da sua Camara Municipal em 1890, provedor da Santa Casa da Misericordia, procurador á Junta do Distrito e seu vogal da Comissão executiva, e mais

1) Vid. Album Açoreano, pag. 123.
Vid. Biblioteca Açoreana (2 vol.)
Vid. Revista Lusitana V.º 1.º, pag. 385.

não foi porque mais não quis, dado o seu temperamento retraído e a sua modéstia.

Faleceu aos 56 anos de idade. em Ponta-delgada, aos 15 de março de 1900.

Como escritor a sua acção assentua-se mais em estudos sociais, interesses regionais. politicos e no jornalismo, colaborando em varios periódicos vindo a ser o director politico de «O Correio Micaelense», segundo de nome, orgão no partido progressista e popular, que começou a publicar-se a 18 de julho de 1878.

Conhecemos os seus trabalhos seguintes:

Horas de Estudo. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1869.

Sob este titulo, reuniu o autor alguns dos seus trabalhos sobre diversos pontos cientificos e porque neles dispendeu muitas horas de estudo, d'aí o nome que lhe deu de «Horas de estudo».

Influencia do Cristianismo na civilização Romana. E' o primeiro problema tratado nas Horas de Estudo, em que nos diz esta verdade santa: «um dos sinais mais caracteristicos para dar a medida da civilização dum País é a religião dele».

A religião é a primeira instituição das nações; Deus é tanto mais conhecido quanto maior for o aperfeiçoamente do homem.

Diz como Ahrens, a doutrina cristã apoderou-se do homem na intimidade no seu ser e na plenitude das suas faculdades, do seu coração, da sua vontade e da sua inteligencia.

Foi o cristianismo, pelas suas ideias sobre a dignidade do homem, pelas suas maximas, pelo seu espirito de caridade santa, que deu o primeiro golpe sobre a escravatura, esse mal dos males, essa iniquidade das ini-

quidades. E ainda foi o cristianismo pelos seus principios, pela sua moral e pelo seu amor que levantou a mulher da condição vergonhosa a que a haviam feito baixar, elevando-a até ao homem e igualando-a ao homem.

Relação da filosofia do direito com os principios da finalidade humana. E' o segundo trabalho que apresenta e em que nos diz que o filósofo e o poeta em cujas frontes transparece um como reflexo de luz superior que caracteriza as grandes inteligencias, tendem a imprimir á humanidade um impulso que a faça marchar para a meta que a perfectibilidade lhe aponta.

Essa meta, esse fim para que tende a humanidade não é mais do que o bem. O fim do homem não é outro que não seja o descobrimento da verdade e a realização do bem. E' um ponto imaginário, a verdade e o bem, um horizonte que o nauta cansado de viajar debalde se esforça para atingir. Mas a verdade é que o homem se esforça para tornar efectivo esse bem individual e social caindo então na ciencia do direito e até do direito filosófico, «porque se nele tratamos principios anteriores a toda a legislação e que presidem á confecção das leis, entre eles e como principal vamos achar o principio da nossa finalidade que é o porquê, a causa, a origem primaria da grande associação da humanidade.»

O valor — é o problema que em seguida trata.

A determinação precisa do que seja o valor é um dos problemas mais debatidos entre os sabios economistas, constituindo em si um dos ramos mais dificultosos do saber humano.

A ideia do valor remonta ás relações que se deram entre os primeiros homens e vem d'aí através de toda a história, «preside ás variadissimas evoluções da industria moderna, aprecia o trabalho, calcula as medidas, pesa as reformas, classifica os cometimentos, mede o

quanto traz á sociedade cada disposição nova em razão, em justiça e em verdade.» E esta riqueza, esta civilização, esta força, é o *valor*, e porque é assim todo subjectivo não reside senão na mente de quem o imagina, não se conhece senão pelas relações a que dá preço.

Nestas deduções estuda e aprecia em seguida a definição dada por varios economistas, concluindo que em toda a troca ha reciprocidade de serviços, a sua apreciação e relação, é o *valor*.

Instrução publica, — «A instrução é o grande principio que sobresai nos fastos da história do ser humano, correndo as paginas desse livro imenso que se nos revela nas oscilações variadas do espirito através dos séculos, nós vemos sempre entre os legados das gerações figurarem como preciosissimo tesouro os frutos primorosos da arvore do saber.»

E este escritor vivendo num País em que começava a ser vergonhoso manifestar-se religioso e era do bom tom chamar-se á ignorancia das cousas de Deus, não se envergonha em confessar neste seu trabalho, que Deus ao lançar o homem sobre a terra harmonizou nele dois principios: *matéria e espirito*,

A acção do espirito é aliviar o corpo, a acção do corpo é obedecer á força enérgica da vontade logo é necessario e indispensavel a instrução para a alma e para o espirito.

Passando depois a entrar precisamente no assunto do seu trabalho — a instrução — fala-nos dos varios diplomas legislativos sobre a instrução no nosso País e sobre a sua obrigatuidade e gratuidade.

Influencia do Estado na emissão das notas do Banco. — Neste estudo fala-nos da instituição bancária e historía o seu aparecimento pelas necessidades da vida social, facilitando a troca e assim auxiliando o comercio e

De dedução em dedução facil é chegar pois á conclusão que o desenvolvimento dado á circulação fiduciária, activa as industrias e promove o comércio, mas é necessario que essa circulação seja limitada e de harmonia com as necessidades e confiança do publico.

Conclue por fim que os governos nenhuma ingerencia devem ter na marcha dos negocios bancários e apenas terão porém de prover de pronto e ao mais leve indicio de irregularidade a esses negócios, de resto, e tudo o mais deve pertencer exclusivamente á sociedade.

Definição e justificação da ciencia das finanças. — Existirá na realidade a ciencia das finanças? O autor procura no seu trabalho demonstrar que na verdade as finanças são uma ciencia, pela sua influencia na aplicação dos verdadeiros principios da politica, determinando o progresso das instituições sociais, restabelecendo a tranquilidade e desenvolvimento do Estado.

Estudo sobre o código Administrativo português, art.º 224, numeros XII e XIV. Relatório.

Refere-se aquele artigo á competencia do Governador Civil; o numero XII dispõe que a este funcionário pertence tomar ou mandar tomar por seus delegados o juramento aos funcionarios publicos, o numero XIV vigiar o exercicio da autoridade eclesiastica, dando conta dos abusos que notar.

Inicia o autor este seu trabalho com um estudo histórico e filosófico sobre a existencia daquela autoridade, discutindo-a já em si, já nos seus diversos representantes, concluindo que semelhantes funções são necessarias e vantajosas para a regularidade social, e fecha o seu relatório votando pela existencia dos dois citados numeros do artigo em questão.

O pauperismo e a colonização agricola.

Conferencia recitada no sarau literario da Academia Dramática de Coimbra a 8 de dezembro de 1867.

Estuda-se neste trabalho qual a influencia benéfica que poderão ter as colónias agricolas sobre o pauperismo, isto é sobre a indigéncia confessada e professada, sobre a miséria endémica, permanente, hereditária, fixada nos grandes centros de população e assumindo aí o ar de uma instituição social.

Depois de varias considerações que o autor faz sobre este assunto, exemplifica o beneficio das colónias agricolas com a mina de S. Domingos do Alentejo, concluindo que aquele sistema seria como que um raio de aurora para a regeneração geral.

Da liberdade de cultos com a Carta Constitucional Portuguêsa.

O que é a liberdade de cultos? pregunta o autor. E' a coexistencia do Estado e da Igreja sob qualquer dos seguintes regimens:

1) Teocrático—em que o Estado é dominado pela Igreja, e assim o direito que regula na terra as sociedades, substituido pela teologia que é o direito que encaminha as sociedades para o Ceu.

Foi em nome deste regimen que Gregorio VII, Bonifácio VIII e outros Papas quiseram fazer de todas as nações católicas uma confederação presidida pelo Pontifice de Roma.

2) Cesaropapia—o regimen inverso, a absorção da Igreja pelo Estado, o espiritual fundido no temporal, a teologia dominada pelo direito social.

3) Regimen das concordatas—em que a Igreja e o Estado vivem sob o sistema de mutuo acordo, de tratados, em que este cede áquela certos direitos e a Igreja ao Estado certas garantias e liberdades.

«São inadmissiveis, em tese, as concordatas, principalmente porque se opõem: 1.º á liberdade de duas esferas—religiosa e civil; 2.º porque se opõem aos verdadeiros principios de filosofia do direito.»

4) Regimen da separação dos cultos da acção directa do Estado — «o grande fundamento deste regimen de cultos é o de toda a liberdade: se temos uma inteligencia a cuja actividade ninguem pode opôr obstáculos, temos tambem como legitima consequencia a liberdade da nossa opinião, que é um dos actos volitivos da alma; ora a liberdade de opinião para ser completa ha-de aplicar-se tambem á consciencia religiosa, porque a religião sente-se, conhece-se, mas não se impõe a ninguem.»

E' este regimen — a Igreja livre em no Estado livre, que o autor mais se esplana, demonstrando á face do direito e da justiça que deveria ser o seguido em Portugal.

Rapida analise do celibato clerical — Duas grandes correntes contrárias se levantam na resolução deste interessante problema:

Para uma a superioridade do Clero Católico depende toda do celibato; para outra o celibato catolico é a desordem e uma imoralidade e um egoismo, esses homens são na maioria dos casos uns invejosos naturais do casamento e da vida da familia.

«O matrimónio é a base da familia e esta o nucleo da sociedade; o cidadão nasce dele para a familia e nesta se prepara para a vida do Mundo».

A união matrimonial é santa e a vida em comum foi aconselhada por Deus. É o amor da familia que nos fez compreender a todos a grandeza do amor e a do amor de Deus e assim tambem ao Padre que não pode desprender-se das relações mundanas.

Um coração ermo pelo celibato, é um coração vasio do amor do mundo, desapegado aos cuidados domésticos, torna-se egoista, indiferente a muitas das cousas que o rodeia, torna-se por fim um ceptico.

Depois, o celibato eclesiástico, muitas vezes, não é mais que uma palavra vã, principio não cumprido e por essa mesma razão então prejudicial.

«Não deve pois a mulher ser despresada pelo sacerdote; pelo contrario: ele que tanto precisa de quem o auxilie a bem levar a pesada cruz do dever pelos espinhos do seu Calvário, adote-a como companheira dos desgostos e dos triunfos, dos revezes e das vitorias que se encontram no exercicio da sua missão».

E esplanando o assunto termina concluindo que a lei do celibato é contraria aos principios do direito natural, da sociedade e do Estado.

Qual dos meios de fertilizar a terra promete mais vantagens a Portugal? a drenagem ou a irrigação?

É o ultimo trabalho coleccionado nas Horas do Estudo. Começa por apresentar a agua como o agente mais necessario, mais util á agricultura, pela sua influencia nos terrenos.

A energia vegetativa é o produto resultante de três factores: agua, temperatura e estrume.

Define e explica depois a drenagem nos campos, isto é, a passagem da agua atravéz dos terrenos, humedecendo-os, enxarcando-os e até estagnando-se em poços. Faz seguidamente o seu estudo sobre a irrigação em diferentes países, na França, Italia, Portugal e Espanha.

Em Portugal e nomeadamente no norte teem sido muito usada, no verão, sob o sol do estio; a agua é então um verdadeiro adubo e a irrigação o mais prestavel serviço á agricultura.

Direitos dos operários—Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra.

Imprensa da Universidade em 1870.

Argumento:

«*As reuniões pacificas dos operários geralmente conhecidas pelo nome de greves, deverão ser tidas como*

actos revolucionários ou como um justo exercicio do direito de petição ?»

Nestes precisos termos, não havendo tumulto nem ameaça, suspendendo-se porém o trabalho para dar um caracter de gravidade ao pedido, que por ventura não seria escutado se, continuasse o tráfego da industria, conclue, por suas deduções que a greve é um direito de justiça.

Quando a greve não é um ultimatum belicoso, quando a voz do operário não é ameaçadora e subversiva, o operário equipara-se ao cidadão e se este tem o direito de petição aquele lhe assiste o mesmo direito.

«Enquanto a nós, devem os operários ter o direito plenissimo de reunião, de discussão e de petição; devem, se forem desatendidos, ter ainda o direito de suspender os trabalhos, como justo protesto contra a desconsideração que se lhes fez, enquanto se não providenciar para esses casos, creando um tribunal que os escute: devem enfim, ser considerados na mesma plana dos seus patrões enquanto ao direito de livremente advogar os seus interesses?

«*Quais os modos de as evitar e de conciliar o interesse dos empresários industriais, com o aumento de exigencias da parte dos operarios?*

A creação de cooperativas, que dos muito poucos faz avultadas quantias, que promove hábitos de economia e fez elevar á dignidade de homens livres as classes operárias; a participação dos operarios nos lucros das empresas industriais; a creação da associação, que generalisa a ideia de que a «união faz a força», são remedios que farão enfraquecer cada vez mais as greves operárias.

Teses selectas de Direito — as quais presidindo o preclarissimo e sapientissimo senhor Doutor Adrião Pereira Forjáz de Sampaio, se propõe defender na Universi-

dade de Coimbra para obter o grau de doutor; ano de 1870.

Menciona o argumento da dissertação inaugural e depois as seguintes teses:

Da historia do direito em geral e da do romano, canonico e português.

Da filosofia do direito, do direito publico universal e das gentes e da ciencia da legislação.

Do direito romano e eclesiástico e das imunidades da Igreja lusitana.

Da economia politica, estadistica e direito comercial.

Do direito publico português, criminal e administrativo.

Do direito civil português.

Da teoria do processo e da hermeneutica juridica.

Relatório da Sociedade promotora de agricultura micaelense de 30 de novembro de 1873.

Publicado na «Persuasão», numero 639—

Diz respeito a uma sociedade agricola importante que houve em Ponta Delgada de que o Dr. Caetano d'Andrade foi um ilustre e entusiasmado sócio.

Relatório apresentado á sociedade promotora da agricultura micaelense pela sua direcção a 30 novembro de 1874.

Refere-se á mesma sociedade e traz um prologo do

Conde da Praia da Victoria ao tempo presidente da Sociedade e Governador Civil do Distrito.

Perfil de Francisco Afonso Chaves.

Publicado no jornal — A Tela-quinzenal de Ponta-delgada, no seu segundo numero.

Esboça a biografia do Coronel Francisco Afonso de Chaves, a quem nos referiremos neste nosso estudo.

Um micaelense.

A questão da Relação dos Açores.

Imprensa em Coimbra no ano de 1867.

Ensaios d'agricultura.

Artigo sobre o importante problema agricola, que lhe mereceu sempre especial cuidado.

Ante-projecto da comissão autonómica.

Que servem de base para a elaboração no projecto definitivo.

As inundações nas Sete Cidades.

Memoria apresentada á Junta Geral do Distrito de Ponta-delgada, sobre as lindas lagoas daquele logar e suas inundações.

Tip. Popular em Ponta-delgada 1898.

Propriedade municipal como logradouro comum.

Publicado no Arq. dos Açores vol. I, pg. 82.

Diz que na organisação administrativa da Suissa se encontra o modelo das verdadeiras instituições democráticas, garantindo ao povo a liberdade, a egualdade, a ordem e a felicidade.

«Duas instituições existem ali desde tempos imemoriaveis: a autonomia dos municipios e a propriedade comunal. Os seus homens politicos teem-se coligado para

manter o primeiro e os economistas são unánimes em defender o segundo como uma das mais seguras garantias da liberdade e do bem estar dos cidadãos.

Bento de Goes—

Publicado no Arq. dos Açores vol. II, pg. 97.

Resume do estudo feito pelo jesuita J. Brucks sobre a viagem do explorador de Vila-franca do Campo, Bento de Goes, a que já nos referimos neste nosso trabalho a paginas 436, pela Asia Central a Caminho do Cataio nos anos de 1603-1607. (1)

ANDRÉ ANTONIO AVELINO—natural da Ilha do Faial; formado em medicina pela Universidade de Paris, estabeleceu-se em Ponta-Delgada, onde manteve crédito de médico distinto.

Nomeado médico do Hospital de S. José d'aquela cidade, fez parte de varias comissões de estudo, desempenhando varios cargos publicos.

Foi comissário de Estudos do distrito de Ponta-delgada e assim Reitor do seu Liceu, presidente da sociedade dos Amigos das Letras e Artes e membro da sociedade promotora da agricultura micaelense, que tão bons e importantes serviços prestou.

Colaborador em varios jornais, era conhecedor dos classicos latinos, francêses e portuguêses; a musica era uma das suas grandes paixões, e conquanto fosse um simples amador a sua opinião era sempre ouvida.

Religioso sem fanatismo, nem hipocrisia, era ao mes-

1) Vid. Biografia do Dr. Caetano d'Andrade pelo P.e Manuel Vicente—Apud A Tela—publicação a P. Delgada N.º 1 de 1 de março de 1894.
Idem por M. Augusto d'Amaral, Apud Fotogravuras Literarias—
Idem por Augusto Loureiro. Actualidade n.º 66 de 4 abril 1897.

mo tempo liberal, não achando antimonia entre a religião e a liberdade.

Faleceu em Ponta-delgada a 21 de outubro de 1869 —tres dias antes de completar sessenta e um anos de idade.

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos:

Discurso, na abertura das aulas do Liceu de Ponta-delgada a 1 de outubro de 1859.

No jornal A Ilha, numero 396.

Neste discurso traça a biografia do Doutor João Anselmo da Cruz Pimentel Choque, Reitor que foi do mesmo Liceu, professor e médico distinto da Misericordia de Ponta-delgada e da Estação de Saude.

Discurso — recitado na sessão da abertura das aulas do Liceu de Ponta-delgada — 1 de outubro de 1861.

Tip. — A. das letras Açorianas.

Escolhe para tema o Canon 1.º do Germense. «Dai ordem a vossos estudos. Os que levam luz aos outros sejam os primeiros».

E diz que a *ordem,* na grande escola dos seres creados, é o fenómeno caracteristico da perfeição.

Discurso — recitado na sessão solene da abertura das aulas do Liceu de Ponta-delgada — a 1 de outubro 1862.

Tip. Persuasão — 1862 — Ponta-delgada.

É um discurso pouco escolástico e muito cientifico para os alunos a que se dirigia:

«O planeta, que nos foi dado em partilha, perscutado em suas numerosas e variadas evoluções, oferece á contemplação do filósofo, investigar da natureza ampla e profunda margem para grandes e meditativos estudos. Como e onde nasceram as ciencias?»

E vai assim nesta atitude até ao fim do seu discurso.

Discurso—recitado na sessão solene da abertura das aulas do Liceu de Ponta-delgada—1 de outubro 1863.

Imp. Tip. a Persuasão 1863. Ponta-Delgada.

Diz que o começo do ano lectivo, deve ser para a mocidade estudiosa um dia de gala:

«Preparados os ánimos, descansados pelas férias das fadigas pretéritas, se é sincero o amor da ciencia, se ha um verdadeiro desejo de aprender, a lembrança da acquisição de novos conhecimentos, do aperfeiçoamento dos já adquiridos, desperta já honrosos brios para as subsequentes lides.»

Discurso—recitado na sessão solene da abertura das aulas no Liceu de Ponta-Delgada em 1 de outubro de 1864.

Imp. Tip. da Persuasão—Ponta-delgada 1864.

Dedica este seu trabalho a José do Canto, como lembrança da dedicação que emprega na educação de seus filhos.

É o professor que fala e como tal depõe o seu estudo junto d'aquele que tambem é professor na educação dos filhos.

Discurso—recitado na sessão solene d'abertura das aulas no Liceu de Ponta-delgada, a 2 de outubro 1865.

Tip.—Persuasão 1865—Ponta-Delgada.

Diz numa parte do seu discurso:

«Que os climas influem duma maneira notavel sobre nossas ideias, é tambem questão incontroversa.

Assim vemos que os climas frios e agrestes augmentam a força muscular; que diminuem pelo contrario e na mesma proporção, as forças sensitivas».

Em toda a sua oração se vê de quando em quando que não é só o professor que fala, mas tambem o medico.

Discurso — recitado na abertura das aulas do Liceu a 1 de outubro de 1866.

Tip. Persuasão — 1866 — Ponta-Delgada.

Demonstra a relação existente entre o fisico e o moral do homem, que tanta influencia exerce nos destinos futuros.

Discurso — recitado na abertura das aulas do Liceu de Ponta-delgada 1 de outubro 1867.

Tip. Voz de Liberdade — Ponta-delgada 1867.

Toma como tema aquele principio que diz que «o homem, tudo quanto é á educação deve» — e disserta sobre o assunto.

Diagnotic differentil ente l'hemorrhagie et leramlolissement cerebral.

Tese apresentada e defendida na faculdade médica de Paris, a 19 d'abril de 1836, por André Antonio Avelino doutor em medicina.

Impresso, na faculdade de medicina de Paris, 1836.

Dedica a sua tese á memória dos pais e do Ex.^{mo} Jacinto Inacio Rodrigues Silverio.

Memoria ácerca de dois casos de febre amarela, observados no hospital da Misericórdia da cidade de Ponta-delgada.

Tipografia dos Botelhos 1858, Ponta-delgada.

Faz o diagnóstico e história da doença de dois marinheiros de bordo do barco brasileiro *Dois Amigos* que deram entrada no hospital, no dia 1 d'agosto de 1858, sendo um português e o outro napolitano.

PEDRO JACINTO GALVÃO, natural desta Ilha de

1) A Persuasão, n.º 466, 8.º ano a 17 de outubro de 1869.

S. Miguel, onde recebeu os primeiros graus de instrução.

No Seminario de S. José do Rio de Janeiro, Brasil, completou a sua educação literaria, mas abandonou o curso e duvidou da fé cristã.

Os seus livros recentem-se da sua orientação materialista, que o norteou na vida.

Ferrenho ao sistema homoeopático publicou varios folhetos sobre matéria médica, tendo sido director e proprietário do Consultório homoeopático da Ilha Terceira, e socio fundador do Instituto homoeopático da Argentina e em Buenos Aires.

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos:

O que penso. Typografia Editora do Campeão popular, Ponta-delgada, 1895.

É um estudo sobre «a vida na sua origem, creação e destino da raça humana».

A vida é uma propriedade inevitavel que pertence á matéria organisada. Um cerrado mistério para a ciencia, que a morte vem decifrar.

Espande assim uma doutrina toda materialista, mas diz que em todo o seu trabalho «não ha a menor desconsideração aos ministros do Altar, cuja missão foi a do Evangelho, a do progresso moral, que representa a religião personificada na magestade da sua divindade».

«Só metemos em processo de combate as instituições do Clero Jesuita, a sua exploração professada na mentira, e nos abusos de cada momento, que santificam em nome da religião».

Falando da origem humana diz:

«A doutrina que faz proceder todo o género humano de uma só individualidade, ha seis mil anos passados, não é admissivel, porque está em contradição, sobretudo, com as diferentes raças que não permitem consignar-lhes uma origem comum. Existem diferenças que

de forma alguma são o resultado, como se pretende, do efeito dos climas, porque os brancos que se reproduzem nos paiz dos negros, não podiam assumir a diferença nas côres. O sol queima e atrigueira a epiderme, mas nunca transforma um branco em preto e reciprocamente, achatando o nariz e muito menos mudando os traços da fisionomia e enroscando os cabelos».

A espiritualidade da alma, tese que defendeu no 2.º ano de filosofia no seminário de S. José (Rio de Janeiro).

Sintese abreviada dos grandes mistérios do espiritualismo, suas bases cientificas e suas consequencias morais.

Algumas considerações sobre a homoeopatia. Acompanhada de um regimento para instrução dos enfermos que forem tratados.

Tipografia do jornal *A Terceira* 1863.

Defendendo o tratatamento por meio da homoeopatia diz que «é pelos semelhantes que as doenças se desenvolvem, e é pelos semelhantes que elas são eliminadas fóra dos corpos; tal é com efeito a realidade do principio estabelecido pela lei dos semelhantes e sobre que vem a unidade sublime duma verdade tão magestosa».

Falando de Hipócratas diz que ele não deixou de reconhecer as duas verdades fundamentais da ciencia e o desacordo da força vital, como estado de doença, e desse desacordo ou desiquilibrio do principio vital, uma afecção geral, pela desarmonia do ser dinámico ou virtual.

A saude publica, ou manual de medicina homoeopática, ao alcance de todos os chefes de familia.

Tipografia *Terceira*, em Angra do Heroismo 1869.

Depois dum pequeno discurso preliminar e da teoria

dos medicamentos e um resumo de anatomia, entra propriamente no assumpto, dividindo o seu trabalho nas seguintes partes:

1) Moléstias do aparelho circulatorio.
2) Moléstias de cabeça.
3) Moléstias da garganta.
4) Moléstias do peito.
5) Moléstias do ventre.
6) Anomalias do fluxo menstrual.

A inquisição médica em plano de guerra.

Tipografia da «Independencia», Angra do Heroismo. em 1874.

É a defesa do sistema homoeopático, em artigos necessários, dizendo como devem ser empregados os medicamentos, os efeitos que produzem os medicamentos, dozes empregadas, a homoeopatia, á face da lei e do direito social.

Exposição do Estado tradicional e actual da medicina secular.

Tipografia Recreativa Ponta-delgada, 1889.

Confronta os sistemas médicos, amopathia e homocopatia, concluindo por este ultimo que defende e apregoa.

ERNESTO RODOLFO HINTZE RIBEIRO, nasceu na cidade de Ponta-delgada, da Ilha de S. Miguel no dia 7 de novembro de 1849, filho do Comendador Manuel José Ribeiro e D. Emilia Hintze Ribeiro.

Formado em Direito na Universidade de Coimbra, com as mais altas distinções, tomou capelo no ano de 1872 e vindo para a sua terra natal aí abriu banca de advogado.

Eleito deputado pelo circulo da Vila da Ribeira Gran-

de no ano de 1878, para a legislatura que começou a dois de janeiro e terminou pela dissolução da Camara a 28 de agosto de 1879, iniciou aí a sua brilhante carreira politica.

Pelo mesmo circulo foi eleito novamente deputado para a legislatura que começou a dois de janeiro de 1880 e terminou tambem pela dissolução da Camara a 4 de junho de 1881.

Pelo mesmo circulo da Ribeira Grande e pelo de Lisbôa, foi eleito deputado para a legislatura que começou a 2 de janeiro de 1882 e findou por dissolução da Camara a 24 de maio de 1884; e ainda foi eleito deputado pelo circulo da Covilhã e Porto para a legislatura que abriu a 16 de fevereiro de 1884.

Foi do Conselho de Sua Magestade, Par do Reino desde 1886, sobraçou a pasta das Obras Publicas e Estrangeiros no Ministério Rodrigues Sampaio, Fazenda, Estrangeiros e Obras Publicas nos Ministérios Fontes de 1882 a 1886, e Estrangeiros no Ministério Serpa Pimentel em 1890.

Presidiu ao Ministerio de 1893 a 1897 dirigindo as pastas do Reino, Fazenda e Negocios Estrangeiros; presidiu tambem ao Ministerio de 1900 a 1904 gerindo a pasta do Reino e finalmente presidiu ao Ministerio de 1906, que apenas durou 58 dias, na pasta do Reino.

Possuiu as mais altas distinções: o Tosão d'Oiro e a Grã Cruz da Ordem dos Serafins, que lhe davam honras de Principe, e com tais honras foi sepultado no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde faleceu no dia primeiro d'agosto de 1907, estando aí, no acompanhamento funebre do enterro do Conde Casal Ribeiro.

Deste vulto extremamente grande, disse o Conselheiro Anselmo d'Andrade: «A sua palavra se não levantava os vôos audaciosos de José Estevam, nem revestia as galas literarias de Rebêlo da Silva, primava na elo-

quencia persuasiva que lhe grangeou as palmas *do primeiro orador parlamentar*. O orador era realmente extraordinário, mas não póde ajuizar bem dos merecimentos de Hintze Ribeiro quem só o tivesse admirado na tribuna, e o não visse presidir a um Conselho de Ministros. Aí é que ele era verdadeiramente grande. Todos os assuntos lhe eram familiares. Por mais sabidos que fossem pelos titulares das pastas a que diziam respeito, eram ali novamente versados como numa lição estudada em comum, expondo-os, Hintze Ribeiro, com a clareza maxima de todos os seus discursos; e então sem desprimor para ninguem, porque era correctissimo, todas as questões, por mais dificeis e complicadas que fossem, viradas, reviradas e vistas por todos os lados, saiam alumiadas pelas projecções da sua luminosa palavra, sendo ele afinal quem lhes dava, quasi sempre, a ultima demão.»

Tambem o Conselheiro José d'Azevedo Castelo Branco, referindo-se a este Açoreano que tanto honrou a sua Ilha, nos diz que a eloquencia parlamentar de Hintze Ribeiro, era a mais brilhante faceta do seu poderoso talento. «Posto ao serviço de um estudo, sempre atento a todos os assuntos, auxiliado por um espirito juridico formado pela sua educação universitária, precisa e metódica na elaboração dos raciocinios, sem atabalhoamento de improvização tribunicia, a eloquencia de Hintze Ribeiro era didática, professoral sem a exclusão da convencida energia que punha sempre em responder ás injustas arremetidas dos seus adversarios. Se era brilhante no ataque, cortês no trato dos assuntos, era invencivel na defesa dos seus actos, na exposição dos motivos de agir, apoiado na razão, nas leis e nos precedentes dignos de registo.»

A primeira questão parlamentar que pôs em fóco Hintze Ribeiro e que por assim dizer o consagrou, foi a

«Concessão do caminho de ferro de Salamanca», quando então geria a pasta das obras Publicas. Atacado violentamente pelos adversários em mais de um discurso, apreciou o aspecto económico da concessão, a sua importancia politica e internacional, revelando, na sua defesa, conhecimentos da especialidade tecnica, que surpreendeu os proprios engenheiros da profissão.»

Esta questão, puramente politica, terminou gloriosamente, para Hintze Ribeiro, com o voto de confiança da Camara.

Uma outra questão, de altissima responsabilidade, que Hintze Ribeiro teve de tratar, foi a do «Ultimatum que a Inglaterra nos enviou em 1890», que como ele mesmo disse no seu monumental discurso foi «uma violencia que entrou fundo no nosso coração e que de subito veiu ferir os brios de Portugal». E nesta questão como em todas as por ele tratadas quer no governo, quer na oposição, saia-se sempre nobilitado e confirmando cada vez mais os altos dotes de estadista que possuia.

O Arquipélago dos Açores e nomeadamente esta Ilha de S. Miguel, sua terra natal, devem-lhe os maiores e mais importantes melhoramentos. E quando no governo, como quando na oposição, jamais se esquecia destas Ilhas dos Açores para as favorecer quando Ministro e para as defender quando na oposição, dos ataques que lhe faziam os seus adversários.

Por fim trouxe-nos aqui em viagem régia El-Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia, em 1901, para tornar conhecidos dos portuguêses continentais estes pedaços de terra tão mal sabidos e tão mal apreciados, onde se espande, em todos os ramos, a alma portuguêsa.

No seu tempo de rapáz, de estudante da Universidade, como quasi toda a mocidade, advogou os principios liberais, a democracia, a republica, numa palavra; a evolução não se fez porém esperar muito, pois em breve

Hintze Ribeiro era o maior de todos os Conservadores da Monarquia.

Como politico sofreu, como é natural e lógico, pesadas contrariedades que sempre suportou com a dignidade e porte de uma grande alma e de um grande estadista. E morreu muito a tempo, para não sofrer o rude golpe do regicidio de D. Carlos e do principe D. Luiz Filipe e depois a queda da Monarquia,que ele previu nesta frase do seu discurso, na sessão de 6 de novembro de 1906, na Camara Alta dos Dignos Pares do Reino, quando em oposição:

«Olhem que o momento é grave e perigoso. Atendam nele os monárquicos, se querem conservar a Monarquia em Portugal».

A questão de Espanha é hoje uma das questões mais vitais da Europa.

Artigo assim iniciado e publicado no numero 358 de 25 de novembro de 1868 no semanário, «A Persuasão», de Ponta-delgada.

É de Coimbra que escreve este e o artigo que em seguida anunciamos, quando aluno da Universidade, cheio de ideias avançadas, que muito breve teve de as modificar.

Este, é um artigo histórico, refere-se á revolução de Espanha que fez cair Izabel II e aclamar a Junta Provisoria.

«Izabel II despresou por largos tempos uma verdade fundamental em politica. A estabilidade da monarquia representativa, assenta na exacta observancia da maxima formulada em 1830 por Thiers:

O Rei reina mas não governa. Carlos X quiz elevar-se acima dos direitos do povo; quiz tornar a prerrogativa real sobranceira ao poder parlamentar, quiz fir-

mar nas ruinas do liberalismo o despotismo da vontade soberana.

O partido liberal aceitou a luta que lhe ofereciam e Carlos X foi derrubado do Trono».

E termina o seu artigo por estas frases:

«A segunda forma do constitucionalismo é a republica.

A Espanha republicana é, como diz Victor Hugo, a Espanha livre, a nação modelo».

A Espanha mostra hoje á Europa quanto a liberdade lhe era desconhecida.

Artigo assim iniciado e publicado no numero 384 d'A Persuasão, de 26 de maio de 1869, semanário de Ponta-delgada.

É uma continuação do assunto tratado no artigo atraz anunciado.

«Ouve-se o baquear de um trono; é Izabel II que cai. E ao falar-se em republica, ao invocarem-se os direitos do povo, a Espanha vacila e treme como duvidando ainda de que podesse raiar tão cedo o sol esplendido da sua emancipação».

E segue assim, neste teor todo o seu artigo que termina:

«Taxam a democracia, do socialismo e demagogia e não veem que entre os sonhos tresloucados desses poetas do paradoxo, desses fabulistas do progresso, que tem por nome *socialistas* e a ambição desvairada dos apologistas de Robespierre e de Marat, ha todo um horisonte puro, onde a democracia é lei soberana».

Politica antiga. Cartas do Conselheiro Dr. Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, 1868 a 1901, dirigidas ao director e proprietário de A Persuasão, semanário de Ponta-delgada, Francisco Maria Supico, e publicadas nos numeros 2.505 a 2.527 de 1910.

O Conselheiro Hintze Ribeiro era amigo, desde os seus tempos de estudante, do jornalista Francisco Maria Supico; no seu jornal publicou varios artigos, oferecia-lhe os seus livros com dedicatórias amigas e escrevia-lhe de quando em quando.

São essas cartas que Supico deu então á publicidade em 1910 sob aquele titulo e num como prefácio diz-nos:

«Na primeira parte d'ele (secção de cartas) 1868 a 1873, revela-se (Hintze Ribeiro) o superior talento do moço académico, aberto a toda a ideia grande de regeneração e progresso. Sorria-lhe, como a toda a mocidade o Sol da democracia. Este seu modo de ver politico, isto é, a franca ideia republicana, modificou-lhe a breve o estudo e melhor conhecimento dos homens e das cousas. É vulgar presencear-se esta evolução nos espiritos novos: manifestarem-se extremamente avançados, para se tornarem muito conservadores.

A correspondencia começada em 1878 é já do homem d'acção politica, filiado num partido nacional, o Conservador».

Teoria e legislação do recámbio. Estudo juridico-comercial de 369 paginas.

Imprensa da Universidade de Coimbra 1870.

Era ainda estudante do quarto ano juridico, quando preparou e deu á publicidade este trabalho sobre o nosso direito comercial, aconselhando uma ampla reforma no Codigo respectivo, dificiente naquele ponto que discutia.

Na Gazeta dos Tribunais de Lisboa e nos numeros 426 a 434, ano 1870, vem publicado um estudo critico sobre este trabalho, do jurisconsulto Antonio Gil, que muito aprecia o laureado estudante.

O caso julgado e os documentos particulares, segundo o Código Civil português.

De colaboração com Julio Marques de Vilhena, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1872, Dissertação apresentada perante a Faculdade de Direito no acto de licenciatura, 220 paginas.

O conhecido publicista José Silvestre Ribeiro, apreciou este trabalho nos seguintes termos:

«Monografias desta natureza lêem-se atentamente, guardando-se para estudo e consulta e são compulsadas quando chega a ocasião de examinar as questões diversas que elas tratam. E maiormente são proveitosas se, como a que ora anunciamos, revelam em seus autores o conhecimento dos principios de Direito, das opiniões dos praxistas, dos livros dos escritores nacionais e estrangeiros de bom nome e autoridade, a par do rigor dialectico, da precisão de hermeneutica e de apuramento de critica, que ainda avultam nos estilos e trabalhos Universitarios.»

Teses ex Universo jure quas in Conimbrigensi Academia anno MDCCCLXXII propugnabat.

Ernestus Redolpho Hintze Ribeiro.

Imprensa da Universidade de Coimbra, 1872.

Objecto da dissertação inaugural:

«As substituições fideicomissárias devem ser eliminadas da nossa legislação, conservando-se apenas o legado de usufructo em proveito de uma ou mais pessoas, simultaneamente.»

Dos Fideicomissos no direito civil moderno.

Comentário aos artigos 1866 a 1874 do Código Civil português.

Imprensa da Universidade de Coimbra, ano de 1874.

Foi este trabalho a dissertação inaugural que apresentou para o acto de conclusões magnas, cujo argumento dado pela respectiva Faculdade foi anunciada como se acha indicada na tese.

Aprovada e julgada, depois de discutida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, foi-lhe concedido o grau de doutor, que solenemente o recebeu neste ano de 1872.

Da reforma da legislação comercial. Tipografia de Cristovam Augusto Rodrigues, Lisboa, 1877.

Os principios que expõe neste seu trabalho, são, como diz no prefácio, o complemento de uma tese que em 1872 formulou para o acto de conclusões magnas, na Universidade de Coimbra.

Sustenta a deficiencia da nossa legislação comercial, apontando as bases que se lhe afiguram consentáneas ás prescrições de uma justa reforma.

Na primeira parte descreve o foro mercantil antes do Código de Ferreira Borges, a organização dos Tribunais Superiores e Juizes de primeira instancia, comerciais e do jury.

A intervenção do jury nas causas comerciais deve ser meramente facultativa, porquanto o jury é uma instituição de mera confiança, tem pleno cabimento nos crimes publicos, mas não nas causas civeis, por isso e afora as questões de falencia, moratórias e reabilitações, o jury mercantil deve ser de livre oposição dos interessados.

Na segunda parte estuda as caracteristicas da industria mercantil, começando pela apreciação das classificações de industria que se tem formulado.

Combate a do Dr. Calisto, que defende que a «troca» é a caracteristica dos actos comerciais; a do Código Comercial francês em que a «compra e venda» são as suas caracteristicas, não segue tambem o Dr. Diogo Forjaz que sustenta que a natureza dos actos mercantis está «no facto da mediação entre o produtor e o consumidor com o fim de um lucro pessoal, obtido por esta mediação.» É sua opinião então que «toda a especulação

que directamente assenta sobre a aquisição convencional de produtos ou valores para sua posterior alienação, é essencialmente mercantil».

Delimita depois os actos comerciais e os direitos e obrigações dos comerciantes e termina o seu trabalho pelo capitulo das «falencias e acções comerciais».

Relatório, Proposta de lei e Documento, apresentados na Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa na sessão de seis de fevereiro de 1886, pelo Ministro e Secretario de Estado Ernesto R. Hintze Ribeiro.

Imprensa Nacional, Lisboa 1886.

O Conselheiro Hintze Ribeiro abre assim o seu relatório:

«Para a questão de fazenda, converge ao presente a atenção e o interesse de todos os que teem a peito a prosperidade e engrandecimento económico do Paiz, e, como indispensaveis condições para isso a estabilidade do seu crédito, o aumento dos seus recursos, a segurança das suas transacções e a manutenção dos foros que a tanto custo adquiriu de nação honrada nos seus compromissos, activa e diligente, no caminho de suas aspirações de progresso».

São ainda do mesmo relatório mais as seguintes palavras:

«Tenho pela minha parte envidado todos os esforços para, sem graves pertubações na nossa vida económica, promover a elevação dos rendimentos publicos. Pelo que toca aos impostos indirectos, apresento-vos um sistema de lançamento de cobrança que chegando ás contribuições mais importantes do Estado, uma vez exceptuada a predial, as transforma sobre bases mais seguras e produtivas, e proponho-vos uma reorganisação dos serviços

de fazenda, por forma a torna-los mais apropriados e eficazes».

Em seguida, publica as suas propostas:

«Reforma dos Impostos Indirectos».

«Reorganisação dos serviços de Fazenda nos Distritos e Concelhos».

«Real d'Agua».

Fecha esta edição a publicação de varios documentos relativos á reforma das Alfandegas.

A questão de Fazenda, 1881 a 1887. Discurso proferido nas sessões da Camara dos Pares a 14, 15 e 16 de junho de 1887. Imprensa Nacional, Lisboa 1888.

O autor explica a razão da publicação d'este seu trabalho, dizendo que como Ministro da Fazenda apresentara ás Côrtes um complexo de providencias, que a paixão partidária por todos os meios procurou desvirtuar. Caido o ministério de que fazia parte, não pode esclarecer as suas propostas; que aos interesses do Paiz convinha então um armisticio parlamentar e as Côrtes fecharam-se a breve trecho.

Um ano depois abria-se de novo o parlamento e em junho de 1887 pode então emfim responder ao debate da questão fazendária, mas não tendo revisto as provas taquigráficas e ouvindo com insistencia afirmações de factos que documentadamente provou serem de todo alheios á verdade, quiz divulgar pela escrita as palavras que nas sessões da Cámara dos Pares proferiu.

Recortemos algumas frases do discurso no primeiro dia.

«A questão de Fazenda é sobremaneira complexa, mas a relação entre a receita e despesa tem nela o principal papel; é pelo confronto destes dois elementos que sobretudo se ocupa a situação fazendária».

«Em Portugal a questão de Fazenda tem quasi sem-

pre de lutar com um adversário implacavel—é a politica partidaria».

Refere-se em seguida á abolição que o ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, fez do imposto do sal e explicou o que sobre este assunto se deu desde o seu aparecimento em 1882, até então.

No segundo dia:

Refere-se á questão do alcool, de avantajada importancia económica; faz uma rápida história deste imposto, proposta de Fontes Pereira de Melo e a sua e fala das fábricas de alcool dos Açôres.

Fala do imposto do selo, alfandegas e fiscalisação externa, impostos indirectos em que refundia e modificava todo o nosso regimen pautal e propunha novas taxas para o imposto do real d'agua.

Referindo-se á contribuição sumptuaria:

«A contribuição sumptuaria precisa de uma transforção completa; como está, de pouco serve e para pouco vale; só se tornará um imposto apreciavel depois de largas e profundas modificações. Mas não é com as simples alterações de taxas que S. Ex.ª propõe, que isso se consegue.

Emfim a experiencia mostrará qual de nós tem razão, se S. Ex.ª se eu, quando afirmo que das medidas que tenho visto apresentar, por certo não resultará o aumento das receitas que S. Ex.ª nos promete».

No terceiro dia:

Expoz o crédito do Paiz, as operações de tesouraria, empréstimos á contraposição das receitas e despesas do Estado e portanto dos desiquilibrios que tem produzido.

Examina por fim o orçamento do Estado, fazendo sobre ele grandes considerações e termina:

«As circunstancias financeiras do Paiz são actualmente melhores do que eram em anos anteriores; os nossos fundos cotam-se por um preço mais elevado, as opera-

ções de tesouraria mais desafogadamente se efectuam.

Não nego, antes afirmo a verdade destes factos.

Pois bem. Aproveitemos este ensejo, não para auxiliar especulações da bolsa, mas para encarar de frente o problema financeiro; não para instituir monopólios que destroem a liberdade da concorrencia, mas para animar as industrias, que são uma força viva no movimento económico do Paiz,não para aumentar os exagerados quaquados do nosso funcionalismo, mas para manter e afirmar na severa disciplina e numa sagrada economia no desempenho dos serviços do Estado.»

Qnestões parlamentares de 1888. Imprensa Nacional, Lisboa 1888.

Encerra esta publicação dez notaveis discursos pronunciados na Cámara dos Pares.

1) *Resposta ao discurso da Corôa*—sessões de 4 e 6 de fevereiro de 1888; três importantes assuntos tratou:

a) *Caminho de ferro de Cascaes*, que considera linha militar, apesar do Sr. Ministro da Guerra sustentar que tal linha era sómente industrial, devendo assim na sua construção atender-se ás condições e interesses industriais e comerciais, mais que ás de defesa militar.

Não entendia assim o orador, se bem não fosse militar; entende que aquela linha é de grande importancia para a defesa de Lisbôa.

b) *O padroado do Oriente*, fala acerca da mensagem relativa á cristandade de Ceilão, que motivou a aprovação de uma moção na Cámara dos Pares, assim concebida:

"Em vista das manifestações de sentimento da Cámara a favor das cristandades suplicantes de Ceilão, que imploram do intimo d'alma serem conservadas no Real

padroado do oriente, a Cámara dos Pares atendendo o melindre do governo em propôr novas negociações, espera contudo que ele fará levar ao conhecimento de Sua Santidade este voto respeitoso de uma das Casas do Parlamento Português".

c) *Adicionais ás contribuições gerais do Estado.* Em que demonstra que o governo tem faltado a todas as prescrições legais e até tem escondido os seus actos, nesta questão importante do lançamento de impostos.

2) *Contribuição industrial*—sessão de 19 de março de 1888.

O orador combate o processo do governo de constantemente estar a pedir ao parlamento auctorisações vagas para determinado regulamento, em vez de trazer á Cámara projectos claros, definidos, anunciando um pensamento para que se discuta e se apure a verdade.

Com este sistema de auctorisações não se sabe o que o governo tenciona fazer; muitas vezes o próprio governo não o sabe.

S. Ex.ª o Ministro da Fazenda traz ao parlamento um projecto ácerca da contribuição industrial, e aí na parte principal pede uma outra auctorisação, para estabelecer a forma da cobrança do imposto por meio de licenças.

É uma especie de ditadura que ele orador não lhe quere consentir, por si, pois de verdade o que ha a fazer é trazer aquela casa de parlamento, claramente, o projecto de lei do que se precisa, e ao Ex.mo Ministro não lhe falta competencia para isso.

3) *Interpelação sobre caminhos de ferro*—sessões de 17 e 20 de abril de 1888.

Neste discurso interpela o Ministro das Obras Publicas, ao tempo, Emigdio Navarro, sobre as concessões do caminho de ferro de Coimbra a Arganil, que ele fez sem estar autorisado para isso, por considerar esta linha

um ramal e portanto compreendida na excepção do Decreto de 31 de dezembro de 1864, que auctorisava a concessão, sem auctorisação do Parlamento.

O orador demonstra que semelhante linha não é ramal, e mesmo que o fôsse não estava compreendida na excepção de aquele decreto.

Interpela-o ainda sobre os caminhos de ferro de Vendas Novas a Santarem, do litoral do Algarve e de Beja a Sines, produzindo, como sempre, uma argumentação cerrada, deixando pouco campo de defesa ao arguido.

4) *Questão dos tabacos* — sessão de 14 e 15 de maio de 1888.

Fez a historia evolutiva da vida das fábricas de tabaco:

Existia no Paiz um certo numero de fábricas que viviam separadamente e sem dependencias umas das outras. Numa certa altura uma de Xabregas entendeu-se com a denominada Lisbonense e fundiram-se sob a denominação de "Companhia Nacional de Tabacos,,.

A pouco e pouco foi esta companhia agregando a si as outras fábricas, seguindo-se a esta fusão uma negociação com o governo, sendo então Ministro da Fazenda Mariano de Carvalho, no intuito manifesto de chegarem ao monopólio.

Algumas duvidas porém se levantaram, vindo a discutir-se o sistema do Grémio, como consequencia forçada da associação das fábricas.

Um outro sistema, porém, começou a ser discutido — a Régie — que o então Ministro da Fazenda, em seus cálculos pensa que os lucros que vinham sendo auferidos pela Companhia Nacional devem passar, por virtude deste novo sistema, para o Estado.

Tais cálculos não satisfazem a ele orador, que se declara contra tal sistema intransigentemente.

5) *Código Comercial*—sessão de 28 e 29 de maio de 1888.

«Sr. Presidente, ao começar o meu discurso, abro um parentesis na politica que me separa do Sr. Ministro da Justiça, para aplaudir sem reserva a iniciativa com que S. Ex.ª, neste projecto, assinalou a sua passagem pelo poder; e faço-o com tanta mais satisfação, quanto, ha largos anos sou amigo de S. Ex.ª e com saudade me lembro ainda dos tempos em que folgávamos em alegre convivio, despreocupados, sem nos lembramos sequer de que tempo viria, em que nos haviamos de encontrar face a face, em campos opostos, no escabroso terreno da politica de hoje.»

Faz em seguida a critica ao projecto do Codigo Comercial apresentado, fala na organisação dos Tribunais Comerciais, no Código do Processo Comercial, capacidade mercantil, direitos e obrigações dos conjuges, falencia, etc., nas alterações que entendia dever-se introduzir e nas disposições a acrescentar; termina:

«Aqui tem V. Ex.ª Sr. Presidente quais são as minhas opiniões ácerca deste projecto, singelamente expostas, com a expressão do meu pensar e sem intuito de menoscabár a valia de um cometimento que bem merece o nosso louvor.»

6) *Orçamento rectificado*, sessão de 18 de junho de 1888.

"Senhor Presidente, é forçoso confessar que nos vamos desviando muito das boas praxes constitucionais.

Em todos os parlamentos do mundo, a discussão do orçamento é considerada como a mais importante; assim o reclamam todos os que presam o regime constitucional.

É o assunto a que no sistema representativo se deve ligar mais interesse, por isso que é na discussão do or-

çamento que as Cámaras legislativas podem exercer mais apurada e mais eficazmente os seus deveres de fiscalisação; é aí que os governos prestam mais amplas contas das responsabilidades contraidas pelos actos que praticaram.

Ha cinco anos, contudo, que vivemos, sem aprovação do orçamento, e não sei que em nenhuma outra nação constitucional este facto se tenha dado ou se possa dar.»

E discutindo nesta ordem de ideias, terminou dizendo que o governo só trata de encobrir com artificiosos expedientes a verdadeira situação do Tesouro, deixando ao governo que lhe suceder pesados encargos e gravissimas dificuldades a resolver.

7) *Lei de meios*—sessão de 22 de junho de 1888.

O orador pediu a palavra, diz ele, principalmente para responder ao Sr. Ministro da Fazenda que havia dito que não era só na Lei dos Meios, que então estava em discussão, que se encontravam disposições de caracter permanente, pois semelhantes disposições se encontravam nas leis de 1883, 1884, 1885 e 1886.

O orador protesta:

"Isso não é exacto. Em 1883 não houve Lei de meios e por consequencia não houve disposição nem de caracter permanente, nem de caracter provisorio, em diploma de semelhante natureza.

Em 1886 houve Lei de Meios, mas não houve disposição alguma de execução permanente, e em 1885 sucedeu exactamente a mesma causa. Na Lei de Meios de 1884 é que efectivamente se encontram algumas dessas disposições, mas quem tomou a iniciativa delas foi exactamente o Sr. Ministro da Fazenda, que então militava nos bancos da oposição.»

«Vê-se pois que a imediata responsabilidade de se

inserir nessa Lei uma disposição com caracter de execução permanente, pertence a S. Ex.ª.»

8) *A questão dos cereais*—sessão de 30 de junho de 1888.

Começa por dizer que a questão dos cereais, não pode ser uma questão politica, como quer o Sr. Ministro da Fazenda, é uma questão económica, no seu mais largo alcance, na sua mais avantajada importancia.

Aos clamores dos proprietarios e dos lavradores, responde o Sr. Ministro com um projecto, que mais do que uma ironia, é, neste momento, uma verdadeira irrisão, que não resolvendo as questões que se levantam, não protege a agricultura necional e só protege a Moagem, industria que tem despresado o nosso solo, engeitando os seus productos.

Discute este problema que ele chama vital, fala sobre a farinação do trigo nacional e estrangeiro, e termina dizendo que a agricultura, apesar dos seus revezes, é uma força vital no nosso País, tem muitos e devotados adeptos, quedos, quasi silenciosos, até aqui, em presença da lei que os ferem e agravam.

Levantem-se, diz ele, como um só homem, e mostrem que estão dispostos a não mais se deixarem ludibriar, e verão como o Sr. Ministro da Fazenda fará desaparecer prontamente estas inqualificaveis medidas.»

9) *A questão dos alcools*—sessão de 6 de julho de 1888.

«Sr: Presidente, voto contra este projecto, diz o Conselheiro Hintze Ribeiro, porque no meu entender vai cercear consideravelmente a receita do Tesouro e projudica ao mesmo tempo a industria e a agricultura.»

Defende energicamente a destilação do alcool para defender as fabricas dos Açores e assim a cultura da ba-

tata doce ameaçada pelo decreto do Ministro da Fazenda.

Fez em seguida uma pequena exposição da vida económica do Arquipélago Açoreano, das culturas que haviam sido a sua fonte de riqueza e que haviam decaído: a laranja, o chá, ainda incipiente, o algodão que não passava ainda de experiencias.

«De todas a que tem produzido em largas proporções e com grande beneficio para os que a exercem, é a cultura da batata doce. Ora esta cultura existe enquanto existir a destilação, morre quando a destilação acabar.»

10) *Expropriação por zonas*—sessão de 10 de julho de 1888.

O orador vai discutir a proposta de lei sobre expropriação por zonas, mas antes de entrar propriamente no assunto faz uma razão d'ordem, dizendo que estão a terminar os trabalhos parlamentares daquela sessão que durou seis meses, e pregunta então:

Que leva o governo do Parlamento?

—Uma lei sobre tabacos, que sacrifica as receitas do Tesouro, como as contas do Tesouro a demonstrarão.

—Uma lei sobre cereais, que sacrifica a agricultura, a proveito de uma exótica industria de moagem; que o digam os lavradores.

—Uma lei sobre alcools, que ao mesmo tempo sacrifica a agricultura e a industria, que lhe agradeçam os povos dos Açores.

—Leva finalmente uma outra Lei, Expropriação por zonas, que se for votada é um ataque á propriedade, que estaria incurso no Código Penal, se não fosse chancelada pelo Parlamento.

A questão da expropriação de propriedade por zonas, é bastante grave e deve ser uma questão aberta em to-

da a Cámara, que livremente se deve manifestar e saber o que vai votar.

Sabe que é licito a expropriação de prédios particulares para a realização de melhoramentos publicos, para uso e fruição de todos. Mas por isso mesmo não se justifica a expropriação para outro qualquer fim, que não seja este, pois que só naquelas condições se define a unica excepção que a lei admite.

O Estado tem direito de expropriar, para converter um dominio particular num dominio publico, mas não tem direito de tirar a uns para ir vender a outros.

«Estamos num País onde nem já a propriedade é respeitada, onde nenhum principio é mantido na sua verdadeira inteireza. Essa é a nossa desgraça, é vivermos num País em que tudo está á mercê dos governos que dita a lei e dos parlamentos que sem discutir lh'a vota.»

Portugal e a Inglaterra.—As negociações do tratado sobre os dominios da Africa. Discurso proferido na Cámara dos Dignos Pares do Reino, em sessão de 9 de junho de 1891. Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

E' um magistral discurso proferido quando ia votar o tratado com a Inglaterra, após o ultimatum que esta nos mandou, sobre parte dos nossos territórios d'Africa, sul do Niassa e o planalto de Manica, que mereceu o aplauso e cumprimentos de quasi todos os dignos Pares e de muitos deputados, que se achavam na Sala, sem distinção de partidos.

«Assumiu a gerencia dos negócios publicos, diz-nos logo no começo do seu discurso, precisamente na ocasião em que chegara ao nosso País o ultimatum, uma violencia que entrou funda no nosso coração e que de subito veiu ferir os brios de Portugal, despertados como foram, numa explosão de sentimentos exaltados, pois

que nem os ánimos se haviam apercebido para a gravidade do conflito que estava iminente, nem podiam logo entrar na fria compreensão dos inconvenientes de uma luta desigual, travada com uma nação que antes fôra nossa aliada, e que se apresentava agora como nossa adversária implacavel, ela, que dispunha nos mares de tantos navios e em terra de tantas forças, quando Portugal, para se defender, podia, sim, contar com o seu valor e com a sua vontade, mas, francamente, com pouco mais.

A impressão causada pelo ultimatum foi verdadeiramente dolorosa; produziu uma indignação tão viva e pungente, que o País, não podendo dominar os seus impetos, deixou, por toda a parte, expandir a sua irritabilidade.»

E comparando agora a nossa situação de então com a da França, depois da perda da Alsácia e Lorena, diz que esta, depois deste revéz e nestes ultimos anos, tem-se avantajado nos faustos do progresso, em tudo o que traduz a inteligencia e a actividade humana; *essa tem sido a sua revanche.*

«Se nós procurassemos imitar a França? Se em vez de gastarmos as nossas forças em dizer mal, empregassemos antes os nossos esforços em trabalhar bem?»

Que fazer pois? qual o caminho a seguir?

«Eu sei bem que o Ministro que naquela ocasião se apresentasse, declarando que não mais trataria com a Inglaterra, teria, de momento, o aplauso e o entusiasmo de muitos patriotas convictos.

Mas depois?»

A sua opinião lá estava no Livro Branco e naquêle telegrama que enviara a Barjona de Freitas, nosso Ministro então na Inglaterra.

«Convem propor ao governo inglês a arbitragem, a

conferencia, a mediação, como meios de direito internacional, para resolver a nossa questão.»

Mas os inglêses não nos deixavam negociar com inteira liberdade de acção; iam impenando as negociações, tornando-as morosas, ao mesmo tempo que se orientatavam e dispunham os seus elementos de combate.

«Depois, começaram os inglêses a invadir a Machona, foram para Zanzibar as canhoneiras inglêsas; e quando a expedição á Machona já ia longe, e as canhoneiras estavam prestes a entrar no Zambeze, Lord Salisbury deixava Londres, no proprio momento em que mais precisavamos de chegar a uma conclusão afim de evitar as violencias que nos ameaçavam; foi nestas circunstancias que se assinou o tratado de 20 de agosto.»

E termina o seu discurso com estas sentidas frases:

«Despertamos, um dia, do enganoso sonho em que nos embalavamos, da fagueira visão que nos sorria ás tradições do passado; despertamos com um ultimatum violento.

Era a Inglaterra que abria caminho do Cabo para o Egipto. Era a onda dos empreendimentos modernos que se alastrava, em parte, sim, sobre os pergaminhos da nossa história, mas tambem, e em muito, sobre as ilusões que tinhamos ácerca de um dominio que em tempos não firmáramos, . . . e que já era tarde para defendermos.

Foi dolorosissimo o abalo que todos sentimos. Que ao menos nos sirva ele de lição, para que, de hoje em diante, em vez de nos dilacerarmos nas lutas estereis de uma maledicencia reciproca, nos unamos e amparemos numa acção e esforço comum; em vez de alimentarmos nos quarteis o espirito da indisciplina, na imprensa o furor da invectiva e na opinião publica o descrédito de tudo e de todos, nos juntemos para arrancar o País da

dolorosa situação em que se encontra e para, ao mesmo tempo, honrar a Pátria e defender o Rei.»

Aministração financeira — discurso proferido na Câmara dos Pares do Reino em sessão de 25 de agosto de 1897.

Contem 60 paginas e foi impresso em separata na Imprensa Nacional de Lisboa, 1897.

Diz o orador que quereria entrar nesta discussão com inteira despreocupação do passado, para só atender ás dificuldades do presente. Quisera vir ao debate de ánimo sereno, trazendo simplesmente o pouco que sabe, o que amargamente tem aprendido na lição dos factos e na severidade da experiencia.

Fala depois na divida fluctuante, na situação do Tesouro publico, na desnecessidade de abertura de créditos extraordinários, na crise cambial, terminando o seu discurso dizendo que o que convem fazer, em seu entender, é «abandonar o projecto dos tabacos e empreender a conversão dos titulos da divida publica.»

O regimen da divida portuguêsa — discurso proferido na Cámara dos Dignos Pares do Reino, nas sessões de 23 e 25 de abril de 1898. Imprensa Nacional de Lisboa, 1898.

Neste discurso, combate o orador a conversão da nossa divida, já pelas circunstancias do momento, ante o conflito aberto entre a Espanha e os Estados Unidos, já pela inoportunidade da ocasião.

«Que uns e outros me digam sinceramente: se é quando os fundos descem a limites ainda não atingidos, quando os cámbios se agravam em bruscas e deprimentes oscilações, quando os capitais se retraem na desconfiança e no receio do porvir, quando o crédito mais se nos fecha e os meios de que o Tesouro português pode ainda

valer-se, mais nos escasseiam, se é quando tudo isto se junta e avoluma contra nós, se é neste momento que podemos empreender, com exito, a conversão dos nossos titulos, a definitiva regularização da nossa divida.»

Expõe em seguida como a conversão se propõe e o perigo na aprovação da proposta do governo, entrando num estudo rápido das nossas condições económicas, desde os primeiros tempos da Monarquia, descrevendo as fases porque tem passado o regimen da divida publica, acentuando em que tem consistido a consignação de rendimentos, a sorte que tiveram as conversões, as capitalisações e as reduções de juros.

E pregunta então á Cámara: «se quere entregar o futuro de Portugal nas mãos dos estrangeiros, dando-lhes farta hipotéca nos nossos melhores rendimentos, á segurança do compromisso que não temos, que não podemos ter a certeza de cumprir, unicamente para o pretexto de uma conversão da nossa divida, levantarmos mais um empréstimo que nos permite viver mais desafogadamente ainda algum tempo, pouco será, arriscando todavia a honra e o brio da nação que é a nossa Pátria.»,

Na sessão do dia 25:

Aprecia as condições da proposta de lei da conversão da nossa divida, que o orador acha de grande alcance, devendo ser feita, pagando por igual a todos os crédores na moeda do país, ou fixando-se um limite, cambiál. assegurando-se, aliás, as possiveis vantagens de futuro.

Quanto á consignação das receitas Alfandegárias, garantia oferecida no projecto que combate, aos portadores da divida externa, não tem precedentes entre nós. E num cerrado combate á proposta de lei conclue por fim que o acordo com os crédores externos, tal como é proposto tem só um fim e uma vantagem: a de poder fazer-se no estrangeiro mais um empréstimo que nos

aliviará neste momento, mas nos ha-de percipitar e perder mais tarde.

Responsabilidade na questão de Fazenda—discurso proferido na Cámara dos Pares do Reino, nas sessões de 31 de maio a 1 de junho de 1898.

Depois de responder ao Par do Reino Dr. Frederico Laranjo, que em seu discurso censurara as ditaduras do Ministério passado, presididas por si, dizendo-lhe que ditaduras não são autorizações, tendo sobre o assunto breves considerações, termina fazendo «mercê ao Digno Par, sr. Laranjo de todas as invectivas que dirigiu ao Ministério passado; deixo-as a S. Ex.ª porque francamente se a convicção que tenho dos serviços prestados por esse ministério durante quatro anos não fosse superior aos ataques do digno Par, muito pouca consciencia teria do que eles representaram em esforços e trabalhos, a bem do País. Faço por conseguinte mercê ao digno Par das acusações que dirigiu ao Gabinete passado, com a paixão com que S. Ex.ª se permitiu apreciar os actos dessa administração.»

E entrando em seguida no ataque ao governo e ao mesmo tempo na defesa dos actos do ministério da sua presidéncia, diz-nos que não se alargará em apreciações ácerca do orçamento em discussão, porque não é um orçamento.

«Desde que ha um sistema entre nós, é esta a primeira vez que um ministro se socorre ao expediente de eliminar do orçamento do Estado verbas de despesa avultadas e necessarias, substituindo-as por autorizações, para gastar o que quizer e puder. Não tem precedentes. Assim não ha orçamento.

O orçamento é um diploma que por um lado se descrevem as receitas e por outro se especificam e precisam

devidamente as despesas, para do confronto de umas e outras se apurar um saldo ou um deficit.»

Fala em seguida como estão balanceadas as receitas e as despesas e no saldo de 2.027 contos que ninguem acredita. No cálculo das receitas: contribuição industrial, predial, imposto sobre os cereais; fala finalmente no adicional de 5 por cento que o governo pretende lançar, que não cobre as deficiencias do orçamento e agrava sem correctivo o regimen tributário e económico do País.

Na sessão seguinte diz que o Governo converteu a questão da Fazenda numa questão politica, esconde as suas responsabilidades e malsina as da administração anterior.

A' afirmação do actual governo de que havia diminuido as despesas em cerca de mil contos, nos cinco primeiros mêses da sua administração, prova com documentos oficiais a sua inexactidão, provando a inexactidão do governo anterior haver aumentado as despesas do Estado em cinco mil contos nos mêses de julho a janeiro de 1897 a 1898.

Falando em seguida nos empréstimos e levantamentos que o actual governo tem realizado no Banco de Portugal e no contracto de 30 de março de 1898 em que entregou as obrigações dos caminhos de ferro, diz:

«Não quero desenvolver aqui o tristissimo sudário de leviandades e contradições, de arremetidas e desaires, de ameaças e fraquezas que tão lastimosos comentários tem suscitado em todo o Paiz, alquebrando o prestigio e acção da auctoridade. Não sei revolver com um punhal uma ferida que aos olhos de todos sangra tão fundo, nos que representam o governo da Nação. Mas quero dirigir-me ao Sr. Ministro da Fazenda (Ressano Garcia) como depositário do poder do Estado e dizer-lhe sem animo de agressão, mas com sincero desassombro, que de tudo isto é Sua Ex.ª o principal culpado».

E termina:— «Que o Sr. Ministro da Fazenda em vez de escrever relatórios, de proferir discursos e de fazer retilações politicas, em que a verdade falece ante a paixão partidária, se lembre de que acima de tudo está neste momento a causa da Nação e de que tão grave é já o nosso problema financeiro, que não basta o esforço de um partido ou de um governo para o resolver. É necessario a boa vontade de todos».

Discurso proferido na Cámara Alta, em sessão de 6 de novembro de 1906, em resposta ao discurso da Corôa.

«Chegou o momento, diz o orador, de eu dar explicações á Cámara e ao Paiz. Aqui estou. Com bem mágua minha de não poder dar em junho, quando o Governo se apresentou nesta Casa do Parlamento».

Segue todo o seu longo discurso falando na questão dos tabacos, em toda a politica de então, no partido regenerador liberál e na queda do Governo, ultimo, a que presidia.

«Estou cansado, diz ao terminar o seu discurso, e por demais tenho abusado da paciencia da Cámara. Mas permita-me V. Ex.ª (Sr. Presidente) que na sincera verdade com que tenho apreciado os factos e as circunstancias actuaes, eu diga á Camara e ao Paiz:

Olhem que o momento é grave e perigoso. Atendam nele os monárquicos, se querem conservar a Monarquia em Portugal».

Questão Salamanca (discurso, em 1882.

Relatório, propostas de lei e documentos apresentados á Cámara dos Senhores deputados em 1884.

Relatório, propostas de lei e documentos apresentados á Camara dos Senhores deputados da nação portuguesa na sessão de 28-2-1885.

Imprensa Nacional, Lisbôa.

Reorganisação dos serviços das alfandegas e regulamento orgânico da Guarda fiscal.

Carta de lei de 31 de março, do decreto de 17 de setembro de 1885.
Lisbôa, Imprensa Nacional 1885.

Orçamento geral e propostas de lei das receitas e das despesas ordinárias do Estado na metrópole, no exercicio de 1894 a 1895.
Lisbôa, Imprensa Nacional 1894.

Relatório, proposta de lei e documentos apresentados na Cámara dos Senhores Deputados da Nação portuguêsa, na sessão de 16 de março de 1896.
Lisboa, Imprensa Nacional 1896.

Orçamento geral e propostas de lei das receitas e das despesas ordinárias e extraordinárias do Estado na metrópole, para o exercicio de 1897 e 1898.
Lisbôa, Imprensa Nacional.

Ao partido regenerador. É o brinde da «Homenagem de Hintze Ribeiro» no banquete politico do partido regenerador, em 15 de outubro de 1903.
Lisbôa, 1903.

Dois discursos. 1906, Lisbôa tipografia e lit. Palhas 1907, com o retrato do autor. (1)

---

1) Vid. «Correio dos Açôres», Ano 3.º n.º 654.
Dicionario enciclopédia portuguesa.
Discurso «Portugal-Inglaterra»,

EDUARDO ABREU, nasceu na cidade de Angra do Heroismo no dia 8 d'abril de 1855, filho de Bento José de Matos Abreu, natural da Vila de Amares e D. Rosa Amélia Borges da Rocha, da cidade do Porto, e que naquela cidade haviam fixado residencia, estabelecendo casa comercial em 1843. Faleceu no dia 4 de fevereiro de 1912 na cidade de Braga, sendo sepultado no cemitério de Amares, proximo da sua casa da Lage, onde residia.

Frequentou os primeiros anos de preparatórios no Liceu d'Angra, indo porém concluí-los a Coimbra, como interno ao seminário episcopál; matriculado na faculdade de medicina na Universidade de Coimbra em 1875, obteve a alta classificação de accessit que o autorisou a defender these e assim a doutorar-se, tomando capelo no dia 27 de novembro de 1887.

Ainda estudante tornou-se uma individualidade de destaque pelos seus trabalhos cientificos, pela sua energia politica e social, pelas suas altas qualidades de orador, pela sua combatividade e pelas suas publicações, sendo por tudo isto e ainda estudante, eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciencias de Lisbôa em 1883.

Como politico militou no partido progressista, sendo por vezes eleito deputado, passando depois para a facção republicana, ainda no tempo da propaganda, tendo sido tambem e nesta situação eleito deputado e senador.

Por ocasião do ultimatum, a 11 de janeiro de 1890 e sendo deputado progressista, marcou bem a sua individualidade, já como parlamentar, já como secretário da grande subscrição-nacional, que por essa ocasião se constituiu. Á frente de uma imponente manifestação, Eduardo d'Abreu, fez envolver de crepes o monumento a Camões, em Lisbôa, e parece-nos ainda que farrapos desses crepes tremulam pendentes do Epico querido.

Na grande subscrição, que tinha como presidente o Conde de S. Januário, por tesoureiro o Marquez da Praia e Monforte e por vogais, entre outros, o Marquez de Pomares, Duque de Palmela e Dr. José Tomáz de Sousa Martins, desempenhou tão grande actividade que a propria comissão pretendeu dar o nome de «Eduardo Abreu» a um dos navios de guerra que então se construiram por iniciativa e á custa da subscrição-nacional, o que terminantemente ele recusou. No entanto esta patriótica comissão em sua ultima sessão, fez oferta a Eduardo Abreu da sua histórica Bandeira, alto penhor que assim depunham em suas mãos, e pelo vogal Duque de Palmela foi proposto ficasse consignado na acta um voto de profundo reconhecimento dos subscritores do País, aos serviços prestados por este ilustre Açoreano.

O Dr. Eugenio Pacheco, no numero 68 do seu jornal «*O localista*» assim define esta grande individualidade:

«Eduardo Abreu representa o fogo das paixões generosas que se inflamam e ateam tanto mais, quanto mais do fundo irrompem para se comunicarem de alma a alma com a celibridade do raio.

Na politica é uma vitima de sentimentos elevados que subjugam pelo seu valor estético e que fulminam pela sua sinceridade, mas que as maiorias que os não podem compreender, capitulam de paradoxais! No parlamento, profere sentenças que são verdadeiras excomunhões de patriotismo e no jornanalismo faz vibrar a nota do escandalo que põem em alvoroço a Paiz inteiro.

Á força porém de persuasão com que aglomera as multidões, não corre parelhas com a penitencia e as domina. D'aí a insistencia dos seus ataques e as condições de malogro do seu proselitismo».

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos literários:

Histologia do tubo nervoso, e das terminações ner-

vosas nos musculos voluntarios da rã. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

É um estudo feito na aula de histologia, do segundo ano médico da Universidade de Coimbra e publicado no ano seguinte, quando o autor frequentava o terceiro ano de medicina.

Dividiu o seu trabalho em tres partes:

A primeira compreende o estudo analitico de todas as particularidades do tubo nervoso: referencias e preparações histológicas realizadas naquele seu ano lectivo, e finalmente a sua opinião a respeito de uma das particularidades anatómicas mais interessantes do tubo nervoso — o estrangulamento anular — de encontro aos então recentes trabalhos de L. Ranvier, professor de anatomia geral do Colégio de França.

A segunda parte diz respeito ao estudo das terminações nervosas nos musculos voluntarios da rã; apresenta uma nova technica para o descobrimento da terminação do nervo no musculo, e incorpora um seu estudo sobre esta materia já publicado no jornal «Estudos Medicos» com a denominação: travaus du laboratoire d'histológie de la faculté de Médicine de Coimbra.

Finalmente a terceira parte é a apresentação e explicação de desenhos das preparações originaes, feitas no gabinete de histologia da Faculdade de Medicina de Coimbra, pelo seu curso.

Solenidade académica em honra do professor Costa-Simões. Liber memorialis.

Imprensa da Universidade de Coimbra 1883.

Abre este trabalho com uma carta do ilustre professor dirigida a Eduardo Abreu, pedindo-lhe, já que tinha tomado sobre si o dificilimo encargo de dar vulto e brilho á sua biografia, «levantando-a como mãos de mestre da sua natural obscuridade» seja ele o fiel intérprete,

perante os alunos da faculdade de medicina das vivas comoções que então sentiu durante a festa que lhe organisaram.

Segue-se o programa das festas e a descrição da sessão solene, com o discurso de Eduardo Abreu, então aluno do 5.º ano de medicina.

Os dados biográficos do ilustre professor e bibliografia dos seus trabalhos, fecham este livro.

Notas de uma viagem de estudo.

O medico Ferran e o problema cientifico da vacinação colérica.

Impresso na Tipografia Universal, imprensa da Casa Real, em Lisbôa 1885.

Estudos feitos sobre os trabalhos do médico Ferran, Espanhol, sobre o colera-morbus asiático, que então reinava no seu paiz, sua vacinação colérica e acção patogénica, que tanto barulho causou em toda a Europa e em que aquele médico e seus trabalhos foram tão diversamente apreciados e discutidos.

Jayme Ferran y Clúa, nasceu em Corbera do Ebro, na provincia de Tarragona em 1847.

Seguiu a carreira médica, revelando desde estudante um extraordinário amor pelos estudos de microscopia botánica.

Ao aparecer o cólera em Marselha, abriu a cidade de Barcelona concurso para a escolha de um medico que fosse aos centros infeccionados estudar a epidemia, sendo para essa comissão nomeado o Dr. Ferran, já bastante conhecido pelos seus estudos, se bem que fôsse um modesto médico de Tortosa.

Em Marselha tornou-se notado pela perseverança com que seguia os trabalhos em que se ocupavam as várias comissões de médicos que lá estavam e pelo cuidado

com que observava e discutia os variadissimos métodos do tratamento d'aquela doença.

Voltando á sua patria, abandonou a clinica, encerra-se no seu laboratório com alguns amigos e d'aí a quatro mezes participa ao Chefe do Estado, ás notabilidades médicas espanholas, a Pasteur, Kock e Van Ermengem, *que o homem suportava a vacinação cólerica e que esta era profilaticamente eficáz.*

O Dr. Ferran começa então a praticar em larga escala as vacinações cólericas, estabece-se então uma larga discussão sobre a vacina e seus efeitos, a ponto do Governo de Espanha chamar o médico a Madrid e convida-lo a suspender o uso d'aquele sistema, que ele não aceita, e requere seja nomeada uma comissão de estudo.

O governo nomeia a comissão e ordena aos governadores das provincias que não permitissem, no entretanto, o uso da vacina.

A comissão nomeada procede imediatamente a estudos com a vacina do Dr. Ferran e decide que ela deve ser permitida; o governo então levanta a suspensão e Ferran volta para o exercicio da clinica, distribuindo o tempo entre a prática da vacinação nos povos contagiados e os trabalhos de laboratório, para receber as numerosas comissões médicas que acudiam a Valencia, onde então residia.

A vacinação colérica, porém, não foi por todas as comissões bem aceita, porque um «*ataque de cólera, segundo uns, não livra o individuo de poder ser novamente invadido e até segundo outros, essa primitiva invasão predispõe o organismo humano para novos ataques*».

O Dr. Eduardo d'Abreu, chegou, porém, ás seguintes conclusões:

1) Os liquidos usados pelo medico Ferran na vaci-

nação cólerica, exercem uma acção patogénica evidente na especie humana.

2) Em alguns casos a acção patogénica é o sindroma benigno dum ataque de cólera-morbus asiático.

3) A vacinação cólerica, não expõe o individuo a acidentes graves.

4) A vacinação e revacinação, conferem imunidades.

5) A vacinação cólerica, descoberta e praticada pelo medico espanhol Dr. Jayme Ferran y Clúa, constitue um dos empreendimentos cientificos mais notaveis do seculo actual.

Algumas fumigações á carga do vapor alemão «Rosário». Lisboa, Tipografia Universal de Tomáz Quintino Antunes em 1885.

Versa sobre uma questão de saude publica e conflito entre o Governador Civil d'Angra do Heroismo e o Dr. Eduardo d'Abreu, então sub-delegado de saude, quando do Cólera-morbus.

O opusculo tem uma longa introdução sobre o assunto e termina com a cópea dos actos da junta distrital de saude de Angra, em que Eduardo d'Abreu, como vogal, na sua qualidade de sub-delegado de saude requeria várias providencias tendentes a pôr a Ilha Terceira isente da terrivel epidemia.

Noticia de dois documentos raros, relativos ao Hospital Real de Todos os Santos de Lisbôa. Impresso no Porto, Tipografia de Artur José de Sousa e Irmãos em 1887.

Transcreve os dois documentos que se intitulam:

O primeiro—Tratado contra o mal serpentino de Ruy Diaz de Ysla.

O segundo—Relação verdadeira e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de To-

dos os Santos, da cidade de Lisbôa, em 10 de agosto deste ano de 1750.

A Raiva.
Imprensa Nacional, Lisbôa 1886.

A convite do governo português, mas a expensas suas, foi Eduardo Abreu a Paris estudar a profilaxia da raiva, inaugurada por Pasteur.

De volta ao seu paiz deu a publico o resultado da sua missão, sobre tão importante assunto neste livro que assim intitulou.

Oração-académica pronunciada na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra, pelo candidato ao grau de doutor, Eduardo Abreu, a 27 de novembro de 1887.
Imprensa Nacional, Lisbôa 1888.

Sr. Conselheiro Reitor da Universidade de Coimbra, senhores professores e doutores das diferentes faculdades académicas, minhas senhoras e meus senhores.

A tresentas leguas desta sala, num pedaço de terra portuguêsa, batida pelo mar e pelos ventos, existe um pequenino canto de flôres, por onde o meu pensamento adeja e pousa tantas vezes, quanto os momentos da minha existencia, serenada pelos encantos de um filho com quem brinco, de uma esposa que eu adoro, e de um pai que estremeço, ou comovido pelas lutas da vida, da politica e da ciencia, que me atraem e cativam, apesar dos perigos que enlutam a vida, dos crimes que desonram a politica e dos erros que ferem a magestade da ciencia.

Aquelas flôres abraçando uma cruz e servindo á primavera do ninho eterno, porque ao faltar-lhes a orvalho

dos Ceus, as pétalas rebrilham pelo consolo da piedade filial, chorada com lágrimas de saudade e de amor, germinam numa terra sátara, mas por nos sagrada, pois que ela encobre os ossos de uma mulher que nascendo e vivendo humildemente, foi sempre a minha grande, a minha forte, a minha querida e santa mãe.

Gerar um filho, entregar-lhe os peitos á fome e á sede, o coração ao presente, a inteligencia ao futuro e a vida ás mil impertinencias que a açoitam dia e noite, no berço e no banho, em casa e na rua, na Igreja e na Escola, educar um filho, ensiná-lo a crêr no bem e a apetecer a glória dos caminhos e do belo; crear e servir um filho e depois morrer sem o abraçar num momento de ventura, para que ela tantos anos trabalhara de sol a sol, é deveras uma crueldade que ataca profundamente a justiça e abala rudemente o coração humano.

Minhas senhoras e meus senhores. Neste meu ultimo momento de ventura, deixai-me saudar a eleita da minha gratidão, deixai-me pensar naquela que tanto direito tinha a um logar distinto nesta companhia seleta e ao goso tão simpático desta convivencia amiga e generosa.

Permiti que eu ao receber o grau de doutor em medicina, que peço e espero me seja concedido, se o merecer, me incline reverente sobre a terra que esconde os ossos de minha mãe, procurando-os em silencio e beijando-os com amor.

Sunt lacrymae rerum.

Relatório da comissão executiva da subscrição nacional para a defesa do Paiz.

Imprensa Nacional, Lisbôa, 1891.

Reuniu o Dr. Eduardo Abreu em dois grossos volumes as actas, correspondencias, discussões, contas, documentos e mais espécies referentes ao movimento de-

terminado pelo conflito anglo-português, e ultimatum de 11 de janeiro de 1890, na sua qualidade de secretário da Comissão executiva da subscrição nacional, para defesa do Paiz.

A verdade sobre o alcool.

Projecto de lei apresentado em 15 de maio de 1893 na Cámara dos Senhores Deputados, contra o grémio dos alcooes.

A questão do alcool.

Discurso proferido na Cámara dos Senhores Deputados na sessão de 12 de julho de 1893.

Imprensa Nacional, Lisbôa, 1893.

Advoga, neste seu discurso o livre exercicio da industria de destilação e rectificação dos alcooes e aguardentes no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes; sendo de opinião que se deveria permitir a destilação simultánea do milho ou cevada e da batata, em proporções que então especifica.

É contrário a todos os monopólios, dizendo que os principios liberaes que professa a isso se opõem, estando convencido que semelhante regimen só vem prejudicár os interesses dos agricultores Açoreanos, e diz: «Estes continuaram a ser explorados pelos grandes destiladores».»

BRUNO TAVARES CARREIRO.—Nasceu em Ponta-delgada a 4 de outubro do ano de 1857, filho de Inácio Tavares Carreiro, onde fez os seus primeiros estudos, formando-se na faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra em agosto de 1882.

A sua distinta carreira de cirurgião fez-se, após a sua

formatura, em Ponta-delgada, com uma pequena passagem pelo Hospital de Vila-franca, primeiro local onde exerceu a sua profissão.

«Não foi sem alguma contrariedade que o Dr. Bruno deixou a sua vida pacata de Vila-franca, para vir para Ponta-delgada, cuja vida se lhe afigurava mais irrequieta e artificial. Ouvi-lhe algumas vezes falar com saudades do socego da sua vida em Vila-franca, do tempo de que dispunha largamente para as suas herborisações».

É que o Dr. Bruno, depois da sua vida de clinico, da qual fazia um sacerdócio e pela qual tinha um culto, todo o mais tempo ocupava-o no estudo de ciencia e até de literatura.

«Os seus ócios de medico eram tomados por estudos de botánica, de que ele era apaixonado e de que deixou um precioso herbário, coligido desde os tempos de Coimbra, onde fôra um estudante muito considerado.

A literatura, especialmente a literatura dos povos do norte da Europa, absorviam-o nas suas suas férias, por uma tendencia natural do seu espirito para os problemas psicológicos que se agitam nos livros dos romancistas slavos e escondinavos».

Era triste, pensativo, ao menos na aparencia, o olhar fixo, não era pessoa de espansões, possivelmente na intimidade familiar tomaria outro caracter.

A medicina, na Ilha de Sam Miguel, principalmente a cirurgia devem-lhe muito estudo, muita persistencia e muito amor; foi seguramente o médico de maior nomeada no seu tempo nesta sua Ilha.

Entre outros trabalhos que deixou escritos, conhecemos os seguintes, publicados no *Correio Medico*, jornal de medicina, referentes a casos clinicos de sua cirurgia no Hospital de Ponta-delgada, onde era director da respectiva Enfermaria.

Febres tifoides nos Açores.

Estudos sobre esta doença, publicados no Arquivo Médico dos Açores. Repositório de documentos de interesse médico, de que foi director os Drs. Bruno Carreiro, Botelho Arruda e Bruno Domingos.

Prolapso da uretra na mulher.

Estudo numa enferma do hospital de Ponta-delgada publicado no Arquivo Médico.

Relatório sobre a doença de que faleceu o Engenheiro José Cordeiro.

Publicado no «Correio dos Açores», Ano 4.°, n.° 884. Trancrevemos alguns periodos:

«José Cordeiro, engenheiro, 41 anos. Pertence a uma familia em que é predominante o temperamento nervoso.

Aos 17 anos, sendo estudante em Paris, teve uma pleurisia que foi julgada tuberculose. Suspendeu estudos e veiu para esta Ilha viver no campo, onde se curou, depois de dois anos de cuidados.

Ha 6 anos sofreu uma forte pancada na cabeça com um poste de fio electrico, perdendo os sentidos e guardando o leito por 6 dias. Não houve lesão exterior apreciavel.

Ha 4 para 5 anos sofre frequentemente da cabeça: são dores frontais que leva á conta de enxaqueca e que o não impedem de trabalhar.»

Um caso de tumor na parede abdominal.

Artigo publicado no citado jornal ano 1888, volume XVII paginas 183.

Um caso de litotricia rápida e outro de talha prerectal.

Artigo no citado jornal no ano de 1889, Vol. XVIII, paginas 137.

Dois casos de talha hipogástica em creanças e um caso de litopaxia no adulto.

Artigo no citado jornal, ano de 1890, Vol. XIX, paginas 76 e 84.

Tres ovariotomias.

Artigo no citado jornal no ano de 1894, Vol. XVIII, paginas 141 a 149.

Pseudo-hermafroditismo androginoide.

Artigo no citado jornal ano 1896 Vol. XXV, paginas 149 a 197. (1)

FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA, nasceu na cidade de Ponta-delgada, filho dos primeiros Viscondes de Faria e Maia, Francisco Machado de Faria e Maia e consorte D. Tereza, filha do eminente jurisconsulto, desembargador Dr. Vicente José Ferreira Cardoso e Costa; faleceu de avançada edade no dia 16 d'abril de 1923 na sua casa de Ponta-delgada.

Foi um dos vultos da sociedade micaelense que se impoz, não só pela sua posição social e familia distinta a que pertenceu, mas pela sua inteligencia e pela sua cultura filosófica e aturado estudo.

Cursou na Universidade de Coimbra a Faculdade de Direito, vindo a formar-se no ano de 1863; foi o primeiro Conservador do registo predial de Ponta-delgada, desempenhou durante algum tempo as funções de auditor Administrativo e Reitor do Liceu, instituindo o premio «Faria e Maia» para o aluno mais distinto de cada ano, com o juro dos seus ordenados, que nunca quiz receber.

1) Vid. Correio dos Açores, ano II, numero 416, ano 1921. Biblioteca Açoreana, do Dr. Ernesto do Canto.

Eleito deputado em mais de uma legislatura, Par do Reino electivo e Procurador á Junta Geral do seu distrito, onde marcou com honra a sua passagem, como em todas as funções que desempenhou pela sua probidade e inteligencia.

A sua obra literária de maior valor é a *Sintese espiritual* que tem por objecto «toda a vida psicológica, desde os factos mais elementares da consciencia, até ás suas manifestações mais complexas na vida moral, juridica, e económica».

Mas semelhante trabalho não deu na integra á publicidade, se bem que o deixasse completo e em poder dos seus herdeiros, e dele apenas publicou um capitulo:

—*Determina o desenvolvimento da ideia do direito ou sintese da vida juridica,* que nada mais é que a introdução daquele seu trabalho, que repartiu em tres partes:

a) Sintese da vida intelectual, em que trata das intuições concretas e suas condições, intuições abstractas e outras operações da inteligencia e finalmente dos métodos aplicados nas diferentes ciencias e das ideias que lhe servem de base.

b) Sintese da vida efectiva em que tem por objecto as emoções, os diferentes sentimentos que movem e agitam mais ou menos profundamente todos os seres dotados de inteligencia.

c) Sintese da vida voluntaria em que se ocupa das relações da vontade com as outras faculdades e forças que constituem o homem.

Um outro trabalho seu de nomeada, intitulou:

Teoria da prova, tese que apresentou ao Congresso juridico em Lisbôa em 1889.

Impresso em Lisbôa, na Imprensa Nacional em 1889.

Quais os principios em que deve assentar a classifi-

cação das provas, segundo o seu valor juridico; quais os factos que devem corresponder ás diferentes especies de provas; e relação existente entre a legislação desta materia e a demais legislação de que ela é subsidiario?

Divide o seu estudo em três partes: *a*) classificação das provas; *b*) correspondencia entre as provas e os factos; *c*) relação entre a lei relativa ás provas e ás outras de que ela é subsidiario.

Esplana inteligentemente cada um destes três pontos, concluindo que toda a prova, propriamente dita, se reduz ao testemunho, e define *prova juridica*, dizendo que é o testemunho aplicado á verificação dos factos que interessam os directores do homem e da sociedade.

Classifica assim o testemunho:

Testemunho simples, que é a declaração das partes, de terceiras pessoas e escritos particulares.

Testemunho autentico, que é o arbitramento, a fé publica dos notarios e dos oficiais que a possam ter e os documentos autenticos.

Testemunho publico, finalmente, que é o registo pessoal, industrial e real, registo dos testamentos, contractos e sociedades e registos de actos publicos.

JOSÉ MARIA DO REGO LIMA.—Nasceu na Ilha de Sam Miguel de familia pouco abastada de bens e faleceu em Lisboa, no posto de capitão de infantaria e engenheiro de minas, por doença contraída na Africa, onde esteve algum tempo, em setembro de 1901.

A sua mocidade foi bastante acidentada, tendo ido para o Brazil em busca de fortuna, esperançado na pro-

tecção que lá esperava alcançar dum parente que vivia abastado, voltou á Ilha pouco tempo depois, assegurando que melhor fora não ter daqui saido. Foi então que se colocou como ajudante da farmácia do hospital de Ponta-delgada, começando assim a pouco e pouco os seus estudos de preparatorios, indo-os completar em Lisbôa, matriculando-se na Escola do Exercito onde saiu Alferes de Infantaria em 1879.

Com a campanha que se iniciou em Portugal a favor das industrias mineiras e da reforma dos serviços montanisticos, reconheceu o Estado a necessidade de pensionar em Paris alguns alunos na Escola de Minas, um dos quais foi Rego Lima, que se matriculou no primeiro ano em outubro de 1885, completando o curso e voltando á Patria, depois duma demorada viagem de estudo por alguns centros metalurgicos em 1888, sendo logo classificado Engenheiro do Estado.

Numa reforma da organisação da Escola do exercito, foi creada a cadeira de — Montanistica — e nomeado seu professor o Engenheiro Rego Lima que a regeu com a competencia exigida até á sua morte.

«Era um caracter austero, duma vontade inflexivel, e por vezes duro em extremo, mas em compensação, a sua sensibilidade duma acuidade quasi doentia, dava-lhe tons e delicadezas de trato, fazendo lembrar uma criança afectuosa, que jamais houvera sentido os rudes contractos do Mundo! Daí certa concentração e retraimento de conviver que muitos averbavam, menos justamente, de vanglorioso desdem».

Um dos seus ideais mais idolatrados e pensamento constante que o absorvia, era a educação das novas gerações, que ele julgava e com inteiro acerto, deve ser mais cuidada, desde a infancia, até fazerem-se homens.

E diz-nos um seu biógrafo:

«Ele que se fizera á custa do seu próprio esforço e

que nunca conhecera carinhos e amparos nos primeiros passos da vida, não podia deixar de sentir entusiasmos especiais pela missão de crear homens, como dizia Condorcet».

É avultada a lista dos seus trabalhos cientificos, apesar da doença que o minava e de deveres profissionais que lhe ocupavam uma boa parte do tempo.

Conhecemos os seguintes:

Tentativas micrográficas, resenhas de rochas portuguêsas.

Tipografia Universal, 1890.

E' um estudo sobre as rochas, resumidamente descreve o granito como amfibole—microgranito, ostofirite biotitica, biabase andesitica e gabro olivinico.

Diz na abertura do seu trabalho:

«Trazendo a publico este modestissimo trabalho em que seguimos os modernos processos de exames da rocha, perconisados nos centros de estudo mais adiantados, não pretendemos que represente senão um ensaio desses métodos, uma simples tentativa, como o seu titulo indica e reclama».

Algumas palavras sobre as condições de adaptação da industria siderurgica em Portugal.

Tipografia Universal, Lisboa em 1890.

Descreve as regiões ferriferas portuguesas, causas que se tem oposto á instituição da industria do ferro em Portugal, progressivo consumo de ferro, composição dos minérios de Moncorvo e fabricação de ferro.

Diz que este trabalho não tem outro fim que não seja contribuir para que se vá cultivando em Portugal uma opinião para o desenvolvimento d'esta industria.

O posto metereológico de Ponta-delgada.

Comunicação feita em sessão da Sociedade de Geografia de Lisbôa, a 5 de novembro de 1894.

Refere-se ao posto que tem hoje o nome de Coronel Chaves, fazendo deste ilustre naturalista Açoreano referencias honrosas.

Sobre um adubo mineral da Ilha de Santa Maria.

Extraido dos anais das Ciencias Naturais 1895.

Refere-se a uma oferta de uma substancia colhida pelo Coronel Chaves, na Furna da Cré de Santa Maria, com a indicação que essa substancia era empregada pelos agricultores d'aquela Ilha, como adubo.

Reconhecimento Geo-hidrológico.

Imprensa Nacional 1892.

É um estudo sobre as Aguas das Caldas de Chaves, de que foi encarregado de proceder, por Portaria de 30 de julho de 1890.

Descreve a situação da Vila de Chaves, condições geraes orograficas da região, situação das nascentes de aguas e estuda diferentes aguas da região. (1)

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO, nasceu na cidade de Angra do Heroismo no dia 28 de fevereiro de 1852, filho do Doutor José Augusto de Nogueira Sampaio, a quem já nos referimos neste nosso trabalho a folhas 396.

Foi empregado superior das Alfandegas, professor provisório do Liceu de Angra e publicista de valor.

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos:

Dicionário de Technologia aduaneira para Portugal e Brasil.

1) «O Localista» n.º 55 de 3 de outubro de 1901.

Imprensa Nacional 1899, dois grossos volumes.

Contém a definição de todas as mercadorias, sua sinominia, propriedades e caracteres, composição, processo de fabrico ou preparação, alteração de falsificações, regimen pautal português, brasileiro e dos principais países estrangeiros, notando todas as resoluções oficiais respeitantes á classificação pautal.

No segundo volume versa a história do Regimen pautal desde Silva Passos; e toda a obra atesta o grau de conhecimentos e paciencia do seu autor.

Esboço biográfico de João Soares d'Albergaria.

Impresso no jornal «A Terceira» n.º 972, de 4 de novembro de 1876.

Refere-se ao escritor jorgense de que falámos neste nosso trabalho a paginas 53.

Versos.

Contos da mocidade.

Vila do Topo, 1870.

São versos da mocidade, ele mesmo o diz, desculpando-se dos erros da metrificação. «A poesia existiu antes da organisação de todas as poeticas e antes de Horacio houve verdadeiros poetas;e sustenta que na metrificação rigorosa não consiste a beleza da linguagem de Camões.

«Goza, donzela, a vida é tão curta,
no mundo de enganos tão pouco o gozar;
goza... mas olha que a c'roa de virgem
não vás nesses gozos louquinha, manchar.

Goza, donzela, nas salas douradas
terás quem te diga palavras d'amor,
mil falas que sejam d'infinita ternura,
sorrisos que inspiram nessa alma fervor.»

Sinopse alfabética, das resoluções da comissão das pautas e do Conselho geral das Alfandegas, 1853 a 1875.

Tipografia do «Correio da Terceira» 1876.

Põe em ordem alfabética as materias sujeitas a pagamentos alfandegários, com as indicações sobre resoluções tomadas.

Algumas reflexões sobre o ensino publico na Ilha Terceira.

Tipografia Angrense, Angra do Heroismo 1871.

Dedica este seu trabalho ao Grémio literário de Angra do Heroismo, uma associação literária dos Açôres.

E diz no seu trabalho: Proclama-se por toda a parte a liberdade! liberdade! e nem se pensa que a liberdade não pode existir sem instrução.

E nem se pensa que o povo ignorante é descuidosa criancinha, que o mais grosseiro ardil é capaz de arrastar ao abismo do infortunio, donde custosamente poderá sair!

Assim convém mais, talvez; mas contra essa inconveniencia clamará o «Incentivo» e estamos convencidos de que os seus clamores hão ser escutados algum dia, por aquele a quem compete o grandioso encargo de dirigir a instrução publica.

GABRIEL D'ALMEIDA, nasceu em Ponta-delgada desta Ilha de Sam Miguel filho de Miguel d'Almeida.

Morreu bastante novo, deixando no entanto uma soma boa de produções literárias, de interesse para as suas Ilhas dos Açores que tanto amava.

Sem grandes titulos literários, soube no entanto apresentar-se no Mundo das letras, sendo recebido com simpatia por todos.

Redigiu o Civilizador — em ambas as suas duas séries; periodico literário, cientifico e noticioso — cujo primeiro numero saiu a 5 de março de 1887.

Colaborou em muitos jornais, entre os quais nomearemos «O Açoreano Oriental», o mais velho jornal português, o jornal «A Caridade», semanário religioso, literário e noticioso, «Diario de Anuncios» e «Novo Diario dos Açôres.

Breve noticia sobre a cultura do chá. Folheto impresso na Tipografia Imparcial, Ponta-delgada, 1883.

Não sabe quando foi introduzida nos Açôres a planta do chá, mas foi a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense que deu impulso ao desenvolvimento desta industria mandando vir dois chinas para ensinarem a cultura e preparação do chá.

Descreve a planta do chá, dizendo que ha pelo menos cincoenta e seis variedades de chá e termina pela enumeração das diferentes qualidades de chá verde e preto á venda no Mercado de Cantão.

Manual do Cultivador e manipulador do chá. Impresso na Tipo-litografia Minerva de Ponta-delgada, em 1892,

No preambulo, diz o autor, que a industria do chá está destinada pela sua importancia a ser com vantagem explorada em Portugal. As condições do solo e os ensaios já realizados, autorizam esta asserção. Será ditoso o país se se cuidar seriamente em desenvolver industrias tão prometedoras.

Na primeira parte descreve a planta, a sua introdução em Portugal, que «deve datar da época das grandes empresas maritimas» e faz a distinção entre chá preto e verde.

Na segunda parte descreve a cultura e fabricação do chá na Ilha de Sam Miguel.

Na terceira e ultima parte trata da cultura, sementeira, plantação e podas, manipulação e preparação dos diferentes chás e das oficinas para a sua manipulação.

Industria agricola, tipográfica e litográfica na Ilha de Sam Miguel. Impresso na Tipografia de Manuel Corrêa Botelho em Ponta-delgada em 1884.

Falando do estado em que se encontrava a agricultura, atrasada, aconselha o uso de máquinas, com o fim de desenvolver e embaratecer os produtos agricolas.

Fala depois nas nossas diversas produções agricolas e enumera as nossas fábricas industriais.

Sobre tipografia fala no caixote de tipo, que para esta Ilha foi trazido de Coimbra pelo Dr. Antonio Ferreira Borralho, natural do Faial e que deu logar á constituição de uma sociedade que adquiriu mais material e imprimiu o «Açoriano Oriental», o decano, hoje, dos jornais portuguêses.

Enumera depois as mais tipografias e litografias existentes na Ilha.

Anthracnose. Folheto impresso na Tipo-litografia dos Açôres, Ponta-delgada 1888.

Descreve aquela doença na vinha, produzida pelo parasita, Sphaceloma ampelinum, e da sua cura.

A Vinha. Impresso na Tipo-litografia dos Açôres, Ponta-delgada 1887.

Notas viticolas e vinocolas.

Depois de se referir á entrada da vinha Isabel nos Açôres imune ao terrivel oidium que atacada as outras espécies de vinha que cá tinhamos, descreve em sucessivos capitulos a importancia da industria vinicola, segundo o ensino do tratamento da planta, adubação, poda e esparra.

Entrando na vindima, dá conta dos melhores utensilios: esmagador, prensa e vasilhame, descrevendo e aconselhando o seu uso.

Sobre a fabricação dos vinhos é bastante claro e minucioso, descrevendo todas as fases porque passa esta industria, até ao engarrafamento do vinho, ás adegas e aos inimigos da vinha.

É um trabalho interessante e suficientemente desenvolvido, para estes pequenos vinicultores, que é o que abunda nas nossas Ilhas.

Fastos Açorianos. Volume numero 174 da Biblioteca do povo e das escolas, publicado em 1889.

Está este trabalho dividido nos seguintes titulos:

Introdução historica, em que o autor descreve a fertilidade do solo açoreano, que foi o que animou os colonos a encerrarem os primeiros contratempos duma colonização, os tremores de terra e erupções vulcánicas, os corsarios e os vendaveis.

«Os terrenos açorianos podem considerar-se, na generalidade formados por um solo profundo, constituido por uma camada de terra negra, de reconhecida fertilidade, que assenta sob um sub-solo muito variavel onde se reconhece a existencia da pozolana, pedra-pomes, basalto e em alguns casos a lava, escórias, tufos, etc.

Descreve em seguida as industrias que floresceram nos Açôres:

Fabricação do açucar, da cana de açucar, que empregou muitos braços e exigiu o estabelecimento de fabricas para tal fim, que se perdeu pelas doenças que atacaram a cana e pela concorrencia que o açucar brasileiro fazia.

Idustria do pastel, planta tintureira que nos seculos XVI e XVII, foram a riqueza dêste arquipélago, que a esportava para toda a Europa e que foi depois prejudicada pelas ahilinas.

Cultura do linho, chegando-se a exportar cincoenta mil varas de pano de linho, tecido nos Açôres.

Cultura da laranja, exportando-se para os mercados de Londres grandes quantidades, cultura introduzida em 1580, e que foi enfraquecendo devido á doença que atacou a planta.

Cultura do ananás, em estufas, que tem sido a ultima riqueza da Ilha de Sam Miguel.

Cultura de chá—que então estava no seu começo.

Na introdução fala da instrução popular das Ilhas que ao tempo, como ainda hoje, era pouco animador.

O segundo titulo intitula-se *Festejos populares,* e nele descreve as festas do Espirito Santo, defensor da Ilha, o Natal, a festa de S. João e S. Pedro, muito populares e as cerimónias do casamento, na aldeia.

Representação popular, descreve a comédia ao ar livre, com o seu vilão, interessante, a dar a volta á Ilha, criticando cada freguesia, e finalmente *Touradas,* que só tem sua séde na Ilha Terceira.

A Ilha de Santa Maria. Impresso na Tipografia Popular em Ponta-delgada, Açôres. 1893.

«Opusculo destinado á Exposição Universal Columbiana de Chicago».

É' uma rápida descrição histórica corográfica da Ilha de Santa Maria, onde aportou Colombo de volta da sua

viagem á America do Norte, onde foi visitado por João da Castanheira, lugar-tenente do capitão-donatario.

Guia do Cultivador do Chá. Impresso na Tipografia da Revista Industrial, Comercial e Agricola em Lisbôa 1893.

Depois de uma rápida descrição da sementeira, cultura e tratamento do chá, fala na sua manipulação, destinguindo o chá verde do preto e oficina para a manipulação, terminando por um capitulo sobre contabilidade, receita e despesa.

Os Açôres e a industria piscatória. Impresso na Tipografia do «Campeão-popular» em Ponta-delgada em 1892.

É ainda este trabalho, diz-nos o autor no seu preambulo, uma homenagem do Arquipélago Açoreano,ás festas em honra de Cristovam Colombo, que nestes mares dos Açôres pairou na volta da sua viagem á America do Norte.

A pesca nos primeiros tempos da colonização dos Açôres era tão facil, pela abundancia de peixe, que dispensava aparelhos, mesmo á mão, e á beira de agua se pescava. Descreve o pescador, o seu viver e a sua pobreza; distingue a grande pesca, que é a da baleia e a pequena pesca, a da tarrafa, de cana, feita em barco ou mesmo feita de cima de uma pedra.

Enumera os peixes conhecidos, e os mariscos, terminando por apresentar as estatisticas de barcos e pescadores.

Agenda do viajante na Ilha de Sam Miguel. Impresso na Tipografia do «Campeão Popular, Ponta-delgada 1893.

Trabalho em que o autor dá noticia ao viajante que

chegar á Ilha de Sam Miguel, do que ela tem de mais importante.

Descreve Ponta-delgada, e todas as Vilas micaelenses, estabelecimentos de caridade e publicos, jardins, festas religiosas, estações d'aguas e emfim um resumo do que temos digno de ser visto e do que necessita conhecer um viajante.

A Ilha de Sam Miguel, seu descobrimento e diversas noticias. Impresso na Tipo-litografia dos Açôres, Ponta-delgada 1885.

Depois de uma pequena descrição sobre a descoberta da Ilha, e da agricultura, nos primeiros tempos da colonização, tem um grande capitulo sobre tremores de terra, dando conta de muitas convulsões e algumas erupções vulcánicas nesta Ilha de Sam Miguel.

Descreve o Vale das Furnas no principio da sua colonização, as caldeiras e composição das suas aguas.

Fala nas revoluções liberais que se deram nesta Ilha e na batalha naval em frente a Vila-franca, no tempo de D. Prior do Crato, e em outros assumptos de pequena monta.

A população dos Açôres.

Recenseamento da população deste Arquipélago 1893.

Publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisbôa, 1894.

Os Açôres a Colombo.

Pequeno folheto, a pretexto deste ilustre navegador ter parado em Santa Maria de regresso da sua viagem de America do Norte.

As Ilhas das Açôres

Folheto de 16 paginas sobre o Arquipélago dos Açôres.

Impressa na Viuva Bertrande & C.ª em 1889 Lisbôa.

Castilho na Ilha de Sam Miguel—por Gabriél d'Almeida. Tipografia Litografia dos Açores, 1886, Ponta-delgada.

E' uma apreciação ao poéta e ao infatigavel propagandista da instrução, Antonio Feliciano de Castilho, que em 1847 se achava em Ponta-delgada na sua missão de propagar o seu método de ensino, como comissário de estudos na Ilha de S. Miguel.

«Castilho tinha a ambição de ensinar, metia-se com as creanças, eram elas o seu auditório, ensinava os ignorantes.»

Termina este seu trabalho com o seguinte periodo:

«O grande mestre da mocidade, o sublime cégo, será sempre venerado pelas gerações: e as creancinhas, balbuciando a custo o seu nome, entoarão o hino da inocencia que ele soube dedilhar na sua harmoniosissima lira.»

Rapida memória sobre o tabaco.—Tipografia de Manuel Correia Botelho, 1883, Ponta-delgada.

«Em 1825 o Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso fez nesta Ilha varios ensaios com respeito á sua cultura.» Resultou d'aí que José do Canto fizesse em 1848 uma proposta á sociedade Promotora d'Agricultura Micaelense, instando pela sua cultura em vista da decadencia que ia então tendo a cultura dos cereais.

O tabaco é oriundo da América e quando em 1452 Cristovão Colombo aportou ali muito se admiraram de vêrem os «indios» fumar.

Divulgado na Europa começou depois a perseguição a quem fumava. O Czar da Russia impôs a amputação do nariz ou pena de morte a quem fumasse.

Henrique VIII ameaçou com açoutes a quem fizesse uso do tabaco.

O Papa Urbano VI e Inocencio XII excomungavam a quem tomasse tabaco nos Templos.»

CARLOS MARIA GOMES MACHADO.—Nasceu na Ilha de Sam Miguel, onde fez os seus primeiros estudos.

Formando-se em medicina na Universidade de Coimbra, nunca usou da sua arte, dedicando-se desde estudante ao ensino, á politica e aos estudos de ciencias naturais que lhe vincularam o nome.

Despachado professor de Matemática e Ciencias para o Liceu de Coimbra, foi a seu requerimento transferido para o Liceu de Ponta-delgada em 1873, desempenhando aqui, por vezes, o logar de Reitor.

A politica absorveu-o bastante, tendo desempenhado cargos electivos e o de Governador Civil do Distrito de Ponta-delgada, por decreto de 16 de janeiro de 1890; mas a sua acção é nobilitada como naturalista, de que foi um cultor de alto valor, manifestada na creação do *Museu Municipal de Ponta-delgada*, que hoje tem o seu nome «Museu Carlos Machado.»

Disse-se dele e desta sua obra:

«E tão grande é a soma de trabalho e ciencia contida nessa grandiosa obra, que tem chegado a parecer inacreditavel a muitos naturalistas ilustres, nossos visitantes, que um só homem de per si, então quasi sem livros, lograsse executar uma tarefa que em outra parte qualquer teria exigido a cooperação de muitos especialistas experimentados e de muitos expositores de consulta!»

O seu falecimento a 22 d'abril de 1901, se bem que esperado, causou uma profunda dor, porque foi tambem uma perda consideravel.

«Está de luto a ciencia e o Magistério micaelense!»

disseram os jornais anunciando a sua morte, e assim foi na verdade, que a obra deixada pelo Dr. Carlos Machado não foi escrita em livro, firmou-a na creação, desenvolvimento e vida dada ao Museu Municipal.

«O veredictum, pronunciado por Milne Edwards, quando aqui esteve na Espedição do Talisman, servirá de caução ás nossas palavras e por andar no conhecimento de mil gentes não precisa ser comentado neste momento. Todavia lembrando-o, faremos notar que a obra do Dr. Carlos Machado chegou a parecer inacreditavel ao sábio Director da Comissão do Talisman, tão deslumbrado ficou ele com a soma de trabalho e ciencia acumulada no nosso Museu.»

O Dr. Eugenio Pacheco, de quem nos vimos servindo nestas notas biográficas, accrescenta ainda que as aptidões e o faro de investigador do Dr. Carlos Machado, teriam conquistado um nome universal entre os naturalistas se vivesse num meio grande. (1)

FRANCISCO AFONSO DE CHAVES.—Nasceu no dia 24 de janeiro de 1857, em Lisboa, por ocasião da estada ali, em serviços, de seu pai Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo.

Fez todos os seus primeiros estudos em Ponta-delgada, onde vivia seu pai e seguindo a carreira militar, na arma de infantaria, concluiu o seu curso a 26 de dezembro de 1877, pertencendo, até á sua promoção a Coronel, a 8 de junho de 1911, ao Regimento de caçadores onze que então se aquartelava em Ponta-delgada.

Estudioso, metódico e persistente, não se contentou com o seu curso de militar e amando em extremo as ciencias naturais, dedicava-lhe o melhor do seu tempo, conquistando com muito direito o renome de sabio.

1) «O Localista» semanario de Ponta-delgada, Ano I, numero 34.

Ensinou, como professor interino no Liceu de Ponta-delgada, fisica, quimica e história natural alguns anos; em 1893 assumiu a direcção do *Posto Meteriológico de Ponta-delgada;* desde 1895 a 1898 fundou os observatórios de Santa Cruz, na Ilha das Flores e o da cidade da Horta, e as estações de Bandeiras e Candelária da Ilha do Pico.

Em 12 de junho de 1901 é nomeado pelo Governo Director dos Serviços Meteriológicos dos Açores, logar que desempenhou até á sua morte; e pelo seu esforço é creado em Ponta-delgada o Observatório Magnético e Sismológico na Fajã de Cima, de que ele ficou sendo tambem o Director.

Era membro da direcção do Museu Oceanográfico de Mónaco, da comissão administrativa da Instituição Oceanográfica do Principe de Monaco, por disposição testamentária deste principe.

Fazia parte da *Comissão Internacional de Exploração Cientifica do Oceano Atlantico, do comité Meteorológico Internacional desde 1901, da Associação Internacional Sisnológico,* como representante de Portugal desde 1904.

Pertencia á Sociedade Astronomique de France, á Sociedade de Geografia de Lisboa, á The Zoological Society of London, ao comité de perfectionnement de l'Institut Oceanografique.

Dirigiu desde 1901 o Museu Carlos Machado, secção zoológica de Ponta-delgada e em 1912 fundou o Museu Municipal (secção de botánica, arqueologia e belas artes).

Afavel, lhano, cortês, notabiliza-se pela sinceridade do seu saber, da sua cultura, da sua inteligencia.

Ele abrange nos seus estudos a astronomia, a mineralogia, zoologia, meteorologia, magnetismo, sismologia,

oceanografia biológica e física, história e até arqueologia e etnografia.

Tinha um amor extremo ás suas Ilhas, estudava para elas e procurava torná-las conhecidas no muito que elas encerram escondido e passa despercebido do viajante que nos visita descuidoso,

E' mesmo o Coronel Chaves que nos vai dizer como se iniciaram os serviços metereológicos nos Açores que tanto lhe devem:

«Em 1855, durante a guerra da Criméa, diz-nos S. Ex.ª, uma violenta tempestade arrojou á costa, no Mar Negro, grande numero de navios das armadas francêsa e inglêsa. O facto produziu, então, a mais profunda e penosa impressão, porque a causa dos Aliados correu serios riscos, com tão severas perdas. Le Verrier, director do Observatório Astronómico de Paris, estudando a marcha da tempestade, através da Europa, pelos destroços produzidos, concluiu por afirmar que possiveis precauções podiam ser tomadas, evitando-se assim perdas de vidas e haveres, se de oeste partissem a tempo para a Europa os avisos da passagem e aproximação da tempestade.

«A importancia meteorológica dos Açores deriva fundamentalmente da sua excelente posição geográfica. Sabido que as tempestades marcham em geral de oeste para leste, e que o seu andamento é relativamente lento, não escapou a Le Verrier a privilegiada situação do Arquipélago, como centro de informações, para o caso, sendo, com propriedade, uma verdadeira sentinela avançada da Europa e podendo prestar-lhe, como tal, inextimaveis serviços.

«O Governo Francês solicitou então do Governo Português o estabelecimento nos Açores de estações-postos meteorológicos, pouco importantes, sem duvida, mas em condições de fornecer as desejadas informações. O nos-

so Governo, aquiescendo, encarregou os professores de física dos Liceus de Ponta-delgada e Angra, a principio sem auxiliares e depois com ajudantes, de proceder ás necessárias observações, enviando-se para o Observatorio Astronómico de Paris o resultado.

Ninguem se lembrou, porém de que a falta de comunicações telegráficas dos Açôres tornava então absolutamente inuteis as informações instantemente pedidas por Le Verrier e isso explica que, tendo em certa altura deixado de ser enviadas ao Observatório Astronómico de Paris, a sua omissão não foi notada por pessoa alguma.

«Em 1893 a situação mudou completamente com o lançamento do cabo submarino entre Sam Miguel e o Continente. Em anos anteriores S. A. o Principe de Mónaco, a quem acompanhára nas suas campanhas cientificas nos Açôres, insistia sempre comigo na necessidade de crear um serviço metereológico no Arquipélago e das suas ideias sobre o assunto fizera uma comunicação ao Congresso de Edimbourg de 1892 e uma outra na Academia das Ciencias de París, em junho do mesmo ano.

Sabendo que em agosto de 1893 Sam Miguel ficaria ligado ao Continente por meio dum cabo submarino, obtive do Governo Português a nomeação de director do Observatório de Ponta-delgada, sem remuneração alguma. O estabelecimento das comunicações telegráficas augmentou consideravelmente a importancia do Observatório, que sofreu grandes modificações, nos serviços e na instalação de aparelhos, graças ao Concurso do Governo, das nossas Corporações Administrativas, da Associação Comercial e dalguns particulares, meus amigos.

«De acordo com os pontos de vista do Principe de Mónaco, o Governo encarregou-me de estudar o estabelecimento dum Observatório na Ilha das Flôres, o qual começou a funcionar em agosto de 1897. S. A., que no ano seguinte manifestou ao Governo Português o seu re-

conhecimento pela forma como estava sendo posto em prática o seu projecto, desejou que o mesmo Governo comunicasse oficialmente aos chefes dos serviços meteorológicos dos diversos paizes a creação d'um serviço internacional nos Açôres.

«Dessa grata missão fui encarregado pelo Governo, que igualmente me autorizou a completar os meus conhecimentos nos Observatórios estrangeiros.

«Posteriormente ao meu regresso em fins de 1898, um novo Observatório foi creado na Horta e montadas estações em Bandeiras e Candelária (Pico), estas reservadas a estudos climatológicos.

«Finalmente em 12 de junho de 1901 passava a lei que creava nos Açôres um serviço metereológico unicamente sustentado pelo nosso país, com vantagens iguais a um serviço internacional».

«Desde então tem sido notaveis os serviços prestados pelos Observatórios dos Açôres, quer fornecendo as informações nos termos em que as desejava Le Verrier, quer no serviço da hora á navegação, estudo das correntes oceánicas, etc.

«Estes serviços tiveram a sua consagração maxima nos agradecimentos expressos pelo Comité Metereológico Internacional e pelos directores dos Institutos Metereológicos europeus, na sua reunião em Londres de 15 de setembro de 1921, ao Governo Portugués, pelas observações e informações gratuitas fornecidas pelos Observatórios dos Açôres, nos ultimos 20 anos, ao mesmo tempo que se exprimia o voto do emprego da T. S. F. na recepção e expedição das informações metereológicas.

«Nesta conformidade o Observatório de Ponta-delgada tem já montado o seu aparelho, recebendo diariamente a hora de Paris e acabo de ser autorizado a receber telegramas metereológicos.»

Deixou os seus estudos muito espalhados em jornais, em folhetos e em conferencias, de que vamos fazer um panhado do que conhecemos:

Introduções de algumas espécies zoológicas na Ilha de Sam Miguel, depois da sua descoberta.

Tipografia do «Diario dos Açôres» em Ponta-delgada 1911.

Foi assumpto de uma conferencia no Ateneu Comercial de Ponta-delgada.

Confirma que ao descobrirem-se as Ilhas dos Açôres nelas não vivia mamifero algum; a pouco e pouco foram estes e outros animais introduzidos nas Ilhas, quer propositadamente, quer por acaso e até contra vontade dos seus habitantes.

«Em seis de junho de 1907, chegou a Ponta-delgada a barca Italiana, *Gazia*, que saira do Haiti trinta e dois dias antes. Vinha carregada com pau de campeche, que foi removido de bordo para um armazem da doca, por ter sido o dito navio julgado incapaz de navegar.

Logo depois de começar a ser feita a aludida remoção, espalhou-se a noticia de que havia a bordo da barca, bichos que davam luz e choques electricos, tão fortes, que um homem pegando num deles ficará com um braço paralisado; havia ali aranhas gigantescas, centopeias enormes; emfim começaram a contar-se histórias inverosimeis acerca da bicharia que existia a bordo, e já no armazem para onde fora levado o pau campeche.

Com estes efeitos pode verificar-se que da barca já tinham vindo para terra os seguintes animais: um insecto inofensivo para o homem, era o que dava choques electricos, e extremamente interessante, o cocujos (*pyrophurus noctilicus-L.*) quedas suas placas fosforescentes emitia luz suficiente para com ele na escuridão se lerem caracteres mesmo miudos».

Rapport sur l'etablissement projecté du service meteorológique international des Açôres.
Impresso em Mónaco em 1900.

Report of the Great Magnetic Storn of october 31. 1903 ab Ponta-delgada.

Necessité d'une reconnaissance magnétique faite simultanement sur mer et sur terre, en quelques points des iles dos Açôres.

Erupções submarinas nos Açôres e quebra de alguns cabos telegráficos lançados nos mares do nosso arquipélago.
Arquivo dos Açôres volume 13, paginas 53.

Sur les communications au moyen de la telegraphie ans fil dans les iles des Açôres.

A temperatura das nascentes termais das Furnas na Ilha de Sam Miguel.
Arquivo dos Açôres, volume 13, paginas 114.

Bibliografia zoologica dos Açôres.
Impresso no Arquvio dos Açôres, volume 13, paginas 200.

Resume critico de publicações concernentes á zoologia Açoreana para de uma maneira geral conhecer a forma dos Açôres.

Divide a história da fauna Açoreana, em três periodos distintos:

O primeiro que começa em meados do seculo XVIII e termina em 1856, durante o qual visitarem os Açôres vários naturalistas, alguns dos quais publicaram os seus estudos, merecendo especial mensão o trabalho de Mac-

Andrew que compilou 48 espécies de moluscos marinhos.

O segundo periodo vai até 1885, registando a vinda aos Açôres dos naturalistas Artur Morelet e Henri Drouët e das obras que publicaram sobre os estudos aqui feitos.

O terceiro periodo que considera o mais importante não só pelo nome como pela variedade e valor de estudos é iniciado em 1887.

As festas de S. Marcos em algumas Ilhas dos Açôres e a sua origem provavel.

Arquivo dos Açôres, volume 13, paginas 191.

Refere-se ás festas que nalgumas Ilhas dos Açôres se fazem, armando um altar dentro de casa, tendo no cimo um corno com uma corôa de cornos muito ornamentada, que lhe chamam o «Sagrado Corno».

Parece-lhe ser esta festa oriunda da Flandres e para aqui trazida pelos colonos que de lá vieram.

Gisements des diatomes fossiles à Furnas (Ile de S. Miguel.

A provisão do tempo e dos tremores de terra, a passagem da cauda do Cometa de Halley pela terra.

As festas do Espirito Santo nos Açôres.

Arquivo dos Açôres, volume 13, paginas 11.

Refere-se a estas festas tão populares nos Açôres e diferindo de Ilha para Ilha e até dentro de cada Ilha.

Descreve as festas nas Ilhas das Flôres e Corvo, as mais distantes Ilhas dos Açôres, trazendo uma colecção de quadras que se cantam por essa ocasião:

Esta casa é santa!
oh! casa tão bela

vem o Espirito Santo
para dentro dela.

Os Açôres num Atlas manuscrito;—feito em Veneza no seculo XV.

Arquivo dos Açôres, volume 13, paginas 61.

Refere-se aos trabalhos do Doutor Jules Mees, e aos mapas onde vem as Ilhas na altura aproximada do Arquipélago dos Açôres.

A agua mineral do poio do moreno, na Ilha das Flores.

Arquivo dos Açores, Vol. 13, pag. 184.

Refere-se ao estudo e análise feita na agua mineral na Ilha das Flores, onde esteve mês e meio e conheceu ser vasto campo de estudo ainda não explorado.

Irregularidades na distribuição do valor de declinação magnética nos Açores.

Erupções submarinas nos Açores.

Tipografia de A. Modesta, Lisboa, Açores.

Descreve os erupções no arquipélago dos Açores depois da sua colonização, falando-nos na que houve em 1638, na ponta da Ferraria, que é o local onde ela se tem dado amiudadas vezes.

«Passaram-se 54 anos depois deste terremoto, sem que alguma erupção submarina fosse observada, quando a um de fevereiro de 1811, depois de violentos tremores de terra, houve uma espantosa explosão vulcánica que fez levantar do mar, a meia legua da costa, em frente do pico dos Ginetes, na Ilha de Sam Miguel, turbilhão de fumo, de chamas, cinzas e pedras de imensa grandeza. Esta erupção, que durou poucos dias, formou uma pequena Ilha que desapareceu pouco tempo depois.»

O priôlo, a ave mais interessante da Ilha de Sam Miguel.

As formigas e a primeira viagem de Gonçalo Velho aos Açores.

O eclipse do sol de 3 de fevereiro de 1916, em Santa Cruz das Flores a 24 de janeiro de 1916.

Pesca dos cachalotes e de outros cetáceos, para a creação da industria de fabricação de adubos.
Conferencia realizada no Atneu Comercial de Ponta-delgada a 20 de fevereiro de 1908.

Lingua internacional «Esperanto» e da utilização para o ensino dõ linguifono e do patégrafo.
Conferencia no Ateneu a 10 de dezembro de 1914.

Algumas consequencias económicas já produzidas ou que se podem produzir devidas á guerra europeia,
Conferencia em Angra do Heroismo a 16 de maio 1918.

Observatoire meteorologique de Ponta-delgada: resume des observations des mois de janvier á octobre de 1895.
Impresso em Ponta-delgada, 1895.

Conferencia sobre o Principe Alberto I de Mónaco.
Feita na Camara Municipal da Horta, no dia 23 de setembro do 1923, homenagem ao sabio Principe.
Descreve Sua Alteza no seu caracter familiar, nos seus habitos modestos, no seu convivio particular, sobre tudo com os humildes, donde lhe haviam provindo, segundo afirmava o Principe, as maiores alegrias da sua vida.

Faleceu em Ponta-delgada, onde sempre viveu a 23 de julho de 1926, pretendendo-lhe os seus amigos e admiradores perpetuar-lhe o nome na continuação dos seus estudos.

DINIZ MOREIRA DA MOTA.—Nascen no logar do Pico da Pedra, desta Ilha de Sam Miguel no dia 2 de março de 1860, filho de Antonio Augusto da Mota Frazão e D. Francisca Hermelinda Moreira da Mota.

Fez os seus primeiros estudos nesta Ilha de Sam Miguel, tirando os preparatorios no Liceu de Ponta-delgada, onde seu pai era professor e Reitor, matriculando-se em seguida na Faculdade de Matemática, na Universidade de Coimbra, onde se formou alcançando algumas distinções, tirando em seguida o curso de Engenharia Civil e entrando no quadro do Estado; marcou de uma maneira frisante a sua inteligencia e a sua tenacidade.

Foi engenheiro por vocação, desde pequeno, que toda a sua inclinação era para obras de construção e de agricultura.

Era irrequieto, decidido, tenás, contam-se partidas sem fim desde o seu tempo de rapáz até á sua morte.

Uma de Coimbra.

«Frequentava ele, como aluno voluntario, visto ser de Matemática, a cadeira de Economia Politica, da Faculdade de Direito. Era professor o Doutor Pais Abranches.

Mandava uma praxe de longos anos nunca se chamar á lição os voluntarios, que por consequencia nada estudavam, nem sabiam do assunto. O lente, querendo por termo a esse costume, chamou um dia Diniz Mota.

Achava-se este perfeitamente *em branco* e lia na ocasião com todo o descanço um numero do «Comercio

do Porto». Surpreendido pela insólita chamada, tomou logo o seu partido.

Notara que a razão de ordem naquela aula remontava sempre a épocas muito antigas e mesmo, para lisongear as predilecções do Mestre, quasi sempre á Bíblia.

Resolveu começar mais longe, na nebulosa e na formação do nosso sistema planetário.

E, empunhando o oculo que improvisára com o jornal que lia, foi desfiando enfaticamente todos os pormenores das teorias cosmogónicas, geogénicas e biológicas de que tinha conhecimento.

Boquiaberto o lente entupira
O curso torcia-se com riso.
E a lição não passou do exórdio e nunca mais
foram os voluntarios chamados.»

O seu nome firmou-se porém como Engenheiro ferroviario, no rio Tua e Mirandela, na construção da linha férrea de que foi o chefe da exploração.

«Logo que chegou a Mirandela, começou a determinar serviços e organizar trabalhos, sem curar de responder aos numerosos oficios que lhe enviavam e que por fim terminaram.

De volta a Lisboa foi convidado friamente a explicar porque não respondera.

— «Não respondi porque fui para lá para trabalhar e não para responder a oficios. Não respondi... Mas fiz isto e isto e isto.»

Aprovaram-lhe com entusiasmo o procedimento.

Tem o seu nome gravado por toda a parte, como lavrador cabe-lhe a honra da iniciativa nesta Ilha dos Sindicatos agricolas; e eleito deputado propôs na respectiva Camara, juntamente com Alfredo Barjona, um projecto de lei tendendo a estender no nosso País as vantagens que a lei francêsa facultava aos cultivadores que quizessem associar-se.

Como Engenheiro hidraulico, distingue-se no serviço feito sob a sua direcção, na muralha da doca de Ponta-delgada.

«Na memória descritiva do projecto e orçamento, *(da descrição das obras da doca)* apresenta ele a sua opinião sobre o melhor perfil tipo de muro de abrigo que lhe parecia dever adoptar-se e depois estabeleceu comparação com outros muros de diferentes portos, prova por meio de cálculos proficientemente desenvolvidos, as dimensões a dar ao muro de abrigo e conclue propondo que este muro fosse todo feito em *béton.*»

E as obras da doca aí ficaram a atestar a sua inteligencia, o seu trabalho e a sua tenacidade.

Morreu trabalhando; estava em serviço junto a uma ponte em construção na freguesia de Santo António desta Ilha de S. Miguel, quando caiu sem mais articular uma só palavra, no dia 29 de agosto de 1914, querendo assim o destino marcar por esta maneira que o Dr. Diniz da Mota que fôra um incansavel no trabalho, morria junto a ele.

MANUEL DUARTE.—Nasceu na Vila do Nordeste da Ilha de Sam Miguel no ano de 1867, de uma familia modesta que apenas lhe pode dar os primeiros ensinamentos da instrução primária, na sua Vila.

De inteligencia cintilante e aspirações acima da sua situação de familia, não se afêz á sua pequena terra e numa primeira oportunidade, colocou-se como tipógrafo nas oficinas do «Diario dos Açores», onde conseguiu a pouco e pouco conquistar admiradores aos seus dotes excepcionais de trabalho, de método e até de poeta.

Foi o Visconde das Larangeiras que o levantou do mocho junto ao taboleiro de compositor e o fez sentar num dos bancos da Escola Académica de Lisboa, onde fez

desde o exame de instrução primária, ao fim do curso dos Liceus.

Na Faculdade de Direito, na Universidade de Coimbra, onde se matriculou, marcou com distinções a sua passagem, vindo a formar-se no ano de 1894.

Em Lisboa, onde abriu banca de advogado, conseguiu um logar de destaque entre os colegas que o respeitavam pela sua inteligencia, pelo seu saber e pela sua honestidade.

Por sua morte a Ordem dos Advogados de Lisboa consagrou-lhe uma sessão de homenagem falando, num brilhantissimo discurso, o Dr. Sá Nogueira que enalteceu as suas altas qualidades de homem e de advogado e bem assim o Dr. Martins de Carvalho que presidiu á sessão e nessa qualidade falou do ilustre morto.

Mas Manuel Duarte não foi sómente jurista, era tambem um humanista, literato dos melhores, o que lhe dava, entre os colegas uma feição muito particular.

Eleito-deputado, mostrou no parlamento que acima de politico era jurista e acima de tudo era patriota.

—Enquanto houver um exemplar dos Lusiadas, não pode haver maior orgulho do que ser português.

Pertenceu áquele grupo conhecido por franquista, que marcou uma época na nossa história e capitulou com o assassinato do Rei D. Carlos e do Principe Luiz Filipe.

«O franquismo foi um movimento politico sincero, João Franco e o proprio Rei parecem terem sido sinceros.»

Diz-se que um advogado, tal como deve ser, permanece diante dos Magistrados, convicto da justiça, respeitador, mas altivo e independente; Manuel Duarte foi tudo isso, respeitador mas independente e altivo.

Faleceu em Lisboa no dia 8 de outubro de 1929 trabalhando até ao final, com amor, agarrado aos Códigos e ás Leis:

— Quem quiser ser advogado, não pode ser outra cousa; — disse ele.

Mas Manuel Duarte foi tambem poeta e não foi só nos seus *primeiros vôos* que poetou, conhecemos poesias muito interessantes a paginas 456 deste trabalho publicamos uma que não desonra um poeta, dos de nomeada, se a assinasse.

Dos seus trabalhos literários além de muitos de assuntos juridicos, das minutas de importantes questões, que seguiu, conhecemos os seguintes:

Questões de Finanças. — Impresso na livraria editora de Francisco França Amado, Coimbra, 1893, que foi a dissertação que apresentou na cadeira de «Ciencia e legislação financeira, da faculdade de Coimbra.» sobre os seguintes pontos:

1.° — Unidade e pluralidade orçamental: vantagens e inconvenientes de cada um destes sistemas. Será justificavel a supressão do orçamento rectificado entre nós?

2.° — Créditos suplementares e transferencias de verbas; história da nossa legislação a este respeito. Deverão ser admitidos num país bem administrado?

Definiu orçamento — o mapa estimativo e comprovativo das receitas a realizar e das despesas a efectuar durante um periodo determinado.

Em seguida especifica as especies de orçamentos: preventivo, rectificado, ordinario e extraordinário e a divisão do ordinario.

Respondendo á primeira parte do seu trabalho é de opinião que «não se pode, de facto, á priori, dizer que a multiplicidade de orçamentos seja para um país um sistema financeiro péssimo, quando a força das circunstancias assim o exigir. Tambem em tempos normais a unidade orçamental impõe-se».

Chega a esta conclusão depois de expôr varias opiniões.

Estuda na segunda parte os créditos suplementares e transferencias de verbas, fazendo a sua história em Portugal e as opiniões de varios estadistas de semelhantes créditos deverem ser admitidos num País bem administrado.

Primeiros vôos.

Lith. dos Açores em 1885.

E' o seu primeiro livro de poesias; ali reuniu muitas das que tinha produzido desde a mocidade, com um prólogo de Francisco Maria Supico apresentando o novo poeta e fazendo dele o elogio devido.

A INSTRUÇÃO

O sol dissipa a treva: assim a Instrução
dissipa a ignorancia—a grande escuridão!
porque brilhante estrela, em limpido fulgor
da arte e da ciencia é o lucido motor.

Qual outro Briareu, segundo conta a lenda,
a próvida Instrução, na sua grande senda,
tem braços varonis, enormes, em excesso,
com os quais faz mover a Roda do progresso!

O pobre analfabeto, escura inteligencia,
tem sêde de instrução, em intimo desejo,
e pura vê correr a linfa da ciencia:

Mas como do saber não tem um só lampejo
que o faça conduzir á fonte da Eminencia
grita:—Eu quero instrução, sem ela nada vejo.

LITERATURA DIALOGADA

Não é grande ainda o numero de Açoreanos que cultivaram o género novelistico e do teatro. Mas alguns havemos tido e outros se começam a revelar, que entre todos os géneros literários é o dialogado aquele que mais leitores conquista, abrindo assim um campo maíor e mais vantajoso aos intelectuais.

Mas ha muitos contos nascidos nestas Ilhas em verso e em prosa, ha mesmo variantes lindas; esperamos ainda dar á publicidade os «contos da nossa terra» — onde ha produções verdadeiramente interessantes, mas da sua grande maioria perdeu-se o nome dos autores.

Ha folhetins curiosos, comédias que revelam arte e habilidade e mesmo romances apreciaveis.

Vamos, neste penultimo capitulo do nosso trabalho, agrupar os filhos desta terra, ilustres, que conhecemos haverem deixado produções no género dialogado e de contos.

ANTONIO DE LACERDA BULCÃO.—Nasceu na então vila da Horta, da Ilha do Faial aos 17 de junho de 1817, filho do poeta Antonio de Sousa Bulcão e D. Maria de Lacerda Labath Bulcão; faleceu a 21 de fevereiro de 1897.

Foi Alferes da 4.ª companhia do 2.º batalhão de voluntários creada por Decreto de 7 de setembro de 1831 para defesa da liberdade que foi dissolvido por portaria do Ministério do Reino a 8 d'agosto de 1840; como funcionráio publico exerceu a sua acção como oficial do Governo Civil da Horta desempenhando varias comissões de importancia, sendo condecorado com o grau de cavaleiro da ordem militar de N. S. Jesus Cristo, e de N. Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Com bastante habilidade para o desenho e pintura, se bem que sem escola, deixou-nos muitos quadros a oleo, alguns dos quais de relativo valor.

Como escritor deixou-nos muitas composições dispersas no jornalismo Açoreano, no género de contos e descrições, entre os quais conhecemos:

O Segredo de uma flor — O Afaniquoque — O contra mestre — José Trasgos — A Gaía do Inferno — A Estala — Scenas fantasticas — Modesta — Damiana — Pena de Talião — O esqueleto — Jan Fernandes — A casa sinistra — A tia Micaela — Misterios de uma familia — Calhambola — Monitaria secreta — Os dois gemeos — O ciume — O Sr. Vilela — O calculo — Os dois rivais — O cego da Feteira — O ramo de violetas — Maria Dijanira — O desherdado — O Martyr — O arrependimento — O homem do capote de escocez — Mestre Parramaque — Mistérios do Faial — A Cruz de prata e a cruz de ferro.

E bem assim um trabalho de teatro que intitulou:

A influencia da mulher — drama em tres actos, representado no teatro União Faialense.

Em separata conhecemos:

Colecção de romances originais, em tres tomos. Tipografia de Francisco P. de Melo, Horta, 1877, 1878.

O primeiro tomo contém os tres seguintes pequenos romances:

a) O homem misterioso — é um capitão Estanislau, da Ilha do Faial, pessoa de certos bens de fortuna, que vive muito recolhido em uma pequena propriedade de altos muros nos arredores da então Vila da Horta, desde a morte da namorada, nas vesperas do seu casamento.

Desde então fez-se misantropo e recolhido e numa noite de chuva, passeando nas ruas da Vila salvou da morte uma rapariga que levada pela miséria tentava matar-se, lançando-se ao mar.

O homem misterioso veiu depois a descobrir que aquela criança, herdeira de uma boa fortuna havia, por um seu tio, sido dada como morta, usurpando-lhe assim os bens.

Fê-la sua protegida, fa-la entrar na posse dos seus bens, casa-a e fala-a por fim sua herdeira.

b) A Casa Negra — habitação edificada na famosa cratera da Ilha do Faial a que dão o nome de *caldeira*, pertencente a um fidalgo francês que no quintal e junto a uma faia escondera um riquissimo tesouro que foi depois descoberto por um seu feitor que para encobrir o roubo fizera lançar fogo á casa.

Mais tarde o feitor entrega intacto o tesouro ao filho do fidalgo coagido pela justiça que havia descoberto os seus crimes.

c) O eremita — um naufrago que aportou á Ilha do Faial e se fez eremita da Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem, cumprindo com muito zelo as suas obrigações.

Um dia desapareceu numa barca que viera na vespera e se dizia com agua aberta, deixando o seguinte bilhete: «Não lamenteis a minha desaparição. A minha sorte é suave como a brisa da manhã. Subi mais rico de fortuna do que desci; vou para onde me esperam e deixo sem pesar nem remorso a Ilha do Faial — O Eremita.»

No tomo II os seguintes romances pequenos, contos e descrições:

Cinco dias na Ilha do Corvo, — em que descreve a sua estada nesta pequena Ilha, as sensações de nostalgia que a principio sofreu e o bem que depois se sentiu e os contras: — O inválido, os pobres do Faial, o morro de Castelo Branco, Bento Murtes, o embuxado, Fr. João, o judeu errante.

No tomo III agrupa os seguintes contos:

O homem que chora, o mendigo, o lunático o prisioneiro, Ancilia e a *dama do cemitério*.

Este ultimo conto começa assim:

«A dama do cemitério não é uma fantasia, ouvi os soluços, as lágrimas, presenciei os sofrimentos e recebi as derradeiras vontades da infeliz vitima dum pai ambicioso.

Possa esta verdadeira e sinistra história moderar a cubiça dos que para enriquecer sem trabalho, esmagam todos os afectos, até mesmo o bem estar de seus filhos.»

GUILHERME READ CABRAL.—Filho do consul inglês que por muitos anos residiu em Ponta-delgada e bem conhecido foi no periodo das nossas lutas constitucionais, Guilherme Harding Read, nasceu no ano de 1821 e faleceu em Ponta-delgada a 18 de junho de 1897.

Se bem que filho de inglês, optou pela nacionalidade portuguêsa, foi um açoreano devotado, aportuguesou o nome proprio e adoptou outro nome português que lhe não pertencia, para em tudo não parecer um estrangeiro.

Foi em Ponta-delgada que fez os seus estudos, ali mesmo constituiu familia e começou a desempenhar funções publicas, como empregado aduaneiro, sendo mais tarde e por largos anos, director das Alfandegas do Funchal, da Horta, de Ponta-delgada, reformando-se na categoria de primeiro oficial das Alfandegas.

Foi agraciado com varias comendas Portuguêsas, pelos trabalhos prestados á pátria no desempenho de suas funções; foi comendador da Ordem de Cristo e tinha o Hábito dos Cavaleiros da ordem militar da Torre e Espada que lhe dava honras militares.

O tempo que lhe subejava do desempenho das suas funções publicas, dedicava-o á estudos literários, tendo deixado um grande numero de obras que vamos enumerar, umas de caracter aduaneiro, outras de história, de poesia e de romance.

O seu ultimo trabalho é um romance no estilo e gosto dos de Julio Verne, que a morte não permitiu que desse á luz, mas que deixou completo e fez parte do seu espólio.

Colaborou em varios jornais e foi o redactor do «Cultivador», folha agricola, destinada a defender e animar os principios agricolas, que se publicou em Ponta-delgada nos anos de 1873 a 1876.

Temos conhecimento dos seguintes trabalhos:

Compendio indicativo das disposições legislativas e peças inéditas que regem os casos de contrabando, descaminho e transgressões dos regulamentos fiscais, para serviço da Alfandega de Ponta-delgada e suas delegações.

Impresso na Tipografia da Gazeta da Relação em Ponta-delgada, 1862.

Instrução para a cobrança do imposto sobre os lucros do pescado.

Impresso em 1867.

A Junta creada por decreto de 30 de maio de 1842 e o director da Alfandega de Ponta-delgada.

Tipografia M. J. de Morais, 1855, Ponta-delgada.

Breves considerações sobre a simplificação do serviço das Alfandegas, seu pessoal e protecção ao comercio do distrito de Ponta-delgada.

Tipografia Manuel Corrêa Botelho, Ponta-delgada, 1870.

Proclamação.—Aos habitantes do distrito da Horta.

Tipografia Hortense, 1893.

Explicando os seus actos como Governador Civil, na crise alimenticia que havia abrasado aquêle distrito.

Glorias e primores de Portugal.

Tipografia da casa Editora Alcino Aranha & C.ª Lisboa.

Abre este trabalho com um poemeto intitulado — *Soldado e Rei,*

«D. Pedro quarto; imperador e Rei,
por primogenitura e pela lei;
'stendendo sobre um colossal império
seu aureo cetro num e noutro hemisfério;
outorga a Carta: abdica a dupla corôa,
e a constituição, aos povos dôa!
Despindo então o manto, cinge a espada,
e organiza a liberal cruzada,
para derrubar a ousada usurpação
de D. Miguel primeiro, seu irmão!

E' uma saudação a D. Pedro, a quem dedicava o maior culto de admiração.

Seguem-se outras poesias: — O Infante D. Henrique e A Visão de Camões, e descreve depois em prosa a Cidade do Porto, Vila do Conde, Viana do Castelo, Caminha, Valença, Aveiro e as Ilhas dos Açores.

O Contrabandista. — Romance vertido livremente. Um volume.

Imprensa Comercial, Ponta-delgada, 1872.

Começa assim:

«Ao declinar dum dia de primavera, atravessava Luiz, Conde d'Artois, pelo mais espesso duma floresta ao sul da França, pouco distante das famosas margens do Rhodano. O jovem viajante, que não contava talvez vinte e cinco anos, reunia as formas delicadas e airosas, a força muscular, propria duma construcção herculea; a cabeça era bela e o cabelo da cor do ebano em graciosas quedas caia-lhe sobre a fronte altiva e pura; os olhos e-

ram dum castanho escuro: o nariz levemente aquilino e a boca um tanto comprida, sombreada por o retorcido bigode, revelava firmeza de caracter. Em toda esta fisionomia nobre espalhava-se a reflexão e energia a par de quanta bondade é susceptivel o coração humano».

Cristovam Colombo.
Tipografia Funchal, 1892.
E' uma poesia:

«Se é gloria para ti, ó Génova, a soberba,
ser berço dum heroe; para nós é dor acerba
ver resequir laurel que a nós ele oferecia
por laços d'amizade, amor e primazia».

A Sua Magestade a S.ª D. Maria Pia.
Tipografia M. Corrêa Botelho, 1877.
Poesia a Sua Magestade por ocasião do beneficio a favor das vitimas das inundações em Portugal, no teatro de Ponta-delgada, que começa:

«Senhora! nós que temos visto o horror,
nestas paragens de naufragios mil;

Um novo mundo.
Funchal, Tipografia Esperança, 1895.
E' um pequeno trabalho romantico que dedica a seus netos, que assim começa:
«Atravessando, ha pouco, a França, em direcção á Alemanha, onde me chamavam negócios importantes, demorei-me vinte e quatro horas em Lion».
Acabava de entrar em um dos magnificos restaurantes desta cidade, quando tomou logar a uma mesa proxima á minha, um individuo que pediu café e charutos».

No interior da terra e nas profundezas do mar — (romance cientifico). — Impresso em Ponta-delgada, Tipografia Alzeviriana, 1897.

Encontram-se num café da cidade francêsa, Lion, dois condiscípulos, brasileiros, um dos quais Luiz Belmonte, era considerado morto, pois que estando a banhar-se no mar, no Brasil, desaparecera, sem nunca mais ser visto.

Estes dois rapazes, altamente ilustrados, depois da expansão de alegria natural, por se encontrarem, vão a caminho da casa de Belmonte e conversam sobre a teoria de Laplace: o primeiro corpo celeste do nosso sistema planetario foi o sol, e dele dimanou a terra e os outros planetas e do Sol, diz Belmonte.

Fazem depois uma rápida descrição de Mercurio, Venus, Terra, Marte, Jupiter, Saturno, Urânio, Neptuno e da Lua.

Em casa, Luiz Belmonte contou ao amigo:

«No dia em que desapareci, mergulhei a grande profundidade com o intuito de descobrir novas plantas da costa submarina e variedades da fauna de que só se vê alguns exemplares nos museus.

De subito pareceu-me distinguir um ser humano vindo das profundidades. Corpo mais gentil, rosto mais seductor, nunca eu vira. Um peixe desconhecido para mim acompanhava-a. Apossou-se de mim uma fascinação irresistivel: queria ir ao seu encontro convencido que era um habitante da terra que me excedia em exercicios daquele genero. Quando porém procurei voltar á superficie para me refazer do ar, era já tarde.

Senti-me desfalecer, como se me dera uma sincope: era a ásfixia. Perdi os sentidos rapidamente, mas não sem conhecer que estava sendo impelido com estranha força para o fundo, experimentando ao mesmo tempo uma sensação dolorosa na região pulmonar, semelhante a um espasmo ou contrabilidade dos orgãos respiratórios. Quanto tempo durou este estado não sei. Quando recuperei os sentidos achei-me acolá, apontando-me outro quadro para junto do qual me conduziu, estendido

sobre uma alfombra de fino musgo matizado de flores, e curvada junto a mim a mesma encantadora creatura que acabava de vêr no mar. Ergui-me e olhei maravilhado para ela e depois para tudo que me rodeava. Uma abobada descomunal, cristalina, brilhante, refletia a luz suave que vês naquele quadro, iluminando soberbas arcarias de porfiro que se perdiam na distancia: um lago que parecia de azougue, tão tranquila era a sua superficie das suas adormecidas aguas, estendia-se sem limites reflectindo, como num espelho, as sumptuosas naves e a vegetação esplendida desta, deixe-me assim dizer, arqui-catedral».

Descreve depois os amores deste rapaz com aquela ninfa, que um cataclismo havia sepultado no interior da terra e que um outro cataclismo matou, regressando ele então á superficie, encantado das maravilhas e das riquezas submarinas.

Uma herança abençoada.—Romance, Impresso em Ponta-delgada, Tipografia Elseviriana, 1896.

Diz o autor no prólogo, ao leitor, que um vasculhador de cousas antigas lhe entregou um cartapácio que foi encontrado desprezado a um canto de uma loja de livros antigos, onde encontrara matéria para um livro de filosofia social, com interessantes episódios romanticos e desse catarpácio saiu o presente romance.

E' trabalho muito dialogado, nada discritivo, girando todo o entrêcho sobre a aplicação de uma herança fabulosa em obras de caridade, de instrução e desenvolvimento material de um povoado.

O herdeiro, advogado conscienciosо, preso por uns salteadores de estrada, foi livre por um seu cão e recolhido de noite na casa de uns fidalgos arruinados que o não conheciam, enamorou-se da filha com quem casou.

Termina o romance com a saida do advogado e sua

familia para uma longa viagem, magoado por um disparatado processo que lhe havia movido o M. P., ao tempo representado por um seu inimigo no foro, de que foi absolvido, elogiando o digno agente, que deu entrada no manicomio.

E' no todo muito romanesco e muito idealista.

Em pleno Atlantico.—Impresso na Tipografia Açoreana de Manuel Corrêa Botelho, em Ponta-delgada em 1879.

E' o seu livro de versos, nêle reuniu quasi todas as suas composições poéticas.

Abre com esta quadra:

Longe dos mundos ergo aqui um cantico
no alto emergido de submersos montes:
Mas perde-o o som na vastidão do Atlantico;
que não produzem éco os horisontes.

Nesta edição vem uma tradução da «Legenda Aurea» —originalmente escrita em latim no 13.º século por Jacob de Voragine frade Dominicano, e mais tarde arcebispo de Génova. Do latim foi traduzida para diversas linguas, nomeadamente a inglêsa, donde Read Cabral traduziu para português. E' uma peça teatral:

A acção passa-se em Strasburgo.

Um principe atacado de doença que «a ciencia ignora», escuta os conselhos de Satanaz, que se apresenta como médico e lhe dá uma bebida que o cura e se sente remoçar.

Para salvar o principe dizia-se que necessario era que uma virgem expontaneamente morresse, e uma se ofereceu, que se juntou porém ao principe e com ele viveu.

A 1.ª cena passa-se na Torre da Catedral de Strasburgo.

Satanaz

—Apressai-vos, apressai-vos

oh! espiritos.
Do seu alto pedestal
derrubai a cruz maldita.
erguida para nosso mal.
Apressai-vos
Vozes
Não podemos! não podemos
contra nós os santos temos;
e os arcanjos
em coortes
são mais fortes.
Os sinos
Laudo Deum verum!
plebem voco!
congrego clerum.

Angela de Santa Clara.—Impresso no Funchal. Tipografia Esperança, no ano de 1895.

Romance histórico, assim nos apresenta o autor, no fundo é um conto romantico muito semelhante ás cenas amorosas dos séculos 18 e 19, de freiras e seculares.

Uma nobre menina da cidade do Funchal enamorada de um tenente do exercito inglês que ocupou a Ilha da Madeira no ano de 1801, recolheu-se ao convento por saber que o seu namorado fora ferido e morrera num combate na França, para onde tinha ido o seu regimento.

Tempos depois e após o ter tomado o veu de freira professa, sob o nome de Angela de Santa Clara, chega ao Funchal o oficial inglês, que ferido no campo da batalha e aprisionado pelos francêses foi salvo depois. Raptou então a freira e levou-a para a Inglaterra, visto não poder anular os votos que ela havia tomado e no convento ao saberem de tal, dão-na por morta.

Cartas sobre o estudo e uso de história antiga e

e moderna. Tradução. Impresso em Ponta-delgada na Tipografia de Manuel Corrêa Botelho em 1870; ha uma segunda edição impressa na mesma tipografia em 1874 sob a denominação de:—*Revista geral de História antiga e moderna.*

São 23 cartas pelo autor da Revista Geográfica e Histórica do Mundo: cartas sobre o estudo politico da Europa, de história natural e sobre assuntos de história antiga e moderna, com reflexões sobre as causas e consequencias daqueles acontecimentos que tem produzido mudanças notaveis no estado geral da humanidade. O intuito deste trabalho foi tornar acessivel os estudos históricos aquelas pessoas de pouca leitura, por falta de tempo ou vocação, dos tratados, onde longamente vém expostos os factos históricos.

Compendio de legislação fiscal. Impresso em Ponta-delgada na Tipografia de Manuel Corrêa Botelho, 1809.

Na carta ao Conde de Tomar, a quem ofereceu este livro, diz-nos o autor no primeiro periodo o bastante para compreendermos toda a utilidade deste trabalho:

«Dispersa como está a legislação fiscal. e existindo em muitos casos, sobre o mesmo assunto, disposições diversas que se contrariam, em todo ou em parte, prejudicando por consequencia o serviço pela dificuldade em precisar o grau exacto de modificação, entendi que a reunião e coordenação desta multiplicidade de leis e peças oficiais, seria util ao empregado fiscal, ao comercio e navegação, util mesmo á Magistratura, como referencia, por isso que cada um dos pontos tratados neste livro cita as disposições de lei em que se estriba».

ERNESTO REBELO.—O seu nome oficial é Ernesto de Lacerda Lavallière Rebelo, nasceu na Ilha do

Faial e lá faleceu a 15 de novembro de 1890, filho de Francisco Peixoto de Lacerda Costa Rebelo, do grupo dos velhos redactores do Açoreano Oriental.

Contam os seus amigos que era um coração bondosissimo, alma crente e cheia de afectos para todos que o rodeavam.

Gostava do socego e da solidão, amava o campo e a simplicidade dos camponêses.

Como escritor deixou uma soma grande de trabalhos sobre investigações de lendas e tradições, biografias e factos históricos. Poetou tambem e escreveu para o teatro, mas onde a sua acção como escritor se fez melhor sentir foi no jornalismo, redigindo: — *O Amigo do Povo*, semanário da Horta, cujo primeiro numero saiu em 1870; *O Civilizador*, quinzenal literario; *A Luz*, semanário politico e literário; e colaborou em *O Grémio literário*, publicação quinzenal do grémio literário Faialense, cujo primeiro numero saiu a 15 de maio de 1880; *O Atlantico*, semanário politico-literário, cujo primeiro numero saiu a 23 de janeiro de 1862, e em muitas outras publicações.

Era estudioso, depois da familia o que mais estimava e queria eram os seus livros e os seus apontamentos de escritor.

Em separata conhecemos-lhe os seguintes trabalhos literarios:

Notas Açoreanas. Tipografia do Arquivo dos Açores 3 volumes, 1885-1887, Ponta-delgada.

São uma série de artigos sobre assuntos Açoreanos: usos, costumes e biografias de vultos importantes de todo o arquipélago, acontecimentos e descrições históricas que o autor agrupou em tres volumes, tendo-os antes publicado no Arquivo dos Açores, nos volumes 7 e 9.

Transcrevemos os seguintes periodos dum dos artigos:

Um casamento na Candelária do Pico:

«Era dia de festa na freguesia.

Casava a Rosa do Lagido, uma das mais formosas raparigas daqueles sitios, esperta, azougada e de olhos negros e vívos como diamantes.

O noivo era a antitese disto, bisonho, mal talhado, cabelo á moda do Pico, cortado por trás á escovinha e na frente comprido e caindo-lhe sobre os olhos, jaqueta, colete e calças de lã ordinária, produto das lucubrações maternas e um enorme chapeu de pêlo descaido para a nuca, o que ainda lhe realçava o ar, sem ofensa, verdadeiramente alvar».

João Pereira de Lacerda. Noticia biográfica. Volume primeiro do Arquivo dos Açores, paginas 486.

E' um pequeno estudo biográfico deste poeta Faialense, acompanhado de algumas das suas poesias.

Nas *Notas Açoreanas,* biografa novamente este poeta, considerando-o porventura o primeiro e mais inspirado poeta Faialense.

A Dália do Convento.—Tipografia literaria dos Açores, S. Miguel, 1885.

Drama em tres actos, que foi representado no teatro Micaelense, passando-se a acção do primeiro e ultimo acto no salão nobre da casa dum Morgado, o segundo acto no claustro dum convento.

Debate-se a entrada forçada num convento da filha do Morgado, que o pai deseja admiti-la e ela repele.

Um Padre.—Tipografia Mateus, Costa & C.ª, Rio de Janeiro, 1881. Drama em 4 actos.

A acção passa-se na Ilha do Faial, na cidade da Horta, numa freguesia rural.

Um fidalgo estróina pede em casamento a filha dum coronel; o pai responde que tudo está na vontade de sua filha que muito se admira ser desejada para esposa do fidalgo.

Depois do casamento, que se faz tempos depois, ele, gastador, esbanja a fortuna da senhora e aproxima-se dela quando apertado pelos credores:

—«Sempre me diz isso quando tem necessitado a minha assinatura para a venda dos nossos haveres.»

A desleixada.—Lenda escandinava de Hjalmei H. Boyensen.

Tradução livre do inglês, em verso.

«A mãe dizia á filha esbelta e desleixada:
—O que será de ti quando eu já for finada,
Só Deus pode saber, pois nunca vi assim
Uma pequena má, sem ter pena de mim.»

Noites de El-Rei.—Imprensa do Governo Civil de Angra do Heroiamo, em 1879.

E' um drama cuja acção se passa a bordo da fragata «Santa Isabel», na Ilha Terceira, quando veiu D. Afonso VI desterrado; o 2.° e 4.° acto passa-se na Ilha Terceira; o 2.° em casa da Condessa de Madrid e o 3.° num vasto archête onde está D. Afonso VI.

Navegadores e exploradores portugueses até ao século XVI.

Revista de educação e ensino, ano XIII, n.° 2, 3, 4, e 5, 1898.

Vasco da Gama, sua familia, suas viagens, seus companheiros.

Tinha este escritor pensado numa obra sobre os nossos navegadores e exploradores, mas tendo o ensejo que

lhe dava a Revista de Educação e ensino, inicia a publicação dos documentos referentes a Vasco da Gama, prometendo dar no fim da publicação um indice e um resumo das materias.

São vários os documentos que apresenta referentes aquele navegador e seus parentes: cartas dos Reis com mercês, nomeações, doações, mandados, alvarás, etc.

Carlos Guilherme Dabney.—Biografia, no Almanaque Popular dos Açores, do ano de 1873.

Necrológio da Viscondessa da Praia.—publicado no Grémio literário, a paginas 397; biografa esta ilustre dama açoreana.

Imperio das Sete-cidades.—Folhetim no jornal «A Persuasão de Ponta-delgada, n.º 1275, de 30 de junho de 1886.

Refere-se áquele povoado perto da Vila da Madalena da Ilha do Pico, descrevendo as festas do Espirito Santo, segundo os usos neste logar.

Digressões Açoreanas. A Ilha do Corvo.—Descrição desta pequena Ilha, publicado no Grémio literário a paginas 397.

Contos e poesias Açoreanas.—Tipografia Hortense, 1873, 1 opusculo.

E' uma serie de contos e poesias, a mais das vezes sobre assuntos açoreanos. Os contos são:

Como acabam vaidades, Margarida, A dama dos corais. A vigia dos mortos.

Algumas poesias:

Lua d'agosto.

«Como vens pálida lua,
lua formosa d'agosto,
quem me dera a sorte tua
que de certo no meu rosto
não me viria a sombra triste
d'algum profundo desgosto.»

Visão?

Eis que soa a meia noite
vem, oh doce companheira,
surge da campa ligeira
que tão cedo te escondeu. (1)

MIGUEL STREET ARRIAGA. — Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, no dia 25 de outubro de 1828, filho do Dr. Miguel Maria Borges da Camara, Corregedor d'aquela Ilha e de D. Bárbara Joaquina Street d'Arriaga, ambos descendentes da ilustre familia Arriaga da Ilha do Faial. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, no ano de 1850, sendo despachado Secretário-geral do Governo Civil da Horta em 1852, lugar que desempenhou até 1882, data em que se retirou para Lisboa, obtendo lá a sua reforma. Faleceu em 1894.

Desde os tempos de estudante ocupava as suas horas de ócio em labuta no campo das letras,deixando-nos varias produções poéticas e peças de teatro, algumas das quais se acham editadas. Juntamente com o Dr. José Afonso Botelho d'Andrade, escritor micaelense, fundou o jornal denominado «O Faialense» cujo primeiro numero saiu no 1.° d'abril de 1857 e onde se encontram muitas das suas produções literárias e as duas peças de teatro:

1) Vid. Familias Faialenses de Marcelino de Lima, paginas 409.

A Condessa e o Caixeiro.—Drama em 3 actos que foi levado á cena pela primeira vez no Teatro Académico de Coimbra em novembro de 1849.

Julia Cesarina.—Drama, cuja acção se passa em Veneza no ano de 1516.

Um crime.—Drama em 3 actos, representado pela primeira vez no Teatro Académico de Coimbra com o titulo de Beatriz.

Nobreza e amor.—Drama em 2 actos. Tipografia Hortense, Horta, 1874.

Diz-nos o autor que este seu trabalho escrito á pressa e para ser representado por amadores, tem de cingir-se a uma extrema simplicidade na intriga e nas paixões, «um pouco de sentimento, serão talvez as unicas qualidades que lhe possam cativar a atenção».

O entrecho da peça consiste no apaixonado amor que um jovem de familia enobrecida consagra a uma familia do povo e da promessa que ele havia feito a seus pais de casar com pessoa da sua posição. Quando porém o rapaz vai a sair da terra para fugir ao encanto da sua namorada, sabe que ela é sua prima e filha legitima de um irmão de sua mãe. Esclarecido o caso desaparece o obstaculo ao casamento que se vai realizar.

Filha do Morgado.—Drama em 4 actos que subiu á cena em 10 ne fevereiro de 1879, na cidade da Horta, traduzindo a vida Faialense, cincoenta anos antes.

As lições de guitarra.—Comédia-drama em 4 actos e que reproduz alguns usos e costumes Açoreanos.

Os estudantes.—Drama, estudando algumas aventuras da vida dos rapazes de Coimbra, a sua maneira

de existencia, alegria, pesares, amores, etc; esta peça teatral foi antes denominada pelo autor:—*Salvação e Perdição.*

Deixou-nos ainda o Dr. Arriaga a belissima tradução do poema de Henrique Longfellord, dos Estados Unidos da América do Norte, intitulado «Evangelina», impresso em Lisboa no ano de 1879 pelo editor David Corazzi, que mereceu dos criticos elogiosas referencias quer na reprodução fide-digna do poema americano, quer na elegancia do estilo. (1)

VICENTE MACHADO DE FARIA E MAIA.—2.º Visconde de Faria e Maia; durante o seu tempo de estudante assinava-se Vicente Machado Ferreira Cardoso de Faria e Maia; nasceu no dia 6 do novembro de 1838 na cidade de Ponta-delgada, filho de Francisco Machado de Faria e Maia e da filha do «eminente jurisconsulto, erudito literato e insigne poeta Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, uma das mais vastas capacidades que Portugal tem produzido.»

Cursou na Universidade de Coimbra a faculdade de Direito, tirando o curso administrativo que então ali se professava, completando a sua formatura no dia 6 de julho de 1860.

Como complemento da sua educação viajou em seguida pela Espanha, Inglaterra e França, fixando depois residencia em Ponta-delgada.

Pertence, por nascimento, ás mais antigas e nobres familias da Ilha de S. Miguel, sendo o varão mais velho e representante do Morgado Faria e Maia.

Por dereto de ano de 1861 foi despachado Secretario-geral do Governo Civil de Ponta-delgada, lugar

1) Vid. Arquivo dos Açores, V.º 8, paginas 369.

que desempenhou por muitos anos, passando depois para o de Auditor Administrativo, do distrito da mesma cidade de Ponta-delgada, onde afinal se reformou.

Muito recolhido da sociedade, entregava-se com esmerado cuidado á administração da sua casa e culturas que promovia nos seus terrenos e desde bastante novo ocupava as horas que lhe sobejavam dos seus afazeres na sua rica livraria, em estudos literários, muitos dos quais deu á publicidade e que vamos anotar.

Vida da Princeza D. Joana.—Publicado em artigos no jornal «O Panorama».

Descreve aquela princeza santa, filha de El-Rei D. Afonso V, que abandonou a côrte e entrou no convento de Odivelas, não chegando a professar por a isso se opor a Junta dos Teologos, na razão preventiva de uma sucessão ao trono português.

Por falecimento da Princeza, o Papa Inocencio XI santificou-a por Bula Apostólica, confirmando assim a opinião publica que por santa a tinha.

Liberdade de Comercio.—Publicado no «Panorama» e no jornal do Instituto de Coimbra.

Numa série de artigos estuda o problema interessante da Liberdade de Comercio.

Beatriz.—Cenas da vida intima dos Açores no seculo XVIII.

Tipografia França Amado, Coimbra, 1900.

Este romance foi publicado em folhetins no «Panorama» e pelos filhos do Autor então nesta edição a que nos referimos:

«A historia mui veridica, que ora vos vou contar, ouvi-a nas Furnas a um cavalheiro bem conhecido e ilustre desta Ilha, o Morgado de . . . . . fidalgo tão distinto

pelo nascimento, como pelos dons de espirito, nobreza de coração e singularidade da sua vida.

O morgado de . . . . . teria cincoenta anos em 1854; era porém ainda um homem, cujo coração parecia ter trinta e cuja fisionomia não representava mais de quarenta.»

E descreve depois em 32 capitulos o seu romance cuja personagem principal é a senhora que deu o nome ao seu trabalho.

Cavaleiros d'Africa. — Editado por Pedro Couto da Silva. Ponta-delgada em 1879, em dois volumes.

Antes foi este romance publicado em folhetim no «Diario Popular» em 1878.

Descrevem-se cenas da vida Açoreana dos nobres cavaleiros que foram á Africa em serviço da Patria.

No seculo XVI batiam-se os portuguêses na Africa e na Asia pelo bom nome de Portugal e entre eles nunca foram estranhos os que nasceram nos Açores.

O autor descreve pois acções de esforço e de patriotismo que mui nobilitaram os seus cavaleiros d'Africa, ao lado de descrições sobre assuntos de alto e importante interesse.

No seguinte trecho que transcrevemos, como exemplo, defende o autor a Instituição Morgadia, numa conversa entre tres irmãos: O morgado e esposa, um irmão militar e outro padre:

— «A' fé de quem sou vos digo que não vos deve causar escrupulos o morgado que possuis. Acreditai que o homem é filho dos habitos. Tão feliz se é filho segundo como primogénito, quando, pela educação se conhece as vantagens dos vinculos. Sisudo ou leviano, namorado de uma só ou de muitas belas, vive-se feliz como filho segundo, e senão véde como meu irmão caracter austero e eu cheio de fraquezas vivemos contentes, ele

todo voltado para o amor de Deus, talvez depois de outro mais do mundo e eu com o coração ferido por tantas que neles se metem como em estalagem aberta.

—Que pensais vós do que Alvaro disse, preguntou D. Leonor ao padre.

—Penso que o direito de primogenitura é sagrado desde a mais remota antiguidade e que todas as civilizações o reconheceram.

—Contudo notai, ponderou Pedro Velho, que o direito de primogenitura nos morgados, não exclue o dos filhos segundos. Neles não ha uma propriedade individual, mas da familia; o primogénito nem usufrutuario é dos vinculos, mas tão somente administrador.

—O Morgado é de todos e não é de pessoa alguma. Não tem um caracter individual, mesquinho, miseravel. Não forma homens ufanos dos seus capitais como os burgueses enriquecidos. Constitue uma familia rica, sem que os seus membros o sejam, não desenvolvendo portanto a soberba da riqueza. Eu que hoje administro uma boa fortuna, goso das vantagens da riqueza sem me poder vangloriar dela, de que não posso dispor e que amanhã passará para um só dos meus filhos ou para um parente afastado.

—Realmente, disse o Padre, a propriedade vincular não é egoista, não é de um só individuo, é de toda uma familia, serve uma tribu e conserva-se nela em vez de percorrer mãos diferentes. Pelos vinculos a terra que sustentou meus avós, meus pais, meus irmãos, meus sobrinhos, a arvore a cuja sombra se acolheram ou oraram, não vão em poucos dias ouvir sons de gente estranha, indiferente, inimiga que profane com a sua presença o jardim em que adolescentes corremos ou os lares em que velhos passamos as longas e tempestuosas noites do inverno.»

O Vice-Rei D. Luiz d'Ataide.—Obra que deixou inédita, em poder de seus filhos.

Versa o facto ou lenda que D. Luiz d'Ataide pensou em auxiliar D. Antonio, Prior de Crato, com a armada da India.

Os Bancos e a circulação fiduciária.—Impresso em 1887, cuja introdução começa por esta verdade segura em todos os tempos:

«A questão bancaria é das mais importantes que se pode agir. Todas as industrias, todos os mais notaveis cometimentos e todos os interesses mais vitais da sociedade carecem de uma boa organização do crédito publico que lhes sirva de apoio, e que os esconde no meio das constantes vicissitudes da vida do nosso seculo.»

Relatórios da Administração do Distrito de Ponta-delgada, nos anos de 1866 e 1869, como Secretario-geral servindo de Governador civil.

E' no primeiro daqueles relatórios que esclarece o estado da instrução publica no Distrito, denominando os diferentes Concelhos com sua população e escolas de instrução secundária, preconiza a elevação á categoria de primeira classe o Liceu de Ponta-delgada, afim de permitir aos alunos as habilitações completas para poderem dar entrada na Universidade; pedia a substituição da cadeira de latim que ao tempo então funcionava em Vila-franca pelas de francês, inglês e economia politica nos termos do artigo 9.º da lei de 27 de junho de 1866, e a creação de iguais cadeiras para a Vila da Povoação.

A propriedade intelectual—impresso em 1880, precedida de uma apreciação por Camilo Castelo Branco.

Economistas celebres.—Estudo que publicou numa serie de artigos no jornal literario «Panorama».

FRANCISCO MANUEL RAPOSO D'ALMEIDA.— Nasceu em Rabo de Peixe da Ilha de S. Miguel, filho de pais modestos.

Inteligente, conservou-o seu pai nos estudos e depois a espensas de umas tias seguiu para Coimbra, onde não conseguiu concluir curso algum.

Depois de uma segunda ou terceira reprovação em latim, os rapazes cantavam-lhe á porta:

O' Raposo, ó Raposo
ó Raposo pimpim
literato de borra
não sabes latim.

Ainda em Ponta-delgada escrevia no Açoreano Oriental com o pseudónio de «Tribuno do Povo» tendo respondido em juizo por abuso de imprensa.

Amigo muito particular de Almeida Garrett prestava-lhe serviços em sua casa em Lisboa, e disso viveu algum tempo.

A maior parte da sua vida passou-a no Rio de Janeiro e depois na cidade de Santos, onde teve Tipografia sua.

«Era satirico, sem o azedume travesso da mocidade: conversava com mimo e expunha com graça e facilidade simpática; falava horas sem cançasso e sem cansar os ouvintes.»

Foi o iniciador das sociedades literárias de Ponta-delgada e escreveu entre varios jornais no «Filólogo».

Não publicou livro de versos apesar de ser facil rimador e o alcunharem «Poeta Guedelha».

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos:

As folhas dum album, recordação.—Tipografia Imperial de F. M. R. d'Almeida, 1851, Santos.

«Um dia em que as saudades da pátria se me torna-

ram mais intensas, resolvi-me a dar um passeio sem destino certo. Saí pois amaldiçoando primeiramente as Ordenações do Reino, toda a manada dos praxistas e uma ruma de autores que me aguardavam com a sua poesia sublime.

Quando eu atravessava as ruas dessa cidade, sem designio assentado, e contemplava essas mós de povo que se cruzavam, iam, vinham, encurtravam-se, alargavam-se, subiam e desciam como uma espiral magica, então as saudades da terra natal, aquela vivenda dos nossos campos, aquelas tradições da casa lavradora de meus pais, se apoderaram da minha alma e lhe deram tratos crueis».

O Monge da Serra d'ossa.—Drama que foi representado no teatro da sociedade Filarmónica de Pontadelgada.

Terminava a acção com a batalha do Salado.

Os conspiradores.—Drama histórico, fundado na revolução de 1640.

O Destronado.—Drama episódico da vida de D. Afonso VI.

Apontamentos da história contemporânea da Ilha de S. Miguel.—Tipografia Silva Lisboa, 1846.

Escrito por recomendação dos chefes do partido Cabralista, quando o autor estava refugiado em Vila-franca do Campo para fugir a imaginarias perseguições do partido contrario».

Camões.—Drama que foi representado na Ilha da Madeira.

Diz que começou a escrever esta peça na cidade de

Coimbra, continuou-a em S, Miguel e no convento da Caloura onde esteve alguns dias, e acabou-a na Ilha da Madeira onde esteve desterrado como politico.

AUGUSTO LOUREIRO.—Nasceu na Ilha de San Miguel e aqui debutou como literato no jornalismo Açoreano.

Funcionário da Alfandega, ocupava muitas das horas que lhe subjavam dos seus afazeres na laboração das das suas produções literárias que as tem em poesía e em prosa.

«Jornalista distinto na imprensa da sua Ilha e na de fóra, vemo-lo depois subscrevendo inspiradas poesias nos jornais literarios dos Açores; achamo-lo na literatura dramatica, autor dum aturado trabalho, promessa animadora de mais amplos tentames».

«O escritor revelou-se-me, continua a dizer J. C. Rodrigues da Costa, estilista de fina témpera e apurado gosto, sem faltar á despretenção da narrativa e á naturalidade da acção.»

Conhecemos-lhe as seguintes obras:

A Bruxa.—Cenas açoreanas, com um prefácio de Armando da Silva, Impresso na Antiga Casa Bertrand, José Bastos, Lisboa, 1901.

E' uma terceira edição do romance «o cego», na obra atraz citada, Serões de inverno.

Em 1882 foi este romance publicado, como em segunda edição em folhetim no Diário de Noticias de Lisboa, modificado no entrecho e muito ampliado na parte descritiva e na reprodução dos costumes locais. E' a descrição dum episodio da vida aldeã dos Açores, que o impressionou e por isso o escreveu, dando-lhe o sabor e gosto Ilheu.

Nesta terceira edição, pois, sob o nome de «A Bruxa, vem com o prefacio de Armando da Silva que nos diz:

«A etnologia micaelense está igualmente estudada com amoroso cuidado, as festas do Espirito Santo...os usos nupciais locais, restos mais caracteristicos da fase social primitiva, que como todos os usos que se referem á familia, se conservam pela lei da persistencia, resistindo tenazmente contra todos os obstáculos e assimilações, lá estão fielmente descritos pela habil mão do escritor que é Augusto Loureiro, no seu romance açoreano.»

A noviça.—Romance histórico, do tempo das lutas liberais, em que esplana o assunto conventual.

Conchita.—Uma pequena novela.

Biografia do Dr. Caetano d'Andrade.— publicada no jornal «A Actualidade», n.º 66 de 4 d'abril de 1897.

A' beira-mar.—Contos.

Impresso na Tipografia Luso-britanica, em Lisboa, 1869; um opusculo.

Foi o seu primeiro livro, que assim foi apreciado pela critica;

«Contém singelas narrativas desprovidas desses ouropeis vulgares, onde muitos se envolvem nebulosamente á força de querer arranjar enredo.

Sem sagacidades de forma, sem arrebiques de invenção, as quatro historietas e a colorida fantasia deste belo livrinho, são despertenciosas florinhas do prado, inapreciaveis na harmonia das cores, irresistiveis na tentação do perfume.

Não me furtarei, contudo a dizer, que o conto—*uma*

paixão funesta—é filosófica lição de moral e mimosíssimo quadro onde realça o dedicado amor de mãe. Quando a gente ao ler aquelas singelas cenas, tão naturais, quanto pungentes, sente marejarem-se-lhe os olhos de lágrimas, tem-se acordado no peito uma aspiração nobre, agradecido ao autor a honra gratissima que nos dá de o podermos louvar.» (1)

Perfil do Conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.—Publicado no jornal «A Actualidade» n.º 77 de 20 de junho de 1897.

Perfil de Francisco Peixoto da Silveira.—Publicado no jornal «A Actualidade» n.º 4 de 24 de outubro de 1897.

Justiça de Deus.—Drama em 4 actos. Impresso na Tipografia do Eco Social em Ponta-delgada, em 1868.

Descreve o amor de um jovem, filho dum pai que havia falido.

Foi representado no teatro Micaelense a 13 de julho de 1867.

Almanaque para todos,—Tipografia da Imprensa Comercial e do amigo do povo, Ponta-delgada, 1873, 1874 e 1875.

Com muita e variada colaboração dos mais conhecidos escritores e poetas açoreanos, que faziam então do Almanaque como que uma pequena revista literaria.

Almanaque anti-jesuitico, de colaboração com Francisco Xavier Silva, para o ano da 1868.

---

1) A paginas 3 do livro Serões de inverno, por J. C. Rodrigues da Camara.

Tipografia da Voz da Liberdade, Ponta-delgada.

Na introdução explica a razão do nome: — «Queremo-nos referir a essa seita que no seculo XIX pretendeu desenvolver suas máximas e seus manejos; como se estivessemos no principio do XV seculo, época em que Inácio de Loiola mimoseou a humanidade com a sua instituição, querendo por tal arte reagir contra as luzes que o seculo começava a espalhar.»

E' muito variado de artigos e poesias, mas de vez em quando ataca o Jesuita, como «O que seja o jesuitismo. Sociedade de S. Vicente de Paula. Efeitos da inquisição,» etc.

Serões de inverno: — Tipografia Popular de M. A. Tavares de Rezende. Ponta-delgada. 1876.

Esta obra prefaciada pelo Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque e dedicada ao Barão da Fonte Bela, Amancio, de quem o autor faz um esboço biografico, comprecnde as seguintes composições literarias.

A Granadina: — Um esboço romanesco em que por algum tempo se debate o amor de dois jovens com a sua diferente religião. Um oficial cristão, filho de Castela, loucamente se apaixona por uma filha de Granada, maometana.

«O sentimento religioso nalgumas mulheres é inquebrantavel; está acima de tudo; sacrificam á religião, patria, amor e vida, como a célebre Apia, romana ilustre, que preferiu morrer queimada a ser apostata».

No entanto, por fim é sempre o amor quem vence; se por ele deixamos nossos pais, por ele tambem, muitas vezes sacrificamos a pátria querida e as crenças que nos abrasam a alma desde pequeno.

Almansa, a granadina maometana, resistiu por muito tempo ao amor de Pedro, oficial de Castela, não que o

seu coração não pulsasse de goso ao vêr aquele cristão que a fitava amoroso, mas porque a isso se opunha a inimizade da Pátria e a diversidade da religião. Mas um dia saturada de dor e de anciedade corre ao acampamento dos inimigos onde se encontrava Pedro, abre-lhe os braços e unidos os seus corações no primeiro abraço, morrem abrasados nas chamas de uma explosão preparada pelos granadinos.

O cego.—E' um romance Açoreano, nos usos, nos costumes e na linguagem; desenvolve-se a sua historia na Candelária, aldeia do concelho de Ponta-delgada no interior da Ilha de S. Miguel, situada nas fallas das Sete Cidades, do lado do sul.

E' uma historia de amor; em todos os romances é o amor que domina: mas neste quadro amoroso, vai o autor tratando dos costumes açóricos, velhos usos para aqui conservados quasi desde a colonização.

Copiemos alguns periodos do capitulo XVII:

«Ao tempo em que se passa esta historia, ainda no lugar não havia fonte. Mais claro, havia um arremedo de fonte na própria nascente, no interior do mato. Uma pia de pedra tosca recebia a agua, que jorrava do peudor de uma colina, e uma canlhazinha de madeira substituia a bica ou torneira.

Preciso registar aqui uma particularidade daquela agua. E' duma frieza glacial, e com particulas tão digestivas que basta beber-se uma vez d'agua para ela abrir o fastio mais pertináz.

Esta fonte era tambem ponto de cavaco, e muito azado para colóquios amorosos, á sombra de copadas árvores que a tais idilios convidavam.

Na mesma tarde em que a senhora Mariinhas transmitiu ao regedor os seus receios ácerca do procedimento de José Tesoura, este, por mera fantasia, que não pa-

ra fazer serviços á familia, tirou-se dos seus cuidados e foi para a fonte. Lembrou-se que ali devia encontrar algumas raparigas, e que, como a fonte era de dominio concelhio, não no podiam esbulhar do direito que tinha de permanecer naquele local.

José Tesoura calculara bem. Na fonte estavam algumas mocetonas, e um ou outro rapáz. Elas não lhe davam muita corda, mas no fim de contas ele sempre pertencia ao sexo contrario.

— O' Tomazinha, dizia ele a uma das cachopas que tinha a jarra á bica — não me dirás tu a razão de nunca olhares para mim se não com esses olhos assim de revez?

— Ora! eu mesmo estou morrendo por olhar para ti!»

Tem varias poesias soltas. Eis uma:

Ao Vale das Furnas:

«Salvé retiro plácido
Onde florecem lirios,
em ti não ha mistérios
não ha tristezas não!
Passa-se a vida em canticos
em horas de bonança,
entre o sorrir da esperança
e a paz do coração.

Vinde gosar os jubilos
dos campos sempre em flor.
ah! vinde que estas paragens
Dão vida, esperança, amor.

Perfil de Mauricio Bensaude (Moisés Bensaude). — Publicado no jornal «A Actualidade», n.° 23 de 6 de março de 1898.

Esboço biográfico do Conde da Praia da Victoria. —No Almanaque Açoreano de 1872.

Traços biográficos do Visconde de Sant'Ana.—No Almanaque Popular dos Açores, 1873.

Pagem ou Flor de maio.—Tradução do romance de Pouson du Terraill.

Imprensa Comercial de Ponta-delgada de 1872.

ANTONIO ERNESTO TAVARES D'ANDRADE.—Nasceu em Vila-franca do Campo, da Ilha de Sam Miguel no ano de 1850, filho de Antonio José Corrêa de Andrade e D. Catarina Isabel Tavares d'Andrade.

Cursou em Ponta-delgada o Liceu, destinando-se á vida eclesiástica, abandonando porém essa intenção, seguiu para Lisboa no proposito de continuar seus estudos numa das nossas Academias, mas aí entregava-se mais ás lides jornalisticas que ás lições de seus mestres.

Um dia, conta ele mesmo num dos seus livros, encontrando-se com o Visconde da Praia, em Lisboa, que era, ao que parece, um dos seus protectores, ele lhe disse:

«Abrace-se com os livros e largue a pena, que isto de literatura não garante grande fortuna a ninguem».

Mas não seguiu o conselho do amigo, cada vez mais se embrenhava nas questões literárias e perdendo o ano voltou á terra natal, onde alcançou um lugar na Repartição de Finanças do seu Concelho; e andando de terra em terra veiu a falecer em Lisboa, oficial numa das Repartições de Finanças dum dos Bairros.

Escreveu em varios jornais e foi o redactor principal do «Eco Civilizador» que apareceu em Vila Franca do

Campo, em junho de 1870 e terminou com o numero 10 a 21 do mesmo ano; era estudioso, observador, inteligente. Deixou em volumes os seguintes trabalhos literários:

Eugenio ou o livre pensador.—Impresso na Tipografia de Manuel Correia Botelho, Ponta-delgada em 1871.

E' um romance todo filosófico, em que o autor, ele o diz, «quis resumir» as ideias mais puras e elevadas do espirito e as aspirações, tendencias, necessidades, paixões e lutas mais generosas do coração humano».

O personagem protognista é o Eugenio, é o proprio autor e nele se discute o scepticismo e a crença.

Eugenio «como todo o homem de génio, acostumara-se ao retiro e ao isolamento. Buscava o ar livre; corria os campos e devassava as bosques para dar azas á inspiração.

Vivia tão ilaqueado e tolhido no mundo como que não vivesse. Quando os sofrimentos desse duro exilio o pungiam, desabafava, exalando gemidos e soltando canções suavissimas repassadas de melancolias.

Espirito inquieto, febril e apaixonado, poetisava tanto as alegrias como os pezares e as tristezas da vida».

Biografia do Ex.mo Sr. Visconde do Botelho.—Impresso na Tipografia de João de Medeiros Junior, Vila-franca do Campo, 1879.

Esboça, elogiosamente a biografia deste ilustre titular de Vila-franca do Campo.

A Condessa da Fonte Bela.—Impresso na tipografia de Manuel Correia Botelho, Ponta-delgada em 1875.

Igualmente esboça a biografia desta ilustre dama.

Factos da Actualidade.—Impresso na Tipografia de Manuel Correia Botelho, Ponta-delgada em 1876.

Memorias biograficas dos Ex.mos Sr.es Visconde e Viscondessa da Praia.—Impresso na Tipografia da Liberdade em Vila-franca do Campo, 1883.

Biografa elogiosamente estes ilustres titulares, a quem ele bastante deveu de atenções e auxilio desde os seus tempos de estudante, em Lisboa.

Ideais modernos.—Impresso na Tipografia do Campeão popular, S. Miguel, Açores, 1897.

E' uma série de artigos que agrupou sob aquele titulo, por se coadunarem os assuntos no ámbito então do modernismo.

Na introdução diz: «Nas horas solenes em que o nosso espirito contemplando o continuo perpassar das gerações, pregunta á si próprio o que é, donde veiu e para onde vai, surgem, ácerca da nossa essencia e do nosso destino, milhares de hipoteses».

Falando da mulher diz-nos que ela «aparece em todos os séculos, radiante com todo o brilho do seu prestigioso poder. A sua influencia entreluz em todas as lutas animadas em que é necessario opor um dique de esforços á crueza duma existencia que se contorce no Mundo entre amarguras».

AUGUSTO RIBEIRO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo, da Ilha Terceira, no dia 16 de maio de 1853, filho de Carlos Augusto Portugal Ribeiro e D. Maria Isabel Lemos Portugal Ribeiro.

Depois dos seus estudos feitos mesmo em Angra, alcançou ser despachado amanuense da Administração do Concelho de Angra, começando assim a sua vida de funcionario publico, que foi até á de Oficial no Ministério da Marinha, logar que alcançou por concurso.

Foi eleito deputado na legislaturu de 1887 a 1890.

era Cavaleiro da Legião de Honra, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, do Instituto Colonial e Internacional de Bruxelas, da Sociedade de estudos Coloniais e Maritimos e da Sociedade Académica Indo-china de Paris.

Como publicista, iniciou a sua carreira jornalista no jornal «A Independencia» folha açoreana, politica e noticiosa cujo primeiro numero, sob a redacção do Cónego Dr. José Abreu Castelo Branco, apareceu a 11 de maio de 1871; terminou esta publicação a 13 de julho de 1876 com o numero 269, sendo um dos mais habeis defensores do partido progressista.

Colaborou depois em varios jornais da Ilha Terceira e no continente português, fundando depois lá o «Comercio de Portugal».

Os Lazaristas nos Açores.—Folheto de 56 paginas. Impresso na Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, Impressor da Casa Real, Lisboa, 1876.

E' um trabalho de combate, estribado nos Lazaristas de Antonio Enes, não contra o Cristianismo, como diz, mas contra a associação no Clero, do qual tambem fazem parte alguns individuos do seculo.

Falando do drama, os Lazaristas, de Antonio Enes diz que ele «procura por em relevo as intrigas das salas e sacristias, intrigas manejadas pelos jesuitas para fins que a moral repele, a sociedade reprova e a religião verdadeira condena».

«Não é, *aquele drama,* uma objurgatoria contra o Cristianismo. E' pelo contrário com a pura doutrina de Jesus que ali se pretende corrigir, ou pelo menos tornar evidentes os crimes daqueles falsos sacerdotes, que á sombra evangélica da Cruz, escudados com a sacratissima missão de ministros duma religião d'amor, introduzem a discórdia no seio das familias, fanatizando as al-

mas confiadas á sua direcção e tornando-as inuteis para a missão que a natureza lhes marcou».

Toda a obra gira pois sobre aquele tema de combate, no geral, a toda a classe eclesiástica:

«Era a Cruz um legado d'amor do Cristo, mas junto a ela havia um legado de horror—a tunica manchada de Judas. A Cruz caminhou ovante, mas a seu lado ergueu-se sempre a tunica amaldiçoada do traidor. O crime tornara-a negra. Fê-la roupeta».

Le present et l'avenir des colonies portugaises. — F. Ferim, Livraria Editora, Lisboa, 1904.

Neste trabalho, responde Augusto Ribeiro ao publicista e financeiro francês M. Louis Lhemme, membro do Conselho de administração da Companhia Real dos caminhos de ferro portuguêsa, que numa sua publicação relata as negociações que se fizeram para concluir o Convénio de 1903, sobre a nossa divida externa e aconselha o governo a desembaraçar-se com a maior vantagem possivel das colónias, cujos *deficits* orçamentais agravam o nosso orçamento e produz uma grave perturbação á vida financeira portuguêsa.

Augusto Ribeiro, baseando-se nas estatisticas e informações oficiais, refuta todas as afirmações de M. Lhemme e torna por esta mesma razão conhecida a situação colonial portuguêsa; as colónias portuguêsas tem os recursos necessarios para se manterem e para viverem de si e para si. E demonstra-o, com os numeros oficiais comprovativos, de quais foram as receitas ordinárias e as despesas ordinárias no exercicio de 1901-1902 e qual é o orçamento colonial para o exercicio do ano económico proximo, a findar então.

O Ultramar suporta todos os encargos da soberania da metrópole, o padroado régio, as forças navais, as tropas europeias eventualmente destacadas do continente,

os depositos dos condenados civis e militares do continente, etc.

«Portugal foi, nos tempos modernos, uma das primeiras nações que empreendeu e realizou nas colónias os grandes trabalhos materiais, fazendo construir caminhos de ferro, telégrafos terrestres e submarinos, ligando quasi todas as colónias, excepto uma, a mais remota--Timor, com a metrópole.

As primeiras escolas, as primeiras missões, as primeiras viagens de penetração, os primeiros postos metereológicos, as primeiras etapes comerciais, os primeiros grandes ensaios de cultura intensiva das plantas tropicais que no século findo se fundaram ou desenvolveram nos países coloniais, não falando d'aqueles que a poderosa iniciativa inglêsa produziu e organizou, foram devidos aos nobres esforços de Portugal.

A sua obra legislativa é honra da civilização, e tão completa é, que pode ser ainda um modelo precioso para todos os países coloniais mais novos e mais ricos do que ele.

Duas vezes Portugal abriu caminho a todas as outras nações frementes de ambição e insaciáveis de grandeza: uma, assinalando sobre os mares os caminhos dos novos mundos, outra, marcando no interior dos continentes, desconhecidos e inexplorados o itinerário seguro das riquissimas zonas, onde uma natureza potente e prodigiosa havia acumulado os mais preciosos tesouros».

A convite do comitè central da exposição de Paris, escreveu as tres seguintes monografias:

a) *Etudes et observations metereologiques aux colonies du Portugal.*

b) *Missions et exploration portugaises du XV au XIX siècles.*

c) *Du regime fiduciare e du credite foncier aux colonies portugaises.*

Prodigios. —Discurso pronunciado na noite de 17 de maio de 1874 no Club popular Angrense — propaganda das ideias liberais.

Empresa Tipográfica dos Açores, 1874, Ponta-delgada.

Biografia do Marquês d'Avila e Bolama — que saiu no Almanaque Insulano do ano de 1875.

Biografia de Niculau Anastácio de Betencourt - que saiu tambem no Almanaque Insulano nos anos de 1874 a 1875.

Habitantes de Ponta-delgada. — A crise nos Açores. Artigo que saiu no jornal «O Comercio de Portugal» e depois num fólio impresso na Tipografia do Largo de S. Domingos, Lisboa, 1880.

Eu e ele. —Carta ao Bispo d'Angra, D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel.

Tipografia Insulana Angrense, 1876.

O Bispo condenou o livro deste autor «Os lazaristas nos Açores» ele responde ao Bispo em termos sarcásticos:

«Vai longe o tempo em que se adoraram os bispos que os cercasse ou não, a auréola da virtude. Hoje não. Num século em que domina a inteligencia e só é grande a virtude a nenhum homem se presta a adoração; tributa-se respeito aos sábios e aos virtuosos. Os hipócritas desmacaram-se, ou os cubra a lama das ruas, ou se locupletem sob os artezões dourados de faustosos palacios;»

O ultramontanismo e a liberdade. — Duas palavras aos jesuitas.

Imprensa Senhora das Neves, Lisboa, 1874.

Diz-se cristão e combate o Jesuitismo:

«O jesuitismo campea com a deslealdade da hipocrisia, com os preconceitos do erro e com as armas pouco nobres do doesto e da calunia, cerrando os olhos á luz da verdade e os ouvidos á voz da consciencia, para em nome da Cruz e á sombra dela, espalhar falsas teorias por entre os povos». (1)

ANTONIO DE CAMPOS JUNIOR.—Nasceu na fortaleza de S. João Baptista, da cidade de Angra do Heroismo no dia 13 de maio de 1850, e faleceu na Marinha-grande, do continente português, em setembro de 1917, atacado de uma forte amnésia, segundo então se disse, devido em grande parte ao seu muito estudo e esforço intelectual.

Seguindo a carreira militar chegou ao alto posto de coronél, mas não foi pela arte da guerra que ele se notabilizou, senão como literato, quer no jornalismo, onde conseguiu levar á cena algumas das suas produções com aplauso, como no romance.

Teve uma côrte de admiradores, principalmente no jornal «O Seculo» onde colaborava e por essa mesma razão uma outra que o deprimia, no qual se contam os que então eram contrarios áquele grupo que poderiamos chamar de avançados, de liberais, de anti-reacionários.

Que na verdade os trabalhos literários de Campos Junior, sendo patriótas, aqui e ali beliscam os conservadores e os reacionários, procurando-lhe os fracos e ás vezes escondendo-lhes o muito que tem de bom.

Marcou porém com bastante brilho o seu lugar entre os romancistas históricos, sabendo procurar o assunto e

1) Vid, Memórias da Visita Regia, paginas 389.

romantizando-o para chamar os menos lidos e prender-lhes a atenção.

Numa carta que dirigiu a Silva Graça, o director do Seculo onde ele escrevia e publicava em folhetins os seus romances, diz:

«Não procurei moldes de nenhuma escola, nem me avassalei aos interesses de nenhuma seita. Intentei o romance histórico tal como podia e sabia escrevê-lo».

E noutra parte diz:

«Eu não sei como se fazem os grandes romances históricos. E' tarefa que me está vedada. Mas suponho saber como se podem fazer os romances de propaganda da história».

E na verdade soube, nesses que conhecemos, reunir em sua volta o maior numero de leitores, porque na verdade o que ele desejava com os seus livros, acima de tudo, foi «ensinar ao povo a grande consoladora lição de uma história que ele não tem querido ou não tem podido ler».

Disse de Campos Junior, um católico:

«Não lhe negámos nunca as faculdades de romancista histórico e de escritor brilhante. Nunca porém diremos com a nossa responsabilidade de católicos que Campos Junior é escritor que mereça leitura confiada a nossos irmãos em crenças.

Nos seus romances enxameiam as referencias detractoras da nossa fé. Campos Junior revelou-se todo nesse acintoso romance sob o Marquês de Pombal, em que só procurou denegrir a Igreja e a Companhia de Jesus. Haja pois todo o cuidado em não seguir atrás da fama que o publico teceu em volta do seu nome». (1)

---

1) «Liberdade» orgão católico do Porto, «A Republica», diário de Ponta-delgada, n.º 1.963, ano 7. 20 de outubro de 1917.

O Marquês de Pombal. — Impresso no jornal «O Seculo», Lisboa, 1899, em dois volumes.

Saiu primeiro em folhetins no diário «O Seculo» depois em livro dedicado ao seu director, J. J. da Silva Graça.

E' a vida daquele periodo em que Sebastião de Carvalho governou Portugal, uma apologia ao grande estadista, ferindo a Companhia de Jesus e por isso a Igreja para fazer sobresair a obra do Marquês.

Deste romance diz mesmo o seu autor:

«Ocorreu-me aproveitar para tema de outra obra do mesmo genero o periodo excepcional em que um só homem, dos maiores que este País tem produzido, arrastava despoticamente para as culminações da civilização e impunha ao respeito da Europa, com indomada energia a nação fanática e devassa, embrutecida e ridicula, que D. João V. deixara no convento de Odivelas a chuchar marmelada ou de rojo em S. Roque a entoar ladainhas.»

Não nega os erros do Marquês, procura mesmo explicar, defendendo e encobrindo muitos e diz:

«Descontem-se na história os erros do economista, os ódios e as crueldades do despota, as utopias e as violencias do homem politico e do reformador audacioso, ainda fica tão grande que excede os limites do seu século e o diplomata de inquebrantavel patriotismo, tão soberbo que não tem outro semelhante nos faustos do seu País.

«Derramou muito sangue? E' certo. Como D. João II e como Cromwell, mas foi tão grande como eles.»

Uma transcrição do livro:

«O carcereiro abriu a porta. Entrou deante dele um homem alto, embuçado. A um sinal seu, o carcereiro saiu cerrando a porta.

— Miguel Nogueira, disse o embuçado.

—Quem me chama? preguntou o jesuita, esgazeando o olhar.

—O impio Sebastião José.

—Maldito, maldito sejas!—Rugiu Miguel Nogueira, recuando como diante dum espectro.

—Como ha 33 anos, em casa da feiticeira Joana Ruiva estamos outra vez face a face, disse o Conde de Oeiras serenamente, desembuçando-se.

Estás no mesmo carcere em que uma infamia do teu grande amigo e auxiliar Gaspar de Lemos fez encarcerar ha cinco anos uma inocente menina, a filha de Joana Richter.

—A tua filha, lobo sanguinário! O castigo do Senhor cairá sobre ti.

— Talvez Padre; mas primeiro caiu sobre os teus. A Companhia morreu em Portugal.

—Ela voltará resurgida».

Luiz de Camões.—Tipografia da Emprêsa d'O Seculo, Lisboa, 1901. Em dois volumes.

Foi tambem publicado em folhetim no *Século* e depois em livro com a dedicatória:

«Ao meu País.

Ponho este livro sobre os degraus da Patria. De joelhos no chão, ofereço-lho, como um crente humilde diante da santa imagem que de pequeno aprendeu a adorar.

Curvo-me para o chão sagrado com a vaidade consoladora de haver sentido este livro e com a magua, sem remédio, de o não ter sabido escrever melhor.»

E' um estudo da vida de Luiz de Camões, desde estudante, em Coimbra, pelo tempo fóra até á morte.

As esturdias de rapáz, os primeiros versos, os seus amores, furtos amorosos, os Luziadas e a morte do poeta.

Transcrevemos os seguintes periodos, naquela passa-

gem em que nos dá o poeta a recitar os Luziadas a D. Sebastião:

«Camões recobrara alento para dizer as instancias finais de conselho e incitamento a El-Rei.

Avincou-se o rosto de D. Sebastião. Os conselhos afiguravam-se-lhe ousadia do poeta.

Mas Camões pôs na voz todo o entusiasmo da sua alma, quando disse os versos em que incitava o Rei a levantar Portugal até ombrear com as grandes nações da Europa.

D. Sebastião ficára de pé. Saíram da boca do poeta como brado supremo do seu coração quasi espedeçado, estes versos de suplica patriótica:

> Fazei, Senhor, que nunca os admirados
> Alemães, Galos, Stales e Inglêses,
> possam dizer que são para mandados
> Mais que para mandar, os Portuguêses.

A Ala dos Namorados.—Casa editora João Romano Torres e C.ª, Lisboa.

Romance histórico da época da gloriosa batalha de Aljubarrota; de amores intensamente dramáticos, cujo protognista é um dos jovens cavaleiros que no seu pendão verde da ala dos namorados, levava inscrito o mote santo da Patria e a divisa da sua dama.

Rainha madrasta.—Editor João Romano Torres e C.ª, Tipografia de *O Recreio de Lisboa*, 1910.

Romance histórico do tempo de D. Manuel I e D. João III, em dois volumes.

A Rainha Madrasta é aquela senhora D. Leonor d'Aragão, terceira mulher de D. Manuel e depois Rainha de França, que se disse havia sido a escolhida do coração do principe D. João, depois Rei de Portugal e que

depois da morte de D. Manuel, no estado assim de viuva se estranhou das visitas assiduas que lhe fazia D. João.

No romance, Campos Junior, descreve a participação que D. Manuel faz ao filho de D. João, do seu casamento com D. Leonor d'Aragão e das razões que a isso o levaram:

— «Principe, o contrato do casamento de El-Rei de Portugal com a senhora Infanta D. Leonor d'Austria, foi concluido e assinado ha poucos dias na cidade de Saragoça. Em breve tempo Sua Alteza estará nestes Paços como Rainha de Portugal.

— Senhor, eu terei saído antes — acudiu num repelão de energia.

— Principe, tal não haveis de fazer! — disse em estremeções de cólera, caminhando para ele de braços erguidos. Tal não haveis de fazer porque vô-lo não consinto eu. E d'ora avante tende cuidado em vossas referencias á Rainha, minha esposa.

Qualquer alegação de vossos insensatos amores será uma ofensa sem perdão ao pai e um crime de traição contra o Rei.

— Noivo rejeitado, eu tenho tambem o direito de rejeitar a madrasta.

A filha do polaco. — Casa editora de João Romano Torres e C.ª, Lisboa, em quatro volumes.

Romance d'amor do tempo das lutas de defesa de Portugal contra os exercitos de Napoleão I.

Referindo-se a este trabalho disse-se:

«E' um romance de intensa paixão em que o sonho de duas almas amantes voa, amoroso e casto como as pombas, por cima do mar de sangue e do mar de lágrimas em que Portugal se ia afogando, está nos seus grandes traços épicos a história documentada da mais terri-

vel, mais comevedora e mais sublime das revoltas que Portugal tem feito contra uma grande e fenomenal conquistadora.»

Os ultimos anos de Napoleão.—Casa editora João Romano Torres e C.ª, Lisboa. Um volume.

Romance histórico que abrange na sua descrição o periodo trágico e angustioso de Napoleão em que se enlaçam em devotados amores as supremas dedicações de uma mulher, mãe e amante, e a abnegação de um velho que tudo sacrifica com fanática admiração ao maior homem da sua época.

Entre os personagens deste romance aparece o oficial português que esteve ao serviço de Napoleão e se cobriu de gloria na batalha de Wagram, em Smolensko e na batalha de Borodino.

Inês de Castro.—Casa editora de João Romano Torres e C.ª, Lisboa, em dois volumes.

E' a vida desta senhora que tem na história do nosso País uma página cheia d'amor e sentimento, julgando-se assassinos criminosos os que a mataram com os olhos postos nos destinos da Patria.

A Senhora Infanta.—Casa editora de João Romano Torres e C.ª, Lisboa, um volume.

Romance de amor, daquele amor do poeta Bernardim Ribeiro e da Infanta D. Beatriz, que andam sempre envoltos num encanto lendário.

«Amor de encanto e de deslumbramento, ingenuamente suave, como se todo ele não passasse dum sonho casto e de purissimo enlêvo na alma duma mulher de dezasseis anos, primavera de precoce florescencia e esplendidos fulgores. Mas tambem amor de fanática adoração e de enlouquecido sonho na alma alanceada do

primeiro grande poeta de amores, entre os tantos que teve a terra portuguêsa.»

Santa Pátria.—Casa Editora de João Romano Torres e C.ª, Lisboa, 4 volumes.

Romance histórico segundo os moldes de todo o trabalho literário de Campos Junior em que emoldura nos acontecimentos históricos um caso de amor que prende a atenção do leitor e o leva em rápida leitura até ao fim da obra.

Neste trabalho descreve o autor a época da Restauração de Portugal em 1640.

Guerreiro e Monge.—Emprêsa do jornal *O Século*, Lisboa.

Romance histórico daquela época brilhante das descobertas e conquistas de Portugal, dividido em tres partes:

A primeira intitula-se *o bastardo*, a segunda *através dos mares* e a terceira *O derradeiro sonho.*

«No sabado ao anoitecer, depois do deliquio, D. João II pediu a confissão e os sacramentos ao bispo de Tanger, Diogo Ortiz, que lhe dirigira palavras de conformidade.

Resolveu-se então que no domingo de manhã cedo, El-Rei receberia os sacramentos solenemente ministrados pelo bispo.

Nessa mesma noite fez El-Rei a sua ultima confissão a Fr. João, o seu antigo confessor.

Estava contricto. Reconheceu que fôra cruel e encarregou o frade de ir em seu nome pedir perdão áqueles a quem cobrira de luto e muito especialmente a sua sogra, mãe do duque de Vizeu.»

O pagem da Duquêsa.—Casa editora de João Roma-

no Torres e C.ª, Lisboa. Romance histórico em dois volumes descrevendo aquele caso de uns amores de D. Leonor, filha dos Duques de Medina e Sidónia, casada com D. Jaime, quarto Duque de Bragança, com um fidalgo da casa «Alcoforado», que se não confirma historicamente, mas que levou o duque a assassinar sua mulher nos paços ducais.

Para o teatro escreveu as seguintes peças:

A filha do Regedor.—Comédia que foi representada com agrado no teatro Ginásio de Lisboa, em 3 actos, sobre os costumes populares portuguêses.

O nariz de cera.—Comédia tambem representada no teatro Ginásio.

O filho do major,—Comédia.

A consciencia.—Drama que subiu á cena no teatro Principe Real.

A torpeza.—A proposito do ultimatum que a Inglaterra mandou a Portugal, que foi representado não só em Portugal como no Brasil, aqui com ligeiras modificações sob a denominação.

A história.—A peça é apenas um acto com tres quadros: A bebedeira a John Bull. O tribunal das nações, A Patria.

FAUSTINO DA FONSECA.—Nasceu em Angra do Heroismo no ano de 1871, filho de Faustino da Fonseca e D. Maria Amélia Freitas da Fonseca; faleceu em Lisboa onde residia havia anos.

Neto e bisneto de bravos do Mindelo, estava-lhe no sangue as ideias liberais de que foi um fervoroso defensor, fazendo-se republicano, no tempo da Monarquia e pelo seu ideal sofreu por vezes vexames e sacrifícios.

Redigiu *A Vanguarda* e colaborou em muitos jornais de ideias avançadas, tomando parte activa nos acontecimentos políticos de 1890 e 1891, cumprindo prisão por excesso de liberdade de imprensa.

Com o advento da Republica alcançou o lugar de Director da Biblioteca de Lisboa que desempenhou alguns anos.

Deixou uma grande soma de trabalhos literarios, principalmente em assuntos históricos, sendo o romance o género literário que mais o atraía.

Sua esposa D. Maria Virginia da Fonseca Teixeira de Sousa Adão da Fonseca tambem natural de Angra do Heroismo onde nasceu a 14 de outubro de 1875, tambem literata, foi uma boa auxiliar de seu marido, ilustrando-lhe muitas das suas obras, em cuja arte éra eximia cultora.

Entre as muitas produções literárias de Faustino de Fonseca conhecemos as seguintes:

Bravos do Mindelo.—Em que evoca a terra patria; neto e bisneto dos bravos do Mindelo, não quis deixar um assunto tão lindo para o romantizar.

Arraia miuda.—trabalho literário histórico de que é protagonista D. Leonor Teles.

Anedoctas de Reis e Principes e outros personagens portuguêses e estrangeiros por ele extraídas, traduzidas, compiladas e prefaciadas.

A padeira de Aljubarrota.—Tipografia Lusitana E-

ditora de Artur Brandão, Lisboa, 1901. Em dois volumes.

Descreve o autor neste seu trabalho o Reinado de D. Fernando e a conquista da corôa portuguêsa por D. João I.

Nos dois grossos volumes relata cenas da vida popular entroncadas na vida da Côrte.

Começa com o levante do povo que tinha á frente o alfaiate Fernão Vasques, que procurou o Rei para o aconselhar e dizer a sua vontade:

— «Vimos aqui senhor, porque se diz que tomais por esposa Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha. E como isso não é honroso e causa nojo a Deus, aos fidalgos e ao povo, nós, como verdadeiros portuguêses, vimos dizer-vos que tomeis mulher filha de Rei, como convem ao vosso estado, e se com filha de Rei casar não quiserdes, tomeis uma filha de fidalgo deste Reino, de que tenhais filhos legitimos que reinem depois de vós. Não tomeis mulher alheia, porque o não havemos de consentir. E não nos queirais mal por isto, senhor, por não desejarmos perder um tão bom rei, como vós, por causa duma má mulher que vos tem enfeitiçado.»

Tres mêses no Limoeiro. — Notas de prisão. Livraria Bordalo, Lisboa, 1897.

Condenado a reclusão por tres mêses, Faustino da Fonseca coligiu num volume de 157 paginas, a vida aborrecidissima da prisão em 16 capitulos em que tudo historía, desde a sua entrada e vida na cadeia, até á estatistica de criminalidade.

«Durante a minha estada na cadeia, recebi cartas e bilhetes de muitas pessoas que me pediam para me falar. Nunca recusei essas entrevistas, uma obra de caridade para os desgraçados votados ao despreso pela sociedade,

esquecidos ás vezes até dos proprios tribunais, que os deixam estar mêses e mêses sem julgamento.

Pediam-me conselhos, imploravam que os protegesse, faziam-me largas narrações dos seus crimes e de toda a sua vida, das esperanças que tinham ainda na solução dos recursos, dos factos em que baseavam a sua pretendida defesa».

O escandalo dos dramas do concurso do Centenário da India.—Agencia Universal de publicações, Lisboa, 1898.

Faustino da Fonseca concorreu com o drama em 5 actos, «A descoberta da India»,ao concurso aberto para os festejos do Centenário da India.

Não classificado vem com o seu protesto fundamentado contra o Juri.

Alma portuguêsa—A Restauração de Portugal.—Editado pela antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1902, em 3 volumes.

E' um romance histórico, da época do governo dos Filipes em Portugal; cenas da vida portuguêsa que ainda hoje as trazemos arreigadas na alma e o mesmo rancor ao governo dos Filipes e á sua gente.

Conduz o autor o entrecho do seu romance até á morte de Miguel de Vasconcelos, e assim á proclamação da restauração de Portugal.

Eis alguns periodos:

«Enquanto o violeiro passava as noites na Sé, Maria esperava o fidalgo, absorvida no trabalho caseiro.

A mãe fiava, ela ia dobando e falavam largamente das suas generosidades, das promessas que todos os dias lhe fazia.

A certa altura batiam de mansinho, Joana fugia para a cozinha e ela abria alvoraçada, a recebê-lo com

beijos.—Ah! meu D. José—disse-lhe um dia—tens-me oferecido muita cousa que eu estimo por virem da tua mão, mas o que eu queria era outra vez as minhas queridas arrecadas que tanto me tem feito chorar.

—Agora reparo que já não as tens. Que fim levaram?

—Dei-as a Santo Antonio para fazer com que tu não me deixasses.

—Tontinha!

Inês de Castro.—Tipografia Lusitana Editora de Artur Brandão e C.ª, Lisboa, 1900, em 4 volumes.

Faustino da Fonseca, escolheu como tantos outros, para tema deste seu trabalho a dama tão conhecida da nossa história, D. Inês. Descreve-lhe a vida, a côrte de Afonso IV e de D. Pedro, em quatro compridos romances.

Transcrevemo-lhes uns periodos.

«Não era só o amor filial que levava D. Pedro a enfurecer por causa das afrontas feitas ao pai.

E' que tomava a serio o seu papel de herdeiro e não queria ser como Rei o ludibrio dos cortezãos, o joguete das suas intrigas.

D. Afonso confiava muito nos seus ministros e repartia com eles as prerogativas do poder real.

D. Pedro queria concentrar em si todas as atribuições começando pelas de Juiz, para arrancar a nação á torva anarquia em que se arrastava e proteger contra os ricos e os fortes o desgraçado povo oprimido e sem defesa.

Depois do ardente amor por Inês, era a paixão da justiça que lhe absorvia todas as atenções.»

Descoberta do Brasil.—Tipografia da Emprêsa do jornal «O Seculo», Lisboa, 1900.

E' um trabalho de reivindicação histórica para os portuguêses, a continuação da nossa terra e da nossa lingua.

Divide a obra em 13 capitulos: As lendas geográficas da antiguidade. — A cruzada maritima de Portugal. — O projecto do Infante D. Henrique. — A descoberta. — Prioridade dos portuguêses na descoberta da América. — Os Côrtes Reais. — Expedições portuguêsas á América de 1474-1492. — Colombo. — A frota de Cabral. — A viagem. — Os portuguêses no Brasil. — Prioridade dos portuguêses na descoberta do Brasil. — Pedro Alvares Cabral.

O projecto do Infante. — «A conquista de Ceuta inicia a fase maritima da larga cruzada portuguêsa.

Mas era outro o plano, mais eficaz, mais pátrio, bem diferente da marcha tumultuária e feroz d'outros tempos, que tinha sido inutil, prejudicial.

Os logares santos tinham voltado ao poder dos turcos, tal era a dificuldade de tais emprêsas.

Os cristãos pretendiam agora ataca-los nos pontos que lhe ficavam mais próximos: primeiro no reino de Granada, em seguida, nas praças de Marrocos, depois na Berberie e no Egito até chegar por essa forma á Palestina.»

A descoberta da India. — Drama histórico em cinco actos.

Impresso na secção Editora da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1898.

Na praia do Restelo. — Ao fundo o rio, vêem-se as caravelas.

1.° *mulher despedindo-se dum marinheiro.*

Creei-te para isto, meu filho! P'ra que te levem essas aguas do mar. Lá ficou teu pai e teu irmão! Oh! Não quero! Não quero que vás! Ai! ai! — *(desmaia)*.

1.° *marinheiro:*

Ih! com a breca.

(Noutros grupos dão-se identicas cenas).

2.º *marinheiro:*
Parece que vamos para a forca!
1.º *popular:*
Quantos ficarão por lá.
1.º *marinheiro:*
Olha a coisa! Um homem morre quando tem de morrer.
2.º *popular:*
E' uma desgraça! Não se devia fazer...
2.º *marinheiro:*
Os portuguêses, parece que já não conhecem as aguas do mar!

Os filhos de D. Inês de Castro.—Romance histórico, feito de colaboração com Joaquim Leitão.

Beijos por lágrimas e viagens maravilhosas.

Pedro Alvares Cabral.—Um pequeno folheto sobre este personagem ilustre de Portugal.

El-Rei D. Miguel I.—Descreve este personagem lido infimamente ao seu trabalho «Bravos do Mindelo.»

Filhos de D. Inês de Castro.—Romance histórico sobre estes personagens realengos.

História e lenda de Inês de Castro.—Em que se esplana o assunto tão popular da «*misera e mesquinha que depois de morta foi rainha.*»

Mulheres portuguêsas na restauração de Portugal.—Trabalho histórico sobre o periodo da Restauração, em tres volumes.

MANUEL ANTONIO LINO.—Nasceu na cidade de Angra do Heroismo, no dia 4 de janeiro de 1865 e lá faleceu a 18 de junho de 1927, filho de Manuel Antonio Lino que usava do oficio de tanoeiro, e de sua mulher D. Maria Laureana do Carmo, naturais da Ilha do Pico.

Formado em medicina pela Universidade de Coimbra a 30 de julho de 1892, onde obteve altas classificações, preferiu trabalhar na sua terra natal a subir á cátedra Universitária, como Mestre, que lhe foi oferecida pelo corpo docente da sua Faculdade.

Medico distinto, mais para consulta que para clinico, desempenhou na sua terra os lugares de Delegado de Saude e depois de Guarda-mór, tendo feito parte da missão médica que foi ao estrangeiro estudar a peste bubónica quando do seu aparecimento na cidade do Porto, ficando nesta cidade, algum tempo, como Médico no combate á terrivel doença e publicando por ocasião um extenso relatório, que foi transcrito em varias revistas de ciencia.

A' data da sua morte, lecionava como professor provisório algumas aulas de ciencia no Liceu de Angra, com grande proficiencia.

Por ocasião do seu falecimento disse um dos jornais Açoreanos:

«Sem ambições marcantes, sem aspirações pretenciosas e apenas com o unico fim de ser util á sua terra e o de a vêr cada vez mais prestigiada, passou a vida a trabalhar escrevendo, estudando, transmitindo conhecimentos multiplos e entusiasmando os que se lhe acercavam para receber os seus ensinamentos.

De uma incontestura moral invulgar, levou longos anos evangelizando, como apóstolo magnanimo que surge num meio onde a ciencia e as artes são ainda apenas cultivadas por reduzido numero.

Temperamento invulgar de artista a que a sua sensi-

bilidade dava uma nota particular de atração, em tudo de tom e de bom gosto que se realizasse na Ilha Terceira, a sua opinião autorizada era procurada e escutada com respeito absoluto.

Uma tristeza profunda envolveu quasi sempre a vida do grande homem de ciencia, terceirense. Escrevendo primeiro em jornais, deu-nos depois algumas obras onde o seu talento e as suas faculdades se evidenciaram de uma maneira verdadeiramente notavel.»

Tinha um grande orgulho da sua familia modesta mas honrada e ele próprio ia muitas vezes, ao entardecer, á pequena oficina de seu pai, que nunca quis deixar de trabalhar, para o acompanhar para casa ao findar o dia e era frequente trazer enfiado no braço o cesto da refeição que o velho tanoeiro levara de manhã para a oficina.

Temos conhecimento das suas seguintes obras literárias:

Rosas e Crisantemos.—Operêta em tres actos, representada no Teatro Angrense em março de 1913.

E' uma pequena critica aos usos e costumes de meio Angrense.

Luz Bendita.—Peça teatral em 3 actos, em verso e impressa em 1916 na Tipografia Moderna de Angra do Heroismo, representado em Angra por amadores.

Tango.—Pequena comédia, traduzida livremente do francês.

Os ratos.—Peça regional em 4 actos, sobre costumes do povo:

O primeiro acto passa-se na barbaria de Joaquim Rato.

João da Rocha.—Tô na fé que vai ser ua toirada da milhó coisa.

Manuel Cardoso.—Nan tana duveda. O Gaspar é de

crapicho e ha de apresentar um curso. . . mans é bum. Vi, onte, o gado nas varêdas e digo a vocemecês que são bichos assiados. Tem lá bois. . . como casas!

Francisco Alues.—Ele de outra vez despicô-se. . . e bem. O gado trôve era discarado.

Manuel Cardoso.—E então agoa?! Vocemecê ha-de vêr. São bois temiveles.

Traduziu varias peças teatrais dos irmãos Quiteros, que deixou em manuscrito; da sua obra poética em volume temos conhecimento das duas seguintes:

Kodaks.—publicada em edição do autor em 1922.

Manhã cedo. Ainda mal
aponta o sol rutilante,
na curva do horisonte
e já a Rosinha Violante
transpondo, lesta, o portal,
vai a caminho da fonte.

O oliento brisa do monte
beija-lhe as faces mimosas;
touca-lhe as tranças sedosas
a pequenina rodilha,
coroada por fina bilha
de loiro barro poroso;
brilham-lhe os olhos de goso,
sorri-lhe o labio galante,
e a Rosinha Violante
corada, fresca, gentil,
como uma rosa d'abril
para a fonte se encaminha.

O edelweisse.—Tipografia Insulana Editora de Angra do Heroismo, 1925,

E' uma coleção de oito sonetos que foram as suas despedidas literárias de Saudade, de Ventura e de Morte.

Coração, porque anceias prolongar
teu martírio, teu áspero sofrimento.
Se a vida para ti é um tormento,
De que a morte te pode libertar.

Pois ainda tens força para rasgar,
nos espinhos da dor, do desalento,
as fibras do teu seio turbulento?
E' tempo coração de descansar.

Busca na morte a doce felicidade
despede-te da vida sem saudade,
sem pesar, sem um lamento.

E cubram tuas cinzas desditosas
As nevadas corolas veludosas
dos edelweisse de frio esquecimento. (1)

ANTONIO CARDOSO DE FARIA E MAIA.—Nasceu na cidade de Ponta-delgada e faleceu no lugar dos Prestes, suburbios da mesma cidade no dia 18 de dezembro de 1930, filho de Francisco Machado de Faria e Maia e de uma filha do insigne jurisconsulto Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Como seus irmãos, os Dr.es Vicente e Francisco Machado de Faria e Maia, cursou as Escolas superiores no continente português, não seguindo carreira alguma publica, dedicando-se á administração da sua casa.

1) Correio dos Açores, n.º 2.041 de 18 de junho de 1927. «Os Açores», Revista Ilustrada, 2.ª serie, ano II, n.º 3, 1928.

Foi um dos bons literatos do seu tempo, deixando varios trabalhos, principalmente poesias, devendo assim fazer parte do grupo dos nossos poetas, não tendo sido lá colocado por engano na catalogação.

Conhecemos-lhe as seguintes produções:

Duas fadas ou uma página do coração. — Tipografia Popular em Panta-delgada, 1894.

E' um opusculo literário.

Lirio agreste. — Tipografia das horas romanticas, Lisboa, 1886.

E' um poemeto.

Verdades amargas. Opusculo. — Tipografia do Campeão Popular. em Ponta-delgada, 1889.

Fluctuações. — Tipografia Minerva de Ponta-delgada, 1885.

Um livro de versos, abre com uma poesia dedicada a A. . . nome que se não diz:

«No fundo, bem no fundo, aqui no coração
eu trago a tua linda imagem esculpida:
tua imagem — a luz, o sol da minha vida,
tua imagem — de Deus sublime emanação.»

Efemeros. — Tipografia França Amado, Coimbra, mil novecentos e um.

Diz o autor que são os seus ultimos versos da mocidade, e no pequeno prólogo, como poeta que foi ele confirma:

«A Poesia é um culto. Hoje como outrora, é o devaneio em que passam pelo mundo entaladas as almas constantemente repassadas do sacro fogo do Ideal.»

Faz esta publicação para comprazer com a vontade de duas pessoas de familia muito intimas.

A' noite, quando a lua caprichosa,
pelo silencio etéreo refulgia,
mulher ou fada, outrora, me sorria
Duma beleza, rara e magestosa.

Toda pureza altiva e misteriosa,
tinha no olhar a vivida magia
na rósea face a candida poesia,
no labio d'anjo o aroma duma rosa.

Era um encanto!... A graça, a harmonia,
da voz divina, cheia de emoção,
como uma harpa eólea me prendia.

Que voz! que olhar! que enlevo! que visão...
que magnetismo dela se irradia!
seria um sonho, um mito, uma ilusão?!

O Euzebiosinho. (Idilio nas Furnas)—Tipografia Minerva Ponta-delgada, 1899.

E' um conto, um pequeno romance cujo protagonista —o Euzebiozinho—é «um desses dandys cuja ocupação favorita e unica, se resume em namorar, intrigar e caluniar.»

Um outro personagem é a Palmira, a mulher na força da mocidade adulta.

«Dias depois da chegada do Euzebiozinho, Palmira não parecia a mesma: andava transtornada, triste e altamente preocupada, desviando-se dos centros da sociedade furnense, isolando-se com as Silveiras pelos sitios mais retirados, onde permanecia horas e horas, sem ler, sem costurar, absorta em melancólica mudez que impressionava todos e principalmente as suas boas companheiras que lhe preguntavam:

—A senhora o que tem, que anda tão habatida?

JACINTO GAGO MACHADO DE FARIA E MAIA. — Nasceu em Ponta-delgada e faleceu numa das cidades da Alemanha em 1927, filho do Dr. Francisco Machado de Faria e Maia a quem já nos referimos nêste trabalho.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1899, seguiu pouco tempo depois para a Alemanha onde esteve algum tempo praticando a lingua, para concorrer a um dos liceus portuguêses como professor de alemão.

Era um entusiasta da vida e das condições da Alemanha, lá casou e lá morreu; antes porém aceitou um lugar de notário-publico em Africa, depois de abandonar a ideia de ensinar a mocidade, que não estaria muito no seu feitio.

Anos depois, deixando a Africa, voltou á sua Ilha e aqui foi Governador Civil, numa situação politica de concordancia, lugar que serviu com seriedade e inteligencia.

Era alegre, bem disposto, deixando aos primeiros momentos da sua conversação, antever a sua inteligencia culta, robusta, esquecendo-se muitas vezes, em excesso de modéstia, da sua situação, do seu talento e do seu saber.

Disse-se depois da sua morte:

«Intelectualmente Jacinto Machado era dotado de uma mentalidade apta ingenitamente ás mais altas lucubrações do espirito humano. Herdara de seu Pai, uma alta mentalidade, fortes tendencias filosóficas, um espirito eminentemente abstracto e generalizador, uma facilidade assombrosa de ver as relações de identidade entre factos aparentemente diversos, de elaborar sinteses perfeitas.

«Teria sido um homem notavel neste campo de estudos, se as suas faculdades de inteligencia fossem servi-

das por faculdades de trabalho, de estudo metótico e continuo. Ele porém não era um trabalhador.

«Só trabalhou acidentalmente, sob a pressão duma necessidade imperiosa e imediata.»

Temos conhecimento dos seguintes trabalhos que deixou impressos:

Sintese da vida económica do Estado. — Imprensa da Universidade de Coimbra, 1897.

Trabalho que publicou quando então frequentava, como repetente, o terceiro ano de Direito na Universidade de Coimbra, que foi devidamente apreciado pelos seus lentes em critica favoravel.

Diz que este trabalho é o resultado de estudos a que procedeu ao cursar pela primeira vez o terceiro ano juridico, apresentando-nos como sumário do objecto e plano deste estudo — *A noção de ciencia financeira, sua relação com as outras ciencias, seu conteudo e classificação interna e sua definição.*

Definindo as *Energias sociais que se transformam em energias proprias do Estado,* diz-nos:

«O Estado tem a sua existencia numa necessidade social. E' portanto na sociedade que ele irá procurar os elementos suficientes para a realização dos actos que constituem no seu conjunto aquela actividade própria cuja necessidade se impõe ao homem organizado em sociedade.»

Sintese económica e social — que publicou seguidamente, levado no bom acolhimento que tivera o seu primeiro estudo.

Rapido exame da lei comercial. — Outro trabalho que publicou durante a aprendizagem desta matéria, quando frequentava o quarto ano de Direito.

Depois de formado e esquecendo os assuntos juridicos que parece nada o atraíam, deu-nos dois trabalhos literários descritivos e dialogados, novelisticos: *O Capitão Magno* e um outro no mesmo genero:

Os que voltam: — Impresso na Tipografia da Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1898, que assim começa:

«Conheci Joaquim Botelho numa viagem que fiz no Lusitánia de Moçambique para Lisboa. Ele embarcou em Lourenço Marques na companhia de um alemão. Travaram conhecimento comigo e nunca por momentos descobri, nas conversas de ambos, os menores traços de excentricidade ou desequilibrio mental. Pareceram-me muito amigos: o alemão comunicativo e humorista, o português franco e sincero.»

JORNALISTAS

Vamos terminar este nosso trabalho falando dos jornalistas dos Açores, esses literatos que formam actualmente, nesses meios grandes, a falange mais importante dos intelectuais.

A forma literária jornalistica, iniciada em fins do século XVIII, tem vindo tomando vulto e a pouco e pouco vai-se nobilitando, a ponto de lhe terem já consagrado a frase intensa que — *se São Paulo, o grande pregador do Cristianismo, vivêsse nesta época, ter-se-ia feito jornalista em vez de orador* — assegurando assim quão grande e importante ela é.

E' por meio do jornalismo que surdamente se vai a todos os logares; ás oficinas, ás repartições publicas, ao comercio, ás industrias, aos nobres e aos plebeus, propagar e orientar uma doutrina. E' o jornalismo que quasi sempre prepara a queda dos governos, eleva ao poder os partidos e até derruba as instituições. E' por meio do jornalismo que se agitam todos os problemas da vida social e não exageraremos dizendo enfim que é pelo jornalismo que se governa o mundo.

Os jornalistas são assim como que a guarda avançada de todas as ideias, porque são eles que as lançam, que as defendem e que as levam até ao caminho da conquista. Os jornalistas são os campeões das ideias, eles as desbravam, eles as aplanam, as amoldam para os outros delas se servirem, nobilitando-se e ganhando a vida por meio delas, os jornalistas preparam o caminho para os outros passarem, removem todas as dificuldades para os outros seguirem aquele trilho comodamente.

No entanto os jornalistas são os mais desinteressados e os mais esquecidos da vida; a sua situação nunca melhora com a conquista de uma ideia que a eles se deva, é sempre a mesma e quantas vezes não é ela peorada por aqueles a quem ajudaram a subir e a nobilitar-se.

Nos Açores o jornalismo propriamente dito, data de meados do século XIX, com o aparecimento da tipografia nos Açores trazida pelos voluntários da Rainha D. Maria II em 1820.

Já antes desta data parece ter havido nos Açores uma tipografia, como refere Mr. Ludovic Lalane, a paginas 98 do seu volume intitulado *curiositès bibliographiques*, publicado em Paris em 1845, em que diz que em agosto de 1583 fora impresso em Angra, capital das Ilhas Terceiras, um folheto intitulado: *Relacion de la jornata expugnation y conquista de lá isla Tercera y las demãs circunvezinhas*, acrescentando que deste folheto só existia um exemplar na Biblioteca Madléinne. (1)

No entanto e para a história do jornalismo, só podemos assentar que a introdução da tipografia nos Açores data do tempo da propaganda dos constitucionais.

Na Ilha Terceira.—Foram os liberais que trouxeram

1) A Imprensa nos Açores, artigo de Gervásio de Lima, no «Correio dos Açores» numero 1.672.

a primeira tipografia para os Açores, a bordo da galera Americana — James-Cropper — de Plymouth, que conduzia 304 praças do batalhão de voluntários da Rainha, chegando a Angra do Heroismo a 14 de fevereiro de 1829.

Todo o material: prélo, tipo e mais acessórios, havia sido adquirido naquela cidade Inglêsa, por ordem de Marquês de Palmela, para o serviço da Junta provisória do Governo liberal português, que na Ilha Terceira se instalára em nome da Rainha D. Maria II.

Montada a tipografia numa dependencia do Castelo de S. João Baptista, d'Angra, foi a sua direcção entregue ao Alferes de Infantaria 13, Pedro Alexandrino da Cunha, de reconhecido talento artistico e que veiu a morrer capitão de Mar e Guerra e Governador de Macau, e a Simão José da Luz Soriano, estudante então da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, que depois se formou em medicina e foi o autor da História do cerco do Porto.

A primeira impressão que então se fez foi dos seguintes versos de Virgilio:

> «Semper honos nomenque tuum
> laudesque manebunt».

Nos primeiros tempos imprimiram-se folhas avulsas noticiando os acontecimentos politicos portuguêses, depois saiu «A Crónica da Terceira», orgão oficial da Regencia cujo primeiro numero tem a data de 17 d'abril de 1830, da redacção do académico Simão José da Luz, que depois foi substituido por Elias José de Morais, José Estevam Coelho de Magalhães e João Eduardo d'Abreu Tavares.

Na Ilha de Sam Miguel. — A 23 d'abril de 1832 foi aquele prélo e todo o mais material tipográfico, trans-

portado para Ponta-delgada, para onde tinha ido então a expedição liberal e ali se imprimiu o semanário «A Crónica» sucessora d'A Crónica, da Terceira, até junho do mesmo ano, data da expedição dos sete mil e quinhentos bravos do Mindelo.

Pouco tempo depois da expedição foi o prélo e mais material levado novamente para Angra, por virtude da creação da Perfeitura dos Açores, com sede naquela cidade.

A 18 d'abril de 1835 aparece então em Ponta-delgada o semanário politico e noticioso «O Açoreano Oriental» hoje o decano dos jornais portuguêses, impresso numa tipografia trazida de Coimbra pelo Dr. Antonio Ferreira Borralho, natural da Ilha do Faial, que naquela cidade de Ponta-delgada abriu consultório médico.

Na Ilha do Faial.—A introdução do jornalismo nesta Ilha, deve-se a João José da Graça, seu prestante filho, que a muitos sacrificios se sugeitou para tanto.

A primeira tipografia que entrou no Faial foi por ele trazida dos Estados Unidos da América do Norte em 1856, onde tinha ido e adquirida por ele com ajuda de alguns amigos.

Este prélo nunca funcionou, emperrou e depois de varios esforços, nada se conseguindo imprimir, foi abandonado pelo seu proprietário que dentro em muito pouco tempo recebeu outro e no primeiro de janeiro de 1857 imprimiu-se e foi distribuido pela Horta o primeiro jornal faialense «O Incentivo» semanário literário e noticioso de que foi redactor e proprietário aquêle introdutor da imprensa nesta Ilha.

Na Ilha Graciosa.—O jornalismo nesta Ilha data de 4 de agosto de 1866, dia em que ali foi distribuido o numero 12 do semanário «O Futuro» primeiro jornal

lá impresso, de caracter politico, e de que era proprietário e redactor o já citado jornalista Faialense João José da Graça, que nesta Ilha se fora estabelecer.

Os primeiros onze numeros, deste jornal, dedicados á defesa dos interesses das classes proletárias, haviam sido impressos na Ilha Terceira onde então residia aquele jornalista, saindo o primeiro numero a 15 de fevereiro de 1866.

Terminou este semanário na Ilha Graciosa com o numero 17, pela razão do seu proprietário ter mudado a sua residencia agora para a Ilha do Faial sua terra natal.

Na Ilha de Sam Jorge.—Começou o jornalismo nesta Ilha com o aparecimento de «O Jorgense» cujo primeiro numero impresso na Vila da Velas saiu a 15 de fevereiro de 1871.

Era um quinzenal politico, literário e noticioso; foi seu director A. S. B. Silveira e responsavel José Urbano d'Andrade.

O Dr. João Teixeira de Sousa foi um dos seus mais assiduos colaboradores.

Terminou este quinzenário com o numero 195 a 15 de novembro de 1879.

Na Ilha do Pico.—A primeira imprensa estabelecida nesta Ilha, foi na Vila das Lagens, em setembro de 1874; pertencia ao professor Manuel Tomaz Pereira que antes fora tipógrafo na Ilha do Faial. Mas o primeiro jornal «O Picoense», desta Ilha, não foi impresso nesta tipografia, mas sim numa propria, estabelecida na Vila da Madalena, saindo o primeiro numero a 20 de dezembro de 1874.

Foi seu redactor principal o Dr. Urbano Pereira da Silva.

Na Ilha de Santa Maria.—O jornalismo nesta Ilha

data de 9 de abril de 1885, dia em que apareceu o primeiro numero de «O Mariense» quinzenário literato e noticioso de que foi editor e proprietário Jacinto Monteiro de Betencourt e redactor principal Urbano de Medeiros.

Na Ilha das Flores.—O primeiro jornal que foi impresso nesta Ilha, na Vila de Santa Cruz, a 20 de julho de 1885, intitulava-se «Florentino», semanário de que foi redactor Constantino Candido Leal Soares.

Pertencia a tipografia a Jacinto Augusto de Betencourt, tipógrafo, natural do Faial, que naquele ano se estabeleceu naquela Vila de Santa Cruz com oficina tipográfica que intitulou «Imparcial Florentina». (1)

Entre muitos outros jornalistas nascidos nestas Ilhas temos conhecimento dos seguintes:

1) Vid. Arquivo dos Açores Volume 8. paginas 485 e seguintes

JOÃO JOSÉ D'ANDRADE.—Nasceu na então Vila da Horta da Ilha do Faial, pelos anos de 1786 a 1789, filho de pais medianamente abastados, e tanto seu pai, como um tio e um irmão, eram nauticos, capitaniaram diversos navios da praça daquela Ilha.

João José destinava-se á vida eclesiástica, chegando a tomar ordens menores, abandonando porém a carreira, sem duvida pela razão do seu génio irrequiéto «d'antes quebrar que torcer».

Era bastante versado em linguas, especialmente na latina, compunha sonetos que os recitava nos saraus e banquetes para que sempre era convidado. Como escritor distingue-se porém como jornalista e panfletário.

Vindo á Ilha de S. Miguel no prosseguimento de uma demanda, na época em que andava acesa a luta politica entre Cartistas e Setembristas, entabolou relações com o chefe dos Cartistas, Morgado Francisco Afonso Chaves e Melo, tornando-se seu comensal e o defensor das suas ideias nos jornais «O Monitor», desde 1841 a 1844 e

depois no «Cartista», e por tal razão chamavam-lhe os adversários—*o papa sopas*.

Teve uma polémica com o Dr. Antonio Feliciano de Castilho que então na Ilha de S. Miguel redigia o «Agricultor Micaelense», publicando em resposta ao opusculo—Eu ou Ele—do ilustre poéta, o panfleto:

O Theeel ou o Castilho em Zero.—Neste opusculo diz ter algumas obras inéditas e cita:

«Constituição natural ou a Ordenação de Deus».

«Apocalipse da natureza e outras curiosidades.»

Publicou ainda:

O dia de verdadeira gala:—Narração dos festins dedicados a Tilhocas (anagrama de Castilho) dividido em quatro partes, com uma admoestação interessante.

Epicedio Carme—á saudosa morte de Ill.^{mo} e Reverendissimo Sr. Dr. Bernardo Machado de Faria e Maia, Comendador da Ordem de Cristo, Prior da Matriz de S. Sebastião, de Ponta-delgada e Provisor do Bispado de Angra do Heroismo C. D. O. Para lenitivo do mais justo sentimento que, como espada de dor, penetra sua dignissima mãe a Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.ª D. Helena Machado de Faria e Maia e seus condignissimos irmãos.

Depois da polémica com Antonio Feliciano de Castilho de que João José saiu ensanguentado, e da saida para o continente do morgado Francisco Afonso Chaves e Melo, retirou-se para a Ilha do Faial abatido da vida agitada que levára e onde havia colhido mais inimizades que amigos, faleceu quasi repentinamente com 80 anos de idade. (1)

1) Vid. Arquivo dos Açores, V.º 8 paginas 348 e Biblioteca Açoreana.

MANUEL ANTONIO DE VASCONCELOS.—Nasceu na Ilha de Sam Miguel no ano de 1796.

Filho mais velho de Morgado e por essa razão Morgado, deserdou-se de motu próprio antes da lei da desvinculação para beneficiar os seus irmãos, e empregou o melhor do seu tempo e da sua inteligencia em promover o progresso da sua ilha e do seu País.

Foi o primeiro que nos Açores exerceu a profissão de jornalista, estriando-se em «O Açoreano Oriental», decano hoje dos jornais portuguêses; com suas grandes qualidades de artista montou a oficina e adestrou tipógrafos e cujo primeiro numero saiu a 18 de abril de 1835,

São dele os seguintes periodos do seu artigo do numero primeiro:

«A livre circulação dos pensamentos, moldada nas regras invariaveis da justiça universal, nas positivas convenções liberais de um povo e na decencia que suaves e polidos costumes teem torneado, é sem duvida o método mais proficuo porque se podem ensinar verdades uteis, desterrar abusos contrários ao bem dos povos, fixar no publico uma opinião discreta e sólida e apertar os laços da fraternidade social.

«A imprensa dirigida pelas honestas mãos da imparcialidade e da decencia publica, respeita no homem as fraquezas do mesmo homem, transpõe e deixa como adrede os erros da vida privada e sómente dirige as flexas da censura e as descriminações da critica sobre as acções que não abonam ás normas da justiça, solicitada opinião ou fidelidade publica. Por um impulso da humanidade verdadeiramente patriótico, se cota o improbo e afanoso trabalho de defender verdades proveitosas sobre o estado presente e melhoramentos futuros do seu país, sobre o adiantamento das artes e ciencias que mais podem contribuir á felicidade publica».

Como politico, no que muito se distinguiu, pertenceu ao agrupamento dos constitucionais avançados, fez parte da primeira vereação da Camara de Ponta-delgada, eleita em virtude da reforma administrativa decretada pela Regencia, na Ilha Terceira; foi nessa qualidade de vereador e por efeito da troca de uns oficios ásperos e desatenciosos entre o comandante militar e o Senado, a respeito do abolotamento de tropas, que estando em sessão, levou para junto de uma janela o oficial militar portador dum dos ditos oficios e disse-lhe: «se uma só das petulancias que á Camara dirigira lhe fosse dita como homem, pela janela saltaria o insolente.

Se ha quem possa com uma mochilha, ha tambem quem possa com seis e as esmague num pronto.»

Eleito deputado pelo distrito de Ponta-delgada a 11 d'agosto de 1836, seguiu para o continente português e ali continuou no seu mistér de jornalista e advogado, que muito o distinguiu.

Na Camara pertenceu ao grupo dos avançados e foi um dos lutadores da revolução de setembro.

Contou José Estevam Coelho de Magalhães, seu intimo amigo, que fora Manuel Antonio de Vasconcelos convidado a comparecer no Paço, em determinado dia, afim de se tratar de interesses da Coroa e do Povo. Compareceu, discutiu-se e assentou-se em vários assuntos referentes á Coroa e ao principiar-se a discutir interesses gerais, levantou-se, pediu licença e disse: «Para os interesses da Coroa que todos amamos e respeitamos viemos bem aqui, para tratar dos interesses do povo não é este o lugar proprio. Temos a Sala do Parlamento que é a nossa casa.»

Rodrigo da Fonseca, o grande estadista português, era adversario politico de Manuel Antonio de Vasconcelos e por vezes questionaram sobre assuntos de interesse

geral. «Não pode duvidar-se», disse um dia na Camara Rodrigo da Fonseca para o seu adversario, que o sr. deputado que me precedeu, é talvez a cabeça mais bem organizada desta Camara».

Foi sem duvida uma das figuras caracteristicas e simpáticas das cortes de 1836.

«Representa o caracter tenaz dos Micaelenses, vivendo do proprio fundo das suas ideias, que não cura de aparencias nem de exterioridades, mas só se compraz de afirmar em tudo a força da sua individualidade e o valor da sua critica.

Na politica é um advogado de ideias nobres. No parlamento exibe discursos que são teses, e no jornalismo impõe-se uma missão de justiça, porque a vida humana tem uma dignidade própria que se não afronta impunemente».

Tambem versejou no final da vida; depois do seu regresso á Ilha e quando se começava a sentir o reflexo da chama que dentro em pouco havia de abrasar-lhe a inteligencia. São fracas as suas poesias, algumas das quais vem insertas na Revista dos Açores, jornal literario cujo primeiro numero saiu a 1 de janeiro de 1851, porque fraco estava já aquele grande espirito, que dentro em pouco, louco e desacisado morreu.

Uma poesia:

JULIA

D'amar-te morrerei. E assás contente;
que nenhum outro galardão pretendo!
Uma lagrima só, que tu derramas
sobre o raso moimento dos seus ossos,
será o epitáfio mais sublime,
que até hoje se tem gravado em tumulo.
Olhos que a saudade internecêra

votos do coração fieis exprimem.
E a par deles que vale a mentirosa
fria inscrição de sórdida lisonja?
Fôra o Nada a pleitar c'o Universo,
ou este a disputar-te a formosura.

Conhecemos ainda deste ilustre micaelense as seguintes obras:

Elementos de direito politico de M. L. A. Macarel.— Para uso dos alunos de Direito publico de Ponta-delgada. Tipografia de J. M. da C. U. Ponta-delgada, 1836.

Foi traduzido por André do Canto e Manuel Antonio de Vasconcelos, — formando um opusculo — começando pela definição:

«Assim como o direito das gentes não é outra cousa mais que a lei natural aplicada ás nações entre si, da mesma forma o direito publico ou politico, não é outra cousa mais que o direito da natureza aplicado á organização particular e interior de cada sociedade civil.

Reflexões póstumas. — Sobre este titulo publicou na «Revista dos Açores» uma série de conceitos:

«*opinião publica* — é uma formidavel potencia a cuja força ninguem poderá jámais resistir e que conduzindo mansamente os que lhe seguem acorrenta, engole e abisma todos os que ousam opor-se-lhe».

Submissão ás leis — é sem duvida a maior virtude social; e é em si o acto que não demanda forças superiores ás de qualquer individuo, por mais debilitado que seja.

Virtude e potriotismo — não são privilégios de classe alguma; os pobres tambem sabem ser generosos quando a patria o é».

---

1) Vid. Album Açoreano — O 1.º jornalista de S. Miguel pag. 142 Dicionário Popular e Novo Diário dos Açores 10-10-1826.

NARCISO ANTONIO DA FONSECA.—Nasceu na Ilha Terceira no ano de 1802 e faleceu em Angra do Heroismo a 28 de julho de 1869, havendo desempenhado as mais elevadas funções eclesiásticas.

Ordenado de presbitero, foi Capelão fidalgo da Casa-Real, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa, Prégador régio, cónego da Sé d'Angra, professor do seminário e Deão da Sé.

Foi no seu tempo um jornalista de nomeada e vulto importante no partido regenerador.

Fundou e redigiu a «Iris da Terceira», semanal que ali se publicou nos anos de 1838-1842 e o «Clarim Terceirense», que se publicou em Angra do Heroismo, e foi um dos assiduos colaboradores do «Sentinela Constitucional».

Entre outros trabalhos que deixou impressos, temos conhecimento dos seguintes:

Sermão funebre.—Imprensa Nacional, Lisboa, 1860.

Oração prègada na Sé d'Angra do Heroismo nas exéquias que ali se levaram a efeito a 14 de dezembro de 1853, sufragando a alma de D. Maria II, Rainha de Portugal.

Memória justificativa.—Tipografia Lusitana, 1844.

Em que o cónego Fonseca se defende das acusações que Antonio José Vieira Rodrigues Fartura, lhe fez, publicadas no jornal «Angrense» a 18 de janeiro de 1844.

E' a sua defesa a uma sentença contra ele preferida, tendo ido sobre o caso a Lisboa, onde escreveu e publicou a sua memória:

«São conhecidos os motivos porque me acho nesta Corte, vitima de uma sentença iniqua, na qual me condenaram a fortes penas, como se fosse reu, sendo apenas simples testemunha num processo de imprensa.

Não podia prejudicar a minha reputação um documento exorbitante,anti-juridico e que todas as circunstancias apresentam com o fruto do despejo de uma vingança mesquinha e duma convicção de impunidade que muitas vezes nas provincias longinquas da corte faz gemer a justiça.»

Narração. — Manuscrito em inglês, do que se passou em dia de Santiago, por ocasião da derrota que sofreram na Ilha Terceira os Espanhois, comandados por Pedro Valdez.

Narração. — Manuscrito em inglês, de como Mr. Strozi foi desbaratado e do valor com que se defendeu, estando com D. Antonio na expedição contra os espanhois.

Memória justificativa, ou resposta ao relatório apresentado pela comissão administrativa da irmandade da Misericordia de Angra do Heroismo; oferecida á mesma Irmandade.

Imprensa de Joaquim José Soares, Angra do Heroismo, 1854.

Reflexões e importantes rectificações — ao artigo publicado por Bernardino José de Sena Freitas no numero 21 do «Católico» acerca da Sé Catedral de Angra em 13 de dezembro de 1857.

Narração das mudanças e sucessos politicos que recentemente tiveram lugar na Ilha Terceira; — descrevendo-se a maneira porque os naturais tem sido oprimidos por uma soldadesca licenciosa, debaixo da direcção de uns poucos de ambiciosos e enganadores demagôgos. Por uma testemunha de vista.

Publicado em inglês, em Londres, no ano de 1829.

traduzido e publicado no Arquivo dos Açores a paginas 129 do volume 9.

«Em 15 de maio (1828), um navio de Lisboa ancorado no porto d'Angra, trazendo avisos de que as corporações da capital portuguêsa tinham a 25 d'abril antecedente, saudado D. Miguel como seu legitimo soberano e demandado que ele fosse proclamado como tal, juntamente com a resposta do Principe á Municipalidade de Lisboa, por ocasião de lhe presentear uma representação expressiva dos desejos do povo.

A noticia deste sucesso, que se espalhou com a maior rapidez na cidade e visinhanças, excitou um vivo interesse entre os habitantes da Ilha, que eram muito geralmente de opinião que Portugal e suas dependencias, não podiam ser felizes com uma Carta formada no Brazil, ou governado de qualquer outro modo que não fosse estabelecido pelas antigas leis do Reino, para com a qual sentiam a mesma veneração que seus concidadãos peninsulares». (1)

MARIANO JOSÉ CABRAL.—Nasceu na Ilha de S. Miguel e faleceu no Rio de Janeiro em dezembro de 1877.

Por decreto de 15 de setembro de 1851 foi nomeado Bibliotecário da Biblioteca publica de Ponta-delgada, tomando posse a 20 de outubro do mesmo ano. Deixando depois este lugar, saiu da Ilha e foi afinal fixar residencia no Rio de Janeiro dedicando-se á vida jornalistica, sendo um dos redactores da «Gazeta de Noticias», do Brasil.

Fundou entre outros jornais o «Correio Português» e

1) Vide Memórias da Visita Regia 383. Biblioteca Açoreana, Arquivo dos Açores, volume 9.

«Paquete do Tejo» que se publicaram em Lisboa; a Gazeta da Relação dos Açores e a Ilha, Arquivo Açoreano, Biblioteca instrutiva e Flores literárias, que se publicaram em S. Miguel; colaborou mais assiduamente no jornal —O Conservador e no Correio dos Açores e na Revista Universal Lisbonense, Aurora dos Açores, O Philólogo, Revista Açoreana e Revista Micaelense.

As suas principais publicações são:

Portugal antes e depois de 1846, ou apontamentos para a história contemporânia.—Impresso em Lisboa em 1847.

Da democracia em França por M. Guizot, tradução —impressa em Lisboa, 1849.

Filosofia popular de Cousin.—Tradução, impressa em Lisboa em 1848.

Resumo da História de Portugal até ao presente reinado do Senhor D. Pedro V, aprovado para uso das Escolas de instrução primária, pelo Conselho Superior de instrução. Impresso em Ponta-delgada em 1855.

A doca do Faial.—Projecto e orçamento de um porto artifial na baía da cidade da Horta, elaborado pelo Engenheiro Tibério Augusto Blanc, precedido da respectiva proposta de lei e pareceres das comissões de Fazenda e Obras Publicas da Câmara electiva. Impresso em Lisboa, 1864.

O Marechal Duque de Saldanha e a metralha inglesa nas aguas da Ilha Terceira.—Recordação histórica Impresso em Lisboa em 1867.

E' quasi a reprodução da correspondencia trocada en-

tre o Conde de Saldanha e o comodoro Inglês Walpole em 1829.

A maçonaria e o Jesuitismo—publicação de um maçon católico, apostólico, romano, da loja silencio, ao vale dos Benedictinos. Impresso no Rio de Janeiro de 1872.

Apontamentos biográficos do Prior de Santa Luzia do lugar das Feteiras, Ilha de S. Miguel, Sebastião Gonçalves de Morais. Na introdução da obra do dito Prior: Principios fundamentais da Religião. Impresso em Ponta-delgada em 1870.

Aclamação de D. João IV nos Açores em 1641,—com documentos extraídos do registo da Camara do Ponta-delgada. Impresso no jornal «O Philólogo».

Sociedade escolástica Micaelense, Requerimento a favor da S. Miguel. O Dia de Reis em S. Miguel. Covernador Civil em Ponta-delgada. Manuel Maria Coutinho. Descobrimento de S. Miguel. Emigração dos Açores.—Estudos publicados na Revista Universal Lisbonense.

Oração funebre dedicada á memória do Reverendo João José d'Almaral.—Impresso em Ponta-delgada em 1853.

Almanak Açoreano.—Publicado sobre este titulo nos anos de 1855, 1856 1857. Impresso em Ponta-delgada.

ANTONIO DE SOUSA HILARIO.—Nasceu no lugar do Norte Grande do Concelho da Vila das Velas da Ilha de Sam Jorge no dia 10 de dezembro do ano de

1841, filho de Hilário José de Sousa e D. Maria Delfina da Conceição e faleceu na cidade da Horta onde vivia desde creança.

Cursou as disciplinas do curso Geral dos Liceus, na Horta, e desempenhou depois as funções de bibliotecário no mesmo Liceu, para que foi nomeado por Carta Régia de 27 de setembro de 1866, cargo que exerceu até 1879, ao mesmo tempo foi guarda-livros da Caixa económica Faialense e desde estudante e durante toda a sua vida ensinou particularmente as disciplinas da secção de letras do curso geral dos Liceus.

Foi politico combatente, azedo, teimoso. Conta-se que depois duma longa polémica politica, no seu jornal, um governador civil da Horta, que não andava nas graças do jornalista, o chamou a vêr se o captava, mas não conseguindo preguntou-lhe áspero:

—Em que é que senhor se fia?

Respondeu-lhe prontamente o jornalista:

—Nos bicos da minha pena, senhor Governador.

E o governador embuchou.

Colaborou assiduamente nos jornais:

O Faialense.—Semanário da cidade da Horta de que foi primeiro redactor o Dr. Miguel Street Arriaga e cujo primeiro numero apareceu a um de abril de 1857. A sua colaboração foi assidua entre os anos de 1865 a 1875.

O Atlantico.—Semanário politico e literário, cujo primeiro numero saiu a 23 de janeiro de 1862.

O Imparcial—cujo primeiro numero saiu a 9 de agosto de 1876 e de que ele foi o redactor.

O Direito Popular—orgão para advogar os interes-

ses do povo, semanário cujo primeiro numero saiu a 14 de abril de 1879.

Publicou ainda em separata:

Educação paterna.—Breves discursos. Impresso na tipografia de «O Atlantico», Horta, 1876.

Diz-nos o autor que esta sua obra nasceu depois da leitura que havia feito do «Tratado prático da Educação Materna, do Abade Pichenot» —obra que se cinge muito especialmente á parte espiritual e religiosa da educação das creanças: baptismo, confissão, primeira comunhão, discursando e desenvolvendo seguidamente outros pontos da doutrina cristã.

«Queremos porém dilatar um pouco o assunto, chamando tambem a atenção e cuidado do pai para a educação do filho, com especialidade no que respeita á instrução, escolha de vida e colocação social que lhe cumpre estabelecer e firmar».

Desenvolve em seguida em pequenos artigos alguns assuntos interessantes como por exemplo «da escolha da esposa, regras de asseio, o método do estudo, da profissão, do mestre, etc.

Eis algumas frases do artigo «Sobre a conveniencia social».

«A vida isolada tem seus encantos e beneficios, considerada sobre certos respeitos; mas em geral está exposta a mais inconvenientes.

E' principio confirmado nas mais seguras doutrinas, que o homem nasceu para a sociedade, com ela deve conviver, e para ela trabalhar.

Sem familia não podia existir o homem, sem sociedade não podem subsistir as familias. Rico e poderoso que seja o homem, sua vida não pode isentar-se da dependencia dos outros homens.

Seja embora bem constituida uma familia, o seu viver isolado da sociedade não a pode satisfazer.

Na companhia de um amigo e confidente o coração se dilata, a alma se adoça e a vida se ameniza».

Breves soluções dos programas oficiais—para os exames de instrução primária e secundária.—Impresso na Tipografia de *O Atlantico*, em 1878.

E' um questionário do programa oficial dos exames de instrução primária para admissão aos Liceus, que, como diz o autor, poderá servir para auxiliar as repetições dos estudos já feitos e é por isso que procuramos resumir e abreviar as definições e divisões, considerando que já a esse tempo os alunos se acham senhores do sentido e desenvolvimento pelas prelecções dos seus dedicados preceptores.

Assim segue o questionario sobre os rudimentos de gramática portuguêsa, de Religião, de Historia de Portugal, de Geografia e Corografia de Portugal, de Arimética Sistema métrico e de Desenho.

Segue-se depois o programa do curso do 1.º ano da lingua portuguêsa nos Liceus Nacionais, um questionário semelhante, que bem podemos chamar resumo da matéria.

Sermão dedicado á Santissima Virgem das Angustias—que fez distribuir no átrio do Templo de Nossa Senhora das Angustias, da Ilha do Faial, no dia 9 de maio de 1875 para suprir a falta de sermão que não houve.

Este facto deu, pela sua novidade, varias discussões, nem todas favoraveis ao facto.

---

1) Vid. Arquivo dos Açores, Vol. V. ª, folhas 28. Biblioteca Açoreano, Album Açoreano 418.

JOSÉ JOAQUIM D'OLIVEIRA MACHADO.—Nasceu na Ilha de S. Miguel na primeira metade do século XIX.

Deixou vários trabalhos literários espalhados em jornais e revista da época, tais como o *Noticiador, Revista dos Açores, Filólogo.*

Nestes,entre outros artigos citaremos os que intitulou —Subversão de Vila-franca do Campo em 1522—Batalha naval de 1852—Padre Jerónimo Emiliano d'Andrado—Conventinho de Vale de Cabaços, do qual transcrevemos os seguintes periodos:

Dez anos quasi haviam que as Religiosas habitavam o Conventinho, quando chegando até elas o boato dos muitos raptos que se experimentavam nas costas da Ilha causados pelos piratas Argelinos e o logar exposto e escampado do Recolhimento,as intimidou,forçando-as a impetrar sua transição para outro sitio. A sua suplica foi atendida e em resultado parte da corporação se ausentou para Vila-franca, onde foi edificar o Convento de Santo André e parte permaneceu no Recolhimento ainda por algum tempo, após o qual se retirou a Ponta-delgada, onde fundou o de N. S. da Esperança».

Aos leitores do circulo 162.—Manifesto do que se propõe a candidato a deputado pela Ilha de S. Miguel. janeiro de 1868.

Saiu sem nome do autor, mas está catalogado como sendo deste escritor.

Noticia sobre as pozolanas dos Açores—da casa comercial Oliveira Machado de Lisboa, seus progressos e usos. Lisboa, Tipografia Franco Português em 1862.

Refere-se á Pozolana existente nos Açores e que ao tempo se reputava superior aos cimentos que vinham do estrangeiro.

Transcreve a opinião do engenheiro das Obras publicas nos Açores confirmando isso e uns atestados da Escola de pontes e calçadas de Paris, que provam que a «Pozolana dos Açores, quando é genuina, possue excelentes qualidades hidraulicas e é comparavel ás melhores «Pozolanas conhecidas».

Moçambique.— Conferencia na sociedade de Geografia de Lisboa por Joaquim José Machado, major de engenharia, director das obras publicas de Moçambique, em Lisboa casa da Sociedade de Geografia, 1881.

Fala do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transval, encarecendo a sua necessidade e demonstrando a dificuldade em se fazerem transportes em animais domesticos, por causa da mosca tsé-tsé.

JOAQUIM JOSÉ COELHO MENDES.—Nasceu na cidade d'Angra do Heroismo na primeira metade do século XIX.

Deixou vários trabalhos literários espalhados por vários jornais Açoreanos, entre os quais nomearemos:— *Açoriano Oriental, Fraternidade Artistica, Imparcial, A Terceira, Diário de Noticias,* além de outros do continente português e do Brasil, onde tambem colaborou.

Biografou vários vultos Açorianos, contribuindo assim com um valioso auxilio para a história dos Açores.

Entre outros trabalhos temos conhecimento dos seguintes:

Biografia de João de Sousa Pereira—publicado na *Fraternidade artistica,* de Angra do Heroismo no numero 8 de 26 de março de 1887. Havia sido um tipógrafo da Ilha Terceira, que ocupara as suas horas de folga em estudos das linguas latinas, francêsa e inglêsa.

Foi depois redactor de *O Angrense* e neste jornal publicou varios poesias:

Damos a seguinte:

A CAMPONESA

Com teu rosto afogueado
pela calma na campina,
rosto alegre e tão rosado
como rosa Alexandrina.
Com teu peito descuidado
com teus modos de lhanêza
como capitanas o agrado
como és linda camponêsa.

Biografia de D. Ernestina Avelar.—De quem já falamos a paginas 295 deste nosso trabalho.

Biografia do Dr. Jacinto Cardoso da Silva.—Natural da cidade d'Angra, figura de relevo na politica regeneradora e antigo Ministro da Marinha e ultramar.

Biografia do Dr. José Pimentel Homem de Noronha.—Natural da Ilha de S. Jorge e que ainda estudante da Faculdade de Direito publicou:—*A justiça das eleições no sistema representativo.*

Dois anos depois em 1874 publicou ainda: *Duas palavras sobre o recambio.*

Sobre este ultimo livro diz o Diario Ilustrado de Lisboa:

«O ilustre académico divide o seu excelente trabalho em 3 partes. Na primeira apresenta algumas noções geraes para bem claramente se entender tão dificil assunto e analiza detidamente o artigo 408 do Codigo Civil.

Na segunda apresenta várias teorias e fundamenta com grande vantagem a que adopta. Na terceira parte sustenta a sua opinião que os Redactores da Revista de Legislação e jurisprudencia combatem.

Viveu em Angra, advogou e foi administrador do Concelho e Conselheiro do distrito.

Biografia do Dr. Antonio Muniz Barreto Corte Real—na Fraternidade artistica, de quem já falamos a páginas 374 deste trabalho.

No jornal *A Terceira:* ano 1887, n.º 1472, no folhetim publica:

Subsidios para a história literária dos Açores e biografa Francisco Afonso Chaves e Melo, Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo, Francisco Ferreira Drumond, Francisco Inacio de Sousa, Francisco Jeronimo da Silva e Francisco Manuel Raposo d'Almeida, de S. Miguel.

Biografia de Joaquim Maria da Silva.—Formado em Direito, pro-fessor do Liceu de Santarem, nascido na Ilha Terceira, que havia escrito:

1) Federação Ibérica, ou idéias gerais sobre o que convem ao futuro da Peninsula.

2) Chatterton--drama em 3 actos, tradução.

3) Educação das Mães de familia, tradução.

Biografia do Dr. Eduardo d'Abreu, que publicou no jornal «Imparcial», n.os 143 a 145, de quem também já falamos a páginas 658 deste nosso trabalho.

ALFREDO DE MATOS ANGRA.—Nasceu em Angra do Heroismo a 21 de junho de 1845 e faleceu na cidade do Porto a 26 de outubro de 1927, onde residia desde os sete anos de idade, porque seu pai, um dos bravos do batalhão de caçadores 5, naquela cidade fixou residencia com toda a sua familia.

Faleceu solteiro, vivia com umas irmãs e com uns sobrinhos que formavam toda a sua familia.

A carreira comercial, onde iniciou a sua vida, não o atraíu e na primeira oportunidade, ainda bastante novo, trocou-a pela de jornalista que lhe grangeou uma situação de destaque entre os seus colegas e o publico ilustrado que o lia.

Pertencia áquele grupo que no Porto era conhecido pela *velhada do jornalismo tripeiro;* era o mais velho deles todos e seguramente o mais querido deles, por todos os dotes que possuia.

Desde muito novo que começou a poetar, publicando algumas das suas produções nos jornais do Porto com o pseudónio de Corina de Magalhães; mas foi em 1863, tendo assim apenas 18 anos, que assentou praça na vida jornalistica a que só a morte veiu por termo.

Temos conhecimento da sua vida de publicista nos seguintes jornais:

Clamor do povo—onde iniciou a sua vida de escritor, jornal este de que eram redactores principais Miguel de Paiva e Guilherme Braga, o festejado poeta.

Teve pouca vida e Matos Angra viu-se forçado a novamente entrar na vida comercial onde tempos depois o foram buscar.

A Actualidade—jornal fundado por Anselmo Morais Sarmento e que foi no seu tempo uma das melhores publicações periódicas.

Matos Angra entrou para a sua redacção, ao ela se fundar, a convite do seu director e lá permaneceu toda a vida do jornal, vinte e tres anos, numa constante e assidua colaboração.

Ideia nova—foi um outro jornal que depois de «A Actualidade» se fundou e de cuja redacção fez parte Matos Angra, como de uma outra publicação periódica «Jor-

nal do Porto», mas quere numa, quere noutra redacção pouco tempo esteve.

Comercio do Porto—foi neste importante diário que ele mais se evidenciou como publicista, desde 1 d'abril de 1882, data em que para a sua redacção deu entrada, até á sua morte, tendo conquistado entre todos os colégas e directores a maior estima e consideração.

Em todos estes jornais deixou a sua colaboração: — «dezenas de romances traduzidos do francês», que publicava em folhetins e composição original em romances tambem e em peças de teatro, algumas das quais teve o prazer de as vêr representadas com aplauso.

Temos conhecimento dos nomes dos seguintes romances originais que deixou:

Amor e ousadia, A sobrinha do Major, A fidalguinha, O meu romance, Amor e guerra aberta e Maria Natália.

Ha tambem um volume de poesias que publicou com o nome de *Neblinas da tarde.*

Sobre teatro escreveu as seguintes comédias:

Narciso com dois pés—opereta em um acto, em calembures, musica de José Candido.

Médico das creanças—arranjo de uma peça de Ennery.

A minha outra metade—comédia em um acto.

Primeiro, experimentar—comédia em tres actos.

Jorge—drama em 3 actos.

A mulher homem— um acto.

Fumaças de leão—cena cómica em verso. (1)

MANUEL AUGUSTO TAVARES DE RESENDES. —Nasceu na cidade de Ponta-delgada no ano de 1849, filho de João José de Resendes e faleceu naquela cidade a 3 de janeiro de 1892.

Sem curso literário, sem preparação suficiente para o jornalismo, ele sentia uma atração por aquela vida e fez-se tipógrafo, o inicio da carreira que abraçou. Depois, o acaso deu-lhe um dia ensejo de ser dono duma tipografia e ele, ávido de desejos, fundou então o Diario dos Açores.

Falar de Tavares de Rezendes é pois falar do Diario dos Açores que ha 63 anos vem pugnando pelos interesses destas Ilhas, especialmente pela sua Ilha, com o mesmo denodo e a mesma fé do primeiro dia em que apa-receu.

Intitulava-se então «publicação noticiosa de instrução e recreio». Começou diario a 6 de fevereiro de 1870 até julho de 1872. Publicou-se trisemanalmente depois, até agosto de 1874. Aumentou de formato este ano mas passou a bi-semanal e acabou com o numero 1.954 de 11 de junho de 1881, aparecendo logo com o nome de *Novo Diário dos Açores* para fugir á sentença a que fora condenado judicialmente. Voltou depoisao seu primeiro nome e vai hoje com 63 anos de luta e de victoria.

Ha anos comemorando este diário a data do seu aparecimento, disse com razão e aqui arquivamos gostosamente:

«Apresentar nas nossas Ilhas um quotidiano em 1870, ano da fundação do Diario dos Açores, constituia em-

1) Portugal Madeira e Açores, de 8 de Novembro de 1927. Correio dos Açores em 13 de Novrmbro de 1827.

preendimento espinhoso e quasi inviavel, que só o talento, o carinho regional e a decidida vontade de Tavares de Resendes poderiam levar a um exito seguro e duradoura.

E' que ha sessenta anos, Ponta-delgada parecia atrasada séculos. . . Não havia gosto pela leitura dos jornais e o numero de analfabetos era maior.

Lançar á publicidade o Diário dos Açores, embora tamanino á nascença, representava um esforço gigantesco e incompreendido, a que Tavares de Resendes, esse lutador leal e inconcusso, deu nervos, todo o ardor profissional e a sua alma formosissima de português».

E noutro lugar, anos depois, referindo-se o mesmo Diário ao seu fundador diz-nos que Tavares de Resendes não implantou apenas a imprensa diária dos Açores, fez mais, desbravou com os seus primeiros exemplares a indiferença do publico pela jornalismo, incutiu-lhe o vicio pela leitura quotidiana.

E isto é muito, é uma conquista que vale e que tem direito a uma consagração.

JOÃO ALVARO DE BRITO D'ALBUQUERQUE.— Nasceu a 13 de março de 1850 na Ilha Graciosa, filho do Desembargador Antonio Maria d'Albuquerque Couto e Brito, da Beira Alta e D. Maria Amélia de Betencourt Silveira e Brum Labath, da Ilha Graciosa, neto materno do Barão da Fonte do Mato, de antiga nobreza Açoreana.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1873, fixou residencia na Ilha Graciosa de que era devoto amigo, tendo sido incansavel em advogar os seus interesses e concorrer para o seu desenvolvimento material e intelectual.

Como politico militou por muitos anos no partido regenerador, abandonando-o depois da morte de Fontes

Pereira de Melo por melindres pessoais; a ideia autonómica dos Açores entusiasmou-o e tomando-a a peito defendeu-a brilhantemente no jornalismo.

Em 1895 fixou temporariamente residencia em Angra do Heroismo, afim de seguir de perto a educação dos seus filhos, sendo feito Reitor do Liceu Nacional d'Angra em duas épocas, uma por Decreto de 24 de outubro de 1895 até 1900 e outra por Decreto 9 de Novembro de 1904 até 1906, desempenhando estas suas novas funções tão brilhantemente que causava profundo desgosto sempre a sua saida da Reitoria.

Notabilizou-se porém como jornalista, fundando *A Ilha Graciosa* e tomando-a como Tribuna, nela defendeu e pugnou pelos interesses da sua querida Ilha.

JOÃO EMERSON FERREIRA.—Nasceu na cidade da Horta, da Ilha do Faial, no ano de 1850, filho de Manuel Ferreira d'Andrade e D. Joana Emerson Ferreira.

Depois de receber os primeiros ensinos de instrução, frequentou um colégio na Inglaterra, onde recebeu uma cultura esmerada; voltando a Portugal tentou tirar a formatura em medicina na Universidade de Coimbra, mas uma doença pertinaz, ao tempo, fê-lo mudar de orientação, regressando á sua Ilha.

Por convite especial e honroso assumiu a regencia duma das cadeiras de humanidades, no mais importante colégio de Chicago, onde esteve trinta e cinco anos.

Circunstancias da vida fê-lo voltar ás Ilhas, estabelecendo-se em Angra do Heroismo, onde leccinou, com grandes vantagens, inglês e francês, indo daqui para a cidade do Porto, onde tambem leccionou, vindo ha anos para

1) Almanaq ue Açoreano, paginas 213.
Memória da Visita Régia paginas 352.

a Ilha do Pico, onde se fixou, devido ás suas precárias circunstancias, chegando a viver protegido pelos seus amigos e alguns vizinhos, sem familia, vivendo só, mas rodeado da amizade que lhe dispensaram, grata e carinhosa.

E faleceu com 82 anos de idade, lucido, vitimado por antigos padecimentos, no dia 15 de fevereiro de 1932.

FRANCISCO MARIA SUPICO. — Nasceu na Vila da Lousã do continente português no primeiro de novembro de 1830, mas viveu nos Açores na época da vida em que se forma o caracter do homem, desde os vinte anos e aqui morreu com 81 anos de idade, a vinte de agosto de 1911, no lugar de Rosto de Cão, nos arredores de Ponta-delgada desta Ilha de S. Miguel.

Foi Açoreano pois por educação e por adaptação e tanto assim o consideravam os micaelenses que o elégeram á mais alta função publica electiva nesta Ilha, a vogal da Junta-geral autónoma, e esta o fez seu presidente em 1901, por ocasião da visita Régia de El-Rei D. Carlos, aos Açores.

A' sua modesta pofissão de farmaceutico do hospital de Ponta-delgada dava a atenção indispensavel que a lei exige, porquanto o seu espirito vogava por outras regiões, que ele era mais um quimico das letras que das drogas farmaceuticas, que diariamente tinha obrigação de manipular.

A tendencia particular de Francisco Maria Supico era para junto dos literatos, dos novos, dos que batiam á porta do Parnaso e que viviam em intima camaradagem com as Musas.

Amigo de Teófilo Braga, desde o seu tempo de estudante do Liceu, prefaciou-lhe o seu primeiro livro de versos — *Folhas verdes* — como já dissemos a paginas

120 deste trabalho, incitando-o a continuar, dando-lhe alento e coragem.

Era amigo de Guilherme Read Cabral, Teófilo Ferreira, Antéro e até de Castilho, apesar da separação que havia entre este e aqueles outros seus amigos, creada pela questão do Bom senso e Bom gosto.

As suas produções ficaram espalhadas pelos jornais onde colaborou anos a fio e numa série de Almanaques que reunia pequenas produções dos literatos daquela época.

Mas onde na verdade a sua actividade se firmou, foi como jornalista, que o foi na verdade, correcto, preciso e disciplinado.

Temos conhecimento dos seus trabalhos nas seguintes publicações periódicas:

Revista dos Açores—semanário literário, cujo primeiro numero saiu no primeiro de janeiro de 1851 de que eram redactores Francisco Maria Supico, José de Torres, Filipe do Quental, Luiz Filipe Leite e outros.

A Revista Açoreana—semanário tambem literário cujo primeiro numero saiu a 2 de janeiro de 1853 de que eram redactores Francisco Maria Supico, Mariano José Cabral e José Bensaude.

O Corrreio Micaelense—semanário politico, orgão do partido setembrista de Ponta-delgada, cujo primeiro numero saiu a 12 de setembro de 1847 e de que em 1858 Francisco Maria Supico assumiu a direcção até 1864 ano em que terminou.

Gazeta da Relação—diário Micaelense, mas que depois se começou a publicar sómente ás terças, quintas e sabados; cujo primeiro numero saiu a 21 d'abril de 1868.

Era uma publicação oficial de assuntos juridicos, consultas e publicações de anuncios judiciais e outros.

O Tribunal da Relação dos Açores contribuia com uma importante colaboração com os seus acordãos, resoluções e assuntos importantes.

Foi seu fundador Mariano José Cabral, mas desde 1870 passou a ser propriedade de Francisco Maria Supico.

A Persuasão — semanário politico, defensor do partido regenerador, que foi sempre um dos melhores jornais do seu tempo.

Apareceu o seu primeiro numero no primeiro de janeiro de 1862 sendo seus redactores Francisco Maria Supico e José Inacio Rebelo de Medeiros e foi seu proprietario Francisco Inacio Rebelo, passando por sua morte a propriédade para Francisco Maria Supico.

E' neste jornal onde o nosso biografado mais pôs em evidencia o seu talento de historiador e investigador, nas suas *Escavações*, trabalho util e conscencioso para a historia destas Ilhas.

Eis um trecho de prosa de Supico a proposito do falecimento de José Jacome Corréa na «Persuasão» de 7 de julho de 1886.

«Ha muitos anos que militava na politica. Era chefe do partido regenerador em S. Miguel. Não o foi por imposição, mas insinuando-se pelas suas altas faculdades e pelos seus dotes do mais correcto bom senso.

No seio do partido era principalmente um conciliador.

Não manifestou jamais o menor vislumbre de autoritário. E se não tinha os grandes assomos do entusiasmo, nem os frenesis dos que aguardam os momentos das victorias para ruidosamente celebrarem os triunfos, tambem não era do estofo dos que se despeitam e desforçam por quaisquer melindramentos partidários.»

ANTONIO JOAQUIM TEIXEIRA.—Nasceu na Ilha Terceira e lá viveu, muito dado á vida jornalistica, sendo um dos mais causticos publicistas que houve no seu tempo.

Conhecemos-lhe anunciadas as seguintes obras:

Cenas da actualidade, historias roxas, etc.

Outros estudiosos atribuem este trabalho, que apareceu sem nome de autor, ao Padre Antonio Augusto Teixeira.

O paroco da aldeia—comédia em tres actos que foi representado em Angra.

A mulher vendida—ou historia dum casamento. Tipografia do Imaculado, Angra do Heroismo.

Trata dum caso particular da vida do escritor que melhor fora não ter vindo a publico:

«Estava bem longe de crêr que depois de uma mulher que namorei ter-se unido pelos laços conjugais a um outro individuo ou para melhor dizer, depois dessa mulher ser vendida por uns cobres, unicamente para satisfazer a desmedida ambição dum pai e os loucos caprichos dum sacerdote infame, havia de vêr-me na necessidade de narrar de alguma maneira os pormenores dessa nojenta comédia.»

Foi o redactor e fundador do jornal *Chicote*, que apareceu a 5 de maio de 1878 e terminou com o numero 7 de 25 de agosto do mesmo ano.

Colaborou no Atleta, 1879, Independencia, Correio da Terceira, Ideia Nova, Brizas Terceirenses e Pai Paulino de Ponta-delgada, 1889.

Mas em todas as suas publicações se nota a veia caustica que o animava.

FRANCISCO DA PONTE CORDEIRO. — Natural da Ilha de S. Miguel.

Usava o pseudonio de Dr. Cecil Egberto.

Entre outros trabalhos temos conhecimento do seguinte:

Perfis dos deputados apresentados pelo centro rege-generador Micaelense em 1887.

Tipografia Imparcial em Ponta-delgada da Ilha de S. Miguel, 1887.

O primeiro é de Antonio Augusto de Sousa e Silva, diz dele:

«A fisionomia d'aquele grande caracter é a expressão nominativa de seu sublime pensamento. Fitá-lo um unico momento basta para descortinarmos no seu rosto a expressão do talento firme e a sua força de vontade austera.»

O segundo deputado é o Dr. Artur Hintze Ribeiro, e diz:

«Toda a sinceridade, entusiasmo e honradez estão encerrados na perspicaz tenacidade do compenetrado ideal do generoso coração do ilustrado médico micaelense.»

O terceiro e ultimo deputado é o Dr. Pedro Augusto de Carvalho:

«Com a mesma clareza, o mesmo sorriso, bom e satisfeito, em que no seu escritório fala ao publico que o procura, pretende o Dr. Carvalho defender a causa do povo micaelense que o elege,»

JULIO ANGELO BORGES CABRAL. — Nasceu na Vila do Porto da Ilha de Santa Maria a 14 de fevereiro de 1856, filho de Augusto Borges Cabral, oficial da marinha mercante, e faleceu em Lisboa com pouco mais de 60 anos.

Foi seminarista em Angra do Heroismo, mas não se achando com vocação para a vida eclesiástica, repetiu os preparatórios no Liceu nacional daquela cidade e seguiu a carreira militar que lhe estava mais a caracter.

Desde estudante escrevia para publico, iniciando a sua vida jornalistica em Angra do Heroismo num semanário de estudantes, colaborando depois no *Terceira* e no *Imparcial,* da mesma cidade, como redactor principal.

Colaborou na *Persuasão, Diário dos Açores* e na *Gazeta de Noticias,* de Ponta-delgada, e na cidade do Funchal, onde esteve algum tempo, colaborou no jornal *Direito.*

Em Lisboa, onde afinal se fixou e viveu mais tempo, era assiduo colaborador do *Portugal, Madeira e Açores.* Deixou escrito um volume de *Geografia, História e Estatistica das Ilhas dos Açores,* por incumbencia do Ministro da Guerra, o Conde de S. Januário, e um outro que intitulou *Insulares.*

Deixou uma larga colaboração no Album Açoreano, na parte relativa á Ilha de Santa Maria; transcrevemos um pequeno trecho de lá:

Faneca

«E' um sitio pertencente á freguesia de Sam Pedro da Ilha de Santa Maria, á distancia de umas duas horas de viagem da Vila do Porto.

Torna-se notavel por causa duma espécie de deserto, que lhe fica adjacente, á beira-mar (o barreiro da Faneca) formado por uma grande extensão de terreno de côr amarelenta, tendendo para vermelho e que não é cultivado. De espaço a espaço encontram-se uns monticulos com álgumas urzes e tamujos rasteiros, formando como que um oasis.

Tem um aspecto impressionante, o Barreiro da Fa-

neca, pelo exquisito da região, pela singularidade e pelo contraste que estabelece com o terreno contiguo.

Presta-se a grandes caçadas aos coelhos, que abundam no sitio, facilitando uma digressão agradavel que muito apreciam os forasteiros.»

ANTONIO MIGUEL DE SOUSA MUNIZ.—Nasceu na Ilha de S. Jorge do arquipélago dos Açores no dia 4 de fevereiro de 1857.

Foi professor primário, mas pelo seu estudo, persistencia e inteligencia ele conseguiu impôr-se e chegou a exercer cargos electivos na Junta-geral e na Camara Municipal de Angra do Heroismo. Colaborou em muitos jornais e revistas do seu tempo, foi o redactor e fundador da «Voz do professorado» e da «Gazeta de Noticias», que apareceram em Angra do Heroismo.

Conhecemos-lhe os seguintes trabalhos publicados em volume:

Dos Açores á França, (notas de viagem). Imprensa da Junta-geral, Angra do Heroismo, 1889.

Foram primeiramente estas notas impressas em artigos no jornal «A Gazeta de Noticias», de que o autor era redactor, ampliados agora com algumas explicações.

Descreve o autor a sua viagem dos Açores a Paris e assim desde a sua saída de Angra do Heroismo, a Lisboa, e d'aqui a Madrid e Paris, notando o que de mais interessante encontrou por onde viajou.

Contos insulares.—Tipografia da Gazeta de Noticias, Angra do Heroismo, 1893.

São 8 contos, baseados em factos reais, segundo diz o seu autor, e assuntos insulares, numa linguagem leve, facil e por isso mesmo dando aos contos um certo sabor.

Eis o começo de um deles:

—Rosália:

«Ao oeste da cidade d'Angra, seguindo a estrada do litoral, encontrava-se, em 1862, uma pequena casa térrea, de modesta aparencia, mas agradavelmente situada.

Rodeavam-na algumas arvores de fruta, apenas vedadas por simples sebes, cobertas de eras e madresilvas. Na frente via-se um pequeno canteiro de cravos e rosas, cujo perfume deleitava os que paravam á grade, para darem os bons dias ao proprietario.

Aquela resistencia alegre e festiva, pertencia a Teodoro da Cunha, um velho solteirão, que se retirára do serviço militar, onde fora auspeçada, depois de haver obtido a sua reforma.»

EUGENIO VAZ PACHECO DO CANTO E CASTRO.—Nasceu na Ilha de S. Miguel, filho de João Silverio Vaz Pacheco de Castro, das mais antigas e nobres familias desta Ilha.

Concluidos os seus estudos preparatórios no Liceu de Ponta-delgada, seguiu para a Universidade de Coimbra onde se matriculou na Faculdade de Filosofia, formando-se com alta classificação e obtendo o grau de Licenciado.

Precedendo concurso, foi despachado professor da cadeira de Ciencias, por decreto de 8 de novembro de 1888 para o Liceu de Ponta-delgada, tomando posse a 26 do mesmo mês e ano, e nomeado Reitor do mesmo Liceu por decreto de 27 de janeiro de 1890 desempenhando este cargo até 1894.

A seu pedido foi transferido para um dos Liceus de Lisboa, onde esteve os ultimos anos, mas ao sentir aproximar-se o fim da vida, regressou a esta sua Ilha para repousar enfim na terra de seus pais, falecendo poucos dias depois da sua chegada, a 28 de julho de 1911.

Desde rapaz militou no partido republicano e por este seu ideal combateu até aos ultimos dias da vida.

Foi uma das figuras de relevo do seu tempo, um dos filhos que muito amou a sua Ilha de S. Miguel e que mais devotadamente a serviu.

São dele estas palavras no jornal «O Localista», a propósito da atitude que tomou a favor da proposta que a companhia de Gaz de Ponta-delgada havia feito ao Municipio e que não foi por todos bem aceite, que bem o define e por elas bem se avalia o estofo do Dr. Eugenio Pacheco.

«Um homem que gratuitamente se impõe a obrigação de defender e zelar os interesses publicos da sua terra, e que até hoje não deixou perder um só lance de colaborar, dentro dos seus escassos recursos, na obra colectiva da civilização local, tomando sempre inteira responsabilidade de quanto disse e escreveu com a aposição do seu nome ou das suas iniciais, — um homem nestas condições, pode ser apodado de tudo, menos de mal intencionado».

São não verdade inumeros os seus escritos, advogando a creação de melhoramentos para a sua Ilha, muitos dos quais teve a satisfação de os ver realizados.

Defensor da Autonomia Açoreana, foi redactor do jornal creado para advogar a nossa descentralização administrativa — Autonomia dos Açores. — Não lhe agradou porêm o Decreto de 2 de março de 1895, que realizava em parte as aspirações Micaelenses, creando a Junta-geral do Distrito, pelos seus principios centralizadores. Combateu por isso desassombradamente em varios artigos aquele decreto que mantinha a Junta-geral á mercê dos caprichos dos Ministros e até do próprio Governador civil, que tinha voto consultivo e informava o governo das suas pretenções.

Era em extremo patriota, advogando com ardor todos

os melhoramentos com que devia ser dotada esta Ilha: vá em vista o seu cuidado pela creação e existencia da *Sociedade propagadora de noticias micaelenses*, a que ele deu o melhor dos seus esforços e cujos fins resumidamente assim foram agrupados:

1) Promover dentro e fóra do País a maxima vulgarização de noticias referentes á Ilha de S. Miguel, de modo que se tornem bem conhecidas as suas condições naturais e os progressos da sua civilização.

2) Fornecer, a quem os solicite, todos os esclarecimentos e subsidios necessários para o estudo do meio micaelense, quer sob o ponto de vista histórico e etnográfico, quer sob o ponto de vista económico e mercantil.

3) Recolher e arquivar todos os escritos, nacionais ou estrangeiros, onde se apreciem as cousas micaelenses ou onde se encontrem elementos para o estudo delas.

4) Patrocinar quaisquer iniciativas particulares que representem assinalados progressos, para a colectividade micaelense.

5) Advogar todos os interesses que estejam ligados aos grandes melhoramentos locais.

E esta sociedade a que o Dr. Eugenio Pacheco tanto interesse ligou e que tão curta vida teve, propunha-se realizar os seus fins com publicações em folhas portuguêsas e estrangeiras, em albuns e num *Boletim* ilustrado sobre todos os elementos indispensaveis para se formar uma ideia da vida e condições da Ilha de Sam Miguel.

Ainda provando o seu grande amor por esta sua terra, a Ilha de Sam Miguel, vem o interessante estudo que intitulou — *Como havemos de fundar a pátria Micaelense*, inserto no jornal «O Localista», numeros 65 e seguintes do ano de 1901.

A tradição não basta, diz-nos o autor, para conseguirmos o nosso fim, é necessario e precisa-se lançar mão tambem da Selecção. «Cultivar a esmo a *herança do passado*, equivale a pôr na mesma plana os defeitos e as qualidades, sem ter consciencia do fim para onde se encaminha e dos meios indispensaveis para o conseguir. Guiar as tradições é, pelo contrario *selecionar as tendencias* uteis em vista do progressivo aperfeiçoamento das qualidades dominantes e da correção dos defeitos inibitórios».

«Assim se formula o problema da educação verdadeiramente patriótica e se evidencia a importancia do ideal da Pátria na preparação das novas gerações».

«Temos pois dois fins bem definidos na educação micaelense, a saber:

1) Fortalecer as tendencias conscientes que podem dar um valor objectivo á patria micaelense.

2) Dirigir essas tendencias conscientes no sentido da sua maxima valorização».

Para fortalecer as tendencias conscientes indica o autor os seguintes meios:

a) Comemorações dos grandes homens a quem devemos a actual civilização micaelense.

b) Organização de museus e colecções etnograficas, micaelenses.

c) Coleccionação de dados biográficos e estatisticos que interessem a vida publica e privada do nosso povo.

d) Protecção a toda a literatura local que tome por tema os costumes e as cousas desta Ilha,

e) Introdução no ensino das Belas Artes de tudo quanto possa tornar transparente a *côr do meio*, v. g. rapsodias populares, trajos paisagens etc.

f) Propaganda de todos os elementos da nossa riqueza natural com o fim de atrair aqui uma população culta que estimule a civilização local.

g) Promoção de concursos, certames e exposições, onde se patenteiem os progressos do trabalho e da industria.

h) Creação de centros de vida local, nas Vilas e terras principais da Ilha, onde se fomente o gosto pelos melhoramentos, resultantes da cultura moral.

i) Implantação na Imprensa de boas normas, que a tornem colaboradora eficaz da civilização local.

j) Morigeração das corporações publicas, por modo que as administrações sejam incentivos de progresso.

Para dirigir as tendencias conscientes, indica o autor:

a) Propaganda micaelense, tenaz e ininterrupta em que colaborem as classes dirigentes e de que participem as classes dirigidas, mas numa lata e lenta colaboração por parte de todos os homens que tomem a peito os interesses e os destinos do torrão natal.

b) A organização de um Centro de acção destinado a coordenar e uniformizar a propaganda micaelense de modo que ao mesmo tempo se possam utilizar todas as forças e se evite toda a dissipação dos meios.

Os trabalhos literários do Dr. Eugenio Pacheco acham-se muito espalhados pelos jornais em que colaborou e dirigiu: no «Diario de Anuncios» onde tem artigos sobre ciencia, história e politica; na «Autonomia dos Açores» que dirigiu desde 4 de março a 20 de maio de 1894 e em que pugnou pela descentralização admistrativa para os Açores e imediatamente para S. Miguel; no «Preto no branco» e no «Localista», sem duvida os melhores semanários do seu tempo, onde brilhantemente defendeu os interesses desta Ilha e tambem as suas ideias republicanas; em «Os Açores», jornal destinado á defesa destas nossas Ilhas, publicado nos Estados Unidos da América do Norte durante o ano em que o Dr. Eugenio Pacheco lá viveu, para onde tinha ido em busca de melhor futuro.

Vamos mencionar porém alguns trabalhos insertos nestes jornais, parte dos quais tiveram separata e muitos foram transcritos por outros jornais.

Industria Nova.—Na Autonomia dos Açores, numero 49, ano de 1895, em que se lembra a conveniencia e importancia de se aproveitar a pedra pomes como matéria prima para o fabrico de garrafas.

Este trabalho foi muito comentado e transcrito por varios jornais do continente português.

Intimamente ligado a este assunto veiu:

Carta ao Diario dos Açores.—no numero 1.194, ano de 1895, daquele Diário versando varios pontos de química e petrografia, tocados no artigo sobre o fabrico de vidros e pedra pomes.

Pequenas industrias.—Serie de artigos publicados em «O Localista» numero 58 e seguinte, ano de 1901.

E' um estudo bastante interessante e de muita utilidade, porquanto enumera e descreve 25 pequenas industrias que podiam ser exploradas pelo nosso povo da Ilha de Sam Miguel.

Sobre cada industria faz a sua exposição e em traços rápidas a sua história.

Entre outras indicaremos:

Caixinhas de papelão.—As nossas boticas e lojas de quinquilharias, consomem anualmente milhares de caixinhas que na maior parte são feitas á mão, em Lisboa. Já alguem pensou no valor desta importação?

Quantos centos de mil reis não representa ela que podia aqui ficar! Pois essa pobre gente que gasta o seu tempo em picar papeis para *cocóttes* não o empregaria com mais lucro no fabrico de caixinhas? E' pequeno o mercado da Ilha? Que importa isso se o artigo tem con-

sumo em toda a parte, até nas nossas colónias de Africa?»

Cordas de tripa.—Na alta Italia, mormente em Cremona e Pádua, ha um grande comercio deste artigo que é produzido exclusivamente pelas camponêsas dos arredores daquelas cidades».

«Aqui na Ilha ha por fóra da cidade muita mulherzinha que prepara cordas de tripa quasi tão boas como as de Itália. Não seria dificil aperfeiçoar os processos de modo que o nosso producto pudesse competir com o italiano.»

Obras de malha, obras de pita, chinelos de ourelo. archotes, embutidos. cordas de espadana, etc.; de cada uma destas pequenas industrias faz a sua descrição incitando o seu desenvolvimento ou aperfeiçoamento.

Migalhas portuguêsas.—Serie de artigos insertos no jornal «O Localista» numero 8 e seguintes, ano de 1900.

E' um arquivo de notas e observações sómente sobre factos que suscitem algum interesse por parte dos estudiosos.

«O modesto registo que empreendemos não obedece portanto a nenhum plano sistemático, nem pretende impor opiniões novas.

Será apenas uma colecção heteróclita de resultados criticos já obtidos pelos nossos filólogos mais conspicuos em varios ramos da lingua vernácula, mórmente na sua parte ortográfica e etimológica, resultados que os meus leitores aceitarão ou não, sem o menor constrangimento, levados apenas pela força das razões exibidas.

Feita esta simples explicação entra em seguida no seu estudo.

Sobre as grafias em th.—E' um dos pontos em que mais se erra no escrito vulgar, por não se atender ao

critério etimológico e seguiu-se á toa os caprichos das praxes usuais, muitas vezes errados.

Sobre a assimilação do S. no grupo RS.—Em que é muito frequente errar-se nestas grafias portuguêsas, onde houve o fenómeno de assimilação regressiva no grupo consonantal RS. latino.

Sobre certas formas gráficas com h inicial.—Escreve-se hombro, hontem, hume etc. como se este H representasse uma antiga aspiração prevocálica; quando se deve escrever ombro, ontem, ume.

Fallar ou falar? focinho ou fôssinho? jerarchia ou hierarchia?—Para cada assunto tem um estudo feito mostrando um fundo grande de saber e um conhecimento claro da nossa lingua.

Da cal nas suas relações com as febres tifoides em S. Miguel.—Série de artigos insertos no jornal «O Localista», numero 39 e seguintes, ano de 1901.

Pontos nos ii.—Serie de artigos, publicados no jornal «O Preto no Branco» numero 149 e seguintes do ano de 1898, em resposta aos artigos que em «A Medicina Contemporanea» de Lisboa o professor Miguel Bombarda encetara sobre as suas Impressões da sua visita aos Açores.

Logo no primeiro artigo diz-nos o Dr. Eugénio Pacheco:—«Os artigos do ilustre Alienista, de Rilhafoles, que para nós deveriam constituir fortes estimulos de trabalho, e poderiam até ser uma propicia ocasião de aperfeiçoamentos tecnicos, não passam de declarações e de meras *notas* apanhadas de afogadilho, onde a cada passo o critério propriamente subjectivo, aliás de sua natu-

reza falivel, toma sempre corpo para velar em denso nimbo a lamentavel inopia de dados positivos e de informações exactas, de que S. Ex.ª se sentia falho.

Por isso e sob o ponto de vista peculiarmente literário, as *Chrónicas* do professor Bombarda, lograram despertar tal qual interesse, e, se as suas descrições tersas e duma elegante singeleza adquirem donde a onde certo colorido pitoresco, vivamente impressivo, como v. g. quando se refere ao Panorama do belissimo vale dos Flamengos, no Faial, é justo confessar que, como analise cientifica dum Meio e dum Povo ou como relação dum *touriste*, tais escritos deixam muitissimo a desejar a todos os respeitos.

Depois além duma deploravel falta de observação conscienciosa dos Factos em si, o que é flagrante, e da superficialidade com que são tocados assuntos aliás importantes, o que é triste, o *compterendu* do Snr. Professor Bombarda, está repassado de um extremo ao outro de uma onda de pessimismo azedo, tão sistemático, que por vezes chega a arguir despeito ou malevolencias mal disfarçadas sob um riso frouxamente amavel».

Em segaida escalpela brilhante e patrioticamente muitos pontos tratados pelo professor Miguel Bombarda como aqueles em que diz «que a actividade fisica das classes laboriosas (micaelenses) está longe, muito longe, do esforço que para viver carecem de empregar os povos do continente». Erro palmar que o Dr. Eugenio Pacheco emenda, fazendo-se sentir que se ele «em vez de fantasiar cousas exquisitas, houvesse procurado estudar de perto e a fundo o trabalhador dos campos de S. Miguel, no afan das suas pesadas lides, no vigor inflexo da sua luta com o solo, tantas vezes ingrato, na admiravel tenacidade, em fim, com que mal alimentado e mal vestido, suporta sempre resignado os mais rudes labores, ah! se assim fizera, cremos piamente que o ilustre alienista

não capitularia de indolente e desvigorada uma população inteira, cujo titulo de maior glória está precisamente no seu tradicional amor ao trabalho productivo e na sua nunca satisfeita ambição de luta».

No ponto que o professor Bombarda se refere ao clima e á nosologia da Ilha de S. Miguel, ao reumatismo, alcoolismo, raiva, variola e outros assuntos mais, o Dr. Eugenio repele e caustica muitas afirmações graciosas e inexactas que fez, como quando se refere á lepra, que diz que «abundam, ao que parece, os leprosos na Ilha próxima de Santa Maria. Mesmo em S. Miguel talvez não seja rara a doença. E não o posso afirmar porque não conheço a origem de alguns leprosos que vi pelas ruas de Ponta-delgada».

Demonstra o Dr. Eugenio que ao tempo só havia um leproso em Ponta-delgada, o maritimo Manuel Mangulho, que ele professor Bombarda não viu porque ha muito não andava pelas ruas.

Convida-o a retratar-se neste e em todos os outros assuntos em que errou para restabelecer a verdade que levou com manifesto descrédito para esta nossa terra.

Recherches micrografiques sur quelques roches de l'Ile de San Miguel, Açores. Lisbonne Imprimerie Nationale 1888.

Os estudos foram feitos em blocos de projecção vulcánica que pela sua composição se podem agrupar em duas categorias:

1.º) blocos de natureza ácida, syenetos, que se encontram no vale das Furnas, Agua de Pau, Lagoa do Fogo, Sete Cidades, Pico Alto e Pico das Camarinhas.

Estas rochas são caracterisadas pela sua estrutura granitoide e pela presença simultánea, como elementos essenciais, de anfibolo e de orthosa. Este ultimo elemento, contudo, é muitas vezes, em grande parte subs-

tituido por um feldspato de natureza muito sólida. Teem como elementos acesssórios entre outros o zircão, a açorita, a pyrita, a mica preta, a angita, o quartzo etc. e como minerais secundários a leucoxena e a mica preta.

2.º) blocos de natureza básica—(dioritas, diabases) que se encontram nos Ginetes, Ponta da Ferraria, Pico das Camarinhas e Várzea, e um outro elemento—wherlite—que se tem encontrado no Pico Alto.

Estes blocos são bastante densos, devido sobretudo a abundancia da magnetita. São no geral friaveis e compostos de pequenos grãos de alguns milimetros de diámetro.

O feldspato é raro, salvo nas dioritas, onde forma especies cristalinas bastante desenvolvidas; a anfibola apresenta muitas vezes grandes dimensões.

Note sur les propriétés optiques de qualques minéraux des roches de l'archipel Açoreen.—Separata do tomo X do «Bulletin de la Societé française de mineralogie. Paris au siege de la société a la Sorbonne, 1887.

Diz-nos o autor neste seu trabalho que nos seus estudos micrográficos feitos em rochas da Ilha de S. Miguel encontrou por muitas vezes alguns minerais raros, entre os quais menciona e descreve os seguintes:

Açorita.—que foi descoberta em 1847 por Teschemacher que dele nos fala na «The American journal of Sc. 2.º serie, vol. III pag. 32». Encontra-se este mineral em certas traquites da Ilha de Sam Miguel e a sua descrição baseia-se nos caracteres cristolográficos e pirognósticos.

Pyrrhita—que Gustavo Rose descreveu no «Annalen der physik und der Chemie, tome XLVIII pag. 562, 1839».

Cristalisa este mineral em octoedros regulares de al-

guns milimetros apenas e num amarelo de oiro esverdeado.

Aegyrina (akmita)—variedade de pyroxena encontrado em certas rochas da Ilha de S. Miguel por Mügge e por ele descrito na «Petrographische Untersuchungen an Gestein von den Azoren in Neues Jahrbuch fur Mineralogie, etc. 1883. tome II pag. 191».

Apresenta-se este mineral em cristais pertencentes ao primeiro estado de consolidação de rocha ou então sob a forma de microlites de certas traquites.

Arfvedsonita—A presença desta anfibola não tem sido constatado até hoje nas traquites dos Açores. Figura aqui como producto de epigenia de augita e de aegirina, encontrando-se em dimensões muito variadas e espalhada na massa dos microlitos feldspáticos.

Dos impossiveis em filosofia natural.—Ext. de n.º 159 d'O Preto no Branco, Imprensa de Eugenio Pacheco, Ilha de S. Miguel, 1899.

Estudo sobre um invento Americano do Dr. Emmens «converter a prata em oiro».

O processo tecnico ficou então oculto pelo seu inventor, mas o producto obtido á custa da prata e oiro tão lidimo e tão puro como o melhor oiro de Minas-gerais ou do Transval; ao producto obtido deu-lhe o seu descobridor o nome de Argentarum.

«Por mais extraordinário que tudo isto pareça ha uma reflexão que explica o ruido do invento americano. E' considerar-se que toda a quimica moderna laborava sob um conceito falso, estabelecido á priori, e como tal fóra do terreno experimental, onde a Filosofia-natural tem autoridade. O conceito era a *Fixidez* da especie quimica, hipótese e não facto que as tendencias antologicas, vindas do século passado arvoraram em dado po-

sitivo, sem atenção pelo critério experimental, que é o unico infalivel em matéria de fisica.

Critica dum livro.—Imprensa de Eugenio Pacheco Ilha de Sam Miguel, 1899.

O livro a que neste trabalho se faz a critica é intitulado «Os alienados nos Açores» ensaios de estatistica—publicação feita por ordem da Junta Geral do Distrito de Ponta-delgada, Tipografia Elzerüriana, 1898.

O Dr. Eugenio Pacheco no seu jornal «O Preto no Branco», criticou este trabalho e assim o valor das estatisticas cujos dados diz foram fornecidos pelos Regedores das paróquias.

Responde-lhe o autor dos «Alienados nos Açores», o Dr. Mont'Alverne, no Diario dos Açores e generalizando-se a polémica publicou depois o critico, o livro a que nos vimos referindo onde depois de expor a sua opinião sobre o—*valor nulo do livro*—*inutilidade do livro*—*desnecessidade da publicação*—abriu depois dois capitulos, o primeiro intitulado «Critica geral do livro», bastante azedos e contundentes.

A proposito do catálogo da Anteriana,—Carta á redacção do Heraldo, Tipografia litografica, Ferreira & C.ª Ponta-delgada, noticiando o aparecimento do catálogo dos livros de Antero de Quental, legados á Biblioteca publica de Ponta-delgada; lastima estar incompleta a publicação do catálogo, falta-lhe o rosto e ante-rosto, prólogo, indice etc.

O Dr. Eugenio Pacheco organizador do catálogo que foi impresso por conta e ordem da Camara Municipal de Ponta-delgada, concordando nas faltas apontadas, diz que não teve conhecimento da ultimação daquele trabalho e ficara admirado ao receber tambem a oferta de alguns exemplares.

Tombo Micaelense—documentos e estudos referentes á Ilha de S. Miguel, Ponta-delgada, 1897—Junta Governativa do Distrito de Ponta-delgada I Actas das sessões, desde 25 de outubro de 1846 até 18 de junho de 1847.

Nas *linhas previas* que procedem as actas das sessões da Junta Governativa de Ponta-detgada;'diz-nos o autor que o Tombo Micaelense se propõe coligir e conservar documentos e estudos atinentes á História desta Ilha de S. Miguel.

Não saiu mais que o primeiro tomo numa insignificante tiragem de cincoenta exemplares que o autor espalhou em ofertas.

A primeira sessão da Junta teve logar no dia 25 de outubro de 1846, no palácio do Governo Civil, de Ponta-delgada, pelas sete e meia horas da tarde sob a presidencia do Barão das Larangeiras, sendo vogais:—José Ribeiro de Torres, José Pereira Botelho, João Bernardo de Medeiros e Niculau Antonio Borges de Betencourt. Era secretário Luis Figueirôa d'Albuquerque.

A ultima sessão tem o numero 91 e realizou-se a 18 de junho de 1847, sendo secretário Henrique Ferreira de Paula Medeiros; não tendo sido assinada pelos membros da Junta-Governativa, como o não foram desde a sessão numero 85.

Ensaio sobre a bibliografia geológica dos Açores.—Inserto no Arquivo dos Açores, Vol. II.

Os Açores formam, diz-nos o autor, uma das zonas vulcánicas da Europa, que fornece maior numero de elementos ás investigações do geólogo. A' Ilha de Sam Miguel, objecto deste estudo, cabe o primeiro papel nas manifestações vulcánicas do Arquipélago Açoreano.

Ocupando-se em seguida dos trabalhos respeitante a fenómenos de geologia dinámica, tais como as erupções

e os tremores de terra diz-nos que a História do vulcanismo micaelense não está feita, os seus elementos acham-se dispersos por grande numero de relações, de crónicas e de noticias pertencentes, na quasi totalidade aos séculos XVI e XVII. Fala-nos no trabalho do Dr. Gaspar Fructuoso e na sua classificação de rochas, em que tomou como base a côr e a densidade; no do Dr. John Wedster, mineralogista Americano, que residiu alguns anos nos Açores sob a denominação: — *Description of the the Island of St. Michael comprising an account of its geological structure* — Boston 1821 no de Leopoldo Buch, sabio alemão que não visitando os Açores deles se ocupou na sua memoravel *Descripção fisica das Ilhas Canárias*, livro publicado em 1825; no do professor Mousinho de Albuquerque que a esta Ilha veiu em missão oficial e que no seu trabalho: — *Observações sobre a Ilha de Sam Miguel*, Imprensa Regia, 1826. Descrève a sua constituição geológica, muitos capitulos sobre a história da Ilha e as aguas termo-minerais das Furnas, com suas analises quimicas.

Fala-nos ainda de outros trabalhos e nomeadamente do — Exame petragráfico das rochas dos Açores — de 1883, de Müggé e dos de Fouqué e actual Coronel Chaves.

As questões suscitadas pelo cabo telegráfico. — Notas e desiderato. Inserto no Arquivo dos Açores, Vol. 12 paginas 317.

Estudo refundido e ampliado de dez artigos sobre melhoramentos publicos urgentes nesta Ilha, publicados no «Diario de Anuncios» de Ponta-delgada, numeros de setembro e outubro de 1893, sob o titulo de *Depois do Cabo*.

«Em presença do facto, assim começa, eminentemente sugestivo do estabelecimento do telégrafo submarino

entre Lisboa e Açores, importa adquirir se por ventura este melhoramento tão colossal, modificando as condições formais de toda a nossa exigencia individual e colectiva sob o ponto de vista económico, moral e até afectivo, interessa igualmente a constituição intima, o substractum do nosso ser social, a termos de implicar uma nova ordem de circunstancias e de necessidades orgânicas a que seja forçoso atender, e, quanto antes, prover de remedio».

Explanando depois as grandes vantagens que para esta Ilha vieram com o lançamento do cabo-submarino, examina quais as providencias práticas que urge reclamar da acção do Governo da metrópole, da iniciativa das corporações administrativas e finalmente do fervor patriótico nunca em vão invocado, dos filhos desta Ilha.

E' um estudo bastante interessante em que se reclamam muitos outros melhoramentos, para esta Ilha, exigidos agora com a nossa ligação com o mundo inteiro, muitos dos quais se realizaram já e outros se alcançarão, que a actividade micaelense não tem cansado.

Carta ao Conselheiro Dr. Bernardino Machado.— No Diario d'Anuncios de Ponta-delgada, de 27 d'agosto de 1893.

Cabe nesta altura registar este trabalho em que o Dr. Eugenio Pacheco, por occasião da inauguração do Cabo telegráfico dirigindo-se áquele Conselheiro, então Ministro das Obras Publicas, lhe mostra a necessidade de se crear um Observatório Meteorologico em Ponta-delgada, melhoramento este de que foi já dotada esta cidade.

Fisica positiva.—(Noções sintéticas), Tipografia de Eugenio Pacheco, Ilha de S. Miguel Açores, 1899.

Tendo sido aberto concurso perante a Direcção Geral de Instrução Publica para a escolha de livros destinados

ao ensino secundario, entre os quais o compendio de fisica para o 4.º e 5.º ano do curso geral dos Liceus, primeira parte do estudo da fisica, concorreu o autor com o seu trabalho, segundo diz nas suas explicações aos censores para responder ao pensamento dominante do legislador e ao espirito manifesto da actual reforma de ensino secundario.

O compendio está escrito numa «forma demasiadamente descritiva».

Sabe o autor que o estudo da fisica deve assumir um caracter exclusivamente indutivo, fazendo dos factos meros pontos de partida para o estabelecimento das leis. Mas considerando que a aprendizagem da fisica se faz hoje em 4 anos é obvio que o ensino dos dois primeiros, no quarta e quinto ano dos Liceus seja essencialmente descritivo, procedendo-se nos dois ultimos 6 e 7 anos á revisão geral da matéria e á Integração final das noções préviamente adquiridas.

O ensino secundário em Portugal é um preparatório geral para os estudos superiores, que nem sempre tem dado o resultado que se deseja; d'aí as repetidas queixas dos mestres das Escolas Superiores contra a má preparação dos alunos dos Liceus, pelo que urge pois, para terminar aquele mal, impôr á Instrução Secundaria, mormente ás Ciencias naturais um ensino de caracter geral.

«Que o aluno ignore quantas valvulas tem a bomba de tal máquina, ou desconheça as minuciosidades de funcionamento de tal instrumento, compreende-se e justifica-se até certo ponto. O que porém se não pode admitir é que ele em face de um problema prático não saiba como proceder ou que em vista duma questão meramente teórica se encontre tão baldo das noções fundamentais que chegue a confusões e a erros, com os que

comete qualquer que pretende lêr não possuindo luzes do alfabeto».

O que ao aluno convém é adquirir o método e precisar rigorosamente o campo da fisica, por modo que depois possa contar consigo só nos Estudos Superiores».

O seu trabalho começa por um capitulo—Propedeutica—no qual condensou as noções legais e psicológicas que tem por premissas necessárias do estudo de toda a filosofia natural.

De facto o estudo da fisica não dispensa uma base lógica e psicológica,como tambem não dispensa uma base matemática e mecánica,pois toda a ciencia por mais concreta que seja envolve sempre uma «teoria de conhecimentos».

A logica.—Tratando de estipular as condições de coerencia do pensamento constitue por isso, uma propedeutica usual de filosofia natural.

A psicologia é igualmente uma propedeutica porque nela se assentam as condições da génese do pensamento.

Assim fica explicado o capitulo de propedeutica como introdução ao estado da fisica.

Distribue depois a matéria do programa da seguinte forma:

1.ª parte.

Estudo de Mecánica, Bárica, Hidrálica, Pneumática, Acustica e Calórica.

2.ª parte.

Estudo de optica.

Da minha ortografia e Majusculação.—Inserto no jornal «O preto no branco» de Ponta-delgada de 19 a 26 de janeiro de 1899.

Usava de uma ortografia baseada nas leis de derivação morfológica e não da que ao tempo, sem regras, cada um seguia arbitrariamente; tambem na sua prosa em-

pregava muitas vezes as letras maiusculas quando queria «traduzir os Timbres fonético e lógico do pensamento» e achava para isso deficientes os caracteres itálicos, já hoje com uma significação e emprego bem definido.

Defende este seu sistema ortográfico e da majusculação em dois extensos artigos com razões históricas, gramaticais, lógicas e psicológicas. E termina dizendo: — «Se depois do que acabo de dizer, os meus críticos persistirem em me apodar de enigmático e caprichoso, terei, desde já, o Pesar de lhes anunciar que lhes não dou a honra de mais Explicações e continuarei seguindo o meu caminho com absoluto despreso pelas suas chufas como pelos seus argumentos *ad hominum*, sem outra base que a *Rotina* e outras razões que as da *Autoridade*».

Tim tim por tim tim. — Inserto no jornal «O preto no branco», nos numeros 101, 102 e 105 ano de 1897.

E' uma polémica com o Dr. Mont'Alverne de Sequeira, a proposito da subscrição aberta neste distrito de Ponta-delgada para o então projectado monumento a Sousa Martins.

O pretono branco, não advogou a ideia, se bem que reconhecesse os méritos do glorioso professor da Escola Médica de Lisboa; d'aqui nasce a polémica que se azedou demasiadamente, saindo mesmo para fóra do assunto e terminando numa questão pessoal.

O panama do hospital. — Inserto em «O preto no branco» no numero 84 e seguintes do ano de 1897.

Em que na pessoa do Vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta-delgada, se protesta contra um concurso aberto para o fornecimento de tintas que foi adjudicado a um Mesário.

E' uma série de artigos que lograram despertar a a-

tenção publica e bem assim as autoridades administrativas, conseguindo anular o concurso.

Como em geral, foi esta questão aproveitada pelos politicos progressistas contra os regeneradores, que então estavam na administração da Casa e que se recusaram a admitir como irmãos muitas pessoas categorizadas de Ponta-delgada que requereram a sua admissão.

Da cal com as suas relações com as febres tifoides em S. Miguel.—Estudo inserto no jornal «O Localista» de Ponta-delgada nos numeros 39 e seguintes do ano de 1901.

Diz-nos o autor neste seu trabalho que dedica aos Médicos, Directores do Arquivo médico dos Açores, que «a ausencia de cal nos nossos terrenos e ainda a circunstancia especial de não termos um sub-solo identico ao que ha nas formações sedimentares dos continentes, esses dois factos tipicos e propriamente geológicos, ou melhor vulcánicos, não entram até hoje em conta na explicação da propagação e persistencia das febres tifoides entre nós, talvez por se dar demasiado valor á teoria de Brouardel, segundo a qual a agua é o agente productor unico daquele terrivel morbo».

Nestas condições pois «é mistér começar por estabelecer categóricamente que as condições do solo micaelense diferem por tal modo das condições do solo continental, que as teorias de origem hibrica ou telurica da febre tifoide, não podem ser aqui tomadas sem grandes modificações».

E estudando demoradamente o nosso solo, conclue pelas seguintes condições especiais:

1) ausencia de cal carbonada;

2) pobreza de argila livre;

3) riqueza de humus e a consequente proliferação dos micróbios telurícos.

4) regime creádo pela adubação verde.

«Este conjunto de condições especiais, filhas da natureza geológica e dos artifícios agricolas, põe o nosso solo em oposição com os solos continentais, e sob o ponto de vista peculiar da persistencia e propagação das febres tifoides determina um regime caracteristico que, quanto a mim, bastará para dar a razão desses dois fenómenos locais».

E resumindo as suas observações no nosso sub-solo, conclue que temos:

1) formações superficiais permeaveis e muito moveis.

2) ausencia de um sub-solo regular.

3) ausencia de extensas camadas aquosas interpostas a camadas impermiaveis.

Para depois concluir as seguintes teses:

a) Que nos sub-solos onde correm lençois artesianos, os germes morbigénicos, arrastados pelas infiltrações superficiais, tendem a dissiminar a distancia do foco inquinador.

b) Que nos terrenos onde as aguas subterráneas não tem curso regular, formando extensas camadas continuas e onde, por consequencia, as infiltrações superficiais encontram um diversorium comum — os germes morbigénicos persistem no próprio fóco inquinador.

Assim a persistencia das febres tifoides em S. Miguel está directamente relacionada.

Resposta á consulta do governo de 22 de fevereiro de 1892 sobre os serviços dos Liceus, 1892. Tipografia do Campeão Popular.

Consulta sobre a reforma de ensino secundario — pela Comissão do Liceu de Ponta-delgada, 1898, Tipografia de Eugenio Pacheco.

Esboço de uma análise psicológica (O capitão Chaves) — S. Miguel, Tipografia de Ferreira Cordeiro 1898.

S. A. o Principe de Mónaco e seus serviços á causa Açoreana. — S. Miguel, Tipografia de Ferreira Cordeiro. 1899.

Ensaio quantitativo das aguas da grota do lanço, feito em 1889. — No Arquivo dos Açores, Vol. 12. Com o grau de porosidade e de permeabilidade das rochas e do sub-solo e com a não existencia de camadas de aguas subterraneas, alimentada pelas infiltrações superficiais. E finalmente porque a falta de cal nos nossos terrenos impede a coagulação da argila e portanto a fixação do bacilo tifico.

MANUEL PEREIRA DE LACERDA. — Nasceu na Ilha de S. Jorge pelo ano de 1860 e faleceu na Ilha de S. Miguel, para onde veiu bastante pequeno no dia 23 de agosto de 1914, depois duma prolongada doença.

Pertenceu á redação do Diário dos Açores desde o tempo do seu fundador, Tavares de Rezendes, deixando nas colunas deste jornal e de alguns outros onde acidentalmente colaborou, notas das suas produções, tornando-se conhecido e apreciado não só no jornalismo, como no teatro, de que era amador e em todas as manifestações publicas a que sempre dava todo o seu esforço.

«Tinha o dom da improvização, principalmente emotiva, que brota inflamada e electriza os auditórios populares de uma emoção simples e vibrante.

Podemos dizer que andou intimamente unido a todas as manifestações que desde a rua até ao teatro e do teatro até ao jornalismo, foram efectivadas nesta cidade de Ponta-delgada dentro um periodo bastante longo».

Era essencialmente grato, ele o prova umas poucas de vezes em varios acontecimentos da sua vida.

Além das suas correspondencias nos jornais em que colaborou,e dos que fez parte das respectivas redações, conhecemos os dois seguintes folhetos.

Esboço biografico do Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque.—Tipografia do Diario dos Açores, 1907.

E' a biografia daquêle ilustre Açoreano que acompanhou o seu retrato oferecido á Galeria de Açoreanos Ilustres, que foi inaugurado a 25 de abril daquêle ano de 1907.

Discurso recitado no Teatro Micaelense na récita de caridade dada por curiosos na festa do Tricentenário de Luiz de Camões, antes da representação da cena dramática Camões e o Jáo *na noite de 9 de junho de 1880.*—Impresso em Ponta-delgada em 1880.

Logo no começo do seu pequeno discurso diz:

«O que hoje nos reune aqui, é o cumprimento dum dever sagrado: prestamos a justa homenagem de respeito e gratidão á memória desse homem grande no martirio e sublime na poesia que exaltou da harmonia lirica as glórias de Portugal».

«Quando o País inteiro se prepara para comemorar com a devida solenidade o centenário do primeiro vulto da nossa história, eu o mais obscuro filho deste Portugal tão glorioso por seus antigos feitos, senti agitar-se-me no peito esse sentimento augusto a que se chama—amor da patria.

Camões! era o brado dum povo grato e reconhecido que depois de se haver aniquilado tres séculos, vinha depois respeitosamente a coroa de justa e merecida gloria, aos pés do bronze, que a pátria ergueu ao primeiro dos seus poetas».

MANUEL VIEIRA MENDES DA SILVA.—Nasceu na Ilha Terceira no dia 28 de setembro de 1862 e faleceu na cidade de Angra a 14 de outubro de 1922.

Foi aluno de Seminário d'Angra, mas não se sentindo com vocação decidida para a vida eclesiástica, abandonou a carreira que lhe estava aberta e na sua cidade lançou-se na actividade que o seu temperamento aconselhava.

Foi comerciante, representante de varias empresas e jornalista.

E' nesta ultima facêta que o focamos e onde ele dispendeu uma grande parte da sua energia nos jornais:

O Católico—semanário dedicado á defesa dos interesses religiosos e sociais, de que foi redactor principal nos primeiros tempos o Cónego Rogério da Costa e de que foi gerente Vieira Mendes desde 21 de outubro de 1876 a 1878, deixando nas colunas desta publicação muitas das suas producções.

Cartão de visita—semanário de que Vieira Mendes foi o director e proprietário, que durou desde 10 de janeiro de 1891 a 18 de novembro de 1893.

A União—o diário que em Angra maior nome teve no seu tempo, por ele formado e que dirigiu até á sua morte, onde ele pôs todo o seu cuidado na defêsa dos interesses da sua Ilha que tanto amava. (1)

MARIANO VICTOR CABRAL.—Nasceu na Ilha de S. Jorge no ano de 1867, filho de Benedicto da Silvei-

1) Revista «Os Açores», ano 1922, fls. 29,
Memória da Visita Régia á Ilha Terceira, paginas 294.

ra e D. Maria dos Santos Cabral, mas ainda bastante novo veiu com sua familia para esta Ilha de S. Miguel, fixando a sua residencia em Ponta-delgada, onde faleceu no dia 4 de abril de 1929.

Desde creança manifestou-se-lhe uma particular tendencia para o jornalismo, começando o seu nome a aparecer, sendo ainda bastante novo, nos semanários locais.

Colaborou no *Diário de Anuncios, Novo Diário dos Açores* e n'*A Tela* de Ponta-delgada.

Em 1896 fundou o semanário que marcou no seu seu tempo um lugar de destaque no jornalismo insulano *Actualidade,* que depois continuou sob a denominação de *A Actualidade,*

Finalmente e depois de suspensa a publicação de *A Actualidade,* entrou como redactor para o «Diario dos Açores», vindo a ser o seu redactor principal, e nessa situação faleceu a 14 de abril de 1929.

Cauteloso, disciplinado e amavel, assim o conhecemos á frente do Diário dos Açores, que á beira da campa assim se despediu:

«Durante cerca de quarenta anos lutou denodadamente pela prosperidade e engrandecimento dos Açores, a que consagrou toda a sua vida de jornalista — e este incorrutivel paladino da Terra Açoreana que trabalhou por todos nós, esqueceu-se sómente do ardoroso Açoreano: de Mariano Victor Cabral!

E' que só para si não trabalhou este grande amigo que morre pobre, se é que póde classificar-se de pobre quem possuiu a mais fabulosa riqueza de honradez, abnegação, inteligencia, modestia e bondade!

A obra mais vasta de Victor Cabral, aquela que se sobrepõe ao reconhecimento insular, são os trinta e tantos volumes do Diario dos Açores que aureolam a sua passagem por este jornal»!

Além das suas produções jornalistas deixou em volu-

me, uns trabalhos literários num estilo «cinema» que lhe merecia particular interesse e neste ramo literário conhecemos: *Um mistério na Côrte de Berlim* e *As alucinações* a que a critica se referiu s nestes termos:

«Dois livros de hodierna literatura, saindo fóra da róta vulgar da novéla e da peça teatral e procurando, aberta e demoradamente, a finalidade cinema, a «escola dos que não sabem lêr» e talvez o irmão mais poderoso da propria imprensa, pelo extraordinário poder da expansão e da propaganda são duas evidentes e irrefragaveis provas de quanto o espirito de Victor Cabral era do seu tempo e de como ele acompanhava, a par e passo, o progresso da Arte.

Esta nova forma literária é inegavelmente difícil e luta com a falta de ambiente e de similares para estudo

E' preciso dar, na síntese dos quadros, a análise por vezes mais profunda».

Conhecemos deste escritor:

Um Mistério na Côrte de Berlim — na segunda edição o autor deu-lhe o nome de *Uma intriga na Côrte de Berlim*. — Impresso na oficina de Rui Morais, Ponta-delgada 1892-1893.

Trata, sob a forma cinematográfica daqueles factos passados em Berlim, entre a sua primeira nobreza, originados por uma série de cartas anónimas, envolvendo tudo numa intriga.

Faz-nos aparecer como principais personagens: — Guilherme II da Alemanha, Imperador Francisco José da Austria, Principe Ernest, irmão da Imperatriz Augusta Vitória e uma lista grande de fidalgos.

«E' contra a Condessa de Wotan, a mais linda mulher de Berlim e consumada amazona pertencente á aristocracia, casada com o conde, primo do Imperador que os ataques das cartas são mais violentos.

A condessa, percorrido o longo corredor que de um dos lados, por largas janelas ogivais, recebe abundante luz, aproxima-se e entra no quarto de toilete.

No momento em que vai tirar o seu manto de amazona, a creada apresenta-lhe uma carta, que a condessa se apressa a abrir e lê no meio de crescente indignação:

Condessa

Que explendor o seu!... não é verdade? Monta, baila, caça, é bela, espirituosa, intrépida, veste-se como ninguem. Deve-se sentir contente na suave ilusão dos seus brilhos, rivais da Imperatriz!

A côrte já não distingue entre os prestigios duma e os prestigios da outra, não é assim?

E' de crêr que a Imperatriz faça toda a justiça ás ambições da Condessa, apontando-lhe a porta por onde á força ha de sair.

Ignotus

Alucinações—novela dramática em 5 partes, acompanhada de um estudo sobre literatos cinegráficos. Tipografia do Diário dos Açores, Ponta-delgada, 1916.

Teatro gráfico, no género do anterior na Côrte de Berlim.

Como personagens principais dá-nos Angela, mulher d'atamada beleza; Fernando, seu marido, fisico, cultor de sports; Edmundo, personagem extravagante, mocidade fatigada, herdeiro rico.

«Edmundo acaba de levantar-se. Veste-se com ar de tédio, lentamente, pondo na toilete o seu habitual rigor. A meio da toilete detem-se em frente duma pequena mêsa, sobre a qual estão algumas revistas. Olha-a e manuseia-a indiferentemente.

—A vida afinal é bem estupida!

Vou fazer o que fiz ontem, o que tenho feito vezes infinitas!

Bem estupida ao fim de contas a vida! Fazer, desfazer, refazer—eis o que é a vida.»

Propaganda pacifsia 11 de novembto, de 1921.— Artigo a propósito da inauguração da conferencia de Washington, pelo Presidente dos Estados Unidos, ante a assémbleia das Nações, para o desarmamento.

«O facto interessa ao mundo inteiro, porque é a velha questão do desarmamento das nações que nesta hora ali congrega o mais avultado numero de potencias. Washington, a capital presidencial, está cheia de representantes vindos dos mais vários lugares do globo, para que hoje 11 de novembro, precisamente o dia do terceiro aniversário do armisticio da Grande-guerra seja o da inauguração da conferencia, que o próprio Harding concebeu e preparou.

A ser votado o desarmamento é um enorme passo que a humanidade avança e até agora desconhecida dela.(1)

ALFREDO MESQUITA.—Nasceu na Ilha Terceira e faleceu em Paris em maio de 1931, com cincoenta e tal anos.

Bastante novo ainda fixou-se em Lisboa desempenhando primeiramente as funções de Bibliotecário da Liga Naval, escrevendo nesse tempo os seus primeiros livros que a citica recebeu com elogios.

Mas Alfredo Mesquita era modesto, acanhado, não atvaía em sua volta o borburinho de notabilidade, como quantas nulidades guindadas ao galarim, por aí fóra. Ele mesmo o diz:

«Um pouco por indole e por sistema um pouco, habi-

1) Diário dos Açores, ano 59, numeros 11.077 e 11.078 de 15 e 16 de abril de 1929.

tuou-se o autor a uma certa reserva na conversação, que apenas entre muito íntimos quebra, raramente, em momentes dados de extraordinária expansão. Este feitio já firmado em hábitos, que para muitos dos que menos o conhecem passa por casmurrice refractaria aos mais vivos prazeres da sociabilidade — a maledicencia, a calunia e a acrimonia — tem dado tempo ao autor para observar promenores deste mundo e escaninhos de certos caracteres, que ora lhe facultam bom ensinamento, ora lhe servem de simples diversão!»

Um seu amigo traça-lhe a biografia.

«Era um homem simples, discreto e tímido. Usava barba, uma barba curta e preta. Oculos de aro de oiro, detraz dos quais vigiavam dois olhos doces e maliciosos. Palavras mansas, sem alteração, gesto curto. Passava pelas ruas sem se fazer notar.»

Com o advento da Republica e pela amizade de João Chagas, entrou na carreira consular, esteve em Stambul e não sabemos se em outros consulados, mas o Governo de Sidónio Pais, mandou-o para New-York, onde escreve então o seu livro *A America do Norte*, passando d'aqui com a morte de Sidónio para a Legação de Paris, pela influencia de João Chagas, na situação de Conselheiro da Legação.

Um acontecimento na sua vida particular fê-lo sair da Legação, e para ganhar a vida fez-se hoteleiro em Paris, o *Hotel de Delft*; falecendo nesta situação.

Conhecemos-lhe as seguintes obras:

De Cara alegre.—Livraria Chardron, Porto, 1887.

O autor reuniu neste livro dezanove artigos que foi escrevendo á medida que sentia vontade de escrever.

Não ha ligação de uns para outros, mas em todos eles ha uma vaga ironia e por vezes um ar tristonho, retrato fiel do seu autor.

Descreve assim um compatriota que encontra a bordo do *Funchal*, em viagem para as Ilhas:

«Belo moço, Jácome! vinte cinco a vinte e oito anos, sério, grave, magro e musculoso, dando no conjunto atlético da sua figura a impressão da sua valentia tranquila e um pouco desdenhosa.

No olhar uma expressão impassivel de melancolia; e nos traços carregados da fisionomia uma imobilidade de sofrimento resignado que algum breve sorriso de mocidade atenuava raramente.

Falava pouco e sempre que não tivesse alguma cousa de raciocinado a dizer, sabia guardar uma sobridade de palavras tal, que a começo se julgava timidez, mas em que depois e não tarde, se descobria o delicado tacto do seu espirito nada vulgar, mas todo natural e simples.»

Vid'airada. — Como o seu livro *De cara alegre* é este tambem a reunião de uns poucos de artigos, desordenados, soltos, que o autor foi escrevendo quando lhe apetecia no seu canhenho e dele depois separou os que melhores lhe pareceram e com eles formou a *Vid'airada.*

Teve este livro uma aceitação muito favoravel, o proprio Oliveira Martins em carta ao autor, a propósito do livro diz: «Trabalhe e persista, que pode porque tem talento.»

João Chagas.—Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1930.

Fora seu amigo; deveu-lhe muitos favores e tinha por ele um verdadeiro culto; diz de João Chagas:

«Ser superiormente util era-lhe uma vocação; entregar-se de corpo e alma ao enriquecimento de alguma nobre causa, oferecer-lhe todos os vigores do seu proprio

ánimo e, se preciso fosse, a transfusão do seu proprio sangue, era-lhe uma voluptuosidade.»

E mais adiante diz:

«A personalidade de João Chagas é de uma desusada complexidade...

Era um desses talentos másculos que buscam na impugnação dos falsos conceitos o seu melhor exercicio de resistencia, como aquelas aves que mais constantemente voam, voando confra o vento.»

Fala de João Chagas como jornalista, como politico, como diplomata, da sua inteligencia e da sua honestidade.

«Todas estas qualidades isolam João Chagas no seu tempo e na sua pátria. Em verdade, ele não coube no quadro restricto da vida portuguêsa. Impôs-se e ficou á margem dela, aclarando-a pelo seu espirito como um muito forte projector de luz.»

Elogia a sua obra de panfletário da revolução que ela preparou, não por uma méra denuncia de culpados, mas por uma demonstração de culpas.

E ao terminar o seu estudo:

«Se fosse possivel resumir em quatro palavras a vida de João Chagas, essas palavras seriam: Pátria, Justiça, Amor, Arte.»

A America do Norte.—Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1928.

E' um estudo muito conscienciosо e sobre muitos pontos de vista em extremo lisongeiro para os Norte Americanos. Ele diz:

«A America do Norte realiza o sonho internacionalista. Nela se fundem todas as raças e desta fusão resulta uma raça unica, inteiramente nova. E' como se num cadinho se fundissem todos os metais para dele se obter o bronze Americano.»

Falando do ensino advoga a promiscuidade dos sexos, desde o jardim da infancia até á Escola Superior, como ha na America porquanto no seu entender isso virilisa o sexo fragil e desbasta as aréstas do forte.

Mas na America namora-se, um pouco diferente dos nossos namoros, e sem subterfugios, namora-se á vista de todos, ás claras «é um exercicio de ordem moral tão proveitoso como reconhecidamente é o *foot boll* na ordem fisica.»

Julio Cesar Machado.—Retrato literário deste nosso escritor, que a critica chamou Mestre de Alfredo Mesquita: «Discipulo de Julio Cesar Machado, mas d um Julio Cesar Machado mais culto e de melhor gosto »

Portugal moribundo.—Carta aos nossos deputados da Nação portuguêsa, antes que a Corôa lhes discurse. Agencia Universal de Publicação, Rua dos Retroseiros, 75, Lisboa, 1892.

Alfredo Mesquita foi tambem politico; quem o pode deixar de ser vivendo em Lisboa?

Ataca Mariano de Carvalho e a sua politica:

«V. Ex.ª salvará talvez os seus amigos, mas a continuar assim destruirá Portugal e comprometerá a propria Monarquia.

Vamos senhor Mariano! num rasgo digno: retire-se.»

ARMANDO J. DA SILVA.—Nasceu na Ilha de S. Miguel em janeiro de 1871, filho de José Julio da Fonseca Costa e Silva, que foi funcionário da Camara Municipal de Lisboa e D. Clarinda Virginia Amelia da Silva; faleceu na cidade de Lisboa.

Foi da ultima geração de escritores Açoreanos um dos que mais se evidenciou pelo seu valor e pelo seu

trabalho. A sua educação literária oficial foi bastante pequena; supriu-a porém nos seus estudos livres, graças á sua grande força de vontade e á sua inteligencia.

Notabilizou-se como jornalista, iniciando esta carreira no jornal «O Vigilante» de Ponta-delgada, hebdomadário politico, literário e noticioso cujo primeiro numero saiu a 4 de maio de 1886 e onde teve uma celebre pendencia com o poéta satirico Costa Resende no seu jornal «A Ventósa» sarjáda.

Colaborou no Diário dos Açores, na Persuasão e no Diário d'Anuncios, com vários pseudónios entre os quais nomearemos os de Dr. Gil Demónio e Figaro, e mais tarde redigiu o Correio Micaelense jornal bi-semanal de feição da politica progressista, que se publicou em Ponta-delgada nos anos de 1889 a 1894. Antes porém fez parte da redacção do Comércio de Portugal, de O Tempo, e de As Novidades, de Lisboa; o meio micaelense tornou-se pequeno de mais para Armando da Silva.

Nas Novidades foi o secretário da redacção e foi ele quem levantou a celebre campanha da Irmã Colcta e o Caso das Trinas.

Dirigiu depois o «Economista Português» e o «Jornal de Lisboa» e foi secretário do ministro Carlos Lobo d'Avila quando sobraçou a pasta das Obras Publicas.

Além dos seus muitos artigos espalhados pelos vários jornais em que colaborou, indicaremos mais os seguintes trabalhos literarios:

Contos populares Açoreanos—publicados na Revista do Minho onde colaborou com outros artigos. 1889.

Mitografia Açoreana—publicado no jornal «Tempo» em 1890.

Um romance Açoreano—publicado no mesmo jornal em 1891.

Folk-lore Açoreano — tres artigos em «O Preton o branco» de S. Miguel no Vol. II em que esplana e incita o estudo das tradições populares, de que foi, sem duvida, um dos primeiros obreiros, apresentando o seguinte esquema, que é por assim dizer o programa de Folk-clore, o guia e o código para o seu estudo:

I *Literatura oral:*
1) contos e lendas.
2) *poesia popular* (romances, cantigas, rimas infantis, orações e paródias.
3) formulas e comparações populares, porverbios, adivinhas e ditados tópicos.
4) teatro popular.
§ suplementar. Literatura de cordel.

II *Arte popular.*
1) musica, desenho e esculturas populares: arquitectura infantil.
2) danças populares.

III *Etnografia tradicional.*
1) costumes, superstições e festas populares.
2) jogos infantis
3) amuletos.
4) herois populares, versões dos factos históricos.
5) astronomia e meteorologia popular.
6) mineralogia, botánica e zoologia popular.
7) medicina popular.

E enumera depois as fontes em que podem ser estudadas as tradições açoreanas.

I *Monumentos.*
1) crūzes dos caminhos.
2) lápides.

3) ornamentações dos jugos e cangas dos bois.

II *Literatura.*

1) Leis:

a) municipais (posturas).

b) eclesiásticas, (constituição do bispado).

2) Documentos diversos, (escrituras, foros, testamentos).

3) Crónicas, topografias, memórias, visitas dos bispos e vigários.

4) Literatura propriamente dita.

5) livros populares (literatura de cordel.)

III *Povo.*

Tradição oral.

Iniciou este seu trabalho dizendo:

«O estudo científico das tradições populares, foi encetado em Portugal, ha cerca de trinta anos, formando então na vanguarda dos seus beneméritos iniciadores o nosso ilustre compatriota, Sr. Dr. Teófilo Braga, e figurando os Açores desde 1869, pela publicação dos *Contos do arquipélago* como uma das bem poucas terras do País, e talvez a primeira até, onde as investigações folklóricas foram empreendidas por uma forma metódica e um plano definido de exploração regional.»

O que é e para que serve o folk-lore?

A palavra folk-lore é saxonia e composta de duas vozes: *Folk* que significa *povo* e *Lore* que significa *saber*.

Folk-lore equivale á expressão *saber popular*.

Despachado mais tarde Director do Aquario Vasco da Gama, deu-se ao estudo das ciencias e publicou então:

Explorações submarinas.

Moluscos:

Dois volumes que atestam as grandes qualidades de

aptidão de Armando da Silva, que assim rapidamente transita das literaturas para as ciencias, sem dificuldade, e como se fosse um velho estudioso do ramo científico, sendo finalmente notavel o seu trabalho.

Relatório apresentado ao Ministro da Marinha Teixeira de Sousa e 1899—*sob o referido Aquario*.

Hintze Ribeiro.—Impresso no numero 2 da «Actualidade», Lisboa, 1895.

São notas biográficas, com o retrato deste ilustre estadista português, nascido nesta Ilha de Sam Miguel e que tão grande brilho deu a esta sua terra.

O ciclone dos Açores de 1893.—Imprensa de Libanio da Silva, Lisboa, 1896.

Compreende o relatório e contas da comissão executiva da Imprensa de Lisboa.

Mitografia Açoriana.—Contos populares da Ilha de Sam Miguel.

Explica o que seja mitografia, aquela ciencia que estuda as questões relativas á origem e transmissão dos contos tradicionais, nas quais ha uma grande quantidade de documentos uteis á sociologia e antropologia.

Os primeiros contos populares açorianos foram coligidos pelo Dr. Teófilo Braga, mas Armando da Silva tambem recolheu da novelistica tradicional alguns contos que publicou:

«Era uma vez uma mulher casada que ia todos os dias á cadeia com o seu menino ao colo; um dia topou-se ela com um vassalo do Rei que lhe preguntou:

—Que quer vossa mercê aqui todos os dias? Ao que ela respondeu:

—Eu já fui filha e agora sou mãi, e o menino que eu crio é marido de minha mãe.

O vassalo disse isto ao Rei o qual mandou logo chamar a mulher e pediu-lhe para explicar a conversa, porque nenhum dos seus vassalos a sabia decifrar e ela respondeu:

—Explico, sim, se V. M. perdoar o crime a um preso que está na cadeia.

E como o Rei respondesse que sim ela disse logo;

«Que o que ia fazer todos os dias á cadeia era sustentar seu pai com o leite de seus peitos, porque não havia ordem de lhe entrar comida.

O Rei mandou soltar o preso.» .

TEOTONIO SIMÃO DA CAMARA LIMA.—Usou em muitos dos seus escritos o pseudónio de J. David Airada, nasceu na Ilha Terceira, dos Açores e morreu em Lisboa a 26 de janeiro de 1928 com perto de 60 anos, deixando uma filha, D. Maria Mesquita da Camara, inspirada poetisa.

Oficial dos correios reformado, era um convicto monarquico, vivendo a princípio cheio de esperanças na restauração, mas a pouco e pouco foi-se-lhe desvanecendo essa esperança que acalentara imenso tempo.

El-Rei D. Manuel conhecia-o, tinha-o em grande estima e sabendo, por acaso, que Camara Lima havia elogiado uma faiança portuguêsa e a compraria se estivesse em condições disso. El-Rei adquiriu-a e ofereceu-a, com que muito lisongeado ficou este ilustre açoreano.

Pensou em deixar Lisboa; tinha a nostalgia dos Ilheus e arreigava-se-lhe a ideia de vir para S. Miguel e montar então aqui um jornal, onde seguramente a sua pena brilhante se faria sentir cheia de graça.

Foi no dizer do jornalista Rebelo de Betencourt, com justa razão, «o criador dum humorismo novo na nossa literatura».

A' sua morte, os jornais do continente e dos Açores fizerem-lhe elogiosas referencias:

«Camara Lima é das raras figuras do jornalismo português que passa deixando uma obra a honrar-lhe o nome e a memória, vivendo na carinhosa lembrança de todos que uma vez escutaram o seu riso discreto e cristalino...

Nunca mais o esqueceu, na verdade, quem uma vez com ele riu num dos *seus becos* do Beco do Fala só, ou leu uma dessas cartas a José Maria, onde ao lado da ironia alacre e trocista, não era menos frequente topar com travor crepitante de uma amargura disfarçada em sorrisos...abafada em soluços.

Adivinhou a morte, falava muito da sua proxima viagem, dedicando o seu ultimo livro — *Com isto não enfado mais* — ao espirito gentilissimo da Nostalgia.

Senhora minha

Quasi no cimo do meu calvário, detenho-me para depôr no vosso regaço esta oferta pobrinha.

Perdoai-me Senhora, o ousio, e encomendai a Deus nas vossas resas o triste peregrino, que com isto não enfada mais e segue o seu caminho, cujo termo já enxerga.

Neste livro e nas «Notas de uma viligiatura» intitulado *Na despedida,* referindo-se á sua partida de Belas, onde passava o verão diz-nos cheio de tristeza:

«Cá estou eu a ter saudades de tudo isto que vou deixar: desta paisagem que é tão familiar aos meus cansados olhos, destes recantos cheios de recordações, de fantasias...

Vou fazer a visita de despedida ás arvores seculares, aos bosques de faias, ás ruazinhas de buxo, ás mansas aguas dos regatos e aquele sátiro escarninho que ha 38

anos ri de mim... E levo um nó na garganta, uma nevoa nos olhos, uma duvida no coração. Se esta despedida será a ultima...

O futuro a Deus pertence. E o presente é o velho Moreira na boleia, espertando os cavalos com a pita do chicote e a victoria a rodar a caminho de Lisboa, levando-me do Paraizo para o Inferno.

O Ceu continua distante e tenho razões para crer que ainda não o ganhei.

Com isto não enfado mais. Aqui acabo o livro com a graça de Deus.»

Havia anunciado para breve um outro livro no mesmo genero cheio de verve «*Vaca e riso*» que possivelmente alguem o venha a editar.

O Teatro tambem prendeu a sua atenção deixando-nos um grande numero de comédias muitas das quais foram representadas.

Camara Lima deixou a sua obra espalhada por esses jornais e revistas em titulos sugestivos:

Beco do fala só—em que riu e troçou sem ferir, sem irritar:

Caso velho

«A dissolução do regimento de caçadores 5, recorda-me um caso sucedido ha 43 anos, que vou contar:se me derem licença para tanto. Ha pessoas a quem não dão licença para nada, nem para irem lá dentro. Eu sou uma delas.

Era ministro da guerra e tambem presidente do conselho, Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, quando se deu uma insubordinação em Lanceiros 2; os soldados recusaram-se a levantar o rancho e fizeram um barulho ensurdecedor.

No dia imediato, na Camara dos deputados, um deputado da oposição, antes da ordem do dia e em negócio

urgente, explorou o caso e interpelou violentamente Fontes, que respondeu:

— O regimento foi já dissolvido e vem a caminho de Lisboa Lanceiros 1.º substitui-lo. Para os diversos regimentos da provincia vão ser transferidos os oficiais que não mostraram a necessária energia na emergencia, dois dos quais, por acaso, são parentes de actuais ministros. Eis tudo.

— V. Ex.ª, continuou o interpelante, pode informar-me ácerca da qualidade do rancho que originou a insubordinação?

Fontes que era um homem de maior gravidade e nunca desmanchava a linha, respondeu com grande aprumo:

— Não sr. Não o provei.

Gargalhada geral e passou-se á ordem do dia».

Para as vossas orelhas moucas. — Portugalia, Editora, Lisboa, sem data, que dedica a Moreira d'Almeida e Cunha e Costa «grandes entre os grandes jornalistas».

Reune neste livro muitas das suas observações que havia publicado em jornais:

«Bordalo tinha ao tempo não sei que publicação. Era uma pequeda gazeta de caricaturas. Pensou em publicar um *portrait-charge* de Herculano, dando palmatoadas em não sei quem.

Vendo o grande escritor na livraria Bertrand, entrou, cumprimentou-o, e referiu-lhe o seu projecto e pediu-lhe autorização, concluindo:

— Como se não trata de cousa menos respeitosa ou ofensiva...

Herculano atalhou:

— Sim senhor. Está muito bem. Faça lá o boneco.

Borbalo agradeceu e retirou-se.

Mas momentos depois Herculano largou o livro que

estava examinando e vindo apressadamente á porta, chamou o Rafael que já ia a distancia.

Bordalo voltou e quando chegou junto de Herculano, este disse-lhe:

— Mesmo porque se for ofensivo eu parto-lhe a cara!

Cartas ás mulheres e bilhetes a toda a gente.— E' uma outra compilação de pequenos escritos no mesmo genero e com a graça sempre feliz e juvenil do escritor.

Ha inumeros ditos cheios de graça que se contam no meio de risos. Ele definiu por exemplo Estadistas. Os homens que nos puzerem neste estado — Monarquicos — são os conservadores mais ferrenhos de Portugal porque conservam a republica. (1)

FRANCISCO RAPOSO D'OLIVEIRA.— Nasceu na Ilha de S. Miguel em 1881, filho de Manuel Raposo de Oliveira e D. Jacinta Amália d'Oliveira e faleceu em Lisboa, onde residia, a 17 de janeiro de 1932.

Principiou a sua vida com o caixeiro de uma casa comercial em Ponta-delgada, mas desde rapazinho de escola ele mostrava a verve de poeta, a inspiração, e o dom de fazer versos. E assim com 17 anos apenas, publicava o seu primeiro livro — Ardentias — que foi recebido com carinho por todos os que o leram.

D'aí o começo da sua vida de publicista, fez-se jornalista, publicava versos, deu á impresso novos livros e abandonando a vida comercial que nada condizia com a sua alma, a ensejo de auxiliar os trabalhos da publicação do *Album Açoreano,* abalou para Lisboa em 1904

1) Os Açores n.º5, ano 1928.
Correio dos Açores n.º 2.228, ae 27 de janeiro de 1022

passado pelas melhores e mais importantes redacções dos Diários de Lisboa.

Quando se organizou o Ministério do Trabalho, Raposo d'Oliveira entrou para o quadro do seu funcionalismo, sendo á data do seu falecimento primeiro oficial da Repartição da Mutualidade livre, do Instituto de Seguros sociais.

Foi seguramente um dos melhores poetas Açoreanos do seu tempo; muito modesto, despretencioso, fugia a exibicionismos, mas sabia que era alguem.

A ultima vez que visitou a sua Ilha foi como jornalista, representando o Século, naquela missão de intelectuais que visitaram os Açores em 1924.

Conhecemos-lhe as seguintes publicações:

Ardentias—o primeiro livro de versos que publicou em 1898, contando apenas 17 anos, sendo então caixeiro de uma casa comercial de Ponta-delgada, que foi acolhido numa critica de aplauso.

O Dr. Eugenio Pacheco, no seu jornal «O preto no branco» disse:

«*As Ardentias*, todavia, impressionaram-me tão agradavelmente que deixar de falar com franqueza ao seu A. seria desviar-me, no foro da consciencia, da norma que tenho sempre procurado seguir em matéria de critica.

Além da vocação que o Sr. R. d'Oliveira nos patenteia, nos seus versos, ha dois predicados que concitam a minha estima: são a modéstia e a despreocupação de retumbante.»

Natal.—Tipografia Ferreira e C.ª, S. Miguel, 1901. E' um poemeto, feito pelo Natal de 1900:

«Nortada fria, fria de gelo!
Triste quem anda pelo montado,

A estas horas, com tanto zelo,
tanto carinho, tangendo o gado,

Olha as ovelhas! são elas são...
—Vocês não ouvem o pequenito?
Calam-se todos, em comoção...
geme o balido dum cordeirito!

Orações d'amor.—Tipografia do Diário dos Açores, S. Miguel, 1903.

São uma compilação de versos alguns dos quais havia já publicado e que assim os apresenta:

«Aí vão meus versos á ventura.
Não procuram, humildes, gloria ou fama,
Risos de paz ou gritos de amargura.
São pálidos clarões da mesma chama.»

Ha em todos os versos deste livro uma poesia que se sente: Raposo d'Oliveira foi na verdade um poeta:

Vou descalço e roto pelo mundo fóra!
Vou sósinho e triste pelo Vale das Dores!
Vem vestir-me o corpo com a luz da aurora,
Vem guiar-me os passos, Mãe dos pecadores!»

O pão—poemeto.

Via Sacra—livro de versos cuja segunda edição estava não prélo á data do seu falecimento.

O poeta do só—homenagem á memória de Antonio Nobre.

Como jornalista deixou o seu nome espalhado por

muitas redacções dos jornais da capital, foi o iniciador da *casa dos jornalistas* e fez parte durante muito tempo dos seus corpos gerentes; temos conhecimento da sua passagem pelas seguintes redacções:

O Heraldo—publicação semanal de Ponta-delgada, que juntamente com Augusto Loureiro, a quem já nos referimos neste trabalho a paginas 727, conseguiram levantar e manter esta publicação em situação de destaque.

A Nova—outro semanário que Raposo d'Oliveira, fundou e redigiu em Ponta-delgada e tendo-o quasi esclusivamente a seu cargo.

O jornal das Colónias—já então em Lisboa, fez parte da redacção deste importante jornal.

Epoca e Portugal—onde durante algum tempo fez parte do corpo das suas redacções.

Luta—foi o chefe da redacção deste diário.

Victoria, Situação, Republica, Jornal—Em todas as suas redacções colaborou distintamente.

O Seculo—á data da sua morte fazia parte da redacção deste importante diário de Lisboa.

Presentiu a morte; ha muito que ele vinha triste adivinhando o fim.

A proposito da morte do jornalista, Bento Monteiro e Leitão Xavier, ele deu no «Diário Liberal» de 25 de dezembro de 1932, sob o pseudonio de João Só, estes versos sentidos que o colheram tambem:

NATAL DA IMPRENSA

Anda a morte a rondar, em negra ronda
da nossa imprensa o misero reduto...
Os mortos passam no rolar da onda,
e a onda rola sobre um mar de luto...

Ontem, foi um, hoje outro, outro amanhã,
deixá-los ir! O rumo é conhecido...
Antero disse (e a frase não é vã)
que sempre o mal peor é ter nascido.

Mas custa vêr tombar, assim, a esmo
os que comnosco se parecem, mesmo,
—Irmãos nossos, na boa e na má sorte...

Este Natal! que lagrimas choradas!
—Meus mortos, meus saudosos camaradas
Brindai comigo. *Boas-festas, Morte!* (1)

MAUEL JOAQUIM DIAS.—Nasceu na Ilha do Faial e lá faleceu depois do ano de 1923, de avançada idade, na situação de secretário da Administração do Concelho da Horta, aposentado.

Foi poeta e nesta classe de escritores, devia ter sido incluido se houvessemos tido conhecimento do seu falecimento quando aquêle capitulo escrevemos. Incluindo-o porém entre os jornalistas,não fica deslocado porque deixou muito da sua obra de escritor pelos jornais da sua Ilha e por outros onde por vezes colaborou.

1) O Seculo, de 18 de janeiro ne 1933.
Portugal, Madeira e Açores.
Album Açoreano, paginas 244.
O Preto no branco, n. 156.

Abordava todos os assuntos e era capaz de estudar os problemas filosóficos mais debatidos e emitir a sua opinião.

Era homom inteligente, conhecia-se e dizia-o assim mesmo, sem melindres.

Querendo um dia ser amavel e justo, para um amigo que lhe enviara a sua ultima produção literária, disse-lhe:

—Está bom, muito bom, eu não o faria melhor.

E o amigo agradeceu o elogio, não podia ser maior na boca de Manuel Joaquim Dias.

Em 1923 afrontando o problema Russo disse então:

«O peculiar desenvolvimento da Russia é a chave da sua ulterior organização. Quando se formaram as nações da Europa, depois da dilatada confusão produzida pela queda do Império Romano, e os povos cediam á influencia da civilização cristã, as tribus slavas que demoravam a leste do Baltico estavam em permanente anarquia, degladiando-se em guerras civis.»

Conhecemos em volume os seguintes trabalhos:

Lição dos factos.—Tipografia de «O Telegrafo», Horta, 1909.

E' um apanhado de artigos que a Sociedade «Luz e Caridade», da cidade da Horta editou e que autor nos diz nas suas *Considerações*—que eles eram mais ou menos fundados nas indicações da experiencia e que por isso lhe pareceram oportunos no estado mental do País.

No artigo *Sobrevivencias do passado*—diz-nos:

«O homem é um animal social cujo destino por isso mesmo, se limita a aperfeiçoar a sociedade em que vive. Não é um papagaio preso a um poleiro, só para dizer algumas palavras e exibir penas vermelhas. O papa-

gaio, imitando o homem sobe, mas o homem imitando do o papagaio desce.

Apotheose humana.—E' a historia da humanidade em todas as suas evoluções do progresso desde a nublose até ao presente.

Um escritor Açoreano comenta este trabalho

«Falar deste livro é apresentar o autor em toda a graudeza do seu talento.

Manuel Joaquim Dias nunca largou a sua terra, a pequena Ilha do Faial sequestrada, pela imensidade das aguas, do convivio dos centros onde a ideia cria forma, se materializa, adquire azas e desfere vôo, por entre os apupos da troça ou as ovações de consagração.»

Margarida—poema.

Tipografia Minerva Insulana 1871.

Diz o autor que incitado por alguns amigos que lhe haviam lido os seus versos sobre assumptos sociais, aceitou o alvitre e escreveu o presente poema—tendo em vista dar uma ideia do modo de viver insular e trouxe então para o poema um padre como simples cidadão,com as suas virtudes e os seus erros.

Tem versos bons, inspirados:

Nas velhas lendas que contam
os nossos velhos avós,
que exemplos se não revelam
d'alto valor para nós.

Vou escavar por um pouco
em tradições de Faial,
fazer surgir quem já dorme
no repouso sepulcral.

A casa de Margarida
que respirava outrora
os perfumes da alegria,
deserta parece agora,
que nem quando a noite cai,
nem pelas horas do dia
nem pelo raiar da aurora
se vê lá sinais de vida
nem se avista Margarida
nem se descobre seu pai.

MIGUEL DE SOUSA ALVIM.—Nasceu em Ponta-delgada da Ilha de S. Miguel no ano de 1882, filho de Alexandre de Sousa Alvim e faleceu na terra da sua naturalidade a 9 de maio de 1915:

Seu pai era Açoreano por educação, pois para esta Ilha de S. Miguel veiu com 5 anos de idade, da cidade de Lisboa ande nascera a 6 de janeiro de 1862 formando pois aqui o seu caracter e constituindo familia; e assim toda a sua vida dedicou a estudos históricos dos Açores, principalmente geneologias, deixando várias notas espalhadas pelo jornalismo da Ilha.

Entre os seus trabalhos ha que nomear o estudo sobre o jornalismo micaelense e outro sobre o clero da Ilha desde a sua colonização. Mas onde ele mais fixou o seu nome foi na direcção que imprimiu á Biblioteca Publica de Ponta-delgada, de que foi bibliotecário.

Sério, austéro, investigador, estava sempre pronto a orientar um visitante da Bibliotéca a seu cargo. Ele mesmo rebuscava as obras requisitadas e andava na brecha para qualquer reclamação ou esclarecimento que se desejasse.

O filho era então alegre, bem disposto, coração generoso.

No Liceu de Ponta-delgada, onde cursou as suas aulas, encheu de vida e de graça o seu claustro, gravando assim o seu nome entre a geração moça que o rodeava.

Mas foi como jornalista que a sua acção mais se fiz sentir, como prosador e até como poéta. Disse-se dele:

«Inteligencia lucida, se se juntasse a esta qualidade rara e apanágio de muito poucos, a consciencia do que valia, teria sido mais alguma cousa e não passaria quasi desapercebido num meio, como o nosso, desafecto a reconhecer o valor literário a quem o tem.»

A' sua exagerada modestia e só a ela se pode atribuir o esquecimento a que por vezes o votaram.»

A sua obra anda dispersa pelos jornais onde colaborou e redigiu, como prosador e como poeta, nunca pensando em a coligir em volume por julgar produções inferiores, sendo assim imposto para si.

SIC TRANSEUNT

Aos ceus alçando as vozes dominantes,
passa na História as raças oprimidas;
brandem na destra as armas homicidas
com que vingam seus odios humilhantes.

Hoje pigmeus, mas amanhã gigantes
destronam deusas, desbaratam vidas,
ou pela noite cantam pervertidas
nos braços olorosos das bacantes!

Como um encanto, surgem desgrenhadas
do sul, do norte, eguendo barricadas
á luz d'archotes e dos arreboes.

E marcha...marcha sempre em desatino
até que a mão do impávido Destino
na vala as lança uns dias e a seus heroes.

Durante muitos anos fez parte do quadro da redacção do *Diário dos Açores* e foi o redactor principal d'*A Republica*, diário que circulou em Ponta-delgada desde 1911 até 1914 e o fundador e assim tambem seu redactor principal de um semanário que intitulou *O bem publico*.

A' beira da sepultura disse-se:

«Os serviços que prestou á redacção da «Republica» como seu redactor e a outros jornais locais em que tambem trabalhou, especialmente ao Diário dos Açores e ao Districto e ainda ao Bem Publico, que em tempos redigiu, foram sem duvida importantes porque, ao afastar-se, pelo seu precário estado de saude, não lhe sentissemos a falta. Mas meus senhores, a maior falta que nós sentimos hoje é a da sua boa camaradagem e amizade. Miguel Alvim, todos o sabemos, era uma alma aberta a todas as desventuras alheias e nunca possuiu um real que o não tirasse do bolso, expontaneamente, sem pensar sequer nas faltas que o seu acto lhe acarretariam nos dias seguintes, sempre que uma desgraça, uma miséria, necessitasse do lenitivo do seu óbulo.» (1)

1) A Republica, ano V, n.º 1,230.

INDICE

Acurcio Garcia Ramos	102
Agostinho de Mont'Alverne (Fr.)	25
Alberto Teles Utra Machado	107
Alexandre da Sagrada Familia (D. Fr.)	185
Alfredo de Matos Angra	787
Alfredo Mesquita	827
Alfredo da Silva Sampaio	179
Amélia Ernestina Avelar	295
André Antonio Avelino	624
André da Ponte Quental da Camara	199
Antero do Quental	235
Antonio d'Araujo	474
Antonio de Betencourt (Fr.)	504
Antonio Borges do Canto Muniz	178
Antonio de Campos Junior	740
Antonio Cardoso de Faria e Maia	758
Antonio Cordeiro (P.e)	28
Antonio Ernesto Tavares d'Andrade	733
Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara	433
Antonio Joaquim Teixeira	796
Antonio de Lacerda Bulcão	702
Antonio Lourenço da Silveira Macedo	62
Antonio Miguel de Sousa Muniz	799
Antonio Muniz Barreto Côrte Real	374
Antonio do Presépio Muniz (Fr.)	559
Antonio do Rosario (Fr.)	507
Antonio da Silveira Bulcão	230
Antonio de Sousa Hilário	780

Armando da Silva 83
Augusto Loureiro 727
Augusto Ribeiro 793
Aurora Morais 319
Bartolomeu do Pilar (D. Fr.) 502
Bartolomeu do Quentai (Fr.) 480
Bento de Goes 436
Braz Soares 466
Bruno Tavares Carreiro 666
Caetano d'Andrade A. Betencourt 613
Carlos Maria Gomes Machado 684
Carlos Mesquita 429
Diniz Moreira da Mota 695
Diogo das Chagas (Fr.) 11
Eduardo d'Abreu 658
Ernesto do Canto 91
Ernesto Rebelo 713
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro 630
Eugenio Vaz Pacheco do Canto e Castro 800
Faustino da Fonseca 748
Felix José da Costa 66
Filomeno da Camara Melo Cabral 424
Fradique da Camara Toledo (D.) 184
Francisco Afonso de Chaves 685
Francisco Afonso de Chaves e Melo 36
Francisco Afonso da C. Chaves e Melo 58
Francisco d'Arruda Furtado 608
Francisco Ferreira Drumond 55
Francisco Furtado 475
Francisco Joaquim M. Betencourt 290
Francisco Jeronimo da Silva 566
Francisco Machado Faria e Maia 669
Francisco Manuel Raposo d'Almeida 725
Francisco Maria Supico 793
Francisco da Ponte Cordeiro 797

Francisco Raposo d'Oliveira 840
Francisco Rogério da Costa (P.e) 510
Francisco da Silveira A. Pimentel 411
Gabriel d'Almeida 676
Gaspar Fructuoso 9
Guilherme Read Cabral 705
Hermenegildo de Lacerda 217
Jacinto Gago Machado Faria o Maia 761
Jeronimo Emiliano d'Andrade (P.e) 351
João Albino Peixoto 261
João Alvaro de Brito Albuquerque 791
João d'Arruda Botelho da Camara 43
João Baptista Machado 476
João Cabral de Melo 194
João Emerson Ferreira 792
João Estaço (Fr.) 336
João da Fé (Fr.) 504
João Hermeto Coelho Amarante 231
João Jacinto Tavares de Medeiros 586
João José d'Amaral (P.e) 341
João José d'Andrade 770
João José da Graça 412
João Pereira (P.e) 501
João Pereira de Lacerda 203
João Soares d'Albergaria e Sousa 53
João de Sousa (P.e) 513
João Teixeira Soares de Sousa 83
Joaquim José Coelho Mendes 785
Joaquim Candido Abranches 578
José d'Arriaga Brum da Silveira 585
José Augusto Cabral de Melo 208
José Augusto da Costa Resendes 297
José Augusto Nogueira Sampaio 396
José Augusto da Silva Sampaio 674
José do Canto 570

José Inacio d'Andrade 460
José Joaquim Pinheiro 98
José Joaquim d'Oliveira Machado 784
José Joaquim de Sena Freitas (P.e) 518
José Maria Pacheco d'Aguiar 373
José Maria do Rego Lima 671
José Nunes da Ponte 306
José Pereira Botelho Riley 309
José Soares de Sousa 51
José de Torres 72
Julio Angelo Borges Cabral 797
Manuel Antonio Lino 755
Manuel Antonio de Vasconcelos 772
Manuel Augusto Tavares Rezendes 790
Manuel Bernardo de Sousa Enes 390
Manuel Bernardo Maciel 322
Manuel das Chagas (Fr.) 478
Manuel Duarte 697
Manuel Francisco de Medeiros Botelho 405
Manuel Garcia Monteiro 314
Manuel Inacio Martins Pamplona Corte Real 41
Manuel Joaquim Dias 844
Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira 271
Manuel José Pires (P.e) 515
Manuel de Medeiros Franco 223
Manuel Muniz Maldonado 35
Manuel Pereira de Lacerda 821
Manuel Pinheiro (P.e) 467
Manuel de S. Luiz (Fr.) 496
Manuel Vieira Mendes da Silva 823
Maria Cristina Arriaga 267
Mariana Belmira d'Andrade 280
Mariano José Cabral 778
Mariano Victor Cabral 823
Miguel do Canto (Fr.) 506

Miguel de Sousa Alvim 847
Miguel Street Arriaga 718
Narciso Antonio da Fonseca 776
Paulo Pereira 505
Pedro Cordeiro Espinosa 339
Pedro Jacinto Galvão 627
Roberto Ivens 454
Roberto Mesquita 327
Ruy Gonçalves 337
Teofilo Braga 113
Teofilo Ferreiro 419
Teotonio Simão da Camara Lima 836
Tiburcio Antonio Craveiro 366
Vitorino José Ribeiro (P.e) 508
Vicente Machado de Faria e Maia 720

Acadou de imprimir-se este livro em dia de S. Dámaso, o Papa português, a 11 de dezembro de 1933 : : : : : :

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 122954404